



NOVA FCSH

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

A guerra cristã na formação de Portugal, 1128-1249

Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso

Tese de Doutoramento em História

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Carlos Filipe Afonso, A guerra cristã na formação de Portugal, 1128-1249, 2021

L1ăõ2l-
WdzyK2
2021

A guerra cristã na formação de Portugal, 1128-1249

Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso

Tese de Doutoramento em História, especialidade História Medieval

Realizada sob orientação científica da

Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade

e do

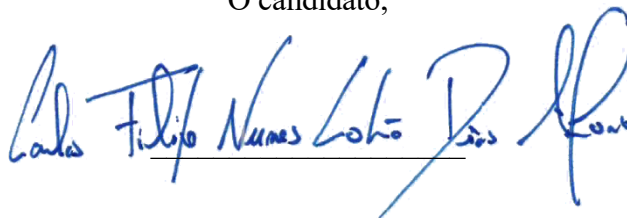
Doutor Miguel Gomes Martins

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Amélia Aurora Aguiar de Andrade e do Doutor Miguel Gomes Martins

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

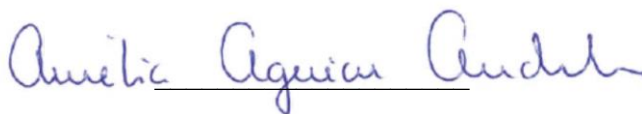
O candidato,

Handwritten signature in blue ink, reading "Carlos Filipe Nunes Lobo Dias". The signature is written over a horizontal line.

Lisboa, 15 de março de 2021

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Handwritten signature in purple ink, reading "Amélia Aguiar André". The signature is written over a horizontal line.

Lisboa, 15 de março de 2021

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O coorientador,

Handwritten signature in black ink, reading "Rafael António Gomes Martins". The signature is written over a horizontal line.

Lisboa, 15 de março de 2021

Ao Tiago

À Rita

AGRADECIMENTOS

A Idade Média prendeu-me somente porque tinha o poder quase mágico de me fazer mudar de paisagem, de me arrancar aos problemas e às mediocridades do presente e, ao mesmo tempo, de me devolver mais abrasador e claro.

LE GOFF, 2003, pp. 15-16

Oito anos e meio separam o dia em que abracei este trabalho e o momento em que o submeto à Academia. Um esforço desta natureza é devedor de múltiplos apoios, sem os quais não seria possível a sua realização. O primeiro agradecimento é devido ao Instituto Universitário Militar, pela inclusão do ciclo de estudos a que me propus no protocolo estabelecido com a Faculdade de Ciências Sociais de Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela concessão de tempo e apoio financeiro para uma breve, mas profícua, estadia na Casa de Velázquez, em Madrid. Um outro agradecimento é devido ao Centro de Informação Geospacial do Exército, pelo apoio concedido na cartografia e na relação toponímica nacional, elementos sem os quais não seria viável a obtenção de respostas a muitas questões sobre as possibilidades e limitações do território no tocante à execução de atividades militares.

Devo, naturalmente, um destaque especial aos meus orientadores. À Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade, agradeço a confiança em mim despositada, o acompanhamento atento, pontuado pelo rigor e exigência, o conselho amigo, a paciência e a segurança que sempre me transmitiu. A sua enorme dimensão humana, sensibilidade e disponibilidade permitiram que após períodos mais ou menos prolongados de afastamento da Idade Média, por via das obrigações profissionais, me recentrasse com rapidez nas problemáticas do meu estudo. Ao Doutor Miguel Gomes Martins, devo o assinalar de alguns trilhos que me coube tentar alargar, o debate técnico, as rápidas revisões e a disponibilidade permanente com que respondeu a todos os meus pedidos de apoio. Este percurso foi também o de vários projetos em conjunto no âmbito da História Militar, que deram os seus frutos, alguns com reflexo no presente trabalho.

Todas as ideias têm um ponto de partida, ganhando corpo se forem incentivadas e acarinhadas. Devo esse arranque inspirador à Doutora Isabel Cristina Ferreira Fernandes, que me despertou para o estudo mais aprofundado da dimensão guerreira das ordens

militares e me foi cedendo, à medida das necessidades, fontes impressas e bibliografia. O outro esteio desse, já longínquo, início do presente trabalho foi o Professor Doutor Luís Filipe Oliveira, que muito avisadamente me afastou de um estudo centrado exclusivamente nessas milícias, abrindo caminho para uma visão mais abrangente da atividade militar medieval.

Ao Professor Doutor Hermenegildo Fernandes, agradeço a forma hábil e assertiva com que arguiu o meu projeto de tese, alertando-me para os riscos a ele inerentes e contribuindo para um alargamento de horizontes que, esperamos, tenha dados os seus frutos.

Um trabalho sobre um tema tão abrangente necessitou de escoras em saberes diversos. Ao Professor Doutor Carlos Aguiar, um reconhecimento muito especial por me ter apresentado o mundo da botânica e fornecido chaves de leitura acerca da relação entre as condições ambientais e a guerra. Neste campo, de abertura a áreas de conhecimento específicas, sou ainda especial devedor a duas outras pessoas: à Doutora Inês Lourinho, pela informação rigorosa sobre almorávidas, almóadas e fontes islâmicas em geral e ao Professor Doutor João Luís Fontes, pela resposta a questões relacionadas com o contexto religioso medieval, mas não só.

No universo castrense, não posso deixar de referir o Coronel Luís Barroso, o Comandante Jaime Ferreira da Silva e o Tenente-Coronel João Correia, camaradas de armas que acompanharam este percurso e com quem, ao longo do tempo, fui tendo ocasião de desenvolver projetos e trocar ideias sobre os assuntos académicos. À Major Sónia Baldaia, agradeço a produção de uma carta topográfica de Portugal de base, que pude depois facilmente trabalhar adicionando informação geográfica obtida das fontes medievais.

As outras pessoas a quem quero fazer uma referência especial são, naturalmente, a minha família próxima. Perdoar-me e compreender-me-ão por serem mencionados somente pelos nomes próprios, pois os laços familiares são mais fortes do que quaisquer outros. Ao João Miguel, agradeço o aconselhamento sobre soluções digitais e apoio cartográfico, nomeadamente no manejo do *software Quantum GIS*. A ele e à Tatiana, a disponibilidade para me acompanharem, na Torre do Tombo, a vasculhar um considerável número de documentos com alguma probabilidade de conterem informação de interesse militar.

À minha tia e madrinha, Maria de Lourdes, pelo apoio de todas as horas. Aos meus sogros, Lúcia e Francisco, o meu sentido agradecimento pela disponibilidade permanente e por tornarem menos pesado o nosso esforço do dia-a-dia. Aos meus pais, Luísa e Abílio, por talharem degraus aos seus três filhos, dando-nos instrumentos para vencer na vida. Deles herdei muito, incluindo o gosto pela História e pela vida militar, embora não saiba em que quantidade herdei o quê de cada um.

A minha maior dívida de gratidão é para com a minha mulher, Rita e o nosso filho, Tiago. À Rita, por tudo o que sabe, pelo olhar atento, compreensivo e pela generosidade que só está ao alcance de quem nos conhece bem e nos ama. Ao Tiago, para quem esta tese representa metade da sua vida, pelo tempo que, para a elaborar, deixei de lhe dedicar e que, mesmo assim, desde sempre me repetiu palavras de incentivo. Esta é mais uma vitória nossa.

RESUMO

É assunto de um modo geral aceite pelo saber histórico que a sociedade cristã da Península Ibérica no tempo da *Reconquista* se encontrava organizada para a guerra. O objetivo do presente trabalho foi explicar o significado desta afirmação, entre 1128 e 1249, no território do ocidente peninsular correspondente ao espaço de influência militar da Coroa portuguesa. Para cumprir semelhante propósito tomou-se como ponto de observação o poder régio, analisando a guerra conduzida por este e por outros poderes cristãos sob uma perspetiva multidimensional. Entre as dimensões analisadas encontram-se a relação do espaço e da paisagem com a atividade militar, os contingentes possíveis de mobilizar, as formas de obtenção e manutenção de recursos para a guerra, a fortificação e as atividades a ela inerentes, a prática da guerra, o treino, as obrigações, isenções e fugas ao serviço militar, a sustentação logística, o vetor psicológico e o tratamento dos vencidos.

As respostas às questões colocadas sobre cada uma destas dimensões foram alcançadas através de uma metodologia que integrou informação obtida das fontes – maioritariamente impressas – com dados provenientes de outros campos do saber e ainda com a interpretação de indícios. Este processo tornou possível identificar, no território e cronologia estudados, muitos aspetos inerentes à preparação e à prática da guerra comuns a outros espaços ibéricos, mas também algumas especificidades militares que parecem ter tido mais expressão na faixa ocidental do que em qualquer outra região da Península Ibérica.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média, Portugal, História Militar, Guerra, Reconquista

ABSTRACT

Historical knowledge currently accepts that the Iberian Christian Society contemporary of the Reconquest was organized for war. The main purpose of this research was to explain the meaning of the previous statement between 1128 and 1249 referred to the western portion of the Iberian Peninsula corresponding to what would become the Portuguese Crown area of influence. In order to achieve this goal, we have analysed the way the king and other Christian powers conducted military operations. The analysed dimensions were the relationship between landscape and warfare, mobilization possibilities and limitations, obtaining resources for war, fortification, the execution of war, the training, the military obligations, the exemptions and desertion to military service, logistics, the psychological perspective and the fate of those who were defeated in combat.

The answers to the questions posed over each one of the presented dimensions were obtained through a methodology that gathered information from sources – mostly published – with data proceeding from other knowledges and clue interpretation. These procedures made possible to identify many aspects concerning preparation and execution of war that are similar to those identified in other parts of the Iberian Peninsula as well as other aspects that seem to be specific of the western part of the territory.

KEYWORDS: *Middle Ages, Portugal, Military History, War, Reconquest*

RESUMEN

El saber histórico acepta de un modo general que la sociedad cristiana de la Península Ibérica en los tiempos de la Reconquista se encontraba organizada para la guerra. El objetivo del presente trabajo ha consistido en explicar el significado de esta afirmación, entre 1128 y 1249, en el territorio del occidente peninsular correspondiente al espacio de influencia militar de la Corona portuguesa. Para cumplir dicho propósito se ha tomado como punto de observación el poder regio, analizando la guerra conducida por este y por otros poderes cristianos bajo una perspectiva multidimensional. Entre las dimensiones analizadas se encuentran la relación del espacio y del paisaje con la actividad militar; los contingentes disponibles para movilización; las formas de obtención y mantenimiento de recursos para la guerra; la fortificación y las actividades inherentes a ella; la práctica de la guerra; el adiestramiento; las obligaciones, exenciones y fugas al servicio militar; el sostenimiento logístico; el vector psicológico y el trato a los vencidos.

Las respuestas a las cuestiones planteadas en cada una de estas dimensiones se han alcanzado a través de una metodología que integra la información obtenida de las fuentes, mayoritariamente impresas, con datos provenientes de otros campos del saber y con la interpretación de indicios. Este proceso ha hecho posible identificar, en el territorio y cronología estudiados, muchos aspectos inherentes a la preparación y a la práctica de la guerra comunes a otros espacios ibéricos, pero también algunas especificidades militares que parecen haber tenido más expresión en la franja occidental de lo que en cualquier otra región de la Península Ibérica.

PALABRAS CLAVE: Edad Media, Portugal, Historia Militar, Guerra, Reconquista.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
RESUMEN	vi
ÍNDICE	vii
ÍNDICE DE QUADROS	x
RELAÇÃO DE ANEXOS	xi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xiii
INTRODUÇÃO	1
1. SOCIEDADES E PODERES	33
1.1. Uma sociedade organizada para a guerra	33
1.2. Um mundo dinâmico e em mutação	44
1.3. Síntese Conclusiva	57
2. ESPAÇOS	60
2.1. Clima e Território: uma visão em função da prática da guerra	63
2.2. Orografia e coberto vegetal	76
2.3. O movimento de forças	101
2.4. A relação do homem com o território	132
2.5. Síntese conclusiva	145
3. CONDIÇÕES E RECURSOS PARA A GUERRA	149
3.1. Os contingentes	149
3.1.1. Os companheiros do rei	151
3.1.2. As mesnadas senhoriais	173
3.1.3. As ordens militares	181
3.1.4. Os municípios	191
3.1.5. Outros combatentes	226
3.2. A obtenção e manutenção do potencial militar	231
3.2.1. Os recursos humanos	232
3.2.2. As montadas	254
3.2.3. Os recursos materiais	259
3.3. Síntese Conclusiva	266
4. SISTEMAS FORTIFICADOS	271
4.1. A dimensão técnica	272

4.2. A dimensão estratégica	284
4.2.1. A defesa do Minho	288
4.2.2. A brecha de Chaves e os vales do Tâmega e Corgo	293
4.2.3. Bragança	295
4.2.4. De Miranda a Açafa (passando pelo Sabugal)	297
4.2.5. A linha do Mondego	306
4.2.6. A linha do Tejo	308
4.2.7. A sul do Tejo	313
4.3. Os serviços em torno do castelo	321
4.3.1. A obtenção de informações	322
4.3.2. A vigilância dos muros	326
4.3.3. A construção e a reparação	328
4.4. Síntese Conclusiva	332
5. PRÁTICA DA GUERRA	336
5.1. Da destreza de armas individual ao combate coletivo	336
5.2. A defesa da terra	352
5.3. A ida em hoste com o rei	358
5.4. Guerra guerreada	367
5.4.1. Finalidades e terminologia	368
5.4.2. Pequenas expedições	375
5.4.3. Grandes expedições	386
5.5. Guerra de expansão e assédio	394
5.5.1. A dimensão estratégica – apropriação territorial	395
5.5.2. O ataque e a defesa de fortificações	408
5.6. Enfrentamentos campais	424
5.6.1. Tipologia de enfrentamentos	429
5.6.2. A escolha da posição	432
5.6.3. As formações de combate	434
5.6.4. Os métodos de comando e controlo	439
5.6.5. As primeiras ações de combate	442
5.6.6. A ação decisiva	443
5.6.7. A exploração do sucesso	446
5.7. Síntese conclusiva	449
6. OUTRAS DIMENSÕES DA GUERRA	452
6.1. O treino militar	452

6.2. As isenções e as fugas à prestação de serviço	458
6.3. A sustentação e apoio das forças em campanha.....	466
6.4. A dimensão psicológica.....	477
6.5. Depois do combate: o inimigo vencido	484
6.6. Síntese Conclusiva.....	499
CONCLUSÃO.....	503
FONTES MANUSCRITAS	510
FONTES IMPRESSAS	510
INSTRUMENTOS AUXILIARES DE PESQUISA.....	517
ESTUDOS	518
RECURSOS DIGITAIS	576

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Incidência de operações militares no Ocidente peninsular de que se sabe o mês de início, 1100-1245	66
Quadro 2. Grandes expedições militares muçulmanas contra cristãos.....	69
Quadro 3. Principais ações militares nas vias de Leiria e Penela até à conquista de Santarém	85
Quadro 4. Principais ações militares na região de Ribacoa.....	86
Quadro 5. Principais ações militares no eixo Chaves-Douro	86
Quadro 6. Distâncias e jornadas de marcha.....	123
Quadro 7. Limites extremos de alguns termos onde vigorava a ida e regresso do apelido no mesmo dia.....	125
Quadro 8. Distâncias percorridas por cavalgadas desde Santarém	131
Quadro 9. Principais disposições militares nos forais e aforamentos coletivos anteriores a 1130	195
Quadro 10. Casais da Terra de Aguiar de Pena em 1220	245
Quadro 11. Proporcionalidade entre cavaleiros e peões cruzados em enfrentamentos campais na Terra Santa, 1099-1125	252
Quadro 12. Proporcionalidade entre cavaleiros e peões cristãos em enfrentamentos campais no centro e oriente da Península, 1094-1230.....	252
Quadro 13. Proporcionalidade entre cavaleiros e peões cristãos em algumas batalhas “régias” portuguesas, 1128-1178.....	253
Quadro 14. Fossados régios em território controlado pelos poderes muçulmanos	389
Quadro 15. Indícios de grandes fossados concelhios	391
Quadro 16. Principais cercos conduzidos contra fortalezas muçulmanas, 1128-1249	398
Quadro 17. Principais cercos conduzidos por poderes almóadas contra fortificações portuguesas, 1128-1249.....	405
Quadro 18. Principais cercos conduzidos no contexto de guerras contra leoneses e castelhanos, 1127-1249	406
Quadro 19. Cercos conduzidos em contexto de “guerra civil”, 1128-1249	407
Quadro 20. Enfrentamentos campais 1128-1249	427

RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo A – Mapas

1. Toponímia alusiva a locais de passagem em terreno com relevo montanhoso ou ondulado
2. Rede viária medieval – itinerários principais
3. Serviço no castelo de São Cristóvão de Panóias
4. Forais do Grupo de Numão e resposta municipal à ameaça castelhano-leonesa, 1130-1268
5. Efetivo obrigado a ir em fossado
6. A hoste de Pinhel (1199) nas Inquirições de 1258
7. Principais conjuntos de fortificações que operaram em sistema entre 1128 e 1249
8. Terras e Julgados entre Douro-e-Lima nas Inquirições de 1220
9. Terras e Julgados a norte do Douro em 1258
10. Principais fortificações ativas no Entre-Douro-e-Minho (1128-1249)
11. Principais fortificações ativas nos cursos do Tâmega e Corgo (1128-1249)
12. Principais fortificações ativas na região de Bragança (1128-1249)
13. Principais fortificações ativas entre Miranda e Açafa (1128-1249)
14. Principais fortificações ativas em torno do Mondego (1128-1249)
15. Principais fortificações ativas no curso médio do Tejo (1128-1249).
16. Principais fortificações de operação cristã no atual Alentejo e Estremadura Leonesa no final do século XII e início do século XIII
17. Principais fortificações muçulmanas do Algarve no século XII e início do século XIII
18. Aforamentos da região de Aguiar da Pena (1224-1257) e ida em hoste entre os rios Douro e Minho

Anexo B – Figuras

1. Representação do uso da besta na Península Ibérica
2. Coexistência do arco e da besta
3. Representação de besta com estribo
4. Convivência entre a monta à brida e a monta à gineta
5. Uso da lança como arma de arremesso
6. Representação do exército de Nabucodonosor a atacar Jerusalém

7. Representação de cavaleiro cristão
8. Representação de Santiago a cavalo contra os mouros
9. Representação de cavaleiro e duas cabeças degoladas
10. Tábua de concordância de Bíblia do Mosteiro de Alcobaça
11. Representação de combate entre guerreiros cristãos, a pé e montados
12. Representação de combate apeado
13. Representação de guerreiros a pé em combate contra cavaleiros
14. Representação de cavaleiro e peões armados de lança
15. Representação de assédio a fortificação
16. Representação de cavaleiros de ordens militares
17. Representação de acampamento muçulmano

Anexo C – Quadro cronológico comparado

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACM	<i>Colección diplomática medieval do Arquivo da Catedral de Mondoñedo</i> (ed. Enrique Cal Pardo, 1999).
ADA	<i>Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis</i> (ed. Monika Blöcker Walter, 1966).
AHM	<i>Militares que tiveram Número na Academia Portuguesa da História</i> (ed. Arquivo Historico Militar, 1986).
ANTT	Arquivo Nacional – Torre do Tombo.
ASC	<i>Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra</i> (ed. António Cruz, 1968).
BB	<i>Bulário Bracarense. Sumários de Diplomas Pontifícios dos Séculos XI a XIX</i> (ed. Maria da Assunção Vasconcelos e António Araújo, 1996).
BP	<i>Bulário Português de Inocêncio III, 1198-1216</i> (ed. Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria F. Marques, 1989).
c.	Concelho.
Cap.	Capítulo.
cf.	Conforme.
CAI	<i>Chronica Adefonsi Imperatoris</i> (ed. Maurilio Pérez Gonzalez, 2015).
CAIII	Chancelaria de D. Afonso III: Livro I Vols. 1 e 2 (ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, 2006).
CCA	<i>Crónica da Conquista do Algarve</i> (ed. Fernando Peixoto da Fonseca, 1997-1998).
CGE	Crónica Geral de Espanha de 1344. Vol. IV (ed. Lindley Cintra, 2009).
CIGeoE	Centro de Informação Geospacial do Exército.
CLII	<i>Second Lateran Council, 1139 A.D.</i> (ed. Norman Tanner, 1990).
CLM	Conquista de Lisboa aos Mouros (A). Relato de um Cruzado (ed. Aires Augusto do Nascimento, 2001).
CM	<i>Chronicon Mundi</i> (ed. Julio Puyol, 1926).
CP1419	Crónica de Portugal de 1419 (ed. Adelino Almeida Calado, 1998).
CRC	<i>Chronica Regis Coloniensis</i> (ed. Georg Waitz, 1880).
Coord.	Coordenação.

CSM	<i>Cantigas de Santa María.</i>
CT	<i>Cartulaire Général de l'Ordre du Temple: 1119?-1150</i> (ed. Marquis d'Albon, 1913).
DPPC	<i>Documentos de Pelay Pérez Correa</i> (ed. Lopez Fernández, 2010).
DES	<i>De Expugnatione Scallabis</i> (ed. Aires Augusto do Nascimento, 2005).
DIN	<i>De Itenere Navali (Narratio)</i> (ed. Dana Cushing, 2013).
Dir.	Direção.
DP-III	<i>Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares</i> vol. III, tomo I, A.D. 1101-1115.
DP-IV	<i>Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares</i> vol. IV, tomo I, A.D. 1116-1123.
DR	<i>Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios. Documentos dos condes portugalenses e de Afonso Henriques</i> , tomo I, vol. I, A.D. 1095-1185,
DRH	<i>De rebus Hispaniae – Historia de los hechos de España</i> (ed. Juan Fernández Valverde, 1989).
DS	<i>Documentos de D. Sancho I: 1174-1211</i> (ed. Rui de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, 1979).
Ed.	Edição.
Ed. Crít.	Edição Crítica.
EME	Estado-Maior do Exército.
Fasc.	Fascículo.
NOVA FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
FEP	Federação Equestre Portuguesa.
Fr.	Frei.
HC	<i>Historia Compostelana</i> (ed. Emma Falque, 1995).
HFAC	História Florestal, Aquícola e Cinegética, vol. 1 (ed. 1980).
HRG	<i>Historia de Regibus Gothorum, Wandalorum et Suevorum</i> (ed. 1894).
Intr.	Introdução.
LD	<i>Livro do Deão</i> , (ed. Joseph Piel e José Mattoso, 1980).

LF	<i>Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae</i> (reed. José Marques, 2016).
LLCDP	<i>Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i> , (ed. José Mattoso, 1980).
LP	<i>Livro Preto da Sé de Coimbra</i> (ed. Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso, 1977-1979).
LS	<i>Livro Santo de Santa Cruz</i> , (ed. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, 1990).
LSJ	<i>Liber Sacnti Iacobi, Codex Calixtinus</i> (ed. Carro Otero, 1999).
LV	<i>Livro Velho de Linhagens</i> (ed. Joseph Piel e José Mattoso, 1980).
mç.	Maço.
MH	<i>Monumenta Henricina</i> , vol. I (dir. António Joaquim Dias Dinis, 1960).
ML-III e IV	<i>Monarquia Lusitana</i> , tomos III e IV (reed. 1973 e 1974).
n.	Nota/ notas.
OA	<i>Ordenações Afonsinas</i> , Livro I (ed. Mário Júlio de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes, 1998).
<i>Op. Cit.</i>	Obra citada.
Org.	Organização.
p.	Página.
PDE 3-00	Publicação Doutrinária do Exército 3-00 – Operações.
PMH-DC	<i>Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata & Cartae</i> .
PMH-I-I e II	<i>Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones</i> , 2 vols.
PMH-LC-I e II	<i>Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines</i> , 2 vols.
PMH-S-I	<i>Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores</i> , vol. I.
pp.	Páginas.
reed.	Reedição.
RF	<i>Regesta de Fernando II</i> (ed. Julio González, 1943).
ROSJ	<i>Rule of the Military Order of St. James 1170-1493, Latin and Spanish Texts</i> (ed. Enrique Gallego Blanco, 1971).
RSII	<i>Regesta de D. Sancho II</i> (ed. Sandra Bernardino, 2003).
RT	Regra dos Templários (A) (ed. Upton-Ward, 2006).
s.a.	Sem ano.

s.d.	Sem data.
ss.	Seguintes.
Tít.	Título.
Trad.	Tradução.
VMH-I e II	<i>Vimaranis Monumenta histórica</i> , 2 partes (ed. António Luís da Silva Dantas, 1908-1929).
VMR	<i>Vida y Milagros de San Rosendo</i> (ed. Díaz y Díaz; Gómez; e Pintos, 1990).
VNP	Vegetação Natural Potencial.

INTRODUÇÃO

*Sabemos quiénes fueron los responsables de que los historiadores del arte de la guerra no pudieran realizar con facilidad su oficio: los cronistas.*¹

A procura de uma visão panorâmica em torno do fenómeno da guerra na Idade Média representa o corte entre uma historiografia tradicional, que privilegiava os aspetos estratégicos e táticos – uma “história de batalhas” – e uma nova abordagem, em que os aspetos técnico-militares não são desprezados, mas são interrelacionados com os contextos económico, social, técnico, cultural e mental coevos². Esta inovadora perspetiva começou a tomar forma na segunda metade do século XX, através de investigadores como Jan Franz Verbruggen, Phillippe Contamine e Bernard Bachrach³.

Em 1954, Verbruggen publicou *The Art of Warfare in Western Europe during the Middle Ages. From the Eight Century to 1340*⁴. Neste trabalho, a batalha continuava a ser o elemento central, mas o autor envolveu-a com o estudo de problemáticas relacionadas com o comando e controlo, a disciplina, o treino e a ideologia, entre outros. Não podendo ser encarado como autor de uma história verdadeiramente ampla neste campo, não deixa, no entanto, de ter mérito no carácter precursor do seu trabalho. Mais tarde, Philippe Contamine e Bernard Bachrach elaboraram sínteses historiográficas sobre a guerra na Idade Média que constituem, ainda hoje, leituras incontornáveis para perceber o modo como a abordagem “história-batalha” evoluiu para estudos mais abrangentes. Em 1980, Phillippe Contamine publicava *La Guerre au Moyen Âge*⁵; em 1997, Bachrach foi incluído no *Routledge Companion to Historiography*, com o artigo *Medieval Military Historiography*, em que na sua resenha historiográfica, referenciava o trabalho de Contamine como o mais completo no tocante à vertente militar na Europa Medieval⁶.

Desde então, as abordagens que procuram uma visão ampla dos assuntos militares medievais proliferaram, e tiveram, nas últimas três décadas, avanços significativos,

¹ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 348.

² Conf. M.G. MARTINS, 2011, p. 11 e MONTEIRO, 1998, p.20. Ver também N.S. TEIXEIRA, 1990, p. 205.

³ Para uma recensão sobre a historiografia militar desde a Antiguidade, veja-se MORILLO, 2013, pp. 11-44 e, especialmente sobre as transformações do “último meio-século”, as pp. 37-44.

⁴ Editado inicialmente em flamengo, o título que se apresenta corresponde à tradução inglesa, que só teve lugar em 1977, por S. Willard e R. W. Southern, editada por Richard Vaughan, Oxford: 1997. A edição consultada é a de The Boydell Press, Rochester – NY, 1997.

⁵ Reeditada em 1994.

⁶ BACHRACH, 1997, pp. 203-220.

materializados através de dois vetores de produção científica concorrentes. O mais recente, reside na edição de revistas da especialidade, das quais se destaca, desde 2002, o *Journal of Medieval Military History*, pelo seu papel central como publicação periódica de referência sobre guerra na Idade Média⁷. No contexto ibérico, desde 2015, a Associação Ibérica de História Militar (Séculos IV-XVI) tem desempenhado uma função análoga, tendo o primeiro número da sua revista online, *e-Strategica*, sido editado em 2017⁸.

O outro vetor, bem mais prolífico até ao momento (pela longevidade de que beneficia), é constituído pelos trabalhos monográficos de uma segunda vaga de historiadores militares, quer sobre a guerra medieval em geral, quer sobre assuntos específicos, direta ou indiretamente com ela relacionados⁹. No mundo francófono, para além de Contamine, destaca-se, entre outros, Jean Flori, com o seu trabalho sobre a cavalaria medieval¹⁰. No mundo anglo-saxónico, John France publicou duas obras sobre a arte da guerra no contexto das cruzadas sobre organização militar e armamento nos antigos principados e condados belgas¹¹, na esteira da temática inaugurada por R.C. Smail, em 1956¹². Para além destes, interessa relevar John Keegan, com a sua análise da história da guerra¹³ e, especificamente para a guerra medieval, o capítulo sobre a batalha de Agincourt, em *O rosto da batalha*¹⁴. Também são incontornáveis Jim Bradbury¹⁵ e John Norris¹⁶, com estudos no âmbito da guerra de assédio; Stephen Morillo¹⁷ e John Gillingham¹⁸, com trabalhos sobre o universo guerreiro normando e anglo-saxónico; Mathew Strickland, que se debruçou sobre a cavalaria na Inglaterra e na Normandia, num trabalho que pode ser encarado como complementar ao de Flori¹⁹; Andrew Ayton, sobre fabrico de armamento, equipamentos e os cavalos ingleses no século XIV, mas com muita

⁷ O primeiro volume, editado por Bernard S. Bachrach, Clifford Rogers e Kelly DeVries, assumiu-se como a primeira revista científica especificamente dedicada à guerra medieval (BACHRACH, 2002, pp. vii-ix).

⁸ GARCÍA FITZ, 2017.

⁹ Numa primeira vaga, transitando para a segunda, situam-se Philippe Contamine e Claude Gaier, este último com trabalhos sobre organização militar e armamento nos antigos principados e condados belgas (M.G. MARTINS, 2007, p. 6).

¹⁰ FLORI, 1998.

¹¹ FRANCE, 1994 e 1999.

¹² SMAIL, 1995.

¹³ KEEGAN, 2006. 1ª edição portuguesa do original de 1993.

¹⁴ KEEGAN, 1976.

¹⁵ BRADBURY, 1992.

¹⁶ NORRIS, 2007.

¹⁷ MORILLO, 1994.

¹⁸ GILLINGHAM, 2014.

¹⁹ STRICKLAND, 1996.

informação relevante para os séculos anteriores²⁰ e David Nicolle, autor profícuo sobre diversas matérias relacionadas com a guerra medieval, incluindo armamento, técnica e ordens militares²¹.

É sintomático que muitos trabalhos dados à estampa sejam coletivos, denotando a necessidade de um grau de especialização que seria difícil de atingir por um só autor. Em 1999, Maurice Keen coordenou e editou *Medieval Warfare. A History*²², com contributos de 13 autores. São também os casos de *Medieval Warfare 1000-1300*, coordenado por Michael Prestwich²³; *Medieval Military Technology*, inteiramente dedicado à tecnologia militar (com temáticas tão diversas como o armamento, proteções corporais, artilharia, máquinas de assédio, fortificação e tecnologia naval), publicado por Kelly DeVries e Robert Douglas Smith²⁴; e, ainda, *The Medieval City under Siege*, editado por Ivy A. Corfis e Michael Wolfe²⁵.

A atração pelas batalhas medievais ou, pelo menos, por uma história-batalha renovada, onde se relacionam os recontros com o que se sabe atualmente sobre os contextos e os fatores militares influenciadores, também conheceu algumas obras, destacando-se, fora do contexto ibérico, Georges Duby, com a sua pioneira abordagem à batalha de Bouvines²⁶, mas também Stephen Morillo, numa análise abrangente à batalha de Hastings²⁷ e Brian Todd Carey, com uma descrição dos sistemas militares, ao longo da Idade Média, partindo de batalhas representativas²⁸. Novas metodologias de estudo que permitiram ampliar extraordinariamente o conhecimento sobre acontecimentos muito glosados – e frequentemente muito mitificados – na historiografia anterior.

O século XXI também trouxe aos investigadores em história militar medieval duas obras enciclopédicas de referência. Em 2004, Jim Bradbury publicou *The Routledge Companion to Medieval Warfare*²⁹, onde não só aborda o que considera serem os principais contextos militares entre os séculos V e XVI, como apresenta pequenas biografias dos principais comandantes, desenvolve assuntos específicos, como o

²⁰ AYTON, 1999.

²¹ NICOLLE, 1999a e 1999b.

²² KEEN, 1999.

²³ PRESTWICH, *et al.*, 2006.

²⁴ DeVRIES e SMITH, 2012.

²⁵ CORFIS e WOLFE, 1995.

²⁶ DUBY, 2005.

²⁷ MORILLO, 1998.

²⁸ CAREY, *et al.*, 2006.

²⁹ BRADBURY, 2004.

armamento e a constituição dos exércitos e termina com um capítulo dedicado às fontes. Em 2010, Clifford Rogers coordenou e editou a obra coletiva *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, em três volumes, que constitui, até ao momento, o mais completo compêndio sobre estas matérias³⁰.

Traçado um breve panorama geral da produção historiográfica sobre guerra na Idade Média, interessa observar o que de mais relevante se publicou sobre a conflitualidade na Península Ibérica, abrangendo os séculos XI a XIII. Acerca da *Reconquista*, destacam-se três obras que, sem se debruçarem sobre o reino português em particular, são incontornáveis porque, ainda que, metodologicamente, tenham como base uma história política, fazem incursões sobre algumas dimensões particulares da guerra e, sobretudo, porque cada uma estabeleceu uma plataforma de conhecimento inovadora sobre o tema. Em 1978, Derek W. Lomax publicava no Reino Unido *The Reconquest of Spain*³¹; em 1992, Bernard F. Reilly dava à estampa, também no Reino Unido, *The Contest of Christian and Muslim Spain 1131-1157*³² e, em 2004, Joseph O’Callaghan, editou *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*³³.

O estudo sobre as milícias municipais ibéricas, de James F. Powers, em 1988, *A Society Organized for War: the Iberian municipal militias in the Central Middle Ages, 1000-1284*³⁴, constituiu um trabalho surpreendente na altura da sua edição, porque demonstrou que a guerra movida pelos poderes concelhios foi central e desempenhou um papel de maior relevo na *Reconquista* do que a historiografia tradicional foi veiculando. O autor constatou que os vestígios sobre o desempenho das milícias municipais são mais evidentes nos reinos de Leão, Castela e Aragão do que em Portugal, Navarra e Catalunha,

³⁰ ROGERS, 2010.

³¹ Traduzido e publicado em castelhano, em 1984. Com uma estruturação em função de uma história política na diacronia, o autor não se cingiu à análise dos principais acontecimentos bélicos, introduzindo um capítulo sobre as “condições de guerra”, em que abordava os aspetos físicos, os mecanismos cristãos de repovoamento, a constituição e motivação das forças, o moral e a gestão de baixas, as posturas dos podereres muçulmanos face aos cristãos e as ordens militares (LOMAX, 1984, pp. 125-146).

³² Publicado em Portugal sob o título “Cristãos e Muçulmanos, a luta pela Península Ibérica” (REILLY, 1996). A obra debruça-se sobre a Península Ibérica, desde a invasão muçulmana de 711 até meados do século XII, altura em que o autor considera haver uma remodelação e diversificação institucional nos reinos cristãos, que altera definitivamente a balança de poder para o lado destes (p. 290).

³³ O’CALLAGHAN, 2004. A obra coteja a Reconquista Ibérica, entre os séculos XI e XIII, com as Cruzadas pelo controlo da Terra Santa, concluindo sobre as razões que conduziram ao sucesso estratégico na Península, por contraste com o fracasso no Oriente Latino.

³⁴ POWERS, 1988.

em boa medida devido à informação disponível, deixando em aberto a pertinência de estudos mais aprofundados a este nível para os três últimos reinos³⁵.

No que respeita aos investigadores ibéricos, deve-se a Francisco García Fitz um trabalho de referência, de grande fôlego quanto à abrangência territorial *versus* abordagem panorâmica: “*Castilla y León frente al Islam: Estrategias de Expansión y Tácticas Militares (Siglos XI-XIII)*”. O autor tomou como centro as “estratégias de expansão e táticas militares” destes dois reinos ibéricos e dos seus monarcas e, a partir destas, traçou um quadro dos aspetos políticos, económicos, tecnológicos, logísticos, de recrutamento e mobilização e de arquitetura militar que lhes estão inerentes. Este estudo reveste-se de uma importância singular porque demonstra, claramente, que se pode observar uma verdadeira estratégia de expansão no mundo medieval castelhano-leonês, que combinou os instrumentos políticos, económicos, diplomáticos e militares ao alcance das monarquias, a fim da consecução de um objetivo político bem definido, que consistiu na ampliação do espaço dominado, através de duas linhas de esforço: guerra de desgaste e erosão e guerra de conquista e cerco³⁶.

A investigação conduzida no país vizinho sobre os assuntos da guerra ao tempo da *Reconquista* portuguesa é bastante rica, beneficiando de trabalhos de grande abrangência, que têm utilidade para o estudo das mesmas matérias no espaço português³⁷. Entre a investigação produzida nas últimas duas décadas, destacamos a questão das ideias de *Reconquista*, *Cruzada* e das mentalidades que, em Espanha, alcançou um nível de debate bastante mais profundo do que entre nós, aclarando os sentidos coevos dos conceitos³⁸. Salientam-se os trabalhos de Francisco García Fitz, *La Edad Media, Guerra e Ideología*³⁹; *La Reconquista, estado de la cuestión*⁴⁰; e *La Reconquista*⁴¹; de Carlos de Ayala, o estudo desenvolvido para Leão: *El Reino de León y la Guerra Santa: las*

³⁵ POWERS, 1988, p. 134.

³⁶ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 405. Estas ideias tinham sido já defendidas pelo autor em trabalhos anteriores, nomeadamente em *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea*, Madrid, Arco/Libros, 1998 e “¿Hubo estrategia en la Edad Media? A propósito de las relaciones castellano-musulmanas durante la segunda mitad del siglo XIII”, in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: As relações de fronteira no século de Alcanices*, vol. II, Porto, FLUP, 1998, pp. 837-854.

³⁷ Para além da contiguidade do território e de uma conceção comum do espaço por parte da nobreza, a investigação conduzida no país vizinho permite um exercício de história comparada, iluminando objetos de estudo comuns, mais bem conhecidos nos reinos de Leão, Castela e mesmo no Levante. Um exemplo é o caso dos almogávares, bem documentados em Aragão, que abordaremos a seu tempo, no presente trabalho.

³⁸ Em boa medida no sentido de contrariar os usos historiográficos das ideias de *Reconquista* e de *Cruzada* naquele país, que foram sendo associados a programas políticos, mesmo já durante o século XX.

³⁹ GARCÍA FITZ, 2003.

⁴⁰ GARCÍA FITZ, 2009.

⁴¹ GARCÍA FITZ, 2010.

*estrategias ideológicas (1157-1230)*⁴² e ainda a tese de doutoramento de Martín Alvira Cabrer, *Guerra e Ideología en la España Medieval: cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglo XIII. Batallas de Las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)*⁴³. Sobre a presença de cruzados na Península Ibérica, destacam-se, de Garcia Fitz, com Feliciano Nóvoa Portela, *Cruzados en la Reconquista*⁴⁴ e de Carlos de Ayala, *Las Cruzadas*⁴⁵.

Em Espanha também tem tido lugar um estudo de batalhas renovado, afastado da *histoire événementielle*, buscando uma visão abrangente do fenómeno bélico, universo do qual destacamos três trabalhos. Um primeiro, que se debruça sobre um período anterior ao que presentemente estudamos, mas de notável importância, quer por nos fornecer chaves de leitura sobre o substrato guerreiro ibérico precedente à influência franca, quer por permitir a compreensão da origem de realidades que se materializam na plenitude na cronologia que estudamos, é a obra de Margarita Torres, intitulada *Las Batallas Legendarias y el oficio de la guerra*⁴⁶. Um segundo, igualmente importante para a compreensão da “arte da guerra”, é a obra de Francisco Garcia Fitz sobre *Las Navas de Tolosa*⁴⁷, cujo primeiro capítulo consiste, precisamente, numa reflexão sobre o lugar da batalha medieval na historiografia moderna e contemporânea⁴⁸. Por último, o recente trabalho de Carlos J. Rodríguez Casillas, *La batalla campal en la Edad Media*, que para além da análise dos aspectos táticos, dos recursos mobilizados e do destino de vencedores e vencidos, oferece uma síntese do atual estado da arte sobre o assunto⁴⁹.

Um outro campo sobre o qual a investigação espanhola se tem igualmente debruçado são as ordens militares, salientando-se duas obras: de Carlos de Ayala, *Las*

⁴² AYALA MARTÍNEZ, 2015.

⁴³ ALVIRA CABRER, 2000.

⁴⁴ GARCÍA FITZ e NOVOA-PORTELA, 2014.

⁴⁵ AYALA MARTÍNEZ, 2014b.

⁴⁶ M. TORRES, 2002. Na observação das batalhas, o estudo lida com as questões da identidade dos guerreiros cristãos e dos seus exércitos, a busca de prestígio pessoal e a ideia de continuidade com o mundo godo, anterior à invasão muçulmana, cotejando-as com a identidade islâmica e a motivação dos andaluses para a guerra santa. Na análise do “ofício da guerra”, a autora examina o modo como se logrou o equilíbrio estratégico de forças e dissecar a organização militar dos reinos cristãos, bem como o estilo de guerra praticado, através da trilogia “fossado-assédio-batalha”.

⁴⁷ GARCÍA FITZ, 2012, reedição da edição original de 2005.

⁴⁸ Tratando, de seguida, a batalha no seu contexto estratégico, a conjuntura política em torno de *Las Navas de Tolosa*, analisando os recursos militares e ideológicos de ambos os contendores para, finalmente, se debruçar sobre os desempenhos táticos. Um dos fios do argumento permite ao autor desconstruir a ideia, muito glosada pela historiografia, da batalha em questão ter sido “decisiva”.

⁴⁹ RODRÍGUEZ CASILLAS, 2018.

*órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*⁵⁰ e de Enrique Rodríguez-Picavea, *Los monges guerreros en los reinos hispánicos*⁵¹. Ambas foram organizadas de forma sistemática e abrangente, constituindo repositórios muito completos sobre as diferentes dimensões das milícias monásticas, sendo que o seu principal aporte para o grau de conhecimento desta temática reside na visão de conjunto que proporcionam.

Considerando o atual panorama historiográfico militar medieval que, felizmente, é bastante vasto – na quantidade da produção científica, na variedade das temáticas estudadas e na qualidade da investigação – os trabalhos apontados pretendem representar um estado da arte e a sua seleção tem por base os que mais influenciaram o nosso próprio trabalho. Mas uma análise coerente dos assuntos militares em Portugal, na cronologia em apreço, não seria possível sem o recurso a alguns estudos centrais, no âmbito da historiografia nacional das últimas décadas que, mesmo sem terem a guerra como objeto, proporcionam o enquadramento indispensável à sua compreensão e tratamento.

Evidenciam-se, assim, os trabalhos de José Mattoso sobre o elemento humano e a complexidade social medievá, porta de entrada para a análise da relação dos grupos sociais com a atividade militar, com destaque (mas não só) para a nobreza e os seus contextos⁵². Ainda sobre a nobreza e o seu ideário, mas também sobre as Inquirições, o contributo de Luís Krus constitui outro dos esteios a considerar⁵³. O estudo dos espaços ocupa também um lugar de destaque, salientando-se, quer pela metodologia então aberta, quer pela área territorial abrangida, a “construção social da paisagem” sobre a Terra de Santa Maria, obra que os dois investigadores referidos elaboraram com Amélia Aguiar Andrade⁵⁴.

⁵⁰ AYALA MARTÍNEZ, 2007.

⁵¹ RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008.

⁵² Entre outras, destacamos as obras que constituíram ponto de retorno recorrente ao longo do nosso trabalho: *Ricos-Homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos sécs. XI e XII* (MATTOSO, 1985); *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325* (MATTOSO, 1995, 2 vols., reedição do original de 1985-1986). No âmbito dos ensaios, a coletânea sob o título *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*, em geral, mas sobretudo *Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa* (MATTOSO, 1981, pp. 11-32); bem como os recolhidos sob o título *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval* (MATTOSO, 1999a a 1999f).

⁵³ Nomeadamente através da sua tese de doutoramento, publicada sob o título *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)* (KRUS, 1994) e o ensaio *Escrita e Poder: as Inquirições de Afonso III* (KRUS, 1981, pp. 59-79).

⁵⁴ MATTOSO, KRUS e A. ANDRADE, 1989. Anteriormente, os mesmos autores tinham desenvolvido um estudo mais sucinto sobre a região de Paços de Ferreira (MATTOSO, KRUS e A. ANDRADE, 1986).

A compreensão da diacronia no período estudado, bem como a caracterização física e social do reino de Portugal em formação, beneficiam de duas grandes sínteses de enorme qualidade, ainda não igualadas. Referimo-nos ao volume II, *A Monarquia Feudal*, coordenado por José Mattoso (1992), da História de Portugal dirigida pelo próprio, e ao volume III, *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XV*, coordenado por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (1996) da Nova História de Portugal, dirigida por Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Relativamente aos estudos de suporte, cabe ainda uma referência aos volumes da coleção *Reis de Portugal*, correspondentes aos cinco primeiros monarcas⁵⁵.

No que respeita à guerra enquanto objeto de estudo, entre nós, a visão panorâmica desse fenómeno social na Idade Média recebeu a designação de “história da guerra total”⁵⁶, conceito veiculado primeiramente por João Gouveia Monteiro, adotado explicitamente por Miguel Gomes Martins e, de certa forma, consagrado na síntese historiográfica sobre a História Militar Medieval, elaborada por estes dois autores em 2010⁵⁷. No entanto, há um ingrediente no conceito estratégico contemporâneo de “guerra total” que o faz não ser exatamente coincidente com a intenção dos medievalistas: enquanto a estratégia usa a designação de “total” para espelhar o empenhamento de todos os vetores de um estado em função da guerra⁵⁸, os dois autores referidos pretendem expressar que o fenómeno da guerra na Idade Média deve ser estudado tendo em conta esses vetores, mas estes não estão, forçosamente, organizados ou orientados para o esforço de guerra⁵⁹.

⁵⁵ Iniciando em D. Afonso Henriques (MATTOSO, 2007) e continuando com BRANCO, 2006; VILAR, 2008; H. FERNANDES, 2010 e VENTURA, 2009, respetivamente.

⁵⁶ MONTEIRO e MARTINS, 2011, pp. 459-482. A “história total”, preconizada pela primeira geração dos “*Annales*” reclamava para si todos os territórios das diferentes ciências sociais, mas a segunda geração já tinha alargado os horizontes às restantes ciências, transformando campos de conhecimento como a zoogeografia, a meteorologia ou a fitogeografia em instrumentos auxiliares no estudo da história (HARSGOR, 1978, pp. 4-5). É certo que uma tese no âmbito da história total é algo ambicioso. Talvez por isso, o termo “panorâmico” seja mais feliz, tal como João Gouveia Monteiro preferiu designar a sua, onde a visão de conjunto se obtém por um processo em que os aspetos estritamente militares são analisados em íntima conexão com os contextos económico, social, técnico, cultural e mental (MONTEIRO, 1998, p. 20).

⁵⁷ Para uma síntese na mesma linha, sobre a evolução da historiografia militar medieval em Espanha, veja-se GARCÍA FITZ, 2016.

⁵⁸ Gérard Chaliand caracteriza a “guerra total” como a que implica o empenhamento de todos os instrumentos das unidades políticas, incluindo, para além do militar, vetores como o industrial, o financeiro e o moral (CHALIAND, 1990, pp. LI-LIV).

⁵⁹ Independentemente da sociedade medieval, especialmente na *Reconquista*, estar organizada em função da guerra.

No capítulo historiográfico que elaboraram em 2010, assinalam a existência de um marco transicional nos seminários organizados pela Comissão Portuguesa de História Militar, a partir de 1990⁶⁰ e a “história da guerra total” está patente em três trabalhos de carácter panorâmico: (i) Em 1998, a tese de doutoramento de João Gouveia Monteiro, intitulada *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*; (ii) em 2003, o primeiro volume da *Nova História Militar de Portugal*, coordenado por José Mattoso, com contribuições de Mário Jorge Barroca, João Gouveia Monteiro e Luís Miguel Duarte; (iii) Em 2007, a tese de doutoramento de Miguel Gomes Martins intitulada *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média*⁶¹.

Dos três trabalhos antes referidos, aquele que se debruça sobre uma cronologia mais alargada, com início no Século XI e final no Século XV, é o conjunto de capítulos da *Nova História Militar de Portugal*. É também o único que abrange o período que nos propomos analisar (1128-1249) e implicou um esforço de organização dos temas de modo abrangente, tendo enfrentado dois grandes desafios: o de conseguir a complementaridade no conjunto dos contributos individuais e o de constituir uma síntese do que então se sabia sobre a guerra medieval em Portugal, numa altura em que subsistiam – e subsistem, ainda – assuntos que aguardam maior aprofundamento por parte da investigação⁶².

Os outros dois trabalhos assumem um carácter bastante diferente. Trata-se de teses de doutoramento panorâmicas, estudos exaustivos, metodologicamente assentes em estruturas de análise detalhada, que se intercetam em muitos aspetos, e que dizem respeito a cronologias relativamente alargadas. João Gouveia Monteiro escolheu como objeto a

⁶⁰ A evolução histórica da guerra ao longo do século XX tornou obsoleto o “paradigma tradicional da história militar”, centrado na descrição das grandes batalhas e nas biografias dos comandantes, substituindo-o por um novo, assente em três eixos: o alargamento do campo historiográfico a novos objetos; a introdução de novas teorias e métodos, resultante de décadas de renovação historiográfica com abertura ao conhecimento e metodologias de outras disciplinas; e o afastamento da tradicional função comemorativa e patriótica da história. No universo anglo-saxónico, esta transição iniciou-se mais cedo, mas em Portugal começou a ser evidente na década de 1990, passando a história militar a fazer parte de estruturas curriculares, tendo-se multiplicado encontros académicos sobre o assunto e a consequente produção historiográfica (TEIXEIRA e BARATA, 2003, pp. 11-13).

⁶¹ MONTEIRO e MARTINS, 2011, pp. 459-460.

⁶² É notório o tratamento distinto que autores diferentes dão a realidades da mesma natureza. Por exemplo, para o período até D. Dinis, Mário Jorge Barroca apresenta o armamento e a arquitetura medieval em capítulos distintos, enquanto João Gouveia Monteiro, no período seguinte, até à batalha de Alfarrobeira (1449) insere ambos num mesmo capítulo. Em relação à assimetria entre os “estados da arte”, atente-se que Mário Jorge Barroca só tem a possibilidade de tratar as estratégias e táticas num pequeno capítulo de 11 páginas (*op. cit.* pp. 148-158), ao passo que João Gouveia Monteiro já dispõe, para a sua cronologia, de informação que lhe permite desenvolver amplamente esta temática: 29 páginas divididas em vários subcapítulos (*op. cit.*, pp.216-244). Em boa medida, entre outros fatores, certamente que a assimetria das fontes disponíveis para as diferentes cronologias terá contribuído para as diferenças na organização dos estudos.

hoste régia, num período compreendido, em linhas gerais, entre as guerras fernandinas e a batalha de Alfarrobeira⁶³. Miguel Gomes Martins, por seu lado, estudou o período imediatamente anterior, situado entre os anos finais do reinado de D. Sancho II e as guerras fernandinas⁶⁴. Até ao presente momento constituem os dois únicos trabalhos portugueses que escolheram deliberadamente a guerra como objeto e se propuseram a problematizá-la e a analisá-la numa multiplicidade tal de dimensões, que lhes confere um estatuto de referências quanto ao estado da arte. Em ambos os casos, a guerra foi analisada numa perspetiva que não se centra exclusivamente nos aspetos estratégicos e táticos. Em Portugal, este tipo de abordagem constituiu uma novidade com João Gouveia Monteiro, linha que Miguel Gomes Martins acompanhou e que, com o presente trabalho, nos propomos seguir.

No tocante à atividade militar no período da *Reconquista* portuguesa, a produção historiográfica nacional tem já bem desenvolvidas algumas questões fundamentais, identificando-se uma relativa abundância de estudos setoriais que conviemos inserir em três tipologias principais: estudos sobre a guerra abrangendo períodos relativamente prolongados no contexto da *Reconquista*; estudos sobre facetas específicas da guerra (as estratégias, a mobilização, o armamento, etc.) e estudos de caso sobre ações localizadas ou acontecimentos militares. Como base para esta recolha, João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins constituem-se, uma vez mais, ponto de apoio, ao enunciarem e organizarem, em 2010, a generalidade dos trabalhos que mais tinham contribuído, até então, para o avanço do estudo da História Militar Medieval em Portugal⁶⁵. Destes, salientamos seguidamente os mais significativos que se inserem na cronologia que estudamos, tendo também adicionado à relação bibliográfica elencada por aqueles dois autores, os trabalhos que foram publicados na última década.

⁶³ MONTEIRO, 1998, p. 20. O estudo foi dividido em três partes: (i) “Organizar a Guerra”, em que são abordados o recrutamento e efetivos, a administração, o equipamento e as finanças; (ii) “Executar a Guerra”, que engloba os aspetos da aprendizagem, do planeamento e do exército em movimento, a batalha – incluindo os preparativos, a execução e o pós-combate, cercos e outras operações e o rasto da guerra; (iii) “Viver e Usar a Guerra”, contendo os aspetos relacionados com o treino, mentalidades e comportamentos e a função social da guerra.

⁶⁴ M.G. MARTINS, 2007, p.10. Estruturou a sua tese em: (i) “Os combatentes”; (ii) “Preparar a Guerra”; (iii) “As estruturas fixas de defesa”; (iv) “Os combates”; (v) “Outras faces da guerra”, em que aborda a sustentação logística e o impacto da guerra sobre o território e as populações. Parte significativa da tese foi publicada, em 2014, sob o título publicado 2014 sob o título *A Arte da Guerra em Portugal, 1245 a 1367* (M.G. MARTINS, 2014a). Esta edição não contempla o capítulo sob fortificação.

⁶⁵ MONTEIRO e MARTINS, 2011, p. 462 e seguintes.

A primeira categoria, dos estudos sobre a guerra abrangendo períodos longos, é a de produção menos abundante. Sobre a *Reconquista*, para um tempo anterior à formação de Portugal, leia-se o trabalho de Pedro Gomes Barbosa⁶⁶, existindo uma obra mais antiga, de Rui de Azevedo, esta focada na conquista portuguesa⁶⁷. Também releva incluir João Gouveia Monteiro, num capítulo inteiramente dedicado ao tema, numa recente edição sobre a História Militar de Portugal⁶⁸. Abrangendo faixas cronológicas mais estreitas, mas ainda assim podendo considerar-se períodos prolongados, encontram-se referências como António Castro Henriques, sobre a conquista do Algarve⁶⁹ ou o de Carlos Guilherme Riley, sobre a fronteira medieval beirã⁷⁰, entre outros.

Na segunda categoria, de estudos sobre facetas específicas, raros são os que se debruçam sobre a execução da guerra em si mesma, destacando-se as análises sobre as estratégias de expansão e sobre as conjunturas de fronteira. Entre estes, José Marques desenvolveu um trabalho abrangente e pioneiro, sobre a estruturação do estado medieval português⁷¹, Pedro Gomes Barbosa abordou os contextos da guerra de fronteira contra o Islão, entre os séculos IX e XII⁷², Amélia Aguiar Andrade estudou as estratégias adotadas em relação ao *limes* noroeste de Portugal⁷³, análises às quais se podem adicionar as de Sílvio Conde e de Filipa Santos, sobre a fronteira, guerra e povoamento no vale do Tejo⁷⁴ e também a recente tese de doutoramento, de Inês Lourinho, sobre a fronteira entre almorávidas e cristãos (1093-1147)⁷⁵. Quanto às estratégias em ação, a lista continua, passando pela região de Leiria e pelos limites orientais das Beiras, bem como pelos sistemas de fortificação de fronteira, com Pedro Gomes Barbosa⁷⁶ e Rita Costa Gomes⁷⁷. De considerar também as estratégias de determinados comandantes militares, como D. Fernando, senhor de Serpa e Geraldo Sem Pavor, ambos analisados por Armando de Sousa Pereira⁷⁸ e ainda a obra de Miguel Gomes Martins sobre guerreiros medievais portugueses que, para a cronologia que nos interessa, inclui Geraldo, Gualdim Pais, o

⁶⁶ *A Reconquista Cristã: nas origens de Portugal, séculos IX a XII* (BARBOSA, 2008a).

⁶⁷ *Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores* (AZEVEDO, 1937).

⁶⁸ MONTEIRO, 2017, pp. 19-80.

⁶⁹ HENRIQUES, 2003.

⁷⁰ RILEY, 1996.

⁷¹ J. MARQUES, 1988, pp. 9-34.

⁷² BARBOSA, 2005, pp. 159-166.

⁷³ Destacamos A. ANDRADE, 1993, pp. 121-125; 1994; 2001, pp. 75-86; 1999, pp. 77-91; e 2001.

⁷⁴ CONDE, 2005, pp. 43-52 e F. SANTOS, 2011.

⁷⁵ LOURINHO, 2018.

⁷⁶ Conf. MONTEIRO e MARTINS, 2011, p. 466.

⁷⁷ R.C. GOMES, 1996 e 2003.

⁷⁸ A.S. PEREIRA, 1998 e 2008.

infante D. Fernando, Martim Gil de Soverosa, Paio Peres Correia e Afonso Peres Farinha⁷⁹. Para os traçados das estratégias militares régias, são incontornáveis as, já apontadas, biografias dos cinco primeiros monarcas.

São abundantes os trabalhos sobre fortificação e sobre ordens militares, dois temas cujos estudos conhecem um destacado desenvolvimento, quanto comparados com outros relacionados com a atividade militar do período. Salientam-se, entre os primeiros, a tese pioneira de Carlos Alberto Ferreira de Almeida⁸⁰ e o profícuo labor de Mário Jorge Barroca⁸¹. Recentemente, deve-se a Miguel Gomes Martins uma abordagem aos castelos sob o ponto de vista das suas diferentes funcionalidades e envolvências⁸². Para as ordens militares em Portugal, destacam-se a síntese elaborada por Isabel Cristina Fernandes e Luís Filipe Oliveira⁸³, e também estudos sobre milícias específicas presentes no território português: para a Ordem do Templo, o trabalho de Paula Pinto Costa⁸⁴ e, da mesma investigadora, os ensaios desenvolvidos sobre a Ordem do Hospital⁸⁵. Sobre a milícia de Évora-Avis, Maria Cristina Cunha desenvolveu igualmente um conjunto de estudos, que abrangem os séculos XII a XIV⁸⁶.

Ainda nesta segunda categoria geral cabem os trabalhos relativos ao recrutamento, mobilização e organização militares, cuja maioria assenta em perspetivas regionais, como o de António Manuel Carvalho de Lima, sobre o território de Anégia, entre os séculos IX e XII⁸⁷ ou o de Luís Filipe Oliveira, sobre os territórios de Arruda e Alcanede⁸⁸. Sobre prisioneiros de guerra, vejam-se os trabalhos de Maria Ângela Beirante⁸⁹ e Miguel Gomes Martins⁹⁰. Alguns ensaios e estudos debruçam-se sobre assuntos pouco aflorados na historiografia militar medieval portuguesa, mas que nos trazem luz sobre aspetos centrais no estudo da guerra. Vejam-se os casos de Luís Krus, sobre a perspetiva do combatente sobre a paisagem⁹¹ e de Maria Alexandra Lopes, sobre os discursos dos comandantes

⁷⁹ M.G. MARTINS, 2013b, pp. 31-148.

⁸⁰ ALMEIDA, 1978.

⁸¹ Entre os estudos deste autor, destacamos BARROCA, 1985-1986; 1991; 2000b; 2002; 2003a; 2003d; 2008-2009; e 2017.

⁸² M.G. MARTINS, 2016.

⁸³ I. FERNANDES e L.F. OLIVEIRA, 2005.

⁸⁴ P. COSTA, 2019.

⁸⁵ Dos quais se salienta P. COSTA, 2000.

⁸⁶ CUNHA, 2009.

⁸⁷ LIMA, 1999, pp. 399-413.

⁸⁸ L.F. OLIVEIRA, 2005b, pp. 1-18.

⁸⁹ BEIRANTE, 1989, reed. 2011, pp. 121-129.

⁹⁰ M.G. MARTINS, 2017b, pp. 235-247.

⁹¹ KRUS, 1987, pp. 7-10.

antes das batalhas⁹². Sobre o armamento destacam-se dois trabalhos de Mário Jorge Barroca: a introdução ao catálogo da exposição *Pera Guerrear, armamento medieval no espaço português*⁹³ e o capítulo sobre armamento militar da *Nova História Militar de Portugal*⁹⁴. O equipamento de equitação, observado através da documentação e da iconografia, foi analisado por Franklin Pereira⁹⁵. Sobre o impacto da guerra na escrita medievla, destacam-se o trabalho de Armando de Sousa Pereira, sobre as representações da guerra nas narrativas coevas da *Reconquista*⁹⁶ e também, de Tiago João Queimada e Silva, sobre a imagem de D. Afonso Henriques na cronística medieval⁹⁷. A utilização de sinais sonoros e instrumentos musicais no contexto da guerra foi estudada por Ana Carina Dias⁹⁸. Há ainda facetas da atividade bélica que, para a cronologia em apreço, se encontram quase totalmente inexploradas, entre as quais as relativas à sustentação das forças e ao treino dos combatentes, entre outras.

A terceira categoria, de estudos de caso sobre ações localizadas ou acontecimentos militares é, talvez, a mais abundante, quer na quantidade, quer na distribuição temporal da produção. Calculamos que, em grande medida, esta abundância se deva à abordagem “tradicional” da guerra medieval, na linha da *histoire événementielle* a que já aludimos e que, até à transição operada em Portugal na década de 1990, aquela era estudada em torno das batalhas e combates. Nesta linha inserem-se trabalhos sobre recontros, como o de Paulo Merêa⁹⁹ ou o de Costa Veiga¹⁰⁰, ambos sobre o bafordo de Valdevez, de Câmara Pina sobre a batalha de S. Mamede¹⁰¹, de Martim Velho, sobre a batalha de Ourique e sobre o ataque muçulmano a Miranda, Santa Eulália e Soure, em 1116¹⁰². Apesar de algum abrandamento entre o final da década de 1990 e o início da segunda década do século XXI, o estudo de campanhas específicas e de batalhas em particular beneficia de alguns trabalhos recentes, como a tomada de Alcácer, abordada por Maria Teresa Lopes Pereira¹⁰³, o estudo de Jorge de Alarcão, que renovou o debate sobre a batalha de Ourique,

⁹² M. LOPES, 1995.

⁹³ BARROCA, 2000a.

⁹⁴ BARROCA, 2003d, pp. 95-121.

⁹⁵ F. PEREIRA, 2009.

⁹⁶ A.S. PEREIRA, 2003.

⁹⁷ T. SILVA, 2011.

⁹⁸ A.C. DIAS, 2013.

⁹⁹ MERÊA, 1940, pp. 97-98.

¹⁰⁰ VEIGA, 1940, pp. 13-186.

¹⁰¹ PINA, 1979.

¹⁰² VELHO, 1989 e VELHO, s.d., respetivamente.

¹⁰³ M.T. PEREIRA, 1996, pp. 321-357.

de 1139¹⁰⁴ e também a obra de Miguel Gomes Martins, que publicou um conjunto de estudos de caso sobre episódios militares concretos¹⁰⁵. Sobre a conquista de Lisboa, a já referida síntese historiográfica sobre História Militar, elaborada em 2010, contabilizou três trabalhos de vulto, pelo punho de Pedro Gomes Barbosa, Nuno Valdez dos Santos e João Gouveia Monteiro¹⁰⁶, aos quais se juntam os trabalhos de Maria João Branco¹⁰⁷ e, de Miguel Gomes Martins, o mais recente estudo sobre o tema¹⁰⁸. De destacar, ainda, pela perspetiva abrangente da conjuntura que envolveu a tomada de Santarém, Lisboa e o controlo da linha do Tejo, a dissertação de mestrado de Inês Lourinho, *1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*¹⁰⁹.

A breve apresentação do estado da arte não ficaria completa sem um olhar sobre o contributo dos militares para a historiografia medieval. Em boa verdade, em cada geração, somente um reduzido núcleo de militares se dedica à investigação e, neste campo, os parentes mais ricos são a História Moderna e Contemporânea (embora na Marinha exista alguma tendência para cronologias um pouco mais recuadas, ligadas à Expansão). Ao longo do século XX destacaram-se, entre outros, Francisco Marques de Sousa Viterbo¹¹⁰, Vitoriano José César¹¹¹, José Estêvão de Moraes Sarmento¹¹², Augusto Botelho da Costa Veiga¹¹³, Luís Maria da Câmara Pina¹¹⁴, Manuel Afonso do Paço¹¹⁵, Belisário Pimenta¹¹⁶ e Frederico Alcide de Oliveira¹¹⁷. Também no âmbito da

¹⁰⁴ ALARCÃO, 2015.

¹⁰⁵ M.G. MARTINS, 2011. Destacam-se, para o período da conquista portuguesa, a Batalha de Ourique (1139), a Tomada de Santarém (1147), a Conquista de Lisboa (1147), o Fossado de Triana (1178) e a Conquista de Alcácer (1217).

¹⁰⁶ MONTEIRO e MARTINS, 2011, p. 467.

¹⁰⁷ BRANCO, 2001, pp. 217-234 e 2007, pp. 9-53.

¹⁰⁸ M.G. MARTINS, 2017a.

¹⁰⁹ LOURINHO, 2010.

¹¹⁰ Multifacetado, foi também médico militar na Marinha.

¹¹¹ Com trabalhos sobre a batalha de Ourique (CÉSAR, 1927 e 1934) e também sobre a cidade de Faro – Ocsónoba, sob o domínio muçulmano (CÉSAR, 1931).

¹¹² Com uma volumosa obra sobre o reinado de D. Pedro I (J. SARMENTO, 1924).

¹¹³ Com uma produção assinalável, conta com alguns trabalhos que são, ainda hoje referência nas matérias tratadas, nomeadamente os seus *Estudos de História Militar Portuguesa* (VEIGA, 1936b). Também se debruçou sobre batalhas, como a incontornável Aljubarrota, (VEIGA, 1951 e 1961), mas igualmente sobre alguns recontros do século XII: Valdevez e Ourique (VEIGA, 1929 e 1940) e sobre o fossado de Triana, de 1178 (VEIGA, 1956). Para uma bibliografia completa, consulte-se *Militares que tiveram Número na Academia Portuguesa da História*, 1986, p. 23.

¹¹⁴ Sobre a batalha de São Mamede, veja-se (PINA, 1979), ao qual se juntam vários trabalhos sobre D. Afonso Henriques (AHM, 1986, p.70).

¹¹⁵ Especialista de renome no âmbito da arqueologia, tomou parte em diversas escavações, (não exclusivamente medievais), destacando-se a primeira campanha de escavações no campo de batalha de Aljubarrota (AHM, 1986, pp. 77-78).

¹¹⁶ Debruçou-se, essencialmente, sobre a guerra no século XIV (AHM, 1986, pp. 35-36).

¹¹⁷ Com um estudo detalhado sobre a batalha de Aljubarrota (F.A. OLIVEIRA, 1979), revisto em 1986 (F.A. OLIVEIRA, 1986).

castelologia, surgiram nomes como Augusto Vieira da Silva¹¹⁸ e, mais recentemente, António Pires Nunes¹¹⁹.

Face ao panorama bibliográfico traçado nos parágrafos anteriores, interessa situar o presente trabalho. O nosso objeto de estudo são as operações militares terrestres conduzidas pelo poder régio português ou executadas em apoio direto a esse poder. Como delimitação espacial, considerou-se o alcance do braço militar régio, que corresponde sensivelmente à área do atual território português, ao qual se devem acrescentar os espaços na esfera de influência dos reinos de Leão, Castela e dos poderes muçulmanos, onde tiveram lugar operações militares¹²⁰. Como delimitação temporal, a cronologia tratada coincide, em datas formais, com a identificação de Portugal, simbolicamente enquanto entidade autónoma, a partir de 1128 e a conquista de Santa Maria de Faro, em 1249, um período que por vezes é designado por *Reconquista Portuguesa*.

O marco inicial, que corresponde à batalha de São Mamede, não nos impediu de fazer incursões em cronologias mais recuadas, sempre que tal se revelou necessário para melhor compreender os indícios disponíveis para a cronologia em estudo. De igual modo, o ano de 1249 e o fim da Reconquista portuguesa surge-nos mais como simbólico do que como operatório. Com efeito, muitos aspetos da primeira metade do século XIII só são possíveis de identificar e compreender através da observação de realidades mais bem conhecidas na segunda metade daquela centúria. É também importante ter presente que o controlo político da totalidade do território português só foi formalmente materializado em 1297, com o tratado de Alcañices e que, até essa data, manteve-se latente uma conflitualidade com Castela pela posse do Algarve.

O objetivo de um trabalho de investigação reside na procura da resposta, ou da melhor resposta possível, a uma questão central colocada sobre o objeto. Por outras palavras, o objetivo principal e, se quisermos, os secundários que o compõem, consistem

¹¹⁸ Com estudos sobre a guerra no final do século XIV e a cidade de Lisboa na Crise de 1383-85 (AHM, 1986, p.29).

¹¹⁹ Destacam-se, com significativo interesse para o presente trabalho, NUNES, 1988 e 1994.

¹²⁰ Nas doutrinas militares atuais, entende-se “área de influência” como o espaço Teatro de Guerra onde um comandante consegue intervir com os meios de que dispõe. Uma vez que se toma como centro o poder régio português, deverá ser considerada a área de intervenção efetiva das forças militares deste poder. Como referência inicial, considere-se a cronologia apresentada na *Nova História Militar de Portugal*. Das 115 entradas correspondentes ao período entre 1128 e 1249, 13 correspondem a atuação militar no espaço leonês, com destaque para território de Límia. A adicionar a esta contabilização, as incontornáveis participações de contingentes portugueses nas significativas batalhas de Alarcos (1195) e de *Las Navas de Tolosa* (1212).

em encontrar respostas para a problematização do objeto. Verificámos, através da revisão da literatura apresentada, que o estudo da guerra e dos aspetos militares que a envolvem, em Portugal, no período em apreço, beneficia de desenvolvimento científico. Mas esse avanço reside em trabalhos setoriais, estando alguns assuntos profundamente estudados, como são os casos da fortificação, das principais operações militares ou de alguns guerreiros destacados; enquanto outros se encontram ainda insuficientemente explorados, como a visão militar da paisagem¹²¹, o treino individual e coletivo dos guerreiros, os métodos de comando e controlo, ou ainda a sustentação de forças em campanha, para citar alguns exemplos. Ora, o tratamento setorial do tema, aliado à assimetria das abordagens, parecem-nos contribuir para a inexistência de uma visão de conjunto, um estudo panorâmico sobre a guerra, em que os aspetos estritamente técnico-militares possam ser correlacionados com os contextos.

Partimos de uma plataforma segura, com um objeto de estudo onnipresente, já que é praticamente impossível a um historiador analisar qualquer dimensão do passado peninsular dos séculos XII e XIII sem se cruzar (e ter de lidar) com a conflitualidade. Como afirmou Elena Lourie, a sociedade cristã ibérica estava organizada para a guerra¹²². Mas mais do que a razão pela qual a matriz social se organizou desse modo, processo que iniciou muito antes do período que analisamos e que se encontra bem estudado¹²³, o objetivo principal do presente trabalho é explicar o seu significado e como se traduz e materializa na cronologia por nós escolhida.

Um objeto tão vasto é suscetível de sobre ele serem colocadas inúmeras questões, provindo algumas da nossa experiência profissional militar e outras da problematização derivada das leituras efetuadas ao longo do tempo sobre estes temas e do contacto com os documentos, ainda que maioritariamente os publicados. Vejamos as principais, a que procuraremos dar resposta: se, nos dias de hoje, a guerra ainda depende em larga medida do meio físico, qual a relação entre as condições climáticas, meteorológicas e topográficas e as operações militares nos séculos XII e XIII? Como se organizou o reino de Portugal

¹²¹ Que hoje os manuais militares designam por “aspetos militares do terreno” (PDE 3-00, p. 4-7).

¹²² LOURIE, 1966, p. 54.

¹²³ Uma transformação ocorrida por processos muito anteriores à cronologia estudada, que remontam à degradação do modelo social hispano-romano a partir do século III e à sua substituição por um modelo de influência germânica, a partir do século V, bem sintetizado por António Hespanha, através das transformações das relações económicas, sociais e políticas (1982, p. 119). O modelo social visigótico, assente numa especialização da função de defesa por parte de uma classe exclusivamente militar, foi posteriormente alterado, por força da conjuntura derivada das consequências da invasão muçulmana de 711: o confronto como Islão veio reforçar e ampliar as características militares da sociedade cristã.

para a guerra? Quais as principais possibilidades e limitações da Coroa Portuguesa? Como caracterizar o contributo das ordens militares para a guerra régia? Qual o papel das milícias concelhias e as repercussões sociais do seu envolvimento na guerra? Como se gerava, como se sustentava logisticamente a força militar e como se assegurava um efetivo estável de combatentes? Que funções específicas materializaram os sistemas de fortificações? Como se executavam operações militares? Como se traduzia a ação de comando? Quais os efeitos imediatos e consequências da guerra a médio e longo prazos?

Para além de procurar respostas a estas inquietações, o nosso estudo também nos parece poder ser relevante a outros dois níveis. O primeiro diz respeito ao contributo para a compreensão do fenómeno da guerra enquanto realidade inerente à sociedade¹²⁴. Tal como afirmou Adrian Goldsworthy, “*o estudo de qualquer aspeto do passado diz-nos algo sobre a natureza humana e, portanto, ajuda-nos a compreender o nosso tempo*”¹²⁵. O segundo deriva da consciência da vastidão do assunto, pelo que a visão panorâmica oferecida pelo presente trabalho, mais do que ter o ensejo de circunscrever na totalidade o fenómeno bélico no século XII e primeira metade do XIII, pode fornecer chaves de leitura e interpretação sobre a atividade militar que venham a ser úteis a quem estuda o mesmo espaço e a mesma cronologia, embora em busca de respostas a questões diferentes, não necessariamente militares.

Quanto às metodologias, somos especialmente devedores dos modelos de análise que presidiram às teses de doutoramento de Francisco García Fitz, João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins. Mas também beneficiámos de outro contributo, igualmente importante, do quadro teórico da Estratégia e das Operações Militares¹²⁶. A grande abertura da história à interdisciplinaridade adquiriu especial significado neste estudo, que necessitou do apoio de vários outros campos científicos, alguns dos quais constituem novidade, pelo menos no modo e extensão a que a eles recorremos. Salientamos os métodos e os estudos da área da geografia, que foram essenciais para identificar os principais fatores do território influenciadores da guerra, aos quais se

¹²⁴ Para uma síntese sobre como diferentes sociedades lidaram com a guerra, desde a antiguidade pré-clássica até à contemporaneidade, veja-se KEEGAN, 2006, pp. 21-91.

¹²⁵ GOLDSWORTHY, 2007, p. 13.

¹²⁶ Cujas introdução em Portugal foi fortemente impulsionada por Abel Cabral Couto, na década de 1980, na esteira de André Beaufre (BEAUFRE, reed. 1998 do original de 1963; e COUTO, 1987). Para uma síntese acerca da evolução da Estratégia enquanto campo de conhecimento, consulte-se J. BORGES, 2013, pp. 13-47. Sobre a relação entre História e Estratégia, enquanto campos do saber, veja-se AFONSO, 2014, pp. 133-157. Sobre a análise de uma fonte medieval através do quadro teórico da Estratégia, veja-se AFONSO, 2018a, pp. 15-61.

juntaram a cartografia e a climatologia, derivadas daquela¹²⁷, e também os estudos botânicos. As leituras obtidas com o apoio destas áreas de conhecimento permitiram construir uma imagem mais concreta do espaço, das suas possibilidades e limitações, tomando-a depois como pano de fundo para o estudo das restantes dimensões.

A leitura cartográfica detalhada do terreno possibilitou concluir sobre as áreas de influência dos centros fortificados, verificar as zonas possíveis de observar e as ocultas pela conformação da orografia, identificar corredores de mobilidade, enfim, tudo o que envolve a utilização do território para efeitos militares. A climatologia permitiu relacionar dados extraídos das fontes com o que se sabe, hoje, acerca do clima medieval e, dessa plataforma, elaborar sobre as possibilidades e limitações ao movimento e aprovisionamento de forças medievais. Também se revelaram de extrema importância os dados fornecidos no campo dos estudos botânicos, nomeadamente no que respeita à análise dos depósitos polínicos, relacionada com o conceito de Vegetação Natural Potencial, que permitiu compreender o coberto vegetal do território e, também por esta via, relacionar os dados obtidos das fontes com as possibilidades e limitações das forças militares.

Para além da delimitação temporal e espacial do nosso objeto, necessitámos de estabelecer uma delimitação concetual, uma vez que, a este nível, o nosso principal desafio foi obter uma visão de conjunto consistente. Aqui interessou sobretudo manter o estudo focado na tríade, da Teoria da Estratégia, do desenvolvimento, estruturação e aplicação da força militar¹²⁸. Foi, pois, importante, manter presente que a análise de um qualquer detalhe ínfimo relacionado com a guerra só teria interesse se nos permitisse explicar alguma das três dimensões apontadas. Por exemplo o estudo das características específicas das lâminas de espada, permite explicar algo das necessidades manufatureiras e, por conseguinte, da geração e desenvolvimento da força militar; o estudo das categorias sociais permite explicar algo da estruturação das hostes; e o estudo das vias de comunicação permite explicar algo da aplicação prática da força militar. Esta delimitação

¹²⁷ Neste campo, os suportes e apoio do Centro de Informação Geospacial do Exército, trabalhados posteriormente por nós, com a introdução de dados respeitantes aos séculos XII e XIII, permitiram novas leituras dos espaços e da sua influência na condução das operações militares medievais.

¹²⁸ Relacionados, *grossu modu*, com as estratégias genética, estrutural e operacional. A primeira diz respeito à obtenção e manutenção de meios para a execução da guerra; a segunda, à organização desses meios; a terceira, à aplicação direta da força. Para esta teorização, veja-se COUTO, 1987, vol. I, pp. 230-233.

conceitual tem interesse, sobretudo, para evitar que, numa época e espaço geográfico em que a guerra era omnipresente, tudo nos pareça relevante para o nosso estudo.

Para alcançar o objetivo proposto, estruturámos o trabalho em seis grandes temas, correspondendo ao mesmo número de capítulos. Começámos por verificar que a atividade militar, no território que viria a ser preenchido progressivamente por um Portugal em formação, foi sendo emoldurada por um conjunto de fatores sociais que assumiram formas específicas, por vezes bem diferenciadas do que ocorreu noutras regiões ibéricas. Por isso, conviemos necessário um primeiro capítulo, no qual efetuamos uma incursão pelas conceções e ideário enformadores da sociedade cristã no Ocidente Peninsular e caracterizamos as linhas de transformação social mais relacionadas com a guerra, entre as quais o impacto da presença dos diferentes poderes islâmicos e a sua interação com o universo cristão.

No segundo capítulo, identificamos a relação entre os fatores físicos do território – as possibilidades e limitações que apresentam – e as condições à execução da guerra. O clima dominante, as estações do ano e as condições atmosféricas inerentes condicionaram não só o coberto vegetal e a disponibilidade de água, como também determinaram a relação do homem com o território, dependente dos ciclos agrícolas e, consequentemente, o ritmo e sazonalidade da guerra. Todos estes fatores se correlacionam de forma única e específica no ocidente da Península Ibérica, sendo perceptíveis os seus impactos na obtenção e desenvolvimento dos recursos para a guerra, na implantação estratégica da fortificação e na forma de condução das forças militares. É, em boa medida, à luz dos aspetos desenvolvidos neste capítulo, que é possível desenvolver hipóteses de trabalho sobre certos fenómenos identificados nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo, analisamos as condições e recursos para a guerra, começando por caracterizar os contingentes cristãos, ou ao serviço dos poderes cristãos, para depois estudar os aspetos inerentes à geração de forças militares e ao esforço de manutenção do seu potencial. É o capítulo em que observamos os “atores” da conflitualidade medieval, examinamos as suas motivações e o modo como se organizam na sociedade. Mas isso não é suficiente. Todos os recursos são finitos e importa perceber de que modo os decisores medievais, com destaque para o rei, resolviam as questões da regeneração de recursos humanos, de montadas e de recursos materiais.

Apesar de poder ser enquadrado como um recurso para a guerra, entendemos conveniente autonomizar, num quarto capítulo, a fortificação. Em boa medida a “paisagem com castelos”, como é designada por Mário Jorge Barroca¹²⁹, gera possibilidades militares que determinam as opções estratégicas das entidades políticas em confronto (e também dos poderes senhoriais) e condiciona as táticas materializadas no terreno. Sem fortificação não é possível “guerra de posição” e a sua importância levou-nos a analisar as dimensões técnica (construtiva), de implantação estratégica e dos serviços militares desempenhados no contexto dos castelos.

No quinto capítulo, dissecamos a prática guerreira – a materialização cinética das condições desenvolvidas nos capítulos anteriores, começando por observar as facetas técnica e mecânica do combate, bem como as finalidades imediatas – ofensiva e defensiva – das operações militares. Seguidamente, analisamos as operações através das três dimensões que têm vindo a ser consagradas na historiografia militar medieval peninsular – a guerra guerreada, a guerra de expansão (incluindo o assédio a fortificações) e a batalha campal.

No sexto e último capítulo, incluímos algumas das dimensões inerentes à guerra no período estudado que, pela relevância e abrangência (são transversais a mais do que um dos capítulos anteriores), merecem tratamento diferenciado. Assim, o treino militar é inseparável da atividade militar em geral e da dos *bellatores* em particular; as isenções e fugas à prestação do serviço dizem respeito às obrigações requeridas aos contingentes elencados, mas também ao tipo de operações que eram convocados a executar; a sustentação das hostes em campanha está relacionada com a execução prática da guerra, mas também com as possibilidades e limitações que o território apresenta; a dimensão psicológica está presente no ideário (no antes e no depois do combate), mas também influi diretamente na conduta das operações e o tratamento dado ao inimigo derrotado tem um impacto determinante nas estruturas políticas, sociais e económicas, que vai bem mais além do que as consequências imediatas de uma pequena expedição, de uma batalha ou de um assédio.

Por fim, nas conclusões, integramos os dados obtidos ao longo do percurso de investigação, procurando sintetizar o modo de fazer a guerra no primeiro século e quase meio da existência de Portugal como entidade política diferenciada no quadro dos poderes

¹²⁹ BARROCA, 2003a.

ibéricos. Como já referimos, partindo da ideia, já bem demonstrada e consolidada pela historiografia, de que a sociedade cristã da *Reconquista* estava organizada para a guerra, pretendemos explicar como se materializava essa organização nos séculos XII e XIII. É verdade que muitas das facetas do tema estudado são conhecidas, mas também nos deparamos com dimensões pouco estudadas ou que, por “contágio historiográfico”, acabaram por ter a sua realidade oculta por outros retratos, frequentemente com origem na Europa Transpirenaica.

Tratar assuntos da guerra, procurando compreendê-los, analisá-los, e avaliá-los é tarefa exigente e, por vezes, pouco consensual, mesmo em relação à conflitualidade contemporânea. Exercer esse esforço sobre um período medieval em que aspetos como as mentalidades e o idioma eram significativamente diferentes dos dias de hoje e as entidades políticas e estruturas administrativas estavam em acelerado processo de formação e consolidação, obriga à tomada de opções quanto à terminologia. Sempre que possível, preferimos o vocabulário coevo na descrição de realidades militares, mas há conceitos mais facilmente definidos por termos posteriores, já consagrados pela historiografia. Nesses casos, privilegiámos os termos mais recentes e habitualmente utilizados pelos investigadores que tratam estes temas¹³⁰.

Naturalmente que a investigação de uma realidade vasta, como a guerra, numa cronologia igualmente ampla, apresenta alguns desafios que devem motivar a uma predisposição geral, assumida a montante, sobre a forma de encarar os materiais coevos estudados. Não sendo especialistas em nenhuma disciplina específica que confira instrumentos de análise privilegiados sobre documentação, material arqueológico ou outro, houve que redobrar o sentido crítico na análise de dados. Para além dos procedimentos de crítica externa e interna que devem ser apanágio do investigador em história, tivemos sempre presente que cada documento é um testemunho de um contexto, pelo que é fundamental lê-lo na diacronia em que se insere.

As opções metodológicas também estiveram dependentes de outros fatores. Não possuindo uma formação de base em história, nem dispondo de muito tempo, por

¹³⁰ Termos como “emboscada”, ou “estratégia” são claramente anacrónicos, mas úteis e consagrados pela historiografia militar. Outros, como “guerra guerreada”, foram utilizados por cronistas de épocas posteriores à cronologia estudada, como foi o caso de Fernão Lopes, referindo-se à guerra entre os reis de Castela e de Leão, no reinado de D. Pedro I de Portugal (*Crónica de D. Pedro I*, cap. 32, p. 100), mas o conceito adequa-se muito bem à Reconquista. O uso terminológico patente nas fontes suscita um apurado escrutínio crítico. A este respeito, veja-se MORILLO, 2013, pp. 59-64.

circunstâncias profissionais, optou-se pelo recurso quase exclusivo a fontes publicadas, já que a imagem que estas fornecem da guerra nos deixa seguros quanto à suficiência dos dados para caracterizar e explicar o nosso objeto de estudo¹³¹. Felizmente dispomos de um acervo publicado assinalável, quer em Portugal quer no estrangeiro (com destaque para fontes castelhano-leonesas) que nos permitem obter uma imagem ampla de inúmeros aspetos dos séculos XII e XIII, essenciais para a compreensão da guerra, destacando-se, em primeiro lugar, os núcleos principais de origem régia.

Através dos documentos da chancelaria régia, foi possível identificar as preocupações com a colonização e defesa dos espaços, obter indícios de campanhas militares (que, frequentemente, escaparam às fontes narrativas), identificar personalidades que acompanharam os monarcas na guerra (bem como alguns dos seus feitos de armas) ou perceber a valia dos recursos humanos, animais e materiais para o esforço bélico régio, só para citar algumas tipologias de dados obtidos. Destacam-se, neste âmbito, as coleções documentais do período condal e de D. Afonso Henriques¹³², de D. Sancho I¹³³, de D. Sancho II¹³⁴ e de D. Afonso III¹³⁵. Em relação ao diplomático de D. Afonso II, foi muito útil o levantamento efetuado por Maria João Branco¹³⁶, bem como a documentação já publicada em diferentes obras. Consultámos, também, os documentos da Chancelaria de D. Dinis¹³⁷, que se revelaram de utilidade para esclarecer assuntos pontuais relativos a cronologias anteriores¹³⁸.

No âmbito das fontes pontificias e episcopais utilizámos o *Bulário Português de Inocêncio III*¹³⁹, a coletânea *Portugalia Pontificia*¹⁴⁰, o *Bulário Bracaraense*¹⁴¹, entre outros publicados, quer em Portugal, quer em Espanha¹⁴². O principal interesse deste tipo

¹³¹ Estamos conscientes de que, neste campo, nos sujeitamos à qualidade das edições utilizadas. Entre as fontes inéditas, percorremos o *Fundo das Gavetas da Torre do Tombo*, tendo identificado uma dezena de documentos com interesse para o presente trabalho. Também recorremos ao *Livro de Mestrados da Leitura Nova*, disponível *online*, sempre que algum indicador nos remetia para um documento específico.

¹³² *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios* (DR).

¹³³ *Documentos de D. Sancho I* (DS).

¹³⁴ Esta, como se sabe, bastante limitada a uma compilação de 98 diplomas, efetuada por Sandra Bernardino (2003), da qual mantivemos a designação de *Regesta de D. Sancho II* (RSII).

¹³⁵ *Chancelaria de D. Afonso III* (CAIII).

¹³⁶ BRANCO, 1999, vol. II, pp. 33-92.

¹³⁷ *Chancelaria de D. Dinis* (CD).

¹³⁸ Foi também consultado o *Livro de Registo da Chancelaria de D. Afonso II*, e ainda alguns documentos régios leoneses, como os patentes na *Regesta de Fernando II* (RF).

¹³⁹ *Bulário Português de Inocêncio III (1198-1216)*, 1989 (BP).

¹⁴⁰ PP (LINEHAN, 2013).

¹⁴¹ BB (VASCONCELOS e ARAÚJO, 1986).

¹⁴² A título de exemplo, foram-nos de utilidade o *Livro Preto da Sé de Coimbra*, 1977-1979 (LP), o *Livro Santo de Santa Cruz*, 1990 (LS), o *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae*, 2016 (LF), ou a *Colección Diplomática Medieval do Arquivo da Catedral de Mondoñedo*, 1999 (ACM).

de documentação reside na informação que fornecem sobre as relações dos poderes régio, senhorial e eclesiástico entre si e com a Santa Sé, que inclui ocasionais descrições de pleitos e contendas (interessam-nos as que redundam em conflito armado) exortações à cruzada, enumeração de património imóvel edificado e transmitido (com destaque para fortalezas). Um outro panorama documental é-nos apresentado pelos cartulários eclesiásticos e monásticos, que assumem grande interesse porque reúnem muitos documentos correspondentes a transações, doações, compras, vendas, escambos e testamentos, enfim, documentação que frequentemente nos apresenta dados sobre os processos utilizados para apropriação do território e a organização defensiva e, ocasionalmente, também nos revela outros pormenores de interesse, como a transferência de equipamentos militares por herança.

Recorremos assiduamente aos fundos documentais incluídos na coletânea *Portugaliae Monumenta Historica*, incluindo os volumes correspondentes às *Leges et Consuetudines*¹⁴³, *Inquisitiones*¹⁴⁴, *Diplomata et Cartae*¹⁴⁵ e *Scriptores*¹⁴⁶. O primeiro foi o principal recurso para a consulta de disposições legislativas, incluindo a maioria das cartas de foral e aforamentos¹⁴⁷, bem como os foros e costumes. Os forais revelam-nos a guerra de duas formas: através da distribuição geográfica e dos conteúdos. Destes, ressaltam os relativos a disposições militares, mas também a outras práticas, como a criação e comércio de equídeos, sempre necessários na atividade militar. De relevo, igualmente, a descrição do território implicado, que permite inferir sobre o seu grau de povoamento e a existência de edificações relacionadas com a defesa. Pela sua continuidade, tipologia e pela sua filiação nos diferentes paradigmas identificados¹⁴⁸, os forais, outorgados pelo monarca ou por senhores, transmitem, na diacronia – e numa espécie de *longue durée* – a própria história da conflitualidade, não só contra o Islão, mas também face aos outros poderes cristãos concorrentes com o régio (quer externos, quer internos). Já os foros e costumes disponíveis constituem repositórios excepcionais sobre a execução da guerra ao nível municipal, mas também apresentam alguns problemas. Os que fornecem informação mais detalhada do ponto de vista militar são os de Ribacoa, espaço que esteve sob o controlo de Leão e Castela até 1297 e, por ausência de

¹⁴³ Tomo I (PMH-LC-I) e tomo II (PMH-LC-II).

¹⁴⁴ Tomo I (PMH-I-I) e tomo II (PMH-I-II).

¹⁴⁵ PMH-DC.

¹⁴⁶ PMH-S.

¹⁴⁷ Há um número razoável de cartas de foral e aforamentos que escaparam a Herculano, mas que se encontram publicados noutras coletâneas, às quais também recorreremos.

¹⁴⁸ Sobre estes assuntos consulte-se REIS, 2002, pp. 17-33.

documentos coevos equivalentes para outros municípios do território português, não nos permitem perceber com exatidão em que medida o preceituado era extensivo a outras regiões¹⁴⁹.

As *Inquisitiones*¹⁵⁰, revelaram-se um manancial de imensa utilidade, permitindo perceber a atividade militar das comunidades sob administração régia e a relação destas com os municípios e os senhorios, para além de possibilitarem chegar a estimativas sobre efetivos mobilizáveis em determinadas circunscrições. Deixam, sobretudo, entrever de um modo muito direto e com um grau de detalhe inigualado por qualquer outra fonte, o papel militar dos peões, categoria praticamente ausente da restante documentação, e são absolutamente esclarecedoras sobre muitos aspetos práticos da guerra previstos nos documentos de carácter jurídico. Infelizmente, estes riquíssimos documentos só cobrem uma parte do território estudado. Em relação a este assunto, a base de dados *Regnum Regis*, desenvolvida no IEM sob coordenação de Amélia Aguiar Andrade, sobre as inquirições no reinado de D. Afonso II (1211-1223), foi um excelente apoio¹⁵¹.

Alguns textos reunidos nos *Scriptores*, que entram no campo das fontes narrativas, submetidos a um escrutínio crítico, oferecem muitos dados de pormenor onde as fontes diplomáticas são habitualmente silenciosas¹⁵². Destas, ressaltam os livros de linhagens¹⁵³, pela quantidade de informação relativa à nobreza e à atividade da guerra a que se dedicava, por excelência. O panorama, em fontes narrativas cristãs com utilidade para o

¹⁴⁹ Sobre as origens dos foros e costumes, veja-se HESPANHA, 1982, p. 176. Os foros conhecidos para outras regiões, como Évora, Beja e Guarda, são bastante mais tardios e contêm muito poucas disposições militares, embora possamos inferir aspetos de interesse que remontam ao reinado de D. Sancho II (TAVARES, 2007, p. 9 e 10).

¹⁵⁰ Para além das inquirições patentes na coletânea referida, recorremos a outras, publicadas, como a inquirição à terra de Viseu, ordenada por D. Teresa e Fernão Peres de Trava, em 1127, transcrita em DR, doc. 74 ou o inquérito ordenado à cidade de Braga em 1216, publicado em M.A. MARQUES, 1985, pp. 83-128.

¹⁵¹ A. ANDRADE, SILVA, G. e FONTES, L., 2014.

¹⁵² Este escrutínio crítico obriga a ter sempre presentes algumas ideias centrais. Poder-se-ia pensar que, pelo facto de viverem inseridos numa sociedade organizada para a guerra e numa época em que a conflitualidade estava latente, os cronistas e poetas medievais eram conhecedores dos assuntos bélicos. Mas não é verdade e é surpreendente a sua ignorância acerca das técnicas militares e os vocábulos empregues pelos guerreiros para as descreverem. De um modo geral são muito ajustados na descrição de ciladas, do *tornafuye*, da algará ou do apelido e dos principais movimentos de uma batalha campal. Mas incorrem em erros graves quanto aos detalhes que realmente têm influência na guerra ou quanto à descrição de armamento e equipamento (OLIVER PÉREZ, 1993, p. 25). A respeito das narrativas monásticas (que são as mais frequentes no século XII) a descrição é distorcida, já que os monges, ao ignorarem certos aspetos dos assuntos militares, produzem frequentemente relatos fabricados ou imaginários, para além da convicção na intervenção divina, atribuindo as vitórias a milagres de um santo ou de uma relíquia (VERBRUGGEN, 1997, p. 10).

¹⁵³ Que optámos por abreviar não pela sigla da coletânea PMH, mas por outras, que remetessem de imediato para a fonte narrativa em causa: Livro Velho (LV), Livro do Deão (LD) e Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (LLCDP). É importante considerar o pouco rigor cronológico destes nobiliários (KRUS, 1994, pp. 222, n. 530).

estudo da guerra, é mais rico do que pode parecer à primeira vista, se tivermos em conta não só as portuguesas, mas também as de produção leonesa, castelhana e germânica. Entre as produzidas em *scriptoria* portugueses destacam-se o conjunto tradicionalmente conhecido como *Chronica Gothorum*¹⁵⁴ e outras de carácter igualmente analístico¹⁵⁵, como a composição elaborada por Monica Blocker-Walter, conhecida como *Annales Domni Alfonsi*¹⁵⁶, e os cronicões publicados nos *Scriptores*¹⁵⁷. Mas também as crónicas produzidas em Leão e Castela, como são exemplos a *Chronica Adefonsi Imperatoris*¹⁵⁸, o *Chronicon Mundi*, do bispo Lucas de Tui¹⁵⁹, a *Historia de Rebus Hispanie*¹⁶⁰ ou a *Estoria de Espanna*, de Afonso X¹⁶¹. De origem germânica, têm especial interesse as narrativas das expedições cruzadas, como a *Chronica Regia Colonienis*¹⁶², o *Narratio De Itenere Navali*¹⁶³, relato de um cruzado que inclui a tomada de Silves, em 1189, ou a descrição que Oliver de Paderborn, prelado de Colónia, redigiu sobre a Quinta Cruzada, que contribuiu para a tomada de Alcácer, em 1217¹⁶⁴. Entre as fontes narrativas de produção posterior à cronologia estudada, mas de grande valor, destacam-se a *A Crónica Geral de Espanha de 1344*¹⁶⁵ e a *Crónica de Portugal de 1419*¹⁶⁶, que foram objeto de um ainda mais cuidado uso crítico do que o dedicado às fontes dos séculos XII e XIII.

Alguns dos relatos cruzados têm um valor inestimável, porque foram redigidos por guerreiros, que não só tendem a apresentar os dados de modo menos mitificado e mais consistente do que os clérigos, como também revelam inúmeros detalhes relevantes que permaneceriam ocultos a um outro narrador que não tivesse vivido os acontecimentos.

¹⁵⁴ PMH-S-I, pp. 5-17.

¹⁵⁵ Sobre o valor dos textos analísticos como fonte, veja-se a reflexão de Armando de Sousa Pereira (2003, pp. 40-41). Também digna de nota, a constatação de que a guerra é um assunto omnipresente nesses textos (2003, p. 32).

¹⁵⁶ BLOCKER-WALTER, 1966 (ADA).

¹⁵⁷ Onde se incluem os *Chronicon* Alcobacense, Lamecense, Lorbanense, Breve Alcobacense e do Arquivo Nacional e as Crónicas Breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra (PMH-S-I, pp. 17-32).

¹⁵⁸ Utilizou-se a edição de Maurílio Pérez González, *Crónica del Emperador Alfonso VII*, 2015 (CAI).

¹⁵⁹ Utilizou-se a edição de Julio Puyol, *Crónica de España*, 1926 (CM).

¹⁶⁰ *Historia de Rebus Hispaniae*, 1989 (DRH). Também recorremos a outras crónicas, embora em menor escala do que as já referidas: a *Historia Gothorum*, *Wandalorum*, *Sveborum*, de Isidoro de Sevilha; a mítica “*Crónica do Mouro Rasis*”, que fornece alguns dados de interesse para as práticas e rituais da cavalaria nobre.

¹⁶¹ Na edição de Ramón Menéndez Pidal (AFONSO X, 1906).

¹⁶² Utilizou-se a versão editada por Georg Waitz, *Chronica Regis Coloniensis Annales Maximi Coloniensis*, 1880 (CRC).

¹⁶³ A versão utilizada foi a recente edição crítica, da autoria de Dana Cushing, *De Itinere Navali*, 2013 (DIN).

¹⁶⁴ GAVIGAN, 1971, pp. 49-145.

¹⁶⁵ A versão utilizada foi a editada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Vol. IV, 2009 (CGE).

¹⁶⁶ A Crónica foi elaborada com uma deliberada agenda político-guerreira. A versão que utilizámos foi a editada por Adelino Almeida Calado, *Crónica de Portugal de 1419*, 1998 (CP1419).

Entre estes autores em primeira mão contam-se redatores de missivas, como a carta a Osberno, do cruzado Raul, sobre a tomada de Lisboa, em 1147¹⁶⁷ e a correspondência trocada entre os comandantes protagonistas da tomada de Alcácer, em 1217, e o papa¹⁶⁸.

No âmbito dos documentos normativos e de carácter jurídico, destacam-se as *Siete Partidas*, de Afonso X, composição de inquestionável valor para a compreensão de muitos assuntos militares¹⁶⁹. Apesar de se tratar de uma fonte castelhana de produção posterior à cronologia em estudo, apresenta dados de interesse que, seguramente, não foram um exclusivo castelhano e que, em muitos aspetos militares, se encarregaram de sistematizar práticas vigentes e não a implementar novas¹⁷⁰. Ainda no âmbito normativo, para as ordens militares, os conjuntos documentais publicados são bastante consistentes e apresentam uma continuidade excecional. As normas de cada uma das quatro ordens presentes em Portugal – Templo, Hospital, Avis e Santiago – são conhecidas e encontram-se publicadas, algumas em mais do que uma edição¹⁷¹. Também dispomos de muita documentação publicada de chancelaria das ordens, que nos permite perceber não só aspetos das estratégias de organização do território, mas também obter dados sobre forças conjunturais que operaram ao seu serviço, sobre a fortificação e até sobre algumas ações militares protagonizadas por aquelas milícias em autonomia¹⁷².

Há um outro tipo de fontes escritas que se revelou riquíssimo para a compreensão dos comportamentos da nobreza face à guerra: a poesia satírica¹⁷³. Beneficiando da circunstância de se ter desenvolvido grandemente na primeira metade do século XIII e de, por vezes, fazer referências muito explícitas, ficamos com uma ideia vívida da dimensão psicológica e, sobretudo, de muitos aspetos da *praxis* militar que, de outro

¹⁶⁷ A versão que utilizámos foi a publicada por Aires Augusto do Nascimento e Maria João Branco, *Conquista de Lisboa aos Mouros (A). Relato de um Cruzado*, 2001 (CLM).

¹⁶⁸ Publicada na coletânea *Monumenta Henricina Vol.1*, 1960 (MH).

¹⁶⁹ *Partidas*. A versão utilizada foi *Siete Partidas (Las)*, 2006.

¹⁷⁰ O processo de assimilação em Portugal das *Partidas* como fonte de direito foi demorado e só se assiste à sua receção, na melhor das hipóteses, em finais do século XIII (DOMINGUES, 2017, pp. 10-11), mas a crítica interna ao documento deixa transparecer que muito do preceituado em termos militares corresponde a práticas amplamente difundidas e vigentes na Idade Média peninsular, como são exemplo os cargos e funções militares, a ordem de marcha e formações em batalha, assuntos em relação aos quais existem ecos noutra documentação.

¹⁷¹ Utilizámos, para a Ordem do Templo, a edição de Upton-Ward, *Regra dos Templários (A)*, 2006 (RT); para a Ordem do Hospital, a tradução para catalão de García-Larragueta *Libro de los Estatutos Antiguos de la Orden de San Juan*, 2002; para a Ordem de Avis, a normativa inicial era a de Calatrava. Pelo que recorremos ao *Bullarium Ordinis Militiae Calatrava*, 1761 (BC). Finalmente, para a Ordem de Santiago, utilizámos a Regra e Estabelecimentos editados por Enrique Gallego Blanco, *Rule of the Spanish Military Order of St. James (The) (1170-1493)*, 1971 (RS).

¹⁷² *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple 1119?-1150*, 1913 (CT); *Colección Diplomática Medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494) - TomoI*, 2000 ou a Documentação de Paio Peres Correia, publicada em LOPEZ FERNÁNDEZ, 2010, pp. 561-643 (DPPC).

¹⁷³ Tendo sempre presente que se trata, fundamentalmente, da “nova nobreza” de Afonso III.

modo, permaneceriam encobertos pela formalidade das restantes fontes escritas. Neste campo, foi fundamental o trabalho coordenado por Graça Videira Lopes, de que resultaram os dois volumes das *Cantigas medievais galego-portuguesas*¹⁷⁴ e também a base de dados do mesmo nome, alojada na página *Web* da NOVA FCSH¹⁷⁵.

Recorremos ainda a fontes muçulmanas publicadas e traduzidas em idiomas europeus, que podemos agrupar em dois conjuntos: as geográficas e as narrativas. No primeiro grupo, salientam-se as obras de Al-Idrisi¹⁷⁶, Al-Bakri¹⁷⁷, Al-Himyari¹⁷⁸ e Ibn Khaldun¹⁷⁹. Embora as duas últimas sejam, em simultâneo, geográficas e históricas, todas são essenciais para compreender muitos aspetos do território ibérico, em alguns casos com bastante pormenor no que toca aos itinerários, vegetação e possibilidades de travessia de cursos de água. Cruzadas com narrações de ações militares obtidas de outras fontes, mesmo cristãs, permitem perceber modos coevos de leitura do terreno, com impacto no planeamento das operações¹⁸⁰.

No campo das fontes narrativas islâmicas há alguns autores centrais para o período em análise, que permitem, desde logo, perceber diferenças, por vezes subtis, no modo como os vários poderes muçulmanos lidaram com os assuntos militares, com repercussões no conflito Cristandade-Islão na Península. O conhecimento do *modus operandi* militar dos poderes muçulmanos em diferentes conjunturas, oferece muitas respostas a questões sobre as opções dos poderes cristãos e vice-versa, sendo a crónica anónima das dinastias almorávida, almóada e merínida um extraordinário ponto de partida¹⁸¹. Ibn Idari¹⁸² é um autor fundamental para perceber o modo de guerrear almorávida e almóada, detalhando aspetos no âmbito da mobilização de tropas, tipologia de combatentes, eixos de progressão das expedições e os resultados das ações ofensivas

¹⁷⁴ G. LOPES, 2016, 2 vols..

¹⁷⁵ G. LOPES, *et al.*, 2011.

¹⁷⁶ *La Première Géographie de L'Occident*. Trad. Henri Bresc et Annliese Nef, 1999.

¹⁷⁷ *Geografía de España*. Intr., trad. notas e índices de Eliseo Vidal Beltrán, 1982.

¹⁷⁸ *Kitab Ar-Rawd Al-Mi'tar*. Trad. María Pilar Maestro Gonzalez, 1953.

¹⁷⁹ *Les Prolégomènes* (2). Trad. M. de Slane, 1865.

¹⁸⁰ Sobre os contextos de produção das fontes islâmicas relevantes para o período almorávida, a sua grande riqueza, bem como alguns dos riscos que elas encerram – especialmente quando se recorre a traduções fragmentárias – veja-se LOURINHO, 2018, pp. 19-21.

¹⁸¹ *Al-Hulal Al-Mawsiyya*, Trad. Huici Miranda, 1951.

¹⁸² *Al-Bayan al-Mugrib fi Ijitar Ajar Muluk al-Andalus wa al-Magrib - Los Almohades*, Tomo I, Trad. Huici Miranda, 1953 (*Al-Bayan I*); *Al-Bayan al-Mugrib fi Ijitar Ajar Muluk al-Andalus wa al-Magrib - Los Almohades*, Tomo II, Trad. Huici Miranda, 1954 (*Al-Bayan II*); *Al-Bayan al-Mugrib*, *Nuevos fragmentos Almorávides y Almohades*, Trad. Huici Miranda, 1963 (*Al-Bayan*, *Nuevos fragmentos...*); e *Al-Bayan al Mugrib*, III parte, *La caída del Califato de Córdoba y los reyes de Taifas*, Trad. F. Maíllo, 1993 (*Al-Bayan*, trad. F. Maíllo).

cristãos no espaço muçulmano. Já Ibn Sahib al-Sala¹⁸³ destaca-se pela minúcia com que descreve a atividade de Geraldo Geraldes, nas décadas de 1160-70. Al-Qalqashandi¹⁸⁴, para além da visão geográfica, fornece também uma visão de conjunto da situação dos reinos cristãos e da sua história política. Compete, neste ponto, referir que os trabalhos de Ambrosio Huici Miranda, dos quais se destaca a *Historia Política del Imperio Almóhade*, foram leitura indispensável¹⁸⁵.

Embora anteriores à cronologia em estudo, são igualmente importantes as composições de Ibn Hayyan¹⁸⁶ e de Abd Allah, o “último rei zirida de Granada”¹⁸⁷. O primeiro fornece dados sobre aspetos técnicos desenvolvidos no período emiral e califal, que têm expressão nos séculos XII e XIII, como é o caso do modelo de equitação “à gineta”. O segundo é interessante porque permite extrair dados sobre o modo de guerrear almorávida e o vivo contraste com as tradições políticas e militares andaluzas.

Entre os outros recursos nucleares encontram-se os concedidos pela epigrafia, pela “iconografia” e pela arqueologia. A primeira permitiu, para além das conhecidas epígrafes relacionadas com a arquitetura militar, como é o caso de algumas obras templárias, perceber a datação de outras estruturas com interesse para o presente estudo¹⁸⁸. Já as fontes iconográficas ocupam um lugar especial face à cronologia em estudo. Se, por um lado, não abundam as subordinadas a temáticas guerreiras, por outro lado, as que existem são extraordinariamente informativas no que respeita ao armamento e proteções corporais, aos estilos de equitação militar, às máquinas de assédio ou à sinalética utilizada no comando e controlo de tropas¹⁸⁹. Assumem destaque alguns relevos e iluminuras, que para além do anteriormente referido, também alimentam o debate sobre a datação da introdução de certos equipamentos e práticas militares no nosso espaço¹⁹⁰. Por último, a arqueologia constitui apoio no que respeita à fortificação, mas também é

¹⁸³ IBN SAHIB AL-SALA, 1969.

¹⁸⁴ *Subh al-Acsa Fi Kitabat al-Insha*. Trad. Luis Seco de Lucena, 1975.

¹⁸⁵ HUICI MIRANDA, 1956 e 1957.

¹⁸⁶ *Crónica del Califa Abderramán III an-Násir entre los años 912 y 942*. Trad. M.J. Viguera e F. Corriente, 1981.

¹⁸⁷ *Las "Memorias" de 'Abd Allah, último Rey Zīrī de Granada destronado por los Almoravides (1090)*. Trad. E. Levi-Provençal y Emilio García Gómez, 1981.

¹⁸⁸ Fundamental, sobre esta matéria, o trabalho de Mário Jorge Barroca (BARROCA, 2000a, 2000c (I e II)).

¹⁸⁹ Embora não tenha sido exaustivo, David Nicolle recolheu um conjunto apreciável de representações iconográficas relacionadas com a guerra em Portugal (NICOLLE, 1999a, pp. 163-165 e 432-433).

¹⁹⁰ A interpretação de fontes iconográficas apresenta problemas de vária ordem. Entre eles, a relação entre a data de produção e a cena representada, que gera questões sobre se os objetos figurados correspondem a realidades contemporâneas do artista ou da época figurada. A natureza do suporte utilizado também é de extrema importância, já que um desenho sobre um pergaminho terá, por princípio, condições para se assemelhar mais ao objeto real do que uma escultura em granito. No caso do armamento muçulmano, surge um problema acrescido, relacionado com a praticamente inexistente figuração humana.

responsável pelo achado, identificação e caracterização de muitos objetos guerreiros¹⁹¹. Infelizmente, à exceção de algumas escavações no mosteiro de São Vicente, em Lisboa¹⁹², no castelo de Silves¹⁹³ e a análise de exumações numa necrópole de Évora, de indivíduos que se pensa poderem estar relacionados com a Ordem de Avis¹⁹⁴, são muito raros os vestígios escavados relacionados com recontros ou violência com expressão militar¹⁹⁵.

Todas as fontes descritas oferecem inúmeras possibilidades e, no seu conjunto, fornecem dados suficientes para compreender certos fenómenos, a ponto de, em muitos casos, bastarem alguns exemplos identificados para se perceber um procedimento sistemático. Embora o tenhamos efetuado, não é necessário percorrer todas as cartas de foral para perceber os mecanismos essenciais do apelido, do fossado ou da repartição do saque. No entanto, ao encontrarmos uma exceção à norma, interessa questionar a sua razão, que, em muitos casos, só nos permite navegar no campo das hipóteses. Nalguns casos, as fontes são excecionalmente esclarecedoras. Sabemos, por exemplo, muito sobre regulamentação militar no seio da Ordem do Templo, por via da sua regra e estatutos; também temos muita informação sobre certos aspetos do comportamento das milícias municipais na guerra, pelo menos das leonesas, da região de Ribacoa, através dos foros e costumes a elas correspondentes.

Mas as fontes também têm limites, relacionados com a informação que não “podem” dar e com a que não “querem” dar. A título de exemplos, gostaríamos de saber mais sobre a participação da peonagem nas atividades militares dos municípios; em que medida as obrigações militares impostas pelo monarca diferiam ou se assemelhavam às impostas pelos senhores aos respetivos vassallos; ou quantos dos *castra* identificados nas fontes se mantinham em funcionamento como estruturas defensivas operacionais no século XII e quais os que já tinham sido abandonados. Assuntos sobre os quais as fontes não se debruçam diretamente porque os seus produtores não viram necessidade de o expressar. Mas também há outros assuntos que as fontes nos ocultam deliberadamente, sendo exemplos paradigmáticos as circunstâncias de derrotas militares (que, por mais retumbantes que possam ter sido, se mencionam, frequentemente *en passant* pelos cronistas medievais, quer cristãos quer muçulmanos). Bem como a atribuição à

¹⁹¹ O trabalho mais completo sobre o armamento medieval nesta cronologia, já foi anteriormente referido, de BARROCA, 2000a.

¹⁹² F. FERREIRA, 1995, pp. 8-13.

¹⁹³ R.V.GOMES, 2003, p. 111 *et passim*.

¹⁹⁴ SANTOS e UMBELINO, 2007, pp. 2-16.

¹⁹⁵ Desde logo porque os campos de batalha não estão rigorosamente identificados.

intervenção da Divina Providência em situações que corresponderam à mais pura ação humana, situação em relação à qual é sintomática a constante inflação dos efetivos militares do campo oposto, quer para empolar uma vitória, quer para justificar uma derrota¹⁹⁶.

Subsistem, portanto, muitas questões, relacionadas com as limitações das fontes. Sendo a produção da esmagadora maioria dos materiais escritos devida às elites régia, eclesiástica e senhorial, parece-nos que boa parte da atividade bélica dos séculos XII e XIII permanece encoberta pelo silêncio. Por exemplo, os forais mostram-nos que a guerra não só era uma preocupação permanente, como uma obrigação periódica – pelo menos anual, mas as fontes analísticas e cronísticas cristãs dão relevo às ações militares régias e pouco mais. Neste campo, as fontes muçulmanas também incidem sobretudo na dimensão política da guerra e, portanto, conduzida pelas elites governantes. Há como que um espaço cinzento, uma espécie de terra de ninguém no que respeita à descrição de operações militares levadas a cabo por outros intervenientes e a escalas mais reduzidas, que deviam constituir a conflitualidade mais comum e mais frequente. Encontrar esta guerra dos pequenos efetivos, de expressão local, é tarefa de enorme dificuldade. Mesmo algumas ações da hoste régia encontram-se envoltas em silêncio e só podem ser avistadas por indícios indiretos. Veja-se o caso da distinção entre a lide de Ervas Tenras, a “hoste de Pinhel” e uma suposta “hoste da Guarda”, no final do século XII; ou a própria batalha de Ourique, cujo problema da localização é só a sua face mais visível. Se já é difícil descortinar os confrontos que não chegaram aos documentos, muito mais complicado é perceber a dimensão das forças, a importância dos objetivos, as motivações e os efeitos.

Que posição ocupamos, face ao estudo das realidades militares dos séculos XII e XIII? Em boa verdade, o nosso percurso académico tem, não só a base, mas também uma continuidade de mais de duas décadas de formação militar profissional, no campo do que hoje se encontra consagrado como “ciências militares”¹⁹⁷. Há uma ideia generalizada de que certos princípios militares são universais¹⁹⁸, o que, se por um lado se trata de uma

¹⁹⁶ GARCÍA-FITZ, 2003, pp. 172-173. Ou ainda a justificação de derrotas militares por via dos pecados cometidos pelos líderes cristãos, como fazem as crónicas asturianas em relação à invasão muçulmana (motivada pelos pecados dos visigodos). Ou quando não é possível culpar os soberanos, como no caso do rei Bermudo II (884-999), o surgimento de Almanzor deve-se, segundo a Crónica de Sampiro, ao “pecado do povo” que, naturalmente, não é explicado pela fonte (BRONISCH, 2016, p. 19). E escrita monástica portuguesa cumpre rigorosamente esta regra. As *Crónicas Breves de Santa Cruz* atribuem o acidente que D. Afonso Henriques sofreu em Badajoz, em 1169, ao “pecado” que tinha feito ao prender a sua mãe (*Chronicas Breves*, PMH-S-I, p. 31).

¹⁹⁷ Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro.

¹⁹⁸ É o caso dos “princípios da guerra”, postulados que mantêm um elevado grau de continuidade, independentemente das épocas, dos contextos e doutrinas militares enquadrantes. Para uma das primeiras

ideia discutível (como demonstrou Keegan, ao cotejar essa concepção com outras abordagens à guerra bem diferentes da dita “ocidental”)¹⁹⁹, por outro lado a teorização dos assuntos da guerra proporciona bons modelos de análise, extraordinariamente úteis para dialogar com as fontes medievais²⁰⁰.

Para além dos enquadramentos teóricos das ciências militares, a nossa experiência no universo castrense também não é despicienda a muitos níveis: por exemplo, o conhecimento técnico na área da balística ajudou a concluir sobre as possibilidades de campos de tiro e de proteção que determinado terreno oferece; as técnicas de planeamento tático contribuíram para as calcular estimativas de efetivos e para descortinar, nas fontes, as possibilidades e limitações inerentes às expedições em território inimigo. Também as áreas do conhecimento no âmbito do comando e liderança (e da psicologia coletiva), bem como a própria vivência nas fileiras, foram-nos permitindo criar alguma sensibilidade para aspetos muito específicos, mas nucleares para a temática em estudo. Sentimentos humanos como o medo, o frio, o calor ou o cansaço, provocam reações coletivas que são mais ou menos semelhantes ao longo dos tempos. As convicções dos soldados e o seu grau de treino jogam, hoje, um papel importante, como também deveriam jogar no passado. Estes instrumentos foram úteis, pelo menos para a formação de uma ideia de partida, na comparação entre a informação obtida nas fontes e os comportamentos expectáveis em cada contexto.

Esta é a nossa “circunstância”, que acarreta também um elevado grau de responsabilidade e atenção, a fim de minimizar o impacto dos inerentes vícios relacionados com convicções pessoais²⁰¹. Importa salientar que tivemos sempre presente a noção de que seriam os dados a revelar-nos o caminho e que, por mais que nos

teorizações sobre o assunto veja-se todo o Livro III da obra de Clausewitz, *Da Estratégia em Geral* (CLAUSEWITZ, 1982, pp. 157-210). Para concepções atuais veja-se (PDE 3-00, pp. A-1 a A-3) e também a *Joint Publication 1, Joint Warfare of the Armed Forces of the United States*, Department of Defense, 2003, p. I-3.

¹⁹⁹ KEEGAN, 2006, pp. 47-74 e 135-161.

²⁰⁰ Sobre a escrita da História, José Mattoso salientava, numa conferência em 1986, a necessidade e utilidade de noções conceituais de análise provenientes de outros campos científicos (MATTOSO, 2019, pp. 13-14). A este nível, embora não direcionadas especificamente para o estudo da guerra medieval, vejamo-nos a enumeração e justificação das constantes da arte da guerra em MURAISE, 1964, pp. 21-70; modelos teóricos para estimativas de potencial e consequentes opções sobre modalidades de ação estratégica, que podem ser comparados com o que sabemos do passado mediaval, permitindo inferências sobre o grau de intencionalidade dos protagonistas no desencadeamento de ações militares (COUTO, 1987, pp. 293-303); ou ainda modelos para análise do campo de batalha através da tríade “fogo-choque-movimento”, fatores correlacionados e interdependentes (J.A. SANTOS, 2010, pp. 31-46).

²⁰¹ Sobre a “circunstância” da história e do historiador, veja-se TORRALBA, 2015, pp. 67-73.

sentíssemos tentados, não poderíamos “forçá-los” a encaixar em paradigmas ou teorizações.

1. SOCIEDADES E PODERES

Uma história da guerra nos séculos XII e XIII não pode ser compreendida, nem trabalhada, sem considerar os contextos mentais, políticos e sociais em que tudo decorre. Importa traçar essa contextura de suporte, à vista da qual a informação obtida adquire sentido e nos permite colocar as questões adequadas. Impõe-se, portanto, identificar os principais conceitos relacionados com a conflitualidade no período – e distinguir bem as abordagens coevas das aposições historiográficas posteriores, que frequentemente nos legaram visões distorcidas e eivadas de cargas ideológicas pouco relacionadas com os contextos originais. Importa, também, observar o período que estudamos na diacronia, caracterizando os principais acontecimentos com interesse para a compreensão das principais dinâmicas relacionadas com a guerra.

1.1. Uma sociedade organizada para a guerra

Desde o final do domínio romano e início do visigodo, no século VI, que as matrizes política e social tinham passado a centrar-se nas chefias militares, encabeçadas pela autoridade do rei, cuja primeira das qualidades, segundo a tradição germânica, era a capacidade guerreira²⁰². A partir do século VIII, as características bélicas da sociedade cristã viram-se estimuladas pelo confronto com o Islão e, no início do século XI, estava já desenvolvido um modelo específico na Península Ibérica, caracterizado, entre outros fatores, pela função de chefia militar suprema do rei²⁰³, pela mobilidade social²⁰⁴ e o pelo desenvolvimento de uma economia de guerra²⁰⁵.

A conflitualidade era, portanto, uma realidade omnipresente. De cristãos contra muçulmanos, de cristãos contra cristãos e muçulmanos contra muçulmanos, de maiorias contra minorias, de poderes régios contra poderes concorrentes: de senhores contra outros senhores, nobres e eclesiásticos. Dos mesmos senhores contra o monarca. Abrangia todos os níveis e categorias sociais, desde o ato violento que hoje classificaríamos como crime de delito comum e cuja regulamentação vem expressa nos forais, aos raros ordálios, decisões divinas sobre a legitimidade dos reis. A sociedade cristã ibérica estava, literalmente, organizada para a guerra e em função da guerra, desde o século VIII, fruto

²⁰² HESPANHA, 1982, p. 117.

²⁰³ MATTOSO, 1985a, p. 70.

²⁰⁴ VENTURA e OLIVEIRA, 1995, pp. 71-102.

²⁰⁵ TORRES BALBÁS, 1955, p. 38; POWERS, 1988, p. 163; e A.S.PEREIRA, 2008, pp. 41-42.

da alteração da matriz latina anterior, muito assente na economia, à qual os visigodos se tinham adaptado. Foi esse substrato germânico que materializou a resistência ao Islão no al-Andalus e desenvolveu uma sociedade modelada segundo as necessidades da guerra²⁰⁶, que a partir de meados do século XI passou a dispor de programas ideológicos mais elaborados e de maior complexidade²⁰⁷.

Como se verá adiante no presente estudo, as obrigações militares variavam de acordo com o tipo de conflito. Aparentemente, a palavra *guerra* designava, de preferência, a luta intestina entre cristãos, por oposição ao termo *bellum*, que se referia à guerra contra muçulmanos²⁰⁸. É conhecido que mesmo num quadro de conflitualidade intermitente entre cristãos e muçulmanos, a coexistência das duas entidades na Península Ibérica permitiu criar relações comerciais e culturais²⁰⁹. Não estamos, no entanto, a advogar a ideia de coexistência pacífica, glosada pelos historiadores do século XIX, que, embora possa encontrar alguns resquícios de verdade, não se tratou de uma realidade nem duradoura, nem ubíqua²¹⁰.

É na primeira metade do século XII que convergem, ou pelo menos se revelam de modo muito nítido e articulado entre si, os conceitos de *Reconquista* e *Cruzada*, que têm gerado abundante debate entre os especialistas, já que as suas construções teóricas não são unânimes nem se encontram estabilizadas. Na superficialidade dos termos, existe concordância generalizada acerca do seu significado. No caso da *Reconquista*, o longo

²⁰⁶ STORTI, 2010, p. 279. Como sintetiza García Fitz: «O Ocidente medieval é um mundo muito mais militarizado do que o seu precedente romano, que o seu sucessor moderno e que os seus contemporâneos bizantino e islâmico. As suas estruturas sociais estão profundamente entrosadas com as militares, ao ponto de ambas as esferas – social e bélica – serem de difícil dissociação: aqui, o conceito e a condição de “peão” ou de “cavaleiro” não se referem somente a uma forma específica de combater, mas também aludem à categoria social do indivíduo, estabelecem a fiscalidade a que está sujeito e determinam as suas possibilidades de acesso a certos cargos públicos» (2012, p. 225). No presente trabalho, utilizaremos isoladamente o termo “cavaleiro” quando aludimos à dimensão funcional. Sempre que estiver em causa a categoria social, explicitá-la-emos.

²⁰⁷ AYALA MARTÍNEZ, 2015, p. 173. Ao contrário dos cristãos, os muçulmanos não necessitavam de um edifício ideológico e de propaganda para justificar a sua atividade bélica, uma vez que o próprio Corão lhes dava argumentos suficientes. Já no caso dos cristãos, cuja fé era de cariz pacífico, houve necessidade de desenvolver um ideário com argumentos justificativos que permitissem o recurso à violência (PÉREZ DE TUDELA y VELASCO, 2007, p. 11).

²⁰⁸ CONTAMINE, 1980, p. 148, PÉREZ DE TUDELA y VELASCO, 2007, p. 20.

²⁰⁹ Um outro grupo, o dos judeus, completava o conjunto das fações maioritárias. Para os muçulmanos, tal como os cristãos, os judeus eram considerados seguidores de uma fé autêntica, mas imperfeita e ultrapassada, sendo-lhes permitido manter o culto e reger-se pelas suas leis, desde que não conflituassem com as do Islão (REILLY, 1996, p. 32). Na Península Ibérica, alcançaram posições preponderantes no seio dos poderes cristãos e muçulmanos a um nível e extensão sem paralelo (GUICHARD, 2016, p. 145).

²¹⁰ PAGDEN, 2009, pp. 187-188; e GUICHARD, 2016, pp. 228-229. Entre os estudos que contribuíram para a compreensão do espaço muçulmano no que viria a tornar-se o reino de Portugal, contam-se A. COELHO, 1973 e 1989; C. TORRES, 1993, pp. 361-437; A.H. MARQUES, 1993, pp. 117-249; TORRES e MACIAS, 1998; PICARD, 2000b e BOISSELIÉ, 1998.

processo de apropriação territorial por parte dos poderes cristãos peninsulares face aos poderes islâmicos presentes no al-Andalus; no caso da *Cruzada*, o contexto de guerra santa movida pela Cristandade contra o Islão, sob o patrocínio da Santa Sé. Mas logo abaixo da superfície, mantêm-se múltiplos debates historiográficos em torno dos contextos e das cargas ideológicas derivadas de sucessivas reutilizações, ao longo dos séculos, pela mão de diferentes intervenientes.

Sob determinados pontos de vista é, também, difícil distinguir os dois conceitos, já que nos surgem intimamente ligados. A sua relevância para a presente tese é que, apesar de todos os problemas e questões a eles inerentes, são ambos centrais para um estudo sobre a guerra nos séculos XII e XIII. Constituem como que um pano de fundo para uma boa parte da conflitualidade, ainda que na mente de muitos dos seus protagonistas não existissem, nem com a designação nem com os significados que hoje lhes atribuímos. São essencialmente duas construções historiográficas, que se apresentam mais completas nessa condição do que aquilo que qualquer interveniente dos séculos XII e XIII tenha podido circunscrever.

O termo *Reconquista* invadiu a historiografia ibérica a partir de meados do século XIX, associado a uma carga nacionalista, romântica e por vezes colonialista, tendo sido replicado e reutilizado durante o século XX. Possuindo um largo tronco comum, assente na ideia de “recuperação de um território usurpado pelos muçulmanos”, diferentes autores foram-lhe descortinando significâncias diferentes. É um daqueles campos de estudo em que se acumulam diferentes vícios do investigador: o da perspectiva de observação, o da temporalidade da investigação e, acima de tudo, a agenda pessoal e carga ideológica do observador. Tudo isto contribui para dificultar a análise que interessa: a ideia de *Reconquista* que os protagonistas do século XII e XIII detinham²¹¹.

O conceito de *Reconquista* precede, nos reinos cristãos ibéricos, o de *Cruzada*. Deriva de um edifício argumentativo programado na corte de Oviedo da segunda metade do século IX, que serviu para legitimar uma ordem política que invocava as suas raízes

²¹¹ Para o papel fundacional do conceito de Reconquista, veja-se MARAVALL, 1997. Para uma síntese da transformação do conceito e das diversas perspectivas de abordagem, essencialmente centrado na historiografia espanhola e no mundo castelhano-leonês, veja-se GARCÍA FITZ, 2010, pp. 11-23 e também GARCÍA FITZ, 2009. Em Portugal a *História de Portugal* de Alexandre Herculano, cuja edição original foi publicada entre 1846 e 1853, inaugurou um discurso historiográfico que cotejava, numa cronologia paralela, os acontecimentos políticos e militares. Esta perspectiva foi depois replicada por Fortunato de Almeida, Luís Gonzaga de Azevedo, Torquato de Sousa Soares e Rui de Azevedo, entre outros. Foi só no século XX, a partir da década de 1960, que o tema começou a conhecer novos desenvolvimentos, devidos aos estudos iniciados por José Mattoso (A.S. PEREIRA, 2003, p. 9).

na monarquia visigoda²¹². A cronística asturiana começou a veicular essa justificação ideológica nos finais do século IX e inícios do X, sempre em torno do território perdido para o invasor muçulmano e que urgia, como prioridade máxima da Cristandade, recuperar. As crónicas do ciclo asturiano justificavam a perda da Hispânia com os pecados dos visigodos e com a traição perpetrada por uma facção daquele reino, pecados que os acossados cristãos do Norte, com o seu sacrifício, estavam dispostos a remir²¹³. No espaço português, este programa ideológico encontra-se evidenciado nos *Anais de Santo Tirso*, composto por volta de 1079, revelando que os infanções se viam a si mesmos como guerreiros que reconquistavam o que era seu por direito, resultante da herança goda que personificavam²¹⁴.

Apesar de tudo, o conceito tem uma dimensão operatória que não é fácil de substituir por nenhum outro. Sobreviveu aos preceitos ideológicos que o criaram e também aos que se foram sucedendo nas gerações de historiadores que o utilizaram, sendo aceite na atualidade como o foi nas gerações anteriores²¹⁵. Hoje, a expressão “Reconquista” parece ter recuperado alguma vitalidade, em boa parte porque a carga política e ideológica que detinha no quadro de Espanha, enquanto estado, desapareceu e porque continua a ter a virtude de encerrar um conjunto de situações, ocorrências e vivências que caracterizam uma parte significativa do universo peninsular medieval²¹⁶. É um termo que continua em uso para aludir a uma temática específica.

Assim, no contexto português, o termo “Reconquista” alude à dinâmica militar que foi ampliando o território até à conquista de Faro, em 1249, assumindo características

²¹² PÉREZ DE TUDELA y VELASCO, 2007, p. 23. Os primeiros textos que concebem a ideia são três crónicas compiladas no reinado de Afonso III das Astúrias (866-911): *a Crónica albeldense* (c.881), *a Crónica Profética* (c.883) e *a Crónica dos Reis Visigodos*, também chamada *Crónica de Afonso III* (c.911) (LOMAX, 1984, p. 14).

²¹³ Logo no final do século VIII, poucas gerações após a entrada de Tariq na Península, as obras do Beato de Liébana, mesmo não tendo referência explícita à invasão muçulmana ou à oposição ao adocionismo, preconizado pela igreja de Toledo, manifestam uma aproximação de Oviedo à França Carolíngia e colocam o bispo de Toledo, Elipando, como aliado do Islão contra o Cristianismo (GARCÍA FITZ e NOVOA-PORTELA, 2014, pp. 42-43). Só cerca de um século mais tarde temos registo das primeiras referências explícitas a uma ideia de Reconquista (LOMAX, 1984, p. 14; GARCÍA FITZ, 2003, p. 195. *A Crónica Albeldense*, redigida em Oviedo entre 881 e 883, refere explicitamente a usurpação do reino dos godos por parte dos sarracenos e a consequente luta incessante dos cristãos para a o recuperar (GARCÍA FITZ e NOVOA-PORTELA, 2014, pp. 31-32).

²¹⁴ KRUS, 2011a, p. 224. Nos anais, os infanções são representados exclusivamente por Gonçalo Trastamires e Mendo Gonçalves da Maia, pai e avô do patrono do mosteiro na altura da redação. Sobre a herança goda na construção da identidade da nobreza hispânica, consulte-se igualmente KRUS, 1986-1987, pp. 59-74.

²¹⁵ GARCÍA FITZ, 2010, p. 33.

²¹⁶ Sobre as utilizações do conceito de *Reconquista* em Espanha, com uma explicação sobre a sua carga ideológica no século XX, veja-se GARCÍA FITZ e NOVOA-PORTELA, 2014, pp. 35-38.

distintas conforme as épocas²¹⁷. Mas as abordagens da historiografia nacional também apresentaram divergências, derivadas essencialmente de ter vigorado, durante muito tempo, a ideia de que o rei tinha sido o único motor da expansão territorial em direção ao Sul islâmico. É verdade que os reis da *Reconquista* tiveram um papel central – “nomearam bispos e restauraram dioceses”²¹⁸ – mas o papel de outras forças e poderes igualmente relevantes foi já aclarado, através dos estudos da história social conduzidos a partir da segunda metade do século passado²¹⁹.

A acrescentar aos programas elaborados nos reinos cristãos ibéricos, que tinham tido a sua génese no século IX, uma outra ideia de guerra de *reconquista* foi promulgada pela própria Santa Sé, que teve o seu arranque com o papa Alexandre II (1061-1073) e foi colocada em prática pelos seus sucessores, Gregório VII (1073-1085) e Vítor III (1086-1087)²²⁰. Esta guerra devia ser dirigida contra os infiéis que ocupavam os territórios sobre os quais o papa reclamava soberania, ou mesmo contra cristãos que não reconhecessem essa soberania e, frequentemente, foi desencadeada por intermédio de convocatórias dirigidas aos *milites Sancti Petri*, ou seja, aqueles que se encontravam diretamente dependentes do sumo pontífice por laços de vassalagem (entre os quais se incluíam os soberanos dos reinos cristãos)²²¹. Ambos os conceitos, ibérico e pontifício,

²¹⁷ BARROCA, 2003b, p. 24.

²¹⁸ BRANCO, 2006, p. 170.

²¹⁹ Até aos estudos de Pierre David, Lindley Cintra, José Mattoso e Luís Krus, entre outros, em Portugal vigorou a ideia, reforçada por Carl Erdmann entre as décadas de 1920 e 1940, de que a *Reconquista* estava diretamente associada à ideia de *Cruzada*, como se uma só pudesse existir a par da outra. Desta forma retirava-se a especificidade peninsular ao conceito de *Reconquista* e ignoravam-se as representações ideológicas e os programas de legitimação da apropriação territorial conduzidos pelas monarquias hispânicas nos séculos anteriores ao XII (A.S. PEREIRA, 2003, pp. 10-11).

²²⁰ Será o papa Gregório VII que, a partir de 1087, começará a utilizar um vocabulário a evocar diretamente a reconquista. Surge o termo *recuperatio*, com diversos sentidos, incluindo o de impedimento da reabilitação de bispos excomungados. Mas há mais termos deliberadamente empregados, como *inimici Dei*, *Christi*, *sancti Petri*, *sanctae ecclesiae*, num total de 26 casos registados. É também com Gregório VII que as expressões “guerra santa” e “guerra justa” ganham força na correspondência pontifícia (FLORI, 1997, pp. 323, 330-331).

²²¹ AYALA MARTÍNEZ, 2014b, pp. 36-37. As bulas de *Reconquista* são uma manifestação deste programa pontifício que, em Portugal, tiveram particular expressão no reinado de D. Sancho II, como a Bula *Cupientes christicolae*, de Gregório IX, dirigida aos cristãos de Portugal e a convidá-los a acompanhar o seu rei na guerra contra os muçulmanos e a conceder-lhes as mesmas indulgências concedidas a quem fosse socorrer a Terra Santa (MH-I, 35 de 1234, outubro, 21), ou a *Letras Cum sicut tua*, dirigida a D. Fernando, infante de Serpa, que pretendia tomar a cruz contra os muçulmanos, em companhia do infante D. Afonso de Leão (MH-I, 39 de 1239, novembro, 25 e também MH-I, 41 de 1239, novembro, 28). Mas o direito de conquistar terras aos muçulmanos estava reconhecido ao monarca pelo papa de forma explícita, como fez Inocêncio III após D. Afonso II ter subido ao trono (BP, 176 de 1212, abril, 16).

mesclaram-se e reforçaram-se mutuamente a partir do final do século XI. E estava dado mais um passo para o surgimento do outro conceito, o de *Cruzada*²²².

A numeração das cruzadas constitui essencialmente uma convenção historiográfica²²³, admitindo-se que a expedição de 1064, contra Barbastro, sancionada pelo papa Alexandre II, tenha tido já um estatuto jurídico muito próximo do das expedições iniciadas depois do apelo de Clermont, de 1095, que deu origem à “Primeira Cruzada”²²⁴. Todavia, o ideal, em si, entrou bastante tarde em Portugal, provavelmente só por alturas das tentativas da conquista de Lisboa, em 1142 e 1147²²⁵. O espírito de cruzada parece mesmo ter sido adaptado à realidade portuguesa. A Santa Sé proibiu, mais de uma vez, os cristãos da Hispânia de participarem nas cruzadas, havendo até repercussões desta posição num documento do concelho de Coimbra, de 1145, que proíbe os homens de irem a Jerusalém libertar os lugares santos, mas lhes promete as mesmas indulgências se morressem em defesa dos castelos de Leiria e da Estremadura²²⁶.

Seja como for, a Península Ibérica era um local propício para o desenvolvimento da ideia de cruzada. Porque era uma fronteira com o Islão, porque era um ponto de passagem inevitável das frotas de cruzados provenientes do Norte da Europa, porque o equilíbrio estratégico entre cristãos e muçulmanos impelia ao reforço cruzado para desequilibrar a balança em favor dos primeiros (em Portugal, especialmente patente nas conquistas de Lisboa-1147, Silves-1189 e Alcácer-1217), e porque, frequentemente, havia o patrocínio da Santa Sé²²⁷. Havia diferenças no significado político e ideológico

²²² Apesar de não se considerarem as expedições da *Reconquista* uma espécie de “pré-Cruzadas”, há uma certa concordância com a ideia de que, a partir de Alexandre II, a Santa Sé se interessou pela guerra na Hispânia e lhe conferiu um caráter de guerra santa (FLORI, 1997, pp. 317-318).

²²³ ECHEVARRÍA ARSUAGA e RODRÍGUEZ GARCÍA, 2009, p. 113.

²²⁴ LOMAX, 1984, p. 82. Echevarría Arsuaga e Rodríguez García dedicaram-se a identificar as formalidades jurídicas em torno do voto cruzado, evidentes a partir da década de 1140, com o *Decreto de Graciano*. A *Cruzada* era uma guerra justa, manifestação de “violência pública sagrada” que só podia ser proclamada pelo papa (as outras guerras santas podiam sê-lo por bispos), os cruzados eram ajuramentados por meio de um voto, gozavam de privilégios temporais enquanto durasse o voto (proteção às suas famílias, imunidades semelhantes às dos clérigos, etc.) e só os cristãos podiam combater sob o sinal da cruz (2009, p. 123).

²²⁵ No final do século XI e no século XII há um costume, entre as elites portugalenses-portuguesas, de rumar aos lugares santos, não numa perspetiva de cruzada, mas sim de penitência (MATTOSE, 1985, pp. 193-200).

²²⁶ LP, III, doc. 576, de 1145, junho, 16.

²²⁷ Ironicamente, a primeira referência conhecida à ideia de cruzada como política régia portuguesa, é o pedido, feito por D. Sancho I ao papa Celestino III, de indulgências de cruzada, na guerra contra Afonso IX de Leão. Sobre a introdução do conceito de Guerra Santa em Portugal e o papel de Santa Cruz de Coimbra na geração e consolidação das bases ideológicas adaptadas à realidade portuguesa, entre as quais se conta a *Vita Sancti Martini Sauriensis*, veja-se WILSON, 2018, pp. 233-244.

que hispanos e cruzados europeus davam a esta guerra, mas, em meados do século XII, já não havia dúvidas que a Hispânia era uma “frente cruzada”²²⁸.

A carta do cruzado Raul, escrita após conquista de Lisboa, em 1147, mostra claramente a fusão dos dois conceitos – *Cruzada* e *Reconquista* – pelas vozes de Pedro Pitões, bispo do Porto e João Peculiar, arcebispo de Braga. Na preleção que o primeiro efetuou no Porto, justificou que a guerra conduzida na Península Ibérica contra o Islão comungava do mesmo espírito que impelia os cruzados para a Terra Santa²²⁹. Já em Lisboa, o segundo dirigiu-se aos habitantes de localidade, num discurso onde, em vários momentos, reivindicou a legitimidade da operação por se tratar da recuperação de território que era cristão, por direito, e tinha sido usurpado pelos muçulmanos²³⁰. No início da centúria de Duzentos, a sustentação teórica destes conceitos tinha evoluído ao ponto de a Santa Sé ver os monarcas peninsulares como braços armados da cabeça que era o papado, uma visão assente numa ideia de teocracia papal, com a qual nem sempre os reis estavam de acordo e que está bem patente na frequência com que os pontífices os excomungam e lançam interditos sobre os seus reinos, para depois os reintegrarem de novo no seio da Igreja²³¹.

O que está em causa, no contexto medieval, não parece ser em que medida os conceitos foram (e ainda hoje são) instrumentalizados. Não pode haver dúvidas que os nossos protagonistas cristãos, em maior ou menor grau, acreditavam na justeza do propósito reconquistador. Haverá também muito de intuitivo e de conjuntural em todos estes conceitos, ou seja, não podem ser vistos somente como fabricações por parte de uma elite manipulatória. De facto, toda a sociedade se encontrava imbuída, envolta nestas ideias e nos valores que, para aquelas pessoas, lhes estavam associados. Guerra justa, guerra santa, cruzada, não seriam, para a maioria e durante a maior parte do tempo, foco

²²⁸ GARCÍA FITZ e NOVOA-PORTELA, 2014, p. 53.

²²⁹ BRANCO, 2007, p. 36. “Não vos seduza a oportunidade de vos dardes pressa no caminho empreendido, porque ‘não seria meritório terdes estado em Jerusalém, mas sim terdes vivido rectamente’” (CLM, Cap. 3, p. 69). Na verdade, todo o discurso deixa implícito que a Hispânia é também um território de cruzada.

²³⁰ “O território desta cidade reivindicamo-lo como sendo nosso por direito; e, por certo, se em vós alguma vez tivesse medrado a justiça natural, sem vos fazerdes rogados, com as vossas bagagens, com haveres e pecúlios, com mulheres e crianças, vos poríeis a caminho da terra dos mouros donde viestes, deixando a nossa para nós” (CLM, Cap. 11, p. 93).

²³¹ H. FERNANDES, 2010, p. 58.

de debate. Eram realidades sobre as quais viviam o seu dia-a-dia, matizadas pela existência não só do “outro”, mas de diferentes “outros”²³².

A guerra em Portugal nos séculos XII e XIII também passa pelo conceito de “fronteira”. O termo só se conhece na documentação medieval peninsular em 1059, no testamento de Ramiro I de Aragão, que se refere à delimitação entre os territórios cristão e muçulmano²³³. Entre poderes cristãos, tendia a estar mais bem demarcada e a induzir a edificação de fortificações, muito semelhantes, de parte a parte. Entre cristãos e muçulmanos, o espaço era mais amplo, fortificado do lado cristão, mas geralmente pouco militarizado nas áreas de influência muçulmana, já que os poderes islâmicos preferiam empregar grandes exércitos estatais, mobilizados a partir das principais cidades, sendo as guarnições rurais, por norma, diminutas²³⁴.

Na documentação portuguesa dos séculos XII e XIII usam-se diferentes termos para diferentes fronteiras. Assim, o espaço confinante com os domínios do reino cristão de Leão, assume a designação de *fronteria*, ao passo que a fronteira da Cristandade com o Islão assume a designação de *extremo*, *extrematura*. A menção explícita a “fronteira” começa a surgir nalguns forais a partir do de Freixo (c. Freixo de Espada-à-Cinta), de 1152, época em que também se começa a delinear uma clara raia entre Portugal, Leão e Castela²³⁵.

Na realidade, a fronteira com Leão era inexistente até ao início da terceira década do século XII e não foi instituída de um dia para o outro. O esforço de fortificação de parte a parte e o estabelecimento de uma linha delimitadora entre ambos os poderes régios, leonês e português, prolongou-se no tempo, facilitado onde a orografia e a hidrografia proporcionavam obstáculos naturais (como nos casos dos rios Minho e Côa),

²³² Do mesmo modo que nem todos os cristãos eram iguais, havendo uma clara distinção entre os seguidores do rito romano e moçárabes. É provável, por exemplo, que os cavaleiros de Coimbra sentissem mais afinidade com os moçárabes do que com a nobreza senhorial do Norte. Também o universo muçulmano no al-Andalus não era monolítico. Apesar de, na Península Ibérica, se ter estabelecido uma maioria sunita, existiam, dentro dela, núcleos sufis importantes, destacando-se Almeria, que chegou a constituir-se como centro de oposição ao maliquismo almorávida (LOURINHO, 2010, p. 68). Além disso, há que considerar que entre os muçulmanos andaluzes, havia os de origem árabe, os berberes e autóctones ibéricos, cujos antepassados se haviam convertido no seguimento da invasão do século VIII (GUICHARD, 2016, pp. 141-143). O impacto da entrada dos poderes magrebins – almorávida e almóada – fez-se sentir a todos os níveis, inclusive no modo de fazer a guerra.

²³³ CERNADAS MARTÍNEZ, 2012, p. 12.

²³⁴ Não era um conceito alheio ao mundo islâmico, que também com ele lidava militarmente. Sobre a fronteira no mundo islâmico, nomeadamente a evolução do termo *al-Tağr* (pl. *tuğūr*) veja-se CLÉMENT, 2015, pp. 23-37.

²³⁵ VENTURA, 1998, p. 29.

mas mais difuso nas regiões que não contavam com acidentes evidentes e em que os poderes locais (como os senhorios), ou regionais (como as dioceses), controlavam territórios que ambos os reinos reclamavam estar sob a sua esfera de influência.

Já a fronteira com o Islão abrangeu faixas diferentes de território. Quando D. Afonso Henriques assumiu os destinos do Condado Portucalense, todo o espaço entre o Mondego e o Tejo era fronteira. A partir de 1147, com a conquista de Santarém, Lisboa e a linha do Tejo, passou a materializar-se por uma nova faixa, coincidente com os atuais Alentejo e Extremadura espanhola, que passou a significar “a fronteira”. Mesmo durante o período de preponderância almóada (sensivelmente entre as décadas de 1170 e 1230), em que muitas praças a sul do Tejo voltaram ao controlo do Islão, a região manteve as suas características de fronteira, sendo disso um sinal evidente a atuação de bandos de *latrones* como o de Geraldo “Sem Pavor”, entre 1165 e 1173, numa área sensivelmente delimitada por Beja a sul e Trujillo a norte. Por vezes, na incorporação de novos territórios nos reinos cristãos consideravam-se as demarcações herdadas da época muçulmana (que, por sua vez, provinham frequentemente das romanas); outras vezes ignoravam-se os limites ancestrais e surgiam novas circunscrições administrativas. O Algarve, por exemplo, foi incorporado como reino inteiro, assim como o fora Toledo em relação a Castela, em 1085, ou viria a ser Maiorca em relação a Aragão, em 1344²³⁶.

A fronteira era espaço de guerra constante e pilhagem e, sobretudo, de uma economia que assentava, precisamente, na atividade guerreira. Para os seus praticantes era impossível transformá-la em cruzada, uma vez que isso representaria acabar com o seu modo de vida. Já o rei tinha uma perspetiva diferente. O seu reino dependia em larga medida da guerra movida contra o Islão e da apropriação territorial, quanto mais não fosse porque se não o fizesse, outros reinos cristãos competidores o fariam²³⁷. A estas perspetivas veio, durante o século XII, acrescentar-se a participação das ordens militares, instituições cujas motivações diferiam das dos atores anteriormente referidos – embora se alinhassem com as régias – e que a partir do final dessa centúria passaram a dominar a condução da guerra externa²³⁸.

Os termos apresentados constituíam realidades mentais e espaciais enformadoras da guerra no Ocidente Peninsular nos séculos XII e XIII que serão indispensáveis,

²³⁶ LADERO-QUESADA, 1998, p. 661.

²³⁷ MATTOSO, 1985, pp. 195-196.

²³⁸ A.S. PEREIRA, 2008, p. 18.

enquanto elementos operatórios, ao longo do nosso trabalho. Adicionalmente, entendemos importante apresentar outro conjunto conceitual, consagrado pela historiografia, que distingue as formas da guerra medieval. Esta, como sintetizou Claude Gaier, traduzia-se por uma sucessão de saques e devastações, por frequentes assédios e por ocasionais recontros²³⁹, ideias que remetem para três formas de guerra com características distintas, correspondendo, de um modo geral, aos conceitos de guerra guerreada, guerra de expansão e batalha campal²⁴⁰.

A expressão “guerra guerreada” foi utilizada por Fernão Lopes, referindo-se às guerras entre Portugal e Castela, em meados do século XIV e é natural que só passasse a ser utilizada por essa altura, ou mesmo já no século XV, quando o cronista redigiu a sua obra, uma vez que não a encontramos nas fontes dos séculos XII e XIII²⁴¹. É uma expressão feliz²⁴², que sintetiza o modo de combater mais frequente na cronologia estudada em todo o espaço europeu²⁴³, que ocorria porque os comandantes procuravam evitar os dois principais dilemas da guerra no período: colocar cercos prolongados a fortificações e travar batalhas campais²⁴⁴. Consistia na adoção de uma estratégia de aproximação indireta, materializada pela execução de cavalgadas e outras operações semelhantes, que não procuravam recontros decisivos com o inimigo (embora, por vezes, viessem a ocorrer), nem tinham como objetivo imediato a apropriação territorial. Este modo de combate baseava-se na organização de incursões que tanto podiam ser planeadas com bastante antecedência, como até serem espontâneas, em reação a uma invasão ou

²³⁹ GAIER, 1968, p. 216.

²⁴⁰ A análise da dimensão prática da guerra medieval, um dos objetivos da presente tese, far-se-á no capítulo 5, cujos subcapítulos 5.4, 5.5 e 5.6 se debruçam sobre cada uma das formas enunciadas.

²⁴¹ *Crónica de D. Pedro I*, cap. 32, p. 100. No século XV a expressão “guerra guerreada” foi utilizada por Robert de Balsac, nobre francês, para descrever o modo de combater na Catalunha (CONTAMINE, 1980, p. 365, n. 2).

²⁴² Mais completa do que outra que, frequentemente, é usada como sinónimo – “guerra de desgaste” – que nos remete para o objetivo de enfraquecimento do adversário em determinada região, com a finalidade estratégica de facilitar uma subsequente ação de conquista. Ora, como veremos adiante, uma parte significativa da “guerra guerreada” não tinha como finalidade o desgaste do adversário, mas sim a simples obtenção de proventos de guerra.

²⁴³ Como demonstrado, nas últimas décadas, por vários autores, cujos estudos incidiram em diferentes regiões europeias e do Oriente Latino, incluindo a Península Ibérica. No que respeita ao principado de Liège e ao condado de Loos, a partir do século X, veja-se GAIER, 1968, p. 40; para a Inglaterra, nos séculos XI a XIII, MORILLO, 1994, pp. 98-102; e STRICKLAND, 1996, p. 259. Para a Terra Santa, no contexto da Primeira Cruzada, FRANCE, 1994, pp.42-47. Para Castela e Leão nos séculos XI a XIII, GARCÍA FITZ, 1998a, p. 47. Para Portugal, MONTEIRO, 1998, p.374; e M.G. MARTINS, 2007, p. 337, nota 673.

²⁴⁴ MONTEIRO, 2010, pp. 137-143)

ataque. Podiam ter um objetivo implantado no terreno (uma área habitada, uma região agrícola, etc.), ou então materializado por uma força adversária, que urgia intercetar²⁴⁵.

A guerra de expansão tinha a finalidade singular da apropriação territorial. Do ponto de vista régio (que, salvo algumas exceções, era o único poder com capacidade de consolidação territorial a longo prazo) a expansão obedecia a uma estratégia bem delineada²⁴⁶. Esta atividade bélica de conquista foi uma das traves mestras de afirmação dos monarcas cristãos ibéricos até meados do século XIII²⁴⁷ o que, no caso de Portugal, se traduziu nas políticas expansivas de todos cinco primeiros reis, em sucessivos contextos de guerra, que permitiram que a linha do Mondego da segunda década do século XII nunca fosse perdida e que, independentemente de alguns períodos de retrocesso, o território se fosse alargando para sul, até se consolidar, depois de 1249, após a conquista do Algarve²⁴⁸. Nesta forma de guerra de apropriação territorial as fortificações desempenhavam um papel crucial, pois constituíam não só pontos de defesa, mas também plataformas de reunião de meios – combatentes, cavalos, armamento e abastecimentos – para o lançamento de operações ofensivas. É por esta razão que a guerra de expansão assentava, em larga medida, na luta pela posse de castelos e pontos fortificados, materializando-se por operações de assédio.

Por último, a batalha campal, que tem mantido o seu fascínio de centro de gravidade da guerra. A propósito dessa constatação, Clifford Rogers inaugurou um frutuoso debate, no *Journal of Medieval Military History*, a partir de 2002, começando por contestar a ideia de Gillingham de que os comandantes medievais evitavam a batalha a todo o custo²⁴⁹. No conhecimento dos debates em curso, pode afirmar-se a batalha

²⁴⁵ Era o “tempo de guerra”, por oposição do “tempo de batalha”, que constituía um quotidiano mais intenso na Península Ibérica do que no resto da Europa (ALVIRA CABRER, 2000, pp. 242-243).

²⁴⁶ Sobre este assunto, veja-se GARCÍA-FITZ, 1991, pp. 837-854.

²⁴⁷ LADERO-QUESADA, 1998, p. 655.

²⁴⁸ A missiva que D. Afonso Henriques dirigiu ao papa Inocêncio II, em 13 de dezembro de 1143, é bem expressiva da procura de legitimação da guerra e do reino pela fé e que a estratégia que o comprova é a de conquista de território aos muçulmanos (MH-I, pp. 1-2). Mesmo D. Afonso II e D. Sancho II, reis que estiveram relativamente afastados dos campos de batalha, são vistos pela Santa Sé como as autoridades em matéria de expansão territorial. A comprová-lo, a correspondência com o sumo pontífice. D. Afonso II recebeu, de Alexandre III, a confirmação, na sua pessoa, da bula *Manifestis Probatum* que tinha sido dirigida ao seu avô (MH-I, 18 de 1212, abril, 16) e análoga confirmação por Honório III (MH-I, 27 de 1218, janeiro, 11). Atente-se, também, nas bulas que Gregório IX dirigiu, em 1234 e 1241 a D. Sancho II (MH-I, 35 de 1234, outubro, 21 e MH-I, 50 de 1241, fevereiro, 18), exortando o rei à cruzada.

²⁴⁹ ROGERS, 2002, pp. 1-19. Georges Duby estaria já, em 1973, bem consciente de que a guerra medieval era muito mais vasta do que a batalha e que o mundo militar mais abrangente do que a guerra. Mas a centralidade de Bouvines era, para si, incontornável: “O dia formava algo semelhante a um nó, mais volumoso do que os outros...” (DUBY, 2005, p. 13). A aura das batalhas medievais continua a ser de tal

campal era um acontecimento raro, mas, quando ocorria, tinha grande probabilidade de ser decisiva, tanto para o vencedor como para o vencido. Raramente as consequências de uma batalha se cingiam ao resultado imediato do embate, sendo de várias ordens e podendo ser cumulativas. O prélio encerrava, desde logo, uma expressão simbólica muito forte, dado o quadro mental medieval: de que Deus estava ao lado do que saía vitorioso. E esta dimensão simbólica era suficiente para legitimar monarcas, como foi o caso da batalha de Ourique, de 1139.

1.2. Um mundo dinâmico e em mutação

Estabelecida a principal teia conceitual que nos acompanhará ao longo de todo o trabalho, interessa ter em conta que, num período temporal de quase centúria e meia, o nosso objeto de estudo – a guerra – adquiriu características diferenciadas, dependendo dos contextos e da escala a que se produzia. Por isso, importa observar esta “guerra”, em sentido lato, na diacronia. Como declaração inicial, a este respeito, mantenha-se em mente que o longo confronto entre as sociedades cristã e islâmica contribui frequentemente para relegar para um segundo plano, quer na historiografia tradicional, quer mesmo em trabalhos de divulgação atuais, a guerra endémica no seio de cada uma das fés. Mas basta atentar numa tábua cronológica que apresente os principais acontecimentos ocorridos em Portugal nos séculos XII e XIII para verificar que, do ponto de vista da Coroa portuguesa, a conflitualidade contra Leão e Castela ocorreu com uma frequência semelhante à registada contra o Islão²⁵⁰.

Todavia, no caso dos antagonismos internos, é mais difícil traçar os contornos militares precisos de muita dessa conflitualidade. Por exemplo, em 1246, no quadro da guerra civil, várias freguesias transmontanas foram sacudidas por atos violentos entre partidários de D. Sancho II e do Bolonhês²⁵¹. Mas ter-se-ão tratado de verdadeiras ações militares ou somente violência indiscriminada? Também os livros de linhagens, produzidos a partir do final do século XIII e durante o século seguinte, são pródigos em relatos de confrontos armados entre nobres, acompanhados dos seus vassalhos²⁵², não

ordem que García Fitz decidiu 25 páginas da introdução à sua obra sobre a batalha de *Las Navas de Tolosa* a sintetizar o debate da historiografia moderna sobre o tema (GARCÍA FITZ, 2012, pp. 15-39).

²⁵⁰ Embora boa parte da nobreza se sentisse “hispânica” e não portuguesa, leonesa ou castelhana, estavam em causa entidades políticas diferenciadas. Sobre este assunto, vejam-se KRUS, 1994, p. 72 e PIZARRO, 2010, pp. 889-924.

²⁵¹ VENTURA, 1992, pp. 441-442.

²⁵² Na Península Ibérica, o termo *vassus* ou *vassalus* designa frequentemente vassalhos nobres, mas também é usada para dependentes de outras categorias (MATTOSE, 1988a, p. 19).

sendo raras as vezes em que se menciona a morte ou ferimentos graves de senhores no contexto de lides²⁵³. Mas para além disto, as fontes são silenciosas sobre os contornos militares destas operações.

O mundo muçulmano também lidou com a sua versão de conflitualidade endémica. Ao contrário da *jihad*, que geralmente se traduz por “guerra santa” e é movida contra os não-crentes²⁵⁴, os muçulmanos utilizam o conceito de *fitna* – discórdia, divisão, desordem, rebelião – para definir a tensão, antagonismo e conflitualidade no seio da sua fé, sendo utilizada para caracterizar os momentos em que a unidade política do al-Andalus foi quebrada²⁵⁵. Quando o califado de Córdoba se desmantelou, no início do século XI, o período de instabilidade decorrido entre 1009 e 1031 ficou conhecido como a “grande *fitna*” e os reinos de taifas que se lhe sucederam mantiveram antagonismos e conflitualidade entre si até à chegada do poder almorávida²⁵⁶.

Destacou-se, nesse período, a expansão militar da taifa de Sevilha que, entre 1044 e 1078, sob o comando de al-Mutadid (1042-1069), e do seu sucessor, al-Mutamid (1069-1095), absorveu uma dezena de outras taifas²⁵⁷. A guerra conduzida entre estes poderes e, também, destes contra os poderes cristãos ainda carece de estudos minuciosos, mas certamente que conheceu um dinamismo assinalável, considerando as conquistas efetuadas e, ao mesmo tempo, surpreendente, já que o reduzido nível de militarização dos estados taifas devia implicar uma conflitualidade de baixa intensidade²⁵⁸. A fragilidade

²⁵³ A propósito da lide de Crasconho, anterior a 1208, a fonte afirma: “*morrerom muitos fidalgos de ãa e da outra parte*” (LLCDP 40E8). Entre eles, Pero Mendes de Poiares (dos de Baião) morreu às mãos de Pero Rodrigues Pereira (LLCDP 40E7). Numa outra ocasião, Rui Mendes de Bragança ficou cego numa lide com o seu irmão, Fernão Mendes, “O Bravo” (LLCDP 38A3).

²⁵⁴ Mas cujo significado preciso não é exatamente esse, remetendo mais para algo como “esforço realizado na via de Deus” o que abre caminho a várias expressões de *jihad* que nada têm a ver com a guerra. A consolidação da doutrina de *jihad* enquanto guerra santa deu-se entre os séculos IX e XI, paradoxalmente numa altura em que as conquistas fulgurantes do Islão já tinham cessado (FLORI, 2004, p. 74 e 111).

²⁵⁵ MENDES, 2011, p. 147.

²⁵⁶ A própria designação de *taifa* encerra os significados de “partido, bando, desunião”. Os reinos de taifas que então se formaram eram governados por dinastias de uma de várias proveniências: as taifas berberes, cujas famílias reinantes eram de origem norte-africana ou andaluza, mas com antecedentes magrebinos (como era o caso de Badajoz); as taifas “eslavas”, governadas por europeus convertidos ao Islão (concentradas no Levante) e as taifas árabes, governadas por dinastias provenientes da própria Península Arábica (como eram os casos de Silves, Huelva, Niebla ou Sevilha) (MONSLAVO ANTÓN, 2010, p. 92). Sobre os movimentos sectários islâmicos no al-Andalus e o seu choque com as correntes de pensamento trazidas pelos invasores magrebinos, almorávidas e almóadas, veja-se AGUADÉ, 1986, pp. 53-78.

²⁵⁷ Mértola (1044), Huelva, Niebla e Algarve (1050-1052), Algeciras (1055), Morón, Ronda, Carmona e Arcos (1065-1068), Córdoba (1070-1074) e Murcia (1078) (MONSLAVO ANTÓN, 2010, p. 93).

²⁵⁸ GUICHARD e SORAVIA, 2006, pp. 211-232.

militar destes estados levou-os a procurar apoio e proteção nos reinos cristãos do Norte, que era materializada pelo pagamento de um tributo militar, conhecido por *parias*²⁵⁹.

Entre os antecedentes próximos, com relevo para a atividade bélica da primeira metade do século XII, estão as campanhas de Fernando Magno no ocidente peninsular, entre 1057 e 1064, que passou a controlar e a ordenar administrativamente a região entre o Douro e o Mondego²⁶⁰. À sua morte, em 1065, os seus domínios repartiram-se pelos três filhos: Garcia ficava com a Galiza, convertida em reino, bem como as *parias* das taifas de Badajoz e de Sevilha; Sancho herdou Castela e as *parias* de Saragoça e Afonso ficou com Leão e as *parias* de Toledo. Em 1072, Afonso VI tinha já beneficiado do afastamento dos irmãos e concentrado para si o governo dos três reinos. Autoproclamado imperador da Hispânia, conquistou Toledo em 1085, para, em outubro do ano seguinte, ser derrotado frente aos almorávidas, recém-chegados, na batalha de Zalaca.

O estilo de guerra trazido por estes novos invasores representou uma rutura com as práticas andaluzas e, talvez tenha sido essa uma das razões para a derrota de Afonso VI naquela batalha. O modo almorávida era mais agressivo, agregado a um imperialismo de fundamentação religiosa²⁶¹. O exército era composto por contingentes das tribos submetidas: camponeses marroquinos e nómadas sarianos²⁶², e a guarda pessoal do emir incluía escravos-guerreiros negros e andaluzes²⁶³. Incorporava algumas inovações táticas, que desconcertaram os cristãos, designadamente uma peonagem que se deslocava em dromedários, desmontava para combate e formava falanges sólidas contra a cavalaria cristã²⁶⁴ e um sistema de comando e controlo por intermédio de enormes tambores, cujo

²⁵⁹ A origem do *parias* terá estado no pagamento que a taifa de Saragoça fez a Leão e Castela em troca do auxílio daquele reino na guerra contra a taifa de Toledo, aliada e Navarra. No imediato, o pagamento converter-se-ia em tributo, em troca de proteção, e viria a estender-se às restantes taifas (REILLY, 1996, pp. 57-58). Em última análise, as comunidades islâmicas que pagavam *parias* em troca de paz, acabavam por contribuir para o fortalecimento dos exércitos cristãos, já que muito do serviço militar nas fileiras leonesas, castelhanas ou aragonesas era exercido em troco de um pagamento.

²⁶⁰ De acordo com a *Chronica Gothorum*, conquistando Lamego em 1057, finalizando as conquistas de Viseu, Seia, São Martinho de Mouros, Travanca e Penalva em 1058 e Coimbra em 1064 (*Chronica Gothorum*, PMH-S-I, pp. 9-10).

²⁶¹ MATTOSO, 1985, p. 194. Estritamente maliquitas, seguiam a escola, ortodoxa de Malik. B. Anas.

²⁶² De entre as tribos berberes destacam-se os *lamtuna*, *jazula*, *zanata* e *masmuda* (*Al-Hulal Al-Mawsiyya*, trad. Huici Miranda, p. 46).

²⁶³ *Al-Hulal Al-Mawsiyya*, trad. Huici Miranda, p. 37. Os guerreiros negros combatiam montados e o núcleo inicial deve-se a Yusuf b. Tashfin, composto por 2000 guerreiros. Entre os escravos andaluzes, figuravam cristãos, designados por *rumis* ou *nasara*. Chegaram a atingir efetivos de vários milhares e foram transferidos para o Norte de África, chegando mesmo a ter um bispo em Marrocos. Para uma análise detalhada dos contingentes do exército almorávida, veja-se SUÑÉ ARCE, 2017, pp. 220-227.

²⁶⁴ Para uma descrição da formação de combate almorávida, efetuada por um erudito andaluz no final do século XI, veja-se NICOLLE, 1999b, pp. 590-591. Não é claro se o texto descreve exatamente o modo como combatem os almorávidas ou se pretende munir os novos senhores do al-Andalus com indicações

soar atemorizava o inimigo²⁶⁵. Depois da vitória obtida em Zalaca, em 1086, fizeram chegar, às principais cidades do al-Andalus e do Magreb, a notícia de que tinham sido feitas enormes pilhas com as cabeças cortadas dos derrotados, para demonstrar que já nada havia a temer dos cristãos do Norte e dissuadir os reis de taifas de pagar tributo a Afonso VI de Leão²⁶⁶.

Face a esta grande ameaça, a procura leonesa do reforço de laços políticos e apoio militar no espaço meridional francês, sobretudo na Borgonha, desencadeou a vinda de mesnadas nobres e também de clérigos de obediência cluniacense²⁶⁷. A predisposição dessa nobreza transpirenaica para se estabelecer na Hispânia tinha, entre os seus elementos motivadores, a corrente de movimentos anti-islâmicos que então proliferavam no Ocidente Europeu e que também conduziram às Cruzadas²⁶⁸. Foi deste modo que, a partir de 1087, Raimundo e Henrique já se encontravam, com as suas mesnadas, ao serviço de Afonso VI, tendo conduzido campanhas, entre 1090 e 1094 com sucesso assinalável²⁶⁹. O imperador acabou por conceder a Raimundo o governo da Galiza e, em 1095 ou 1096 o condado de *Portucale*, unido ao de Coimbra, foi atribuído a Henrique. Este, já como conde, combateu os almorávidas por diversas vezes: em setembro de 1100 participou, com Raimundo, na batalha de Malagón (Toledo) e é também possível que

práticas sobre como defrontar os cristãos. Mas a crónica árabe das dinastias almorávida, almóada e merínida descreve os *lamtuna* como combatentes montados em camelos (dromedários, na realidade) e não cavalos e os peões firmes, em linhas sucessivas, com os homens da primeira linha a empunhar lanças compridas. Preferiam a morte à derrota e era muito mal visto o fugitivo em combate (*Al-Hulal Al-Mawsiyya*, trad. Huici Miranda, p. 30). A presença de camelos (*Camellus dromedarius*) no al-Andalus remonta ao último terço do século X, tendo sido utilizados para transporte de carga e mesmo para combate, havendo disso registo pelo menos desde 1038, num enfrentamento campal entre os exércitos das taifas de Granada e de Almería (GUICHARD e SORAVIA, 2006, pp. 217 e 218). A inovação almorávida parece ter sido a utilização de camelos para o transporte rápido de guerreiros que, para combater, apeavam, formando falanges sólidas. A este respeito ver LOMAX, 1984, p. 93 e, em particular, na referência à sua presença na batalha de Zalaca, em 1086, ver MORALES MUÑIZ, 2000, p. 259.

²⁶⁵ Depois de terem sido inicialmente banidos do exército (por serem considerados objetos pagãos profanos), os tambores foram reintroduzidos porque constituíam excelentes meios de pressão psicológica sobre os cristãos (NICOLLE, 2001b, p. 24).

²⁶⁶ *Al-Hulal Al-Mawsiyya*, trad. Huici Miranda, pp. 78-79. Ibn Abi Zar, um autor que temos de ler com algum cuidado, especialmente quanto ao rigor cronológico, afirma que o emir almorávida enviou mesmo remessas de milhares de cabeças para Sevilha, Córdoba, Valência, Saragoça e Múrcia e também para as cidades do Magrebe (*Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, p. 288).

²⁶⁷ Que na Península vieram a protagonizar uma reforma litúrgica que conduziu ao abandono do antigo ritual visigótico-moçárabe e a sua substituição pelo modelo vigente em Roma. Afonso VI apoiou e protegeu a ordem de Cluny desde 1073 e, em 1080, no Concílio de Burgos, oficializou o rito gregoriano, subalternizando os restantes (JORGE, 2004, p. 209).

²⁶⁸ A.H. MARQUES, 1996b, p. 13.

²⁶⁹ Raimundo avançou até Lisboa, em 1093, apoiando da taifa de Badajoz, numa ocupação efémera que só durou até ao ano seguinte, altura em que os almorávidas se assenhoraram de todo o Gharb.

tenha tomado parte na defesa das posições cristãs que subsistiam na linha do Tejo, em 1103, onde pode ter presenciado o destastre de Vatlandi e a perda de Santarém²⁷⁰.

A presença política almorávida no al-Andalus correspondeu, no essencial, ao período de governo de dois emires: Yusuf Ibn Tashfin (m. 1106) e o seu filho, Ali Ibn Yusuf (m. 1143). O primeiro chegou a cercar Toledo, em 1109; o segundo reconquistou Santarém, em 1111, e assolou a região de Soure e Coimbra, em 1116-1117. O temor do avanço almorávida foi de tal ordem que levou o conde D. Henrique a fortalecer não só a região de Coimbra, mas também o território até Viseu²⁷¹. Entretanto, e paradoxalmente, a grande eficácia militar alcançada pelos almorávidas esteve também na origem da rápida erosão das suas estruturas políticas, que eram detestadas pelas elites andalusas, mas tinham o apoio popular porque, por um lado, reduziram impostos e, por outro, porque o seu exército era capaz de proteger as gentes dos ataques dos cristãos. Mas para os almorávidas do Sara e do Sudão, os governantes do al-Andalus e do Magrebe tinham-se convertido numa aristocracia militar cara e pouco eficaz²⁷². Para substituir as tropas originais, Ibn Yusuf servia-se de berberes a fim de controlar o al-Andalus e de cristãos para controlar o Magrebe e, para lhes pagar, teve de implementar impostos não-corânicos. Estas foram algumas das condições que precipitaram a corrosão do poder almorávida e permitiram a ascensão, nas montanhas do Atlas marroquino, de uma doutrina ainda mais rigorista, preconizada por Ibn Tumart: os almóadas.

²⁷⁰ Juntamente com a mão da filha bastarda do imperador, Teresa. Henrique serviu Afonso VI como bom vassalo, tendo participado em campanhas militares em apoio do seu sogro e sendo confirmante de muita documentação imperial, o que comprova a sua presença assídua na corte (A.H. MARQUES, 1996b, pp. 17-18).

²⁷¹ Vejam-se os forais de Zurara, 1102-12 (PMH-LC-I, p. 353), Tentúgal, 1108 (PMH-LC-I, p. 354), Sátão, 1111 (PMH-LC, pp.354-355) e Soure, 1111 (PMH-LC-I, p. 357). O esforço continuou sob o governo de D. Teresa com Tavares, 1114 (PMH-LC-I, pp. 359-360), Arganil – pelo bispo de Coimbra, 1114 (DP-III, doc. 419 de 1114) e Viseu, 1123 (PMH-LC-I, p. 360). Coimbra tinha recebido foral, de Afonso VI de Leão, em 1085, carta redigida a partir de Toledo, que se limitava a confirmar o que estava estatuído desde o tempo de Fernando Magno. Em 1093, acompanhado pelo genro, Raimundo, o leonês reconfirmava essa carta (REIS, 2002, p. 43). Nada transmite o temor que, pouco tempo depois, se abateria sobre o reino de Leão. O foral de Coimbra de 1111 (PMH-LC-I, p. 356), foi precedido de tumultos, geralmente associados à tensão entre os partidários do grupo moçárabe e os adeptos a reforma gregoriana (REIS, 2002, p. 51). Mas pelas medidas de cariz militar implementadas, pairava sobre a cidade uma ameaça real. O foral de Tavares, de 1114, também evidencia a situação militar vivida, ao situar aquele castelo como posicionado “*inter mauros et christianos*” (PMH-LC-I, p. 359).

²⁷² A pouca eficácia militar da administração almorávida ficou patente numa série de derrotas contra os cristãos: Congost de Martorell, Catalunha, 1114; Saragoça, 1118; Cutanda - Teruel, 1220; e, sobretudo, a grande expedição ofensiva na região de Valência, conduzida pelo rei aragonês, Afonso *O Batalhador*, entre 1225-1226, face à qual a administração almorávida não conseguiu oferecer uma defesa eficaz (GUICHARD, 2016, p. 172).

Por outro lado, no contexto geral da Europa Ocidental, o segundo quartel do século XII traria um conjunto de transformações de efeitos duradouros, devido a vários agentes convergentes. Entre os promotores destas alterações encontravam-se a Ordem de Cluny, que gozou, progressivamente, de influência junto dos monarcas; a Ordem de Cister, que renovou o monaquismo beneditino e promoveu o surgimento das ordens militares na Terra Santa, conciliando o *bellator* com o *orator* e, das quais, a do Templo viria a ter grande influência junto da Santa Sé²⁷³. Todos estes efeitos se fizeram sentir no jovem reino de Portugal, com destaque para a influência, junto da Coroa, dos cistercienses, e também os Cónegos Regrantes de Santa Cruz. Estes últimos tiveram um papel fundamental na consolidação e, sobretudo, na conformação concetual do novo reino, através do contacto com as populações campesinas, na promoção do povoamento nas regiões de fronteira, no enquadramento espiritual das gentes e na transmissão de inovadoras correntes culturais provenientes da Europa Transpirenaica. Também se deve aos cruzios da primeira metade do século XII a atitude tolerante à cultura moçárabe e islâmica, a proclamação da guerra santa, destinada a legitimar os feitos guerreiros de D. Afonso Henriques e a produção dos textos embrionários do que, mais tarde, se viria a transformar na consciência nacional²⁷⁴

Em 1128, quando D. Afonso Henriques assumiu o governo do Condado Portucalense, o poder almorávida encontrava-se em declínio e a primeira preocupação do jovem infante era a afirmação de Portugal enquanto reino cristão de pleno direito, que teria de passar pela aceitação por parte do reino de Leão, em primeira instância, e pela dos restantes reinos ibéricos²⁷⁵. A tensão recorrente que daqui adveio, não só redundou em confrontos declarados e abertos entre as respetivas hostes régias, como também em recontros protagonizados por mesnadas nobres, realidade que atravessaria toda a cronologia que vamos analisar²⁷⁶. Este estado de conflitualidade latente tornou-se também evidente na organização dos municípios das regiões de fronteira, que estavam preparados para combater tanto os muçulmanos, como os outros poderes cristãos²⁷⁷.

Do lado muçulmano, no breve interregno que se seguiu à queda do império almorávida também se assistiu a conflitualidade entre os estados independentes que se

²⁷³ BRANCO, 2007, pp. 12-13.

²⁷⁴ A.S. PEREIRA, 2003, p. 37.

²⁷⁵ Para uma síntese das etapas e linhas de esforço de viabilização do reino, veja-se M.A. MARQUES, 1996a, pp. 25-37.

²⁷⁶ Vide tábua cronológica de operações, em anexo.

²⁷⁷ POWERS, 1988, p. 19.

formaram. A onda de levantamentos andaluzes em relação a um domínio almorávida, já enfraquecido, foi iniciada pelo místico de Silves, Ibn Qasi, que se proclamou *mahdi* em Mértola em 1144²⁷⁸. Até à derrota completa de Ibn Mardanish, rei da taifa de Múrcia, em 1172, às mãos dos almóadas, as dissidências multiplicaram-se um pouco por todo o al-Andalus. O Gharb ficou submetido à nova dinastia berbere em 1157, embora Tavira tenha subsistido independente até 1167. Alguns regentes muçulmanos, como próprio Ibn Qasi ou o governador de Alcácer em 1158, Ibn Wahibi, chegaram, nesse contexto de grande instabilidade no seio do Islão, a estabelecer acordos de não-agressão com D. Afonso Henriques²⁷⁹.

Essa fragilidade e divisão dos poderes islâmicos aproveitou, sobretudo, aos soberanos cristãos. Não foi por acaso que a primeira conquista de Calatrava-a-Velha e o cerco a Almería, por Afonso VII, bem como as conquistas de Santarém e de Lisboa, por D. Afonso Henriques, ocorreram em 1147²⁸⁰. Até à intervenção militar dos almóadas, que se fez sentir com toda a intensidade em Portugal a partir do final da década de 1170, D. Afonso Henriques e o seu filho, o infante D. Sancho, gozaram de grande liberdade de ação estratégica, que permitiu a conquista e consolidação da linha do Tejo, a partir de 1147, de Alcácer em 1159 ou 1160, e da cidade de Évora, em 1166²⁸¹.

Concomitante com o esforço militar régio, foi sempre a atuação das milícias concelhias, levantando-se a frequente suspeita de que algumas operações efetuadas em autonomia pelos cavaleiros-vilãos, foram fruto de coordenação direta com o monarca, como foi o caso da conquista de Alcácer, em 1159 ou 1160²⁸². No reinado de D. Afonso Henriques são conhecidas várias ações deste género: no inverno de 1162-63, cavaleiros cristãos de várias proveniências, comandados por Fernão Gonçalves, filho do alcaide de Coimbra, ocuparam Beja tendo, no início do ano seguinte, abandonado a cidade, depois de a saquearem e efetuarem muitas destruições no seu termo²⁸³; em maio de 1166,

²⁷⁸ SIDARUS, 1996, p. 255. Sobre este “redentor”, veja-se, também, A. BORGES, 1992, pp. 209-215.

²⁷⁹ LOURINHO, 2010, p. 60 e 101.

²⁸⁰ E que Lisboa, cercada pelos cruzados e pelo rei português no mesmo ano viu recusado o auxílio de Ibn Wazir, de Badajoz. Não é certo, no entanto, que tivesse sido pedido socorro. Embora a descrição do cruzado Raul o refira, e que seja verosímil, outros estudos levantam a hipótese de que este pedido de ajuda recusado se tenha tratado somente de propaganda cristã (LOURINHO, 2010, pp. 63-64). Em todo o caso, o senhor muçulmano com melhores condições para socorrer a cidade cercada, não o fez. Tenha-se, também em consideração, que em março desse ano de 1147, a dinastia almorávida sucumbira aos almóadas, em Marraquexe (HUICI MIRANDA, 1956, pp. 140-146).

²⁸¹ AFONSO, 2013a, pp. 261-262.

²⁸² MATTOSO, 2007, pp. 281-282.

²⁸³ ADA, p. 158.

cavaleiros provenientes do espaço português a norte do Tejo foram derrotados nas imediações de Niebla²⁸⁴; em 1180, milícias de “Toledo e de Santarém” assolaram a bacia do Guadalquivir²⁸⁵; em 1182 ou 1183, foi assinalado um assalto à região de Sanlúcar, tendo sido obtido um saque significativo²⁸⁶. Tudo isto sem contabilizar, ainda, a atuação de outras forças “irregulares”, como o já referido bando de Geraldo “Sem Pavor”.

No final da década de 1170, a capacidade militar dos almóadas, que já tinham, em conjunto com Fernando II de Leão, bloqueado o avanço de D. Afonso Henriques e de Geraldo Geraldês em Badajoz, em 1169, veio limitar grandemente as possibilidades de expansão e remeter o rei de Portugal para uma postura defensiva²⁸⁷. São disso expressões visíveis, o reforço da fortificação da linha do Tejo, a atribuição de territórios e fortalezas às ordens militares (primeiramente à Ordem do Templo e, mais tarde, às ordens ibéricas, entretanto criadas, e também à Ordem do Hospital) e o estabelecimento de tréguas com os almóadas, entre 1173 e 1178²⁸⁸. Naturalmente que os restantes reinos cristãos também se viram a braços com o mesmo problema. Desaparecidos os últimos opositores andaluzes ao novo império de origem berbere, com a queda de Múrcia, em 1172²⁸⁹, a superioridade militar almóada veio a revelar-se, de forma retumbante, na derrota imposta às hostes de Afonso VIII de Castela, em 1195, em Alarcos²⁹⁰.

Uma vez mais estávamos perante uma entidade política forte, escorada num tipo de guerra que contrastava com as práticas do al-Andalus. Depois da conquista de Marraquexe, em 1147, o exército almóada, que era essencialmente tribal, passou a incorporar contingentes especializados. O corpo de elite, em torno do qual estava

²⁸⁴ IBN SAHIB AL-SALA, p. 91.

²⁸⁵ *Al-Bayan II*, p. 41.

²⁸⁶ POWERS, 1988, p. 43.

²⁸⁷ No Verão de 1179, Ganiam Ibn Mardanish comandou uma incursão naval sobre Lisboa (*Al-Bayan II*, p. 67); Em outubro, Yacub Yusuf, filho do califa, atacou Abrantes, tendo cercado o castelo durante quatro dias (ADA, p. 159); entre 1179 e 1181 sucederam-se expedições ofensivas muçulmanas; em 1180 ou 81, os almóadas desferiram um ataque-surpresa sobre Coruche, fazendo inúmeros prisioneiros (*Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 16) e sucederam-se ataques na costa portuguesa, referenciados no cabo Espichel e em Porto de Mós; em 1181, um combate naval ao largo de Silves, entre uma esquadra cristã, proveniente de Lisboa, e uma esquadra almóada, proveniente de Sevilha (*Al-Bayan II*, p. 40); em 1184, numa campanha comandada pelo próprio califa Yusuf I, os almóadas recuperaram praticamente todos os territórios até à linha do Tejo, tendo assediado Santarém (POWERS, 1988, p. 42); em 1190, Yaqub al-Mansur comandou uma campanha que tomou Torres Novas e cercou Tomar; em 1191, os almóadas submeteram Alcácer e Silves, depois de ter permanecido cristã por cerca de dois anos, voltou a mãos almóadas (HUICI MIRANDA, 1957, pp. 65-68).

²⁸⁸ A.S. PEREIRA, 2008, p. 95.

²⁸⁹ Só a taifa de Maiorca subsistiu, até 1203.

²⁹⁰ Rodrigo Jiménez de Rada menciona a batalha, embora não se detenha a fornecer detalhes (DRH, p.278). Mas o recontro acarretou, para Castela, a perda de uma faixa importante de território, entre a Sierra Morena e o Tejo (GARCÍA FITZ, 1998b, p. 65).

estruturada a força, era a guarda do califa, que, entre outros guerreiros, dispunha de arqueiros²⁹¹. Nas suas fileiras, para além dos “servidores do estado”²⁹², os almóadas também recorriam a voluntários²⁹³ e a unidades de escravos²⁹⁴. Dispunham, adicionalmente, de contingentes árabes, procedentes das confederações de tribos beduínas do Magrebe Central²⁹⁵. A partir de 1182-83, chegaram a Marrocos arqueiros a cavalo turcos, embora não saibamos se estiveram no al-Andalus. Para além destes corpos, também empregaram contingentes andaluzes e, à semelhança dos almorávidas, mercenários cristãos²⁹⁶.

No campo de batalha, preconizavam uma tática semelhante à dos almorávidas, mas o aspeto militar que talvez mais os distingua dos poderes islâmicos anteriores era a impressionante capacidade de mover guerra de assédio, aliada a uma técnica de edificação de fortificações rápida e eficaz²⁹⁷. Fizeram uso massivo de todo o tipo de engenhos, admitindo-se que o trabuco de contrapeso tenha tido origem almóada²⁹⁸. No âmbito da fortificação, para além de elementos construtivos bastante eficazes como a torre albarrã e a arquitetura de portas em cotovelo, o uso intensivo da *taipa militar* proporcionou-lhes uma capacidade inigualável de consolidação de praças conquistadas, através da rápida melhoria das suas defesas²⁹⁹.

D. Sancho I foi o monarca português que lidou mais de perto com estes formidáveis adversários. Ainda infante, em 1178, conduziu um fossado ao arrabalde de Triana, em Sevilha, tendo aí tido lugar uma batalha campal da qual saiu vitorioso³⁰⁰. Em

²⁹¹ *Al-Hulal Al-Mawsiyya*, trad. Huici Miranda, p. 176. Designados por *Rumat*, sing. *râmi* (NICOLLE, 2001b, p. 24).

²⁹² *‘Abid al-Mahzan* (FIERRO, 2012, p. 14).

²⁹³ *Mutatawwi* (*Al-Bayan II*, p. 170).

²⁹⁴ Acredita-se que as primeiras unidades de escravos do Estado provieram das tribos almorávidas vencidas (MOLÉNAT, 2005, p. 551).

²⁹⁵ As confederações de tribos nómadas árabes que ocupavam o Magrebe Central e a região de Ifríqya (Tunísia) nunca foram verdadeiramente submetidas pelos almóadas, mas depois da batalha de Qayrwan, em 1161, alguns contingentes árabes acabaram incorporados no exército (FIERRO, 2012, pp. 12-13).

²⁹⁶ Recorde-se que Geraldo Geraldes morreu no Magrebe, ao serviço dos almóadas (A.S. PEREIRA, 2008, pp. 70-72).

²⁹⁷ Para uma descrição da formação de batalha almóada, veja-se HUICI MIRANDA, 1956, p. 130.

²⁹⁸ O emir almóada Abu Sa’id marchou até Badajoz, em 1169 ou 1170, tendo-se ali encontrado com Fernando II de Leão e fazendo transportar, no seu exército, um conjunto de máquinas de guerra (IBN SAHIB AL-SALA, p. 156). Duas décadas depois, Yaqub al-Mansur mandou construir 14 engenhos para a conquista de Alcácer (HUICI MIRANDA, 1956, p. 356) e recorreu ao tiro de máquinas de cerco para bater os muros de Silves, durante a sua ação de tomada da cidade, em 1191 (*Al-Bayan II*, p. 170).

²⁹⁹ Entre outros trabalhos, veja-se CHAGAS, 1995. Retomaremos este assunto adiante, no subcapítulo 4.1, dedicado à dimensão técnica da fortificação.

³⁰⁰ Sobre a constituição do exército muçulmano que o infante Sancho defrontou, as fontes nada dizem (M.G. MARTINS, 2011, p. 114).

julho de 1184, comandou pessoalmente a defesa de Santarém, cercada pelo exército do califa Yusuf I³⁰¹. Já como rei, participou na conquista de Silves, em 1189, com a ajuda de cruzados dinamarqueses e alemães³⁰². É possível, mas não certo, que tenha ocorrido a Santarém, em 1190, depois dos almóadas terem saqueado os arrabaldes da vila e se terem dirigido a Torres Novas e Tomar³⁰³. Também tomou medidas para limitar a progressão dos almóadas para norte do Tejo, criando condições para a proteção eficaz do enclave cristão de Évora³⁰⁴, concedendo territórios às ordens militares para organização e defesa da região³⁰⁵ e outorgando forais³⁰⁶. Mas a partir de 1197 as procuações militares do rei focam-se sobretudo no confronto com o reino de Leão e também em debelar quezílias internas, quer contra o clero, quer contra a nobreza³⁰⁷. Apesar de ter continuado a comandar ações militares³⁰⁸, até à sua morte, em 1211, não temos notícia de ter participado pessoalmente em mais combates contra o Islão.

D. Afonso II foi o primeiro monarca afastado dos campos de batalha³⁰⁹, mas nem por isso ausente da conflitualidade, especialmente no plano interno, contra as suas irmãs, as infantas Teresa, Branca e Sancha. No final do primeiro ano de reinado, o seu alferes, Martim Anes de Riba de Vizela, cercou Montemor-o-Velho, onde estavam refugiados a infanta Teresa e os seus partidários, prendendo pessoas e provocando a destruição de bens³¹⁰. Foi também no contexto desta querela que Afonso IX de Leão invadiu o norte de Portugal e derrotou os partidários do rei, na batalha de Valdevez³¹¹. E entre novembro de 1212 e maio de 1213, reacendeu-se a guerra contra as infantas³¹². Mas o grande

³⁰¹ O califa morreu como consequência de uma ferida recebida nesta ação. Al-Salawi atribui-lhe, como data da morte, 21 de julho de 1184 (AL-QALQASHANDI, pp. 75, nota 143).

³⁰² *Al-Bayan II*, p. 153.

³⁰³ BRANCO, 2006, p. 145.

³⁰⁴ Uma evidência desta ação é a doação, à milícia dos freires de Évora, mais tarde Ordem de Avis, dos castelos de Alpedriz, Alcanede e a promessa do castelo de Juromenha “se Deus lho der” (DS, doc. 17 de 1187, janeiro). Sobre Évora como ponto-chave na consolidação da fronteira do Tejo e a importância dos freires, veja-se VILAR, 2019, pp. 317-335.

³⁰⁵ Doação dos castelos de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda à Ordem de Santiago (DS, doc. 14 de 1186, outubro, 28), doação do território de Guidintesta à Ordem do Hospital (DS, doc. 73 de 1194, junho, 13), e a concessão à Ordem do Templo de Idanha (DS, doc. 100, de 1197, janeiro, 23) e Açafa (DS, doc. 117 de 1199, julho, 5).

³⁰⁶ Almada, 1190 (PMH-LC-I, p. 475), Torres Novas, 1190 (DS, doc. 48), Benavente, 1200 (DS, doc. 124), Sesimbra, 1202 (DS, doc. 138, agosto), Montemor-o-Novo, 1203 (DS, doc. 148).

³⁰⁷ Veja-se o caso da destruição da quintã de Lourenço Vasques da Cunha, anterior a 1210 (A.J. COSTA, 1977, doc. 4 de 1211-1216, pp. 300-307).

³⁰⁸ Veja-se, por exemplo, a “hoste de Pinhel”, de 1199, conduzida contra o rei de Leão (PMH-I, p. 1381a).

³⁰⁹ Uma das primeiras medidas do seu reinado, neste âmbito, poderá ter sido a celebração de tréguas com os almóadas, em 1211 (VILAR, 2008, p. 353).

³¹⁰ VILAR, 2008, p. 353.

³¹¹ CM, pp. 415-416.

³¹² VILAR, 2008, p. 354.

acontecimento bélico deste reinado com os muçulmanos, em Portugal, foi a conquista de Alcácer, ao cabo de um cerco de quase cinco meses, entre junho e outubro de 1217. Os protagonistas cristãos foram alguns prelados e nobres portugueses, ao lado de guerreiros frísios, no contexto da Quinta Cruzada³¹³. Durante o cerco, um exército muçulmano de socorro, proveniente das cidades de Jaén, Córdoba, Sevilha e Badajoz foi derrotado em batalha campal, junto à ribeira de Sítimos³¹⁴.

Após a conquista, os almóadas não fizeram nenhum outro movimento para tentar recuperar a cidade, no que talvez constitua mais um sintoma do declínio do seu império, que viria a soçobrar politicamente no al-Andalus em 1224, ano em que ocorreu a revolta de vários governadores contra o califa³¹⁵. É certo que Afonso VIII de Castela tinha derrotado os almóadas em 1212, na batalha de *Las Navas de Tolosa*³¹⁶, e que Afonso IX de Leão se assenhoreara de Alcântara em 1214, e de Albuquerque, em 1217³¹⁷, mas as fragilidades do califado não se deviam somente aos problemas que surgiam na margem Norte do Estreito³¹⁸. A ocupação almóada do Magrebe não logrou sobrepor-se de modo duradouro face à expansão dos Banû Marîn no norte de Marrocos e ao domínio crescente dos árabes hilalianos, a sul. O governo almóada continuaria, nominalmente, a exercer-se a partir de Marraquexe, até 1269, mas a unidade do Ocidente Muçulmano ficara desagregada desde 1224³¹⁹.

D. Afonso II pode não ter ficado conhecido como guerreiro, mas ficou inscrito como um dos reis centrais da Primeira Dinastia, precoce nas medidas legislativas e organizativas, tendo sido responsável por fornecer ao reino as bases do edifício

³¹³ O lado português foi encabeçado por Soeiro Viegas, bispo de Lisboa. Com ele, o comendador de Palmela da Ordem de Santiago, Martim Pais Barregão; o mestre do Templo, Pedro Alvites; o prior do Hospital, Mem Gonçalves de Cerveira e alguns nobres de Portugal (VILAR, 2008, p. 146).

³¹⁴ M.G. MARTINS, 2011, p. 137.

³¹⁵ A revolta foi iniciada a 8 de março, quando o governador de Múrcia, Abu Muhammad ‘Abd Allah b. al-Mansur, se revoltou contra o novo califa e se fez proclamar, ele próprio, califa, com o apoio de boa parte dos governadores almóadas do al-Andalus (H. FERNANDES, 2010, pp. 361-362).

³¹⁶ A historiografia tendeu a associar a derrota almóada na batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212, ao declínio do poder califal, mas o recontro não parece ter-se repercutido de modo a causar esse efeito. Como demonstrou Francisco García Fitz, depois da batalha, a estrutura militar almóada continuou operacional e capaz, houve ganhos territoriais cristãos, até 1214, mas não foram especialmente danosos para o império muçulmano e, desde essa data, até 1224, a fronteira entre Castela e o al-Andalus almóada não se alterou (GARCÍA FITZ, 2012, p. 542).

³¹⁷ H. FERNANDES, 2010, p. 175. Viria, depois, a tomar Badajoz em 1230.

³¹⁸ É interessante notar que uma das causas apontadas por Huici Miranda para a corrosão dos almóadas residiu na dificuldade que os califas tiveram em lidar com os problemas ibéricos, mas também com os próprios contingentes árabes, que encararam somente como uma força militar e que, transferidos do al-Andalus para Marrocos, ali semearam a anarquia e a ruína (1957, pp. 578-579).

³¹⁹ GUICHARD, 2016, pp. 191-192.

administrativo de que necessitava³²⁰ e, mesmo não tendo combatido, foi um monarca consciente das necessidades de defesa militar³²¹. Entre outras medidas neste sentido, note-se que, logo três meses depois de subir ao trono, doou Avis ao mestre dos freires de Évora, Fernando Anes, para que a Ordem ali edificasse um castelo e o continuasse a servir militarmente³²². Mais tarde, confirmou as posses anteriores e doou à Ordem do Templo a herdade da Cardosa, hoje Castelo Branco³²³ e também os castelos de Alcácer, Palmela e Arruda à Ordem de Santiago³²⁴. De Portugal, partiu ajuda militar a Afonso VIII de Castela, no contexto da batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212³²⁵ e, em 1219, o rei estabeleceu novas tréguas com os almóadas³²⁶. O reino foi invadido várias vezes por tropas leonesas, logo em 1212, como já vimos, mas também em 1219, altura em que Afonso IX se apoderou de Chaves³²⁷, e em 1220, quando o meio-irmão do soberano, Martim Sanches, ao serviço do rei de Leão, invadiu o Entre-Douro-e-Minho³²⁸. Nesse mesmo ano, uma lide entre dois bandos nobiliárquicos fez inúmeras baixas, de parte a parte³²⁹. E no final de 1222, podem ter tido lugar novas incursões do monarca leonês no norte de Portugal³³⁰. Para um rei que não combatia pessoalmente, verificamos um reinado pleno de atividade militar.

Em março de 1223, ascendia ao trono D. Sancho II, com pouco mais de 13 anos de idade, levando a que a primeira preocupação das principais figuras do reino fosse que,

³²⁰ VILAR, 2008, p. 325.

³²¹ Um dos sinais da consciência régia da precaridade e vulnerabilidades militares do reino é que, pelo menos até ao reinado de D. Afonso II, o rei era-o dos portugueses e não de Portugal (*Rex Portugalensium vs Rex Portugalie*). Os primeiros reis eram-no mais por dignidade pessoal do que por controlo territorial. E a perspetiva do território também era sintomática: a norte do Tejo, no reinado de D. Afonso Henriques, estávamos no Portucale. A sul, num território estranho, onde cidades fronteiriças ou até enclaves, como o de Évora, materializavam uma soberania do Norte que ainda podia ser questionada pelos poderes muçulmanos, patente nas expressões constantes nos forais relativos ao estatuto dos moradores por comparação com os de fora. A norte do Tejo, as expressões correntes eram “*de totas alias terras*” ou “*de totis aliis terris*”. A sul do rio, “*de Portugal*”, aludindo a um Portugal que só o era a norte (VENTURA, 1998, pp. 26-27).

³²² CAIII-I, doc. 103, de 1211, junho, 30. A fundação do castelo ocorreu três anos depois, a 15 de agosto de 1214 (BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 275 de 1214, agosto, 15, pp. 676-679).

³²³ ANTT, *Gavetas*, VII, m. 10, doc. 12; BRANCO, 1999, vol. II, p. 60. Ver, também BARROCA, 2003b, p. 58.

³²⁴ CAIII-II, doc. 702, de 1218, janeiro, 27.

³²⁵ DRH, 309. A ajuda militar assentou essencialmente em contingentes das ordens militares e de voluntários, pelo que não é fácil estabelecer se existiu um papel direto do rei, já que, por sinal, recusou o pedido de apoio que o seu sogro, Afonso VIII de Castela, lhe tinha endereçado. Em todo o caso, o apoio militar foi dado. Sobre este assunto veja-se M.G. MARTINS, 2014b, pp. 443-458.

³²⁶ VILAR, 2008, p. 357.

³²⁷ H. FERNANDES, 2010, p. 271.

³²⁸ H. FERNANDES, 2010, p. 361.

³²⁹ LLCDP, 21G12.

³³⁰ VILAR, 2008, p. 358.

“a um rei nulo sob o ponto de vista militar, sucedia um quase criança”³³¹. Em 1226, em simultâneo com o cerco que Afonso IX de Leão movia sobre Badajoz, o jovem monarca português conduziu pessoalmente uma expedição mal-sucedida sobre Elvas, cujo desfecho pode bem ter residido nas obras de fortificação almóadas³³². A única outra possível intervenção militar direta que se conhece ao rei é a conquista de Aiamonte, numa expedição, em 1237 ou 38, articulada com a conquista de Mértola por parte de Paio Peres Correia, comendador de Palmela da Ordem de Santiago³³³.

É neste reinado que tem lugar a fulgurante conquista do Baixo Alentejo e Algarve, entre meados da década de 1230 e a de 1240, muito devida à referida milícia, num quadro em que o al-Andalus estava, de novo, estilhaçado em taifas independentes. Desse terceiro período de instabilidade no seio do Islão peninsular, resultou também a queda em mãos cristãs de Córdoba, em 1236 e de Sevilha, em 1248³³⁴, tendo, nesta última operação, participado muitos nobres portugueses. Mas o reinado de D. Sancho II ficou sobretudo marcado pela instabilidade interna e pela deterioração da sua condição de governante, que acabou por desembocar numa guerra civil, entre 1245 e 1247³³⁵. Apoiado por uma parte da nobreza, encabeçada pelos de Riba de Vizela, e pelo rei de Castela³³⁶, defrontou o partido do Bolonhês, onde também se encontrava o irmão mais novo de ambos, D. Fernando, senhor de Serpa, e algumas das linhagens mais poderosas do reino³³⁷.

Sob esta capa que as fontes mostram e que se centra na aristocracia e nas instituições monástico-militares, a primeira metade do século XIII ainda conhece alguma atuação ofensiva das milícias concelhias contra os muçulmanos, como o ataque às planícies do Guadalquivir por parte de cavaleiros cristãos, em 1225, que conduziu à lide

³³¹ H. FERNANDES, 2010, p. 58.

³³² F.B. CORREIA, 2013a, p. 137. O rei viu-se abandonado pelos nobres diante do castelo, que viria a cair, em 1229 ou 1230, mas por abandono da guarnição, já que foi ocupada sem resistência.

³³³ HENRIQUES, 2003, p. 58.

³³⁴ *Chronicas Breves*, PMH-S-I, p. 24; MONSLAVO ANTÓN, 2010, p. 129.

³³⁵ D. Sancho II foi afastado pelo papa, que promoveu a sua substituição pelo irmão, o conde de Bolonha, futuro Afonso III, através da bula *Grandi non immerito* (VENTURA, 2009, pp. 79-81).

³³⁶ O infante Afonso de Castela (futuro Afonso X) entrou em Portugal, por Ribacoa, acompanhado do senhor da Biscaia e dos condes de Trastâmara e Astorga e pelas milícias concelhias de Ávila, Ciudad Rodrigo e Toro. Tomaram a Covilhã e a Guarda e depois continuaram em direção a Lisboa, tendo devastado a região de Leiria (M.G. MARTINS, 2011, pp. 155-165).

³³⁷ Entre as linhagens que apoiaram o futuro D. Afonso III, contavam-se os de Sousa, Baião, Ribeira, Valadares, uma parte da família de Portocarreiro e a de Briteiros (VENTURA, 2009, p. 77). O conflito ficou marcado por alguns recontros sangrentos entre bandos nobiliárquicos, como foi o caso das lides do Porto e de Gaia, em julho-agosto e 1245 (LLCDP, 25G13) e da lide entre Martim Fernandes de Urgeses, alcaide de Leiria e uma hoste mobilizada pelos partidários do conde de Bolonha.

de Tejada, e de novo em 1226³³⁸. Estas ações já não eram tão frequentes como tinham sido no século XII, em parte porque a faixa de contacto com o Islão se afastava rapidamente para Sul, e em parte porque a guerra de fronteira estava agora maioritariamente entregue às ordens militares e aos esforços régios que se, do lado português se mostraram tímidos, do lado leonês e castelhano foram protagonizados por várias ofensivas conduzidas pessoalmente pelos monarcas e seus herdeiros.

D. Afonso III subiu ao trono em 1248, após a morte do irmão, exilado em Castela, ocorrida no início do ano. A queda de Sevilha, em novembro, veio enfraquecer ainda mais o poder islâmico no Gharb, e o rei encontrou na conquista do principal reduto muçulmano que ainda restava no Algarve – Santa Maria de Faro – o projeto unificador do reino, que contribuiria para aumentar o seu prestígio e confirmar a sua autoridade enquanto guerreiro³³⁹. A nobreza que se apresentou para a operação era, maioritariamente, composta de filhos segundos e bastardos, situação para a qual a historiografia se tem desdobrado em justificações, mas a que também não será alheia a tendência para a “desmilitarização dos feudos”, que se vivia um pouco por toda a Europa Ocidental³⁴⁰. A conquista de Faro marcou, pelo menos simbolicamente, o fim da *Reconquista* portuguesa³⁴¹. Tinha agora início uma nova fase de tensão e conflito, desta feita contra Castela, pela posse do Algarve, que durou até 1264³⁴².

1.3. Síntese Conclusiva

A sociedade cristã nos séculos XII e XIII encontrava-se organizada para a guerra, sendo esta um dos principais fatores de estruturação social. Com efeito, à exceção dos clérigos, os designativos de categoria social, cavaleiro e peão, estavam associados à função militar que cada um desempenhava. A guerra era um fator relevante de mobilidade

³³⁸ AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, pp. 156-157.

³³⁹ VENTURA, 2009, pp. 105-107.

³⁴⁰ Têm sido apontadas várias razões, concorrentes, para esta ausência das principais linhagens portuguesas e, todas elas, são válidas: parte da nobreza que apoiara D. Sancho II encontrava-se ainda exilada em Castela, muitas tenências encontravam-se vagas e a debilidade muçulmana era de tal ordem que o rei não necessitaria de uma força militar muito musculada, sendo este argumento mais frágil, porque, apesar da debilidade, D. Afonso III não podia arriscar um fracasso militar (M.G. MARTINS, 2011, pp. 178-179).

³⁴¹ Continuaram a efetuar-se campanhas contra redutos islâmicos no território. Loulé e Aljezur, por exemplo, foram submetidas posteriormente. Muitas comunidades organizadas subsistiram isoladas, ocasionando ações militares com alguma expressão já na segunda metade do século XIII, como foi o caso da conquista de Arronches, em 1261 (?) (VIANA, 2013, p. 65).

³⁴² Sobre a definição dos limites do Algarve, veja-se BOTÃO, 1998, pp. 743-751.

social, algo que foi comum a toda a Europa Ocidental mas que, na Península Ibérica perdurou bastante mais do que no espaço transpirenaico, devido ao confronto com o Islão.

O modelo social do Ocidente Ibérico, no espaço que viria a ser Portugal, ordenou-se com base em algumas ideias que, além de centrais no contexto bélico estudado, constituem conceitos operatórios no âmbito do presente trabalho. Deste modo, verificámos que as principais conceções legitimadoras da conflitualidade contra o Islão – *Reconquista* e *Cruzada* – estavam presentes nas mentes dos poderes ibéricos, tendo começado a primeira a delinear-se logo no século IX, no reino das Astúrias, e a segunda, a partir da segunda metade do século XI, na Santa Sé. No final dessa centúria, ambas as ideias estavam já interligadas, embora em Portugal, a sua junção só nos seja evidente, através da documentação, a partir da década de 1140. As fontes escritas veiculam um termo associado a esta guerra contra o infiel – *bellum* – em contraposição com o termo *guerra*, utilizado mais frequentemente para designar a conflitualidade entre poderes cristãos. A estes últimos conceitos, surgem também frequentemente ligadas as ideias de *extrematura* e de *frontaria*, associadas a duas perspetivas distintas de fronteira: uma entre os poderes cristãos e os muçulmanos; a outra, entre diferentes poderes cristãos, respetivamente. No campo concetual, é ainda de utilidade distinguir três dimensões, que não sendo coevas, têm sido utilizadas pela historiografia: a guerra guerreada, a guerra de expansão e a batalha campal. Estas três formas de guerra serão analisadas em detalhe no quinto capítulo – consagrado à prática da atividade bélica – mas a necessidade de a elas aludir, ao longo de todo o trabalho, justificou a inclusão da sua definição.

A diacronia mostrou-nos, em Portugal, um processo de conflito contra os poderes islâmicos simultâneo ao ocorrido em outros reinos cristãos ibéricos, mas também nos apresentou, em muitos aspetos, uma realidade menos linear do que a preconizada em muita historiografia. É certo que a guerra que a Coroa moveu contra o Islão foi importante e, em alguns momentos específicos, claramente dominante, tendo contribuído decisivamente para a legitimação do poder dos monarcas cristãos ibéricos. Mas o universo bélico da Cristandade peninsular do século XII e primeira metade do XIII foi bem mais plural, mais o estilo do “todos contra todos”, onde a guerra irregular ou guerreada assumia papel de destaque e a fé professada pelos combatentes, apesar de sempre presente e invocada, passava para um segundo plano no que respeita aos *casus belli*.

No arco cronológico que decorreu entre 1128 e 1249, as características gerais políticas e militares dos poderes muçulmanos presentes no Ocidente Peninsular, alteraram-se várias vezes. E as opções de resposta militar dos reis portugueses foram, de um modo geral, adequadas às conjunturas. Mesmo quando não havia intervenção régia direta na guerra, quadro que, como vimos, caracterizou os reinados de D. Afonso II e D. Sancho II, o reino já dispunha de duas outras soluções que se revelaram igualmente eficazes: a atuação das ordens militares que, apesar de autónoma, sempre se produziu sob os auspícios régios (ou pelo menos, com a confirmação régia, a jusante, das conquistas efetuadas), e também a intervenção de mesnadas nobres em nome do rei e, por vezes, da própria “hoste régia”, comandada não pelo soberano, mas pelo seu alferes.

2. ESPAÇOS

A compreensão dos acontecimentos do passado não é possível se não se atender aos elementos naturais do clima e da geografia. É fundamental perceber a relação entre as comunidades humanas e o território, e a conjugação destes dois elementos ajuda a perceber as ações militares que aí se desenvolveram³⁴³. Nestes campos, a Península Ibérica apresenta particularidades que a diferenciam sobremaneira do resto da Europa Ocidental³⁴⁴.

Ensaíamos uma abordagem ao meio físico numa dimensão “macro”, da configuração territorial geral, que naturalmente regula as operações militares num plano estratégico, e que convive com uma dimensão “micro”, relacionada com os aspetos particulares do terreno que condicionam as ações militares táticas³⁴⁵. Interessa-nos, também, articular a configuração física do território com a dimensão climática e as dinâmicas de ocupação humana, tentando perceber as principais implicações destes fatores nas atividades guerreiras.

Uma abordagem geográfica num trabalho sobre a guerra na Idade Média faz sentido, não no intuito de apresentar uma configuração territorial exaustiva, mas essencialmente direcionada para o impacto que a geografia tinha – e impunha – às atividades guerreiras³⁴⁶. Infelizmente só alguns aspetos do território medieval têm merecido um tratamento individualizado na historiografia. A dimensão física – nomeadamente nas vertentes hidrográfica, da cobertura vegetal e de circulação – carece ainda de uma obra de conjunto que abranja a cronologia que escolhemos³⁴⁷.

³⁴³ Sobre a relação dos fatores da geografia física e humana com a guerra, veja-se MURATSE, 1964, pp. 49-52.

³⁴⁴ CABO, 1981, p. 39.

³⁴⁵ Relacionadas com a escolha local do terreno para o combate. Ver VERBRUGGEN, 1997, p. 204 e seguintes. Ver também OMAN, 1885, p. 73; GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 367-373; e MONTEIRO, 1998, pp. 373-374.

³⁴⁶ A ausência de caracterizações geográficas introdutórias em trabalhos panorâmicos sobre a guerra medieval justifica-se pela desfavorável relação custo-benefício entre o material documental e bibliográfico disponível e a possibilidade de estabelecer relações imediatas com a guerra. Por norma, os autores preferem aludir à geografia sempre que os fatores militares que analisam o requeiram (como no caso dos estudos sobre fortificações), em vez de partirem de uma observação geográfico-militar geral do território. Mas o espaço é, por maioria de razão, fundamental para o estudo da guerra, como o foi para o estudo dos “fatores democráticos na formação de Portugal” (CORTESÃO, 1984) ou para a abordagem às origens de Portugal (MATOS, 1995, vol. 1).

³⁴⁷ Sintomática é a estrutura da obra de referência sobre a historiografia medieval em Portugal *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, onde não encontramos nenhum “setor historiográfico” dedicado aos assuntos dos aspetos físicos do território. São mencionados trabalhos como o de Nicole Devy-Vareta, das décadas de 1980 e 1990, sobre a estratigrafia dos pólenes para estabelecer as variações da

O conhecimento do terreno era um imperativo dos protagonistas na condução da guerra medieval. Interessa, pois, aproximarmo-nos da leitura que os intervenientes coevos teriam do ambiente em que viviam e em que tinham de operar, do ponto de vista militar. Na preparação das atividades guerreiras, fossem elas campanhas levadas a cabo por monarcas, fossem incursões com efetivo reduzido, nomeadamente as de iniciativa local, estes homens não deixariam de entrar em linha de conta com os elementos que os rodeavam. Começando pelos principais conselheiros do monarca no domínio bélico, o alferes-mor e os mestres das ordens militares, o conhecimento do ambiente onde se desenrolam as operações é inerente a todos, destacando-se o papel dos adais³⁴⁸, mas também dos almogávares e outras gentes de fronteira³⁴⁹ e mesmo daqueles que, por obrigação de ofício, se deslocavam para lugares situados além da linha do horizonte visível, como era o caso dos almocreves e dos alfaqueques³⁵⁰.

O ocidente peninsular, especialmente o território que viria a fazer parte do reino de Portugal nos séculos XII e XIII, apresenta contrastes orográficos significativos. Distingue-se, por um lado, um norte montanhoso, em que mais de 90 por cento do espaço está em altitudes superiores a 400 metros e, por outro, um sul de baixas altitudes, essencialmente plano ou de suaves ondulações, onde as escassas serras se destacam isoladamente, sem atingirem – com exceção de São Mamede – altitudes superiores a 1000 metros³⁵¹. Grande parte do espaço a norte do rio Tejo é frequentemente bastante recortado, com cadeias montanhosas e vales profundos. Há regiões planálticas, mas nunca tão extensas como na Meseta Castelhana³⁵². O litoral a norte do Tejo apresenta uma faixa

vegetação dominante, mas sem seguidores. Há alguns trabalhos que incidem sobre regiões bem circunscritas ou aspetos particulares, mas não existe uma síntese que abranja todo o território português. Ver MATTOSO, 2011, p. 15.

³⁴⁸ A caracterização do adail será efetuada mais adiante interessando-nos, por ora, a sua dimensão de guia dos contingentes militares. As *Partidas* são bastante elucidativas no enunciar das obrigações dos adais, aludindo à necessidade da escolha do terreno e percursos adequados à segurança, ocultação ou visibilidade das hostes, consoante o requerido; locais apropriados para “*echar celladas*” (emboscadas) e a localização precisa dos objetivos “*donde han de enviar las algaras*” (*Partidas*, II, Tít. XXII, Cap. I).

³⁴⁹ Dos almogávares, bem documentados para Aragão, mas também presentes em Portugal, como veremos adiante, Viterbo diz: “*A sua profissão era viver sempre nas armas, morando nos matos, e brenhas e modo de foragidos, e pelejando continuamente contra os Mouros, em cujas terras faziam repetidas cavalgadas, voltando com muitos cativos, e grande copia de gados, e mantimentos, que eram o único fundo das suas munições de beca*” (VITERBO, 1865, tomo I, p. 66).

³⁵⁰ Sobre o papel dos alfaqueques, consulte-se o último capítulo, na secção dedicada ao resgate de cativos.

³⁵¹ A leitura geográfica do território estruturou a obra de Orlando Ribeiro (1945) e foi fundamental no desenvolvimento da síntese interpretativa de José Mattoso (1995a, pp. 32-33).

³⁵² Situadas em Trás-os-Montes e na Beira Transmontana, estas regiões planálticas diferem das regiões planas do Sul por se encontrarem algumas centenas de metros acima do nível do mar (RIBEIRO, 1945, p. 60). Para uma análise do norte e centro Montanhoso de Portugal, numa perspetiva histórica, veja-se (AGUIAR, *et al.*, 2009).

mais ou menos contínua, onde predominam pequenas planícies e colinas e cujos principais obstáculos são os inúmeros rios que a cortam no sentido leste-oeste e vêm desaguar no Atlântico.

Esta perspectiva orográfica, que dividia a Península Ibérica autenticamente em duas “metades”, está presente na visão dos geógrafos muçulmanos. Idrisi, no século XII, mencionou o Maciço Central como divisor natural, do mesmo modo que Al-Qalqashandi o fez também no final do século XIV³⁵³. No entanto, a maioria dos protagonistas cristãos da atividade militar dos séculos XII e XIII deveria ter uma perspectiva territorial menos abrangente, mas bem mais concreta, baseada em referências visuais conhecidas, como os cursos de água, os acidentes orográficos, as matas ou as vias de comunicação, e ainda – talvez principalmente – os núcleos habitados (cidades, vilas, castelos, cenóbios)³⁵⁴. As alusões a estas referências topográficas são muito frequentes na documentação, servindo recorrentemente de demarcadores de espaços como coutos, honras, termos ou herdades³⁵⁵ ou mesmo de indicadores dos limites geográficos do cumprimento de obrigações militares exigidas aos camponeses na Idade Média³⁵⁶.

A propósito do tipo de guerra mais característico do espaço português, na cronologia estudada ou posteriormente (guerra guerreada), Gouveia Monteiro justifica-o pela orografia e pelo clima, reforçado pelo contacto com a tradição militar muçulmana³⁵⁷. Estamos em crer que estes fatores são centrais, mas adicionaríamos ainda, para a

³⁵³ Na sua Geografia do Ocidente, Idrisi assinalava a cordilheira central e a cidade de Toledo ao sul desta (AL-IDRISI, p. 255). Ver também AL-QALQASHANDI, p. 18.

³⁵⁴ Apesar da esmagadora maioria dos ocidentais nascer, viver e morrer no mesmo lugar, o homem medieval viajava mais frequentemente do que, durante bastante tempo, a historiografia foi fazendo crer, pelo que as noções de orientação no espaço e de distância não lhe seriam alheias (I. GONÇALVES, 1980, pp. 119-142). Os pontos cardeais tinham significado, mas com uma ordem de precedência diferente da atual: Este, Sul, Oeste e Norte (LAGAZZI, 1991 p. 59). Sobre a ideia de espaço no homem medieval, sobretudo para a França, mas com extrapolação possível para o Ocidente, veja-se ZUMTHOR, 1993; sobre o viajante medieval, veja-se OHLER, 1989 e sobre a delimitação do espaço e propriedade, LAGAZZI, 1991.

³⁵⁵ Apesar de ocorrerem sinais de demarcação “artificiais”, a esmagadora maioria das referências delimitadores de propriedade são os acidentes naturais de terreno, por serem menos alteráveis pelos homens. Na Idade Média é frequente os limites seguirem os traçados de vias, cursos de água, canais ou cristas montanhosas, contrastando claramente com a tradicional demarcação romana, do marco de pedra (LAGAZZI, 1991, pp. 16-17 e 22-23). No caso português, o modo de estabelecimento dos limites territoriais é idêntico. Vejam-se, por exemplo, MATTOSO, *et al.*, 1989, pp. 33-34 e A. ANDRADE, 1994, p. 23.

³⁵⁶ Estas referências têm um cariz eminentemente prático e deviam ser de uso das populações, como nos forais e aforamentos que D. Afonso III outorgou em Trás-os-Montes em 1254-55. Veja-se, a título de exemplo, o caso dos foreiros de Penunxel, na serra do Marão, que só deveriam acompanhar a hoste régia em fossado ou apelido até ao Douro, ao castelo de São Cristóvão e não mais além de “Muzam”(Murça?) (PMH-LC-I, p. 645). Este limite, relativamente reduzido, justifica-se porque se trata de um aforamento a quatro indivíduos. Já os moradores de Afonsim e também os da Gralheira tinham de acompanhar a hoste régia quando esta operasse entre o Douro e o Minho (PMH-LC-I, pp. 649-650).

³⁵⁷ MONTEIRO, 1998, p. 374. A este propósito veja-se, também POWERS, 1988, p. 159.

cronologia que nos interessa, outros elementos: a escassa fertilidade da maioria do território; a diminuta densidade populacional ibérica quando comparada com a restante Europa Ocidental e ainda o modo de colonização dos espaços centrais da Península.

2.1. Clima e Território: uma visão em função da prática da guerra

À escala temporal que nos interessa, de pouco mais de um século, o clima praticamente não se altera. As condições climáticas condicionam o coberto vegetal e as possibilidades agrícolas, mas também o fazem a latitude, a natureza dos solos e a orografia. As circunstâncias atmosféricas e os seus efeitos num dado momento são, normalmente, consequência do clima dominante. Em sentido inverso, é a observação do tempo meteorológico, ao longo de muitos anos, que nos permite obter uma espécie de arquétipo das condições atmosféricas³⁵⁸.

O conhecimento do clima no espaço português, nos séculos XII e XIII, permite-nos perceber melhor aspetos como os ciclos das estações, a sua influência nas atividades económicas e a consequente disponibilidade, quer de homens para a guerra, quer de bens para saque; a pluviosidade e os seus efeitos quer na natureza dos solos, quer na rede hidrográfica, com impactos claros na circulação de pessoas e bens; o coberto vegetal e o consequente impacto na disponibilidade de forragem para animais, no alimento para os homens e, uma vez mais, nas possibilidades de deslocamento.

A configuração do terreno, era bastante diferente dos dias de hoje, sendo que as alterações se devem, em grande medida, mas não só, à atividade humana – e algumas são até perceptíveis na cronologia em estudo³⁵⁹. Conhecemos grandes extensões alagadas, e também manchas florestais densas, em áreas onde hoje proliferam o montado, os campos agrícolas ou mesmo as áreas edificadas. Vejam-se, a título de exemplo, o caso dos bosques frondosos que rodeavam Soure no século XII, encontrando-se agora, no seu lugar, campos agrícolas³⁶⁰, ou o paul que alagava a planície da Ota, área hoje completamente seca e onde se cultivava cereal³⁶¹.

O estudo do coberto vegetal permite obter informação de interesse para a traficabilidade dos espaços, ao mesmo tempo que pode ajudar a compreender a

³⁵⁸ N. BROWN, 2001, p. 16.

³⁵⁹ Sobre o contraste geral da paisagem medieval com a atual, veja-se CORTESÃO, 1984, p. 43.

³⁶⁰ Vita S. Martini Sauriensis, PMH-S-I, p. 60.

³⁶¹ DS, doc. 36, pp. 58-59, de 1188, março.

disponibilidade de alimento para animais – nomeadamente para os cavalos – sobretudo nas regiões onde a intervenção humana menos se fazia sentir. Já a observação dos ciclos agrícolas anuais em diferentes regiões fornece pistas para perceber a disponibilidade de combatentes uma determinada altura do ano, enquanto permite perceber as janelas de tempo adequadas para a destruição de certas culturas ou para o saque de determinada produção (normalmente pecuária). Concomitantemente, o conhecimento das características fundamentais do clima nos séculos XII e XIII permite inferir sobre o impacto direto, nos terrenos, dos fatores atmosféricos tendenciais em cada época do ano.

Numa época em que os exércitos dependiam em boa medida do que o território lhes fornecia, não só no desenrolar de operações, mas também na definição de objetivos relacionados com recursos, a configuração climática é relevante. A questão que colocamos neste ponto é em que medida o clima dos séculos XII e XII interfere na atividade bélica. Para encontrarmos resposta, verificamos que os estudos sobre a climatologia na Idade Média não abundam, especialmente para o espaço português, mas a informação disponível parece-nos suficiente para poder obter conclusões mais ou menos seguras sobre os fatores climáticos a considerar neste trabalho³⁶².

A consciência da existência de climas dominantes e os seus efeitos é, em certa medida, coeva, presente na tradição geográfica árabe. Idrisi organiza a sua geografia por “climas”, enquadrando-se a Península Ibérica nos seus IV e V. Daqui depreendem-se dois aspetos com interesse. O primeiro é que o qualificativo “clima” que não tem, em Idrisi, exatamente o mesmo significado que lhe emprestamos hoje, não deixa de manifestar a noção de uma relação do território com o ambiente; o segundo é o enquadramento do território peninsular em dois “climas” diferentes, traduzindo, *grossu modu*, as diferenças entre um meridional peninsular, que apresenta características análogas ao Magreb e um setentrional, que abrange os territórios que incluem a Galiza e Castela-a-Velha (fazendo já dele parte cidades como Coimbra, Montemor-o-Velho, Salamanca, Zamora e Ávila)³⁶³.

³⁶² A climatologia tornou-se, no século XX, uma das vertentes da Geografia Física e as interações entre o clima e o homem constituíram campo fértil de estudos geográficos (HULME, 2015, p. 1). Sobre uma perspetiva eurocêntrica das alterações climáticas veja-se N. BROWN, 2001, especialmente as pp. 161-181, com uma síntese sobre a relação entre o clima e a atividade humana na Península Ibérica dos séculos VIII a XIII. Veja-se também HOFFMANN, 2014. Especificamente para a Península Ibérica, não conhecemos nenhum estudo dedicado ao clima na Idade Média, mas alguns trabalhos sobre o coberto vegetal e também sobre a agricultura dedicam algum espaço ao assunto, entre eles AGUIAR e PINTO, 2007, pp. 41-42 e KNAAP e LEEUWEN, 1995.

³⁶³ AL-IDRISI, pp. 245-301 e 353-363.

As alterações climáticas que afetam as sociedades e economias desenrolam-se muito lentamente e são associadas a um “tempo muito longo”. Desde pelo menos o século IX, a Europa – e consequentemente a área geográfica que estudamos, Ocidente peninsular – vivia o designado “Ótimo Climático Medieval”³⁶⁴. Pela longevidade deste período, e pela circunstância da cronologia em estudo se iniciar depois de, pelo menos, três séculos de estabilidade climática, é com alguma segurança que podemos abordar três principais dimensões de relação entre o clima e a atividade militar: o coberto vegetal natural, os ciclos agrícolas anuais e os efeitos diretos dos fatores climáticos sobre os terrenos.

Uma das características do clima no território português é a de o final da Primavera e o Verão, constituírem um período em que a chuva está praticamente ausente e, apesar de se poder identificar um padrão, existe uma grande variação entre a precipitação em cada ano, tanto em volume quanto nas alturas do ano em que ocorre³⁶⁵. Estas variações estão na origem da variabilidade dos anos agrícolas, com as consequências que lhes são inerentes, tendo também um impacto direto nas condições de traficabilidade dos terrenos e no nível dos cursos de água, como observaremos no subcapítulo dedicado ao movimento de forças.

Lomax assinala que a maioria das campanhas se desenrolava no verão ou no outono, ainda que fossem frequentes ataques surpresa noutras estações³⁶⁶. Esta constatação é por demais conhecida e válida para o mundo ocidental, mas a tábua cronológica que apresentamos em anexo, com as principais ações militares ocorridas na cronologia em estudo pode dar-nos uma ideia um pouco mais precisa. Mesmo com a acumulação de erros que um quadro desta natureza acarreta, podemos verificar algumas

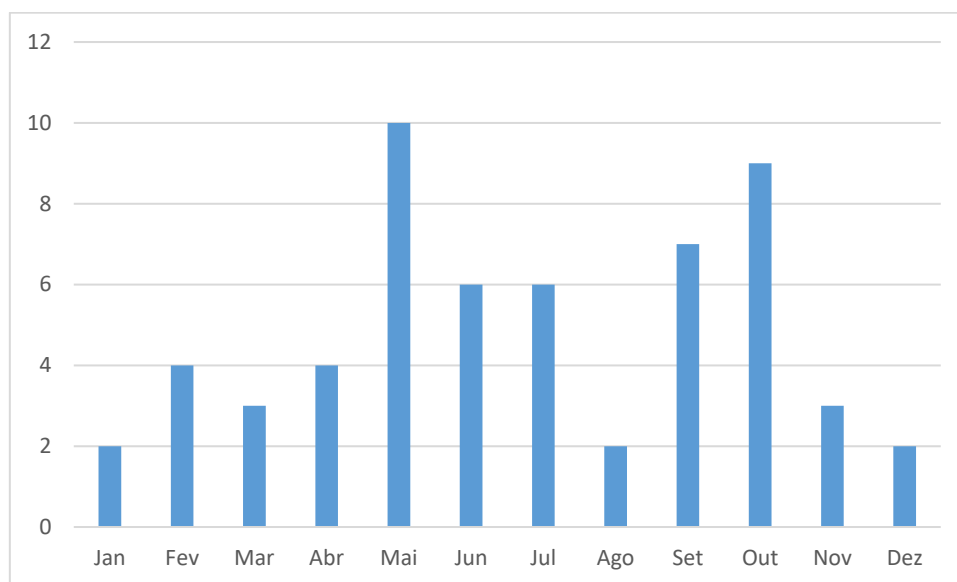
³⁶⁴ A época anterior, entre sensivelmente os séculos IV e IX, durante o domínio germânico, terá possibilitado uma recuperação da floresta em relação ao período do domínio romano, devido à combinação de vários fatores, aos quais não serão alheios a reorganização dos espaços urbanos, a redução da densidade populacional, uma redistribuição das populações e também, entre os séculos VIII e X, a existência de uma faixa central na Península que, longe de estar ermada, não deixava de constituir um espaço perigoso para assentamentos rurais extensos e permanentes, até que as monarquias cristãs passaram a poder oferecer condições de segurança para os seus ocupantes. Sobre a configuração climática entre os séculos VIII e XIV, vejam-se MORENO, *et al.*, 2012 e SÁNCHEZ-LÓPEZ, *et al.*, 2016.

³⁶⁵ BRITO, 1992, pp. 26-27.

³⁶⁶ LOMAX, 1984, p. 126. Vejam-se também, a título de exemplo, MONTEIRO, 1998, pp. 207-208 e M.G. MARTINS, 2007, p. 568. Fora da Península Ibérica, Verbruggen tinha já ensaiado uma comparação entre os meses de março e de maio, a propósito da guerra no período carolíngio, no espaço franco-germânico (1997, p. 22).

tendências, que procuraremos, posteriormente, justificar com o que recolhemos nas fontes³⁶⁷.

Quadro 1. Incidência de operações militares no Ocidente peninsular de que se sabe o mês de início, 1100-1245



Conhecemos a altura do ano de pouco mais de metade das ações militares significativas que assinalamos. Em 128 operações identificadas, sabemos a estação do ano em que iniciaram 70 e o mês preciso de início em 58. Se ao gráfico apresentado acrescentássemos as ações de que só sabemos a estação do ano, teríamos de somar seis na Primavera, cinco no Verão, uma no Outono e nenhuma no Inverno, o que é bem expressivo da tendência ilustrada. No entanto há que ter consciência clara do significado este tipo de abordagem. Não deixando de ser expressivas, observamos tendências e nenhuma espécie de determinismo. As razões gerais da incidência de operações militares ao longo do ano são, de um modo geral, conhecidas. Procurámos, então, identificar aspetos de detalhe.

Em primeiro lugar, os contrastes. Após uma relativa constância entre novembro e abril, um pico de atividade em maio, seguido de um abaixamento em junho e julho. Agosto é, comparativamente, o menos ativo dos meses de verão, marcando o início de novo crescendo, até outubro. As quebras de junho-julho e, especialmente, a de agosto

³⁶⁷ Veja-se a tábua cronológica, em anexo.

explicam-se no imediato e pelo senso comum (embora adiante as exploremos em pormenor). Em junho, a ceifa; depois, até agosto, mais calor e menos água.

Há, contudo, operações militares em agosto, embora o gráfico só contabilize o mês de início das ações. Registámos duas ocorrências: a defesa do Minho por parte de D. Afonso Henriques, em 1141 (que incluiu a libertação do castelo de Pena da Rainha e um recontro campal contra Afonso VII) e um provável ataque a Beja por parte do “Sem Pavor”, em 1172. Naturalmente que algumas operações das quais sabemos apenas que se deram no verão podem ter-se iniciado em agosto, como são o caso do fossado da Ladeia (1136) e do ataque ao Aljarafe por parte de cavaleiros portugueses (1225), mas não podemos ter a certeza de tal. Os cercos, que tendencialmente são atividades demoradas, podem prolongar-se por vários meses, atravessando agosto. São o caso, por exemplo, dos cercos de Lisboa, em 1147 e o de Alcácer, em 1217.

O final do verão e o início de outono, encontram frequentemente cercos implementados que, normalmente, chegam a desfecho: Lisboa (1147), Silves (1189) e Alcácer (1217) cedem todas aos sitiantes em outubro. E é interessante aqui notar que, nas três ocasiões, houve participação de cruzados, que os cercos se prepararam e materializaram antes e que as praças caíram só depois de um verão de resistência. Aljustrel, Mértola e Alfajar da Pena foram também conquistadas em outubro de 1238.

Observando agora os meses anteriores a agosto, pôde constatar-se que a parte mais significativa das ações furtivas de conquista ocorreu entre março e abril. A conquista de Santarém, por D. Afonso Henriques, recorreu a um assalto noturno, em março de 1147; a conquista de Serpa e Montánchez por Geraldo, tiveram lugar em março-abril de 1166 e o mesmo caudilho encontrava-se a assolar os arredores de Badajoz em março-abril de 1170.

Por outro lado, verificámos que uma boa fatia das incursões predatórias ou em busca de saque assinaladas nas fontes ocorreu em maio: Geraldo emboscou uma coluna de abastecimentos proveniente de Sevilha em maio de 1170; enquanto o fossado de Triana, liderado pelo infante D. Sancho, teve início em maio de 1178. Observámos, também, que o mesmo mês parece ser propício a iniciar cercos: Afonso VII cercou o castelo de Pena da Rainha e progrediu depois para Braga, em maio de 1141; os almóadas cercaram Évora em maio de 1181; cercaram Silves em maio de 1190, e também no mesmo mês do ano seguinte.

Por último, os meses de novembro a fevereiro. Encontramos, maioritariamente, campanhas no âmbito da conflitualidade interna e também contra Leão. Em novembro de 1211, Afonso II desencadeou uma ofensiva contra as irmãs e no mesmo mês do ano seguinte iniciou uma guerra que se prolongou até maio de 1213. Em janeiro de 1199, Afonso IX de Leão invadiu Portugal pela Terra de Bragança. Em dezembro de 1246, o infante Afonso de Leão e Castela, futuro Afonso X, entrou em Portugal pelo espaço correspondente à atual Beira Alta. A exceção à nossa contabilidade, que configura uma ação contra o islão, é a ocupação de Elvas e de Juromenha, em fevereiro de 1230, mas sabemos que, pelo menos a primeira, se deu num quadro com pouca ou nenhuma ação de combate, já que a povoação tinha sido previamente abandonada pelos muçulmanos³⁶⁸.

Outra perspetiva interessante é observar a incidência temporal das ofensivas terrestres muçulmanas. Das 21 grandes cavalgadas identificadas entre 1111 e 1217, sabemos a estação do ano de 13: seis na primavera, seis no verão e uma no outono, quer com almorávidas, quer com almóadas. E dessas, sabemos o mês exato de 11: uma iniciada em abril, três em maio, duas em junho, três em julho e uma em cada um dos meses de setembro e outubro.

³⁶⁸ D. Sancho II outorgou foral a Elvas, alegando que tinha a tinha recebido dos sarracenos: “*quam habeo ha sarracenis*” (PMH-LC-I, p. 619 de 1229, março).

Quadro 2. Grandes expedições militares muçulmanas contra cristãos

Ano	Mês	Expedição	Referências
1111	Maio	Santarém e Lisboa	<i>Rawd al-Qirtas</i> , p. 314
1116	Julho	Miranda e Santa Eulália	<i>Al-Bayan, Nuevos Fragmentos</i> , pp. 150-151; PMH-S-I, 20
1117	Julho	Coimbra	<i>Al-Bayan, Nuevos Fragmentos</i> , pp. 150-151
1132	?	Évora	<i>Al-Bayan, Nuevos Fragmentos</i> , p. 198
1133	?	Idanha	HUICI MIRANDA, 1962, p. 613
1135	?	Leiria	PMH-S-I, p. 25
1137	Primavera	Leiria (Ibn Umar)	CAI, Livro I, Cap. 79
1138-1142 (?)	?	Serpa	CAI, Livro II, Cap. 34
1139	Julho	Ourique	CP1419, Cap. 39, p. 71
1140	Outubro	Leiria (Az Zubayr)	CP1419, Cap. 19, pp 32-33; ADA, p. 154; PMH-S-I, p.13
1142	?	Silves	CAI, Livro II, Cap. 34
1144	Primavera	Soure	PMH-S-I, p. 62
1155	?	Trancoso	ML-III, Escritura XVI, f. 285
1165	?	Santarém	IBN SAHIB AL-SALA, p. 75
1179	?	Abrantes	ADA, p. 159; PMH-S-I, p. 15
1180 ou 1181	Maio	Évora e Coruche	<i>Al-Bayan I</i> , p. 39; ADA, p. 159
1184	Junho-julho	Tejo	<i>Al-Bayan II</i> , pp. 69-72
1190	Abril-julho	Torres Novas e Tomar (Yaqub Al-Mansur)	<i>Al-Bayan II</i> , pp. 161-162
1190	Junho	Silves (Abu Bakr)	<i>Al-Bayan II</i> , p. 158
1191	Maio	Alcácer e Silves (Yaqub Al-Mansur)	<i>Al-Bayan II</i> , pp. 168-169
1217	Setembro	Socorro a Alcácer cercada	ML-IV, Escritura IX, pp. 133-136

As abordagens bibliográficas tradicionais evocam o Verão e o Outono como as estações habituais para a prática da guerra. Uma observação mais atenta, para a cronologia que estudamos, sem contrariar o postulado tradicional, revela três momentos precisos: no fim da primavera e imediatamente antes da ceifa, que corresponde a maio; nos meses de verão (junho e julho) e no início do outono (setembro e outubro). Tudo o que constatámos tem os seus fundamentos nos fatores naturais, nomeadamente na dicotomia clima-território. É este campo de abordagem que desenvolveremos em seguida.

Começamos pelo clima. A possibilidade de obter informações de carácter meteorológico esbarra no silêncio das fontes. Embora tenhamos indícios para algumas datas precisas, torna-se difícil elaborar um quadro contínuo correspondente aos séculos

XII e XIII³⁶⁹. Mas há períodos – talvez por constituírem exceção pela negativa – que as fontes referem e nos permitem esboçar algumas associações do clima com a atividade bélica³⁷⁰.

A *Chronica Gothorum* apresenta 1122 como um “ano mau”, caracterizado pela fome³⁷¹, mas para esse ano não conseguimos entrever nenhuma operação em concreto no espaço portugalense. Somente a notícia de intensa atividade militar protagonizada pelo rei Afonso de Aragão, no Leste de Castela, no quadro da crise sucessória que se viveria, até 1126³⁷².

Para as décadas seguintes não temos elementos que possam relacionar a guerra com o clima. É no final da década de 1160 que começamos a ter dados que podemos relacionar diretamente com a atividade bélica. As chuvas de outono vieram muito tarde em 1169, tendo sido somente possível semear, pelo menos a sul do Tejo, a partir de dezembro³⁷³. Geraldo, o *Sem Pavor*, não deixou de aproveitar a situação para isolar Badajoz, desferindo ataques às colunas de abastecimentos, sendo que, em 14 de maio de 1170, teve lugar o seu golpe mais eficaz, ao desbaratar e saquear uma coluna proveniente de Sevilha, com cerca de 5000 muares, comandada por Abu Yahya Zakaria³⁷⁴.

Seguiu-se a fome documentada para 1175, registado como ano mau em todo o Ocidente³⁷⁵. Nesse ano, o rei Fernando II de Leão invadiu Portugal, com cavaleiros e peões, assolando a região de Basto³⁷⁶, mas não há nada que nos permita relacionar a conflitualidade com o clima. A partir de 1189, tudo piorou e registou-se fome em Portugal, tendo-se seguido o inverno de 1190, que foi extraordinariamente longo e chuvoso, mantendo-se a pluviosidade até quase ao verão e tendo como resultado a destruição das searas. Como se não bastasse, o verão foi o oposto, seco e longo, sem chuvas até ao início de 1191³⁷⁷.

³⁶⁹ A.H. MARQUES, 1978, p. 36.

³⁷⁰ Ocorrem referências explícitas a dados climáticos, como períodos de seca, mas também se obtêm dados a partir de indícios menos diretos, como períodos de fome.

³⁷¹ *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p.11. Também designado por “ano mau” no *Chronicon Lamecense* (PMH-S-I, p. 20). O *Chronicon Conimbricense* é mais expressivo, registando uma “*magna fames per universum mundum*” (PMH-S-I, p. 3a).

³⁷² REILLY, 1996, p. 187.

³⁷³ IBN SAHIB AL-SALA, p. 153.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ A.H. MARQUES, 1978, p. 36.

³⁷⁶ Há vestígios desta ação do rei leonês numa doação de um casal em Sedielos, de D. Sancho I a Rodrigo Mendes, assinada a 9 de outubro (DS, doc 3, p 3, de 1175 (?), outubro, 9).

³⁷⁷ A.H. MARQUES, 1978, p. 37.

1190 foi, portanto, extremamente difícil para um exército em movimento encontrar sustento e até propício à ocorrência de surtos de desintéria, o que pode explicar o abandono do cerco de Tomar por Abu Yacub al-Mansur, em julho daquele ano³⁷⁸. Esta conjuntura de fome durou até 1197, correspondendo ao que foi registado na Europa e no norte de África depois de 1193³⁷⁹. Aliás, o facto de esta carestia ter progredido, ao longo daqueles anos, de Norte para Sul, pode bem ter contribuído para a boa preparação da expedição de 1190, já que no Norte de África ainda não se faziam sentir dificuldades alimentares.

A bonança acabou por chegar. Ibn Idari não deixou de referir, a propósito da campanha de al-Mansur que assolou a região de Toledo e Madrid, iniciada em abril de 1197, que *o ano era tão fértil que as gentes marcharam com a melhor vida até chegar a Córdova*³⁸⁰. Esta nota sugere, também, que o exército califal, para além dos abastecimentos que pudesse transportar, se alimentava do que encontrava por onde transitava. Seja como for, se os anos maus podem ter interferido na execução da guerra, não a impediram, já que quatro das cinco incursões de Yaquub al-Mansur no al-Andalus se concentraram nesse período improficuo: 1190 (de 22 abril a 16 de julho)³⁸¹; 1191 (de 28 de abril a 28 de julho)³⁸²; 1195 (de 22 de junho a 7 de agosto, durante a qual teve lugar a batalha de Alarcos, mostrando que Afonso VIII de Castela também logrou mobilizar uma hoste considerável)³⁸³ e 1196 (de 14 de junho até uma data anterior a 5 de agosto)³⁸⁴.

Mas se aqueles maus anos não comprometeram as grandes campanhas, o que se passaria com a restante conflitualidade? Não há dúvida que o reino foi gravemente perturbado, havendo indícios documentados de instabilidade até 1199, pelo menos na *terra* de Santa Maria e também em Braga³⁸⁵. Na viragem do século, e até ao final da primeira década, viveu-se um período de conflitos sociais, ainda alvo de bastante estudo

³⁷⁸ BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 188 de 1190, julho, 5, p. 483; É significativo que Ibn ‘Idari mencione a carestia de víveres, que não estavam a fluir a partir do “país muçulmano”. Isto não seria um problema se Yaquub al-Mansur pudesse aceder ao fruto das colheitas de região do Tejo daquele ano, ou mesmo “viver da terra”, o que não terá acontecido, ou porque as colheitas ainda não tinham sido efetuadas, ou porque não houvesse, efetivamente, alimento disponível naquele ano (*Al-Bayan II*, p. 162).

³⁷⁹ A.H. MARQUES, 1978, p. 38.

³⁸⁰ *Al-Bayan II*, p. 199.

³⁸¹ Tendo partido de África, sitiado Silves com parte do contingente, atacado a linha do Tejo em Torres Novas – Tomar e terminado a campanha em Sevilha (*Al-Bayan II*, pp. 155-162).

³⁸² Tendo retomado a cidade de Silves e os castelos que lhe eram subsidiários a D. Sancho I (*Al-Bayan I*, pp. 165-172).

³⁸³ No decorrer da qual venceu a batalha de Alarcos, a 18 de julho (*Al-Bayan II*, pp. 185-190).

³⁸⁴ Submetendo várias praças da Estremadura Leonesa (*Al-Bayan II*, pp. 193-195)

³⁸⁵ MATTOSO, 1995, vol. 2, p. 22. Em 1206, o papa Inocêncio III chegou a dispensar do jejum as populações afetadas pela fome da diocese de Braga (BP 109, p. 228).

e debate³⁸⁶. Até que ponto o desconforto social estaria associado com a carestia geral que assolava o reino, é difícil de descortinar, mas não deixa de ser significativo que D. Sancho I tenha sufocado as agitações do Porto e de Coimbra de 1209-1211 com recurso à força, num período em que os panoramas climático e de produção não eram famosos³⁸⁷.

Pouco antes de 1210, o *Povoador* apelou aos pretores, juízes e concelhos limítrofes do couto de Alcobaça para que tomassem providências contra o roubo de gado dos pastos do abade e do capítulo. Dirigiu-se também especificamente aos *pretore*s de Alenquer e Óbidos, aos juízes de Pederneira e ao pretor e alvazis de Lisboa no mesmo sentido, em favor do mosteiro³⁸⁸. Estes documentos indiciam a agitação das populações atingidas pela fome, que terá também desencadeado a instabilidade social referida para Lisboa, em 1207, e ainda a revolta do Porto, de 1208 a 1210³⁸⁹.

Para a cronologia subsequente, as fontes são bem mais explícitas e frequentes na descrição climática: em 1213, registava-se peste no Magrebe e al-Andalus³⁹⁰, conjugada com más colheitas³⁹¹ e um inverno muito rigoroso³⁹². Tratou-se de um ano de grandes sucessos militares do rei de Leão contra o Islão, beneficiando certamente do rescaldo da batalha de *Las Navas de Tolosa*, ocorrida no ano anterior, e também das dificuldades atravessadas pelos almóadas no Norte de África³⁹³.

Ibn Abi Zar' registou a ocorrência de seca e de pragas de gafanhotos no Magrebe em 1220, mas nada é escrito para o al-Andalus, nem nos parece que tenha havido perturbações semelhantes. Note-se que os inquiridores de Afonso II percorreram o Entre-Douro-e-Minho naquele verão e nada, na documentação que nos ficou, deixa transparecer o mesmo tipo de problemas naquela região³⁹⁴. Por conseguinte, a invasão de Portugal, a partir da Galiza, protagonizada por Martim Sanches nesse ano, em nada parece estar

³⁸⁶ Sobre a crise de 1209-1211, vejam-se BRANCO, 1999, vol. I, pp. 317-381 e MATTOSO, 1999f, pp. 408-425.

³⁸⁷ BRANCO, 1999, vol. I, p. 318.

³⁸⁸ DS, doc. 211, 212, 213 e 214, pp. 318-321.

³⁸⁹ MATTOSO, 1995, vol. 2, p. 22.

³⁹⁰ *Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, p. 523.

³⁹¹ H. FERNANDES, 2010, p. 359.

³⁹² No decurso da campanha subsequente à batalha de *Las Navas de Tolosa*, Afonso VIII de Castela foi forçado a retirar do território controlado pelo Islão, em fevereiro de 1214, devido ao rigor do inverno e à fome que se fez sentir entre as suas tropas (HUICI MIRANDA, 1957, p. 431).

³⁹³ As duas primeiras décadas do século XII foram bastante duras para as populações, com invernos muito rigorosos e pouca pluviosidade, quer no verão, quer no outono (A.H. MARQUES, 1978, p. 38).

³⁹⁴ Faltam-nos algumas referências para 1220, até porque, as cópias que Alexandre Herculano utilizou para publicar as Inquirições tinham sido organizadas em função das prioridades estabelecidas pelos tabeliães e escrivães que as transcreveram, provavelmente reduzindo a narrativa aos factos essenciais. Cf. VILAR, 2008, p. 238.

relacionada com a situação climática. O mesmo se pode dizer de 1227, ano de carestia em ambas as margens do Mediterrâneo³⁹⁵, mas que, excetuando uma intervenção régia contra as elites lisboetas, que não sabemos se pode estar relacionada com a instabilidade provocada por carestia, nada mais há a assinalar³⁹⁶.

Nos anos de 1232-33 e 1237-38, verificaram-se novos períodos de carestia e fome, com particular incidência no Norte de África³⁹⁷. Em 1232-1233, depois de chegar a controlar Ceuta durante três meses, Ibn Hud³⁹⁸ teve de retirar para a Península Ibérica e viu-se na contingência de pedir uma trégua a Fernando III de Leão para poder combater Ibn al-Ahmar e al-Badji, que se tinham rebelado em Sevilha. Neste ano, o trigo atingiu valores exorbitantes. Em 1237, a fome e a peste foram de tal ordem que Ibn Abi Zar' fala de canibalismo, no Magrebe³⁹⁹. Não podemos deixar de pensar que, se não interferiram de modo direto, estes maus anos agrícolas (intercalados pelo ano de 1236, em que pôde haver duas sementeiras no Norte de África) materializaram alterações climáticas significativas e desequilíbrios que também terão dado o seu contributo para as convulsões internas de um império almóada em desagregação⁴⁰⁰.

Embora nem sempre seja possível encontrar menções explícitas, os dados obtidos na documentação disponível para o período e área geográfica que estudamos permitem relacionar as oscilações do clima com a produção agrícola e as condições gerais de vida. Piores anos agrícolas tenderam a acelerar situações de turbulência social e a criar problemas internos que ocuparam os governantes e os seus recursos bélicos. Configurações climáticas fora do comum, associadas a melhores anos agrícolas, proporcionaram condições excepcionais, que os líderes militares não deixaram de aproveitar para o desenvolvimento de operações.

Mas para além das oscilações climáticas ao longo dos anos, interessa também focarmo-nos nas alterações atmosféricas que produziam efeitos imediatos nos solos: chuva em demasia provocava o transbordar de rios e a intransitabilidade dos terrenos;

³⁹⁵ *Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, p. 523.

³⁹⁶ H. FERNANDES, 2010, p. 363.

³⁹⁷ *Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, pp. 527 e 529.

³⁹⁸ Rei da taifa de Sevilha, que reclamou ser descendente dos antigos reis de Saraçoça e se revoltou, contra os almóadas, em Múrcia, mantendo um conflito latente com aquele poder magrebino entre 1228 e 1238 e chegando a controlar boa parte do al-Andalus. Um século antes, temos nota de um outro destacado muçulmano homónimo: Ibn Hud (Sayf al-Dawla), o rei muçulmano Zafadola, que prestou vassalagem a Afonso VII de Leão e Castela.

³⁹⁹ *Rawd al-Qirtas*, trad. Beaumier, p. 395.

⁴⁰⁰ HUICI MIRANDA, 1957, pp. 481-513.

pouca chuva e muito calor geravam o efeito contrário, chegando a permitir travessias de cursos de água em locais impensáveis em situação normal. Por outro lado, precipitação que tardasse em chegar, no inverno, mantinha os itinerários transitáveis durante mais tempo, entre outras ocorrências.

O período que os meteorologistas e os botânicos designam como “Ótimo Climático Medieval” configurou uma situação bastante semelhante à que presenciamos na atualidade⁴⁰¹ e que Orlando Ribeiro bem sintetizou: verões com temperaturas elevadas, luminosidade forte e carência de chuvas, especialmente em julho e agosto. O início do outono traz as chuvas que são mais intensas e prolongadas no norte montanhoso ao passo que no Sul, mais escassas, marcam o reinício das atividades agrícolas. Os invernos conhecem o frio e a chuva, intercalados por períodos – que chegam a durar semanas – de dias secos e limpos, onde a temperatura chega a ser amena, durante o dia, nos lugares mais abrigados, descendo a valores negativos no período noturno e originando geadas. Os meses com mais chuva, em média, são o de dezembro, em primeiro lugar, seguido de março⁴⁰².

Tal como já assinalámos, a atividade militar medieval era predominantemente estival e esta “regra” tinha expressão ainda mais segura em climas mais setentrionais com os invernos frios, duros e longos. No território correspondente a Portugal, podendo associar, de um modo geral, a guerra medieval ao final da primavera e ao verão, vislumbramos também, de forma evidente, a ocorrência de operações militares no inverno. A sul, são de encarar com mais naturalidade ações militares nessa altura do ano: assim aconteceu com a conquista de Silves e Mértola por Ibn Wasir, que ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 1146, respetivamente; os almóadas cercaram e atacaram Tavira em 1157, no mês de fevereiro⁴⁰³; Fernão Gonçalves comandou os cavaleiros de Coimbra, Beiras e Santarém na expedição que assaltou a cidade de Beja e a ocupou, a 30 de novembro de 1162⁴⁰⁴; Geraldo, por seu turno, ter-se-á assenhoreado de Cáceres entre dezembro de 1165 e janeiro do ano seguinte⁴⁰⁵.

⁴⁰¹ MANN, 2002, pp. 514-516. Ver também N. BROWN, 2001, p. 232 e AGUIAR e PINTO, 2007, p. 27.

⁴⁰² RIBEIRO, 1945, pp. 61-63.

⁴⁰³ *Al-Bayan, Nuevos Fragmentos*, pp. 313-314.

⁴⁰⁴ ADA, p. 158; *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 14 e seguintes. Fernão Gonçalves era o primogénito do alcaide de Coimbra (A.S. PEREIRA, 2008, p. 38).

⁴⁰⁵ IBN SAHIB AL-SALA, p. 138.

Em latitudes mais setentrionais também se assinalam ações militares entre novembro e fevereiro, normalmente com efetivos reduzidos, que deixam entrever invernos menos rigorosos ou, pelo menos, a segurança da existência de períodos mais calmos na invernia: Afonso IX de Leão invadiu o nordeste de Portugal entre janeiro de abril de 1199⁴⁰⁶; Afonso II abriu hostilidades contra as infantas Teresa, Branca e Sancha a partir de novembro de 1211, cercando Montemor antes do final do ano⁴⁰⁷; Afonso IX invadiu novamente Portugal, apoderando-se de alguns castelos e derrotando os partidários de Afonso II na batalha de Valdevez, em março de 1212⁴⁰⁸; o infante Afonso de Castela entrou em Portugal pelo Ribacoa, já depois de 20 de dezembro de 1246 e tomou a Guarda e a Covilhã ainda antes do final daquele ano⁴⁰⁹.

A pluviosidade constituía um entrave à progressão de forças, mas não conhecemos nenhum caso específico do território português, como o que aconteceu em Leão, em 1236, quando Fernando III teve dificuldade em deslocar o que deveria ser pouco mais do que a sua guarda pessoal, de cerca de cem cavaleiros, para sitiar Córdoba, devido ao transbordo dos rios⁴¹⁰. Antes da cronologia em análise, mas pertinente para o assunto, no século X, Ibn Abi Amir al-Mansur fez retirar os seus exércitos da região de León porque se “aproximavam as chuvas de inverno que, naquelas zonas, costumam ser torrenciais”⁴¹¹.

Pelo que sabemos da configuração do território no século XII, não é difícil vislumbrar o Mondego a inundar os campos de Montemor e o Anços a provocar o mesmo efeito numa área que se deveria estender desde Soure pelas planícies, juntamente com o Arunca até ao castelo de Pombal⁴¹². Por seu lado, al-Himyari referia-se às inundações periódicas do Tejo, comparando-as às do Nilo⁴¹³. Temos pelo menos uma referência explícita à sazonalidade do alagamento do terreno na região de Santarém: “(...) a planície está coberta de pântanos e de ilhas, pelo que não fica acessível a ninguém que não vá de barco em tempo conveniente”⁴¹⁴.

⁴⁰⁶ BRANCO, 2006, p. 293.

⁴⁰⁷ VILAR, 2008, p. 353.

⁴⁰⁸ CM, pp. 415-416.

⁴⁰⁹ H. FERNANDES, 2010, p. 370.

⁴¹⁰ DRH, p. 350.

⁴¹¹ DRH, p. 206. Rodrigo Jiménez de Rada, talvez por ter sido um guerreiro e ter tomado parte em várias campanhas, assinala a problemática da pluviosidade e a sua interferência nos movimentos militares na sua “História dos feitos de Espanha”, algo que não é comum nas crónicas ibéricas dos séculos XII e XIII, mais ocupadas com a apresentação dos grandes feitos dos protagonistas retratados.

⁴¹² Esta região está bem ilustrada na *Vita S. Martini Sauriensis*, PMH-S-I, p. 60a; LS, doc. 51, p. 176.

⁴¹³ AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, p. 235.

⁴¹⁴ NASCIMENTO, 2005, p. 1229.

Mas se a chuva era, na maior parte dos casos, prejudicial, noutros era até benéfica, como no caso das ações furtivas. Ibn ‘Idari associa as operações de Geraldo a “noites chuvosas e muito escuras”⁴¹⁵. No Oriente algarvio e no vale do Guadiana, os maiores índices de precipitação registam-se em março⁴¹⁶ e há uma incidência expressiva das ações deste caudilho precisamente neste mês e no seguinte. Em abril de 1165, conquistou Trujillo; em março-abril de 1166, Serpa e Montánchez e, na mesma altura do ano, mas em 1170, encontramo-lo a efetuar pilhagens nos arredores de Badajoz.

Pelo contrário, anos excecionalmente secos podiam permitir a transitabilidade em locais que normalmente eram intransponíveis. É o caso do rio Tejo, que possuía um conjunto de vaus bem conhecidos e assinalados⁴¹⁷, mas que se poderia transpor em muitos outros lugares. O mesmo se passaria com o Guadiana, especialmente no tramo entre Badajoz e Mértola, onde o caudal chegava a ser tão diminuto que Idrisi o designou por “rio subterrâneo”⁴¹⁸.

2.2. Orografia e coberto vegetal

Outro grande condicionador da atividade humana em geral e da guerra em particular é a configuração do terreno. A orografia, conjugada com o coberto vegetal, se ainda hoje se constituem nos principais obstáculos às operações militares terrestres, serão também, por maioria de razão, na Idade Média. O relevo em Portugal pode ser encarado, de modo muito geral, através da perspetiva das duas regiões já anteriormente assinaladas: um Norte montanhoso, que incorpora 95,4% do território com altitudes superiores a 400 metros e um Sul, de altitude relativamente baixa, mas ainda assim com um relevo variado, com áreas planas mas também com retalhos, escarpas e ladeiras, especialmente vincadas na região algarvia. Já o coberto vegetal é mais difícil de sintetizar. Não só pela maior variedade, como também pela mutabilidade. Se podemos ter a certeza de que as cadeias montanhosas do Gerês, da Estrela ou de Monchique existiam com uma configuração extremamente aproximada à que podemos observar nos dias de hoje, não temos a possibilidade de fazer o mesmo no caso da vegetação. Podemos, no entanto, recorrer às fontes, a diversos instrumentos auxiliares e também partir da premissa inicial de que antes da altura em que a atividade antrópica se começou a fazer sentir com mais

⁴¹⁵ *Al-Bayan, Nuevos Fragmentos*, p. 402.

⁴¹⁶ CAVACO, 1976, p. 20.

⁴¹⁷ Identificados por Costa Veiga (1936a, esboço XI).

⁴¹⁸ AL-IDRISI, p. 264.

intensidade no território português – o que aconteceu a partir da segunda metade do século XIII – o coberto vegetal florestal era seguramente mais vasto e mais denso⁴¹⁹.

As características físicas gerais do terreno podiam ser menos relevantes no caso das ações militares de curto raio de ação e com pequenos efetivos, mas teriam implicações claras nos movimentos de contingentes militares mais volumosos, como era o caso das hostes régias. De qualquer modo, fosse qual fosse o efetivo em causa, os acidentes de terreno seriam um importante fator condicionante na deslocação de homens e cavalos. Terrenos escarpados ou cursos de água profundos podiam revelar-se intransponíveis, sobretudo em certas alturas do ano ou sob condições atmosféricas mais adversas: os primeiros deviam ser contornados e os segundos necessitavam de meios de transposição (barcas, pontes) ou implicavam a busca de um ponto de passagem, o que acabava por obrigar, de modo análogo, a uma espécie de contornamento que conduzia, por certo, a demoras. Terreno acidentado, com frequentes diferenças de cota, ainda que pouco acentuadas, não sendo de todo impeditivo, é restritivo aos movimentos, já que se torna moroso, cansativo e desconfortável progredir vencendo desníveis constantemente.

A orografia mais acentuada do Norte, com serras que eram verdadeiros obstáculos à circulação⁴²⁰, canalizava o movimento no sentido longitudinal dos vales e oferecia passagens nos colos entre cristas montanhosas: os portos ou portelas de montanha⁴²¹, que tanta atenção mereceram no seu controlo, pois são frequentemente citados nas fontes⁴²². Torna-se, por isso, fácil a identificação desses evidentes pontos de passagem, utilizados desde tempos imemoriais, bem como adivinhar os eixos de trânsito naturais. As portelas assumiam um caráter mais expressivo quando confinavam com território do opositor, destacando-se, no Noroeste do jovem reino de Portugal, as das serras da Peneda, Amarela

⁴¹⁹ RIBEIRO, 1945, pp. 60 e 79.

⁴²⁰ Para uma síntese sobre o significado geral de cada um dos maciços portugueses em relação à circulação, veja-se MATTOSO, *et al.*, 2011, pp. 35-36.

⁴²¹ O termo “portela” e vários vocábulos da mesma família abundam na toponímia. Na base de dados toponímica do Centro de Informação Geospacial do Exército (CIGeoE), representam entre 0,5% e 0,7% dos topónimos (mais de um milhar num total 180 854). O valor é aproximado porque duas razões: i) não foi contabilizado o termo “porto”, dada a sua polissemia, já que tanto pode designar um “porto” ou passagem de montanha, como também um porto de mar ou fluvial; ii) um mesmo ponto de passagem pode ter, na base de dados, mais do que um topónimo “portela” associado. Sobre a toponímia associada às formas e ao aproveitamento humano do terreno, vejam-se, por exemplo, o estudo sobre a *terra* de Santa Maria levado a cabo por José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade (1989, pp. 76-102) e, no âmbito do “léxico espacial”, as “unidades de paisagem”, termo patente na tese de doutoramento de André Evangelista Marques (2012, pp. 455-556).

⁴²² Os testemunhos das Inquirições referem frequentemente a obrigação de vigilância e de defesa de portelas, como se exporá adiante. Para uma sistematização das obrigações militares com elas relacionadas, no Entre Douro-e-Minho, veja-se VEIGA, 1936b.

e Gerês⁴²³, já que eram as passagens mais diretas para a próspera e muito povoada região do Entre-Lima-e-Douro.

O significado militar das portelas é bem claro. Nas Inquirições de 1220, refere-se que os moradores da paróquia de Santiago de Sampriz (Terra da Nóbrega) tinham a incumbência de defender a Portela Amarela⁴²⁴. E, na Terra de Bouro, havia cinco paróquias de onde os moradores saíam para custodiar a Portela do Homem⁴²⁵. Em 1258, os inquiridores registaram 14 paróquias com a obrigação de ir guardar aquela passagem⁴²⁶, um valor que deve ser salientado, uma vez que o Julgado até reduzira a sua área, desde a década de 1220⁴²⁷. Destas paróquias, havia duas – Santiago de Goães e Santa Marinha – em que os moradores tinham de “tapar a Portela quando os chamam”, sugerindo que, mais do que vigiar, esperava-se que combatessem para deter um invasor⁴²⁸. Os oficiais régios registaram obrigações militares em relação a outras portelas, como no Julgado de Arcos de Valdevez, em que os moradores de S. Martinho de Soajo tinham o dever de guardar a Portela de Galo⁴²⁹. Mas a Portela do Homem era, sem dúvida, a principal entrada da região.

Progredindo para nascente, já na Serra de Larouco, existem duas outras penetrantes evidentes para quem provém da Galiza: uma pela Piconha e outra por

⁴²³ No caso específico dos caminhos de penetração terrestres no Minho, provenientes da Galiza, associados às obrigações de vigilância das populações, vejam-se VEIGA, 1936b; A. ANDRADE, 1994, p. 191 e I. GONÇALVES, 2012b, pp. 38-39. O mapa apresentado no estudo de Iria Gonçalves evidencia a Portela do Homem como principal via de penetração na região, permitindo a mais rápida aproximação a Braga. Na Serra de Laboreiro estão identificadas duas *travessas*, uma em cada vertente; na Serra da Peneda, as portelas do Galo e Cabril; na Serra Amarela a portela com o mesmo nome e entre esta serra e a do Gerês a Portela do Homem. Especificamente sobre o Julgado de Bouro e a Portela do Homem, consulte-se M.G. MARTINS, 2007, p. 95 n. 386 e C.R. Silva, 2009, pp. 45-46. Ver, também, sobre as passagens da Peneda, F. BARROS, 2013; I. GONÇALVES, 1998, pp. 63-76 e, ainda, HENRIQUES, 2003.

⁴²⁴ PMH-I, p. 118b.

⁴²⁵ Santa Maria de Chorense (PMH-I, p. 95a), Santiago de Goães (PMH-I, p. 95b), Santa Maria de Valdesende (PMH-I, p. 95b), São João de Rio Caldo (PMH-I, p. 95b) e Santiago de Chamoim (PMH-I, p. 96a).

⁴²⁶ S. Paio da Carvalheira (PMH-I, p. 416a), São João do Campo (PMH-I, p. 417a), Santiago de Chamoim (PMH-I, p. 418a), Santa Maria de Covide (PMH-I, p. 419b), São João do Rio Caldo (PMH-I, p. 420a), São Silvestre de Freitas (PMH-I, p. 420b), Santiago de Goães (PMH-I, p. 421a), Santiago de Vilela (PMH-I, p. 421b), São Paio de Cenamir (PMH-I, 421b), Santa Marinha (PMH-I, 423a), Santa Maria de Moimenta (PMH-I, p. 423a), São João de Valanci (PMH-I, p. 423b), Santa Maria de Vilar (PMH-I, p. 424a) e São Mateus (PMH-I, p. 424b).

⁴²⁷ Entre a Inquirição de D. Afonso II e a do Bolonhês, o Julgado passara de 70 para somente 18 freguesias e a abarcar somente parte da margem direita do rio Homem (C.R. SILVA, 2009, pp. 14-15).

⁴²⁸ Ainda que “tapar” possa significar algo como “edificar um obstáculo”, este só seria verdadeiramente eficaz se um invasor ele bloqueado pudesse ser atacado. Caso contrário, a ultrapassagem do obstáculo seria uma questão de tempo.

⁴²⁹ PMH-I, p. 396. O levantamento destas obrigações, para o Entre-Douro-e-Minho, foi efetuado por VEIGA, 1936b e, mais recentemente, por Iria Gonçalves (2012b, p. 38).

Montalegre, que seguem depois o curso do Cávado, na Terra de Barroso. Receberam a atenção de D. Sancho I no final da década de 1180, o que é significativo por se ter tratado de um empenhamento direto do monarca na construção de estruturas defensivas, em vez de delegar essa ação na nobreza local ou regional⁴³⁰. Apesar disso, por se encontrarem numa região de menor ocupação humana, mais afastada do Entre-Lima-e-Douro e não conferirem acesso fácil ao eixo que penetra, por Chaves, até ao Douro, estes eixos parecem ter sido menos utilizados⁴³¹.

A menor relevância militar destas portelas em relação às situadas a ocidente e a oriente pode inferir-se por vários indícios. A expansão da senhoriaização para o nordeste, no século XII, ocorreu tendo como polos Chaves e Bragança. A povoação de Montalegre, equidistante do Entre-Lima-e-Douro e de Chaves, continuou a ser uma vila isolada numa região de débil povoamento⁴³². Talvez o mais significativo corolário da menor relevância deste espaço resida na constatação de que, depois de D. Sancho I se ter empenhado diretamente numa ação punitiva a São Paio da Piconha, em 1187, fazendo vincar a sua autoridade contra opositores internos e assumindo diretamente a fortificação daquela região, patente nos castelos de Piconha e de Miranda de Sendim⁴³³, a zona de Montalegre tenha continuado a surgir sempre num segundo plano em relação à de Bragança⁴³⁴. Só com Afonso III a Coroa se voltaria de novo para as terras de Basto, com o foral de Montalegre, em 1278⁴³⁵.

Segue-se, para Leste, a veiga de Chaves, bastante mais ampla e com expressão militar mais vincada, patente, desde logo, pelo cruzamento dos dois eixos viários mais importantes da região transmontana (o itinerário Braga-Astorga, no sentido Oeste-Leste e o que conduz ao Douro pela Terra de Panóias) e pelo conjunto fortificado que a fecha do lado português: os castelos de Chaves, de Santo Estêvão e de Monforte de Rio Livre.

⁴³⁰ Sobre a importância que D. Sancho I deu à região, vejam-se BRANCO, 2006, pp. 175-176 e HENRIQUES, 2003, pp. 108-110.

⁴³¹ No início do reinado de D. Afonso Henriques, a Piconha deve ter tido um papel relevante, dada a sua escassa distância até ao castelo de Celmes, mandado edificar pelo primeiro rei em 1133. Este papel de proximidade estratégica ter-se-á desvanecido depois de, em 1141, o monarca português e Afonso VII terem celebrado acordo, na sequência do bafordo da Portela de Vez.

⁴³² No Numeramento de 1527-32, a vila já não tinha sequer “muro de cerca” (P. GOMES, 1993, p. 172). Ver, também A. ANDRADE, 2001, p. 35. O foral de Montalegre é de D. Afonso III, de 1273, posterior à cronologia em estudo, inserindo-se no processo de domínio daqueles espaços periféricos, sugerindo a pré-existência de uma comunidade completamente excêntrica em relação ao enquadramento da autoridade régia e a quem a Coroa não conseguiu ou não necessitou de votar especial interesse durante os quatro primeiros reinados.

⁴³³ BRANCO, 2010, p. 116.

⁴³⁴ Sobre a maior incidência de povoamento na região de Bragança veja-se LEMOS, 1995.

⁴³⁵ HENRIQUES, 2003, p. 211.

Aqui, o litígio entre as dioceses de Braga e de Ourense acerca dos direitos sobre as paróquias do “território de Baroncelii” (Vinhais, Lobarzana e Cabrera) fazia-se ainda sentir com intensidade no final do século XII⁴³⁶. E, entre 1218 e 1231, toda a região foi ocupada pelo rei leonês. Depois de recuperado o território, em 1231⁴³⁷, a atenção régia sobre esta região fronteiriça propriamente dita parece ter conhecido um grande impulso na segunda metade do século XIII, com a atribuição de forais a Santo Estêvão (1253), a Chaves (1258), e a Monforte de Rio Livre (1273). A relevância da designada “brecha de Chaves” nota-se, dentro da cronologia em estudo, na profundidade, no sentido Norte-Sul, onde os castelos de Aguiar da Pena e de São Cristóvão vigiavam a aproximação à próspera região de Ribadouro.

As serranias da Coroa e de Montesinho, para oriente, também contam com passagens, destacando-se a que, de Bragança, comunica com Sanábria. Mas a penetrante normal de forças militares provenientes de Leão para essa região nordestina parece irradiar de Alcañices na direção de Bragança, por Quintanilha ou mesmo para sul, na direção do castelo de Algosó. A comprová-lo, no contexto da guerra contra Leão de 1198-1199, Afonso IX invadiu Portugal, entre janeiro e abril de 1199, vindo cercar Bragança⁴³⁸, mas só depois de ocupar o castelo de Algosó⁴³⁹. Trata-se de uma região planáltica em que as opções de deslocamento já não tinham de seguir a lógica dos itinerários em vales encaixados que acompanhavam o curso dos rios. A consequente maior permeabilidade deste espaço levaria a uma atenção da Coroa mais continuada do que para as terras de Basto.

Nesse Nordeste confinante com Leão, Penas Róias recebeu foral logo em 1187 ou 1188⁴⁴⁰ e, mais tarde, a região passou a estar dividida em duas grandes parcelas, com a criação do concelho de Rebordãos, na faixa sul, em 1208⁴⁴¹. D. Afonso II continuou a atribuição de forais numa zona já em contacto com os concelhos do Douro, como foi o caso de Vilarelho e Vilarinho da Castanheira, em 1218⁴⁴². Nota-se, em todos estes forais, um enorme esforço de fixação das populações, pois os textos atribuídos surgem como os

⁴³⁶ O diferendo entre as dioceses de Braga e de Ourense continuou, mesmo depois do desastre de Badajoz, em 1169, quando D. Afonso Henriques cedeu o controlo de Baroncelli ao leonês. Para uma síntese desta questão, consulte-se DURO PEÑA, 1975, pp. 147-176. Sobre a consolidação da fronteira entre a Galiza e Portugal, veja-se C. BARROS, 1994, pp. 27-39.

⁴³⁷ Como resultado do acordo celebrado no Sabugal, entre D. Sancho II e D. Fernando III.

⁴³⁸ BRANCO, 2010, p. 293.

⁴³⁹ P. GOMES, 1993, p. 175.

⁴⁴⁰ PMH-LC-I, p. 551, de 1187 ou 1188.

⁴⁴¹ PMH-LC-I, p. 358 de 1208, novembro.

⁴⁴² PMH-LC-I, p. 582 de 1218.

mais vantajosos de todo o reino no que respeita aos privilégios recebidos pelos moradores⁴⁴³. Esta linha de defesa prolonga-se por toda a faixa oriental, desde Miranda do Douro até à linha do Tejo, frente a um poder leonês que, desde a década de 1140, com a conquista de Cória, controlava uma área que também chegava até à bacia daquele rio⁴⁴⁴.

No seu curso superior, o Douro continuava a constituir obstáculo de monta, com vertentes extremamente acentuadas. Embora possibilitasse alguns vaus, no estio, as profundas gargantas da sua bacia hidrográfica na região criavam enormes problemas à travessia. O atual “curso internacional” do Douro e seus afluentes na zona cortavam, como ainda hoje cortam, a paisagem em gargantas profundas, com uma diferença de cotas que chega a atingir os 500 metros, já que os planaltos envolventes se encontram a cerca de 800 metros de altitude e a água se encontra a cotas da ordem dos 300 metros. A dificuldade, aqui, não estaria na travessia do rio propriamente dito, mas no acesso aos vaus, por trilhos escavados na escarpa, dissuasores da sua utilização por contingentes numerosos⁴⁴⁵.

Para sul, os cursos de água continuam a ser referência divisória, mas constituem obstáculos mais facilmente transponíveis, como é o caso do Côa e, depois, do Erges, já na bacia do Tejo. Todo este espaço é predominantemente planáltico, somente entrecortado pelo prolongamento do Maciço Central para o interior do território português, materializado pelas serras de Gata e da Malcata. Estas serras eram atravessadas por um itinerário raramente assinalado nas representações cartográficas da historiografia portuguesa⁴⁴⁶. Todo este planalto sem compartimentação orográfica que condicione a direção dos movimentos, apresentou-se sempre bastante permeável a penetrações provenientes de Leste, bem como a expedições ofensivas portuguesas face a Leão. Tais foram os casos da ocupação de Salamanca por D. Afonso Henriques em 1163, na sequência da revolta dos cavaleiros daquela cidade⁴⁴⁷ e a ação do infante Sancho, em

⁴⁴³ REIS, 2002, p. 192.

⁴⁴⁴ Para uma síntese da relação entre povoamento e defesa, veja-se J. MARQUES, 1988. Sobre as fortificações do Médio Côa veja-se PERESTRELO e FERREIRA, 2001. Sobre as preocupações de defesa da faixa de fronteira entre o Douro e o Sabugal, incluindo a perspectiva leonesa, consulte-se BARROCA, 2008-2009.

⁴⁴⁵ No início do século XX, antes das barragens hidroelétricas terem alterado esta situação, estavam identificadas quatro passagens: Freixo de Espada à Cinta, Lagoaça, Bemposta e Miranda do Douro (CABRAL, 1932, p. 58).

⁴⁴⁶ Mas identificado por Costa Veiga no esboço respeitante ao “Teatro de Operações da Reconquista Cristã em 1139” (VEIGA, 1936b). Raenhardt Dozy (1998, p.186) refere-o também a propósito da expedição militar muçulmana dirigida a Compostela, anterior à nossa cronologia, mas que, provavelmente, se continuou a utilizar posteriormente.

⁴⁴⁷ MATTOSO, 2007, p. 291.

1179, sobre Ciudad Rodrigo⁴⁴⁸. Como espaço de entrada de leoneses e castelhanos, para a cronologia em estudo, existe a possibilidade de um ataque anterior a 1175, empreendido por Fernando II de Leão e do qual temos eco por uma doação do infante D. Sancho a um dos seus nobres⁴⁴⁹. Também a “hoste de Pinhel” e a lide de Ervas Tenras, na Primavera de 1199, materializam ações naquela área⁴⁵⁰.

Esta faixa, que compõe com a Meseta leonesa um todo essencialmente plano, parece ter constituído local de trânsito bem mais favorável do que o acidentado interior beirão português, pelo que as incursões muçulmanas que partiam do Sul da Península, percorriam a antiga Via da Prata e infletiam, depois, para o espaço português já a norte do Maciço Central⁴⁵¹. Terá sido este o itinerário da incursão, em 1155, à região de Trancoso que Frei António Brandão apresenta na sua transcrição de uma “memória do Mosteiro de São João de Tarouca”, mencionada como coeva da renovação daquele cenóbio⁴⁵².

As portelas e passagens que foram materializando os pontos de entrada no reino em formação foram já abordadas. Mas as que se situam no interior do reino e cuja utilização se pode documentar para a cronologia em análise têm igualmente relevância, pois determinam os eixos de trânsito de forças e de aproximação a possíveis objetivos militares⁴⁵³. Como já tivemos ocasião de assinalar, as referências toponímicas na documentação medieval, disponíveis para a cronologia em estudo, contêm inúmeras menções a portelas, portelos, portos. É mesmo muito comum encontrar um destes elementos na delimitação de um lugar no contexto de uma doação ou de um foral. Conjugadas com os vales dos rios configuram corredores de circulação naturais. Um termo que pode ser considerado seu equivalente, na toponímia de origem muçulmana, pelo menos para a Estremadura, é o “Alqueidão”, com o significado de “passo” ou

⁴⁴⁸ DRH, p. 292.

⁴⁴⁹ DS, doc.3, p.3, de 1175, outubro 9. A datação deste documento não é precisa, podendo ser, também de 1195.

⁴⁵⁰ Cujo debate se mantém em aberto sobre se se trata do mesmo episódio ou de ações separadas e a que retornaremos, a seu tempo. Ver BARROCA, 2003b, pp. 52-53.

⁴⁵¹ MATTOSO, 2007, p. 263.

⁴⁵² ML-III, Escritura XVI, f. 285. A primeira pedra do *ex novo* mosteiro foi lançada em 1152 (SOUZA, *et al.*, 2016, p. 104), mas a incursão data de 1155 (SIDARUS, 1996, p. 263). Ibn Abi Zar’ aponta também uma incursão almóada a “*Atrankish*”, em 1161, que Huici Miranda traduziu por Trancoso, mas pelo contexto e descrição do acontecimento, estamos em crer que se trata de uma possibilidade remota (*Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, p. 399).

⁴⁵³ Que serão abordados no subcapítulo 2.4 – A relação do homem com o território.

“passada”, derivado do árabe *al-qaidun*⁴⁵⁴. O mapa que se apresenta em anexo incluiu os dois topónimos e os étimos que com eles se relacionam, sendo demonstrativo da omnipresença do conceito de “passagem” entre elevações, coincidente com as áreas de relevo mais acentuado no território⁴⁵⁵.

As portelas são frequentemente mencionadas quando forças militares as atravessam. Veja-se o caso da Portela de Vez, a sul do castelo de Pena da Rainha, onde em 1140 ou 1141, o rei Afonso VII acampou com a sua hoste antes do bafordo de Valdevez⁴⁵⁶, ou da Portela do Espinho, que foi utilizada pelo infante Martim Sanches em 1220, deslocando a sua hoste em direção a Guimarães, depois de vencer a lide de Braga, travada contra forças leais a D. Afonso II⁴⁵⁷.

Em algumas regiões, o trânsito militar consegue evitar a montanha propriamente dita e as suas portelas, seguindo pelas áreas mais planas do sopé das suas vertentes. Um caso evidente é o do conjunto das serras de Aire, Candeeiros, Porto de Mós e Sicó, que separa os dois principais eixos de progressão entre Santarém e Coimbra. Esta configuração orográfica condicionou a segurança definitiva da Coimbra cristã ao controlo prévio de ambos os eixos, materializado pela edificação e guarnição do castelo de Leiria, no eixo ocidental (1135)⁴⁵⁸ e pela presúria da Ladeia, no oriental (1136-37)⁴⁵⁹. O controlo destes espaços surge igualmente associado ao propósito ofensivo sobre Santarém e Lisboa. Naturalmente que havia possibilidade de atravessar as serras, passando da vertente nascente para a poente e vice-versa, sendo conhecidos, para o século XII, três itinerários, que obrigavam a “serpentear” por entre os canhões e cabeços e a vencer

⁴⁵⁴ LEAL, 1873, p. 163. Pedro Gomes Barbosa chama a atenção para este topónimo. Uma verificação ao índice toponímico do CIGeoE revela que os topónimos com este radical se encontram concentrados nas atuais Estremadura e Beira Litoral, não sendo referenciados em praticamente mais algum local. Além disso, o significado etimológico pode ser diverso, como “pedra calcária” ou ainda “tenda/ acampamento” (AZEVEDO, 2005, p. 532).

⁴⁵⁵ Ver Mapa 1, toponímia alusiva a locais de passagem em terreno com relevo montanhoso ou ondulado, em anexo. A leitura do mapa deve ser efetuada de um ponto de vista meramente operativo: as passagens de montanha são configurações orográficas. Já existiam muito antes do século XII e continuaram a existir. Por conseguinte, não se pretende estabelecer nenhuma relação entre os topónimos e o período estudado, mas sim salientar que a toponímia se encarregou de referir explicitamente estas passagens, como indicadores fonéticos de que, naqueles locais, era possível, ou estava mais facilitado, o trânsito das gentes.

⁴⁵⁶ CAI, Livro 1, Cap. 83, p. 120.

⁴⁵⁷ LLCDP, 25G13.

⁴⁵⁸ A 4 de dezembro de 1135, justificando-o, Afonso Henriques, pelo motivo das frequentes incursões e depredações aos campos de Coimbra (ADA, p.152).

⁴⁵⁹ Atravessada pela “via de Penela” (DR, doc. 275, de 1160, abril, 9) que, por sua vez, era herança da rede viária romana (MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 240).

grandes desníveis. Foi por um destes caminhos que, em 1147, D. Afonso Henriques se deslocou para Santarém, de modo furtivo, para tomar a cidade⁴⁶⁰.

Podemos identificar autênticas “rotas militares”, ao longo da cronologia em análise, quer em espaços que então podemos considerar fronteiriços, quer em regiões mais interiores. As hostes transitavam por estes eixos bem vinculados, em que inevitavelmente assentava o traçado das vias principais. Centrando a observação somente nos enfrentamentos entre duas hostes de dimensão significativa para figurarem na documentação, verificamos que a conjugação de uma certa constância dos principais objetivos com a orografia em que estes estão inseridos, leva à ocorrência de vários recontros diferentes numa mesma região.

Assinalam-se duas regiões evidentes. Uma, no Entre-Douro-e-Minho, nas imediações de Pena da Rainha, onde tiveram lugar o bafordo de Valdevez de 1140 ou 1141, entre Afonso Henriques e Afonso VII⁴⁶¹ e o combate da “Portela de Vez”, em 1212, entre partidários de Afonso II e Afonso IX de Leão⁴⁶². Outra, no eixo Tomar-Penela-Coimbra, delimitado, de modo geral, pelas serras de Aire e do Sicó a Oeste e pelo rio Zêzere e serra da Lousã a Leste. Aqui teve lugar a “Presúria da Ladeia”, entre 1136 e 1137, desencadeada por Afonso Henriques e Fernão Peres *Cativo*⁴⁶³. No mesmo ano, mas mais a sul, no mesmo eixo, teve lugar o “Infortúnio de Tomar”, recontro em que um contingente cristão foi derrotado por forças muçulmanas, tendo sido feitos inúmeros prisioneiros⁴⁶⁴.

Estas duas vias – o itinerário de Leiria e a estrada de Penela – foram recorrentemente utilizadas pelos muçulmanos para alcançar os campos de Coimbra e fustigar os polos cristãos da cintura defensiva a sul desta cidade (Miranda, Lousã, Arouce

⁴⁶⁰ Alqueidão-Bouceiros-Ourém; Alcária-Alvados-Minde-Moitas Venda; e Cerro Ventoso-Mendiga-Valverde (BARBOSA, 1992, p. 19).

⁴⁶¹ ADA, p. 154; *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p.13; LD, 7B9.

⁴⁶² CM, pp.415-416.

⁴⁶³ O “infortúnio de Tomar”, situado em 1137 pelos *Annales Domni Alfonsi* (ADA, p. 153) parece também ter tido eco em fontes muçulmanas: “o emir Tashfin derrotou os cristãos em *Fahs ‘Atiya* e matou muitos”. (*Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, p. 321). Martim Velho demonstrou que o topónimo pode significar Ladeia e que esta ação se prende com o “infortúnio de Tomar” (1989, pp. 14-16). A presúria de Fernão Peres Cativo é mais difícil de circunscrever, já que não se lhe conhecem referências diretas. José Mattoso explica-o (2007, pp. 152-153) e relaciona as duas ocorrências (p.159). Ver ainda BARBOSA, 1991, pp. 15-36.

⁴⁶⁴ *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p.12; ADA, p.153.

e, para oeste, Santa Eulália, Ega e Soure). Em sentido contrário constituíam os dois eixos possíveis para alcançar o Tejo nas imediações de Santarém.

Quadro 3. Principais ações militares nas vias de Leiria e Penela até à conquista de Santarém

Data	Ação	Itinerário	Referências
1116	Campanha almorávida contra Miranda do Corvo, Soure e Santa Eulália	(Ver nota 465)	PMH-S-I, 20
1117	Cerco almorávida de Coimbra		<i>Al-Bayan, Nuevos Fragmentos...</i> , trad. Huici Miranda, pp. 150-151.
1136-37	Presúria da Ladeia	Penela	MATTOSO, 2007, pp. 152-153 BARBOSA, 2008, p. 135
1140	Destruição do castelo de Leiria pelos muçulmanos	Leiria	CP1419, Cap. 19, pp 32-33 ADA, p. 154, PMH-S-I, p.13
1140 (42?)	Tentativa de assédio a Lisboa com destruição da região envolvente	(Ver nota 466)	ADA, p. 155, PMH-S-I, p. 13
1142	Recuperação de Leiria por D. Afonso Henriques	Leiria	ADA, p. 156 PMH-S-I, p.14
1144	Ataque muçulmano a Soure	Leiria	PMH-S-I, p. 62
1147	Conquista de Santarém	Penela	DES, p. 1230

O trajeto que, pelo Ribacoa, seguia para o vale do Mondego, também foi frequentemente percorrido por contingentes em operações militares, em ambos os sentidos. A partir da segunda metade do século XII, D. Afonso Henriques desenvolveu operações até à região de Salamanca. D. Sancho I também se opôs a Afonso IX, nos anos finais daquele século, na sequência da tensão fronteiriça gerada, entre outros motivos, pela fundação de Pinhel, em 1189, que passava a disputar área de influência com Ciudad Rodrigo⁴⁶⁷. Em 1246, a mesma faixa de terreno foi percorrida pelo infante Afonso de Leão e Castela (futuro Afonso X), em apoio D. Sancho II, no contexto do conflito com o Bolonhês⁴⁶⁸.

⁴⁶⁵ Martim Velho sugere uma via Aracena-Aroche-Serpa, o que materializaria entrada no território português a sul do Tejo e progressão para norte nos vaus em redor de Santarém. Qualquer dos dois itinerários, Penela ou Leiria, é viável.

⁴⁶⁶ Os *Annalles D. Alfonsi* e a *Chronica Gothorum* são concordantes na narração, mas não na datação, sendo que o primeiro aponta para 1140 e o segundo para 1142. Tratou-se de uma ação conjunta, de uma frota cruzada com 70 navios, e da hoste régia, que avançou para Lisboa por via terrestre.

⁴⁶⁷ Cf. BARROCA, 2008-2009, p. 230.

⁴⁶⁸ Se atentarmos na circunstância de Coimbra ter sido escolhida como centro de gravidade das forças leais a D. Sancho II, entre 1146 e 1147, a entrada pela região de Ribacoa permitia que ambos os contingentes estabelecessem ligação mais rapidamente. Cf. M.G. MARTINS, 2007, pp. 228, n.1031.

Quadro 4. Principais ações militares na região de Ribacoa

Data	Ação	Referências
1163	Batalha dos Campos de Argañara	MATTOSO, 2007, p. 294
1179	Ataque do infante D. Sancho a Ciudad Rodrigo e batalha de Arganal	CM, p.404. DRH, p. 292.
1198	Lide de Ervas Tenras	LD, 1M3 BARROCA, 2003b, p. 53
1198	Hoste de Pinhel	PMH-I, pp. 519b, 199b, 791b, 797a, 798a, 816b, 829b, 888a, 1211a, 1256b, 1381a e b.
1198	Ataque de D. Sancho I a Ciudad Rodrigo	BARROCA, 2003b, pp. 52-53
1246	Entrada em Portugal do infante Afonso de Castela (futuro Afonso X)	H. FERNANDES, 2010, p. 370

O corredor de passagem materializado pela veiga de Chaves conduzia ao Douro através de Aguiar da Pena e de Panóias foi também percorrido por diferentes contingentes, leoneses e portugueses, especialmente no contexto das disputas levadas a cabo nas primeiras décadas do século XIII, tendo parte daquele território sido mesmo ocupada pelo reino de Leão entre 1219 e 1231⁴⁶⁹.

Quadro 5. Principais ações militares no eixo Chaves-Douro

Data	Ação	Referências
1212	Afonso IX de Leão ataca as terras de Chaves, Aguiar e Panóias	VILAR, 2008, p. 131
1218/19	Entrada de Afonso IX por Chaves	H. FERNANDES, 2010, p.360
1220	Possível incursão a Ourense por forças portuguesas	KRUS, 1994, p.267, n. 640

A sul do Tejo, a dimensão orográfica não assume o mesmo carácter determinante das regiões mais setentrionais. No entanto, o cenário parece repetir-se quando o teatro de operações passa a corresponder ao Algarve. Isolado do resto do país, é maioritariamente ocupado por serras em que predominam os blocos levantados de xisto⁴⁷⁰. Embora com menores diferenças de cota, quando comparado com as serranias nortenhas, o esmiuçado

⁴⁶⁹ Sobre a ocupação de Chaves por Afonso IX de Leão, vejam-se MORENO, 2010, pp. 61-70 e A. VICENTE, 1998, p. 287.

⁴⁷⁰ Para uma síntese das dimensões e significado dos limites do Algarve medieval e a sua estruturação, veja-se BOTÃO, 1998, pp. 743-751.

recorte do relevo torna também a progressão militar em qualquer direção difícil e sinuosa⁴⁷¹. Os solos são predominantemente argilosos, secos, pedregosos e frágeis. A sua elevada impermeabilidade foi favorecendo a escorrência das águas com o consequente escavar de profundos sulcos na paisagem⁴⁷².

A zona da serra de xisto é uma barreira importante que se estende desde o Guadiana, a Leste, até ao Atlântico e só é cortada pela depressão tectónica de S. Marcos – S. Bartolomeu de Messines, que separa as serras do Caldeirão e Monchique⁴⁷³ e constitui a principal penetrante terrestre, apontada ao triângulo Silves – Loulé – Faro. Os outros dois eixos de progressão algarvios transcorrem pelos limites oriental e ocidental: a Leste, o vale do Guadiana, que permite, a quem vem de Norte, aceder a Tavira. A Oeste, a direção geral Odemira – Arrifana, que contorna a serra de Monchique, junto ao Atlântico e permite aceder à região de Lagos⁴⁷⁴.

Os efeitos desta configuração estão patentes na conquista do Algarve. A melhor leitura que temos destas operações corresponde à *Crónica da Conquista do Algarve*, uma fonte que apresenta vários problemas, mas que, ainda assim, nos permite obter dados de interesse sobre a associação das operações militares com as características do terreno⁴⁷⁵. Na fonte, a transposição da serra surge-nos como o principal problema apresentado pelos cavaleiros de Santiago ao então comendador de Alcácer, Paio Peres Correia, bem como os intrincados itinerários de penetração não serem evidentes, a ponto de ser indispensável o recurso a um guia⁴⁷⁶. A primeira travessia da serra pelas forças santiaguiastas foi

⁴⁷¹ MATTOSO, *et al.*, 2011, p. 37.

⁴⁷² CAVACO, 1976, p. 17.

⁴⁷³ CAVACO, 1976, p. 16.

⁴⁷⁴ ANDRADE E SILVA, 1950, pp. 139-148.

⁴⁷⁵ Os principais problemas associados a este texto (ou conjunto de textos, uma vez que temos várias versões) foram debatidos Venâncio Peixoto da Fonseca, que “restituiu” a narrativa a partir dos textos da *Crónica de Portugal de 1419* (CP 1419), do códice da primeira metade do século XVI, sob o nome de *Crónica de Sete Reis*, de uma cópia da CP 1419 de fins do século XVI, sob o nome de *Cronica de Cinco Reis* e do texto publicado por Herculano nos *Scriptores* (FONSECA, 1987-1988, pp. 206-240 e 81-109). Há a forte possibilidade da *Crónica* original ter sido redigida num *scriptorium* da Ordem de Santiago, na década de 40 do século XIV, o que a torna relativamente próxima dos acontecimentos que relata (KRUS, 1993, p. 176). Do ponto de vista prático, há questões em aberto quanto ao exagero do papel e presença de Paio Peres Correia, quanto ao acerto cronológico e quanto à sequência das conquistas mencionadas. Para a análise do terreno, a grande valia da fonte reside no facto de, mesmo que remonte ao século XVI, apresentarnos um Algarve tardo-medieval que no que aos elementos orográficos que procuramos diz respeito, não deveria ser muito diferente do século XIII. A fonte, desvalorizada por António Brandão e por Alexandre Herculano é, no entanto, de grande importância, porque é uma reconstituição provavelmente baseada numa outra narrativa, já desaparecida; porque foi redigida por alguém que conhecia bem o território algarvio; e porque possibilita entender a sequência da conquista ou, pelo menos “propor uma interpretação razoável” (MAGALHÃES, 2012, pp. 15-16).

⁴⁷⁶ O mercador, talvez almocreve, Garcia Rodrigues (CCA, p. 82).

desembocar junto a Estômbar e Alvor, o que pressupõe não só o contornamento de Silves, mas, acima de tudo, sugere a utilização do corredor central⁴⁷⁷.

Entre a serra de xisto e o mar, com mais expressão na depressão tectónica central, e estreitando para Leste e para Oeste, há um baixo Algarve calcário, também designado por barrocal. Este espaço tem uma orografia acidentada e a sua traficabilidade é extraordinariamente limitada em muitos locais devido à combinação do relevo com a ocorrência de vegetação mediterrânica densa.

Segue-se a planície algarvia que não apresenta grandes contrastes orográficos, mas que é cortada, no sentido Norte-Sul, pelas embocaduras de rios e ribeiras, algumas de largura considerável, como é o caso da foz do Arade. Os movimentos ao longo deste espaço, na direção Leste-Oeste, obrigam à travessia destas águas, o que constitui sempre uma tarefa crítica, quando o inimigo controla a zona, como é comprovado pelo facto dos santiaguistas terem sido atacados precisamente durante a travessia da ribeira de Almargem, no regresso a Cacela, depois de uma tentativa fracassada de conquista do castelo de Paderne⁴⁷⁸.

Tendo percorrido a orografia, hidrografia e geologia do território português, parece-nos também relevante o conhecimento do coberto vegetal do território, dado que este nos fornece pistas sobre as possibilidades e limitações à prática da guerra. Dispomos de estudos aprofundados sobre a paisagem em certas regiões do país, aos quais se juntam alguns elementos conferidos pelas fontes, subsistindo, no entanto, lacunas e até inferências contraditórias sobre a configuração vegetal medieval.

A coincidência da nossa cronologia com a parte final do “Ótimo Climático Medieval” favorece o recurso a dois instrumentos auxiliares na procura do panorama geral da vegetação que cobria o território estudado: o conceito de Vegetação Natural Potencial (VNP) e os estudos polínicos. O interesse destes recursos reside nas pistas que fornecem para a caracterização do coberto vegetal daqueles espaços medievais acerca dos quais a informação de outras proveniências é insuficiente.

Na Antiguidade Clássica e na Idade Média, o parâmetro da temperatura da superfície de Terra tardava mais de um século a alterar-se um grau centígrado, fazendo com que quase todos os componentes físicos e biológicos se adaptassem lenta e

⁴⁷⁷ CCA, p. 83.

⁴⁷⁸ CCA, pp. 84-85.

progressivamente⁴⁷⁹. Esta constatação reforça a ideia de que, nos séculos XII e XIII, a vegetação que cobria os espaços menos sujeitos à perturbação humana, se aproximava da designada VNP. Este conceito, estabilizado pelo fitossociólogo Reinhold Tüxen em 1973, mas debatido e desenvolvido por diferentes investigadores, assenta na ideia de uma vegetação hipotética que se desenvolveria, caso cessasse toda a influência humana sobre o território e as condições climáticas se mantivessem inalteradas⁴⁸⁰. Para regiões cuja influência antrópica se tenha feito sentir em menor grau, o conceito de VNP pode revelar-se de grande utilidade.

Todavia, mais precisa do que a inferência acerca da presumível vegetação, é a análise dos depósitos polínicos. Esta, sim, confere bastante segurança no que concerne à caracterização do coberto vegetal de uma região em determinada época. Infelizmente os estudos atualmente concretizados cobrem ínfimas porções de território, embora os dados obtidos se revelem do maior interesse e utilidade, como veremos adiante.

Os estudos polínicos corroboram a ideia de que os séculos da *Reconquista* portuguesa conheceram um esforço colonizador assinalável, com uma rápida alteração da paisagem, expressa na redução da floresta, aumento dos espaços agrícolas e, mais claramente na Beira Interior, aumento dos pastos para gado. Não esqueçamos, no entanto, que apesar destas mudanças em relação a períodos anteriores, a escassa densidade populacional correspondia a um igualmente escasso aproveitamento do solo, devendo, por isso, subsistir enormes faixas de território praticamente “intocado”⁴⁸¹.

Jaime Cortesão apresentava o território medieval como sendo agreste, coberto de densas florestas e de pântanos, cabendo aos escassos povoados, alcandorados no topo de morros, os espaços agrícolas e de pastoreio⁴⁸². Se esta descrição pode ser válida para certas regiões, outras havia em que a intervenção humana se fazia sentir com tal intensidade que a paisagem seria outra. Aliás, como refere Nicole Devy-Vareta, a modificação da natureza pela mão humana no território português é muito mais antiga do

⁴⁷⁹ N. BROWN, 2001, p. 6.

⁴⁸⁰ Para o conceito de “Vegetação Natural Potencial” (VNP) aplicado a Portugal Continental, veja-se CAPELO, *et al.*, 2007, pp. 399-415.

⁴⁸¹ Cf. A.H. MARQUES, 1978, p. 61, e também RAU, 1985, p. 91.

⁴⁸² CORTESÃO, 1984, p. 43. Antes, Orlando Ribeiro defendia uma cobertura de densas florestas anterior às modificações introduzidas pelo homem e distinguia o território a norte do Mondego e as montanhas da Beira, onde predominavam as florestas de folha caduca semelhantes às da Europa oceânica e um sul de florestas mediterrânicas de folha perene (RIBEIRO, 1945, p. 79). Mais tarde, Oliveira Marques apresentava-nos um Portugal de florestas e brenhas na sua maior parte, mas onde, de quando em vez, se observava um núcleo populacional rodeado de campos agrícolas (2010a, p. 21).

que se pensava até recentemente, constituindo a Idade Média, a partir do século XI, um período de uma rutura irreversível, em que o “ambiente deixou de ser natural, no sentido absoluto que geralmente se entende”, sendo o declínio da floresta medieva uma realidade consolidada no século XV⁴⁸³.

Considerando as alianças climáticas⁴⁸⁴, o Norte de Portugal tem tendência para uma cobertura onde predomina o carvalho-roble na faixa litoral até ao Mondego e o carvalho-negral no interior a norte do Tejo. A sul predominam o carvalho-português, os sobreiros e as azinheiras, que também são comuns no vale do Douro e na Terra Quente transmontana. A faixa costeira do Algarve caracteriza-se pelo domínio da aliança termomediterrânica, onde, nos solos calcários, encontramos o garrigue e o *maquis*⁴⁸⁵. Conjugando este conhecimento com a ideia de uma paisagem mais arborizada, podemos inferir a tipologia de bosques mais frequente em cada região e deduzir que os solos calcários promoviam um tipo de mancha florestal mais restritiva aos movimentos do que quaisquer outros.

Para algumas regiões, podemos articular os dados disponibilizados pela fitologia com alguns estudos bastante aprofundados sobre a paisagem medieval. Estamos no campo do que foi convencionado, entre nós, designar por “História rural da Idade Média”, que conta já com um percurso assinalável e tendo chegado a constituir o maior volume relativo das temáticas de investigação em algumas das décadas passadas, principalmente a partir da segunda metade do século XX⁴⁸⁶. Infelizmente, de um modo geral estes estudos incidem sobre regiões circunscritas e não é possível, mesmo que conjugemos todo o material bibliográfico produzido, estabelecer uma cartografia completa do território português. Além disso, a maioria dos trabalhos tem como objeto a organização social do espaço e não a paisagem em si mesma, ou seja, raramente oferecem uma perspetiva que confira, no imediato, a imagem física do terreno.

⁴⁸³ DEVY-VARETA, 1993, pp. 84-88.

⁴⁸⁴ Expressão associada ao conceito de “clímax”, onde se atinge a estabilidade máxima entre clima, solo e vegetação, imediatamente antes da influência humana no espaço (DEVY-VARETA, 1996, pp. 1251-1252).

⁴⁸⁵ DEVY-VARETA, 1993, p. 75.

⁴⁸⁶ Já no século XIX, Alberto Sampaio (1841-1908) se debruçava sobre esta temática. Os investigadores portugueses da segunda metade do século XX inspiraram-se, primeiramente, nos trabalhos de Bloch e Duby, e posteriormente, a partir da década de 1980, em García de Cortazar, responsável pela autonomização deste tipo de estudos para o espaço ibérico. A inspiração da investigação sobre a ruralidade medieval em Portugal não se cinge, de modo algum, a estas referências, já que a temática é extremamente suscetível a influências diversas, incluindo conhecimento externo ao campo da História. Para uma síntese da historiografia do mundo rural em Portugal na Idade Média até 2010, veja-se AMARAL, 2011, pp. 303-322.

O Entre-Douro-e-Minho encontra-se bem caracterizado, mercê de trabalhos pioneiros como os de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, sobre as vias medievais⁴⁸⁷, e sobre várias perspetivas acerca do espaço, incluindo a ecológica⁴⁸⁸. Entre outros estudos com informação relevante sobre esta região, utilizámos os de Iria Gonçalves⁴⁸⁹, Nicole Devy-Vareta⁴⁹⁰, Amélia Aguiar Andrade⁴⁹¹, Pedro Cunha Serra⁴⁹² e Raquel Soeiro Brito⁴⁹³. Juntamente com a faixa ocidental a sul do Douro, até ao vale do Mondego (estudada na perspetiva da paisagem por José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade⁴⁹⁴; Maria Helena da Cruz Coelho⁴⁹⁵, Luís Carlos Amaral⁴⁹⁶ e Robert Durand⁴⁹⁷, entre outros) estamos perante a região mais densamente povoada e, consequentemente, que mais intensamente sofreu alterações provocadas pelo homem⁴⁹⁸. Deve considerar-se também com grandes afinidades a região de Ribadouro, estudada, entre outros, por Maria Fernanda Maurício⁴⁹⁹ e Paulo Dórdio Gomes⁵⁰⁰.

Todas as regiões mencionadas possuíam, nos séculos XII e XIII afinidades paisagísticas que, para o efeito do presente estudo, podem ser consideradas como tal⁵⁰¹. Há, no entanto, que ter cuidado com parcelas desses mesmos espaços que representariam a diferença: o território de maior altitude entre os rios Minho e Lima⁵⁰²; a região em torno da foz do Tâmega e as regiões do Marão e de Vilarinho⁵⁰³; a serra do Larouco e os cursos baixos dos rios Tua e Sabor-Vilariça⁵⁰⁴. Estas zonas, tendo ficado à margem do processo

⁴⁸⁷ ALMEIDA, 1968.

⁴⁸⁸ ALMEIDA, 1978.

⁴⁸⁹ I. GONÇALVES, *et al.*, 1978, pp. 399-440; I. GONÇALVES, 1993, pp. 33-57; 1997, pp. 5-25; 1998, pp. 63-76.

⁴⁹⁰ DEVY-VARETA, 1985, pp. 47-67 e 1986a, pp. 233-249.

⁴⁹¹ A. ANDRADE, 1997.

⁴⁹² P. SERRA, 1967.

⁴⁹³ BRITO, 1953, pp. 88-132.

⁴⁹⁴ MATTOSO, *et al.*, 1989.

⁴⁹⁵ M. COELHO, 1989.

⁴⁹⁶ AMARAL, 2011, pp. 303-322.

⁴⁹⁷ DURAND, 1982.

⁴⁹⁸ Sobre a densidade e distribuição da população portuguesa nos finais do século XIII, consulte-se A.H. MARQUES, 1979a, pp. 72-73.

⁴⁹⁹ MAURÍCIO, 1996.

⁵⁰⁰ P. GOMES, 1993, pp. 171-190.

⁵⁰¹ Nicole Devy-Vareta assinala, precisamente, a fachada marítima do Minho até ao Tejo, à qual adiciona áreas de Trás-os-Montes e da Beira Alta, onde os séculos XI a XIII corresponderam a uma intensa organização dos espaços agro-silvo-pastoris (1993, p. 84).

⁵⁰² As serras de Laboreiro, de Arga na região Leste daquele espaço (A. ANDRADE, 1997, pp. 187, 248-249).

⁵⁰³ Para uma panorâmica geral do repovoamento rural do vale do Douro entre os séculos VIII e IX, veja-se QUIROGA e LOVELLE, 1997.

⁵⁰⁴ No caso da serra de Larouco, veja-se HENRIQUES, 2003, pp. 66-74. Para a região entre os cursos médios do Tua e do Sabor, veja-se GRADÍSSIMO, 2014, pp. 74-76.

de reorganização territorial entre os séculos IX e X, estariam, na nossa cronologia, menos povoadas e, por conseguinte, com menor influência antrópica.

De um modo geral nestas regiões nos séculos XII e XIII, existia uma área agrícola preponderante, ocupando o anterior espaço da floresta, que tinha cada aldeia como centro, desenvolvendo-se, ao seu redor de forma concêntrica, as hortas, os terrenos de sequeiro e, finalmente, os matos e a floresta⁵⁰⁵. Esta última devia ocorrer em manchas descontínuas, especialmente nas encostas das serras, consistindo essencialmente em carvalho-roble e castanheiro. Seria, ainda assim, floresta abundante, considerando as inúmeras referências a soutos e carvalhais, que se sobrepunham em volume a qualquer outra espécie. Mas aquelas coexistiam ainda com o sobreiro, o loureiro e, em menor quantidade, com o pinheiro, o videiro, o salgueiro, o amieiro, o ervedeiro e a faia⁵⁰⁶. Tratar-se-ia, em todo o caso, de uma floresta menos densa do que noutras paragens ibéricas mais livres de intervenção humana, já que também proporcionava meios de subsistência e seria frequentemente percorrida por homens e animais⁵⁰⁷.

Os matos densos de silvas – impenetráveis por homens e cavalos – ocorriam nas áreas baixas, quando não estavam agricultadas, como sugere a toponímia⁵⁰⁸. O terreno cultivado, essencialmente com cereal⁵⁰⁹, caracterizava-se pelo emparcelamento, sendo que a necessidade de circunscrever o trânsito de gado aos caminhos até aos pastos, obrigava à necessidade de vedação das propriedades, recorrendo a arbustos, salgueiros, buxo, loureiros, azevinho, canas e árvores de fruto, transformando o espaço num verdadeiro *bocage*⁵¹⁰. Esta paisagem não corresponderia a todo o Entre-Douro-e-Minho, havendo um nítido contraste entre as faixas norte e nordeste daquela região e o restante espaço. Com efeito, as serras do Gerês, Amarela e os altos cursos do Lima, Cávado, Ave e mesmo do Tâmega apresentariam grandes manchas florestais, a julgar pelas referências à veação de grande e médio porte, estudada por Iria Gonçalves⁵¹¹.

⁵⁰⁵ AGUIAR e PINTO, 2007, p. 43; AGUIAR, *et al.*, 2009, p. 307.

⁵⁰⁶ Esta arborização é compatível com a VNP daquela região (CAPELO, *et al.*, 2007, p. 410).

⁵⁰⁷ Como assinala ALMEIDA (1978, p. 30), as inquirições mostram a obrigatoriedade de certas populações do Gerês engordarem porcos para o rei e o mordomo, o que sugere a necessidade de bolota. Iria Gonçalves demonstra-o detalhadamente (1997, pp. 53-66).

⁵⁰⁸ ALMEIDA, 1978, pp. 30-31.

⁵⁰⁹ Cujas relevância na atividade bélica será abordada adiante, no subcapítulo 6.3. A sustentação e apoio das forças em campanha.

⁵¹⁰ ALMEIDA, 1978, p. 23 e 34.

⁵¹¹ I. GONÇALVES, 2006, p. 199.

Não são só as florestas do Entre-Douro-e-Minho que se configuram como “fechadas”, ou seja, bem delimitadas pela ação do homem. Mais para sul, a mata de Aljazedo (hoje mata do Lourical, concelho de Pombal), doada aos crúzios de Coimbra em 1162, tinha uma extensão máxima de 7 quilómetros no sentido Leste-Oeste e de 5 quilómetros no sentido Norte-Sul⁵¹². A Mata de Botão, tal como foi descrita por um monteiro do rei, em 1280, configurava um polígono que na sua extensão máxima não ultrapassava os 6 quilómetros e na mínima cerca de 1 quilómetro⁵¹³. Em 1160, a mata de Penela, a norte da Ladeia, também surge bem circunscrita⁵¹⁴. Estas delimitações precisas sugerem a descontinuidade das áreas florestais e a consequente possibilidade de circulação livre entre elas.

Que condicionamentos traria a configuração da flora destes espaços à atividade bélica? Em primeiro lugar, a transitabilidade das hostes. Nas faixas de território mais povoadas, em que a floresta era fechada, ou seja, bem circunscrita, esta não constituiria um obstáculo ao deslocamento. Deveria, de um modo geral, ser atravessada por trilhos, utilizados pelas populações quer para a movimentação de gados, quer para a recolha dos produtos florestais (bolotas, corte de madeira e caça). Se fosse mais cerrada, deveria ser, na maioria dos casos, facilmente contornável. Assim, não seria possível marchar um dia inteiro sob as copas das árvores de uma mesma floresta, e seria difícil fazê-lo sem encontrar um povoado e, consequentemente, sem denunciar a posição.

O Entre-Douro-e-Minho, o Ribadouro e as terras da faixa ocidental, a sul do Douro, até Coimbra deveriam permitir deslocamentos rápidos em todas as direções, assentes em itinerários, mas seria muito difícil fazê-lo furtivamente. O principal condicionador de movimento nestas regiões era, portanto, a orografia e não o coberto vegetal. Mas onde seria de considerar a vegetação como um obstáculo ao movimento de forças militares? Nos espaços em que existia e não proporcionava nem itinerários nem alimento para cavalos e homens. Grandes manchas florestais com estas características deviam, contudo, ser realidade a Leste da Serra Amarela e até à serra de Montesinho, somente intercaladas pela região da veiga de Chaves⁵¹⁵.

⁵¹² DR, doc. 280, p. 358, de 1160, abril, 9.

⁵¹³ HFAC, doc 38, p.31.

⁵¹⁴ DR, doc. 275, p. 351.

⁵¹⁵ Caracterizada pela fertilidade e, por conseguinte, com maior nível de ocupação dos solos para atividades agrícolas. Cf. BARROCA, 2004, p. 183 e HENRIQUES, 2003, pp. 37, n.111. Sugestiva de realidades florestais densas é, por exemplo, a designação medieval da serra da Padrela, situada um pouco mais a sul: Monte Negro.

Ainda a norte do Douro, mas progredindo para Leste, na direção de Trás-os-Montes, bem como a sul deste rio, na região da atual Beira Alta, encontramos uma paisagem diferente. O povoamento era concentrado e a densidade populacional muito baixa. Existiam, por conseguinte, vastas áreas onde a influência antrópica não se fazia sentir. As florestas seriam mais amplas, mais densas e atravessadas por um escasso número de itinerários. A documentação medieval deixa entrever extensos espaços florestais nesta região⁵¹⁶, mas a pastorícia era uma atividade frequente, que deverá também ter deixado os seus vestígios sob a forma de grandes clareiras nas serranias⁵¹⁷.

Algo de semelhante se passaria um pouco mais a sul. Os depósitos polínicos da Serra da Estrela mostram, por exemplo, a regeneração de bosques de bétula (videiro) durante a Idade Média Plena⁵¹⁸. Por volta de 1150-1200, nesta serra não existiam praticamente pinheiros e os carvalhos estavam em regressão rápida, enquanto as gramíneas e outras plantas herbáceas lhes tomavam o lugar. Por outras palavras, a zona ia sendo desflorestada para dar lugar a culturas cerealíferas e a pastos. A urze também proliferava, conhecendo-se a sua utilidade para o fabrico de carvão⁵¹⁹.

Um pouco mais a sul, a partir do século VIII, nas áreas de instalação berbere correspondentes à atual Beira Baixa e à Estremadura espanhola, a agro-pastorícia era a principal ocupação das populações⁵²⁰. Posteriormente, em redor do sistema montanhoso central, desde a Serra da Estrela até à região de Ávila o incremento da transumância, promovido pelas ordens militares, pelos senhorios e pelos concelhos, acentuou dramaticamente a desarborização e provocou uma paisagem quase exclusivamente arbustiva⁵²¹. Pensamos que a segunda metade do século XII e a primeira metade do século

⁵¹⁶ AGUIAR e PINTO, 2007, p. 43). O *Livro Velho de Linhagens* revela as margens do Douro profusamente cobertas de florestas (LV, 2A1).

⁵¹⁷ Está documentada, por exemplo, a predominância de carneiros na Serra do Alvão (BARROCA, 1985/1986, p. 42).

⁵¹⁸ AGUIAR e PINTO, 2007, p. 41). Infelizmente os estudos polínicos estão ainda longe de representar uma boa abrangência territorial e a maioria não fornece informação significativa para a cronologia em análise. As unidades de tempo são os milhares de anos e poucos têm acuidade mais reduzida e, dos que a possuem, só alguns abrangem os séculos XII e XIII. Dos 27 registos paleobotânicos de Portugal apresentados na síntese *Paleoflora y Paleovegetación de la Península Ibérica e Islas Baleares* (CARRIÓN, et al., 2012), somente os registos de Alpiarça, do fundo marinho ao largo de Sines (SU81-18, que nos mostra uma imagem da vegetação costeira ocidental a sul de Lisboa); dois da Serra da Estrela (Charco da Candieira e Lagoa Comprida) e o de Vale de Muge nos fornecem dados úteis.

⁵¹⁹ CARRIÓN, et al., 2012, p. 752.

⁵²⁰ F. SANTOS, 2011, p. 30.

⁵²¹ AGUIAR e PINTO, 2007, p. 44. Embora não tenha atingido a intensidade dos séculos XV e XVI, o pastoreio era assinalável (Cf. A.H. MARQUES, 1979b, p. 28). Como aponta Rodríguez-Picavea, muito antes da criação da Mesta, a transumância era praticada em larga escala, na época visigoda, durante a ocupação muçulmana do centro da Península (praticada por berberes) e fomentada pelos mosteiros das

seguinte marcaram um período de transição e existiu uma situação intermédia: a floresta ainda abundava⁵²², mas os espaços abertos propícios aos rebanhos foram-se expandindo à medida que a área foi sendo colonizada. Do ponto de vista das operações militares, o trânsito de grupos de cavaleiros seria possível em todas as direções, a abundância de matas conferia múltiplas áreas cobertas, onde não seria difícil ocultar guerreiros e os espaços abertos, certamente com erva e gramíneas, proporcionavam bom pasto quer para cavalos, quer para gado que por ali fosse conduzido.

A metade ocidental deste Portugal central, a norte do Tejo, correspondente à região entre os termos de Sintra e de Coimbra, era também muito pouco povoada no período muçulmano, devendo a sua ocupação ter sido sobretudo militar, já que defendia um dos possíveis eixos de abordagem cristã à cidade de Lisboa⁵²³. Até à década de 1140, grande parte desse território, entre Coimbra e Santarém, conformava uma terra fértil, mas quase inexplorada, que se estendia pela planície de Pombal⁵²⁴.

Em meados do século XII, em Coimbra, era notória uma prática que derivava da administração muçulmana: a plantação de oliveiras juntamente com a vinha⁵²⁵. Na Ladeia (c. Penela, Condeixa-a-Nova e Ansião) predominava o olival, a julgar pelos topónimos que a ele se referem, como *azambugial*⁵²⁶. Mas até ao início do século XIII, boa parte da Estremadura estava ainda ocupada por matas e bosques, que começaram a ser arroteadas devido à necessidade de terras para cultivo⁵²⁷. A ocupação humana e exploração agrícola

monarquias cristãs. Com a conquista de Toledo, em 1085, inicia-se a transumância entre ambos os lados do Maciço Central (RODRÍGUEZ-PICAVEA, 1998, p. 115). Para o final do século XIII, temos informações de que o gado criado pela Ordem de Calatrava era de grande porte, constituído essencialmente por bovinos e equinos. Estes freires competiam pelo espaço de pastagens com outras ordens militares, como foi o caso da do Hospital e também com os poderes concelhios (RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2010, pp. 328-331). Para uma síntese sobre a criação de gado e transumância na Idade Média, veja-se (ARAÚJO, 1998, pp. 229-240).

⁵²² Comparada com qualquer outra atividade, a pastorícia é, de longe, o principal instrumento de domesticação da paisagem. A agricultura, o aproveitamento das lenhas e a construção naval tiveram um efeito direto pouco relevante no coberto florestal primitivo (RAMIL-REGO *et al.*, 1996 e AGUIAR, *et al.*, 2009, p. 305). Estamos também ainda longe da intensificação da procura de madeira que se fará sentir a partir do século XIV. Ver DEVY-VARETA, 1986b, pp. 5-37.

⁵²³ BARBOSA, 1992, p. 55.

⁵²⁴ Vita S. Martini Sauriensis, PMH-S-I, p.60a.

⁵²⁵ “*et unum almude e oleo de ipsis olivariis que intus vinee sunt*”, num testamento ao Mosteiro de Santa Cruz (LS, doc 31, p. 154, de 1146, março).

⁵²⁶ LS, doc. 9, p. 122, de 1141, fevereiro.

⁵²⁷ BARBOSA, 1992, p. 31. Pelo menos a faixa costeira entre Alcobaça e Sintra, no dizer de Osberno (CLM, Cap. 4, p. 75). Uma parte significativa dos forais daquela região foi outorgada a partir da década de 1170, como são os casos da Lourinhã, 1169-1218 (PMH-LC-I, p.449); da Atouguia, 1186-1195 (PMH-LC-I, p. 451); de Pontével, 1194 (PMH-LC-I, pp.490-492), de Povos (c. V.F. Xira), 1195 (PMH-LC-I, p. 492). Também o aforamento aos moradores de Aveiras, 1207 (DS, doc. 168, p.257) e os forais de Alcobaça, 1210 (PMH-LC-I, p.548), de Alenquer, 1212 (PMH-LC-I, p. 560) e de Vila Franca de Xira, 1212 (PMH-LC-I, p. 564) atestam o esforço de ordenamento daquele espaço.

deste espaço, depois da ocupação cristã, ocorreram de forma bastante rápida, devendo ter alterado significativamente a paisagem em poucas décadas. Referências como a do paul da Ota e da charneca de São Julião (c. Loures)⁵²⁸, de 1258, revelam que a faixa norte do Tejo, de Lisboa até à Valada estava já amplamente desmatada na segunda metade do século XIII.

No entanto, em todo este território, a área que desde a ocupação muçulmana mais vivamente contrastava com as outras regiões estremenhas, era a faixa que acompanhava o baixo curso do Tejo. Sintra e Santarém são apresentadas, pelos geógrafos e cronistas muçulmanos, rodeadas de hortos e pomares, salientando-se a abundância de macieiras e pereiras na primeira. A região de Santarém é especialmente elogiada, comparando-se o Tejo ao Nilo, e dizendo-se que na planície de aluvião se podia semear cereal depois do tempo normal, que a colheita obtida era “abundante e sem atrasos na maturação”⁵²⁹. Ainda que devamos colocar algumas reservas à consideração literal destes dados, não deixa de ser significativo que as fontes salientem estas características da paisagem.

A região de Alpiarça, com interesse para a travessia do Tejo na cronologia que estudamos, uma vez que nesse tramo do rio se concentram várias possibilidades de travessia a vau, revelou uma percentagem de pólenes não arbóreos na ordem dos 80%, o que sugere um terreno aberto, em que a floresta não era dominante⁵³⁰. No Vale de Muge, que também se encontra associado a outra travessia do mesmo rio, o pólen arbóreo dos séculos XII e XIII era essencialmente de oliveira. Estávamos, portanto, perante um território completamente desflorestado, onde predominavam o olival e o cereal⁵³¹, e que coincidia com a glosada e fértil província (*kura*) muçulmana da Balata⁵³².

As margens do Tejo, especialmente no seu curso baixo, deviam configurar terrenos alagadiços, pauis e charcas, já que no reinado de D. Dinis temos referência a trabalhos de arroteia em Ulmar (entre Leiria e o Oceano, sobretudo na bacia superior do Lis), Salvaterra de Magos, Muge e Valada⁵³³. Para sul, na margem esquerda do rio, a

⁵²⁸ São Julião do Tojal (PMH-LC-I, 683).

⁵²⁹ AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, pp. 233-235.

⁵³⁰ CARRIÓN, *et al.*, 2012, pp. 708-709. Ver também DEVY-VARETA, 1993, p. 77.

⁵³¹ CARRIÓN, *et al.*, 2012, pp. 759-760.

⁵³² A província de Balata, de onde derivou o topónimo “Valada”, era conhecida no mundo muçulmano por configurar um terreno de extraordinária fertilidade, onde o trigo demorava “somente quarenta dias a medrar” (AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, p. 99).

⁵³³ A.H. MARQUES, 1978. Pedro Gomes Barbosa também se refere às zonas de Ulmar de Verride, mais a norte, e Ulmar de Leiria sem, no entanto, lograr assegurar uma delimitação segura destes espaços (1992, p. 15). Configuravam terrenos pantanosos, alagadiços, explicitamente mencionados ainda em 1313, no

agricultura encontrava-se bem desenvolvida e organizada à maneira islâmica, mantendo-se desse modo mesmo depois do avanço cristão⁵³⁴. A ocupação muçulmana tinha ali anteriormente conduzido à criação de montados e à extensão das brenhas, bem como à introdução de culturas e ao aumento da extração de madeiras em pinhais e sobreirais, sobretudo no litoral alentejano e Algarve, destinados à construção naval⁵³⁵.

Idrisi apresenta-nos, na primeira metade do século XII, Alcácer (atual Alcácer do Sal) rodeada de florestas de pinho⁵³⁶, o que é compatível com o registo polínico da região para aquela cronologia⁵³⁷. Mas a urbe também era conhecida pelos laticínios, o que sugere abundância de gado e necessidade de áreas de pasto⁵³⁸. Podemos, portanto, esperar aqui uma paisagem essencialmente aberta, em que os bosques ocorriam a espaços e estavam bem circunscritos, tal como no Entre-Douro-e-Minho. Em 1217, na batalha da Ribeira de Sítimos, a cavalaria das ordens militares, encabeçada por Pedro Alvites, pode bem ter aproveitado uma dessas áreas florestais, para se ocultar antes da carga que destroçou as fileiras muçulmanas⁵³⁹.

As manchas de cultivo estavam, naturalmente, sempre associadas à presença humana e, tendencialmente, quanto mais importantes fossem os núcleos populacionais, maior a área agricultada. Uma vez que o espaço correspondente ao Alentejo tinha um povoamento concentrado, em torno de povoados como Beja, Elvas, Évora ou mesmo Coruche, é de admitir que boa parte da planície alentejana estivesse ainda coberta de floresta, provavelmente compatível com o conceito de VNP, de *quercus* de folha perene⁵⁴⁰. Por isso, ao contrário do Alentejo desflorestado ou de montado que conhecemos hoje, no século XII seria difícil, nestas regiões, encontrar pastos suficientes para alimentar cavalos e gado capturado. A condução de rebanhos saqueados seria praticamente impossível⁵⁴¹ o que nos leva também a pensar que, para o defensor

aforamento do reguengo de Ulmar aos moradores de Monte Real (*Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fol. 79).

⁵³⁴ A.H. MARQUES, 1978, p. 63.

⁵³⁵ DEVY-VARETA, 1993, p. 84 e AGUIAR e PINTO, 2007, p. 42.

⁵³⁶ AL-IDRISI, p. 264.

⁵³⁷ O registo polínico ao largo de Sines (que nos dá dados da região entre a península de Setúbal e o sul do Alentejo) apresenta-nos uma vegetação costeira de pinhais e medronhais, intercalada com vegetação arbustiva e carriços. A presença de fetos, plantas que necessitam de sombra, sugere a existência de um coberto florestal capaz de a produzir. Para além destas espécies, o carvalho-negral e o roble tinham também presença (CARRIÓN, *et al.*, 2012, p. 727).

⁵³⁸ Onde o gado pasta não é possível haver floresta (AGUIAR e AZEVEDO, 2011, p. 105).

⁵³⁹ M.G. MARTINS, 2011, p. 140.

⁵⁴⁰ Bernard Reilly aponta o sul da Península, em geral, como abundante em floresta, já que dali provinha madeira para o Norte de África, onde esta começava a escassear (REILLY, 1996, p. 26).

⁵⁴¹ AGUIAR e AZEVEDO, 2011, p. 105.

muçulmano, se existia alguma incerteza quanto ao sentido de proveniência de um ataque, poucas dúvidas haveria quanto aos itinerários de retirada das milícias cristãs, especialmente se conduzissem já o produto de saque, que seriam aqueles com mais clareiras e mais favoráveis ao trânsito de rebanhos.

Estabelecer, para o século XII e primeira metade do XIII, quais as grandes áreas do sul de Portugal que ainda se encontravam em estado primitivo quanto ao coberto vegetal e as que já haviam sofrido alterações substanciais não é fácil⁵⁴². Mas o enquadramento do território recém-conquistado, que nos chegou através de alguma documentação, fornece algumas informações. A delimitação do termo de Abrantes, em 1173, aquando da sua doação à Ordem de Santiago, referencia bastantes acidentes naturais, mas somente dois assentamentos humanos, Ponte de Sor e Marvão⁵⁴³, dando-nos a clara ideia de um território essencialmente deserto. Por seu lado, a carta patente que D. Sancho I dirigiu, em 1199, aos pretores e alvazis de Santarém, Lisboa e Alenquer para irem a Montalvo de Sor, a norte de Montargil (c. Ponte de Sor), escolher e demarcar terras para serem doadas aos colonos francos recém-chegados, sugere um espaço ainda não organizado do ponto de vista agrícola e da ocupação humana⁵⁴⁴.

Podemos imaginar uma planície alentejana pontuada por *diya*⁵⁴⁵, bem distanciadas entre si, com os correspondentes hortos, pomares e searas em seu redor. Ainda mais distanciados entre si, os centros urbanos, como *Yābura*, *Bāja* ou *Mārtula*. Entre os aglomerados populacionais, encontravam-se extensos espaços onde alternavam pastos – junto às linhas de água torrenciais (barrancos) – com floresta, maioritariamente de sobreiro, azinheira e carrasco, mas também de carvalho. A carta de composição, celebrada em 1255 entre a Ordem de Santiago e o convento e moradores de Mértola, Aljustrel e Torrão sugere, precisamente, uma paisagem que, menos de duas décadas depois da conquista cristã, mantinha ainda estas características⁵⁴⁶.

⁵⁴² Há referências à existência de matagais no Alentejo ainda no século XIX (A.H. MARQUES, 1978, p. 78). Como aponta Nicole Devy-Vareta, temos de considerar também porções assinaláveis de território em que a floresta primitiva fora degradada pela mão do homem (DEVY-VARETA, 1986b, p. 6).

⁵⁴³ DR, doc. 317, p. 417, de 1173.

⁵⁴⁴ DS, doc. 116, pp. 180-181, de 1199, maio, 28.

⁵⁴⁵ Unidades de exploração pertencentes a grandes e médios senhores muçulmanos. Pode fazer-se-lhe um paralelismo com a *villa* cristã do norte. O termo *diya* evoluiu para o português “aldeia”. Outra designação para esta realidade muçulmana é *al-qarya*, que derivou no português “alcaria” (A.H. MARQUES, 2010b, p. 115).

⁵⁴⁶ HFAC, doc 3, pp. 25-26, de 1255, abril, 1.

A ocupação islâmica das regiões rurais do Baixo Alentejo pode ter seguido um modelo que já era adotado desde a Idade do Ferro: pequenos núcleos habitados, muralhados, no topo de elevações (cerros ou povoados de cume), aos quais se encontravam associados alguns terrenos agrícolas direcionados para a autossustentação (hortas e campos de pão) e pastagens para o gado, que era recolhido em cercados construídos em cotas mais baixas. O modelo era complementado por áreas de mato e de floresta⁵⁴⁷.

Um Alentejo arborizado pode justificar a liberdade de movimentos de Geraldo e das suas mesnadas. Os sistemas defensivos muçulmanos dispunham de uma boa malha de torres e atalaias, pelo que os assaltos de surpresa tinham de estar associados a aproximações discretas, por itinerários a coberto das vistas. O *modus operandi* do “Sem Pavor” é descrito por Ibn Sahib al-Sala como ocorrendo durante a noite e com mau tempo, mas nem todo o movimento seria efetuado nessas condições. As distâncias percorridas por Geraldo e a alternância geográfica dos seus objetivos sugerem que se deslocava com facilidade e impunemente nas proximidades de grandes praças muçulmanas sem ser detetado ou, pelo menos, sem ser incomodado⁵⁴⁸. A apoiar a ideia de um Alentejo mais florestado, está o recurso a emboscadas. Em 1169, estando a acossar Badajoz a partir do castelo de Juromenha⁵⁴⁹, o mesmo Geraldo atraiu parte da guarnição da cidade em sua perseguição, para ser desbaratada por parte dos seus homens, emboscados na vegetação⁵⁵⁰.

Mais a sul, o Algarve tem solos predominantemente pedregosos com afloramentos de calcário que potenciam a formação de matos densos de garrigue, no já referido barrocal. Nesta faixa de pouca fertilidade, ocorreriam alfarrobeiras e oliveiras de modo espontâneo, mais a Oriente do que a Ocidente, às quais se juntariam figueiras e amendoeiras de plantação e ainda algumas culturas arvenses, como a aveia, o trigo, ervilhas, favas e grão-de-bico. Quem viesse de norte, antes de alcançar o barrocal, teria de cruzar serra algarvia que, na sua extensão e relativa esterilidade, constituía o maior

⁵⁴⁷ MACIAS, 2005, pp. 129-131.

⁵⁴⁸ Armando de Sousa Pereira chama a atenção para a “lógica aparentemente caótica” da sucessão geográfica das conquistas de Geraldo. Refere que esta linha desordenada era imposta pela “tática de surpresa” (A.S. PEREIRA, 2008, p. 51).

⁵⁴⁹ IBN SAHIB AL-SALA, p. 138.

⁵⁵⁰ A.S. PEREIRA, 2008, p. 61.

obstáculo defensivo na região, de tal modo que a própria *Crónica da Conquista do Algarve* o assinala⁵⁵¹.

A Ocidente, na zona de Monchique abundariam castanheiros, fetos, urzes, giestas e, subindo para a zona do xisto, sobreiros e medronheiros. Com efeito, a região beneficia de um clima bastante húmido que permite a ocorrência de uma vegetação natural que também inclui o castanheiro, ao qual a atividade humana adicionou os citrinos, as macieiras e as oliveiras. A maturação dos frutos ocorre, em média quinze dias a um mês depois da faixa oriental algarvia⁵⁵². Acresce que Monchique era também já assinalada, nos relatos de Al-Himyari, pela abundância de pastos⁵⁵³. Pensando em termos de operações militares e atuação de grupos de cavaleiros, estes dados são indiciadores de que a metade ocidental algarvia deveria proporcionar mais meios de subsistência a uma força militar, e durante mais tempo, do que a metade oriental.

Ultrapassados a serra e o barrocal, o reino do Algarve distinguia-se pela forte domesticação do território e pelas prósperas urbes que ali se desenvolveram no período muçulmano. Al-Himyari e Idrisi apresentam os arredores de Silves como produtores de madeira para exportação. Em relação a Faro, mencionam a abundância de uvas e de figos e referem que nas ilhas à sua frente havia proliferação de pinheiros⁵⁵⁴. O domínio islâmico foi também responsável pela introdução de culturas como o trigo-rijo, a laranjeira-amarga e o arroz⁵⁵⁵. As técnicas de irrigação muçulmanas nas urbes da costa – Silves, Loulé, Faro, Tavira – propiciariam alguma produção agrícola, mas a região era essencialmente pouco fértil⁵⁵⁶.

Mas nem por isso as condições naturais de defesa estavam aqui debilitadas, já que, nos locais onde o terreno é calcário desenvolve-se o garrigue. Este tipo de vegetação é absolutamente impenetrável para homens e cavalos, pelo que os deslocamentos estavam confinados a itinerários previamente rasgados. Várias fortificações muçulmanas algarvias estavam implantadas nesta faixa, sendo possível identificar esta combinação de relevo

⁵⁵¹ “Ganhou mais este mestre [Paio Peres Correia] aos Mouros Auzultrel, que é no Campo de Ourique, e estando neste lugar houve conselho com os seus cavaleiros de que maneira podiam ir ao reino do Algarve, mas todos em um acordo, por recearem a grande passagem da serra, lho estrovavam” (CCA, Cap. IV, p. 98).

⁵⁵² CAVACO, 1976, p. 18 e 21.

⁵⁵³ AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, p. 219 e AL-IDRISI, p. 263.

⁵⁵⁴ AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, pp. 219 e 238 e AL-IDRISI, p. 263.

⁵⁵⁵ AGUIAR e PINTO, 2007, pp. 41-42.

⁵⁵⁶ A.H. MARQUES, 1978, p. 80.

com vegetação, altamente favoráveis à defesa, nos castelos de Paderne (c. Albufeira)⁵⁵⁷ e de Salir (c. Loulé)⁵⁵⁸. A aproximação ao castelo de Paderne, ainda hoje, só é possível com facilidade no sentido Leste-Oeste, ao longo da crista. Os restantes quadrantes apresentam vertentes do esporão em que a construção está implantada e, nos locais onde não existe montado, existe garrigue. Salir também deveria aproveitar este tipo de complementaridade.

A paisagem algarvia decerto condicionou os santiaguistas a pensarem as operações militares de um modo diferente da guerra levada a cabo nas planuras alentejanas e na Extremadura leonesa. A orografia acentuada da região não era compatível com operações militares conduzidas a partir da vertente norte da serra algarvia, pelo que era fundamental a posse de pequenas fortalezas, na vertente sul, de onde pudessem guerrear e saquear as comunidades rurais muçulmanas das imediações. Ao contrário do que ocorria na região entre o Tejo e o Guadiana, onde as ribeiras são pequenas e facilmente vadeáveis, o trânsito no sentido leste-oeste no Algarve obrigava à travessia de cursos de água largos, que só era possível em locais específicos. A juntar a estes fatores, nos locais de garrigue, o trânsito só era possível através de itinerários.

2.3. O movimento de forças

É possível a identificação dos principais condicionadores dos deslocamentos de homens, animais e carros na cronologia em análise, embora reconheçamos ser mais difícil a hierarquização desses fatores. O coberto vegetal, a configuração orográfica, o caudal, largura e regime dos rios, os itinerários e a própria organização do espaço derivada de intervenção humana, certamente que desempenhavam, cada um por si e todos em conjunto, o seu papel em relação à traficabilidade. Mais do que um fator em particular, o efeito condicionador far-se-ia sentir outrora – como hoje – na conjugação de diferentes fatores. Assim, a orografia não deixaria de condicionar a orientação dos eixos viários, bem como o caudal, velocidade e largura de um rio determinariam as possibilidades de o

⁵⁵⁷ A fortaleza foi edificada num local que a Crónica de 1419 classifica de “*forte mui bõ e grande comarca por de redor*” (CP1419, Cap. 86, p. 154). De resto, a principal via de penetração no Algarve vem desembocar no local em que foi implantado o castelo. Ver L.F. OLIVEIRA, 2006b, p. 33 e MAGALHÃES, 2012, p. 13.

⁵⁵⁸ O castelo de Salir encontrava-se edificado na transição da serra para o barrocal, apresentando o terreno caraterísticas defensivas particularmente favoráveis (H. CATARINO, 1998, p. 453). Helena Catarino também assinala a densidade da vegetação como obstáculo, ainda na atualidade, em redor de várias fortificações, como são os casos do castelinho das Correntezas, Azinhal, concelho de Castro Marim (H. CATARINO, 1998, pp. 226-227) ou o recinto muralhado do Cerro dos Mouros do Cachopo, no concelho de Tavira (H. CATARINO, 1998, pp. 256-257).

atravessar. O presente subcapítulo tentará uma descrição do território nos séculos XII e XIII, atenta a estes fatores, abordando-os de uma forma necessariamente sequencial, mas tendo presente que todos se interrelacionam.

Os movimentos militares necessitam de itinerários. Naturalmente que efetivos reduzidos, compostos por cavaleiros e peões, podem utilizar simples trilhos. Mas a circulação por sendas dessa natureza, além de ser impeditiva ao trânsito de um trem de apoio com carros (mais tarde será comum falar-se de “carriagem”)⁵⁵⁹, dificilmente permitiria que dois cavaleiros ou mesmo peões se deslocassem a par. As hostes estender-se-iam em comprimento, dificultando a ligação, o comando e o controlo e a capacidade de resposta face a um ataque e, por isso, o deslocamento seria lento. Bons itinerários são, na maioria das ocasiões, preferíveis a quaisquer outras opções, pelo que interessa perceber as possibilidades que o território oferecia nos séculos XII e XIII.

A relação dos itinerários com a guerra foi bem detetada e assinalada por Luís Krus, a partir dos livros de linhagens. Constatou que a maioria das batalhas a que aludiam aqueles textos se associavam a localidades situadas em importantes nós viários e chamou a atenção para que as imediações dos mais poderosos mosteiros (servidos, precisamente, pelos itinerários principais) constituíam cenários adequados para confrontos, já que a sua prosperidade proporcionava fácil abastecimento às tropas⁵⁶⁰.

É certo que algumas vias romanas continuaram em uso durante a Idade Média, mas não é ajustado assumir que a circulação medieval seguia as mesmas lógicas da Antiguidade⁵⁶¹. Bem pelo contrário, as práticas rurais medievais e as formas de organização social tornaram muitas das antigas vias desadequadas às novas realidades populacionais e de necessidades de contacto. À via romana, que ligava grandes centros

⁵⁵⁹ Sobre a velocidade de deslocamento de uma força com trem de apoio, veja-se MONTEIRO, 1998, p. 231. Para o conceito de trem de apoio ver MONTEIRO, 1998, pp. 252-255. Na cronologia que estudamos eram muito comuns as ações militares rápidas e com efetivos reduzidos, que dispensariam um trem, ganhando em velocidade e flexibilidade. Sobre estas opções consulte-se GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 131-132. Além disso, as evidências de que dispomos apontam, nos séculos XII e XIII, para o recurso ao dorso de equídeos para o transporte de mantimentos e não a carros. Retomaremos este assunto mais adiante.

⁵⁶⁰ KRUS, 1994, pp. 96-97.

⁵⁶¹ Para uma visão geral da rede viária romana e medieval no território português, vejam-se ALARCÃO, 1988, pp. 87-106 e MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 240 e, principalmente, MANTAS, 2012. Sobre a transição da rede viária romana para a medieval, veja-se CORTESÃO, 1984, pp. 45-47. Bernard Reilly salienta, por exemplo, a perda de importância da velha “Via da Prata” que unia Mérida a Zamora e a emergência de outras, como a que, da Galiza, terminava em Lisboa (REILLY, 1996, p. 27). Para as vias romanas do Entre-Douro-e-Minho, veja-se ALMEIDA, 1968 e também FAURE, 2017, pp. 303-357; para o nordeste transmontano, LEMOS, 1995, pp. 115-152.

urbanos da Antiguidade, opunha-se, agora, o trilho medieval, que acompanhava as curvas de nível do relevo e o caminho vicinal⁵⁶².

De qualquer modo, parece-nos de todo errado desprezar a implantação viária romana, por duas razões principais: o seu traçado seguia uma lógica de conformação com as possibilidades do território que, em muitas situações, não se alterou e, na Idade Média, continuaram em utilização muitos elementos daquela rede, bastando, para o demonstrar, atentar nas pontes. Em relação à primeira razão, Cortesão chamava a atenção para a estrada que unia o Algarve à Galiza, acompanhando de um modo geral a linha de costa e materializando uma espécie de coluna vertebral do território⁵⁶³. Existia, portanto uma estrada medieval que coincidia, ou melhor, era praticamente a mesma, que os romanos utilizavam para unir Lacóbriga a Bracara⁵⁶⁴. O tramo dessa via, que ligava Olisipo a Bracara é descrito no itinerário de Antonino⁵⁶⁵.

A Idade Média contava com vias que, não sendo de origem romana, tinham a função de permitir a passagem de carros de transporte. Na forma românica, os termos “carraria” e “carreira” designam um caminho por onde passam carros. Este significado ter-se-á, entretanto, desvanecido, mas o termo, atribuído à estrutura física e não à atividade de “carreira”, continuaria a designar uma via calcetada, pelo menos nos locais mais críticos. Fazer “carreira” ao rei ou ao rico-homem poderia ter significado, nalguma altura mais remota, colocar um carro ao serviço daquelas entidades⁵⁶⁶. Carlos Alberto Ferreira de Almeida demonstrou a proliferação e utilidade destas vias, bem como a necessidade da sua manutenção permanente⁵⁶⁷. Esta particularidade suscita a ideia de que

⁵⁶² BARROS e BARROS, 2001, p. 182. Sobre vias e itinerários medievais, destacam-se três trabalhos, que conjugaram informação proveniente de documentação com dados arqueológicos: debruçando-se sobre o Entre-Douro-e-Minho, ALMEIDA, 1968; sobre a estrada da Beira, H. MONTEIRO, 2012; e sobre as vias no termo de Tomar, ROMÃO, 2012.

⁵⁶³ CORTESÃO, 1984, pp. 46-47. Lomax chama também a atenção para esta via, como estruturante de todo o ocidente peninsular (1984, p. 126), embora a importância da via seja mais evidente entre *Olisipo* e *Bracara* (MANTAS, 2012, pp. 188-202).

⁵⁶⁴ Veja-se o mapa apresentado em MATTOSO, 1995, vol. 2, p. 240.

⁵⁶⁵ ALARCÃO, 1988, p. 88. Elaborado perto do século III, com recurso a fontes anteriores, enumera um conjunto de *mansiones*, *mutationes* e distâncias miliárias das principais vias. Sabemos, hoje, que mesmo tendo sofrido acrescentos, não está completo e não menciona muitas vias. Cf. ALMEIDA, 1968, p. 39 e ALARCÃO, 1987, p. 67.

⁵⁶⁶ Cf. ALMEIDA, 1968, p. 47. Nas Inquirições multiplicam-se as referências à obrigação de “fazer carreira”. Ver, por exemplo, os homens da paróquia de Santiago de Rodalio, que tinham obrigação de fazer carreira ao rei ou ao rico-homem três vezes por ano, desde que fossem e regressassem no mesmo dia a suas casas (PMH-I, p. 389b). Nelas não se faz referência a carros, mas somente a animais “*et dixit quod homines qui habuerint bestias debent facere carrariam usque ad Colimbriam una vice in anno (...)*”, dito dos paroquianos de Rualde (PMH-I, p. 462b).

⁵⁶⁷ O autor refere que estes caminhos foram amplamente utilizados e que a toponímia associada (“carraria”, “carreira”, “carral”, “carrecale” e “carril”), no norte do país, indica, quase em exclusivo, a presença destas

certas anúduvas, não deixando de ser serviços militares, poderiam incluir o arranjo e apropriação dos caminhos⁵⁶⁸.

Complementando a rede de itinerários principais, é de esperar, nas áreas povoadas, uma malha de caminhos, quer de serviço local, quer de almocrevaria. Os primeiros multiplicavam-se em redor dos núcleos populacionais, no lado cristão dividindo-se entre caminhos públicos e defesos, normalmente por parte dos concelhos⁵⁶⁹. Os de almocrevaria, atividade central do comércio terrestre a longas distâncias, não necessitavam de ser muito melhores do que simples sendas ou trilhos, já que os animais utilizados – mulas, burros – eram menos exigentes na alimentação e mais resistentes às viagens do que os cavalos⁵⁷⁰.

Um olhar sobre o mapa da rede viária medieval⁵⁷¹, revela-nos, de imediato, uma malha itinerária mais cerrada no Entre Douro-e-Minho. Nesta região, em que os principais rios fluem de leste para oeste, os eixos de circulação de direção norte-sul estão particularmente dependentes das travessias dos rios. O Minho tinha de ser atravessado a vau ou de barco⁵⁷². Seguindo para sul, a travessia do Lima fazia-se na ponte do burgo com o mesmo nome⁵⁷³. Em direção a Braga, atravessava-se o Cávado na ponte do Prado e, continuando, cruzava-se depois o Ave na ponte de Lousado. Havia uma ponte romana em São Martinho do Campo – Santo Tirso, sobre o Vizela e, a chegar ao Porto, a ponte da Azenha, sobre o Leça⁵⁷⁴.

A concentração viária da região era de tal ordem que existia um bom conjunto de alternativas à rota descrita, igualmente no sentido norte-sul. A entrada no Minho, para quem provinha da Galiza, podia ser também efetuada no sentido este-oeste, seguindo o curso dos rios principais e apoiada em itinerários que os acompanhavam, como era o caso

vias (ALMEIDA, 1968, p. 102). Na documentação, algumas destas vias principais são designadas como *estradas velhas* ou *estradas mouriscas* (MATTOSO, *et al.*, 1989, p. 102).

⁵⁶⁸ Não encontramos nenhuma menção expressa que o comprove. Mas a quem caberia manter as vias de acesso a um castelo em condições de utilização? Interessa entrar em linha de conta que, na iminência de um cerco, a fortaleza tinha de ser abastecida em quantidade rapidamente.

⁵⁶⁹ ALMEIDA, 1968, p. 114. Esta distinção seria pouco relevante para uma hoste em trânsito, já que não seria sujeita a portagens ou quaisquer limitações legais.

⁵⁷⁰ ALMEIDA, 1968, p. 110.

⁵⁷¹ Veja-se o Mapa 2, rede viária medieval, em anexo.

⁵⁷² As travessias deste rio serão abordadas mais adiante.

⁵⁷³ Sobre a importância de Ponte de Lima como local de travessia do rio do mesmo nome, vejam-se, entre outros, A. ANDRADE, 1990.

⁵⁷⁴ ALMEIDA, 1968, p. 42.

da antiga Geira romana, que permitia unir Braga à Portela do Homem e, também, a via que unia Braga a Astorga por Chaves⁵⁷⁵.

Já a região transmontana beneficiava de uma rede de itinerários menos densa do que a minhota e mais assente na herança romana, embora igualmente complementada por uma complexa rede de caminhos medievais⁵⁷⁶. Pelo menos parte do itinerário que se dirigia a Astorga terá sido utilizada na ocupação leonesa de Chaves, a partir de 1218, e também servido de canal de estruturação da ocupação desse território, até 1231.

Retomando o eixo viário “costeiro”, que foi fulcral para o desenvolvimento do território do reino, interessa notar que não tinha um percurso propriamente junto à costa; antes seguia mais ou menos paralelo a esta, mas deslocado para o interior, com ramificações frequentes até ao mar⁵⁷⁷. Na Idade Média este traçado teria ainda mais significado do que nos tempos atuais, já que a costa era bem mais recortada⁵⁷⁸. Vinda de Norte, depois de cruzado o Douro, a estrada continuava para Coimbra, surgindo na documentação como estrutura central, ponto de referência incontornável, e que deveria ser um “caminho largo, bem traçado e talvez pavimentado”⁵⁷⁹.

Havia alguns eixos paralelos, mais para o interior, como a via que ia de Castelo de Paiva, por Arouca e Lafões até Viseu, acompanhando inicialmente os rios Paiva e Paivô e atravessando, para sul, uma portela entre as serras da Arada e da Freita; e também a que, do Porto Antigo de Cinfães, acompanhava o rio Bestança e cruzava a serra nas Portas de Montemuro, atingindo Castro Daire e o rio Paiva⁵⁸⁰.

Entre o Douro e o Tejo, as montanhas beirãs do interior contribuem para compartimentar os principais eixos de deslocamento, condicionando-os aos vales encaixados dos rios. É o caso da “Estrada da Beira”, que acompanha, *grossu modu* o curso do Mondego, estudada, entre outros, por Helena Monteiro⁵⁸¹ e Carlos Guilherme Riley⁵⁸². Pelo menos parte das forças que participaram na “hoste de Pinhel”, em 1199, percorreu

⁵⁷⁵ MATTOSO, 1995, pp. 91-92.

⁵⁷⁶ LEMOS, 1995, p. 134.

⁵⁷⁷ ALMEIDA, 1968, p. 37.

⁵⁷⁸ Jaime Cortesão chamara já a atenção para as primeiras cartas medievais conhecidas, que apresentavam uma costa bem recortada (1984, pp. 60-61).

⁵⁷⁹ ALMEIDA, 1968, p. 47.

⁵⁸⁰ Ver BARROS e BARROS, 2001; VIEIRA, 2004 e LIMA, 2010, pp. 183-198.

⁵⁸¹ H. MONTEIRO, 2012.

⁵⁸² RILEY, 1996, pp. 145-159.

este itinerário, a julgar pelos testemunhos que nos chegaram de paróquias que o bordejam, patentes nas Inquirições de 1258⁵⁸³.

O traçado das vias medievais mostra um amplo espaço vazio correspondente à atual Beira Baixa e grande parte do Alto Alentejo. Entre a via que, pela Ladeia, unia Coimbra a Santarém, e a que, proveniente da Guarda, atravessava o Tejo no Ródão e seguia para Évora, não se assinalam itinerários medievais transversais. Mesmo que as vias romanas existentes a sul do Tejo continuassem a ser utilizadas, a imagem é de um território bastante esvaziado de população, que só conhecerá verdadeiro esforço de colonização com D. Afonso III e D. Dinis⁵⁸⁴.

À medida que nos aproximamos do vale do Tejo, há que considerar uma outra abordagem aos itinerários. Os poderes muçulmanos dedicaram especial atenção à construção e manutenção viária numa lógica mais próxima da romana do que da cristã medieval, ou seja, preocuparam-se em unir, o mais diretamente possível, os grandes centros entre si e, estes, com os portos de mar. Assim, Alcácer era o ponto de encontro de três grandes vias⁵⁸⁵; outros núcleos centrais da organização islâmica, como Santarém, Évora, Beja identificam-se também claramente como nós viários. Há que convir que todas eram urbes implantadas em regiões cuja orografia o favorecia, não condicionando em demasia as possibilidades dos traçados, o que fazia com que as vias principais correspondessem aos trajetos mais curtos entre cada um destes destinos. Pelo menos em parte, e no acesso aos grandes centros urbanos, os muçulmanos dispunham de caminhos lajeados⁵⁸⁶.

Os geógrafos islâmicos assinalaram as distâncias entre os principais nós viários, designando, na maior parte das vezes, somente o ponto de partida e o destino, deixando patente a ideia de que o itinerário seria perfeitamente reconhecido, no terreno⁵⁸⁷. Este

⁵⁸³ Há testemunhos de quatro colações nas imediações da Estrada da Beira, de sul para norte: Pinheiro de Ázere (PMH-I, p. 816b); Favregas (c. Tondela), PMH-I, p. 829b; Ferreira de Aves (PMH-I, p. 797a e b) e Carapito (c. Aguiar da Beira), PMH-I, p. 791b.

⁵⁸⁴ Sobre as vilas de fundação medieval no Alentejo, veja-se ABEL, 1995.

⁵⁸⁵ A que provinha de Norte, da Península de Setúbal, a que seguia para Leste, em direção a Emerita e a que se desenvolvia para Sul e depois infletia em direção a Sevilha (MANTAS, 2012, pp. 160 e 203).

⁵⁸⁶ Carlos Almeida assinalou que algumas “carreiras mouriscas” do sul do país deviam corresponder a estas vias lançadas pelos poderes muçulmanos (ALMEIDA, 1968, pp. 49 e 137). Mas nem todas as vias pavimentadas do espaço muçulmano se devem aos poderes islâmicos. Boisselier notou que as fontes cristãs atribuem, exageradamente, a origem das grandes vias ao Islão quando estas devem remontar a períodos anteriores, nomeadamente ao domínio romano (BOISSELIER, 1998, pp. 79, n.261).

⁵⁸⁷ Nalguns casos, como na descrição do itinerário de Coimbra a Santiago, apresentam os tramos de cada jornada. Cf. AL-IDRISI, pp. 353-356.

procedimento tinha interesse, não só do ponto de vista económico, mas também militar⁵⁸⁸. A descrição muçulmana dos itinerários, na parte correspondente ao Portugal atual, assinala Santarém como uma posição-chave, que se revela pela constante menção na descrição dos vários caminhos e que se deve, na nossa perspetiva, à sua situação estratégica: ponto de encontro de itinerários provenientes de quatro direções diferentes, às quais se adicionam as travessias do Tejo, a rota fluvial e a possibilidade de utilização dos caminhos locais, a norte e a sul do rio, servindo uma região destacada pela fertilidade dos solos⁵⁸⁹.

A sul do Tejo, as ligações entre as urbes muçulmanas estabeleciam os itinerários principais, com o centro de gravidade na metade oriental, em torno do triângulo Évora – Badajoz – Beja e prolongando-se ao longo do Guadiana, por Mértola em direção à foz⁵⁹⁰. A entrada das forças santiaguistas no Algarve fez-se, essencialmente, através de duas destas vias: a do Guadiana e a que, de Aljustrel, seguia por Ourique e continuava em direção ao castelo de Paderne⁵⁹¹. Uma terceira via, que cruzava a serra algarvia no sentido norte-sul a partir de Almodôvar, foi utilizada pelas hostes de D. Afonso III, em 1249, aquando da conquista de Faro⁵⁹². No que respeita à mobilidade no interior do próprio Algarve, apesar de haver indícios de vias romanas⁵⁹³, a organização muçulmana sobrepunha-se, escasseando os itinerários na serra, embora com a proximidade ao mar e a planura a ela associada, os caminhos se multiplicassem, destacando-se um itinerário, paralelo à costa, que ligava Lagos a Castro Marim⁵⁹⁴.

Se as elevações se constituíam como delimitadores de corredores de mobilidade, os rios mais largos ou caudalosos eram barreiras transponíveis apenas em pontos específicos e, em alguns casos, somente no estio. A norte do Tejo, no Inverno e na Primavera, o nível dos rios subia vários metros e se as chuvas intensas se prolongassem

⁵⁸⁸ F. SANTOS, 2011, pp. 24-25.

⁵⁸⁹ É relevante que Idrisi explicita que, de Lisboa a Santarém o percurso se podia fazer por via terrestre ou fluvial, à vontade do viajante (AL-IDRISI, p. 269).

⁵⁹⁰ Esta era já a configuração geral da rede viária romana (MAIA, 2006, p. 44). António Castro Henriques reproduz um mapa que pode ser considerado um esboço geral dos principais itinerários dessa região durante a primeira metade do século XII (2003, pp. 70, 79-79).

⁵⁹¹ Há que colocar algumas reservas à Crónica, mas se a primeira fortaleza que Paio Peres Correia atacou foi a de Estômbar, os santiaguistas, depois de progredirem pelo itinerário citado, não devem ter chegado a Paderne, optando por infletir para ocidente logo depois de atravessada a serra (CCA, p. 83).

⁵⁹² CP1419, Cap. 87, p. 156. Ver também M.G. MARTINS, 2011, pp. 181-182.

⁵⁹³ MAIA, 2006, pp. 39-45; BERNARDES, 2006, p. 19 e, também, sobre o Algarve Central, S. RODRIGUES, 2006, pp. 20-22.

⁵⁹⁴ L.F. OLIVEIRA, 2006b, p. 35.

por vários dias, os rios cresciam rapidamente e galgavam as margens⁵⁹⁵. Nessas alturas, seria mesmo impossível a travessia, a não ser que fossem usadas embarcações. Mesmo em condições normais, os vaus, as pontes e a disponibilidade de embarcações configuravam, de um modo muito semelhante às portelas, locais de passagem obrigatória sobre aqueles obstáculos lineares onde, frequentemente, se implantavam estruturas defensivas⁵⁹⁶. Os locais de passagem a vau eram, normalmente, igualmente adequados para a utilização de barcas e para a construção de pontes e, por essa razão, é frequente encontrar estes meios de transposição – bem como portos fluviais – co-localizados⁵⁹⁷.

Quando o ponto de travessia escolhido não correspondia a um local habitualmente utilizado para o efeito, gerava-se um efeito de surpresa, que podia compensar o risco acrescido para a força que atravessava. Foi o que, na versão da *Historia Compostellana*, sucedeu com as hostes de D. Urraca e de D. Teresa, quando em 1121, se encontraram frente a frente, com o rio Minho entre elas, nas imediações de Tui. A decisão dos leoneses foi de atravessar nas barcas disponíveis e a nado, vindo a ocupar uma ilha que se situava mais próxima do lado português, ação que terá sido o suficiente para precipitar a retirada dos partidários de D. Teresa⁵⁹⁸.

Teodoro de Matos lembra que a travessia a vau, apesar de precária, era a forma mais simples de cruzar os rios e que os itinerários medievais confirmam o recurso usual a este método⁵⁹⁹. No interior norte e centro do país, à exceção dos grandes rios que entram no território com caudais assinaláveis e em vales encaixados, a fisiografia da generalidade das correntes fluviais é essencialmente planáltica, por vezes com parte do seu trajeto fixada artificialmente, pela mão humana, desde a Idade Média⁶⁰⁰. São cursos de água que

⁵⁹⁵ RIBEIRO, 1945, p. 82. No entanto, em pouco tempo, o seu caudal pode reduzir substancialmente, em especial nos terrenos graníticos ou xistosos, bastante permeáveis, predominantes no Norte (ALMEIDA, 1978, p. 16).

⁵⁹⁶ Vejam-se casos como o do castelo de Ródão, que controlava um vau do Tejo (MATTOSO, *et al.*, 2010, p. 367 e 368), ou da torre de Santa Maria da Adémia de Toxe (c. Golegã), que controlava um outro vau, mais a jusante (CONDE, 1997, pp. 369, n.61). Adiante retomaremos este assunto.

⁵⁹⁷ GASPAR, 1970, p. 190. Sobre a prática romana de aproveitamento dos vaus para construção de pontes, veja-se ALMEIDA, 1968, pp. 23-24 e 123-124 e de portos fluviais A.H. MARQUES, 1978, p. 190.

⁵⁹⁸ HC, p. 361.

⁵⁹⁹ A.T. MATOS, 1980, p. 252.

⁶⁰⁰ Os rios portugueses foram vendo multiplicar-se a construção de moinhos de água, azenhas e açudes ao longo da Idade Média (H. MONTEIRO, 2012, p. 67). Mesmo nos grandes rios, era comum a abertura de canais para facilitar a atividade pesqueira, como no Tejo, junto a Abrantes (DR, doc. 331, p.432, de 1176, maio) ou no Douro, no concelho de Penajóia (CAIII-I, doc. 233, p. 260 de 1261, janeiro, 31).

até chegarem às planícies litorais obedecem a uma sucessão de rápidos, alternada com poços, normalmente num fluxo pouco caudaloso⁶⁰¹.

Aqui, mesmo aqueles ribeiros que se tornarão grandes rios mais para jusante, são facilmente vadeáveis durante todo o ano. Neles os vaus correspondem a locais onde essa travessia é mais cómoda, por vezes auxiliada por poldras ou até por blocos colocados no leito para atenuar a corrente e dividi-la em braços menos profundos. A este tipo de travessia corresponderá uma fatia significativa dos topónimos “vau” e “couce”, dos quais “Chão de Couce”, junto a Ansião e relacionado com o Nabão, ou com um ribeiro, seu afluente, é particularmente elucidativo⁶⁰². Também o topónimo “almegue”, do árabe *al meqta’a*, refere um ponto de travessia de um rio⁶⁰³. Por último, alguns portos referenciados em rios podem corresponder não a ancoradouros, mas a locais de travessia a vau⁶⁰⁴.

Rios como o Vouga, o Mondego ou o Dão eram, deste modo, atravessáveis em vários locais, tal como também os afluentes do Douro e Tejo. O Águeda, afluente do Douro na região de Ribacoa, que possui arribas consideradas intransponíveis, tinha pelo menos um vau já bem a jusante, junto a Santo André. O Coa atravessava-se entre Milheiro Velho e Luzelos⁶⁰⁵. O Zêzere podia ser transposto na zona de Dornelas⁶⁰⁶ e sê-lo-ia mais facilmente à medida que se subia para montante. O Erges, outro afluente da margem direita do Tejo é, ainda hoje, atravessado a vau em diversos locais⁶⁰⁷.

A sul do Tejo, mesmo nos rios mais importantes, o caudal estival permite a passagem a vau em inúmeros locais, chegando muitos afluentes a ficar completamente secos. Talvez por isso escasseiem na toponímia as referências a locais de travessia e os

⁶⁰¹ AGUIAR, *et al.*, 2009, p. 301. Os cursos altos de rios que desaguam no mar, como o Vouga e o Mondego, correspondem a esta descrição. O mesmo é válido para a maioria dos afluentes dos principais rios.

⁶⁰² A toponímia legou-nos vários vaus, que nalguns casos o assoreamento moderno e contemporâneo dos rios se encarregou de eliminar. Dos três topónimos “Chão de Couce” identificados, dois parecem relacionar-se com a travessia de pequenas linhas de água (a Quinta de Chão de Couce, deixada por Martim Gil aos frades de Santo Tirso em 1312 (F.C. CORREIA, 2008, p. 232); e outro no termo de Penela, presente numa doação de D. Afonso III a D. Constança Gil, em fevereiro de 1258 (CAIII-I, doc. 122). A Quinta de Chão de Couce junto ao Côa, cinco quilómetros a montante da foz, situa-se num planalto, duas centenas de metros acima do nível das águas, mas existem pelo menos dois caminhos que conduzem ao rio.

⁶⁰³ CONDE, 1997, p. 357.

⁶⁰⁴ (...) *Também chamaram Porto, não só o vau de um rio caudaloso, onde se passa em barca mas também o de qualquer ribeiro, onde se passa, ou a pé, ou em carro, ou em besta, ou em poldras, ou em ponte, sendo da razão do Porto o dar passagem ou entrada* (VITERBO, 1865, tomo II, p. 156).

⁶⁰⁵ COSME, 2002, p. 88 e 90.

⁶⁰⁶ M.G. VICENTE, 2013, p. 27.

⁶⁰⁷ MATTOSO, *et al.*, 2010, p. 369.

que surgem incidem, sobretudo, no Guadiana e também no Arade⁶⁰⁸. Esta configuração das bacias hídricas do Alentejo e Estremadura espanhola, não oferecendo problemas maiores de transitabilidade, gerava desafios de outra ordem, relacionada com a sustentação de homens e cavalos, como teremos ocasião de desenvolver no subcapítulo dedicado à sustentação logística.

Como é evidente, em todo o território, eram os rios mais caudalosos e largos que apresentavam maiores dificuldades. Destes, o Minho, o Douro e o Tejo foram referenciados por Idrisi como obstáculos de monta⁶⁰⁹. O primeiro confina com a Galiza e adiante abordaremos as suas travessias, bem documentadas nas Inquirições régias ducentistas. O segundo é usado muito frequentemente como linha de referência do cumprimento de obrigações militares para várias populações cristãs, quer a norte, quer a sul deste rio⁶¹⁰. Já o Tejo foi, na cronologia em análise, à vez, objetivo de operações militares e obstáculo onde se apoiaram linhas defensivas, essencialmente do lado cristão. A travessia a vau em qualquer destes rios, quando possível, ainda hoje pode ser bastante morosa, dependendo do caudal, da força da corrente e do grau de limpidez das águas⁶¹¹. Uma vez que os rios apresentam variações consideráveis destes fatores, mesmo conhecendo o local, se as condições não estiverem de feição, a dificuldade aumenta⁶¹².

Vegécio consignou um capítulo do livro III do seu *Epitoma Rei Militaris* à travessia de vaus. Os procedimentos que enunciou passavam pela inspeção prévia do vau e pela colocação de duas fileiras de cavaleiros devidamente montados, uma a montante e

⁶⁰⁸ RIBEIRO, 1945, p. 83.

⁶⁰⁹ O Minho, “grande, considerável e profundo, no qual as marés se fazem sentir até muito a montante” (AL-IDRISI, p. 354) ; o Douro, que “produz um ruído enorme, um grande débito, uma forte corrente e uma profundidade assinalável” (idem); O “Grande Tejo” ou “Rio de Toledo”, com mais de seis milhas de largura na foz e cujas marés se fazem sentir violentamente AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, p. 219 e AL-IDRISI, p. 267 e 273.

⁶¹⁰ Tanto para quem está a norte, como no caso de Penunxel, de 1254: “*et non eatis mecum nisi usque ad dorium...*” (PMH-LC-I, p. 645) quanto para quem habita a sul, como no caso de Castelo Bom: “*et uadant ad regem usque ad dorium et non plus*” (PMH-LC-I, p. 787).

⁶¹¹ A travessia de um vau era uma tarefa de tal modo crítica, mas ao mesmo tempo tão comum na Idade Média, que o redator da *Vida de S. Teotónio* a usa como metáfora: (...) *demorei-me muito, como em locais de vau* (...) (NASCIMENTO, 2013, p. 153). Por vezes tinha se ser efetuada homem a homem ou cavaleiro a cavaleiro, como nos indica a passagem do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro ocorrida no âmbito do assédio a Sevilha, em 1248, protagonizada, entre outros, por Paio Peres Correia, prior de Santiago e o infante Afonso de Leão, que encabeçavam um destacamento de socorro a um outro grupo de cavaleiros cristãos que caíram numa emboscada muçulmana. Mas entre ambos os grupos “estava um rio antre eles, que nom podiam passar senom ùu em ùu, e quando dos seus passarom aalem, os Mouros eram ja d’i partidos” (LLCDP, 21G9).

⁶¹² Sobre as oscilações de caudal dos rios portugueses veja-se (RIBEIRO, 1945, pp. 80-83). Sobre as variações sazonais dos principais rios, veja-se a tabela reproduzida em GASPAR, 1970, p. 156 e em A.T. MATOS, 1980, p. 255. Especificamente sobre o Vouga, Mondego e Lis, veja-se N. SILVA, 2014, pp. 9-11; 13-16; 31-32 e 39-40.

outra a jusante, de modo que os primeiros pudessem refrear o ímpeto da corrente e os segundos segurar qualquer elemento ou bagagem que seja arrastado⁶¹³. Não dispomos de dados para afirmar que algum destes procedimentos fosse utilizado na cronologia em apreço⁶¹⁴, mas podemos, por exemplo, inferir que, do tempo consumido, se o vau não fosse conhecido ou se as condições das águas não fossem favoráveis, seria necessário efetuar um aturado reconhecimento ao longo das margens do rio até encontrar um local apropriado para a travessia.

O rio Minho podia ser atravessado em alguns pontos, pelo menos durante parte do ano. Amélia Andrade assinala dois, um em Mazedo e outro junto a Cerveira, num local em que o rio conhecia um “estreitamento assinalável”. Mostra ainda a possibilidade da existência de um terceiro, junto a Contrasta, atual Valença⁶¹⁵. O rio ofereceria mais possibilidades em outros locais, dos quais temos, por exemplo, um eco em 1538. Nesse ano, no contexto da demarcação de fronteiras com Espanha, o inquiridor régio identificou três vaus em frente a Monção “que se passam a pé durante o verão com carros e animais conduzidos por peonagem”⁶¹⁶. Também no tramo entre Contrasta e Monção, mas a leste da Lapela, conhece-se a existência de um vau, usado em 1141 pela hoste de Afonso VII que, tendo saído de Zamora no dia 5 de maio, veio cercar o castelo de Pena da Rainha⁶¹⁷.

Assume primordial importância para o nosso estudo o que sabemos do vau de Carexe, no mesmo rio, já que o abade do Couto do Mosteiro de S. Fins de Friestas tinha a missão de, em caso de guerra contra Leão, ir com todo o seu couto *guardar cum armas o vao de Carexi*⁶¹⁸. Não se tratava de vigiar, mas sim defender a passagem e combater, se necessário, uma medida que cremos ser bastante eficaz. Não sabemos quantos homens podia mobilizar o couto, mas a defesa a cargo das populações devia surtir efeito mesmo contra hostes volumosas, já que essa superioridade do atacante ficava anulada durante a travessia. A defesa devia recorrer essencialmente a armas de projeção, como o arco e a besta, ou simplesmente a pedras, aproveitando a lentidão e a aglomeração de combatentes num espaço bastante confinado e instável, dentro de água.

⁶¹³ VEGÉCIO, p. 277.

⁶¹⁴ Até porque o contacto dos chefes militares ibéricos em geral e portugueses em particular com a obra de Vegécio parece ter sido mais tardio do que a cronologia que estudamos. Cf. MONTEIRO, 2009, pp. 133-147.

⁶¹⁵ A. ANDRADE, 1994, pp. 190 e 330-331. Ver também I. GONÇALVES, 2012b, p. 35. Este vau pode ser o que se assinala como nas imediações do mosteiro de Ganfei (M.G. MARTINS, 2005, p. 46).

⁶¹⁶ MORENO e FREITAS, 2003, p. 17.

⁶¹⁷ M.G. MARTINS, 2017a, p. 93.

⁶¹⁸ PMH-I, p. 368. Costa Veiga chama a atenção para esta obrigação militar (1936b, p. 29).

O Douro também era atravessável em vários locais, especialmente no atual “curso internacional” e junto a Barca de Alva, como no Monte do Castelo (1500 metros a montante da antiga estação ferroviária de Almendra); no Braço dos Leais (Quinta do Douro) e no vau de Barca de Alva⁶¹⁹. Mais para jusante não se conhece nenhuma travessia por este processo, mas é de admitir que, pelo menos a montante do cachão da Valeira, fosse possível vadear nos meses de estio, a julgar pela escassez de referências a barcas de passagem nesse tramo do rio e também pela muito provável redução do caudal entre abril e setembro⁶²⁰.

Dos três rios com especial significado militar que atravessam o território no sentido Leste-Oeste, o Tejo é aquele do qual se conhecem mais vaus, situando-se a maior concentração na vizinhança de Santarém, entre Valada e a Golegã: os portos de Muge, Patação, Coelhos, Mulheres, Carvão, Barca e Pinheiro⁶²¹. Esta é talvez a razão pela qual as fontes muçulmanas atribuíam frequentemente as incursões cristãs aos denominados “cavaleiros de Santarém” já que, mesmo que tivessem outra proveniência, era naquela região que cruzavam o Tejo⁶²². Uma das valências de Santarém enquanto povoado estratégico prende-se também com estas travessias: quem controlasse a cidade, controlaria também, com facilidade, os vaus do baixo curso do rio.

A utilização militar dos vaus em redor de Santarém encontra-se bem documentada, devendo o rio ser de tal forma vadeável que as fontes nunca referem dificuldades de travessia. Na segunda jornada da progressão de Coimbra para Sevilha, aquando do fossado de Triana, nos finais de maio de 1179, o infante D. Sancho, tendo dividido as colunas de marcha por itinerários diferentes, optou por fazê-las concentrar, ao

⁶¹⁹ COSME, 2002, p. 91.

⁶²⁰ Assinalada para o final do século XVIII. Nesses meses de verão, o tráfego fluvial era interrompido para montante do cachão da Valeira (A.T. MATOS, 1980, p. 267). Tudo nos leva a crer que o regime do rio seria idêntico na Idade Média.

⁶²¹ Assinalados por Botelho da Costa Veiga no seu croquis do curso do Tejo para o século XII (1936a, p. XI). De qualquer modo, a presença de um vau era frequentemente acompanhada da possibilidade de travessia em barca nas suas imediações. É expressiva uma passagem de Ibn Hayyan, depois transcrita por Ibn Idari, mesmo considerando o caráter propagandístico do texto, que apresenta um dos condes de Fernando Magno a negociar o pagamento de párias com o governador muçulmano de Badajoz, junto a Santarém: “encontraram-se os dois dentro de água no rio de Santarém, Ibn al-Aftas numa barca e o estrangeiro montado, com a água pelo peito do seu cavalo”. (*Al-Bayan*, trad. F. Maíllo, p. 198).

⁶²² Em 1166, são os “cavaleiros de Santarém” que atacam Niebla (IBN SAHIB AL-SALA, p. 91). Ibn Idari também os menciona por ocasião da defesa de Alcácer, em 1178 ou 1179, contra os governadores muçulmanos de Beja e Serpa (*Al-Bayan II*, p. 21).

fim do dia, junto a Santa Maria da Adémia de Toxe (hoje Golegã)⁶²³, provavelmente para poderem, de novo reunidas, cruzar o Tejo nos vaus dessa zona. Por seu lado, a expedição de Yaqub e Abu Zakariya que tomou Torres Novas e cercou Tomar, no verão de 1190, teve como ponto de reunião dos dois corpos do seu exército um ponto imediatamente a sul do Tejo⁶²⁴, tendo a travessia sido efetuada a montante de Santarém, mas a jusante de Torres Novas⁶²⁵. É possível que tenha sido utilizada uma das passagens identificadas por Costa Veiga, mais próximas de Santarém, como é o caso do Porto do Patacão ou do Mouchão dos Coelhoos.

O Tejo era igualmente atravessável mais a montante, provavelmente junto à foz do Zêzere⁶²⁶, em diversos pontos nas imediações de Abrantes⁶²⁷ e um pouco acima das Portas de Ródão, num local mais ou menos coincidente com a localização da atual ponte que liga o concelho de Nisa ao de Vila Velha de Ródão⁶²⁸. Ocorrem menções a outros locais, como a Barquinha, o pego de Almourol e a Praia do Ribatejo⁶²⁹, mas há que as encarar na seguinte perspetiva: no estio, o nível das águas do rio podia descer de tal modo que, no seu curso médio, seria atravessável a pé em múltiplos locais.

A passagem em barcas era outro método de travessia, embora não se adequasse a grandes efetivos e apresentasse o problema do transporte dos cavalos. Por princípio, a um porto fluvial estaria também inerente a utilização de embarcações para ligar as duas margens, havendo referências explícitas a barcas de passagem em funcionamento nos séculos XII e XIII. Se este recurso não parece muito adequado para a travessia de forças volumosas, era-o, certamente, para pequenos efetivos e também para os combatentes

⁶²³ M.G. MARTINS, 2011, p. 110 e VEIGA, 1956, pp. 241-249. Local onde existiria uma torre (*burj*) muçulmana, também conhecido por Alvorge (*al-burj* ou seja, torre) de Toxe, na margem direita do Tejo, nas imediações da atual Golegã (CONDE, 1997, pp. 369, n.61).

⁶²⁴ *Al-Bayan II*, p. 160.

⁶²⁵ HUICI MIRANDA, 1957, p. 348.

⁶²⁶ Sobre as travessias no curso médio do Tejo, leia-se F. SANTOS, 2011, pp. 16-18.

⁶²⁷ Estas passagens eram já utilizadas no período romano (Cf. ALARCÃO, 1988, p. 99) e prendem-se com a localização da romana Tubucci, ora associada a Alvega, ora ao Tramagal (Cf. PONTE, 2007, p. 6 e MANTAS, 1990, p. 224, respetivamente).

⁶²⁸ Esta travessia era ainda possível e utilizada com frequência no final da década de 1960, antes da construção da barragem do Fratel, como nos foi confirmado, pessoalmente, por habitantes da vila. Ver também MATTOSO, *et al.*, 2010, p. 367 e 368.

⁶²⁹ A menção a estas passagens é de MENEZES, 1928, p. 111. A referência a Vila Nova da Barquinha não se aplica, já que nos séculos XII e XIII o Tejo não passava ali. Toda aquela região era um paúl, conhecido por Lagoa Fedorenta (VEIGA, 1936a, esboço IX). Sobre a mudança do curso do Tejo, no século XVI, veja-se ROVISCO, 2009, pp. 87-89. A referência seguinte, ao “pego de Almourol”, é também difícil de considerar: a designação de “pego” é contrária a uma travessia, já que assinala um “ponto mais fundo de um rio ou lago” (PIEL, 1945, p. 323). Dos três mencionados, parece-nos mais viável o vau junto à Praia do Ribatejo.

mobilizados que deveriam cruzar o rio para se juntarem à hoste régia, como atestam as Inquirições de 1258, para a barca de Mourilhe (c. Cinfães), no curso do Douro⁶³⁰.

Idrisi refere a travessia do Douro, junto à foz, por intermédio de barcas existentes para o efeito⁶³¹. As barcas de passagem são referenciadas à medida que se sobe o rio, por vezes associadas a estruturas de apoio aos viajantes, como no caso da albergaria de Moledo, assinalada em 1258⁶³². Pelo menos até à foz do Corgo, no Couto de São Fausto da Régua, identifica-se uma dezena de pontos de passagem, invariavelmente associados a itinerários em ambas as margens do Douro⁶³³. Nada disto é de estranhar pois o rio era o principal obstáculo transversal do Condado Portucalense do início do século XII e continuaria a sê-lo, mesmo depois de consolidado o espaço além do Tejo, já no século XIII.

De qualquer modo, a travessia do Douro nunca surge como um problema ou entrave aos deslocamentos. Há que considerar que se tratava de um rio do qual se controlavam as duas margens desde o tempo de Fernando I de Leão, na segunda metade do século XI, e as obrigações militares patentes nos forais da margem direita deste rio praticamente não contemplavam ações específicas contra muçulmanos desde 1055-65, data da concessão do foral da Pesqueira, onde estas estão patentes⁶³⁴.

Dispomos de estudos que confirmam a grande afinidade das regiões de um e de outro lado do rio⁶³⁵. Do ponto de vista militar estas correlações parecem também manifestar-se, a julgar pelos testemunhos que nos legam as Inquirições de 1258 sobre a

⁶³⁰ Aqui, quem fosse juntar-se à hoste régia ou dela regressasse, atravessava sem pagamento (PMH-I, p. 963).

⁶³¹ AL-IDRISI, pp. 357-358.

⁶³² CA III, doc. 168 de 1258, junho, 29, p. 187; e doc. 581 de 1273, setembro, 10, p. 163.

⁶³³ Sobre a escassez de itinerários paralelos ao rio e a incidência de caminhos direcionados aos passos de barcas, veja-se BARROS e BARROS, 2001, p. 185.

⁶³⁴ “*Et ire in apelido de mouros quantum potuerimus...*” (PMH-LC-I, p. 344 de 1055-1065). Em janeiro de 1195, o foral de Covelinhas constitui uma exceção, mais de um século depois do foral da Pesqueira: a única situação em que autoriza a saída de vila para combater é, precisamente, contra muçulmanos (PMH-LC-I, p. 494, de 1195, janeiro). Apesar de conhecermos o diploma somente pela confirmação de Afonso III, são residuais as dúvidas da justeza da datação. O outorgante, o tenente de Panóias, Rodrigo Mendes de Sousa, na sequência da quebra de tréguas e desafio lançado por Afonso VIII de Leão contra Yaqub Ibn Yusuf al-Mansur, poderá estar a manifestar um receio legítimo de que um novo desembarque almóada possa levar a guerra até àquelas paragens tão setentrionais.

⁶³⁵ Sobre a estruturação do povoamento rural no vale do Douro, ainda no século X, veja-se QUIROGA e LOVELLE, 1997; sobre a continuidade dos forais em ambas as margens (DE LA TORRE RODRÍGUEZ, 1998); sobre castelos e fortificações em ambas as margens, R.A. TEIXEIRA, 2002 e LIMA, 2010. Sobre o Douro como via de comunicação, mas, sobretudo, no que respeita à ligação entre as margens, BARROS e BARROS, 2001.

“hoste de Pinhel”. Comandada por D. Sancho I em 1198 ou 1199, mobilizou combatentes em ambas as margens, em proporções muito semelhantes e em muito pouco tempo⁶³⁶.

Nos séculos XII e XIII, temos menos referências documentais a barcas para travessia do Tejo, mas isso não significa que estas escasseassem. Parece-nos até indício do contrário, pelo menos entre Santarém e Lisboa, ou seja, de que o contacto entre as margens era encarado como algo natural, não necessitando de referências explícitas⁶³⁷. Até à década de 1140, ambas as margens estavam sob controlo de poderes muçulmanos; até 1190, o rio constituiu linha divisória entre poderes e depois os cristãos passaram a controlar praticamente toda a bacia tagana. Durante todo este tempo as populações locais, e as que iam chegando, não deixariam de manter as suas atividades em ambas as margens e de explorar os recursos próprios do entorno fluvial⁶³⁸. A este nível é, por exemplo, sintomático que concelhos como os de Santarém e Abrantes, este último estabelecido em 1179⁶³⁹, com as vilas assentes na margem direita, tivessem a maior parte do seu alfoz na esquerda, a sul do rio.

A utilização do Tejo pela navegação muçulmana é bem conhecida. Se o rio era aproveitado, pelo menos até Santarém, para ligação com o oceano e se ambas as margens estavam sob controlo deste poder, a travessia deveria ser assegurada com facilidade. Idrisi refere que, de Lisboa a Santarém se podia ir, à escolha, por terra ou pelo rio e acrescenta que, de Santarém a Badajoz, eram quatro jornadas, o que pressupõe a travessia⁶⁴⁰. Mais a montante, haveria menos barcas de passagem, situação justificável pela menor densidade populacional. Ainda assim, encontramos-las documentadas na Amieira e, pelo menos depois de os templários se instalarem na região, em Montalvão⁶⁴¹.

⁶³⁶ No final do século XIX, o Douro será ainda o rio com mais ligações de barcas, contando 57 e correspondendo a 17% do total de locais de passagem em Portugal (A.T. MATOS, 1980, p. 430).

⁶³⁷ O manuscrito *Quomodo sit capta Sanctaren...*, tem uma referência muito sugestiva em relação a esta ligação entre margens: “Efetivamente, quando tentava fazer-lhe emboscadas pela parte direita do rio procuravam refúgio do lado esquerdo ou, ao contrário, com os gados e manadas” (NASCIMENTO, 2005, p. 1229). A Crónica de Portugal de 1419 refere o mesmo: “E, asy como dito he, porque o lugar era muyto forte e polo embargo da aguoa o nom podia el·rey filhar, qua ele, quando lhe punha guardas da sestra parte, fogiom eles pera destra com todos seus gados.” (CP1419, Cap. 20, p. 36).

⁶³⁸ É preciso não esquecer que o Baixo Tejo foi sempre um espaço de grande concentração populacional e de prosperidade. Para uma análise deste espaço entre os séculos IX e XIII, consulte-se F. SANTOS, 2011.

⁶³⁹ PMH-LC-I, p. 418

⁶⁴⁰ AL-IDRISI, p. 269. Há uma referência documental do século XVI a uma barca “muito antiga”, que fazia a passagem entre o Porto de Muge e Escaroupim (M. CATARINO, 1998, p. 12). Não podemos precisar se a sua antiguidade remonta aos séculos XII e XIII, mas há boas hipóteses de que assim seja, já que o local coincide com uma das travessias a vau.

⁶⁴¹ M.G. VICENTE, 2013, p. 28.

O último modo de transposição de cursos de água que abordaremos é através de pontes, vantajosas pela possibilidade de utilização permanente. Uma vez que os cursos baixos dos rios na Idade Média eram, de uma forma geral, mais amplos do que hoje⁶⁴², as pontes eram raras e tinham de ser construídas bastante a montante⁶⁴³. Herdadas algumas do período romano, outras foram de construção medieval, quer em pedra, ou mesmo em madeira⁶⁴⁴. Não seria possível, nem é objetivo do presente trabalho, fazer uma abordagem exhaustiva às pontes utilizadas nos séculos XII e XIII, pelo que as observaremos na medida em que nos são úteis para perceber as principais vias de trânsito para propósitos militares.

As pontes de madeira eram bastante frequentes e constituiriam, provavelmente, a maioria, à semelhança do que se passava por toda a Europa Ocidental, mesmo em rios largos, como é o caso do Tamisa⁶⁴⁵. Eram, normalmente, pontes com pilares de cantaria, sendo somente o tabuleiro em madeira. Em Portugal há algumas referências a estas construções, tais como a ponte de Covelas, sobre o rio Balsemão, em Lamego⁶⁴⁶, ou uma “*ponte da tava*” junto a Lapela, no Julgado de Pena da Rainha, no Alto Minho⁶⁴⁷.

Muito semelhantes a esta categoria, registavam-se as pontes de padieira, ou “*pontes lageas*”, que consistiam em lajes colocadas diretamente sobre os pilares e que seriam muito frequentes, pelo menos na região entre o Douro e o Minho⁶⁴⁸. A colocação de uma pedra de padieira entre dois pilares de uma ponte danificada era um método de reparação económico, solução certamente encontrada por populações rurais, distantes dos órgãos centrais do poder.

⁶⁴² CORTESÃO, 1984, pp. 61-62. Especificamente sobre a foz do Vouga e a região de Espinho a Aveiro, vejam-se os trabalhos de Maria do Rosário Bastos e Alveirinho Dias (BASTOS e DIAS, 2002 e BASTOS, 2009). Mais a sul, as lagoas de Alfeizerão e de Óbidos eram bastante mais amplas do que hoje (M. SILVA, 2008). Sobre a costa da Estremadura, incluindo as lagoas já referidas, e também a lagoa da Pederneira, consulte-se BARBOSA, 1992.

⁶⁴³ O caso mais extremo talvez seja o do rio Tejo, cuja primeira ponte, no século XII, se encontra a quase 300 quilómetros da foz (a ponte romana de Alcântara). Sobre o Lima, entre a ponte homónima e o Atlântico distavam 25 quilómetros de rio. Sobre o Cávado, a ponte do Prado, a 36 quilómetros do oceano. O Douro não tinha pontes e o Mondego veria a sua ponte mais próxima da foz em Coimbra, de iniciativa régia em 1132, para citar alguns dos principais rios.

⁶⁴⁴ Teodoro de Matos lembra que Portugal nasceu com uma herança romana de pontes, que conservou e promoveu a construção de muitas mais (1980, p. 253).

⁶⁴⁵ HARRISON, 2007, p. 86 e COOK, 1998, pp. 21-22. Entre os desenhos que sobreviveram do construtor francês, da primeira metade do século XIII, Villard de Honnecourt, conta-se o de uma ponte de madeira com 20 pés de comprimento (VILLANUEVA ZUBIZARRETA, 2008, p. 15). Para Castela e Leão, nomeadamente sobre as pontes do Caminho de Santiago, ver ARAMBURU-ZABALA, 2002, pp. 477-478.

⁶⁴⁶ PMH-I, p.1021; e VEIGA, 1936a, p. 176.

⁶⁴⁷ PMH-I, p. 369b. Esta ponte não seria sobre o rio Minho.

⁶⁴⁸ ALMEIDA, 1968, pp. 125-126. Sobre o conceito e construção, veja-se COOK, 1998, pp. 36-37.

As pontes de cantaria eram também uma realidade e, à semelhança do registado para o espaço francês no século XIII, o incremento do comércio veio fomentar a construção de mais pontes⁶⁴⁹. Às construções da administração romana, foram-se juntando obras medievais⁶⁵⁰. Carlos Alberto Ferreira de Almeida identificou, de entre as várias dezenas de pontes do Entre-Douro-e-Minho, treze medievais que mantêm vestígios de construções do período romano⁶⁵¹. Lomax lembra que o Tejo dispunha de pontes destas em Alcântara, Talavera, Toledo e Fuentidueña e que estas, sendo insuficientes para um rio tão extenso, constituíam pontos de elevado valor estratégico⁶⁵². Os afluentes dos principais rios tinham também as suas pontes, como a medieval de Cavês, sobre o Tâmega⁶⁵³ ou a romana de Segura, sobre o Erges⁶⁵⁴.

A preocupação dos monarcas com as pontes revela uma dimensão agregadora de um espaço que se procurava consolidar, à qual estava inerente a atividade militar. No seu testamento de 1179, D. Afonso Henriques destinou três mil morabitinos a fim de que o abade de São João de Tarouca construísse uma ponte no Douro⁶⁵⁵. De modo análogo, o rei incentivou a ponte de Coimbra sobre o Mondego, uma preocupação continuada pelo seu filho e que em 1210 ainda requeria atenção⁶⁵⁶. D. Sancho I concedera também, no ano anterior, privilégios aos pedreiros das pontes de Penamacor, como forma de fomentar a construção dessas estruturas⁶⁵⁷. Mas as pontes não eram só uma preocupação dos monarcas. Os detentores de coutos e honras também as edificavam e mantinham, não só pela necessidade de ligação entre os diferentes espaços de um domínio, mas sobretudo

⁶⁴⁹ ZUMTHOR, 1993, p. 32. Nesta tendência geral construtiva enquadra-se, também, a ponte de Cavês (Cabeceiras de Basto), sobre o Tâmega, com datação crítica entre 1177 e 1228, cuja inscrição comemorativa foi identificada por Barroca (2000c, vol. II, p. 416).

⁶⁵⁰ Para uma síntese sobre a distinção entre as técnicas de construção romanas e as medievais, em pedra, vejam-se ALMEIDA, 1968, pp. 121-125 e ROMÃO, 2012, pp. 41 e 43-44. É expressivo o nominativo de pontes, que no século XI eram “antigas”, como a *ponte antiqua* sobre o Ave (PMH-DC, doc 864, p. 513 de 1097, novembro, 24).

⁶⁵¹ ALMEIDA, 1968, pp. 23-24. Num recente estudo para o território vimaranense, foram identificadas três pontes romanas e nove medievais, embora destas últimas só tenhamos a certeza da existência de quatro antes de 1258 (FAURE, 2017, pp. 320-327).

⁶⁵² LOMAX, 1984, p. 126.

⁶⁵³ BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 156 de 1177-1228, p. 416.

⁶⁵⁴ MATTOSO, *et al.*, 2011, p. 371.

⁶⁵⁵ DR, doc. 334, p. 436, de 1179, fevereiro. Esta ponte terá começado a construir-se, mas nunca foi finalizada. No século XVI ainda era possível ver vestígios dos seus pilares (A. DIAS, 1947, p. 89). Há a possibilidade de uma tentativa de ponte sobre o Douro, por iniciativa de D. Afonso Henriques, na zona de São Martinho de Mouros. Ricardo Abrantes Teixeira afirma haver vestígios submersos (R.A. TEIXEIRA, 2002, p. 471). Há outra menção a uma ponte, na zona de Anégia (Entre-os-Rios), conjectura que devemos a Costa Veiga, mas que não é corroborada com documentação.

⁶⁵⁶ Os cruzados referiram a construção da ponte de Coimbra (*Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p.12), tendo sido edificada sobre uma ponte romana anterior (TRINDADE, 2001, p. 61). D. Sancho I destinou-lhe, em testamento, mil morabitinos (DS, doc. 194, p. 298, de 1210, outubro). Ver, também ALARCÃO, 2012.

⁶⁵⁷ DS, doc. 184, p. 281, de 1209, maio, 29.

pela fonte de rendimento que a própria ponte constituía, através da portagem que aí podia ser exigida⁶⁵⁸.

A dimensão das pontes, especialmente a largura, é relevante do ponto de vista militar. A largura da maioria das romanas peninsulares variava entre os 4,60 e os 7,80 metros⁶⁵⁹, mas as medievais cristãs eram, frequentemente, mais estreitas⁶⁶⁰. A título de exemplo, no Entre-Douro-e-Minho, a ponte de S. Lourenço de Selho, sobre o rio Ave, tinha apenas 2,4 metros de largura e a de Donim, sobre o mesmo rio e terminada em 1192, tinha 3,4 metros⁶⁶¹. Um pouco mais a sul, a ponte Velha do Côa, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, tinha uma largura de 3,7 metros⁶⁶². João Maia Romão efetuou o levantamento das pontes de construção medieval no antigo termo e atual concelho de Tomar, incluindo as que serviam itinerários de trânsito transregional, regional e local. Das onze estudadas, a maioria remonta a uma janela de tempo entre os séculos XII e XV. Destas, a que tem menor largura é a do Vale do Carvalho (1,9 metros) e só quatro ultrapassam os 4 metros (Vila Nova, Ceras, Peniche e Carril)⁶⁶³.

A construção muçulmana, contudo, parece aproximar-se mais, em dimensões, da romana: a ponte medieval de Tavira, sobre o Gilão, tinha duas torres e no final da Idade Média chegou a ter casas sobre o tabuleiro⁶⁶⁴. A ponte grande de Sevilha, construída com barcas pelo califa Abu Yaqub Yusuf, em 1171, para além de facilitar a circulação dos habitantes entre a cidade e o Aljarafe, permitia o escoamento dos exércitos para as campanhas. No dia imediato à sua conclusão, foi atravessada por um volumoso contingente militar encarregado de abastecer Badajoz, o que é bem revelador do seu principal propósito⁶⁶⁵.

Gouveia Monteiro, partindo de dados para o século XIV, indica que uma coluna teria uma frente de três homens a pé ou dois montados, ocupando três metros. Os peões marchariam a intervalos de 1,5 a 2 metros entre si e os cavaleiros de 2,5 a 3 metros⁶⁶⁶.

⁶⁵⁸ No século X, o abade de Lorvão contratou um mestre para erguer três pontes no couto (ALMEIDA, 1968, pp. 102-103).

⁶⁵⁹ DURÁN, 2002, p. 15. A ponte romana de Vila Formosa (c. Alter do Chão), sobre a ribeira de Seda, tem 7 metros de largura. A de Vila Ruiva (c. Cuba) tem 5,30 metros (LIBERATO, 2008, p. 36).

⁶⁶⁰ Cf. COOK, 1998, p. 22 e ALMEIDA, 1978, p. 125.

⁶⁶¹ LOURENÇO & OLIVEIRA, 2006, p. 109.

⁶⁶² COSME, 2002, p. 47.

⁶⁶³ ROMÃO, 2012, pp. 89-106.

⁶⁶⁴ BERNARDES, 2006, p. 16.

⁶⁶⁵ *Al-Bayan II*, pp. 83-84 e IBN SAHIB AL-SALA, pp. 186-187.

⁶⁶⁶ MONTEIRO, 1998, pp. 230-231. A experiência prática demonstra que tanto as colunas apeadas como as montadas se deslocam naturalmente em frente de dois. Frentes mais amplas provocam problemas de

Não vemos nada que obste a que fosse também assim nos séculos XII e XIII. Se considerarmos que a maioria das pontes medievais não possuía guardas laterais⁶⁶⁷, nas pontes mais estreitas – que já verificámos serem as mais frequentes – uma hoste em deslocamento teria de a atravessar com a frente de um cavaleiro e, na melhor das hipóteses, de dois peões.

Face a estes dados, verifica-se que as pontes propiciavam a concentração de forças na margem pela qual se abordavam e o escoamento das tropas encontrava as limitações inerentes à largura do tabuleiro, o que, por seu turno, fazia delas locais facilmente defensáveis. A ponte fortificada, talvez expoente máximo desta capacidade defensiva, é um elemento da paisagem medieval de que dispomos de alguns exemplares, embora tardios em relação à cronologia analisada, como são os casos de Ucanha (c. Tarouca)⁶⁶⁸ e de Sequeiros (c. Sabugal)⁶⁶⁹. O seu objetivo principal estava relacionado com a fiscalidade, mas certamente que não é de desprezar a capacidade “militar”⁶⁷⁰.

Não dispomos de muitos dados, mas temos sinais de alguns combates travados na imediação de pontes. É possível que a lide de Crasconho, anterior a 1208, em que se defrontaram as mesnadas dos primos Pêro Mendes de Poiars e Pêro Rodrigues Pereira tenha sido travada no contexto da travessia de uma ponte⁶⁷¹. Com efeito, sabemos, pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que este recontro se deu entre Paço de Sousa e Valongo⁶⁷². Não existe nenhum topónimo “Crasconho” registado⁶⁷³, mas identificam-se seis topónimos/ microtopónimos de grafia muito próxima⁶⁷⁴. Um deles é o da ponte de

manutenção do alinhamento entre colunas paralelas e, por oposição, uma “coluna por um” ou “fila indiana” aumentaria para o dobro o comprimento de uma força em deslocamento, acarretando problemas de comando e controlo e capacidade de reação a imprevistos. Quer nas colunas apeadas, quer nas montadas, desde que o itinerário o permita, os comandantes dos destacamentos podem colocar-se ao centro, tornando-se mais visíveis e podendo, ao mesmo tempo, terem eles próprios mais visibilidade sobre os seus homens.

⁶⁶⁷ COOK, 1998, p. 22.

⁶⁶⁸ Existe a possibilidade de uma estrutura primitiva da ponte ter sido edificada na segunda metade do século XII, a mando de Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz, mas a inscrição embutida na parede da torre é atribuível ao século XV (ALBUQUERQUE e VAZ, 2008, p.291).

⁶⁶⁹ Associada ao reinado de D. Dinis (BARROCA, 2008-2009, p. 238).

⁶⁷⁰ ALMEIDA, 1968, p. 125.

⁶⁷¹ Esta lide, entre duas fações nobiliárquicas, não nos deixa muitas pistas quanto ao seu enquadramento. Mattoso e Krus, seguidos por Maria João Branco, situaram-na no contexto do atrito entre D. Sancho I e a nobreza de corte de origem galega e uma outra nobreza, terratenente e territorializada, clivagem esta que colocava parentes em bandos opostos. Assim sendo, o combate teria ocorrido ainda em 1208, mas depois do mês de outubro (2006, pp. 233-234). Leontina Ventura apresenta uma cronologia alternativa, posterior a 1233, baseada em dados das Inquirições de 1258, que referem Pêro de Poiars como sendo ainda vivo naquela data (1992, p. 194).

⁶⁷² LLCDP, 40E7-8.

⁶⁷³ No índice toponímico do Centro de Informação Geospacial do Exército (CIGeoE).

⁶⁷⁴ Dois “Casconha”, um “Casconho”, um “Gasconha”, um “Quinta do Gasconho” e uma “Ribeira de Casconha”.

Casconha, precisamente sobre o rio Sousa, na atual freguesia de Sobreira, concelho de Paredes. A ponte é medieval. Não sabemos se já estava edificada no início do século XIII, mas poderia existir no local uma travessia designada pelo mesmo topónimo⁶⁷⁵.

A travessia de rios é sempre um local propício a emboscadas, como a que os muçulmanos de Tavira efetuaram sobre a hoste de Paio Peres Correia, possivelmente em 1239. No regresso de uma tentativa de cerco a Paderne, os santiaguistas cruzaram a ribeira de Almargem, talvez a vau ou por uma ponte que pudesse existir e o local e o momento escolhido pelos muçulmanos para lhes saírem ao caminho foi, precisamente, após a travessia⁶⁷⁶.

O sinal material mais evidente da importância destes pontos de passagem é a edificação de fortificações nas suas imediações. Frequentemente, os castelos ou torres assim erguidos controlavam não só a travessia, mas também o próprio tráfego fluvial. O rio Minho é marcado, a espaços regulares, por castelos situados nas imediações de itinerários e de tradicionais locais de passagem⁶⁷⁷, como o de Contrasta (Valença), o de Monção e o de Melgaço. Mais a sul, a fortificação de Ribacoa, de ambas as margens, corresponde a um sistema perfeitamente articulado com o obstáculo natural que o rio materializa. O castelo de Pinhel estava sobranceiro a um vau do rio. Castelo Mendo, mais a montante, também. A fortaleza de Cidadelhe, a norte, controlava não só uma travessia do Côa, mas, em simultâneo, a passagem da Ribeira de Massueime⁶⁷⁸.

Esta preocupação de controlo de passagens não se restringia aos cursos de água que confinavam com poderes opositores, fossem eles leoneses, castelhanos ou muçulmanos. Mais afastado das fronteiras para o interior do território português detetamos o mesmo tipo de esforço construtivo, embora não possamos arrogar que não lhe tenham estado inerentes, em algum momento dos séculos X a XII, preocupações de defesa fronteiriça, como terão sido os casos de fortificações nas imediações do Douro ou do Mondego que, a seu tempo, materializaram linhas separadoras entre poderes antagonistas.

⁶⁷⁵ ALMEIDA, 1968, pp. 178-179.

⁶⁷⁶ CCA, pp. 99-100.

⁶⁷⁷ A. ANDRADE, 1994, pp. 189-191.

⁶⁷⁸ Sobre as lógicas de fortificação de fronteira ao longo do Côa, consultem-se PERESTRELO e FERREIRA, 2001 e também BARROCA, 2008-2009.

No primeiro caso, há que recuar aos séculos IX e X e aos movimentos de presúrias que, no sentido norte-sul, estabeleceram no rio a linha de defesa principal. As fortalezas de *Portucale*, Anégia e Alióbriga, implantadas nessa época, na margem Norte de importantes locais de travessia, evidenciam a preocupação do uso do Douro como obstáculo defensivo⁶⁷⁹. No segundo caso, o esforço de fortificação promovido por Fernando I de Leão, pela mão de Sesnando Davides, no século XI, incluiu também a preocupação de controlo de pontos de travessia. Vejam-se castelos como o de Arouce (Lousã), junto à foz do rio do mesmo nome, ou o de Soure, na confluência dos rios Anços e Arunca. Apesar das passagens que defendiam se situarem em afluentes da margem sul do rio, estavam integrados no sistema de defesa da linha do Mondego.

A prevalência de estruturas de defesa em travessias destituídas de cunho fronteiriço nota-se melhor em rios que nunca constituíram fronteira evidente entre poderes régios diferentes, como são o caso dos que correm no interior do Entre-Douro-e-Minho. Aí assistimos à implantação de castelos senhoriais e de fortificações menores, deles dependentes. Vejam-se, por exemplo, o castelo de Santa Cruz (Louredo, c. Amarante), que se situa nas imediações de uma travessia do Tâmega⁶⁸⁰ e o castelo de Arnóia (Celorico de Basto), que está sobranceiro a outra passagem do mesmo rio⁶⁸¹.

Eram castelos *cabeça-de-terra*, uma realidade que se verificou a partir da segunda metade do século XI, que obedeciam a lógicas de implantação relacionadas com critérios de destaque visual da estrutura e de centralidade, mas que cumpriam também uma função de controlo do espaço envolvente, nestes casos associados a locais de travessia de rios. Por vezes, assumia prioridade, como critério de implantação, não o domínio visual da maior área possível da *terra*, mas sim o controlo dos principais eixos viários, terrestres e fluviais. O principal indicador desta prioridade é o posicionamento de alguns castelos em locais bastante excêntricos em relação aos limites da circunscrição de que eram “cabeça”, como no caso de Castelo de Paiva, em que se deu clara preferência ao controlo da travessia do Douro e de um porto fluvial⁶⁸².

A preocupação com o controlo de passagens de rios é omnipresente ao longo das várias cronologias e, a desempenhar esse papel, encontramos também fortificações

⁶⁷⁹ LIMA, 2010, pp. 192-193.

⁶⁸⁰ A ponte de D. Mafalda, assinalada por Costa Veiga (1936a, p. esboço VI) e também por António Lima (2010, p. 195).

⁶⁸¹ Castelo *cabeça-de-terra* de Basto (PMH-I, pp. 634-637).

⁶⁸² LIMA, 2010, p. 196.

menores. É o caso, por exemplo, da torre de Monte Córdova (Santo Tirso), do século X, que dominava uma passagem do Ave⁶⁸³, ou o Paço de Dona Loba (Amarante, Padronelo), torre do século XIII que dominava a travessia do rio Ovelha⁶⁸⁴. São estruturas separadas por três séculos, edificadas em contextos de domínio do espaço diferentes, mas que têm em comum a capacidade de controlo de travessias fluviais.

Um dos corolários da análise do terreno reside no cálculo dos tempos de deslocamento, relacionando-os com a época do ano, as condições atmosféricas, a dimensão da força militar e a sua composição. Quando, por exemplo, um foral determinava que os cavaleiros fossem em fossado e regressassem no mesmo dia a suas casas, como se traduziria essa disposição na realidade? Que distâncias, máxima e média, poderia cobrir uma cavalgada num só dia? De quanto tempo dispunha um alcaide para fazer recolher as populações à alcáçova e organizar a defesa dos muros a partir do momento em que era alertado para a presença do inimigo?

A estimativa das velocidades médias de um homem a pé e montado é conhecida e foi documentada para Antiguidade e para Idade Média. Mas as unidades de medida que serviam naquelas épocas criam-nos, hoje, algumas dificuldades de interpretação. O uso do tempo – dias de marcha – tem certamente uma relação direta com a distância, mas também estarão em causa fatores, já citados anteriormente, como a orografia, os itinerários escolhidos e os próprios pontos de apoio ao longo do trajeto. Se excetuarmos raros valores claramente dissonantes, como o de al-Himyari entre Silves e Badajoz em três dias⁶⁸⁵, as distâncias diárias oscilam entre mínimos de 25 e máximos de 45 quilómetros, o que é exequível para um homem a pé, mesmo conduzindo equídeos pela guia⁶⁸⁶.

⁶⁸³ Mandada edificar por Ilduara Eriz (BARROCA, 1989, p. 10).

⁶⁸⁴“Em Santo André de Padornello (...) Aqui, no lugar de Mór Milheiro está huma Torre, aonde dizem morava Dona Loba Mendez” (A.C. COSTA, 1706, p. 141). A torre foi edificada no contexto das torres senhoriais do final do século XII e início do XIII, advento da *domus fortis* (BARROCA, 1989, p. 10).

⁶⁸⁵ Al-Himyari refere, replicando Idrisi (p.263), três dias para perfazer mais de 230 quilómetros, o que obrigaria a etapas da ordem dos 80 quilómetros (AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, p. 219). São possíveis, mas certamente que não apeados. Desconhecimento da real distância ou utilização de outro critério de medida? Etapas superiores a 100 quilómetros são possíveis, mas com recurso a montadas. Cf. I. GONÇALVES, 1980, p. 127.

⁶⁸⁶ E compatível com os cálculos de Norbert Ohler (1989, p. 101).

Quadro 6. Distâncias e jornadas de marcha

Trajetos	Fonte	Tempo	Distância mínima	Jornadas médias	Observações
Évora – Badajoz	IDRISI, p.264	2 dias	90 Km	2x45 Km	Terreno plano
Alcácer – Lisboa	IDRISI, p. 267	2 dias	70 Km	2x35 Km	Terreno plano
Coimbra– Santarém	IDRISI, p. 353	3 dias	110 Km	3x37 Km	
Coimbra – Porto	IDRISI, p. 357	3 dias	110 Km	3x37 Km	
Silves – Mértola	AL-HIMYARI, p. 219	4 dias	100 Km	4x25 Km	Terreno acidentado - serra algarvia
Silves – Alcácer	AL-HIMYARI, p. 324	4 dias	130 Km	4x33 Km	
Silves – Córdova	AL-QALQASHANDI, p. 36	9 dias	330 Km	9x36 Km	

Um caminhante perfazia uma média de 3,5 a 5 quilómetros por hora, dependendo do tipo de itinerário, da carga transportada, dos desníveis a vencer e das condições do ambiente. Se considerado o valor intermédio de 4 quilómetros por hora e um tempo máximo de oito horas de marcha, pode considerar-se a distância de 32 quilómetros como exequível diariamente e mantida durante vários dias, desde que se usassem itinerários⁶⁸⁷. Este valor deve ser entendido como um máximo, sendo naturalmente reduzido em trajetos mais difíceis, em itinerários com más condições de traficabilidade, como são exemplo os muito pedregosos ou os que, em solos argilosos, ficavam enlameados como resultado das chuvas.

O quadro apresentado também sugere que, quando o trajeto se completava em menos dias, as etapas eram tendencialmente maiores. É de admitir que um percurso como aquele que deveria levar os homens de sua casa até ao castelo da *terra*, para cumprimento da sua anúduva, serviço que sabemos competir a peões, poderia facilmente superar os 30 quilómetros. Nem sempre a deslocação ao castelo demoraria um só dia. Ou pela distância, ou pelas condições atmosféricas, acontecia os moradores de um casal mais distante terem

⁶⁸⁷ Bastariam caminhos de pé-posto. Sobre os tempos de deslocamento na Idade Média, consulte-se OHLER, 1989, pp. 97 e seguintes, especialmente a tabela da p. 101. No caso específico da Península Ibérica, veja-se DIEGO HERNANDO e LADERO QUESADA, 2009, pp. 347-382 e também I. GONÇALVES, 1980, pp. 119-142. João Gouveia Monteiro aponta para etapas diárias de uma hoste que incluísse cavaleiros e peões, entre os 20 e os 35 quilómetros diários (1998, pp. 230-231).

de pernoitar a meio do caminho, acarretando despesas. Por essa razão, a partir de 1263, D. Afonso III dispensou os mais pobres de ir em anúduva⁶⁸⁸.

Os homens da paróquia de Santiago de Murça (c. de Murça) que deveriam custodiar o castelo de São Cristóvão (Panóias) em tempo de guerra, ainda em 1220, tinham, a separá-los do seu destino, uma distância em linha reta de cerca de 20 quilómetros e um desnível acumulado de mais de 1000 metros⁶⁸⁹. Considerando que o trajeto não seria efetuado em linha reta, o deslocamento a pé deveria exigir-lhes um esforço e tempo próximos das mencionadas oito horas, no Verão e Outono, quando os dias são maiores, os níveis das águas mais baixos e as condições dos itinerários melhores⁶⁹⁰.

Estes deslocamentos no interior de uma circunscrição administrativa ocorriam certamente também no caso do apelido, uma obrigação defensiva que abrangia a generalidade dos moradores e não só os cavaleiros⁶⁹¹. Embora patentes em muito poucas cartas de foral e em alguns contratos de aforamento, dispomos de referências explícitas às distâncias cobertas pelos habitantes quando chamados a acudir na defesa da região. O foral de Sintra de 1154, previa a ida em apelido até Lisboa⁶⁹², o aforamento de Marmelar (c. Armamar), de 1194, explicitava que os moradores só avançavam para combate contra gente estranha que entrasse “na sua terra”⁶⁹³ e o foral Vila Nova de Famalicão, de 1205, limitava o apelido ao termo do castelo⁶⁹⁴.

Elucidativa sobre as distâncias a percorrer, era também a instituição da limitação do apelido à ida e regresso a casa no mesmo dia, patente nalgumas cartas, principalmente em aforamentos coletivos a poucos moradores e em concessões com áreas relativamente

⁶⁸⁸ Juntamente com a dispensa de outros homens, e até mulheres, de diferentes condições. Em relação aos pobres, é relevante que a determinação régia especifique “*pauperes qui non habent de suo per quod possint ire et in reditu per quod possint uiuere...*” (PMH-LC-I, p.216-217. de 1263, julho, 28).

⁶⁸⁹ PMH-I, p. 124b.

⁶⁹⁰ Ver Mapa 3, serviço ao castelo de Panóias, em anexo.

⁶⁹¹ Sobre este assunto, veja-se o subcapítulo 5.2 A Defesa da Terra.

⁶⁹² “*veniant cum mandato in ulixbona et plus longe non*” (PMH-LC-I, p.384).

⁶⁹³ Apesar de, ao conceito de apelido, estar inerente a reação a um ataque que penetre na circunscrição territorial, não deixa de ser significativo que o foral de Marmelar, de modo diferente dos restantes, o mencione explicitamente (PMH-LC-I, p.489). Refira-se que esta carta não se insere em nenhum paradigma, fazendo parte de um conjunto de aforamentos outorgados por D. Sancho I no final do século XII que apresentam preceitos análogos a modelos mais antigos, em vigor nas áreas de Viseu e de Coimbra, apresentando, ainda, outras afinidades diversas (REIS, 2002, p. 203).

⁶⁹⁴ PMH-LC-I, p. 530; e DS doc. 159 de 1205, julho, 1.

exíguas⁶⁹⁵. Ações defensivas de um dia estão explícitas em nove cartas⁶⁹⁶ e de dois dias somente no foral de Mesão Frio, de 1152⁶⁹⁷. Ao observarmos forais como os atribuídos a Celeirós (1160) e Covas (1162)⁶⁹⁸, povoados que distam, entre si, cerca de 5 quilómetros em linha reta, verificamos que, na maioria dos casos, os peões não tinham de se deslocar mais do que 10 quilómetros para atingirem qualquer local dentro do termo correspondente. Os moradores da Pesqueira poderiam ser solicitados a acorrer à foz do rio Távora, que distava 15 quilómetros da vila⁶⁹⁹, mas, mesmo contando com a orografia acidentada, é uma distância passível de atingir, combater e regressar no mesmo dia.

Pensamos que a limitação deste tipo de ação a uma só jornada, sendo suficiente para a defesa do termo, permitia que os moradores não se afastassem em demasia das suas casas, dispensando um apoio logístico superior aos mantimentos e água que eles próprios pudessem transportar. Além disso, sete das nove cartas de foral em que a disposição está patente são de uma mesma região⁷⁰⁰, o que sugere a intencionalidade de garantir uma equidade na regra que não favorecesse um povoado em relação aos seus vizinhos próximos.

Quadro 7. Limites extremos de alguns termos onde vigorava a ida e regresso do apelido no mesmo dia

Termo	Data	Limites Extremos	Fonte
Pesqueira	1055-65	Custóias, 9Km E (15Km, seguindo as curvas de nível); Rio Torto, 4Km S; Foz do Távora, 15 Km W; Rio Douro, 2Km N.	PMH-LC-I, pp. 347-348
Celeirós	1160	Rio Pinhão, 2Km E; Vale de Mendo Diaz (Mendiz?), 3Km SE; Vilarinho de São Romão, 2Km W.	PMH-LC-I, pp. 386-387

⁶⁹⁵ Tal como as cartas de foral, os aforamentos podiam ser coletivos chegando, por vezes, a ser difícil distingui-los dos forais (SOARES, 1984, pp. 51-52). Alguns aforamentos coletivos, para além de estabelecerem as regras básicas de existência em comum, também algumas obrigações militares (COELHO, 1989, pp. 273, n. 87).

⁶⁹⁶ Das 292 cartas estudadas. As nove são: Pesqueira, 1055-1065 (PMH-LC-I, p. 344); Guimarães, 1095-96 (PMH-LC-I, p. 350) e Constantim, 1096 (PMH-LC-I, p. 352). Esta disposição só é retomada na década de 1160, com Celeirós, 1160 (PMH-LC-I, p. 387); Covas, 1162 (PMH-LC-I, p. 388); Urros, 1182 (PMH-LC-I, p. 424); Bujões, 1191 (DS, doc. 50, pp. 81-82); Abaças, 1200 (PMH-LC-I, p. 514); Guiães, 1202 (PMH-LC-I, p. 520) e Santa Cruz – Freixo de Espada à Cinta, 1225 (PMH-LC-I, p. 601). De notar que as últimas se concentram no Ribadouro.

⁶⁹⁷ PMH-LC-I, p. 381.

⁶⁹⁸ PMH-LC-I, pp. 387 e 388, respetivamente.

⁶⁹⁹ PMH-LC-I, pp. 347-348.

⁷⁰⁰ Veja-se a nota 696.

O ritmo de deslocamento de uma hoste que incluísse cavaleiros e peões era o ditado pelos combatentes apeados. Quanto maior o efetivo, se incluísse uma carriagem, isto é, se fossem transportadas bagagens, a coluna avançaria ainda mais lentamente⁷⁰¹, passando-se o mesmo se o saque incluísse cativos⁷⁰². Estes fatores mostram que as grandes cavalgadas – as que incorporavam tropas apeadas – eram mais lentas do que as expedições de menor efetivo que, em muitos casos, incluíam somente cavaleiros⁷⁰³. Aparentemente, a incursão cristã de 1182, ao Aljarafe, terá sido composta por um milhar de cavaleiros e outros tantos combatentes apeados, provenientes de Santarém e de Lisboa⁷⁰⁴.

Dispomos de mais dados para os tempos de deslocamento dos exércitos muçulmanos do que para os cristãos. Na campanha de 1184, contra a linha do Tejo, o exército de Yusuf I percorreu a distância de Badajoz a Santarém, no mínimo 150 quilómetros, entre 21 e 27 de junho⁷⁰⁵. Esta distância, repartida teoricamente pelos seis dias de marcha, resulta em jornadas de 25 quilómetros, distância que corresponde ao ritmo mais baixo do que é enunciado nos tratados de geografia, parecendo perfeitamente razoável⁷⁰⁶.

Se esta marca diária era facilmente alcançável por contingentes volumosos e – já analisámos – trata-se de um cálculo por defeito, no caso da batalha de Ourique, cujo debate sobre a sua localização foi recentemente reaberto por Jorge de Alarcão, seria possível a saída de Coimbra a 8 de julho e a cobertura de 300 quilómetros em 12 dias,

⁷⁰¹ Sobre a morosidade de deslocamento com efetivos volumosos, veja-se GARCÍA FITZ, 1998a, p. 153. Sobre o trem de apoio, veja-se, adiante, o subcapítulo 6.3 .A sustentação e apoio das forças em campanha.

⁷⁰² Que se deslocavam pelo seu pé, acorrentados. Ibn Abi Zar' menciona grupos de 50, o que deveria reduzir a velocidade média das colunas (*Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, p. 431). D. Afonso Henriques terá trazido até Coimbra perto de um milhar de moçárabes cativos, na sequência de um fossado, provavelmente o da batalha de Ourique (NASCIMENTO, 2013, p. 137).

⁷⁰³ Como são os casos de Numão, 1130 (PMH-LC-I, p. 368), Mós, 1162 (PMH-LC-I, p. 390) ou Linhares, 1169 (PMH-LC-I, p. 394), onde peões e clérigos estavam isentos de fossado.

⁷⁰⁴ *Al-Bayan I*, p. 41. Ainda que os valores do cronista possam estar inflacionados, o que pretendemos salientar é a presença, simultânea, de cavaleiros e peões. Sobre a presença de peões em cavalgadas em Castela e Leão consulte-se GARCÍA FITZ, 1998a, p. 141.

⁷⁰⁵ Estas datas correspondem à crónica de Ibn Idari e encontram coerência em si mesmas (*Al-Bayan I*, p. 70), mas não são consensuais entre os cronistas muçulmanos. Ibn Abi Zar' aponta a chegada a Santarém a 18 de junho e não a 21, depois de ter assinalado a presença do califa em Sevilha no dia 5 desse mês. Este cronista, com não refere o dia da saída de Sevilha, dificulta qualquer cálculo do tempo de movimento (*Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, p. 422).

⁷⁰⁶ É conhecida a relativa lentidão dos exércitos almóadas, especialmente quando estava presente o califa (HUICI MIRANDA, 1956, pp. 302-303).

mesmo com peonagem e com a travessia de rios como o Tejo⁷⁰⁷, uma vez que a batalha teve lugar a 25 de julho.

Até aqui verificámos aspetos relativos aos deslocamentos que incluíssem combatentes apeados. Mas a parcela mais significativa da guerra na cronologia que estudamos deveria ser protagonizada por forças montadas. Esta constatação encontra escoras em evidências como as disposições da generalidade dos forais, que previam, por concelho, o mínimo de uma expedição anual a cavalo; nos sinais do desenvolvimento e proliferação da cavalaria-vilã; e ainda numa muito expressiva designação de expedição ofensiva: a cavalgada. Mesmo colocando uma reserva em relação às fontes medievais, sempre prontas a enaltecer as elites dominantes, não é de desprezar a constatação de que a cavalaria e o cavalo ocupavam o centro de gravidade da guerra então praticada.

Antes da invasão muçulmana da Hispânia, as raças de cavalos dominantes no espaço peninsular eram o *thieldon* e o ibérico, descritas por Plínio, na Antiguidade. O primeiro era um animal de porte médio, cuja distinção mais significativa era o seu andamento, mais cómodo para o cavaleiro do que a generalidade dos cavalos⁷⁰⁸. No sudeste peninsular, mais romanizado, predominava o ibérico, aparentado com o berbere, noticiando-se, ainda, uma expressiva criação de mulas⁷⁰⁹. Depois do século VI, com estes dois tipos de cavalos, passaram a conviver também animais germânicos, trazidos pelos visigodos⁷¹⁰.

O cavalo berbere veio mais tarde, tendo sido introduzido ainda no século VIII, aquando da entrada dos muçulmanos na Hispânia. Possui, ainda hoje, caraterísticas superiores à média, que se traduzem pela robustez e resistência à fadiga, doenças e condições climáticas adversas. Cruzado com espécies ibéricas, esteve na origem do andaluz⁷¹¹, amplamente criado e utilizado quer por muçulmanos, quer por cristãos. Trata-

⁷⁰⁷ Data de 7 de julho de 1139, a carta de couto ao mosteiro de Cucujães. Há uma boa probabilidade, mas não há a certeza, de ter sido outorgada a partir de Coimbra naquela data. Mas mesmo que o tenha sido, a hoste deslocando-se lentamente poderia estar nas imediações da serra algarvia a 20 do mesmo mês. A batalha teve lugar a 25. Veja-se ALARCÃO, 2015, p. 45.

⁷⁰⁸ PLINY, 1969, p. 116 (Cap LXVIII). Na Idade Média, *Thieldon* ou *Fieldon* era o cavalo de guerra de castelhano-leonês, raça conservada pelos criadores de gado da Mesta e que, por isso, na Idade Moderna ganhou a designação de Mesteño (MORALES MUÑIZ, 2010, p. 550).

⁷⁰⁹ MORALES MUÑIZ, 2010, p. 539.

⁷¹⁰ BLANCO ORDÁS, 2002, p. 328.

⁷¹¹ BONGIANNI, 1995, pp. 46-50 e também MORALES MUÑIZ, 2010, p. 541. Powers abordou a questão dos cavalos na Península Ibérica, identificando dois “berberes”: o Norte-Africano e o Espanhol (1988, p. 160). Para o ponto de situação do estudo do cavalo na Idade Média, leia-se Morales Muñiz, 2010, pp. 537-551.

se de uma montada rápida, de “sangue quente”⁷¹², adequada para o modo de combater da cavalaria ligeira⁷¹³.

Possivelmente descendentes de cruzamentos entre os primitivos cavalos ibéricos e os trazidos quer do norte de África, quer da Europa transpirenaica, nos séculos XII e XIII parecem coexistir dois morfotipos equídeos no espaço peninsular, embora as fontes não o deixem transparecer de forma evidente⁷¹⁴. Alguns autores tentaram descortiná-los nos termos *caballum* e *equum*, associando o primeiro ao cavalo mais robusto, equivalente ao *charger* inglês e o segundo a outro tipo de montada mais ligeira, mas não especificamente o berbere ou ao andaluz⁷¹⁵. No entanto, o mais provável é ambos os termos serem empregues, indistintamente, desde pelo menos o século IX. Um primeiro indício em que nos apoiamos é serem raros os textos que utilizam ambas as designações, ou seja, normalmente o redator recorre a um ou a outro, mas não a ambos. Um segundo indício decorre de termos compulsado documentação desde o século X ao século XIII (de forma não exaustiva, mas ainda assim suficiente para dela extrairmos observações), que sugere uma utilização mais frequente de *caballum* do que *equum* nos séculos X e XI e um equilíbrio entre ambos a partir do final do século XI⁷¹⁶.

⁷¹² Cavalos de “sangue quente” e de “sangue frio” são expressões tradicionalmente utilizadas pelos criadores, sendo os primeiros caracterizados pela rapidez, nervosismo e temperamento fogo e os segundos pela robustez, resistência, força, docilidade e tolerância.

⁷¹³ MORALES MUÑIZ, 2010, p. 542. Na França do século XII, foram efetuadas experiências de cruzamentos com exemplares selecionados de raça bactriana ou árabe que vieram a conseguir um cavalo de altura impressionante (1,7 metros, face à média medieval de 1,3 metros), com ossos fortes, capaz de transportar um guerreiro em armadura pesada. Este cavalo ficou conhecido como *destrier* e foi profusamente utilizado nos séculos seguintes como a montada da cavalaria pesada (BENNETT, *et al.*, 2007, p. 84). Não conhecemos, para a cronologia e espaço que estudamos, indícios inequívocos de utilização, e muito menos criação, deste tipo de cavalos. Mas é de admitir que os melhores cavalos de guerra mencionados nas fontes fossem resultado de processos de criação específicos e que estes se praticassem na Hispânia.

⁷¹⁴ As fontes dos séculos XII e XIII classificam os cavalos mais pelo critério do valor ou preço do que qualquer outro. Por essa razão, embora saibamos que estamos na presença de um bom animal, é difícil precisar a raça (MORALES MUÑIZ, 2010, p. 539). O preço normal dos cavalos nos séculos XI e XII era da ordem dos 75 moios para um cavalo vulgar e 207 para um cavalo “melhor”. O moio parece ter sido equivalente ao soldo em toda a cronologia estudada. Como termo de comparação, uma vaca com a sua cria valia, em 1044, 20 moios (L. LOPES, 2005, pp. 34-41). D. Afonso Henriques recebeu dois cavalos avaliados, juntos, em 580 moios (DR, doc. 99). Um cavalo preto de 800 moios deveria ser extraordinário, porque foi o que Paio Soares recebeu como paga de várias propriedades, em 1117 (DP-IV, doc. 46, p. 42). Na lei da Almotaçaria de 1253, um “*melhor roncinus de bafordo*” valia 50 libras, ao passo que uma panóplia de armas de primeira qualidade ficava por 15 libras (PMH-LC-I, p. 194).

⁷¹⁵ MORALES MUÑIZ, 2010, p. 546.

⁷¹⁶ Na documentação compulsada, com datação entre os séculos IX e XI, é mais frequentemente utilizado o termo *caballo* nas suas diversas formas (*cavalo*, *kauallo*, etc.), normalmente como masculino de *equa*. Por exemplo, em 870, na doação que Cartemiro e Astrilli, presores de Souselo (c. Cinfães), efetuaram ao mosteiro de Santo André, pode ler-se, entre os bens doados “...*caballus, equas, boues*...” (PMH-LC-I, doc. 6). Um documento posterior menciona a transação de um “*caballo*” (PMH-LC-I, doc. 54 de 944); duas décadas mais tarde, em 968 numa doação a Moreira de Riba de Vizela (c. Guimarães), por D. Mumadona,

Uma das teorias acerca das raças ibéricas atualmente existentes sustenta que todas têm origem fora do espaço peninsular, mas que as raças nortenhas (como o garrano, o *caballo de corro* ou o *asturcón*) entraram com as migrações célticas, ao passo que as raças do Sul (andaluz, cartuxo, lusitano ou o sorraia) revelam uma forte componente norte-africana⁷¹⁷. O cavalo atualmente conhecido por sorraia parece ter sido a raça pré-histórica a partir da qual se desenvolveram os cavalos berberes e andaluzes, na Antiguidade e na Idade Média, respetivamente. Levado para o Norte de África pelos cartagineses, no século III a.C., o sorraia converteu-se no berbere. Desenvolvido numa área geográfica diferente, o berbere voltaria a entrar na Hispânia, como afirmámos antes, por intermédio dos muçulmanos, depois de 711, altura em que já possuía bastantes características orientais⁷¹⁸.

É possível que as raças do Norte, robustas e de “sangue frio” tivessem continuado a ser criadas, nos reinos cristãos, sem mistura com as trazidas pelos muçulmanos, destinando-se, como sugere Dolores Morales, ao combate à maneira da cavalaria pesada, dando origem ao castelhano-leonês⁷¹⁹. Para o efeito, os reis de Leão criaram uma coudelaria real em Valdeburón (Picos de Europa), que desenvolveu um cavalo, mais tarde chamado “castelhano”. Segundo esta autora, o andaluz teria surgido do cruzamento destes castelhanos com os cavalos trazidos pelos muçulmanos⁷²⁰.

Em todo o caso, o processo evolutivo que desembocou no cavalo andaluz, criou um animal capaz de percorrer 80 quilómetros, conservando energia suficiente para, no final da marcha, entrar em combate. Por períodos curtos, e montados por um cavaleiro ligeiramente equipado, os andaluzes podem cobrir até 160 quilómetros num dia. James

começamos a ver utilizado o termo “*equis*” (VMH-I, doc. 15). Em 1086, numa doação ao mosteiro de São João de Pendorada (c. Marco de Canaveses), pode ler-se “*kavallos uel equas*” (PMH-DC, doc. 663). Ao longo de todo o século XII, dentro da cronologia que analisamos, são utilizados ambos os vocábulos, no masculino. Só nos *Documentos Régios*, identificámos dez transcrições, entre 1096 e 1154 em que figura o termo *equo* ou uma das suas formas (DR, doc. 3 de 1096; DR, doc. 99 de 1129, junho, 25; DR, doc. 100 de 1129, julho, 1; DR, doc. 111 de 1130, julho, 20; DR, doc. 156 de 1136, novembro, 19; DR, doc. 189 de 1142; DR, doc. 215 de 1146, junho, 29; e DR, doc. 246 de 1154, janeiro, 9). No mesmo acervo documental, também estão patentes nove outros documentos em que figura o termo *caballo* ou uma das suas outras formas (DR, doc. 14 de 1109-1112; DR, doc. 24 de 1111, maio, 9; DR, doc. 159 de 1137, julho; DR, doc. 173 de 1139, julho; DR, doc. 174 de 1139, julho, 7; DR, doc. 190 de 1142-1144; DR, doc. 296 de 1169, setembro; DR, doc. 340 de 1179, dezembro; e DR, doc. 348 de 1182, maio, 26). Nos foros de Alfaiates, compilados entre 1188 e 1230, ambos os termos coexistem, significando o mesmo: “*Totus homo qui obierit dent equum suum filio maiori et suas armas: et si filium non habuerit, dent las et el caualo pro sua anima sine participatione*” (PMH-LC-I, p. 797).

⁷¹⁷ LIRA, et al., 2010, p. 65.

⁷¹⁸ HYLAND, 1996, p. 55.

⁷¹⁹ MORALES MUÑIZ, 2010, p. 542. Os muçulmanos continuaram a introduzir cavalos do Norte de África no al-Andalus, mesmo já no período almóada (IBN SAHIB AL-SALA, p. 166).

⁷²⁰ MORALES MUÑIZ, 2010, p. 550.

Powers entende como razoável uma estimativa de 50 quilómetros por dia, se levado a manter um ritmo de trabalho continuado, por vários dias⁷²¹. Considerando que a velocidade de marcha de um cavalo destes é de 10 a 12 quilómetros por hora (entre o passo e o trote)⁷²², a meia-centena de quilómetros diária seria percorrida em cinco a sete horas, com curtas paragens para descanso do cavaleiro e para a montada beber.

Uma vez que o cavalo andaluz, bem como qualquer outra raça das mencionadas para a Península Ibérica, não apresentaria grandes limitações na resistência, interessa colocar a questão na perspetiva do cavaleiro. Por melhor que seja a preparação física e o treino, para percorrer 50 a 80 quilómetros num dia, há que sustentar largos tramos a trote, no dorso do animal, que podem ir, como vimos, de um mínimo de cinco a um máximo de dez horas. O trote é um andamento natural do cavalo em que o animal movimenta dois membros de cada vez, sempre na diagonal, provocando uma reação dura que impulsiona o cavaleiro na vertical a intervalos regulares. As opções do cavaleiro são basicamente duas: manter-se sentado na sela, sendo sacudido ao ritmo do trote, ou executar o chamado “trote levantado”, apoiando-se nos estribos e afastando o corpo da sela o suficiente para não sentir o impacto do andamento. Qualquer destas opções é fisicamente exigente para o cavaleiro e pouco compatível com vários dias seguidos a cobrir as distâncias assinaladas.

Um trote diferente, mas igualmente rápido, é aquele que é conhecido como “passo baixo”, que evoluiu para um passo de corrida conhecido, ainda hoje, como “passo travado”. Neste caso, o animal não movimenta os membros na diagonal, mas sim os dois do mesmo lado em simultâneo, não provocando o impacto no cavaleiro que o trote normal produz. Talvez resida aqui o tal “andamento mais cómodo” atribuído por Plínio ao *thieldon* e às raças ibéricas do Norte⁷²³. Estes dados contrariam a ideia, aceite de uma forma generalizada, de que o andaluz era a raça utilizada em combate, quer do lado cristão, quer do lado muçulmano, pois dificilmente esse cavalo aprende o “passo travado”. Os ritmos de deslocamento mantidos pelos cavaleiros cristãos, assinalados no quadro 8,

⁷²¹ POWERS, 1988, pp. 160-161.

⁷²² Na atualidade, as velocidades das provas de endurance variam entre mínimos de 8 quilómetros por hora e máximos na ordem dos 16 quilómetros por hora, considerando cavalos especificamente preparados para o efeito e um apoio veterinário e tempos de recuperação adequados (FEP, 2016, p. 16).

⁷²³ Acresce que, na atualidade, subsistem no norte da Península tradições de feiras equestres em que se mantêm corridas de passo travado, um costume que, em Portugal, não se encontra em latitudes a sul de Lamego. Além disso, os praticantes da modalidade utilizavam, até há bem pouco tempo, garranos do Gerês como montadas privilegiadas, afirmando, em simultâneo, ser bastante difícil conseguir que um Lusitano, um Andaluz ou outro cavalo de “sangue quente” execute passo travado.

sugerem a utilização de cavalos de “sangue frio”, cujo andamento seja menos penoso para o guerreiro, permitindo-lhe cavalgar mais horas por dia.

Com efeito, o raio de ação dos cavaleiros-vilãos é impressionante. O caso mais paradigmático para o território português talvez seja o dos “cavaleiros de Santarém”. Antes assinalámos que é difícil distinguir forças da milícia daquela vila de outros cavaleiros cristãos, principalmente quando referidos nas fontes muçulmanas, uma vez que a travessia do Tejo se fazia nos vaus por ela controlados. Pouco tempo depois da tomada da vila por D. Afonso Henriques, em 1147, a milícia já controlava a fortaleza do Alvorge de Toxe, nas imediações da atual Golegã, e dela fez base de operações, mais conveniente para atravessar o rio em expedições direcionadas a Sudeste⁷²⁴. Sabemos que, nas suas incursões, chegaram até Beja, Badajoz e mesmo Niebla.

Quadro 8. Distâncias percorridas por cavalgadas desde Santarém

Data	Ação	Distância mínima	Duração estimada da aproximação	Fonte
1162, novembro	Conquista de Beja	150Km	3 dias	ADA, p. 158. PMH-S-I, p. 14
1165, verão	Ataque às imediações de Badajoz	140Km	3 dias	IBN SAHIB AL-SALA, 1969, p. 75
1166, maio	Ataque à região de Taliāta, Niebla	270Km	5-6 dias	IBN SAHIB AL-SALA, 1969, p. 91

Os tempos foram calculados considerando uma média de 50 quilómetros por dia, mas sabemos que poderia ser coberta maior distância, ou seja, seria possível atingir Beja em menos de três dias e Niebla em menos de seis. Mas se o percurso de ida podia ser lesto, especialmente se os cavaleiros fossem o mais ligeiros possível, o regresso, com saque, era forçosamente mais lento.

A dimensão dos alfozes dos concelhos mais antigos de regiões de fronteira é aclaradora do raio de ação dos cavaleiros⁷²⁵. Infelizmente não dispomos da descrição dos

⁷²⁴ VIANA, 2005, p. 582. Encurta, por exemplo, a distância entre a travessia do rio e Badajoz. Atravessando em Santarém, percorrem-se 160 quilómetros e atravessando em Toxe, 150 quilómetros. Mas é possível que a preponderância do Alvorge de Toxe se deva à probabilidade de os vaus daquela faixa do rio serem mais abundantes e poderem permanecer praticáveis durante mais tempo, ao longo do ano.

⁷²⁵ Sobre a relação da dimensão do alfoz com a instituição dos cavaleiros-vilãos veja-se DIAGO-HERNANDO, 1992, p. 33.

limites de Santarém e de Évora através dos respetivos forais. Mas admitindo que, por altura da outorga do foral de 1166, o alfoz da segunda correspondia à *kura* de *Yabura*, este estender-se-ia, para noroeste, até Coruche e para sul até à Ribeira de Odivelas, ao nível de Portel e Alvito⁷²⁶. Estes limites configuram distâncias máximas da ordem dos 70 quilómetros entre Évora e Coruche, só possíveis de cobrir com eficácia e em tempo reduzido por guerreiros montados⁷²⁷.

A análise efetuada incidiu sobre a cavalaria-vilã, mas tudo leva a crer que se passasse algo semelhante com outro tipo de forças montadas, compostas por cavalaria nobre ou das ordens militares. A guarda régia também era capaz de percorrer grandes distâncias em pouco tempo. No contexto da batalha de Cerneja, em 1137, o rei Afonso VII correu, de Palência a Tui, em três dias, cobrindo uma distância superior a 300 quilómetros, o que obrigou, certamente, a etapas diárias da ordem da centena de quilómetros⁷²⁸. Uma vez mais, tais distâncias contribuem para considerar como provável a utilização de cavalos de raças nortenhãs e não de andaluzes.

2.4. A relação do homem com o território

O processo de *Reconquista* foi acompanhado por um crescimento populacional, verificado ao longo dos séculos XII e XIII, e pelo contraste entre um Norte senhorial e um país que se foi alargando para sul tendo por base os concelhos. Está incontornavelmente associado à colonização de novos espaços e à submissão das populações pré-estabelecidas aos poderes cristãos que passaram a controlar os espaços da Estremadura, do Alentejo e do Algarve⁷²⁹. Todo o território que se foi alargando e conformando o reino de Portugal, ao longo dos cinco primeiros reinados, apresentou

⁷²⁶ Ver o mapa sugerido por Stéphane Boisselier adaptado de um anterior, produzido por Rui de Azevedo (BOISSELLIER, 2003, p. 604).

⁷²⁷ Em abril de 1176, D. Afonso Henriques doou o castelo de Coruche, com o seu termo, aos freires da milícia de Évora, ou seja, uma década após a conquista definitiva da cidade e mediante a materialização da ameaça muito concreta do avanço almóada. O monarca considerou a “*utilitatem christianitatis et defensionem regni*” (DR, doc. 327, p. 427), o que nos leva a pressupor dois aspetos: primeiro, que a milícia já era uma realidade à data e que tinha dado provas de combate eficaz contra o Islão; segundo, que a escolha de Coruche não é um acaso e sim a atribuição de uma base firme numa área que já seria de intervenção daqueles cavaleiros. Há ainda a considerar a ementa da *Chronica Gothorum* que refere que, logo após a conquista de Évora por Geraldo, o rei iniciou a edificação do castelo de Coruche. A nosso ver, trata-se de mais um indício de que, mais do que os de Santarém, os cavaleiros de Évora desempenharam uma função de “tampão” em relação a ameaças do sul e que essa função permitia a defesa da região de Coruche. Cf. *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 14.

⁷²⁸ REILLY, 1998, p. 59, uma distância e tempo aceites por Mattoso (2007, p. 141).

⁷²⁹ MATTOSO, 1995, vol. 1, pp. 24-25.

desafios de caráter militar, relacionados com os objetivos, com a obtenção e mobilização de guerreiros e com as possibilidades de sustentação de hostes em campanha.

Por “valor militar do terreno” entendemos aqueles espaços que se constituem como pontos importantes mais ou menos constantes e que, por isso, suscitavam no homem medieval medidas específicas de caráter militar. De certa forma, todas as fortificações correspondem, numa perspetiva local, a esta lógica e a presença de uma boa rede de castelos e torres é, por princípio, indiciadora da relevância militar de toda uma região. As teorizações militares contemporâneas exprimem a noção de ponto importante através de um postulado simples: é o local que, na posse de um dos contendores, lhe confere nítida vantagem sobre o adversário⁷³⁰.

Os elementos do território possuem um valor que designaríamos por intrínseco; um valor que, independentemente da conjuntura vivida, converte um local ou área específica num ponto de importância estratégica e, por conseguinte, de interesse militar. Temos indícios suficientes para afirmar que, na Idade Média, os decisores tinham, ainda que intuitivamente, a noção de ponto ou terreno importante⁷³¹. E também a tinham os homens de cultura, já que as fontes o revelam frequentemente. Por exemplo, Rodrigo Jiménez de Rada refere, a propósito do D. Afonso Henriques, que “fortificou com muralhas muitos pontos estratégicos da sua pátria”⁷³². E a *Chronica Gothorum*, ao aludir a Leiria, afirma que o monarca aí mandou edificar um castelo, como um lugar apropriado para a defesa do território e o prejuízo dos seus inimigos⁷³³.

Para além das fontes coevas, também as interpretações dos séculos XIV e XV sobre a *Reconquista* nos apresentam alguns desses pontos importantes. A *Crónica de 1419* aponta duas razões para o rei querer tomar Santarém, a primeira das quais alude à importância militar: “*porque era lugar muy forte e quereyro*”⁷³⁴. Uma outra referência, na *Crónica da Conquista do Algarve*, aponta Cacela como lugar “*forte e boom*”⁷³⁵.

⁷³⁰ A noção de ponto importante é transversal a todas as doutrinas militares ocidentais. Vejam-se, a título de exemplo, ME 20-04-04, 2008, pp. 2-19), para o caso português e FM 34-130, 1994, pp. 2-17, para os Estados Unidos da América.

⁷³¹ Sobre a noção “estratégica” dos decisores medievais, veja-se GARCÍA-FITZ, 1991 e também 1998b, pp. 44-45.

⁷³² DRH, p. 273.

⁷³³ “(...) locum idoneum, et munitionem Regni sui, et aptum ad detrimentum inimicorum suorum...” (*Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 12).

⁷³⁴ CP1419, Cap 20, p. 35.

⁷³⁵ CCA, p. 83.

O conhecimento do valor estratégico do terreno por parte dos protagonistas medievais também nos é revelado pela sequência das ações militares. Antes de conquistar Coimbra – “a mais importante cidade daquela terra [Portugal]”⁷³⁶ – na sequência de um cerco, em 1064, Fernando Magno assegurou o controlo do seu flanco direito, a norte, mediante a conquista prévia de Lamego (1057) e Viseu (1058). D. Afonso Henriques avançou para Lisboa, em 1147, depois de ter assegurado o controlo de Leiria e de Santarém⁷³⁷. Mais tarde, Alcácer era apresentada pelo bispo Soeiro Viegas, em 1217, como “um castelo que é de todos os castelos o mais ameaçador dos cristãos”⁷³⁸.

Apresentámos referências genéricas, que podem até parecer do âmbito do senso comum, mas que, num mundo em que não se utilizavam mapas, revelam notável sentido de apreensão do espaço⁷³⁹. Em relação a este assunto, parece-nos possível e útil sistematizar o valor militar do terreno em três grupos. Por um lado, os locais que se manifestavam importantes porque constituíam nós viários ou terreno de trânsito obrigatório, quer para o tráfego comum, quer para os exércitos. Por outro lado, os que se destacavam pela sua prosperidade. Finalmente, aqueles que conjugavam ambos os fatores.

Não é possível estabelecer uma escala de importância destes pontos. Mas podem apontar-se como nós viários e terreno de trânsito obrigatório, a título de exemplo, alguns bem relevantes à escala do reino. Era o caso de Coimbra, local de travessia do Mondego e de confluência da estrada atlântica e da estrada da Beira ou o caso de Santarém que, para além de controlar o tráfego fluvial e alguns vaus do rio, era ponto de junção de vários itinerários, a norte e a sul do Tejo. Em suma: todos os nós viários importantes, que referimos a propósito das vias e itinerários, cabem neste grupo.

⁷³⁶ DRH, p. 233.

⁷³⁷ Não podemos ter a certeza se a conquista de Lisboa se enquadrou num “vasto plano” do rei em coordenação com outras autoridades a nível peninsular e europeu (MATTOSO, 2007, p. 231). Mas ao nível de Portugal, não há dúvidas de que o monarca assegurou deliberada e previamente o controlo de Leiria e de Santarém. A relação de Santarém com Lisboa é óbvia a muitos níveis e o seu controlo tem sido frequentemente assinalado como indispensável para a conquista da urbe olissiponense. Vejam-se, por exemplo MATTOSO, 2007, p. 237; BRANCO, 2007, p. 25; ou M.G. MARTINS, 2011, pp. 62-63. Já no caso de Leiria, a relação não é estabelecida de modo tão direto, mas Pedro Gomes Barbosa tem apontado a posse de Leiria como fator ordenador da conquista de toda a Estremadura (BARBOSA, 2004, p. 20 e 2008b, p. 135).

⁷³⁸ *Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmen*, PMH-S-I, p. 103.

⁷³⁹ Existiam geógrafos e representações gráficas, embora na Idade Média fosse mais comum a descrição do território através do texto. Estes documentos destinavam-se a permanecer nos acervos dos locais onde eram produzidos e não a serem transportados pelas pessoas para, por eles, se orientarem. Sobre a representação do espaço na Idade Média, veja-se GAUTIER-DALCHÉ, 1990, pp. 5-15.

Não é por acaso que estes povoados se sobrepõem em importância e dimensão a tudo o que os rodeia, herdando ou tornando-se núcleos urbanos importantes e exercendo uma força centrípeta que os torna local de confluência de itinerários. De um modo geral, o avanço cristão para espaços antes controlados pelos poderes muçulmanos não altera estas condições. Vejam-se os casos de Évora e de Beja. A primeira era uma cidade populosa e de intenso comércio, centro importante na região e em ligação permanente com outro centro, o do porto de mar que lhe correspondia – Alcácer⁷⁴⁰. A segunda, ponto de confluência de, pelo menos, seis itinerários, provenientes de múltiplas direções⁷⁴¹.

De dimensão um pouco mais reduzida, mas de relevância regional, encontram-se também locais de passagem obrigatória, como é o caso de Tomar. Situada quase na extremidade sul do itinerário que seguia do Tejo para Coimbra pela Ladeia, manteve sempre um forte carácter rural e periférico durante a dominação muçulmana, sendo que a sua importância militar advinha de se ter convertido num ponto de articulação de trânsito entre Santarém e Coimbra⁷⁴². Nesta lógica e a escalas mais regionais, os pontos com estas características multiplicavam-se e eram frequentes palcos de ações militares. Numa passagem igualmente reveladora da sensibilidade medieval para a importância do terreno, a *Vida de São Martinho de Soure* apresenta-nos os agarenos a realizarem incursões contra as encruzilhadas dos caminhos, caindo sobre os cristãos que passavam e daí resultando mortos e cativos⁷⁴³.

O segundo género de pontos ou terreno importante correspondia às regiões conhecidas pela sua prosperidade, que se convertiam frequentemente em objetivo de expedições de saque, mesmo que as enormes distâncias a percorrer acarretassem riscos acrescidos. A ocidente de Sevilha, no Aljarafe, Al Himyari menciona oito mil aldeias agrícolas habitadas por agricultores com esplêndidas granjas e que tudo isto se iniciava a três milhas da cidade, estendendo-se os olivais até à ponte de Niebla⁷⁴⁴. Apesar do exagero da fonte, a região era conhecida pela sua prosperidade e foi saqueada várias vezes

⁷⁴⁰ CORTESÃO, 1984, pp. 55-56. Também tinha ligação a Mértola.

⁷⁴¹ Ver o mapa em A.H. MARQUES, 1996a, p. 488. Ver o Mapa 2 (Rede viária medieval), em anexo.

⁷⁴² F. SANTOS, 2011, p. 30.

⁷⁴³ *Vita S. Martini Sauriensis*, PMH-S-I, pp. 60b e 61a.

⁷⁴⁴ AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, p. 211.

por cavaleiros provenientes do espaço português, registando-se ações, pelo menos, em 1178⁷⁴⁵, 1182⁷⁴⁶ e 1225⁷⁴⁷.

Idrisi redigiu a sua obra em meados do século XII, numa altura em que D. Afonso Henriques avançava para o vale do Tejo. Salientou a riqueza das cidades comerciais muçulmanas do ocidente da Península – Faro, Silves, Alcácer, Évora, Lisboa, Santarém e Elvas (Coimbra tinha já sido perdida havia muito tempo). Do lado cristão, talvez mais simbólica do que material, só Santiago de Compostela podia comparar-se à grandeza das muçulmanas⁷⁴⁸, embora, à dimensão do reino, nos seja oferecida a perspetiva que o próprio monarca tinha das localidades mais importantes. No testamento de 1181, D. Afonso Henriques nomeia Lisboa, Santarém, Coruche, Abrantes, Torres Novas, Ourém, Leiria, Pombal, Coimbra, Viseu, Lamego, Braga e Porto⁷⁴⁹.

Não é fruto do acaso que a maioria das cidades enunciadas por Idrisi sejam portos de mar: à exceção de Évora e Beja, as restantes tinham uma relação com o oceano, ou por serem costeiras, ou por possuírem importantes portos fluviais⁷⁵⁰, salientando-se Lisboa, Silves e Alcácer. Nas mãos dos poderes muçulmanos que se foram sucedendo no seu controlo, para além de entrepostos comerciais, constituíam bases navais e, para os cristãos, foi obrigatório possuir superioridade no mar para as conquistar. Uma superioridade que, aparentemente, era impossível de conseguir pela monarquia portuguesa, a não ser com recurso a esquadras volumosas provenientes do Norte da Europa⁷⁵¹.

Há que considerar também um valor extrínseco no território, que lhe era emprestado por cada conjuntura político-militar. Nesta perspetiva, não é a configuração do espaço que é determinante, mas sim a sua situação em relação aos poderes em

⁷⁴⁵ Fossado de Triana, comandado pelo infante Sancho (*Chronica Gothorum*, PMH-S-I, pp. 15-16).

⁷⁴⁶ Incursão à região de Sanlúcar, por cavaleiros de Lisboa e de Santarém (POWERS, 1988, p. 43).

⁷⁴⁷ Incursão intercetada por forças muçulmanas, tendo tido lugar a lide de Tejada (AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, pp. 156-157).

⁷⁴⁸ Santiago de Compostela era a exceção, na precocidade e na dimensão, no urbanismo cristão alto-medieval (LÓPEZ ALSINA, 2015, pp. 285-286). Ver também CORTESÃO, 1984, p. 55.

⁷⁴⁹ DR, doc. 344 de 1181, março.

⁷⁵⁰ PICARD, 2000a, p. 57.

⁷⁵¹ Com efeito, qualquer das três cidades foi cercada e conquistada com o apoio de cruzados. Lisboa contou com o apoio dos combatentes no contexto da Segunda Cruzada, proclamada em dezembro de 1145, pelo papa Eugénio III; Em 1189, D. Sancho I aproveitou a passagem de navios cruzados em duas ocasiões muito próximas, beneficiando do apoio de 55 navios para a conquista de Alvor e, um mês mais tarde, de 11 naus cruzadas que se juntaram às 24 que possuía para conquistar Silves (DAVID, 1939, p. 616 e HENRIQUES, 2003, pp. 32-43); Em 1217, o bispo de Lisboa, Soeiro Viegas, motivou os comandantes de uma esquadra com mais de 100 navios, no contexto da Quinta Cruzada, a participarem na tomada de Alcácer (MH, 1960, pp. 48-49).

confronto. É assim que vamos encontrar a região de Entre Lima e Minho ainda bastante militarizada no século XIII, fruto das necessidades manifestas dos séculos anteriores, frente à ameaça leonesa⁷⁵². A linha do Mondego e a faixa entre Coimbra e Santarém constituíram a região estratégica central, frente ao Islão, até atingida a linha do Tejo, em 1147⁷⁵³. E também toda a linha do Côa constituiu espaço de interesse e atenção permanente até ao Tratado de Alcañices⁷⁵⁴.

A estes poderíamos adicionar mais exemplos cujos contextos transformaram o espaço em território-chave. Um dos elementos conjunturais que parece ter relação direta com a guerra é a transformação de espaços insuspeitos em centros de decisão, como os locais de presença da Cúria ou de outros poderes que, no âmbito de uma campanha militar, se perseguem. O castelo de Lanhoso, por exemplo, esteve no centro da conflitualidade entre D. Teresa e a sua irmã D. Urraca, em 1120, pela circunstância da primeira aí se ter refugiado⁷⁵⁵. O mesmo se passou com Guimarães, em 1127, quando D. Afonso Henriques esteve sob o cerco de Afonso VII e no ano seguinte aí ter ocorrido a batalha de S. Mamede⁷⁵⁶. Nesta ótica, contextos de guerra civil também eram propícios a transformar locais específicos em pontos determinantes para o desfecho de campanhas, como no conflito que opôs D. Afonso II às irmãs D. Teresa e D. Sancha. Assim, no início da segunda década do século XIII, Montemor e Alenquer convertiam-se em objetivos centrais, pelo facto de os seus senhorios pertencerem às infantas⁷⁵⁷.

Os centros de poder eclesiástico também configuravam pontos importantes na perspetiva militar, como polos agregadores do espaço diocesano, pelo que, alcançar, controlar ou procurar a cooptação do bispo respetivo, faziam da sede episcopal um espaço

⁷⁵² Ver A. ANDRADE, 1994, pp. 185-186.

⁷⁵³ Para o papel de Coimbra enquanto urbe de fronteira, veja-se MATTOSO, 2007, pp. 147-151. Para uma síntese da transformação do Tejo em *limes* e a consequente militarização, veja-se F. SANTOS, 2011, p. 50.

⁷⁵⁴ Sobre relevância da região de Ribacoa veja-se DE LA TORRE RODRÍGUEZ, 1998, pp. 783-800. Vejam-se também COSME, 2002 e PERESTRELO e FERREIRA, 2001, pp. 885-893, este último no que respeita a fortificações e itinerários. Sobre a gestão dos foros na raia luso-leonesa, veja-se R. MARTINS, 1997.

⁷⁵⁵ HC, p. 363.

⁷⁵⁶ Nas imediações do castelo de Guimarães (ADA, p. 152 e *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p.12). Naturalmente que alguns são já locais habituais de presença da rainha ou da Cúria, mas trata-se de espaços com menos relevância do que outros muito próximos (como Braga, no caso de Lanhoso), que só a adquirem pela presença régia.

⁷⁵⁷ D. Afonso II terá o seu reinado intermitentemente marcado por conflitos com as irmãs, um estado de coisas que se estenderá também pelos dois reinados seguintes. Cercou Montemor em novembro de 1211, procurando submeter Teresa Sanches (VILAR, 2008, pp. 130-137), sendo possível que também tivesse desencadeado uma outra ação ofensiva sobre Alenquer, pertencente ao senhorio de D. Sancha (M.G. MARTINS, 2014b, p. 446).

de interesse estratégico. Quando invadiu Portugal em 1141, Afonso VII procurou alcançar Braga, depois de conquistar Pena da Rainha⁷⁵⁸. Por seu lado, D. Afonso Henriques sabia que nunca poderia dominar o território de Límia se não controlasse o bispo de Tui⁷⁵⁹. A conceção política de espaço territorial coexistiu com a religiosa num paralelismo que se foi esbatendo, ao longo da segunda metade do século XII, à medida que se foi tornando claro que a circunscrição das dioceses não tinha de se conformar com os limites políticos e vice-versa⁷⁶⁰.

Mas a relação dos guerreiros com o território não se ficava somente pela procura do controlo de terreno importante. Um outro fator a considerar era o número de combatentes que determinada unidade territorial conseguia fornecer, e o tempo que estes podiam dedicar ao serviço das armas. Se a disponibilidade de homens residisse somente no quantitativo em valores absolutos, parte dos problemas que se colocavam aos comandantes medievais estaria resolvida. A questão mais difícil deveria prender-se com este outro motivo: podia haver combatentes, mas o seu empenhamento não era possível em todas as épocas do ano, nem durante muito tempo, sob pena de, a médio-longo prazo, se perder capacidade de mobilização.

As limitações de tempo estavam intimamente relacionadas com a prática agrícola, pelo que necessitamos de uma visão sobre a forma do cultivo da terra nos séculos XII e XIII. O mapa das principais culturas, ou pelo menos das que mais mão-de-obra envolviam e se praticavam de forma extensiva, permite-nos estabelecer, de uma forma geral e com os devidos ajustes de região para região, o grau de empenhamento dos camponeses ao longo do ano e a consequente disponibilidade para o serviço militar, principalmente

⁷⁵⁸ CAI, livro I, p. 82. Sobre Braga enquanto objetivo principal de uma campanha, consulte-se REILLY, 1996, p. 243. Nessa data, o arcebispo-primaz era João Peculiar, condutor da diplomacia régia, o que deveria constituir um fator adicional a reforçar o papel de centro de gravidade de poder, não só eclesial, mas inerente a todo o reino.

⁷⁵⁹ A estabilidade e soberania de D. Afonso Henriques sobre a região de Límia passava, em boa medida, pela relação com o bispo de Tui, que era senhor da cidade (LADERO-QUESADA, 1998, p. 678). Logo em 1137, depois de entrar na cidade à força, reparou os danos mediante uma importante doação à Sé (MATTOSO, 2007, p. 141). Em 1169, ano em que o monarca português se veria obrigado a restituir a posse de Límia e Toronho a Fernando II de Leão, na sequência do incidente de Badajoz, D. Afonso Henriques faria ainda uma última doação ao bispo (MATTOSO, 2007, p. 291).

⁷⁶⁰ Veja-se BRANCO, 1999, vol. I, especialmente as pp. 111 e 112. Sobre a dicotomia entre as fronteiras políticas e os limites diocesanos, consulte-se SOTO-RABANOS, 1998. Para o caso específico das dioceses de Braga e Tui, veja-se M. F. ANDRADE, 1998.

aquele que os afastaria algum tempo das suas tarefas⁷⁶¹. Em tal, não estava em causa somente a peonagem, pois os cavaleiros-vilãos também eram agricultores⁷⁶².

No mundo cristão, o ritmo agrícola iniciava-se com as sementeiras em setembro. Com efeito, em quase todo o território a norte do Tejo, este é o mês de vindimar, estercar as terras e começar as primeiras sementeiras. Em outubro colhia-se a castanha, a noz e a avelã. Em novembro, a sementeira de trigo espelta, aveia, centeio e cevada. Em dezembro, a atividade reduzia, mas podiam continuar as sementeiras de trigo e centeio, especialmente no Entre-Douro-e-Minho e em Trás-os-Montes. Em janeiro semeava-se o centeio e lavravam-se as terras para a sementeira de Primavera. Em fevereiro podia-se semear milho nas terras altas da faixa atlântica e em março-abril, semear as culturas de Primavera nas terras que para isso fossem propícias. Entre abril e junho, a lavoura não exigia tantos cuidados até à ceifa, que ocorria entre junho e julho⁷⁶³. Este era o primeiro período do ano que aliava condições atmosféricas favoráveis a uma maior disponibilidade dos homens.

Depois do cereal ceifado, debulhado e a palha recolhida, o final de julho e o mês de agosto constituíam um segundo momento de pausa nos trabalhos agrícolas. Havia, portanto, dois períodos no ano em que os campos exigiam menos cuidados, ou seja, entre finais de abril e meados de junho, e depois entre meados de julho e setembro. Uma campanha militar que se iniciasse em abril e se prolongasse para além de junho, colidiria com a ceifa. Como durante os meses de abril e maio encontravam os celeiros praticamente vazios, os objetivos das expedições desencadeadas nessa altura eram, normalmente, o saque de gado ou a eventual destruição de culturas ainda nos campos⁷⁶⁴.

Uma campanha militar iniciada após a ceifa (de julho a setembro) tinha algumas vantagens: dispunha de um período maior de disponibilidade dos combatentes, uma vez que podia prolongar-se pelos três meses de julho, agosto e setembro sem grande prejuízo para os trabalhos agrícolas e tinha melhores hipóteses de encontrar, nos territórios visados, os celeiros cheios⁷⁶⁵. Um terceiro período, entre dezembro e janeiro, constituía

⁷⁶¹ Também nos permite perceber as alturas do ano em que a terra teria melhores condições de oferecer sustento a forças militares em marcha, como se verá mais adiante.

⁷⁶² MATTOSO, 1999d, p. 378.

⁷⁶³ Embora, nalguns lugares pudesse ir mesmo até à “Santa Maria de Agosto”, era frequente a ocorrer em Junho e, mais ainda, em Julho (MARREIROS, 1996a, p. 408).

⁷⁶⁴ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 148.

⁷⁶⁵ Os camponeses costumavam pagar o pão entre as Calendas de Agosto e São Miguel de Setembro (01 de Agosto a 29 de Setembro). São vários os indícios neste sentido, como o disposto no aforamento da vila de Nuzedo, em 1257 (PMH-LC-I, p. 677).

também um relativo afrouxamento da atividade agrícola, mas tinha o inconveniente de se tratar da estação fria e das chuvas.

As operações militares, principalmente as conduzidas pelas populações autonomamente, embora pudessem fazê-lo em nome do rei, estavam intimamente ligadas com os ciclos agrícolas. O foral de Seia, em 1136, é explícito quanto à obrigatoriedade de execução de um fossado anual, em maio⁷⁶⁶. Ora, se por um lado este mês permitia a ação militar, quer pelas condições atmosféricas, quer pelo relativo libertar de atividade agrícola, era a altura do ano em que os celeiros estavam mais vazios. Além disso, como a Beira Interior não era propícia às culturas temporãs, um fossado nessa altura do ano tinha certamente como objetivo o saque cabeças de gado, que estariam no seu movimento das planuras do sul para as terras altas⁷⁶⁷.

Em Castela e Leão, García Fitz distingue, quanto à temporalidade, as campanhas organizadas pelas milícias concelhias das que eram empreendidas pela hoste régia. Assinala, para as primeiras, cavalgadas de duas a três semanas. Para as grandes incursões organizadas pela Coroa ou pelos seus grandes senhores, especialmente as destinadas a destruir culturas, pequenas aldeias ou fortalezas de menor dimensão, aplicava-se um período mais alargado, mas que não iria além dos três meses. Na tabela coligida pelo autor citado, a duração das cavalgadas régias cristãs e das expedições muçulmanas aponta para um mínimo de 30 dias e um máximo de oito semanas⁷⁶⁸. A invasão de Afonso VII em setembro-outubro de 1127, que devastou o território entre Chaves e o Minho, durou seis semanas⁷⁶⁹, tempo compatível com os estudos referidos.

Para Portugal existem dados que apontam para um estabelecimento das seis semanas por parte da Coroa. É uma medida temporal presente nas Inquirições registadas para a região de Lamego, onde um morador do lugar de Fafel (c. Lamego) tinha obrigação de velar os muros do castelo, durante a noite, juntamente com todos os moradores sujeitos

⁷⁶⁶ *Et caballarios de Sena que aprestamo non tenerint non faciat nullum fossatum nisi illo de maio et apelido* (PMH-LC-I, p.371 de 1136, maio). O documento que nos chegou é a confirmação de D. Afonso II, mas tudo aponta para que o texto apresentado figurasse nesta forma no original. Mesmo assim, ainda que se tratasse de uma alteração à redação, continuaria válida a informação de que, pelo menos no início do século XIII, o foral anual era em Maio.

⁷⁶⁷ Apesar da transumância de longas distâncias só se ter tornado possível depois de estabelecidas medidas que isentassem os pastores do pagamento de jugada, o que ocorreu na segunda metade do século XIII, anteriormente o movimento sazonal de gado era uma prática corrente (ARAÚJO, 1998, p. 232). Se dúvidas houvesse quanto aos objetivos destas expedições de final de Primavera, bastaria atentar nos foros de Ribacoa, que são explícitos a mencionar as cabeças de gado como principal presa de saque.

⁷⁶⁸ GARCIA FITZ, 1998a, pp. 143-145.

⁷⁶⁹ HC, p. 468-469.

ao mesmo foro, se os habitantes do castelo fossem em hoste com o rei, estendendo-se a obrigação por seis semanas⁷⁷⁰. A dez quilómetros de distância, os moradores das cavalaria régias de Tarouca tinham de acompanhar o rei com cavalo e armas e permanecer em hoste ou anúduva, igualmente por seis semanas⁷⁷¹. O mesmo se passava com uma cavalaria de Vouzela⁷⁷². E, em 1284, aquando das Inquirições de D. Dinis à região do Vouga, na aldeia de Nogueira, julgado de Sever, ainda vigorava este prazo⁷⁷³.

Períodos de seis semanas encaixavam perfeitamente entre abril e maio, mas também depois das ceifas de junho e antes das vindimas de setembro. Maior duração começaria por inviabilizar a ida em campanha no primeiro período. No final do século XIII, o período de serviço nas cavalaria do Vouga foi alargado de seis para sete semanas, como atesta um documento possivelmente datado de 1292⁷⁷⁴. Mas pode ter-se tratado de uma exceção porque a medida de seis semanas perdurou nas centúrias seguintes, pois continuava a constituir o limite máximo de pagamento de soldada no século XIV⁷⁷⁵.

Os cercos a fortalezas podiam subverter esta lógica temporal e até colocar o comandante atacante numa situação difícil para conseguir manter os guerreiros agregados, sendo comuns as deserções entre os sitiadores, findo o tempo de serviço acordado⁷⁷⁶. Uma vez que a maioria dos assédios em Portugal, na cronologia que estudamos, foram breves e sobre pequenas fortalezas, e a maioria dos longos tiver o apoio de cruzados estrangeiros, não sujeitos, portanto, às limitações de tempo que temos vindo a descrever, não conseguimos perceber com facilidade casos em que tenha havido abandono das operações por parte das hostes sitiadoras. Talvez estejamos perante um indício desta dificuldade na retirada de parte do exército de D. Afonso Henriques durante o cerco de Lisboa de 1147, referida, mas inexplicada no relato do cruzado⁷⁷⁷.

⁷⁷⁰ PMH-I-I, p. 1035.

⁷⁷¹ PMH-I-I, p. 1071a. É também interessante notar que as seis semanas vigoram igualmente para os monteiros do rei. Em Bustelo, terra de Santa Maria de Gestaçõ, serviam “*servirent vjes cum sua azcuma et cum suo corno et cum suo savigio*”(PMH-I, p. 1154a).

⁷⁷² PMH-I-I, p. 907a.

⁷⁷³ PMH-I-II, p. 59.

⁷⁷⁴ M.G. MARTINS, 2007, pp. 136, n. 581. Esta medida talvez pudesse ter sido implementada por os intervenientes estarem a usar parte do tempo de serviço para os deslocamentos de ida de encontro à hoste e de regresso às suas casas. Uma semana adicional deveria ser o bastante para garantir a permanência de seis semanas no serviço da hoste.

⁷⁷⁵ M.G. MARTINS, 2007, pp. 50, n. 174.

⁷⁷⁶ M.G. MARTINS, 2016, p. 209.

⁷⁷⁷ Existem várias hipóteses no sentido de justificar a dispensa de parte da hoste, tendo permanecido com um “reduzidíssimo número de cavaleiros e oficiais da sua casa” (CLM, Cap. 16, p. 111). Augusto Aires do Nascimento questiona-se se esta dispensa se devia ao rei estar convencido que a cidade acabaria por se render; se teve conhecimento de uma ameaça sobre Santarém, fazendo-o acorrer àquele local; se se tratava

Regressemos, agora, ao quadro 1, apresentado no início do presente capítulo. A maior incidência de operações corresponde, antes de qualquer outro fator, aos períodos de abrandamento dos trabalhos agrícolas. As melhores condições atmosféricas, períodos de luz mais longos e alimentação para as montadas dos combatentes parecem constituir fatores de uma segunda grandeza. Sabemos que, de um modo geral, a guerra se encontra subordinada às estações do ano. Mas a “análise fina” do gráfico revela-nos que no Portugal cristão dos séculos XII e XIII, as operações militares eram essencialmente orientadas pelos ciclos agrícolas.

Os dados que analisámos até agora configuram possibilidades e limitações, determinadas pelo clima e pelas características do terreno e impõem, à atividade militar, um ritmo subordinado a uma sazonalidade que vai para além das referências gerais, glosadas na historiografia, de que a guerra era uma atividade estival. A altura do ano mais adequada para operações seria abril-maio, não só porque havia um abrandamento dos ciclos agrícolas, mas também porque as condições ambientais eram mais favoráveis: os dias eram maiores e menos pluviosos, mas ainda havia suficiente água e bastante erva para os cavalos. Os forais de Seia e Fonte Arcada (c. Sernancelhe), de 1136 e 1193, localidades a sul do Douro, referem explicitamente a obrigatoriedade de um fossado anual a ter lugar em maio⁷⁷⁸. Em nenhuma outra das 291 cartas analisadas⁷⁷⁹ detetámos a especificação da altura do ano.

Afortunadamente, os dois textos, embora sendo diferentes, deixam subjacente de forma bem explícita que o fossado anual de maio era a norma. Em Seia, determina-se que os cavaleiros que não beneficiassem de préstamo só estavam obrigados a responder ao apelido e a ir ao fossado de maio, sugerindo que esse fossado era uma constante; em Fonte Arcada, quem tivesse cavalo estava isento de jugada (como era normal, nos *milites*) e era obrigado a ir no “exército de maio”, ou seja, uma vez mais subjaz que o fossado de maio

de uma retirada simulada para incitar os muçulmanos a sair da cidade para combater em campo aberto; se estavam em causa as condições negociadas pelos cruzados; ou se tinha caducado o tempo de serviço a que os ricos-homens e suas mesnadas estavam obrigados, que Alexandre Herculano refere ser de três meses (cf. NASCIMENTO, 2001, pp. 169, nota 145).

⁷⁷⁸ Em Seia, *Et caballarios de Sena que aprestamo non tenuerint non faciat nullum fossatum nisi illo de maio et apelido*: (PMH-LC-I, p.371). Em Fonte Arcada, *Qui equum habuerit defendat iugadam et faciat exercitum de maio* (PMH-LC-I, p.486). Note-se que a adequabilidade deste mês para operações militares não é nem um exclusivo peninsular, nem da cronologia em estudo. Jean Flori já o afirmara para as hostes carolíngias, do século VIII, por exemplo (1998, p. 36).

⁷⁷⁹ Incluindo aforamentos coletivos.

era a regra. Talvez por isso, a esmagadora maioria dos forais que determinava um fossado anual se abstivesse de referir a altura da realização.

Na Beira Alta, a que dizem respeito estas duas cartas, parece haver uma conjugação de fatores que favoreciam – e até impeliam – as incursões depredatórias naquela altura do ano. Os trabalhos agrícolas abrandavam, pelo menos para os homens⁷⁸⁰, já que todo o cereal se encontrava semeado desde março-abril e a ceifa só iniciaria em junho; a erva era fresca e crescia por todo o lado, os lameiros estavam fechados e o gado pastava à porta de casa. Os cavaleiros podiam ter como certo encontrarem alimento para as suas montadas com facilidade, acrescentando que se tratava da erva mais fresca e viçosa do ano, correspondendo ao maior valor energético⁷⁸¹.

O fossado de maio parece ser ainda o objeto de, pelo menos, duas cantigas de escárnio a maldizer. Uma, de Afonso X, da segunda metade do século XIII, tem como refrão “*nom vem al maio*”, sendo aplicado como se de uma pena se tratasse: em cada estrofe, cavaleiro que tenha tido um comportamento reprovável em contexto de guerra, perde o direito a ir no fossado de maio⁷⁸². Uma outra cantiga, de Pero Gomes Barroso, trovador português contemporâneo de Afonso X, glosa um nobre de quem se esconde a identidade, mas de quem se desdenha por não ter vindo “ao maio”⁷⁸³.

E quanto aos objetivos? A possibilidade de saquear produtos agrícolas ou hortícolas é remota e deve ser afastada: maio era a altura do ano em que os celeiros estavam mais vazios e o transporte de cereal ou de outras produções obrigaria à utilização de carros e ao recurso a uma rede viária adequada, o que não é compatível com incursões montadas e rápidas. Recordemos que o gado, especialmente o lanífero, era a principal ocupação da meseta central. Era, ao mesmo tempo, a principal fonte de riqueza e o objetivo mais comum para o saque. De tal modo que o século XII assistiu à transição do termo “rês” pelo termo “ganado” (de ganhar), numa mostra clara que o objetivo privilegiado dos fossados realizados em maio, deveria, portanto, ser gado⁷⁸⁴.

⁷⁸⁰ Havia trabalhos agrícolas, mas na horta, normalmente a cargo das mulheres: o cultivo do feijão, de cebolas e o de milho miúdo (*panicum miliaceum*), que apesar de cereal, era cultivado na horta (A.H. MARQUES, 1978, pp. 81-85).

⁷⁸¹ SERRANO, 2006, p. 46.

⁷⁸² “O que da guerra levou cavaleiros” (G. LOPES, 2016, vol. 1, pp. 104-105, nº38).

⁷⁸³ “Chegou aqui Dom Foam e veio mui bem guisado” (G. LOPES, 2016, vol. 2, p. 393, nº11).

⁷⁸⁴ LOMAX, 1984, p. 134. Sobre esta questão veja-se também POWERS, 1988, p. 159. Referimo-nos, essencialmente, às pequenas expedições levadas a cabo pelos poderes concelhios em autonomia ou até por comunidades sem enquadramento municipal. Detalhamos a dimensão das expedições em 5.4, subcapítulo dedicado à prática da “guerra guerreada”.

O transporte deste provento estaria também bastante facilitado por duas razões principais: por um lado, o pasto abundava por todo o lado, aumentando consideravelmente o leque de opções quanto ao caminho de regresso⁷⁸⁵. Por outro lado, a estiagem que se começava a fazer sentir nesta altura do ano era, normalmente, suficiente para que se pudessem utilizar os vaus dos cursos de água.

Temos ainda a indicação de que em Tarouca o *judex* passava revista aos cavaleiros com as suas montadas por altura do São João Batista (24 de junho), data que foi alterada para o primeiro dia de maio pouco tempo antes de 1258. Robert Durand atribuiu esta alteração à interferência da data de junho com a ceifa e acrescentou que a menção, na inquirição de 1258, de que com a mudança da data também se alterava o procedimento, bastando ao cavaleiro apresentar-se com “*caballum*”⁷⁸⁶ e não “*caballum et armis*”, é reveladora da desmilitarização do cavaleiro⁷⁸⁷. No entanto, estamos em crer que a interpretação poderá ser diversa.

Por que razão a data dessa apresentação em Tarouca era, primitivamente, no final de junho e não no início de maio, considerando que a atividade militar era mais intensa em tempos anteriores do que em 1258? Se esta convocatória interferia com a ceifa em 1258, não o faria também nas décadas anteriores? Parece-nos que a apresentação dos cavaleiros ao juiz de Tarouca em junho poderia não ser prévia à saída para operações, mas sim posterior. Sabemos que era usual os cavalos perdidos em combate serem primeiro repostos à custa do saque obtido e que, só depois, se repartia o remanescente⁷⁸⁸. É possível que a apresentação de cavalos em junho estivesse relacionada com a

⁷⁸⁵ Confundindo com facilidade quaisquer perseguidores provenientes dos espaços assolados pelos cavaleiros e até, ao chegar ao território amigo, evitar o pagamento de montádigo.

⁷⁸⁶ PMH-I-I, p. 1075a.

⁷⁸⁷ DURAND, 2002, p. 249.

⁷⁸⁸ Pelo menos a sul do Maciço Central. Detetámos 38 forais e aforamentos coletivos com a obrigação explícita de, antes de repartir o saque, restituir cavalos a quem os tenha perdido em combate, sendo o espólio repartido com base nos animais sobranes. O foral de Évora de 1166 explicita a obrigação nos seguintes termos: “*Et omnes milites qui fuerint in fossado uel in guardia omnes caualeiros qui si perdiderint in algara uel in lide primus erectis eos sine quinta et postea detis nobis quintam directam*” (PMH-LC-I, pp. 392-393). Depois desta data, também a têm as cartas de Abrantes (1179), Coruche (1182), Palmela (1185), Covilhã (1186), Centocelas (1194), São Vicente da Beira (1195), Belmonte (1199), Benavente (1200), Sesimbra (1201), Alpedrinha (1202), Montemor-o-Novo (1203), Teixeiras e Souto-Rorigo (1206), Penamacor e Pinhel (1209), Castelo Branco (1213), Proença-a-Velha (1218), Alcácer (1219), Lardosa e Avis (1223), Marvão (1226), Sortelha (1228-29), Egitânia, Salvaterra e Elvas (1229), Alter e Crato (1232), Canha (1235) e Proença-a-Nova (1244). Mesmo depois da conquista definitiva do Algarve, a disposição continua a surgir nas cartas: Aljustrel (1252), Aroche (1255), Alcáçovas (1258), Marachique (1261), Terena, Tolosa e Portel (1262), Garvão (1267) e Seda (1271). A carta mais a Norte diz respeito a Pinhel, em 1209, e é a exceção, a norte da Serra da Estrela. É também de assinalar a relativa proximidade deste concelho com Tarouca e de considerar, ainda, a natureza das declarações dos inquiridos. São raras as paróquias que nos deem detalhes deste género, o que não significa que não existissem nas restantes.

verificação da posse dos animais, não só para fins tributários, mas também por uma questão de redistribuição dos despojos, já no regresso das incursões.

Na vila de Bafureiras, Julgado de São Salvador de Nogueira, os cavaleiros pagavam fossadeira no primeiro dia de maio. Se não o fizessem e fossem chamados à hoste régia, tinham de se apresentar e participar na expedição militar⁷⁸⁹. Esta disposição também deixa subjacente, por via diversa do anteriormente exposto, que mesmo para as incursões régias existia uma “época”, e que esta iniciava em maio, embora o rei estivesse menos sujeito aos ritmos da terra do que os cavaleiros-vilãos. Veremos adiante que se fazia acompanhar por uma *schola*, uma guarda pessoal de cavaleiros, abastecida a expensas da Coroa e que beneficiava de elevada mobilidade. Recordemos que uma parcela significativa das ações militares que conhecemos na Galiza, Minho Trás-os-Montes e Beira Transmontana teve lugar no inverno⁷⁹⁰. Operações perfeitamente exequíveis se tivermos em conta os fatores explanados anteriormente neste capítulo. Fora do âmbito régio também encontramos algumas expedições no inverno, associadas a ataques de surpresa ou oportunidade⁷⁹¹.

2.5. Síntese conclusiva

De entre os trabalhos de história militar medieval que conhecemos, não abundam as abordagens à guerra que, partindo de fatores geográficos, estratégicos e até biológicos, procurem encontrar respostas às questões políticas (e diplomáticas), sociais, de produção manufatureira, relacionadas com a guerra. No entanto, o estudo desses fatores parece-nos fundamental para a compreensão de boa parte do fenómeno bélico. Por conseguinte, o presente capítulo procurou colocar em evidência o modo como os elementos do sistema terrestre⁷⁹² específicos ou predominantes no Ocidente da Península Ibérica, influenciaram em geral a atividade humana nos séculos XII e XIII e, em particular, a atividade militar.

⁷⁸⁹ PMH-I, p. 987.

⁷⁹⁰ Em janeiro de 1121, a invasão de D. Urraca contra os domínios de D. Teresa (HC, pp. 361-363); em dezembro de 1140, a tomada leonesa de Castro Laboreiro (CAI, I, p. 75; DR, doc. 186 de 1141, abril, 16); entre janeiro e abril de 1199, a invasão de Trás-os-Montes por Afonso IX de Leão (BRANCO, 2006, p. 293); em novembro de 1211, a ofensiva de D. Afonso II contra as irmãs (M.G. MARTINS, 2014b, p. 452); entre dezembro de 1246 e janeiro de 1247, a entrada do Infante Afonso de Castela, pela Beira Alta (H. FERNANDES, 2010, p. 370).

⁷⁹¹ Lembremos as conquistas de Geraldo, da década de 1160. Mas também a conquista de Beja em novembro-dezembro de 1162 e a ocupação de Elvas e Juromenha em fevereiro de 1230. Não são grandes operações. São resultado de objetivos de oportunidade.

⁷⁹² Atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera.

No que ao clima diz respeito, constatou-se uma relação direta entre os bons e maus anos agrícolas e a guerra. Por exemplo, durante a administração almóada, em anos de pouca produção, Badajoz tinha muita dificuldade em sobreviver sem colunas de abastecimentos provenientes de Sevilha ou Córdoba que, por sua vez, eram alvo de ataques por parte dos cristãos. Maus anos agrícolas também catalisavam agitação social e convocavam as forças militares régias a lidar com esse tipo de problemas, como aconteceu com a crise de 1210, em Portugal. Pelo contrário, anos excepcionais podiam contribuir bastante para aliviar a pressão logística de um exército, permitindo que, na primavera e início do verão, se marchasse vivendo quase exclusivamente da terra, aumentando o raio de ação das campanhas.

A configuração e condições do terreno eram outros condicionadores da atividade militar. Nas regiões de relevo mais acentuado, a conjunção do coberto vegetal com a orografia limitava o trânsito aos itinerários, apresentando-nos o que poderíamos considerar autênticos “corredores de mobilidade militar”, como são os casos do vale do Cávado, em direção a Braga, a veiga de Chaves ou a “estrada mourisca” entre Tomar e Coimbra. Temos notícia de alguns combates nos locais de passagem obrigatória, como a Portela de Vez, bem como de portelas que deviam ser guardadas, como as do Homem ou de Galo. Os espaços planálticos do Nordeste, até ao Maciço Central, permitindo maior mobilidade, eram bastante mais permeáveis ao trânsito de exércitos e isso comportou vários problemas, como os originados a partir do castelo de Alcañices, que funcionava como cabeça de ponte leonesa para ofensivas sobre a região de Bragança e Lampaças, ou de Ciudad Rodrigo, que se transformou, a partir da década de 1160, numa base de ataque às posses portuguesas no Ribacoa. As condições impostas pela geografia, conjugadas com a localização dos objetivos importantes, fizeram com que os mesmos espaços exíguos tivessem sido palco de mais de um combate, como foi o caso da Portela de Vez, do castelo de Lanhoso ou dos campos de Argañara.

A sul do Tejo, excetuando no Algarve, as opções de movimento eram maiores, mas aqui orientadas pela procura de locais onde houvesse água e forragem para os cavalos. Esta necessidade era tanto mais premente quanto maior fosse o efetivo em causa e seria extremamente dificultada nos meses de verão. Adicionalmente, o Algarve apresentava condicionamentos ao movimento semelhantes aos verificados no Norte montanhoso, em que o rigor da orografia, aliado a uma vegetação mediterrânica

tendencialmente impenetrável, permitiam somente três principais eixos de aproximação e proporcionaram aos poderes muçulmanos condições excepcionais de defesa terrestre.

As distâncias diárias cobertas pelos combatentes rondam os 25 a 30 quilómetros no caso dos peões e os 50 quilómetros, podendo facilmente estender-se até aos 80 quilómetros, no caso dos cavaleiros, valores que se refletiram na dimensão dos alfozes dos concelhos, face ao serviço defensivo (apelido) requerido aos moradores. Municípios pequenos, que eram numerosos a norte do Douro, podiam impor ao apelido a limitação de ida e regresso a casa no mesmo dia, garantindo que, mesmo assim, todo o alfoz podia ser defendido. A sul do Tejo e no interior a sul da serra da Estrela, onde as dimensões dos concelhos tendiam a ser bastante maiores, não se encontra nenhuma limitação deste género.

O valor estratégico do terreno era bem conhecido pelos comandantes medievais, aspeto revelado pelo modo como selecionavam os objetivos e como sequenciavam as ações militares. Os primeiros eram localidades ou fortificações, considerados pontos importantes por constituírem nós viários, pela sua prosperidade, por serem centros de poder senhorial ou eclesiástico ou ainda pela conjugação de mais do que uma destas condições. Alguns locais ganhavam temporariamente uma relevância estratégica, que habitualmente não tinham, como resultado de contextos político-militares específicos, como foram os casos dos castelos de Montemor-o-Velho e de Alenquer durante o conflito que opôs D. Afonso II às suas irmãs, em 1211-1212.

A sazonalidade da guerra não estava condicionada à dicotomia verão-inverno, como tradicionalmente a historiografia vem reproduzindo. Com efeito, foi possível identificar três momentos anuais de maior intensidade de atividade militar: em maio, imediatamente antes da ceifa, altura que também correspondia à melhor erva do ano; em junho-julho, com a colheita realizada e a consequente maior disponibilidade de combatentes; e em setembro-outubro, quando ocorria novo abrandamento dos trabalhos agrícolas e as condições atmosféricas eram ainda estáveis o suficiente. O clima do Sul, aliado às características atmosféricas predominantes, permitia também ações militares nos meses de inverno com alguma frequência. Mesmo em latitudes mais setentrionais, foi possível detetar operações no inverno, mas nestes casos constatámos efetivos menores e operações pouco demoradas. Em todo o território, as agruras atmosféricas podiam condicionar a guerra, mas não a impediam, e os guerreiros medievais sabiam usá-las em

seu proveito, como no caso das noites invernosas, escolhidas por Geraldo para atacar de surpresa os seus objetivos.

Importa ter presente que o ponto de chegada deste capítulo não remete para nenhuma teorização, nem para a identificação de fatores constantes na cronologia em apreço. O clima e a paisagem regulavam a guerra em múltiplas dimensões, estabelecendo-lhe as condições de partida e as possibilidades e as limitações na condução das operações. A continuação do presente trabalho tem, como pano de fundo permanente e plataforma de apoio, as observações ora apresentadas.

3. CONDIÇÕES E RECURSOS PARA A GUERRA

A guerra medieval era pensada permanentemente, de tal modo que, no mundo cristão, toda a sociedade se organizava em torno da probabilidade de ter de combater em qualquer momento. Importava mobilizar os homens, organizados por contingentes, atribuindo-lhes tarefas bélicas específicas, que correspondiam às suas obrigações militares. Mas não era tudo. Era ainda necessário preservar o potencial militar e repor perdas, fossem estas humanas, animais e materiais.

3.1. Os contingentes

Costa Veiga debruçou-se sobre estes assuntos num trabalho notável, em relação ao qual não conhecemos equivalente no que respeita ao espaço português⁷⁹³. Apesar de incidir essencialmente sobre o Entre-Douro-e-Minho e a encosta norte da Serra da Estrela, dado que tem por base de estudo as Inquirições de 1220 e 1258, relaciona a distribuição populacional e a organização administrativa daqueles espaços com as possibilidades de mobilização e apresenta informação documental em cartografia, num Atlas anexo, dividindo os combatentes em “tropas pagas” e “tropas não pagas”. Nas primeiras insere as mesnadas do rei, do herdeiro da Coroa e dos ricos-homens. Nas segundas, as ordens militares, as milícias concelhias e outras forças, que designa “milícias da terra-chã”, associadas a outros espaços que não os municípios, onde a guerra era já uma realidade algo distante e as obrigações militares remidas com tributação⁷⁹⁴. A taxonomia a que Costa Veiga recorreu é funcional e reveladora das opções do historiador face a realidades medievais que não encontravam eco no início do século XX. Debatemo-nos, atualmente, com o mesmo tipo de problema, pelo que a descrição dos contingentes, no presente capítulo, é fruto de um compromisso entre o que conhecemos dos séculos XII e XIII e o modo como encaramos, na contemporaneidade, o fenómeno da guerra.

Interessa também salientar que durante o período em estudo observamos muitas diferenças, quer de ordem geográfica-regional, quer de ordem transformacional (na diacronia) no modo como as diferentes categorias sociais se associam à guerra. Com efeito, na altura em que D. Afonso Henriques se passou a ocupar dos destinos do Condado Portucalense, encontrou uma aristocracia bem estabelecida no Entre-Douro-e-Minho, mas ainda não tinham decorrido duas gerações desde as *presúrias* leonesas do vale do

⁷⁹³ VEIGA, 1936a.

⁷⁹⁴ VEIGA, 1936b, pp. 25-28.

Mondego, ações especialmente fomentadoras de ascensão social por via da guerra⁷⁹⁵. Estava também em surgimento e em vias de consolidação uma categoria social intermédia, entre os peões e os cavaleiros, associada ao manejo da besta, bem como coexistia uma cavalaria nobre com uma cavalaria não-nobre⁷⁹⁶. À medida que nos aproximamos do final da centúria de Duzentos, tornam-se mais claras as distinções e as categorias foram-se fechando, a ponto de se terem desenvolvido mecanismos de admissão e iniciação a certas funções e cargos militares, mesmo entre os peões⁷⁹⁷. Logo em inícios do século XIII, já não era praticamente possível a um cavaleiro não-nobre alcançar o estatuto da nobreza por via da função militar⁷⁹⁸.

As milícias municipais, protagonistas da guerra ofensiva nos reinados de D. Afonso Henriques a D. Afonso II, foram perdendo o seu papel à medida que a fronteira se afastava para sul do Tejo, cedendo o seu lugar às ordens militares e a alguns setores da nobreza. A guerra deixou de ser uma atividade prioritária e compensadora para os herdeiros dos concelhos e passou a ser uma atividade de freires-cavaleiros e de filhos segundos da nobreza que, por essa via, procuravam fortuna⁷⁹⁹. Se no início do reinado de

⁷⁹⁵ D. Afonso Henriques interveio deliberadamente no sentido de subsituir o modelo de presúria por um outro, de concessão pelo monarca de espaços aos povoadores. Como salientou Leontina Ventura, esta intenção é claramente expressa em forais outorgados a concelhos fronteiriços: “*Amplificare extrematuras et cum bono foro fiducialiter populare*”, patente nas cartas da Pesqueira, Penela, Paredes, Linhares e Ansiães, confirmações de forais leoneses outorgados por Fernando Magno entre 1055 e 1064 (VENTURA, 1998, pp. 25-26). No entanto, a *presúria*, ação popular de apropriação de território em nome do rei, continuaria pelo menos até ao reinado de D. Sancho II, designada, nessa altura, por “presúria nova”, patente na inquirição que o seu irmão, D. Afonso III, ordenou mais tarde ao alcaide, juízes e tabelião de Évora sobre as presúrias ocorridas no termo daquela cidade, após a tomada de Serpa aos muçulmanos, em 1232 (M.A. MARQUES, 1996b, p. 51).

⁷⁹⁶ DURAND, 1982, p. 566; e MATTOSO, 1985, p. 175, 1988a, p.22 e 1995a, pp. 113-122. Os processos evolutivos que deram origem à cavalaria medieval foram bem estudados por Verbruggen, Rogers e Bachrach, entre outros, continuando ainda a ser objeto de desenvolvimento de estudos nos dias de hoje (ROGERS, 2010, pp. 354-356). Como aponta Jean Flori, a emancipação dos guerreiros montados, que incluiu o seu afastamento do grupo dos camponeses e a aproximação à aristocracia, a ponto de se fundirem com a nobreza, conheceu variação nas datas, conforme as regiões (FLORI, 2005, p. 13). A Hispânia conheceu o seu próprio modelo e o espaço correspondente ao que veio a ser o reino de Portugal estava a atravessar esse processo transformacional nos séculos XI e XII. A origem do termo latino *miles* é exclusivamente funcional, encontrando significado na função militar, de guerreiro. Desde o princípio do século XI que se usava na Península Ibérica com o significado de combatente montado (MATTOSO, 1985, p. 171). Não se trata, de modo nenhum, de um exclusivo peninsular ou de um fenómeno que tenha tido repercussões mais tardias na Hispânia do que na Europa transpirenaica. Como apresenta Flori, no francês, inglês e alemão do século XII, a palavra “cavaleiro” evoca, antes de tudo, um guerreiro. As conotações relacionadas com a nobreza só são evidentes perto do final do século (FLORI, 2005, pp. 22-23).

⁷⁹⁷ Como veremos adiante, a propósito de cargos como o coudel da peonada ou almocadêm, por exemplo.

⁷⁹⁸ Mesmo assim, os que ascenderam pelas armas mantiveram-se sempre numa categoria inferior. À medida que avançamos no século XIII, o cavaleiro-vilão torna-se no *coteife* das cantigas de escárnio e mal-dizer, um termo depreciativo, sinónimo de pretensioso, que pretende imitar o cavaleiro, mas não o é. Vejam-se, por exemplo, a cantiga de Afonso X “*Vi um coteife de mui gram granhom*” (G. LOPES, 2016, vol. 1, pp. 91, nº21) ou, a de Estêvão da Guarda, “*O caparom de marvi*”, sobre um vilão recentemente feito cavaleiro nobre, ridicularizando-lhe os trajes luxuosos (G. LOPES, 2016, vol. 1, pp. 275, nº31).

⁷⁹⁹ MATTOSO, 1985, p. 175.

D. Afonso III, longe estavam já os tempos em que vilãos e descendentes de vilãos, como tinham sido os cavaleiros de Coimbra, eram integrados na nobreza por via da função militar⁸⁰⁰, o mesmo já não se poderá dizer da ascensão dentro da própria aristocracia. O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, talvez pela excecionalidade do ato, assinala a elevação de João Peres de Aboim ao estatuto de rico-homem, por aquele monarca⁸⁰¹. E uma cantiga de Afonso Lopes de Baião chega a apontar o dedo a “D. Belpelho”, da família dos Briteiros, recentemente ascendido à rico-homia pela mesma altura⁸⁰².

Ainda quanto à cavalaria, interessa manter presente que, durante o período em estudo, coexistiram, no universo leigo, cavaleiros de diferentes origens. Entre os nobres, encontramos os ricos-homens, os infanções e um leque vasto de outros cavaleiros que integravam os estratos mais baixos da nobreza. Entre os não-nobres, encontravam-se os dependentes dos senhores, os cavaleiros-vilãos (designação que abrange também, em sentido lato, os cavaleiros que habitavam nas aldeias dos termos concelhios) e os plebeus detentores de cavalaria régias. Todas estas categorias serão abordadas adiante, justificando-se a presente explicação pela diversidade de proveniências que, frequentemente, a historiografia oculta sob a designação geral de “cavaleiros”. Acrescente-se que não temos vestígios da ideologia da cavalaria em Portugal antes do fim do século XIII⁸⁰³, o que reforça a ideia de que, no período que estudamos, a cavalaria, nobre ou não-nobre, teve sempre um forte cunho funcional.

3.1.1. Os companheiros do rei

As guardas de casas régias e senhoriais, com raízes nas tradições germânicas, foram uma constante na Idade Média, quer cronológica, quer geograficamente. Algumas das características transversais a estes grupos residiam nos fortes laços de solidariedade e

⁸⁰⁰ Sobre o processo de integração na nobreza de vilãos por via das armas, consulte-se MATTOSO, 1985, pp. 181-207. O primeiro documento em que um *miles* surge sem qualificativo, mas designado claramente um nobre, é de 1141. Mas o uso do termo isolado, já somente com o sentido de nobre só se regista em 1205 (MATTOSO, 1985, p. 172).

⁸⁰¹ LLCDP, 36X9; LD, 9AU5. Leontina Ventura faz notar que o grupo de cavaleiros de D. Afonso III constituía um “viveiro onde se recrutavam alguns ricos-homens” (VENTURA, 1992, p. 153). Especificamente sobre João Peres de Aboim, leia-se, da mesma investigadora, VENTURA, 1986.

⁸⁰² LOPES, 2016, vol. 1, p. 51, nº8. Sobre a trajetória social dos Briteiros, veja-se VENTURA e OLIVEIRA, 1995, pp. 71-102.

⁸⁰³ MATTOSO, 1999c, p. 361. O surgimento e consolidação de um ideário próprio da cavalaria nobre no espaço francês e inglês operou-se por um longo processo, entre o final do século X e o século XII (FLORI, 2010, pp. 121-173). Apesar de existirem alguns tratados e escritos de índole propagandística, referenciados, para Castela e Leão por David Porrinas, só com as *Partidas* de Afonso X, na segunda metade do século XIII, código legislativo bem conhecido em Portugal (MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 124), a teorização sobre a ideologia da cavalaria surge organizada (PORRINAS GONZÁLEZ, 2005, p. 43).

lealdade mútua. Com o tempo, este grupo passou a ser mais formal, por vezes incluindo cargos e funções específicas⁸⁰⁴. Costa Veiga, que se debruçou sobre o assunto, assinalou que a existência de tropas palatinas era uma realidade transversal a praticamente todos os reinos medievais que, entre os bizantinos, tinham a designação de *schola*, na época carolíngia o grupo assumia a designação de *scara* e em Inglaterra, no século XI, estes guerreiros parecem coincidir com os designados por *huscarls*⁸⁰⁵.

No espaço que viria a ser Portugal, vigorava, desde o período condal, uma guarda que se manteve sem grandes alterações na função, ao longo de toda a cronologia estudada. Este grupo, denominado *schola* ou *scola* no início do século XII⁸⁰⁶, encontra-se explicitamente identificado no foral de Coimbra de 1111, que assim se referia aos companheiros do conde D. Henrique, por oposição aos homens do concelho⁸⁰⁷. No foral de Soure, do mesmo ano, encontramos nova referência explícita⁸⁰⁸. Os documentos referidos posicionam a *schola* – substantivo coletivo – na condição de confirmante, juntamente com o concelho, deixando subjacente que, pelo menos no início do século XII, a guarda do conde se confundia com o conjunto de próceres que o acompanhavam, isto é, não existiria uma distinção nítida entre um conceito de “homens da Casa de...” e o de “guarda de...”, como viria a ocorrer mais tarde, começando a distinção a ser mais nítida em finais da centúria de Duzentos e inícios da seguinte⁸⁰⁹. Em todo o caso, independentemente de conseguirmos efetuar uma destrição clara em cronologias mais recuadas, a mesnada régia, ou seja, os companheiros de armas do rei, podem ser

⁸⁰⁴ As guardas régias medievais encontram-se bem estudadas para o universo francês e anglo-saxónico, graças aos trabalhos de J.O. Prestwich e Marjorie Chibnall sobre as guardas dos reis anglo-normandos, bem como de Stephen Morillo e S.D. Church, este último sobre os cavaleiros da Casa do rei João Sem Terra. (ISAAC, 2010b, p. 276). No reino dos francos do século VIII, a *schola* era uma unidade inserta na guarda régia, composta por guerreiros de diversas proveniências. Os *scholares* correspondiam aos guerreiros que constituíam a guarda pessoal dos soberanos. No império carolíngio, havia que distinguir as tropas regulares do palácio, os *expediti milites*, dos restantes guardas régios⁸⁰⁴. No caso inglês, antes do reinado de Henrique II (n.1133, 1154-1189), é difícil identificar a composição da *familia regis*, embora se identifique, no Tratado de Dover de 1101, que o seu número podia ascender, em caso de necessidade, a cem cavaleiros, embora habitualmente fosse mais reduzido, incluindo não só cavaleiros, mas igualmente arqueiros montados e até mestres de engenhos (ISAAC, 2010a, p. 35). Sobre as mesnadas reais em geral e a síntese da sua origem vejam-se GARCÍA FITZ, 1998b, pp. 34-36 e M.G. MARTINS, 2007, pp. 241-242.

⁸⁰⁵ VEIGA, 1936, pp. 6-7. O paralelismo de Costa Veiga assenta na dimensão funcional genérica das tropas palatinas, que, em cada época e em cada geografia, certamente assumiram características diferenciadas.

⁸⁰⁶ MORENO, 1991, p. 29 e BARROCA, 2003c, p. 88.

⁸⁰⁷ “...qui presentes fuerunt omnem scolam comitis et omenm concilium Colimbrie” (LP-I, doc. 17, pp. 32-33, de 1111, maio, 26).

⁸⁰⁸ PMH-LC-I, p.357; DR, doc. 26, de 1111, junho.

⁸⁰⁹ M.G. MARTINS, 2007, p. 244.

entendidos como o somatório dos elementos da sua guarda e os outros colaboradores que, por integrarem o seu séquito, também o acompanhavam na guerra.

Entre os constituintes da *schola* encontravam-se cavaleiros, escudeiros, besteiros e, provavelmente, outros auxiliares, num coletivo permanente mas sem constituição fixa, para o qual a generalidade dos autores tem interpretado designações como “*comilitones mei*”⁸¹⁰, “*meu militum*”⁸¹¹, “*nostris hominibus*”⁸¹² ou “*nostro militi*”⁸¹³ como indício da pertença àquele grupo⁸¹⁴. No entanto, na maioria dos casos pode duvidar-se se estas expressões correspondem a um serviço direto na companhia do rei ou, pelo contrário, se referem apenas à relação de vassalagem para com o monarca⁸¹⁵. É possível que alguns nomes dos companheiros dos condes portugalenses que figuram na diplomática disponível, quer como confirmantes, quer como testemunhas, fossem elementos da *schola*. São os casos de cavaleiros francos como Uzberto⁸¹⁶ e Artaldo, este último, escudeiro da rainha D. Teresa, que terá vindo da Borgonha com o conde D. Henrique⁸¹⁷.

No foral de Castreição (c. de Trancoso), D. Sancho I referiu-se explicitamente a quatro cavaleiros, um deles, Soeiro Soares, como “*homo noster*” (seu e da rainha D. Dulce) e três outros como “*militibus nostri*”, Afonso Pedro, Pedro Pais de Gemonde e Fernando Pais, de Entre-o-Ave-e-Este⁸¹⁸. Estes ou eram cavaleiros *per naturam*⁸¹⁹ ou não-nobres, detentores de cavalarias atribuídas pelo rei, embora a designação toponímica da

⁸¹⁰ DES, p. 1226.

⁸¹¹ DR, doc. 244 de 1153.

⁸¹² DS, doc. 56 de 1191, setembro ou novembro, 21.

⁸¹³ DR, doc. 312 de 1172, julho.

⁸¹⁴ Vejam-se as interpretações de MATTOSO, 1985, p. 187, a propósito do relato da conquista de Santarém e de BARROCA, 2003c, p. 88. A este respeito, Humberto Baquero Moreno é coincidente, referindo existirem indícios da existência de besteiros a cavalo na guarda régia desde o princípio da monarquia portuguesa (MORENO, 1991, p. 30).

⁸¹⁵ A utilização do possessivo *meu* ou *meus* é demonstrativa de que a relação entre o rei e os seus *principi* se faz no domínio do privado (VENTURA, 1992, vol. I, p. 31).

⁸¹⁶ VENTURA e FARIA, 1990, pp. 57-58.

⁸¹⁷ DR doc. 6 de 1100, março; doc. 48 de 1117, maio; doc. 59 de 1121-1128, junho; DP-IV, doc. 6 de 1116, março, 19; doc. 181 de 1121, maio; doc. 187 de 1121, junho, 30; doc. 261 de 1122, maio, 13; doc. 348 de 1123, abril, 26.

⁸¹⁸ DS, doc. 96 de 1196, julho, 30.

⁸¹⁹ Como já tivemos ocasião de apontar, no século XII o termo *miles* ou *milites* aplicava-se a cavaleiros nobres e não-nobres o que requeria, no caso da necessidade de distinção, adicionar ao termo um qualificativo indicador do estatuto social, nomeadamente designando-o de *milites per naturam* quando se tratava de um nobre. Mesmo assim, ainda durante o século XII, o termo *milites per naturam*, designava sempre uma categoria inferior de nobreza, em oposição à dos *potestades*, magnates, próceres ou *potentes homines* (MATTOSO, 1985, p. 172). Esta prática terminológica que não permite distinguir facilmente cavaleiros nobres de não-nobres no século XII é também uma realidade no caso castelhano-leonês, como discutiu David Porrinas (2005, pp. 42-43). Em simultâneo começou a ser mais frequente na documentação o uso do termo *caballarius*, este sim, designando especificamente os não-nobres.

proveniência adicionada aos dois últimos possa indicar serem indivíduos de linhagem. Sem dados adicionais, não conseguimos perceber se pertenciam ou não à *schola*.

Na doação que o mesmo monarca fez, em 1200, a Rodrigo Martins, seu porteiro e cliente, parece-nos mais provável que pelo menos parte das testemunhas elencadas fizesse parte da guarda régia. Foram referidos D. Gonçalo Mendes, D. Rodrigo Mendes, Vasco Mendes, Mendo, Paio, Egas e Afonso, todos “*principibus et militibus*” do rei⁸²⁰. Os três primeiros eram irmãos, ricos-homens, filhos legítimos do conde D. Mendo Gonçalves de Sousa, “o Sousa”⁸²¹, talvez sejam eles os designados por “*principibus*” e é certo que, na ocasião da outorga, acompanhavam o rei. Na data do documento, Gonçalo era mordomo da Cúria e Rodrigo tinha sido alferes-mor em 1192 e entre 1196 e 1198⁸²². Vasco não tinha ocupado nenhum cargo palatino e é possível que, por essa razão, ao contrário dos seus irmãos, não tenha sido distinguido com o designativo “*domno*”. Os restantes quatro, talvez sejam os mesmos que o documento refere como “*militibus*”. Não podendo estar certos de que todos os sete cavaleiros faziam parte da *schola*, é verosímil a hipótese de que pelo menos os três “*Sousões*” a ela pertencessem à data da outorga.

A *schola* funcionaria como um grupo permanente e fixo, mas socialmente heterogéneo, que tinha de estabelecer uma boa articulação sob o ponto de vista militar. Entre as suas tarefas contar-se-ia a guarda pessoal do monarca⁸²³, com especial preponderância para a sua proteção e do seu pendão no campo de batalha⁸²⁴, mas também a atribuição de missões em autonomia, como pode ter sido o caso de Vasco Mendes, que surge como executor da destruição da quintã de Lourenço Vasques da Cunha, em 1210, a mando de D. Sancho I⁸²⁵.

A heterogeneidade dos cavaleiros da *schola* poderia estar patente no equipamento que possuíam. Mas à medida que os companheiros dos reis foram sendo cada vez mais provenientes de uma nobreza que se tendeu a encerrar como grupo social, é natural que as panóplas se fossem uniformizando, a ponto de se verificar, como salientou José Mattoso, que só os cavaleiros que constituíam as mesnadas de reis e grandes senhores

⁸²⁰ DS, doc. 129 de 1200, maio, 27.

⁸²¹ PIZARRO, 1997, vol. I, pp. 211-213.

⁸²² BRANCO, 2006, p. 271.

⁸²³ GARCÍA FITZ, 1998b, p. 35.

⁸²⁴ Sobre a necessidade de guardar a bandeira real, vejam-se MONTEIRO, 1998, pp. 221-222; 294-295 e M.G. MARTINS, 2007, p. 612.

⁸²⁵ Não podemos ter a certeza de que Vasco Mendes fosse cavaleiro da *schola*, mas é muito provável que sim. Apesar de não figurar em nenhum documento da chancelaria régia, era irmão de Gonçalo Mendes, o mordomo (BRANCO, 2006, p. 271).

tinham a capacidade de se equipar com a vanguarda do equipamento disponível e ainda substituir regularmente os cavalos perdidos na guerra⁸²⁶.

Tal remete também para a escassez quase constante e para o elevado custo de equipamento militar e justifica um uso que perdurou durante toda a Idade Média, a satisfação da lutuosa, bem descrita no tempo de D. Afonso III, através do Regimento da Casa Real, de 1258. O degredo vigésimo determina que, por morte de um cavaleiro, fosse dado ao rei o cavalo do defunto ou cem morabitanos, dos que o soberano lhe dava em soldada durante a vida, bem como a loriga, lorigão e armas⁸²⁷. O rei faria então mercê destas armas e cavalo ao cavaleiro que o substituísse⁸²⁸.

Como qualquer corpo militar que se pretende coeso, os cavaleiros da *schola* deveriam praticar rituais de iniciação. Mesmo sem um ideário de cavalaria completamente consolidado, como se verificaria a partir da segunda metade do século XIII, a investidura era praticada e constituía um acontecimento marcante e extraordinário⁸²⁹. Infelizmente não dispomos de dados que nos permitam identificar estes procedimentos, mas temos ecos da ascensão à categoria de cavaleiro no seio do corpo que acompanhava o monarca, no caso de Gonçalo Pais Taveira, armado cavaleiro por D. Afonso II e tendo feito parte da casa do rei⁸³⁰.

Um outro grupo integrante da guarda régia era o dos escudeiros, cujas referências documentais podem ser detetadas em continuidade quer no período condal, quer nos cinco primeiros reinados. A designação tem um sentido funcional, correspondente a uma posição inferior à do cavaleiro, podendo este ser fidalgo ou vilão⁸³¹, embora possamos presumir que entre os elementos da *schola* só figurassem, ou pelo menos predominassem, escudeiros nobres.

⁸²⁶ MATTOSO, 1985, p. 84.

⁸²⁷ PMH-LC-I, p. 199 de 1258.

⁸²⁸ DHP (IV), p. 86.

⁸²⁹ A prática de um cerimonial específico está documentada, desde logo nas referências à investidura do próprio D. Afonso Henriques, na catedral de Zamora, na abertura dos *Annales Domni Alfonsi* (ADA, p. 151). O ideário da cavalaria com os seus rituais, ideais, práticas e mitologias próprias ter-se-á consolidado em Portugal ao longo do século XIII (MATTOSO, 1995, vol. 1, pp. 117-125). No entanto, não dispomos de nenhum dado objetivo que nos permita definir com exatidão o momento em que surgem estas cerimónias de investidura, com o peso e significado que viriam adquirir nos séculos posteriores (M. AGUIAR, 2015b, p. 23).

⁸³⁰ LLCDP, 47X7.

⁸³¹ MATTOSO, 1995, vol. 1, pp. 134-135.

Costa Veiga assinalou que, nas Inquirições de 1220 e 1258, os privilégios fiscais apresentados para os escudeiros eram análogos aos dos cavaleiros, seus senhores. Acrescentou que os escudeiros eram vassalos de cavaleiros do mesmo modo que os cavaleiros eram vassalos de infanções, e estes de ricos-homens e, por último, os ricos-homens dos soberanos⁸³². Trata-se, no entanto, de uma visão algo estereotipada que nos dá a ideia de uma hierarquia vertical, parecendo-nos um tanto forçada, na medida em que os soberanos não tinham somente ricos-homens por vassalos diretos. Com efeito, a documentação disponível parece demonstrar existirem escudeiros na dependência direta dos monarcas, como o já mencionado Artaldo, escudeiro de D. Teresa, ou Miguel Gomes⁸³³ e Fernando Joanes⁸³⁴ escudeiros de D. Sancho I, entre outros.

No entanto, não significa que não existisse uma hierarquização, que parece estar já bem estabelecida e cristalizada no reinado de D. Afonso III, verificando-se até uma espécie de *cursus honorum*, assente na carreira militar. Vasco Martins Pimentel é um exemplo que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* assinala como *donzel*⁸³⁵, acabando por vir a atingir a posição de meirinho-mor do reino, entre 1277 e 1281⁸³⁶. O já aduzido *Regimento da Casa Real de 1258* previa que o rei se fizesse sempre acompanhar de dois escudeiros “*de criação*”, sendo que um transportaria o pendão real e o outro as armas do monarca. Este mesmo regimento acrescenta ainda que um escudeiro que pudesse, por conta própria, equipar-se com cavalo e armas, devia converter-se em cavaleiro⁸³⁷. No tempo de D. Afonso III, os filhos dos infanções entravam no paço régio na qualidade de *donzés*, passando de imediato a escudeiros, com *contia de maravedis*, ou seja, remunerados⁸³⁸.

Os escudeiros reais foram frequentemente recompensados através da concessão de privilégios. Vejam-se os casos do atrás mencionado Miguel Gomes, escudeiro de D. Sancho I, a quem o rei coutou a herdade de Barreiros, pelo muito bom serviço que tinha

⁸³² VEIGA, 1936a, p. IX.

⁸³³ DS, doc. 152 de 1204, março.

⁸³⁴ PMH-I, p. 421a.

⁸³⁵ LLCDP 35A1. Um *donzel* era, segundo Bluteau, um primogénito de uma casa ilustre, criado no paço real (1713, p. 290). Também designado por *pagem* (VEIGA, 1936b, p. IX), talvez se referisse também os filhos segundos, já que o mesmo autor assim o considera (p. XV).

⁸³⁶ PIZARRO, 1997, vol. II, p. 1243.

⁸³⁷ PMH-LC-I, p. 198.

⁸³⁸ VEIGA, 1936b, p. XV. É legítimo pensar que esta progressão fosse decorrente da idade e que os *donzés* seriam indivíduos muito jovens, talvez sem terem ainda atingido a idade da róbora.

prestado até então e que continuava a prestar⁸³⁹ ou de Rodrigo Eanes, escudeiro de D. Afonso II, que recebeu um quarto de um reguengo em Paços (c. Sabrosa)⁸⁴⁰.

Ainda em relação a estes elementos, há que referir que a imagem, frequentemente romanceada, de escudeiros apeados junto dos seus senhores montados não corresponde à realidade. Na verdade, tudo aponta para que usufruíssem do mesmo tipo de mobilidade que os cavaleiros. A respeito de Nuno de Lara, que viveu no final do século XIII, o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* refere várias vezes que na sua mesnada militavam tanto cavaleiros como escudeiros a cavalo⁸⁴¹. Trata-se de uma realidade castelhana que nos parece poder ser extensiva a toda a Península Ibérica.

Uma outra categoria de combatentes ao serviço direto do rei era a dos besteiros, estando patente, por exemplo, na confirmação de bens que D. Afonso II fez a Pedro Ferreiro, antes outorgados por seu pai. No documento é designado por “*homo de patris mei et de sua creatione et suus balestarius et servivit ei multum. Et similiter est meus homo et de mea creatione et meus balistarius et servivit mihi multum in Monte Maiorem(...)*”⁸⁴². Esta declaração é extraordinariamente esclarecedora: Pedro Ferreiro serviu diretamente D. Sancho I e D. Afonso II, sugerindo-nos, por isso, que a *schola* não seria constituída somente por cavaleiros, mas integrava também um contingente de besteiros⁸⁴³.

Pelo menos desde o reinado de D. Afonso II que o rei contava com um anadel dos seus besteiros, a quem devia caber não só o comando dos atiradores que serviam na *schola*, mas ainda o controlo ou superintendência dos besteiros em geral. A carta a que aludimos foi outorgada porque, por via do anadel Pedro Pires (“*anadel de meis balistariis*”) o monarca tinha tido conhecimento de que o pretor e os alvazis de Lisboa estavam a exigir jugada indevidamente, quer aos besteiros aposentados, bem como às

⁸³⁹ DS, doc. 152, p. 238 de 1204, março.

⁸⁴⁰ PMH-LC-I, p. 1206b.

⁸⁴¹ LLCDP, 10E12 e 10E13.

⁸⁴² DS, doc. 53 de 1191, julho, 15. A confirmação de D. Afonso II não está datada, mas alude ao cerco de Montemor-o-Velho, levado a cabo por esse monarca entre 1211 (provavelmente iniciado em novembro) e inícios de 1212.

⁸⁴³ A *schola* de Fernando III de Leão e Castela, em 1248, quando da conquista de Sevilha, também integrava besteiros, já que o destacamento que o rei enviou para ocupar Carmona, recém-entregue pelos muçulmanos, ficou à guarda de vinte cavaleiros e dez besteiros (CGE, Cap. DCCXXXI, p. 457). Pouco depois, estando o monarca no arraial com muito poucos cavaleiros seus, provavelmente com a sua *schola*, um espião muçulmano matou-lhe um besteiro (CGE, Cap. DCCCXXXII, p. 458).

mulheres de antigos besteiros. Pretendendo corrigir tal situação, o rei restituiu-lhes a isenção que vigorava ao tempo de D. Sancho I e de D. Afonso Henriques⁸⁴⁴.

À semelhança dos restantes elementos da *schola*, os besteiros deslocavam-se montados, conforme se pode inferir da leitura do testamento do anteriormente referido besteiro Pedro Ferreiro, que legou à Ordem do Templo, em 1223, entre outros bens, a “*maiolem bestiam quam tunc habuerimus*”, bem como um “*scutum et lanceam*”⁸⁴⁵, o que só faz sentido se se tratar de um cavalo, sendo que escudo e lança são também armas de combate montado. O testamento acrescenta outras peças, que deveriam fazer parte do equipamento militar de um besteiro a cavalo: uma loriga, sapatos de ferro, capelo de ferro, espada, perpono, tenda de campanha e duas bestas de corno, com os respetivos carcasses (aljavas) de ferro, para as setas⁸⁴⁶.

No caso de D. Afonso Henriques, muitos dos seus companheiros parecem ter sido cavaleiros de linhagens da nobreza secundária, filhos segundos de alguns estrangeiros e até cavaleiros-vilãos⁸⁴⁷, mas também encontramos no seu séquito (como aliás, no de todos os soberanos) *comites*, *próceres* ou *maiores palatii*⁸⁴⁸, que não podemos afirmar pertencerem a uma guarda régia propriamente dita, mas certamente que não deixavam de combater ao lado do monarca, integrando a sua mesnada. As lógicas de constituição social deste grupo sofreram variações ao longo da cronologia estudada, relacionadas com conjunturas, mas, sobretudo, por via de uma mutação estrutural, à medida que a nobreza, na transição do século XII para o século XIII, se encerrava sobre si mesma⁸⁴⁹.

Considerando a mesnada régia como um todo, boa parte dos companheiros de armas do monarca deviam ser cavaleiros, provenientes de diferentes estratos sociais. Em primeiro lugar, figurariam os magnates presentes na corte, número ainda escasso com D.

⁸⁴⁴ CAIII-I, doc. 266, de 1211-1223.

⁸⁴⁵ BAIÃO, 1908, p. 267.

⁸⁴⁶ As aljavas eram designadas, na Idade Média, por carcasses, carcaxos ou coldres. Os virotes de besta mediam 30 a 50 cm de comprimento, ao passo que as setas de arco mediam cerca de 70 cm. Isto permitia que os besteiros usassem aljavas mais pequenas, suspensas à cintura (BARROCA, 2000a, p. 52).

⁸⁴⁷ MATTOSO, 1985, p. 85.

⁸⁴⁸ MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 125.

⁸⁴⁹ MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 120.

Afonso Henriques⁸⁵⁰ mas que tenderá a aumentar até ao reinado de D. Afonso III⁸⁵¹. Em segundo lugar, cavaleiros de outras categorias cuja presença junto do monarca viria a promover a transformação do seu estatuto, frequentemente relacionada com a prestação na guerra. A este respeito, identificam-se dois movimentos em paralelo: por um lado, a ascensão de elementos da cavalaria-vilã às categorias inferiores de nobreza a ponto de, em meados do século XIII, as suas famílias serem consideradas membros da aristocracia de pleno direito⁸⁵². Por outro lado, a omnipresença, ao longo de toda a cronologia estudada, de filhos segundos, de bastardos e de elementos de outras linhagens que não as mais proeminentes no reino, mas cujo serviço na corte conduziu, de geração em geração, a uma ascensão social⁸⁵³.

Por estas razões se compreende como a transferência de D. Afonso Henriques de Guimarães para Coimbra, no início da década de 1130, lhe permitiu contar com uma cavalaria diferente dos senhores do Entre Douro-e-Minho. Estes cavaleiros de Coimbra descendiam de guerreiros que, no tempo do conde D. Henrique, se começaram a fixar não só na cidade como na zona da Lousã e nas encostas ocidentais da Estrela, a maioria de origem ou estrangeira ou moçárabe e que asseguravam o controlo militar de uma região que, nessa altura, ainda era fronteira⁸⁵⁴.

Associados a D. Afonso Henriques, evidenciaram-se, então, personagens como Martim Anaia, pelo menos entre 1132 e 1176, qualificado de *miles* e *bonus homo* de Coimbra⁸⁵⁵ e Fernando Guterres (que subscreve documentos régios desde 1132 a

⁸⁵⁰ Em 1147, ano em que se conquistam Santarém e Lisboa, os próceres confirmantes e testemunhas, num universo de três documentos régios (DR, doc. 221, de abril; DR, doc. 222, de abril, 5 e DR, doc. 223 de junho) são Pero Pais da Maia (DR, doc. 223), Fernão Mendes de Bragança (DR, docs. 222 e 223) Gonçalo de Sousa, *O Bom* (DR, doc. 223), João Viegas Ranha de Baião (DR, doc. 223) e Mem Moniz de Ribadouro (DR, docs. 221 e 222). Os restantes, Fernão Peres Cativo, Gonçalo Rodrigues, Gonçalo Sotero, Mendo Afonso de Refojos e Moço Viegas de Ribadouro inserem-se no quadro dos filhos segundos ou de uma nobreza de categoria inferior.

⁸⁵¹ Em 1248, na primeira reunião documentada da corte de Afonso III, estão referenciados 12 próceres. A corte de D. Afonso III era composta por três grupos, dois dos quais fixos e permanentes, o da alta nobreza e dos ricos-homens e o da alta aristocracia eclesiástica. Era do primeiro grupo que emanavam os alferes e os mordomos. O terceiro grupo, mais fluido, mas ainda assim de composição relativamente estável, era o dos privados ou conselheiros do monarca (VENTURA, 2009, pp. 213-214).

⁸⁵² M. AGUIAR, 2015a, p. 5.

⁸⁵³ Veja-se, a este respeito, o caso dos Riba de Vizela. De origens modestas, se comparadas com as cinco linhagens mais prestigiadas do reino, protagonizaram um processo de ascensão a partir de finais do século XII, tendo atingido o topo da pirâmide nobiliárquica (PIZARRO, 1997, vol. I, pp. 531-553).

⁸⁵⁴ Nessa geração, encontramos nomes de francos, como Uzberto, asturianos, como Anaia Vestrariz ou moçárabes, como Randulfo Soleimás (MATTOSO, 1985, p. 183).

⁸⁵⁵ DR, doc. 123 de 1132, fevereiro, 15; e doc. 300 de 1169, novembro, 13; LP-I, doc. 3; doc. 139; e doc. 387 (VENTURA e FARIA, 1990, p. 50). Como afirma José Mattoso, a maioria dos companheiros do primeiro monarca eram cavaleiros de segunda e terceira nobreza, filhos segundos, estrangeiros e alguns cavaleiros vilãos (1985, p. 85).

1146)⁸⁵⁶ e os seus irmãos Paio e Soeiro⁸⁵⁷; Gonçalo Dias, alcaide de Coimbra entre 1126 e 1137, é mencionado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* como tendo acompanhado o rei no fossado de Ourique⁸⁵⁸, enquanto o seu filho, Gonçalo Gonçalves, acompanhou o rei pelo menos entre 1154 e 1167. Um seu irmão, Mem Gonçalves, é referido como tendo estado presente na cúria entre 1162 e 1171 ou 1172⁸⁵⁹. Martinho Zouparel, documentado também como cavaleiro de Coimbra, acompanhou o rei entre 1139 e 1163⁸⁶⁰.

Século e meio mais tarde, o panorama era diferente. Com efeito, se os companheiros de D. Afonso Henriques provinham de linhagens modestas ou eram filhos segundos, sendo, de um modo geral, somente o mordomo pertencente ao grupo dos magnates, no reinado de D. Afonso III a corte era claramente um polo de atração e a nobreza que nela se estabelecia acabava por se tornar modelo de toda a aristocracia⁸⁶¹. O Regimento da Casa Real, de 1258, faz menção expressa aos “*moradores d’El Rey*” ou “*aquelles que ouverem raçom delRey*”⁸⁶². Mais tarde, veremos também constituírem-se os *moradores da casa do Infante D. Dinis*, em 1278, grupo que, na altura, contava com 16 cavaleiros⁸⁶³. É possível que, nestas datas, fosse mais evidente a distinção entre os dois grupos em torno do monarca: por um lado, os magnates e conselheiros, por outro lado, os guerreiros com função de guarda militar, ou seja, a *schola*.

Independentemente da sua proveniência social, os indivíduos que integravam mesnada real deslocavam-se montados. Este aspeto é importante porque nem todos eram cavaleiros, mesmo que consideremos o termo no sentido funcional. Já tivemos ocasião de apresentar que a componente da mesnada correspondente à guarda régia incluía, também, besteiros, escudeiros e, porventura, outros especialistas. Só garantindo que todos se deslocavam montados aquele corpo poderia manter a mobilidade necessária para cumprir a função de segurança ao monarca.

O documento com informação mais expressiva a respeito dos companheiros do rei talvez seja o *De Expugnatione Scalabis* – relato da conquista de Santarém, elaborado

⁸⁵⁶ VENTURA e FARIA, 1990, p. 53.

⁸⁵⁷ VENTURA e FARIA, 1990, p. 54.

⁸⁵⁸ LL 59B3; VENTURA e FARIA, 1990, p. 55.

⁸⁵⁹ VENTURA e FARIA, 1990, pp. 56-57.

⁸⁶⁰ VENTURA e FARIA, 1990, pp. 59-60.

⁸⁶¹ MATTOSO, 1999a, p. 292; e VENTURA, 2009, pp. 226-256.

⁸⁶² PMH-LC-I, p. 198.

⁸⁶³ ML, V, fl. 304v.

pelos cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra pouco tempo depois da morte de D. Afonso Henriques. Aqui são mencionados, como seus companheiros de armas, Mem Ramires, Fernão Peres e Gonçalo Gonçalves⁸⁶⁴. Este último, filho do então alcaide de Coimbra, Gonçalo Dias, seria ainda muito novo em 1147, o que nos induz a pensar que os jovens filhos dos magnates da corte poderiam integrar a *schola*. Contemporâneo do já referido Gonçalo, junto do rei, era Mendo Artaldo, filho de Artaldo, o anteriormente referido escudeiro de D. Teresa⁸⁶⁵. Deste modo, os descendentes dos nobres do palácio constituíam um núcleo relevante na *schola*, sendo que a própria etimologia de “infância” denuncia que em tempos anteriores, pelo menos até ao século IX, o termo aludia à juventude⁸⁶⁶.

Uma outra questão é a que diz respeito ao efetivo da mesnada real. Para a Segunda Dinastia, no século XV, possuímos valores muito rigorosos referentes ao número de combatentes da guarda régia⁸⁶⁷, mas para a cronologia estudada só podemos obter informação de forma indireta. No tempo de D. Sancho I, a *schola* não devia exceder duas a três dezenas de cavaleiros e auxiliares, já que quando, em 1199, o rei se deslocou rapidamente para o ponto de junção da “hoste de Pinhel”, a paróquia de São Salvador (Santa Cruz de Sousa), forneceu uma vaca que foi suficiente para alimentar o efetivo que seguia com ele, uma pequena mesnada que, para além da sua guarda, deveria incluir alguns dos seus principais colaboradores⁸⁶⁸.

A relação de confirmantes e testemunhas da documentação régia contribui para fornecer algumas pistas sobre quem acompanhava militarmente o rei em determinado momento, mas os dados que este tipo de análise fornece são muito fragmentários. Por um lado, ao longo dos primeiros cinco reinados, salvo em situações de exceção ou de rotura política conhecida, o conjunto de confirmantes e testemunhas tendeu a ser cada vez mais constante, sem grandes alterações, denotando uma progressiva sofisticação da chancelaria régia, que dá poucas garantias da presença física das individualidades escrituradas,

⁸⁶⁴ Mem Ramires seria um cavaleiro que morreu cedo e sem descendência, já que D. Afonso Henriques doou, em 1157, os seus bens na Ladeia a Pedro Viegas; Fernão Peres é o “Cativo”, alferes e, depois, mordomo; Gonçalo Gonçalves seria o filho do alcaide de Coimbra, Gonçalo Dias MATTOSO, 1985, p. 187.

⁸⁶⁵ DR, doc. 216 de 1146, julho.

⁸⁶⁶ MATTOSO, 1988a, p. 21 e 1995a, p. 126.

⁸⁶⁷ MONTEIRO, 1998, pp. 28-31.

⁸⁶⁸ PMH-I-I, p.599b. É possível que este dado, das Inquirições de 1258, seja somente um fragmento e que, na mesma ocasião, D. Sancho I e a sua mesnada tivessem tido acesso a outros víveres. Mas também há que considerar que se as populações da região tivessem cedido mais alimento, este seria igualmente referido pela testemunha.

nomeadamente dos confirmantes⁸⁶⁹. Por outro lado, a documentação só deixa entrever aqueles que gozavam de prestígio suficiente para nela figurarem e estes, na sua maioria, tinham condições para encabeçar mesnadas. É, portanto, difícil perceber o número e condição daqueles que, não gozando de *autorictas* suficiente para serem mencionados na chancelaria, acompanhavam o rei nas suas deslocações, o protegiam e para ele cumpriam tarefas de índole militar. Igualmente difícil é distinguir, entre as testemunhas, para além dos que ocupavam cargos palatinos, aqueles nobres que estavam junto do rei, não porque pertencessem à *schola*, mas porque se tinham feito apresentar, temporariamente, com as suas próprias mesnadas.

De entre os próceres do reino, é para o reinado de D. Afonso Henriques que melhor se conseguem relacionar presenças e ausências com atividade militar. Assim, Fernão Peres Cativo, o alferes do rei em 1136, não figura entre as individualidades na documentação depois de maio desse ano, voltando a figurar em novembro⁸⁷⁰. Esta ausência da documentação permite-nos relacionar o seu afastamento com a presúria da Ladeia, de que foi incumbido pelo monarca⁸⁷¹. Um outro companheiro de D. Afonso Henriques, quando este era ainda infante, Paio Pais da Silva, *O Caminhão*, também o deve ter escoltado em permanência na atividade militar. Inferimo-lo porque em junho de 1129, pouco mais de um ano depois de São Mamede, foi compensado por ter servido com a sua mesnada durante três anos sem ter recebido soldada⁸⁷². Mais tarde, durante a invasão leonesa do Minho de 1140, campanha onde se inclui o bafordo de Valdevez, a conquista de Castro Laboreiro pelo rei de Leão, a sua recuperação pelo rei de Portugal e subsequente ocupação de Toronho, em 1141, observamos a presença quase constante junto do monarca de outros cavaleiros, destacando-se Egas Moniz, Fernão Peres Cativo, Garcia Mendes (alferes entre 1138 e 1141) e Lourenço Viegas (o “Espadeiro”, alferes por um curto período, em 1129-30)⁸⁷³.

⁸⁶⁹ Não cabe dúvida que as testemunhas são presenças obrigatórias. Como Leontina Ventura aponta em relação aos ovençais de D. Afonso III, estes são cavaleiros que, sendo titulares dos serviços domésticos do rei, figuram nos documentos régios como testemunhas (VENTURA, 2009, p. 203).

⁸⁷⁰ Está presente no foral de Seia (DR, doc. 152 de 1136, maio), mas ausente da doação da vila de Paredes (c. Viana do Castelo) ao mosteiro de Tojos Outos, na Galiza (DR, doc. 154 de 1136, maio, 19) e, se a datação corresponder a 1136, também ausente dos confirmantes de uma sentença régia pela qual foram conhecidos como “patronos” da igreja de Borba-de-Godim (c. Felgueiras) os descendentes de Garcia Saz (DR, doc. 153 de 1136-37, maio, 18).

⁸⁷¹ MATTOSO, 2007, pp. 152-153.

⁸⁷² DR, doc. 99, de 1129, junho, 25.

⁸⁷³ DR, doc. 178 de 1140, junho; doc. 179 de 1140, julho; doc. 180 de 1140, julho, 7; doc. 181 de 1140, novembro; doc. 183 de 1141, fevereiro; doc. 184 de 1141, fevereiro, 12; doc. 185 de 1141, março, 29; doc. 186 de 1141, abril, 16.

A questão que subjaz não é de fácil resposta: perceber em que medida se pode distinguir o serviço de nobres num quadro da mesnada régia (isolados ou à cabeça de pequenas mesnadas), do serviço prestado por convocação. Trata-se de um problema concetual, que talvez não fosse significativo nos séculos XII e XIII, uma vez que os protagonistas tinham plena consciência da condição em que serviam. Parece-nos, por isso, que importa salientar que entre os companheiros de armas do rei de cada momento existiam os indivíduos que ocupavam cargos curiais, os que pertenciam à sua guarda e os que faziam conjunturalmente parte da sua mesnada. Embora possa ser difícil distingui-los quanto ao regime de permanência junto do monarca, as fontes revelam-nos outras facetas, mais fáceis de identificar, como os que detinham ofícios palatinos, alguns guerreiros especialistas e até diferenças na categoria social, que nem sempre era a de nobre.

Sem podermos inseri-los na *schola* ou como pertencentes a uma guarda régia, a presença junto do monarca dos detentores de cargos palatinos é, naturalmente, indubitável e certamente que, na sua maioria, estes homens eram companheiros de combate do monarca. Muitos pertenciam à alta nobreza da cúria, membros das principais linhagens do reino, concentrando em si grande parte dos poderes político, militar e senhorial, este último assente num património territorial mais expressivo nas regiões de origem⁸⁷⁴.

Vemo-los a acompanhar fisicamente o rei nas suas deslocações, sendo signatários da documentação emanada nos diferentes locais de estância da corte. Temos nota da sua presença nas operações militares, como é o caso do cerco de Lisboa, em 1147, já que na relação de signatários do pacto estabelecido entre D. Afonso Henriques e os cruzados francos figuram, entre outros, o mordomo, Fernão Peres Cativo e o copeiro ou submordomo, Mendo Afonso⁸⁷⁵. Quase um século mais tarde, D. Sancho II fez-se acompanhar na operação de cerco que desencadeou sobre Elvas, em 1226, por dois chanceleres (o anterior e o vigente), Gonçalo Mendes e Mestre Vicente, pelo porteiro-mor, Pedro Pires, e ainda pelos saquetário, reposteiro, uchão e cevadeiro⁸⁷⁶.

⁸⁷⁴ PIZARRO, 2015, p. 279.

⁸⁷⁵ DR, doc. 223 de 1147, junho.

⁸⁷⁶ RDSII, doc. 34, pp. 231-232 de 1226, julho, 29; H. FERNANDES, 2010, p. 189.

O próprio ato de convocação de cúria extraordinária, para preparar uma campanha, sugere que, para além dos elementos que já integravam o conselho do rei, fossem chamados outros senhores, eclesiásticos e leigos⁸⁷⁷ e que, pelo menos alguns destes, acompanhassem o soberano nas operações subsequentes. O progressivo aumento de elementos constituintes da cúria e a crescente especialização das funções administrativas ao longo do arco cronológico que estudamos não parece ter contribuído para arredar das campanhas militares os principais oficiais régios. Na conquista de Faro, em 1249, vamos encontrar, com D. Afonso III, o vice-alferes D. João Peres de Aboim, o chanceler D. Estêvão Anes, o vice-mordomo Rui Viegas de Badim, o saquiteiro Eymeric, o escanção Miguel Fernandes, o reposteiro Pedro Martins, o sobrejuiz Rui Peres de Espinho e o capelão Mateus Martins⁸⁷⁸.

Como já tivemos ocasião de apontar, na *entourage* de D. Afonso Henriques ainda enquanto infante, anterior a 1135, detetamos vários cargos palatinos. Entre eles figuram Ermígio Moniz, mordomo-mor entre 1128 e 1135 e confirmante de praticamente toda a documentação do início do governo do infante⁸⁷⁹ ou Lourenço Viegas, *o Espadeiro*, filho de Egas Moniz, alferes-mor em 1129, e que é confirmante de todos os seis diplomas compilados nos *Documentos Régios* para esse ano, para depois comparecer intermitentemente até 1160⁸⁸⁰.

⁸⁷⁷ HESPANHA, 1982, p. 149.

⁸⁷⁸ VENTURA, 2009, pp. 202-203; e M.G. MARTINS, 2011, p. 176. No reinado de D. Afonso Henriques, o número de homens que colaboravam na tarefa governativa era mais reduzido do que um século mais tarde, no reinado de D. Afonso III. Admitimos que fosse mais fácil que todos acompanhassem o monarca quando os oficiais palatinos eram menos. É, por isso, significativo que na campanha de Faro, de 1249, tenham estado presentes os detentores dos ofícios palatinos assinalados. Das fontes a que recorremos, aquela que, referindo-se ao século XII, é mais expressiva da dimensão guerreira dos companheiros do monarca é a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, castelhano-leonesa. Acerca da batalha de Fraga, em 1134, descreve como Afonso I de Aragão, o “Batalhador”, derrotado, viu a sua “Casa” capturada ou morta pelos almorávidas (CAI, livro I, cap.56-58). Numa outra passagem, que relata a tomada do castelo de Celmes por Afonso VII de Leão, algures entre 1131 e 1135 [a data da ação de Afonso VII sobre o castelo de Celmes não é consensual, já que também não o é a data da sua edificação (MATTOSO, 2007, pp. 95, n. 2)], o texto da mesma fonte apresenta-nos os próceres palatinos de D. Afonso Henriques a serem capturados com a queda da fortaleza (CAI, livro I, cap. 75-76). Apesar do exagero, já que sabemos que o castelo, embora estivesse guarnecido por alguns nobres e peões, não seriam certamente oficiais do rei e nem sequer figurava entre eles o então conde de Límia, Rodrigo Peres Veloso (MATTOSO, 2007, p. 139), não deixa de ser expressivo que o autor da Crónica coloque o séquito régio no centro da operação.

⁸⁷⁹ Entre dezembro de 1127, meio ano antes da batalha de S. Mamede (DR, doc. 86 de 1127, dezembro, 4), e junho de 1135 (DR, doc. 150 de 1135, junho, 18) o seu nome figura em cinco das cerca de sete dezenas de diplomas régios.

⁸⁸⁰ Depois de 14 de março de 1129, figurará esporadicamente num ou noutro documento, em 1130 (DR, doc. 114 de 1130, setembro, 20), em 1134 (DR, doc. 138 de 1134, fevereiro), em 1135 (DR, doc. 144 de 1135, março e doc. 148 de 1135, maio, 18) e vários outros, até que, mais tarde, volta a figurar em vários documentos seguidos, por breves períodos. Esta intermitência verificar-se-á até 1160, ano em que

O cargo de alferes-mor era o mais diretamente relacionado com a prática da guerra e, na hierarquia palatina, surgia normalmente em segundo lugar, logo a seguir ao mordomo⁸⁸¹. Tinha atribuições específicas, com poderes bastante amplos no domínio militar, nomeadamente o transporte simbólico do pendão real e o comando da hoste régia, como veremos. Acrescente-se que a sufixação de “mor”, para diferenciar o alferes do rei dos restantes alferes, é posterior à cronologia que estudamos⁸⁸². Aliás, entre os séculos XI e XIII, a designação do cargo conheceu várias formas, associadas, por um lado, à transição do latim para as línguas romance e, por outro, a diferentes grafias associadas à mesma palavra, mas nunca mereceu, nesse período, a sufixação de “mor” que mais tarde receberia.

Leontina Ventura sintetizou, para os cinco primeiros reinados, a frequência do uso dos designativos *armiger*, *signifer*, *vexilifer* e alferes. Acrescentou que “muito embora *alferes* signifique apenas cavaleiro e não porta-estandarte, subentende-se já no seu uso que o alferes é também o que leva a bandeira e não o comandante da cavalaria”⁸⁸³. O modelo de análise que a autora seguiu estava orientado para a relação do cargo com as personalidades que o ocuparam, razão pela qual não necessitou de aprofundar o estudo da dimensão militar específica que lhe era inerente. Interessa, por isso, revisitar o assunto, sob uma perspetiva funcional.

Com efeito, traçar o percurso das diferentes designações do cargo reveste-se de interesse a dois níveis: um intrínseco, já que nos permite intuir, através da semântica, alguns dos atributos inerentes ao alferes; e um extrínseco, uma vez que também identificámos, ao longo da cronologia, o uso do designativo do cargo referido a outros personagens que não o alferes régio.

encontramos o último documento em que Lourenço Viegas figura como confirmante (DR, doc. 275 de 1160, abril. 9).

⁸⁸¹ Com duas exceções. Entre 1217 e 1222, no reinado de D. Afonso II e a partir de 1248, o alferes teve primazia sobre o mordomo. Esta prevalência temporária do alferes deve-se, sobretudo, às ligações familiares ao rei dos detentores do cargo naquelas datas (HOMEM, 1996, p. 534).

⁸⁸² A designação “alferes-mor” continua, por exemplo, ausente dos *Livros de Linhagens*, composições do século XIV (ou, na melhor das hipóteses, de finais do século XIII, no caso do Livro do Deão), e também da *Crónica de Portugal de 1419*. Nesses textos usa-se somente “alferes”. Surge na documentação de D. Fernando, cujo último documento conhecido que refere o alferes-mor é de julho de 1380 (*Chancelaria de D. Fernando*, Livro 2, fl. 10v). A primeira referência ao cargo de Condestável, que substituiu o alferes-mor, é de 1 de fevereiro de 1382 (*Chancelaria de D. Fernando*, Livro 3, fl. 5v). Nas *Ordenações Afonsinas*, de meados do século XV, encontra-se a designação “alferes-mor” de forma explícita, referindo-se a um cargo que existira no passado (OA, Livro I, Título 56, pp. 333-334).

⁸⁸³ VENTURA, 1992, vol I, p. 51. Sobre o significado, relevância e utilidade prática do estandarte em combate, veja-se o subcapítulo 5.6.4 Os métodos de comando e controlo.

Começando pela dimensão intrínseca do termo, observamos um documento de 1094, no qual o alferes de Raimundo e Urraca de Leão, Fernando Raimundo, é designado por *vexilifer*⁸⁸⁴. Três anos mais tarde, em 1097, Nuno Pais é referido como *armiger* do conde D. Henrique⁸⁸⁵. Entre os diplomas portugalenses encontramos uma outra referência ao *armiger*, testemunha na carta de couto de Assilhó, outorgada por D. Teresa a Gonçalo Eriz, em 1117⁸⁸⁶. É muito provável que o termo *armiger* tenha aqui o significado de alferes e não de “escudeiro”, como demonstrou Josefina Mateu, a propósito da consagração dos alferes nas cortes régias e condaís asturianas e castelhano-leonesas dos séculos VIII a XIII⁸⁸⁷. Infelizmente, na documentação condal portugalense conservada, os cargos curiais raramente surgem explicitados, figurando somente o nome das testemunhas e confirmantes. Não podemos, portanto, inferir sobre qual a designação mais comum na corte condal e sobre a existência de um processo de transição do termo *armiger* para os termos *signifer* e alferes, no Portucale.

O que notamos é que, com D. Afonso Henriques, a designação de *armiger* está ausente, mas a de *signifer* coexiste com a de *alferes* até 1158⁸⁸⁸. A partir desta data, somente *signifer* é usada, sendo de 1181 o último documento deste monarca que refere o étimo⁸⁸⁹. Apesar de nesse reinado o termo *alferes*⁸⁹⁰ ser frequente e surgir nos textos

⁸⁸⁴ “*Fredenandus Raimundos vexilifer comiti*” (PMH-DC, doc DCCCXIII, p. 484, de 1094). Em alguns documentos asturianos do século VIII, este cargo ainda figura como *comes* (MATEU IBARS, 1980, pp. 268-269). O *vexillum* era um estandarte romano da cavalaria e das tropas auxiliares, com a forma de pendão, ou seja, o pano ficava suspenso de uma travessa horizontal (TORRINHA, 1945, p. 928).

⁸⁸⁵ “*Armiger Comis*” (PMH-DC, doc. DCCCLXIV, p.513, de 1097). D. Henrique terá contado com, pelo menos, um outro alferes, D. Fafes Luz (LD, 17A3; LLCDP, 39A1). A designação de *armiger regis* é o equivalente latino que se passou a usar na monarquia astur-leonesa para o anterior termo, usado pelos visigodos, de *comes spathiorum* (o comandante dos *spatharii*, ou seja, “os armados”, a guarda real). O desaparecimento do termo *armiger*, com este significado, terá ocorrido no século XII, mas ainda o encontramos com o significado de alferes na documentação das chancelarias de Sancho III e de Afonso VIII de Castela, onde Gonçalo Rodrigues era mencionado, alternada e aparentemente de modo intermutável como *armiger* e *alferiz* em documentos de 1154 e 1155, 1165 (MATEU IBARS, 1980, p. 293).

⁸⁸⁶ No caso, Nuno Soares II Velho (DR, doc. 49 de 1117, novembro). A designação de *armiger* alusiva ao alferes remonta, pelo menos, à documentação asturiana do século XI, onde se deteta, pela primeira vez, num documento de 844, um falso de Ramiro I, denominado “Votos de Santiago” (MATEU IBARS, 1980, p. 271).

⁸⁸⁷ MATEU IBARS, 1980, pp. 263-315.

⁸⁸⁸ DR, doc. 269 de 1158. *Signifer* era a designação do porta-estandarte ou porta-bandeira no exército romano (TORRINHA, 1945, p. 797).

⁸⁸⁹ DR, doc. 345 de 1181. No reino de Leão, com Fernando II (1157-1188), *signifer* também é, de longe, o termo o mais utilizado, observando-se que em 270 documentos analisados, dois mencionam o *armiger*, ambos em 1158, e seis o *alferes*, com datas extremas entre 1157 e 1187. No reino de Castela, com Afonso VIII (1158-1214), em 672 diplomas listados, a designação utilizada é, quase invariavelmente, *alferiz*, reguistando-se somente três ocorrências ocasionais de *armiger* e outras três de *signifer* (MATEU IBARS, 1980, pp. 181-290). Estes dados mostram que, na segunda metade do século XII, a corte portuguesa estava alinhada com a leonesa e não com a castelhana, na denominação do cargo na documentação oficial.

⁸⁹⁰ *Alferes* deriva do árabe *al-faris*, que significa “aquele que pratica a *furusiyya*”, ou seja, a arte de combater montando a cavalo. Por conseguinte, “alferes” significa “cavaleiro” (MATEU IBARS, 1980, p. 268).

latinos de produção régia com diferentes formas (*alferice*⁸⁹¹, *alferes*⁸⁹², *aflerez*⁸⁹³, *alferiz*⁸⁹⁴), na documentação de D. Sancho I, entre 1186 e 1210, está presente somente três vezes, das quais duas correspondem a textos em português⁸⁹⁵, enquanto o designativo *signifer* regista 75 ocorrências, todas elas em textos em latim.

No reinado de D. Afonso II, o termo mais comum continuou a ser *signifer*⁸⁹⁶, patente na confirmação de inúmeros documentos, quer do período condal, quer ao seu avô. Chegou mesmo a usar-se *signifer* na confirmação de um documento de D. Afonso Henriques onde o mesmo cargo estava designado como *alferes*⁸⁹⁷. Curiosamente, no acervo legislativo de Afonso II que nos chegou, a regulamentação sobre o modo de suprir os serviços de alferes, mordomo e chanceler, nos seus impedimentos, datada de 1222, refere o cargo, no texto latino, sob a designação de “*alferaz*”⁸⁹⁸. Por outro lado, na documentação de D. Sancho II que chegou até nós, prevalecem as expressões “*signifer curie*” e “*signifer domini regis*”, não sendo o cargo designado por outro título senão de *signifer*⁸⁹⁹.

No início do reinado de D. Afonso III, a designação mais comum continuava a ser a de *signifer* até 1258, ano a partir do qual se preferiu “*alferaz*”, utilizando-se a primeira, sobretudo, nas confirmações de cartas anteriores, quando figurava essa designação no documento original⁹⁰⁰. Com este monarca surge referido pela primeira vez o cargo de *subsignifer*, o vice-alferes⁹⁰¹. O primeiro foi João Peres de Aboim, que assumiu funções em substituição do alferes, João Afonso Telo de Albuquerque, ausente da conquista de

⁸⁹¹ DR, doc. 96, de 1129-1130, março, 14.

⁸⁹² DR, doc. 217, de 1146-47, julho.

⁸⁹³ DR, doc. 98, de 1129, abril, por exemplo.

⁸⁹⁴ DR, doc. 182 de 1141, fevereiro; e doc. 199 de 1143, junho.

⁸⁹⁵ DS, doc. 234 de 1199; e doc. 191 de 1210, maio.

⁸⁹⁶ CAIII-I, doc. 6, de 1253, que contém a confirmação do foral de Bragança, de 1219; CAIII-I, doc. 103 de 1211, junho, 30; doc. 180 de 1218, fevereiro, 1; doc. 249 de 1261, confirmação de um documento de 1219.

⁸⁹⁷ DR, doc. 156, de 1136, novembro, 19, confirmado por D. Afonso II em 1217.

⁸⁹⁸ PMH-LC-I, p. 179 de 1222.

⁸⁹⁹ Se não contabilizarmos o testamento de 1248, redigido em Toledo numa circunstância em que não faria sentido ter o alferes ao seu lado, em 97 diplomas, 28 têm o alferes entre os confirmantes, invariavelmente designado por *signifer*. Para “*signifer*”, palavra isolada, veja-se RSII, doc. 22 de 1225, janeiro, havendo um total de três documentos com esse designativo. Para “*signifer domini regis*” veja-se, por exemplo, RSII, doc. 1, de 1223, junho, 23, contando-se um total de cinco documentos. Para “*signifer curie*” veja-se, por exemplo, RSII, doc. 21 de 1224, dezembro, contando-se um total de 19 documentos.

⁹⁰⁰ Vejam-se, por exemplo, a renovação do aforamento do reguengo de Ferrarias, c. Peso da Régua (CAIII-I, doc. 256 de 1261, março, 24) ou a confirmação do foral de Valença (CAIII-I, doc. 293 de 1262, agosto, 11).

⁹⁰¹ PIZARRO, 1997, vol. I, pp. 464, n. 19.

Faro de 1249⁹⁰². Ocupou o cargo entre 1249 e 1255; D. Afonso III dispôs ainda de mais dois vice-alferes, João Durães, em 1256⁹⁰³ e João Peres Correia, em 1261⁹⁰⁴.

Por vezes, os vice-alferes surgem juntamente com os alferes no rol dos confirmantes; outras vezes, surgem isolados. Esta simultaneidade de ambos, no mesmo local e cronologia, ocorrida após a conquista total do Algarve em 1249, e sem notícia de um aumento de intensidade da guerra que o justifique, parece estar mais relacionada com o esforço deliberado do Bolonhês para fortalecer a estrutura administrativa do que com uma necessidade militar objetiva⁹⁰⁵. Além disso, em 1258, o Regimento da Casa Real determinava que, em tempo de paz, o pendão real fosse transportado por um escudeiro e não pelo alferes⁹⁰⁶, o que reforça a ideia de que o cargo, não perdendo importância, já não requeria uma presença física contínua junto do monarca.

O trajeto ensaiado através da semântica é revelador de alguns dados de interesse. Desde logo, tudo indica que a alteração terminológica na documentação não corresponde a nenhuma alteração funcional⁹⁰⁷. Com efeito, desde o *comes spathiorum* visigodo, passando pelos posteriores *armiger*, *vexilifer*, *alferes* e *signifer*, as competências e atributos fundamentais da função, que se apresentarão em seguida, não devem ter sofrido alterações. Um outro dado relevante é que a tentativa de descortinar essas competências e atributos através do designativo do cargo resultam sempre insuficientes. O alferes não é somente o porta-estandarte régio, como sugerem as palavras *vexilifer* e *signifer*; não é o que “traz armas” ou o escudeiro, como parece encerrar o termo *armiger*; e também não é apenas um cavaleiro, como significa a palavra *alferes*.

Nas *Partidas*, os redatores de Afonso X contemplaram o “*alferez*” e detalharam o seu ofício⁹⁰⁸: era o portador do estandarte régio, a quem competia guiar as hostes quando

⁹⁰² M.G. MARTINS, 2007, p. 613. João Peres de Aboim, homem de grande confiança de D. Afonso III e que viria a ser mordomo-mor (VENTURA, 2009, pp. 144-149).

⁹⁰³ CAIII-I, doc. 101 de 1256, novembro, 3.

⁹⁰⁴ CAIII-I, doc. 246 de 1261, fevereiro, 3.

⁹⁰⁵ VENTURA, 2009, pp. 197-236.

⁹⁰⁶ PMH-LC-I, p. 198 de 1258, abril, 11. Degredo Primeiro.

⁹⁰⁷ Se assim fosse, o termo *alferes* não coexistiria com o termo *signifer*, no reinado de D. Afonso Henriques, até 1158, nem se regressaria ao uso de *alferes* precisamente cem anos mais tarde, em 1258. O mesmo indivíduo, a desempenhar a mesma função, não seria designado ocasionalmente por um termo diferente se este não tivesse, para os seus contemporâneos, o mesmo significado. Além disso, durante toda a segunda metade do século XII, usou-se *signifer* na documentação régia portuguesa e leonesa, mas *alferiz* na castelhana, tratando-se do mesmo cargo.

⁹⁰⁸ Todo o título referente ao alferes foi compilado em grande parte e ligeiramente adaptado pelos redatores das Ordenações Afonsinas, mais de um século depois do código de Afonso X, numa altura em que o cargo de alferes já estava esvaziado de muitas das suas competências. Ver OA, Livro I, Título 56.

o rei não estava presente. Este código legislativo refere que, em tempos anteriores à segunda metade da Centúria de Duzentos, o alferes era o principal intermediário junto do monarca em questões de justiça. Entre as suas incumbências, estava a de “*amparar & acrescentar el reyno*”, o que permite deduzir dois aspetos cruciais: o alferes era um verdadeiro comandante da hoste⁹⁰⁹ e não um mero portador de um estandarte e, ainda, que gozava de certo grau de autonomia, uma vez que lhe competia defender a terra e ampliar território por meio de conquista.

É possível que, na sua condição de término de um processo evolutivo⁹¹⁰, o código legislativo de Afonso X explicitasse a *praxis* das décadas e séculos anteriores. Com efeito, temos nota de uma campanha protagonizada por um alferes, sem a presença do rei. Trata-se da presúria da Ladeia, em 1135-36, que ficou também conhecida como “Presúria de Fernão Peres Cativo”, então alferes de D. Afonso Henriques⁹¹¹. Um outro indício de que as incumbências do alferes incluíam o comando direto de forças é-nos transmitido por um texto tardio, a *Crónica de Portugal de 1419*. Ao descrever as operações de D. Sancho no Aljarafe, em 1178, apresenta o alferes, por delegação do infante, a deslocar-se pela hoste e dar indicações a cada um dos comandantes⁹¹². A condução de operações por parte do alferes, em nome do rei, foi bem evidente no reinado de D. Afonso II, que, como se sabe, não foi um rei-guerreiro. No final do ano em que ascendeu ao trono, foi o seu alferes, Martim Anes de Riba de Vizela, quem conduziu o cerco ao castelo de Montemor-o-Velho, onde estavam refugiados a infanta D. Teresa e os seus partidários⁹¹³.

As *Partidas* explicitam ainda que ao alferes estava atribuída a responsabilidade de responder a agravos direcionados ao monarca, destacando-se aqui as questões de usurpação de privilégios “*que pertenesçem al senhorio del rey*”⁹¹⁴, bem como, em sentido contrário, interceder junto do soberano pelos inocentes e assegurar a audição dos pleitos de viúvas e órfãos de fidalgos. Esta condição do alferes, a confirmar-se, reforça a ideia de um verdadeiro chefe militar, que tutela os seus guerreiros, e que é capaz de por eles interceder junto do rei. Deveria, portanto, conhecer os feitos e serviços que os cavaleiros, pelo menos os de linhagem nobre, tinham prestado em vida. A fonte acrescenta que, por estas razões, era regra que o alferes fosse um nobre, para que se coibisse de cometer erros,

⁹⁰⁹ “*Cabdillo mayor*” (*Partidas*, II, Título IX, Lei XVI).

⁹¹⁰ MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 125.

⁹¹¹ MATTOSO, 2007, pp. 152-153.

⁹¹² CP 1419, 1998, Cap. 14, p. 21.

⁹¹³ VILAR, 2008, p. 130.

⁹¹⁴ *Partidas*, II, Título IX, Lei XVI.

e ser também muito conhecedor da guerra, já que era o primeiro dos comandantes ao serviço do rei. Não sabemos se detinha alguma primazia ou comando direto sobre a *schola* enquanto unidade tática capaz de levar a cabo operações em autonomia. Por princípio, a guarda régia acompanhava sempre o rei, pelo que deveria ser o monarca a exercer o comando direto daquela força, encarregando-se o alferes das questões mais amplas, relacionadas com a hoste.

Tal como assinalou José Mattoso, o deslocamento da fronteira em direção a Sul acarretou, a partir do reinado de D. Afonso Henriques, que os chefes militares fossem, progressivamente, deixando de ser exclusivamente os infanções do Entre-Douro-e-Minho. Embora os alferes-mores e os cavaleiros pudessem ser membros das famílias do Norte, não eram já os chefes de linhagem, mas sim os filhos segundos que detinham esse papel. E os principais herdeiros, quando desempenhavam as funções de alferes-mor, faziam-no, normalmente, por tempo limitado, em vida dos pais, como “uma espécie de tirocínio para virem a tornar-se os seus dignos sucessores”⁹¹⁵. D. Afonso Henriques contou com nove alferes ao longo do seu reinado; o seu filho Sancho, com onze. D. Afonso II com três, D. Sancho II com cinco e D. Afonso III com dois⁹¹⁶.

O cargo era de tal modo prestigioso que alguns dos seus titulares, mesmo pertencendo à alta nobreza nortenha e detentores de *auctoritas* suficiente para não necessitarem de ser mencionados por designativos de função, continuaram a ser citados pelo cargo, mesmo muito tempo depois de o deterem. É o caso de Pêro Pais da Maia, que foi alferes de D. Afonso Henriques durante mais de vinte anos (1147-1169), num período de intensa atividade militar e que, no tempo de D. Sancho I, ainda era designado como o primeiro dos alferes do rei⁹¹⁷.

Em alguns casos podemos inclusivamente falar numa espécie de “carreira militar” dos alferes, a ponto de, depois de cessarem funções junto de um rei, poderem transitar para o mesmo cargo junto de um outro monarca ibérico. Mem Fernandes de Bragança, alferes de D. Afonso Henriques em 1146 e 1147, foi também alferes de Fernando II de

⁹¹⁵ MATTOSO, 1985, p. 85.

⁹¹⁶ Dois fatores podem ter contribuído para o reduzido número de alferes de Afonso III, face a um reinado de três décadas, entre 1248 e 1279: o esvaziamento das funções e a manutenção dos titulares no cargo até à sua morte (HOMEM, 1996, p. 534).

⁹¹⁷ “(...) *Petrus Pelagii primus signifer regis*” (DS, doc. 5 de 1186, janeiro). À época, o Alferes de D. Sancho I era Pedro Afonso (BRANCO, 2006, p. 272). Pêro Pais da Maia tinha cessado funções em 1169 (MATTOSO, 2007, p. 388).

Leão logo no início do seu reinado, entre 1157 e 1159⁹¹⁸; Pêro Pais da Maia, depois de deixar o cargo junto de D. Afonso Henriques, em 1169, passaria a ser alferes do mesmo rei leonês⁹¹⁹. A experiência militar do cargo decerto que não seria desaproveitada e, ainda que não viessem a detê-lo num reino vizinho, vemos também alguns alferes que, depois de abandonarem uma corte, ofereceram os seus serviços a outra, ainda que subordinados a outro alferes. Foi o caso de Lourenço Soares de Valadares, referido como alferes de Afonso IX de Leão em 1195-1196 e em 1204, e que em 1219 se encontrava na corte de Afonso II de Portugal⁹²⁰.

Recordemos, agora, que tínhamos apontado uma dimensão “extrínseca” do alferes, que nos permitia identificar o exercício deste cargo noutros indivíduos, fora da órbita régia. Desde logo, a já referida qualificação de “mor”, consagrada pela historiografia, deixa entrever a existência de outros alferes, comandantes de hostes ou mesnadas, que não a régia⁹²¹. Quer nas Inquirições de 1220, quer nas de 1258, o designativo *alferes*, surge quase sempre referido em relação aos alferes-mores, mas não só⁹²². O termo *armiger*, presente nas Inquirições de 1258, nunca se refere ao alferes-mor, mas antes, parece-nos, a alferes ao serviço de senhores. Existindo, também, a possibilidade de se referir a escudeiros, trata-se de um assunto pertinente de colocar em debate⁹²³.

É que, sendo a tradução latina de *armiger*, literalmente, “o que traz armas”⁹²⁴, o termo tem sido associado a “escudeiro”⁹²⁵. No entanto, como já vimos, na cúria condal

⁹¹⁸ GONZÁLEZ, 1943, p. 185.

⁹¹⁹ MATTOSO, 1999b, p. 318.

⁹²⁰ VENTURA, 1992, p. 332.

⁹²¹ G. MATOS, 1984, p. 97. Viterbo distingue as duas condições de alferes (mor e comum), em duas entradas diferentes do seu Elucidário (VITERBO, 1865, tomo I, pp. 55-56).

⁹²² No texto das Inquirições de 1220, encontram-se quatro referências a alferes ao serviço de senhores: em Santa Maria de Quintiães, Aguiar de Riba-Lima, “*Martinus Sueris, Alferaz*” (PMH-I, p.128b; p.240a); em Santa Leocádia de Fradelos (c. V.N. Famalicão), “*M. Petri alferaz*” (PMH-I, p. 160a); em São Salvador de Nabais, Terra de Faria “*Martinus Petri alferax*” (PMH-I, p. 30a). Encontra-se somente uma referência que pode corresponder a Pero Pais da Maia, alferes de D. Afonso Henriques, embora sem segurança absoluta: “*quia est villa honorata de Don Petro Pelagii alferaz*” (PMH-I, p. 114a). Já para as inquirições de 1258, existem oito referências a *armiger*, todas estas correspondentes a outros alferes que não o da hoste régia, existindo, ainda, uma ocorrência *signifer* (PMH-I, p. 479a) e doze de “alferes”.

⁹²³ As referências a *armiger* são: Pedro Martins, Pazinhos, c. Gouveia (PMH-I. p 772a); Martim Moniz, Lagares, c. Tábua (p.783b); Lourenço Vicente, Sameice, c. Seia, (p. 785); Martinus Ooriz, Nabais, c. Gouveia, (p. 789a); Martim Viegas, Povolide, Viseu, (p. 866a); Martim Gato, Seixos (?), (p. 960a); Paio Peres, Santa Lucrécia, c. Braga (p. 1450a) e ainda um *armiger* não especificado no texto, em Santa Maria de Pinheiro (c. Oliveira de Azeméis), sugerindo que, na altura, havia bastantes *armigers*: os suficientes para a fonte mencionar “*uno armiger*”.

⁹²⁴ TORRINHA, 1945, p. 76.

⁹²⁵ Ver, por exemplo, CONTAMINE, 1980, p. 161; NASCIMENTO, 2005, p. 186; ALVIRA CABRER, 2000, p. 182 e A.S. PEREIRA, 2005, p. 29. Encontra-se também uma razão forte para esta associação na

de finais do século XI, ao surgir logo a seguir ao mordomo entre os confirmantes de documentos⁹²⁶, não podia tratar-se de um escudeiro, mas sim do oficial que veio, depois, a designar-se por alferes, tal como considerou Josefina Mateu⁹²⁷. Parece-nos que em meados do século XIII, em Portugal, os dois étimos ainda deveriam ter, pelo menos ocasionalmente, significados distintos.

Julgamos verificar exemplos desta destrição nas Inquirições de 1258. Ao longo dos textos das atas, o termo *armiger* surge nove vezes, ao passo que *scutario*, *scutifero*, *scutiferis*, se multiplicam muito mais frequentemente. Poder-se-ia questionar se *armiger* e *scutarius* não seriam sinónimos, utilizados indiscriminadamente ou, então, empregues de acordo com o costume oral de cada região. Mas atentando aos registos da 3ª alçada, numa região restrita, como era o caso do vale do alto Mondego, verificamos, por exemplo, que Pedro Martins foi mencionado com o título de *armiger* de Pazoinhos (c. Gouveia)⁹²⁸, ao passo que Loureço Viegas e Martim Moniz foram designados, pelos mesmos inquiridores⁹²⁹, em Oliveira do Hospital, como “*scutarius*”⁹³⁰ e Gonçalo Martins, em Paranhos da Beira (c. Seia), como *scutifero*⁹³¹.

O *armiger* era entendido como um guerreiro que enquadrava ou chefiava homens. João Pedro Gago, de Vila Cova (de Tavares, c. Fornos de Algodres), estaria ao serviço de um *armiger*, já que é mencionado como um “*homo de armigere*”⁹³². Por seu turno, apesar de serem muito mais abundantes as menções a escudeiros, não encontramos referências diretas a guerreiros ao seu serviço, embora nada no texto o invalide. É possível que em Portugal, entre o final do século XI e meados do século XIII, o termo *armiger* com significado de alferes, tendo caído em desuso, se tenha progressivamente confundido com o de escudeiro⁹³³, já que ambos serviam outrem, com armas. Parece-nos, no entanto, que

Regra Primitiva do Templo, quando proíbe qualquer castigo sobre o *armiger* que sirva sem salário, aqui, claramente, com o significado de escudeiro (RT, nº31, p. 103). O documento provém do espaço francês no final do século XII, altura em que em França, os termos *armiger* e escudeiro possam ter convergido para o mesmo significado.

⁹²⁶ PMH-DC, doc. DCCCLXIV, p. 514 de 1097.

⁹²⁷ Ver notas 886 e 887.

⁹²⁸ PMH-I, p. 772a.

⁹²⁹ Mesmo considerando que parte dos textos das Inquirições que nos chegaram são resultado de composições e transcrições posteriores, onde, por vezes, grafias latinas foram interpoladas com traduções em língua romance, o trecho da 3ª alçada analisado apresenta uma regularidade que não levanta suspeitas de interpolação de textos.

⁹³⁰ Lourenço Viegas em PMH-I, p. 774b e Martim Moniz em 776a, 778a e 779a.

⁹³¹ PMH-I, p. 784b.

⁹³² PMH-I, p. 789a.

⁹³³ Como, aliás, parece ser norma na Europa Ocidental no século XIV (FLORI, 1998, p. 113; ALVIRA CABRER, 2000, p. 182 e PORRINAS GONZÁLEZ, 2005, p. 49).

uma análise mais fina das Inquirições de 1258 deixa entrever a possibilidade de um *armiger* ser ainda, naquela época, algo mais do que um escudeiro, nomeadamente na relação da expressão com a autoridade para comandar outros guerreiros. E que a palavra pode ter caído em desuso pela ascensão do seu substituto romance, “alferes”, que registamos no comando de forças recrutadas pelos membros da nobreza, conforme demonstrou Miguel Gomes Martins⁹³⁴.

3.1.2. As mesnadas senhoriais

Dos cavaleiros *per naturam*, preparados desde a mais tenra idade para a guerra, esperava-se que nela tomassem parte, mercê dos laços vassálicos a que se encontravam obrigados. Eram senhores, ligados ao soberano por laços diretos e vassalagem, que tinham por obrigação defender os castelos à sua guarda e neles permitir a entrada do monarca para os utilizar como base de ataque para os seus inimigos, acrescentando a incumbência de participar com as suas mesnadas nas ações bélicas promovidas pelo rei⁹³⁵.

Em alguns casos, as mesnadas senhoriais correspondiam às dos nobres da *entourage* do monarca, que intercalavam o tempo de presença junto do soberano com estâncias mais ou menos prolongadas nos seus senhorios e nas circunscrições administrativas que podiam tutelar. Este modelo de atuação aliviava a despesa do rei porque, quando presentes na corte, era ele quem tinha de garantir o seu sustento e o das mesnadas que eles encabeçavam⁹³⁶. Apesar dos laços de vassalagem materializados pela homenagem implicarem serviço militar, este não era prestado sem remuneração, sendo que, além de mesa, o rei retribuía com o pagamento de uma soldada⁹³⁷.

De qualquer modo, o número de nobres da *schola* era minoritário face ao conjunto total dos *bellatores* que podiam mobilizar mesnadas próprias. Os ricos-homens, tal como

⁹³⁴ M.G. MARTINS, 2007, p. 77.

⁹³⁵ GRASSOTTI, 1976, pp. 288-291.

⁹³⁶ Pelo menos no que expressa o *Regimento da Casa Real de 1258*, que, estamos em crer, venha regulamentar algumas práticas anteriores (PMH-LC-I, pp. 198-200). Estes *degreos e constituições*, promulgados pelo Bolonhês, podem bem incluir elementos “importados” do espaço francês. Mas conceitos como o de “ração dElRey” e de “soldada” parecem já vigorar do antecedente.

⁹³⁷ Desde o século IX que o serviço militar da cavalaria nobre dependia de soldadas pagas pelo monarca (VEIGA, 1936, pp. VIII-IX e PORRINAS GONZÁLEZ, 2015, p. 498). Não confundir com a soldada enquanto tributo e também enquanto modo de pagamento geral por serviços prestados de outro cariz que não militar, geralmente pelo dia de trabalho no campo a “jornaleiros de soldada diária” (R. SILVA, 1983, p. 99). O regime de soldada, em geral, é referido como pagamento ao ano, por contraposição ao regime de jornal, ao dia (VIANA, 2013, p. 52 e seguintes). A este respeito veja-se também I. GONÇALVES, 1984c, p. 58 e VITERBO, 1865, tomo II, p. 219. A respeito da soldada como remissão de serviço militar vejam-se H.G. BARROS, 1885, p. 161, HESPANHA, 1982, p. 85 e 146 e ALVIRA CABRER, 2000, pp. 188, n. 82. Este assunto será detalhado no subcapítulo dedicado à manutenção do potencial militar.

os infanções, desde que detentores de um senhorio, procediam à mobilização de guerreiros⁹³⁸. Naturalmente que, no caso dos primeiros, o efetivo militar deveria ser superior ao dos segundos, correspondendo à dimensão e população dos domínios que administravam. Os nobres serviam o rei como consequência da relação vassálica, da prestação de *menagem*⁹³⁹, ou de ambas as condições⁹⁴⁰.

Mais profundo do que a vassalagem, o vínculo materializado pela *menagem*, ou homenagem, era gerado aquando da investidura de vassalos como cavaleiros, prerrogativa inerente aos senhores⁹⁴¹. Os livros de linhagens contêm várias menções relativas a investiduras e, quanto maior for a notoriedade e o número de investidos, mais prestigiado é o senhor que os investe⁹⁴². Assim aconteceu com o conde Fernão Peres de Trava (c. 1100-1155) que “fez” (armou) vários cavaleiros, entre eles Fernão Rodrigues de Castro e Pedro de Aragão⁹⁴³; enquanto Gonçalo Mendes de Sousa, *o Bom* (1109-1179) “fez” cavaleiro Gonçalo Gomes⁹⁴⁴; ou Fernão Garcia de Sousa, *O Esgravunha* (c.1215-1256)

⁹³⁸ Os infanções, incluídos nos exércitos régios e dos grandes senhores, passaram, durante o século XII, a exercer poder militar à escala local (SOUSA, 2007, p. 882).

⁹³⁹ A *menagem* ou *homenagem* (*homagium*) consistia no estabelecimento de atos jurídicos e formalidades que materializavam laços de subordinação vassálica de um senhor relativamente a outro senhor colocado numa posição hierárquica superior. Praticou-se, sobretudo, entre o rei e os nobres, muito frequentemente observada na *menagem* que os alcaides prestavam ao monarca (CASTRO, 1984c, p. 221). O vocábulo *homenagem* entrou nos idiomas castelhano e português por via do provençal (tal como o termo *preito* ou *pleito*), detetando-se o seu uso somente no século XI, pelo que tudo indica que se deva à difusão das práticas vassálicas transpirenaicas. Significava não só o ritual de entrada em vassalagem, mas também vários acordos solenes e públicos, incluindo o reconhecimento da autoridade de um senhor. Este podia ser o senhor do castelo, ou mesmo o rei, sobre pessoas coletivas, como os concelhos (MATTOSO, 1988a, pp. 16-17).

⁹⁴⁰ Não é claro se a fonte do poder do rei derivava da sua qualidade de soberano ou do estabelecimento de um laço de vassalagem especial, acabando esta situação por se refletir nas obrigações militares dos súbditos. Daqui resulta que também não é igualmente claro onde terminava o dever geral de auxílio militar e começava o dever específico decorrente da prestação de *menagem*, problemática avolumada por intermédio das situações em que, apesar desta prestação de preito, havia lugar ao pagamento do serviço militar (HESPAÑA, 1982, p. 146).

⁹⁴¹ Gama Barros, no espaço franco e período carolíngio, no século IX, relacionou dois tipos de homenagem com o serviço militar. Segundo o autor, na homenagem simples, *homagium ordinarium*, o serviço militar tinha um limite temporal máximo de quarenta dias por ano. Na homenagem lígia, *homagium ligium*, o vassalo devia acompanhar o senhor durante todo o tempo que durasse a guerra (H.G. BARROS, 1885, pp. 103-106). Posteriormente percebeu-se que existiam diferenças, mas, quanto ao serviço militar, qualquer dos dois tipos de homenagem implicava que o serviço de “hoste” se materializasse até um máximo de 40 dias e o serviço de “cavalgada”, que podia ser requerido uma vez por semana, implicava um raio máximo de 24 horas de marcha, especialmente vocacionado para razias. Em Portugal encontramos indícios de limites temporais em torno das seis semanas de serviço, compatíveis com os 40 dias em prática na França Carolíngia.

⁹⁴² Importa notar, no entanto, que nas fontes portuguesas, a expressão “fazer cavaleiro” pareça ser empregue sem critério que permita distinguir a promoção do vilão à nobreza ou a investidura no seio da aristocracia (M. AGUIAR, 2015b, p. 29).

⁹⁴³ LD, 19A2.

⁹⁴⁴ LD, 6AU7.

que “fez” cavaleiro Nuno Martins de Chacim, em 1237⁹⁴⁵; e Fernão Gil de Soverosa⁹⁴⁶, que terá armado 37 cavaleiros⁹⁴⁷.

As referências abundam e é também significativo que a prática seja extensiva a toda a cronologia estudada. Não sabemos, no entanto, se no início do século XIII ainda se mantinha em Portugal a possibilidade de elevar ao estatuto de cavaleiros os rústicos dos senhorios, prática comum na centúria anterior⁹⁴⁸. Em Leão, no caso dos senhorios régios, Afonso IX estabeleceu, em 1194, a proibição dos senhores armarem cavaleiros deste modo⁹⁴⁹. Nada é referido quanto à investidura de nobres, que certamente sempre continuou, nem quanto a gerar cavaleiros nos outros senhorios que não régios. Em Portugal, os nobres continuaram a poder armar cavaleiros até 1305, data em que D. Dinis concentrou em si essa prerrogativa⁹⁵⁰.

Mas uma fatia significativa da mobilização de mesnadas senhoriais dever-se-ia à própria organização administrativa do território, com base nas *terras*. Estas eram circunscrições que tinham por centro um castelo cabeça-de-terra, em torno do qual se desenvolviam comunidades dele dependentes⁹⁵¹. O senhor da *terra* (*dominus terre*), detentor da tenência correspondente, pertencia, por norma, à categoria dos ricos-homens e acumulava os seus senhorios pessoais com a administração temporária da *terra* ou de *terrae* atribuídas pelo monarca, função pela qual também recebia uma soldada⁹⁵². O número de tenências variou ao longo dos séculos XI a XIII, mas algumas ficaram sempre nas mãos de determinadas linhagens, descendentes dos presores iniciais dos territórios⁹⁵³.

Até ao tempo do reinado de D. Afonso II, os tenentes raramente compareciam junto do monarca, chegando alguns a dispensar a homenagem, desafiando ostensivamente

⁹⁴⁵ LD, 12D6.

⁹⁴⁶ Falecido antes de 1247 (PIZARRO, 1997, vol. II, p. 808).

⁹⁴⁷ LD14H9. Sobre este assunto, Miguel Aguiar refere que a cifra apresentada pode corresponder ao número de cavaleiros armados por Fernão Gil ao longo de vários ou então indiciar uma mesnada senhorial de grandes dimensões (M. AGUIAR, 2015b, p. 26).

⁹⁴⁸ “*Rustici*”, no sentido metafórico de rudes, grosseiros e simples, eram aqueles que não podiam exercer uma autoridade (VENTURA, 1992, vol. I), p. 22). No entanto, não significa que o termo não se referisse a homens livres, sendo muitas vezes designados por *rusticus* – *rustici*, os lavradores, proprietários ou herdeiros. Nos textos latinos franceses do século XII, os designativos *milites plebei* e *milites rustici* referiam-se aos cavaleiros não-nobres (CONTAMINE, 1980, p. 161).

⁹⁴⁹ MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 125.

⁹⁵⁰ “*Ley como nenhũu nom pode seer Caualeyro senom per elRey*” (Livro das Leis e Posturas, p. 202).

⁹⁵¹ O tenente recebia o castelo e a *terra* do monarca, bem como a inerente delegação de poderes de forma temporária e revogável (VENTURA, 1992, vol. I, p. 100). Realizava-se, para o feito, uma cerimónia com forte carga simbólica, a homenagem (*homagium* ou *hominium*), cuja primeira referência explícita conhecida em Portugal remonta a 1188, mas que já se realizaria do antecedente (BARROCA, 2017, p. 136).

⁹⁵² BARROCA, 2003b, p. 89.

⁹⁵³ Para uma síntese dos ricos-homens e das tenências, consulte-se VENTURA, 1996, pp. 546-554.

a autoridade régia. Só depois da 1255, D. Afonso III logrou desarticular o sistema instituído, ao alterar com bastante frequência os tenentes e a quebrar a tendência para a hereditariedade. Ao mesmo tempo que o poder senhorial enfraquecia, o poder régio fortalecia-se com base num outro tipo de circunscrições territoriais então implantadas: os julgados. As *terras* foram dando lugar aos *meirinhados*, sendo o meirinho um oficial de nomeação régia⁹⁵⁴.

Os efetivos possíveis de mobilizar numa *terra* eram muito variáveis e dependiam da dimensão e densidade populacional da circunscrição territorial abrangida. Felizmente, temos uma inquirição à *terra* de Viseu, ordenada por D. Teresa e Fernão Peres de Trava, datada de 1127, que nos mostra, numa estimativa grosseira, mas ainda assim expressiva, que o tenente dessa circunscrição territorial, se conseguisse mobilizar todos os moradores com obrigações militares, far-se-ia acompanhar por cerca de 30 cavaleiros e de mais de 200 peões⁹⁵⁵.

Para além das tenências, existiam os senhorios, identificados por Maria Rosa Marreiros para o período dionisino em número de 367, sendo que cerca de dois terços eram eclesiásticos e um terço estava nas mãos da nobreza⁹⁵⁶. O que é relevante é que esta distribuição deveria remontar a épocas anteriores a D. Dinis, e a maior parte encontrava-se no Norte do reino, compreendendo-se a dificuldade de imposição do poder régio e o desenvolvimento de frequentes relações de oposição entre os nobres e a Coroa nessa área.

Podemos observar um exemplo da dinâmica que envolvia o serviço militar da nobreza em relação ao soberano através do percurso militar do já referido Lourenço Viegas, *O Espadeiro*. Enquanto deteve, por um breve período, o ofício palatino de alferes (1129), manteve presença contínua junto do rei, mas, numa segunda fase, o seu serviço caracterizou-se por uma presença intermitente, surgindo na documentação régia somente quando o rei operou militarmente a norte do Douro. Estes dados sugerem uma pertença inicial ao séquito régio, seguida de uma participação pontual na hoste, com a sua mesnada,

⁹⁵⁴ VENTURA, 1996, pp. 553-554.

⁹⁵⁵ DR, doc. 74, p. 95. Considerando o coeficiente consagrado de cinco habitantes por casal estabelecido por Avelino Jesus da Costa (1959, p. 231) e seguido por José Mattoso (1995b, p. 15) e Maria Helena da Cruz Coelho (1996, p. 170), é adequado aceitar somente um elemento disponível para a guerra, provavelmente o chefe de família.

⁹⁵⁶ MARREIROS, 1996b, p. 585.

quando as operações decorriam na área geográfica onde detinha interesses patrimoniais⁹⁵⁷.

Assim, a partir de 28 de julho de 1129, o *Espadeiro* não surge referido em qualquer documento até 1137, ano em que figura em dois diplomas, datados de setembro e outubro, ou seja, após a campanha de D. Afonso Henriques contra Tui⁹⁵⁸. Está presente, depois, num documento emitido no verão de 1140⁹⁵⁹ e em todos os de 1141, ano em que o rei recuperou o castelo de Castro Laboreiro⁹⁶⁰, combateu contra um contingente leonês comandado pelo senhor de Allariz, Fernão Anes⁹⁶¹, continuou operações e, em agosto ou setembro, defrontou de novo forças leonesas, em batalha ou num bafordo, em Valdevez⁹⁶². A presença deste nobre na documentação régia conheceu nova interrupção até 1158-59, quando ressurgiu nos diplomas, numa altura em que o rei voltava a estar em campanha, entrando na Galiza. Tudo indica, portanto, que Lourenço Viegas tenha participado nestas operações do Minho, uma vez que não é crível que, estando o monarca em intensa atividade militar a norte do Douro, o nobre em apreço não o tenha acompanhado. O perfil que agora traçamos não faz dele, depois do verão 1129, um “companheiro do rei”, mas sim um senhor à cabeça de mesnada própria e, pelo menos entre 1135 e 1156, enquadrando forças da terra de Neiva, de que foi tenente⁹⁶³.

A ocupação de um cargo palatino não excluía a possibilidade de fazer apresentar mesnadas para o serviço régio. Bem pelo contrário, deveria ser habitual que um oficial da

⁹⁵⁷ Lourenço Viegas figura inicialmente em DR, doc. 86 de 1127, dezembro, 4; DR, doc. 96 de 1129, março, 14; DR, doc. 98 de 1129, abril, 7-30; DR, doc. 99 de 1129, junho, 25; DR, doc. 100 de 1129, julho, 01 e DR, doc. 101 de 1129, julho, 28. Depois conhece uma interrupção e só volta a surgir em DR, doc. 138 de 1134, fevereiro, seguindo-se, de forma intermitente e espaçada no tempo: DR, doc. 144 de 1135, março; DR, doc. 148 de 1135, maio; DR, doc. 161 de 1137, setembro; DR, doc. 164 de 1137, outubro; DR, doc. 165 de 1138, maio; DR, doc. 168 de 1139, março; DR, doc. 180 de 1140, julho, 7. Segue-se, de novo, um grupo de documentos muito próximos no tempo e que coincidem com a invasão de Toronho por D. Afonso Henriques e a invasão do Minho por D. Afonso VII, que cercou Pena da Rainha e avançou em direção a Braga: DR, doc. 182 de 1141, fevereiro; DR, doc. 183 de 1141, fevereiro, 1; DR, doc. 184 de 1141, fevereiro, 12; DR, doc. 185 de 1141, março, 19; DR, doc. 186 de 1141, abril, 16; DR, doc. 187 de 1141, abril, 24 e DR, doc. 188 de 1141, novembro, 11. A partir desta altura, volta a ser identificado em documentos dispersos e afastados no tempo: DR, doc. 232 de 1149, dezembro, 8; DR, doc. 246 de 1154, janeiro, 9; DR, doc. 257 de 1156-57; DR, doc. 269 de 1157, abril. Finalmente, novo conjunto de documentos, coincidentes com a ocupação de Tui pelo rei português: DR, doc. 269 de 1158, março; DR, doc. 271 de 1159, fevereiro; DR, doc. 272 de 1159-62 (?); DR, doc. 273 de 1159, maio; DR, doc. 275 de 1160, abril, 9.

⁹⁵⁸ Esteve na origem da batalha de Cerneja (MATTOSO, 2007, p. 155). Cf. DR, doc. 161 de setembro e DR, doc. 164 de outubro, 31, ambos de 1137.

⁹⁵⁹ DR, doc. 180 de 1140, julho, 7.

⁹⁶⁰ DR, doc. 182 de fevereiro; DR, doc. 183 de fevereiro, 1; DR, doc. 184 de fevereiro, 12; DR, doc. 185 de março, 29; DR, doc. 186, de abril, 16; DR, doc. 187 de abril, 24; DR, doc. 188 de novembro, 11.

⁹⁶¹ CAI, livro I, Cap. 75.

⁹⁶² CAI, livro I, Cap. 82; VEIGA, 1941, p. 111.

⁹⁶³ MATTOSO, 1985, p. 140).

cúria, proveniente da alta nobreza do reino e com muitos vassallos, prestasse serviço pessoal juntamente com os seus. Num documento de 1253, D. Afonso III doava a herdade de Benavila, perto de Avis, a João Afonso Telo, o seu primeiro alferes “*pro multo et bono ac fideli servitio et auxilio quod michi fecit cum corpore vassalis et amicis*”⁹⁶⁴. João Afonso não só era alferes, como tinha colocado a sua mesnada ao serviço do rei.

Nos forais de Santarém, Lisboa e Coimbra de 1179, passou a figurar uma disposição, replicada em quase uma dezena de outras cartas até 1286, que permitia que os cavaleiros-vilãos que assim o pretendessem, pudessem prestar homenagem a um rico-homem, passando a ser contabilizados na sua mesnada⁹⁶⁵. Os propósitos desta disposição não são muito claros, mas certamente que, na sua origem, seria vantajosa para o rei. Em 1179, talvez pudesse estar relacionada com o facto de Santarém, Coimbra e Lisboa terem muitos vilãos e tal contribuísse para evitar que as milícias concelhias atingissem dimensões passíveis de constituir um desafio à aristocracia e ao próprio soberano, ao mesmo tempo que se reforçavam as mesnadas senhoriais.

Costa Veiga identificou, no foral de Seia de 1136, um conjunto de indícios que podem ajudar a explicar a consagração desta medida, ocorrida quatro décadas mais tarde. Verificou que para aquele município da encosta norte da Serra da Estrela se previa a possibilidade de alguns vilãos servirem diretamente o monarca recebendo préstamos régios, ou seja, uma soldada⁹⁶⁶. Estes cavaleiros estavam obrigados a mais operações do que o tradicional fossado de maio e o apelido⁹⁶⁷, pois passavam a fazer parte da força permanente de que o rico-homem dispunha e da qual o mesmo foral deixa também entrever a designação: *schola*⁹⁶⁸.

Seja como for, a partir de 1179, as mesnadas senhoriais passaram a contar, pelo menos nos municípios que receberam foral régio nos termos já aludidos, com uma fonte de recrutamento de cavaleiros que sujeitavam submeter-se a um senhor, mas que certamente viam neste tipo de serviço um meio de ascensão social mais rápido do que a

⁹⁶⁴ CAIII-I, doc. 8, de 1253, junho, 3.

⁹⁶⁵ Santarém, 1179 (PMH-LC-I, p. 409); Lisboa, 1179 (PMH-LC-I, p. 413); Coimbra, 1179 (PMH-LC-I, p. 417); Almada, de 1190 (PMH-LC-I, p. 476); Povos, 1195 (PMH-LC-I, p. 492); Leiria, 1195 (PMH-LC-I, p. 497); Torres Vedras, 1250 (PMH-LC-I, p. 635); Estremoz, 1258 (PMH-LC-I, p. 681); Monzaraz, 1276 (CA 639, p. 216).

⁹⁶⁶ VEIGA, 1936b, p. 13.

⁹⁶⁷ “(...) *caballarius de Sena que aprestamo non tenerint non faciant nullum fossatum nisi illo de maio e apelido*” (PMH-LC-I, p. 371).

⁹⁶⁸ “*Mulier aut mancipia que non faciant nullo uirto super illas nonpedones non cavaleiros non descola nisi prosua grato*” (PMH-LC-I, p. 371).

participação num concelho em que coexistiam muitas dezenas de cavaleiros-vilãos e que, com o avançar do tempo e da fronteira para sul, viam reduzidas as hipóteses de enriquecer por via dos proventos de guerra.

O efetivo de vassalos que os ricos-homens conseguiam mobilizar era bastante variável. Para Castela, no tempo de Afonso X, um grande senhor como Nuno de Lara podia convocar cerca de 300 cavaleiros, mas este deve ser entendido como um caso raro⁹⁶⁹. Para Portugal, os números deviam ser mais modestos, mas há que salientar uma referência, no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a Vasco Martins Pimentel que, numa cronologia posterior à estudada (em 1283), conduziu até Córdoba, onde morreu em combate, 250 cavaleiros portugueses. Estes não deviam todos fazer parte de uma mesnada permanente, mas sim constituir uma força mobilizada *ad hoc* para aquela campanha⁹⁷⁰.

Não eram somente os estratos superiores da nobreza que enquadravam mesnadas. Confiando no efetivo que conseguiriam mobilizar, D. Sancho I doou a vila de Malhadas (c. Miranda do Douro) a três cavaleiros de Zamora, incumbindo-os de tomarem parte na defesa de Bragança caso houvesse guerra contra o rei de Leão. Naturalmente que o rei contava não só com o valor pessoal dos guerreiros a quem atribuiu a tarefa, mas sobretudo com as mesnadas que estes mobilizariam para a cumprir. O testemunho registado das Inquirições que chegou até nós, acrescenta ainda que os leoneses invadiram mesmo a região, mas que os referidos cavaleiros se recusaram a acudir Bragança⁹⁷¹.

Contudo, a generalidade dos senhores deveria conseguir apenas mobilizar efetivos na ordem das escassas dezenas de guerreiros. Para o final do século XII, José Mattoso assinalou que mesmo os próprios magnates não tinham recursos para sustentar grandes mesnadas e que quando não necessitavam de participar na guerra para garantir a sua posição social, mantinham ao seu serviço o número mínimo de cavaleiros que lhes permitisse defender as terras que detinham, e pouco mais⁹⁷². A sugerir esta ideia das poucas dezenas, a *Notícia de Torto* revela-nos que em 1210, Lourenço Fernandes da Cunha armazenava, na torre da sua quintã, equipamento militar suficiente para 40

⁹⁶⁹ GARCÍA FITZ, 1998b, p. 40. Importa acrescentar que os Laras disputavam influência com a realeza.

⁹⁷⁰ LLCDP, 35A1.

⁹⁷¹ PMH-I, p. 1280a.

⁹⁷² MATTOSO, 1985, pp. 85-86, 233.

cavaleiros: “(...) 40 scutos, capellos de ferro e multa alia arma”⁹⁷³, certamente para fornecer aos membros da sua mesnada⁹⁷⁴.

No âmbito das mesnadas senhoriais há também que considerar as eclesiásticas⁹⁷⁵. Bispos houve que contaram com contingentes tão volumosos que podiam desencadear operações militares em completa autonomia, na prossecução de objetivos pessoais. Foi o caso de Diego Gelmírez, que retribuía o serviço militar com “soldadas e préstamos em abundância e generosidade”, conseguindo agregar em torno de si boa parte dos notáveis da Galiza⁹⁷⁶. Em 1206, o aforamento de Teixeiras e Souto-Rorigo, estabelecido por D. Paio, bispo de Coimbra, com Paio Alvarinho é explícito quanto ao senhor que tanto o beneficiado como os cavaleiros moradores do lugar têm de servir no fossado – o bispo: “*In primis isti sunt fori quod due partes de caballariis uadant in fossado episcopo, tercia pars remaneat in uilla cum pedonibus*”⁹⁷⁷.

Embora se trate de uma referência tardia em relação à cronologia em que estamos a trabalhar e, por isso, deva ser encarada com reservas na aplicação retroativa, a *Crónica de Portugal de 1419* apresenta uma mesnada mobilizada pelo arcebispo de Braga que tomou parte no fossado de Triana, em 1178, com o infante D. Sancho, o conde Gonçalo, o conde D. Pedro das Astúrias, o conde D. Ramiro e o alferes Pedro Pais⁹⁷⁸. Inequívoco é também o papel de Soeiro Viegas, bispo de Lisboa, que foi o principal organizador da campanha que conduziu à conquista de Alcácer, em 1217. A documentação analística e cronística apresenta-o como figura inspiradora e incitadora da participação dos cruzados na operação, situação que, só por si, não significa que detivesse uma mesnada⁹⁷⁹. Contudo, na troca de correspondência com o Papa, depois da conquista daquela vila, o bispo foi colocado a par dos comandantes cruzados e dos mestres das ordens militares⁹⁸⁰.

⁹⁷³ A.J. COSTA, 1977, doc. 4 de 1211-1216, pp. 300-307. Os Cunhas nunca atingiram o estatuto da alta nobreza, mas fizeram parte das linhagens ligadas à corte, por aliança matrimonial, ou seja, faziam parte de uma nobreza intermédia, com vasto património fundiário e proeminência regional (PIZARRO, 1997, vol. II, pp. 941-942).

⁹⁷⁴ Estes cavaleiros, dependentes de outrem, surgem por vezes nos documentos peninsulares dos séculos XII a XIV designados como *miles alicuius* – “cavaleiros de alguém” (MATTOSO, 1988a, p. 22).

⁹⁷⁵ Sobre a intervenção militar do clero veja-se ARRANZ GUZMÁN, 2012, pp. 11-68.

⁹⁷⁶ HC, pp. 154-155.

⁹⁷⁷ PMH-LC-I, p. 533.

⁹⁷⁸ CP1419, Cap. 39, p. 71.

⁹⁷⁹ OLIVER DE PADERBORN, pp. 59-60; ROGER DE WENDOVER, p. 49; GAVIGAN, 1971, pp. 60, n. 7.

⁹⁸⁰ Duas cartas estão publicadas em MH 25 e 26.

Para além de cavaleiros, os senhores, nobres ou eclesiásticos, dispunham dos seus alferes e dos seus escudeiros, os quais integravam as suas mesnadas. De acordo com o *Livro Velho de Linhagens*, Martim Gil de Soverosa teve, como responsável pelo seu pendão, Martim Sanches das Medãs⁹⁸¹. Lourenço Pais de Alvarenga, que viveu nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, tinha um escudeiro de nome Estêvão Viegas⁹⁸², enquanto Pero Pais⁹⁸³ tinha um outro escudeiro, de nome João Afonso⁹⁸⁴. As referências a escudeiros nas Inquirições de 1258 são frequentes, embora em alguns casos, não possamos ter a certeza se dependem de nobres ou de cavaleiros-vilãos, como teremos ocasião de analisar adiante, no presente trabalho.

Os peões também faziam parte das mesnadas senhoriais, embora a documentação, de um modo geral, os tenha omitido, como relembra Iria Gonçalves⁹⁸⁵. No entanto, é possível encontrar vestígios dos peões dos concelhos mais facilmente do que os dependentes de senhores. Em ambos os casos, as funções militares e emprego na guerra não seriam muito diferentes, pelo que serão desenvolvidas adiante, quando nos debruçarmos sobre os contingentes dos municípios. As diferenças deveriam residir, essencialmente, nas condições em que serviam. A carga de obrigações a que estariam sujeitos os peões das honras e coutos não deveria ser de natureza muito díspar de senhorio para senhorio, mas é possível que existissem pequenas diferenças, de acordo com o senhor respetivo. Atente-se ao caso dos moradores do lugar de Enxidrô, Tendais (c. Cinfães), que procuraram eximir-se da anúduva pela razão de algumas propriedades do lugar terem sido herdadas por um cavaleiro nobre, Lourenço Peres de Matos, por via de sua mulher. A pretensão dos moradores não devia ser furtarem-se simplesmente a esta obrigação, mas antes não a efetuar, porque o nobre lhes deveria ter igualmente imposto encargos⁹⁸⁶.

3.1.3. As ordens militares

O desempenho militar das ordens de cavalaria monástica encontra-se bastante bem estudada para a Terra Santa⁹⁸⁷. Em contraponto, na Península Ibérica, a outra frente de

⁹⁸¹ *Livro Velho de Linhagens*, PMH-S-III, p. 371.

⁹⁸² PMH-I, p. 944b.

⁹⁸³ Provavelmente irmão do referido Lourenço Pais de Alvarenga (PIZARRO, 1997, vol. I, pp. 465-466).

⁹⁸⁴ PMH-I, p. 950b.

⁹⁸⁵ I. GONÇALVES, 2012b, p. 48.

⁹⁸⁶ PMH-LC-I, p. 980a.

⁹⁸⁷ É mais fácil reconhecer a presença das ordens militares em Portugal através do património edificado do que através de documentação que revele atividade militar. Com efeito, apesar da sua vocação guerreira, a atividade das milícias como agentes da organização do território deixou vestígios bem mais evidentes do que a atividade bélica. Ainda assim, é possível identificar a constituição e contributo das ordens militares

combate contra o Islão, são ainda escassos os estudos específicos sobre a sua atividade bélica⁹⁸⁸. Existem, portanto, aspetos da atividade militar das milícias do Templo, Hospital, Évora-Avis e Santiago que não são fáceis de perceber com precisão, como os casos da tipologia dos efetivos mobilizáveis e da identificação da presença ou ausência destas instituições nas principais operações militares da Reconquista portuguesa⁹⁸⁹.

Mas um aspeto comum a ambas as extremidades do Mediterrâneo – oriental e ocidental – é que, apesar do seu efetivo relativamente reduzido quando comparado com as outras proveniências de guerreiros medievais, as ordens militares foram preponderantes, quando não decisivas, na guerra, através de duas vertentes principais: por um lado, a edificação, custódia e manutenção de fortalezas e, por outro lado, a participação em ações militares independentes ou desencadeadas pelos reinos onde estavam implantadas⁹⁹⁰.

A primeira ordem militar a instalar-se em Portugal foi a do Templo, ainda pela mão de D. Teresa, em 1128, que lhes doou o castelo de Soure⁹⁹¹. Esta doação foi confirmada pouco menos de um ano depois por D. Afonso Henriques, ao assumir o governo do condado⁹⁹². A Ordem do Hospital poderá ter até chegado a Portugal antes do

para a guerra no Ocidente Peninsular, nos séculos XII e XIII. Excluindo o Oriente Latino, para o qual existem trabalhos sobre os séculos XII e XIII, a grande maioria dos estudos sobre ordens militares debruça-se sobre os séculos XIV e seguintes (P. COSTA, 2004, p. 5); (L.F. OLIVEIRA, *et al.*, 2011, pp. 440-455). Para a dimensão militar das ordens, em geral, nos séculos XII e XIII, vejam-se FOREY, 1999, pp. 44-97. Numa abordagem de divulgação, mas com rigor científico, WISE e SCOLLINS, 1984. Sobre a dimensão militar de ordens específicas vejam-se, para os templários, NICHOLSON, 2004; para os hospitalários, NICOLLE, 2001a.

⁹⁸⁸ Em obras de abrangência geral, mas parcialmente dedicadas à Península Ibérica alguns autores debruçaram-se sobre a atividade militar das ordens nos reinos hispânicos, como LOMAX, 1976, MARTÍNEZ DÍEZ, 2002, RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008, pp. 123-272 ou AYALA MARTÍNEZ, 2007, pp. 403-612. Sobre a atividade militar das ordens no âmbito específico da Reconquista, veja-se FOREY, 1984. Os estudos mais recentes relacionados com a atividade bélica das milícias incidem sobretudo na relação das ordens militares com a fronteira, a territorialização e colonização de espaços e as fortalezas (AYALA MARTÍNEZ, 2018, pp. 179-188).

⁹⁸⁹ Sobre os modelos táticos de combate nos dois extremos do Mediterrâneo e uma análise dos efetivos mobilizados, veja-se MONTEIRO, 2010c, pp. 255-301. O recurso a uma abordagem comparada dos modelos táticos de um e de outro lado do Mediterrâneo ensaiado por João Gouveia Monteiro é bem ilustrativo do quão lacunar é a informação disponível sobre o desempenho militar das ordens. O recurso à comparação deveu-se, precisamente, aos dados existentes para a Península Ibérica serem muito mais reduzidos do que os da Terra Santa.

⁹⁹⁰ PALACIOS ONTALVA, 2018b, p. 299.

⁹⁹¹ DR, doc. 79 de 1128, março, 19. Recorde-se que Soure é uma das principais fortalezas de fronteira e do dispositivo de defesa de Coimbra, nesta cronologia. Sobre a intenção dos soberanos ibéricos de incorporarem a novel Ordem do Templo no esforço de Reconquista, veja-se DEMURGER, 2006, p. 253 e seguintes.

⁹⁹² DR, doc. 77, de 1128 e DR, doc. 96, de 1129, março, 19.

Templo⁹⁹³, mas não se lhe conhecem atividades militares em Portugal até à tomada de Silves, em 1189⁹⁹⁴.

Nos reinos cristãos ibéricos, a relação das ordens militares com a fronteira é direta e o avanço almóada no al-Andalus, iniciado com o desembarque de Abu Ishaq Barraz al-Massufi em Cádiz, em 1146⁹⁹⁵, foi um dos principais catalisadores, por um lado, da implantação territorial das ordens militares na linha do Tejo e, por outro, do surgimento de ordens militares distintas nos reinos ibéricos, a partir do final da década de 1150. Foi neste contexto que em 1158, foi fundada a Ordem de Calatrava⁹⁹⁶, seguida pela de Santiago, criada em Cáceres em 1170⁹⁹⁷. Quanto à Ordem de Alcântara, com origem na Confraria de San Julián del Pereiro, está documentada de forma clara a partir de 1175⁹⁹⁸. Pela mesma altura, deteta-se em Évora uma outra milícia, da qual resultará a Ordem de Avis⁹⁹⁹.

As quatro ordens presentes em Portugal participaram na estruturação da linha de defesa ancorada no Tejo, assumindo o controlo das fortalezas existentes e edificando novas. A primeira ação régia nesse sentido consistiu na doação ao Templo, em 1159, do

⁹⁹³ A maioria dos autores aponta para uma entrada entre 1126 e 1128, embora tenha sido já apontada a data precoce de 1112 (CUNHA, 2009, p. 17).

⁹⁹⁴ O assunto da militarização da Ordem do Hospital tem mantido aceso um debate historiográfico (AYALA MARTÍNEZ, 2014c, pp. 44-48). É possível que tenha sido na Hispânia e não na Terra Santa, como seria de esperar, que a Ordem do Hospital desenvolveu o seu caráter militar (CONTAMINE, 1980, p. 96). O Hospital terá começado progressivamente a assumir um papel militar, à semelhança do que era desempenhado pelo Templo. Sabe-se que em 1126 já existia na Ordem o cargo militar de *constabularius* (condestável) e que em 1136 tiveram a cargo a defesa do castelo de Beit Jibrin, na Terra Santa. A primeira participação bélica de cavaleiros hospitalários da qual há registo na Península foi em 1148, na tomada de Tortosa, na Catalunha (RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008, p. 68). Pensa-se que as obrigações militares tenham sido inicialmente asseguradas por mercenários ou vassalos. No entanto, em 1160, o Hospital detinha já uma força de combate própria, consolidada, que combateu ao lado dos templários (LUTTRELL, 2005, p. 46). A militarização coincidiu com um período em que um grande número de mestres da Ordem, na Terra Santa, era de origem normanda (NICOLLE, 2001a, p. 13). No Priorado de Portugal, a primeira vez que é nítida a actuação da Ordem em assuntos de natureza armada data do final do século XII, aquando da doação da terra de Guidintesta, para que os freires construíssem o castelo de Berver, se bem que já tivessem anteriormente participado em várias campanhas da reconquista (P. COSTA, 2000, p. 227).

⁹⁹⁵ E, fundamentalmente, a submissão de praticamente todo o espaço muçulmano na Hispânia a partir de 1151, com o consequente avanço sobre os domínios cristãos nas três décadas seguintes.

⁹⁹⁶ BC, *Scriptura* I, de 1158. A primeira regra da Ordem foi promulgada em 1164 (BC, *Scriptura* IV de 1164, setembro, 14).

⁹⁹⁷ AYALA MARTÍNEZ, 2007, p. 120. A introdução à Regra de Santiago refere, explicitamente, a invasão almóada como razão da fundação da Ordem (ROSI, p. 79).

⁹⁹⁸ AYALA MARTÍNEZ, 2007, p. 81.

⁹⁹⁹ A milícia de Évora era já uma realidade consolidada em 1176, data em que D. Afonso Henriques lhes faz a doação do castelo de Coruche (DR, doc. 327 de 1176, abril). A bula de confirmação da Ordem é de 1201 (BC, *Scriptura* III, p. 36). A doação de Avis é de 1211 (BC, p. 450).

castelo de Ceras, nas imediações de Tomar¹⁰⁰⁰. Em setembro de 1172, o rei doou o castelo de Monsanto (c. Idanha-a-Nova) à Ordem de Santiago¹⁰⁰¹. Em setembro de 1173, foi doado o castelo de Abrantes e dos seus termos à mesma milícia¹⁰⁰² e, em 1176, coube aos freires de Évora receberem o castelo de Coruche¹⁰⁰³. Estas duas outorgas ocorreram dentro do período de tréguas, por cinco anos, celebradas com os almóadas em setembro de 1173¹⁰⁰⁴. O derradeiro passo na estruturação da defesa da linha do Tejo pelas ordens militares ocorreu em 1194, com a doação, por D. Sancho I, da Guidintesta – o território situado entre os rios Zêzere e Ocreza – à Ordem do Hospital¹⁰⁰⁵. Quinze anos depois, numa altura em que se ia consolidando a margem esquerda do Tejo, os freires de Évora receberam Avis de D. Afonso II em 1211, na pessoa do seu mestre, Fernando Anes¹⁰⁰⁶.

O prestígio militar das ordens era destacado e as populações conheciam-no bem, possivelmente através de naturais estórias de feitos de armas, glosadas mesmo em espaços onde, presencialmente, os freires não tinham sido vistos combater. Por exemplo, em 1258, na região de Miranda do Douro, a memória local era que no tempo de D. Afonso Henriques, o rei tinha doado Algosó à Ordem do Hospital e Penas Róias ao Templo na sequência de uma guerra travada contra Leão¹⁰⁰⁷.

Verdadeiros “profissionais da guerra”, era aos freires-cavaleiros que os monarcas confiavam a guarda de boa parte do seu tesouro¹⁰⁰⁸ e legavam quer riquezas, quer cavalos e material de guerra¹⁰⁰⁹. Estas, por seu lado, mantinham arsenais nas suas fortalezas, como o que a Ordem de Santiago constituiu em Aljustrel, na década de 1230, para daí

¹⁰⁰⁰ DR, doc. 271 de 1159, fevereiro. A doação do eclesiástico de Santarém à Ordem do Templo, após a tomada daquela praça, em 1147, pode já ter tido propósitos de associação dos templários à conquista de Lisboa, nos meses seguintes e à implantação dos freires na nova fronteira (DR, doc. 221 de 1147, abril).

¹⁰⁰¹ DR, doc. 315 de 1172, setembro.

¹⁰⁰² DR, doc. 317 de 1173, setembro.

¹⁰⁰³ DR, doc. 327 de 1176, abril.

¹⁰⁰⁴ Os almóadas não permaneceram inativos. Durante os cinco anos que durou, efetivamente, a trégua, recuperaram as possessões leonesas a sul do Tejo e repovoaram Beja (A.S. PEREIRA, 2008, pp. 95-96).

¹⁰⁰⁵ DS, doc. 73 de 1194, junho, 13.

¹⁰⁰⁶ CAIII-I, doc. 103 de 1211, junho, 30.

¹⁰⁰⁷ PMH-I, p. 1285b.

¹⁰⁰⁸ No primeiro testamento de D. Sancho I, de 1188, verifica-se que parte do tesouro régio estava guardado na torre de Coimbra, mas 10 mil morabitinos estavam à guarda dos freires de Évora (DS, doc. 30, p. 48).

¹⁰⁰⁹ D. Afonso Henriques legou, em testamento, 3000 morabitinos e todos os cavalos que possuísse a Gonçalo Viegas, mestre da milícia de Évora (DR, doc. 330 de 1176, abril, 1179, fevereiro). Num codicilo ao seu primeiro testamento, D. Sancho I, dividiu bestas de carga, lorigas e todas as armas (com poucas exceções), selas, freios e escravos mouros entre os freires de Évora e a Ordem de Santiago (DS, doc. 31 de 1188, março, depois de 24). No seu segundo testamento as ordens do Templo e Hospital recebiam, cada uma, 10 mil morabitinos, a Ordem de Santiago, por sua vez, foi agraciada com 5000 morabitinos, enquanto os freires de Évora beneficiaram de 5000 morabitinos, de todos os cavalos do rei, mulas de sela e azêmolos (DS, doc. 194 de 1210, outubro). D. Sancho II legou mil lorigas aos templários, mas esta entrega nunca chegou a efetivar-se (ML, IV, fl. 278).

impulsionar a conquista do Alentejo e do Algarve¹⁰¹⁰. Estas instituições podiam também receber doações de particulares, como no caso de Mendo Moniz, que em 1143 doou aos templários um cavalo e uma cota de malha e armas¹⁰¹¹ ou de Paio Dias, que em 1164 também lhes legou cavalo e armas¹⁰¹².

Ainda que o seu efetivo fosse reduzido, era frequente assumirem posições de destaque nas hostes, como na batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212, onde os contingentes das ordens do Templo, Hospital, Santiago e Calatrava formaram uma única *az*, sob o comando de Diego Lopez¹⁰¹³. Ou o caso do contingente templário comandado pelo mestre Pedro Alvites que desferiu a carga que deu a vitória aos cristãos na batalha da Ribeira de Sítimos, no contexto da tomada de Alcácer, em 1217¹⁰¹⁴. A sua especialização também os colocava em posição de conselheiros privilegiados dos monarcas para assuntos da guerra, como foi o caso de Paio Peres Correia junto de Fernando III de Leão e Castela, na conquista de Sevilha, em 1247-48¹⁰¹⁵. Esta condição distinta devia-se não só ao facto de estarem habituados à guerra de fronteira, como também ao seu conhecimento detalhado do adversário muçulmano e da sua forma de combater¹⁰¹⁶.

As ordens militares obedeciam a uma estrita normativa própria, específica para cada uma das instituições, mas com muitos pontos comuns, tendo por base as suas regras fundacionais, às quais o tempo foi suscitando a necessidade de acrescentos¹⁰¹⁷. Quer os preceitos primitivos, quer as disposições posteriores, foram pensados para exaltar a coesão interna, o espírito de corpo e a ação coordenada, numa época em que a guerra se baseava ainda fortemente no valor individual. As normas regulavam a vida da

¹⁰¹⁰ HERCULANO, 1982, p. 19; e VEIGA, 1940, pp. 164-165. Sobre os arsenais das ordens militares, essencialmente para o século XIV, mas com referências ao século anterior, veja-se M.G. MARTINS, 2013a, pp. 314-319.

¹⁰¹¹ ANTT, *Gavetas*, VII, mç 10, doc. 6.

¹⁰¹² ANTT, *Leitura Nova/ Livro dos Mestrados*, fol. 45v.

¹⁰¹³ DRH, Cap VIII, p.270.

¹⁰¹⁴ M.G. MARTINS, 2011, p. 138.

¹⁰¹⁵ *A Crónica Geral de Espanha* é explícita quanto à confiança do monarca no mestre da Ordem: “*Mas el maestre dUcles, don Pelay Correa, et caualleros buenos que auie com rey sabidores de gerra, conseiaronle que fuese cercar Seuilla*”, (CGE, Cap. DCCCXVII, p. 440).

¹⁰¹⁶ GARCÍA FITZ, 2012, p. 191.

¹⁰¹⁷ No caso dos templários, os *retrais*, redigidos em francês entre 1165 e 1187 (UPTON-WARD, 2006); para os hospitalários, cuja regra primitiva era repleta de elementos da Regra dos Agostinhos, e incidia no caráter assistencial da Ordem, foi necessário proceder a acrescentos relacionados com a guerra, patentes nos Estabelecimentos. As ordens hispânicas tiveram também acrescentos regulamentares semelhantes, como são o caso dos Estabelecimentos de Santiago ou das Definições de Calatrava (AYALA MARTÍNEZ, 2007, pp. 151-164).

comunidade, definiam a hierarquia e forneciam diretrizes para a manutenção da disciplina¹⁰¹⁸.

Quanto à organização militar, as ordens hispânicas imitaram, de um modo geral, as suas precursoras¹⁰¹⁹. Todas possuíam uma estrutura do tipo “piramidal”, no topo da qual se encontrava o mestre ou prior. A casa-mãe de cada milícia contava com um conjunto de cargos com funções específicas e, com as devidas adaptações funcionais e de escala, cada circunscrição subsidiária replicava a organização do Convento Central. Esta hierarquização permitia, não só, cumprir as funções essenciais à vida monástica, mas também manter um elevado nível de coordenação em combate¹⁰²⁰.

A disciplina das ordens estava especialmente direccionada a garantir a ausência de iniciativa pessoal, que tão frequentemente provocava desordens na cavalaria leiga nos momentos críticos da refrega¹⁰²¹. O voto de obediência, cuja quebra era objeto de severa punição, proporcionava aos cavaleiros uma enorme vantagem em combate. Numa época em que a consolidação do ideário cavaleiresco passava pelo enaltecimento pessoal, as ordens militares privilegiavam o coletivo em detrimento do individual, ganhando em disciplina, coesão interna e, em última análise, em eficácia. Para os freires-guerreiros, era imperiosa a manutenção das formações e, inclusivamente, a renúncia a oportunidades individuais nas refregas, caso estas surgissem¹⁰²².

Os contingentes militares das milícias eram heterogêneos, podendo incluir guerreiros provenientes de cinco grupos distintos: os freires-cavaleiros, os sargentos (e os conversos, no caso da Ordem de Calatrava), os combatentes associados conjunturalmente,

¹⁰¹⁸ DEMURGER, 2010, pp. 101-104.

¹⁰¹⁹ FOREY, 1992, p. 26. Todas as ordens militares presentes em Portugal – extra-peninsulares ou hispânicas – obedeciam a um de dois modelos organizativos: um beneditino-cisterciense (Templo e Évora-Avis) e outro agostiniano (Hospital e Santiago, embora no caso hospitalário se notem algumas influências beneditinas). Era, portanto, a vocação militar que as aproximava. A inspiração das ordens hispânicas não residiu somente na experiência anterior do Templo e Hospital, mas é possível que o modelo proporcionado pelas confrarias de Belchite (1122-1136) e Monreal (1126-1130) tivesse desempenhado o seu papel (L.F. OLIVEIRA, 2005a, p. 456). A província templária e a Língua Hospitalária de Portugal nunca perderam ligação e dependência dos respetivos conventos centrais, na Terra Santa. Durante a cronologia em estudo, a Ordem de Santiago em Portugal encontrava-se subordinada a Uclés. Évora-Avis, que se constituiu como o ramo português da Ordem de Calatrava a partir de 1187, manteve sempre um elevado grau de autonomia (I. FERNANDES e L.F. OLIVEIRA, 2005a, pp. 137-148).

¹⁰²⁰ Sobre a importância da hierarquia e obediência e a sua relação com a capacidade de coordenação em combate, veja-se AFONSO, 2018b, pp. 337-370.

¹⁰²¹ FRALE, 2007, p. 58.

¹⁰²² A Regra de Santiago contém uma disposição muito indiciadora da postura pretendida, neste sentido: «Mandamos por estrito mandamento que tudo aquilo que os freires, com a ajuda de Deus, ganharem dos mouros por seu intermédio, o deem com grande caridade para sacar cativos do poder dos Mouros» (ROSI, XXVI, p.82, tradução nossa).

os mercenários, os vassalos e as milícias concelhias mobilizadas nos senhorios das ordens¹⁰²³. Importa salientar que esta é uma taxonomização do ponto de vista da função guerreira, onde não se encontram os clérigos ou capelães que serviam nas ordens militares, uma vez que em todas, a maioria dos freires não recebia o sacramento da Ordem (não eram presbíteros) e os que eram, não combatiam¹⁰²⁴. Também interessa notar que esta hierarquização de contingentes correspondia a uma diferenciação do estatuto jurídico que detinham dentro da instituição, verificada nos privilégios e no equipamento militar que estavam obrigados a possuir, a custas próprias ou não, consoante a normativa da ordem correspondente¹⁰²⁵.

Os freires-cavaleiros constituíam a camada mais alta da hierarquia social das ordens militares¹⁰²⁶ e era deste grupo que eram eleitos ou nomeados os dignitários, para cargos de comando, recaindo normalmente as escolhas sobre os mais bem preparados e com maior experiência marcial¹⁰²⁷. Envergavam equipamento militar completo, dispunham de uma montada para o combate e, pelo menos, outra para o transporte de armamento e virtualhas¹⁰²⁸. Eram acompanhados por outros homens montados e por alguns peões¹⁰²⁹. De um modo geral, os indivíduos de quem as fontes nos legaram o nome, nas ordens militares, eram freires-cavaleiros.

¹⁰²³ RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008, p. 123; e AYALA MARTÍNEZ, 2007, pp. 169-173.

¹⁰²⁴ A condição sacerdotal dos capelães colocava-os, na maioria das ordens, ao nível dos freires-cavaleiros, mas a função militar estava atribuída aos leigos (AYALA MARTÍNEZ, 2007, p. 168). Na Ordem do Hospital, desde 1154 que eram autorizados, pelo papa, os capelães, sujeitos à mesma disciplina dos freires-cavaleiros (NICOLLE, 2001a, p. 19). A Ordem do Templo seguia uma lógica semelhante, competindo ao mestre a nomeação de capelães. Esta complementaridade entre cavaleiros leigos e capelães expressava plenamente o “espírito de cruzada”, materializando a fusão da guerra com a fé (P. COSTA, 1999/2000, pp. 60-61).

¹⁰²⁵ PALACIOS ONTALVA, 2018b, p. 300.

¹⁰²⁶ Que não podia ser dissociada da hierarquia social leiga embora, fossem escassos os professores provenientes das principais famílias nobres (L.F. OLIVEIRA, 2013, p. 61). Sobre as origens sociais dos freires vejam-se também AYALA MARTÍNEZ, 2007, pp. 173-176 e 1996, pp. 66-71; para Avis e Santiago, (L.F. OLIVEIRA, 2006a e 2009, pp. 146-161). Para muitos nobres desvinculados das suas famílias, o ingresso nas ordens militares era uma forma de vida pelo que estas tiveram bastante êxito no recrutamento entre os meios aristocráticos (MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 237).

¹⁰²⁷ JOSSERAND, 2002, p. 201 e 204. A Regra de Santiago contempla a existência de “*freires menestrales*” que também tinham uma origem aristocrática, mas as suas funções, em vez de militares, assentavam em ofícios especializados. Sugestivamente, a Regra designa-os por “*freires medrosos*” (AYALA MARTÍNEZ, 2014c, p. 13).

¹⁰²⁸ No caso da Ordem do Templo, pelo menos no Convento Central, cada freire-cavaleiro tinha três montadas atribuídas (RT 138).

¹⁰²⁹ Para a Ordem de Santiago, os Estabelecimentos de 1274 previam que o mestre fosse acompanhado por dez escudeiros a cavalo e 30 peões. Aos priores correspondia uma escolta de três escudeiros, dois peões e três outros freires. Os comendadores-mores tinham direito a seis escudeiros a cavalo, 15 peões, quatro freires-clérigos do Convento e um capelão. Os restantes comendadores, dois escudeiros a cavalo, cinco peões e um freire morador. Estes últimos deviam fazer-se acompanhar o melhor que pudessem em tempo de guerra, ao passo que o mestre, os priores e os comendadores-mores mobilizavam todos os cavaleiros e

Os *sergents*, ou “serventes” eram não-professos¹⁰³⁰. Combatentes a cavalo, normalmente de origem não nobre¹⁰³¹, frequentes entre templários, hospitalários e teutónicos na Terra Santa, mas só identificados, na Península Ibérica, no seio dos santiaguistas¹⁰³². A sua condição era semelhante à dos escudeiros leigos, como parece demonstrar um documento de 1202, que menciona a admissão na Ordem de um tal de Juan de la Pelleceria, em simultâneo com um “seu homem”, que o mestre converteu em *sergent*¹⁰³³. Pela Regra do Templo, os sargentos dispunham só de uma montada e de proteção corporal mais ligeira, mas esperava-se que combatessem tal como os freires-cavaleiros¹⁰³⁴. A normativa está claramente direcionada para o serviço na Terra Santa, mas sugere que que era possível distinguir visualmente um sargento de um freire-cavaleiro, algo que certamente seria igualmente válido para a Península Ibérica.

Encontramos também cavaleiros que, sem entrarem para as milícias, nelas serviam temporariamente, como ocorria na Ordem do Templo, em ambos os lados do Mediterrâneo, que contava com combatentes conjunturais que se vinculavam à instituição por um período de um ano ou dois, durante o qual serviam como se fossem freires¹⁰³⁵. Na Hispânia chegamos a assistir a mesnadas senhoriais completas a associarem-se às ordens militares. Foi o caso de Martim Anes do Vinhal e da sua ligação à Ordem de Santiago, que lhe trouxe privilégios e honras, e que encontramos bem espelhada na concessão que a instituição lhe fez de herdades nos reinos de Portugal e Leão. Num documento que aquele nobre levou ao Capítulo da Ordem, celebrado em Mérida em 1274, fica patente

peões de que necessitassem (RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008, pp. 123-125). Talvez residisse aqui o conceito de “lança” enquanto unidade tática. Organizada em torno de um cavaleiro, terá surgido nas primeiras décadas do século XII, mas só é detetável explicitamente nas fontes no século XIV (PALACIOS ONTALVA, 2018b, p. 297).

¹⁰³⁰ Tal como os sargentos, outros freires não-professos eram os conversos. Habituais no mundo cisterciense, figuram na documentação da Ordem de Calatrava a partir de 1187 (AYALA MARTÍNEZ, 2007, p. 171). No entanto não temos dados que nos permitam estabelecer uma relação destes com as atividades guerreiras da ordem.

¹⁰³¹ A Ordem do Hospital parece ter contado com sargentos provenientes da nobreza, supondo-se que permaneciam naquela categoria por não terem sido armados cavaleiros (NICOLLE, 2001a, p. 12).

¹⁰³² É possível, mas não certo, que também existissem na Ordem de Alcalá de la Selva, em 1224. Mesmo para a Ordem de Santiago a documentação que menciona sargentos é escassa (AYALA MARTÍNEZ, 2007, p. 172). Démurger comenta, também, a quase total ausência de menção a sargentos na documentação ibérica (2009c, p. 865).

¹⁰³³ LOMAX, 1956, p. 89.

¹⁰³⁴ RT, 169-173. O Templo tinha uma exceção para os cinco sargentos com funções de autoridade no Convento Central, que podiam ter duas montadas e um escudeiro ao seu serviço (RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008, p. 124).

¹⁰³⁵ RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008, p. 126. Ver CT, doc. LXXII, p. 55. Trata-se de uma carta de recrutamento para serviço à ordem por um tempo determinado (a maioria dos casos um ano, mas também há de dois anos) de mais de duas dezenas de cavaleiros, acompanhados de doações de Raimundo Bérenguer, conde de Barcelona e de outros.

um autêntico louvor por feitos guerreiros. Mais do que um reforço às hostes santiaguistas, estas mesnadas deveriam constituir mesmo o corpo principal de certas operações, como sugere a referência, no escrito apontado, à tomada de Montemolín¹⁰³⁶.

Entre os combatentes associados também figuravam adaís, já que, à semelhança de qualquer outro corpo militar, as ordens tinham necessidade de recorrer a estes guerreiros conhecedores do terreno e dos itinerários, capazes de efetuarem a condução das mesnadas nas operações ofensivas. Num documento de 1232, detetamos, como testemunhas, dois adaís ao serviço da Ordem de Santiago¹⁰³⁷. Os cavaleiros que, sem entrarem para as ordens, com elas mantinham uma relação de dependência espiritual eram, frequentemente, designados por *confreires*, *confrades* ou *familiares*¹⁰³⁸.

Um outro tipo de combatentes que, por vezes, servia as ordens militares era o dos mercenários que, apesar de muito frequentes na Terra Santa, estão escassamente documentados para a Península Ibérica¹⁰³⁹. Em 1158, antes da defesa de Calatrava ter sido atribuída aos irmãos do mosteiro cisterciense de Fitero, esta estava pensada para ser atribuída a mercenários¹⁰⁴⁰. Foram esses freires que estiveram na origem da Ordem de Calatrava, cujos estatutos primitivos contêm uma menção a *mercenarii*, embora tal não signifique que se tratava de tropas pagas¹⁰⁴¹. Não encontrámos nenhum vestígio do género para o ramo português.

As ordens também empregavam os recursos militares mobilizados nos seus senhorios¹⁰⁴². Temos um dado concreto, datado do século XIV, respeitante à localidade de Padrões, uma posse santiaguista na região de Mértola, que fornecia 40 cavaleiros “*bene parati, cum armis et equis*”¹⁰⁴³. Mas a principal fonte de recrutamento das milícias eram os municípios por elas fundados¹⁰⁴⁴. Observando somente os forais outorgados antes de 1249, o Templo podia contar com os cavaleiros de municípios como Tomar desde

¹⁰³⁶ DPPC, doc. 42, pp. 633-639. Também os *fratres de Avila*, irmandade daquela cidade, se associaram à Ordem em 1172 (GALLEGO, 1971, p. 55)

¹⁰³⁷ ANTT, Gaveta XXI, mç. 2, doc. 4 de 1232, janeiro, 12 em traslado de 1312, janeiro, 12 (M.G. MARTINS, 2018, p. 239).

¹⁰³⁸ AYALA MARTÍNEZ, 2014c, p. 13.

¹⁰³⁹ RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008, p. 127.

¹⁰⁴⁰ FOREY, 1992, p. 27.

¹⁰⁴¹ FOREY, 1992, p. 57. As definições da Ordem de Calatrava de 1211 mencionam-nos, a propósito do pagamento que lhes era devido (L.F. OLIVEIRA, 2015, p. 109).

¹⁰⁴² AYALA MARTÍNEZ, 2009a, p. 297.

¹⁰⁴³ VEIGA, 1940, p. 164.

¹⁰⁴⁴ Miguel Gomes Martins associa a prevalência do paradigma de Évora-Ávila nos forais atribuídos pelas ordens militares porque tal permitia a saída de dois terços dos cavaleiros em fossado, numa dimensão claramente ofensiva (2018, p. 331).

1162¹⁰⁴⁵ e, a partir de 1174, com Pombal¹⁰⁴⁶ e também em Zêzere¹⁰⁴⁷, e depois de 1213 com Castelo Branco¹⁰⁴⁸, de 1218 com Proença-a-Velha¹⁰⁴⁹, de 1220 com Touro¹⁰⁵⁰ e de 1231 com Ega¹⁰⁵¹. Os freires de Évora atribuíram forais a Benavente em 1200¹⁰⁵² e Avis em 1223¹⁰⁵³. Santiago contava com Canha desde 1230¹⁰⁵⁴ e o Hospital com o Crato, em 1232¹⁰⁵⁵ e Proença-a-Nova, em 1244¹⁰⁵⁶.

Encontrámos um caso em que, ao lado de uma ordem militar, podia combater um contingente promovido e protegido pelo rei, algo que ocorreu em Barqueiros (c. Mesão Frio). No foral outorgado por D. Sancho II em 1223, entre as obrigações militares da comunidade encontrava-se a de ida em fossado e apelido, com o próprio monarca, ou sempre que os cavaleiros do Hospital participassem na operação¹⁰⁵⁷. Uma vez que não detetámos outras concessões similares, não nos parece que esta modalidade de serviço fosse comum.

Também não sabemos se, na cronologia que abordamos, a mobilização para a guerra ocorria por *lanças*, entendendo-se estas como unidades militares mantidas com base nos recursos das comendas a que pertenciam¹⁰⁵⁸. Uma *lança* seria composta por um freire-cavaleiro, com equipamento de combate pesado, um escudeiro ou servente a cavalo, equipado de forma mais ligeira, ambos acompanhados de alguns peões¹⁰⁵⁹.

¹⁰⁴⁵ PMH-LC-I, p. 388 de 1162. Em 1295, os templários queixaram-se do município de Tomar ao rei D. Dinis, pelo facto da sua milícia se ter recusado acompanhá-los numa expedição militar com destino à vila de Touro. Mais tarde, D. Afonso IV isentou a milícia municipal de servir sob o comando do mestre da Ordem, a não ser que a mobilização se destinasse à hoste régia. Em 1335, o rei alterou a sua posição, autorizando a, agora, Ordem de Cristo, a mobilizar a milícia de Tomar, de acordo com a tradição havida até 1295, ou seja, até essa data, a Ordem do Templo mobilizava o concelho (COSTA e FERREIRA, 2020, p. 23).

¹⁰⁴⁶ PMH-LC-I, p. 399 de 1174.

¹⁰⁴⁷ PMH-LC-I, pp. 402-403.

¹⁰⁴⁸ PMH-LC-I, p. 566.

¹⁰⁴⁹ PMH-LC-I, p. 577.

¹⁰⁵⁰ PMH-LC-I, p. 586.

¹⁰⁵¹ PMH-LC-I, p. 622.

¹⁰⁵² PMH-LC-I, pp. 512-514, de 1200, março, 25.

¹⁰⁵³ PMH-LC-I, pp. 595-596 de 1223, agosto, 20.

¹⁰⁵⁴ PMH-LC-I, pp. 626-627 de 1235, fevereiro.

¹⁰⁵⁵ PMH-LC-I, pp. 624-625 de 1232, dezembro.

¹⁰⁵⁶ PMH-LC-I, pp. 630-632 de 1244, março.

¹⁰⁵⁷ PMH-LC, p. 597, de 1223, setembro, 13. Foi o primeiro foral outorgado por D. Sancho II, logo após a subida ao trono.

¹⁰⁵⁸ PALACIOS ONTALVA, 2018b, p. 300.

¹⁰⁵⁹ AYALA MARTÍNEZ, 2007, pp. 541-559; e RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008, pp. 123-145. Na organização da cavalaria leiga do século XIV, designava-se por “lança” o conjunto de um cavaleiro, um escudeiro e um pagem (CONTAMINE, 1980, pp. 243-244). Ver também, no contexto da batalha de *Las Navas de Tolosa*, a descrição de García Fitz, afirmando que o conceito de lança consagrara-se em tempos posteriores (2012, pp. 188-189).

Subsistem também questões relacionadas com a capacidade de cumprimento de missões em autonomia por parte deste conjunto e também se, quando integradas num contingente mais volumoso, as *lanças* mantinham a integridade ou se os combatentes de diferentes *lanças* se agregavam por tipologias, como ocorria na Terra Santa¹⁰⁶⁰.

3.1.4. Os municípios

O papel dos municípios na guerra medieval na Península Ibérica é central, pois era neles que assentava boa parte do sistema militar cristão¹⁰⁶¹. Embora se conheçam obrigações militares das populações desde o século IX, a atividade das milícias municipais começa a detetar-se, de modo consistente, apenas no século XI, sendo o foral de León, de 1017, um dos primeiros documentos a prever obrigações militares. No território que viria a ser Portugal, os forais outorgados por Fernando Magno entre 1055 e 1065, mencionavam somente o apelido, obrigação militar defensiva¹⁰⁶², uma tendência que se manteve nos forais atribuídos pelo conde D. Henrique e por D. Teresa, já em inícios do século XII.

A generalização do serviço municipal terá ocorrido depois da derrota cristã na batalha de Zalaca, em 1086, altura em que Afonso VI compreendeu a importância da militarização dos municípios para uma estratégia de contenção do avanço dos almorávidas¹⁰⁶³. Esta condição militar, que tinha em vista a defesa do território, rapidamente adquiriu um cunho ofensivo e, no reino de Portugal, o foral de Numão de 1130 foi o primeiro a marcar claramente essa transição, ao incluir a determinação de que se fizesse fossado com o senhor da *terra* uma vez por ano, abrindo-se a possibilidade de mais operações, se tal fosse essa a vontade dos moradores¹⁰⁶⁴. Esta outorga, aparentada

¹⁰⁶⁰ Agrupados em unidades táticas, umas compostas exclusivamente por cavaleiros, outras por serventes ou escudeiros, etc..

¹⁰⁶¹ James Powers afirmava, na década de 1980, que o papel das milícias concelhias tinha passado despercebido à maioria dos historiadores militares do início do século XX, devendo-se a Ferdinand Lot o primeiro estudo sério sobre o contributo concelhio, no que foi seguido por John Beeler e Philippe Contamine. No panorama português, foi Costa Veiga o pioneiro desta abordagem (POWERS, 1988, pp. 4-5). Atualmente existem alguns estudos sobre as milícias municipais, mas que incidem, sobretudo, nas centúrias de Trezentos e Quatrocentos (MONTEIRO e MARTINS, 2011, pp. 461-462). Na cronologia que abordamos, destacam-se os trabalhos de VIANA, 2005, pp. 577-598 e L.F. OLIVEIRA, 2005b, havendo ainda um terreno fértil a explorar.

¹⁰⁶² PMH-LC-I, p. 344.

¹⁰⁶³ POWERS, 1988, pp. 15 e 17-18.

¹⁰⁶⁴ PMH-LC-I, p. 368. O foral de Coimbra de 1111, é o primeiro que permite deduzir que o fossado era prática usual, porque o documento regulamenta a partilha do espólio proveniente deste tipo de incursões (PMH-LC-I, p. 356). Mas a novidade do foral de Numão de 1130 é a obrigação de um fossado anual, com o estabelecimento de um efetivo máximo de cavaleiros, obrigando os restantes a permanecer na vila. Não foi outorgado pelo rei, mas sim por Fernão Mendes, tenente de Bragança e Lampaças.

com a de Ávila, é bem demonstrativa dos propósitos militares de D. Afonso Henriques, evidentes logo dois anos após São Mamede.

É necessário manter presentes o propósito e os efeitos práticos dos forais concedidos aos municípios. Naturalmente que sistematizavam preceitos a cumprir pela comunidade, mas acima de tudo garantiam que a autoridade dos cavaleiros-vilãos prevalecia dentro do alfoz, protegendo-os da concorrência de nobres que aí pretendessem instalar-se. Algumas bases do contrato eram elementares: o concelho aceitava a autoridade do rei, materializada por um seu representante: um nobre (um conde ou rico-homem) ou um alcaide, ou ambos¹⁰⁶⁵, sendo frequente a não existência do nobre. E também ocorria a prerrogativa de ser o concelho a escolher o alcaide, como se explanará adiante.

Outorgar privilégios aos concelhos de fronteira era o único meio do monarca garantir uma ocupação que lhe permitisse manter algum controlo sobre aqueles espaços, assegurar o seu povoamento e conseguir deles apoio na guerra contra o Islão¹⁰⁶⁶, sendo neles evidente um elevado grau de intervenção direta do poder régio¹⁰⁶⁷. Mas a fundação de municípios não era só útil frente aos muçulmanos, sendo também relevante frente a outros poderes cristãos, como foi o caso do foral de Ciudad Rodrigo, outorgado por Fernando II de Leão, em 1161, que certamente está relacionado com o estabelecimento, por parte de Portugal, de dois outros municípios na região – Mós (c. Freixo de Espada à Cinta) ainda antes, em 1160¹⁰⁶⁸ e Linhares, em 1169¹⁰⁶⁹, ambos com foros inspirados no de Numão, de 1130 e este, por sua vez, derivado do de Salamanca, tal como o município leonês¹⁰⁷⁰.

Na análise dos foros estabelecidos entre o rei (e por vezes senhores, leigos ou eclesiásticos) e as populações, a nossa opção metodológica foi a de incluir no presente estudo não só as cartas de foral, mas também os aforamentos coletivos disponíveis para a cronologia estudada, pois era frequente qualquer destas tipologias de diplomas conter

¹⁰⁶⁵ MATTOSO, 1999c, p. 359.

¹⁰⁶⁶ MATTOSO, 1999c, p. 360.

¹⁰⁶⁷ É o caso do primeiro foral de Évora, de 1166, posição cristã praticamente isolada num território ainda controlado pelos poderes muçulmanos (REIS, 2002, p. 154).

¹⁰⁶⁸ PMH-LC-I, p. 390.

¹⁰⁶⁹ PMH-LC-I, p. 394.

¹⁰⁷⁰ O foral de Numão terá sido inspirado no foral primitivo de Salamanca, entretanto desaparecido (REIS, 2002, p. 131). O foral de Ciudad Rodrigo, outorgado por Fernando II, só seria publicado pouco antes da sua morte, em 1188 (BARROS e DE LA TORRE, 1996, p. 282). No entanto, é natural que os foros e costumes da cidade estivessem já estabelecidos e colocados em prática com anterioridade.

disposições militares¹⁰⁷¹. Conviemos também tratar neste subcapítulo os representantes régios, nomeadamente o alcaide e o juiz que, não pertencendo aos municípios, a eles estavam agregados no respeitante a certos aspetos da guerra.

O foral de São João da Pesqueira, de 1055 ou 1066, o primeiro conhecido para o espaço que viria a ser o reino de Portugal¹⁰⁷², deixa entrever uma paisagem pontuada por castelos ou castros, bem característica de um território sujeito a pressão muçulmana e que se encontrava em transição do modelo de *civitate* para o de *terra*. Em torno de um castelo central, que viria a constituir-se em castelo cabeça de *terra*, existia um conjunto de outras fortificações menores, dele dependentes¹⁰⁷³, o que é bem expressivo da preocupação com a defesa do território.

Entre este diploma e o último que contabilizamos, no reinado de D. Afonso III, em 1277, dispomos de 291 cartas, das quais cerca de dois terços correspondem a municípios e os restantes a aforamentos coletivos. Destas quase três centenas de cartas estudadas, 196 contêm disposições militares explícitas. Da análise do conjunto, a maior expansão da normativa militar, outorgada a municípios e a outras comunidades, ocorreu nas duas últimas décadas do reinado de D. Afonso Henriques, o que se explica por essa época coincidir com a de maior ameaça, não só da parte dos almóadas, mas também dos reinos cristãos de Leão e Castela¹⁰⁷⁴. Este desenvolvimento português não parece ter sido acompanhado por Leão na mesma época, onde as obrigações militares, incluídas nos textos normativos municipais conhecidos para a mesma cronologia, são mais raras¹⁰⁷⁵.

Comparativamente com os foros e costumes leoneses da região de Ribacoa, onde as disposições relativas à atividade bélica são muitas e bastante detalhadas, a normativa militar incluída na redação dos forais portugueses é, normalmente, mais lacónica, salientando-se as disposições relativas à divisão de espólios, ao estatuto dos moradores e regras para a sua manutenção, e à obrigatoriedade de execução de serviços específicos, quer diretamente ao rei, quer através dos seus intermediários (o *tenens* ou o alcaide). No caso dos aforamentos coletivos, as disposições militares são menos frequentes e, quando figuram, debruçam-se essencialmente sobre preocupações defensivas e, muito raramente,

¹⁰⁷¹ Por exemplo, o aforamento coletivo da “vila” de Bujões, freguesia de Abaças, efetuado a 12 povoadores, regulava o serviço de fossado ou correria (DS, doc. 50 de 1191, março, 23).

¹⁰⁷² PMH-LC-I, p. 343 de 1055-1066.

¹⁰⁷³ REIS, 2002, p. 41.

¹⁰⁷⁴ POWERS, 1988, p. 41.

¹⁰⁷⁵ POWERS, 1988, pp. 41-44.

ofensivas. Adicionalmente, considerando que a redação das cartas segue paradigmas, em que a matriz de um diploma original é replicada noutras outorgas, é difícil perceber em que medida o preceituado espelha a prática da comunidade e, por outro lado, em que extensão essas normas são cumpridas pelos moradores. Estes são alguns dos fatores que devem ser considerados numa leitura da atividade militar através dos forais¹⁰⁷⁶.

Entre 1055-1065, data do já referido foral de São João da Pesqueira, e 1130, ano em que D. Afonso Henriques se instalou em Coimbra, chegaram até nós 15 cartas de foral e três aforamentos coletivos. Quatro diplomas – Santa Comba e Treixedo (c. Santa Comba Dão, 1102)¹⁰⁷⁷, Porto (1124)¹⁰⁷⁸, Sernancelhe (1124)¹⁰⁷⁹ e Ponte de Lima (1125)¹⁰⁸⁰ – não contêm disposições militares. Os restantes 11 apresentam normas relativas a certas facetas da atividade guerreira sem, no entanto, regulamentarem o assunto de forma exaustiva. Entre estes, salientam-se o de Coimbra, de 1111, do qual derivará o de Soure do mesmo ano, espelhando ambos claramente a sua condição de territórios de fronteira, numa época de grande pressão muçulmana: do conjunto anterior a 1130, são os que incluem mais disposições militares.

¹⁰⁷⁶ Para uma síntese sobre os estudos e sobre problemática relativa à história dos municípios, veja-se REIS, 2002, pp. 17-33.

¹⁰⁷⁷ DP-III, doc. 84 de 1102, outubro. Carta de povoamento outorgada pelo prior do mosteiro de Lorvão.

¹⁰⁷⁸ DP-IV, doc. 363, de 1123, julho, 14. Foral outorgado pelo bispo D. Hugo e seus clérigos aos habitantes do burgo.

¹⁰⁷⁹ PMH-LC-I, p. 362. Foral outorgado ao município por Egas Gondezendes e João Viegas, provavelmente o primeiro o senhor e o segundo o prestameiro (REIS, 2002, pp. 65-66).

¹⁰⁸⁰ PMH-LC-I, pp. 365-366.

Quadro 9. Principais disposições militares nos forais e aforamentos coletivos anteriores a 1130

Carta	Disposições militares								
	Isenção de fossadeira	Repartição do saque	Apelido	Restituição do cavalo perdido	Proteção na velhice e da família	Atalaias/ esculcas	Isenção de jugada	Sucessão de cavaleiro morto pelo filho, quando possa	Libertação temporária de obrigações militares por ocasião casamento
Pesqueira, 1055-1065		X	X						
Santarém, 1095									
Guimarães, 1095-1096	X		X						
Constantim, 1096			X						
Zurara, 1102-1112				X					
Tentúgal, 1108					X				
Sátão, 1111	X								
Coimbra, 1111	X	X		X	X	X	X		
Soure, 1111	X	X		X	X	X	X		
Tavares, 1114				X					
(Arganil), 1114	X		X				X*		
S. Martinho de Mouros, 1121									X
Viseu, 1123				X	X			X	
Ferreira de Aves, 1123-1126				X					

* Ainda que só acompanhem o senhor em fossado levando uma égua sem albarda.

É evidente a proteção da categoria dos cavaleiros-vilãos e a preocupação com a preservação do seu efetivo, que era conseguida através do estabelecimento de prazos para recuperação de cavalos perdidos, e também pela manutenção do estatuto de cavaleiro na família, até que um homem da geração seguinte pudesse substituir a anterior. Em relação à restituição de montadas, os prazos variam entre um e três anos¹⁰⁸¹, situação que se manterá como norma, mesmo depois de 1130, sendo frequentemente uma responsabilidade do próprio cavaleiro. Mas os forais de Coimbra e de Soure, de 1111, demonstram bem o caráter de extrema necessidade de conservação do número de lanças disponíveis, passando o ónus da reposição de cavalos perdidos para o outorgante, no caso, o conde D. Henrique¹⁰⁸². Em relação à manutenção do estatuto de cavaleiro na família, para além das disposições que garantiam a permanência na categoria àqueles que já não pudessem combater devido à idade, ou mesmo às viúvas de cavaleiros, desde que não casassem posteriormente com peões (patentes nas cartas de Coimbra, Soure) no foral de

¹⁰⁸¹ Um ano em Viseu, 1123 (PMH-LC-I, p. 360); três anos em Zurara, 1102-1112 (PMH-LC-I, p. 353), em Tavares, 1114 (PMH-LC-I, p. 359) e Ferreira de Aves, 1123-1126 (PMH-LC-I, p. 367).

¹⁰⁸² PMH-LC-I, p. 356 e p. 357.

Viseu (1123) previa-se que o estatuto fosse hereditário, garantindo que o filho de um cavaleiro passava a sê-lo também a partir do momento em que pudesse pegar em armas e montando a cavalo¹⁰⁸³. Na carta atribuída a São Martinho de Mouros dois anos antes, em 1121, encontra-se uma disposição única em todo o panorama municipal estudado. Ali, os vilãos estavam isentos de todas as obrigações militares até um ano após o casamento, período durante o qual era esperado que a sua mulher engravidasse¹⁰⁸⁴.

A partir do foral de Numão, de 1130, que serviu de paradigma a 29 outros, com incidência na região de Ribacoa e no Entre-Douro-e-Minho, até ao final do reinado de D. Afonso III¹⁰⁸⁵, as disposições militares ampliaram-se. Pela primeira vez foi estipulado em um terço dos cavaleiros o efetivo autorizado a ir em fossado anual, obrigando-se os restantes dois terços a permanecerem na vila¹⁰⁸⁶. Esta medida, replicada em todas as cartas do mesmo grupo, parece ter como finalidade garantir que em nenhum caso a povoação ficasse vulnerável por ausência de defensores. Esta dedução reveste-se de especial significado se tivermos em conta a geografia de atribuição destes forais, claramente associada à defesa contra a ameaça leonesa¹⁰⁸⁷.

A premência da necessidade de defesa de certos lugares era de tal ordem que nos forais de Freixo de Espada-à-Cinta, 1152, de Urros, 1182 (c. Torre de Moncorvo), de Junqueira da Vilariça, 1201 (c. Torre de Moncorvo) e de Santa Cruz, em 1225 (c. Freixo de Espada-à-Cinta), era determinado que todos os moradores estavam escusados de ir em fossado, sendo o texto bastante expressivo da situação: “*non faciatis fossado nec detis fossadeira pro que estis in fronteira*”¹⁰⁸⁸. Esta disposição fazia sentido na região e talvez se tenha mantido, não só pela proximidade geográfica entre os povoados que recebiam

¹⁰⁸³ PMH-LC-I, p. 360.

¹⁰⁸⁴ DR, doc. 57, de 1121, março, 1. Este dado, por não encontrar paralelo em nenhuma outra carta, deve ser lido com alguma reserva, já que a cópia que chegou até nós, é um traslado de 1312 (REIS, 2002, p. 61).

¹⁰⁸⁵ Sendo ainda replicado em mais quatro forais, até 1321, no reinado de D. Dinis: Caminha, 1289; Póvoa de Lanhoso, 1292; Valadares, 1317 e Cerveira, 1321 (REIS, 2002, p. 142). Sobre a intervenção de D. Afonso III e de D. Dinis no território de fronteira com Leão materializado pelo rio Minho, veja-se A. ANDRADE, 1994, pp. 328-375.

¹⁰⁸⁶ “*Et faciatis fossatum una pars et alie due partes stent in illa ciuitate.*” (PMH-LC-I, p. 368).

¹⁰⁸⁷ Ainda que as primeiras cartas deste paradigma pudessem considerar o inimigo muçulmano, no final do século XII continuam a ser outorgadas pelo mesmo modelo a povoações fronteiriças com Leão, como o caso de Melgaço (CAIII-I, doc. 138 de 1181) ou Urros (PMH-LC-I, p. 424 de 1182), onde são vistos como ameaça não só os “*mauros*”, mas também os “*malos christianos*”.

¹⁰⁸⁸ PMH-LC-I, p. 379, DS, doc. 137 e PMH-LC-I, p. 602.

foral¹⁰⁸⁹, mas também porque a conflitualidade contra o vizinho reino de Leão era um assunto sempre latente¹⁰⁹⁰.

Noutras cartas, não integráveis no grupo de Numão, a isenção de fossado foi rara, mas ocorreu, como no caso do aforamento do castelo de São Cristóvão de Panóias, em 1190-1209, onde se estipulava que os moradores não iam para “a guerra” nem em apelido porque lhes competia custodiar o castelo¹⁰⁹¹. Ao outorgar foral à Ericeira, em 1229, o mestre da Ordem de Avis também determinou que os habitantes não deveriam ir em fossado, “nem por mar nem por terra”¹⁰⁹². Mas neste âmbito, a disposição mais comum – não só nos forais do grupo de Numão, mas de um modo geral – consistia em reservar o fossado exclusivamente para os cavaleiros, isentando clérigos e peões.

A multa de dez soldos imposta aos cavaleiros de Numão que faltassem ao fossado era pesada¹⁰⁹³. Em todos os outros forais do mesmo grupo seria estipulada em metade, isto é, em cinco soldos, reservando-se os dez para uma falta mais grave, ao apelido. Com efeito, independentemente do paradigma que as cartas seguem, de um modo geral a falta ao apelido era punida com dez soldos de multa para o cavaleiro e cinco para o peão, medida patente em 38 diplomas, dos 291 analisados. É também a partir deste foral que se torna habitual a disposição que confere estatuto jurídico de infância aos cavaleiros-vilãos e de cavaleiro aos peões, dentro do alfoz, patente em mais de uma centena de forais. A premência na defesa de posições de fronteira grandemente expostas a ameaças e a necessidade de fixação de moradores chegou a motivar medidas extremas, como a que a Ordem do Templo implementou em Penas Róias, em 1187-1188, equiparando peões a cavaleiros¹⁰⁹⁴.

¹⁰⁸⁹ Importava conferir o mesmo tipo de privilégios a comunidades geograficamente próximas, sob pena das populações abandonarem as vilas onde as normas fossem menos favoráveis. Além disso o foral outorgado por D. Sancho II a Santa Cruz, em 1225, é claramente derivado do de Freixo (REIS, 2002, p. 141).

¹⁰⁹⁰ Ver Mapa 4, forais do grupo de Numão e resposta municipal à ameaça castelhano-leonesa, 1130-1268, em anexo. Note-se que o termo utilizado é “*fronteria*” não “*extrematura*”, igualmente expressivo de que a ameaça provém do vizinho reino cristão.

¹⁰⁹¹ PMH-LC-I, p. 552.

¹⁰⁹² PMH-LC-I, p. 621.

¹⁰⁹³ Uma medida tão pesada no que respeita ao fossado só terá semelhante nos forais de Penamacor, 1209 (PMH-LC-I, p. 539), Proença-a-Velha, 1218 (PMH-LC-I, p. 577), Egitânia, 1229 (PMH-LC-I, p. 613) e Salvaterra do Extremo, 1229 (PMH-LC-I, p. 616), todos estes associados ao foral de Évora, de 1166 (PMH-LC-I, p. 392) que, por sua vez, segue o de Ávila. É interessante notar que, todos eles, têm um antepassado distante comum, o foral antigo de Salamanca (REIS, 2002, p. 153).

¹⁰⁹⁴ PMH-LC-I, p. 551.

A carta que D. Afonso Henriques outorgou a Évora, em 1166, foi a primeira que inverteu a proporcionalidade de moradores autorizados a ir em fossado, tendo de permanecer somente um terço na vila e os restantes dois terços a poderem tomar parte na expedição. Mas as novidades deste foral, dentro do panorama português, não se ficam por aqui. Desde logo inicia o texto, precisamente, pelas obrigações militares, o que é raríssimo no contexto da documentação analisada. Também inaugura a modalidade de, após uma expedição ofensiva, poder proceder-se primeiro à restituição de cavalos provenientes do saque aos cavaleiros que os tenham perdido e só depois considerar o remanescente como espólio a repartir¹⁰⁹⁵. Este foral marca o início de uma nova fase, especialmente adequada a um espaço de “marca dupla”, como era Portugal em relação a Leão e ao al-Andalus¹⁰⁹⁶.

A distribuição geográfica dos municípios cuja proporcionalidade de cavaleiros autorizados a ir em fossado era de um terço dos disponíveis, face àqueles em que o efetivo era de dois terços, apresenta-se num mapa em anexo. Este abrange um arco cronológico bastante alargado, pelo que a sua análise crítica deve comportar alguns cuidados. Mas é bastante evidente o contraste entre uma faixa territorial, a norte do sistema montanhoso central, em que a preocupação principal é a defesa e todo o espaço a sul da cordilheira, em que o pendor das milícias concelhias é claramente ofensivo¹⁰⁹⁷.

Na sequência das expedições militares era usual dar ao rei, por mão do senhor ou do alcaide, a quinta parte dos despojos obtidos, mas havia locais em que as disposições eram mais precisas e distinguiam a distribuição do espólio consoante o tipo de operação. Nos casos de Coimbra e de Soure, segundo os forais de 1111, o saque das operações ofensivas tinha de ser repartido pelo conde (um quinto), pelo adail (dois quintos) e pelos cavaleiros (os restantes dois quintos). Mas se porventura houvesse despojos obtidos numa ação defensiva, nada cabia ao adail, uma vez que não era interveniente ativo, pelo que nesses casos se atribuía a quinta parte ao conde e as restantes quatro partes eram

¹⁰⁹⁵ PMH-LC-I, pp. 392-393. É uma medida que tem em vista a manutenção da capacidade de combate dos moradores.

¹⁰⁹⁶ H. FERNANDES, 2010, p. 224.

¹⁰⁹⁷ Ver mapa 5, efetivo obrigado a ir em fossado, em anexo. James Powers utilizou as disposições militares patentes nas cartas de foral. Para o autor, a distribuição geográfica dos modelos dever-se-ia a uma estratégia deliberada do reino de Portugal, que passava por um anel exterior composto por milícias do tipo das de Trancoso (e Numão), em que somente um terço dos cavaleiros ia em fossado, apoiado por um conjunto de municípios que, na profundidade do Entre-Douro-e-Minho, apoiavam a defesa da região de Ribacoa. A Sul e Sudeste, onde os municípios se distribuíam de forma mais esparsa, eram autorizados e ir em fossado dois terços dos cavaleiros, servindo de tampão em relação a tentativas de avanço de Castela para Ocidente, a partir de Sevilha e Niebla (1988, p. 86). Esta interpretação parece-nos excessivamente generalista, porque não tem em conta nem o grande arco cronológico em causa e as diferentes conjunturas de cada carta, nem outros motivos de difusão de cartas de um mesmo paradigma que não sejam a guerra.

distribuídas pelos cavaleiros¹⁰⁹⁸. O foral de Tomar de 1162, outorgado pelo mestre do Templo¹⁰⁹⁹, contemplava também esta distinção entre o espólio obtido nas operações ofensivas e o que fosse conseguido no âmbito de ações defensivas, no que foi seguido pelo de Pombal, de 1174¹¹⁰⁰, mas não pela generalidade dos forais do mesmo grupo, que eram omissos a esse respeito¹¹⁰¹.

O foral de Penela de 1137, atribuído por D. Afonso Henriques num evidente contexto ofensivo em direção ao Tejo¹¹⁰², contém uma disposição excecional quanto à repartição de despojos decorrentes de fossados, declarando que ao rei cabe metade do obtido e não a usual quinta parte¹¹⁰³. Esta medida, única no panorama que analisámos, pode fazer sentido num quadro em que o rei programasse estar presente pessoalmente nas expedições, no que, todavia, é uma mera hipótese. A carta atribuída a Germanelo em 1144, na mesma conjuntura ofensiva, retoma a preocupação, já patente em 1111 nas cartas de Coimbra e Soure, da substituição dos cavalos perdidos em fossado. Aqui explicitava-se que todos os poldros e cavalos capturados nesse tipo de operações fossem distribuídos aos moradores pelo alcaide¹¹⁰⁴. Procurava-se, deste modo, garantir um efetivo estável de cavaleiros numa zona recém-colonizada e bastante exposta à ameaça muçulmana, então proveniente de Santarém.

Mais tarde, os forais que seguiram o grupo de Santarém-Lisboa-Coimbra de 1179, apresentavam a regulamentação militar mais detalhada, refletindo, nas palavras de James Powers, uma segunda geração de experiência de fronteira¹¹⁰⁵. Para além das normas habituais relacionadas com a defesa do alfoz, estas cartas explicitavam aspetos novos, vocacionados para a tática e a condução das campanhas. Continham as primeiras disposições relativas à posição da milícia concelhia na hoste régia¹¹⁰⁶, ao efetivo de

¹⁰⁹⁸ PMH-LC-I, p. 356 e p. 357.

¹⁰⁹⁹ PMH-LC-I, p. 388. O foral de Tomar de 1162 é decalcado da carta de Coimbra de 1111 (REIS, 2002, p. 146).

¹¹⁰⁰ PMH-LC-I, p. 398.

¹¹⁰¹ Com efeito, os municípios organizados pelas milícias de freires-cavaleiros não seguem disposições militares próprias das ordens, mas sim as disposições consideradas mais adequadas na região em que se integram. Por outras palavras, as ordens militares não foram responsáveis pela introdução de nenhum paradigma específico, tendo antes utilizado os modelos existentes.

¹¹⁰² O foral foi outorgado no contexto da presúria da Ladeia, pelo alferes Fernão Peres “Cativo”. A ação é situada em 1134-35 por alguns autores, mas fixada no inverno de 1137-38 por José Mattoso (2007, p. 155).

¹¹⁰³ PMH-LC-I, p. 375.

¹¹⁰⁴ PMH-LC-I, p. 433.

¹¹⁰⁵ A anterior tinha sido na linha do Mondego, no governo de D. Teresa e início do reinado de D. Afonso Henriques (POWERS, 1988, p. 43).

¹¹⁰⁶ “(...) *non teteant zagam in exercitu regis et teneant delanteira in exercitu regis*” (PMH-LC-I, pp. 409, 414 e 417).

referência – superior a 60 cavaleiros – para as cavalgadas conduzidas pelo alcaide em nome do rei¹¹⁰⁷, à isenção de repartição do saque de que passavam a beneficiar os adais¹¹⁰⁸ e faziam, pela primeira vez, referência a obrigações militares navais, estabelecendo a função e os privilégios do alcaide de mar, dos espadeleiros, dos proeiros e dos petintais¹¹⁰⁹.

Um pouco na linha dos burgos e póvoas – locais onde se privilegiavam as atividades comerciais e não se explicitavam outras obrigações militares para além do apelido¹¹¹⁰, os forais atribuídos a “Francos, Gauleses e Flamengos”, de Vila Verde dos Francos (1169), Atouguia (1186-1193) e Lourinhã (1169-1218) não continham qualquer disposição militar, embora o de Atouguia apresente um preceito fora do comum, determinando que competia aos moradores fornecerem animais de carga em apoio às campanhas régias¹¹¹¹.

Uma outra dimensão da organização militar dos municípios chega-nos através dos foros e costumes. Os mais expressivos são os do vale do Coa, aparentados com os da Estremadura Leonesa, uma vez que toda a faixa a Ocidente de Salamanca até àquele rio partilhou o mesmo tipo de colonização no final do século XI e primeira metade do XII¹¹¹². Foram outorgados por Afonso IX de Leão, possivelmente em 1209, a Castelo Melhor e a Castelo Rodrigo e, em data próxima, mas não especificada, a Castelo Bom e a Alfaiates¹¹¹³. Estas normativas fornecem detalhes muito precisos sobre assuntos como o equipamento e armamento dos combatentes, o modo correto de bradar “às armas” em

¹¹⁰⁷ “(...) *de cavalgada LX militum et supra, dividam mecum in campo*” (PMH-LC-I, pp. 408, 414 e 417).

¹¹⁰⁸ “(...) *Adaliles de [sanctaren/ ulixbone/ colimbria] non dent quintam de quiniones suom corporum*” (PMH-LC-I, pp. 408, 414 e 417).

¹¹⁰⁹ “*De navigio uero mando ut alcaide, et duo spadelarii, et duo pronarii, et unus petinal, habeant forum militum*” (PMH-LC-I, pp. 409, 415 e 417). O alcaide de mar era responsável pelo comando do navio (G. MATOS, 1984, p. 81); os proeiros pela manobra de proa (VITERBO, 1865, tomo II, p. 164); os espadeleiros pelo controlo do rumo, através da manobra das espadelas, como ainda hoje se pratica nos barcos rabelos, no Douro; e o petintal pela reparação dos navios (VITERBO, 1865, tomo II, p. 147).

¹¹¹⁰ Sobre o estabelecimento de “burgos” e “póvoas”, veja-se REIS, 2002, pp. 71-90. Na categoria dos primeiros, incluíam-se Guimarães e Constantim de Panóias (c. Vila Real), ambos em 1096 (PMH-LC-I, pp. 351 e 352), Porto, 1123 (PMH-LC-I, p. 361), Mesão Frio, 1152 (PMH-LC-I, p. 381) e também Caldas de Aregos, 1183 (PMH-LC-I, p. 429). Nas póvoas, incluem-se Ponte de Lima, 1125 (PMH-LC-I, p. 365-366), Balneo, 1152 (c. São Pedro do Sul, PMH-LC-I, p. 383) e Barcelos, 1166-1167 (PMH-LC-I, p. 432). O caso do aforamento de Balneo é o único que menciona, explicitamente, que os moradores estão isentos de execução de fossado.

¹¹¹¹ PMH-LC-I, pp. 450-453.

¹¹¹² Para uma síntese sobre o desenvolvimento dos foros e costumes desta região, veja-se J.M. SANTOS, 2018, pp. 13-43.

¹¹¹³ BARROCA, 2008-2009, p. 230.

caso de ataque de um inimigo¹¹¹⁴, a manutenção da estabilidade do número de cavaleiros por atribuição das armas do pai morto ao seu primogénito¹¹¹⁵, ou mesmo a dispensa de ir em fossado se, por infortúnio, o cavaleiro tivesse enviuvado nas duas semanas anteriores à data marcada para a expedição¹¹¹⁶. Estes e muitos outros preceitos militares são de tal forma abrangentes que seria contraproducente elencá-los no presente capítulo, sendo preferível a eles recorrer ao longo deste estudo, sempre que oportuno.

Dispomos ainda dos costumes e foros da Guarda (1223-1245), de Santarém e seus derivados (1280-1294)¹¹¹⁷, de Beja (1254-1335) e de Évora¹¹¹⁸ mas, à exceção do primeiro, que tem uma referência ao reinado de D. Sancho II, todos os restantes, apesar de passarem a escrito práticas consuetudinárias anteriores, são redações do século XIV¹¹¹⁹. Dos escassos dados militares que os foros da Guarda fornecem, talvez remonte ao século XIII a prática de um cavaleiro poder transferir em testamento as suas armas e cavalo a quem desejasse, sendo que, ausência de instruções específicas por parte do próprio, a família podia proceder a essa transferência¹¹²⁰. As referências a operações como o fossado e o apelido são indiretas, ou seja, pressupõe-se que não eram realidades estranhas ao concelho, mas não foram regulamentadas especificamente, talvez por já não fazerem parte da realidade quotidiana numa cronologia tão tardia¹¹²¹.

As mesnadas municipais, especialmente as mais numerosas, efetuavam expedições de vulto em autonomia, sob o comando dos seus alcaides¹¹²². Para os reinos de Leão e Castela, o assunto encontra-se bem estudado, assumindo protagonismo milícias como as de Ávila, Toledo ou Salamanca¹¹²³. Mas também as identificamos no reino de Portugal. Ibn Sahib al-Sala designa como “cavaleiros de Santarém” o grupo de

¹¹¹⁴ PMH-LC-I, p. 752, para Castelo Bom, em disposição em tudo semelhante à prevista para Alfaiates (PMH-LC-I, p. 796).

¹¹¹⁵ Castelo Bom (PMH-LC-I, p. 752); Alfaiates (PMH-LC-I, p. 797).

¹¹¹⁶ Castelo Melhor (PMH-LC-I, p. 915).

¹¹¹⁷ Transmitidos ao Alvito em 1280-1281, a Torres Novas em 1286, e a Oriola em 1294 (VIANA, 2002, p. 406).

¹¹¹⁸ As normativas de Évora encontram-se desaparecidas, mas têm-se usado os costumes de Alcáçovas (1229), de Terena (1280) e de Alcácer e Garvão (1267) como referências, já que estas vilas receberam os costumes eborenses (TAVARES, 2018, p.81).

¹¹¹⁹ TAVARES, 2007, p. 9 e 10.

¹¹²⁰ PMH-LC-II, p. 10.

¹¹²¹ PMH-LC-II, pp. 8 e 9.

¹¹²² POWERS, 1988, p. 96.

¹¹²³ Nas décadas de 1160 e 1170, a milícia de Ávila, ficou conhecida por ser particularmente ativa, sob o comando de Sancho Jimeno, “o Corcunda” (POWERS, 1988, p. 46). Ligeiramente posterior à cronologia sobre a qual nos debruçamos, mas igualmente exemplificativa da grande atividade das milícias municipais, veja-se o caso dos cavaleiros de Jerez, na década de 1290 (SÁNCHEZ SAUS, 2006, pp. 31-51).

combatentes cristãos que foi derrotado nas imediações de Badajoz, no verão de 1165¹¹²⁴ e Ibn Idari identifica como provenientes do mesmo município os cavaleiros que auxiliaram as forças de Alcácer a repelir uma ofensiva muçulmana em 1178 ou 1179¹¹²⁵. O mesmo autor afirma que em 1182 ou 1183, os contingentes de Santarém e de Lisboa atacaram a região de Sanlúcar, no Aljarafe, com um efetivo de mil cavaleiros e mil peões, regressando pela estrada de Niebla com bastantes cativos¹¹²⁶. Talvez algumas das expedições atribuídas pelos cronistas muçulmanos aos cavaleiros de Santarém tenham sido protagonizados por milícias de outras proveniências, mas como na região daquela vila havia uma grande concentração de vaus, constituindo-se ponto de travessia privilegiado das milícias cristãs, é à milícia escalabitana que cabem muitas das referências textuais.

Era também expressiva a distinção, conferida a certos municípios, de nunca ocuparem a retaguarda do dispositivo da hoste, sendo-lhes, preferencialmente, atribuída a dianteira, o que pressupõe que os homens do concelho, pelo menos os cavaleiros, combatiam juntos. Esta medida faz todo o sentido, principalmente em concelhos que podiam fornecer várias dezenas de cavaleiros, pois estes estavam habituados a operar como uma unidade no contexto dos fossados, deslocando-se em grupo para junto da hoste e tendo condições, quer de ordem tática, quer de manutenção do moral, para se manterem agregados no combate¹¹²⁷. Mesmo municípios mais pequenos deveriam seguir como unidade constituída para a guerra, como nos parece exprimir um dado das Inquirições de 1258, a respeito de Ferreira de Aves, em que uma testemunha, de nome Mingacho, refere que viu o concelho, e não somente “homens do concelho”, ir na hoste¹¹²⁸.

¹¹²⁴ IBN SAHIB AL-SALA, p. 75.

¹¹²⁵ MATTOSO, 2007, p. 364.

¹¹²⁶ *Al-Bayan I*, p. 41.

¹¹²⁷ Os forais de Santarém-Coimbra-Lisboa de 1979 são os primeiros a incluir esta disposição. Mas são seguidos pelo de Almada de 1190 (PMH-LC-I, p. 476), o de Povos de 1195 (c. Vila Franca de Xira, PMH-LC-I, p. 492); o de Leiria de 1195 (PMH-LC-I, p. PMH-LC-I, pp. 496 e seguintes); o de Montemor-o-Velho, de 1212 (PMH-LC-I, p. 558); o de Alenquer, de 1212 (PMH-LC-I, p. 560); o de Torres Vedras, de 1250 (PMH-LC-I, p. 635); o de Beja, de 1254 (PMH-LC-I, p. 640); o de Odemira, 1255 (PMH-LC-I, p. 664); o de Monforte, de 1257 (PMH-LC-I, p. 670); o de Estremoz, de 1258 (PMH-LC-I, pp. 680-681); o de Silves, de 1266 (PMH-LC-I, pp. 706-707); o de Aguiar, de 1269 (c. Viana do Alentejo, PMH-LC-I, pp. 713-714), o de Vila Viçosa, 1270 (PMH-LC-I, pp. 717-718), o de Évoramonte, 1271 (PMH-LC-I, p. 722) e o de Monsaraz, 1276 (CAIII-II, doc. 639 de janeiro, 15).

¹¹²⁸ Outra testemunha refere que, embora na altura das declarações já não tivesse, o rei sempre colocara juizes no concelho e o declarante conheceu os dois últimos, do tempo de Sancho, o Velho (PMH-I, p. 797a e b). Como se verá em local próprio, os municípios podiam ir para a guerra enquadrados pelos seus alcaides ou pelos juizes.

Todos estes dados remetem para a existência de um bem organizado sistema de comando e controlo de operações, uma vez que a organização militar do município coincidia com a organização administrativa. O desempenho do alcaide, do juiz, eventualmente dos *maiorinos* e até dos porteiros, consistia, como veremos de seguida, numa fusão de atribuições nos âmbitos administrativo, fiscal, judicial e também militar. As competências e condições de exercício destes cargos não estavam, nos séculos XII e XIII, cristalizadas, conhecendo variações quer regionais, quer diacrónicas, que procuraremos expor a seguir.

O alcaide era um nobre cuja função era de cariz essencialmente militar¹¹²⁹. De categoria inferior ao tenente, que por norma era um rico-homem, o alcaide surge nas fontes com diversas designações, como *alcayde*, *castellarius*, *dux militum*, *zagam*¹¹³⁰, ou ainda *princeps*, como no caso de Rodrigo Pais, que foi alcaide de Coimbra entre 1137 e 1154¹¹³¹. Nalguns forais outorgados a comunidades estrangeiras, como nos casos de Vila Verde (1169) e de Atouguia (1186-1195)¹¹³², o cargo de alcaide é distinto do de pretor, sendo cada um desempenhado por um indivíduo diferente. Esta situação parece constituir a exceção, talvez devida às características específicas daquelas populações. O mais frequente é que “pretor” designe o próprio alcaide¹¹³³, como nos forais de Beja (1254)¹¹³⁴, Vila Nova de Gaia (1255)¹¹³⁵, de Odemira (1255)¹¹³⁶, de Monforte (1257)¹¹³⁷ e de Estremoz (1258)¹¹³⁸. O texto do foral de Melgaço, de 1258, explicita, até, que o castelo é administrado por um pretor, que presta homenagem ao rei¹¹³⁹. Em todas estas cartas, o termo “pretor” surge no lugar onde outros diplomas do mesmo paradigma utilizam “alcaide”, sugerindo a intermutabilidade do designativo com o mesmo significado.

¹¹²⁹ Optámos por inserir o alcaide no subcapítulo relativo aos municípios e não o tratar juntamente com as funções militares da nobreza porque, de um modo geral, as suas funções estavam relacionadas com os concelhos. Sobre os alcaides e alcaides-mores a partir de meados da centúria de Duzentos, veja-se M.G. MARTINS, 2007, pp. 511-545.

¹¹³⁰ Como no foral de Pombal de 1174 (PMH-LC-I, p. 399).

¹¹³¹ VENTURA e FARIA, 1990, p. 58. O cargo repercutia-se no tempo, mesmo depois de abandonadas as funções, como nos parece demonstrar o caso de Gonçalo Dias, antecessor de Rodrigo Pais. Tinha sido alcaide de Coimbra entre 1128 e 1137 e, num documento posterior, de 1152, era ainda designado por *dux militum Colimbrie* (MATTOSO, 1985, p. 209).

¹¹³² REIS, 2002, pp. 214-216.

¹¹³³ Esta é a opinião de Luís Miguel Duarte (2003, p. 296).

¹¹³⁴ PMH-LC-I, p. 642.

¹¹³⁵ PMH-LC-I, p. 663.

¹¹³⁶ PMH-LC-I, p. 665.

¹¹³⁷ PMH-LC-I, p. 671.

¹¹³⁸ PMH-LC-I, p. 683.

¹¹³⁹ PMH-LC-I, p. 685.

Ao competir-lhe comandar militarmente o castelo, a localidade amuralhada ou a terra-chã¹¹⁴⁰, o alcaide era a máxima autoridade militar do município, a quem cabiam funções não só relacionadas com a guerra, mas também de segurança e ordem públicas. Era, normalmente, um nobre da confiança do monarca, perante quem respondia (ou ao tenente, no caso das *terras*). A partir do reinado de D. Afonso III, os alcaides passaram a prestar homenagem direta ao rei, excluindo-se os tenentes como intermediários¹¹⁴¹. Contudo, desde sempre houve alcaides que responderam diretamente ao monarca, como ocorreu com Paio Guterres, em Leiria, na década de 1140¹¹⁴², embora talvez tal se devesse ao facto de a região não se encontrar, à época, enquadrada em nenhuma *terra*.

Nas funções do alcaide incluíam-se o governo militar, a defesa do castelo, a conservação das estruturas militares e a mobilização dos efetivos. Recebia a fossadeira, imposto devido pelos que se furtavam ao serviço militar ou que, nos locais afastados da fronteira, passou, como veremos mais adiante, a constituir um tributo fiscal permanente. Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa também competia ao alcaide zelar pela justiça em nome do rei. Em certos municípios, estes dignitários contavam com o apoio de auxiliares, destacando-se, no âmbito militar, os quadrilheiros, cujas funções militares nos surgem descritas em alguns forais leoneses e castelhanos. Estes indicam que os contingentes municipais deviam enviar um quadrilheiro para junto da administração do concelho, para proceder à divisão do saque, sempre que o combate era antevisto¹¹⁴³, e nada nos leva a crer, apesar do silêncio das fontes, que não se procedesse do mesmo modo em Portugal. A designação de quadrilheiro, neste contexto, parece não corresponder ainda a um cargo municipal específico, mas sim ao homem, de nomeação eventual, com a tarefa de repartir os esbulhos das ações militares¹¹⁴⁴.

A nomeação do alcaide cabia ao rei ou ao rico-homem, mas alguns municípios beneficiavam da garantia de que, mesmo sendo escolhido pelo rico-homem, o alcaide seria sempre natural da vila, como foi previsto, em 1179, em Lisboa¹¹⁴⁵ ou em 1212, em

¹¹⁴⁰ M.G. MARTINS, 2007, p. 511. Designava-se “terra-chã” a vila que não era murada ou que não dispunha de um castelo.

¹¹⁴¹ MATTOSO, 1999e, p. 441.

¹¹⁴² ADA, p. 152.

¹¹⁴³ POWERS, 1988, p. 103.

¹¹⁴⁴ Ainda no final do século XIV, o comandante da hoste procedia à nomeação de quadrilheiros para esse fim específico, que nada tinham a ver com um cargo municipal (MONTEIRO, 1998, pp. 223 e 398). Aliás, o concelho de Lisboa só instituiu a função de “quadrilheiro”, com carácter policial, na década de 1380 (M.G. MARTINS, 2007, pp. 561, n. 1043).

¹¹⁴⁵ PMH-LC-I, p. 413.

Alenquer¹¹⁴⁶. Nalgumas povoações era concedida ainda uma maior autonomia, pois o alcaide podia ser escolhido pelo próprio concelho, algo que pode ser explicado pelo facto de o universo concelhio ser pouco apelativo para a nobreza. Com efeito, esta prerrogativa quase sempre andou associada à condição de fronteira e à coexistência com um tenente, esse, sim, de nomeação régia. É o caso de Coimbra, em 1111, mas o privilégio de o alcaide ser natural da vila devia estar associado, neste caso particular, à existência de uma elite local, que rivalizava com a tradicional nobreza minhota¹¹⁴⁷. O concelho de Melgaço, para poder nomear, em autonomia, um cavaleiro para fazer homenagem do castelo, tinha de pagar uma renda anual de 1000 soldos leoneses. Este procedimento foi estabelecido entre D. Sancho II e o município, sendo confirmado, em 1256, por D. Afonso III¹¹⁴⁸. No reinado d'O *Bolonhês*, são conhecidos outros casos, como os de Montalegre e de Monforte de Rio Livre, em 1273, povoações expostas às incursões de Leão¹¹⁴⁹ e ainda de Castro Marim, em 1277¹¹⁵⁰.

Ao alcaide competia convocar e mobilizar o fossado anual e, no regresso, arrecadar a quinta parte dos despojos, em nome do rei. Era a chamada “cavalgada de alcaide”, patente em diversas cartas de foral¹¹⁵¹. Cabia-lhe também, a partir de 1265, altura em que essa competência foi retirada aos tenentes das *terras*¹¹⁵², exigir anúduva aos moradores, como o comprova uma carta régia ao alcaide e alvazis de Montemor-o-Velho, em 1278, mandando que não exigissem esses serviços aos homens dos coutos de Santa Cruz de Coimbra, que estavam isentos por privilégio régio¹¹⁵³.

Noutros municípios, porém, a principal autoridade não era o alcaide, mas sim o juiz, como no caso de Numão, em 1130. A grande extensão territorial do alfoz possivelmente suscitaria a criação de um corpo de *alcaldes*, em número de quatro, que dependiam do juiz¹¹⁵⁴. Em outros casos, de que começamos a ter evidência a partir de

¹¹⁴⁶ PMH-LC-I, p. 560.

¹¹⁴⁷ PMH-LC-I, p.356. Sobre os cavaleiros de Coimbra, veja-se MATTOSO, 1985, p. 194.

¹¹⁴⁸ CAIII-I, doc. 87 de 1256, maio, 9.

¹¹⁴⁹ PMH-LC-I, p. 729 e p. 730.

¹¹⁵⁰ PMH-LC-I, p. 735.

¹¹⁵¹ Ver, por exemplo, os forais de Santarém de 1179 (PMH-LC-I, p. 408), Lisboa, 1179 (PMH-LC-I, p. 417), Leiria, 1195 (PMH-LC-I, p. 497), Torres Vedras (PMH-LC-I, p. 635), Silves, 1266 (PMH-LC-I, p. 707), Aguiar, 1269 (c. Viana do Alentejo, PMH-LC-I, p. 714). No caso de Sintra, o alcaide era mesmo aconselhado a atribuir um prémio anual aos cavaleiros que prestassem melhor serviço (PMH-LC-I, p.385 de 1154).

¹¹⁵² PMH-LC-I, pp. 216-217, de 1265, julho, 28.

¹¹⁵³ CAIII-II, doc. 688 de 1278, janeiro, 11.

¹¹⁵⁴ Não devem ser confundidos com os “alcaldes”. Neste caso, trata-se de magistrados que exercem funções em concomitância com o juiz, ou mesmo em sua substituição (REIS, 2002, p. 132).

1179, estes magistrados municipais adotam a designação de alvazis¹¹⁵⁵. Powers coloca o juiz a par do alcaide, como principal responsável pelo comando da milícia municipal¹¹⁵⁶, ou seja, as suas responsabilidades eram, nestes casos, análogas à do alcaide, assumindo preponderância nos municípios onde este não existia, ou abrangendo territórios cujas populações não estavam organizadas por municípios¹¹⁵⁷. É natural que nas circunscrições que, em meados do século XIII, tinham deixado de ser *terras* e passado a julgados, as competências militares do *tenens* tivessem passado, pelo menos nalguns casos, de forma direta para o juiz¹¹⁵⁸.

À semelhança do alcaide, também o juiz podia ser de nomeação régia, como em Óvoa (c. Santa Comba Dão)¹¹⁵⁹, ou escolhido pelo próprio concelho, como em Valezim (c. Seia)¹¹⁶⁰. Em qualquer dos casos, parece ter sido norma que o juiz fosse natural da área onde desempenhava a função, situação que está patente logo no foral que os condes de Portucale, Teresa e Henrique, outorgaram a Coimbra, em 1111¹¹⁶¹. É mais ou menos contemporânea a nomeação dos juizes por eleição popular¹¹⁶² e, mais tarde, a difusão do foro de Ávila conduziu à generalização da nomeação dos juizes por essa via¹¹⁶³.

No lugar de Rossas (Ovadas, c. Resende), a 3ª Alçada das Inquirições de 1258 registou que o serviço anual devido ao rei era efetuado de acordo com o determinado pelo juiz de São Martinho de Mouros¹¹⁶⁴. Em Aguiar da Pena, a anúduva anual ao castelo era também determinada pelo juiz correspondente¹¹⁶⁵. Outras obrigações, como a fossadeira, também estavam sob a alçada do mesmo magistrado, que estabelecia o quantitativo a pagar, como se verifica pelas Inquirições de 1220, em São Salvador de Reguela, Penafiel de Bastuço (c. Braga)¹¹⁶⁶. O juiz de Benviver tinha, inclusive, o poder de remir, em dinheiro, o trabalho braçal correspondente à anúduva, como parece ter sido o caso de um

¹¹⁵⁵ É o caso, por exemplo, dos forais de Santarém-Coimbra-Lisboa de 1179, em que os alvazis surgem contemplados.

¹¹⁵⁶ POWERS, 1988, p. 96.

¹¹⁵⁷ Como o julgado de Pedralvar, em 1220 (PMH-I, p. 59).

¹¹⁵⁸ Como os julgados de Neiva (PMH-I, p. 304), de Bouro (PMH-I, p. 415) ou de Valdevez (PMH-I, p. 378), situações patentes nas Inquirições de 1258.

¹¹⁵⁹ PMH-I, p. 816b.

¹¹⁶⁰ PMH-LC-I, p. 519.

¹¹⁶¹ PMH-LC-I, p. 356.

¹¹⁶² Como ocorria, por exemplo, no caso do Julgado de Correlhã (c. Ponte de Lima), em que os homens do julgado elegiam o juiz entre si, um privilégio concedido pelo foral outorgado pelo bispo de Compostela, em 1120, e depois “iam ao rei para que o confirmasse” (PMH-I, p. 342b.).

¹¹⁶³ SOARES, 1931, p. 139.

¹¹⁶⁴ PMH-I, p. 988a.

¹¹⁶⁵ PMH-I, p. 1366a.

¹¹⁶⁶ PMH-I, p. 86a.

casal da paróquia de São Miguel de Peredinas (c. Marco de Canaveses?)¹¹⁶⁷. Veja-se, ainda, o caso do juiz de Besteiros, que chegou a exigir, indevidamente, anúduva em numerário aos moradores do lugar de Cornias, freguesia da Caparrosa (c. Tondela)¹¹⁶⁸.

Há um indício direto de que as milícias concelhias podiam seguir para a hoste régia sob comando do juiz, que provém das inquirições de 1258, ao concelho de Lamego, onde os moradores do lugar de Moreiras tinham a obrigação de ir custodiar os muros do castelo “(...) *si Dominus Rex fecerit exercitum et judex et concilium iverint in ipsum exercitum* (...)”¹¹⁶⁹. Existem outras referências menos diretas, como o costume de Castelo Bom respeitante aos alcaides e juiz “*quando fuerint in almofala* (...)”, isto é, quando forem em expedição militar¹¹⁷⁰. É também possível que Fernão Peres, um veterano guerreiro mencionado pelo seu valor militar no relato da fundação do mosteiro de São Vicente de Fora, fosse um dos juizes da cidade e tenha, nessa qualidade, adquirido o prestígio militar de que gozava em 1188, altura da redação do documento¹¹⁷¹.

Na organização concelhia existia um outro indivíduo com um papel militar central, o adail, cuja função sugere uma certa contraposição à função do alcaide. Enquanto o primeiro era o representante militar mais elevado do município, o segundo era o mais elevado representante régio. Por isso, as operações levadas a cabo em autonomia pelo município desenrolavam-se sob o comando e orientação do adail, ao passo que a atividade militar devida ao monarca era executada sob comando e orientação do alcaide¹¹⁷². A designação de adail não cabia somente aos que estavam ao serviço dos municípios, mas também aos que serviam senhores ou mesmo os monarcas, uma vez que eram conhecedores profundos dos territórios onde operavam¹¹⁷³. É, no entanto, através da normativa dos municípios que conhecemos muitas das suas atribuições, constituindo-se verdadeiros profissionais da guerra.

¹¹⁶⁷ PMH-I, p. 1384b.

¹¹⁶⁸ PMH-I, p. 830b e 831a.

¹¹⁶⁹ PMH-I, p. 1033b.

¹¹⁷⁰ PMH-LC-I, p. 765.

¹¹⁷¹ ML-III, p. 179, escritura XXI.

¹¹⁷² Cfr. MATTOSO, 1995, vol. 1, pp. 359-360.

¹¹⁷³ Numa cantiga de escárnio e maldizer atribuída a Afonso X, o adail surge como o indivíduo que, conhecedor dos caminhos e atalhos, foi contratado por um tal “Dom Fulano”, providenciando que este pudesse escapar da guerra sem combater (G. LOPES, 2016, vol. 1, p. 79, nº10). Num contexto um pouco diferente, Ibn Idari designa os companheiros de Geraldo por adaís, pouco provavelmente por o serem verdadeiramente, mas numa clara alusão ao profundo conhecimento do terreno e das atividades guerreiras características desse cargo (*Al-Bayan I*, pp. 14-15). De modo análogo, Sancho Jimeno, o famoso caudilho que comandou os cavaleiros de Ávila durante as décadas de 1160 e 1170, foi chamado de adail por Ibn Sahib al-Sala (p. 227).

“*Al-dalil*”, em árabe, significava primeiramente “guia de gado” ou “pastor”, mas acabou por obter um significado mais específico de “guia de tropas”, tendo sido transposto para o castelhano “*adalid*”, o catalão “*adali*” e o português “adail”¹¹⁷⁴. É a estes indivíduos que o Título XXII da Segunda Partida se dedica, permitindo-nos saber como eram encarados e de que tarefas eram incumbidos, pelo menos do ponto de vista da Cúria de Afonso X de Leão e Castela, isto é, na segunda metade do século XIII. Contudo, podemos assumir que o preceituado derivava do costume como, aliás, o próprio preâmbulo do texto revela: “*Quatro cosas dixieron los antiguos que deuen auer en si los adalides. La primera sabiduria. La segunda esfuerço. La .iiij. buen seso natural. La .iiij. lealtad.*”¹¹⁷⁵.

De acordo com a mesma normativa, competia-lhes conduzir as hostes e cavalgadas, quer de modo declarado, quer de modo encoberto, afastando-as dos perigos e conduzindo-as a locais onde pudessem pousar. Deviam ser sabedores dos melhores locais para efetuar emboscadas. Também deviam conhecer bem a terra onde se efetuavam as operações e os objetivos sobre os quais as cavalgadas deviam ser enviadas. Tinham ainda a missão de colocar atalaias ou escutas para obter informações por parte do inimigo, quer fosse pela observação, quer pela captura e interrogatório, não só lhes competindo conhecer o espaço onde operavam como também as suas gentes e os potenciais objetivos. Deviam saber por onde entrar e sair rapidamente do território inimigo, de modo a conseguir regressar em segurança com o produto do saque, evitando serem intercetados¹¹⁷⁶. Tinham também por obrigação avaliar a quantidade de provisões adequadas a cada operação e, acima de tudo, deviam saber comandar. Neste particular, os juristas de Afonso X recomendavam que um adail responsável por ordens que redundassem em dano para os cavaleiros, recebesse um castigo proporcional ao prejuízo provocado¹¹⁷⁷. Acrescentavam, ainda que, a fim de poder exigir disciplina devia ser, ele próprio, autodisciplinado.

No reino de Leão e Castela, um novo adail era escolhido mediante proposta de doze outros adaís. Era, depois, investido, num cerimonial conduzido pelo próprio monarca, por um rico-homem ou por um dignitário, ainda que não-nobre, que lhe cingisse

¹¹⁷⁴ CARRASCO, 1992, pp. 71-72. Também designados “*Guardadores*” no espaço castelhano-leonês (GARCÍA FITZ, 1998a, p. 157).

¹¹⁷⁵ *Partidas*, II, Título XXII, Lei I.

¹¹⁷⁶ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 128.

¹¹⁷⁷ *Partidas*, II, Título XXII, Lei I.

a espada. O ritual implicava ainda que os doze adais alçassem o recém-empossado, de pé, sobre um escudo. A partir desse momento estava autorizado a montar a cavalo próprio, deter armas e uma *seña*¹¹⁷⁸, ou seja, uma pequena flâmula ou bandeira, que servia para permitir a identificação imediata do seu portador e transmitir ordens visuais simples em combate. Adicionalmente, os adais podiam usar o tipo de estandarte indicativo do efetivo que estivessem a comandar, mas sempre por mandado régio¹¹⁷⁹.

García Fitz verificou que as funções dos adais, bem como as dos almocadéns, que abordaremos mais adiante, pareciam estar mais relacionadas com a guerra guerreada (cavalgadas, emboscadas e outras operações) do que com a batalha propriamente dita¹¹⁸⁰. O foro da cavalgada em vigor em Castelo Bom inicia com a seguinte declaração: “*Este es foro de cavalgada per que sempre caualgaron alaliles*”, demonstração evidente de que os adais eram cavaleiros e comandantes. O mesmo preceito acrescenta que lhes competia ordenar ações militares e que, se um cavaleiro, num excesso de iniciativa ou ganância fosse combater à revelia do adail e perdesse o seu cavalo, este não lhe seria substituído. O adail era o primeiro responsável pela administração da justiça aos que não cumprissem as convenções da guerra, como um “traidor” que levasse cavalo de um companheiro ou que ferisse alguém da sua “*companha*”¹¹⁸¹.

Em vários forais surgem as designações de *azaga*, *zaga* ou *zagam*¹¹⁸², que Viterbo associou a serem sinónimos adail¹¹⁸³. Tal suscita questões relacionadas com outra palavra homónima, que indica a retaguarda da hoste quando formada para a batalha, ou em marcha, quando se previa o contacto iminente com o inimigo: a “*zaga*”¹¹⁸⁴. Marcelo Caetano interpretou no foral de Lisboa de 1179, o preceito que determinava que se dessem dois quintos do saque do fossado “*ad zagam*”¹¹⁸⁵, como sendo a atribuição de parte dos despojos aos que ficavam na retaguarda (“*zaga*”), desempenhando funções de utilidade

¹¹⁷⁸ *Partidas*, II, Título XXII, Lei II.

¹¹⁷⁹ *Partidas*, II, Título XXIII, Lei XIV.

¹¹⁸⁰ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 378.

¹¹⁸¹ *Algun dos seus* (PMH-LC-I, p. 759).

¹¹⁸² “(...) *non detis nobis plusquam quintam partem et azaga duas partes et uobis remaneant duas*” (Foral de Coimbra de 1111, PMH-LC-I, p. 356); “(...) *et de de preda de fossato non detis nobis plusquam quintam partem et azaga duas partes uobis remaneant duas*” (Foral de Soure de 1111, PMH-LC, p. 357).

¹¹⁸³ VITERBO, 1865, tomo I, p. 108.

¹¹⁸⁴ A “*zaga*” era a retaguarda do exército ou da hoste (M.G. MARTINS, 2007, p. 718).

¹¹⁸⁵ À exceção do foral de Germanelo, de 1142-44, em que o quinhão do adail (ou da *zaga*) é de somente um quinto: “*Habitatores illius nunquam dent de azaga de fosado nisi quintam solummodo partem*” PMH-LC-I, p. 433).

inequívoca para a força, mas que, por conseguinte, não teriam acesso a eles diretamente¹¹⁸⁶.

Esta interpretação, que não entra em linha de conta com o significado que Viterbo apresentou (zaga=adail), permite, no entanto, a colocação de outra questão: poderá a relação entre os dois significados ser mais profunda do que a homonímia? Relembre-se que os forais que contêm esta determinação de repartição de saque se referem sempre a contexto de fossado. A condução deste tipo de operações será detalhada a seu tempo; mas agora interessa reter que implicavam a entrada em território inimigo, o estabelecimento de um arraial nas proximidades do objetivo e o lançamento de *raids* pelos territórios circundantes, mantendo-se parte da força naquele ponto central, enquanto a outra parte efetuava as correrias. Ora, a componente que permanecia no arraial era também designada por zaga¹¹⁸⁷.

Uma possibilidade, que consideramos verosímil, é que, nos séculos XII e XIII, “zaga” significasse tão-somente “retaguarda”. E a expressão, nos forais, que atribui dois quintos do saque do fossado “*ad zagam*” indicasse não a uma pessoa singular, o adail, mas aquela parte dos guerreiros, normalmente metade, que permanecia no arraial a defendê-lo¹¹⁸⁸. Em boa verdade, dois quintos do espólio de um fossado concentrados num só indivíduo fariam dele, numa expedição bem-sucedida, o mais beneficiado dos cavaleiros da comunidade. A ocorrer, eclodiriam várias consequências sociais de que não temos nota. É, porém, plausível que esse quinhão do fossado fosse dado ao adail para que este procedesse à sua distribuição pelos homens que tinham ficado na zaga. Ou que fosse repartido pelos guerreiros da zaga do mesmo modo que outros dois quintos eram repartidos pelos que tinham corrido a terra inimiga, tudo isto depois do primeiro quinto ter sido reservado, obviamente, para o rei. Com o tempo, por ser a figura central dos fossados e por a sua posição na operação ser na zaga, o substantivo “adail” foi-se fundindo

¹¹⁸⁶ CAETANO, 1990, pp. 101, n. 29. No texto destes forais, “zaga” surge com os dois significados. Mário Barroca teve uma interpretação semelhante (BARROCA, 2003c, p. 85).

¹¹⁸⁷ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 130.

¹¹⁸⁸ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 130. Há que considerar, também, que nos fossados constituídos por peões e cavaleiros, caberia aos guerreiros apeados a permanência na zaga, já que não tinham a mobilidade dos cavaleiros para procederem a algaras. No entanto, corriam até mais riscos do que os homens a cavalo, já que, estando em território inimigo, em caso de necessidade de retirada ou fuga não tinham a mesma mobilidade, tornando-se presas fáceis. É, pois, bem provável que lhes fosse reservada parte do espólio por tais razões.

com a própria “zaga”, numa metonímia que veio a suscitar que Viterbo identificasse o termo, cinco séculos mais tarde, como o indivíduo e não como o grupo¹¹⁸⁹.

O foral de Montemor-o-Velho, de 1212, contém um preceito que, por constituir uma exceção, lança uma outra luz sobre o assunto. Repete uma fórmula inaugurada nos forais do grupo de Santarém – Lisboa – Coimbra de 1179, que prevê que os cavaleiros-vilãos daqueles municípios não ocupem a retaguarda da hoste régia, mas em vez de mencionar os *milites*, designa os *adalyles*: “*Adayles Montis maioris non teneant cegam in exercitum regis*”¹¹⁹⁰. É a única disposição deste tipo que encontramos em todo o panorama português dos séculos XII e XIII e parece-nos ser deliberadamente redigida como um privilégio. Considerando que uma das competências dos adais era o enquadramento das milícias municipais quando estas se encontravam integradas hoste régia¹¹⁹¹, atividade bélica que os isentava de dar a quinta parte dos seus despojos ao rei¹¹⁹² (como está patente no foral de Santarém, de 1179¹¹⁹³, e também nos foros de Castelo

¹¹⁸⁹ Uma outra possibilidade pode ser aventada. Se tivermos em conta que o adail, enquanto comandante e devido à sua grande especialização, seria um indivíduo extremamente valioso, cuja vida devia ser preservada a todo o custo, já que, afinal, dele dependia o comando e a segura retirada de território inimigo, é de admitir que durante os fossados permanecesse no arraial e dirigisse, a partir daí, as operações. Competir-lhe-ia conduzir os cavaleiros e correr os riscos inerentes por ser batedor e guia, mas no momento do combate, deixaria que os cavaleiros enfrentassem o inimigo, resguardando-se. E por ser essa a sua posição nos fossados, teria tomado a designação de “zaga”. Se já tinha dois quintos do saque da operação garantidos, para quê colocar a vida em risco na vanguarda? Trata-se de uma mera hipótese.

¹¹⁹⁰ PMH-LC-I, p. 558.

¹¹⁹¹ Aparentemente, o adail estava primitivamente relacionado com a guerra guerreada (GARCÍA FITZ, 1998a, p. 378), mas na segunda metade do século XIII também já eram designados por adais os que anteriormente estavam encarregues de efetuar reconhecimentos e aposentar as hostes: “(...) *onbres que sepan bien la tierra a que llaman agora adalides que slian antiguamente auer nonbre guardadores*” (*Partidas*, II, Título XXII, Lei XIX).

¹¹⁹² A atribuição de um quinto do saque obtido ao rei era um costume islâmico no al-Andalus que as milícias cristãs adotaram pelo menos desde o século XI. James Powers afirma que, se o monarca não estivesse presente na operação, a prioridade de distribuição do espólio era dada às compensações de perdas materiais (POWERS, 1988, pp. 172-173). No entanto, o que os forais portugueses nos dizem é um pouco diferente. Independentemente da presença do monarca, era-lhe sempre devida a quinta parte do espólio obtido. Só desta forma se explica que logo nos forais do período condal, como no de Soure de 1111, um quinto do espólio obtido nas azarias cabia diretamente ao conde e os restantes quatro quintos aos guerreiros (PMH-LC-I, p. 357). Importa referir que as azarias são expedições predatórias movidas por iniciativa local. Já no reinado de D. Afonso Henriques, o foral de Seia de 1136 determina que, de qualquer captura de muçulmano ou de gado dentro do alfoz, competia dar um quinto ao rei (PMH-LC-I, p. 370); o foral de Évora de 1166 explicita que “*De azarias et de guardias quintam partem nobis date sine ulla offrecione*” (PMH-LC-I, p. 393). A obrigação de dar um quinto ao rei, mesmo este não estando presente continua e é visível em forais do reinado de D. Afonso III, como o de Marachique, de 1261: “*De azariis et de gardiis quintam partem nobis date sine aliqua ofretione*” (CAIII-I, doc. 278 de dezembro, 27, p. 308). Interessa também aqui salientar uma disposição do foral de Tomar de 1162, pela sua excecionalidade. Os templários tiveram necessidade de explicitar que, se o rei não estivesse presente, nada lhe era devido: “*Et de azaria ed de tota illa cavalgada in qua non fuerit rex nobis quintam partem vobis quatuor partes abseque vila alcaidaria.*” (PMH-LC-I, p.388). Note-se que houve necessidade de deixar registado que se separa sempre um quinto do espólio. A única alteração é que, se o rei não estiver presente, o quinto é destinado a “nobis”, ou seja, ao outorgante Gualdim Pais, mestre do Templo.

¹¹⁹³ “*Adaliles de sanctaren non dent quintam de quiniones suorum corporum*” (PMH-LC-I, pp. 408-409);

Bom¹¹⁹⁴), um adail tinha mais interesse em conduzir a sua milícia na vanguarda, de modo a obter um espólio pessoal, do que em permanecer na retaguarda ou a defender o arraial, situação que o tornaria dependente de uma distribuição de despojos que podia não lhe ser favorável.

Mas a verdadeira força guerreira dos municípios era o conjunto dos seus cavaleiros-vilãos. A cavalaria-vilã nasceu dos grupos de camponeses livres que, no século X, tinham ousado ocupar as regiões planas do Douro superior, e em relação aos quais os reis de Leão tiveram de adotar um sistema que garantisse a defesa dessas populações afastadas do centro de gravidade do reino e expostas a toda a sorte de ameaças, com preponderância para o inimigo muçulmano. Passou, então, a ser oferecida isenção de alguns impostos a todos os homens livres desde que pudessem manter cavalo e armas e combatessem montados¹¹⁹⁵. Deste modo surgia uma elite de proprietários alodiais armados que, nos dois séculos seguintes, em muito contribuiu para a superioridade militar cristã frente ao Islão peninsular¹¹⁹⁶.

Eram estes homens que obtinham cartas de foral ou aforamentos coletivos por parte do rei ou, em casos mais raros, de senhores, comprometendo-se a defender o alfoz e a prestar serviço militar ao monarca, em troca de garantias de uma certa autonomia, de privilégios no campo da justiça, e de apoio na defesa face a ameaças militares e a tentativas de apropriação do espaço por parte de poderes nobres e eclesiásticos. No caso dos concelhos da Meseta castelhana e do interior de Portugal, que muitas vezes tiveram origem em povoações autónomas e, posteriormente, se subordinaram à autoridade régia,

¹¹⁹⁴ PMH-LC-I, p. 785.

¹¹⁹⁵ LOMAX, 1984, p. 132. Os cavaleiros-vilãos não estavam totalmente isentos de prestações de carácter tributário. Em boa verdade era-lhes imposta fossadeira em substituição do serviço militar (HESPANHA, 1982, p. 135). Também o facto de alguns forais conterem menção explícita à isenção de pagamento de jugada por parte dos cavaleiros leva a supor que outros casos haveria em que esta lhes era imposta. Cf., por exemplo, os forais de Viseu, 1123 (PMH-LC, p. 360); Ferreira de Aves, 1123-36 (PMH-LC, p. 367); Seia, 1136 (PMH-LC, p. 371); Penela, 1137 (PMH-LC, p. 375); Leiria, 1142 (PMH-LC, p. 376); Arouce, 1151 (PMH-LC, p. 377); Tomar, 1162 (PMH-LC, p. 388); Pombal, 1174 (PMH-LC, p. 398); Arganil, 1175 (PMH-LC, p. 403); Lisboa, 1179 (PMH-LC, p. 413); Coimbra, 1179 (PMH-LC, p. 416); Viseu, 1187 (PMH-LC, p. 460); Torres Novas, 1190 (PMH-LC, p. 480); Penacova, 1192 (PMH-LC, p. 483) ou Fonte Arcada, 1193 (PMH-LC, p. 486). A jugada, imposto cobrado aos lavradores por cada jugo de bois (HESPANHA, 1982, p. 165) foi, em muitos casos, cobrada a cavaleiros. Em novembro de 1305, D. Dinis promulgou que os cavaleiros de Maio e os pousados não deveriam ser obrigados ao pagamento de jugada, ordenando que lhes fosse devolvido o que fora ilegalmente cobrado o que demonstra que a isenção deste tributo não era transversal a todos os cavaleiros em todo o reino ou nem sempre era cumprido (Arquivo Municipal de Lisboa/ Câmara Municipal de Lisboa/ Chancelaria Régia, *Livro dos Pregos*, doc. 25). Ver também M.G. MARTINS, 2007, p. 144.

¹¹⁹⁶ VIANA, 2005, p. 63.

estes cavaleiros plebeus aceitavam um alcaide como representante do rei, mas nem sempre um rico-homem¹¹⁹⁷.

A principal garantia de fixação dos cavaleiros-vilãos ao universo urbano, onde estavam concentrados, era a isenção de impostos de que beneficiavam se possuísem moradia na vila ou cidade¹¹⁹⁸. Nos pequenos municípios, em que o efetivo total devia ser reduzido, atuavam como um corpo uno, mas nas vilas maiores organizavam-se em confrarias¹¹⁹⁹. Um dos aspetos inerentes à isenção do pagamento de jugada por parte dos vilãos era poder ser extensiva a terceiros, familiares e dependentes, numa proporção direta em relação ao equipamento militar apresentado. Assim, como assinalou Derek Lomax, em alguns casos, um cavaleiro com equipamento completo e tenda podia obter isenção para si e para oito indivíduos, ao passo que um cavaleiro que só possuísse um escudo, lança e elmo obtinha isenção para apenas dois¹²⁰⁰.

Eram os primeiros destinatários das cartas de foral, como se encontra explícito no exemplo de Viseu de 1123: “*In primis vos qui estis cives milites (...)*”¹²⁰¹. Na maioria dos municípios, os cavaleiros-vilãos detinham estatuto jurídico equivalente ao dos infanções, mas apenas no interior do alfoz¹²⁰², uma disposição que nos surge, pela primeira vez, no foral de Numão, de 1130¹²⁰³. Não sabemos em que extensão o preceito era cumprido, mas decerto que era o bastante para fixar os cavaleiros aos concelhos, ainda que se pudessem afastar por longos períodos, como no caso de Tentúgal, em 1108, onde o estatuto era mantido até três anos de ausência¹²⁰⁴.

De um modo geral, quando o cavaleiro envelhecia e perdia a capacidade de combater, o estatuto era-lhe assegurado, como se constata, desde logo, no foral de

¹¹⁹⁷ MATTOSO, 1999c, p. 359. Ver, também, 1985, p. 161; e 1988, p. 22.

¹¹⁹⁸ POWERS, 1988, p. 99.

¹¹⁹⁹ É possível que os *Militibus Sancti Lazari*, beneficiários no testamento de Domingos Lourenço, de 1180 (LP-I, 10), sejam uma confraria militar local coimbrã (MATTOSO, 1995, p. 115). Mas também não é despreciable a hipótese de se tratar de uma referência à ordem militar do mesmo nome, surgida na Terra Santa em finais do século XI.

¹²⁰⁰ LOMAX, 1984, p. 132.

¹²⁰¹ PMH-LC-I, p. 360.

¹²⁰² Esta disposição figura em quase uma centena das 292 cartas analisadas, entre 1055-65 (Foral da Pesqueira) e 1277 (Foral de Tavira).

¹²⁰³ “*Et de vobis pro forum quod caualeiro de Nomam sit infanzone de aliis terris tam in iuramento quam in iudicio pasent super illos cum duobus iuratoribus*” (PMH-LC, p. 369). Encontramos uma situação insólita, no foral templário de Penas Róias, de 1187-1188, que concede aos peões exatamente o mesmo estatuto que os cavaleiros, sem, no entanto, os equiparar aos infanções do reino para efeitos jurídicos dentro do alfoz (PMH-LC, p. 551).

¹²⁰⁴ PMH-LC-I, p. 354.

Coimbra de 1111¹²⁰⁵, estendendo-se esta disposição a todo o reino ao longo dos cinco primeiros reinados¹²⁰⁶. O mesmo acontecia se caísse na pobreza, como se encontra explícito no foral de Penela, de 1137¹²⁰⁷. As viúvas dos cavaleiros mantinham, por princípio, o estatuto, a não ser que casassem com um homem de condição social diferente. Esta disposição é comum, também, a toda a cronologia estudada e a praticamente todos os forais¹²⁰⁸.

A ascensão à categoria de cavaleiro, com a consequente obrigação de combater com cavalo e armas, era, por princípio, obrigatória sempre que se reunissem determinadas condições, como se depreende do foral de Arganil, outorgado pelo bispo de Coimbra, D. Gonçalo, em 1114, que determinava que quem pudesse ter um cavalo o tivesse de adquirir¹²⁰⁹. Mas tal como afirma Mário Barroca, numa primeira fase, ser-se cavaleiro-vilão constituía um privilégio, tendo passado mais tarde a um dever, por via das posses¹²¹⁰. Mais explícitos do que o de Arganil, foram forais como o de Penela, de 1137, que estipulava a quantidade de bens mínima para que um herdador se tornasse cavaleiro: dois jugos de bois, dez ovelhas, duas vacas e um leito de roupa ou mais¹²¹¹, ou o de Évora, de 1166 e o de Montemor-o-Novo, de 1203, que fixavam estes bens em um jugo de bois, 40 ovelhas e um asno e dois leitões¹²¹². As cartas antes mencionadas e cerca de mais duas dezenas, que fazem corresponder, explicitamente, as posses à obrigatoriedade de ascensão a cavaleiro, têm em comum terem sido outorgadas em regiões de fronteira,

¹²⁰⁵ PMH-LC-I, p. 356.

¹²⁰⁶ Com efeito, D. Afonso Henriques concede explicitamente este privilégio no foral de Seia (PMH-LC-I, p. 370), que é continuador das tradições dos forais da zona de Coimbra do período condal (REIS, 2002, p. 92), mas também os templários o fizeram no foral de Tomar de 1162 e nos que lhe seguiram o paradigma (PMH-LC-I, p. 388). Estará patente, também, nos forais de Santarém-Lisboa-Coimbra de 1179 (PMH-LC-I, pp. 407, 413 e 417), entre outros. No reinado de Sancho I, contam-se a confirmação do foral de Viseu, de 1187 (PMH-LC-I, p. 460), o foral de Torres Novas de 1190, que segue o paradigma de Tomar (PMH-LC-I, p. 480) e vários outros, até ao de Pedrógão, de 1206 (PMH-LC-I, p. 351). D. Afonso II outorgou os mesmos privilégios, de forma explícita, no foral de Montemor-o-Velho, de 1212 e no de Alenquer, da mesma data (PMH-LC-I, p. 560). Voltamos, depois, a tê-los no foral de Torres Vedras de 1250 (PMH-LC-I, p. 635) e nos que foram outorgados posteriormente, por D. Afonso III.

¹²⁰⁷ PMH-LC-I, p. 375 de 1137, julho.

¹²⁰⁸ Vejam-se, por exemplo, as disposições a este respeito no foral de Seia de 1136 (PMH-LC-I, p. 370), no foral de Almada de 1190 (PMH-LC-I, p. 475), no foral de Alenquer de 1212 (PMH-LC-I, p. 560), no foral de Torres Vedras de 1250 (PMH-LC-I, p. 635) e o foral de Castro Marim de 1277 (PMH-LC-I, p. 374).

¹²⁰⁹ “(...) *si quis equum potuerit habere sit cavaleiro*” (DP-III, doc. 419 de 1114). Entre os forais que estipulam que a ascensão a cavaleiro é obrigatória contam-se, por exemplo, o de Soure, 1111 (PMH-LC-I, p. 357) e Arganil, 1114, situação que é semelhante depois em Leiria, 1142 (PMH-LC-I, p. 376), Tomar, 1162 (PMH-LC-I, p. 388), Pombal, 1174 (PMH-LC-I, p. 399), Viseu, 1187, mas que deve remontar a década de 1130, já que o documento que possuímos é da confirmação de D. Sancho I (PMH-LC-I, p. 467) e Penacova, 1192 (PMH-LC-I, p. 483).

¹²¹⁰ BARROCA, 2003c, p. 91.

¹²¹¹ PMH-LC-I, p. 375 de 1137, novembro.

¹²¹² PMH-LC-I, pp. 392-393, de 1166, janeiro e pp. 525.

expostas, por um lado, a incursões inimigas mas que, por outro lado, se constituíam como excelentes bases de ataque de fossados organizados pelos poderes cristãos.

Situações havia em que a prosperidade dos herdeiros não os convertia, de imediato, em cavaleiros. Em 1142, quando do povoamento de Leiria por D. Afonso Henriques, mesmo que um peão tivesse posses para ter um cavalo, só seria cavaleiro se quisesse¹²¹³. E o foral de Penacova, de 1192, determinava que se um peão pretendesse ser cavaleiro, devia dar ao senhor da terra uma fogaça de dois alqueires, um almude de vinho e um galo capão, possivelmente como prova da sua prosperidade¹²¹⁴. Nestes municípios em que a ascensão a cavaleiro era facultativa, é natural que a opção por não comprar cavalo acarretasse a impossibilidade de ocupar cargos públicos, como mostram os foros de Castelo Bom¹²¹⁵. Estas isenções podem estar relacionadas com a existência de cavaleiros em número suficiente, ou com a necessidade de assegurar mais facilmente o povoamento com peões, tratando-se de uma questão passível de estudo mais aprofundado.

Nos concelhos de Ribacoa, os cavaleiros-vilãos gozavam de um tal estatuto e prestígio, que o simples facto de um peão “descavalgar” um deles, convertia-o em objeto de pesada multa. O valor a pagar era diferente, consoante a proveniência do cavaleiro lesado, depreendendo-se, pelos foros de Castelo Bom, que existia uma diferença de estatuto entre os cavaleiros da vila e os “aldeãos”, ou seja, aqueles que provinham da área rural do alfoz¹²¹⁶. Essa diferença era de tal ordem, que descavalgar um vizinho urbano onerava em 10 morabitinos, ao passo que o mesmo, sobre um cavaleiro aldeão, fazia o

¹²¹³ PMH-LC-I, p. 376 de 1142.

¹²¹⁴ PMH-LC-I, p. 483 de 1192, dezembro. O primeiro caso detetado é o de Penela, 1137 (PMH-LC-I, p. 375), seguindo-se Sintra, 1154 (PMH-LC-I, p. 384) e Évora, 1166 (PMH-LC-I, p. 393). A partir desta data parece constituir a regra em quase todos os forais da Beira Interior a sul da Serra da Estrela e a sul do Tejo, especialmente os do Grupo de Évora, como são os casos de Coruche, 1182 (PMH-LC-I, p. 426), Montemor-o-Novo, 1203 (PMH-LC-I, p. 525), Castelo Branco, 1213 (PMH-LC-I, p. 566) e mais duas dezenas de forais, até à década de 1270, sendo o mais a Leste o de Aroche, 1255 (PMH-LC-I, p. 651) e o mais a Sul o de Castro de Cola, Marachique (CAIII-I, doc. 278 de 1261, dezembro, 27).

¹²¹⁵ PMH-LC-I, p. 766 de 1188-1230.

¹²¹⁶ Os foros de Ribacoa fazem uma clara distinção sócio-jurídica entre vizinhos, moradores e aldeãos, que se refletia, entre outros aspetos, na fiscalidade a que cada um estava sujeito. Os vizinhos eram, por norma, a maioria dos habitantes da vila, onde deveriam ter a casa de família com os seus homens e os seus dependentes. Podiam aceder ao governo municipal, participar no concelho e demais assembleias, desempenhar cargos públicos e era sobre eles que impendiam os deveres militares. Os aldeãos, habitantes da área rural do alfoz, podiam ter estatuto de vizinhos se tivessem casa na vila, habitada por dependentes seus. Os moradores eram também homens livres, que habitavam no concelho, mas não possuíam bens de raiz e não podiam ocupar cargos públicos. Estavam sujeitos a menos obrigações que os vizinhos, mas não sabemos em que medida isto se refletia nas obrigações militares. Os aldeãos viviam nas aldeias do termo do concelho e tinham uma condição jurídica-penal inferior à dos vizinhos (TAVARES, 2013, pp. 242-245; e MARTÍN, 1982, p. 693).

prevaricador incorrer no pagamento de apenas 2 morabitinos¹²¹⁷. Não sabemos se esta diferença se traduzia também na capacidade de combate ou se correspondia somente a uma distinção de estatuto social, mas podemos intuir que os cavaleiros da vila tinham mais possibilidades de se conhecer mutuamente do que os aldeãos (que por princípio habitavam em lugares dispersos), o que devia oferecer mais garantias de coesão e eficácia no combate por parte dos provenientes da área urbana.

A cavalaria-vilã também deveria gozar de um cerimonial, ou pelo menos um ritual convencionado de investidura própria, que Luís Filipe Oliveira identificou nos costumes de Arruda e nos de Alcanede, em tudo semelhantes entre si. Tratando-se de documentos bastante tardios em relação a cronologia que estudamos, passados a escrito somente na primeira metade do século XV¹²¹⁸, o autor sustenta que a cerimónia em causa se tratava de um costume imemorial e que vigoraria, com sentido militar efetivo, nos séculos XII e XIII¹²¹⁹. De acordo com a fonte, os candidatos a novos cavaleiros apresentavam-se, montados no seu cavalo, perante as autoridades do concelho e proferiam uma fórmula específica, dizendo: “*ouyr e gouuyr dos vsos e foros e boons costumes e quero sser caualleiro*”, ao que os homens-bons e o alcaide expressavam a sua aceitação. No caso dos filhos de cavaleiros, nada era devido, mas no caso dos que o não eram, havia ainda que pagar ao alcaide dois frangões¹²²⁰.

O declínio da preponderância da cavalaria-vilã na guerra contra o Islão, na transição do século XII para o século XIII, viria a ser precipitado por dois fatores interdependentes: as campanhas almóadas do final do século, que condicionaram a monarquia portuguesa a confiar a defesa da linha do Tejo às ordens militares; e a consequência, sentida nas décadas seguintes, da maioria dos territórios a sul do Tejo ter sido doada às mesmas ordens, enquanto o rei, em relação aos concelhos, tinha condições para ser bastante mais interventivo do que fora nos municípios da Beira¹²²¹. De qualquer modo, os forais continuaram, mesmo depois da conquista de Faro, em 1249, a destacar o

¹²¹⁷ PMH-LC-I, p. 750.

¹²¹⁸ Os costumes da vila de Arruda foram registados por escrito em 1434, a partir do testemunho ajuramentado dois moradores (DOMINGUES, 2015, p. 165).

¹²¹⁹ Encontrando paralelismo na receção da homenagem por parte do alcaide, como ocorria em Lisboa e Santarém, segundo os costumes de Santarém comunicados ao Alvito (L.F. OLIVEIRA, 2005b, p. 6).

¹²²⁰ L.F. OLIVEIRA, 2005b, p. 6.

¹²²¹ MATTOSO, 1999d, p. 372.

papel militar dos vilãos¹²²², enquanto estes começavam a ser designados por homens-bons¹²²³.

Mesmo detetando oscilações no peso da cavalaria-vilã ao longo da cronologia estudada, não cabe dúvida que, nas comunidades concelhias, eles eram os verdadeiros guerreiros, desempenhando os peões e os dependentes um papel militar secundário¹²²⁴. Mesmo numa altura em que as ordens militares foram assumindo maior destaque, no final do século XII, os cavaleiros-vilãos continuaram a desempenhar um papel importante, especialmente nas áreas da Beira Interior e na Estremadura Leonesa¹²²⁵. Mas à medida que nos adentramos no século XIII, verificamos que a desvalorização dos vilãos não é um processo exclusivo de Portugal. Em Leão e Castela, no tempo de Fernando III, o fenómeno parece ter sido idêntico, revelado pelo uso do designativo pejorativo de “ruanos”¹²²⁶.

Os cavaleiros-vilãos eram servidos por escudeiros a cavalo¹²²⁷, que deviam ser frequentes, embora não os consigamos distinguir dos escudeiros nobres, de forma direta, na maioria da documentação disponível. Há exceções, que nos permitem chegar a conclusões sobre a proveniência social de alguns escudeiros, como é o caso da inquirição que a 2ª alçada recolheu junto dos moradores de Pindelo (c. Mangualde), os quais declararam dar sustento, três vezes por ano, ao cavaleiro, ao escudeiro e ao rapaz do mordomo¹²²⁸. Ora, o mordomo ou saião é um plebeu, representante régio no concelho ou em terras reguengas. Para estarem ao serviço de um mordomo, quer o cavaleiro, quer o escudeiro, não podiam ser nobres.

Um outro conjunto de guerreiros que contribuía para o esforço militar dos municípios, era o de especialistas no uso da besta. Esta arma, na Europa medieval, corresponde à reintrodução de uma outra, já conhecida na Antiguidade, cujas datas são difíceis de precisar, datando os primeiros indícios do século X¹²²⁹. No Ocidente Peninsular, a primeira referência iconográfica conhecida é de 1086 e pode ser observada

¹²²² Veja-se, por exemplo, o foral de Castro Marim, de 1277 (PMH-LC-I, pp. 374-375).

¹²²³ M. AGUIAR, 2015a, p. 4.

¹²²⁴ MATTOSO, 1999c, p. 378.

¹²²⁵ MATTOSO, 1999c, p. 361.

¹²²⁶ PORRINAS GONZÁLEZ, 2005, p. 47.

¹²²⁷ MATTOSO, 1999d, pp. 373-374. Em 1819, António Caetano do Amaral referia-se a estes escudeiros vassalos de vilãos como escudeiros-vilãos (AMARAL, 1819, pp. 170-171).

¹²²⁸ PMH-I, p. 482b.

¹²²⁹ Ao contrário do Oriente, na Península Ibérica a besta foi usada tanto por cristãos como por muçulmanos (NICOLLE, 2009a, p. 103).

no folio 85v. do *Beato de Burgo de Osma*¹²³⁰. A arma patente na iluminura ainda não dispõe de estribo, como se passará a verificar em representações posteriores¹²³¹. A introdução da besta na guerra, especialmente entre cristãos, representou uma perturbação de tal ordem aos modelos de combate estabelecidos, que levou a que o seu uso fosse especificamente regulamentado, no concílio de Latrão de 1139¹²³².

Apesar de ainda não operarem no âmbito do “conto” e sob um arrolamento geral no reino, realidade que viria a surgir somente em finais do século XIII¹²³³, a presença de besteiros é uma realidade consolidada no espaço português a partir do século XI¹²³⁴. Um primeiro indício chega-nos por intermédio da toponímia: com efeito, em 1092, Anaia Joanes legou em testamento certos bens à igreja de Santa Eufémia (c. Tondela) e aos seus filhos, fazendo referência a um local designado por “Besteiros”¹²³⁵. Em 1111, o mesmo território e o seu castelo “de Besteiros” figuram num outro documento particular¹²³⁶, sugerindo uma realidade contemporânea e de dimensão tal que justificava o vocábulo como designativo de um lugar¹²³⁷.

Outros indícios podiam ser mais concretos. Em 1095, no testamento de Rodrigo Honorigues, entre as testemunhas surgem-nos referidos dois “Fernandos” como besteiros: “*Fernandus balistarius ts*”¹²³⁸. No mesmo ano, Brandie (ou Brandia) é referido como

¹²³⁰ Ver figura 1, em anexo. No Livro de Aves do Mosteiro de Lorvão, de 1184, é também representada uma besta do mesmo género (figura 2, em anexo).

¹²³¹ SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 66.

¹²³² O cânone promulgado no concílio a este respeito proíbe a “arte assassina” dos besteiros e dos arqueiros entre cristãos (CLII, 29).

¹²³³ O primeiro rol de besteiros conhecido é do final do século XIII. Trata-se de um arrolamento que demonstra que a monarquia usava contingentes concelhios compostos exclusivamente por besteiros (M.G. MARTINS, 2008, pp. 379, n.12). Totalizando 338 besteiros, arrolados entre o Mondego e o Tejo, Santarém e Leiria eram os municípios que forneciam mais besteiros, 60 cada, ao passo que Penela contribuía com 6 e Miranda do Corvo com 4. Tomar e Abrantes contribuía com 32 cada. A primeira referência à existência de um conto de besteiros é de 1299 (M.G. MARTINS, 2007, pp. 157-159).

¹²³⁴ BARROCA, 2000a, p. 382. Note-se que a difusão da besta na Europa teve lugar, precisamente, no século XI (DeVRIES e SMITH, 2007, p. 134). A utilização no ocidente peninsular da arma no mesmo século é reveladora da grande popularidade de que deveria gozar.

¹²³⁵ “(...) *illam cupam de decem quinales qui ueniunt de balestarios* (...)” (PMH-DC-III, doc. 777, p. 462 de 1092, maio). A região de Viseu foi objetivo das campanhas de apropriação territorial levadas a cabo por Fernando I de Leão nas décadas de 1150 e 1160. É, portanto, significativo o surgimento do topónimo, talvez sugerindo a instalação de besteiros num contexto de presúrias.

¹²³⁶ DP-III, doc. 381 de 1111, outubro 4.

¹²³⁷ Aos lugares referidos, cujo topónimo alude a besteiros, podem-se juntar mais exemplos, como são os casos das freguesias de S. Cosme de Besteiros, c. de Paredes (DP-IV, doc. 252 de 1122, abril, 4) e de S. Paio de Besteiros (c. de Amares), cuja igreja foi sagrada em 14 de dezembro de 1225, como atesta a epígrafe nº296 em BARROCA, 2000c, vol. II, p. 729. apesar de nos surgirem em documentos posteriores aos identificados para a zona de Tondela, podem bem ser anteriores, dada a sua localização na região de Entre-Douro-e-Minho.

¹²³⁸ LP, doc 302, p. 445, de 1095, fevereiro, 26.

besteiro numa doação de uma herdade em Montemor-o-Velho¹²³⁹. Num outro documento de 1099, no quadro de um litígio entre um alcaide do conde D. Henrique e o abade do mosteiro da Vacariça, uma das testemunhas presenciais, muito provavelmente o indivíduo já mencionado surge como “(...) *Brandia balisteiro quos vidit* (...)”¹²⁴⁰.

O foral de Tentúgal, de 1108, determinando que os moradores se devem reger pelos mesmos foros de Coimbra, ao enumerar as categorias sociais, individualiza os besteiros, imediatamente a seguir aos cavaleiros¹²⁴¹. Por seu lado, o foral de Sernancelhe, de 1124, vai mais além, explicitando que os besteiros do concelho têm foro de cavaleiro¹²⁴². Voltamos a encontrar disposição semelhante nos forais do grupo de Lisboa, Santarém e Coimbra de 1179, ocupando os besteiros lugar de destaque e gozando de foro de cavaleiros dentro do perímetro do alfoz¹²⁴³. Tal implicava não só a equiparação aos cavaleiros na resolução de questões jurídicas, mas também a isenção do pagamento de *pousados*, isto é, quando a idade avançada ou algum ferimento ou problema de saúde incapacitante já não lhes permitisse ir para a guerra¹²⁴⁴.

Alguns documentos, como o aforamento de Miranda do Corvo, de 1136 e o foral de Arouce (c. Lousã), de 1151, designam os besteiros por *saggitarius*¹²⁴⁵. Infere-se que o termo designa os besteiros principalmente porque equipara o seu estatuto ao do cavaleiro, procedimento em tudo análogo ao que outros forais preconizam para os *balistariis*¹²⁴⁶.

¹²³⁹ LS, doc. 59 de 105, fevereiro, 25.

¹²⁴⁰ LP, doc 108, p. 166 de 1099, setembro, 15.

¹²⁴¹ PMH-LC-I, p. 354 de 1108.

¹²⁴² PMH-LC-I, p. 364, de 1124, outubro, 26. António Matos Reis sugere que esta referência pode dever-se a uma interpolação posterior (REIS, 2002, p. 66). Mas a julgar pelo facto da mesma prerrogativa surgir, já explícita, nos forais do grupo Lisboa-Santarém-Coimbra, de 1179 (ver nota seguinte), no caso de Sernancelhe, a tratar-se de um acrescento, deverá ter ocorrido dentro da cronologia que estudamos.

¹²⁴³ PMH-LC-I, pp. 413, 417. Também os forais de Povos, 1195 (PMH-LC-I, p. 492); Leiria, 1195 (PMH-LC-I, p. 497); Montemor-o-Velho, 1212 (PMH-LC-I, p. 558); Alenquer, 1212 (PMH-LC-I, p. 560); Sebadelhe (c. V.N. Foz Côa), 1220 (PMH-LC-I, p. 584); Torres Vedras, 1250 (PMH-LC-I, p. 635); Beja, 1254 (PMH-LC-I, p. 641); Odemira, 1255 (PMH-LC-I, p. 665); Monforte, 1257 (PMH-LC-I, p. 671); Estremoz, 1258 (PMH-LC-I, p. 681); Silves, 1266 (PMH-LC-I, p. 707); Aguiar (c. Viana do Alentejo, PMH-LC-I, p. 713); Vila Viçosa, 1270 (PMH-LC-I, p. 718); Évoramonte, 1271 (PMH-LC-I, p. 722); Monzaraz, 1276 (PMH-LC-I, p. 214); Castro Marim, 1277 (PMH-LC-I, p. 735).

¹²⁴⁴ L. FERREIRA, 2015, pp. 32-33.

¹²⁴⁵ PMH-LC-I, p. 373 e PMH-LC-I, p. 377, respetivamente.

¹²⁴⁶ Como os do grupo de Santarém-Lisboa-Coimbra, de 1179 (PMH-LC-I, p. 407, PMH-LC-I, p. 413 e PMH-LC-I, p. 417, respetivamente), o foral de Povos de 1195 (PMH-LC-I, p. 492), o de Leiria, de 1195 (PMH-LC-I, p. 497), o de Alenquer, de 1212 (PMH-LC-I, p. 560); o de Sebadelhe, de 1220 (PMH-LC-I, p. 584), entre outros.

Aparentemente, esta equiparação ao estatuto de cavaleiro parece ser uma tradição portuguesa, que não se replica no restante espaço cristão ibérico¹²⁴⁷.

Ser besteiro era, portanto, uma forma de destaque de tal ordem que Miguel Gomes Martins alerta para o facto de haver frequentemente indivíduos mencionados na documentação apenas como besteiros e não com outra referência (profissional, por exemplo)¹²⁴⁸. Os peões podiam converter-se em besteiros de forma voluntária e, em sentido contrário, quem quisesse abandonar o estatuto poderia fazê-lo, bastando, para isso, apresentar-se ao concelho, declará-lo e entregar a corda da besta, como acontecia em Santarém e em Beja, pelo menos no final do século XIII, mas com boa probabilidade de vigorar desde tempos anteriores¹²⁴⁹. Os costumes de Beja indicam ainda que cabia ao senhor da terra assegurar que os besteiros tivessem bestas¹²⁵⁰.

No entanto, aceder ao estatuto de besteiro deveria também requerer provas de perícia com a arma, como explicita a Segunda Partida, cabendo ao alcaide assegurar que os besteiros que asseguravam a defesa do castelo soubessem bem do seu mester¹²⁵¹. O número de besteiros de um concelho era fixo e regulado pelo senhor da terra ou pelo alcaide, por intermédio de um anadel, que tinha, entre outras responsabilidades, a de garantir que o efetivo de besteiros se mantinha estável¹²⁵².

Correspondendo ao espaço bastante específico do Ribacoa, sob soberania leonesa até ao tratado de Alcañices, firmado em 1297, a disposição dos foros de Castelo Bom respeitante à ida em fossado, com datação crítica entre 1188 e 1230, apresenta-nos besteiros a cavalo e apeados, com estatutos e recompensas diferentes, resultantes da expedição (meia cavalaria para o besteiro a cavalo e um quarto de cavalaria para o besteiro a pé¹²⁵³). Refere, ainda, que para ser reconhecida esta condição, o besteiro tinha de se

¹²⁴⁷ POWERS, 1988, p. 33.

¹²⁴⁸ Para além dos documentos já referidos para os séculos XI e XII, para o século XIII, Miguel Gomes Martins identificou pelo menos dois documentos, um em 1221, em que Martim Gonçalves é mencionado explicitamente como besteiro e outro em 1268, que designa Vicente Domingues também como besteiro (M.G. MARTINS, 2007, pp. 156, n. 680).

¹²⁴⁹ PMH-LC-I, Vol II, pp. 21 e 66. Sobre a datação dos foros e costumes da Guarda, Santarém, Évora e Beja veja-se TAVARES, 2007, pp. 8-11. Pela sua natureza de ordenação da vida quotidiana concelhia, os foros e costumes passados a escrito no reinado de D. Dinis, devem ter sido transmitidos oralmente, de geração em geração, em tempo anterior, representando uma prática social que se ia consolidando (HESPANHA, 1982, pp. 172-181).

¹²⁵⁰ PMH-LC-II, p. 81.

¹²⁵¹ *Partidas*, II, Título XVIII, Lei IX.

¹²⁵² PMH-LC-II, p. 48.

¹²⁵³ Neste contexto, uma cavalaria correspondia à porção do espólio que cabia a cada cavaleiro participante num fossado, desde que esta fosse composta por mais de uma centena de cavaleiros (J.M. SANTOS, 2018,

apresentar com a sua besta com duas cordas, uma ante-corda e sessenta setas¹²⁵⁴. Embora não disponhamos de alguma referência explícita, admitimos que, no espaço português de finais do século XII e inícios do século XIII, também pudesse vigorar uma distinção entre besteiros a cavalo e a pé.

Tal como já referido, a propósito da presença de besteiros na *schola*, pelo menos a partir do reinado de D. Afonso II atesta-se a existência de anadéis¹²⁵⁵. Não podemos divisar se Pedro Pires, personagem que o rei considera “seu anadel”, era o comandante dos besteiros da *schola* ou dos besteiros do concelho de Lisboa, mas o que interessa salientar neste ponto é que os corpos de besteiros surgem já enquadrados por este oficial. Mais tarde, já no final do século XIII, temos prova da existência de anadéis nos concelhos de Santarém e Abrantes¹²⁵⁶, não sendo possível demonstrar a existência de outros anadéis, para além do já mencionado Pedro Pires, para o século XII e primeira metade do XIII, mas podemos supor que existiram.

A julgar pelo reduzido número de besteiros que certos municípios conseguiam mobilizar em finais do século XIII, é de admitir que para o serviço na hoste estes especialistas fossem agrupados em unidades mais volumosas e que estas tivessem de ser enquadradas por anadéis. Em situação de campanha, à semelhança dos cavaleiros, os besteiros também usufruíam do direito de pousada, como parece demonstrar, por antítese, a carta por intermédio da qual D. Sancho I isenta o bispo de Coimbra e o respetivo Cabido de irem em operações militares a não ser contra muçulmanos que invadissem o reino, aí se especificando que os destinatários não estavam obrigados a dar pousada, entre outras categorias de combatentes, aos besteiros¹²⁵⁷.

A arma utilizada por este corpo militar no século XII pode corresponder às primeiras bestas, descritas por Ana Comena em 1096, que se armavam colocando os dois pés sobre o arco e puxando a corda até ao entalhe que a prendia (a noz). Mais tarde, uma nova besta, da qual temos uma representação na iluminura da Cantiga de Santa Maria nº 154, possuía um estribo na extremidade frontal. Esta era armada pelo atirador encaixando

p. 96). Guerreiros com estatuto inferior ao dos cavaleiros também recebiam o seu quinhão, medido em “porções de cavalarias”.

¹²⁵⁴ PMH-LC-I, p 758. Esta realidade verifica-se, também nos foros de Castelo Rodrigo (PMH-LC-I, p 889).

¹²⁵⁵ Relembra-se a “Carta de Besteiros” emitida pelo monarca ao concelho de Lisboa (CAIII-I, doc. 266 de 1211-1223).

¹²⁵⁶ M.G. MARTINS, 2007, pp. 157, n. 684.

¹²⁵⁷ “(...) *Adhuc concedo ut nunquam teneatis in domibus uestris meos aztorarios neque falconarios neque balistários neque detis eciam lestras bestias meos aztorariis neque falconariis quod ducant illas ad ripariam*” (DS, doc. 202 de 1210, dezembro, 28).

a corda na garrucha – um gancho suspenso à cintura – e empurrando o estribo com o pé em direção ao solo, até que a corda se fixasse na noz, recebendo esta arma a designação de besta de estribo e garrucha¹²⁵⁸. A designação mais frequente na documentação para os projéteis de besta era *saggita* (seta)¹²⁵⁹ consagrando-se, posteriormente, o termo “virote”. Estes eram predominantemente de fabrico local, como parecem demonstrar escórias de fundição que se detetam com regularidade dentro do perímetro de castelos¹²⁶⁰. Não sabemos se o costume de envenenar com substâncias de origem vegetal as pontas de virote, referido por Fernão Lopes¹²⁶¹, existia já nos séculos XII e XIII, mas a julgar por outras referências coevas a este ato de “ervar”¹²⁶², é de admitir que sim.

Por último, na escala social dos combatentes ao serviço dos municípios, encontramos os peões. Na generalidade dos concelhos, uma boa parte dos vizinhos era constituída pelos *pedites*¹²⁶³, pequenos proprietários alodiais (herdadores), alguns comerciantes, homens de mesteres, servidores e foreiros, normalmente com obrigações militares defensivas, mas não ofensivas¹²⁶⁴. No entanto, o chamamento para a hoste régia mudaria o panorama. Quer a leitura dos forais, quer das Inquirições de 1220 e de 1258, mostra que a norma era, tanto o serviço no exército régio como a anúduva, serem extensivos a todos os moradores.

Entre os peões, destacavam-se os *jugueiros* ou *jugarios*, que pagavam jugada diretamente ao concelho, cultivavam as suas próprias terras e que, se tivessem os meios

¹²⁵⁸ BARROCA, 2000a, p. 54. Uma representação deste tipo de besta pode se observada na figura 3, em anexo.

¹²⁵⁹ “*Et balestero que leuare balesta cum ii cordas et una delante corda, et cum lx sagittas (...)*” (PMH-LC-I, p. 758).

¹²⁶⁰ BARROCA, 2000a, pp. 52-53.

¹²⁶¹ Com recurso a acónito, cebola-albarrã ou heléboro, esta última ainda hoje designada como “erva-besteira” (BARROCA, 2000a, p. 54; H. COELHO, 2017, p. 32 e 61-64). Para uma descrição do antídoto, igualmente utilizado na guerra medieval, veja-se AGOSTINHO, 2012, p. 197.

¹²⁶² São inúmeras as referências ao uso de ervas venenosas, especialmente no que respeita à pesca com trovisco (“troviscada”). Vejam-se, a título de exemplo, o aforamento de Cidadelhe (PMH-LC-I, p. 600, de 1224) e o de Afonsim (PMH-LC-I, p. 649, de 1255). O termo “ervar” tinha, precisamente, o significado de envenenar (VITERBO, 1865, tomo I, p. 292b), referindo-se ainda que a planta mais utilizada era a cicuta ou abioto, ou seja, acónito (SOCIEDADE PORTUGUESA DE BOTÂNICA, base de dados FloraOn, 2014). Surge, por exemplo, nos Foros de Castelo Bom (J.M. SANTOS, 2018, p. 144).

¹²⁶³ Eram, aliás, a grande maioria dos habitantes dos concelhos. Utilizando dados mais tardios, José Mattoso adiantou que, nalguns municípios, a razão de peões *versus* cavaleiros poderia chegar a 95 por cento contra somente cinco por cento (MATTOSO, 1999d, p. 375).

¹²⁶⁴ Das cerca de duas dezenas de cartas de foral e aforamentos coletivos estudados do período condal e do início do reinado de D. Afonso Henriques, anteriores a 1147, não há referências explícitas à obrigação de ir em fossado por parte dos peões. Há, sim, limitações temporais à ida ao apelido em Guimarães, 1095-96 (PMH-LC-I, p.350-351), Constantim, 1096 (PMH-LC-I, p. 352-353) e Arganil, 1114 (DP-III, doc. 419 de 1114). Nestes concelhos, os moradores só serviam por um dia. São três cartas do período condal, a última outorgada pelo bispo de Coimbra e não pelos condes portucalenses.

necessários para adquirir cavalo, podiam ascender à categoria de cavaleiros¹²⁶⁵. Nalguns municípios, a ascensão à categoria era mesmo obrigatória, em função das posses, noutros, era facultativa, como já tivemos ocasião de observar, a propósito dos cavaleiros-vilãos. Estes homens livres devem corresponder aos que, no foral de Arganil, de 1114, só necessitavam de acompanhar o senhor da terra em fossado, ainda que com uma égua sem albarda, para se tornarem isentos de pagamentos fiscais, ou seja, para obterem um estatuto idêntico ao dos cavaleiros. O mesmo foral explicitava que, sendo ordenado, tanto o cavaleiro como o peão deveriam ir apenas até onde, no mesmo dia, pudessem regressar a casa¹²⁶⁶.

Mas havia uma outra categoria, a dos peões que cultivavam as propriedades dos cavaleiros e deles dependiam, mesmo em assuntos de justiça¹²⁶⁷. Estes rendeiros das propriedades dos cavaleiros não-nobres, conhecidos como “parceiros de cavaleiros”¹²⁶⁸ estavam, por princípio, à semelhança dos que eram proprietários, obrigados a comparecer no apelido¹²⁶⁹, mas integrados na mesnada do cavaleiro. Este aspeto é determinante porque explica a proveniência da peonagem que segue para a guerra enquadrada pelos cavaleiros ou, por outras palavras, permite perceber a obrigatoriedade dos vilãos se apresentarem na hoste com certo número de peões¹²⁷⁰. É o que podemos detetar nos foros de Castelo Bom que explicitavam que, em função do equipamento militar do cavaleiro, este podia dispensar a apresentação de outros cavaleiros ou peões dele dependentes¹²⁷¹. Mas estas condições não devem ser encaradas como cristalizadas e não sabemos se tal prática era extensiva a outros municípios, fora da região de Ribacoa.

O que parece ter sido mais frequente, era a isenção dos peões de participarem no fossado. Havia, no entanto, exceções. Um primeiro indício resulta da menção explícita à desobrigação dos peões, patente em algumas cartas de foral, que não seria necessária se

¹²⁶⁵ Tal como expressa, por exemplo, o foral de Germanelo, de 1142-1144: “[*pedites*] si fuerint de iugata dent suam iugadam: et si fuerint de ratione dent suam rationem cui debuerint” (PMH-LC-I, p. 433). Os primeiros são lavradores proprietários, que viviam nos termos concelhios e pagavam o seu imposto diretamente ao concelho. Os segundos, os que entregavam os seus haveres a um senhor, mas continuavam a cultivá-los pagando uma renda “a quem o devessem”. O senhor tomava-os como seus homens, tendo obrigação de os defender, mas também deles podia dispor para outros serviços (M. COELHO, 1996b, pp. 265-266).

¹²⁶⁶ LP, doc. 663 de 1114.

¹²⁶⁷ REIS, 2002, p. 52. Sobre as relações de clientela entre peões e senhores a quem estes passavam a dar *servitio et ratione* veja-se M. COELHO, 1996, pp. 265-277 e MATTOSO, 1999d, pp. 376-378.

¹²⁶⁸ “*Et parceiro de caualeiro que boues non habuerit non det jugatam*” (PMH-LC-I, p. 412a de 1179).

¹²⁶⁹ REIS, 2002, p. 167.

¹²⁷⁰ Neste caso, isentos de impostos por serem dependentes.

¹²⁷¹ PMH-LC-I, p. 765.

a isenção fosse permanente e absoluta. É o caso do foral de Trancoso, de 1157-1169, onde se pode ler “*Et peones non faciant fossado, nec clericis*”¹²⁷². Mais esclarecedora, ainda, é a disposição do foral de Centocelas, de 1194: “*Mandamus siquidem, ut duas partes de cabalariis uadant in fossadum Regis et tertia pars remaneat in villa cum pedonibus*”¹²⁷³. Esta isenção explícita ocorre em cerca de três dezenas de forais e aforamentos, sendo o mais antigo o de Numão, de 1130¹²⁷⁴ e o mais tardio, o de Pena da Rainha, de 1268¹²⁷⁵. Trata-se, portanto, de uma prática verificável em todos os cinco primeiros reinados. Todavia, apesar de ser bem mais frequente a isenção da participação no fossado, havia casos em que os peões eram obrigados a efetuá-lo¹²⁷⁶. Os forais de Mortágua e de Penacova, ambos de 1192, explicitam a obrigatoriedade de os peões participarem naquelas expedições ofensivas, sempre que convocadas pelo senhor, com a duração máxima de um dia. Não descartando a hipótese de se tratar de um erro de interpretação do redator, talvez houvesse razões para se pensar que o mundo se iria tornar, a breve trecho, muito mais incerto e instável¹²⁷⁷.

As obrigações militares dos peões não se ficavam por aqui. Para além da ida em hoste e, nalguns casos, em fossado, estavam também obrigados, de forma geral, a comparecer ao apelido, à anúduva e à vela, estas duas últimas associadas às muralhas e castelos. Se se furtavam ao apelido, era-lhes imposta uma multa, normalmente metade da prevista para os cavaleiros e que, na maior parte dos casos, correspondia a cinco soldos¹²⁷⁸. Mas mesmo os que ficavam afastados das lides diretas das armas contribuíam, frequentemente, com animais de carga, para o transporte de vitualhas¹²⁷⁹.

¹²⁷² PMH-LC-I, p. 434 de 1157-1169.

¹²⁷³ PMH-LC-I, p. 487 de 1194, fevereiro.

¹²⁷⁴ PMH-LC-I, p. 369 de 1130, junho, 25.

¹²⁷⁵ CAIII-I, doc. 395 de 1268, julho, 4.

¹²⁷⁶ VEIGA, 1936b, p. VI.

¹²⁷⁷ PMH-LC-I, p. 482 de 1192, setembro e p. 483 de 1192. A excecionalidade do caso, aliada à posição geográfica de ambos os municípios, a norte de Coimbra, leva-nos a crer que o termo “fossado” ou foi empregue de modo desajustado, por “apelido”, ou talvez espelhe a apreensão no reino devida à conjugação de fatores como a devastadora campanha almóada de 1191, que retomou Alcácer, desmantelou Almada, Palmela e Coina e ainda recuperou Silves para os muçulmanos (HUICI MIRANDA, 1954, pp. 65-68.), a morte do infante D. Henrique (VILAR, 2008, p. 348) e a fome que teve início no Inverno de 1190-91, que assolou todo o reino durante grande parte da década (A.H.MARQUES, 1978, p. 36). A juntar a todos estes infortúnios, um sinal dos céus, materializado pelo eclipse de sol de 6 de dezembro de 1192, mês da outorga do foral de Mortágua. Toda esta conjuntura pode bem ter contribuído para a ideia de que as comunidades estariam muito vulneráveis e a liberalização do fossado, estendendo-o aos peões, pode ter sido deliberada.

¹²⁷⁸ Apesar do soldo ter um valor variável, por comparação com outras expensas, cinco soldos são uma coima equivalente a cinco a dez alqueires de cereal, no século XII (Cfr. L. LOPES, 2005, p. 41), o que, para uma família de camponeses, deveria ter real impacto na mesa.

¹²⁷⁹ LOMAX, 1984, p. 133.

Em certos casos, as disposições militares que recaíam sobre os peões conheciam alguns privilégios que não eram comuns a todas as regiões. Em Junqueira da Vilariça (c. Torre de Moncorvo), em 1201, os peões gozavam de foro semelhante ao dos cavaleiros quanto às compensações por morte ou ferimentos na guerra. Esta situação de exceção dever-se-ia não só à condição de fronteira (neste caso, com o reino de Leão), mas também ao escasso povoamento da zona, já que ali todos os moradores estavam isentos de fossado, ou seja, de operações ofensivas, devendo todo o empenhamento militar ser direcionado para a defesa¹²⁸⁰.

Havia, no entanto, municípios em que os peões estavam isentos de todo e qualquer serviço militar. No foral atribuído em 1154, os peões de Sintra foram coutados, mesmo quando saíssem dos limites do alfoz, devendo quem lhes fizesse mal pagar cem soldos e, ainda, indemnizar os lesados¹²⁸¹. No caso de Lisboa, a partir de 1206, a isenção de serviço militar recaiu sobre a população que habitava na alcáçova e, neste caso, tanto cavaleiros, como clérigos e peões que aí residiam ficaram libertos de obrigações militares, incluindo a participação na hoste e a anúduva¹²⁸². O documento alude aos que ali moravam e aos que viessem a morar, funcionando como mecanismo de atração, lembrando, este tipo de desobrigação, as disposições foralengas atribuídas a burgos, que também isentavam os moradores de serviço militar, a não ser que a segurança própria estivesse em causa¹²⁸³.

As *Partidas* estabelecem que os peões adequados para a guerra deviam ser ligeiros e ágeis, mas ter os membros fortes, para suportarem as agruras do combate. Deviam também estar sempre equipados com boas lanças, dardos, adagas e punhais¹²⁸⁴. Considerando a ação de colonização das regiões de fronteira e o permanente esforço de povoamento, é de admitir que esta disposição legislativa de Afonso X espelhasse mais as condições de mobilização nos municípios populosos e já bem consolidados do reino

¹²⁸⁰ DS, doc. 137, de 1201, janeiro, 15.

¹²⁸¹ PMH-LC-I, p. 384, de 1154, janeiro, 9.

¹²⁸² DS, doc. 236, de 1206, abril, 3.

¹²⁸³ Foram os casos de Guimarães e de Constantim de Panóias, mais de um século antes, em 1096 (PMH-LC-I, p. 350 e p. 352), e também do Porto, através do foral concedido pelo bispo D. Hugo, em 1124 (DP-IV, doc. 363 de 1124, julho, 14). A estes, juntam-se Ponte de Lima (1125), Mesão Frio (1152), Barcelos (1141-1146), *Balneo* (1152), Caldas de Aregos (1183), Melgaço (1183-1185), Vila Nova de Famalicão (1205) e Castro Laboreiro (1187-1211) (REIS, 2002, pp. 71-81). O foral de Vila Nova de Famalicão, que é muito próximo, na data de outorga, à concessão de isenção de serviço aos moradores da alcáçova de Lisboa, determinava que os moradores só estavam obrigados a ir em fossado se os cavaleiros-vilãos do castelo fossem e que o apelido só podia ser convocado pelo senhor da *terra*. Em nenhum outro caso deviam abandonar o termo do castelo (PMH-LC-I, p. 350 de 1205). Note-se que, em relação a Lisboa, em 1206, nada é referido pelo rei em relação ao apelido.

¹²⁸⁴ *Partidas*, II, Título XXII, Lei 7.

castelhano-leonês, na segunda metade do século XIII, do que o que ocorria nos pequenos municípios de fronteira, recém-formados sobre territórios tomados aos poderes muçulmanos. Nestes casos, fracos ou fortes, menos ou mais ágeis, todos os peões seriam integrados nas ações armadas, especialmente nos casos de apelido.

Os combatentes apeados eram enquadrados pelos *coudéis das peonadas*, que mais tarde se passaram a designar por almocadéns. Estes eram escolhidos pelos adaís, depois de ouvidos doze outros almocadéns, conforme explicitam as *Partidas*¹²⁸⁵. A referida compilação legal castelhano-leonesa regulamenta o modo de ascensão ao cargo, mas não é possível determinar se se tratava de uma prática extensiva ao reino português nem o tempo a que remontava. João Gouveia Monteiro, analisando a função nos finais do século XIV, refere que lhes competiam, essencialmente, missões de exploração do terreno¹²⁸⁶, mas no século XIII e tomando em consideração os quatro principais atributos que o código de Afonso X estipula para os almocadéns, verifica-se que só um diz respeito ao desempenho individual e os outros três estão relacionados com a condução de outros homens, enfatizando claramente a sua condição de comandantes e não propriamente de batedores.

3.1.5. Outros combatentes

Para além das categorias já mencionadas, havia grupos de guerreiros que, não estando associados em permanência a nenhuma estrutura enquadrante (um senhor ou um município) tomavam parte na guerra, quer de modo autónomo, quer ao serviço de outrem. Naturalmente que se trata de uma categorização estabelecida para efeito de estudo, uma interpretação em que cabem salteadores, bandos de fronteira e mesmo mesnadas relativamente treinadas e organizadas, ao serviço de senhores a troco de benefícios¹²⁸⁷.

¹²⁸⁵ *Partidas*, II, Título XXII, Lei 5.

¹²⁸⁶ MONTEIRO, 1998, p. 239.

¹²⁸⁷ Quanto aos primeiros, os salteadores, interessam-nos sobretudo os que se convertem ou são aproveitados como instrumento militar e não os que se dedicam ao roubo simples e indiscriminado. É-nos possível detetar a atividade de bandos de salteadores especialmente em períodos de maior instabilidade geral. É o caso do período que se inicia na década de 1230, no reinado de Sancho II. A volubilidade era de tal ordem que configura atos de violência e oportunismo, mais ou menos indiscriminados, apesar de parecerem ter o clero como principal objeto de saque. Por um lado, porque os eclesiásticos em trânsito eram alvos fáceis e, por outro lado, talvez tenhamos notícia mais evidente no caso do clero porque era este, precisamente, que tinha a capacidade de deixar registo escrito (H. FERNANDES, 2010, p. 287). Esta instabilidade e a guerra civil que se lhe seguiu, após 1245, fizeram perdurar o rasto de atrocidades, através de atividades de bandos de salteadores, mesmo após estabelecida a paz (MATTOSO, 1984, p. 18).

Eram uma miríade de grupos que combatiam livremente, em função de expectativas de ordem diversa¹²⁸⁸.

Associados à fronteira e ao escasso controlo que o poder régio conseguia exercer sobre esses espaços, proliferavam bandos de *latrones*. Pode verificar-se a presença destes grupos por uma série de vestígios, diretos e indiretos. As cartas de foral preveem, frequentemente, sanções destinadas aos ladrões de gado e outros malfeitores¹²⁸⁹, existindo vestígios toponímicos que lhes podem ser associados, embora com algumas reservas¹²⁹⁰, e ainda a referência à sua existência em fontes coevas¹²⁹¹. Quando estes bandos passavam de simples salteadores locais a grupos com capacidade de influenciar o curso da guerra levada a cabo pelo poder régio e seus concorrentes, passam a ser alvo da nossa investigação. O caso que a historiografia portuguesa eternizou foi o de Geraldo *Sem Pavor*¹²⁹², autêntico “senhor da guerra”, à semelhança de outros, presentes ao longo de toda a Idade Média Peninsular, cujo trajeto militar oscilou entre o serviço a poderes cristãos e muçulmanos¹²⁹³.

De certo modo, nas vastas regiões que constituíram fronteira durante várias décadas, houve lugar à integração destes grupos sob a égide dos monarcas cristãos. A

¹²⁸⁸ GARCÍA FITZ, 2012, p. 170.

¹²⁸⁹ De que são exemplos expressivos os forais de Sernancelhe, de 1124: “*De fora parte de ganantia de mauro de cavallo sive de latrone de illas tegas contra nos(...)*” (PMH-LC-I, p. 362) e de Mós, de 1162: “*Et si hominem de aliqua terra cum inimicitate aut cum pignora uenerit et in termino de molas intratum fuerit et aliquos inimicos post illum intrarent et pignora illi tulerint aut male illi fecerint pectent quingentos solidos ad concilio et illes liuores, et duplet la pignora a suo domno*” (PMH-LC-I, p. 390).

¹²⁹⁰ As principais reservas prendem-se com o não sabermos em que momento surge o topónimo nem a realidade concreta que lhe deu origem. De qualquer modo, como assinalou Armando de Sousa Pereira, a toponímia a sul do Tejo é indiciadora da atividade de latrocínio que assolou a região na época em que os topónimos cristalizaram. Um documento bem expressivo e coevo da cronologia que estudamos é a doação de uma propriedade que o concelho de Évora fez a João Peres de Aboim, senhor de Portel, em 1258, que refere explicitamente o castelo velho do Degebe como “Castelo dos Ladrões”. Documentação mais tardia, de 1491, faz referência ao topónimo “Castelo de Geraldo” (A.S. PEREIRA, 2008, pp. 16-17). O índice toponímico do Centro de Informação Geospacial do Exército regista quatro dezenas de topónimos associados a “ladrão”, distribuídos por todo o território, mas com maior incidência em faixas territoriais que constituíram, durante algum tempo, fronteira, quer com poderes islâmicos, quer com os reinos cristãos de Leão e Castela. Destes, assinalam-se quatro que se situam na raia de Trás-os-Montes, três na região de Ribacoa, na margem Norte do Tejo (todos a menos de 100 quilómetros do rio e seguindo uma faixa que engloba toda a Estremadura e atual Beira Baixa e 13 a sul do Tejo, com maior concentração a Leste do território).

¹²⁹¹ Geraldo começa a ser referido na redação cronística de Santa Cruz, pouco tempo depois da morte de D. Afonso Henriques, a propósito da tomada de Évora (ADA, p. 158). As fontes muçulmanas também se referem ao grupo de Geraldo, nomeadamente Ibn Sahib al-Sala, contemporâneo do caudilho e a quem este capturou um irmão (IBN SAHIB AL-SALA, pp. 137-138 e 150). A *Vita Sancti Theotonii* expressa que é o cumprimento dos cânones eclesásticos por parte de um monarca que o distingue de um “chefe de salteadores” (PMH-S-I, p. 86).

¹²⁹² Sobre este personagem veja-se A.S. PEREIRA, 2008. Detalhar-se-á o seu modo de atuação no subcapítulo dedicado à “guerra guerreada”.

¹²⁹³ GARCÍA FITZ, 2014, p. 347.

própria nobilitação de moçárabes e outros indivíduos, por D. Afonso Henriques e D. Sancho I, ocorreu, entre o Douro e o Tejo, devido à necessidade da guerra. Foi assim que alguns senhorios independentes dos concelhos foram formados e foi assim que os seus senhores, outrora líderes de bandos de salteadores, acabaram aceites no seio da nobreza¹²⁹⁴. Estes grupos deveriam ser constituídos por toda a sorte de guerreiros, mas o combatente a cavalo deveria ser o dominante, já que a primeira condição para efetuar ações de guerra guerreada é ser detentor de uma mobilidade igual ou superior à do adversário.

Algumas destas mesnadas podem ter subsistido de forma autónoma durante algum tempo até acabarem por ser assimiladas. Um vestígio desse quadro pode ser o que foi assinalado por João Peres, interrogado pela 4ª alçada das Inquirições de 1258, em Trandeiras (c. Vila Pouca de Aguiar), quando afirmou ter ouvido dizer que, no passado, a vila tinha estado repartida entre vários senhores, entre eles um grupo de cavaleiros a que chamavam “Sarracenos”¹²⁹⁵.

Entre estes grupos de combatentes conjunturais, figuravam aqueles que as fontes tardias (pelo menos para Portugal) designam como *almogávares*¹²⁹⁶. É que, ao contrário do que se identifica para outros reinos ibéricos, nomeadamente em Aragão e na Catalunha, não dispomos de referências explícitas a *almogávares* em Portugal no contexto da Reconquista. Ainda que as *Partidas* se lhes referirem explicitamente como uma realidade castelhano-leonesa¹²⁹⁷, em boa verdade não conhecemos nenhum documento dos séculos XII e XIII que os refira no reino português. No entanto, é aceite pelos historiadores que esta designação abranja os guerreiros de fronteira de um modo geral em todos os reinos peninsulares¹²⁹⁸.

¹²⁹⁴ A integração destes “homens novos” conseguia-se, por vezes, através de casamentos com cônjuges da antiga nobreza. Este processo de “osmose social” inicia-se, em Portugal, no fim do século XI e está concluído no início do século XIII (MATTOSO, 1999c, pp. 360-361).

¹²⁹⁵ PMH-I, VIII, p. 1366a. Não significa que o fossem mesmo, podendo tratar-se de uma alcunha. O que há a salientar aqui é a individualização de um grupo de cavaleiros, cujo apodo sugere irreverência ou, então, mobilidade entre as duas sociedades em presença na Península Ibérica.

¹²⁹⁶ É o caso da *Crónica de Portugal de 1419*, que alude aos “almogaveres do mestre”, ao serviço da Ordem de Santiago no contexto da conquista do Algarve, nas décadas de 1230 e 1240 (CP1419, Cap. 80, p. 147). A *Crónica Geral de Espanha de 1344* também já os referia nas hostes castelhano-leonesas de Fernando III, aquando da conquista de Sevilha, de 1248 (CGE, Cap. DCCCXL, p. 468).

¹²⁹⁷ *Partidas*, II, Título XXII, Lei 22.

¹²⁹⁸ ECHEVARRIA, 2010, pp. 37-38. Viterbo também refere que se trata de um vocábulo de origem árabe, transmitido aos “Hespanhoes e Portuguezes”. A sua descrição é vívida: “. A sua profissão era viver sempre nas armas, morando nos matos, e brenhas e modo de foragidos, e pelejando continuamente contra os Mouros, em cujas terras faziam repetidas cavalgadas, voltando com muitos cativos, e grande copia de gados, e mantimentos, que eram o único fundo das suas munições de beca. Algumas pessoas nobres, a quem

O serviço mercenário, como o designa Jean Flori, não nos surge como frequente no panorama português, a não ser que consideremos o pagamento de soldada e a remuneração de cavaleiros para que permanecessem mais tempo ao serviço do que aquele que era devido¹²⁹⁹. Mas no âmbito do que conviemos designar como combatentes conjunturais, há a considerar os “voluntários”, como os denomina García Fitz, que compreendem os estrangeiros que compareciam junto do monarca no contexto de pregação de cruzada¹³⁰⁰. E também os que se apresentavam, dentro do mesmo espírito, no âmbito de uma campanha específica, como foi o caso da concentração, em Toledo, dos contingentes que combateram na batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212. Dos cavaleiros e peões que ali chegaram de Portugal, Rodrigo Jiménez de Rada diz que se distinguiam pela “surpreendente ligeireza com que suportavam sem dificuldade o peso da marcha e atacavam com arrojo”¹³⁰¹.

Era de igual modo frequente guerreiros cristãos combaterem ao serviço de muçulmanos¹³⁰², embora sejam melhor conhecidos casos noutros reinos ibéricos, como o dos moçárabes e outros prisioneiros cristãos que os almorávidas deportaram de Leão para Marrocos, em 1126, tendo sido acompanhados por um bispo e vários sacerdotes. Tiveram autorização para manter o culto em Marraquexe e todos os que tinham aptidão para a guerra foram integrados ao serviço dos almorávidas, primeiro como coletores de impostos e depois como combatentes, alguns no comando de forças consideráveis de centenas ou mesmo de milhares de guerreiros muçulmanos, incluindo a guarda pessoal do califa¹³⁰³.

Um nobre catalão, conhecido por Reverter, esteve várias vezes e por longos períodos ao serviço dos almorávidas, no Magrebe, tendo morrido em 1143, em combate¹³⁰⁴. É também conhecido o caso de Alvar Rodríguez, “o Calvo”, que se colocou ao serviço de Ibn Mardanish, o “Rei Lobo”, de Múrcia (1147-1172), com cerca de 2000 cavaleiros e muitos peões¹³⁰⁵. E ainda o da mobilização de 500 cavaleiros cristãos, entre

talvez faltavam os meios da sua subsistência, ou por seus crimes, e excessos temiam as devidas penas, tomaram esta fôrma de vida, como foi o nosso Giraldo Sem-pavor, bem conhecido pela façanhosa surpresa d’Evora no de 1166” (VITERBO, 1865, tomo I, p. 66).

¹²⁹⁹ FLORI, 2005, pp. 60-61.

¹³⁰⁰ GARCÍA FITZ, 2012, pp. 218-219.

¹³⁰¹ DRH, p. 309.

¹³⁰² H. FERNANDES, 2010, p. 171.

¹³⁰³ CAI, livro II, Cap 10 (105).

¹³⁰⁴ HUICI MIRANDA, 1956, p. 128. O seu filho, convertido ao islão (ou nascido no seio da comunidade dos crentes), também foi um chefe militar de renome, que protagonizou a campanha das Baleares ao serviço dos almóadas, no final do século XII (HUICI MIRANDA, 1957, pp. 395-400).

¹³⁰⁵ HUICI MIRANDA, 1956, pp. 200-201.

desnaturados e outros aventureiros que, no contexto das tréguas firmadas por um ano, entre Fernando III de Castela e Leão e o califa almóada, em 1227, foram recrutados e levados para África, sob o comando de um cavaleiro de nome Gonçalo¹³⁰⁶. Estes episódios configuram opções de serviço no seio da aristocracia cristã, que implicaram a participação de vassallos, ou de pelo menos uma certa *entourage* destes líderes, em mesnadas colocadas ao serviço dos poderes islâmicos.

O *Livro Velho de Linhagens* também contém uma referência a um cavaleiro cristão, com origem no espaço português, ao serviço de poderes muçulmanos. Trata-se de Pêro Fernandes de Bragança, um bastardo de Fernão Garcia de Bragança, que “*morreo em Marrocos*”¹³⁰⁷, sendo bem provável que a sua morte tenha ocorrido ao serviço de soberanos marroquinos¹³⁰⁸. O mesmo se passou com Geraldo *Sem Pavor* que, pouco tempo depois de D. Afonso Henriques ter acordado tréguas com os almóadas, em 1173, passou a servir o califa, tendo tomado parte em algumas operações ainda no al-Andalus. Atravessou, depois, o Estreito e serviu em Marrocos, onde operou no vale do Sus, tendo levado consigo cerca de 350 guerreiros cristãos¹³⁰⁹. O recurso a tropas islâmicas por parte dos poderes cristãos também foi uma realidade. D. Fernando, o Infante de Serpa, no contexto de uma querela com o recém-eleito bispo de Lisboa, João Rol, utilizou mercenários muçulmanos para, em 1234, invadirem a igreja onde o prelado se tinha refugiado, evitando que o espaço sagrado fosse violado por cristãos¹³¹⁰. Estas ocorrências atestam, sobretudo, um elevado grau de similitude entre ambas as sociedades – cristã e islâmica – como Guichard bem observou¹³¹¹.

Mais frequentes eram as situações de serviço militar de portugueses ao lado de outros reis cristãos, algo especialmente patente nos reinados de D. Afonso II e D. Sancho II, períodos em que, para a nobreza, as conquistas leonesas e castelhanas eram mais dinâmicas e rentáveis do que a situação militar contra o Islão, em Portugal: “*os fidalgos portugueses iam a Castela muitas vezes por se provarem pelos corpos, quando em Portugal mesteres nom havia*”¹³¹². Assim aconteceu com o infante D. Pedro, filho de D. Sancho I, que foi o protagonista da tomada de Mérida, para o rei de Leão, entre fevereiro

¹³⁰⁶ HUICI MIRANDA, 1957, p. 498.

¹³⁰⁷ PMH-S-II, p. 176.

¹³⁰⁸ KRUS, 1994, p. 57.

¹³⁰⁹ A.S. PEREIRA, 2008, p. 48.

¹³¹⁰ VARANDAS, 2003, p. 530 e M.G. MARTINS, 2013b, pp. 70-71.

¹³¹¹ GUICHARD, 2010, pp. 204-205 e 230.

¹³¹² LLCDP, 21G9.

e março de 1230¹³¹³. Os livros de linhagens relatam outros casos, como o de Gonçalo Eanes de Aguiar, “O Velho”, um fidalgo do círculo dos senhores de Vinhal que participou nas campanhas de Múrcia, em 1243 e de Sevilha, em 1248, sob Fernando III de Leão e Castela¹³¹⁴. É também no contexto desta campanha que encontramos um conjunto amplo de nobres, pelo menos 26, elencados no nobiliário do Conde de Barcelos¹³¹⁵.

3.2. A obtenção e manutenção do potencial militar

Ao contrário dos poderes islâmicos, que projetavam a força militar a partir dos meios urbanos, gerando hostes volumosas, a colonização cristã dos espaços gerou a capacidade de conduzir a guerra de modo disperso e polarizado, com um grau de autonomia considerável. Do ponto de vista do potencial militar, a maior vulnerabilidade de muitas comunidades cristãs residia no reduzido efetivo que eram capazes de mobilizar isoladamente e nas inerentes dificuldades de reposição de homens, cavalos e armas perdidos. A guerra era uma atividade dispendiosa e eram as posses do guerreiro que determinavam o tipo de serviço e a sua posição na hoste. Se corresse bem, a guerra gerava riqueza. E essa era uma via para sustentar mais guerra. Não tinha sido esse o mecanismo que, na desagregação do Império Romano, tinha gerado uma classe exclusivamente militar através da privatização da segurança coletiva?¹³¹⁶ O modelo de manutenção de potencial militar, ou seja, de garantia da existência permanente de recursos para sustentar e manter a guerra, assentava em três pilares principais: os combatentes, o armamento e as montadas.

Os comandantes medievais tinham preocupações ao nível da manutenção dos recursos e também da supervisão. A verificação da disponibilidade de recursos humanos, bem como o estado das montadas e do armamento era efetuada através de convocatórias que, em meados do século XIII, já tinham a designação de alardos¹³¹⁷. Mais tardia, a

¹³¹³ H. FERNANDES, 2010, p. 364.

¹³¹⁴ KRUS, 1994, pp. 213, nota 507. O nobre é referido em LLCDP, 1616.

¹³¹⁵ Paio Soares Correia “Velho”, da linhagem dos de Vizela; Raimundo Viegas de Sequeira e Afonso Pires Ribeiro, seu genro, da linhagem dos Coronéis; Egas Henriques de Portocarreiro, Mem Rodrigues de Tougues, Ramiro Quartela, Pedro Novais “Velho”, Pedro Soares Escaldado, Lourenço Fernandes da Cunha, Lourenço Gomes Maceira, Gonçalo Pires de Belmir, Guterre Aldarete, Gonçalo Dias de Góis, Pedro Fernandes do Vale, João Pires de Vasconcelos, Moninho Viegas, Mem Pais Mugudo de Sendim, Egas Gomes Barroso e Gueda Gomes (irmãos), Gomes Mendes Guedão, Martim Fernandes de Novais, Rui Nunes das Esturas e Ermígio Mendes (LLCDP, 21G9).

¹³¹⁶ Sobre este assunto veja-se o modelo esquemático de António Hespanha (1982, p. 119).

¹³¹⁷ “Deu ora el-rei seus dinheiros” (G. LOPES, 2016, vol. 1, p. 53, nº10).

Crónica de Sete Reis menciona a comparência dos peões no alardo efetuado em Coimbra, perante D. Afonso Henriques, antes da partida para o fossado de Ourique, em 1139¹³¹⁸.

3.2.1. Os recursos humanos

As relações de poder vigentes nos séculos XII e XIII colocavam o serviço militar como a obrigação cimeira da prestação de serviço. No caso da nobreza, a manutenção de recursos humanos para a guerra era conseguida, essencialmente, através de dois processos: por um lado, o compromisso feudo-vassálico, com a inerente prestação de serviço militar por parte do feudatário, que recebia um senhorio, uma honra, um préstamo territorial ou uma tenência, por outro, a remuneração estipendiária, que assumia a designação de soldada¹³¹⁹. Este segundo processo constituiu a solução encontrada pelos reinos cristãos da Península Ibérica para, durante o século XII, resolverem o problema da falência do sistema de recrutamento de matriz feudo-vassálica. Ambos coexistiram e é só na segunda metade do século XIII, em época posterior à que analisamos, que se assiste a uma evidente substituição de um sistema “prestimonial e tenencial” para um modelo “salarial”¹³²⁰.

As duas formas de remuneração da nobreza – recebimento de uma renda fixa proveniente de uma propriedade e recebimento de uma quantia paga em numerário – estavam interligadas. O conceito de *imunidade*, que promoveu a existência do *senhorio*, conduziu a que os dependentes estivessem obrigados a prestar serviço militar, mas sempre limitado na duração e, frequentemente, a troco de um pagamento. Esta retribuição, sob a forma de *soldada*, *maravedis*, *contia* estava, por sua vez, dependente da efetiva prestação de serviço militar¹³²¹. Como assinalou Costa Veiga, o serviço militar dos cavaleiros nobres dependia, por vezes, de consignações temporárias dos rendimentos de casais da Coroa, a título de soldada militar¹³²² e é neste ponto, a nosso ver, que ambas as formas se interpenetram.

¹³¹⁸ *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, p. 109.

¹³¹⁹ Ver nota 937.

¹³²⁰ M.G. MARTINS, 2007, pp. 21-22. No início do seu reinado, D. Afonso III, não tendo suficiente tributação pecuniária para sustentar um exército a soldo, continuou o uso dos seus predecessores, de conceder *terras* (VENTURA, 1992, vol. I, p. 277). Progressivamente, este rei foi quebrando a hereditariedade dos tenentes, reduzindo o poder aos ricos-homens. Em 1258, o Regimento da Casa Real apresentava, nos seus decretos 20º e 21º que era devida, ao cavaleiro, soldada pelo seu serviço militar (PMH-LC-II, pp. 199-200 de 1258, abril, 11).

¹³²¹ HESPANHA, 1982, pp. 84-85.

¹³²² VEIGA, 1936b, pp. VIII-IX.

Num quadro de escassez de moeda metálica¹³²³, a doação de terras foi um dos processos mais frequentes de retribuição por serviços prestados e todos os cinco primeiros monarcas, à medida que ampliavam o reino, puderam a ele recorrer com relativa facilidade. Vejam-se, somente a título de exemplo, a doação que D. Afonso Henriques fez do reguengo de Atenor e Palaçoulo (c. Miranda do Douro) a Pedro Mendes, para este o povoar, “*pro bono seruicio quod sempre de uobis recipimus et adhuc recipiamus* (...)”¹³²⁴, ou a *villa* de Golães (c. Fafe), que o mesmo rei concedeu, em 1183, a Goncinho Pires pelos serviços por aquele prestados a D. Sancho, numa altura em que o infante era o braço armado do seu pai, incapacitado de combater¹³²⁵.

A doação de terras, para além de compensação por serviços prestados, também constituía uma garantia de prestação não só de serviço futuro, mas também de serviço por parte dos descendentes dos beneficiários. É o caso da referida doação de D. Afonso Henriques a Pero Mendes. Nela não só estava em causa o serviço já recebido, mas também aquele que o rei esperava receber. Terras concedidas a título hereditário pressupunham este serviço militar continuado, ao longo das sucessivas gerações¹³²⁶. Por outro lado, as confirmações de diplomas levadas a cabo por monarcas ou senhores, sobre outorgas de antecessores seus, têm também o papel de reafirmar os laços de vassalidade dos beneficiados, incluindo as obrigações militares a eles inerentes.

Este modo de retribuição por parte do monarca era exercido para com todos os que de alguma forma participassem no esforço de guerra, sendo particularmente evidente na sequência de campanhas e ações militares. Em maio de 1200, D. Sancho I, presente na região de Bragança, doou o seu reguengo de Silhade (c. Macedo de Cavaleiros) aos habitantes de Mós “*pro bono seruicio quod nobis in ipso nostro castello de Moos fecistis et facitis*” e uma vila a D. Egas, prelado de Santa Maria de Bragança, pelo seu papel na defesa dos muros da vila¹³²⁷. Ambas as doações seguramente decorrentes da guerra contra Leão que, em 1199, afetou a zona¹³²⁸. Mas não eram só os monarcas que compensavam

¹³²³ Sobre a evolução económico-financeira da Península Ibérica nos séculos XII e XIII no acompanhamento da “marcha da Reconquista”, veja-se A.H. MARQUES, 1979b, pp. 196-197.

¹³²⁴ DR, doc. 323 de 1172, julho. O rei não só retribuía serviços, como também fomentava a colonização do espaço e ampliava as condições de defesa do reino.

¹³²⁵ DR, doc. 354 de 1183, dezembro.

¹³²⁶ HESPANHA, 1982, pp. 85, nota 70.

¹³²⁷ DS, doc. 127 de 1200, maio.

¹³²⁸ DS, doc. 128 de 1200, maio, 23.

dependentes desta forma, como depreendemos de um documento particular datado de 1108¹³²⁹.

O modelo de pagamento de soldada aos cavaleiros nobres que servissem o rei era também uma prática consolidada ao longo da cronologia estudada, tendo inclusive sido incrementado ao longo do século XII¹³³⁰. Recolhemos vários dados que nos demonstram esta prática desde o tempo de D. Teresa¹³³¹, como o caso de Diogo Aires, um cavaleiro que a serviu em troca de soldada, paga em 1122, com terras em Cardielos e Covelos (c. Feira), mais 180 moios de trigo entregues em mão¹³³², ou, em 1123, o caso de um outro cavaleiro, Sarracino Viegas, que foi recompensado pela condessa com uma carta de couto do mosteiro de Pendorada, por ter servido durante três anos sem ter recebido soldada, estipulada em 3000 soldos¹³³³.

O seu filho, D. Afonso Henriques, manteve este modelo, que se verifica na compensação outorgada a Paio Pais, em 1129, por este o ter servido durante três anos sem soldada, patente na carta de couto em favor do mosteiro de S. Salvador da Torre¹³³⁴. No outro extremo da cronologia estudada, verificamos, por exemplo, que D. Afonso III, em 1261, isentou de lutuosa os cavaleiros que dele não estivessem a receber nem soldada nem préstamo¹³³⁵. Em 1278, o soldo era pago uma vez por ano, em panos, e situava-se entre as 150 e as 300 libras¹³³⁶. O rei podia, no entanto, recusar a soldada a um cavaleiro, caso este tivesse contraído dívidas, retendo-a até que estas estivessem saldadas, como se determinava no vigésimo primeiro decreto do Regimento da Casa Real de 1258, acrescentando-se que, à semelhança de outros preceitos legislativos, essa cláusula parece mais vir regulamentar uma prática já existente do que instituir uma nova¹³³⁷. De modo análogo ao que conhecemos para o reino de Leão, o pagamento de soldada em Portugal

¹³²⁹ Em que um tal de Paio Eiriz, certamente um nobre, doou a Paio Mendes uma propriedade em Midões (c. Tábua) pelos serviços que este lhe prestara (LP, doc. 58 de 1108).

¹³³⁰ M.G. MARTINS, 2011, p. 110. A compensação do serviço militar em troca de soldada vigorou por toda a Europa Ocidental pelo menos até ao século XV (AGRAIT CORDERO, 2005, p. 92).

¹³³¹ Ver M.G. MARTINS, 2007, pp. 22, n.26. Costa Veiga refere que o costume remonta ao século IX (1936b, pp. VIII-IX).

¹³³² DR, doc. 61, de 1122, março, 8.

¹³³³ DR, doc. 65, de 1123, janeiro, 8. A remissão de serviço militar em troca de soldada vigorou por toda a Europa Ocidental na Idade Média, prática que perduraria até final do século XV (AGRAIT CORDERO, 2005, p. 101).

¹³³⁴ DR, doc. 99, de 1129, junho, 25.

¹³³⁵ CAIII-I, doc. 230 de 1261, janeiro, 27.

¹³³⁶ ML-V, f. 304v.

¹³³⁷ PMH-LC-I, p.200.

não devia ser exclusivo das cortes ou *entourages* do monarca, vigorando também nas relações entre senhores nobres e eclesiásticos e os cavaleiros seus dependentes¹³³⁸.

As fontes consultadas porém, permitem que encontremos situações em que nem os laços de vassalagem, nem o pagamento de soldada fossem suficientes para que os nobres cumprissem as suas obrigações, o que constituía um bom pretexto para a sátira trovadoresca. Uma cantiga da autoria de Afonso X refere um vassalo que recebia boa soldada, certamente por depender de um grande senhor, mas o motivo da zombaria é o facto desse cavaleiro nunca ter tomado parte em nenhuma cavalgada¹³³⁹. Uma outra composição, atribuída a Nuno Fernandes Torneol (trovador galego de inícios ou meados do século XIII), alude a um certo rico-homem, conhecido pelas suas mentiras, de tal ordem que era mentindo que pagava soldada aos seus cavaleiros¹³⁴⁰.

Havia também senhores que, para garantirem o pagamento à sua mesnada, não hesitavam em conseguir rendimentos através de usurpação pela força, como fez Pedro Ponço de Baião, na freguesia de S. Tiago de Macinhata (c. Baião), apoderando-se de uma herdade que depois deu a Estêvão Mendes, seu cavaleiro¹³⁴¹. E também aqueles ricos-homens que, como constatou Costa Veiga, se sujeitavam a pagar um suplemento das soldadas dos vassalos, superior ao que outros recebiam do rei ou de outros senhores, como medida para garantir a fidelidade dos melhores cavaleiros¹³⁴².

Mas se a manutenção e sustentação do serviço da cavalaria nobre se baseava num sistema misto de laços de *menagem* e de pagamento de soldada, outras categorias de combatentes – ordens militares, milícias municipais e comunidades moradoras em reguengos, cujos laços de dependência para com o monarca eram de natureza diferente, requeriam soluções igualmente distintas.

No caso das ordens militares, a preservação do efetivo está relativamente bem estudada, embora de forma indireta, através do esforço de investigação acerca da composição social das milícias¹³⁴³. Ao contrário da cavalaria leiga, os freires das ordens

¹³³⁸ Em 1109, por ocasião da morte do imperador Afonso VI, a *Historia Compostelana* refere as soldadas pagas pelo bispo Diego Gelmirez a um conjunto de cavaleiros a ele unidos pelo vínculo da homenagem (HC, pp. 154-155).

¹³³⁹ “O que foi passar a serra” (G. LOPES, 2016, vol. 1, p. 103, n° 36).

¹³⁴⁰ “De longas vias, mui longas mentiras” (G. LOPES, 2016, vol.2, p. 189, n°22).

¹³⁴¹ PMH-I, p. 1159b, de 1258.

¹³⁴² VEIGA, 1936a, p. XX.

¹³⁴³ Vejam-se os trabalhos de FOREY, 1986, pp. 139-172; DEMURGER, 1992, pp. 102-103; AYALA MARTÍNEZ, 2007, pp. 167-188; L.F. OLIVEIRA, 2013, pp. 59-78 ou P.COSTA, 2019, pp. 123-137.

militares não o eram por condição herdada e, de todos os corpos militares dos séculos XII e XIII é, precisamente, em relação a estas milícias que se pode utilizar, com propriedade, o termo “recrutamento”¹³⁴⁴. O carisma das ordens militares, associado ao ato de guerrear em nome de Deus, deveria exercer uma atração sobre os jovens que alimentavam o sonho da cavalaria. Naturalmente que este ideário deveria ser mais comum entre os nobres, que faziam dos saberes militares o seu modo de vida, e que, ingressando numa ordem militar, acabariam por ser solicitados a fazer algo de muito semelhante ao que fariam nos seus contextos familiares, ou seja, administrar terras e combater.

A principal motivação recrutadora parece, no entanto, estar relacionada com a possibilidade de acesso a património imobiliário que, de outro modo, seria impossível, ou pelo menos muito difícil, sobretudo nas famílias numerosas e em relação aos filhos segundos, quer no caso dos freires de origem nobre, quer de origem não-nobre. No caso da Ordem do Hospital, Paula Pinto Costa estudou o predomínio de certas linhagens na instituição, associada às áreas de implantação geográfica das bailias, próximas dos senhorios dessas mesmas linhagens, acabando por gerar um contínuo de domínio e influência territorial. Acresce que, quer no Templo, quer no Hospital, boa parte dos freires provinham de uma aristocracia de segunda linha¹³⁴⁵.

Nas ordens em que a maioria dos cavaleiros era proveniente da cavalaria-vilã, como as de Avis e de Santiago, as motivações teriam, no entanto, um certo paralelo com o que ocorria para a nobreza. A vizinhança com domínios das ordens exercia atração sobre os candidatos a freires, acrescentando-se a possibilidade de ascensão social e a sintonia das próprias milícias com o mundo urbano, do qual provinham muitos dos seus membros¹³⁴⁶.

No que respeita à manutenção do efetivo dos combatentes não pertencentes à nobreza nem às ordens militares, os processos eram diferentes do anteriormente descrito. De um modo geral, todos os homens livres estavam obrigados a prestar serviço militar nos termos estipulados nos documentos enquadrantes da comunidade em que viviam (embora a prática demonstrasse haver inúmeras isenções, como se verá adiante). No

¹³⁴⁴ A importância do recrutamento para a preservação do potencial militar das ordens reside, precisamente, nessa ser a única forma de obter os efetivos necessários.

¹³⁴⁵ O sistema de heranças que vigorava em Portugal contemplava múltiplos herdeiros, conduzindo à repartição sucessiva de bens, de geração em geração, e fazendo com que os senhores beneficiassem de patrimónios mais reduzidos e menos rentáveis (P. COSTA, 2019, p. 127).

¹³⁴⁶ L.F. OLIVEIRA, 2013, p. 64.

período em análise é particularmente evidente a preponderância da guerra a cavalo, patente na preocupação régia com a geração de forças de cavalaria não-nobre através de diversas medidas às quais já tivemos ocasião de aludir antes, mas que encontravam o seu centro de gravidade na isenção de impostos¹³⁴⁷.

Os cavaleiros-vilãos recebiam tanto mais privilégios e incentivos quanto maior fosse a preocupação com a defesa e efetiva ocupação permanente e consolidada do território que lhes cabia, uma medida destinada a fixar esses povoadores e a atrair outros. A perda do cavalo onerava, em princípio, o cavaleiro, que tinha um prazo para o substituir, sob pena de perda do estatuto. Este período podia ser tão longo quanto cinco anos, como nos casos de Sintra, em 1154 e de Vilarinho da Castanheira (c. Carrazeda de Ansiães) ou tão curto, de escassos meses, como no foral de Garvão de 1267, que determinava que a montada fosse reposta até ao final do ano vigente¹³⁴⁸. Mas na maioria dos concelhos os prazos variavam entre um e três anos, sendo um ano o mais frequente¹³⁴⁹.

No esforço para a manutenção de um potencial militar estável, o rei podia também recorrer ao fornecimento de armas e outro equipamento militar. Um dos processos era a já referida lutuosa, que permitia a redistribuição de cavalos e lorigas de cavaleiros defuntos¹³⁵⁰. Mas em certos casos, quer o monarca, quer um senhor, podiam garantir o fornecimento de autênticos arsenais às comunidades, como ocorreu em Mós (c. Freixo de Espada-à-Cinta), em 1162, onde D. Afonso Henriques mandou dar armas a todos – cavaleiros e peões – a fim de que defendessem o castelo respetivo¹³⁵¹. O mesmo se tinha registado em Numão, três décadas antes, cujas armas de alguns moradores foram atribuídas por Fernão Mendes de Bragança, o outorgante do foral de 1130¹³⁵².

Estas entregas de material bélico eram frequentes, pois criavam mais condições para uma defesa eficaz. Os forais de Bragança, 1187, e de Penas Roias, 1187-88, estipulavam a concessão de mula, cavalo e armas por parte do senhor, sem que houvesse necessidade da sua devolução após a morte do cavaleiro¹³⁵³.

¹³⁴⁷ LOMAX, 1984, p. 132.

¹³⁴⁸ PMH-LC-I, p. 709.

¹³⁴⁹ Registado explicitamente em 13 forais e aforamentos, entre o de Viseu de 1123 (PMH-LC-I, p.360-361) e o de Lardosa de 1223 (PMH-LC-I, p. 591).

¹³⁵⁰ Ver o subcapítulo 3.1.1.

¹³⁵¹ PMH-LC, p. 391.

¹³⁵² PMH-LC, p. 370.

¹³⁵³ PMH-LC, p. 463 e 551).

A manutenção de efetivos estáveis de cavaleiros-vilãos também se garantia através de transmissão hereditária, sendo que muitos forais estipulavam que o vilão legasse o seu cavalo e armas ao filho mais velho, ou ao herdeiro escolhido¹³⁵⁴. A idade que este descendente deveria ter para poder pegar em armas não é explícita, mas a maioria das cartas refere que deveria ser assim que pudessem¹³⁵⁵. Há, no entanto, uma pista que deve ser considerada, com base na idade em que um filho passava a ser tributável, que era de 15 anos, como se depreende do foral Junqueira da Vilariça (c. Torre de Moncorvo), de 1201¹³⁵⁶. Ora, uma vez que, como nota Lomax, a aprendizagem do combate a cavalo com armadura ligeira era bem mais fácil do que o treino da cavalaria pesada próprio da nobreza¹³⁵⁷, é natural que os adolescentes constituíssem já guerreiros válidos e pudessem entrar no conjunto dos vilãos do concelho.

Quanto à mobilidade social, o foral de Évoramonte, de 1271, outorgado pelo mestre de Avis, constitui uma situação de dupla excecionalidade no panorama português. Em primeiro lugar, porque previa que se o filho de uma viúva de peão pudesse ser cavaleiro, transmitia à mãe o seu novo estatuto (ou seja, um estatuto adquirido por via ascendente, equivalente ao da viúva do cavaleiro), e, em segundo lugar, pelo tardio da medida, já na segunda metade do século XIII, altura em que a ameaça muçulmana havia desaparecido do reino havia duas décadas e em que os vilãos tinham poucas possibilidades de obter rendimentos próprios por via da guerra¹³⁵⁸.

Fora do universo urbano, onde a fixação de cavaleiros-vilãos era escassa, ou mais difícil, o monarca via-se obrigado a outras medidas, que passavam pela concessão de

¹³⁵⁴ Santarém, 1179 (PMH-LC-I, p. 407); Lisboa, 1179 (p. 413); Coimbra, 1179 (p. 417); Penacova, 1192 (p. 483); Povos (c. Vila Franca de Xira, p. 492); Leiria, 1195 (p. 497); Montemor-o-Velho, 1212 (p. 558); Alenquer, 1212 (p. 560); Torres Vedras, 1250 (p. 635); Beja, 1254 (p. 642); Odemira, 1255 (p. 665); Monforte, 1257 (p. 671); Estremoz, 1258 (p. 681); Silves, 1266 (p. 707); Vila Viçosa, 1270 (p. 718). Nos foros de Castelo Bom e também nos de Alfaiates, determinava-se que pela morte de um cavaleiro, as suas armas e cavalo fossem transmitidos ao filho “maior”, o primogénito (PMH-LC-I, pp. 752-753 e p. 796). Em Viseu, 1123, a carta de foral estipulava que, à morte de um cavaleiro-vilão, a sua herdade permaneceria isenta até que um filho seu crescesse e pudesse tomar armas para defender a terra do senhor (PMH-LC-I, p. 360).

¹³⁵⁵ No foral de Viseu de 1123, atribuído por D. Teresa, estipula-se que, se um cavaleiro morrer, a sua herdade permaneça isenta até que um filho seu possa tomar armas com que defenda a terra do senhor (PMH-LC-I, p. 360). “Se uma mulher de cavaleiro enviudar e tiver em casa um filho que puder continuar a função de cavaleiro do pai, faça-o, pela sua mãe”, é o que expressam os forais do grupo de Santarém-Lisboa-Coimbra de 1179 (PMH-LC-I, pp. 407, 413 e 417).

¹³⁵⁶ A carta isenta as viúvas de impostos até que um filho seu completasse essa idade (DS, doc 137, p. 210 de 1201, janeiro, 15). Também se lê o mesmo numa outra carta outorgada em 1225, o foral de Santa Cruz da Vilariça (c. Torre de Moncorvo, PMH-LC-I, p. 602).

¹³⁵⁷ LOMAX, 1984, p. 133.

¹³⁵⁸ PMH-LC-I, p. 722.

préstamos em troca de serviço militar pessoal¹³⁵⁹, desempenhado com cavalo e armas, normalmente por um período máximo de sete semanas, incluindo prestação de anúduvas¹³⁶⁰. Normalmente atribuídas pela Coroa, podiam também sê-lo por senhores¹³⁶¹. Eram designadas por “cavalarias” ou “cavalarias de herdade”¹³⁶². Só no termo de Santarém, entre 1167 e 1239, Mário Viana identificou seis transmissões envolvendo cavalarias¹³⁶³. As obrigações militares a elas inerentes eram as mesmas do município onde estavam integradas¹³⁶⁴. Em São Miguel do Outeiro (c. Tondela), sempre que o rei convocava as suas cavalarias do termo de Viseu, do lugar de Farminhão deviam ir dois cavaleiros e peões, referindo-se provavelmente, estes últimos, a dependentes dos primeiros¹³⁶⁵. Ao longo do século XIII, estas unidades territoriais foram-se fragmentando, uma vez que o testemunho das Inquirições de 1258 menciona parcelas de cavalarias régias¹³⁶⁶, bem como outras, que deixaram de corresponder a qualquer serviço militar¹³⁶⁷. No entanto, na mesma data pode constatar-se que muitas cavalarias continuam a ser

¹³⁵⁹ MATTOSO, 1985, p. 178. A região de Penalva do Castelo, na encosta Norte da Serra da Estrela, é um exemplo de concentração de cavalarias. O lugar de Carroga, em Sezures (c. Penalva do Castelo) constituía uma cavalaria régia, cujos moradores deviam ir em hoste e prestar anúduva, além de pagarem os seus impostos ao mordomo de Penalva (PMH-I, p. 802b). O mesmo se passava com a paróquia de Pepim (atual Moinhos de Pepim), três cavalarias em Pindo e Ulvaria (Oliveira?), todos os três fogos de Lamosa e todo o lugar de Moita (c. Penalva do Castelo, PMH-I, p. 803a.).

¹³⁶⁰ MATTOSO, 1995, vol. 1, pp. 355-358. Costa Veiga aponta a norma de 40 dias por ano como duração aproximada do serviço gratuito ao monarca dos cavaleiros-vilãos (1936b, p. XXVII). Sobre a duração média do serviço militar, veja-se o subcapítulo relativo à relação do homem com o território.

¹³⁶¹ M.G. MARTINS, 2007, pp. 135, n. 581.

¹³⁶² Diferentemente do que se passou em Castela, as cavalarias portuguesas constituem préstamos com caráter feudal, concedidos pelo rei, por ricos-homens ou por alcaides em nome do rei (MATTOSO, 1999c, p. 362).

¹³⁶³ VIANA, 2005, pp. 580, n. 12 e pp. 592-593).

¹³⁶⁴ Tal era o caso do aforamento da *villa* de Canelas (Quintela de Canelas, c. Mangualde), atribuído por D. Sancho I e que cumpria o foro de Zurara (PMH-I, p. 809a).

¹³⁶⁵ PMH-I, p. 835a de 1258.

¹³⁶⁶ Em Freixiosa (c. Mangualde), Marinha Gonçalves tinha vendido ao escudeiro Soeiro Mendes a quarta parte de uma cavalaria foreira pelos usos de Zurara que, em 1258, já não prestava qualquer serviço ao monarca. Em Outeiro (c. Mangualde), Dona Sancha, mulher de Pedro Joanes de Vila Ruiva, detinha meia cavalaria régia que, de modo semelhante, já não fazia nenhum foro ao rei. Estas cavalarias tinham sido atribuídas por D. Sancho I (PMH-I, p. 807a e 807b). Em Fagilde (c. Mangualde), a sexta parte de uma cavalaria foi vendida ao mosteiro de Santa Maria de Maceira pelo filho de Mónio Mendes, que a tinha recebido de D. Afonso II (PMH-I, p. 809a).

¹³⁶⁷ Como no caso de uma herdade que um certo de Dom Thavao tinha tido em S. Paio de Garamaços (c. Oliveira do Hospital). Os seus descendentes continuavam com a herdade, em 1258, mas nem sequer tinham cavalo nem prestavam nenhum serviço militar ao rei (PMH-I, p. 775a.). Esta situação era aviltante, na ótica das testemunhas que a declararam na inquirição de 1258, uma vez que havia homens de Seia que tinham sempre reclamado cavalarias para si, supostamente dispostos a cumprir as obrigações militares inerentes, sem nunca as terem conseguido (PMH-I, p. 778a). Ainda nesta linha, uma cavalaria régia existente em Canedo (Canedo do Mato, c. Mangualde), estava totalmente na posse de Ordem do Hospital em 1258, ali habitando 30 homens ou mais, sem que houvesse lugar a nenhum serviço ao rei (PMH-I, p. 807b.). Naquelas cercanias, a mesma ordem militar recebia 3 morabitos anualmente para “libertar” os moradores da cavalaria régia de Lobelhe das suas obrigações militares, numa clara usurpação dos direitos régios (PMH-I, p. 808a).

designadas pelo nome dos seus primeiros proprietários, mesmo duas ou três gerações após a sua morte¹³⁶⁸.

O serviço militar da peonagem municipal conseguia efetivos estáveis porque estes beneficiavam de alguns privilégios específicos dentro do alfoz do concelho a que pertenciam. Por vezes o estatuto jurídico dos peões era idêntico ao dos cavaleiros da localidade onde se instalavam, como ocorria em Bragança, em 1187¹³⁶⁹. Mas na maior parte dos casos limitava-se a ser equiparado ao dos cavaleiros-vilãos de outras terras¹³⁷⁰, ou seja, cavaleiros que fossem julgados fora do concelho onde moravam, o que, para os peões continuava a ser uma situação vantajosa.

A hereditariedade dos serviços desempenhados pelos peões também constituía uma garantia da manutenção dos recursos humanos para a atividade bélica. Esta realidade transparece nas Inquirições de D. Afonso III, uma vez que as testemunhas referem, recorrentemente, as obrigações militares atribuídas aos ocupantes dos casais e não a indivíduos específicos¹³⁷¹. Atente-se por exemplo, ao caso de dois casais de Paus (c. Resende) que tinham por obrigação ir em hoste e fazer anúduva¹³⁷². As obrigações militares específicas dos casais eram estipuladas nos aforamentos coletivos que lhes eram outorgados pelos senhores, sendo que em 1258 ainda foram exibidos aos inquiridores régios diplomas que vigoravam havia mais de um século, como no caso do atribuído, em 1132, por D. Mendo Moniz e sua mulher, D. Cristina, à freguesia de Marcelim (c. Cinfães), que obrigava os seus moradores ao acompanhamento da hoste e à ida à anúduva¹³⁷³.

A questão dos efetivos possíveis de mobilizar constitui um debate historiográfico ainda longe de se encontrar estabilizado. As fontes disponíveis são pouco claras a este respeito, fornecendo, de um modo geral, números inverosímeis, destinados a corresponder aos objetivos dos redatores, sobretudo quando se trata de textos narrativos¹³⁷⁴. Normalmente referidos a respeito de uma campanha ou de uma batalha, o

¹³⁶⁸ VEIGA, 1936b, pp. 158-159.

¹³⁶⁹ REIS, 2002, p. 192.

¹³⁷⁰ Como, por exemplo, prevê o foral de São Vicente da Beira: “*Pedones sint in iuditio pro caballaris uillanis de altera terra* (PMH-LC-I, p. 495 de 1195, março).

¹³⁷¹ VEIGA, 1936b, pp. VII-VIII.

¹³⁷² PMH-LC-I, p. 995a.

¹³⁷³ PMH-LC-I, pp. 980-981.

¹³⁷⁴ García-Fitz refere-se a esta questão como “o problema do número”, abordando os efetivos presentes nas batalhas (1998a, pp. 353-366). Cristãos ou muçulmanas, as fontes exageram ou diminuem os valores, consoante pretendem enaltecer vitórias ou minimizar derrotas. Os *Annales Domni Alfonsi* apresentam o rei

exagero nos efetivos preconizado nas explanações bélicas era já apontado por Ibn Khaldun na segunda metade do século XIV, num isolado sintoma de clarividência, que não foi seguido pelos seus contemporâneos nem sucessores. Alegava, o polímata tunisino, que os números apresentados eram inverosímeis porque exércitos dessas dimensões não poderiam marchar em conjunto nem dispor-se no campo de batalha, porque seria impossível, de um flanco, ver o flanco oposto¹³⁷⁵.

Só era praticável mobilizar gente onde esta existisse o que, para o caso português dos séculos XII e XIII devia materializar alguns desafios. A população em Portugal tem sido, dentro dos estudos medievais, um campo recorrentemente trabalhado¹³⁷⁶. O estudo de Oliveira Marques para a população no final do século XIII, revelou um contraste entre uma faixa intensamente povoada, que incluía o Minho, o vale do Douro e a atual Beira Alta e uma área, a sul do Maciço Central e a norte do Tejo, de leste a oeste do país, com menos população. Indica como espaços de população mínima as serras do Marão e do Barroso, da Estrela e da Lousã, bem como a região a sul do Tejo, os terrenos da lezíria, parte do Alto Alentejo e todo o Baixo Alentejo¹³⁷⁷.

São visões essencialmente qualitativas, que nos conferem proporções, mas que estão longe de nos apresentar números. Por conseguinte, a transposição dos dados demográficos para a temática da mobilização de combatentes nos séculos XII e XIII apresenta alguns problemas, acabando por permanecer no campo das estimativas que, acrescente-se, são construídas sobre outras estimativas, da demografia em geral. Estamos ainda afastados dos séculos seguintes em que o monarca, ao estabelecer um sistema remuneratório estável nos permite calcular, com alguma precisão, o efetivo disponível.

com 60 cavaleiros de Santarém, sem lorigas e escudos a colocar em fuga mais de 500 muçulmanos bem armados e equipados (ADA, pp. 157-158). Sobre o valor simbólico dos números apresentados pelas fontes clericais, veja-se BARKAI, 2007, p. 113 e 235. Os cronistas muçulmanos usam de uma lógica semelhante. Na batalha de Zalaca, Ibn Abi Zar' apresenta 80 mil cavaleiros e 200 mil peões cristãos, tendo todos perecido, exceto o imperador Afonso VI juntamente com cem cavaleiros (*Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, pp. 288-289). A batalha de Uclés, no mesmo ano de Zalaca, conta com 23 mil cristãos em Ibn Abi Zar', 10 mil segundo o *Nazm al-djumān*, 7000 no *Al-Bayan* e 3000 numa carta atribuída a Tamim (*Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, pp. 311, n. 7).

¹³⁷⁵ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 353.

¹³⁷⁶ Com nomes como Gama Barros, Costa Veiga, Avelino Jesus da Costa, Oliveira Marques, Robert Durand, José Mattoso ou Henrique David (M. COELHO, 1996a, p. 167). Dada a natureza das fontes medievais, que raramente fornecem dados quantitativos credíveis e passíveis de análise estatística, os estudos apresentam fragilidades, que se vão atenuando à medida que se avança para cronologias mais próximas. Orlando Ribeiro, em 1955, referia que todas as tentativas de avaliar a população portuguesa antes do século XIV careciam de base segura (A.H. MARQUES, 1979a, p. 54).

¹³⁷⁷ A.H. MARQUES, 1979a, pp. 72-73.

Para o panorama português, foi Costa Veiga quem estudou o assunto, com base nas Inquirições de 1220 e 1258, tendo obtido quantitativos de efetivos mobilizáveis através da contagem do número de casais. Estimou em doze mil os casais de todas as paróquias do Entre Douro-e-Minho e Trás-os-Montes patentes nas Inquirições de 1220, apontando este valor como mobilizável¹³⁷⁸. É uma ordem de grandeza, mas não entra em linha de conta com fatores como a impossibilidade de mobilização total simultânea, a diferença de densidades populacionais nas regiões não contabilizadas (e estimadas pelo autor) e também não resolve a questão do número de homens mobilizados por cada casal.

É preciso notar que as referidas Inquirições incidiram, precisamente, sobre algumas regiões mais densamente povoadas do reino, tendencialmente capazes de mobilizar mais combatentes e que grande parte do restante território apresentaria uma densidade populacional bem menor¹³⁷⁹. E importa também atentar que, para o homem medieval, interessaria menos o número total mobilizável numa dada região, do que o efetivo necessário e suficiente para o cumprimento de determinada tarefa.

A mobilização não pode, portanto, ser entendida como algo estabilizado, havendo vários fatores concorrentes para que a abordagem aos efetivos fosse assente nos “mobilizáveis” e não nos “mobilizados”. Um deles é a modalidade de serviço requerido, já que nem todas as paróquias estavam obrigadas a acorrer a cada um dos diferentes chamados (fundamentalmente fossado, apelido, anúduva, hoste e atalaia). Outro fator reside nas remissões ao serviço em troca de bens ou dinheiro, como a fossadeira enquanto imposto, especialmente visível no Entre-Douro-e-Minho, acentuando-se à medida que a fronteira com o Islão se afastava para Sul. Havia casais isentos e outros que, não o sendo, se furtavam deliberadamente às obrigações militares. Há ainda que considerar que a mobilização de combatentes teve sempre expressão local ou, quando muito, regional. Por último, neste elencar de dificuldades ao cálculo do efetivo mobilizável, as fontes mais ricas, as Inquirições, são frequentemente omissas quanto a serviço militar, já que não era esse o objetivo do inquérito, acrescendo que pouco transmitem sobre a mobilização no seio dos senhorios leigos e religiosos.

¹³⁷⁸ VEIGA, 1936a, pp. 195-198. Avelino Jesus da Costa demonstrou que os valores de Veiga pecavam por defeito, embora o seu estudo se cingisse à Diocese de Braga (P. COSTA, 1959, pp. 209-212). José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade, salientando o desconhecimento da densidade populacional do território em meados do século XIII, chegaram a uma estimativa de 13 habitantes por quilómetro quadrado para a Terra de Santa Maria (MATTOSO, *et al.*, 1989, pp. 75-76).

¹³⁷⁹ Para um panorama dos estudos demográficos para a Idade Média em Portugal, veja-se M. COELHO, 1996a, pp. 166-168.

Mesmo incidindo na propriedade reguenga, as Inquirições mostram-nos, recorrentemente, freguesias em que só parte dos casais respondiam ao chamado do rei. Na margem esquerda do Douro, na freguesia de Santa Maria de Sardoura (c. Castelo de Paiva), no lugar de Parada registavam-se, em 1258, 11 casais reguengos e 12 de nobres¹³⁸⁰. Dos reguengos, somente em nove os homens iam em hoste e anúduva¹³⁸¹. Considerando o coeficiente consagrado de cinco habitantes por casal¹³⁸², é adequado considerar somente um elemento disponível para a guerra, provavelmente o chefe de família¹³⁸³. Em Parada – Santa Maria de Sardoura, o rei podia contar com um número estimado de nove guerreiros na hoste, caso todos comparecessem ao chamado, mas só contaria com os recursos humanos dos casais insertos em honras se os senhores respetivos se apresentassem em armas, com as suas mesnadas, ali levantadas.

É possível que esta análise, baseada nas Inquirições de 1258 e, portanto, em dados da segunda metade do século XIII, possa ser válida para o século anterior no que respeita às lógicas de mobilização e proporção de combatentes mobilizados face ao número de casais de uma freguesia. Mas é necessário ter em consideração que, uma vez que a centúria de Duzentos assistiu a um surto demográfico, ocorrido em todo o reino¹³⁸⁴, também deve ter correspondido a um aumento proporcional do efetivo total mobilizável e que os dados em que nos baseamos correspondem a essa realidade de maior população total.

Miguel Gomes Martins considera que eram os ricos-homens detentores de tenências, os que tinham condições para mobilizar o maior número de combatentes. As mesnadas que conduziam contariam com algumas dezenas de *lanças*, dificilmente excedendo a centena. No final do século XIII, quando foi extinto o sistema de tenências,

¹³⁸⁰ Estes pertencem a D. Rodrigo Forjaz e a D. Chamoia e não fazem foro d'el Rei, ou seja, não vão em hoste nem fazem anúduva (PMH-I, p. 423).

¹³⁸¹ PMH-I, p. 422.

¹³⁸² Estabelecido por Avelino Jesus da Costa (1959, p. 231) e seguido por José Mattoso (1995b, p. 15) e Maria Helena da Cruz Coelho (1996, p. 170).

¹³⁸³ Os filhos, quando adultos, procuravam abandonar a casa dos pais e constituir família própria. Quando isto não era possível, permaneciam e juntavam a sua força de trabalho ao esforço familiar. Existia um compromisso entre o número de pessoas e a terra disponível para trabalhar. Por vezes, mais mão-de-obra não significava nada se as parcelas do casal não fossem suficientes para alimentar tanta gente (I. GONÇALVES, 2011, p. 49). Esta é a razão principal para admitir somente a presença de um homem disponível para a guerra que, aliás, é também o que considera Costa Veiga (1936b, p. 198).

¹³⁸⁴ MATTOSO, *et al.*, 1989, p. 73. Sobre os ritmos de crescimento da população nos séculos XII e XIII, veja-se MATTOSO, 1995, vol. 2, pp. 13-26.

subsistiam onze tenentes que, no conjunto, não mobilizariam mais de 1000 cavaleiros¹³⁸⁵. Para os peões não possuímos qualquer valor.

A Terra de Aguiar de Pena, em 1220, revela-se como uma situação privilegiada para análise. Transformada violenta e rapidamente em região de fronteira, depois da ocupação de Chaves pelo rei de Leão, em 1218 ou 1219, a guerra e as disposições a ela relativas deviam estar bem presentes no dia-a-dia das comunidades aí instaladas¹³⁸⁶. Aqui, o lugar de Capeludos, na paróquia de Santa Eulália de Pensalvos (c. Vila Pouca de Aguiar), tinha obrigação de dar pousada ao rico-homem, transformando-se, muito possivelmente, no local de reunião das forças que aquele conseguia mobilizar em toda a sua *terra*¹³⁸⁷. No entanto, os moradores de Capeludos não iam em fossado nem em apelido, pois estavam incumbidos de guarnecer as atalaias. Talvez por isso mesmo fosse conveniente, em caso de guerra, reunir os combatentes das outras paróquias naquele lugar, contribuindo para o guarnecer.

¹³⁸⁵ Para uma síntese dos efetivos que a nobreza portuguesa era capaz de mobilizar em meados do século XIII, veja-se M.G. MARTINS, 2007, pp. 73-75. Dificilmente todos os tenentes estariam presentes, em simultâneo. O mais natural seria a presença dos que estivessem mais próximos da área de operações.

¹³⁸⁶ O foral que recebeu, de D. Afonso II, em 1220, que segue o paradigma de Numão, isto é, essencialmente de cariz defensivo, não deve ser alheio à situação de conflito vivida nessa altura (PMH-LC-I, pp. 443-444 de 1220, fevereiro).

¹³⁸⁷ PMH-I, p. 126b.

Quadro 10. Casais da Terra de Aguiar de Pena em 1220¹³⁸⁸

Paróquia	Lugar	Casais reguengos	Casais das ordens	Casais de herdadadores e obrigações militares	
São Martinho de Friastelas		?	9	1	Fossadeira
São Julião de Paço		-	6	?	Fossadeira
Santiago de Soutelo	Soutelo	-	13	20	Alguns vão ao castelo
	Pena Aussal	4	-	-	?
	Paredes	-	-	12	Vão ao castelo
	Carrazedo	-	-	11	?
	Monte Negrelos	-	-	2	?
São Salvador de Pena	(São Salvador)	-	3	-	?
	Telões	5	-	5	Vão ao castelo.
	Tourencinho	8	-	-	Vão ao castelo.
	Gouvães	7	-	-	Vão ao castelo.
	Pendoradoiro	3	-	-	?
	Populatione	5	-	-	Vão ao castelo
	Castelo	2	-	10	Guardam o castelo
	Souto	3	1	3	?
	Soutelinho de Vila	4	-	-	?
	Ezimam	-	-	15	?
	Lamas de Cerva			?*	?
	Carvalhosa			3*	?
São Salvador de Jugal	(São Salvador)	-	4	-	?
	Condado	3		3	?
	Calvos	1	-	7	?
	Aguilado	4	-	-	?
	Nuzedo	20	3	-	Vão ao castelo
	Fraengo	-	-	3	?
	Outeiro	1 casal coutado			
São Martinho de Bornes	(São Martinho)	-	20	-	?
	Bornes	5		1	Vão ao castelo e ao apelido
	Areis	?	-	?	Vão ao castelo e ao apelido
	Vila Meã	1			?
	Tiela de Jusã	10	-	-	Vão ao apelido
	Valoura	3	-	-	Vão vigiar a Leão
	Barvadães Jusão	1,5	1	?	Vão ao castelo e ao apelido
	Eiriz	-	-	2	Vão ao castelo e ao apelido
	Soveroso	8	3	-	Vão ao apelido
	Sta Maria Vereia	Coutada por D. Sancho I a nobres.			
Santa Marinha de Pena	(Santa Marinha)	0,5	5	?	1 casal pagava fossadeira.
	Santa Marta	7	-	-	
	Carrazedo	-	-	?	Vão ao castelo.
São Salvador de Pena	São Salvador	17	30	-	1 casal pagava fossadeira
Santa Eulália de Pensalvos	(Santa Eulália)	-	34	-	?
	Capeludos	24	-	-	Guarnecer atalaias
	Afonsim	?	-	-	Vão ao castelo
	Parada	-	-	?	Vão ao castelo
	Pensalvos	-	-	?	Alguns vão ao castelo
	Leborim	-	-	?	?
	Vilarinho	-	-	?	Vão ao castelo
Totais		122	132	95	

* Casais usurpados ao rei.

¹³⁸⁸ PMH-I, pp. 44-45 e 126-128.

Se, como depreende Costa Veiga, a norma na propriedade reguenga era o cumprimento de todas as obrigações militares, deve entender-se a ausência de referências explícitas como a existência da obrigação de ir em hoste e anúduva¹³⁸⁹. É também possível que, para além dos serviços defensivos, a obrigação de ida em fossado também estivesse vigente, depreendendo-se isto pela menção explícita de que os moradores de Capeludos se encontram isentos de apelido e fossado porque já prestam o serviço de vigilância¹³⁹⁰.

Ao contar com todos os homens válidos, o apelido deveria ser a obrigação militar mais abrangente e, por conseguinte, representar a máxima capacidade de mobilização de uma circunscrição. Analisando os dados das Inquirições de 1220 para a Terra de Aguiar de Pena, considerando os casais reguengos, seria possível recorrer aos serviços de 122 moradores, todos eles peões, provenientes, na sua maioria, cada um do seu casal. A estes casais, juntavam-se os 95 de herdutores, ocupantes de propriedades alodiais. Sobre estes também pendiam obrigações militares em relação ao rei e, em princípio, pelo menos parte deles teriam condições para se apresentarem com cavalo e lança.

Numa situação ideal, o *tenente* de Aguiar da Pena contava com algumas dezenas de cavaleiros, seus vassalos, provenientes das suas honras, aos quais podia juntar algumas outras dezenas de cavaleiros-vilãos e a peonagem apelidada naquela *terra*, num total que rondava uma mesnada entre os 200 e os 300 homens, cerca de metade a cavalo. Terras mais populosas, como as de Panóias, Celorico de Basto ou o Couto de Braga¹³⁹¹, podiam facilmente duplicar estes valores, mas importa lembrar que estamos a considerar um modelo teórico, baseado na estimativa de que cada casal fornecia um guerreiro, isento das vicissitudes a que já aludimos.

¹³⁸⁹ VEIGA, 1936b, p. 147. Iria Gonçalves opta por, à exceção do apelido, só considerar o serviço militar quando as testemunhas das inquirições o referem explicitamente (2012b, pp. 35-40). Note-se que a tabela apresentada encerra bastantes interrogações. Além disso a nossa contabilização, embora aproximada, não coincide exatamente com a de Costa Veiga. Estas diferenças prendem-se essencialmente com dúvidas relativas a menções duplicadas aos mesmos casais em locais diferentes do documento e também a casais coutados, que nem sempre são identificáveis.

¹³⁹⁰ PMH-I, p. 126b.

¹³⁹¹ Mas este último tinha de ter o acordo do arcebispo. Por princípio, um couto era terra imune, mas esta imunidade referia-se ao senhor do couto em relação ao rei. Quem tivesse terras dentro do couto estava isento de obrigações em relação ao monarca, mas não em relação ao senhor (HESPANHA, 1982, pp. 157-158). Há também terra coutada que mantém obrigações militares para com o rei, como no caso do couto de Coja (c. Arganil), que recebeu carta de couto de D. Afonso Henriques, em 1128, mas cujos homens só foram isentos de ir em hoste e anúduva por D. Afonso III, antes de 1258 (PMH-I, p. 782a e b). Temos ainda notícia de combatentes mobilizados pelos coutos, como no caso dos moradores do couto de São João de Pendorada que, em 1199, acompanharam o rei D. Sancho I na “hoste de Pinhel” (PMH-I, p. 1381a).

Calculados deste modo, os efetivos certamente que pecam por otimistas. No entanto não dispomos de informação conclusiva proveniente das fontes, nem instrumentos e bases de cálculo que nos permitam obter números concretos. Considerando questões de ordem prática, os efetivos reais deveriam ser menores. Basta atentar numa única condicionante, como a distância dos extremos da *terra* ao castelo (da ordem dos 15 quilómetros em linha reta, com diferenças de cota assinaláveis, no caso de Aguiar da Pena), a qual já seria o suficiente para dificultar o arrolamento dos moradores obrigados ao serviço militar e, mais do que isso, conseguir reuni-los em tempo útil para reagir a uma ameaça iminente.

As hostes mobilizadas pelos municípios mais populosos não seriam de desprezar e podiam bem rivalizar, pelo menos em número, com as mesnadas levantadas pelos ricos-homens. Vários forais determinam o privilégio dos cavaleiros do concelho respetivo ocuparem a vanguarda da hoste, o que sugere serem em número suficiente para formarem um bloco suficientemente numeroso e coeso que se juntaria a outros grupos idênticos¹³⁹². Além disso, alguns destes municípios desenvolveram confrarias próprias de cavalaria, como é o conhecido caso dos freires de Évora (que se transformarão na Ordem de Avis) ou a sugestiva indicação de D. Teresa ao município de Viseu, para que mantivesse uma só milícia que atuasse, unida, onde quer que lhe fosse ordenado¹³⁹³.

As fontes muçulmanas fornecem-nos valores objetivos sobre as milícias concelhias cristãs que assolavam os seus territórios. Ibn Idari, por exemplo, refere que uma expedição lançada, em 1182, pelas milícias de “Santarém e de Lisboa”, contava com 1000 cavaleiros e 1000 peões¹³⁹⁴. O valor é só verosímil se a ação tiver congregado guerreiros provenientes de mais do que estes dois municípios, pela razão já aduzida de

¹³⁹² “*miles non teneant zagam in exercitu regis*”, disposição patente em grande parte dos forais do paradigma de Santarém, Lisboa e Coimbra, 1179 (PMH-LC-I, pp. 409, 414 e 417); Povos, 1195 (PMH-LC-I, p. 493); Leiria, 1195 (PMH-LC-I, p. 497); Alenquer, 1212 (PMH-LC-I, p. 561); Monforte, 1257 (PMH-LC-I, p. 671); Estremoz, 1258 (PMH-LC-I, p. 682); Silves, 1266 (PMH-LC-I, p. 707) e Monsaraz, 1276 (CAIII-II, doc. 639 de 1276, janeiro, 15, p. 217).

¹³⁹³ “*vero parte in tota mea terra hereditates vestras habueritis per unam solumodo miliciam illas defendatis ubi vos mea vox invenerit*” (PMH-LC-I, p. 361, de 1123, maio). Enrique Picavea, a propósito de confrarias leigas, refere que, à semelhança do que ocorreu no espaço castelhano-leonês, em Portugal estas congregações também proliferaram, especialmente no Alentejo e na Beira, ilustrando com a constituição de uma confraria dos cavaleiros do Sabugal, em 1276 (2008, p. 53). Trata-se de um indício muito tardio, mas a julgar pela confraria dos cavaleiros de Évora que, um século antes, veio a originar a Ordem de Avis, é de admitir a possibilidade de existirem na cronologia que analisamos. Existe, também, a possibilidade de que os Cavaleiros de São Lázaro, a que se refere o testamento de Domingos Lourenço de Coimbra, em 1180 (LP, doc 10, p.19, de 1180), sejam uma confraria coimbrã (MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 115) e não a milícia do mesmo nome, nascida na Terra Santa em finais do século XI.

¹³⁹⁴ *Al-Bayan I*, p. 41.

que, para os muçulmanos, todas as expedições provenientes do ocidente peninsular cristão parecerem ter origem em Santarém.

A ordem de grandeza de 60 cavaleiros, patente nos forais do grupo de Santarém-Lisboa-Coimbra, de 1179, não deve ser tomada em conta no que respeita às possibilidades gerais de mobilização. Este número de *milites* parece estar mais relacionado com a capacidade de comando e controlo durante um fossado, e também com a modalidade de divisão do saque do que com o efetivo total que o concelho podia disponibilizar, que seria muito superior em qualquer dos três municípios contemplados. Além disso, os municípios capazes de mobilizar mais de seis dezenas de cavaleiros-vilãos deviam ser poucos.

O foral de Melgaço de 1258, no que é uma feliz exceção no universo destes diplomas, fornece-nos o número de moradores a quem é outorgado, da ordem dos 350. Este valor deve, no entanto, ser encarado com reservas, já que expressa um desejo do rei D. Afonso III e não, necessariamente, que à data a povoação contasse com esse número de moradores¹³⁹⁵. Numa situação ideal e considerando, à semelhança do que ocorria para Viseu no tempo de D. Teresa, que somente um terço dos moradores podia ser cavaleiro, a vila, quando estivesse povoada por todos os moradores previstos, poderia vir a contar com uma centena de cavaleiros-vilãos. Na realidade, a maioria dos municípios não deveria conseguir mobilizar mais do que umas escassas dezenas. Alhadas (c. Figueira da Foz) contava com 15 cavaleiros no final da década de 1150, que participaram na tentativa de conquista de Alcácer, com D. Afonso Henriques. Meia centúria depois, o efetivo de cavaleiros que o lugar conseguia mobilizar tinha reduzido para nove, pois cinco tinham morrido e um tinha-se tornado monge¹³⁹⁶.

Para as ordens militares, dispomos de mais alguns dados quanto aos efetivos do que para os contingentes leigos. Ao contrário do oriente latino (e, mais tarde, no Báltico), onde estas chegarão a representar metade das tropas combatentes, na Península Ibérica permanecerão sempre em torno dos dez por cento¹³⁹⁷. E dentro da hierarquia destas milícias, o número de freires-cavaleiros era espantosamente baixo. O foral de Tomar de

¹³⁹⁵ “...facio carta de foro vobis populatoribus de Melgazo presentibus et futuris. Et do concedo uobis ipsam meam villam de Melgazo ad populandum ad forum:et mando quod sitis in ipsa villa trescenti et quinquanginta populatores...” (PMH-LC, p. 684 de 1258, abril, 29).

¹³⁹⁶ BP 71, p. 134 de 1200, antes de 1 de novembro.

¹³⁹⁷ MONTEIRO, 2010c, pp. 261, n. 18. Ver também RODRÍGUEZ-PICAVEA, 2008, p. 145. A proporção mais elevada de efetivos das ordens militares face aos restantes efetivos das hostes foi a conseguida no século XV, durante a Guerra do Estreito, de Castela contra Granada, e era da ordem dos 15% (AYALA MARTÍNEZ, 2007, pp. 555-559).

1174 foi confirmado por oito freires Templários¹³⁹⁸; em 1201 residiam cinco em Almourol¹³⁹⁹, importando salientar que os freires-cavaleiros constituíam somente uma parte (provavelmente a menor) dos efetivos ao dispor das ordens militares. No entanto, o seu reduzido número, face à eficácia revelada, é bastante elucidativo da capacidade de combate dos monges-guerreiros, assente na especialização.

Não dispomos de uma contabilidade rigorosa para as forças que as casas portuguesas das milícias monásticas conseguiam colocar em ação, mas podemos efetuar um paralelismo com as dos outros reinos ibéricos em meados do século XIII e também com os valores mais precisos de que dispomos, para o reino de Portugal, nos séculos XIV e XV¹⁴⁰⁰. No primeiro caso, durante a conquista de Sevilha, em 1248, temos uma ordem de grandeza de 150 a 200 cavaleiros, distribuídos entre Santiago, Calatrava, Alcântara, Templo e Hospital, incluindo alguns templários e cavaleiros de Avis provenientes do reino de Portugal¹⁴⁰¹. No final daquele século, em 1287, a monarquia aragonesa contou com 30 hospitalários, 30 templários e 20 cavaleiros de Calatrava para a defesa da fronteira valenciana¹⁴⁰². No segundo caso, no século XIV, em Portugal a contribuição das ordens militares para a hoste régia não ultrapassava a meia centena de cavaleiros, sendo que as que mais efetivo forneciam eram o Templo e Santiago¹⁴⁰³.

O número mais elevado que temos registo, de um contingente proveniente das ordens militares, diz respeito a 1217, na batalha da Ribeira de Sítimos, onde o mestre templário Pedro Alvites comandou uma carga com cerca de 500 cavaleiros. Mas para atingir este número, foram mobilizadas inúmeras casas da Ordem não só em Portugal, mas também nos vizinhos reinos de Leão e Castela. Há ainda que considerar a possibilidade de nem todos os cavaleiros serem templários e certamente que muitos haveria que não eram freires, mas vassalos das ordens¹⁴⁰⁴.

Há outras informações que, sem serem muito reveladoras acerca do efetivo total possível de mobilizar por uma ordem militar, nos levam a considerar que os seus efetivos

¹³⁹⁸ PMH-LC-I, p. 400.

¹³⁹⁹ M.G. MARTINS, 2011, p. 30.

¹⁴⁰⁰ Miguel Gomes Martins é quem mais se tem debruçado sobre esta problemática dos efetivos das ordens militares. Vejam-se M.G. MARTINS, 2013a e 2018. Veja-se, também, para o caso castelhano-leonês, a abordagem de Santiago Palacios (2018a, pp. 209-240)

¹⁴⁰¹ AYALA MARTÍNEZ, 2007, p. 554; e NICOLLE, 2001a, p. 13.

¹⁴⁰² Rodríguez-Picavea, 2008, pp. 138-139.

¹⁴⁰³ M.G. MARTINS, 2007, p. 223.

¹⁴⁰⁴ ML-IV, Escritura IX, pp. 133-136 na tradução de Santos Alves. Para pistas sobre a constituição desta força comandada pelo templário, ver M.G. MARTINS, 2011, pp. 137-141.

se mantiveram sempre reduzidos, mas ainda assim superiores ao que as fontes revelam explicitamente. A julgar pelos 24 freires do Hospital, pertencentes ao cabido geral, que testemunharam e confirmaram o foral de Tolosa, em 1262, e considerando que só uma minoria dos freires seria capitular, somos levados a admitir a existência de um efetivo mais elevado de não-capitulares¹⁴⁰⁵. O mesmo se passa com a Ordem do Templo, para a qual, entre 1174 e 1231, Paula Pinto Costa identificou vários momentos em que estiveram reunidos, num mesmo local 21 a 24 freires¹⁴⁰⁶.

Uma vez que os freires-cavaleiros constituíam a espinha dorsal destas milícias, o seu reduzido número deveria igualmente corresponder baixos efetivos gerais e as perdas em combate de uma ordem deveriam representar uma quebra significativa da capacidade de combate geral. Temos alguns indícios desta escassez de efetivo, como parece ter sido o caso de, em 1217, a Ordem de Avis não ter marcado presença na conquista de Alcácer por ainda não se ter recomposto das perdas de Alarcos, em 1195¹⁴⁰⁷. Também, apesar de no já referido cerco de Sevilha, em 1248, Paio Peres Correia se ter feito acompanhar por 280 cavaleiros e sargentos santiaguistas¹⁴⁰⁸, trinta anos depois, em 1280, quando aquela ordem perdeu o seu mestre e 55 freires na batalha de Moclín, foi necessário fundi-la com a Ordem de Santa Maria de Espanha para assegurar a sua continuidade¹⁴⁰⁹.

A hoste régia era a que mais condições tinha para dispor de um efetivo elevado, especialmente se fosse lidar com uma invasão ou fazer frente a uma emergência, como parece ter sido o caso da “hoste de Pinhel”, em 1199¹⁴¹⁰. Aqui temos indícios de mobilização quer a norte, quer a sul do Douro. Naturalmente que os dados são muito parcelares, pois estamos limitados ao que as testemunhas das Inquirições declararam. A seguir a fonte, terá havido concelhos inteiros mobilizados, sob comando do seu juíz de nomeação régia, como observamos no caso de Ferreira de Aves¹⁴¹¹. Integraram a hoste moradores de coutos, como os de São João de Pendorada¹⁴¹² e de Pinheiro de Ázere (c.

¹⁴⁰⁵ PMH-LC-I, p. 702 de 1262, maio.

¹⁴⁰⁶ P. COSTA, 2019, pp. 123-124.

¹⁴⁰⁷ Entre os signatários da carta enviada ao papa Honório III, encontravam-se o mestre do Templo, Pedro Alvites, o prior do Hospital, Mem Gonçalves de Cerveira e o comendador de Palmela, Martim Pais Barregão, não figurando o mestre de Avis (CRC, 1880, p. 240). Um outro indício dessa perda de efetivos é o facto de a Ordem de Avis não ter visto crescer o número de castelos à sua guarda durante esse período (M.G. MARTINS, 2011, p. 131).

¹⁴⁰⁸ CGE, Cap. DCCCXXVII, p. 450.

¹⁴⁰⁹ FRANCE, 1999, p. 188.

¹⁴¹⁰ Ver Mapa 6, Hoste de Pinhel, em anexo.

¹⁴¹¹ PMH-I, p. 797a e b.

¹⁴¹² PMH-I, p. 1381a e b.

Santa Comba Dão), este último repartido entre as ordens de Santa Cruz e do Templo¹⁴¹³. Tomaram igualmente parte combatentes provenientes de propriedades pertencentes a cavaleiros, como os de Carapito (c. Aguiar da Beira)¹⁴¹⁴.

O maior efetivo que D. Afonso Henriques logrou mobilizar deve ter sido por ocasião do cerco de Lisboa, em 1147, em que se estima terem estado presentes 3000 guerreiros¹⁴¹⁵. Um século mais tarde, em 1249, para ir cercar Faro, D. Afonso III conseguiu convocar uma hoste que poderá ter totalizado 5000 homens, sendo cerca de 1500 cavaleiros e o restante efetivo peonagem, essencialmente pertencentes às milícias concelhias do Centro e Sul do reino, mas também, provavelmente, de localidades como Coimbra, Castelo Branco e Guarda¹⁴¹⁶. É esta a ordem de grandeza da mobilização régia portuguesa nos séculos XII e XIII, números semelhantes aos efetivos das hostes mobilizadas em Castela e Leão¹⁴¹⁷. Embora à primeira vista esta equivalência possa parecer surpreendente, reforça, sobretudo, a ideia já antes apresentada de que efetivo das hostes não depende tanto dos efetivos totais mobilizáveis, mas sim de outros fatores, como a região de atuação e duração da campanha e a capacidade de sustentação logística¹⁴¹⁸.

Muitas operações militares dos séculos XII e XIII eram executadas somente por tropa montada, especialmente se se tratasse de expedições ofensivas mobilizadas pelo monarca ou por grandes senhores. Apesar dos peões poderem participar neste tipo de ações, tal nem sempre acontecia, mas o serviço defensivo e as grandes expedições da

¹⁴¹³ PMH-I, p. 816b.

¹⁴¹⁴ PMH-I, p. 791b.

¹⁴¹⁵ Cálculo de Jonathan Phillips, baseado no número total de 13 000 homens, cruzados e portugueses, apresentado na crónica *Sigiberti Continuatio Praemonstratensis*, conjugado com o número de navios cruzados apontados pelas fontes disponíveis (2010, p. 143). Em relação aos navios, é aceite um efetivo de cerca de 50 combatentes por embarcação. A CLM explicita 164 navios, a *Notícia da Fundação do mosteiro de São Vicente* aponta 190 e a *Carta de Lisboa*, um documento que circulou, a partir de 1148, no norte da Europa (J. PHILLIPS, 2010, p. xxviii), adianta 200. Estes números são aceites por Miguel Gomes Martins (2017b, p. 179). Os cálculos de Mathew Bennett adiantam que, nos 160 a 200 navios cruzados que partiram de Dartmouth, viajavam cerca de 10 000 cruzados.

¹⁴¹⁶ M.G. MARTINS, 2011, p. 180. Convém relembrar que os habitantes do Porto remiram a sua ida para a “guerra do Algarve” com o pagamento de fossadeira (CAIII-I, doc. 11, de 1253, julho, 20).

¹⁴¹⁷ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 138-139.

¹⁴¹⁸ Sobre a diferença entre o conceito teórico de efetivos “mobilizáveis” e os efetivamente mobilizados numa só circunscrição administrativa, relembra-se o exemplo apontado para a *terra* de Aguiar da Pena. Para além disso, mesmo dispondo de um vasto território onde obter guerreiros, o tempo de serviço certamente que também constituiria uma limitação à mobilização em locais distantes entre si, uma vez que boa parte do tempo de serviço seria despendido em deslocamentos para os locais de reunião da hoste. As limitações no âmbito da sustentação logística serão apresentadas adiante, no subcapítulo 6.3.

hoste integravam bastante peonagem, em proporções que variavam, habitualmente, entre o dobro ou o triplo do número de cavaleiros, como analisaremos de seguida.

Ao nível da contabilização de efetivos, dispomos de muitos números provenientes da Terra Santa. Como sabemos, e conforme assinalou Verbruggen quando trabalhou estes dados, a referência aos efetivos nas fontes é, normalmente, exagerada em relação aos quantitativos reais¹⁴¹⁹. Mas para a Primeira Cruzada e o período que se seguiu à queda de Jerusalém, baseado nos estudos anteriores de O. Heermann e Ferdinand Lot¹⁴²⁰, aquele autor obteve indicadores verosímeis, que permitiram perceber a proporcionalidade real entre cavaleiros e peões:

Quadro 11. Proporcionalidade entre cavaleiros e peões cruzados em enfrentamentos campais na Terra Santa, 1099-1125

Batalha	Data	Cavaleiros	Peões	Relação	Referências
Ascalona	1099	1200	9000	1:8	VERBRUGGEN, 1997, p. 6
Ramla	1101	260	900	1:3	
Ramla	1105	700	2000	1:3	
Athareb	1119	700	3000	1:4	
Hazarth	1125	1100	2000	1:2	

Para o espaço central e oriental da Península, nem todas as batalhas dispõem de uma descrição dos efetivos nas fontes narrativas que pareça aproximar-se à realidade. Como notou García Fitz, nos casos de Alarcos, em 1195 ou de *Las Navas de Tolosa*, em 1212, batalhas emblemáticas, as fontes apresentam números inverosímeis e qualquer tentativa de descortinar os números reais constitui um esforço rodeado de incerteza¹⁴²¹. Há, no entanto, algumas batalhas para as quais os efetivos cristãos estão melhor documentados:

Quadro 12. Proporcionalidade entre cavaleiros e peões cristãos em enfrentamentos campais no centro e oriente da Península, 1094-1230

Batalha	Data	Cavaleiros	Peões	Relação	Referências
Cuarte (hoste do Cid)	1094	2000	4500	1:2	GCE, p. 124
Viadangos (hoste aragonesa)	1111	660	2000	1:3	HC, p. 176
Jerez de La Frontera (hoste castelhana)	1230	1000	2500	1:2,5	CGE, p. 395

¹⁴¹⁹ VERBRUGGEN, 1997, pp. 5-6.

¹⁴²⁰ LOT, 1946, vol. I, p. 135.

¹⁴²¹ O autor debate demoradamente os efetivos cristãos e muçulmanos presentes na batalha de *Las Navas de Tolosa*, com base nos dados obtidos provenientes de mais de uma dezena de fontes, constatando o exagero dos números na maioria (GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 360-366).

A *Crónica de Portugal de 1419* refere que na batalha de Ourique, de 1139, estiveram presentes do lado cristão 1000 cavaleiros e 10 000 peões, numa proporção de 1:10¹⁴²². No fossado de Triana, em 1178, que originou uma batalha campal, o infante D. Sancho fez-se acompanhar de cerca de 2300 cavaleiros e 7000 peões, numa proporção de 1:3¹⁴²³. Em ambos os casos, os valores totais estão certamente exagerados (muito nitidamente no primeiro)¹⁴²⁴ e a disparidade de proporções em ambas as batalhas, embora dentro da variância encontrada para a Terra Santa (mas não nas três batalhas elencadas para a Hispânia), diz-nos pouco sobre a existência de uma proporcionalidade habitual entre cavaleiros e peões.

Quadro 13. Proporcionalidade entre cavaleiros e peões cristãos em algumas batalhas “régias” portuguesas, 1128-1178¹⁴²⁵

Batalha	Data	Cavaleiros	Peões	Relação	Referências
São Mamede	1128	100	600	1:6	PINA, 1979, p. 33
Ourique	1139	1000	10 000	1:10	CP1419, Cap. 14, p. 21
Fossado de Triana	1178	2300	7000	1:3	CP1419, Cap. 39, p. 70-71

As ocorrências documentadas ao nível dos efetivos que permitam obter conclusões inequívocas são muito poucas. Deduz-se que a peonagem se apresentava em número superior aos cavaleiros, normalmente o dobro ou o triplo, o que é perfeitamente compatível com os valores estimados por García Fitz para os exércitos peninsulares nos séculos XI a XIII, com uma proporção média entre cavaleiros e peões de 1:2, podendo ascender a 1:2,5 ou descer para 1:1¹⁴²⁶. Seguramente que a proporcionalidade entre uns e outros seria um fator a considerar no planeamento da batalha, mas o número de peões disponíveis poderia depender de vários fatores, como a quantidade de dependentes que os senhores faziam apresentar, a distância ao local da batalha e o tempo de vigência da hoste¹⁴²⁷. Certamente que a convocatória para a hoste régia ou para o apelido dispunham

¹⁴²² CP1419, Cap. 14, p. 21.

¹⁴²³ CP1419, Cap. 39, pp. 70-71.

¹⁴²⁴ O volume de cavaleiros e peões elencados na crónica do século XV é exagerado, mesmo para a época em que foi redigida. Algumas das razões pelas quais, não sendo impossível, é pouco verosímil que tenham estado dez milhares de peões junto a Sevilha já foram aduzidas no capítulo 1.

¹⁴²⁵ O quadro apresentado incorre em duas vulnerabilidades principais e deve ser alvo de análise crítica. Se os casos de Ourique e de Triana têm por base uma fonte que deles dista mais de dois séculos e tem por clara finalidade a apologia da Coroa Portuguesa, os dados de São Mamede foram obtidos por estimativa, com base nos nomes de magnates presentes conhecidos e nas dimensões do presumível local da batalha. São todos dados muito falíveis, mas são o melhor de que dispomos.

¹⁴²⁶ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 142.

¹⁴²⁷ Os foros de Ribacoa, no contexto de fossados, deixam entrever que a proporcionalidade habitual entre cavaleiros e peões era de 1 para 2: “(...) *II escusados cavaleros aut IIII peones (...) I escusado cavaleiro, aut II peones...*” (PMH-LC-I, p. 765).

de mais peonagem do que qualquer outro tipo de operação, uma vez que, por norma, os peões estavam obrigados a estes dois serviços.

Com efeito, a obrigatoriedade de participar na *hoste régia* era de tal modo extensiva que vigorava em lugares com muito poucos habitantes onde, até em contexto de autodefesa, os homens teriam muita dificuldade em oferecer uma resistência eficaz. Em Fonte de Mulher, Aguiar da Pena, os cinco moradores a quem, em 1206, D. Sancho I concedeu carta de aforamento, tinham obrigação de ir em fossado e apelido apenas se fossem acompanhar o rei¹⁴²⁸. Quatro anos depois, num outro aforamento outorgado pelo mesmo monarca aos lugares de Ferreiros, Fontemanha e Vale de Alvim (c. Anadia), os moradores estavam eximidos de ir em apelido, mas não dispensados de acompanhar o rei em fossado¹⁴²⁹. Não podemos saber se estas obrigações incidiam somente sobre peões, cavaleiros ou ambos. Mas pelo teor dos textos e pelo uso do termo *homines* em vez de *milites*, admitimos a possibilidade dos textos também se referirem a peões.

Apesar de ser possível a mobilização de várias centenas e até alguns milhares de combatentes para uma expedição militar, fosse esta de cariz ofensivo ou defensivo, em Portugal estes efetivos só estavam ao alcance do poder régio. Alguns concelhos, como deviam ser Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora, tinham possibilidades de mobilização que deviam ser equivalentes às dos grandes senhores, da ordem das várias dezenas de cavaleiros, talvez até uma ou duas centenas, número ao qual se acrescentavam os peões, nas ações militares em que estes participassem. Na *hoste régia*, a proporcionalidade da peonagem, em relação ao número de cavaleiros, parece corresponder aos valores identificados em outros reinos cristãos ibéricos, oscilando entre um número idêntico e o dobro dos peões face aos guerreiros montados.

3.2.2. As montadas

Uma vez que a guerra era maioritariamente conduzida a cavalo, existia uma preocupação permanente na geração, manutenção e mesmo apuramento desse recurso, interessando, sobretudo, garantir que os cavaleiros tivessem sempre montadas disponíveis. No século XI, o cavalo de guerra na Europa Ocidental ainda não tinha evoluído para o pesado *destrier* do final da Idade Média. A Hispânia era conhecida pela criação de excelentes raças adequadas à guerra e não é de estranhar que em 1066,

¹⁴²⁸ DS, doc. 163 de 1206, março.

¹⁴²⁹ DS, doc. 191 de 1210, maio.

Guilherme o Conquistador tenha vencido a batalha de Hastings no dorso de um cavalo hispânico, trazido da Península por Walter Giffard¹⁴³⁰.

A mais antiga referência conhecida a cavalos hispânicos fora da Península Ibérica surge na hagiografia de São Corbiniano, escrita antes de 769 na Lombardia. No século XI era comum cavaleiros francos que tinham combatido na Hispânia levarem cavalos para o espaço normando¹⁴³¹. A partir desta altura, o mundo franco e normando desenvolveu raças maiores e mais robustas, tendo-se verificado um apuramento de cavalos de guerra que terá atingido o seu auge no século XIV¹⁴³². O que há aqui a reter é que entre os séculos XI e XIII, pelo menos no que toca à função guerreira, os cavalos da Península Ibérica eram superiores aos da Europa transpirenaica e que tanto os reinos cristãos, como os poderes islâmicos da Hispânia detinham um excelente conhecimento em matéria da sua criação.

Em todo o caso, a produção de bons cavalos não significava que existissem em abundância. Para além da perda em combate, situação que, sempre que possível, era resolvida com a sua restituição antes da repartição do saque, como já tivemos ocasião de expor, a falta de cavalos podia dever-se a outras razões que, aliás, seriam muito frequentes. Por vezes eram roubados, como ocorreu com um infeliz cavaleiro, D. Bento, de Vila Pouca (c. Oliveira do Hospital)¹⁴³³. Por mais resistentes que fossem, os equídeos eram também vulneráveis a doenças e a pequenas lesões incapacitantes. Uma vez que muitos cavaleiros-vilões contavam somente com uma montada¹⁴³⁴, a neutralização do animal representava a perda total de capacidade de combate montado. Por isso, a maioria dos forais concedia prazos que oscilavam entre um e três anos para que o cavaleiro se apresentasse com novo cavalo, sob pena de perder o estatuto¹⁴³⁵. Naturalmente que era

¹⁴³⁰ HYLAND, 1996, p. 85. O cavalo hispânico terá sido somente uma das três ou quatro montadas utilizadas por Guilherme durante a batalha, uma vez que, de acordo com Guilherme de Poitiers, três dos cavalos do normando foram abatidos durante a refrega (MONTEIRO, 2012, p. 276).

¹⁴³¹ DAVIS, 1989, p. 49 e 57.

¹⁴³² DAVIS, 1989, p. 21 e MONTEIRO, 1998, pp. 151-152.

¹⁴³³ PMH-I p. 778a de 1258.

¹⁴³⁴ As cartas de foral que estipulam o limite mínimo de rendimento acima do qual é obrigatório adquirir cavalo sugerem que pelo menos uma parte dos cavaleiros possuía somente um animal. No século XIV foi estipulado o número de cavalos correspondente à riqueza pessoal dos cavaleiros, sendo que os mais abastados eram obrigados a possuir mais do que um, mas não conhecemos nenhuma medida do género para a cronologia em análise.

¹⁴³⁵ Mas há modalidades diferentes. Nalguns municípios de fronteira, era o próprio rei ou senhor quem substituíra, à sua custa, os cavalos perdidos pelos cavaleiros, como em Coimbra e Soure, em 1111 (substituídos pelos condes de Portucale, PMH-LC-I, p. 357), e em Pombal, 1174 (repostos pela Ordem do Templo, PMH-LC-I, p. 399). Há prazos menores do que um ano, como no caso do foral de Garvão (1267), em que o cavalo tinha de ser restituído até ao final do ano (PMH-LC-I, p. 709). O prazo máximo que

muito mais compensador obter um cavalo por intermédio de saque do que criá-lo. Não só pela resolução imediata do problema, mas sobretudo pelo oneroso – em termos de tempo e de valor material – que acarretava obter uma montada pelos meios “normais”.

A atenção que os forais dedicam à perda do cavalo é também sintomática de que a maioria dos cavaleiros deveria possuir uma só montada. Ainda que criassem cavalos, tinham de dispor de tempo para os desbastar e esta é uma das razões pelas quais um cavalo jovem seria muito mais barato do que um mais velho e já desbastado, pois o primeiro requeria tempo e conhecimento para o preparar¹⁴³⁶. Isto sugere, também, que o prazo concedido pode corresponder ao que o cavaleiro necessitava para encontrar um animal que se lhe adequasse, dentro das suas posses ou ainda – pensamos ser essa a razão principal – um animal que pudesse treinar para apresentar em condições de combater.

Sobre o preço dos cavalos de guerra, não dispomos de muitos dados explícitos para Portugal, no entanto, não se devia afastar muito do praticado nos reinos de Leão e de Castela. James Powers registou, em relação a vários municípios, o valor mínimo que deveria ter um cavalo para que o cavaleiro passasse a ser isento. Estes valores rondavam entre um mínimo de 10 soldos em Placência e um máximo de 200 soldos em Teruel e Albarracín, sendo que o mais habitual eram os 30 soldos. A compensação monetária pela perda de cavalos em combate oscilava entre os 20 soldos, em Alcalá de Henares e os 300 soldos, praticados pelo concelho de Palenzuela¹⁴³⁷. Esta disparidade de valores, que pode decorrer de os dados obtidos dizerem respeito a locais e momentos diferentes, também sugere diferenças na qualidade das montadas e a abundância ou escassez desses animais.

Quanto ao trabalho necessário para preparar um cavalo para a guerra, considere-se o seguinte cenário: um cavalo só tem condições para começar a ser desbastado aos três anos e meio de idade, altura em que começa a ter força suficiente para aceitar um peso moderado e maturidade suficiente para adquirir treino¹⁴³⁸. Nessa altura, o homem vai buscá-lo ao prado, onde vive livremente, e inicia o seu trabalho. Com insistência, só depois de seis meses o animal fica em condições de aceitar os arreios, o peso do cavaleiro

conhecemos é o de Vilarinho da Castanheira, em 1258, que concedia cinco anos ao cavaleiro (PMH-LC-I, p. 582).

¹⁴³⁶ Nos dias de hoje, a diferença de custo entre um cavalo por desbastar e um animal pronto a montar é grande. O primeiro vale cerca de 20% do segundo. Parece-nos que a maioria dos cavaleiros podia mais facilmente adquirir um cavalo jovem do que um desbastado. Oneroso era não só o custo do cavalo, mas também a sua manutenção (MORENO, 1991, p. 31).

¹⁴³⁷ POWERS, 1988, pp. 170-171.

¹⁴³⁸ Estes são os prazos usados ainda hoje pela Escola das Armas do Exército, em Mafra.

e responder aos estímulos elementares da arte de montar. Há riscos: o cavalo pode tardar a aprender, nunca chegar a adaptar-se ou recusar-se sempre a cumprir requisitos elementares, como atravessar massas de água a vau.

Acresce que não era suficiente desbastar o cavalo para poder ser montado. Havia que o treinar para a guerra. As cargas não podiam ser feitas em galope aberto nem a trote, pelo que o cavalo tinha de ser ensinado a manter um galope seguro, permanecendo sob controlo do cavaleiro e capaz de mudar de direção, respondendo ao mínimo toque. Os ruídos dos metais das proteções corporais dos cavaleiros, bem como do combate, também podiam assustar os andaluzes e cavalos de “sangue quente”, pelo que era importante habituá-los, desde novos, a manter a serenidade em ambientes de muito ruído¹⁴³⁹.

No entanto, se tudo corresse bem, a longevidade do animal compensava o investimento. Um cavalo vivia cerca de vinte anos e se fosse desbastado na altura certa podia prestar bons serviços por mais de uma década. A criação de cavalos motivou um conjunto de desenvolvimentos técnicos, começando pela consciência da utilidade do cruzamento para apuramento das raças com as características desejadas. Os criadores medievais dividiam os tipos de equídeos em dois grupos: os “sanguíneos” (pequenos e maneáveis) e os “fleumáticos” (robustos e dóceis)¹⁴⁴⁰.

A preservação de éguas para procriação era um dos principais elos da cadeia de produção equina. Estas estão aptas a ser fecundadas a partir do ano e meio ou dois anos de idade¹⁴⁴¹. O tempo de gestação é de onze meses e uma égua pode procriar durante toda a vida¹⁴⁴². Mas como o índice de fertilidade na Idade Média seria mais baixo, a criação de cavalos devia exigir, entre outros requisitos, a manutenção de um grande

¹⁴³⁹ HYLAND, 1996, p. 116.

¹⁴⁴⁰ MORALES MUÑIZ, 2010, p. 537.

¹⁴⁴¹ Altura em que atingem a puberdade. Até muito recentemente era usual começar o ciclo reprodutivo nessa idade, mas mais recentemente aconselha-se iniciar somente aos três anos, depois da idade adulta (BONGIANNI, 1995, p. 17).

¹⁴⁴² Apesar de poder procriar em qualquer altura do ano, já que o ciclo menstrual da égua é de 28 dias, os meses mais favoráveis são abril, maio e junho, coincidentes com os de maior nutritividade do pasto. Por essa razão era nesses meses que os garanhões eram conduzidos para junto das éguas. Não temos evidência, pelas fontes, da existência de estábulos dedicados à reprodução em Portugal nos séculos XII e XIII, mas na Idade Média desenvolveu-se um método eficaz, de manter o garanhão no estábulo e apresentar-lhe éguas selecionadas em vez de o colocar em liberdade junto da manada de éguas. Desta forma reduzia-se a possibilidade de serem fecundadas as éguas de características inferiores. Identificada para o norte de Itália no final do século XIII, a proporção ideal para criação de cavalos era de um garanhão para cada quatro a seis éguas. Sobre este assunto veja-se DAVIS, 1989, pp. 40-41 e 65.

número de éguas adequadas e o seu cruzamento com garanhões escolhidos¹⁴⁴³. As éguas eram transacionadas por preços equivalentes aos cavalos, chegando a atingir somas avultadas, como foi o caso da que a abadessa do mosteiro de Paderne ofereceu a D. Afonso Henriques, avaliada em 500 soldos¹⁴⁴⁴.

Certos topónimos aludem à criação equina, como *Ager de Caballis*, na paróquia de Rio de Moinhos (c. Penafiel)¹⁴⁴⁵ ou *Varzena de Caballis* (c. Tondela)¹⁴⁴⁶. Um topónimo sugestivo, “*Curral de Éguas*”, assinalado em 1231, num documento de Fernando III de Leão e Castela, é demonstrativo do isolamento a que as fêmeas deviam ficar confinadas para garantir a reprodução desejada¹⁴⁴⁷.

A criação de cavalos era, certamente, uma das principais atividades, praticada tanto pelo rei como pelos senhores, leigos e eclesiásticos, tendo como finalidade a lavoura e a guerra. Entre outros locais, a Coroa procedia a criação nas lezírias em torno de Soure e também nas de Santarém, uma vez que D. Sancho I legou as éguas que tinha nesses lugares ao mosteiro de Santa Cruz e ao Hospital dos Cativos de Santarém, respetivamente¹⁴⁴⁸.

No caso de poderes leigos, a documentação mostra-nos que a reprodução de cavalos era uma prática antiga. Veja-se o caso de Mumadona Dias que, em 959, legou 70 éguas em testamento¹⁴⁴⁹. Quase um século depois, em 1087, D. Sesnando, governador de Coimbra, deixou à sua filha Gelvira, entre outros bens, todos os seus cavalos¹⁴⁵⁰. E em 1259, Sancho Fernandes e a mulher, Mor Fernandes, venderam ao mosteiro de Caaveiro (c. A Capela, Corunha) as éguas que possuíam¹⁴⁵¹, só para citar alguns exemplos, que atravessaram três centúrias.

¹⁴⁴³ R. H. C. Davis estudou a fertilidade demonstrada por duas manadas de éguas no século XIV, em Inglaterra, para reprodução de cavalos agrícolas e verificou que ao longo da vida tinham entre duas e cinco crias (DAVIS, 1989, p. 44).

¹⁴⁴⁴ DR, doc.186 de 1141, abril, 16. A transação de éguas estava, normalmente, sujeita a uma taxa de dois soldos, como podemos verificar no foral de Povos, de 1195 (DS, doc. 78 de 1195, janeiro), ou no de Alcobaça, de 1212 (PMH-LC-I, p. 548 de 1210). E em 1258, D. Afonso III estatuiu que, na feira de Guimarães, a transação de potros incorresse numa taxa de um soldo (CAIII-I, doc. 140 de 1258, maio, 16).

¹⁴⁴⁵ PMH-I, p. 581a de 1258.

¹⁴⁴⁶ PMH-I, p. 779 a e 820b de 1258.

¹⁴⁴⁷ HARRIS-NORTHALL, 2007, p. 168.

¹⁴⁴⁸ DS, doc. 194 de 1210, outubro.

¹⁴⁴⁹ *Valdevez Medieval*, doc. 2 de 959, janeiro, 26.

¹⁴⁵⁰ LP, doc. 19 de 1087, março, 15.

¹⁴⁵¹ *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*, doc. 103 de 1259, maio, 10.

As ordens militares também procediam à criação de cavalos. Na Terra Santa, a Ordem do Templo criava potros nos casais ou quintas, sendo os cavalos de sela geridos pelo marechal¹⁴⁵². Em Portugal, a necessidade de cavalos por parte dos freires está implícita em várias documentações. No seu testamento, D. Sancho I legou aos freires de Évora 5000 morabitanos e os seus cavalos, mulas de sela e azêmolos¹⁴⁵³. D. Sancho II fazia tenções de deixar metade dos seus cavalos à Ordem de Avis e a outra metade à Ordem de Santiago¹⁴⁵⁴.

Em sentido inverso, as montadas constituíam também uma dádiva muito frequente ao rei, por parte de cenóbios e de cavaleiros, quando este concedia uma carta de couto ou oferecia uma terra¹⁴⁵⁵. D. Afonso Henriques recebeu bastantes cavalos por esta via, incluídos entre outros bens¹⁴⁵⁶. Pelos valores que são apresentados, estas montadas eram seguramente adequadas para a guerra, acabando, com muita probabilidade, por vir a ser utilizadas por elementos da *schola*.

3.2.3. Os recursos materiais

O armamento e equipamento militar podia ser obtido através de compra, herança e espólio de guerra capturado, correspondendo sempre a uma soma avultada¹⁴⁵⁷. Por conseguinte, a preservação de materiais indispensáveis à guerra estava bem patente na

¹⁴⁵² BENNETT, 2006, p. 224.

¹⁴⁵³ DS, doc. 194 de 1210, outubro.

¹⁴⁵⁴ ML-IV, p. 169v.

¹⁴⁵⁵ MATTOSO, 1985, p. 207.

¹⁴⁵⁶ D. Afonso Henriques recebeu cavalos com bastante regularidade. Apresentam-se alguns exemplos: em 1129, por ocasião da outorga de carta de couto em favor do mosteiro de São Salvador da Torre (c. Viana do Castelo), dois bons cavalos de Soeiro Guterres, avaliados em 580 moios. Na mesma carta regista-se a oferta de um outro cavalo, por Paio Guterres, de 240 moios (DR, doc. 99 de 1129, junho, 25). O mesmo Paio Guterres da Silva, por ocasião do coutamento de propriedades em 1136, ofereceu um novo cavalo ao rei (DR, doc. 151 de 1136, março, 25). No ano seguinte, o rei recebeu dois cavalos de Gonçalo Dias e da sua mulher, Maria Anaia, avaliados em 150 morabitanos (DR, doc. 162 de 1137, outubro). Na concessão de carta de couto do mosteiro de Cucujães (c. Oliveira de Azeméis), em 1140, recebeu, de Martinho e de Egas Odores, dois cavalos (DR, doc. 174 de 1139, julho, 7) e em novembro do ano seguinte, por ocasião da carta de couto de Aldiam (c. Gouveia) recebeu, de Garcia e Paio Eneguíz, um poldro (DR, doc. 181 de 1140, novembro). Em 1146 vendeu uma herdade a Egas Gonçalves, tendo recebido um ou mais cavalos, entre outros bens (DR, doc. 215 de 1146, junho, 29). O costume de transacionar cavalos continuou nos reinados seguintes. Vejam-se, a título de exemplo, o “*bono equo*” que D. Sancho I recebeu de Mem Gonçalves, por ocasião da doação do reguengo de Migalhó (DS, doc. 115 de 1199, março).

¹⁴⁵⁷ MONTEIRO, 2001, p. 12. Não é objetivo do presente trabalho analisar a fundo o armamento individual ofensivo e defensivo, bem como os equipamentos relacionados com a guerra na época em apreço. Esse é um campo de investigação tão vasto quanto aliciante, que felizmente dispõe de bons estudos de conjunto. Entre as sínteses genéricas sobre armamento medieval, vejam-se, entre outros, OAKESHOTT, 1960; NICOLLE, 1999a; e AYTON, 1999, pp. 186-208. Sobre espadas, OAKESHOTT, 1998 e 2000. Sobre a evolução do armamento medieval na Península Ibérica, SOLER DEL CAMPO, 2000. Sobre o armamento específico na medievalidade portuguesa, BARROCA, 2000a, pp. 39-76 e 2003e, pp. 122-147. Sobre o armamento de guerra na cronística portuguesa do século XV, ver AGOSTINHO, 2012.

perspetiva de todos os intervenientes. Na carta *specialem nobilitate tue*, de Gregório IX, dirigida ao Infante de Serpa, D. Fernando, em dezembro de 1239, o pontífice autorizou-o a recorrer à venda aos muçulmanos daquilo que lhes tivesse extorquido pela força, à exceção de “ferro, cavalos, armas, madeira para galés e outras coisas com que eles possam combater os cristãos”¹⁴⁵⁸. Pouco mais de uma semana antes, o mesmo papa tinha requerido ao arcebispo de Compostela que persuadisse os prelados de Portugal a apoiarem financeiramente o Infante na sua cruzada hispânica contra os infiéis. As necessidades financeiras deveriam ser canalizadas para o pagamento de soldadas, a aquisição de abastecimentos e, eventualmente, de armamento¹⁴⁵⁹.

A principal matéria-prima para o fabrico de armas e proteções corporais era o ferro que, embora existindo em Portugal, não abundava, sendo insuficiente para as necessidades de consumo¹⁴⁶⁰. A fundição e fabrico de objetos de ferro era realizada nas ferrarias, realidade anterior ao século XII e em relação à qual se encontram diversas referências nas fontes, nos costumes de Ribacoa e até na menção que o cruzado Raúl faz aos numerosos ferreiros que existiam em Lisboa em 1147¹⁴⁶¹. Nos séculos XII e XIII são frequentes os ferreiros e os ferradores, quer nos espaços urbanos, quer nos rurais, que convertiam o minério nas mais diversas ferramentas e alfaias, incluindo equipamento militar¹⁴⁶².

Mas a cronologia que estudamos não dispunha ainda do importante desenvolvimento tecnológico, apenas surgido nos finais do século XIII, que permitiu aumentar a capacidade dos fornos de forma significativa – a introdução de foles hidráulicos. A partir deste avanço, passou a ser possível produzir fornadas superiores a 50 quilos, levando a que a produção deixasse de se destinar exclusivamente ao consumo local, mas passasse a incluir uma rede comercial, com contratos que previam toda a cadeia, desde a exploração até à comercialização do produto final¹⁴⁶³. Esta transformação talvez explique que a partir da segunda metade da centúria de Duzentos, uma parte do

¹⁴⁵⁸ MH-I, 46 de 1239, dezembro, 11. O III Concílio de Latrão já tinha, em 1179, decidido punir os cristãos que vendessem armas e equipamento militar aos muçulmanos. A posição dos juristas islâmicos em relação a estas matérias era idêntica, estando vedada a venda de cavalos de guerra, que depois podiam ser utilizados nas expedições depredatórias contra os muçulmanos (A.S. PEREIRA, 2008, p. 75).

¹⁴⁵⁹ MH-I, 43 de 1239, novembro, 28.

¹⁴⁶⁰ CASTRO, 1984b, p. 566; RAU, 1986, p.24 e M.G. MARTINS, 2007, p. 291.

¹⁴⁶¹ CASTRO, 1984a, p. 560. Para um inventário das ferrarias assinaladas nas Inquirições de 1220 e 1258, consulte-se BARROCA, 1998, pp. 211-241.

¹⁴⁶² S. GOMES, 1996, p. 478.

¹⁴⁶³ SANCHÓ, 2011, p. 662. Sobre as inovações na metalurgia no Mediterrâneo Ocidental que tiveram lugar em torno de 1300 veja-se, também, VERNA, 2011, pp. 623-644.

ferro utilizado em Portugal proviesse do porto de La Rochelle, com destino a Lisboa, onde se encontravam importantes ferrarias, mas também ao Porto, Gaia¹⁴⁶⁴, Salir¹⁴⁶⁵ e, depois, Alcácer¹⁴⁶⁶. E talvez também explique a ausência de “armeiros” até ao século XIII, intuindo-se que esta especialização dos ferreiros só faria sentido num sistema em que uma estrutura comercial consolidada o suportasse¹⁴⁶⁷.

A dificuldade na obtenção de matéria-prima é uma das explicações para o facto de o rei ser detentor de monopólios sobre os recursos do subsolo (embora os entregasse a particulares, mediante contratos¹⁴⁶⁸) e, de alguma forma, também controlasse a manufatura de equipamento de ferro. Mesmo sendo escasso, o metal era obtido das comunidades rurais onde havia jazidas ou chapéus a céu aberto¹⁴⁶⁹, estando os proprietários obrigados a entregarem ao soberano uma parte do minério extraído, como ocorria nos casos de Tinhela de Susã (c. Vila Pouca de Aguiar), onde o senhor da terra recebia ferros de todos o que o extraíssem e os ferreiros, em especial, deviam a entrega de sete ferros anuais¹⁴⁷⁰.

A quantidade de ferro que um cavaleiro transportava, entre proteções corporais e armamento ofensivo, podia chegar aos 20 quilos. Dadas as dificuldades inerentes à extração do metal e ao seu trabalho, multiplicadas pelo número de cavaleiros, percebe-se o elevado valor que este metal tinha na Idade Média, não sendo, por isso, de estranhar que as elites – o rei e grandes potestades – tivessem chamado a si o controlo da cadeia de produção¹⁴⁷¹, como ocorria seguramente no final do século XIII e tudo parece indicar que assim era em tempos anteriores¹⁴⁷².

¹⁴⁶⁴ *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, doc. 10, de 1254, março, 17.

¹⁴⁶⁵ *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, doc. 26 de 1287, junho, 9

¹⁴⁶⁶ *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, doc. 6, de 1274, fevereiro, 3.

¹⁴⁶⁷ Sobre a especialização dos mesteirais na segunda metade do século XIII, veja-se M. COELHO, 1996b, p. 281.

¹⁴⁶⁸ S. GOMES, 1996, p. 476.

¹⁴⁶⁹ No norte de Portugal, em quatro grandes áreas: i) em torno do eixo Vila Nova de Famalicão – Barcelos; ii) em torno do Porto (com presença de minas); iii) Leste da *terra* de Celorico e também *terras* de Aguiar da Pena e Panóias e, iv) em torno de Moncorvo (DUARTE, 1996, p. 100).

¹⁴⁷⁰ PMH-I, p. 127b, de 1220. São Lourenço de Panóias (c. Sabrosa), que devia, anualmente, 20 ferros ao rei (PMH-I, p. 122a de 1220.). As *terras* de Panóias e de Aguiar da Pena eram ricas em minério de ferro, incluído como parte do tributo anual ao rei. Nalguns casos, como em São Romão de Vilarinho (c. Sabrosa) especifica-se que seis casais dão seis ferros de arado (PMH-I, p. 124b de 1220). Mas na maioria não se especifica o destino nem a dimensão. É, também, interessante notar que em Santa Maria de Paços (c. Vila Real) (PMH-I, p. 125a de 1220) ou Santiago (c. Celorico de Basto) o ferro devido correspondia ao pagamento de fossadeira (PMH-I, p. 134b de 1220).

¹⁴⁷¹ SANCHÓ, 2011, p. 661.

¹⁴⁷² CASTRO, 1984a, p. 560.

As ferrarias surgem frequentemente na descrição de limites territoriais na diversa documentação dos séculos XII e XIII, pelo que se depreende que eram instalações fixas¹⁴⁷³. Deveriam corresponder a fornos de redução, ou seja, a locais onde se separava o ferro do restante minério, para o seu posterior trabalho, obtendo-se lingotes, como os que eram produzidos em São Pedro das Ferrarias (c. Celorico de Basto), que mediam cerca de um palmo¹⁴⁷⁴. Tal como assinalou Marta Sancho para a Catalunha e País Basco, nos séculos XII e XIII, os locais onde o ferro era separado do minério não tinham necessariamente de coincidir com as oficinas onde este era trabalhado e transformado em utensílios. Daí que não possamos associar diretamente um ferreiro ou uma ferraria à produção de alfaías ou armas. Estamos perante um problema terminológico já que, dentro da palavra “ferreiro” cabem diversas especializações técnicas¹⁴⁷⁵.

Para boa parte dos ferreiros, o trabalho do ferro devia ser complementar ao amanho das terras, sendo exercido com maior intensidade em épocas em que os utensílios eram mais requeridos: o ritmo sazonal das atividades agrícolas determinava maior necessidade de ferraduras e alfaías; tempos de guerra determinavam a conversão das oficinas em “armarias”¹⁴⁷⁶, pelo menos para o fabrico e reparação do armamento de manufatura mais acessível. Aqui dever-se-ia incluir a produção de pontas de lança e de virote, bem como ferraduras, esporas e freios de boca, mas também lorigas, lorigões e proteções de cabeça¹⁴⁷⁷.

¹⁴⁷³ Vejam-se, por exemplo, DR, doc. 81 de 1128, março, 31; DS, doc. 142 de 1202, agosto ou DS, doc. 143 de 1202, agosto.

¹⁴⁷⁴ PMH-LC, p. 142a de 1220.

¹⁴⁷⁵ SANCHÓ, 2011, p. 661. O foral de Seia menciona os ferreiros que aguçam os malhos e fabricam correntes, para além das ferraduras e cravos para o senhor quando este lhes fornecesse ferro (PMH-LC-I, p. 371). O foral de Lisboa de 1179 estipula proteção específica para os ferreiros e sapateiros nas vendas do monarca (PMH-LC-I, p. 413). O labor dos ferreiros patente nos foros de Castelo Bom incide sobretudo na produção de alfaías agrícolas, competindo aos ferradores o fabrico das ferraduras (PMH-LC-I, p. 888). A prevalência de ferreiros é comum quer às áreas urbanas, quer no mundo rural, mas, a não ser que as fontes aludam diretamente ao ofício, é difícil precisar muitos casos concretos. Neste caso nem a antroponímia nem a toponímia são de grande valia. O nome “Ferreiro” parece já não designar, pelo menos nalguns casos, a arte correspondente. Veja-se o caso de Mendo Ferreiro, abade em São Salvador de Roviães *terra* de Vermoim, em 1220 (PMH-LC-I p. 63a). Claramente que, neste caso, o nome não corresponde ao ofício (tendo sido, seguramente, o mester de um antepassado seu). Já no caso da toponímia, apesar também ser sugestiva, não é certo que o topónimo “ferraria” aluda diretamente ao trabalho do ferro. Alguns casos, que acreditamos serem pouco frequentes, podem derivar do moçárabe “*al-farragut*”, local de pasto (PIEL, 1989a, p. 33). Luís Miguel Duarte também distingue *mineração* de *metalurgia*, referindo que, embora associados, o ferro era obtido em poucos locais, sendo depois extensamente trabalhado por todo o território (1996, p. 99).

¹⁴⁷⁶ MATTOSO, *et al.*, 1989, pp. 94-95.

¹⁴⁷⁷ Mário Jorge Barroca relaciona as pequenas oficinas metalúrgicas detetadas em alguns castelos com o fabrico de pontas de virote (BARROCA, 2000a, p. 53). O fabrico de proteções de cabeça e até malha metálica para lorigas não era difícil e devia estar ao alcance de qualquer ferreiro, assim dispusesse de arte e matéria-prima. A produção de ferro na Idade Média incidia, sobretudo, na utilização de minério com baixa

As ferrarias do Entre-Douro-e-Minho pagavam ao rei sobretudo em ferraduras com os seus cravos; as do aro urbano do Porto, privilegiavam ferros de arado e lingotes; na *terra* de Celorico, ferros de arado e na de Panóias, em “ferros de fogo”, por vezes em lingotes e, mais raramente, em ferros de arado¹⁴⁷⁸. Não constatamos, aqui, nenhum pagamento em algo que se relacione com armamento ou equipamento militar. Mas a descentralização da economia dos séculos XII e XIII faz supor que a manufatura e reparação de armamento fossem atividades de cariz local, bem disseminadas pelo território, sendo o armamento produzido destinado ao guerreiro específico que o encomendava. Não existiam, ainda, excedentes produtivos que permitissem o estabelecimento de um sistema comercial. O mester de armeiro, que pudesse fabricar e armazenar armas para venda, é bastante tardio na Idade Média, pelo que não parece aplicar-se à cronologia que estudamos. Acresce que, ao contrário dos ferreiros, que abundam nas fontes dos séculos XII e XIII, quer no mundo urbano, quer no rural, os armeiros estão ausentes¹⁴⁷⁹. No entanto, devido ao elevado grau de especialização que requeria o fabrico de uma espada, é natural que esta capacidade estivesse ao alcance de somente alguns ferreiros.

É possível que, à semelhança do que ocorreu no século XIV, os monarcas se fizessem acompanhar, quando em campanha, de artesãos que pudessem trabalhar o ferro. Desde logo devido à necessidade de ferrar os cavalos, pois a perda de ferraduras e a deterioração de cascos era frequente. E quanto mais cavalos contivesse uma expedição, maior a probabilidade de ocorrerem incidentes desta natureza. Recordemos, a propósito, o caso de “*Petrus Ferrarius*”, que liderava os besteiros de D. Sancho I e continuou a comandar os de D. Afonso II¹⁴⁸⁰, e a respeito de quem é legítimo colocar a possibilidade de a designação de “*Ferrarius*”, corresponder ao seu mester¹⁴⁸¹.

percentagem de carbono (menos de 1%), conhecido como ferro forjado. Este material contém bastante escória, uma impureza que lhe confere importantes propriedades, dá-lhe ductilidade e permite, também, que através de fusão de duas partes se produza soldagem. Permitia produzir elmos ou mesmo malha metálica, mas não boas espadas. Estas eram feitas a partir de ferro com 1 a 2% de carbono, que podia, por um processo simples de têmpera, endurecer bastante, transformando-se em aço. Apesar da técnica ser simples, requeria um aquecimento prévio a 800-900°, seguido de um arrefecimento brusco em água ou óleo. Posteriormente, o metal seria aquecido até aos 250°, para temperar (SMITH, 2010a, pp. 4-5).

¹⁴⁷⁸ BARROCA, 1988, pp. 220-221.

¹⁴⁷⁹ Sobre esta evolução nos séculos XIV e XV, ver MONTEIRO, 2001, p. 13. No início do século XIV é patente, nalguns locais da Europa Ocidental, a necessidade de especialização dos armeiros e, dentro destes, dos especializados na produção de certos componentes específicos, como é o caso das lorigas (BLAIR, 1958, p. 188).

¹⁴⁸⁰ DS, doc. 53 de 1191, julho, 15.

¹⁴⁸¹ Tal como no caso de João Gomes que, mas de dois séculos depois, era simultaneamente ferreiro e besteiro (MONTEIRO, 2001, p. 14).

O rei dispunha de um arsenal, ou pelo menos meios de adquirir armamento e mantê-lo operacional para fornecer determinadas comunidades¹⁴⁸². Em regiões de fronteira ou recém-conquistadas que urgissem manter sob controle, fornecia montada e equipamento militar a quem não tivesse posses. A isso se dispunha o rei de Leão em relação aos cavaleiros de Santarém, em 1095¹⁴⁸³. No entanto, a atribuição de equipamento militar por parte do monarca deveria constituir a exceção. A norma seria o cavaleiro, mesmo o vilão, dispor de um bom cavalo, uma espada, um escudo, uma lança, uma loriga, uma braçadeira, um periponto e uma boa proteção de cabeça. Admitimos que a peonagem podia ter, ocasionalmente, uma ou outra peça de equipamento semelhante, para além certamente dispor de achas, arcos e flechas, fundas, maças, e até – já o escrevemos – bestas¹⁴⁸⁴. Os equipamentos militares eram bens valiosos, que perduravam e eram legados em testamento. Uma mesma loriga, por exemplo, devia passar de um combatente para o seu descendente¹⁴⁸⁵. Pelo seu valor material, estas peças de equipamento eram também frequentemente objeto de doação, já que eram um presente bem apreciado¹⁴⁸⁶.

O equipamento militar podia atingir valores avultados. Na segunda metade do século XIII, uma espada, um escudo, um elmo e um capelo de ferro foram o pagamento de uma dívida de 6 maravedis, equivalente ao preço de dois bois. Pela mesma altura, três escudos de cavaleiro e um capelo de bom ferro foram utilizados para cobrir uma dívida de 12 maravedis e meio¹⁴⁸⁷. Mas o documento que nos apresenta dados comparativos mais completos é a lei da almotaçaria, de 1253. Um conjunto de boas armas, que incluía escudo, sela e capelo, do melhor couro e com ornamentos, valia 15 libras. Só o escudo e um capelo podiam custar 90 soldos (o equivalente a quatro libras e meia)¹⁴⁸⁸. Uma haste de lança valia dez soldos e uma haste de ascuma, sete. As pontas de lança valiam quatro soldos. Um capelo de nasal dourado com pregos dourados, seis soldos, mas podia custar

¹⁴⁸² Miguel Gomes Martins apontou a possibilidade de no reinado de D. Sancho II existir já um arsenal régio em Lisboa, baseado na impressionante quantidade de 1000 lorigas que o rei prometeu, em testamento, à Ordem do Templo. Mais certa é a existência dessa estrutura em 1257, como se comprova por um documento em que são transacionados artigos em madeira, entre os quais várias hastes de lanças (M.G. Martins, 2007, p. 297 e notas 316 e 317).

¹⁴⁸³ PMH-LC-I, p. 349.

¹⁴⁸⁴ LOMAX, 1984, p. 133.

¹⁴⁸⁵ LS, doc. 104.

¹⁴⁸⁶ A.M. RODRIGUES, 2014, p. 447.

¹⁴⁸⁷ M.G. MARTINS, 2007, pp. 285-286.

¹⁴⁸⁸ O reinado de D. Afonso III trouxe para Portugal, definitivamente, o sistema monetário francês de contagem por libras em que uma libra equivalia a 20 soldos e a 240 dinheiros. Esta reforma equiparava a libra ao morabitino ou maravedi (A.H. MARQUES, 1979c, pp. 203-204).

somente três soldos se se dispensasse o dourado. Para um termo de comparação, atente-se que a mesma lei estipulava que o preço de um alqueire do melhor mel era de nove soldos e uma boa pele de gato montês ou de fuinha, três soldos¹⁴⁸⁹.

Com base nestes valores, podemos estimar que, em meados da centúria de Duzentos, um cavaleiro que dispusesse de cavalo modesto, digamos, de não mais de 30 soldos, acrescido dos arreios respetivos mais uma lança, um escudo, um capelo e uma loriga, teria equipamento cujo valor seria, no mínimo, de 60 soldos. Mas as suas despesas não se ficavam por aqui. Outros equipamentos menores, mas igualmente importantes, como as esporas, eventuais guantes de malha ou luvas de cabedal, perponço, entre outros, certamente que tornariam mais elevado o custo total da panóplia.

No caso das ordens militares, o material de guerra tanto podia ser suportado pelo cavaleiro como pela instituição a que estava associado, dependendo da milícia, mas na maioria dos casos parece ter vigorado a segunda opção. Os *Retrais* do Templo deixam subjacente que cada cavaleiro tinha atribuídos um *haubert* (cota de malha com coifa), braçadeiras, um elmo, uma espada, um escudo, uma lança, uma maça turca, uma sobreveste, espaldeiras, sapatos de cota e malha, e três facas: uma adaga, uma faca para cortar o pão e uma faca de bolso¹⁴⁹⁰. Entre os freires de Santiago, a atribuição de material de guerra também parece ter cabido à própria Ordem, como se depreende pelo preceito XXVI da Regra¹⁴⁹¹. O mesmo acontecia no Hospital, pelo menos até à década de 1260, a partir da qual entraram em vigor disposições que favoreciam a entrada de nobres que pudessem trazer grandes doações financeiras¹⁴⁹². Os arsenais eram completados não só por intermédio do fabrico dentro dos domínios senhoriais das ordens, mas também através de doações¹⁴⁹³.

Uma das questões relativas ao armamento reside nas escassas referências à transação de espadas. Sabemos que são omnipresentes, através da iconografia, das fontes escritas e da própria arqueologia, mas não se encontram menções a compras, vendas ou a

¹⁴⁸⁹ PMH-LC-I, pp. 192-194 de 1253, dezembro, 26.

¹⁴⁹⁰ *Retrais*, 138.

¹⁴⁹¹ GALLEGO, 1971, p. 109. No entanto, muitos cavaleiros eram de origem aristocrática e detentores de bom património, como seria o caso de Nuno Martins de Chacim e de Mónio Pais, em 1258 (PMH-I, p. 1339b).

¹⁴⁹² NICOLLE, 2001a, p. 8.

¹⁴⁹³ Só a título de exemplo, vejam-se a doação que Paio Dias fez ao Templo, em 1164, de parte dos seus bens, entre os quais dinheiro, um cavalo e armas (F. SANTOS, 2011, p. 74) ou a que um D. Peregrino fez a Calatrava, em 1212, de tudo quanto tinha, incluindo duzentos “*aureos*”, o seu cavalo e as suas armas de linho e de ferro (BC, IX, p. 452 de 1212, abril, 2).

preços. As transferências de espadas em testamento também são raras, talvez porque estavam incluídas no termo *armis* ou porque a passagem ocorria, frequentemente, de pais para filhos, dispensando a redação dessa vontade¹⁴⁹⁴. Miguel Gomes Martins adianta que o preço de uma espada devia ser equivalente ao de uma loriga, ou seja, cerca de 20 soldos¹⁴⁹⁵, o que se justifica, pois eram os equipamentos que exigiam mais metal e mais tempo de manufatura¹⁴⁹⁶.

A preservação de equipamento militar era de tal modo importante que, nos foros de Alfaiates, a venda de material a alguém exterior à comunidade incorria na pesada coima de 20 morabitanos¹⁴⁹⁷. A própria repartição do saque fazia-se de acordo com o tipo de armamento e equipamento levado para o combate. Nos foros de Alfaiates e de Castelo Bom verificamos que os guerreiros mais bem equipados tinham direito a um maior espólio, no final¹⁴⁹⁸. Desta forma premiava-se o melhor investimento na ação guerreira, considerando-se que um melhor equipamento correspondia a mais possibilidades de um bom contributo para a ação militar.

3.3. Síntese Conclusiva

Em Portugal, o rei sempre foi o poder com capacidade para mobilizar mais recursos militares, tendo-se verificado efetivos máximos em torno dos 3000 combatentes com D. Afonso Henriques e dos 5000 com D. Afonso III, constituindo, estes números, casos excecionais. De qualquer modo, os efetivos da hoste régia portuguesa são da mesma ordem de grandeza do que as hostes mobilizadas pelas coroas leonesa e castelhana, sendo evidente que a dimensão da hoste não está tão relacionada com a capacidade absoluta de mobilização, mas sim com outros fatores, como a possibilidade de sustentação e a distância entre a área de mobilização e a área de operações.

O monarca era permanentemente acompanhado pela sua guarda pessoal ou *schola*, um grupo coeso, mas heterogéneo, que incluía próceres, oficiais da cúria, filhos segundos e outros nobres e, pelo menos no reinado de D. Afonso Henriques, não-nobres. No caso das principais linhagens, a pertença à *schola* dos jovens estava relacionada com uma

¹⁴⁹⁴ Um testamento de 974 com que nos deparámos, bem anterior à cronologia que estudamos, inclui a transferência de espadas. Oveco Garcia doava ao mosteiro de Lorvão parte das suas propriedades, espadas, esporas, escudos, lanças e lorigas (LP, doc. 2, pp. 4-5).

¹⁴⁹⁵ M.G. MARTINS, 2007, p. 289.

¹⁴⁹⁶ Uma boa espada podia consumir 200 horas de trabalho a um ferreiro (AYTON, 1999, p. 188).

¹⁴⁹⁷ PMH-LC-I, p. 838.

¹⁴⁹⁸ PMH-LC-I, pp. 765, 783, 829, 892 e 935.

espécie de tirocínio para o desempenho das funções senhoriais que viriam a desempenhar. Também pertenciam à *schola* os nobres que ocupavam cargos palatinos, com destaque para o alferes que, mais do que o porta-estandarte régio, era um verdadeiro comandante da hoste. Na perspetiva funcional, o conjunto agrupava poucas dezenas de combatentes, entre cavaleiros, escudeiros e besteiros, mas todos se deslocavam montados, pela necessidade de um elevado grau de mobilidade.

Os ricos-homens alternavam a comparência junto do rei com a presença nos seus senhorios. Às honras que detinham, juntavam-se as tenências, atribuídas temporariamente pelo rei, o que fazia com que a mobilização militar conduzida pelos próceres tivesse estas duas proveniências. Estas mesnadas senhoriais não excediam em efetivo as escassas dezenas de combatentes, podendo comparar-se ao que conhecemos para outros reinos ibéricos. A partir de 1179 deteta-se o patrocínio régio à homenagem voluntária de cavaleiros-vilãos a ricos-homens, uma medida que parece favorecer todos os intervenientes. O nobre beneficiava de um universo mais alargado de possíveis vassalos; o cavaleiro passava a receber uma soldada em vez de ficar dependente das expedições conduzidas numa fronteira cada vez mais distante; o rei limitava o aumento desmesurado de vilãos nas milícias concelhias, restabelecendo um equilíbrio mais estável.

Embora com uma grande autonomia, as ordens militares também contribuíam para o esforço militar da Coroa, algo que se tornou particularmente evidente face à ameaça almóada, a partir do final da década de 1150, quer com o surgimento das ordens ibéricas, quer com a colocação de grandes faixas de fronteira nas mãos dessas milícias. O seu efetivo foi sempre reduzido, nunca ultrapassando um décimo dos combatentes mobilizáveis no reino, mas os seus números eram incrementados à custa de cavaleiros não-professos e tropas mobilizadas nos seus senhorios, incluindo os municípios que recebiam foral pela mão dos mestres ou priores. A interação entre o rei e as ordens militares parece ter sido mais profunda do que uma coexistência cooperante: no reinado de D. Sancho II detetou-se um aforamento régio que obrigava os moradores a ir para a guerra com a Ordem do Hospital, e é possível que este não fosse caso único.

Relegados para um plano secundário pela historiografia, talvez ofuscados pela maior abundância de estudos sobre a nobreza, os municípios tiveram um papel central na guerra durante o século XII e primeira metade da centúria seguinte. Até ao foral de Évora, de 1166, as cartas de foral que continham disposições militares evidenciavam um pendor

essencialmente defensivo, mas depois dessa data passaram a ter um cariz ofensivo, marcado pelo aumento da proporção de cavaleiros autorizados a sair em expedições ofensivas, do anterior um terço, para dois terços do total. O fossado régio a que aludem os forais, que tem sido interpretado por vários autores como a ação militar anual convocada pelo rei em pessoa, consistia não em uma, mas em múltiplas operações, comandadas pelos representantes régios e pelos poderes concelhios, cujo objetivo imediato era a obtenção de proventos de guerra. Alguns municípios, como Lisboa, Coimbra e Santarém, dispunham de milícias de dimensão considerável, que lhes permitiam efetuar estas incursões em total autonomia e beneficiar de um lugar de destaque na vanguarda da hoste régia.

A elite militar concelhia eram os cavaleiros-vilãos, parecendo ter havido uma distinção entre os que residiam na alcáçova ou na localidade estabelecida como centro geográfico de uma circunscrição e os que habitavam na área rural, beneficiando os primeiros de um estatuto social e militar superior ao dos segundos. Verificou-se ainda a presença de um corpo militar especialista privilegiado, que em certos casos configurou mesmo uma categoria social intermédia entre os peões e os cavaleiros: os besteiros. Na base da escala social dos combatentes dos municípios encontravam-se os peões que, em alguns casos, para além das funções defensivas estavam também obrigados a tomar parte nas ofensivas.

Ocasionalmente, o rei podia contar com o serviço de guerreiros que combatiam em função de expectativas de ordem diversa. Entre eles, os bandos de fronteira, como era o caso do grupo de Geraldo mas, também, certamente grupos de paragens mais setentrionais que, sob o comando de um caudilho ou até de um nobre, se aventuraram na guerra de fronteira, como foi o caso de Martim Anes de Vinhal, ao serviço da Ordem de Santiago em meados do século XIII. Em Portugal, as referências a almogávares na documentação são tardias, mas as crónicas do século XIV não deixam de os referir a propósito de algumas ações militares da Reconquista. Nesta categoria, que designámos de combatentes conjunturais, analisámos igualmente os grupos de guerreiros cristãos que, com origem no reino de Portugal, combateram ao serviço quer de outros poderes cristãos, quer de poderes muçulmanos e ainda contingentes islâmicos que combateram ao serviço de poderes cristãos.

Uma dimensão importante da sociedade ibérica medieval, permanentemente sujeita à erosão provocada pela atividade guerreira, foi o desenvolvimento de sistemas eficazes de manutenção da capacidade militar, ao nível dos recursos humanos, das montadas e dos recursos materiais. Os assuntos relativos à geração e regeneração dos três vetores assinalados, deviam constituir preocupação não só do monarca, mas também dos outros poderes com incumbências relacionadas com a guerra, já que, ao contrário do sistema administrativo islâmico, que assentava quase exclusivamente na mobilização promovida por um estado central, a sociedade cristã geria os assuntos da guerra de forma descentralizada.

Quanto aos efetivos, o serviço da nobreza era garantido pela coexistência do compromisso de homenagem com a remuneração por intermédio de soldada, praticado não só pelo monarca em relação aos seus vassallos, mas também pelos nobres em relação aos seus dependentes. As ordens militares tinham a questão do recrutamento resolvida pelo prestígio que tais instituições emprestavam aos seus cavaleiros, mas também pelo acesso a património que, de outro modo, não estava ao alcance da maioria dos elementos incorporados.

Entre a cavalaria-vilã, a manutenção de efetivos estáveis era garantida através da transmissão hereditária do estatuto, ao mesmo tempo que se promovia a ascensão social de peões a cavaleiros por intermédio de um quantitativo mínimo de bens detidos, acima do qual passava a ser possível – e em alguns casos obrigatória – a posse de cavalo e armas. Em locais onde a fixação de cavaleiros era mais difícil, o rei recorria à atribuição de préstamos, designados “cavalarias”, em troca do serviço militar por parte dos beneficiados.

A manutenção de um número estável de peões era assegurada por intermédio da garantia de certos privilégios, desde que se mantivessem dentro do alfoz correspondente. Proporcionava-se-lhes assim uma situação suficientemente confortável para que garantissem as tarefas militares que lhes estavam inerentes. Entre os peões, o desempenho de serviços específicos, como a vigilância ou a escolta de prisioneiros também era hereditário. Quando chamados a tomar parte em grandes expedições ofensivas, o seu efetivo devia constituir, em média, cerca do dobro dos cavaleiros mobilizados, a julgar pelas proporções conhecidas na hoste régia.

Os cavalos eram elementos fundamentais na guerra e a criação de equídeos era uma atividade intensiva e extensiva a todo o território porque a relação entre os animais procriados e os que eram úteis para a guerra era muito desfavorável. Naturalmente que os cavalos tinham muitas outras utilidades, desde logo a agrícola, mas os escolhidos para uso militar tinham de corresponder a exigências específicas e talvez resida na complexidade do processo de preparação de um cavalo para a guerra a atribuição de um prazo – de um a três anos – concedido aos cavaleiros-vilãos que perdessem o cavalo, para se apresentarem de novo montados. As montadas eram objeto de transação constante e as destinadas a uso militar variavam grandemente nos preços, sendo possível aos cavaleiros-vilãos utilizarem cavalos apreciados em poucas dezenas de soldos e os grandes senhores a disporem de corcéis que podiam atingir os 500 soldos ou mais.

Quanto aos recursos materiais, o armamento era obtido através de compra, por herança ou do espólio de guerra. A principal matéria-prima, o ferro, era escasso e a tecnologia ao dispor dos ferreiros ainda não estava desenvolvida de modo a produzir grandes quantidades, pelo que a manufatura tinha sobretudo expressão local. Por regra, o armamento e equipamento militares eram assegurados pelos próprios guerreiros, porque as suas obrigações implicavam que se apresentassem para operações armados e equipados. No que diz respeito às ordens militares, os equipamentos eram, de um modo geral, fornecidos pelas próprias instituições, a julgar pelo previsto nas normativas, embora na Ordem do Hospital, pelo menos a partir da segunda metade do século XIII, pareça ter vigorado um sistema em que os próprios freires suportavam financeiramente a sua panóplia. Em todo o caso, se o rei e os grandes senhores, incluindo as ordens militares, tinham capacidade para manter arsenais, a generalidade dos combatentes só deveria ter possibilidade de aceder a um exemplar de cada peça de equipamento.

Não bastava, portanto, ao rei ter capacidade de mobilização. A sua eficácia militar dependia sobretudo do modo como geria a organização territorial e a distribuição de recursos sendo, para o efeito, determinantes as disposições normativas que eram impostas às diferentes entidades destinatárias.

4. SISTEMAS FORTIFICADOS

Tal como referiam Miguel Gomes Martins e João Gouveia Monteiro em 2010, se há campo da história militar medieval onde não faltam estudos em Portugal, é o da arquitetura militar¹⁴⁹⁹. Com um propósito claramente militar, as fortificações exerciam o controlo da região onde estavam implantadas, funcionavam em rede e em apoio mútuo, eram refúgio das populações, constituíam bases de operações para o desencadeamento de ações ofensivas e eram demonstração simbólica do poder que as edificava¹⁵⁰⁰.

A arquitetura militar cristã conheceu uma evolução significativa entre o início do governo de D. Afonso Henriques e o início do reinado de D. Afonso III. Uma dúzia de décadas em que o castelo que se convencionou designar por “pré-românico”¹⁵⁰¹ deu lugar ao “românico” e assim prosseguiu até à segunda metade do século XIII¹⁵⁰². É, no entanto, um equívoco, pensar que durante esse tempo o castelo se manteve estático quanto à evolução. Tal como assinala Mário Jorge Barroca, trata-se de uma evolução que só é possível de compreender quando cotejada com a o desenvolvimento da organização territorial¹⁵⁰³. A cronologia do castelo românico em Portugal coincide quase perfeitamente com a que baliza o presente estudo, abrangendo toda a segunda metade do século XII e primeira da centúria seguinte¹⁵⁰⁴.

¹⁴⁹⁹ MONTEIRO e MARTINS, 2011, p. 473. Sobre a evolução da castelologia em Portugal, veja-se J.R. SANTOS, 2012, pp. 107-143. Para a cronologia que nos interessa, na qualidade de estudos pioneiros e panorâmicos, salientam-se os estudos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, na sua tese complementar de doutoramento (1978); José Mattoso, na sua obra “Castelos de Portugal [...]” (1988); António Pires Nunes, “O Castelo Estratégico Português [...]” (1988) e Mário Jorge Barroca, cujos trabalhos conjugam metodologias de arqueologia, arqueologia da arquitetura, epigrafia, estudos dos materiais de construção e análise documental e têm trazido, nas últimas três décadas, um progresso inaudito ao assunto, entre os quais “A Terra e o Castelo [...]” (1985/1986); “Do castelo da Reconquista [...]” (1991); “A Ordem do Templo e a Arquitectura militar [...]” (1996/1997); “Aspectos da Evolução [...]” (2000b); “Os Castelos das Ordens Militares [...]” (2002); “Arquitectura Militar” (2003d); “Uma paisagem com castelos” (2003a); “De Miranda ao Sabugal” (2008-2009); “Fortificações e povoamento [...]” (2004); “A arquitetura militar portuguesa [...]” (2017).

¹⁵⁰⁰ M.G. MARTINS, 2016, p. 15.

¹⁵⁰¹ Um conjunto que engloba estruturas simples, muitas vezes designadas de castros, a par de outras mais elaboradas, de iniciativa condal.

¹⁵⁰² E este, por sua vez, começou a ser substituído, já no século XIII, por soluções arquitetónicas que desembocaram no castelo “gótico”, cronologicamente associado à subida ao trono de D. Afonso III, em 1248, sendo as primeiras alterações visíveis em 1263, no castelo de Melgaço, com a construção do primeiro balcão de matacães (ou *machicoulis*) (MONTEIRO e PONTES, 2002, p. 13). As designações são convenções relativas às principais características arquitetónicas das fortalezas que, naturalmente, refletem as condições e contextos de construção e o conhecimento e tecnologia disponíveis em cada época.

¹⁵⁰³ BARROCA, 2017, p. 125.

¹⁵⁰⁴ M.G. MARTINS, 2016, p. 26.

A análise do património fortificado implica o conhecimento dos contextos concretos que originaram a implantação de cada estrutura. Nuns casos e em algumas épocas, a edificação de um castelo pode responder sobretudo a necessidades de afirmação senhorial, ao passo que em outros o que está em causa é uma prioridade de controlo estratégico de um eixo viário, ou de uma linha de defesa, por exemplo¹⁵⁰⁵. Frequentemente aliam-se vários fatores, mas a compreensão do papel que desempenharam não resulta fácil, até porque, ao longo do tempo, podem ter assumido preponderâncias e funções diferentes¹⁵⁰⁶. Em concreto, encontramos fortificações ativas herdadas de passados remotos, a par de outras erguidas nos séculos XII e XIII.

4.1. A dimensão técnica

A cidade fortificada era uma estrutura que tinha transitado do período tardo-romano para o altomedieval¹⁵⁰⁷. Durante muito tempo, os meios rurais só dispunham de estruturas mais rudimentares, normalmente erguidas no cimo de montes, tirando o máximo partido da orografia e geologia dos locais, com muros em pedra seca não aparelhada e sem argamassa. Não dispunham de parapeitos ou ameias e também não tinham torreões ou torres e muito menos torre de menagem, sendo simples muros, por vezes reforçados com taludes, paliçadas ou fossos¹⁵⁰⁸.

Mas nos séculos IX a XI, a colonização do espaço por parte dos poderes cristãos do Norte fez a defesa do território apoiar-se num outro tipo de fortificações, implantadas sobre afloramentos rochosos, aproveitando as condições morfológicas do terreno¹⁵⁰⁹. Eram construções de pequenas dimensões, muitas de iniciativa local. Os anos que se seguiram à chamada “Campanha das Beiras”, conduzida por Fernando Magno de Leão, nas décadas de 1050 e 1060, vieram transformar algumas dessas fortificações em castelos de planta mais geométrica, arquitetura mais requintada, pensados para um tipo de guerra

¹⁵⁰⁵ Esta condição foi bem demonstrada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida debruçando-se sobre a localização dos castros da Alta Idade Média na região a norte do Porto e Minho (1968, pp. 83-84).

¹⁵⁰⁶ PORRINAS GONZÁLEZ, 2004, p. 617.

¹⁵⁰⁷ Sobre este assunto veja-se DE MAN, 2013, pp. 15-18. Sobre a fortificação “pré-feudal” no Norte da Península veja-se GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2002, pp. 19-28. Em Braga não ocorreu o mesmo que em Lugo ou Astorga, onde o perímetro da cerca medieval coincidia com o da muralha romana. Ali, os dois perímetros defensivos intersestavam-se em dois pontos, mas não são coincidentes (LEMOS, *et al.*, 2002, p. 121).

¹⁵⁰⁸ Existe uma continuidade no recurso e reutilização das estruturas fortificadas desde o “Castrejo ao Tardo-romano”, atingindo o período altomedieval (L. DIAS, 2013, p. 181).

¹⁵⁰⁹ Não há certezas sobre o tipo de utilização que as populações locais fizeram das estruturas fortificadas entre a desagregação do reino visigótico e as presúrias do século IX. A primeira referência documental conhecida no espaço português remonta a 870 e refere-se a uma “*villa Negrelus*” que está “*subtus mons Caballus*” (BARROCA, 2004, p. 184).

que já considerava a possibilidade de cercos prolongados e que se convencionou designar por castelos condaís ou pré-românicos¹⁵¹⁰. Muitas destas inovações foram introduzidas pela mão do governador de Coimbra, Sesnando Davides¹⁵¹¹. Este processo, desde as primeiras fortificações do século IX, tem sido designado historiograficamente por “encastelamento”, aludindo ao grande incremento do número de castelos e encontra um certo paralelo no processo simultâneo de fortificação, no lado muçulmano¹⁵¹².

A reorganização administrativa do território resultante da “Campanha das Beiras”, já não incluiu as *civitates*, circunscrições que integravam bastantes estruturas defensivas nos seus territórios, mas sim um mais recente modelo de *terrae*, o que conduziu à redução do número de fortificações, em favor de um castelo central, cabeça-de-terra e a uma hierarquização dos castelos sobreviventes, dentro de uma mesma *terra*¹⁵¹³. Em oposição ao termo “encastelamento” corresponde, então, a partir do século XII, o termo “desincastelamento”, ou seja, a redução substancial do número de castelos¹⁵¹⁴.

Do ponto de vista das estruturas edificadas, até meados do século XII não parece ter havido grandes alterações aos três tipos de castelos que coexistiam: o rural, o condal e os castelos herdados dos muçulmanos. Esta coexistência explica que no início do governo de D. Afonso Henriques possamos encontrar castelos relativamente sofisticados

¹⁵¹⁰ BARROCA, 2003d, p. 104.

¹⁵¹¹ Às inovações de Sesnando Davides não será alheia a circunstância de ter servido, durante cerca de uma década (1040-1050) como vizir do rei da taifa de Sevilha, trazendo soluções arquitetónicas inspiradas no mundo muçulmano (BARROCA, 2017, p. 125).

¹⁵¹² Designa-se por “encastelamento” um processo, comum na Europa Mediterrânica, associado de comunidades rurais em torno de fortificações (CREIGHTON, 2010, p. 339). Os estudos de Pierre Toubert, conduzidos nas décadas de 1970 e 1980 e focados no Lácio, foram centrais na introdução do conceito, tendo sido depois replicados em investigação conduzida para outros espaços europeus (TOUBERT, 1997 e 2004, pp. 44-98). Os primeiros castelos no espaço que viria a ser Portugal são referenciados para a década de 870, na sequência das primeiras presúrias concentrando-se maioritariamente entre o Ave e o Vouga. Em simultâneo, no lado muçulmano, desenvolvem-se os *husun* (plural de *hîsn*), fortificações ligadas a povoações e articuladas num sistema mais vasto. No comando de um *hîsn*, a administração califal colocava um alcaide, com um maior grau de dependência do poder central do que, mais tarde, viriam a ter os alcaides cristãos. Mesmo conhecendo processos de fortificação diversos, a Europa Ocidental mais setentrional, também viu, pela mesma altura, surgirem os seus primeiros castelos (BARROCA, 2003d, pp. 96-97). Em torno de um *hîsn* desenvolviam-se alcarias ou aldeias, pequenos aglomerados rurais dele dependentes. Sobre o processo de “encastelamento” ocorrido na Península Ibérica entre os séculos X e XII, vejam-se BARROCA, 1991, pp. 90-136; MONTEIRO e PONTES, 2002, pp. 7-12; BARROCA, 2003a, pp. 173-181; BARROCA, 2003d, pp. 95-121; e M.G. MARTINS, 2016, pp. 20-21.

¹⁵¹³ Não foi, como durante algum tempo se supôs, a “Campanha das Beiras” que instituiu o novo sistema administrativo de *terras* do espaço português. Já nas décadas de 1030 a 1050 são detetadas, no Portucale, circunscrições sob a forma de *terrae*. Mas a reorganização administrativa do espaço reavido para o reino de Leão nas décadas de 1050 e 1060 foi materializada sob o novo modelo (BARROCA, 2017, pp. 128-129).

¹⁵¹⁴ BARROCA, 2003d, p. 105.

(de origem condal) a par de outros bastante rudimentares, de cariz local ou rural¹⁵¹⁵. Aliás, parece ter sido somente ao longo deste reinado que ocorreu a imposição de uma só fortificação dentro de cada *terra*¹⁵¹⁶.

No século XII continuam a surgir na documentação referências a estes castelos rurais, do tempo das *civitates*, por vezes em circunscrições para as quais temos a certeza de existir já um castelo cabeça-de-terra¹⁵¹⁷. Apesar de muitos já se encontrarem desativados, encontramo-los sob a designação de *monte*, *alpe* ou *castrum*, servindo, normalmente, de referência a uma área territorial que deles tinha sido dependente¹⁵¹⁸. Quanto aos castelos condaís, nos primeiros anos de governo do jovem infante Afonso Henriques deveriam ser poucos. Mário Barroca identificou os de Santa Maria da Feira, Lanhoso (c. Póvoa de Lanhoso) e Penafiel de Bastuço (c. Braga)¹⁵¹⁹, embora pudesse haver mais nestas condições. Entre os castelos herdados dos poderes muçulmanos destacava-se o de Coimbra, de origem omíada, de grande qualidade arquitetónica, com uma planta quadrangular reforçada por vários torreões circulares, tendo sofrido profunda reforma na primeira metade do século XI¹⁵²⁰. Investigações recentes também levam a

¹⁵¹⁵ BARROCA, 2017, p. 137.

¹⁵¹⁶ BARROCA, 2017, p. 134.

¹⁵¹⁷ Sobre este tipo de fortificações, dos séculos X e XI, vejam-se, por exemplo o trabalho de Tiago Carmo, sobre os castelos do “Baio Ferrado” (2016), e de António Lima, sobre os castelos no curso terminal do Douro (1993). Neste último, o autor identificou as fortificações detetadas em cada uma das circunscrições administrativas que viriam a ser as terras, sem preocupação de contemporaneidade. Verificou, por exemplo, que o que viria a ser a *terra* de Penafiel de Canas no século XIII, continha dez fortificações no tempo das *civitates* e que a terra de Baião continha oito (LIMA, 2013, p. 193).

¹⁵¹⁸ BARROCA, 2003d, p. 105; 2004, p. 184. Uma das dificuldades que encontramos ao analisar a documentação do século XII é perceber em que medida a palavra “*castrum*” designa um castelo ativo ou uma fortificação que perdera importância militar e/ou administrativa, forçando-nos a procurar outros elementos que permitam perceber qual a condição da estrutura. Sobre a ocupação dos castros no período altomedieval leia-se MATTOSO, KRUS e ANDRADE, 1989, pp. 103-104. Ocasionalmente deparamo-nos também com a designação de *mota*, referindo-se, por princípio, um monte edificado por mão humana, com seis a dez metros de altura, no topo do qual se implantava uma fortificação de madeira e que podia ser rodeado de um fosso. Durante bastante tempo acreditou-se que este era um fenómeno da Europa do Norte, onde as condições geológicas e topográficas são mais propícias. Mas alguma documentação do século XI faz referência a lugares dependentes de “mamoas”, ou seja, pequenas elevações artificiais, no mesmo modelo que outros lugares são designados como dependentes de montes, alpes ou castros: “*subtus mamola de Aaulfi*” (PMH-DC 303, de 1038) ou “*subtus mamola de Lumbello*” (PMH-DC 351 de 1047). Arqueologicamente foi comprovada a mota de Eiró (c. Cabeceiras de Basto), que ainda é conhecida pelo topónimo de “mota” (BARROCA, 2003d, pp. 102-103). Em 2003, Mário Jorge Barroca expressava a necessidade de prospeções que incidissem nas áreas dos microtopónimos “mota” do Norte e Centro de Portugal.

¹⁵¹⁹ BARROCA, 2017, pp. 138-141. Os castelos condaís tinham melhores condições de resistência do que os castros. Ou pelo menos, pelo seu grau de importância, mereceram referências explícitas nas fontes. É o caso do castelo de Montemor-o-Velho e do de Aguiar de Sousa que foram alvo de investidas de Ibn Abi Amir al-Mansur em 990 e 996, respetivamente (*Chronica Breves*, PMH-S-I, p. 29). O castelo de Vermoim foi alvo de um ataque normando em setembro de 1016 (*Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 9).

¹⁵²⁰ O castelo estava situado na elevação onde hoje se encontra o Largo D. Dinis, antigo Largo do Castelo (FILIPE e TEIXEIRA, 2013, p. 445).

suspeitar que Viseu tenha tido uma alcáçova de origem islâmica de planta sub-quadrangular¹⁵²¹. Alguns destes castelos muçulmanos foram edificadas sobre construções do período tardo-romano¹⁵²², outros foram construídos por razões de ordem militar em locais onde não havia nada anteriormente¹⁵²³.

As novidades introduzidas ao longo do século XII, que consagraram o castelo românico e que levaram à adaptação de muitos castelos de iniciativa condal, acabaram por eliminar do território os rudimentares castelos rurais. Este rápido desaparecimento das fortificações mais antigas parece ter-se devido a dois fatores interdependentes: a impossibilidade de reformar todos os castelos fez com que se concentrassem os esforços e recursos somente nos principais e, como consequência de tal investimento nos castelos cabeça-de-terra, a obsolescência em que caíram os rurais viria a acabar com eles¹⁵²⁴.

O castelo românico teve diversas influências, acreditando-se que parte delas se tenha devido aos nobres francos que acompanharam o conde D. Henrique, outra parte à arquitetura almorávida e também aos contactos com os Estados Latinos do Oriente, destacando-se aqui o contributo dos templários e do seu sexto mestre em Portugal (entre 1159 e 1195), Gualdim Pais, que participou na Segunda Cruzada¹⁵²⁵. Com efeito, a Ordem do Templo foi responsável por bastantes obras de engenharia militar, entre as mais proeminentes da Península Ibérica no século XII. Embora seja admissível que tenha procedido a alguns melhoramentos em Soure, o primeiro castelo para o qual dispomos de dados concretos de intervenção templária foi o de Pombal, fundado em 1156, tendo a torre de menagem sido concluída em 1171. Mas o mais notável, que viria a ser a sede conventual da Ordem, foi o de Tomar, fundado em 1160¹⁵²⁶.

As principais características do castelo românico conferiam-lhe condições para uma eficaz “defesa passiva”, ou seja, estava pensado para resistir a longos cercos. As proteções em talude foram abandonadas e substituídas por muralhas mais espessas

¹⁵²¹ BARROCA, 2017, p. 142.

¹⁵²² M.G. MARTINS, 2016, p. 20. Veja-se, por exemplo, o caso de Évora.

¹⁵²³ Sobre a sociedade do *Garb al-Andalus* e os primeiros *husun* veja-se GUICHARD e MISCHIN, 2002, pp. 177-187.

¹⁵²⁴ BARROCA, 2017, pp. 142-143.

¹⁵²⁵ MONTEIRO e PONTES, 2002, p. 9.

¹⁵²⁶ Esta impressionante fortaleza reunia quase todas as características da arquitetura militar “românica avançada” (P. PEREIRA, 2011, p. 222).

construídas com silhares¹⁵²⁷, dotadas de adarve ou caminho de ronda¹⁵²⁸ e parapeito com merlões¹⁵²⁹. Estas circundavam um pequeno pátio e eram frequentemente rasgadas por duas portas, uma principal e outra mais pequena, conhecida como “da traição”¹⁵³⁰. As inflexões entre tramos de muro e também os panos de muralha mais compridos, estavam reforçados por torreões ou cubelos, que impediam a existência de ângulos de tiro mortos¹⁵³¹. Embora associados, como já se disse, a uma “defesa passiva”, incluíam algumas características que já lhe conferiam capacidade de “defesa ativa”: os panos de muralha dispunham de torreões adossados e, para que a guarnição pudesse efetuar tiro em relativa segurança, desenvolveram-se seteiras¹⁵³².

Para além destas características gerais, há outras atribuídas diretamente aos templários. A torre de menagem¹⁵³³ passou a figurar nos castelos portugueses, situada normalmente no centro do pátio-de-armas, na cota mais elevada do recinto, mas ainda desagregada de qualquer dos muros. Tinha uma só entrada, ao nível do primeiro andar, cujo acesso era feito por intermédio de uma escada de madeira retrátil. Constituía, por isso mesmo, uma fortaleza dentro da fortaleza, um último reduto de defesa¹⁵³⁴. Outra inovação foi o alambor¹⁵³⁵; havendo vestígios de uma rudimentar construção deste tipo

¹⁵²⁷ Pedras aparelhadas e esquadriadas (BARROCA, 2017, p. 143).

¹⁵²⁸ Acedia-se ao adarve por escadas construídas em pedra nalguns pontos de muralha. É de admitir que alguns acessos fossem feitos por intermédio de escadas de madeira.

¹⁵²⁹ Os merlões ou ameias eram de forma retangular ou pentagonal, sensivelmente da mesma dimensão que as abertas, ou seja, o espaço entre cada um.

¹⁵³⁰ BARROCA, 2017, p. 143. Normalmente a sua dimensão reduzida não permitia a passagem de homens montados.

¹⁵³¹ Na maior parte dos casos, os torreões eram quadrangulares, por serem de mais fácil construção que outras formas (MONTEIRO e PONTES, 2002, p. 10). Por vezes eram arredondados na parte superior (NUNES, 1994, p. 5).

¹⁵³² Fresta vertical aberta nos muros destinada a tiro com arco ou besta (MONTEIRO e PONTES, 2002, pp. 30-31)

¹⁵³³ Na qualidade de último reduto, a atribuição do designativo de “menagem” pode estar associada ao compromisso do alcaide para com o seu senhor ou o rei (VILLENA, 1971, p. 88). É bem possível que a designação seja posterior à cronologia estudada, uma vez que o conceito de “menagem” está associado à Baixa Idade Média. A este respeito vejam-se H.G. BARROS, 1885, p. 289 e seguintes e também HESPANHA, 1982, p. 146. Existe a possibilidade de a torre de menagem ter sido difundida por cavaleiros francos no tempo do conde D. Henrique ou de D. Afonso Henriques (BARROCA, 2003d, p. 112). Mas as inscrições incrustadas na construção das torres templárias são um indicador da sua novidade. As torres construídas no mestrado de Gualdim Pais foram a de Tomar (1160), Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172) e Longroiva (1174).

¹⁵³⁴ MONTEIRO e PONTES, 2002, p. 11.

¹⁵³⁵ Reforço de forte inclinação, em forma de rampa, na base das muralhas. Conferia maior resistência a trabalhos de sapa e minagem, dificultava o acesso à parede de máquinas de assédio, e permitia que projéteis lançados pelos defensores ressaltassem na direção dos assaltantes (VILLENA, 1971, p. 84). Esta solução foi também aplicada no castelo de Torres Novas, embora este não estivesse na dependência da Ordem do Templo.

no castelo de Pombal, mas é no de Tomar que tal se verifica de forma mais ostensiva¹⁵³⁶. Os templários também introduziram o hurdício¹⁵³⁷, sendo ainda hoje visíveis, nalgumas torres templárias, os orifícios, a distâncias regulares para introdução das traves de madeira de fixação da galeria.

A fim de garantir o maior tempo de sobrevivência em caso de cerco, era imprescindível o acesso contínuo a água potável. As primeiras cisternas, sob forma de poço, estão patentes nos castelos de São Martinho de Mouros, Penela, Ansiães, Numão e Vilar Maior, entre outros¹⁵³⁸. Mas o abastecimento de água podia fazer-se de outras formas, nomeadamente através de couraças ou torres de água, minas ou galerias subterrâneas, aproveitamento de correntes de água e, muito raramente, aquedutos¹⁵³⁹, novidades da arquitetura militar muçulmana que se foram tornando mais frequentes à medida que o mundo cristão evoluiu para o castelo gótico.

Mesmo com a introdução das inovações do século XII, muitos castelos ativos e de certa relevância no panorama do reino permaneceram inalterados até muito tarde. É o caso do castelo de Guimarães, fundado por Mumadona Dias entre 960 e 968 que não tinha, no tempo de D. Afonso Henriques, qualquer torreão ou torre de menagem. Estas foram ampliações dos reinados de D. Afonso III ou de D. Dinis¹⁵⁴⁰. Mesmo entre os castelos mandados edificar no século XII, nem todos incorporaram essas inovações. Por exemplo, os de Castro Laboreiro e de Germanelo, encomendados pelo rei, carecem de muitas das soluções arquitetónicas já existentes na época¹⁵⁴¹, destacando-se, desde logo, a ausência de torre de menagem¹⁵⁴².

Como já tivemos ocasião de referir, havia uma parcela importante dos castelos ativos nos séculos XII e XIII que se devia aos poderes muçulmanos, tendo sido por aqueles operada até o seu controlo ter passado para os cristãos. Tal como o cristão, o

¹⁵³⁶ No castelo de Pombal há um pequeno alambor na base da torre de menagem. Mas no caso de Tomar, este rodeia toda a extensão da muralha e, nalguns pontos, atinge mais de dez metros de altura.

¹⁵³⁷ Também designado por cadafalso ou palanque, era uma estrutura de madeira apoiada em vigas, de carácter temporário que se instalava no exterior da parte alta das muralhas ou torres a fim de permitir o tiro vertical sobre quem se aproximasse do muro (VILLENNA, 1971, p. 86). O primeiro exemplo de hurdício conhecido em Portugal é o que possuía a torre de menagem do castelo de Longroiva, datada de 1174 (MONTEIRO e PONTES, 2002, p. 10).

¹⁵³⁸ BARROCA, 2017, pp. 143-144.

¹⁵³⁹ Era o sistema do Krak dos Cavaleiros na Terra Santa (GARCÍA RIESCO, 2013, pp. 822-823).

¹⁵⁴⁰ BARROCA, 2017, p. 146.

¹⁵⁴¹ BARROCA, 2017, p. 144.

¹⁵⁴² Em Castro Laboreiro, a torre foi edificada no reinado de D. Dinis. O castelo de Germanelo, por seu lado, nunca chegou a ter torre de menagem.

vocabulário muçulmano relacionado com fortificações caracteriza-se pela polissemia. Como ponto de partida, uma medina é uma urbe de dimensão considerável, em sentido demográfico, que pode, ou não, ser provida de *qâsaba* – alcáçova. Depois o *qal'a*, que é uma grande fortaleza que não atinge a dimensão da medina, mas não se confunde com o *hîsn* (pl. *husun*), o castelo que tem somente a guarnição militar, encarregue de defender determinado território, não havendo espaço para a habitação permanente de populações¹⁵⁴³.

Entre as obras islâmicas de fortificação, algumas eram de iniciativa omíada e de construção original nos séculos IX e X, entre os quais se contam, para além dos castelos de Coimbra e Viseu, já mencionados, os de Alcobaça, Óbidos, Atouguia, Lourinhã, Sintra, Almada, Povos, Alenquer¹⁵⁴⁴ e Mértola¹⁵⁴⁵. No final do século XI e primeira metade da centúria seguinte, os almorávidas foram responsáveis pela difusão, na arquitetura militar, de um modelo já conhecido em taipa (*tabiya*), possibilitando alterações à planta tradicional dos castelos, que passavam a poder contornar os desníveis do terreno onde estavam implantados, permitindo manter a muralha à mesma cota¹⁵⁴⁶. O resultado foram fortalezas poligonais mais irregulares, com uma torre quadrangular em cada ângulo da muralha. Além disso, a construção em taipa era bastante mais rápida do que a utilização de silhares, com evidentes vantagens em contexto de guerra¹⁵⁴⁷.

Também os almóadas recorreram amiudadamente a esta técnica e consolidaram os seus espaços de fronteira através de melhoria e ampliação das estruturas fortificadas já existentes. Abu Yaqub ordenou a Abu Yahya a realização de melhorias na alcáçova de Badajoz – cidade de que ele era governador – com obras de fortificação e a construção de

¹⁵⁴³ Os *husun* estavam normalmente edificados em elevações proeminentes (GUTIÉRREZ CALDERÓN e CASTILLO ARMENTEROS, 2013, p. 228). A arquitetura militar muçulmana começou a tomar forma no al-Andalus a partir do século IX, a par da cristã e os mais antigos castelos muçulmanos – os *husun* emirais ou califais – eram de influência síria e caracterizavam-se por uma muralha fechada, de planta geométrica simples, com torres nos ângulos e trechos de muralha mais extensos. Sobre os *husun* dos séculos IX-X vejam-se GUICHARD e MISCHIN, 2002, pp. 177-188 ou AZUAR, 2013, pp. 96-98, sendo a alcáçova de Mérida o exemplar mais perfeito na Península. O castelo de Alcoutim, já abandonado no período em estudo, é também um bom exemplo (BARROCA, 2003d, p. 115). No século X, surgem as *squira*, pequenas fortificações com fim exclusivamente militar, posicionadas ao longo de itinerários. À semelhança do cristão, o sistema de fortificação islâmico dependia de atalaias para vigilância e alerta, aliás, o topónimo *tâli'a* é árabe e é, de longe, o mais usado, mesmo no universo cristão, para designar esses postos de vigia.

¹⁵⁴⁴ F.B. CORREIA, 2013b, pp. 73-84.

¹⁵⁴⁵ PALMA e GÓMEZ MARTÍNEZ, 2013, p. 405.

¹⁵⁴⁶ É interessante notar que as edificações mais nobres dos recintos continuaram a construir-se em pedra, como na época califal (Eslava Galán, 1989, pp. 52-55).

¹⁵⁴⁷ No período califal fizeram-se obras em taipa nalgumas fortificações, como a cerca de Badajoz, no século IX e as muralhas de Idanha-a-Velha (LEITÃO, 2017, pp. 113-114).

um poço que recolhesse água do rio, para aumentar a possibilidade de resistência a um cerco¹⁵⁴⁸. Depois de recuperarem Cáceres, em 1174, os almóadas ampliaram e renovaram as muralhas desta praça-forte¹⁵⁴⁹. A maior parte dos perímetros fortificados do Gharb apresenta traços evidentes da construção almóada, como se verifica em Alcácer, Elvas e Moura¹⁵⁵⁰, Juromenha, Silves, Paderne e Salir¹⁵⁵¹.

A arquitetura militar promovida pelos almóadas é a mais impressionante do período em estudo. Introduziram a torre albarrã¹⁵⁵², patente, por exemplo, em Paderne, Lagos, Silves, Salir e Loulé, e mais tarde copiada e adaptada pelos cristãos, que fizeram acrescentar este tipo de torre em Alcobaça, Óbidos e Vila Viçosa, entre outros exemplos. Também recorreram a torres octogonais e circulares, mais resistentes aos trabalhos de minagem e ao derrube por projéteis do que as torres esquadriadas. Conhecem-se poucos exemplares em Portugal, talvez devido à complexidade de construção, mas identificam-se em Tavira e Silves (esta já destruída). Finalmente, a conformação de portas em cotovelo, negando o acesso direto ao interior da fortaleza e a presença de um fosso são também características construtivas almóadas, sendo igualmente adotadas, a partir da segunda metade de Duzentos, pelos castelos góticos cristãos¹⁵⁵³.

O mundo muçulmano também experimentou outra arquitetura militar diferente dos castelos, como demonstram os casos almóadas de Castelo Belinho e da Torre de Odeceixe, o primeiro uma residência fortificada e o segundo uma atalaia ou um celeiro-fortaleza, que não encontra paralelo em nenhuma outra construção no território português, mas apenas na Andaluzia e no Magrebe¹⁵⁵⁴. As alcarias, por seu lado, dispunham frequentemente de torres defensivas, tendo ocorrido um impulso construtivo durante a dominação almóada¹⁵⁵⁵. Mas subsiste ainda um debate sobre se algumas dessas torres, atribuídas aos almóadas, possam ser resultantes do período almorávida. O que se pode afirmar é que, quer com uns, quer com outros, proliferaram estas novas formas de defesa

¹⁵⁴⁸ IBN SAHIB AL-SALA, p. 149.

¹⁵⁴⁹ CLEMENTE RAMOS, 1994, p. 655.

¹⁵⁵⁰ H. FERNANDES, 2000, p. 237.

¹⁵⁵¹ LEITÃO, 2017, p. 115.

¹⁵⁵² Destacada da muralha e a ela ligada por uma ponte de pedra, permitia proteger com mais eficácia uma porta, já que os assaltantes sofriam tiro pela retaguarda (MONTEIRO e PONTES, 2002, p. 31). Sobre a arquitetura e utilidade destas torres na Península Ibérica, veja-se TORRES BALBÁS, 1947, pp. 216-220.

¹⁵⁵³ BARROCA, 2003d, p. 116.

¹⁵⁵⁴ Vejam-se M.V. GOMES e R.V. GOMES, 2013, pp. 141-152 e R.V. GOMES e M.V. GOMES, 2013, pp. 153-161.

¹⁵⁵⁵ Ver notas 545 e 1512.

local que, para além da torre, incluíam um pequeno recinto fortificado em seu redor, dando-lhes aspeto de verdadeiros castelos¹⁵⁵⁶.

O espaço islâmico conheceu ainda um outro tipo de edificação, o *rîbat* (pl. *rubut*)¹⁵⁵⁷. Foi uma solução surgida durante o califado abássida de Bagdad, no século IX, para manter a *jihad* na fronteira, mas que beneficiou de assinalável desenvolvimento em outras regiões do Islão, designadamente no al-Andalus. Distinguia-se essencialmente por ser guarnecido por *murabitun*, homens de fé, que praticavam uma forma particular de *jihad*¹⁵⁵⁸. A corrente mística sufi apropriou-se do conceito, no século XI, altura a partir da qual os *rubut* proliferaram por todo o território islâmico e não só nas fronteiras¹⁵⁵⁹. Como conceito, os *rubut* não eram locais de guerra, mas locais expostos ao perigo e que, por isso podiam ser fortificações ou estruturas mais simples¹⁵⁶⁰. No território português são possíveis de identificar pela toponímia¹⁵⁶¹, pela menção em fontes¹⁵⁶² e, até agora num caso, pela arqueologia¹⁵⁶³.

Se em relação a muitos castelos não é fácil encontrar vestígios nas fontes e mesmo no terreno, já quando procuramos fortificações menores, como torres, residências ou igrejas fortificadas, bem como cercas de defesa das comunidades, encontramos-nos perante um desafio ainda mais difícil, quer pela quantidade, quer pela assimetria dos

¹⁵⁵⁶ MARTÍN CIVANTOS, 2013, pp. 137-138.

¹⁵⁵⁷ EPALZA, 1993, pp. 5-18. Entre os primeiros estudos sobre *rubut* em Portugal veja-se H. CATARINO, 2004, pp. 263-274.

¹⁵⁵⁸ O que significa que a palavra *rîbat* nem sempre tem de estar associada a uma fortificação. No final do primeiro século da Hégira, o *rîbat* surgiu como forma espiritual de substituição da *jihad*, numa altura em que as fronteiras do Islão podiam estar muito distantes dos locais onde habitavam crentes e o apelo à guerra, feito por uma autoridade competente, era cada vez menos frequente. Os lugares de *rîbat* eram ermos, frequentemente marítimos ou fronteiriços, e onde se edificavam estruturas simples, capazes de garantir abastecimento de água e alimento frugal àqueles que desejavam cumprir *jihad* de forma pessoal, expondo-se a perigos reais, mas de modo passivo (EPALZA, 1993, pp. 12-26).

¹⁵⁵⁹ PICARD, 2013, pp. 169-172.

¹⁵⁶⁰ FRANCO SÁNCHEZ, 2012, p. 59.

¹⁵⁶¹ Os topónimos “arrábida”, “arrifana” e “azóia” (de *zāwiya*, “lugar construído”) designam locais de *rîbat*. Só no território do antigo condado conimbricense, Maria Luísa Azevedo identificou quatro topónimos “Arrifana” (AZEVEDO, 2005, pp. A. II-3), sendo que do índice toponímico do CIGeoE constam mais de duas dezenas em todo o território. “Arrábida” é menos frequente, sendo mais conhecida a localização de Vila Nova de Gaia, associada à existência de mais do que um *rîbat* do século IX, relacionados com as incursões normandas e também a serra da Arrábida, associados à defesa da costa e do Sado (FRANCO SÁNCHEZ, 2012, pp. 63-64). Sobre os problemas que estes topónimos colocam, veja-se PICARD, 2002, pp. 203-212.

¹⁵⁶² Entre os *rubut* mencionados nas fontes islâmicas no espaço português contam-se o de *al-Rayhana* e o de *al-Jilla*, edificado por Ibn Qasi (PICARD, 2002, p. 203). Sobre o primeiro veja-se a nota seguinte.

¹⁵⁶³ Em 2002, Rosa e Mário Varela Gomes localizaram e escavaram o *ribat* da Arrifana, numa altura em que o único local identificado na Península Ibérica era o de Guardamar, em Alicante (R.V. GOMES e M.V. GOMES, 2003, p. 142).

dados disponíveis. Interessa, pois, apresentar o que se conhece desta realidade para os séculos XII e XIII.

Tal como aponta Francisco Marsá, para a defesa de um território nem sempre era necessária uma importante obra de fortificação, bastando muitas vezes uma simples torre, sendo que muitas atalaias tinham essa dupla função, de vigiar o inimigo e de servir como ponto de refúgio¹⁵⁶⁴. A fortaleza que a Ordem de Santiago ergueu em Belmonte (Samora Correia, c. Benavente) em 1207 devia ser uma simples torre, já que é designada, frequentemente, por atalaia¹⁵⁶⁵, bem como a torre templária de Dornes, possivelmente edificada durante o mestrado de Gualdim Pais, que vigiava parte da comenda da Sertã, banhada por um tramo do rio Zêzere.

Sobre um outro tipo de fortificação cristã, as residências nobres dos séculos X e XI, Mário Jorge Barroca colocou em evidência que, apesar de pouco sabermos, os indícios que possuímos para essas cronologias apontam para a escolha de locais com boa visibilidade sobre o território circundante e a utilização de pedra na construção, embora se ignore a presença de soluções arquitetónicas defensivas¹⁵⁶⁶. As residências senhoriais fortificadas – *domus fortis* – começaram a surgir no espaço português no último quartel do século XII, com configurações semelhantes às torres de menagem, num movimento de expansão muito rápido, identificável por toda a Europa¹⁵⁶⁷.

O surgimento e proliferação desta tendência tem sido associado a três fatores: i) o crescente hábito de construção de casas em pedra; ii) a sedentarização das famílias nobres, com o fim da Reconquista e, iii) a ascensão de linhagens secundárias, como forma destas se afirmarem perante as populações rurais e também junto da mais antiga aristocracia, detentora dos castelos. À semelhança das torres de menagem dos castelos, muitos exemplares destas residências tinham acesso pelo primeiro andar¹⁵⁶⁸. A diferença destas construções em relação às soluções anteriores é o seu caráter de perenidade e a própria

¹⁵⁶⁴ MARSÁ, 1960, p. 619 e 624.

¹⁵⁶⁵ AZEVEDO, 1937, p. 61. Sobre esta atalaia veja-se GONÇALVES e AMARO, 2002, pp. 477-484.

¹⁵⁶⁶ BARROCA, 1989, pp. 10-11. Encontramos referências a torres na documentação no início do século XII, como, por exemplo, na venda que Pedro Iustiz e a sua mulher, Espéciosa, fizeram a Paio Pires e sua mulher Justa, no termo de Coimbra, de metade da villa de Pena (c. Catanhede), com a sua torre (DP-IV, doc. 321 de 1123, fevereiro).

¹⁵⁶⁷ A.M. OLIVEIRA, 2006, p. 141.

¹⁵⁶⁸ BARROCA, 1989, pp. 14-16 e 22.

utilização de um novo vocabulário para as designar é também indiciadora da consciência coeva de se estar perante um fenómeno transformacional¹⁵⁶⁹.

A conhecida questão entre D. Sancho I e o nobre Lourenço Fernandes da Cunha levou a que, em 1210 o rei mandasse destruir de forma irreparável a torre do solar da Cunha, sede da família, bem como arrasar setenta casais do senhorio do nobre¹⁵⁷⁰. O material de guerra que nela se encontrava armazenado¹⁵⁷¹ revela que, mais do que um símbolo de poder, a estrutura materializava um grau considerável de potencial militar. Construída em 1171, esta torre constitui um dos primeiros exemplares de *domus fortis* no território português¹⁵⁷².

A construção sistemática destas residências conheceu um grande impulso a partir de meados do século XIII¹⁵⁷³. Ao contrário das atalaias, que procuravam os pontos altos e amplo campo de visão, as torres senhoriais, não descurando a possibilidade de vigilância, revelam, pela sua implantação, mais interesse pelos vales agrícolas e comunidades rurais das honras que encabeçam¹⁵⁷⁴. Almeida Fernandes elaborou um mapa com a distribuição geográfica dos topónimos “torre” que inclui cerca de 150 ocorrências e, mesmo que só uma parte corresponda a torres medievais, se lhes juntarmos as edificações que não se refletiram na toponímia, podemos ter uma ideia da grande proliferação deste tipo de construções no Entre-Douro-e-Minho¹⁵⁷⁵.

As torres e solares senhoriais foram seguramente um elemento destacado nos confrontos entre bandos nobiliárquicos pois, como fez notar Luís Krus, as batalhas nesse contexto podem associar-se a importantes nós viários onde se situavam castelos, solares e mosteiros¹⁵⁷⁶. Todavia, a natureza das torres senhoriais correspondia mais a necessidades de ordem local, ou pelo menos regional num sentido restrito, do que a uma

¹⁵⁶⁹ Para além de *domus fortis*, estas residências são também designadas nas fontes por *fortalicium*, *repayrium*, *turrem*, *casa torre* ou ainda *casa forte* (A.M. OLIVEIRA, 2006, p. 142).

¹⁵⁷⁰ BRANCO, 2006, p. 232.

¹⁵⁷¹ Que possibilitava equipar cerca de 40 guerreiros (A.J. COSTA, 1977, doc. 4 de 1211-1216, pp. 300-307).

¹⁵⁷² BARROCA, 1989, pp. 18-19.

¹⁵⁷³ E o desafio que colocavam ao poder régio levou D. Dinis, já no início do século XIV, a fazer depender a sua construção de autorização do monarca (BARROCA, 2000c, vol. II, p. 1959). No entanto, a edificação de torres defensivas já era uma realidade no reinado de D. Afonso Henriques, como foi o caso da região da Ladeia (c. Ansião), onde existem várias. Numa confirmação de D. Afonso II, o rei alude a uma herdade, concedida a dois indivíduos, que incluía já a sua torre, em 1160 (BRANCO, 1999, vol. II, p. 55).

¹⁵⁷⁴ BARROCA, 1989, p. 19.

¹⁵⁷⁵ A. FERNANDES, 1978, pp. 284-285.

¹⁵⁷⁶ KRUS, 1994, pp. 96, n. 164.

verdadeira integração num sistema, pois os conjuntos fortificados pensados em rede estavam apenas ao alcance do poder régio e das ordens militares.

Apesar da sua imunidade, o universo eclesiástico também dispunha de capacidade defensiva nas suas edificações. Em primeiro lugar há que salientar que, numa época em que a maioria das construções eram frágeis e utilizavam materiais perecíveis, em muitas paróquias as igrejas constituíam os únicos edifícios sólidos, de pedra. Em segundo lugar, as convenções e disposições que concediam imunidade só produziam efeito sobre cristãos e não sobre os infiéis¹⁵⁷⁷. Por essa razão, o clero teve também de incrementar materialmente a sua capacidade defensiva. Note-se, a título de exemplo, que quando os muçulmanos se apoderaram de Leiria, depois de 1135, o pânico que se instalou em Coimbra levou os cônegos de Santa Cruz a edificarem uma cerca em redor da sua igreja e claustro¹⁵⁷⁸.

Esta necessidade defensiva era tanto mais premente quanta a noção de proximidade da ameaça. Enquanto a região de Coimbra foi fronteira recente, as fontes eram bastante expressivas a este respeito. Em 1094, o abade da igreja de São Martinho do Bispo (c. Coimbra) procedia a uma doação à Sé em que referia ter construído uma torre junto à igreja para defesa da área¹⁵⁷⁹. Dois anos depois, verificamos um registo que evoca a execução de obras na igreja de São Julião (c. Figueira da Foz), que incluíram uma “*turri bona*”¹⁵⁸⁰. Estes indicadores de fortificações religiosas estão em linha com o que se conhece para os outros reinos hispânicos, cujas primeiras referências a igrejas “acasteladas” datam de 1065¹⁵⁸¹.

Mesmo vigorando a imunidade do clero, a fortificação justificava-se porque não era pouco frequente que o espaço canónico fosse violado, mesmo por cristãos. Em 1133, Álvaro Rabaldes doava em testamento à Sé de Coimbra uma herdade, como compensação pelos danos que causara na igreja de Vila Cova (c. Penacova)¹⁵⁸². E não são de desprezar também os agravos e violência física entre fações do próprio clero, como foi o caso do

¹⁵⁷⁷ Em 1123, o bispo de Coimbra doou a igreja de Soure a dois cônegos, incumbindo-os de restaurar o templo, que tinha sido destruído pelos muçulmanos (DP-IV, doc. 379 de 1123, outubro, 10). A destruição da igreja está também documentada em ML-III, p. 163, Escritura XIX.

¹⁵⁷⁸ *Chronicas Breves*, PMH-S-I, p. 24.

¹⁵⁷⁹ (...) *fecique ibi turrim ad defensionem commorantium* (LP, doc. 32, p. 58 de 1094, fevereiro, 24).

¹⁵⁸⁰ LP, doc. 45, p.75 de 1096, fevereiro, 15.

¹⁵⁸¹ DIMANUEL JIMÉNEZ, 2006, p. 51.

¹⁵⁸² LP, doc. 440 de 1133, janeiro.

reitor e padres da igreja de São João de Coimbra, que tinham sido feridos por ordem do prior do mosteiro de São Pedro de Folques (c. Arganil)¹⁵⁸³.

A construção de muros ou muralhas em torno dos aglomerados populacionais era também comum. Em muitos casos dava-se o prolongamento e aperfeiçoamento de castros, de ocupação mais remota¹⁵⁸⁴. Noutros casos, a construção de uma defesa eficaz não estava ao alcance dos moradores. Talvez tenha sido o caso da fortaleza que D. Sancho II autorizou que fosse construída em Lamas de Orelhão (c. Mirandela), a pedido dos homens da vila, para se protegerem de malfeitorias¹⁵⁸⁵.

4.2. A dimensão estratégica

Francisco García Fitz notou que era frequente as paisagens povoadas de fortificações serem absolutamente permeáveis e que, por isso, entre a segunda metade do século XI e o final do século XIII as tropas castelhano-leonesas atravessaram repetidas vezes territórios com castelos, torres e atalaias sem que as guarnições respetivas saíssem para as deter ou perseguir. Este autor salienta ainda que apesar da documentação da época argumentar que a implantação de castelos devia funcionar como uma barreira contra os inimigos da Cristandade, a realidade era que as guarnições eram diminutas, tinham pouca possibilidade de defrontar com sucesso uma incursão inimiga em campo aberto e, caso permanecessem no interior, era bastante fácil ao invasor contornar a estrutura a uma distância fora do alcance das armas dos defensores¹⁵⁸⁶.

As funções defensivas dos castelos residiam, pois, na possibilidade de albergar em segurança as gentes e bens móveis, como gado, face a uma ameaça revelada. A capacidade de defesa de toda uma região residia na proliferação de fortalezas que permitissem proteger as populações ameaçadas e obrigassem um invasor, com aspirações

¹⁵⁸³ *Portugalia Pontificia*, doc. 160 de 1223, maio, 26.

¹⁵⁸⁴ Veja-se, por exemplo, o castro de Jarmelo (c. Guarda), que na entrada na Baixa Idade Média mantinha o recinto amuralhado e articulava-se em três grandes artérias que conduziam a um largo central (BOLILA, *et al.*, 2013, p. 836).

¹⁵⁸⁵ PMH-I, p. 1301b.

¹⁵⁸⁶ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 194-196. É interessante notar que, no lado muçulmano, os *husun* também desempenhavam um papel mais relevante na organização do povoamento do que na guerra de fronteira (H. FERNANDES, 2002, p. 454). No entanto, esta constatação não retira em nada o claro propósito militar dos castelos que, mesmo não proporcionando uma “resistência total e homogênea à invasão”, são elemento fundamental na ação defensiva do poder que os controla. Um dos papéis evidentes da rede de fortificações num território é limitar as possibilidades de um agressor: o sistema pode ser permeável a incursões de saque, mas é extremamente eficaz contra ações de apropriação territorial. Daí a importância da função de refúgio das populações e de bens (NOVOA PORTELA e VILLALBA, 2003, pp. 219-221).

a ganhos territoriais, a cercos prolongados¹⁵⁸⁷. Este papel das fortificações fazia com que o controlo de um território não fosse conseguido à custa da ocupação dos seus povoados mais importantes, mas sim à custa do controlo do seu castelo¹⁵⁸⁸.

Quando pensamos em castelos, ressalta sobretudo a ideia de defesa. Mas a vertente ofensiva parece ter sido a preponderante para os medievos, como também demonstrou Garcia Fitz¹⁵⁸⁹. Um castelo cumpria as suas funções defensivas ocasionalmente, se fosse assediado ou se tivesse de dar guarida a populações que vissem a sua terra *corrida* por inimigos. No entanto era, mais frequentemente, local de reunião, ou seja, de partida e de chegada de incursões em território inimigo. E também ponto a partir do qual se conduziam campanhas de apropriação do território, como foi o caso do castelo de Aljustrel, que constituiu base de ataque da Ordem de Santiago na conquista do Alentejo e do Algarve¹⁵⁹⁰.

Ocorrem inúmeras referências a fortalezas que constituíam plataforma de origem de cavalgadas, como no caso das mesnadas de Geraldo, que operavam a partir de castelos conquistados. Em 1169, o “Sem Pavor”, tendo tomado Juromenha com facilidade, acossava, a partir desse castelo, a cidade e campos de Badajoz¹⁵⁹¹. A utilização que a milícia de Santarém fez da torre muçulmana de Santa Maria da Adémia de Toxe (c. Golegã), permitiu-lhe lançar ataques para sul do Tejo, na direção de Badajoz¹⁵⁹².

Mesmo os cruzios, tão lesto em legitimar as ações militares do primeiro rei como guerra justa e como resultado da defesa contra a perfídia dos infiéis, não deixaram de referir a edificação do castelo de Leiria, em 1135, como uma medida para “*frenari eos*” (os muçulmanos), assinalando também que o castelo se encontrava “*aptum ad detrimentum inimicorum suorum*” (adequado para prejudicar os seus inimigos)¹⁵⁹³. Alguns forais, por seu lado, oferecem a sugestiva determinação de que os cavaleiros que

¹⁵⁸⁷ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 199. As fortificações permitiam que, na presença de uma hoste invasora e depredadora, as populações rurais se refugassem dentro das suas muralhas, num movimento, designado por “reflexo obsidional”. A expressão deve-se a Claude Gaier (1968, pp. 40-46).

¹⁵⁸⁸ BARROCA, 2003a, pp. 175-176.

¹⁵⁸⁹ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 204-215. Ver também ROJAS GABRIEL, 1998, pp. 71-72 e PALACIOS ONTALVA, 2014, pp. 34-35.

¹⁵⁹⁰ LOPEZ FERNANDEZ, 2010, p. 100.

¹⁵⁹¹ IBN SAHIB AL-SALA, p. 138.

¹⁵⁹² VEIGA, 1956, pp. 241-249 e M.G. MARTINS, 2011, p. 110.

¹⁵⁹³ *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 12.

não fossem em fossado permanecessem a guarnecer o castelo, o que também é significativo da fortaleza como referência não só de defesa mas também de ataque¹⁵⁹⁴.

As funções militares práticas de um castelo, edificado numa posição dominante de um eixo de deslocamento importante, podem sintetizar-se em: manter controlo permanente da região, dando alerta oportuno de alguma aproximação; proporcionar refúgio às gentes e bens; negar a fixação de populações e utilização da região por parte de um inimigo; proporcionar uma estrutura segura para concentrar armas, virtualhas e guerreiros para um ataque; em caso de algo correr mal numa ação ofensiva, constituir refúgio da hoste e ponto onde é possível organizar uma defesa com vantagem¹⁵⁹⁵.

Ao identificar que, numa mesma região, as fortalezas aí construídas eram interdependentes, formando um todo organizado, sob o controlo de um mesmo poder, é seguro afirmar estarmos perante um sistema defensivo. E um indicador seguro da existência de um sistema coerente é a distância entre castelos, possível de cobrir numa só jornada¹⁵⁹⁶. A funcionalidade estratégica destes sistemas exercia-se em duas medidas: uma avançada e outra em profundidade. Ambas podiam coexistir.

A edificação de fortificações ao longo de um obstáculo linear, normalmente um rio que materializa um *limes*, proporciona uma espécie de defesa avançada¹⁵⁹⁷. Aconteceu deste modo nos rios Minho e Côa e, como ambos separavam entidades cristãs que partilhavam o mesmo tipo de filosofia militar, pode constatar-se o desenvolvimento linear de fortificações em ambas as margens, cada uma controlada por um opositor¹⁵⁹⁸. No caso de rios onde se ancorou uma defesa contra poderes muçulmanos, verifica-se este modelo

¹⁵⁹⁴ No foral de Abrantes, de 1179, pode ler-se: “... *ut due partes de caballariis uadant in fossatum et tertia pars remaneat in castello*” (PMH-LC-I, p. 418). Outros forais com semelhante referência ao castelo são Palmela, 1185 (PMH-LC-I, p. 430), Sesimbra, 1201 (PMH-LC-I, p. 515), Marvão, 1226, este régio e inspirado diretamente no modelo de Évora (PMH-LC-I, p. 606); Alter do Chão, 1232, outorgado pelo bispo da Guarda, segundo o modelo de Abrantes (PMH-LC-I, p. 623).

¹⁵⁹⁵ O castelo não tem só funções militares. Como salienta Francisco García Fitz, a posição central dos pontos fortificados em todos os cenários medievais e não exclusivamente nos fronteiriços explica-se porque estes desempenhavam funções elementares na ordenação, articulação e controlo do espaço e das gentes (GARCÍA FITZ, 2002, p. 520).

¹⁵⁹⁶ MONTAÑA CONCHINA, 1997, p. 29.

¹⁵⁹⁷ Os conceitos de “defesa avançada” e de “defesa em profundidade” são contemporâneos e meramente operatórios. O primeiro é materializado a partir de posições numa linha defensiva, que procura impedir penetrações do inimigo para a sua retaguarda. O segundo admite essa penetração, sendo o ímpeto do ataque absorvido pela distância que o atacante tem de percorrer e enfraquecido pela extensão das suas linhas de comunicações (PDE 3-00, p. 7-7).

¹⁵⁹⁸ A linha fortificada do rio Minho foi analisada, entre outros, por Amélia Aguiar Andrade (1994, pp. 183-197 *et passim*). No caso do rio Côa, as fortificações das margens esquerda (Portugal) e direita (Leão) são paradigmáticas, uma vez que praticamente cada castelo de uma margem tem um castelo correspondente na margem oposta.

de implantação linear do lado cristão que não encontra correspondente em espelho na margem oposta, ou seja, do lado muçulmano. É o que verificamos ao longo do Mondego, especialmente no seu curso baixo (onde seria orograficamente possível), e também na margem direita do Tejo. Isto deve-se ao modo centralizado como os poderes muçulmanos mobilizavam os recursos militares, com base nos principais centros urbanos, bem recuados em relação à fronteira, como exporemos adiante.

A outra dimensão de um sistema defensivo assente em fortificações é a exercida em profundidade, ou seja, no mesmo eixo da progressão de uma ameaça. Mesmo que um castelo fosse tomado ou contornado, seguir-se-lhe-ia outro. Esta disposição estratégica das fortalezas é bastante comum porque, quer o exercício do poder senhorial e das atividades económicas, quer boa parte dos eixos viários a elas associados, corriam ao longo dos vales prósperos dos rios. Encontramos sistemas equacionados deste modo fundamentalmente no Entre-Douro-e-Minho, onde a orografia tem uma clara orientação Nordeste-Sudoeste, verificando-se, por exemplo, ao longo do Cávado ou do Tâmega, protegendo Braga ou o Porto, como teremos ocasião de desenvolver.

Uma análise da fortificação do ponto de vista estratégico implica identificar a localização dessas estruturas, situá-las nos sistemas em que estavam integradas e nas conjunturas que lhes deram origem e em que estiveram ativos. O arco cronológico estudado, abrangendo século e meio, acrescenta alguns problemas à elaboração, já de si delicada, de uma cartografia ilustrativa da fortificação em Portugal. Se algumas edificações estão bem documentadas e identificadas no terreno, outras há das quais só temos ecos remotos, através de uma menção duvidosa num documento ou de um topónimo sem a deteção de vestígios materiais. É difícil conseguir uma coerência diacrónica total sobre tantas fortificações, das quais um número significativo dispõe de informação lacunar.

No entanto, a constatação da existência de estratégias deliberadas de estabelecimento de redes de fortificações fica bem patente se atentarmos no esforço de edificação por parte do poder régio e poderes dele dependentes. Estas redes são particularmente visíveis nas faixas em que a fronteira se manteve estável por tempo suficiente para os programas de construção se consumarem¹⁵⁹⁹. Reconhecendo a

¹⁵⁹⁹ Veja-se, em sentido oposto, o caso de Germanelo. Edificado em 1144, por D. Afonso Henriques, tornou-se irrelevante quer na defesa de Coimbra, quer como ponto de apoio para a linha do Tejo, depois de

possibilidade de outras abordagens, identificámos no território português e cartografámos, na medida do possível, sete sistemas de fortificações bem evidentes que, fazendo algum sentido do ponto de vista posicional, adquirem pleno significado se estudados na diacronia¹⁶⁰⁰.

4.2.1. A defesa do Minho¹⁶⁰¹

O primeiro sistema identificado é patente na atual região do Minho, onde a rede de castelos funciona, predominantemente, no sentido longitudinal do curso dos rios, ou seja, materializa-se uma defesa em profundidade, embora ao longo do rio Minho tenha havido igualmente uma preocupação de controlo dos principais pontos de travessia e penetrantes deles derivadas. Miguel Gomes Martins identifica as fortalezas ao longo dos rios Minho, Lima e Cávado como três linhas de detenção “quase paralelas, dispostas estrategicamente ao longo dos principais cursos de água da região minhota (...) vocacionadas para, em estreita articulação com esses obstáculos naturais, fazerem face a uma possível incursão armada proveniente da Galiza”¹⁶⁰².

Não desconsiderando esta perspetiva, que também, decerto, existia e se tornou particularmente evidente em cronologias posteriores à que estudamos, parece-nos que, neste caso em concreto, a visão e o efeito de defesa estratégica faziam mais sentido perpendicularmente às “linhas” referidas, ou seja, na profundidade, ao longo de cada linha. Três razões principais sustentam esta hipótese: i) a maioria dos castelos que constituem estas linhas já existia antes de 1128 e foi edificada com outros propósitos que não a defesa de um invasor proveniente da Galiza; ii) uma estratégia deliberada de defesa em linhas de detenção de um invasor galego privilegiaria a fortificação da margem sul dos rios referidos, mas o que se nota é que, à exceção do rio Minho, os castelos portugueses que prevaleceram nos séculos XII e XIII estão localizados em ambas as margens dos cursos de água; e, iii) das principais incursões leonesas no Minho entre 1128 e 1249, só uma parece ter transposto o rio Minho a vau, junto à Lapela, em 1141¹⁶⁰³. No ano anterior, o rei Afonso VII tomou Castro Laboreiro, o que indicia uma entrada

conquistada a linha do Tejo três anos depois, materializada pelas conquistas de Santarém e de Lisboa (BARROCA, 2017, p. 147).

¹⁶⁰⁰ Ver Mapa 7, conjuntos de fortificações que operaram em sistema entre 1128 e 1249, em anexo.

¹⁶⁰¹ O acompanhamento da presente secção encontra-se apoiado por um conjunto de três mapas, em anexo: Mapa 8, *terras* e julgados entre Douro-e-Lima nas Inquirições de 1220), Mapa 9, julgados a norte do Douro em 1258 e Mapa 10, principais castelos ativos no Entre-Douro-e-Minho entre 1128 e 1249.

¹⁶⁰² M.G. MARTINS, 2007, p. 388.

¹⁶⁰³ REILLY, 1996, p. 243.

proveniente da terra de Límia¹⁶⁰⁴. Os movimentos ofensivos portugueses em direção às terras de Límia e Toronho, bem como as respostas leonesas provenientes dessa região não cruzavam o rio Minho, fazendo-se os movimentos pelas portelas das serras da Peneda e Amarela.

Para compreender melhor este tipo de organização, importa ter em conta o sistema de *terras*. De facto, como temos vindo a expor, uma *terra* pode ter mais do que um castelo, mas só um é cabeça-de-terra, cabendo-lhe a responsabilidade de controlo de toda a circunscrição. O castelo ou “alcaldaria” arrecadava os impostos da *terra* em troca de defesa e segurança das populações. Por isso, a leitura funcional dos castelos – especialmente os do Entre-Douro-e-Minho, tem de considerar não só o local específico da fortaleza, mas também os limites da *terra* que lhe correspondem que, por vezes, abrange as duas margens de um mesmo rio, como ocorria, por exemplo, em 1220 na *terra* de Bouro em relação ao rio Homem, na de Faria em relação ao rio Este ou na de Celorico em relação ao rio Tâmega¹⁶⁰⁵.

Da linha do rio Minho faziam parte, de jusante para montante, o castelo de Côtó da Pena (c. Caminha)¹⁶⁰⁶, um ponto fortificado no monte de Góis, freguesia de Lanhelas (c. Caminha)¹⁶⁰⁷ e os castelos de Cerveira¹⁶⁰⁸, Fraião (c. Valença)¹⁶⁰⁹, Lapela (?)¹⁶¹⁰ – Pena da Rainha¹⁶¹¹ e Melgaço¹⁶¹². Neste conjunto, Fraião e Pena da Rainha, mais

¹⁶⁰⁴ DR, doc. 186 de 1141, abril, 16.

¹⁶⁰⁵ Ver mapa 8, em anexo. Apesar disso, a relevância do rio Minho enquanto fronteira era muito grande, já que os grandes centros do Portucale da primeira metade do século XII, Braga, Guimarães e Porto, se encontravam a sul daquele importante curso de água (C. BARROS, 1994, pp. 27-30).

¹⁶⁰⁶ Que já estava desativado em 1258, mas que ainda é referido nas Inquirições como “...o monte u steve o castelo de Camina” (PMH-I, p. 349a). Note-se o uso do termo “castelo” e não “castro”, “mons” ou equivalente. Note-se, também, a existência da *terra* de Caminha em 1258 (MATTOSO, 1995, vol. 2, pp. 226-227).

¹⁶⁰⁷ A. ANDRADE, 1994, p. 189.

¹⁶⁰⁸ Referenciado, por exemplo, no foral de Elvas de 1229, em que um dos confirmantes é o *tenens* do castelo de Cerveira (PMH-LC-I, p. 620).

¹⁶⁰⁹ PMH-I, pp. 358, 359, 361 e 368 de 1258. Fraião controlava, regionalmente, o itinerário mais direto que, de Valença ou dos vaus da Lapela (como Carexe), se dirigia para Ponte de Lima.

¹⁶¹⁰ Apesar de Mário Barroca assinalar o castelo como ativo (2003d, p. 107), é possível que não existisse nos séculos XII e XIII. O lugar é mencionado por Herculano como de fundação por D. Afonso Henriques, em data desconhecida, mas nada alude ao castelo (1982, p. 3). As Inquirições de 1220 e de 1258 mencionam a “vila” e reguengo da Lapela sem nunca mencionarem algum tipo de fortaleza ou castelo (PMH-I pp. 32, 52 e 116 de 1220; pp. 1433, 1434 e 1513 de 1258). Desconhece-se, portanto, a data da edificação da fortificação (ALVES, 1987, p. 65). O castelo existia em 1474 (A. ANDRADE, 1994, pp. 18, nota 25) e foi incluído no Duarte d’Armas, no século XVI. Tendo em conta a topografia da região e a localização do castelo de Pena da Rainha a 7 quilómetros da Lapela, na profundidade, dominando o vale mais evidente de penetração, é de considerar a possibilidade de não existir um castelo na Lapela nos séculos XII e XIII. Ver, também, a nota 1613.

¹⁶¹¹ CM, p. 331, anterior a 1249.

¹⁶¹² CAIII-I, doc. 87 de 1258.

recuados em relação ao rio e situados na linha de festo que separa as bacias dos rios Minho e Lima, não deixariam de operar como parte do sistema, face a um invasor que cruzasse o primeiro, desde logo porque, a norte, o limite das respetivas *terras* era o próprio rio¹⁶¹³. Os castelos de Castro Laboreiro¹⁶¹⁴, Lindoso¹⁶¹⁵, Bouro¹⁶¹⁶, Piconha¹⁶¹⁷, Portelo¹⁶¹⁸, São Romão (Barroso)¹⁶¹⁹ e Montalegre¹⁶²⁰ encerravam as principais penetrantes na região por Nordeste, uma área serrana em que a compartimentação orográfica é longitudinal¹⁶²¹.

¹⁶¹³ MATTOSO, 1995, vol. 2, pp. 226-227. A relevância do castelo de Pena da Rainha neste sistema defensivo ficou bem patente logo em 1141 quando Afonso VII, depois de atravessar o rio Minho nos vaus em torno da Lapela, o veio cercar (REILLY, 1996, p. 243). Note-se que, por um lado, não há notícia de nenhuma fortificação ou ação contra a travessia leonesa na Lapela e que, por outro lado, o ponto defensivo que se procurou conquistar tenha sido Pena da Rainha, essencial para garantir a posse da travessia do rio Minho, de novo para Norte, no caso de uma retirada e da manutenção de uma ligação aberta com a Galiza. Mais tarde, entre 1258 e 1321, a Coroa promoveu o consistente e deliberado desenvolvimento urbano de Melgaço, Valença, Viana, Monção, Caminha e Vila Nova de Cerveira, consolidando-as como estruturas centrais da defesa do rio Minho (A. ANDRADE, 1993, pp. 121-125).

¹⁶¹⁴ Mencionado em DR, doc. 186 de 1141, abril. Em 1141, D. Afonso Henriques recuperou o castelo de Castro Laboreiro, que tinha sido tomado pelos leoneses meses antes.

¹⁶¹⁵ PMH-I, p. 414 de 1258. Não é referido nas Inquirições de 1220, o que levou Carlos Alberto Ferreira de Almeida a inferir que se trata de uma obra do início reinado de D. Afonso III (1987, p. 124). A arquitetura do castelo introduziu uma série de invoções, nomeadamente o adossamento da torre de menagem a um dos panos de muralha e a existência de matacões, aproximando-o do paradigma do castelo gótico (ALMEIDA e BARROCA, 2002, p. 82). Embora saibamos que nele ocorreu uma reforma dionisina (M.G. MARTINS, 2007, p. 426), esta relativa modernidade original da fortaleza poderá ter levado, mais de um século depois, em documento de 1370, o rei D. Pedro a expressar a intenção de mandar construir um castelo no julgado de Froiã semelhante ao de Lindoso (ANTT. Chancelaria de D. Fernando, Livro I, fls. 59-59vº).

¹⁶¹⁶ PMH-I, p.91 de 1220.

¹⁶¹⁷ O foral do castelo da Piconha foi outorgado por D. Sancho I. O documento foi, entretanto, perdido, mas o foral novo de 1515 aponta para a sua existência. É possível que *O Povoador* tenha também mandado edificar o castelo de Portelo de Sendim (HENRIQUES, 2003, pp. 100-103).

¹⁶¹⁸ Localizado na Portela do Larouco e mandado edificar no reinado de D. Sancho I, provavelmente na sequência do fossado da Piconha, de 1187. Considerando as semelhanças morfológicas com o de Piconha, é grande a probabilidade de ambas as fortalezas serem contemporâneas (HENRIQUES, 2003, p. 109).

¹⁶¹⁹ O castelo de São Romão (paróquia de Viade, c. Montalegre), também conhecido como castelo de Barroso (PMH-I, p. 136b) perdeu importância, no início do reinado de D. Afonso III, com o foral de Montalegre e a transferência para aquele local no novo castelo *cabeça-de-terra*. António Castro Henriques indicou São Romão como operacional em 1258, embora a Inquirição daquele ano não mencione nenhuma obrigação dos moradores em relação ao castelo em causa (os moradores do lugar de São Romão tinham de acompanhar a hoste até onde pudessem regressar a casa no próprio dia, mas não têm nenhuma outra obrigação militar, PMH-I, p. 1515). Há um documento posterior que menciona expressamente a fortaleza, em 1271, pelo qual D. Afonso III concede carta de foro de dois terços do herdamento do castelo de São Romão (CAIII-II, doc. 461 de 1271, março, 5). Em 1308 referencia-se um alcaide em São Romão, pelo que, apesar de ter passado para segundo plano em relação ao castelo de Montalegre, não deve ter sido desativado (HENRIQUES, 2003, p. 182, n. 530). Esta coexistência dos dois castelos durante longo tempo pode justificar-se com a demora na edificação do castelo de Montalegre, que só ficou concluída em 1331 (M.G. MARTINS, 2016, p. 76).

¹⁶²⁰ O castelo já devia ser uma realidade anterior ao foral de 1273 porque D. Afonso III refere, do alcaide “*qui faciat mihi menagem de meo alcazar*” (PMH-LC, p. 729 de 1273).

¹⁶²¹ Mário Jorge Barroca assinalou a existência de um castelo na Portela do Homem (2003d, p. 107). No entanto, as Inquirições de 1220, as populações da região têm obrigação de “*custodire castellum et Portellam de Homem in tempore guerre*” (PMH-I, p. 95b), ou seja, o castelo e a portela, sugerindo entidades diferentes. Nas Inquirições de 1258 surge um testemunho mais expressivo ainda, na freguesia de São Paio de Seramil, Julgado de Bouro: “*vam tapar a Portella d Omem quando os chamam*” (PMH-I, p. 421). A portela, por si só, já constituía um estrangulamento significativo, que podia ser “tapado”. Note-se que não

Assim, no curso alto desses rios, Lindoso controlava o vale do Lima; Bouro (com apoio avançado na garganta da Portela do Homem) controlava o Homem e o acesso à travessia do Cávado nas imediações do local onde, no século XIV, se veio a edificar a ponte de Prozelo¹⁶²²; enquanto a Piconha, São Romão, Portelo e Montalegre dominavam o curso alto deste último rio¹⁶²³.

Outra parte do dispositivo operacional nos séculos XII e XIII¹⁶²⁴, com relevância para a defesa contra o invasor leonês, desenvolvia-se ao longo dos cursos dos rios Lima e Cávado ou nas linhas de alturas que dominavam os seus vales. Descendo o Lima, a seguir ao já referido castelo de Lindoso, encontravam-se os castelos de Santa Cruz¹⁶²⁵ (na margem direita) e Aboim da Nóbrega¹⁶²⁶ (na esquerda). Este último encontrava-se equidistante entre os rios Lima e Homem, embora julguemos que tendencialmente estivesse focado no controlo do primeiro, já que, em 1220, a *terra* do juiz de Bouro, a Sul, abrangia ambas as margens do rio Homem¹⁶²⁷. Mais a jusante, encontramos os castelos de Santo Estêvão da Facha (ou de Riba Lima)¹⁶²⁸ e o de São Martinho¹⁶²⁹. Pelo menos estes últimos deveriam ter correspondido às fortificações que, no século X e primeira metade do século XI, as populações locais edificaram como resposta defensiva às incursões normandas¹⁶³⁰. Entre a foz do Lima e a do Cávado, mas um pouco mais

há menção explícita à existência de um castelo, nem sequer um *castro* ou um *mons*. O castelo que as populações servem é o de Bouro.

¹⁶²² Situa-se na freguesia de Pousada, entre os atuais concelhos de Amares e Braga. Também designada “Ponte do Porto”, evidencia que, mesmo antes da sua edificação, o local era utilizado para a travessia do Cávado.

¹⁶²³ Do lado galego houve, também, a edificação de castelos para fazer face à nova realidade fronteiriça que representava o rio Minho. Sobre este assunto, veja-se C. BARROS, 1994, pp. 28-29. Sobre a região de Límia em particular, consulte-se OLIVERA SERRANO, 2001, pp. 99-113.

¹⁶²⁴ Os castelos do século XII e XIII constituem, no Entre-Douro-e-Minho, os remanescentes dos anteriores castros das *civitates*, tendo Carlos Alberto Ferreira de Almeida chegado a contabilizar 187 e a estimar um universo de 200 a 300 castelos entre os séculos IX e XI. No século XII seriam já só pouco mais de meia centena (BARROCA, 2003a, pp. 179-180)

¹⁶²⁵ Originalmente um castelo roqueiro (A. ANDRADE, 1999, p. 81), pode ter estado funcional durante parte da cronologia em estudo, quase seguramente no século XII, mas já estava desativado em 1258, uma vez que na ata das Inquirições correspondente à freguesia de Santa Comba de Vila Fonche registou-se “*ora jaz esse castello derribado*” (PMH-I, p. 379).

¹⁶²⁶ PMH-DC 420 de 1059, onde é designado por *castrum*. Referido como *castellum* em PMH-I, p. 38 de 1220.

¹⁶²⁷ Mesmo em 1258, quando se verifica a existência do Julgado de Regalados, este abrange boa parte da margem direita do rio Homem, mantendo-se a *terra* da Nóbrega entre este novo julgado e o rio Lima (MATTOSO, 1995, vol. 2, pp. 226-227).

¹⁶²⁸ Mencionado como “*castro d Oaia*”, em 1125 (DR, doc. 69 de março, 4), é um castelo ainda ativo em 1258 (PMH-I, p. 344).

¹⁶²⁹ São Martinho do Outeiro, Terra de São Martinho, Julgado de Ponte de Lima. Mário Barroca sinaliza-o (2003d, p. 107), bem como Iria Gonçalves (2012b, p. 18).

¹⁶³⁰ BARROCA, 2003a, p. 177. Hélio Pires identificou algumas fortificações relacionadas com este contexto (2017, pp. 198-209). Iria Gonçalves assinalou que, em toda a costa minhota, em 1258 só a foz do Lima continuava a causar preocupações que justificavam a mobilização de populações em caso de guerra

próximo do primeiro, erguia-se o castelo de Neiva¹⁶³¹, cabeça da *terra* do mesmo nome. A bacia do Cávado também contava com castelos que contribuíam para a defesa dos eixos de progressão provenientes da Galiza. No seu afluente Homem, os já referidos de Bouro e Penela¹⁶³² tinham possibilidade de se apoiar mutuamente e “fechar” a passagem para Braga¹⁶³³. Na margem esquerda no Cávado, os castelos de Penafiel de Soaz¹⁶³⁴ e Lanhoso¹⁶³⁵ conferiam uma possibilidade de defesa sobre um inimigo que conseguisse cruzar na zona onde mais tarde se ergueu a ponte de Prozelo¹⁶³⁶. E junto à foz do rio, na margem esquerda exercendo controlo sobre o curto troço navegável, o castelo de Faria, cabeça da *terra* do mesmo nome¹⁶³⁷.

Interessa relembrar que muitos dos castelos do Entre-Douro-e-Minho não foram edificadas com o propósito deliberado de conter invasões provenientes da Galiza, mas sim do Sul muçulmano. A maioria eram castelos cabeça-de-terra, muitos sobreviventes do período anterior, e alguns deles transformados em castelos românicos que controlavam as *terrae* que lhes correspondiam. Só na bacia hidrográfica do rio Ave, contabilizavam-se cinco castelos correspondentes a outras tantas *terrae*. De montante para jusante, o castelo de Montelongo (c. Fafe, entre os rios Ferro e Vizela)¹⁶³⁸ e o de São Mamede-Guimarães¹⁶³⁹; mais a ocidente, Penafiel de Bastuço (sobre o rio Este)¹⁶⁴⁰, Vermoim¹⁶⁴¹ e Refóios-Monte Córdova (c. Santo Tirso, na margem esquerda do Ave)¹⁶⁴².

(2012a, p. 36). Também deve ser considerada a defesa contra incursões muçulmanas, nomeadamente as campanhas de Ibn Abi Amir *al-Mansur* de 986-987, 990, 994 e 997 (M.G. MARTINS, 2016, p. 22).

¹⁶³¹ Mencionado, por exemplo, em PMH-I, I, 103 de 1220.

¹⁶³² Já mencionado em 1055-65 (PMH-LC, p. 344) e também em 1220 (PMH-I, p. 100).

¹⁶³³ Interessa considerar que, pelo menos desde o século XI, existiu uma ação deliberada de dotar a cidade episcopal de Braga de uma coroa de fortalezas que lhe garantisse a defesa (BARROCA, 2000c, vol. I, p. 330).

¹⁶³⁴ PMH-I, p. 248a de 1220.

¹⁶³⁵ Mesmo no século XI, num estágio pré-românico, a sua função de defesa da cidade de Braga era clara. O bispo D. Pedro, restaurador da diocese, documentado no cargo entre 1071 e 1091, ordenou importantes obras de beneficiação (M.G. MARTINS, 2016, p. 33). Foi refúgio de D. Teresa em 1128. Manteve-se ativo durante toda a cronologia em estudo, sendo profusamente referenciado nas fontes, como por exemplo, em DS, doc. 31 de 1188, março, 24. Veja-se também BARROCA, 1991, pp. 111-115.

¹⁶³⁶ Veja-se nota 1622.

¹⁶³⁷ PMH-I, p. 111, de 1220.

¹⁶³⁸ PMH-I, p. 133, de 1220.

¹⁶³⁹ VMH-I, doc. 14 de 968; *Chronica Gothorum*, PMH-S, I, p. 12; PMH-I, p. 9 de 1220.

¹⁶⁴⁰ DS, doc. 31 de 1188, março, 24.

¹⁶⁴¹ PMH-I, p. 63 de 1220.

¹⁶⁴² VMH-II, doc. 195, p. 178, nota 1.

4.2.2. A brecha de Chaves e os vales do Tâmega e Corgo¹⁶⁴³

Se, junto a Chaves, a configuração do terreno originou a necessidade de mais do que um castelo para controlo da região, as duas principais vias que, a partir dali, penetravam no interior do reino – os vales dos rios Tâmega e Corgo – suscitaram, em profundidade, o surgimento de fortalezas ao longo dos seus cursos. Em meados do século XIII parecem já coexistir, na região de Chaves, três fortalezas muito próximas, o que atesta a importância dada à defesa da região e a consciência do papel de “ferrolho” face àqueles eixos de penetração.

A fortaleza mais antiga, e provavelmente o primeiro castelo-cabeça-de-terra da região¹⁶⁴⁴, foi o de Batocas, mais tarde Monforte de Rio Livre¹⁶⁴⁵. Mas o castelo de Santo Estêvão¹⁶⁴⁶ parece ter-se convertido no centro militar da região flaviense no século XII e primeira metade da centúria seguinte. O de Chaves, que acabou por assumir a preponderância, também já devia existir na primeira metade do século XIII, pois as Inquirições de 1258 referem-se aos “*homines de populla de Castello de Clauibus*”¹⁶⁴⁷.

No sentido Norte-Sul, em direção à região de Ribadouro, a progressão de um invasor deparava-se com o castelo de Aguiar da Pena¹⁶⁴⁸, em cujas imediações se situava também o de Montenegro, na encosta Leste da serra da Padrela e, portanto, sem domínio direto sobre o itinerário principal e eixo que conduz ao Corgo¹⁶⁴⁹. De Aguiar da Pena, a

¹⁶⁴³ O acompanhamento da presente secção encontra-se apoiado pelo Mapa 11, principais fortificações ativas nos cursos do Tâmega e Corgo, 1128-1249), em anexo.

¹⁶⁴⁴ FONTE e CARDOSO, 2005, pp. IX-2.

¹⁶⁴⁵ Há notícia do castelo desde o século XI, sendo referido por “*civitatem de Batocas*” (LF, doc. 359 de 1072) e “*mons Batocas*” (LF, doc. 400 de 1086). Em 1155, uma herdade em Torre é referenciada como “*sub monte Batocas*”, ou seja, sob a jurisdição do castelo (LF, doc. 542 de 1155). Nesta altura ainda devia dispor de uma arquitetura rudimentar, herdada do tempo das *civitates*. É possível que o castelo românico seja contemporâneo do foral de Monforte de Rio Livre de 1273 (PMH-LC, p. 731 de 1273).

¹⁶⁴⁶ CAIII-I, doc. 141 de 1253, maio, 15 e PMH-I, p. 1355, de 1258. A confirmação do foral de Bragança, por D. Afonso III, foi exarada no castelo de Santo Estêvão (CAIII-I, doc. 6 de 1253, maio, 20).

¹⁶⁴⁷ PMH-I, p. 1353 de 1258. O castelo poderia estar ainda em construção nessa data. As muralhas da vila receberam restauro entre 1262 e 1264 (M.G. MARTINS, 2007, p. 403).

¹⁶⁴⁸ Mencionado, por exemplo, em PMH-LC, p. 443 de 1220. Existem evidências de uma continuidade de ocupação desde o período romano até ao século XIII (BARROCA, 1985/1986, p. 36).

¹⁶⁴⁹ Mas ainda assim foi alvo de devastação por ocasião das ofensivas leonesas no Minho e em Trás-os-Montes em 1212 (ML-IV, fls. 77-77v.) e mesmo objeto de ocupação por parte de Afonso IX. No documento de 1223, em que foram acordadas as pazes entre as infantas, tias de D. Sancho II, e o rei, Montenegro figura entre as localidades afetadas (M.G. MARTINS, 2014b, p. 454). Um pouco mais a sul ficava o castelo de Noura, desativado e em ruínas, que viria a ser reabilitado após o foral de D. Afonso III de 1268, não cabendo, portanto, na cronologia estudada (R.A. TEIXEIRA, 2002, p. 469).

descida em direção ao Douro teria ainda de cruzar as áreas de influência dos castelos de São Cristóvão¹⁶⁵⁰ e de Penaguião¹⁶⁵¹.

Se, da região de Chaves, se pretendesse atingir o Porto, a via mais direta seguia o curso do Tâmega. Aqui, os castelos de Arnóia¹⁶⁵² e de Santa Cruz de Riba Tâmega¹⁶⁵³, na margem direita, bem como os de Gouveia¹⁶⁵⁴ e Benviver¹⁶⁵⁵ na margem esquerda do rio, desempenhariam o seu papel defensivo. No curso médio do Douro, em ambas as margens, os castelos multiplicavam-se com um tipo de funcionalidade de afirmação de poder senhorial muito semelhante à do Entre-Douro-e-Minho, como observaremos adiante.

Longe dos principais centros de poder do novo reino e de soberania ainda mal definida, a região de Chaves não foi foco de atenção dos primeiros dois monarcas quanto à estruturação do território, o que pode explicar a prevalência do modelo condal, até muito tardiamente, na arquitetura do castelo cabeça-de-terra. Talvez essa debilidade construtiva explique a facilidade com que Afonso IX de Leão se apropriou da região, em 1211-12¹⁶⁵⁶. É esta condição que D. Afonso III irá corrigir, a partir da década de 1250, labor que será continuado por D. Dinis, preocupado com a defesa da fronteira em toda a sua extensão¹⁶⁵⁷.

¹⁶⁵⁰ O castelo de São Cristóvão, *cabeça-de-terra* de Panóias, está profusamente documentado nos séculos XII e XIII (DS, doc. 187 de 1189-1209; PMH-LC, pp. 551-552, de 1212; PMH-I, p. 121 de 1220, por exemplo). Sobre a evolução deste castelo veja-se R.A. TEIXEIRA, 2002, pp. 467-470.

¹⁶⁵¹ PMH-I, p. 1171 de 1258. *Cabeça-de-terra* de Penaguião, o castelo ficaria situado um pouco mais a norte de Santa Marta, na aldeia de Fonte, num cabeço onde agora está uma igreja (R.A. TEIXEIRA, 2002, p. 470).

¹⁶⁵² PMH-I, p. 134, de 1220.

¹⁶⁵³ *Cabeça-de-Terra* de Santa Cruz de Sousa. Em 1220, os moradores das paróquias de Santo Isidoro e Santa Cristina de Toutosa (c. Marco de Canaveses) serviam no castelo (PMH-I, p. 151, de 1220).

¹⁶⁵⁴ Hoje em São Simão (c. Amarante). Mencionado, por exemplo, em PMH-I, pp. 627 e 1148 de 1258.

¹⁶⁵⁵ Em Alpendurada (c. Marco de Canaveses). O castro de Arados é mencionado em DR, doc. 52, de 1122 e devia ser o mesmo conhecido, depois, como castelo de Benviver. Este surge, por exemplo, em DR, doc. 108, de 1130; DS, doc. 31 de 1188, março, 24. A respeito do castro de Arados e do castelo de Benviver, que constituiu *cabeça-de-terra* do mesmo nome serem a mesma estrutura, melhorada no século XI, consulte-se A. SILVA, 2016, p. 36.

¹⁶⁵⁶ Com uma surpreendente rapidez, desferiu ataques a Leste, na região de Bragança e Lapaças, chegando mesmo a cercar Algosó; a Oeste, assolou a região do Barroso e invadiu o Minho; a Sul, desceu até Aguiar e Panóias, mas acabou por conservar sob seu controlo, precisamente, a região de Chaves – Montenegro. A ofensiva leonesa deu-se numa extensão tal que os mais próximos colaboradores de Afonso II devem ter percebido que era a própria sobrevivência do reino que estava em causa (VILAR, 2008, pp. 130-131). Em 1219, a região seria alvo de nova invasão, desta vez com posse leonesa efetiva até à celebração do acordo do Sabugal, em 1231 (CM, p. 422 e H. FERNANDES, 2010, p. 360 e 364).

¹⁶⁵⁷ M.G. MARTINS, 2007, p. 403 e 414.

4.2.3. Bragança¹⁶⁵⁸

Como tivemos ocasião de apresentar antes, a região de Bragança estava mais exposta a incursões leonesas provenientes das terras de Aliste (região de Sanabria) do que as regiões vizinhas. A oeste, a serra de Montesinho e a leste o vale encaixado do Douro deixavam a descoberto uma região predominantemente planáltica que, a partir de Alcañices¹⁶⁵⁹, se percorria com relativa facilidade no sentido norte-sul. Talvez resida aqui uma das razões pelas quais os castelos de Tourãos¹⁶⁶⁰, Mós¹⁶⁶¹ e Alvelima¹⁶⁶² e Outeiro de Miranda¹⁶⁶³, mesmo não se apoiando em nenhum obstáculo linear, formem como que uma cintura a sul de Bragança. E foi por isso que D. Sancho I decidiu transferir a cabeça-de-terra de Alvelima para o novo local mais a norte (e, portanto, mais resguardado do principal eixo de penetração leonês), concedendo foral a Bragança, em 1187, e promovendo a construção de um novo castelo, no lugar de Benquerença¹⁶⁶⁴.

¹⁶⁵⁸ O acompanhamento da presente secção encontra-se apoiado pelo Mapa 12, principais fortificações ativas na região de Bragança, 1128-1249, em anexo.

¹⁶⁵⁹ A relevância do castelo leonês de Alcañices, como ponto de apoio para incursões em território português, era de tal ordem, que foi o local escolhido para a celebração do tratado de 1297, que estabilizou a fronteira entre os reinos de Portugal e de Castela.

¹⁶⁶⁰ O castelo é expressamente mencionado no foral de Rebordãos (DS, doc. 179 de 1208, novembro).

¹⁶⁶¹ PMH-LC-I, p. 390 de 1162, dezembro.

¹⁶⁶² Também conhecido por Alfenim ou Pinela. Francisco Manuel Alves, abade de Baçal, refere que D. Sancho I teria promovido a construção do castelo antes de 1187 (ALVES, 1909-1948, Vol. IX, pp. 149-151). Há vestígios arqueológicos que apontam para uma ocupação desde a Idade do Ferro até à Idade Média, sendo o património visível compatível com um povoado fortificado. O castelo parece, no entanto, ter sido uma realidade com grande importância, já que as Inquirições de 1258 registam que o representante do rei ali tinha residido, numa época que ainda estava na memória dos moradores de Santa Cruz de Serapicos (c. Bragança): *“levabant inde paradam ad hominem domini Regis qui stabat in Alveliam ante quam villa de Bragancia esset populata”* (PMH-I, p. 1290a e b, de 1258).

¹⁶⁶³ Mário Jorge Barroca assinalou o castelo de Outeiro de Miranda como operacional antes de 1200 (BARROCA, 2003d, p. 107). Ana Oliveira apontou recentemente que o castelo surge explicitamente referido somente em 1361 e que nas Inquirições de 1258, a paróquia de Santa Maria de Outeiro é referida como pertencendo ao mosteiro de Castro de Avelãs, sem nenhuma referência à fortificação (A.M. OLIVEIRA, 2016). Acrescenta, no entanto, apoiada em Francisco de Sande Lemos que, mesmo sem nenhuma evidência arqueológica, a povoação possa ter sido um castro, dada a sua posição estratégica (A.M. OLIVEIRA, 2015, p. 37; LEMOS, 1993, pp. 70-72; 113-115; 121-122; 416-418). Ora, considerando que Outeiro vem referido num escambo entre D. Sancho I e o mosteiro de Castro de Avelãs (DS, doc. 76 de 1194, dezembro, 2); considerando também que o topónimo “outeiro” deve significar mais do que um acidente de terreno, na mesma linha que os topónimos *“mons”* ou *“civitatem”* e que, em 1290, num outro escambo entre a coroa e o mosteiro, a povoação de “Outer de Muas” é referida como jacente ao pé do Outeiro de Miranda (ANTT, *Gavetas*, XII, mç. 8, doc. 5), é de admitir que o local já fosse fortificado desde tempos anteriores, podendo estar em atividade nos séculos XII e XIII.

¹⁶⁶⁴ As muralhas de Bragança foram mandadas edificar por D. Sancho I, provavelmente na sequência do foral outorgado à vila em junho de 1187 (DS, doc. 24). Não é seguro que tivesse sido edificado o castelo na mesma altura. Situava-se num lugar designado por Benquerença e no codicilo ao seu primeiro testamento, o rei destina verba para a construção dos muros (DS, doc. 31 de 1188, depois de março, 24).

O castelo de Algosos¹⁶⁶⁵ podia apoiar a defesa de Bragança, convocando gentes para desferir ataques contra a retaguarda do invasor, tendo tal papel ficado patente em 1199, na insistência leonesa na ocupação daquele ponto forte, que não podia, por isso, ser ignorado¹⁶⁶⁶. A relevância estratégica deste castelo, ponto-chave para a defesa da região, foi confirmada por D. Sancho II que, em 1224, o doou à Ordem do Hospital¹⁶⁶⁷.

O eixo Alcañices – Algosos¹⁶⁶⁸ infligia para ocidente, na direção de Balsamão¹⁶⁶⁹ e depois de Montenegro¹⁶⁷⁰, rumo ao interior do Entre-Douro-e-Minho. Quando Lucas de Tui descreve a ofensiva de Afonso IX de Leão de 1212, enumera os castelos conquistados em dois grupos: primeiro Balsamão, Algosos e Fresno¹⁶⁷¹ e “*ex alia parte*” Lanhoso, Melgaço e Contrasta. Provavelmente foram dois ataques e não um, pela distância entre os conjuntos, pela descontinuidade territorial e pela localização específica das fortalezas mencionadas. Porém, fica óbvio que o ataque desferido na região de Bragança-Lampaças escolheu como objetivos os castelos que permitiam o domínio daquela faixa de território.

¹⁶⁶⁵ CM, p. 416, referido a 1212. PMH-I, p. 1266, de 1258. O castelo foi edificado no século XII, num planalto delimitado pelo rio Maças e a ribeira da Angueira, sobre uma estrutura pré-existente muito próxima e a sudoeste de uma outra fortificação alto-medieval, o que traduz bem a sua relevância como ponto de defesa (LEMOS, 1995, pp. 122-123).

¹⁶⁶⁶ Entre janeiro e maio de 1199, Afonso IX conquistou Algosos antes de ir colocar cerco a Bragança (P. GOMES, 1993, p. 175) e teve a mesma preocupação estratégica em 1211 ou 1212, no contexto de nova ofensiva contra Portugal (VILAR, 2008, p. 354).

¹⁶⁶⁷ RSII, doc 13 de 1224, abril, 1; PMH-I, p. 1279a de 1258.

¹⁶⁶⁸ A tensão fronteiriça na região era uma constante, com uma multiplicidade de intervenientes: os cavaleiros de Zamora e de Leão, os templários de Alcañices, os hospitalários e os mosteiros de Moreruela e de São Martinho da Castanheira (VENTURA, 1998, p. 32).

¹⁶⁶⁹ CM, p. 416, referido a 1212.

¹⁶⁷⁰ Também designado por castelo de Gouveia (M.G. MARTINS, 2007, p. 389), foi um dos castelos saqueados por Afonso IX na invasão de 1212 (ANTUNES, *et al.*, 1984, p. 57; P. GOMES, 1993, pp. 187, nota 11). Num documento do tombo do Mosteiro de San Martín de Castañeda, na Sanabria, Fernão Fernandes de Bragança surge, em 1217, como “*tenente Bragantia et Miranda et Montenegro*”, o que sugere a possibilidade da existência de um castelo *cabeça-de-terra* em cada local (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 1973 doc. 121, de 1217).

¹⁶⁷¹ Pensamos poder ser Miranda do Douro. Poder-se-ia tratar de Freixo (c. Freixo de Espada-à-Cinta), mas a conquista deste castelo decerto implicaria o domínio de outros castelos mais a norte, como Penas Róias e Mogadouro. Além disso faz pouco sentido ir tomar um castelo tão distante, que defende uma travessia do Douro, numa situação em que aquele rio não constituía obstáculo, uma vez que a invasão se tinha dado por outro eixo. Por conseguinte, colocamos a hipótese deste “*Fresno*” corresponder ao castelo de Miranda do Douro, que se situava na confluência do rio Fresno com o rio Douro. O povoamento de Miranda ocorreu entre os séculos X e XI e as primeiras referências documentais seguras são: DR, doc. 312, de 1172, julho; DS, doc. 97 de 1196, agosto; DS, doc. 103 de 1189-1197 e DS, doc. 113 de 1195-1198. Em nenhum documento se menciona o castelo e o povoado é referido pela designação de “Miranda” e nenhuma outra. Mas é de admitir como hipótese que o bispo tudense, ao escrever o *Chronicon Mundi* ao serviço da rainha Berenguela de Castela, em 1236, se referisse ao castelo pelo nome do rio. O castelo de Miranda é de reconstrução no reinado de D. Dinis, mas junto à porta oeste há um troço de muralha com características que sugerem ser de construção anterior (BARROCA, 2008-2009, p. 220).

4.2.4. De Miranda a Açafa (passando pelo Sabugal)¹⁶⁷²

A fronteira leste a norte do Tejo pode ser descrita, em perspetiva estratégica, através de dois sistemas de fortificações que, configuravam uma linha contínua que, iniciando na terra de Miranda, se prolongava em direção ao Douro e depois era continuada, a sul deste rio, pelas fortalezas de Ribacoa e acabou por, no final do século XII, atingir a linha do Tejo. O princípio que conduziu à edificação e desenvolvimento destas fortificações raianas foi semelhante de ambos os lados da fronteira (português e leonês) e é particularmente evidente a sul do Douro.

A articulação entre as fortalezas do Leste transmontano e da região do Côa ocorreu de forma indireta, ou seja, não se podiam apoiar mutuamente por duas razões: primeiro porque o atual curso do “Douro internacional” oferecia um obstáculo de maior monta à travessia do que o Côa; e segundo, porque a colonização dos espaços a norte (Bragança e Lampaças) e a sul do Douro (Ribacoa) ocorreu de modo distinto¹⁶⁷³. Estes dois fatores explicam que, entre os séculos XII e XIII, à medida que o reino de Portugal se foi consolidando, se tenha assistido a uma multiplicação de castelos na região do Côa que não encontrou paralelo a norte do Douro¹⁶⁷⁴. Acrescente-se, ainda, que era a região do Côa que se ligava à estrada da Beira e ao acesso a Coimbra, cada vez mais importante politicamente no século XII, ao passo que as terras de Bragança e Lampaças não conferiam acesso direto a nenhum objetivo importante ou que pudesse colocar em causa a viabilidade do reino¹⁶⁷⁵.

No início do reinado de D. Afonso Henriques, a preocupação dominante dos Bragançons, senhores de grande parte destes territórios, não parece ter sido o reino de Leão. O foral de Numão, outorgado por Fernão Mendes, tenente de Bragança e Lampaças

¹⁶⁷² O acompanhamento da presente secção encontra-se apoiado pelo Mapa 13, principais fortificações ativas entre Miranda e Açafa, 1128-1249, em anexo.

¹⁶⁷³ Resultando numa região senhorial, de muito baixa densidade populacional, sob domínio dos Bragançons a norte (P. GOMES, 1993, p. 172 e BARROCA, 2008-2009, p. 218) e uma área a sul do rio, colonizada e organizada no período condal no século X. Com efeito, o interflúvio Côa-Távora dispunha de um conjunto de castelos enumerados no testamento de D. Flâmula Rodrigues, em 960: Trancoso, Moreira (de Rei), Longroiva, Numão, Mêda, Muxagata e Alcarva (?), Penedono, Sernancelhe e Caria. No final daquele século, as campanhas de Ibn Abi Amir al-Mansur fizeram cair todo aquele território em mãos muçulmanas, sendo recuperados na “Campanha das Beiras” de Fernando I, entre 1055 e 1064 (BARROCA, 2008-2009, pp. 208-209 e 214-215).

¹⁶⁷⁴ Por parte do reino de Leão, os dois castelos dignos de nota são o de Fermoselle (LADERO-QUESADA, 1998, p. 679) e de Vilvestre, talvez de inícios do século XIII, sendo que toda a margem esquerda do “Douro Internacional” se pauta pela falta de castelos, em contraste vivo com os empreendimentos de defesa do reino de Leão na linha do Côa.

¹⁶⁷⁵ Sobre este assunto, vide p. 132 e seguintes.

e cunhado de D. Afonso Henriques, data de 1130 e contém indícios de que a região era tida como uma “*estremadura*”¹⁶⁷⁶. Ainda antes de 1145, o mesmo prócere pode também ter concedido carta análoga a Longroiva¹⁶⁷⁷, tendo, nesse ano, doado o respetivo castelo à Ordem do Templo, em conjunto com duas outras fortalezas: Mogadouro e Penas Róias¹⁶⁷⁸. Nesta altura, tanto os forais como a entrega dos castelos aos templários são indiciadores da relevância dada à defesa contra um possível invasor muçulmano¹⁶⁷⁹.

Enquanto o enquadramento foi protagonizado pelos Bragançons, assistiu-se a uma coerência entre ambas as margens do Douro, alinhada com os interesses daquela linhagem. Mas a segunda metade do século XII trouxe um cenário diferente. A partir da década de 1150, D. Afonso Henriques interveio pessoalmente na região e outorgou foral a Freixo de Espada à Cinta (1152 ou 55-57)¹⁶⁸⁰ e a Mós (1162)¹⁶⁸¹. Mais a sul, em 1165, concedeu aos templários – que tinham já a seu cargo a defesa de importantes setores da

¹⁶⁷⁶ PMH-LC, pp. 368-370. Estremadura, ou seja, uma zona de fronteira com o Islão, já que esta palavra era usada, desde o século XI, para designar os territórios mais avançados da Reconquista (CERNADAS MARTÍNEZ, 2012, p. 12; VENTURA, 1998, p. 29). O castelo de Numão era já mencionado nos séculos X e XI (VMH-I, doc. 11 de 960; VMH-I, doc. 45, de 1059). Em 1130 podemos colocar alguma dúvida sobre estas outorgas se integram numa estratégia do infante de Portugal, de Leão, ou mesmo num projeto dos Braganças, independente das duas coroas. Nessa altura, a vassalagem dos senhores de Bragança oscilava entre Portugal e Leão e não podemos ter por seguro que o foral de Numão fizesse parte de uma estratégia de D. Afonso Henriques (Cf. MATTOSO, 2007, p. 293). Mas em 1132, é o próprio rei de Portugal que doa o castelo das Luzes, no território da antiga diocese de Egitânia, à Sé de Braga, para que o reconstrua e povoe. Situado poucos quilómetros a norte da Covilhã, a doação demonstra claramente que o monarca considerava a encosta sul da serra da Estrela como área de influência de Portucale (DR, doc. 130, p. 152). Foi o primeiro foral outorgado no reinado de D. Afonso Henriques que não foi confirmação de forais anteriores (PMH-LC, p.368-369 de 1130). A outorga deve-se a Fernão Mendes, tenente de Bragança e Lampaças (REIS, 2002, p. 131).

¹⁶⁷⁷ REIS, 2002, pp. 195-196.

¹⁶⁷⁸ Que ficaram na posse daquela milícia até ao final do século XII, altura em que D. Sancho I recuperou para a sua alçada os dois primeiros (DS, doc. 100 de 1197, janeiro, 23). Durante o tempo que os templários tiveram posse do castelo, intervieram em obras, que incluíram a torre de menagem, concluída em 1174 (BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 148 de 1174, p. 389).

¹⁶⁷⁹ Na doação de Longroiva, Fernão Mendes refere que é um castelo “*quod populauit in Extremadura*”, ou seja, “que eu povoei na Estremadura” (CT, escritura CCCLIX de 1145, junho, 10). A expressão é muito feliz porque nos mostra dois aspetos essenciais: que a colonização daquele espaço tinha sido recente, promovida pelo Braganção e que a região era ainda considerada, naquele meio do século XII uma “Estremadura”. A doação de 1145 aos templários ocorreu no ano imediato ao ataque que aqueles cavaleiros tinham sofrido em Soure (*Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 14 e *Vita S. Martini Sauriensis*, PMH-S-I, p. 62), não sendo possível, no entanto, estabelecer uma relação direta entre as duas ocorrências. Mas o uso do termo Estremadura revela o cunho de fronteira com o mundo muçulmano e que foi na qualidade de guardiões dessa fronteira que os templários receberam a custódia dos castelos. Em 1145, pelo menos para as potestades de Bragança, não estava em causa a ameaça leonesa. Recorde-se que dez anos depois, em 1155, os muçulmanos ainda tinham capacidade de atingir Trancoso em incursões ofensivas (SIDARUS, 1996, p. 263 e MATTOSO, 2007, p. 263).

¹⁶⁸⁰ O castelo é mencionado na carta de foral (PMH-LC-I, p. 379 e seguintes, de 1152 e DR, doc. 252 de 1155-57, janeiro, 1).

¹⁶⁸¹ O castelo é mencionado na carta de foral (PMH-LC-I, p. 390 e DR, doc. 284 de 1162, dezembro).

linha do Tejo – os castelos de Idanha-a-Velha e de Monsanto, “*inter regnum meum et regnum Legionis*”¹⁶⁸².

Aos forais de Trancoso (1157-69)¹⁶⁸³ e de Linhares (1169)¹⁶⁸⁴, seguiu-se a reatribuição de Monsanto em 1172, desta vez à Ordem de Santiago, com indicação expressa de não entregar o castelo a comendador estrangeiro – “*teneat semper illud castellum et non alius commendator alterius terrae*”¹⁶⁸⁵, recomendação que pode justificar-se por se tratar, à altura, de uma milícia patrocinada por Fernando II de Leão. Dois anos depois, numa altura em que os freires não estariam já incumbidos da sua defesa, o rei atribuiu foral a Monsanto¹⁶⁸⁶. Ainda na mesma região, um pouco mais tarde, será a vez da outorga do foral a Urros (c. Torre de Moncorvo), em 1182, sendo clara, no seu propósito, a defesa fronteiriça, pelo que vedou o fossado aos seus habitantes e isentou-os de fossadeira¹⁶⁸⁷.

A política de reforço da fronteira com Leão será continuada por D. Sancho I, com os forais de Bragança (1187)¹⁶⁸⁸ e Penas Róias (1187 ou 1188)¹⁶⁸⁹, seguidos do de Valhelhas, em 1188¹⁶⁹⁰. Penedono, apesar de mais distante do Côa, também se deve ter inserido nesta lógica, com foral atribuído em 1195¹⁶⁹¹, do mesmo modo que Castreição,

¹⁶⁸² DR, doc. 288 de 1165, novembro, 30.

¹⁶⁸³ PMH-LC-I, pp. 434-435. O castelo de Trancoso está documentado desde o século X (VMH-I, doc. 11 de 960 e VMH-I, doc. 45 de 1059). Na zona, receberam também forais, entre 1157 e 1169, Marialva, Aguiar da Beira, Celorico da Beira e Moreira de Rei (DR, doc. 263 a 267), Trevões, em 1159 e Mós, em 1162 (DR, doc. 284).

¹⁶⁸⁴ O castelo é mencionado no foral (PMH-LC-I, p. 394 e DR, doc. 301 de 1169, dezembro).

¹⁶⁸⁵ DR, doc. 315 de 1172, setembro. Naturalmente que o diploma refere o castelo.

¹⁶⁸⁶ PMH-LC-I, p. 397 de 1174.

¹⁶⁸⁷ PMH-LC-I, p. 424 de 1182. Não é mencionado o castelo no foral, embora seja o “palácio” do senhor. É aceite a existência de um povoado fortificado, no local onde hoje se encontra a capela de Nossa Senhora do Castelo e vestígios de uma linha de muralha, de aparelho grosseiro, que poderá corresponder ao castelo dos séculos XII e XIII. O castelo foi uma das conquistas de Afonso IX de Leão, quando entrou em Portugal, em 1212 e terá sido abandonado. Mas numa carta dirigida ao concelho de Freixo (Freixo de Espada-à-Cinta), D. Sancho II refere que Urros tinha sido lugar forte e que sabia que o município temia que fosse utilizado como base de operações para malfeitores ou inimigos que viessem fazer guerra. Por isso encarregou os moradores de Freixo de repovoarem o local (RSII, doc. 91, s.a., maio, 6).

¹⁶⁸⁸ PMH-LC-I, p. 463 de 1187.

¹⁶⁸⁹ Existe um registo de outorga a Penas Róias do mesmo foral que D. Afonso III concedeu a Mogadouro em 1273 (CAIII-II, doc. 588 de 1273, novembro, 18).

¹⁶⁹⁰ PMH-LC-I, pp. 467-472 de 1188. Valhelhas foi doada à Ordem de São Julião do Pereiro, futura Ordem de Alcântara, na pessoa do seu mestre, D. Gomes. O foral não menciona o castelo. O arqueólogo Francisco Martins Sarmiento assinalou a sobrevivência da torre de menagem, com 15 metros de altura, na expedição à Serra da Estrela promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1881 (SARMENTO, 1990).

¹⁶⁹¹ PMH-LC-I, pp. 141-144 de 1195. O castelo é um dos mencionados como pertencente a D. Flâmula, em 960, sendo novamente mencionado nos séculos XI e XII (PMH-DC, doc. 420; VMH-I, doc. 45; BB, doc. 19 de 1148, setembro, 8). Em 1195, no contexto da carta de foral outorgada por D. Sancho I, tudo indica que tenha sido erguido no local um novo castelo românico. Nos séculos XIII e XIV sofreu bastantes alterações próprias dos castelos góticos. A aparência que hoje tem corresponde à construção do 4º Conde de Marialva, no século XVI (M.G. MARTINS, 2016, p. 39).

que recebeu carta em 1196¹⁶⁹². Em 1197, D. Sancho I concedeu aos templários a localidade fronteiriça de Idanha, obtendo em troca os castelos de Mogadouro e Penas Róias¹⁶⁹³. A assunção do controlo régio sobre estes dois castelos é reveladora da preocupação com a oposição ao reino vizinho. Dois anos depois, em 1199, em pleno conflito aberto contra Afonso IX de Leão, outorgou forais a Belmonte e à Guarda¹⁶⁹⁴, um interesse pela fronteira Leste que é retomado em 1209, com o foral de Pinhel¹⁶⁹⁵. A atribuição de forais nestas regiões de fronteira não era tarefa fácil, especialmente a norte do Douro, onde a forte implantação senhorial dificultava a fixação de povoadores livres.

O que temos vindo a enunciar aponta para que, se nada fosse feito, o reino de Leão podia expandir-se não só para Sul, mas também para Ocidente, “empurrado” por Castela. A disputa por Badajoz, levada a cabo por D. Afonso Henriques em 1169 e continuada pelo infante D. Sancho na década de 1170, com a intervenção de Fernando II de Leão em favor dos almóadas constitui uma das evidências “cinéticas” desta tensão, tal como as campanhas conduzidas pelos dois primeiros monarcas ao longo do eixo Côa-Salamanca¹⁶⁹⁶. Mas esta preocupação com a defesa de fronteira revela-se, sobretudo, pela consolidação do espaço, quer através da atribuição de forais, quer pela recuperação de castelos existentes e construção de novos. Esta visão estratégica, que já é patente nos dois primeiros reinados, incidiu sobre todo o *limes* com Leão, fosse em Trás-os-Montes, no Ribacoa ou a sul da Serra da Estrela. Interessa, no entanto, por uma questão metodológica, olhar para cada uma destas três regiões em separado, observando sobretudo o modo como os conjuntos fortificados contribuíam para a segurança do reino.

¹⁶⁹² DS, doc. 96 de 1196, julho, 30. O próprio topónimo sugere ter havido, primitivamente, no local uma cerca ou castro, mas nada indica que tenha havido um castelo nos séculos XII e XIII.

¹⁶⁹³ DS, doc. 100 de 1197, janeiro, 23. A inscrição comemorativa do castelo está gravada no lintel da torre de menagem, tendo o abade de Baçal e Cordeiro de Sousa entendido que datava de 1166 (BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 142, pp. 376-379).

¹⁶⁹⁴ Nesse ano de 1199, D. Sancho I também doou a herdade de Açafa (Ródão) aos templários, situada na linha do Tejo, à latitude de Cória, castelo que na altura estava na posse de Afonso IX de Leão. Este, por sua vez, via-se a braços com a tensão permanente com o reino de Castela. Em 1199, a Estremadura Leonesa era uma pequena faixa de terra espartilhada que, na prática, só contactava com o Islão no tramo do Tejo entre os rios Alagón e Erges (MONSALVO ANTÓN, 2010, p. 134 e 136). Sobre a organização leonesa dessa Estremadura, veja-se CLEMENTE RAMOS, 1994, pp. 647-701.

¹⁶⁹⁵ PMH-LC-I, p. 542 de 1209. Para uma síntese do esforço régio na consolidação da fronteira com Leão em Trás-os-Montes, veja-se VENTURA, 1998, pp. 35-38.

¹⁶⁹⁶ D. Afonso Henriques tentou estender a sua soberania sobre Salamanca. Ocupou a cidade entre janeiro e o verão de 1163, tendo sido derrotado na batalha dos campos de Argañara (MATTOSO, 2007, p. 384). Em 1179, o infante D. Sancho atacou Ciudad Rodrigo e foi afastado com uma derrota, na batalha de Arganal (CM, p. 404 e DRH, p. 292). Em 1198, vários combates contra os leoneses na região conduziram à lide de Ervas Tenras, onde pereceram vários elementos das famílias mais proeminentes da nobreza portuguesa (BRANCO, 2006, p. 293). No ano seguinte, ocorreu a já referida “hoste de Pinhel” ocorreu na mesma região (BARROCA, 2003b, p. 53).

A norte do Douro, já tivemos ocasião de notar a preponderância que o castelo de Algosó parece ter tido, como chave na progressão para a região de Bragança. Mas interessa também observar que, juntamente com o castelo de Balsamão, cumpria a função de impedir que a cintura de fortificações ao longo do curso fronteiriço do Douro fosse facilmente contornada por norte e perdesse a sua utilidade. Quando, em 1197, Mogadouro e Penas Róias passaram para o controlo régio, eram estruturas defensivas remodeladas pelos templários, sob os paradigmas do castelo românico, com torre de menagem, muralhas espessas e torreões a elas adossados¹⁶⁹⁷.

A sul do Douro, a situação foi bastante diferente. A zona leonesa denominada *Campo de Argañan*, a ocidente de Salamanca, conformou uma vasta área – a *raia seca* – atravessada por dois rios principais, mas de escasso caudal: o Côa e o Águeda. Depois de goradas as aspirações de D. Afonso Henriques e D. Sancho I ao controlo daquele espaço, a fronteira fixou-se, durante quase todo o século XIII, no primeiro destes rios. De ambos os lados, as fortificações pré-existentes foram reforçadas com a construção de outras, entre os finais do século XII e início do XIII¹⁶⁹⁸.

É neste contexto que surge o castelo de Pinhel¹⁶⁹⁹, edificado em torno de 1209, num local tão estrategicamente importante, que tinha sido aí que D. Sancho I defrontara os leoneses em lide campal, em 1199¹⁷⁰⁰, sendo possível que a sua construção esteja diretamente ligada a esse combate. O castelo da vila de Touro¹⁷⁰¹, construído pelos templários a partir de 1215 ou 1220 motivou, pela parte leonesa, a reocupação de Caria-Talaia ou Caria-Atalaia, que tinha sido abandonada no período altomedieval¹⁷⁰². Em sentido contrário, o castelo de Sortelha, que também remonta ao início do século XIII, constituiu a resposta de D. Sancho I à transferência de população do Sabugal Velho ou

¹⁶⁹⁷ Em relação a Penas Róias, veja-se BARROCA, 2017, p. 149; em relação a Mogadouro, veja-se N.V. OLIVEIRA, 2010, p. 414.

¹⁶⁹⁸ MARTÍN VISO, 2007, p. 200.

¹⁶⁹⁹ No final da carta de foral é concedida isenção de trabalhos nos muros do castelo que, por essa altura deveria estar em construção (DS, doc. 209 de 1209, setembro).

¹⁷⁰⁰ PMH-I, pp. 519b, 199b, 791b, 797a, 798a, 816b, 829b, 888a, 1211a, 1256b, 1381a e b.

¹⁷⁰¹ OSÓRIO, 2010, p. 73 e N.V. OLIVEIRA, 2010, pp. 585-589. O foral da vila de Touro foi outorgado pelo mestre templário Pedro Alvites, em 1220 e contém uma expressão que pode indicar a intenção de edificação do castelo ou uma construção já em curso: “*et faciat domino magistro suo castelo...*” (PMH-LC-I, p. 587).

¹⁷⁰² OSÓRIO, 2010, p. 73.

Abaroncinhas¹⁷⁰³ para o Sabugal, ordenada por Afonso IX de Leão¹⁷⁰⁴, bem demonstrativa da oscilação de soberania que caracterizou a zona até finais da centúria de Duzentos.

Outra prova viva da relevância da fortificação nesta fronteira são os trabalhos de modernização a que algumas fortalezas foram submetidas, transformando-as em verdadeiros castelos românicos. Casos, entre outros, de Numão¹⁷⁰⁵, Ranhados¹⁷⁰⁶, Marialva¹⁷⁰⁷ e Longroiva¹⁷⁰⁸. Em contrapartida, os castelos do período condal que sobreviveram, mas viram diminuir o seu valor estratégico, não sofreram remodelações¹⁷⁰⁹. Entre os que passaram para segundo plano contam-se São João da Pesqueira¹⁷¹⁰, Penela da Beira¹⁷¹¹ e Paredes da Beira¹⁷¹². Tinham desempenhado o seu papel no século XI, na sequência da “Campanha das Beiras” de Fernando Magno, mas apesar de continuarem a constituir pólos agregadores de populações, não foram

¹⁷⁰³ MARTÍN VISO, 2005, p. 109.

¹⁷⁰⁴ PMH-LC, IV, p. 608 de 1228-29. O castelo é anterior a 1220 pois, nessa data, já tinha alcaide (BARROCA, 2008-2009, p. 229).

¹⁷⁰⁵ Com a torre de menagem concluída em 1189 (BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 185, p. 477), é um dos primeiros exemplares cristãos portugueses a incluir uma cisterna (BARROCA, 2017, p. 143) O castelo de Numão consta no testamento de D. Flâmula VMH-I, doc. 11 de 960 e também é elencado em 1059 (VMH-I, doc. 45).

¹⁷⁰⁶ Inexistente ou de reduzida importância no século X, ter-se-á desenvolvido na sequência da “Campanha das Beiras” de Fernando I. Apesar do foral concedido por D. Dinis em 1286, o castelo perdeu valor estratégico depois do tratado de Alcañices, de 1297 e acabou por não receber reformas góticas (BARROCA, 2008-2009, pp. 224-225).

¹⁷⁰⁷ É claramente uma fortificação importante em 1148, mencionada quando o papa Eugénio III confirmou ao arcebispo de Braga os direitos que este tinha sobre vários castelos, embora ainda mencionados como “castros” (BB 19 de 1148, setembro, 8). As modificações românicas do castelo podem ter sido posteriores a essa data e incluem a torre de menagem, duas portas (a principal e a da traição) e uma cisterna (BARROCA, 2008-2009, p. 225).

¹⁷⁰⁸ VMH-I, doc. 11, de 960; PMH-DC 240 e VMH-I, doc. 45 de 1059; BB 19 de 1148, setembro, 8. A doação aos templários, por Fernão Mendes de Bragança, em 1145, foi já referida a propósito das outras duas doações coevas do mesmo prócere, as de Mogadouro e Penas Róias. As reformas românicas devem-se à Ordem do Templo e a torre de menagem foi concluída em 1174 (BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 148, pp. 389).

¹⁷⁰⁹ Para uma panorâmica detalhada da evolução dos castelos no curso médio do Côa, veja-se PERESTRELO e FERREIRA, 2001, pp. 886-892.

¹⁷¹⁰ Recebeu foral em 1059-69, no decorrer da “Campanha das Beiras”, de Fernando Magno, do qual só conhecemos as confirmações que D. Afonso Henriques fez a Ansiães (DR, doc. 157 de 1137-39) e a Penela da Beira (PMH-LC-I, pp. 343-348 de 1169, dezembro-1175). O castelo terá sido uma realidade pois, na confirmação, o monarca designa por “*castellis*” todos os cinco locais envolvidos.

¹⁷¹¹ PMH-LC-I, pp. 343-348, de 1169, dezembro-1175. A anterior confirmação dos foros de Ansiães, de 1137-39 contém menção a Penela da Beira (DR, doc. 157). Além disso, esta confirmação é direcionada exclusivamente a Penela, delimitando-lhe o termo. Em 1217, D. Afonso II procedeu a nova confirmação. Do castelo nada resta a não ser a toponímia, “Cabeço do Castelo”, e a tradição local que o situa no centro da povoação, num aglomerado rochoso.

¹⁷¹² Num raio de 3 quilómetros em torno de Paredes estão identificados vários topónimos que aludem a castelos, devendo, pelo menos alguns, corresponder a assentamentos altomedievais ou a atalaias. São o Castelo da Fraga da Alcária, o Castelo da Chã de Marganho, o Castelo-Mor, o Castelo Velho e o Castelo de Reboredo. Existiu, também, uma torre fortificada, a antiga “Casa da Torre das Pedras”, cuja construção inicial se situa no século XI (MACEDO, 2012, p. 99). Embora não possamos datar ou circunscrever a origem de cada um destes topónimos, o facto a assinalar é a sua grande densidade numa área tão reduzida.

equacionados como peças de primeira linha na defesa da região.

Do lado leonês, o centro de gravidade de todo o sistema foi Ciudad Rodrigo. Em meados do século XII era já o principal centro populacional da região, quando adquiriu maior relevância pelo seu papel no controlo da confluência de duas vias: a que ligava Coimbra a Salamanca e a que, no sentido norte-sul, conduzia a Cória¹⁷¹³. A outorga de foral, a Ciudad Rodrigo, por Fernando II em 1161, provocou a revolta dos cavaleiros de Salamanca, com o apoio expresso de D. Afonso Henriques, que viram o novo município subtrair-lhe parte significativa do alfoz¹⁷¹⁴.

Do lado português parecem ter sido os castelos de Trancoso¹⁷¹⁵ e Celorico¹⁷¹⁶ a cumprir esse papel de centro gravitacional. O primeiro, juntamente com as fortificações de Moreira¹⁷¹⁷ e Sernancelhe¹⁷¹⁸, mais a norte, controlava o vale do Távora e o eixo que conduzia a Ribadouro; o segundo era o “ferrolho” da entrada na Estrada da Beira e no vale do Mondego¹⁷¹⁹. Depois, ao longo deste rio, os castelos de Gouveia e de Seia, afirmavam-se como elementos fundamentais na consolidação da encosta norte da serra da Estrela. Mais a jusante, com o castelo de Avô, começava a entrar-se na cintura de defesa de Coimbra, desenvolvida noutra secção deste trabalho.

¹⁷¹³ O repovoamento de Cória terá sido promovido por Rodrigo González Girón, que fez parte da *entourage* régia no início do século XII. Em 1136, o lugar foi vendido por Afonso VII aos cavaleiros de Salamanca, um dos principais contingentes ao serviço do rei leonês (MARTÍN VISO, 2007, pp. 200-201).

¹⁷¹⁴ Entre outros confrontos, os cavaleiros de Salamanca foram derrotados na batalha de Valmuza, perto da atual Salvaterra de Tormes, intercentados quando marchavam sobre Ciudad Rodrigo para lhe derrubar as muralhas, em 1162 (POWERS, 1988, p. 45). A cidade adquiriu estatuto de eixo político e estratégico de tal modo importante que, em 1174, foi cercada pelas tropas almóadas, que a consideraram núcleo de primeira ordem (MARTÍN VISO, 2007, p. 202).

¹⁷¹⁵ VMH-I, doc. 11 de 960; VMH-I, doc. 45 de 1059. O castelo de Trancoso foi alvo de obras na segunda metade do século XII, com construção da muralha de planta alongada que integrou a torre pré-existente, transformada em torre de menagem (M.G. MARTINS, 2016, p. 124).

¹⁷¹⁶ No século XI foi constituído como castelo *cabeça-de-terra*, posicionado em local que lhe permitia controlar a travessia do Mondego e a porção de território mais fértil do curso médio do rio. O primeiro documento que refere claramente o castelo encontra-se nos *Taraucae Monumenta Historica*, data de 1177 e diz respeito à doação de uma casa e de uma cuba existentes no seu interior. Em 1248 era alcaide Fernão Rodrigues Pacheco, que só entregou o castelo ao Bolonhês depois de ter confirmado a morte de D. Sancho II (MOTA, 2011, p. 61). Sobre o castelo de Celorico da Beira veja-se A.C. MARQUES, 2013, pp. 753-771.

¹⁷¹⁷ PMH-DC, doc. 420; VMH-I, doc. 45; BB, doc. 19, de 1148, setembro, 8; DS, doc. 74 de 1194, maio-junho.

¹⁷¹⁸ PMH-DC, doc 81, de 960; PMH-DC, doc 420, de 1059; PMH-LC-I, pp. 362-365 de 1124, outubro, 26; PMH-I, p. 1101, de 1258; BB, doc. 19 de 1148, setembro, 8.

¹⁷¹⁹ Na região de Ribacoa, ao contrário do lado português, onde as novas fortificações adotaram torreões de forma quadrangular adossados às muralhas, do lado leonês predominaram os torreões semi-circulares, como se verifica em Castelo Melhor e em Castelo Rodrigo (BARROCA, 2003d, pp. 109-110). De modo análogo ao que ocorreu do lado de cá da fronteira, em que nem todos os castelos anteriores ao século XII tiveram a mesma importância estratégica e, por conseguinte, não sofreram reformas românicas, o castelo leonês de Vilar Maior permaneceu com a configuração primitiva até à sua passagem para mãos portuguesas, com D. Dinis, em 1296-97. Só depois desta data se procedeu à construção da torre de menagem (BARROCA, 2008-2009, p. 221). Sobre o castelo de Vilar Maior veja-se MAGRO, 2011.

A encosta sul da serra da Estrela, com Sortelha numa primeira linha, tinha, no curso alto do Zêzere, alguns castelos ou fortificações menores, em torno do que viria, depois de 1258 ou 1266, a ser o castelo de Belmonte¹⁷²⁰ e, já próximo da Covilhã, o castelo das Luzes, abandonado e sem valia militar¹⁷²¹. A atribuição de forais, por parte de D. Sancho I, à Guarda¹⁷²², a Valhelhas¹⁷²³, a Belmonte¹⁷²⁴ e à Covilhã¹⁷²⁵, no espaço de apenas uma década (de 1189 a 1199) é demonstrativa do seu grande empenho em consolidar aquela zona para a sua autoridade. É também relevante que no codicilo ao seu testamento de 1188, a Covilhã figure entre as localidades às quais destinou verbas para obras de amuralhamento¹⁷²⁶.

A fronteira com o reino de Leão no que, no século XIII, viria a ser designado por Campo Albicastrense, ficou consolidada fundamentalmente por intermédio de doações a ordens militares, com destaque para o Templo¹⁷²⁷. Interessa notar que com a atribuição de territórios aos freires-cavaleiros das milícias em locais onde a atração de povoadores não era fácil, o rei garantia assim a permanência e prontidão militares.

Durante todo o século XII e pelo menos até à segunda década da centúria seguinte, na região entre os rios Erges e Tejo não estava em causa somente o vizinho leonês, mas também os poderes islâmicos. Recorde-se que Afonso VII tinha conquistado Cória em abril-maio de 1142, numa altura em que D. Afonso Henriques tinha a sua atenção focada em assegurar a passagem de Coimbra para Santarém-Lisboa¹⁷²⁸. O interesse de D. Afonso Henriques pela região a sudeste da Serra da Estrela só parece ter ocorrido duas décadas depois, pela mesma altura em que se começa a ter notícia das operações de Geraldo em torno de Cáceres – Trujillo – Badajoz. Este interesse régio ficou bem patente logo em

¹⁷²⁰ M.G. MARTINS, 2016, p. 126. Entre as fortificações menores em torno de Belmonte devia constar Valhelhas, fortificação assinalada como “*castro*”, em 1883, por Francisco Martins Sarmento (1990, p. 305).

¹⁷²¹ Doado a Santa Cruz de Coimbra por D. Afonso Henriques, em 1132 (DR, doc. 130 de 1132, dezembro, 5).

¹⁷²² PMH-LC-I, pp. 508-510 de 1199. Sobre os sistemas defensivos da Guarda no século XII, veja-se (PEREIRA e CAMEIJO, 2013, pp. 435-443).

¹⁷²³ PMH-LC-I, pp. 468-470 de 1188.

¹⁷²⁴ PMH-LC-I, pp. 506-507 de 1199.

¹⁷²⁵ PMH-LC-I, pp. 456-458 de 1186.

¹⁷²⁶ DS, doc. 31 de 1188, posterior a março, 24.

¹⁷²⁷ A Ordem foi detentora de boa parte dos castelos da região. No final do século XII, o Templo era responsável por cerca de 10% das duas centenas de fortificações do reino, o que é verdadeiramente assinalável (BARROCA, 2002, p. 538).

¹⁷²⁸ Neste ano, a intenção de aproximação da linha do Tejo foi patenteada pelo início da edificação do castelo de Germanelo, pela provável reconquista de Leiria por parte do rei português (PMH-LC-I, p. 376), e também pelo ataque de uma armada de cruzados, que saqueou os arredores de Lisboa (PMH-S-I, *Chronica Gothorum*, p. 13).

1165, na doação de Idanha-a-Velha e Monsanto aos templários, com obrigação de servirem o monarca a partir da terra doada¹⁷²⁹.

Tratava-se de uma região ainda incipientemente organizada, atravessada pelo itinerário que ligava Mérida à Guarda e que confrontava com os termos de Alcântara e de Cória, na posse de Leão até 1169. Ali não havia fortificações eficazes, pelo que foram os freires a construir os castelos, dotados das mais avançadas características defensivas de que, aliás, tinham sido eles os precursores em Portugal¹⁷³⁰. Foi deste modo que intervieram no castelo de Idanha-a-Velha¹⁷³¹, que possuía uma muralha muçulmana, provavelmente reconstruída ou modificada a partir da primitiva muralha romana¹⁷³², convertendo-o num castelo românico, com a torre de menagem concluída em 1245, sobre o *podium* do templo romano¹⁷³³. Quanto ao castelo de Monsanto, este constituía, em 1174, ao tempo da outorga do foral, a principal fortaleza portuguesa frente à praça leonesa de Cória, embora por essa altura pudesse já não estar em mãos templárias¹⁷³⁴.

É possível que a região dispusesse, entre o século XII e a primeira metade do século XIII, de locais fortificados em Salvaterra do Extremo, Penha Garcia e Segura, que viriam a materializar, nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, uma linha de fronteira. Mas ainda que existissem, seriam pouco mais do que simples cercas para proteção das populações, impossibilitadas de atuar em articulação com os castelos mais recuados e mais distantes, na posse das ordens. Dos três locais enunciados, aquele para o qual dispomos de indicadores mais seguros da existência de um castelo, anterior a 1250, é Salvaterra do Extremo, povoação que recebeu foral de D. Sancho II em 1229¹⁷³⁵ e onde,

¹⁷²⁹ DR, doc. 288 de 1165, novembro, 30.

¹⁷³⁰ Sobre a progressiva colonização e povoamento da atual Beira Baixa, veja-se o levantamento exaustivo elaborado por Maria da Graça Vicente (2013, pp. 17-26 e, também, 2015, pp. 31, 43-44).

¹⁷³¹ O castelo de Idanha-a-Velha foi atacado em 1133 pelos almorávidas, de acordo com Martim Velho, que se baseou num escrito muçulmano (VELHO, s.d., p. 173). A doação à Ordem do Templo data de 1165 (DR, doc. 288 de novembro, 30) e o foral, outorgado por D. Sancho II, de 1229 (PMH-LC, IV, p. 614).

¹⁷³² TORRES e MACIAS, 1998, p. 39 e 60.

¹⁷³³ BARROCA, 2000a, pp. 808-809, inscrição nº 324, de 1245)

¹⁷³⁴ VEIGA, 1936b, p. 21) O castelo de Monsanto foi erguido sobre um importante *hîsn* muçulmano (*Crónica del Moro Rasis*, pp. 86-87) e doado ao Templo em 1169. O rei entregou-o aos santiaguistas três anos depois, com a condição de estes não o entregarem a “*commendator alterius terrae*” (DR, doc. 315 de 1172, setembro). Esta condição também está patente nas doações à ordem do Templo, mas o relevante é que se pode deduzir a preocupação em não ceder o castelo a Leão. É possível que o rei tenha transferido o castelo dos templários para os espatários face a alguma dificuldade dos primeiros em guarnecer o lugar. O foral de Monsanto, de 1174 (PMH-LC-I, pp. 397-398), menciona os habitantes do castelo e o outorgante não é nenhuma das ordens militares, mas o rei. Estes três atos em três anos consecutivos são bem demonstrativos da importância da defesa do lugar e da necessidade de controlo da região. No entanto, terão sido os templários os responsáveis pelas obras de transformação do castelo, ainda antes de 1171 (BARROCA, 2008-2009, p. 226).

¹⁷³⁵ PMH-LC-I, pp. 616-617 de 1229.

nessa data, já existia um pretor. Em 1244, o rei entregou os direitos desta vila aos templários, reservando para si os direitos de anúduva, *exército* e colheita¹⁷³⁶. Ora, a não ser que os moradores de Salvaterra fossem fazer anúduva a Idanha, é bem provável que o castelo de Salvaterra também já existisse e também é possível que, apesar da Ordem do Templo deter parte dos direitos de ambas as povoações, os castelos se mantivessem sob controlo régio.

4.2.5. A linha do Mondego¹⁷³⁷

O sistema de castelos que constituíam a defesa de Coimbra¹⁷³⁸ remonta à segunda metade do século XI, quando a região era fronteira com o Islão. A organização do vale do Mondego segundo o novo sistema de *terrae*, conduzida por Fernando Magno a partir da década de 1050, teve o duplo papel de promover a colonização do território em torno de um castelo central, *cabeça-de-terra*, ao mesmo tempo que estabeleceu um *limes* bem evidente¹⁷³⁹. Este não assentava no rio Mondego enquanto obstáculo, mas sim na base das encostas Norte do maciço Estrela-Lousã.

Com efeito, a linha de fortificações que materializou o limite meridional do território sob controlo cristão, entre a década de 1060 e o avanço de D. Afonso Henriques em direção ao Tejo, a partir de 1130, estava fisicamente afastada do Mondego e os castelos que a constituíam não estavam propriamente direcionados para deter um inimigo que proviesse de Sul, já que o trânsito de exércitos através das serranias era improvável. O seu papel consistia, isso sim, na organização do vale do Mondego e no controlo de movimentos através dele. É desta forma que devem ser entendidos os castelos de Gouveia¹⁷⁴⁰, Seia¹⁷⁴¹, Avô¹⁷⁴², Coja¹⁷⁴³, Arganil, Bordeiro, Góis¹⁷⁴⁴ e Arouce¹⁷⁴⁵.

¹⁷³⁶ RSII 82 de 1244, dezembro, 16.

¹⁷³⁷ O acompanhamento da presente secção encontra-se apoiado pelo Mapa 14, principais fortificações ativas em torno do Mondego, 1128-1249), em anexo.

¹⁷³⁸ Sobre o castelo de Coimbra veja-se FILIPE e TEIXEIRA, 2013, pp. 445-456.

¹⁷³⁹ Sobre o “encastelamento” desta região vejam-se, por exemplo BARROCA, 1991, pp. 101-111; BARROCA, 2003b, pp. 28-33; REILLY, 1996, pp. 56-64 e TENTE, 2012-2013, pp. 68-74.

¹⁷⁴⁰ O “*castrum gaudella*” é mencionado na bula *Officci Nostrii* de Inocêncio II, dirigida ao bispo de Coimbra (ANTT, *Cabido Sé de Coimbra*, Documentos Eclesiásticos, mç. 1, doc. 12 de 1135, maio, 24).

¹⁷⁴¹ DR, doc. 62 de 1122, maio, 24. Antes de maio de 1131, Bermudo Peres de Trava, enteado da rainha D. Teresa, tentou uma revolta a partir do castelo de Seia. D. Afonso Henriques acorreu ao local e expulsou-o do castelo (ADA, p. 152 e *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 12). Seguidamente doou os bens dos rebeldes Aires Mendes e Pedro Pais a João Viegas (DR, doc. 117).

¹⁷⁴² ANTT, Sé de Coimbra, 1ª Inc, Doc Particulares, mç. 14, doc 25, de 1248, setembro, 30, em traslado de 1280, fevereiro, 9.

¹⁷⁴³ DR, doc. 63, p. 78 de 1122, maio, 24.

¹⁷⁴⁴ Os castelos de Arganil, Bordeiro e Góis, mencionados em DR, doc. 39 de 1113-1117, agosto, 13.

¹⁷⁴⁵ PMH-LC, p.377 de 1151.

Mais recuado, o Mondego constituía como que uma segunda linha nesta oposição, na margem direita do qual se erguiam, de montante para jusante, os castelos de Algodres¹⁷⁴⁶, Tavares¹⁷⁴⁷, Santa Comba¹⁷⁴⁸ e Penacova¹⁷⁴⁹. Coimbra, a principal urbe da região e o local escolhido pelo monarca para se estabelecer mais frequentemente a partir da década de 1130, adquiriu especial relevância, o que ficou sempre patente durante os primeiros reinados, com obras de melhoramento e reforço das muralhas¹⁷⁵⁰. A ocidente de Coimbra implantavam-se os castelos de Montemor¹⁷⁵¹ e de Santa Eulália¹⁷⁵², que desempenharam um papel fundamental na defesa da relativa planura da zona, quer por se tratar de um terreno que permitia deslocamento fácil de hostes em várias direções, quer porque o então navegável sistema Mondego-Arunca representava uma vulnerabilidade face a incursões navais dos muçulmanos.

Nesta defesa do flanco ocidental de Coimbra contabilizavam-se, a sul do Mondego, os castelos de Soure¹⁷⁵³ e de Ega¹⁷⁵⁴, constituindo o primeiro, a principal fortaleza da área¹⁷⁵⁵. Na defesa do flanco oriental, vocacionados para o controlo do eixo de aproximação proveniente de Sul, pela estrada da Ladeia, situavam-se Miranda¹⁷⁵⁶, Penela¹⁷⁵⁷ e Germanelo¹⁷⁵⁸. A funcionalidade desta cintura, em particular dos dois

¹⁷⁴⁶ Mencionado como “Castro de Fornos” em DR, doc. 319 de 1173, outubro, 31. Mário Jorge Barroca não o refere, mas Miguel Gomes Martins assinala-o como ativo depois de 1245, pelo que é natural que tivesse sempre estado operacional (M.G. MARTINS, 2007, pp. 447-448).

¹⁷⁴⁷ DR, doc. 27 de 1112, fevereiro, 27.

¹⁷⁴⁸ DP-III, doc. 112 de 1103, maio.

¹⁷⁴⁹ DP-IV, doc. 123 de 1120, março.

¹⁷⁵⁰ D. Sancho I foi o responsável pela construção da torre Quinária ou de Hércules, concluída em 1198 (BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 205 de 1198, pp. 530 e ss.) e da torre de Belouce, junto da porta do mesmo nome (inscrição 265, p. 647 e ss.). Em 1213, no contexto de guerra contra o rei, seu irmão, a infanta D. Teresa obrigava os homens do couto da Sé a tomarem parte na construção e reparação de muros e fortificações na cidade (BP 187 de 1213, janeiro). Sobre a fortificação de Coimbra veja-se ANJINHO, 2016.

¹⁷⁵¹ LSSC doc. 223 de 1166-1185, dezembro, 1.

¹⁷⁵² DR, doc. 63, p. 78 de 1122. Em 1166, já com a Estremadura estabelecida na linha do Tejo e afastados os perigos marítimos, o castelo de Santa Eulália, sem funções militares, foi doado ao mosteiro de Santa Cruz, adquirindo caráter simbólico e senhorial (DR, doc. 290 de 1166, dezembro).

¹⁷⁵³ DR, doc. 63, p. 78 de 1122, maio, 24. Na primavera de 1144 uma hoste muçulmana, comandada por Abu Zakarya, atacou o castelo de Soure, depois de ter devastado os campos em redor de Leiria (*Vita S. Martini Sauriensis*, PMH-S-I, p. 62, ADA, p. 156; e *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 14). Esta foi a última incursão muçulmana conhecida nas imediações de Coimbra. O castelo de Soure recebeu reforma românica levada a cabo pelos templários entre 1171 e 1175 (BARROCA, 2002, p. 537).

¹⁷⁵⁴ O foral de Ega, de 1231, outorgado pelo mestre templário, contém um detalhe que pode indicar a existência e, sobretudo, atividade do castelo naquela data. Entre os confirmantes figura o freire “*Fernandus Pinaz ibi pretor*”. É o único designado como pretor, sendo os restantes assinalados como comendadores ou com funções específicas na hierarquia da Ordem (PMH-LC-I, pp. 621-622).

¹⁷⁵⁵ BARROCA, 2002, pp. 535-536.

¹⁷⁵⁶ DR, doc. 156 de 1136, novembro, 19.

¹⁷⁵⁷ PMH-LC-I, p. 374 de 1139, julho.

¹⁷⁵⁸ PMH-LC-I, pp.433-434 de 1142; ADA, p. 155; *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p.13.

primeiros castelos, uma vez que Germanelo é de construção mais tardia, ficou evidente durante os ataques muçulmanos na região em 1116 e 1117¹⁷⁵⁹. Destacado, mais a sul, o castelo de Pombal, que materializou o esforço cristão de ocupação da região, e que, na hagiografia de São Martinho de Soure, é apresentado como sobranceiro à terra plana¹⁷⁶⁰.

Na década de 1140, os castelos cristãos mais avançados para sul foram, durante algum tempo, os de Germanelo, Penela, Pombal e de Leiria¹⁷⁶¹. Exercendo controlo sobre ambos os eixos de aproximação ao Tejo – os dois primeiros sobre a estrada da Ladeia e os segundos sobre a via a ocidente do maciço de Aire-Candeeiros – desempenharam um papel ofensivo, possibilitando a consolidação do avanço de D. Afonso Henriques em direção a Santarém e Lisboa¹⁷⁶².

4.2.6. A linha do Tejo¹⁷⁶³

O avanço das hostes de D. Afonso Henriques, a partir de Coimbra, até à linha do Tejo demorou quase duas décadas, sensivelmente entre 1130 e 1147, data da tomada de Santarém e da conquista de Lisboa. Neste processo, a edificação dos castelos de Leiria (em 1135) e Germanelo (em 1142), foram medidas de consolidação intermédia de território, assegurando o controlo dos dois principais eixos de aproximação ao rio que viria, depois, a tornar-se fronteira entre o reino de *Portucale*, a norte e *altera terra*, a sul¹⁷⁶⁴.

A decisão de construção de um castelo em Leiria, “em terra deserta”¹⁷⁶⁵, tem sido associada à necessidade de defesa de Coimbra¹⁷⁶⁶, o que, não deixando de ser uma realidade, não define por completo a intenção estratégica em causa. Se a região de Leiria

¹⁷⁵⁹ Os muçulmanos ocuparam o castelo de Santa Eulália em 7 de julho de 1116, como se lê no *Chronicon Lamecense* (PMH-S-I, p. 20), no âmbito de uma expedição preparatória do cerco a Coimbra. Martim Velho salientou que, em 1116, foram efetuados ataques praticamente simultâneos a Miranda do Corvo, Santa Eulália e Soure, todas elas fortificações avançadas que defendiam Coimbra (VELHO, s.d., p. 171).

¹⁷⁶⁰ *Vita S. Martini Sauriensis*, PMH-S-I, p. 60a; DP-IV, doc. 379, variante [C] de 1123, outubro, 10. Foram os templários os responsáveis pela reforma românica do castelo, concluída em 1171 (BARROCA, 2003b, pp. 348-349, doc 136).

¹⁷⁶¹ DR, doc. 256 de 1156-57.

¹⁷⁶² Um dos indicadores da temporalidade e vocação essencialmente ofensiva do castelo de Germanelo é o facto de ter sido abandonado muito pouco tempo depois de ter sido construído. Inicialmente exerceria apoio mútuo com o de Penela, no fecho do eixo de aproximação Tomar-Coimbra, consolidando a posição cristã e o domínio régio sobre o Alvor e a Ladeia. Mas as conquistas de Santarém e de Lisboa de 1147 remeteram a ameaça muçulmana para sul do Tejo e a relevância da defesa passou para os castelos que defendiam aquela nova zona de confronto.

¹⁷⁶³ O acompanhamento da presente secção encontra-se apoiado pelo Mapa 15, principais fortificações ativas no curso médio do Tejo, 1128-1249, em anexo.

¹⁷⁶⁴ VENTURA, 1998, pp. 26-27.

¹⁷⁶⁵ *Chronicas Breves*, PMH-S-I, p. 25a.

¹⁷⁶⁶ Veja-se, por exemplo, BARBOSA, 1991, pp. 15-36.

permanecesse abandonada ou na posse dos opositores, uma conquista de Santarém, mesmo que obtivesse sucesso, seria difícil de manter, porque contingentes muçulmanos conseguiriam passar livremente para norte de serra de Aire e Candeeiros e, daí, interferir quer nos espaços colonizados por cristãos entre Coimbra e Tomar, quer em grande parte da estrada da Ladeia. Por outras palavras, se D. Afonso Henriques não controlasse a região a sul de Leiria e a faixa entre a serra e o mar, dificilmente conseguira atingir – e muito menos sustentar – a linha do Tejo.

Naturalmente que se dominasse a faixa a oeste, mas não assegurasse o controlo do eixo a oriente da serra, ver-se-ia a braços com um problema semelhante. Já tivemos ocasião de salientar a importância do controlo cristão da região da Ladeia e da outorga do foral de Germanelo¹⁷⁶⁷, bem como a construção daquele castelo, em 1142¹⁷⁶⁸. Estas medidas devem ser associadas não só à necessidade de fixação e proteção de populações, mas também ao aumento de condições de controlo da estrada da Ladeia e de estabelecimento de mais um ponto de apoio para operações ofensivas sobre Santarém¹⁷⁶⁹.

A partir de 1147, depois da queda de Santarém e de Lisboa, D. Afonso Henriques adquiria condições de controlo de todo o território a norte do Tejo, extensivo também à Península de Setúbal, uma vez que Almada e Palmela se entregaram¹⁷⁷⁰ e, para montante, até ao castelo de Abrantes, que se supõe ter caído por já não ser viável a sua permanência em mãos muçulmanas¹⁷⁷¹. Após a tomada de Santarém, em março, e antes do início do assédio a Lisboa, em julho, impossibilitado de o fazer pessoalmente por via do

¹⁷⁶⁷ PMH-LC-I, p. 433.

¹⁷⁶⁸ ADA, p. 155; *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 13.

¹⁷⁶⁹ A notícia redigida no *scriptorium* de Santa Cruz, *Chronica Gothorum*, PMH-S-I, p. 14, refere somente a necessidade de defesa de Coimbra. Os textos monásticos raramente referem propósitos ofensivos por parte da Cristandade, preferindo justificar qualquer ação com a perfídia dos muçulmanos e a necessidade da justa defesa. É certo que a edificação de um castelo tão próximo de Penela, com a atribuição de um foral e a consequente instalação de cavaleiros, viria reforçar a capacidade de controlo da estrada da Ladeia, que de Coimbra passava no porto de Tomar e seguiria para Santarém (ARNAUT, 2013, pp. 140-141). Negava-se, assim, a utilização daquela via por parte de forças muçulmanas e propiciava-se maior liberdade de movimentos às mesnadas cristãs, em direção ao Tejo.

¹⁷⁷⁰ “*Ulixbona capta fuit a iam dicto rege alfonso portugalie et Sintria et almadana et palmela mense octobris*” (PMH-S-I, p. 20). Também caíram em mãos cristãs os castelos de Sintra, Torres Vedras e Óbidos (PIZARRO, 2012, p. 51). Sobre o castelo e cerca medieval de Torres Vedras, veja-se LUNA e CARDOSO, 2013, pp. 456-471.

¹⁷⁷¹ É verosímil que a vila tivesse uma administração islâmica que a abandonou na sequência da queda de Santarém e Lisboa, deixando as populações entregues a si mesmas, disponíveis para aceitar o domínio cristão. Hermínia Vilar fala em “conquista”. Sendo possível, não há nenhum dado que aponte para a tomada pela força (1988, p. 10). O castelo é mencionado em diversas fontes, como em DR, doc. 317, de 1173, setembro.

empenhamento na conquista olisiponense, o rei recorreu à Ordem do Templo para manter a posse e controlo efetivo do território recém-conquistado¹⁷⁷².

É precisamente a esta milícia que será confiada uma parcela importante da defesa do novo *limes*, num processo de militarização iniciado em 1159, com a doação do castelo de Ceras¹⁷⁷³. É possível que, neste interim, tenha também sido privilegiada a organização e povoamento do espaço a sul de Leiria e da Ladeia e que a defesa, como sugere Sílvio Conde, tenha primeiramente aproveitado as fortificações islâmicas existentes¹⁷⁷⁴. Além disso, o mundo cristão foi pouco estimulado a fortificar-se de imediato, já que atravessou duas décadas de aparente superioridade militar e sensação de enfraquecimento muçulmano, entre 1140 e 1160¹⁷⁷⁵.

Em Ceras existia um “*castrum*”, que fizera parte do arco de *husun* muçulmanos em torno da madina de Tomar (*Thamara*)¹⁷⁷⁶. Mas em vez de o aproveitarem, melhorando-o, os templários optaram por edificar, de novo, um castelo em Tomar. Fundado a 1 de março de 1160, tardaria uma década a ser concluído, até 1171¹⁷⁷⁷. Mas o

¹⁷⁷² Através da doação do eclesiástico de Santarém (DR, doc. 221 de 1147, abril). Em si mesma, não pode ser entendida como prova de que os templários se instalaram militarmente na vila e no castelo, mas é um indício de que a eles estava reservada a tarefa de organizar e defender a região (LOURINHO, 2010, p. 52).

¹⁷⁷³ DR, doc. 271 de 1159, fevereiro. Este hiato entre a conquista de Lisboa e a doação de Ceras constitui uma incógnita quanto ao que se passou na região, já que não há registo de doações anteriores, nem evidência de esforço de colonização através de doações (F. SANTOS, 2011, p. 50). À parte dos castelos existentes, não existiu um grande afã em reforçar a região com defesas e em militarizar a faixa do Tejo, talvez porque, como aponta Mattoso, a sensação geral era de superioridade cristã e de enfraquecimento do poder muçulmano (2007, p. 249).

¹⁷⁷⁴ Sílvio Conde demonstrou, através do estudo da toponímia, a existência de uma rede de castelos muçulmanos, bem como atalaias na região de Tomar e curso terminal do Zêzere. De acordo com o autor, na região existiam as fortificações de Ceras, Monsalude, Carrapatoso, Catapereiro, Isna, Asno de Alvega, Arcês, Cataloa, Almourol, Alvorge do Toxe, Asno de Alcanena e Alcanede (1999, p. 27 e passim).

¹⁷⁷⁵ Neste período, muitos potentados locais revoltaram-se contra os almorávidas e os cristãos souberam aproveitar as divisões criadas. Os almóadas intervieram no Andalus, mas dedicaram o seu principal esforço militar a submeter Ibn Mardanish, o “rei Lobo”. Senhor da taifa de Múrcia e do Levante, empenhou de tal modo os almóadas que a guerra destes contra os cristãos ficou relegada para uma espécie de segundo plano (AYALA MARTÍNEZ, 2014a, p. 118). Ao mesmo tempo, consolidava-se o afluxo populacional às duas urbes do Tejo, que tinham passado a constituir, com Coimbra, os três centros urbanos mais importantes do reino (MATTOSO, 2007, pp. 249-258). A sensação de segurança deve ter sido ainda reforçada pela aliança entre D. Afonso Henriques e Ibn Qasi, governador de Mértola, morto em Silves em 1151. Tudo isto apesar dos almóadas terem tido capacidade para organizar uma incursão que atingiu a região de Trancoso, em 1155 (SIDARUS, 1996, p. 263).

¹⁷⁷⁶ Veja-se a carta elaborada por Sílvio Conde (1997, p. 370).

¹⁷⁷⁷ Sobre a epígrafe que marca a fundação do castelo, veja-se BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 104 de 1160, março, 1, pp. 271. A edificação do castelo de Tomar terá absorvido a totalidade do esforço construtivo da Ordem até 1171, mas, após essa data, os freires darão continuidade a um “arrojado programa de reforma de estruturas militares” (BARROCA, 1996/1997, p. 196).

primeiro foral outorgado à vila data de 1162¹⁷⁷⁸, o que é demonstrativo da urgência no povoamento do local, com a consequente promoção de melhores condições de defesa.

No mesmo ano da doação de Ceras (1159), ou no seguinte, o rei tomou Alcácer, com o apoio de alguns cruzados, num projeto que podia já remontar a 1150 e que parece ter constituído a principal preocupação do monarca naquela década¹⁷⁷⁹. A conquista daquele castelo reforçava o controlo da margem sul do Tejo na faixa atlântica e eliminava a principal ameaça muçulmana sobre Lisboa¹⁷⁸⁰. No entanto, a partir de 1165, a presença almóada começou a avolumar-se visivelmente no ocidente peninsular e, em março, Santarém via-se a braços com uma algara conduzida pelo novo poder magrebino¹⁷⁸¹. Entre setembro e outubro, Geraldo entregava ao rei a cidade de Évora, submetida nesse ano¹⁷⁸² e, em 1166, o monarca ordenava a construção do castelo de Coruche¹⁷⁸³, para que a cidade eborense, que nesse mesmo ano recebia carta de foral, não ficasse completamente isolada de apoio cristão.

Entre esta data e 1173, os almóadas canalizaram esforços, a partir de Sevilha, para mitigar a ameaça que Geraldo personificava em torno de Badajoz e, em junho ou julho de 1168, celebraram uma aliança com Fernando II de Leão¹⁷⁸⁴, tendo, de imediato, acompanhado o leonês em ações de razia contra Castela¹⁷⁸⁵. Em janeiro de 1169, ao ter conhecimento do cerco que Geraldo colocara a Badajoz, o califa Abu Yaqub Yusuf proclamou a guerra santa. Todos estes fatores e o que se passou a seguir, com a desastrosa intervenção em maio de D. Afonso Henriques em Badajoz, devem ter sido razões mais que suficientes para convencer o rei de que, sem possibilidade de conduzir pessoalmente a hoste, com um rei cristão vizinho hostil e um califa em vias de unificar todo o al-Andalus com uma intenção punitiva evidente, estavam em risco todas as possessões a sul do Tejo, seguindo-se, depois, Santarém e Lisboa. Havia, então, que criar condições de defesa efetiva.

¹⁷⁷⁸ PMH-LC-I, p. 388.

¹⁷⁷⁹ MATTOSO, 2007, pp. 280-284.

¹⁷⁸⁰ José Mattoso situa a conquista em 1160 (2007, p. 284).

¹⁷⁸¹ F. SANTOS, 2011, p. 60.

¹⁷⁸² PMH-LC, p. 392 de 1166.

¹⁷⁸³ PMH-I, p. 14 e seguintes. É possível que o rei tenha procedido à reconstrução, sobre uma estrutura anterior (A.S. PEREIRA, 2008, p. 91). O castelo de Coruche foi doado, juntamente com outros bens, à Ordem de Évora em abril de 1175.

Doação aos freires da milícia de Évora, posteriormente Ordem de Avis, na qual se contém o castelo de Coruche e vários prédios rústicos e urbanos em Évora e Santarém (DR, doc. 327 de 1174, abril).

¹⁷⁸⁴ HUICI MIRANDA, 1956, p. 235.

¹⁷⁸⁵ A.S. PEREIRA, 2008, p. 92.

Foi assim que, em 1169, durante a convalescença do acidente sofrido em Badajoz, o rei doou à Ordem do Templo os castelos de Zêzere (c. Vila Nova da Barquinha) e da Cardiga (c. Golegã)¹⁷⁸⁶. O mestre Gualdim Pais promoveu, então, a edificação do castelo de Almourol, cuja inscrição comemorativa assinala o ano de 1171¹⁷⁸⁷. Estas fortificações, encaixadas entre o castelo régio de Torres Novas¹⁷⁸⁸ e o de Abrantes, nas mãos dos santiagoistas a partir de setembro de 1173¹⁷⁸⁹, formavam um sistema compacto, polarizado por Tomar e vizinho de uma das zonas mais permeáveis a travessias do Tejo, por via dos vaus existentes, que configurava uma defesa em profundidade. Por essa razão, para poder cercar o castelo do Nabão, em 1190, o califa Yaqub al-Mansur teve de abrir caminho à força, apoderando-se de um dos castelos que fechavam o itinerário: o de Torres Novas¹⁷⁹⁰.

Em 1194, D. Sancho I doou ao prior do Hospital o território da Guidintesta, para que a Ordem edificasse um castelo que, na carta de doação já era designado por Belver¹⁷⁹¹. Em 1199, continuou a política de fixação do território por intermédio da Ordem do Templo, tendo-lhe doado a herdade de Açafa, onde os freires ergueram o castelo de Ródão¹⁷⁹², que dominava um vau do Tejo¹⁷⁹³ e a via que conduzia a Évora, ao mesmo tempo que, por estar sobranceiro a uma zona de estrangulamento natural do rio, detinha também um papel de relevo no controlo do tráfego fluvial¹⁷⁹⁴.

Num rio tão fácil de cruzar em diferentes locais, talvez fosse de esperar a existência de mais castelos, mas a dispersão que aqui encontramos é semelhante à verificada noutros rios, como o Minho ou o Côa. As fortificações apoiadas em cada um destes três cursos de água distam 10 a 20 quilómetros entre si, embora no Tejo, a montante de Belver, haja uma distância de 30 quilómetros em linha reta para Ródão (Açafa) e a

¹⁷⁸⁶ DR, doc. 297 de 1169.

¹⁷⁸⁷ BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição nº138 de 1171, p. 367.

¹⁷⁸⁸ PMH-S, I, p. 16.

¹⁷⁸⁹ DR, doc. 317 de 1173, setembro.

¹⁷⁹⁰ Torres Novas sofreu dez dias de cerco e depois foi conquistada pelos almóadas. Em seguida, Abu Yaqub dirigiu-se a Tomar, sitiando o castelo a 5 de julho e devastando todo o território em seu redor. Seis dias depois, a 11 de julho, as forças sitiadas retiraram, devido à conjugação entre a resistência oferecida pelos templários, a quebra nos abastecimentos provenientes de Córdoba e a proliferação de doenças (*Al-Bayan I*, pp. 160-162).

¹⁷⁹¹ DS, doc. 73 de 1194, junho, 13.

¹⁷⁹² O texto da doação da herdade de Açafa está reproduzido em DS, doc. 117 de 1199. Não há certezas da data de edificação do castelo, mas acredita-se que já existisse uma fortificação em 1199, na altura da doação (N.V. OLIVEIRA, 2010, pp. 551-560; HENRIQUES, *et al.*, 2015, pp. 2-14).

¹⁷⁹³ Ver nota 628.

¹⁷⁹⁴ F. SANTOS, 2011, p. 57.

jusante da Cardiga uma distância idêntica em direção a Santarém¹⁷⁹⁵. Pode então depreender-se que, mesmo dispondo de atalaias que pudessem vigiar grande parte do rio, a travessia era relativamente fácil. Os castelos não constituíam defesa por formarem uma barreira intransponível, mas sim por formarem uma rede que seria necessário neutralizar para conseguir apropriação territorial. Nesse âmbito, o tempo jogava sempre a favor dos defensores e a organização social e militar do mundo cristão era favorável à materialização da defesa em profundidade¹⁷⁹⁶.

4.2.7. A sul do Tejo¹⁷⁹⁷

A quase totalidade dos castelos a sul do Tejo é de primitiva edificação muçulmana, obedecendo a quesitos de implantação estratégica diferentes dos cristãos. As fortificações de fronteira eram muitas vezes *rubut* ou *husun*, com pequenas guarnições de voluntários da *jihad*¹⁷⁹⁸, dependentes de uma urbe central. Este tipo de organização transparece na dimensão dos termos concelhios cristãos de Santarém, Évora ou Beja que corresponderam, pelo menos inicialmente, aos territórios controlados por aquelas cidades quando em mãos muçulmanas¹⁷⁹⁹.

Atentando na sequência cronológica das conquistas cristãs de castelos a sul do Tejo, um indicador que salta de imediato à vista é que muitas não são contíguas. Em 1166, D. Afonso Henriques apoderou-se de Alcácer, mas também dos, distantes entre si, castelos de Coruche, Moura e Alconchel¹⁸⁰⁰. A própria sequência de conquistas de

¹⁷⁹⁵ O rio Mondego, a partir de Avô para jusante, apresenta uma menor distância média entre castelos, ao longo de um percurso muito longo, rondando os 6-7 quilómetros. Foi uma fronteira mais duradoura, desde a década de 1060 até à de 1140, em que o encastelamento obedeceu aos paradigmas do castelo condal.

¹⁷⁹⁶ Sobre as possibilidades de defesa em profundidade na Península Ibérica *versus* a impossibilidade de o fazer na Terra Santa, implicando abordagens estratégicas completamente diferentes, veja-se AFONSO, 2018b, pp. 358-359.

¹⁷⁹⁷ O acompanhamento da presente secção encontra-se apoiado pelos mapas 16, principais fortificações de operação cristã no atual Alto Alentejo no final do século XII e início do século XIII e 17, principais fortificações muçulmanas do Algarve nos séculos XII e XIII, em anexo.

¹⁷⁹⁸ PAIXÃO, *et al.*, 2002, p. 372. Entre estes podiam figurar mercenários (*al-murtaziqa*) que já faziam parte dos contingentes do califado omíada. Recebiam soldada e tinham direito a parte dos despojos de guerra obtidos. Também os *muttawwi'a*, voluntários que só eram recompensados em caso de vitória (*Al-Bayan*, trad. F. Maíllo, p. 44, n. 227).

¹⁷⁹⁹ Veja-se o mapa que Stéphane Boisselier adaptou (2003, p. 604) a partir de um outro, elaborado por Rui de Azevedo (1937, pp. 60-61). Este modo de organização territorial islâmico é evidente nas descrições dos geógrafos árabes. Em torno de Lisboa orbitavam Torres Vedras, Alenquer, Arruda, Sacavém, Sintra, Alcabideche, Almada, Palmela e Setúbal. Em torno de Badajoz, Caia, Elvas, Juromenha e Terena. Em torno de Mértola, Moura, Serpa, Beja, Marachique e talvez Almodôvar (MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 311).

¹⁸⁰⁰ PMH-S-I, p. 14; ADA, p. 158. A conquista destes dois castelos deve ser entendida numa ação em articulação com Geraldo. Não cremos que tivesse sido necessária – ou mesmo possível – uma coordenação direta. Bastaria o conhecimento mútuo de que ambos operavam na zona, para um mesmo fim. O castelo de Moura foi recuperado pelos almóadas pouco tempo depois, talvez após a derrota sofrida por D. Afonso Henriques em Badajoz, em 1169 e foi conquistado definitivamente na década de 1230, pela Ordem do

Geraldo denuncia a carência de solidez estratégica das fortificações muçulmanas enquanto sistema¹⁸⁰¹. Estas situações ocorreram porque na organização territorial islâmica, esses *husun* eram periféricos face aos castelos centrais e a sua função era mais de refúgio das populações rurais do que de defesa militar¹⁸⁰². Ao contrário do modelo cristão, não estavam posicionados em apoio mútuo, mas sim orientados numa perspetiva de proteção local que, ainda assim, se revelara pouco eficaz. O modo como Évora e Beja foram ocupadas, em 1166 e 1172, respetivamente, às mãos de “ladrões de fronteira” e de cavaleiros-vilãos, é também disso demonstrativo¹⁸⁰³.

Durante o período em estudo, os dois poderes norte-africanos que controlaram o al-Andalus intervieram na fortificação da região. Os almorávidas procederam a algumas melhorias nas muralhas das cidades principais, como parece ter sido o caso de Santarém¹⁸⁰⁴ e Elvas¹⁸⁰⁵. No período de segundas taifas que se seguiu, entre 1145 e a década de 1160, não há indícios da edificação de novas fortalezas no ocidente do al-Andalus, provavelmente devido à curta duração destas entidades políticas islâmicas formadas, aliada à grande instabilidade causada pelo avanço almóada. Posteriormente, a ação construtiva desta última dinastia magrebina, não só militar, mas também civil e religiosa fez-se sentir mais profundamente¹⁸⁰⁶. Tendo assumido o califado em 1163, Abu Yaqub Yusuf efetuou melhoramentos na alcáçova de Badajoz logo em 1169, ano em que

Hospital (M.G. MARTINS, 2016, p. 170). O castelo de Alconchel só foi entregue ao rei de Castela no início do século XIV, depois de ter estado nas mãos da Ordem do Templo, entre 1264 e 1312.

¹⁸⁰¹ Há, naturalmente, um fator de fragilidade defensiva da região em torno de Badajoz relacionado com a periferia desta cidade em relação a Sevilha e com a cronologia de atuação de Geraldo coincidente com o período final de rebeldia de Ibn Mardanish, no Levante, que consumiu bastante esforço militar almóada. Mas também é evidente que a liberdade de movimentos do caudilho e a possibilidade de conquista e manutenção da posse de castelos isolados denota falta de articulação em sistema.

¹⁸⁰² Os principais polos urbanos islâmicos no Ocidente do Gharb al-Andalus correspondiam, praticamente, às cidades que formaram unidades políticas no breve período de taifas entre 1144 e a hegemonia almóada: Mértola, Évora, Beja, Silves e Tavira (A.H. MARQUES, 1996c, p. 65).

¹⁸⁰³ Um dos fatores a ter em conta na fragilidade de algumas destas cidades é terem constituído fronteira e estarem, por isso, excessivamente povoadas devido à sua função de refúgio. Tinha já sido este o cenário de Lisboa em 1147 e foi, depois, o de Alcácer, Évora e Elvas no Alto Alentejo e Silves, Tavira e Faro. O Algarve aumentou a sua população na primeira metade do século XIII com os fugitivos dos territórios mais a norte, entretanto conquistados pelos cristãos e Silves, em época de perigo, albergava dez mil pessoas, o dobro da sua população normal. Outro fator é a gestão centralizada que os poderes muçulmanos faziam dos assuntos militares. As tropas eram pagas e a sua eficácia dependia da capacidade do poder central manter as despesas militares em dia (A.H. MARQUES, 1996c, p. 71 e 75).

¹⁸⁰⁴ CARDOSO, *et al.*, 2002, p. 823.

¹⁸⁰⁵ F.B. CORREIA, 2013a, p. 61.

¹⁸⁰⁶ F.B. CORREIA, 2015, pp. 37-38.

nem Geraldo, nem D. Afonso Henriques conseguiram franqueá-la, dando tempo à intervenção de Fernando II, que precipitou a derrota portuguesa¹⁸⁰⁷.

Os almóadas intervieram ainda nas defesas de Beja que, após 1174, beneficiou de um projeto amplo de reconstrução que incluiu a melhoria da alcáçova e o restauro da muralha urbana. Depois da vitória de Alarcos, em 1195, o califado beneficiou de uma acalmia militar que lhe permitiu realizar um verdadeiro programa coordenado de obras de fortificação, que incluíram Cáceres, Badajoz, Montemolín e Reina e, nas áreas que viriam a pertencer ao reino de Portugal, Alcácer, Elvas, Juromenha, Serpa, Mértola, Moura, Noudar e Aroche. No Algarve, Paderne, Tavira, Faro, Loulé e, eventualmente, Albufeira também viram as suas defesas passivas reforçadas¹⁸⁰⁸ e, em Silves, a última campanha de remodelação teve lugar em 1191¹⁸⁰⁹. É também possível que o castelo de Aljezur tenha sido edificado no período de domínio almóada¹⁸¹⁰. Ainda assim, o modelo de defesa e controlo do espaço não foi alterado com estas intervenções.

Entendida a organização militar islâmica do território, a progressão da conquista cristã no Além-Tejo pode ser abordada espacialmente através de duas grandes regiões: de um lado a margem sul do rio e o Alto Alentejo e do outro os atuais Baixo Alentejo-Algarve. Como vimos antes, na linha do Tejo, a função defensiva dos castelos em mãos dos cristãos exerceu-se entre 1147 e a década de 1190, altura das últimas ofensivas almóadas na região. O atual Alto Alentejo, até uma linha curva materializada por Palmela – Évora – Marvão, foi palco de intensa atividade militar durante cinco décadas, sensivelmente entre 1160 e 1217. A sul desta linha, uma outra faixa que foi conquistada muito rapidamente, entre 1217 e 1249, correspondendo a pouco mais de três décadas, ao longo das quais a maioria dos castelos – inicialmente muçulmanos e depois cristãos – não esteve sujeita à pressão da guerra durante muito tempo, acabando por perder rapidamente a sua função militar e tornando-se, sobretudo, polos de organização social e territorial¹⁸¹¹.

Em ambas as regiões houve atividade militar direta da Coroa, mas ressalta sobretudo, a atuação e organização territorial das ordens militares. Estas eram as

¹⁸⁰⁷ Não é certo que as obras tenham sido iniciadas antes do ataque cristão ou como consequência deste, mas os trabalhos arqueológicos revelam 1169 como ano da abertura de um poço, imediatamente depois da tentativa frustrada de assalto pelo rei português e por Geraldo, seguido de um sistema de abastecimento mais complexo, assente em diques fortificados destinados a recolher água do rio (F.B. CORREIA, 2015, pp. 41-43).

¹⁸⁰⁸ F.B. CORREIA, 2015, pp. 44-45 e 59.

¹⁸⁰⁹ R.V. GOMES, 2002, p. 335.

¹⁸¹⁰ SILVA e GOMES, 2002, p. 355.

¹⁸¹¹ BOISSELIER, 2013, pp. 487-497.

entidades mais habilitadas para ocupar e consolidar espaços de incorporação recente, independentemente do traçado de limites políticos entre reinos, pela sua capacidade de gerar solidariedades locais sobreponíveis a forças exteriores, utilizando os castelos como núcleos de organização territorial. Apesar de ter conhecido momentos de menor sintonia (como deve ter ocorrido com os templários aquando da doação do território de Guidintesta aos hospitalários), de um modo geral a conjugação de interesses entre as ordens do Templo, Hospital, Santiago e Avis nos assuntos de fronteira foi uma realidade comprovada¹⁸¹², bem como o alinhamento geral do esforço militar destas milícias com a Coroa.

Depois de alcançada a linha do Tejo em 1147, o problema que se colocava ao rei de Portugal era o controlo efetivo da nova marca. Como já tivemos ocasião de fazer notar, a porosidade do rio não permitia que este se constituísse num obstáculo defensivo eficaz a partir da margem Norte. A solução era, portanto, controlar um vasto espaço na margem Sul, que pudesse servir de “tampão” ou amortecedor do ponto de vista defensivo e, simultaneamente, uma plataforma de ataque. É aqui que a posição de Coruche e os freires de Évora surgem como elementos-chave.

Coruche tinha sido um *hîsn* do qual pouco ou nada se sabe antes da intensa militarização de que a região passou a ser alvo a partir da década de 1150¹⁸¹³. Estamos em crer que, para além de constituir um ponto intermédio entre Santarém e Évora, tinha também um papel importante na defesa do Tejo, já que não seria possível a uma hoste muçulmana operar a norte do rio e manter as suas linhas de comunicações e abastecimentos abertas com Sevilha se esse castelo, situado na margem do Sorraia, estivesse em mãos cristãs. É, pois, compreensível que desde a sua reconstrução pelos cristãos, tenha passado a ser um objetivo de primeira importância para os almóadas.

Em 1175, Coruche foi doado, com outros bens, aos freires de Évora¹⁸¹⁴ e em maio de 1180 ou 1181 foi alvo de um ataque comandado por Ibn Wanudin, que conseguiu entrar na fortaleza, saquear a povoação e regressar a Sevilha com os despojos¹⁸¹⁵. O

¹⁸¹² P. COSTA, 2015, pp. 141-142 e 144.

¹⁸¹³ H. FERNANDES, 2002, p. 453.

¹⁸¹⁴ DR, doc. 327 de 1176, abril.

¹⁸¹⁵ Antes, Ibn Wanudin tinha saqueado a região em torno de Évora, chegando a cercar a cidade durante dois dias (*Al-Bayan I*, p. 39). Após o triunfo celebrado em Sevilha, o chefe muçulmano vendeu 400 mulheres e 120 homens no mercado de escravos (POWERS, 1988, p. 43). Os *Annales Domni Alfonsi* referem um ataque-surpresa ocorrido em 1180, com inúmeros prisioneiros entre os cristãos (ADA, p. 159). Mas é improvável que tivessem ocorrido dois ataques idênticos em anos seguidos, ambos resultando em valioso espólio, pelo que a descrição do *Bayan* e a dos *Annales* devem corresponder à mesma ação militar.

Chronicon Lusitano detalha que o castelo foi destruído¹⁸¹⁶, o que revela que o interesse dos almóadas não era somente o provento de guerra, mas também reduzir o potencial militar cristão na região, nomeadamente isolar Évora e, ao mesmo tempo, abrir uma via em direção a Santarém. Para evitar que tal acontecesse, D. Afonso Henriques, logo em 1182, concedeu carta de foral, declarando a intenção de “*restaurare atque populare Culuchi*”¹⁸¹⁷.

Em 1184, no regresso do cerco que colocaram a Santarém, as forças do moribundo califa Yusuf I saquearam os arredores de um castelo identificável com Coruche¹⁸¹⁸. No seu testamento de 1188, D. Sancho I incluiu a reparação dos muros do castelo no grupo de quatro para os quais canalizava parte das verbas que guardava no mosteiro de Santa Cruz e a fossadeira obtida de quatro *terras* do Entre Douro-e-Minho¹⁸¹⁹. E no ano seguinte confirmou o foral outorgado pelo seu pai sete anos antes, tendo como um dos signatários o mestre da milícia dos freires de Évora, Gonçalo Viegas “*qui castellum habet*”¹⁸²⁰, que lhe garantia a defesa militar, embora a organização do espaço fosse reservada ao rei. Tudo isto demonstra que a insegurança da zona só permitia povoamento se o castelo fosse guarnecido, algo que os freires eram capazes de assegurar¹⁸²¹.

Para além de Coruche e do alcácer velho de Évora, a milícia, que em 1211 se converteria na Ordem de Avis, recebeu o castelo de Benavente, que também articulava a defesa de Santarém. Ao todo, os freires de Évora controlaram nove castelos no Alto Alentejo, incluindo Seda, Alter Pedroso, Avis, Veiros, Juromenha e o Alandroal. Mais para sul e excêntricos ao seu centro de gravidade, a ordem viria mais tarde a controlar Noudar, Paderne e Albufeira¹⁸²². Tal como estas, muitas outras fortificações no Alentejo acabaram nas mãos de ordens militares, o que lhes conferiu um novo papel na guerra ofensiva. A maioria destes castelos tinha sido tomada aos muçulmanos, embora também

Hermínia Vilar situa-a em 1180 (2019, pp. 322-323). O ataque a Coruche pode ter estado inserido numa estratégia deliberada para isolar Évora de Santarém, tornando mais fácil a conquista posterior da primeira cidade e, eventualmente, a própria tomada de Santarém, que viria a ser tentada em 1184 (F. B. CORREIA, 2015, pp. 45-46).

¹⁸¹⁶ H. FERNANDES, 2002, p. 458.

¹⁸¹⁷ PMH-LC-I, pp. 426-428 de 1182.

¹⁸¹⁸ H. FERNANDES, 2002, p. 459.

¹⁸¹⁹ DS, doc. 31 de 1188, março, 24.

¹⁸²⁰ DS, doc. 43 de 1189,

¹⁸²¹ H. FERNANDES, 2002, p. 456.

¹⁸²² BARROCA, 2002, p. 540.

tenha havido lugar a edificações de raiz, como veremos adiante¹⁸²³. As milícias que mais se destacaram a sul do Tejo foram a de Santiago e de Avis, embora quer o Templo, quer o Hospital viessem também a deter ali alguns senhorios.

No caso dos templários, o único território que detiveram a sul do rio foi Nisa, recebido do rei em 1198. A Ordem do Hospital, de militarização tardia, recebeu o Crato de D. Sancho II, em 22 de março de 1232, com a condição de ali construir um castelo, compromisso que executou, sendo depois protagonista do avanço cristão sobre Mourão, Moura, Serpa e a região do Andévalo, estas últimas conquistadas por volta de 1232, tendo os castelos ficado na posse da Ordem até 1271¹⁸²⁴.

No final do século XII, a importância da rede fortificada que o reino de Portugal logrou estabelecer a sul do Tejo, apoiada nas anteriores edificações islâmicas, obrigou os almóadas a intervirem contra muitos destes castelos a fim de reduzirem a capacidade ofensiva cristã em direção ao sul. Em junho de 1191, Yaqub reconquistou Alcácer¹⁸²⁵ e desmantelou os castelos de Palmela, Almada, Coina e talvez Sesimbra¹⁸²⁶, consolidando a capacidade defensiva almóada a sul do Tejo. O desbloqueio desta situação, no Alto Alentejo, ocorreu somente em 1217, com a definitiva conquista cristã de Alcácer¹⁸²⁷. Em 1218, a fortaleza foi doada, por D. Afonso II, à Ordem de Santiago, tendo os freires para ali transferido, de Palmela, a sede conventual portuguesa. Ainda nesse ano, constituiu base de operações para a tomada de Santiago do Cacém¹⁸²⁸ e, uma década e meia mais tarde, para a conquista de Aljustrel, sob as ordens do comendador Paio Peres Correia. Foi deste último castelo que os santiagoistas fizeram base para a ofensiva que os conduziu à conquista do Alentejo e do Algarve, entre as décadas de 1230 e de 1240.

Entre 1189 e 1191, Silves e os castelos dele dependentes estiveram na posse de D. Sancho I¹⁸²⁹. Apesar de se tratar de um enclave precário, o monarca não se coibiu de

¹⁸²³ Das cerca de duas centenas de fortificações ativas no final do século XII, duas dezenas estavam na posse de ordens militares, correspondendo a 10%. Para o período entre 1248 e 1367 inventariaram-se 48 castelos (M.G. MARTINS, 2007, p. 215).

¹⁸²⁴ BARROCA, 2002, p. 539.

¹⁸²⁵ Alcácer tinha sido doada à Ordem de Santiago em 1185 (CA 715 de 1285, maio 6).

¹⁸²⁶ VILAR, 2008, p. 348. Os muros de Coina tinham sido um dos destinos de verba no codicilo adicionado ao testamento de D. Sancho I em 1188 (DS, doc. 31 de 1188, março, 24). É possível que nunca tenha existido uma verdadeira povoação denominada Coina, mas sim um conjunto de pequenas alcarias dependentes do *hîsn* (MENDES, 2010, p. 56).

¹⁸²⁷ Vejam-se AFONSO, 2013c, pp. 532-539; M.G. MARTINS, 2011, pp. 124-148 e M.T. PEREIRA, 2013, pp. 288-294.

¹⁸²⁸ Era o único castelo, entre Alcácer e o Algarve, em condições de colocar oposição séria à atividade militar dos santiagoistas (H. FERNANDES, 2010, p. 365).

¹⁸²⁹ AL-QALQASHANDI, p. 36 e IBN SA'ID AL-MAGHRIBI, ed. Shawqi Dayf, p. 381.

nomear bispo para a cidade¹⁸³⁰ e doar as fortalezas subsidiárias que obteve: o castelo de Alvor aos cónegos de Santa Cruz de Coimbra, em setembro de 1189¹⁸³¹ e o castelo de Benafecim ao mosteiro de Alcobaça em fevereiro de 1191¹⁸³². Pelos beneficiários das doações e o seu teor, que inclui o eclesiástico recolhido no termo de Alvor em favor dos monges de Alcobaça, subjaz, em ambos, uma intenção de enquadramento religioso e apoio aos cenóbios mais importantes de iniciativa régia e não qualquer indicador de aproveitamento militar. Mas a conquista definitiva do Algarve e a apropriação dos seus castelos deveu-se, em grande medida, a Paio Peres Correia¹⁸³³, que enfrentou um dispositivo militar muçulmano que ali dispunha de uma maior consistência do que na planície alentejana, em boa medida porque a orografia da região permitia acrescentar valor defensivo.

Tal como foi demonstrado anteriormente, o espaço algarvio só era alcançável, a partir de norte, através de três corredores principais. O mais evidente e central, com acesso direto a Loulé¹⁸³⁴, Faro¹⁸³⁵ e Albufeira¹⁸³⁶ tinha a controlá-lo, a norte da travessia da serra algarvia, os castelos de Marachique¹⁸³⁷ e de Almodôvar¹⁸³⁸. Depois de ultrapassada a serra, a sul, os castelos de Paderne¹⁸³⁹ e de Salir¹⁸⁴⁰. O eixo de aproximação oriental, pelo vale do Guadiana dispunha de Mértola¹⁸⁴¹ e Alfajar da Pena¹⁸⁴², respetivamente nas margens esquerda e direita rio. A fechar a entrada no Algarve a quem provinha de Sevilha por Niebla, os castelos de Aiamonte¹⁸⁴³, Castro Marim¹⁸⁴⁴, Cacela¹⁸⁴⁵ e Tavira¹⁸⁴⁶. Finalmente, o eixo de aproximação que contornava a serra de Monchique pelo lado

¹⁸³⁰ D. Nicolau, bispo de Silves, que no final do ano receberia a vila de Mafra e outros privilégios da mão do rei (DS, doc. 42 de 1189, dezembro).

¹⁸³¹ DS, doc. 41 de 1189, dezembro.

¹⁸³² DS, doc. 49 de 1191, fevereiro.

¹⁸³³ CAIII-II, doc. 695 de 1235, março, 31.

¹⁸³⁴ IBN SA'ID AL-MAGHRIBI, ed. Shawqi Dayf, p. 398.

¹⁸³⁵ IBN SAHIB AL-SALA, p. 152.

¹⁸³⁶ CAIII-I, doc. 206 de 1260, março, 7.

¹⁸³⁷ A doação do castelo, em 1245, ao bispo e cabido do Porto é reveladora do papel secundário, do ponto de vista militar, a que estaria reduzido àquela data (RSII, doc. 84 de 1245, abril, 27).

¹⁸³⁸ GUERRA e FABIÃO, 2002, pp. 171-176.

¹⁸³⁹ Referido no contexto da conquista de Silves, de 1189 (DIN, p. 30).

¹⁸⁴⁰ HENRIQUES, 2003, p. 72.

¹⁸⁴¹ CAIII-II, doc. 694, p. 265, de 1240, janeiro, 16.

¹⁸⁴² Alfajar da Pena foi doado, juntamente com Mértola à Ordem de Santiago em 1236. D. Sancho II refere o "*castellum meum de Alfajar de Pena*" (RSII, doc. 68 de 1239, janeiro, 16).

¹⁸⁴³ RSII, doc. 67 de 1239, janeiro, 6.

¹⁸⁴⁴ A Ordem de Santiago passou a controlar o castelo de Castro Marim na década de 1230 (M.G. MARTINS, 2016, p. 231). Ver também indícios da existência do castelo em PMH-LC-I, pp. 734-736 de 1277; BARROCA, 2000a, pp. 982-983; CP1419, Cap. 88, p. 160.

¹⁸⁴⁵ AL-IDRISI, p. 261; CAIII-II, doc. 698, de 1255, fevereiro, 20. Sobre a estruturas defensivas do local veja-se ALMEIDA, *et al.*, 2013, pp. 733-737.

¹⁸⁴⁶ IBN SAHIB AL-SALA, p. 134.

atlântico com destino a Lagos¹⁸⁴⁷, tinha, no seu início a Norte, o castelo de Aljezur. Todos estes castelos eram complementados por uma rede de atalaias, o que fazia que, de entre os espaços dominados pelos poderes islâmicos, este era o que mais se aproximava, em organização defensiva e sistemas utilizados, aos que eram controlados pelos cristãos.

Durante as décadas de conquista, o Além-Tejo beneficiou de várias fortificações construídas de raiz pelos poderes cristãos, fossem eles o régio ou senhorial. Ao mencionado castelo de Coruche, iniciativa do monarca, mas doado aos freires de Évora, podem juntar-se, a partir de 1203, o de Montemor-o-Novo¹⁸⁴⁸ e, depois de 1220, os de Canha¹⁸⁴⁹ e Cabrela¹⁸⁵⁰, edificadas pela Ordem de Santiago. Dois outros castelos se devem a duas outras ordens: o de Avis¹⁸⁵¹, aos freires de Évora, que tomaram o nome da nova doação e para aí transferiram a sua sede conventual em 1211 e o Crato, doado em 1232 por D. Sancho II, à Ordem do Hospital, que também constituiu, após a batalha do Salado, em 1340, a casa-mãe dos hospitalários portugueses¹⁸⁵².

Com a conquista do Algarve, as preocupações defensivas a sul do Tejo reorientaram-se para a fronteira com Castela. D. Afonso III reconstruiu as muralhas de Beja¹⁸⁵³, entrou em acordos para obter o controlo dos castelos de Arronches (antes detido

¹⁸⁴⁷ DIN, p. 30. O *De Itenere Navali* menciona, juntamente com o castelo de Lagos, outros castelos que não encontramos referenciados noutras fontes e em relação aos quais os investigadores têm sido silenciosos, nomeadamente o de São Bartolomeu de Messines, que poderia estar localizado no Cerro do Castelo, local onde recentemente foi escavada uma necrópole altimedieval, o de *Carphanabal*, associado a Sagres, mas sem certezas absolutas. Também “*Montagut*”, que António Castro Henriques localiza na zona de São Marcos da Serra, localidade onde a toponímia urbana ainda conserva a “Rua do Castelo”. Monchique é designado por “*Munchite*” na fonte (HENRIQUES, 2003, pp. 78-79). Dois outros topónimos, “*Porcimunt*”, e “*Caboiere*” podem ser associados a Porches e ao Carvoeiro, respetivamente (DAVID, 1939, pp. 633, nota 333; M. SERRA, 2013, p. 47). Interessa, por último, salientar, que esta concentração “fora do comum” de fortalezas numa mesma área deve estar mais relacionada com o facto de dispormos de uma detalhada descrição da região, através da fonte, do que com o facto de se tratar de um espaço mais fortificado. Além disso, apesar do redator do *Itenere* se referir a todos os topónimos como castelos, não podemos perceber a dimensão da fortificação na maioria dos casos, podendo tratar-se de simples atalaias ou torres de alcarias, que podiam incluir um cercado em redor e ficando com a aparência de verdadeiros castelos (MARTÍN CIVANTOS, 2013, p. 138).

¹⁸⁴⁸ A.H. MARQUES, 1996c, p. 69.

¹⁸⁴⁹ PMH-LC, p. 626 de 1235, fevereiro.

¹⁸⁵⁰ ANTT, *Gaveta V*, mç. 1, doc. 18, de 1236, janeiro, 19, pub. por BERNARDINO, 2003, doc. 54, pp. 290-291.

¹⁸⁵¹ BC, p. 2450 de 1211, junho, 30. A inscrição comemorativa da fundação do castelo data de 15 de agosto de 1214 (BARROCA, 2000c, vol. II, inscrição 275, pp. 676-679).

¹⁸⁵² A doação do Crato é explícita quanto à intenção do rei que aí fosse construído um castelo: “*Ucrate ut faciatis ibi populationem et fortelezam*” (RSII, doc. 46 de 1232, 22). No entanto não se sabe se as obras iniciaram de imediato e que Crato tenha sido uma fortaleza ativa antes de 1249. Sabe-se que em 1270 o castelo já estava funcional (P. COSTA, 2013, p. 315).

¹⁸⁵³ CAIII-I, doc. 17 de 1253, novembro, 18.

pelo mosteiro de Santa Cruz)¹⁸⁵⁴ e de Alegrete (antes na posse do mosteiro de Lorvão) e também alargou o sistema defensivo do castelo de Marvão¹⁸⁵⁵. A soberania portuguesa sobre o Algarve foi disputada com Castela, nas décadas seguintes à conquista, tendo a criação de municípios de Aljezur, Alcoutim, Cacela, Castro Marim e Porches constituído uma ação deliberada dos reis portugueses para consolidarem o seu poder na região e, sobretudo, se afirmarem em relação a Castela¹⁸⁵⁶.

4.3. Os serviços em torno do castelo

Uma estrutura fortificada só faz sentido se operada por recursos humanos e a sua funcionalidade só pode ser verdadeiramente entendida através da compreensão das atividades nela desenvolvidas. Os serviços a desempenhar no castelo aparecem-nos muitas vezes descritos com algum detalhe, o que nos possibilita entender em que consistiam. A obrigação de anúduva, associada a atividades de manutenção da edificação, contribuiriam para fomentar a consciência coletiva de pertença a uma *terra*¹⁸⁵⁷. Mas havia casos em que os moradores eram solicitados a outro tipo de serviços, como vigiar as muralhas ou custodiar prisioneiros. Iria Gonçalves considerou “ir em anúduva” e “ir ao castelo” como expressões equivalentes, embora tenha verificado a existência da fórmula, que levanta questões, “*vam in anúduva et ao castello*”, repetida em vários locais¹⁸⁵⁸. Existe equivalência, sim, na obrigação de ir desempenhar um serviço ao castelo. Mas o tipo de serviço pode não corresponder à anúduva propriamente dita, e também não dispomos de dados que demonstrem que uma vigilância fosse tida como anúduva.

Por conseguinte, é razoável admitir que a obrigação de “ir ao castelo” pode não corresponder a “ir em anúduva” e que, na falta de outros elementos, pouco podemos concluir sobre o que se esperava em concreto dos homens em causa¹⁸⁵⁹. É o caso dos moradores de 20 casais reguengos de Nuzedo (c. Vinhais), que em 1220 tinham por obrigação, ir ao castelo, não especificando a fonte o tipo de serviço a desempenhar¹⁸⁶⁰.

¹⁸⁵⁴ O castelo de Arronches tinha sido doado por D. Sancho II ao mosteiro de Santa Cruz (CAIII-I, doc. 98 de 1236, janeiro, 7). Foi restituído, pelos crúzios, a D. Afonso III, em 1264 (CAIII-I, doc., 312 de 1264, março).

¹⁸⁵⁵ CAIII, doc. 195 de 1259, julho, 2.

¹⁸⁵⁶ BOTÃO, 1998, p. 749. Sobre este assunto, ver também COUTINHO, 1998, pp. 855-864 e MACÍAS GONZÁLEZ, 1998, pp. 987-1016.

¹⁸⁵⁷ BARROCA, 2003a, p. 179.

¹⁸⁵⁸ I. GONÇALVES, 2012a, pp. 25, nota 37.

¹⁸⁵⁹ Os problemas levantados pela dificuldade de interpretação da expressão “ir ao castelo” foram apresentadas, entre outros, por L.F. OLIVEIRA, 2016, p. 191.

¹⁸⁶⁰ PMH-I, p. 127a de 1220. Devia ser claro, tanto para os declarantes, como para os inquiridores, o tipo de serviço a desempenhar, uma vez que o escriba não vê necessidade de o explicitar.

Quase três décadas mais tarde, aquando do foral de 1257, um em cada doze casais tinha por obrigação ir ao castelo, somente quando o juiz o determinasse¹⁸⁶¹.

A obrigação de ida ao castelo podia ser periódica ou ocorrer apenas quando exigido. Por vezes, as populações estavam sujeitas à conjugação dos dois modelos, como ocorria em Cunha (c. Paredes de Coura). Aqui os moradores tinham de ir uma vez por ano ao castelo, sem data fixa, devendo fazê-lo “quando fossem chamados”¹⁸⁶². Mas não era pelo facto de se tratar de uma obrigação que não deixava de poder ser recompensada, como ficou patente em Chacim (c. Macedo de Cavaleiros), em 1200. D. Sancho I doou o reguengo de Silhade aos povoadores de Mós pelo bom serviço que estes sempre prestaram no castelo¹⁸⁶³.

Aos trabalhos já referidos, juntavam-se também outras obrigações, como a condução de presos, o transporte de correio ou a escolta de dinheiros, em princípio entre locais dentro do alfoz e o castelo, como se verifica no foral de S. João da Pesqueira de 1055-1065¹⁸⁶⁴.

4.3.1. A obtenção de informações

A deteção atempada de qualquer ameaça era fundamental para manter a eficácia do sistema de defesa¹⁸⁶⁵. Um castelo, ou mesmo uma cerca só poderia cumprir verdadeiramente o seu papel defensivo se a sua guarnição e as populações tivessem alerta oportuno, de modo a poderem tomar as suas disposições. Estas podiam consistir na recolha das gentes, animais e víveres na segurança das muralhas, na preparação e ocupação dos postos de defesa, no envio de mensageiros a quem necessitasse da informação ou pudesse acudir, ou ainda na convocação do apelido¹⁸⁶⁶.

A vigilância era, por princípio, promovida por um castelo que, não tendo possibilidade de observar diretamente todo o território sob a sua responsabilidade, necessitava de se fazer rodear de pontos de vigilância. Muitas destas posições ainda se detetam com facilidade, através da toponímia e microtoponímia, incluindo termos como

¹⁸⁶¹ PMH-LC-I, p. 678 de 1257.

¹⁸⁶² CAIII-I, doc. 300 de 1263, abril, 5.

¹⁸⁶³ DS, doc. 127 de 1200, maio.

¹⁸⁶⁴ M. COELHO, 1996b, p. 261.

¹⁸⁶⁵ Sobre a o papel da obtenção de informações para a condução da guerra na Península Ibérica, numa cronologia um pouco posterior à que estudamos, mas com bastantes pontos de contacto e continuidade, veja-se AGRAIT CORDERO, 2013, pp. 11-40.

¹⁸⁶⁶ Sobre a defesa da terra, veja-se o subcapítulo 5.2.

Atalaia, Guarda, Custóias, Almenara, Vigia, Esculca, Inculca, Facho, Faro, Vela, Belage, Pendão, Sentinela, entre outros¹⁸⁶⁷.

A ação de controlo do território deveria ser mais intensa nas regiões de fronteira, onde haveria certamente um maior número de postos de vigilância, materializando uma malha mais densa que devia ser ocupada em permanência¹⁸⁶⁸. Também as regiões costeiras, especialmente em torno das embocaduras dos rios, suscitavam uma preocupação acrescida de vigilância, tendo em conta a ameaça da pirataria muçulmana¹⁸⁶⁹, embora esta fosse reduzindo de intensidade e frequência à medida que o reino de Portugal se expandia para Sul¹⁸⁷⁰.

Independentemente dos termos utilizados para os designar, os postos de vigilância aparentam corresponder a um tipo de estrutura em forma de torre, de planta quadrada, em madeira ou pedra, construída no topo de elevações com bom campo de visão¹⁸⁷¹, embora nem todos os topónimos relativos a atalaias signifiquem que ali tenha existido uma edificação¹⁸⁷². Nas *Partidas*, especifica-se que um dos modos de convocação do apelido é por intermédio de atalaias e almenaras¹⁸⁷³, o que deixa entrever um sistema de sinais visuais ou de fumos para alertar o castelo correspondente, bem como sinais sonoros – sinos, tambores e trombetas, buzinos ou cornos¹⁸⁷⁴.

¹⁸⁶⁷ BARROCA, 2003c, p. 86. A prática era de tal ordem que alguns destes termos já eram topónimos estabilizados no século XIII, como se depreende por uma herdade denominada “*Esculca de Susaa*”, mencionada em Fareja (c. Castro Daire), nas Inquirições de 1258 (PMH-I, p. 938) ou de um cabeço nas imediações de Vila Viçosa, em 1270: “*vadit ad cimam de capite de Atalaya*” (PMH-LC-I, p. 717).

¹⁸⁶⁸ Para uma ideia da densidade de postos de vigilância em torno de castelos na fronteira com o reino de Leão, a Norte e a Sul do Douro, entre Miranda e o Sabugal, consulte-se BARROCA, 2008-2009, p. 228.

¹⁸⁶⁹ Sobre este assunto vejam-se PICARD, 1997a, pp. 146-154 e 1997b, pp. 347-359; DUARTE, 2003, pp. 293-294 e A. ANDRADE, 2004, p. 65.

¹⁸⁷⁰ I. GONÇALVES, 2012b, p. 21.

¹⁸⁷¹ BARROCA, 2003c, p. 87. Apesar de desempenharem um papel crucial do ponto de vista estratégico, tornando possível e eficaz o papel dos castelos que serviam, as estruturas materiais das atalaias têm sido pouco estudadas, sendo mal conhecidas em Portugal (BARROCA, 2008-2009, p. 229).

¹⁸⁷² VIVAS e GARCÍA, 2008, p. 29. No *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas, datado de 1509, surgem seis torres edificadas, designadas atalaias, ligadas aos castelos de Mértola (1), Serpa (2), Olivença (2), Campo Maior (1) e Castelo de Vide (1). Em Monsanto, uma torre, que não foi designada por atalaia e que, em 1509, tinha sido derrubada “por abafar a visão” que se tinha a partir do castelo (J. DIAS, 2015, p. 374). Na perspetiva do castelo de Campo Maior assinala-se uma atalaia como pertencendo ao castelo de Olivença, o que contribui para dar uma ideia de como se estabelecia uma rede ou malha de vigilância, que permitia que os castelos de uma região fossem interdependentes na obtenção de informações (J. DIAS, 2015, p. 358).

¹⁸⁷³ *Partidas*, II, Título XXVI, Lei 24.

¹⁸⁷⁴ M.G. MARTINS, 2007, pp. 551, n. 920. Sobre a comunicação entre atalaias, que permitia que a notícia de uma invasão chegasse rapidamente ao castelo e permitisse a convocação atempada do apelido, veja-se ASÍN, 1927, pp. 496-497.

O esforço de vigilância era de tal ordem que subtraía braços aos trabalhos agrícolas das comunidades, pelo que, em locais de fronteira, o monarca comprometia-se a garantir parte dessa incumbência, através da colocação de homens seus no serviço, aligeirando o esforço requerido aos concelhos, como no caso de Leiria, em 1142¹⁸⁷⁵. O serviço régio nas atalaias deveria ser análogo aos que observamos na vigilância de castelos, para os quais o rei recorria a moradores de casais que lhe eram foreiros¹⁸⁷⁶. Em muitos casos, o monarca comprometia-se a garantir metade do serviço e o concelho a outra parte¹⁸⁷⁷. Mário Barroca assinala que é difícil discernir em que consistia cada metade¹⁸⁷⁸, mas através de uma carta aragonesa, de Molina de Aragão, podemos verificar que o ano era repartido em dois períodos, balizados pela Páscoa e a festa de São Miguel (29 de setembro)¹⁸⁷⁹. O foral de Coimbra, de 1111, parece corroborar este indício, uma vez que refere explicitamente “*sculcas ponamos nos medietatem anni et vos medietatem*”¹⁸⁸⁰. Deduzimos, portanto, que em Leiria, em plena fronteira com o Islão em 1142, o rei comprometia-se a assumir a totalidade da vigilância no primeiro ano, passando depois a vigorar um modelo semelhante ao de Coimbra, com cada parte (rei e município) a assegurar o serviço durante metade do ano.

Um dos indícios de que nem sempre haveria construções associadas à vigilância, pode ser a obrigação de obtenção de informações sobre um inimigo que, recentemente, ocupara os territórios em torno de Chaves, como se deteta nas Inquirições de 1220. Para além do já mencionado caso de Valoura, paróquia de São Martinho de Bornes, em que os moradores iam, por ordem do mordomo régio, a Leão, “*sciatur per ipsus quod facit Rex Legionis*”¹⁸⁸¹, também a paróquia de Santa Eulália de Pensalvos tinha por obrigação vigiar os leoneses, guarnecendo as atalaias e “*dare sabedoria ad castellum*”, funções que isentavam os moradores de qualquer outro tipo de serviço militar, nomeadamente de apelido e de fossado¹⁸⁸².

¹⁸⁷⁵ Veja-se o foral de Leiria, de 1142: “*Atalaie hoc primo anno totam teneat rex, in aliis medietatem teneat rexe t aliam medietatem moratores*” (PMH-LC-I, p.376).

¹⁸⁷⁶ Os moradores da herdade de São Pedro, foreira do rei, em Ervedosa (c. São João da Pesqueira) afirmaram “velar” o castelo, de modo análogo ao que faziam os homens do concelho (PMH-I, p. 1099b).

¹⁸⁷⁷ Já era o que vigorava em Coimbra, no foral de 1111 (PMH-LC-I, p. 356). Outros casos são os dos forais de Santarém-Lisboa-Coimbra, de 1179 (PMH-LC-I, pp. 408, 413 e 416).

¹⁸⁷⁸ BARROCA, 2003c, p. 86.

¹⁸⁷⁹ POWERS, 1988, p. 279.

¹⁸⁸⁰ PMH-LC-I, p. 356.

¹⁸⁸¹ PMH-I, p. 127b.

¹⁸⁸² PMH-I, p. 126b.

Os moradores de São Mamede de Lindoso (c. Ponte da Barca), que se limitavam a dez casais, tinham por obrigação ir guardar as portelas de Lindoso e de Cabril sempre que lhes fosse ordenado: “*am no de guardar terterdia*”¹⁸⁸³. Como já tivemos oportunidade de verificar, em relação a obrigações militares é ajustado considerar um homem por casal, pelo que, na totalidade, a paróquia mobilizaria cerca de uma dezena. Esta “guarda” deveria consistir num serviço de vigilância, em proveito da *terra* da Nóbrega e dez homens deviam ser suficientes para manter o serviço contínuo somente numa das portelas, já que Lindoso e Cabril distam 20 quilómetros entre si em linha reta e situam-se num território extremamente montanhoso, que não é compatível com a manutenção dos dois serviços em simultâneo. Além disso, entre ambas situava-se o principal eixo de penetração – a portela do Homem – que era vigiado, em 1220, por gente proveniente de cinco paróquias e, em 1258, por gente de 14 paróquias da *terra* de Bouro¹⁸⁸⁴. É de admitir que a vigilância das portelas de Cabril e de Lindoso consistia num complemento ao controlo do eixo principal e também que pudesse haver mais populações, a par dos moradores de São Mamede de Lindoso, incumbidas desta tarefa complementar.

A atribuição do serviço de atalaia a uma comunidade ou até a um casal específico pode ter estado na origem da denominação de alguns destes postos, conhecidos pelo nome do indivíduo a quem competia a função. São os casos da “*atalayam de Gunsalvo Calvo*”, patente num documento de 1220, ou “*atalayam de Martino Ruderici*”, num outro de 1258¹⁸⁸⁵.

O fluxo de informação de cariz defensivo incluía, também, o transporte de mensagens. Talvez seja este tipo de serviço que encerram as várias declarações recolhidas nas Inquirições, quer de 1220, quer de 1258, em que certos moradores afirmam ter obrigação de “ir em mandado” a determinados locais, sem que se especifique a tarefa a realizar¹⁸⁸⁶. Em Santa Maria das Areias, *Terra* de Neiva (c. Viana do Castelo), os moradores de Darque Maior tinham de ir até Ponte de Lima¹⁸⁸⁷. Os moradores de Santa Maria de Moimenta (c. Cabeceiras de Basto) iam em “*mandado d elRey de Maazedo*

¹⁸⁸³ PMH-I, p. 414a de 1258. O termo “*terterdia*” poderá indicar a duração de três dias?

¹⁸⁸⁴ Ver notas 425 e 426.

¹⁸⁸⁵ M.G. MARTINS, 2007, pp. 552, n. 987.

¹⁸⁸⁶ É frequente, na determinação de ir “em mandado” nas Inquirições, especificar qual a tarefa. Por exemplo, ir “*in toto mandado de Maiordomo*” (PMH-I, p. 127a, de 1220), pressupõe estar às ordens do mordomo; ou ir em mandado ao rico-homem, ou seja, servir diretamente o rico-homem se a isso forem chamados (PMH-I, p. 138b de 1220).

¹⁸⁸⁷ PMH-I, p. 107a de 1220. Poder-se-ia tratar, igualmente, de uma ida para ação militar de defesa, já que o topónimo revela a existência de uma ponte.

ataes Pedroselo”¹⁸⁸⁸. Este tipo de atribuição ocorria também em São Martinho de Portela de Leitões (c. Guimarães)¹⁸⁸⁹, São João de Rei (c. Póvoa de Lanhoso)¹⁸⁹⁰, São Paio de Ruilhe (c. Braga)¹⁸⁹¹ ou São Salvador (c. Cabeceiras de Basto)¹⁸⁹², entre inúmeros outros exemplos.

4.3.2. A vigilância dos muros

Para além das atalaias, as muralhas dos castelos tinham também de ser vigiadas¹⁸⁹³, num serviço que frequentemente recebia a designação de *vela*¹⁸⁹⁴. À noite, a vigilância era assegurada por dois homens, como detalharam as testemunhas da Inquirição de 1258 em São Pedro de Cerzedelo (c. Vieira do Minho), que afirmaram que, durante a noite, os homens daquele lugar tinham por obrigação velar, dois a dois, o castelo de Penafiel de Soaz¹⁸⁹⁵.

Nas inquirições, atestam-se várias referências a esta obrigação de “*agardare et vellare castellum*”¹⁸⁹⁶. Em Santa Maria de Covide (c. Terras de Bouro), a generalidade dos moradores tinha por obrigação levar madeira e efetuar reparações no castelo, exceto os moradores de três quintãs específicas, a quem cabia o serviço de vigilância¹⁸⁹⁷. Estes certamente que se organizavam entre si, à semelhança do que se passava na *terra* de

¹⁸⁸⁸ PMH-I, p. 383b de 1258.

¹⁸⁸⁹ PMH-I, p. 79 de 1220.

¹⁸⁹⁰ PMH-I, p. 148b de 1220.

¹⁸⁹¹ PMH-I, p. 89a de 1220.

¹⁸⁹² PMH-I, p. 665b de 1258.

¹⁸⁹³ O foral de Penela faz claramente a distinção entre ambos os serviços: “*De illa atalaia Rex mediam et habitatores aliam mediam. De vigilia de muro rex media et habitatores alia media*” (PMH-LC-I, p.375), embora o termo “atalaia” também pareça ser utilizado como sinónimo de “vigia”, não necessariamente num posto afastado dos muros da vila ou do castelo. É o que se depreende da expressão correntemente utilizada em muitos forais, a partir de 1179 “*De atalaia de villa debet rex tenere medietatem et milites medietatem suis corporibus*” (Forais de Santarém, 1179, PMH-LC-I, p. 409; Lisboa, 1179, p. 413; Coimbra, 1179, p. 417; Povos, 1195, p. 492; Leiria, 1195, p. 497; Alcobaça, 1210, p. 549; Alenquer, 1212, p. 560; Torres Vedras, 1250, p. 635; Beja, 1254, p. 642; Odemira, 1255, p. 665; Estremoz, 1258, p. 681; Evoramonte, 1271, p. 722). Também Monsaraz, 1276 (CAIII-II, doc. 639, janeiro, 16, p. 216).

¹⁸⁹⁴ James Powers, baseado nos *fueros* castelhanos de Albarracín e Teruel assinala que as velas nas muralhas dos respetivos castelos eram pagas e que eram aplicadas multas aos faltosos. Acrescenta que havia um supervisor, designado por *sobrevela*, que garantia várias vezes, durante a noite, que os vigilantes estavam nos seus postos e acordados (1988, p. 145). Sobre estas “sobrevelas” ou rondadores, vejam-se, também *Partidas*, II, Título XVIII, Lei 9 (aqui designados por *motarazes*); GARCÍA FITZ, 1989, p. 278; CASTRILLO LLAMAS, 1995, p. 60; e M.G. MARTINS, 2007, p. 555.

¹⁸⁹⁵ PMH-I, p. 1502a de 1258. Ainda hoje, nas forças militares contemporâneas, especialmente durante o período noturno e períodos de baixa visibilidade, os postos de vigilância/ postos de escuta são assegurados por uma “parelha”.

¹⁸⁹⁶ Como se testemunha de uma leira de vinha, foreira do rei, de hoste, anúduva e coleta em Várzea (c. São Pedro do Sul), que tinha por obrigação, pelo menos desde o reinado de D. Afonso II, de ir guardar o castelo de Lafões (PMH-I, p. 899a, de 1258). Nas imediações, os homens de Casal Derreado tinham a mesma obrigação, sendo chamados quando fosse necessário (PMH-I, p. 903b, de 1258).

¹⁸⁹⁷ PMH-I, p. 420a de 1258.

Basto, freguesia de Infesta (c. Celorico de Basto), onde cabia a oito casais efetuarem o serviço de vela ao castelo de Arnóia, estando um deles, o casal de Martim Gomes (que também dava pousada ao mordomo) incumbido de organizar a escala de serviço¹⁸⁹⁸.

Esta escala poderia ser ordenada atribuindo períodos de vários dias a cada casal, como estava estabelecido no lugar de Folhães, freguesia de Santa Maria de Louredo (c. Santa Marta de Penaguião). A estes vizinhos competia vigiar o castelo de Penaguião oito dias por mês¹⁸⁹⁹. Não sendo a fonte explícita quanto aos restantes constituintes da escala, Mário Barroca admite que o serviço de vigilância ao castelo era repartido mensalmente pelas diferentes aldeias¹⁹⁰⁰.

Na vigilância dos castelos também se utilizavam cães. Como é sabido, são ótimos na deteção de movimentos, especialmente durante a noite, pelo que deviam ser utilizados para esse propósito e integrados nos sistemas de defesa, com expressão em obrigações de serviço, como no caso do castelo de Arnóia, em que alguns casais das paróquias de Arnóia, Caçarilhe e Carvalho tinham a incumbência de alimentar os cães do castelo¹⁹⁰¹.

Sempre que a guarnição de uma fortaleza era obrigada a ausentar-se para acompanhar o monarca na hoste, tinha de ser substituída na vigilância dos muros, como declararam, em 1258, os moradores do lugar de Fafel, em Lamego. Estes deveriam ir, juntamente com outros indivíduos sujeitos ao mesmo foro em toda a *terra*, vigiar o castelo durante a noite, durante um máximo de seis semanas¹⁹⁰². Mais a sul, os homens de Casal Derreado (c. São Pedro do Sul) iam velar o castelo de Lafões sempre que fosse necessário¹⁹⁰³. Quando a guerra era iminente ou declarada, a guarda de castelos assumia ainda mais importância. Assim indica o texto da Inquirição de 1258, a propósito dos homens de Santiago de Murça (c. Murça), que deviam servir no castelo (provavelmente de Panóias) “em tempo de guerra”¹⁹⁰⁴.

Os serviços de vigilância surgem, frequentemente, associados à custódia de prisioneiros. Uma vez que alguns castelos possuíam calabouços para os detidos, o serviço de guarda era incumbência das populações adstritas. No reinado de D. Afonso II,

¹⁸⁹⁸ PMH-I, p. 649a de 1258.

¹⁸⁹⁹ PMH-I, p. 1212a de 1258.

¹⁹⁰⁰ BARROCA, 2003c, p. 87.

¹⁹⁰¹ PMH-I, p. 635 de 1258.

¹⁹⁰² PMH-I, p. 1035a de 1258.

¹⁹⁰³ PMH-I, p. 903b de 1258.

¹⁹⁰⁴ PMH-I, p. 124b, de 1220.

competia aos moradores de uma quintã específica, localizada em Vilar (c. Penafiel), para além de nomear o mordomo, garantir o serviço de vigilância do castelo de Penafiel de Sousa e a custódia dos detidos¹⁹⁰⁵. Incumbência análoga tinham os vizinhos de Sanfins de Belinho (c. Esposende) competindo-lhes guardar os presos no castelo de Neiva¹⁹⁰⁶.

Mas a custódia de detidos nem sempre ocorria nos castelos e, nalguns casos, parece mesmo ter tido lugar na própria casa do indivíduo incumbido da tarefa, como no Casal de Cimo de Vila, paróquia de São Vicente de Giela (C. Arcos de Valdevez)¹⁹⁰⁷ ou no Casal de Maria (no mesmo concelho)¹⁹⁰⁸. Na quintã de Parada, paróquia de Santa Ovaia de Panque (c. Barcelos), especifica-se que os detidos se mantinham presos a um tronco¹⁹⁰⁹.

4.3.3. A construção e a reparação

A anúduva era uma obrigação militar de construção ou manutenção das estruturas de defesa e caminhos¹⁹¹⁰. Vemos recorrentemente esta obrigação explícita quer nos forais, quer nas inquirições, tratando-se de um dever que impendia sobre os peões tributários¹⁹¹¹. Assim, o foral de Seia, de 1136, declara que competia ao senhor garantir os materiais e as ferramentas, mas aos peões competia ceder os “*nostros corpos*”¹⁹¹².

Iria Gonçalves notou maior frequência de imposição de anúduva nas freguesias de Entre-Douro-e-Minho, ocorrendo em menor grau noutras regiões, nomeadamente para Leste e para Sul. Para além de associar esta constatação a espaços de menor densidade

¹⁹⁰⁵ No caso de Penafiel de Sousa, a custódia era efetuada no próprio castelo: “*et dederunt eos avis ipsius quod observarent eos [os presos] in castello per fórum quod debent facere*” (PMH-I, p. 584 de 1258).

¹⁹⁰⁶ PMH-I, p. 314b de 1258.

¹⁹⁰⁷ “*et no Casal de Cimo de Vila guardam os presos*” (PMH-I, p. 382a de 1258).

¹⁹⁰⁸ “*et guardam os presos in Casal de Maria todos da vila*” (PMH-I, p. 385b).

¹⁹⁰⁹ “*et introncam y os presos, et o omem que o tronco teiver fila ao preso a melior vestidura que li achar por carceragem*” (PMH-I, p. 324a).

¹⁹¹⁰ O termo parece ter conhecido uma designação mais ampla em Leão, no século IX, aludindo a um serviço que podia ser também de vigilância. No século XII, um dos seus significados era, no reino castelhano-leonês, a vigilância de gado (VIVAS e GARCÍA, 2008, p. 28). Iria Gonçalves refere que é provável que em Portugal o termo nunca tenha chegado a significar vigilância, como em Castela, mas sim a um termo, muito raro na documentação portuguesa, mas frequente na castelhana: a “*castellaria*” (I. GONÇALVES, 2012a, pp. 24-25, nota 36). Em Portugal parece ter sempre havido uma distinção entre a anúduva e a vela, como se depreende dos moradores de Santa Maria de Covide (c. Amares), em 1258, onde “*todos desta collatione levam a madeira et fazem no Castello, excepto a quintana de Vilar et de Johanne Mouro et de Petro Pelaiz, que vaam a vela*” (PMH-I, p. 420). O atual avanço dos estudos sobre o tema permite afirmar que, em Portugal nos séculos XII e XIII, o termo “anúduva”, correspondia a trabalhos de reparação e manutenção de estruturas militares. Vejam-se VITERBO, 1865, tomo I, p. 231; VEIGA, 1936b, p. VI; MERÊA, 1961; R.A. TORRES, 1984a, p. 161; BARROCA, 2003c, pp. 85-86; e também H. FERNANDES, 2010, p. 128; A. ANDRADE, 1999, p. 83 e L.F. OLIVEIRA, 2016, p. 192, entre outros.

¹⁹¹¹ R.A. TORRES, 1984a, p. 161.

¹⁹¹² REIS, 2002, p. 40.

populacional (sendo menores as ocorrências onde habitava menos gente), também a interliga com os materiais de construção dos castelos, cujos mais antigos eram essencialmente de madeira e se concentravam mais na região a norte do Douro e a ocidente do Tâmega¹⁹¹³. Uma vez que este material é mais frágil do que a pedra, estes castelos, herdados do período condal, requeriam um esforço de reparação e manutenção superior ao que os castelos de construção posterior exigiam¹⁹¹⁴.

Nestes casos em que as fortalezas necessitavam de manutenção permanente, as Inquirições apresentam-nos formas declarativas que apontam para um presente contínuo: “*vadunt ad castellum*”¹⁹¹⁵. Noutros casos, em que as populações, por iniciativa própria ou por isenção, deixavam de cumprir o serviço, as declarações apresentam um pretérito: “*solebant dare in anuduva Regis (...)*”. Destes, há alguns serviços que foram, claramente, temporários e se deveram à fase construtiva ou a uma campanha específica de obras de recuperação de um castelo, como parece ter sido o caso do castelo da Guarda no reinado de D. Sancho II: “*(...) iverunt in anuduvam Regis ad Gardiam tempore regis Sancii fratris istius Regis*”¹⁹¹⁶.

A transição da madeira para a pedra terá sido a responsável pela passagem da anúduva, de uma obrigação regular para uma obrigação esporádica, quando fossem necessárias obras de vulto e também pela possibilidade de remir o serviço a dinheiro¹⁹¹⁷. Tal como a ausência ao fossado correspondia ao pagamento de fossadeira, imposto que evoluiu para um tributo anual permanente, a anúduva também passou a ser remida em dinheiro, como observamos em Ranhados (c. Viseu), onde os moradores eram taxados “*pro anuduva de Lameco*”¹⁹¹⁸.

A regularidade da anúduva deveria estar relacionada com os trabalhos necessários. Em São Miguel de Caçarilhe (c. Celorico de Basto), os moradores de cinco

¹⁹¹³ Para o levantamento da prestação de anúduva a leste o Tâmega, na região do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e os seus termos, com base nos testemunhos das Inquirições de 1258, veja-se CONCEIÇÃO, 2020, p. 121.

¹⁹¹⁴ I. GONÇALVES, 2012b, p. 27. Parece-nos tratar-se de uma inferência pertinente, que certamente seria válida em muitos locais, mas é também certo que, mesmo possuindo estruturas em pedra, todos os castelos tinham componentes em madeira. A assimetria nas referências à intensidade da prestação de anúduva nas diferentes regiões sobre as quais incidiram as inquirições de 1220 e 1258 podem dever-se às diferenças no modo de a registar, por parte dos inquiridores.

¹⁹¹⁵ De Santiago de Creixemir, hoje Mire de Tibães, c. Braga (PMH-I, p. 105a de 1220).

¹⁹¹⁶ PMH-I, p. 896a de 1258.

¹⁹¹⁷ I. GONÇALVES, 2012b, p. 28.

¹⁹¹⁸ PMH-I, p. 853b de 1258.

casais deviam dar um dia por semana de serviço no castelo¹⁹¹⁹. Mas também ficou registado o serviço casual. Na paróquia de Santa Eulália de Gaifar (c. Ponte de Lima), os moradores eram chamados a reconstruir o muro do castelo de Penela somente quando este ruía¹⁹²⁰. Curiosamente, em Penacova, pelo foral de 1192, não eram só os peões, mas também os cavaleiros que tinham obrigação de fazer cubas e casas no castelo do senhor¹⁹²¹.

Em 1208, os homens de Rebordãos estavam obrigados a “ir bastir o castelo”¹⁹²², ou seja, efetuar trabalhos de construção. Em Santa Maria de Tregosa (c. Barcelos), a anúduva parece ter incluído a talha de madeira, que depois era transportada pelos moradores à “Lagoa da Madeira”, de onde era levada para ser empregue no castelo¹⁹²³. O mesmo sucedia com alguns casais de Santiago de Infesta (c. Paredes de Coura), cujos moradores talhavam e “esnoavam”¹⁹²⁴ tanta madeira para o castelo quando lhes fosse ordenado pelo casteleiro¹⁹²⁵.

Em 1220, os homens de cinco casais de São Martinho de Ferreiros (c. Póvoa de Lanhoso) deviam “*ire facere castellum de Laioso*”¹⁹²⁶. Aqui não se especifica o serviço, mas noutros casos é possível perceber o que é requerido. Em Santa Eulália de Valões (c. Vila Verde), os vizinhos eram chamados a construir ou reparar as portas do castelo de Aboim da Nóbrega¹⁹²⁷. Em São Pedro da Torre (c. Valença), os homens eram convocados à manutenção do fosso do castelo¹⁹²⁸. Havia quem tivesse de levar materiais de construção, como no caso dos feixes de giesta e canas que competiam aos moradores de Antas e de Belinho (c. Esposende), ou o colmo, que correspondia aos de São Tiago do Castelo, em ambos os casos com destino ao castelo de Neiva¹⁹²⁹; quem devesse caiar as paredes das construções, como se depreende dos foros de Castelo Bom¹⁹³⁰; e havia ainda

¹⁹¹⁹ PMH-I, p. 134 de 1220.

¹⁹²⁰ PMH-I, p. 402, de 1258.

¹⁹²¹ PMH-LC-I, p. 483. As cubas eram recipientes não só para vinho, mas também nelas se recolhia o pão (VITERBO, 1865, tomo I, p. 239a). É, igualmente, lícito colocar a hipótese de se tratar já de cubos ou cubelos de pedra, elementos de fortificação militar, já que, por vezes, as cubas (recipientes) eram também designadas por cubos (masculino) (VITERBO, 1865, tomo I, p. 239b).

¹⁹²² DS, doc. 179 de 1208, novembro. Sobre os diversos significados da palavra “bastida”, compatível com a existência do verbo correspondente, veja-se VITERBO, 1865, tomo I, p. 128a.

¹⁹²³ PMH-LC, p. 319b de 1220.

¹⁹²⁴ Esgalhavam, ou cortavam os ramos dos troncos.

¹⁹²⁵ PMH-I, p. 361a de 1258.

¹⁹²⁶ PMH-I, p. 148a de 1220.

¹⁹²⁷ PMH-I, p. 120 de 1220.

¹⁹²⁸ PMH-I, p. 364 de 1258.

¹⁹²⁹ PMH-I, p. 313-314 de 1258.

¹⁹³⁰ J.M. SANTOS, 2018, p. 163.

quem tivesse como obrigação o fornecimento de víveres ao castelão, quer sob a forma de refeições¹⁹³¹, quer através da entrega de determinados géneros¹⁹³².

A anúduva podia ser desempenhada bastante longe, embora isto estivesse relacionado com a conjuntura vivida. Antes de 1258, D. Afonso III mandou homens do couto da Sé de Viseu fazer anúduva no castelo de Lamego. Uma testemunha à inquirição levada a cabo na Terceira Alçada acrescentou que se recordava de ver homens do mesmo couto serem mandados em anúduva ao castelo da Guarda¹⁹³³. Os homens de Vila Ruiva (c. Fornos de Algodres) foram também em anúduva ao castelo da Guarda¹⁹³⁴, cobrindo uma distância que, em linha reta, é de 20 quilómetros, mas que os obrigava a ultrapassar várias cumeadas e vales, na serra da Estrela, percurso que demoraria, seguramente, mais de um dia. Mais impressionante, pela distância, era a anúduva exigida aos homens de Lafões, no reinado de D. Sancho II, que os obrigava a deslocarem-se, igualmente, à Guarda¹⁹³⁵. Esta obrigação a que já aludimos e que arrastava gente de tão longe para obras naquele castelo, pode estar inserida no contexto dos conflitos que o monarca manteve com o infante Fernando de Serpa e com o bispo da Guarda, entre 1237 e 1238¹⁹³⁶, ou ainda com a própria guerra civil, movida contra *O Bolonhês*, já que a região da Guarda e Covilhã foi disputada entre os dois partidos, tendo caído em mãos do futuro D. Afonso III em 1246, sendo depois retomada no mesmo ano pelo infante Afonso de Castela (em favor de D. Sancho II), que se dirigia para Lisboa¹⁹³⁷.

Durante a campanha de construção de um castelo ou de melhoramentos em fortificações existentes, as populações podiam ser chamadas a uma satisfação de anúduva muito regular e frequente, como parece ter ocorrido com o castelo de Neiva em 1258, altura em que as inquirições registam vários depoimentos de “*vam fazer o castelo*”¹⁹³⁸. A estrutura tinha sido iniciada em 1220, sobre um castro pré-existente e, quase quatro décadas depois, continuava a ser erguida¹⁹³⁹.

¹⁹³¹ PMH-I, pp. 357, 362 de 1258.

¹⁹³² Normalmente ovos (PMH-I, pp. 313-314, 396 e 405, de 1258).

¹⁹³³ PMH-I, p. 850a de 1258.

¹⁹³⁴ PMH-I, p. 814.

¹⁹³⁵ PMH-I, p. 891b. Sobre as grandes distâncias que podiam ser requeridas às populações para o cumprimento do serviço de anúduvas, veja-se M.G. MARTINS, 2016, 90-91.

¹⁹³⁶ H. FERNANDES, 2010, p. 367.

¹⁹³⁷ H. FERNANDES, 2010, p. 370. Sobre as perturbações nas *tenências* vividas durante a crise da década de 1240, veja-se VENTURA, 1996, pp. 549-550.

¹⁹³⁸ PMH-I, pp. 304-306.

¹⁹³⁹ M.G. MARTINS, 2007, pp. 401-402.

Quando concedida, a isenção de anúduva era um direito do qual as populações não estavam dispostas a prescindir. O bispo de Coimbra terá movido, junto da Santa Sé, em finais de 1212 ou inícios de 1213, uma queixa contra a infanta D. Teresa, porque esta estaria a obrigar, indevidamente, os homens da Sé de Coimbra a fazer muros e fortificações, tendo-se o sumo pontífice pronunciado sobre o assunto, numa bula dirigida a prelados de Braga, em janeiro de 1213, para que examinassem o caso¹⁹⁴⁰.

Isenções e dispensas de anúduva tornaram-se frequentes à medida que a ameaça islâmica se afastava e o reino desenvolvia maior estabilidade administrativa. Isto foi particularmente claro no reinado de D. Afonso III, com dispensas como a outorgada, em 1254, aos homens do concelho de Guimarães, para que não trabalhassem nas obras da muralha¹⁹⁴¹, a atribuída, em 1264, aos homens de Santa Cruz dos termos de Coimbra, Montemor-o-Velho e do Julgado de Vouga¹⁹⁴², ou a concedida, no mesmo ano, aos homens de Santa Leocádia, Moreiras e Nogueira (c. Chaves)¹⁹⁴³.

4.4. Síntese Conclusiva

O domínio territorial dependia do controlo de pontos fortificados, com capacidade defensiva própria, mas cuja eficácia estratégica era atingida porque estavam geograficamente implantados de modo a constituírem sistemas defensivos. Estes são possíveis de identificar pela equidistância relativa entre fortificações e pela escolha de acidentes orográficos de apoio, normalmente rios de caudal suficiente para se constituírem obstáculos lineares, como se verificou nos casos do rio Minho em relação à defesa de Braga, do território a sul do rio Mondego em relação à defesa de Coimbra face aos muçulmanos no início do século XII, e do rio Côa, em relação à possibilidade de penetração leonesa em direção a Coimbra, a partir de finais da mesma centúria. Mas em outros casos, ao invés de o estabelecimento de uma linha de defesa, ressalta uma clara preponderância da defesa em profundidade, ou seja, ao longo do curso de rios cujos vales constituíam bons eixos de penetração, como ocorria com as fortificações edificadas ao longo do Lima, Cávado, Tâmega e Corgo, cuja principal evidência é a existência de castelos em ambas as margens dos respetivos rios.

¹⁹⁴⁰ BP 187, pp. 338-339 de 1213, janeiro, 30.

¹⁹⁴¹ CAIII-I, doc 41 de 1254, março, 11.

¹⁹⁴² CAIII-I, doc. 317 de 1264, abril, 21.

¹⁹⁴³ CAIII-I, doc. 321 de 1264, setembro, 30.

Durante a cronologia em estudo, os sistemas lineares tiveram sobretudo expressão na fronteira com Leão, embora nos pontos de entrada mais permeáveis se tenham desenvolvido autênticas “constelações” de fortificações, como foi o caso da brecha de Chaves (com os castelos de Chaves, Santo Estêvão e Monforte de Rio Livre) e da região de Bragança (com os castelos de Mós, Tourãos, Alvelima e Outeiro de Miranda, por um lado, e Miranda, Algosó, Penas Róias, Mogadouro e Balsamão, por outro).

O acompanhamento dos processos construtivos e de remodelação dos castelos sob controlo da Coroa Portuguesa, ao longo do tempo, permite perceber as dinâmicas relacionadas com as preocupações estratégico-militares de cada conjuntura. Desta forma foi possível perceber que face ao inimigo leonês se observou, até ao final do século XII, um maior esforço de fortificação no noroeste do reino, na região confinante com Tui e com Límia que, no início do século XIII foi transferido para a fronteira oriental, evidenciando-se uma dinâmica de fortificação em ambas as margens do rio Côa, tendo como centros de gravidade, do lado português, Celorico e Trancoso e, do lado leonês, Ciudad Rodrigo.

Houve castelos que funcionaram, pelo menos durante certo período, como pontos-chave dos sistemas de defesa. Assim ocorreu com Algosó, porque não seria possível ao invasor leonês colocar cerco a Bragança sem antes controlar aquele primeiro castelo; o mesmo se passava com Lanhoso, que fechava o acesso a Braga. De modo análogo, outros houve cuja edificação ou reconstrução se deveu à intencionalidade de se tornarem pontos-chave no contexto de uma estratégia ofensiva, como foram os casos de Leiria e de Germanelo em relação ao esforço de conquista de Santarém e Lisboa, na década de 1140, ou de Aljustrel, convertido pelos santiaguistas em base de ataque para a conquista do Algarve, em 1232.

Junto ao Tejo, o controlo do território ficou maioritariamente confiado às ordens militares, cuja capacidade construtiva e prontidão militares era assinalável. No tramo do rio mais facilmente vadeável, para além das principais fortificações muçulmanas de Abrantes e Santarém, já existentes, os templários edificaram ou remodelaram os castelos Açafa, Ozêzar, Almourol e Cardiga e os hospitalários construíram Belver. A este sistema fortificado adicionavam-se outras construções menores – atalaias e torres – e ainda alguns castelos controlados diretamente pelo rei, como os casos de Santarém e de Torres Novas. À exceção deste último, que se encontra mais recuado em relação ao Tejo, todos os

referidos estavam situados nas imediações de vaus que proporcionavam uma travessia fácil do rio.

No atual Alentejo quase todas as fortificações se devem aos poderes muçulmanos, observando-se castelos centrais associados a urbes como Alcácer, Évora, Beja e Mértola, que coexistiam com fortificações periféricas, vocacionadas para o refúgio das populações, sendo, por isso, de capacidade militar limitada. Um modelo com estas características tornava difícil o apoio mútuo entre castelos, o que foi aproveitado pelos cristãos, incluindo poderes com menos capacidade de mobilização do que o régio. Foram os casos de algumas milícias concelhias, como os cavaleiros que ocuparam Beja entre 1172 e 1173, do bando de Geraldo “Sem Pavor”, que efetuou conquistas, quase impunemente, entre 1165 e 1173 e da ordem militar de Santiago, que abriu caminho em direção ao Algarve após ter conquistado Aljustrel, em 1232.

No Algarve, a implantação estratégica da fortificação islâmica tinha características diferentes, formando uma malha muito densa que, conjugada com a orografia acidentada da serra obrigou a uma estratégia de conquista prévia dos castelos que controlavam os eixos de aproximação: Mértola e Alfajar da Pena, que controlavam a aproximação pelo vale do Guadiana e Paderne, que controlava o corredor central de acesso ao Algarve costeiro.

A construção de fortificações, bem como a manutenção constante de que necessitavam, que incluía a reparação de muros, de acessos, e de estruturas interiores, estava a cargo das populações, sujeitas ao dever militar da anúduva que, por vezes, implicava percorrer muitos quilómetros de distância, até ao local onde era desempenhada. Entre os outros serviços desempenhados no castelo ou em função deste, contava-se a obtenção de informações, que normalmente era desempenhada nas atalaias. Estas, podendo ou não ser estruturas edificadas, eram implantadas no território de modo a proporcionarem cobertura visual sobre as áreas à responsabilidade de um castelo que não fossem visíveis a partir das suas muralhas. A vigilância próxima era efetuada a partir dos muros da fortificação, uma incumbência designada por vela, atribuída em permanência ao mesmo conjunto de homens, por vezes moradores de um local específico.

Como elementos de sistemas defensivos, do ponto de vista militar, as fortificações tinham relações de interdependência entre si. Mas na perspetiva de organização do território, assumia destaque a relação com as populações da circunscrição correspondente.

As gentes dependiam da estrutura militar para a sua proteção e o poder nela instalado dependia da comunidade para a sua defesa e manutenção.

5. PRÁTICA DA GUERRA

A guerra não era uma atividade quotidiana, mas, como temos observado, era omnipresente, uma vez que toda a sociedade se organizava em função da possibilidade de ter de combater ou de sofrer o impacto de uma situação de conflito. Até aqui observámos as características do espaço, as atividades de geração de forças e recursos para a guerra e de organização e fortificação do território. O corolário de todos estes vetores era o emprego da força militar em combate, resultado do esforço de preparação movido pelos poderes a quem competia o planeamento e o comando das operações. No presente capítulo debruçamo-nos precisamente, sobre a ação de combater e os diferentes tipos de operações a que os guerreiros eram chamados.

5.1. Da destreza de armas individual ao combate coletivo

As fontes que apresentam detalhes técnicos sobre a destreza de armas individual são raras. Mais frequentes, mas ainda assim escassas, são aquelas que explicitam aspetos do combate coletivo que nos permitam perceber qual a decisão tática que lhes deu origem. Por estas razões, é relevante a capacidade de extrair informação técnica e tática que, embora não figure de modo explícito, se encontre na implicitude. Para tal, são fundamentais chaves de leitura sobre a forma como os protagonistas guerreiros combatiam: os cavaleiros (nobres e não-nobres), montados e apeados; os peões, somente a pé. Entendemos ser de utilidade identificar e analisar as principais características do combate medieval do ponto de vista do guerreiro enquanto executante, pois só compreendendo as técnicas individuais se criam condições para a interpretação das possibilidades e limitações táticas que se apresentavam no combate coletivo.

Impõe-se, neste campo, uma reflexão sobre um primeiro assunto, que consiste na técnica de combate montado. Ibn Hayyan refere que, em 974, al-Hakam II, ao dirigir-se de Córdova para Madinat al-Zahra, constatou que um dos cavaleiros do seu séquito usava uma sela baixa, com os arções dianteiro e traseiro muito baixos e os lados pouco espessos, tratando o califa de a mandar destruir imediatamente, porque não queria o uso de selas provenientes do norte de África. Mais tarde, forçado a incorporar contingentes berberes entre as suas tropas, constatou que o modo de montar e o equipamento que os norte-

africanos usavam, os tornava extremamente ágeis, acabando por passar a admirar essa forma de cavalgar, à gineta¹⁹⁴⁴.

Este modo de combater é, normalmente, associado à cavalaria hispânica, incluindo alguma cavalaria cristã. Lomax afirmou que o equipamento mais ligeiro dos cavaleiros cristãos peninsulares, face ao dos seus congêneres francos se devia à preferência dos hispânicos pelas emboscadas rápidas em detrimento das cargas de cavalaria pesada e ao facto do oneroso equipamento do Norte ser demasiado sufocante para os cavaleiros-vilãos que, por isso, não se acostumaram a equipar desse modo¹⁹⁴⁵. No entanto, a arte equestre e de guerrear a cavalo franca foi exercendo uma crescente influência na Península a partir da segunda metade do século XI, patente também no armamento e no equipamento. A *Bíblia Sancti Petri Rodensis* (*Bíblia de Roda*, 1050-1100) é um exemplo desta influência, ao misturar, nas suas miniaturas, cavaleiros pesados com ligeiros¹⁹⁴⁶. Esta convivência também se deteta nas iluminuras do *Beato de Silos* (1091-1109)¹⁹⁴⁷

A influência franca sobre a tradição equestre hispânica conduz-nos a um assunto que hoje é relativamente consensual: a monta à brida e a monta à gineta coexistiram nos séculos XII e XIII, embora não seja possível saber com precisão quando começaram a ser utilizados os modelos francos. Há que notar, antes de tudo, que se tratava de duas escolas distintas de cavalaria, que conformavam não só diferenças no domínio técnico do cavaleiro, mas também ao nível do controlo tático das pequenas unidades. Além disso, implicavam técnicas diferentes de ensino do cavalo e o uso de equipamentos militares específicos, pelo que não estamos perante algo que se possa mudar facilmente ou compatível com uma fácil ambivalência no modo de combater por parte do mesmo indivíduo. Eram conceções de guerra opostas, cujo emprego e finalidades eram distintas¹⁹⁴⁸. Por essa razão, a coexistência dos dois modelos não devia residir nos

¹⁹⁴⁴ *Annales de Córdoba musulmana*, pp. 171-173. Alguns investigadores inclinaram-se para uma introdução tardia da escola de equitação à gineta, motivados por algumas passagens de fontes narrativas que pareciam aludir ao tempo de Afonso X, mas uma revisão da iconografia e das fontes literárias desde o século X permite obter uma perspectiva diferente. A *Bíblia de San Isidro de León*, de 960, apresenta miniaturas onde os cavaleiros se apresentam de pernas fletidas. Em 1005, a arqueta de marfim Leyre, representa cavaleiros montados à gineta, tanto em cenas cinegéticas como bélicas (SOLER DEL CAMPO, 2000, pp. 158-159). O próprio rei Fernando I de Leão parece ter favorecido esta escola, ao exigir que os seus filhos fossem educados na “*more Yspaniorum equos cursare*” (CS, p. 68).

¹⁹⁴⁵ LOMAX, 1984, p. 133.

¹⁹⁴⁶ Ver figura 4 (Convivência entre a monta à brida e a monta à gineta) em anexo.

¹⁹⁴⁷ SOLER DEL CAMPO, 2000, p. 160.

¹⁹⁴⁸ SOLER DEL CAMPO, 2000, p. 157.

mesmos guerreiros, mas sim em grupos de cavaleiros que combatiam de um modo, a par de outros grupos que combatiam do outro.

A cavalgada à brida consiste em manter as pernas estendidas, com estribo longo e o corpo bem encaixado numa sela de arções. Com isto o cavaleiro perde em mobilidade na sela, mas ganha em aderência à montada, tratando-se de um sistema adequado para uma cavalaria pesada, que procura combater através do choque, ou seja, do impacto da lança transportada sob a axila, cujo poder derrubante reside na solidez do conjunto lança-cavaleiro-montada. Por contraposição, na cavalgada à gineta o cavaleiro mantém as pernas fletidas, mercê de um estribo mais curto, conseguindo maior mobilidade sobre a sela e uma consequente maior liberdade de movimentos. A isto adiciona-se o equipamento mais ligeiro do cavaleiro e a capacidade de combate mais rápido em todas as direções, quer seja com lança brandida ou com espada. Esta modalidade configura uma cavalaria ligeira, que não é apropriada para formações cerradas ou cargas, como na pesada.

Cavalar à gineta era, isso sim, mais próprio para algaras e escaramuças, ao passo que cavalar à brida era adequado para a batalha campal¹⁹⁴⁹. O movimento conhecido como *tornafuye*, que consiste em aproximações rápidas de grupos de cavaleiros, no fustigamento consequente com armas de tiro ou de arremesso e a retirada rápida, patente, por exemplo, na cavalaria árabe que ladeava o centro almóada, na batalha de *Las Navas de Tolosa*, só era possível com cavalaria ligeira, montando à gineta¹⁹⁵⁰.

A entrada na Península Ibérica da escola à gineta, de influência oriental, deve remontar, pelo menos, ao século X. O modelo foi predominante até ao último terço do século XI, quando uma conjuntura particular, da derrota de Afonso VI na batalha de Zalaca, em 1086, trouxe para a Hispânia um número considerável de cavaleiros francos e os seus modelos pesados de combate montado. Nessa cronologia assistiu-se também, por toda a Europa, à transição do uso da lança para arma de choque. O cavaleiro podia usar a lança a cavalo de quatro modos: podia lançá-la; podia usá-la para ferir de cima para baixo, com o braço elevado; podia aplicar estocadas diretas com a lança suspensa, segura na mão com o braço baixado ao longo do corpo e, finalmente, podia fixar a lança sob a

¹⁹⁴⁹ FALLOWS, 2007, p. 58.

¹⁹⁵⁰ “a derecha e izquierda de ellos se encontraban los árabes dañinos para los bisoños por su rapidez y la prestreza de sus lanzas, y que no sólo atacan mientras huyen sino que en su huida se revuelven con violencia” (DRH, pp. 320-321).

axila a formar um conjunto coeso entre arma, cavaleiro e cavalo, bem apoiado na sela de arções e nos estribos da montada. As três primeiras modalidades já se praticavam na Antiguidade. A quarta constitui uma invenção da Idade Média¹⁹⁵¹, que inicialmente se praticou com o armamento ofensivo e defensivo trazido dos séculos anteriores, mas que evoluiu para escudos e lanças adaptados ao combate de choque, numa transformação que se operou na Península Ibérica durante a segunda metade do século XII e início da centúria seguinte, como detalharemos seguidamente¹⁹⁵².

A cavalgada à gineta, ou até mesmo a hipótese de um modelo cristão, com sela de arções, mas estribo subido, com o cavaleiro mais aligeirado do que o modelo franco, devia ser o privilegiado pela cavalaria-vilã. Como aponta Lomax, até um adulto poderia aprender a combater a cavalo, com armadura ligeira, sendo isso fator incrementador da mobilidade social na fronteira¹⁹⁵³. Este ponto de vista também explica a disposição, patente em muitos forais, que permite a um peão ascender a cavaleiro desde que se apresente com cavalo e armas. Estes dados apontam para que a qualificação técnica requerida para a cavalaria-vilã não pudesse, pois, ser complexa, permitindo-nos inferir, também por esta via, que pelo menos nos municípios recentes e com milícias constituídas por efetivos reduzidos, o modelo equestre praticado seria a gineta.

O debate atual sobre a origem do choque montado foi inaugurado por D.A. Ross, em 1951, e até ao tempo presente têm sido ensaiadas diferentes demonstrações que situam o seu surgimento entre o século VII e o século X sem, no entanto, se obter uma estabilidade conclusiva¹⁹⁵⁴. De um modo geral, os autores concordam que a introdução do estribo e da sela alta não determinaram uma mudança imediata da forma de combater, tendo antes criado condições para que as alterações se materializassem de forma progressiva. A tapeçaria de Bayeux, do final do século XI, que retrata a batalha de Hastings de 1066, tem sido geralmente apontada como prova da transição no manejo da lança, já que apresenta cavaleiros com *lance couchée*¹⁹⁵⁵. Também no espaço peninsular

¹⁹⁵¹ ROSS, 1963, p. 127.

¹⁹⁵² Uma análise minuciosa destas transformações deve-se a SOLER DEL CAMPO, através da observação e análise da iconografia disponível. Para a evolução da lança, veja-se, do autor, 1993, pp. 49-51; para a evolução do escudo, 1993, pp. 80-89.

¹⁹⁵³ LOMAX, 1984, p. 133.

¹⁹⁵⁴ Para uma síntese das diferentes hipóteses levantadas por D.A. Ross (1951), Lynn White Jr. (1962), François Buttin (1965), David Nicolle (1980), Bernard Bachrach (1985), Victoria Cirlot (1985) e Jean Flori (1988) veja-se BENNETT, *et al.*, 2007, pp. 74-75 e também MONTEIRO, 1998, p. 177.

¹⁹⁵⁵ AYTON, 1999, pp. 198-199; MONTEIRO, 1998, pp. 177-178. Sobre o debate acerca de uma “revolução militar” derivada do desenvolvimento do estribo, veja-se GILLMOR, 2010, pp. 312-314.

os indícios, ainda que escassos, apontam para que o uso da lança como arma de choque se tenha iniciado no final do século XI¹⁹⁵⁶.

Não significa, no entanto, que o manejo da lança como arma para estoque perpendicular, ou mesmo como arma de arremesso (como se pode observar na iluminura da *Cantiga de Santa María* nº28)¹⁹⁵⁷, não coexistisse com a *lance couchée*. O *Apocalipse de Liébana*, produzido já no século XIII, em 1220, contém uma iluminura que retrata o exército de Nabucodonosor a atacar Jerusalém onde os cavaleiros montam à brida, com sela alta, estribo longo e costas direitas, reclinadas para trás¹⁹⁵⁸. Todas são características do modo de cavalgar cristão. As figuras brandem as lanças sobre as cabeças. Um deles coloca-a sobre o ombro (apoiada) e nenhum na axila. Não é possível dizer com exatidão que tipo de guerreiros estão representados, já que os escudos são circulares e lembram adargas (escudos de couro) com borlas, usados tanto por cristãos como por muçulmanos no al-Andalus.

A opção por uma cavalaria pesada em exclusivo poderia ser perigosa na Península Ibérica, dado o tipo de combate predominante, pois esta encontrava limitações quando isolada ou em pequenos números contra um alvo móvel¹⁹⁵⁹. Mas quando se pretendia a utilização da força de choque, a cavalaria pesada era convocada para a vanguarda da hoste, na linha de batalha¹⁹⁶⁰. Julgamos, até, encontrar nas fontes um indício de que estas cargas não eram um exclusivo dos cavaleiros nobres. A atribuição desta posição a algumas milícias cujos concelhos receberam forais do paradigma de Santarém-Coimbra-Lisboa, de 1179, é indiciadora de que a cavalaria-vilã tinha essa capacidade e, talvez, esse

¹⁹⁵⁶ SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 48; BARROCA, 2003c, p. 126. A iconografia ibérica não é abundante, mas é suficiente para indicar a transição de modelos. Ou pelo menos a coexistência entre a lança brandida ao nível da cabeça e a *lance couchée*. É possível observar a *lance couchée*, no espaço hispânico, na *Bíblia de Santo Isidoro*, em 1162; num capitel do mosteiro de Santa Cruz de Ribas (Palência), em 1176; nas iluminuras de Fernando II e Afonso IX de Leão, no tombo A da Catedral de Santiago, em 1182 e 1215, respetivamente. A génese da tática da *lance couchée* foi lenta, mas assistiu-se a uma generalização no Ocidente a partir do último quarto do século XI (TAMI, 2012, p. 417). A primeira representação conhecida é carolíngia, patente no *Psalterium Aureum Sancti Galli*, de finais do século IX, mas na Hispânia encontram-se imagens de cavaleiros a brandir lanças sobre as cabeças datadas de 1220, na cópia da Biblioteca Pierpont Morgan do *Beato de Liébana* (BALBÁS, 2017, p. 47; Pierpont Morgan Library, Ms. 429, New York, United States).

¹⁹⁵⁷ Ver figura 5 (iluminura da *Cantiga de Santa María* nº28, detalhe), em anexo.

¹⁹⁵⁸ Figura 6 (Representação do exército de Nabucodonosor a atacar Jerusalém. Beato de Liébana. *Apocalipse de las Huelgas*, 1220), em anexo.

¹⁹⁵⁹ E mesmo no caso de alvos com pouca mobilidade, como forças compactas de peões, a cavalaria pesada tinha vulnerabilidades e receios, principalmente se o dispositivo apeado estivesse armado de longas lanças, com os contos fincados no solo. Sobre este assunto veja-se VERBRUGGEN, 1997, pp. 46-49.

¹⁹⁶⁰ Sobre a carga de cavalaria pesada, com *lance couchée*, vejam-se, entre outros POWERS, 1988, p. 130; SMAIL, 1995, pp. 112-115; GARCÍA FITZ, 1998b, p. 66 e MONTEIRO, 1998, p. 278.

treino, ainda que pudesse não dispor do mesmo tipo de equipamento¹⁹⁶¹. Este posicionamento era considerado mais honroso, vantajoso e de confiança para com os guerreiros que o assumiam, dado que, uma vez iniciado o combate, tinham campo aberto para galopar em direção ao inimigo e golpear.

Um dado adicional parece corroborar esta suposição: os municípios a quem é atribuída a vanguarda na hoste eram capazes de mobilizar muitas dezenas de cavaleiros, ou seja, com possibilidade de formar unidades táticas – *conrois* – consistentes. O *conroi*, formado por dez a quarenta cavaleiros, combatia sob o mesmo comando e transportava os seus distintivos próprios. Estes guerreiros estavam unidos por fortes laços de solidariedade interna, feudo-vassálicos ou familiares, habituados e preparados para combater de modo coordenado. Por isso conseguiam manter-se organizados durante a carga, penetrar na formação inimiga e retirar, mantendo-se coesos¹⁹⁶².

Não sabemos qual o impacto desta disposição na cavalaria-vilã desses concelhos específicos – Santarém, Coimbra, Lisboa, Almada, Leiria, Povos e Alenquer – que, antes de 1250 eram os únicos a quem cabia, formalmente, ocupar a vanguarda. Mas a julgar pela raridade da medida, que não foi atribuída às cartas de outros paradigmas e mesmo a alguns forais do mesmo grupo¹⁹⁶³, é lícito pensar que a cavalaria concelhia teria consciência dessa sua incumbência e, por conseguinte, direcionaria a sua preparação para cumprir a função esperada.

Progressivamente, mas provavelmente materializando-se já fora da cronologia que estudamos, os muçulmanos do al-Andalus copiaram os métodos de combate montado cristãos¹⁹⁶⁴. Entre o final do século XI e o século XIV, as forças andaluzas adotaram, à semelhança dos cavaleiros cristãos, equipamento defensivo pesado, lança na axila, estribos longos e as táticas de choque associadas a estes equipamentos. Uma vez que estes

¹⁹⁶¹ “*Milites de sanctaren non tenenat zagam et teneant delanteira in exercitu regis*” (PMH-LC-I, p. 409 de 1179). A disposição repete-se nos forais de Lisboa, 1179 (PMH-LC-I, p. 414), Coimbra, 1179 (PMH-LC-I, p. 417), Almada, 1190 (PMH-LC-I, p. 476), Povos, 1195 (PMH-LC-I, pp. 492-493), Leiria, 1195 (PMH-LC-I, p. 497), Alenquer, 1212 (PMH-LC-I, p. 561). A disposição é depois repetida já na segunda metade do século XIII, com Torres Vedras, 1250 (PMH-LC-I, pp. 635-636) e em muitas cartas do Alentejo e Algarve, como Beja, 1254 (PMH-LC-I, p. 643), Odemira, 1255 (PMH-LC-I, p. 665), Monforte, 1257 (PMH-LC-I, p. 671), Estremoz, 1258 (PMH-LC-I, p. 682), Silves, 1266 (PMH-LC-I, p. 707), Aguiar (c. Viana do Alentejo), 1269 (PMH-LC-I, p. 714), Vila Viçosa, 1270 (PMH-LC-I, p. 718), Evoramonte, 1271 (PMH-LC-I, p. 723) e Monsaraz, 1276 (PMH-LC-I, p. 217).

¹⁹⁶² GARCÍA FITZ, 2012, pp. 503-504. Sobre o *conroi*, ver também VERBRUGGEN, 1997, pp. 75-76.

¹⁹⁶³ A medida não está patente noutras cartas do mesmo paradigma anteriores a 1250: Pontével, 1194; Aveiras, 1207; Alcobaça, 1210; Montemor-o-Velho, 1212 (onde os adaís não ficam na zaga mas nada é dito sobre os cavaleiros do concelho) e Vila Franca de Xira, 1212.

¹⁹⁶⁴ TAMI, 2012, p. 436.

séculos marcaram, de forma irreversível, o retrocesso da ocupação islâmica da Península, é compreensível que alguns autores islâmicos do século XIV acolhessem com ânimo o facto dos exércitos da Granada Nacérída estarem a abandonar o conceito de cavalaria pesada que tinha provado não conseguir defender o al-Andalus no século anterior¹⁹⁶⁵.

Parece-nos, portanto, que de um modo geral os cavaleiros cristãos eram mais versáteis que os muçulmanos na forma de montar, pois era-lhes requerido que desempenhassem ambos os papéis. É fácil de conceber um cavaleiro cristão pouco apto para o combate de cavalaria ligeira, mas que, com equipamento aligeirado e estribo curto cumprisse razoavelmente essa função, já que as cargas de cavalaria pesada só fazem sentido em batalha campal e a maior percentagem da sua vida militar não lhe requeria solidez no choque, mas sim destreza no combate. Contudo, não é tão fácil visualizar o oposto: um cavaleiro que toda a vida tivesse montado à gineta converter-se num elemento de uma carga. Necessitaria, para isso, de um cavalo treinado, equipamento pesado, incluindo uma lança apropriada e o sangue-frio necessário para acometer contra uma formação inimiga compacta, mantendo disciplina no movimento e confiança na ação dos seus companheiros. Além disso, a manobra exigia um treino coletivo que nem sempre era fácil de levar a cabo¹⁹⁶⁶.

O baixo-relevo do início do século XII, na aduela do portal da igreja de Vilar de Frades (c. Barcelos) representa um cavaleiro equipado com um escudo amendoado ou normando, típico do século XI e inícios do século XII¹⁹⁶⁷. Aparenta usar um elmo cónico e a espada não é similar às usadas na Europa transpirenaica, sugerindo modelos de tradição bizantina e islâmica e de zonas do Mediterrâneo sob influência árabe. Apesar de representar certamente um guerreiro cristão, o joelho está recolhido e o estribo curto,

¹⁹⁶⁵ NICOLLE, 1999b, p. 581.

¹⁹⁶⁶ A questão do treino parece-nos central. João Gouveia Monteiro assinalou que a maioria dos cavaleiros não estava capacitada para combater e carregar em formação porque isso requeria um treino específico e uma constância no grupo, o que não ocorria na maioria dos contextos. Durante mais de um século, os historiadores militares medievais de referência advogaram que a carga em bloco era habitual e até a função primordial dos *milites*, acabando por ofuscar a versatilidade daqueles guerreiros por excelência, que tanto tinham sucesso montados como apeados. O mito das cargas de cavalaria em massa dever-se-á à analogia excessiva com as ações militares na Terra Santa (MONTEIRO, 2010b, pp. 169-199).

¹⁹⁶⁷ Ver figura 7: Portal da Igreja de Vilar de Frades (detalhe), em anexo. Este escudo, que era a norma entre os cavaleiros cristãos dos séculos XI a XIII, resulta da evolução dos escudos carolíngios que, ao serem circulares, deixavam as pernas dos cavaleiros bastante expostas. Desta forma aumentou-se a proteção sem se aumentar muito o peso total do equipamento, uma vez que o prolongamento do escudo conforma um ângulo agudo (BENNETT, *et al.*, 2007, p. 86).

parecendo ter forma triangular¹⁹⁶⁸. A figura sugere, portanto, um cavaleiro cristão montando de uma forma mais parecida com “à gineta” do que com “à brida”.

Outros dois baixos-relevos portugueses são bem demonstrativos das formas de montar durante o período da Reconquista. Ambos são representações tardias, já do século XIV, mas a informação militar transmitida é excecionalmente rica. O retábulo do altar da igreja do castelo de Santiago do Cacém, de cerca de 1320, representa Santiago lutando contra os mouros, expressando os dois mundos militares. O santo cavalga à brida, imagem particularmente evidente porque contrasta com os muçulmanos, que montam à gineta e que o artista representou, deliberadamente, com joelho fletido. A outra obra está embutida no alçado exterior da varanda do claustro da Sé de Évora e pensa-se que é de meados do século XIV. Representa um cavaleiro cristão, talvez Geraldo Sem Pavor, e duas cabeças degoladas. Aqui, o guerreiro monta à gineta e a espada que empunha na mão direita continua a corresponder à configuração que vigorou até ao século XIII¹⁹⁶⁹.

Em suma: no início do século XII os poderes islâmicos favoreciam uma cavalaria ligeira, mais fácil de equipar e mais compatível com ações de razia e táticas de *tornafuye*, adequada, também, ao nervoso e enérgico cavalo berbere e ao andaluz. Do lado cristão, a aristocracia do Norte replicava, desde finais do século XI, modelos continentais de cavalaria pesada, ao passo que as gentes de fronteira cultivavam uma forma de combater a cavalo ligeira, muito próxima dos modelos muçulmanos. À medida que as milícias municipais se foram consolidando e o processo de ascensão à nobreza por via da guerra foi ocorrendo, a cavalaria-vilã foi adotando o modo de combater da cavalaria pesada, patente nos forais do grupo de Santarém-Coimbra-Lisboa, de 1179, que atribuíam lugares na vanguarda da hoste àqueles guerreiros. No início da dinastia nacérida de Granada, em meados do século XIII, os próprios muçulmanos andaluzes imitavam já a cavalaria pesada cristã, equipando com lorigas compridas, escudos suspensos, elmos espessos, lanças de ferro comprido e arções das selas disformes e bandeiras suspensas atrás das selas¹⁹⁷⁰.

Mas a atuação dos cavaleiros não se resumia ao combate montado. Na batalha, depois do primeiro ataque efetuado com a lança, quando esta se partia ou era perdida, o

¹⁹⁶⁸ NICOLLE, 1999a, p. 165.

¹⁹⁶⁹ Ver figura 8: Retábulo do altar da igreja do castelo de Santiago do Cacém (c. 1320) e figura 9: Representação de cavaleiro e duas cabeças degoladas. Claustro da Sé de Évora, em anexo.

¹⁹⁷⁰ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1946, p. 433.

combate prosseguia com a espada¹⁹⁷¹, arma de tal modo importante que, no espaço português, são frequentes as representações de cavaleiros cristãos, mesmo montados, a empunhar espadas¹⁹⁷². Isto pode dever-se à lança ser uma arma adequada para as batalhas campais, mas praticamente inútil se utilizada pelo cavaleiro em quaisquer outras circunstâncias. Com três metros de comprimento¹⁹⁷³, era uma arma difícil de transportar a cavalo durante longos trajetos e pouco prática, por exemplo, para escaramuças e ações de pilhagem. E, se o cavaleiro tivesse de apear, a arma ofensiva de que dispunha para continuar a combater era a espada.

Percebe-se, então, a razão do manejo da espada assumir o estatuto de arte cimeira na tarefa de guerrear. Nos séculos XII e XIII, as espadas eram fabricadas de modo a poderem destruir cota de malha e despedaçar escudos, tendo uma lâmina plana com dois gumes paralelos a convergir para uma extremidade arredondada. O centro de gravidade era muito avançado em relação ao punho, tornando-as pesadas e de manejo desajeitado, tendo efeito através do impacto da lâmina, com golpes em cutelada, não sendo propícia para a estocada¹⁹⁷⁴. Estamos ainda longe dos tratados de esgrima medieval, que apelavam à agilidade e cujo primeiro exemplar conhecido é um manuscrito alemão, com datação crítica entre 1295 e 1320¹⁹⁷⁵. De um modo geral, as espadas muçulmanas no Al-Andalus deste período eram semelhantes às cristãs, distinguindo-se algumas somente pelos detalhes decorativos¹⁹⁷⁶.

Não admira, por isso, que quando manejada por uma pessoa com força, a espada conseguisse cortar um corpo pela cintura, ou desde a cabeça até à sela do cavalo ou ainda um braço inteiro, mesmo estando este coberto pela manga de malha metálica da loriga¹⁹⁷⁷.

¹⁹⁷¹ MENENDEZ PIDAL, 1966, p. 86; SMAIL, 1995, pp. 112-115. A espada era parte obrigatória do equipamento do cavaleiro, como demonstram os foros de Alfaiates: “...loriga ó lorigón escudo et lança ó capiello de fierro ó espada (...)” (PMH-LC-I, p. 846).

¹⁹⁷² Vejam-se o relevo do portal da igreja de Vilar de Frades (c. Barcelos), do início do século XII e o retábulo da igreja do castelo de Santiago do Cacém, de cerca de 1320.

¹⁹⁷³ NICOLLE, 2009b.

¹⁹⁷⁴ OAKESHOTT, 2000, p. 35. Na Península Ibérica, até 1250, subsistiu uma certa uniformidade na tipologia de espadas com muito poucas variantes, todas elas desenhadas para anular as defesas de corpo feitas de malha, ou seja, para cortar e golpear e não para cravar de ponta (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 29). No final do século XIII, as pontas vão sendo progressivamente mais afiladas e as lâminas mais estreitas, destinadas a perfurar, numa evolução que está relacionada com o desenvolvimento das armaduras de placas (SMITH, 2010b, p. 435).

¹⁹⁷⁵ Conhecido como “Manuscrito I.33”, trata-se de um documento que esteve na Torre de Londres e se encontra atualmente no *Royal Armouries Museum* de Leeds. Também conhecido como *Walpurgis Fechtbuch* e *Tower Fechtbuch*.

¹⁹⁷⁶ BALBÁS, 2016, p. 31.

¹⁹⁷⁷ MENENDEZ PIDAL, 1966, p. 87.

As fontes narrativas são bem expressivas em relação aos impressionantes efeitos da espada. As *Memórias Avulsas de Santa Cruz* apresentam D. Afonso Henriques a pretender “*talhar a cabeça*” do enviado do papa¹⁹⁷⁸, certamente por via de um golpe de espada. O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro apresenta os companheiros de Gonçalo Mendes da Maia em lide com os muçulmanos, onde “...*se espedaçavam capelinas e bacinetes, e talhavam escudos e esmalhavam fortes lorigas*” e “...*golpes que derom per cima dos ombros que fenderom metade dos corpos e as selas em que iam e gram parte dos cavalos, e outros talhavam per meio, que as metades se partiam cada ãa a sa parte*”¹⁹⁷⁹. São as *Partidas*, enquanto fonte jurídica, que revelam o ferro ideal: direito e agudo, capaz de talhar por igual com ambas as partes¹⁹⁸⁰.

Daqui se compreende a relevância do escudo. Apesar de, ao longo dos séculos XII e XIII, as espadas se tornarem progressivamente mais pontiagudas para permitirem a estocada, o desenvolvimento de novas técnicas de esgrima foi lento e o escudo cristão, com forma amendoada e bordo superior arredondado ou retilíneo, era bastante robusto e, conseqüentemente, pesado¹⁹⁸¹. Por essa razão tinha de ser sustido a tiracolo, por uma correia, sendo utilizado tanto por cavaleiros como por peões¹⁹⁸².

Armados de espada e escudo, os cavaleiros francos apeados, continuavam, em meados do século XII, a formar linhas de combate em formação cerrada ou “paredes de escudos”¹⁹⁸³, como parece revelar a passagem do relato do cruzado Raul que descreve os primeiros combates nas ruas dos arrabaldes de Lisboa, em 1147: “*Cum tandem nostri in*

¹⁹⁷⁸ PMH-S-I, p. 30b.

¹⁹⁷⁹ LLCDP, 21G6, pp. 221-222.

¹⁹⁸⁰ *Partidas*, II, Título XXI, Lei 4.

¹⁹⁸¹ De madeira, com armação de ferro. A espessura da madeira oscilava entre os 10 e os 15mm (BALBÁS, 2016, p. 30)

¹⁹⁸² As correias grandes designavam-se por “guigues” ou “tira col”. Havia também as correias pequenas, onde entrava a mão para manobrar o escudo, designadas por “enarmes” (BARBOSA, 2004, p. 61). De influência franca e introduzido na Hispânia no século XI, a sua forma dava-lhe algumas características que seriam impossíveis de obter com qualquer outro modelo: comprido para proteger a perna esquerda do cavaleiro e boa parte do corpo; a menor massa da parte inferior tornava-o mais leve e mais fácil de manusear do que um escudo retangular; a forma pontiaguda permitia que fosse cravado no solo para o combate apeado (BARROCA, 2003e, p. 133). O bordo superior, inicialmente arredondado, passou a retilíneo, de modo a conferir um ponto de apoio mais estável para a lança do cavaleiro, que assim podia ser apontada com mais precisão (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 86). Os escudos muçulmanos, mais ligeiros, eram genericamente designados por *adargas*. Fabricados com várias capas de pele de vaca, onagro ou antílope, coladas e depois cosidas, eram sustidos na mão por duas pregas no seu interior. Apesar de menos resistentes do que os escudos de madeira cristãos, eram mais leves, manobráveis e flexíveis, com boa capacidade de amortecimento de choques. No início do século XIII ainda mantinham uma forma circular, nalguns casos decorados com borlas pendentes, como se observa nas iluminuras do *Beato de Liébana*. Mais tarde a forma assemelhar-se-á a um coração, como se observa no retábulo da igreja do castelo de Santiago do Cacém (NICOLLE, 1999a, p. 151).

¹⁹⁸³ Sobre a tática e utilização de “paredes de escudos” veja-se POSS, 2010, pp. 83-85.

cimiterio quodam hostium colligati atque in aciem instructi...”¹⁹⁸⁴. Tratava-se de uma formação adequada para defrontar um inimigo igualmente apeado, mas desvantajosa contra cavaleiros. Parece também ser esta formação que as *Partidas* designam por “muro”, referindo-se aos combatentes que estão organizados em forma de “quadra”. Nesse caso, a melhor arma era a lança, de preferência com o conto (a peça colocada na extremidade oposta da lâmina) cravado no solo, como a fonte jurídica castelhana prevê¹⁹⁸⁵ e como Ricardo I de Inglaterra ordenou que se fizesse na batalha de Jafa, em 1192¹⁹⁸⁶.

Era, então, frequente a cavalaria combater apeada, como parece também demonstrar a tapeçaria de Bayeux. Na representação da batalha de Hastings, de 1066, a maioria dos guerreiros apeados está equipada de modo idêntico aos montados, evidenciando que se trata do mesmo tipo de gente. Esta versatilidade do cavaleiro medieval, aliada à sua destreza de armas, montado ou desmontado, convertia-o numa espécie de “Samurai Ocidental”, na feliz expressão de Roy Boss¹⁹⁸⁷.

Em relação à guerra medieval em geral, Francisco García Fitz nota que, apesar de comandada por cavaleiros, não significa que fosse essencialmente de cavalaria¹⁹⁸⁸. Nos séculos XII e XIII, o modelo em vigor assentava na complementaridade entre infantaria e cavalaria (estando esta última montada ou desmontada)¹⁹⁸⁹. Um dos fatores que esteve na origem da reabilitação da importância da infantaria no mundo militar europeu ocidental foi a experiência dos Estados Latinos do Oriente, já que ali era essencial contar

¹⁹⁸⁴ CLM, Cap.12, p. 100.

¹⁹⁸⁵ *Partidas*, II, XXIII, Lei 16. A lança era constituída por três partes: o conto (ou conteira), a haste e o ferro (ou cuspide). O conto era de metal e rematava a haste, servindo, precisamente, para permitir cravar a lança no solo (BARROCA, 2003e, p. 138).

¹⁹⁸⁶ VERBRUGGEN, 1997, p. 213.

¹⁹⁸⁷ Citado por BENNETT, 2006, p. 177.

¹⁹⁸⁸ GARCÍA FITZ, 1998b, p. 34. Longe vai o tempo em que se advogava, como Delbrück e Oman fizeram, que que o peão, mesmo com defesas corporais, nunca era independente no campo de batalha, dependendo sempre do cavaleiro (DELBRÜCK, 1982, p. 235) e que o papel da “infantaria” nos séculos XII e XIII era “absolutamente insignificante, com a peonagem a acompanhar os exércitos somente para efetuar trabalhos servis nos acampamentos e apoiar nos numerosos cercos do período. Ocasionalmente eram empregues como tropas ligeiras, para iniciar o combate com os seus tumultos ineficazes” (OMAN, 1885, p. 54). John France elaborou sobre as razões pelas quais as fontes focam a sua atenção sobre os cavaleiros no campo de batalha, com uma interessante reflexão sobre a tapeçaria de Bayeux. Na batalha de Hastings, de 1066, os arqueiros desempenharam um papel fundamental, sendo representadas 29 figuras com arco. No entanto, só seis se encontram na faixa principal da tapeçaria e os restantes nos bordos, representados com dimensões menores do que os cavaleiros. A tapeçaria expressa o modo como a nobreza se vê a si própria e a dimensão relativa daqueles peões ressalta o seu inferior estatuto social. Mas figuram na obra de arte porque é impossível ignorar de todo o seu papel.

¹⁹⁸⁹ Sobre este assunto vejam-se FRANCE, 1999, pp. 150-165; BENNETT, 2006, pp. 171-183 e também MONTEIRO, 2010c, p. 258.

com combatentes a pé para proteger os trens de bagagens e os flancos da cavalaria, quando esta alinhava em ordem de batalha¹⁹⁹⁰.

No que respeita à Reconquista no espaço português, apesar dos indícios apontarem para o predomínio claro da guerra a cavalo e da decisão no combate ser obtida, quase invariavelmente, pela intervenção da cavalaria, o combate apeado era essencial e sem ele não se poderiam criar as condições para um ajustado empenhamento dos cavaleiros¹⁹⁹¹. Por outro lado, acrescenta-se ainda que a ideia generalizada pela historiografia tradicional de que a infantaria pouco podia contra a cavalaria não corresponde à verdade. Com efeito, uma cavalaria, “por mais bem equipada ou motivada que estivesse”, nada podia contra peonagem bem comandada, não desorganizada previamente por arqueiros ou besteiros e decidida a não abandonar a sua formação¹⁹⁹².

É possível que o aumento da importância da peonagem na guerra tenha acompanhado a transição da preferência cristã da monta à gineta para a monta à brida, já que a crescente dependência da carga de cavaleiros para obtenção da vitória passou a exigir que o adversário, alvo da carga, estivesse relativamente imobilizado. E um dos modos de obter esta imobilização era fixar os cavaleiros inimigos, empenhando-os em combate contra a infantaria, podendo as cargas ser desferidas de flanco ou mesmo sobre a retaguarda. Uma manobra deste tipo é o que parece ter ocorrido no combate da Ribeira de Sítimos, em 1217, com a carga das ordens militares comandada pelo mestre templário Pedro Alvites, que se abateu sobre o corpo principal muçulmano, empenhado contra os guerreiros apeados portugueses¹⁹⁹³.

A peonagem também era utilizada como reforço da frente de combate, no corpo a corpo, pois obrigava o adversário a empenhar mais recursos. É o que tudo indica que ocorreu em *Las Navas de Tolosa*, em 1212, onde as cargas da cavalaria cristã foram sempre sendo seguidas de perto por infantaria. Quando, na ação decisiva do prélio, as “três retaguardas” cristãs, comandadas por Afonso VIII de Castela, Pedro II de Aragão e Sancho VIII de Navarra, desferiram a última ofensiva, os almóadas já não contavam com

¹⁹⁹⁰ KEEGAN, 2006, p. 384. A proteção dos esquadrões de cavalaria por parte de “caixas de infantaria”, frente a um inimigo muçulmano mais numeroso foi utilizada, por exemplo, na batalha de Hattin, em 1187 (MONTEIRO, *et al.*, 2015, p. 71).

¹⁹⁹¹ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 378.

¹⁹⁹² MONTEIRO, 2010c, p. 259.

¹⁹⁹³ M.G. MARTINS, 2011, p. 139.

nenhuma reserva, uma vez que tinham anteriormente empenhado todas as forças na frente de batalha¹⁹⁹⁴.

As fontes disponíveis nada dizem sobre a qualidade militar dos peões, mas esta deveria ser indispensável. Os tratados de arte militar que se difundiram por toda a Europa Ocidental nos séculos XIV e XV alertavam para a importância de uma infantaria valorosa e treinada, caso contrário, pensando que se dispunha de capacidade militar, na hora do combate, não se tinha nada. A consciência da boa ou má qualidade das tropas disponíveis era, certamente, um dos fatores que os generais pesavam na hora de aceitar batalha¹⁹⁹⁵.

Havia também todo um conjunto de outras tarefas mais apropriadas para a peonagem e só o facto de caber aos *pedites* a sua realização, já por si constituía fator relevante, uma vez que libertavam a cavalaria para o cumprimento das funções mais adequadas ao combate montado. Os peões eram fundamentais no apelido, na defesa do castelo e em muitas outras ações, relacionadas com a vigilância e com a transmissão de mensagens ou ainda a condução e guarda de prisioneiros. Também lhes podiam ser atribuídas missões de reconhecimento, já que os atalaieiros dos municípios de Ribacoa, que se deslocavam para identificar possíveis objetivos de cavalgadas, podiam ser peões¹⁹⁹⁶.

Havia missões de combate que só estavam ao alcance dos peões, como a entrada em locais onde não era possível aceder a cavalo¹⁹⁹⁷ e certas emboscadas ou ciladas, que as *Partidas* designam por “*çeladas de peones*”¹⁹⁹⁸, mas infelizmente as fontes são muito pouco informativas quanto a outras atividades bélicas da peonagem. A sua presença em combate é referida, de passagem, nas fontes narrativas, por vezes deixando os peões ser os protagonistas momentâneos de ações importantes. Foi o caso dos “*homens de pee do iffante*” D. Sancho, que intervieram contra os almóadas que, em julho de 1184, estavam a levantar arraiais para se retirarem do cerco de Santarém. A *Crónica de Portugal de 1419* sugere que a peonagem manteve as forças muçulmanas empenhadas em combate até à chegada dos cavaleiros, que depois fizeram “*grande mortindade*”¹⁹⁹⁹.

¹⁹⁹⁴ MONTEIRO, *et al.*, 2015, p. 160.

¹⁹⁹⁵ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 323.

¹⁹⁹⁶ PMH-LC-I, pp. 757-758.

¹⁹⁹⁷ *Partidas*, II, título XXII, lei 5.

¹⁹⁹⁸ *Partidas*, II, título XXII, lei 1.

¹⁹⁹⁹ CP1419, Cap. 43, p. 82.

Entre os que combatiam a pé, uma primeira distinção residia nos que o faziam com uma arma de tiro – a besta²⁰⁰⁰ – e os que combatiam com armas de mão. Há também a possibilidade de alguma peonagem fazer uso do arco, como admite Mário Barroca, baseando-se numa iluminura do *Livro das Aves* do Mosteiro de Lorvão, de 1179, que apresenta um besteiro e um arqueiro, numa cena venatória, lado a lado²⁰⁰¹. Também são representados arqueiros na tábua de concordância da *Bíblia de Alcobaça*, produzida entre 1176 e 1225, num esquema pictórico que evoca um assédio. Há arqueiros de ambos os lados (atacantes e defensores) e os arcos representados parecem ser simples, de uma só peça e medirem entre um metro e um metro e meio²⁰⁰².

Diversas fontes coevas aludem frequentemente a *sagitarii*, sendo que o termo parece referir-se a besteiros e não a arqueiros, já que os forais que distinguem os besteiros dos restantes peões referem-se-lhes como *sagitarii*²⁰⁰³. Soler del Campo argumenta que a besta sobressai nas fontes porque, como arma mais eficaz e precisa do que o arco, passou a ser referida mais frequentemente, a partir do momento em que foi introduzida. Este autor adianta, igualmente, que apesar do arco ter um destaque muito maior no mundo islâmico, os cristãos também o utilizaram, embora em menor grau²⁰⁰⁴.

Do ponto de vista tático, o emprego de arqueiros, munidos de arco composto ou de arco curto simples, não devia diferir muito do emprego dos besteiros, dado que o alcance de ambas as armas devia ser semelhante (não estamos ainda perante o arco longo galês, que fez furor nos campos de batalha do século XIV). Para além de um papel importante na defesa de fortificações, o tiro com arco implicava, à semelhança da besta, uma mirada direta sobre o alvo. É natural que quer o tiro com arco quer com besta fossem utilizados para a produção de “chuvas de setas”, em sentido mergulhante, procurando bater um determinado setor²⁰⁰⁵.

²⁰⁰⁰ Sobre os besteiros e o seu modo de combater veja-se o subcapítulo 3.1.4.

²⁰⁰¹ BARROCA, 2003e, pp. 139-140. O arco da iluminura parece ser composto, um modelo de inspiração muçulmana. Ver figura 2: iluminura do Livro das Aves do Mosteiro de Lorvão, em anexo.

²⁰⁰² As proporções devem estar corretas. Os arqueiros são representados juntamente com guerreiros equipados com escudo amendoado que não parece divergir muito das proporções reais. Ver figura 10: Tábua de concordância da Bíblia de Alcobaça (1176-1225).

²⁰⁰³ Nos forais que distinguem os besteiros dos restantes peões, os primeiros são designados por *sagitarii*, como nas cartas de Miranda do Corvo, de 1136 (DR, doc. 156), de Arouce, de 1151 (PMH-LC-I, p. 377) ou Pedrógão, 1206 (PMH-LC-I, p. 531).

²⁰⁰⁴ SOLER DEL CAMPO, 1993, pp. 61-62. Miguel Gomes Martins atribui as escassas referências nas fontes à forma pouco abonatória como eram encarados os arqueiros no mundo cristão (2014a, p. 226).

²⁰⁰⁵ Sobre este tipo de tiro mergulhante, veja-se KEEGAN, 1976, pp. 70-71. A prática parece ser comum e deteta-se com clareza no século XI, no contexto da batalha de Hastings, em 1066. Na barra inferior da tapeçaria de Bayeux, que representa a batalha, podem constatar-se duas dezenas de arqueiros normandos,

Mas a principal arma dos peões era a lança, em tudo idêntica à que era utilizada pelos cavaleiros, quando manejada para desferir estocadas. Podia ser usada com uma só mão, desferindo o golpe de cima para baixo com o escudo a proteger o corpo, ou então com as duas mãos, melhorando a precisão e a potência de penetração, à custa de uma redução da capacidade defensiva²⁰⁰⁶. Podia também constituir arma de arremesso, como documentado nas *Cantigas de Santa María*²⁰⁰⁷, sendo que, para o efeito, se utilizaria mais curta, designada por *ascuma*²⁰⁰⁸. Estas pequenas lanças parecem ter sido uma das armas privilegiadas pelos almogávares aragoneses, que as arremessavam contra os cavalos adversários, ferindo-os e fazendo cair o respetivo cavaleiro, finalizando depois a ação contra o adversário caído com recurso a um cutelo, muito parecido com as facas de *carniceiro*²⁰⁰⁹.

As *Partidas* consideram a possibilidade de alguns peões se fazerem armar de “*porra*”, ou seja, de uma clava ou pau curto, com cabeça, ou peça semelhante, de ferro, que João Gouveia Monteiro associa a uma arma de “morfologia e manejo” análogos aos da maça, esta última em uso nos séculos XIV e seguintes²⁰¹⁰. Mas o texto dessa composição jurídica parece indicar que a arma habitual da peonagem é a lança e que, entre outras missões, compete a esses guerreiros defender o trem de apoio, com os contos bem fincados no solo e reforçados por besteiros e outros peões que pudessem arremessar dardos ou projetar pedras²⁰¹¹.

As *iluminuras* não são muito esclarecedoras relativamente à proteção corporal dos peões e muitos guerreiros apeados representados podem corresponder a cavaleiros desmontados. Entre as imagens que, muito provavelmente, representam peonagem,

alguns inclinando o corpo para trás, sugerindo estarem a executar tiro curvo e não tiro tenso (MONTEIRO, 2012, p. 286).

²⁰⁰⁶ SOLER DEL CAMPO, 1993, pp. 47-48.

²⁰⁰⁷ CSM, lâmina 28, quadro 3. Ver figura 5, em anexo.

²⁰⁰⁸ Vulgarmente utilizada na caça (PMH-I, p. 335 de 1258), era uma lança curta também designada por “*azcona*” ou “*azcuna*”, utilizada como arma de arremesso (MONTEIRO, 1998, pp. 532-533). É possível que fosse lançada com uma mão (ou com auxílio de uma correia de couro?), servindo o antebraço oposto de apoio para a pontaria. Sobre esta arma, ver também M.G. MARTINS, 2007, pp. 256-257. Fernando Mendes, o Bravo, terá cortado um dedo ao falhar a caça a um urso com a *ascuma* (LLCDP, 39A4).

²⁰⁰⁹ BENNETT, *et al.*, 2007, pp. 32-33. Pode ter sido o que sucedeu nos primeiros combates na batalha da Ribeira de Sítimos, em 1217, já que o *Carmen* descreve dardos que afastaram os cavaleiros muçulmanos (ML-IV, Escritura IX, p. 135).

²⁰¹⁰ MONTEIRO, 1998, p. 546. Entre as armas que os foros de Salamanca previam incorrer em multa, caso fossem transportadas dentro da vila, encontravam-se a lança, a espada, a porra, o alfange (foice/ gadanha), o bulhão (arma branca de um só gume) e a faca com pico (J. RUANO, 1870, pp. 16, XXXIX). Sobre o bulhão e outras armas de mão de um só gume, veja-se (AGOSTINHO, 2012, pp. 128-130).

²⁰¹¹ *Partidas*, II, título XXIII, lei 16.

identificamos escudos e proteções de cabeça, embora algumas representações indiquem que nem sempre os infantes dispunham de tais equipamentos. Com efeito, considerando as iluminuras ibéricas disponíveis para os séculos XII e XIII, encontramos algumas em que os peões figuram com escudo, quer redondo, quer amendoado²⁰¹², ao passo que, pelo menos numa, a peonagem surge somente equipada com lança, sem sinal de qualquer equipamento ou armamento defensivo²⁰¹³. Observamo-los frequentemente com a cabeça descoberta e sem nenhum tipo de estrutura de malha metálica ou outra proteção específica no torso. Mas também se identificam elmos simples, de forma semi-esférica, com ou sem nasal, sendo o segundo tipo posterior ao primeiro²⁰¹⁴.

O facto de os contingentes de infantaria serem enquadrados por coudéis das peonadas, mais tarde almocadéns, deixa supor, ainda que de forma rudimentar, uma organização e treino dessas forças, bem como alguma uniformização no armamento utilizado, nomeadamente no caso do uso de lanças, embora estas suposições careçam de demonstração²⁰¹⁵. Já os peões diretamente ao serviço de cavaleiros-vilãos deviam ser preparados para atuar em articulação com o seu senhor, juntamente com os restantes elementos da mesnada, que podia também incluir besteiros. A capacidade de combate destas forças, sobretudo em batalhas campais, deveria ser bastante variável, já que aguentar uma carga de cavalaria, mantendo firmemente a posição, requeria coragem e disciplina dos peões, aliadas à capacidade de liderança dos chefes (que certamente diferia bastante de senhor para senhor)²⁰¹⁶.

É possível que alguns peões se deslocassem no dorso de mulas ou de outros equídeos não aptos para o combate, providenciados pelos seus senhores. Mas nas mesnadas mais volumosas isso não deveria ser possível, por a grande maioria não dispor de montadas e porque as disponíveis deveriam estar destinadas ao transporte de vitualhas. Os detalhados foros de Ribacoa são bastante expressivos quanto ao meio de locomoção

²⁰¹² Vejam-se, por exemplo, a Bíblia de Navarra, de 1197 (figuras 11 e 12, em anexo) ou a Bíblia de Pamplona, de c. 1200 (figura 13, em anexo).

²⁰¹³ Veja-se, por exemplo, o primeiro quadro da Cantiga de Santa María nº22 (figura 14, em anexo).

²⁰¹⁴ SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 98.

²⁰¹⁵ Neste caso, na ausência de outros elementos, a nossa abordagem é puramente dedutiva, com as reservas que tal procedimento deve suscitar. O simples facto de existir um elemento enquadrante faz supor que este tomaria as suas disposições e que não se sujeitaria a ir para combate sem estabelecer, ainda que de forma empírica e rudimentar, mecanismos de combate coletivo. Quanto ao uso de lanças, baseamo-nos na iconografia que nos mostra, muito frequentemente, esta arma nas mãos de tropas apeadas, sugerindo que não serem cavaleiros, mas sim peões. Vejam-se as figuras 6, 11 e, especialmente, 14, em anexo.

²⁰¹⁶ DeVRIES e SMITH, 2007, p. 75.

utilizado, ao afirmar que, em Alfaiates, se esperava que um peão acudisse ao apelido correndo, por contraposição com o cavaleiro, que o devia fazer trotando²⁰¹⁷.

Independentemente da origem social ou especialização bélica, sempre que necessário os guerreiros medievais eram chamados a defender a terra e a participar nas expedições militares desencadeadas pelos seus senhores (ou mesmo pelo próprio rei). Organizámos os subcapítulos seguintes em função dos empenhamentos normalmente requeridos a estes combatentes.

5.2. A defesa da terra

A segurança das comunidades era um assunto crítico, já que estas estavam expostas a diversos perigos. Para além das pequenas expedições de pilhagem, que deveriam ser frequentes de parte a parte, o mundo muçulmano também desencadeava incursões de grande envergadura desde antes do califado de Córdoba, as designadas *aceifas*, a partir das principais cidades do *Gharb al-Andalus*²⁰¹⁸. Este tipo de ações ofensivas voltou a ser evidente durante a presença almorávida²⁰¹⁹, foi praticamente inexistente durante as segundas taifas²⁰²⁰ e tornou a ser frequente durante o domínio almóada²⁰²¹.

Mas não eram só os muçulmanos que convocavam o receio justificado das populações. A devastação trazida pela guerra podia ainda derivar de lutas entre bandos nobiliárquicos, de *quezílias* entre o rei e uma fação da nobreza ou do clero ou mesmo de conflitos contra os reinos vizinhos de Leão e de Castela. Perante todas estas ameaças, restava às populações desenvolverem modelos de defesa coletiva suficientemente credíveis para dissuadir ataques por parte de pequenos bandos e suficientemente musculados para garantir uma resposta militar imediata em caso de um ataque em larga escala.

²⁰¹⁷ PMH-I-LC, p. 829. O mesmo se passa nos foros de Castelo Rodrigo, de 1209 (PMH-LC-I, p. 865).

²⁰¹⁸ Sobre *aceifas*, *algazuas* e *jihad*, consultem-se, por exemplo, FRANCO SÁNCHEZ, 2012, p. 56 e CASTRO HERNÁNDEZ, 2012, pp. 15-50.

²⁰¹⁹ Em 1144, um ataque muçulmano resultou em muitas mortes e na captura de grande número de cristãos, entre eles os templários de Soure, tendo os cativos sido levados para o castelo de Santarém (PMH-S-I, p. 62).

²⁰²⁰ A organização de grandes expedições requeria a posse de recursos humanos, animais e materiais que não estava ao alcance dos pequenos reinos muçulmanos e estes estavam mais empenhados em defender-se uns dos outros do que em desferir ataques à profundidade dos territórios cristãos.

²⁰²¹ Por vezes até com a participação de mercenários cristãos. Em 1189, os almóadas, enquadrados por Pedro Fernandes de Castro, fizeram uma algara contra Tomar e Abrantes (BRANCO, 2007, p. 122 e CP1419, Cap. 52, p. 98).

Perante um ataque efetivo, o apelido era a forma de defesa que correspondia ao esforço coletivo de toda a comunidade em perigo²⁰²². Partindo dos textos dos forais mais antigos, muitos investigadores consideraram que o apelido era verdadeiramente universal, não conhecendo diferenças de categoria social na hora de pegar em armas para a defesa das terras, bens e famílias²⁰²³. No entanto, como notou Iria Gonçalves, as Inquirições de 1258 transmitem informação diferente, fazendo notar que em muitas freguesias do Entre-Douro-e-Minho figuram bastantes casais explicitamente isentos desse serviço, para além daqueles em relação aos quais não há qualquer menção a esse dever²⁰²⁴.

Esta perspetiva de não extensão do apelido a todos os moradores tem sido corroborada por outros investigadores, como Luís Filipe Oliveira, que contabilizou que na *terra* de Celorico, em 1220, a obrigação impendia apenas sobre nove das 68 paróquias, correspondendo a 13% do total disponível. Constatou, também, que nas *terrae* que confinavam com Leão ou com o Atlântico, o apelido tinha substancialmente mais representatividade do que nas circunscrições da zona transmontana e nas *terrae* do “interior” minhoto. Verificou ainda que a obrigação continuava a ser importante, mesmo muito tempo depois de afastado o perigo muçulmano, como atestam as inúmeras referências nas Inquirições de 1258²⁰²⁵.

O apelido era convocado pelo representante régio ou pelas autoridades municipais. Face a uma ameaça detetada nas proximidades, o próprio concelho desencadearia a ação defensiva. A convocação para expedições de cariz defensivo mais distantes, era feita em nome do rei, por intermédio do alcaide onde este existia²⁰²⁶. Fora

²⁰²² O apelido lançava-se sempre que fosse requerido auxílio da comunidade, quer para reunir os moradores para a defesa coletiva, quer para dar testemunho público de que se tinha sofrido um prejuízo (*Partidas*, II, título XXVI, lei 24). Ver também PALOMEQUE TORRES, 1944, pp. 217-219; PESCADOR, 1961-1964, pp. 145-151; VALDEAVELLANO, 1977, p. 85 e PASCUAL SARRÍA, 2003, pp. 210-211. A designação da organização de uma força para perseguir e destruir um inimigo invasor era “apelido”. Tratando-se originalmente da designação genérica de “aviso”, no final do século XI já era sinónimo das mesnadas reunidas nas vilas para fazer face às ameaças (POWERS, 1999, p. 26). O apelido era de tal forma importante que os foros de Salamanca explicitavam que se, na presença de um invasor, ladrão ou guerreiro inimigo, um morador que não desse o alarme passava a ser juridicamente considerado do mesmo modo que o próprio ladrão (J. RUANO, 1870, pp. 56, título CLXXXIX).

²⁰²³ Gama Barros, baseando-se nas *Partidas*, aponta para a universalidade do apelido, não só como obrigação dos “naturais do reino”, mas também de “todos os que morarem nele” (1885, p. 174). Esta ideia é também a de Mário Jorge Barroca (2003c, p. 80).

²⁰²⁴ I. GONÇALVES, 2012b, p. 33. No aforamento que um nobre, Rodrigo Rodrigues, fez ao lugar de Campo (Jales, c. Vila Pouca de Aguiar), isentou por completo os moradores de acorrer ao apelido (PMH-LC-I, p. 565 de 1213).

²⁰²⁵ L.F. OLIVEIRA, 2016, pp. 191-195.

²⁰²⁶ L. FERREIRA, 2015, p. 43. Iria Gonçalves diz que o apelido “provinha do castelo” (1998, p. 72).

do âmbito municipal, as honras e os coutos estavam sujeitos ao apelido senhorial²⁰²⁷. Mas dado o caráter urgente das ações defensivas, é natural que diferentes poderes tentassem mobilizar todos os homens que vissem disponíveis, independentemente de deterem autoridade sobre eles. Estava-se perante tal urgência que, nalguns casos, mesmo que o senhor que “apridasse a terra” não fosse o seu, as populações acorriam, como parece ter sido o caso do casal que a Ordem do Hospital detinha em Barvadães de Jusão – Aguiar de Pena, em 1220²⁰²⁸. Talvez tenha sido esta a razão pela qual houve a necessidade de explicitar, nalguns forais, que as populações por eles abrangidas só estavam obrigadas ao apelido régio e a mais nenhum²⁰²⁹.

Tratando-se de uma emergência, eram requeridos meios de alerta imediato, utilizando-se a voz, mas também o toque de instrumentos como trompas, anafis, cornetas e tambores, para além de fogos e sinais de fumo²⁰³⁰. Nesse momento também não é de descartar a hipótese do brado de “às armas”, que perdurou no mundo militar português (de forma contínua ou descontínua) até aos dias de hoje e que os foros de Castelo Bom explicitam, ressaltando um escrutínio rigoroso para avaliar casos de alarme em vão²⁰³¹. Todavia, o alcance de sinais visuais e sonoros era limitado, especialmente em regiões de orografia vigorosa e povoamento disperso e, por essa razão, havia homens que estavam incumbidos de percorrer a terra e lançar o alerta, como ocorria no território que atualmente corresponde ao concelho de Monção. Aí, os moradores de quatro casais de Santa Eulália de Lara iam “*apridar a terra*” sempre que houvesse alarme²⁰³², o mesmo procedimento de que estavam incumbidos os homens de São Salvador de Cambeses²⁰³³.

O foral de Freixo (c. Freixo de Espada-à-Cinta), de 1152, estipulou a multa de um morabitino para todo o homem que não respondesse com os seus vizinhos ao apelido, somente remível se conseguisse que um vizinho jurasse com ele que não tinha ouvido o chamado²⁰³⁴. Neste caso estavam implicados somente os habitantes de Freixo mas, em

²⁰²⁷ AYALA MARTÍNEZ, 2014c, pp. 15, nota 39.

²⁰²⁸ PMH-I, p. 127b de 1220.

²⁰²⁹ Era o caso dos habitantes de Caldas de Aregos (c. Resende), em 1183 (PMH-LC-I, p. 429) ou Almada, em 1190 (PMH-LC-I, p.475). Nalguns forais surge explícita a expressão “*vaam em apelido delrey*”, como no caso do foral de Beja, de 1254 (PMH-LC-I, p. 641).

²⁰³⁰ *Partidas*, II, título XXVI, lei 24. Ver também H.G. BARROS, 1885, p. 172.

²⁰³¹ PMH-LC-I, p. 752. Na atualidade, as sentinelas de armas, postadas à entrada das unidades militares do Exército Português, bradam “às armas!” quando avistam a aproximação de altas entidades ou de formações militares, a fim de convocarem a força de serviço de guarda para a prestação das honras militares devidas.

²⁰³² PMH-I, p. 371b de 1258.

²⁰³³ PMH-I, p. 373, de 1258.

²⁰³⁴ PMH-LC-I, p. 380.

alguns casos, a ida em apelido estava dependente da prestação do mesmo serviço pelas populações vizinhas. Era o caso dos moradores de Proença, que só iam em apelido caso os de Idanha-a-Velha também fossem²⁰³⁵, e do aforamento de um casal de Gravelos, em Adoufe (c. Vila Real), que só tinha de cumprir a obrigação se esta também fosse solicitada ao povoado vizinho de Canedo (c. Ribeira de Pena)²⁰³⁶. O apelido podia abranger uma região vasta e, talvez por isso, os alcaides de Castelo Bom estavam obrigados a levar as suas próprias provisões e proibidos de se aportelar ou alimentar nas aldeias, uma vez que os vizinhos também estariam empenhados na ação militar²⁰³⁷.

As características do apelido podiam depender do inimigo em causa, como se encontra expresso no foral da Pesqueira, de 1055-65: “*et ire in apelido de mouros quantum potuerimus et contra chirstianos tantum ut in ipso die tornemus ad nostra casa nisi fuerimus cum rege*”²⁰³⁸. Na conjuntura em que Fernando Magno outorgou o foral, não havia competidores cristãos de dignidade régia, sendo o leonês o monarca hegemónico na Hispânia cristã. Os principais desafios à sua autoridade provinham, precisamente, do Islão, pelo que se justifica esta “gradação” da ameaça.

A duração e área de abrangência do apelido eram, pois, variáveis. Sendo o mais comum estar limitado à ida e regresso a casa no próprio dia²⁰³⁹, podia ter maior duração, como no caso dos moradores de Sebadelhe (c. Vila Nova de Foz Côa), em 1220, para quem estava estipulado por três dias²⁰⁴⁰. Podia ainda ser determinado até onde (espaço físico) os moradores estavam obrigados a operar²⁰⁴¹. Ou podia, pura e simplesmente, não explicitar nenhum prazo máximo nem limite geográfico, devendo os moradores seguir o rei para onde quer que ele fosse²⁰⁴².

²⁰³⁵ PMH-LC-I, p. 616, de 1229.

²⁰³⁶ CAIII-I, doc.120, pp. 139-140 de 1258, janeiro, 4.

²⁰³⁷ PMH-LC-I, p. 781 de 1188-1230.

²⁰³⁸ PMH-LC-I, p. 344 de 1055-65.

²⁰³⁹ Os moradores de Guimarães, em 1095, iam até onde pudessem regressar no mesmo dia às suas casas (PMH-LC-I, p. 351 de 1095). Esta determinação é muito comum e replicou-se em muitos outros forais, como no de Constantim de Panóias, logo no ano seguinte (PMH-LC-I, p. 352 de 1096), em Mesão Frio, 1152 (PMH-LC-I, p. 382), em Celeirós, 1160 (PMH-LC-I, p. 387), em Covas, 1162 (PMH-LC-I, p. 388), entre outros. O foral de Mesão Frio, de 1252, contempla, excecionalmente, a duração de dois dias (PMH-LC-I, p. 381).

²⁰⁴⁰ PMH-LC-I, p. 584 de 1220.

²⁰⁴¹ Os moradores de Sintra deviam ir em apelido de modo a regressarem a casa no mesmo dia se fosse contra cristãos, mas se fosse em resposta a um ataque muçulmano, é-lhes determinado que “façam tudo quanto puderem”. Mais adiante, o mesmo foral explicita que se avistarem pagãos, os cavaleiros da vila devem ir até Lisboa (PMH-LC-I, p. 385 de 1154).

²⁰⁴² Aforamento de Canedo (c. Santa Maria da Feira), 1212 (PMH-LC-I, p. 561), foral de Vila Chã (c. Vila Verde), de 1217 (PMH-LC-I, p. 574); foral de Alijó, de 1226 (PMH-LC-I, p. 605) entre outros.

Apesar de se tratar de uma ação defensiva, há uma dimensão ofensiva no apelido, considerando que era lançado em muitos municípios de retaguarda, quando o território era invadido por um inimigo – muçulmano ou cristão. Os moradores destas localidades podiam transformar-se em perseguidores, procurando intercetar os invasores e impedir que fizessem mais dano ao território ou escapassem com o saque obtido²⁰⁴³. Esperava-se que pudessem encontrar o inimigo e derrotá-lo em combate ou, pelo menos, atrasar a sua progressão, caso a proporcionalidade da força não lhes fosse favorável²⁰⁴⁴.

Uma incursão deste tipo parece ter sido a que os cavaleiros de Évora desencadearam contra um poderoso exército, comandado por Ibn Wanudin que, em 1181, assolou o termo da vila²⁰⁴⁵. Por vezes, quando a resposta aos invasores não era conduzida pelos poderes concelhios, podia ficar a cargo de outras figuras, como foi o caso de Rodrigo Mendes, que recebeu de D. Sancho I um casal em Sedielos (c. Régua) pela ação de defesa que conduziu em resposta à invasão do rei de Leão, Fernando II, junto a Celorico (da Beira)²⁰⁴⁶.

Quando os cavaleiros partiam para operações ofensivas, a capacidade de defesa da localidade ficava, naturalmente, comprometida. A consciência desta vulnerabilidade parece ter estado presente quando os homens de São Salvador de Castelões, Aguiar de Sousa (c. Penafiel), foram na “hoste de Pinhel”, em 1199. Na ocasião, D. Martim Eanes, que comandava a mesnada que se ia integrar na hoste régia²⁰⁴⁷, mandou regressar a casa um tal Mem Moniz para, com outros homens, guardar o castelo de Santa Cruz de Sousa. Estes regressaram, mas optaram por permanecer na vila. Entretanto correu o rumor de

²⁰⁴³ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 197.

²⁰⁴⁴ POWERS, 1999, p. 27.

²⁰⁴⁵ Ação em que foram derrotados pelos almóadas (*Al-Bayan II*, p. 39).

²⁰⁴⁶ DS, doc. 3, de 1175 (?). A datação crítica do documento fixa-o como podendo ser de 1195. A doação menciona explicitamente Fernando II de Leão, pelo que a ação militar ocorreu antes de 22 de janeiro de 1188, data da morte do monarca leonês. É possível que o beneficiário tenha sido Rodrigo Mendes de Sousa, que entre 1191 e 1196, em 1209 e entre 1220 e 1224 foi tenente de Panóias, entre 1195 e 1196 foi tenente de Baião e de Penaguião, em 1212, foi tenente da Maia e, em 1223, recebeu de novo a tenência de Penaguião. Outro D. Rodrigo Mendes, senhor de Constantin, é um personagem de meados do século XIII, pelo que é mais difícil ser o beneficiário deste privilégio, anterior a 1188. Mas considerando o nome, vulgar na época, também poderia tratar-se de um elemento da baixa aristocracia local ou até um cavaleiro de herdade. Em todo o caso, foi certamente um cavaleiro que enquadrou guerreiros na ação militar de defesa contra o rei de Leão.

²⁰⁴⁷ Não nos foi possível identificar Martim Eanes ou Martim Eanes. Uma possibilidade poderia ser o tenente da *terra* de Aguiar de Sousa à data, mas infelizmente não dispomos de uma relação completa que nos possa dar essa resposta.

que o castelo iria ser alvo de um ataque e todos acorreram para o defender, até que receberam nova ordem de Martim Eanes, provavelmente para desmobilizarem²⁰⁴⁸.

As regras para a partilha de espólio inimigo obtido em contexto de apelido parecem ter sido diferentes das estabelecidas para as expedições ofensivas. As *Partidas* estabeleciam um procedimento – com uma certa moral implícita – segundo o qual o apelido em tempo de paz devia terminar assim que se recuperasse o que fora roubado²⁰⁴⁹. Mas se fosse em tempo de guerra, contra os inimigos da Fé ou do seu “senhor natural”, os guerreiros participantes na ação tinham direito a espoliar tudo o que conseguissem e a repartir entre si o que obtivessem, depois de repor as perdas obtidas em combate e de devolverem aos legítimos donos o que se reconhecesse que lhes fora tirado²⁰⁵⁰. Embora esta normativa possa corresponder a uma intenção idealizada, não sendo crível que pudesse ser escrupulosamente seguida nas situações concretas, é expressiva de um apurado sentido de justiça e da necessidade, muito humana, de impor limites à violência.

Ainda no âmbito defensivo, devem referir-se as “*gardas*” ou guardas, que parecem ter duplo significado: por um lado, eram equivalentes às velas, executadas por atalaieiros ou vigias, colocados em fortalezas, atalaias ou em quaisquer outros locais onde fosse importante vigiar²⁰⁵¹. Mas também lhe encontramos o significado de ações de defesa ou custódia deliberada de um espaço ou de um arraial, como apresentam as *Partidas*²⁰⁵². No cumprimento destas funções poderiam resultar algumas ações de combate que, se vitoriosas, permitiam aos vigias ficar com quatro quintos do que obtivessem, entregando o restante quinto ao rei²⁰⁵³. A referência frequente à repartição de saque como resultado das guardas deixa perceber que não só era possível, como devia até ser comum a obtenção de um espólio resultante destas operações. Por esta razão, não é crível que consistissem exclusivamente em recontros entre um inimigo invasor e postos de vigia, sendo mais compatíveis com patrulhas concelhias conduzidas em redor de determinada posição que, ao encontrarem inimigo, o defrontavam. Na documentação, surgem frequentemente a par das ações ofensivas espontâneas, designadas por azarias (que abordaremos adiante),

²⁰⁴⁸ PMH-I, p. 599b de 1258.

²⁰⁴⁹ *Partidas*, II, título XXVI, lei 24.

²⁰⁵⁰ *Partidas*, II, título XXVI, lei 26.

²⁰⁵¹ CASTRILLO LLAMAS, 1995, pp. 59, nota 90.

²⁰⁵² *Partidas*, II, título XXXIII, leis 20 e 21.

²⁰⁵³ Os foros de Castelo Bom transmitem uma tradição de que, independentemente do quinto devido ao rei, o homem que abatesse um cavaleiro inimigo durante uma perseguição podia escolher e ficar com o melhor objeto capturado – não se percebe se do cavaleiro abatido ou de todo o saque reunido – para si (PMH-LC-I, p. 765).

beneficiando ambas – guardas e azarias – de disposições idênticas quanto à repartição de espólios²⁰⁵⁴.

5.3. A ida em hoste com o rei

O serviço militar régio assentava num exército não permanente, convocado regularmente para expedições ofensivas de grande envergadura – fossem de pilhagem e destruição ou de conquista – mas também para campanhas defensivas, como parece ter sido o caso da já referida “hoste de Pinhel”, de 1199. Este serviço, prestado diretamente ao rei ou a um dos seus representantes diretos, era designado por ida em hoste²⁰⁵⁵, integrando os homens livres entre os 14 e os 70 anos de idade²⁰⁵⁶. É frequente encontrar nas cartas de foral, nos aforamentos coletivos e nas inquirições, situações de dispensa de certos serviços militares, incluindo o fossado e o apelido, mas mesmo nos casos em que estas isenções se acumulam, a obrigação de ida para a guerra com o rei é sempre explícita²⁰⁵⁷. O mais frequente é a obrigação de mobilização geral impender se o rei conduzir a campanha em pessoa²⁰⁵⁸, se o chamamento for feito em seu nome²⁰⁵⁹, se o inimigo for muçulmano²⁰⁶⁰, ou se os povoados vizinhos também forem chamados para a

²⁰⁵⁴ Vejam-se, por exemplo, os forais de Évora de 1166 e de Palmela, de 1185: *De azarias et de guardias quintam partem nobis date sine ulla offrecione* (PMH-LC, pp. 393 e 430).

²⁰⁵⁵ BARROCA, 2003a, p. 175. Sobre a constituição geral das hostes régias dos reinos cristãos da Reconquista, veja-se LOMAX, 1984, p. 132 e, nos reinos cristãos hispânicos em geral, PASCUAL SARRÍA, 2000, pp. 39-44. A definição de hoste, sobre a qual nos continuaremos a debruçar, tem sido estudada sobretudo do ponto de vista jurídico, o que dificulta a interpretação de um ponto de vista prático da sua materialização. Este é, segundo García Fitz, o principal fator que faz com que trabalhos sobre o assunto já com alguma antiguidade continuem a ser incontornáveis (1998a, p. 24). Há, seguramente uma gradação no volume e composição das forças, em que o termo “hoste” se utiliza normalmente para designar uma ação militar ofensiva de grande envergadura, que exigia a mobilização máxima de efetivos por um período prolongado (SESMA MUÑOZ, 2002, p. 24).

²⁰⁵⁶ As *Partidas* apontam a idade mínima de 14 e máxima de 70 anos para tomar parte na hoste (*Partidas* II, título XIX, lei 3). Em relação ao serviço nas milícias concelhias, James Powers considera que as limitações de idade eram uma isenção abrangente e comum, mas não escrita nas normativas municipais, talvez por se tratar de algo assumido (1981, p. 122).

²⁰⁵⁷ Por exemplo, os moradores do castelo de São Cristóvão de Panóias (c. Vila Real) não iam em fossado nem em apelido porque lhes competia defender o castelo (PMH-LC-I, p. 552 de 1189-109). Em Balneo (atuais Termas de São Pedro do Sul), os habitantes estavam isentos de quaisquer obrigações militares, incluindo apelido, exceto contra uma invasão estrangeira (PMH-LC-I, p. 383 de 1152). O aforamento de Valezim (c. Seia), outorgado por Johanes Froyle, quinto prior de Santa Cruz, isentava os moradores de fossado e de apelido, a não ser que ordenado pelo rei (PMH-LC-I, p. 519 de 1201).

²⁰⁵⁸ Vejam-se o foral de Souto (c. Vila Real), de 1196 (PMH-LC-I, p. 504); os aforamentos de Fonte de Mulher (c. Vila Pouca de Aguiar) de 1206 (DS, doc. 163, de março) e de Lapela (c. Esposende), de 1208 (DS, doc. 177, de agosto); ou o foral de Favaio (c. Alijó), de 1212 (PMH-LC-I, p. 554), entre outros.

²⁰⁵⁹ Tal como no foral de Valezim (c. Seia) de 1201 (PMH-LC-I, p. 519).

²⁰⁶⁰ O foral de Balneo (c. São Pedro do Sul), de 1152, apresenta uma fórmula insólita e bastante expressiva: “*Et moratores balnei non debent ire in fossatum neque in apelido nec in aliud mandatum nisi extranea gens superuenerit*”, “(...) a não ser que gente estrangeira invada” (PMH-LC-I, p. 383).

guerra²⁰⁶¹. Apesar de os eclesiásticos estarem, por norma, isentos de serviço militar, os homens deles dependentes mantinham a obrigação de comparecerem na hoste, a não ser que o monarca os isentasse explicitamente, como ocorreu quando o “Bolonhês” concedeu este privilégio aos homens do couto de Coja²⁰⁶².

O termo “hoste” tem atualmente uma conotação que a coloca como sinónimo de “exército”, o que, não deixando de ser verdade, nos séculos XII e XIII designava, sobretudo, uma obrigação militar²⁰⁶³. O étimo “hoste” também não era um exclusivo da força militar convocada pelo rei, embora em Portugal o poder que maior efetivo militar conseguia congregar fosse o monarca²⁰⁶⁴. Julgamos ver um indício dessa situação em depoimentos como o dos moradores de São Salvador (c. Vila Pouca de Aguiar), que referiram, em 1220, que toda a freguesia respondia ao rico-homem e o seguia quando este ia na hoste régia²⁰⁶⁵. O acrescento do qualificativo “régia” depois de “hoste” permite deduzir que, para os redatores das atas, a “hoste” podia não ser um exclusivo do monarca.

A questão terminológica não é fácil de esclarecer, porquanto estamos também na presença de um outro termo: “*exercitu*”. No foral de Setúbal, outorgado pelo Mestre de Santiago, em 1249, que explicita: “*damus eis pro benefactoria quod non vadant in exercitu nec in cavalgada nec per terram nec per mare (...)*”²⁰⁶⁶, a palavra *exercitu* parece ser próxima de “hoste”, uma vez que *cavalgada* está mais relacionada com “fossado”²⁰⁶⁷. Mas recuando até ao foral de Fontarcada, de 1193, o termo “exército” parece equivaler a “fossado” ou expedição: “*Qui equm habuerit defendat iugadam et faciat exercitum de maaio*”²⁰⁶⁸. Seis décadas podem ter sido suficientes para ter alterado a aceção ou esta poderia variar geograficamente. No entanto, apesar desta diversidade terminológica, a interpretação por parte das populações abrangidas não constituiria problema, já que não teriam dúvidas quanto ao tipo de serviço a que estavam obrigadas.

A designação “*exercitu*” com o significado de hoste régia já estava presente no foral de Coimbra de 1085, referindo-se o texto ao exército de Fernando Magno, que tinha

²⁰⁶¹ Tal como no caso do foral de Idanha-a-Velha, cujos moradores iam para a guerra em conjunto com os de Proença (PMH-LC-I, p. 616 de 1229).

²⁰⁶² PMH-I, p. 782 de 1258.

²⁰⁶³ I. GONÇALVES, 1984b, pp. 226-227.

²⁰⁶⁴ García Fitz faz referência às hostes castellano-leonesas em geral, fossem estas concelhias, senhoriais ou reais (GARCÍA FITZ, 1998a, p. 81).

²⁰⁶⁵ “(...) *quando uadit ad hostem Regis*” (PMH-I, p. 126a).

²⁰⁶⁶ PMH-LC-I, p. 634.

²⁰⁶⁷ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 79-82).

²⁰⁶⁸ PMH-LC-I, p. 486.

cercado Coimbra duas décadas antes, nos seguintes termos: “*obsedit eam [Coimbra] exercitu suo*”²⁰⁶⁹. Posteriormente, surge no foral de Sintra, de 1154: “*Milites semel in anno in regis exercitu militent (...)*”²⁰⁷⁰, passando a ser frequente a partir da outorga dos forais do grupo de Santarém-Lisboa-Coimbra, de 1179, que mencionam a posição da milícia municipal no “*exercitu regis*”²⁰⁷¹. Em meados do século XIII, “*exército*” e “*hoste*” equivaliam-se por completo, uma vez que diferentes testemunhas, descrevendo a campanha em que D. Sancho I combateu Fernando II de Leão, junto a Pinhel usam expressões como “*exercitus Pinelli*”, “*oste de Pinella*”, “*oste de Pinel*” e “*hostem de Pinelo et de Garda*” como equivalentes²⁰⁷².

À medida que avançamos na cronologia estudada, em muitas regiões assistiu-se ao distanciamento da guerra como realidade quotidiana, situação que colocava as ações de iniciativa local num plano pretérito e fazia com que o serviço na *hoste* régia constituísse a obrigação ofensiva mais comum. Parece ser este o contexto dos aforamentos coletivos que, a partir de 1255, D. Afonso III outorgou na *terra* de Aguiar da Pena (hoje repartida entre os concelhos de Ribeira de Pena e de Vila Pouca de Aguiar), que mencionavam somente a ida em *hoste* e não o *fossado*²⁰⁷³. Entende-se que, quer o número de moradores a quem eram concedidos, quer o facto de se tratar de uma região afastada de qualquer fronteira com o Islão, tornava, na segunda metade do século XIII, o conceito de *fossado* obsoleto, mas não o de *hoste*²⁰⁷⁴. Afinal, o vizinho reino leonês estava ali perto²⁰⁷⁵...

²⁰⁶⁹ LP, fl. 7v.º e 8v.º.

²⁰⁷⁰ PMH-LC-I, p. 384.

²⁰⁷¹ PMH-LC-I, pp. 407, 413 e 417.

²⁰⁷² PMH-LC-I, pp. 599b, 1381a e 1381b.

²⁰⁷³ Bornes, 1255 (PMH-LC-I, p. 655); Sabroso, 1255, julho, 11 (CAIII-I, doc. 65, pp. 66-67); Eiriz, 1255 (PMH-LC, p. 656); Afonsim, 1255 (PMH-LC-I, p. 649); Barvadães, 1257 (PMH-LC-I, p. 668), entre outras.

²⁰⁷⁴ O fim do conceito de *fossado* está bem patente quando comparamos as Inquirições de D. Afonso III de 1258 com as Inquirições de D. Dinis de 1284. Nestas últimas, o termo “*fossado*” já não surge uma única vez, ao passo que o termo “*hoste*” se repete 16 vezes, normalmente associado, também, à obrigação de anúduva (PMH-I-Vol III, pp. 18, 19, 21, 22, 24, 27, 50, 53, 58, 60, 68, 74 e 83).

²⁰⁷⁵ Veja-se o mapa 18, aforamentos da região de Aguiar da Pena, 1224-1257, e ida em *hoste* entre os rios Douro e Minho, em anexo. O foral de Cidadelhe, outorgado por D. Sancho II em 1224, inaugura uma determinação, que viria a ser replicada anos mais tarde em forais e aforamentos de uma zona muito específica, nas imediações de Aguiar da Pena (Com uma possível exceção, relacionada com o aforamento de “*Lacu Malo, Lago-Mau*”, lugar associado à atual aldeia de Lagomar (c. Bragança), mas sem certezas absolutas). Pela primeira vez, os moradores têm a obrigação de ir em *hoste* com o rei, limitada espacialmente entre os rios Douro e Minho. Até então, nos forais da região era comum a limitação do apelo à ida e regresso a casa no mesmo dia. A disposição de Cidadelhe tem caráter diferente e evidencia a preocupação com a conjuntura vivida: desde 1218 que o rei de Leão ocupara Chaves e os castelos da Norte da região de Cidadelhe, situação que se viria a manter até 1230 e que fazia de toda a faixa entre Aguiar e Chaves um território de fronteira, aliás, também bem evidenciado pelos vestígios patentes nas Inquirições de 1258 (BARROCA, 2003b, p. 56).

À exceção da *schola*, a hoste régia não tinha uma composição padronizada, sendo mobilizada em função das necessidades e constituída, essencialmente, com base nos recursos humanos das proximidades da área onde iria atuar. A obrigação de serviço na hoste era, porém, a mais abrangente de todas, recaindo sobre categorias sociais que habitualmente estavam isentas da ida para a guerra, como é o caso dos clérigos, pelo menos até 1186-1189, uma vez que, depois desta data, D. Sancho I isentou os religiosos de todo o reino de participarem na hoste, a não ser que esta fosse convocada contra sarracenos que invadissem “*terram nostram*”²⁰⁷⁶.

Ao ser convocada, a hoste devia incorporar mesnadas mobilizadas pelos tenentes nas suas *terras*, as quais podiam ser ainda engrossadas por combatentes provenientes dos senhorios pessoais daqueles ricos-homens. Outros guerreiros convocados (nobres e mesmo eclesiásticos), juntar-se-iam com as respetivas mesnadas, provenientes dos seus senhorios (honras e coutos). O rei podia também contar com cavaleiros de herdade, que por terem recebido cavalaria régia se subordinavam ao monarca através de laços de vassalagem direta. A estas forças somavam-se ainda as milícias concelhias e, eventualmente, contingentes das ordens militares e, ainda, combatentes conjunturais, ou seja, grupos de guerreiros que, mesmo não estando obrigados ao serviço régio, se lhe juntavam a título voluntário.

As funções de convocação direta para a hoste parecem ter cabido, entre outros, aos porteiros (*portarios*)²⁰⁷⁷. No século XIII, estes oficiais estavam já consolidados, em exclusivo, como “saceadores dos direitos e vendas da Coroa”²⁰⁷⁸, sendo o porteiro-mor o superintendente da cobrança dos direitos fiscais²⁰⁷⁹. Mas nas Inquirições de 1220, ainda nos surgem com evidentes funções militares, como vemos na paróquia de São Paio de Midões, Terra de Faria (c. Barcelos), a cujo porteiro cabia fazer-se acompanhar dos herdeiros para “*expellere homines de domibus suis ut eant in fossado per totum terminum de ipso castello*”, ou seja, conduzir homens de suas casas para irem em apelo dentro do termo do castelo, o que, apesar de não mencionar explicitamente a hoste, lança uma luz sobre o método de convocação militar²⁰⁸⁰. Em São Paio de Midões (c. Tábua),

²⁰⁷⁶ DS, doc. 39, p. 62 de 1186, janeiro a 1189, novembro.

²⁰⁷⁷ Conf. BLUTEAU, 1720, p. 633b.

²⁰⁷⁸ VITERBO, 1865, tomo II, p. 164b.

²⁰⁷⁹ R.A. TORRES, 1984b, p. 123.

²⁰⁸⁰ PMH-I, p. 111b de 1220. Ainda que a fonte mencione “*fossatum*”, o teor da obrigação é mais compatível com apelo.

todos os herdadorez exceto os de uma quintã específica, tinham igualmente de apoiar o porteiro na mesma tarefa de compelir os homens a ir para a guerra²⁰⁸¹.

Um aforamento aos moradores de Rualde, em 1208, já aduzido anteriormente, determina que a ida em hoste ou apelido só era devida mediante a apresentação de carta com selo régio ou por ordem do porteiro²⁰⁸². Uma vez que, nos municípios, competia ao alcaide a convocação dos homens para a guerra em nome do rei, era muito natural que este se servisse dos porteiros ao seu dispor para materializar a mobilização. Encontramos a designação de “porteiro do alcaide” no foral de Santarém de 1179²⁰⁸³, ou “porteiro do pretor”, no foral de Estremoz, de 1258²⁰⁸⁴.

As inquirições de 1258 também assinalam *clamatores de terra*, a mando do juiz, na paróquia de São Pedro de Oliveira, Penafiel de Bastuço (c. Braga). Estes homens tinham por obrigação apelar a terra até à Portela de Fondões e de Fojo²⁰⁸⁵. Em Castelo Bom, no início do século XIII, as únicas entidades que podiam convocar homens para a guerra eram o rei – através do alcaide ou dos seus representantes – ou o próprio concelho. Qualquer outra convocatória era considerada a formação de um bando “à traição” e era punida severamente, com o despojamento de todos os haveres, destruição da sua ou das suas casas e prisão no castelo²⁰⁸⁶.

Os que iam para a guerra deviam concentrar-se num local específico, conhecido de todos. Nos municípios podia ser um ponto com centralidade geográfica, mas fora da vila ou castelo, como nos elucidam os costumes e foros de Castelo Bom²⁰⁸⁷. Nas *terras* e julgados devia ser nas imediações de locais previstos para a pousada do rico-homem ou do juiz. Assim parece ocorrer com o lugar de Capeludos, na paróquia de Santa Eulália de

²⁰⁸¹ PMH-I, p. 1438b de 1258.

²⁰⁸² PMH-LC-I, p. 537 de 1208. Esta dimensão militar da atuação do porteiro não deve ser surpreendente, uma vez que o seu leque de incumbências parece ter sido bem mais do que a fiscalidade. Maria Helena da Cruz Coelho fez notar que, no âmbito judicial, os cavaleiros podiam exigir a presença do alcaide e que, para serem levados de casa, era requerida a presença do porteiro (1996, p. 257).

²⁰⁸³ PMH-LC-I, p. 409.

²⁰⁸⁴ PMH-LC-I, p. 683.

²⁰⁸⁵ PMH-I, p. 1473a de 1258. Não foi possível identificar o topónimo “fondões” nem semelhantes. Mas a “portela” mais próxima (topónimo) dista 2 quilómetros de São Pedro de Oliveira. Foram também identificados quatro microtopónimos “fojo” nas proximidades, todos a Leste, distando o mais próximo cerca de 6 quilómetros e o mais afastado cerca de 10 quilómetros. Estas deviam ser as distâncias mínima e máxima que os peregrios deviam ter de cobrir.

²⁰⁸⁶ PMH-LC-I, p. 745 de 1188-1230. Tal como temos vindo a referir, os foros de Ribacoa correspondem a organizações municipais leonesas, mas é de admitir que este fosse um princípio inerente a todas as organizações municipais.

²⁰⁸⁷ PMH-LC-I, p. 782.

Pensalvos (c. Vila Pouca de Aguiar), em relação à Terra de Aguiar em 1220²⁰⁸⁸, deduzindo-se pela centralidade geográfica, por ser pousada do rico-homem e pelo facto de os seus moradores, para além de fornecerem aposentadoria, terem de guarnecer as atalaias, não acompanhando a mesnada mobilizada²⁰⁸⁹.

Normalmente o rei convocava para a hoste os municípios e senhorios que se encontravam na sua linha de progressão, outras vezes os da área onde planeava executar a campanha e, em alguns casos, recorria a ambos os modelos²⁰⁹⁰. A estrada da Beira constituiu, mais de uma vez, itinerário de progressão da hoste régia e os homens de Pinheiro de Ázere (c. Santa Comba Dão), foram chamados a nela servir pelo menos em duas ocasiões²⁰⁹¹. Toda a localidade era honrada (um quarto pertencia a Santa Cruz de Coimbra e os restantes três quartos à Ordem do Templo), mas os moradores responderam ao apelido do rei. Testemunhas das Inquirições de 1258 recordam-se de ter visto homens chamados para a hoste de Tui – provavelmente no ataque que D. Sancho fez àquela cidade em 1197 – que regressaram a casa sem acompanhar o exército porque se atrasaram a juntar-se-lhe. Dois anos depois, quando o objetivo régio foi Pinhel, tomaram parte efetiva na operação²⁰⁹².

O serviço na hoste podia estar limitado no espaço, como foi o caso do já abordado conjunto de aforamentos que D. Afonso III outorgou na região de Panóias entre 1255 e 1257²⁰⁹³. Mas na generalidade, os corpos constituintes da hoste seguiam o monarca até onde fosse necessário. As milícias municipais chegavam mesmo a acompanhar o rei durante tempo e distâncias consideráveis, como foi o caso dos homens do concelho de

²⁰⁸⁸ PMH-I, p. 126b.

²⁰⁸⁹ PMH-I, pp. 44-45 e 126-128.

²⁰⁹⁰ POWERS, 1988, p. 112. Embora pudesse ser mais abrangente, no caso de grandes campanhas planeadas com bastante tempo de antecedência. A Crónica do Imperador Afonso VII regista que, em 1127, o monarca mandou lançar pregão na Galiza, Astúrias e Leão e Castela para mobilizar um grande exército destinado a fazer face ao rei de Aragão, que tinha invadido. Nas grandes mobilizações era também fundamental definir um local de reunião das forças que fosse central, ou pelo menos que facilitasse a progressão da hoste, depois de formada, em direção ao objetivo. Foi assim que, numa outra mobilização, em 1132, o mesmo Afonso VII estabeleceu um dia para que todas as mesnadas da sua hoste estivessem reunidas em Atienza (H. G. BARROS, 1885, p. 165). Na narração do fossado de Triana de 1179, a Crónica de Portugal de 1419 refere que o infante D. Sancho marcou a data de três de julho para que a hoste se reunisse na Golegã e, a partir dali, atravessasse o Tejo e se dirigisse ao objetivo (CP1419, Cap. 39, p. 69).

²⁰⁹¹ Interessa notar que a localidade se situa na Estrada da Beira, um eixo principal do trânsito em Portugal na Idade Média.

²⁰⁹² PMH-I, p. 816b.

²⁰⁹³ Estes determinavam que os moradores só estavam obrigados a ir em hoste se fosse comandada pelo monarca e, ainda assim, só se esta operasse entre o Douro e o Minho. Aforamentos de Reboredo de Baixo, 1255 (PMH-LC-I, p. 647); Afonsim, 1255 (PMH-LC-I, p. 649); Bornes de Aguiar, 1255 (PMH-LC-I, p. 655); Sabroso, 1255 (CAIII-I, doc. 65, pp. 66-67); Eiriz 1255 (PMH-LC-I, p. 656); Barvadães, 1257 (PMH-LC-I, p. 668).

Lisboa que estiveram ao lado de D. Sancho I na guerra contra o rei de Leão, na região da Guarda-Pinhel, entre 1199 e 1200²⁰⁹⁴. O caso dos homens do Porto, por seu lado, foram escusados de participar na guerra do Algarve, entre 1247 e 1253, demonstrando que se não fosse pela dispensa régia em troca do pagamento da fossadeira, esta convocação para a hoste tê-los-ia feito percorrer mais de 400 quilómetros para tomarem parte na campanha²⁰⁹⁵.

O tempo necessário para mobilizar a hoste régia era variável, dependendo do efetivo necessário, da finalidade e do local de operação. Estava também subordinado a desafios logísticos, sendo possível, até, a sua previsão com mais de um ano de antecedência²⁰⁹⁶, embora, habitualmente, não fosse necessário tanto tempo. O cerco a Elvas, conduzido por D. Sancho II no Verão de 1126, não apresenta vestígios de ter sido preparado antes desse mesmo ano²⁰⁹⁷. E também a preparação da conquista de Faro por D. Afonso III, necessitou somente de três meses, ou seja, entre novembro de 1248 e fevereiro de 1249²⁰⁹⁸.

A documentação deixou-nos dados sobre “hostes”, entenda-se campanhas régias, bem precisas quanto ao local ou região de concentração ou reunião das forças. No reinado de D. Sancho I, a “hoste de Pinhel”²⁰⁹⁹ e a “hoste da Guarda” são bem conhecidas²¹⁰⁰. Entre as campanhas militares mais obscuras, as Inquirições de 1258 fazem referência a uma hoste de Linhares²¹⁰¹, que Miguel Gomes Martins situa no início do reinado de D. Afonso III²¹⁰² e a hoste de Lanhoso, mencionada a propósito de nela terem participado alguns homens de Silvã de Cima (c. Sátão), que poderá ser contemporânea daquela ou ainda anterior, no contexto da guerra civil que opôs D. Sancho II ao “Bolonhês”²¹⁰³. Se a

²⁰⁹⁴ CAIII-I, doc. 262 de 1204, agosto.

²⁰⁹⁵ CAIII-I, doc. 11, pp. 24-25 de 1253, julho, 20.

²⁰⁹⁶ Num exemplo válido para Leão, Afonso VII alertou os participantes na campanha que devastou as campinas de Córdoba e Sevilha, em 1143, com mais de um ano de antecedência (GARCÍA FITZ, 1998a, p. 136). Para mobilizar a sua hoste – senhorial, é certo – Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo, necessitou de três meses, em 1224 (FERNÁNDEZ VALVERDE, 1989, p. 25). A incursão de Afonso IX de Leão sobre Badajoz, conduzida no verão de 1226, conhecia ecos da sua preparação na Galiza, em janeiro desse mesmo ano (H. FERNANDES, 2010, p. 175).

²⁰⁹⁷ H. FERNANDES, 2010, p. 165 e 173.

²⁰⁹⁸ M.G. MARTINS, 2011, p. 175.

²⁰⁹⁹ PMH-LC-I, pp. 599b, 1381a e 1381b.

²¹⁰⁰ Os homens do couto de Santa Maria de Sátão foram à hoste da Guarda e de Layoselo (PMH-I, p. 798a).

²¹⁰¹ PMH-I, pp. 796, 800 e 805, de 1258.

²¹⁰² M.G. MARTINS, 2007, pp. 33, nota 88.

²¹⁰³ A inferência à datação da hoste de Lanhoso deriva da interpretação do texto da Inquirição. Uma testemunha declarou que os homens de Silvã de Cima tinham ido “*ad Laiosum in hostem et fuerunt ad Gardiam ad servicium Regis*”. Ora a hoste da Guarda e a ida de várias paróquias distantes em serviço ao castelo da Guarda ocorreu no contexto da guerra civil. Ao mencionar os dois acontecimentos numa mesma

finalidade da expedição fosse tomar parte num assédio, o ponto de reunião podia ser o próprio local do objetivo, como parece ter ocorrido em 1189, em torno de Silves, uma vez que “o exército de rei [de Portugal], ia aumentado [em efetivo]” mantendo a vigília juntamente com o dos cruzados, durante o cerco²¹⁰⁴.

Tivemos ocasião de nos debruçar sobre as possibilidades de deslocamento das colunas de marcha, as suas velocidades, itinerários e obstáculos²¹⁰⁵. Interessa agora perceber como se organizava internamente a hoste nos deslocamentos. É que os diferentes contingentes que a compunham seguiam “acaudilhados” ou “acoudelados”, isto é, enquadrados, de modo diferente, caso se deslocassem rapidamente e sem esperarem um recontro ou contacto com o inimigo, ou caso se aproximassem em ordem de batalha.

Numa marcha itinerária em que o contacto com o inimigo era improvável, era fundamental garantir a disciplina e coesão, sendo que cada contingente deveria seguir, na coluna, sob o comando dos seus líderes “naturais”, o que contribuía seguramente para manter o moral e preservar os sentimentos de solidariedade familiar, vicinal ou corporativa. Além disso, as marchas de aproximação longas podiam ser efetuadas com os diferentes contingentes separados, o que facilitava o aprovisionamento e pousada²¹⁰⁶. À frente de cada contingente, seguia o estandarte que o distinguia, junto do comandante, que era o dignitário responsável pela força, que podia ser o senhor da terra, o juiz ou alcaide da vila, um bispo, ou um mestre de uma ordem militar²¹⁰⁷.

Quando os riscos aumentavam, ou seja, em território hostil ou na iminência de uma batalha, o deslocamento não deveria ser efetuado em marcha itinerária, onde a comodidade se subrepunha à urgência, mas sim em marcha de aproximação, com as

frase, sem nenhum outro enquadramento, a testemunha sugere que ambos eram do conhecimento dos inquiridores e que estavam, de algum modo, relacionados. Outra testemunha afirmou, logo a seguir, que os homens daquela paróquia tinham ido “*ad hostem laioso et ad Linares*”. Uma vez mais fica a ideia de que ambas partilham o contexto, remetendo-nos para o final do reinado de D. Sancho II ou início do reinado de D. Afonso III (PMH-I, p. 796b de 1258). É possível que este *Laioso* ou *Layoselo* (PMH-I, p. 798a) a que se referem as inquirições não corresponda a Lanhoso (c. Póvoa de Lanhoso), mas sim a um outro topónimo, entretanto bastante modificado ou perdido, situado na encosta norte da Serra da Estrela, como são os casos de Pinhel e da Guarda.

²¹⁰⁴ DIN, p. 90.

²¹⁰⁵ Ver subcapítulo 2.3, O Movimento de Forças.

²¹⁰⁶ M.G. MARTINS, 2014a, pp. 379-380. O armamento e equipamento defensivo dos combatentes podia ser transportado nos trens, o que aumentava a velocidade e diminuía a fadiga do grupo. Um trajeto efetuado deste modo foi a opção do infante D. Sancho, no início do movimento para o fossado de Triana, que ordenou a divisão dos contingentes no percurso entre Penela e a Golegã (CP1419, Cap. 39, p. 69).

²¹⁰⁷ POWERS, 1988, p. 96. No *Poema de Almería*, a hoste castelhano-leonesa, em movimento para a campanha, em 1147, é descrita com os contingentes deslocando-se à retaguarda dos estandartes dos seus senhores (CAI, 55-315, pp. 175-184).

forças dispostas de modo a poderem formar rapidamente para a batalha²¹⁰⁸. A maior parte dos dados que possuímos sobre este assunto para o século XII provêm da Terra Santa, pelo que a sua transposição direta para o ocidente peninsular, ainda que na mesma época, não nos parece que possa ser efetuada. Na Palestina, os poderes cristãos tinham de movimentar hostes volumosas, caso contrário seriam facilmente destruídas ou capturadas pelos poderes islâmicos, que mobilizavam com facilidade contingentes mais numerosos. No *Outremer*, cabia muitas vezes aos templários e hospitalários constituírem-se em força de cobertura lateral e na retaguarda das hostes em deslocamento. Não há dados que permitam afirmar que nas colunas de marcha ibéricas as ordens militares desempenhassem um papel semelhante²¹⁰⁹.

Nesta situação de proximidade do inimigo, havia que implementar cuidados adicionais na proteção da hoste. As *Partidas* debruçam-se sobre a ordem de marcha e, em particular, sobre como proceder em caso de ataque inimigo à coluna. A fonte faz notar que competia aos comandantes manterem o efetivo sempre equipado e armado durante o deslocamento e estarem muito atentos para não permitir que uma parte significativa dos guerreiros abandonasse a formação para perseguir os atacantes que fustigassem a hoste em movimento²¹¹⁰. Indicam que, não podendo ir formada em azes ou em tropéis, a hoste devia deslocar-se em coluna e que, ao passar em locais mais propícios para emboscadas, os comandantes deviam estar atentos e destacar forças para os locais mais vulneráveis.

Também aconselhavam que se “deixe mais poder na zaga”, isto é, que se preservasse efetivo suficiente na retaguarda do dispositivo para não ficar empenhado e poder reagir a uma emboscada²¹¹¹. Mas apesar desta avisada disposição, temos notícias de emboscadas a hostes em movimento, como a que os muçulmanos fizeram à vanguarda da mesnada da Ordem de Santiago, comandada por Paio Peres Correia, nas imediações da ribeira de Almargem, em 1239 ou 1240. Nada sabemos sobre a ordem de marcha das forças do comendador, mas a fonte declara que teve oportunidade de retirar para um cabeço, onde pôde organizar a sua defesa²¹¹².

O arcebispo Rodrigo Jiménez de Rada, no *De Rebus Hispaniae*, dedica um capítulo inteiramente ao assunto, apresentando o modo como o exército cristão que

²¹⁰⁸ MONTEIRO, 1998, pp. 230-231 e M.G. MARTINS, 2014a, p. 379.

²¹⁰⁹ MONTEIRO, 2010c, pp. 260, 266 e 283.

²¹¹⁰ *Partidas*, II, título XXIII, lei 18.

²¹¹¹ *Partidas*, II, título XXIII, lei 17.

²¹¹² Como se apresenta na *Crónica da Conquista do Algarve* (PMH-S-III, p. 417).

combateu em *Las Navas de Tolosa* em 1212 se empenhou em tomar a elevação onde depois formou para a batalha. Durante o movimento, num primeiro momento, a hoste cristã viu o seu caminho cortado por uma emboscada muçulmana, desencadeada “num ponto estreito do percurso, onde existe um promontório quase inacessível e uma torrente de água”. O bispo acrescenta que a escaramuça daí resultante foi mais difícil de resolver porque Diogo Lopez de Haro, que conduzia a vanguarda, mandou alguns cavaleiros apoderarem-se do cimo do monte e estes avançaram de modo descuidado, sendo surpreendidos pelos muçulmanos²¹¹³.

5.4. Guerra guerreada

A taxonomização das operações de “guerra guerreada” encontra diferentes abordagens²¹¹⁴. Podem ser observadas sob o ponto de vista das finalidades estratégicas, das entidades que as organizavam e executavam ou das designações coevas, não nos parecendo nenhuma das modalidades enunciadas isenta de crítica. Como sabemos pouco sobre o planeamento destas expedições, deduzimos as finalidades pelos efeitos estratégicos que produziram. A informação de que dispomos sobre as entidades que as organizavam e constituíam é bastante assimétrica, variando consoante se tratasse do rei, dos municípios, de ordens militares ou de outros poderes. Finalmente, a terminologia coeva não parece ter sido suficientemente estável quer na diacronia, quer na geografia, de modo a poder constituir-se como espora sólida para a análise destas atividades bélicas²¹¹⁵.

²¹¹³ DRE, p. 306.

²¹¹⁴ Mário Jorge Barroca organizou os serviços militares em “defensivo (apelido) e ofensivo (fossado), optando por, depois, mencionar outras designações conhecidas para expedições ofensivas, nomeadamente a algara, a azaria, a cavalgada e a almofala, explicando-as sumariamente, apoiado em autores que as tinham estudado (2003c, pp. 83-85). Parece-nos que a taxonomização das operações não era absolutamente rígida e que qualquer tentativa de fazer corresponder uma designação medieval a uma ação precisa encontra, pouco depois, uma outra ação análoga com uma designação diferente. É o caso da intermutabilidade aparente entre os termos “cavalgada” e “correria” ou “corredura”, na Estremadura Castelhana e Leonesa, assinalada por POWERS, pp. 158-159. Por outra via, deparamo-nos também com a separação clara dos termos “cavalgada” e “fossado” em diversa documentação, destacando-se os foros das vilas de Ribacoa, que parecem colocar a “cavalgada” numa categoria, o “fossado” e a “azaria” numa outra, e ambas distintas da “almofala” (Castelo Bom: PMH-LC-I, pp. 757-758, 765 e 786), (Castelo Rodrigo: PMH-LC-I, pp. 890, 893 e 891) e é também mencionada a “rafala”, expedição relacionada com a Estremadura, depreendemos que, com a fronteira com o Islão (PMH-LC-I, p. 844). A cronologia em que é redigida a fonte é também determinante: a Crónica de Portugal de 1419 nunca se refere a fossados, preferindo usar sempre o termo “cavalgada” (CP1419, pp. 7, 16, 17, 18, 62, 69, 76 e 172).

²¹¹⁵ Ao contrário do que se poderia supor, mesmo em relação à atividade militar contemporânea e só no âmbito dos estados que pertencem à Aliança Atlântica, encontramos uma diversidade grande de doutrinas e de modos de classificação das operações. Apesar do tronco comum, diferem de estado para estado e, para um mesmo país, alteram-se com frequência em pouco tempo. Em Portugal, por exemplo, vigorou entre 1987 e 2005 o Regulamento de Campanha e Operações (RC-130-1), que preconizava determinada classificação das operações militares. Entre 2005 e 2012, passou a vigorar o designado Regulamento de Campanha – Operações de 2005, com uma classificação diferente. Desde 2012, que vigora a Publicação

5.4.1. Finalidades e terminologia

Francisco García Fitz organizou as finalidades das operações pelas prioridades dos protagonistas: económicas, quando o objetivo era o saque; logísticas, quando o objetivo era a obtenção de abastecimentos para a hoste; militares, quando o objetivo fosse distrair o inimigo de uma ação que estivesse a executar, levando-o a reagir à cavalgada²¹¹⁶; de castigo, quando se procurasse a vingança ou resposta a estragos provocados pelo inimigo ou a castigar um aliado menos leal; de desestabilização, no intuito de diminuir o poder político do inimigo ao revelar que este não era capaz de defender os seus domínios; e, finalmente, incursões de desgaste na região circundante de uma fortificação como prepartivo para um cerco²¹¹⁷. Note-se que, na sua categorização, o autor usa deliberadamente o termo “prioridades”, indiciando que uma mesma operação encerra, certamente, várias finalidades em simultâneo, mas com diferentes graus de preponderância.

De todas estas finalidades também temos exemplos em Portugal. As prioridades económicas estão, claramente, no horizonte dos municípios e são evidenciadas pela própria normativa municipal²¹¹⁸. É verdadeiramente sintomático verificar que na maioria dos forais que contêm disposições militares, a distribuição do saque de fossados ou cavalgadas se encontra estritamente regulamentada²¹¹⁹. As cartas estabeleciam regras gerais e, a julgar pelo que conhecemos em relação aos concelhos leoneses de Ribacoa, os municípios poderiam dispor de foros específicos ainda mais detalhados. Aqui, por exemplo, chega-se ao ponto de especificar que os guerreiros que efetuavam pessoalmente

Doutrinária do Exército 3-00, Operações, que preconiza uma organização da tipologia de operações militares que diverge das duas anteriores.

²¹¹⁶ Acontecia quando, por exemplo, um dos contendores estivesse a efetuar um assédio e o defensor, em vez de organizar um exército de socorro, executava uma cavalgada destrutiva no território do agressor, de modo a obrigá-lo a abandonar o cerco e acorrer em defesa (GARCÍA FITZ, 1998a, p. 101).

²¹¹⁷ Note-se que a ordenação do autor insiste, na finalidade de quase todas as tipologias de expedições, na palavra “prioridades”, o que nos parece ilustrar convenientemente a realidade. Com efeito, empresas desta natureza cumpriam, em simultâneo, mais de uma finalidade. Um fossado régio que destruísse e depredasse o território em torno de um centro urbano muçulmano podia visar a debilitação daquela fortaleza específica, mas certamente que também tinha uma implicação política no adversário e uma das motivações maiores dos executantes seria o saque obtido.

²¹¹⁸ Quer sob patrocínio régio, a quem normalmente cabe um quinto do produto do saque, ou mesmo em autonomia, situação em que a quinta parte do rei se mantém, mas o alcaide nada recebe. Ver, por exemplo, o foral de Coimbra, de 1111 (PMH-LC-I, p. 356 de 1111).

²¹¹⁹ Das 291 cartas analisadas (forais e aforamentos coletivos), 196 contêm disposições militares de alguma natureza. Destas, 38 detalham explicitamente o modo de repartir o saque proveniente de expedições ofensivas, correspondendo mais de 90% a cartas outorgadas a concelhos. Estes não só tinham condições e efetivo para executar incursões depredatórias em autonomia, como faziam delas um dos pilares da sua economia (POWERS, 1988, p. 163).

determinada captura, tinham o direito de ser os primeiros a escolher o seu quinhão dos despojos²¹²⁰. Mesmo no caso das ordens militares, a finalidade económica está subjacente. Aos freires não era permitido reter pessoalmente nenhuma parte do espólio, revertendo este, na totalidade, para o mestre, como acontecia nas ordens do Hospital²¹²¹ e do Templo²¹²², sendo que, no caso da Ordem de Santiago, parte era orientada para o resgate de cativos²¹²³.

Os propósitos de carácter logístico, para abastecimento da hoste, deviam estar sempre presentes, já que a sobrevivência de uma expedição em território inimigo não podia depender só do trem de abastecimentos²¹²⁴. Para o período em estudo, não encontramos nenhuma menção específica, nas fontes narrativas, a ações tomadas neste sentido por parte da hoste régia portuguesa, mas certamente que estão implícitas nas descrições dos acontecimentos militares²¹²⁵. Algo que julgamos vislumbrar da *Crónica de Portugal de 1419*, pelo menos na mente do cronista, ao descrever que o infante D. Sancho, na progressão para Sevilha, em 1178, tomou o castelo da Jineta (c. Valverde de Leganés, Badajoz) e daí lançou correrias pelas redondezas²¹²⁶.

As ações militares ofensivas com vista a criar o que designamos militarmente, nos dias de hoje, como decepção²¹²⁷, são mais evidentes e documentadas. Atentemos a exemplos. Entre janeiro e abril de 1199, Afonso IX invadiu Portugal e, em reação à ocupação de Tui por D. Sancho I, no ano anterior, tomou Algosó e sitiou Bragança. O rei português reagiu, acorrendo a Trás-os-Montes e entrando, depois, nos campos de Argañara, tendo ido cercar Ciudad Rodrigo²¹²⁸. Em 1220, durante a invasão leonesa que

²¹²⁰ Como se verifica, por exemplo, em Alfaiates: “*Caulero aut peon qui captiuerit de azaria aut de fossado dent illi el melior mauro aut maura, aut melior bestia mular aut caualar, qualem se elegerint suos parentes aut suos companeros de pan*” (PMH-LC-I, p. 811).

²¹²¹ *Libro de los Estatutos Antiguos de la Orden de San Juan*, trad. García Larragueta, pp. 349 e 365b.

²¹²² RT, Art.º 116, p. 70.

²¹²³ ROSJ, XXVI, p.82.

²¹²⁴ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 93.

²¹²⁵ Até porque, como vimos no capítulo 1, as expedições são planeadas e executadas nos meses do ano mais propícios à obtenção de mantimentos a partir do terreno e do inimigo.

²¹²⁶ “... e aly se começaram a tender os corredores e os outros homens d’armas pela tera, matando e feryndo nos mouros, e asy coreo aquele caminho contra Sevilha e passou a sera Morena” (CP1419, Cap. 39, p. 69). Se o infante pretendia Sevilha, não havia porque organizar correrias em torno de um ponto que ficava aquém do objetivo, a não ser que fossem necessários mantimentos. Reforçamos que a conquista deste castelo pode nunca ter acontecido, mas é significativo que na mente do cronista estivesse presente a conquista de um ponto a partir do qual se lançassem correrias, ainda antes de ter sido alcançado o objetivo final.

²¹²⁷ A “decepção militar” consiste na execução de ações destinadas a, deliberadamente, enganar os decisores adversários relativamente às capacidades, intenções e operações amigas, bem como conduzi-lo a efetuar determinadas ações (ou inações) que contribuam para o cumprimento da nossa missão (PDE 3-00, p. 4-14).

²¹²⁸ BRANCO, 2006, p. 293.

Martim Sanches comandou em direção a Braga e ao Porto, Luís Krus identificou uma possível contra-ofensiva portuguesa na região de Ourense, que defrontou tropas locais²¹²⁹. Situações como as duas apresentadas, que evidenciam ataques direcionados a uma região, para que o adversário levante a pressão numa outra região, são mais fáceis de encontrar no confronto entre dois poderes cristãos do que em reação a invasões muçulmanas²¹³⁰.

A organização de expedições punitivas também foi uma realidade frequente nos períodos de guerra entre Portugal e Leão, mas que mais dificilmente descortinamos entre os poderes régio português e islâmico²¹³¹. Quando, em 1130, Afonso VII invadiu Portugal, a sua exigência era a restituição de Límia e Toronho, ocupados pelo primo, D. Afonso Henriques²¹³². Às reclamações do português de senhorio dos territórios galegos, o rei de Leão respondia com invasões ao Minho ou a Trás-os Montes. Este género de ofensivas leonesas repetiu-se em 1139, 1140 e, por fim, em 1141, ano em que o rei leonês foi derrotado no bafordo de Valdevez²¹³³. A diferença entre ações punitivas e as operações de diversão abordadas anteriormente reside na circunstância de que as primeiras se destinavam a interromper uma invasão inimiga em curso, ao passo que as segundas constituem a reação a uma agressão já concluída.

As expedições ofensivas que tinham como finalidade afetar os poderes políticos adversários foram bastante evidentes no contexto castelhano-leonês em relação ao Islão, mas, no caso português, identificamo-las mais dificilmente²¹³⁴. No entanto, no quadro do declínio do poder almorávida, algumas expedições do soberano português parecem ter

²¹²⁹ Talvez tenha sido no contexto dessa operação que o comendador santiaguista Martim Pais Barregão encontrou a morte (KRUS, 1994, pp. 267, nota 640).

²¹³⁰ Com efeito, os poderes islâmicos beneficiavam da profundidade do seu território e seria preciso a uma hoste cristã ameaçar urbes como Alcácer, Badajoz ou Sevilha para provocar uma reação muçulmana, algo que nunca foi viável durante as grandes ofensivas almóadas das décadas de 1180 e 1190.

²¹³¹ Detetamos, ao nível estratégico e no lado muçulmano, a campanha de Yaqub al-Mansur de 1190-91, que ocorreu na sequência da tomada de Silves por D. Sancho I, no ano anterior. O califa atacou a região do Tejo, enquanto Abu Hafs cercou, sem sucesso, o castelo de Silves (VILAR, 2008, p. 348).

²¹³² MATTOSO, 2007, pp. 138-139.

²¹³³ ADA, p. 154; PMH-S-I, p. 13.

²¹³⁴ García Fitz identificou o período de 1130 a 1145 como um dos mais intensos ao nível da guerra contra o Islão, pautado por várias cavalcadas régias de vulto, por parte de Afonso VII. Um dos efeitos destas operações foi o aumento de impostos nas cidades muçulmanas e, sobretudo, o facto de serem considerados “não-corânicos”. Só durante a primavera de 1135, sucederam três revoltas populares, duas delas em Córdova e em Sevilha. Passou-se algo similar no reinado de Fernando III, com uma hoste que, em 1231 foi correr a região de Andújar. Saiu, contra ela, Ibn Hud, à frente de um exército de Jerez, que foi derrotado em batalha campal. O efeito político desta derrota não se fez demorar, tendo debilitado a autoridade do emir aos olhos de uma fatia significativa da população andaluza e precipitado revoltas em Sevilha e Arjona (1998a, pp. 113, 115-116).

tido um efeito político. O fossado da Ladeia, conduzido no Verão de 1136, por um lado, e o “infortúnio de Tomar”, ocorrido no ano seguinte²¹³⁵, por outro, sugerem a intensificação de operações no corredor Coimbra – Tomar, que depois atinge o Tejo na região da Golegã²¹³⁶. Tal como temos vindo a referir, as ações ao longo deste eixo devem ser consideradas em paralelo com a luta pela posse da região de Leiria, a ocidente, tendo em vista uma aproximação à lezíria tagana, conquistada em 1147. Mas o dado revelador da pressão política exercida é a referência ao pagamento de tributo a D. Afonso Henriques, pelo governador de Santarém, Ibn Abd Allah, a partir de 1145, que teria rompido com os almorávidas e procurava, em simultâneo, evitar ser estrangulado entre estes e os cristãos²¹³⁷. Não é muito relevante, para este contexto, que as expedições cristãs tenham sido efetuadas anteriormente: a ocupação da Ladeia e a vitória de Ourique, em 1139, bem como a posse final do castelo de Leiria, em 1145, deveriam ressoar na mente do governador muçulmano como evidências inquestionáveis do poder cristão.

Por seu lado, algumas cavalgadas desencadeadas pelos municípios encerravam, para além de um propósito económico, uma finalidade política. Em 1162 e 1165, confluíram sobre a região de influência de Badajoz duas incursões, a primeira com destino a Beja e a segunda, à própria cidade do Guadiana²¹³⁸. Foi também por essa altura que tiveram início as operações de Geraldo na região, com a conquista de Trujillo em abril de 1165 e de Évora, em setembro ou outubro do mesmo ano²¹³⁹. Em 1169, o caudilho assaltou a própria cidade de Badajoz, numa operação que pode ter sido coordenada com o próprio rei²¹⁴⁰, tendo valido ao governador almóada a intervenção de Fernando II de Leão²¹⁴¹. Esta ofensiva simultânea de diversas forças pretendia colocar em causa quer a permanência de Badajoz em mãos muçulmanas, quer a possibilidade de expansão do reino de Leão para sul.

²¹³⁵ ADA, p. 153.

²¹³⁶ Para uma reconstituição de uma possível sequência de operações entre 1135 e 1141, veja-se MATTOSO, 2007, p. 155.

²¹³⁷ LOURINHO, 2010, pp. 46-47. Num contexto semelhante ao vivido por D. Afonso Henriques em meados do século XII, de espartilhamento dos poderes islâmicos em pequenos estados, a cavalgada, utilizada como “arma refinada para extorsionar o inimigo e exigir-lhe tributos em dinheiro ou em espécie” foi um recurso muito utilizado por Rodrigo Díaz de Vivar, no Levante, no final da centúria anterior (PORRINAS GONZÁLEZ, 2003, p. 170).

²¹³⁸ Beja, 1162 (ADA, p. 158); Badajoz, 1165 (IBN SAHIB AL-SALA, p. 75).

²¹³⁹ Que recebeu foral, de D. Afonso Henriques, em 1166 (PMH-LC-I, pp. 392-394).

²¹⁴⁰ MATTOSO, 2007, pp. 298-299.

²¹⁴¹ A.S. PEREIRA, 2008, pp. 57-59.

Se observarmos as cavalgadas efetuadas na região como ações de devastação do território, que culminaram no ataque a Badajoz de 1169, verificamos que, para além da finalidade política, cumpriram um propósito de desgaste. Com efeito, quer a presença do bando de Geraldo na região, quer as ações das milícias, fizeram com que a cidade deixasse de ter capacidade de auto-subsistência, tendo de ser abastecida a partir de Sevilha²¹⁴². Meio século mais tarde, as expedições cristãs de 1225 e 1226 à região de Tejada e ao vale do Guadalquivir parecem ter encerrado, em simultâneo, um mesmo propósito de desgaste e uma finalidade de distração²¹⁴³. Coincidentes com um ciclo de fomes²¹⁴⁴, e antecedendo, a primeira, e sendo coincidente, a segunda, com as campanhas de D. Sancho II contra Elvas e de Afonso IX contra Badajoz, constituíram ações efetuadas na retaguarda, isto é, a sul das duas praças-fortes assediadas. Coordenadas ou não com os poderes régios, certamente que contribuiriam para desviar recursos militares almóadas daquela região do Guadiana para o vale do Guadalquivir²¹⁴⁵.

Tal como já tivemos ocasião de referir, a diversidade terminológica patente nas fontes gera alguns problemas taxonómicos em relação a este tipo de operações ofensivas. É por essa razão que a generalidade dos autores que se têm debruçado sobre este assunto tem preferido uma classificação que distingue estas ações militares entre as de grande envergadura e as de pequena envergadura, independentemente de serem designadas, nas fontes, por *hoste*, *fossado* ou *cavalgada*. Para os guerreiros dos séculos XII e XIII deviam existir distinções, mas estas não parecem ter sido evidentes em todo o ocidente peninsular, nem ter tido o mesmo significado ao longo de toda a cronologia.

O *fossado* era a ação militar ofensiva que penetrava em território inimigo em busca de proventos de guerra, começando a detetar-se o uso do termo na primeira metade do século X²¹⁴⁶. O termo “*fossado*” alude, na esmagadora maioria dos casos, a uma operação ofensiva, mas nem sempre, sendo por vezes associado a qualquer ação guerreira que

²¹⁴² IBN SAHIB AL-SALA, p. 153.

²¹⁴³ No verão de 1225 e no ano seguinte, grupos de cavaleiros, provenientes do ocidente do al-Andalus, atacaram o Aljarafe e o Guadalquivir em busca de saque (AL-HIMYARI, trad. M. Pilar Maestro, pp. 156-157).

²¹⁴⁴ H. FERNANDES, 2010, p. 361.

²¹⁴⁵ É possível que estas expedições tenham sido assinaladas pelas fontes por serem próximas dos cercos simultâneos a Badajoz e Elvas. Mas também é admissível que as incursões e as operações de assédio, mesmo não estando coordenadas, tivessem uma relação entre si. Por exemplo, a batalha de Ourique, em 1139, ocorreu numa altura em que as forças de Afonso VII de Leão e Castela assediavam Oreja, atraindo sobre si parte significativa da atenção dos poderes islâmicos e de recursos militares, como foi o caso dos exércitos almorávidas de Córdova, Sevilha e Valência (GARCÍA FITZ, 1998a, p. 102).

²¹⁴⁶ Também chegou a ser designado por “*arcato*” em alguma documentação asturiano-leonesa (BARROCA, 2003c, pp. 80-81).

obrigue os moradores a sair de suas casas²¹⁴⁷. Para além do fossado régio que, na prática, era a *hoste*, outros poderes, de entre os quais se destacam os representantes locais do monarca (nomeadamente os *alcaldes*) e os próprios *concelhos*, organizavam fossados com regularidade.

Estamos, pois, perante uma palavra com uma grande abrangência semântica²¹⁴⁸, que não só apresenta divergências na significância, como também conhece outros termos que, no mesmo contexto de expedição ofensiva, *lhe* são sinónimos²¹⁴⁹. James Powers reconheceu que, dada a extensão e diversidade do termo, é impossível chegar a uma definição concreta, uma vez que, dependendo do contexto, tanto podia dizer respeito a uma expedição de grande escala como uma pequena incursão; podia incluir ou não *peões*; e podia variar nos objetivos²¹⁵⁰.

Alguns autores ensaiaram também uma distinção entre “*hoste*” e “*fossado*”, relacionando a diferença com a *envergadura* das expedições²¹⁵¹. Apesar de se poder descortinar uma certa equivalência entre a obrigação de participar no fossado anual promovido pelo rei e a *hoste* régia, que parece ter sido verdadeira nalguns casos, outros há em que não se verifica²¹⁵². Não encontramos, por exemplo, *forais* de um mesmo paradigma em que na redação do preceito correspondente às expedições ofensivas, a palavra “*fossado*” fosse substituída por “*hoste*” ou “*exército*”. A este nível, os textos normativos municipais parecem ter sido bastante regulares. Encontramos, pelo contrário,

²¹⁴⁷ Como parece ser o caso do lugar de São Paio de Midões, Terra de Faria (c. Barcelos), onde este “*fossado*”, em 1220, consistia numa ação militar dentro do termo do castelo (PMH-I, p. 111b).

²¹⁴⁸ Debatida, entre outros, por PESCADOR, 1961-1964, pp. 133-145; POWERS, 1988, p. 158 e GARCÍA FITZ, 1998a, p. 78.

²¹⁴⁹ Por vezes os termos “*exercitus*” e “*expeditio*” significam, também, “*fossado*” (HARNEY, 1999, p. 185).

²¹⁵⁰ POWERS, 1988, p. 158.

²¹⁵¹ Palomeque Torres, apoiando-se em Gama Barros, apresenta o fossado como uma expedição militar de gentes a cavalo e o exército ter um sentido mais amplo (1944, p. 216). Pascual Sarria também associa o fossado a pequenas expedições, em contraponto com a *hoste*, que diria respeito a operações de maior *envergadura* (2000, p. 41).

²¹⁵² Miguel Gomes Martins assinala que “parece ter havido uma equivalência entre a obrigação de participar no fossado anual promovido pelo rei e o dever de integrar a *hoste* régia” e que, durante a Reconquista, a maioria das vezes em que a *hoste* régia era convocada, a finalidade era a condução de um fossado, tendo o termo “*fossado*” começado a ser gradualmente substituído pelo de “*hoste*” (2007, p. 589). Mesmo considerando que um fossado convocado pelo *alcaide* é um fossado “*regio*”, ou em nome do rei, a operação só caberia no conceito de “*hoste*” se o rei participasse no fossado em pessoa. Seja como for, há muitos “*fossados*” nos *forais* aos quais os moradores só são obrigados a comparecer se o rei participar em pessoa, como se determina para o reguengo de Penunxel, em 1254 (PMH-LC-I, p. 645) ou no aforamento a um conjunto de moradores do lugar de Ferreiros, terra de Panóias, em 1258 (PMH-LC-I, p. 678). Nestes casos, é possível que “*fossado*” e “*hoste* régia” significassem, na prática, o mesmo. Em Leão e Castela, fossado e *hoste* também não eram sinónimos, assinalando Palomeque Torres que casos havia em que as populações estavam dispensadas de ir em *hoste*, mas não de fossado (1944, p. 219), situação que não identificámos para Portugal.

o aforamento de Vila Nova (c. Guimarães) a 54 povoadores, de 1258, que utiliza ambos os termos, distinguindo-os claramente: “*non vadatis in fossatum neque in hostem...*”²¹⁵³. Seja como for, se na mente dos protagonistas os fossados eram as grandes cavalgadas promovidas pelo rei, certamente se confundiriam com a hoste, tal como nos apontam as *Partidas*.

O termo “cavalgada” foi usado frequentemente como equivalente ao fossado, embora lhe possamos apontar algumas nuances e, do mesmo modo que a maioria dos designativos para operações militares medievais, carece de precisão. Carmela Pescador apontou para ser uma ação semelhante ao fossado, mas em que não participavam peões²¹⁵⁴. No entanto, pelo menos na Castela dos séculos XIII em diante, parece ter incluído peonagem, de tal modo que o *Fuero de las Cabalgadas*, documento murciano do século XV o menciona explicitamente²¹⁵⁵. As várias aceções de “cavalgada” incluem tratar-se tanto de uma incursão ofensiva a cavalo, como um fossado concelhio, ou mesmo um destacamento de cavaleiros que se afasta da hoste para “correr” algum lugar²¹⁵⁶.

Estas operações, quando levadas a cabo por diferentes entidades, podiam encerrar finalidades complementares, mas, em certo sentido, podiam mesmo ser antagónicas. Se planeadas e conduzidas pelos poderes régios ou, por vezes, senhoriais, faziam parte de uma estratégia de expansão que passava pela degradação prévia do potencial inimigo²¹⁵⁷. Mas quando movidas pelos municípios e por outras entidades características das sociedades de fronteira, estavam mais frequentemente ligadas a fatores económicos, em que o interesse dos guerreiros não era a conquista. Para estes, quanto mais tempo durasse uma conjuntura de fronteira, mais oportunidades de enriquecimento através do saque emergiam²¹⁵⁸. Esta dicotomia também está, de certa forma, aliada à diferenciação que Francisco García Fitz efetuou entre incursões de grande e de pequena envergadura, tendo

²¹⁵³ CAIII-I, doc. 167 de 1258, junho, 25. Encontramos uma disposição muito parecida nos foros de Santarém transmitidos ao Alvito, em 1281: “(...) e os que en ella morarem e seiverem non devem ha ir en oste nem en fossado nem en apilhido (...)” (VIANA, 2002, pp. 412, título 19).

²¹⁵⁴ PESCADOR, 1961-1964, p. 143.

²¹⁵⁵ MARTÍNEZ, 1986, p. 54.

²¹⁵⁶ García Fitz assinala esta aceção, com base em várias entradas das *Partidas* e do *Espéculo*: *Partidas*, II, título XXIII, leis 28 e 29 e *Espéculo*, Livro III, título VII, lei VII (1998a, pp. 95-96, nota 65). Importa ter em consideração que as *Partidas* são um documento legislativo régio que, por conseguinte, se focam nas realidades inerentes à Coroa. O mesmo termo “cavalgada”, usado no contexto concelhio, não deixando de significar basicamente o mesmo, provavelmente aludiria à operação de toda a milícia municipal.

²¹⁵⁷ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 47.

²¹⁵⁸ Importa notar que os forais continham muitas disposições militares, das quais, as ofensivas, só faziam sentido num contexto de fronteira (POWERS, 1988, p. 163)

sido também esta a opção taxonómica adotada por Miguel Gomes Martins, embora com algumas diferenças de detalhe²¹⁵⁹.

A diversidade terminológica é considerável e não facilita uma abordagem sistemática, pelo que a mais exequível e segura é a da distinção entre expedições de grande e de pequena envergadura, adotada pelos autores a que já aludimos. O critério a que demos preferência para distinguir as pequenas das grandes expedições foi o da entidade que a planeava e comandava. Grandes, caso se tratasse do rei em pessoa, de um magnate ou grande senhor em seu nome (e o efetivo da operação fosse significativo) ou ainda no caso dos concelhos com grande capacidade de mobilização (como Coimbra, Santarém e Lisboa); pequenas, em qualquer outro caso, fossem expedições de mesnadas nobres, de ordens militares, concelhias ou de quaisquer outras comunidades.

5.4.2. Pequenas expedições

As ações militares mais comuns seriam as que contavam com escassas centenas ou mesmo só dezenas de cavaleiros. Se considerarmos a multiplicação de municípios e os preceitos militares vertidos nos forais correspondentes, é possível conceber múltiplas de operações deste género, praticamente em simultâneo e maioritariamente durante o mês de maio, a assolar os territórios dominados pelos poderes muçulmanos e, certamente, também alguns cristãos. Esta modalidade de guerrear suplantava, largamente, na quantidade de ações armadas, qualquer outro tipo de atividade militar no período estudado²¹⁶⁰.

Acreditamos que, na maioria dos casos, estavam envolvidos poucos combatentes, em busca de um saque remunerador numa expedição de curta duração. O texto do foral

²¹⁵⁹ De um modo geral, para García Fitz, as pequenas cavalgadas eram efetuadas por grupos de efetivo reduzido, com a finalidade elementar de obter proventos de guerra e de curta duração. Já as grandes materializavam uma diferença de escala; permitiam cumprir uma amplitude diversa de finalidades; implicavam uma organização táctica mais complexa; nestas, a acumulação do saque era uma consequência, mas nem sempre era o objetivo; eram sempre planeadas com antecedência e; em grande medida, o dispositivo tinha a composição de hoste (1998a, pp. 126-136). Para Miguel Gomes Martins, as pequenas expedições também tinham como objetivo o saque; eram de efetivo reduzido e curta duração, que podia não ultrapassar os três dias e normalmente só mobilizavam cavaleiros. As grandes procuravam a destruição sistemática do território; só estavam ao alcance do monarca e de grandes senhores; podiam durar quatro a seis semanas; mas o fator mais distintivo seria o elevado número de guerreiros, que exigia uma cadeia hierárquica bem estabelecida (2007, pp. 593-610).

²¹⁶⁰ As cavalgadas seriam muito mais frequentes do que as fontes nos transmitem, já que na esmagadora maioria eram ações de expressão local. Por conseguinte, García Fitz aponta que o estado de guerra era permanente, mas de baixa intensidade (1998a, p. 92). O *Poema de Mio Cid* expressa na plenitude este tipo de guerra, uma vez que, através do modo de combater do *Campeador*, apresenta a realidade bélica da sua época, que não devia diferir muito do que ocorria em toda a Península, quer no final do século XI, quer durante toda a centúria seguinte (PORRINAS GONZÁLEZ, 2003, p. 167).

de Rebordãos (Bragança), em 1218, deixa-nos uma pista muito explícita quanto aos objetivos deste tipo de guerra, embora do ponto de vista dos defensores: “quando o inimigo ataca, parte dos moradores defende o castelo e a outra parte permanece a defender os seus gados”²¹⁶¹, ou seja, o alvo destas incursões. Na data em que foi outorgado, já era muito pouco crível que uma disposição desta índole se referisse ao inimigo muçulmano, pelo que é de admitir que este tipo de expedições tivesse perdurado nas comunidades raianas, agora envolvendo cristãos contra cristãos.

Parece-nos também ser ajustado considerar que o conceito de “*fossado Regis*”, que vem expresso no foral de Penela de 1137²¹⁶², correspondia à expedição convocada em nome do monarca, normalmente pelo alcaide, e não necessariamente a uma operação em que o rei comparecesse em pessoa. A disposição contida em vários forais “*et non faciatis fossatum nisi cum domino uestro una vice in anno*”, como nos casos de Numão, 1130²¹⁶³, Celorico, 1157-1169²¹⁶⁴, Aguiar da Pena, 1220²¹⁶⁵, Aguiar da Beira, 1258²¹⁶⁶, ou o de Viana do Castelo²¹⁶⁷, é expressiva da impossibilidade do monarca comandar pessoalmente todas as expedições. Acrescente-se ainda que, em vários forais, se diferenciavam as regras de divisão do saque entre as “*de fossado de alcaide*” das restantes fossados, desencadeados por iniciativa dos cavaleiros ou do concelho²¹⁶⁸. Este “*fossado Regis*”, que era equivalente ao fossado do alcaide, era anual e o quinto do produto do seu saque era devido ao monarca, daí a designação de “*régio*”²¹⁶⁹. Na maioria

²¹⁶¹ (...) *et si uenerit fossato in terra, internt ibi homines cum suas armas, et cum sua uita in ipso castello et quantum remanserit totum eis extrant in saluo et suas armas: et alios homines qui ibi non intrauerint uadant gardare suos ganatos* (PMH-LC-I, p. 538).

²¹⁶² PMH-LC-I, p. 375.

²¹⁶³ PMH-LC-I, p. 368 de 1110.

²¹⁶⁴ PMH-LC-I, p. 445 de 1157-1169.

²¹⁶⁵ PMH-LC-I, p. 443 de 1220.

²¹⁶⁶ PMH-LC-I, p. 688 de 1258.

²¹⁶⁷ PMH-LC-I, p. 691 de 1262, junho, 18.

²¹⁶⁸ Como apresentam o foral de Linhares, de 1169: “*Et non faciatis fossadu cum uestro seniore nisi una uice in anno aut si plus uestra uoluntas fuerit*” (PMH-LC-I, p. 394), o de Trancoso, de 1157-69 (PMH-LC-I, p. 434); o de Moreira (c. Trancoso), de 1157-69 (PMH-LC-I, p. 437), de Marialva (c. Mêda), de 1157-69 (PMH-LC-I, p. 440); de Aguiar de Pena, 1220 (PMH-LC, p. 443); de Celorico da Beira, 1157-69 (PMH-LC-I, p. 445); de Gouveia, 1186 (PMH-LC-I, p. 543); de Folgoso, 1187 (PMH-LC-I, p. 465); de Valhelhas, 1188 (PMH-LC-I, p. 468); de Penedono, 1195 (PMH-LC-I, p. 498); de Castreição, 1196 (PMH-LC-I, p. 501), entre outros, todos do paradigma de Salamanca-Numão. Voltar-se-á a este assunto dos fossados desencadeados por iniciativa local, a propósito das guardas e das azarias.

²¹⁶⁹ Como prevê o foral de Mós, de 1162: “*et faciatis fossado una uice in anno*”, reforçando a ideia um pouco mais à frente com “*Et non faciatis fossado nisi cum uestro seniore una uice in anno (...)*” (PMH-LC-I, p. 390). O foral de Évora de 1166 contém disposição semelhante: “*Et una uice faciant fossado in anno*”. Este foral é ainda mais expressivo quanto à finalidade do fossado anual reverter para os cofres régios, quando acrescenta “*Et qui non fuerit a ffossado pectet pro foro v solidos pro fossadeira*” (PMH-LC-I, p. 392). Este preceito é transversal a forais de diferentes paradigmas, sugerindo a sua “universalidade”. No foral de Penela, o saque que cabia ao rei era metade do total, o que, por sinal constitui

dos municípios, que só podiam mobilizar escassas dezenas de guerreiros, estas expedições seriam pouco profundas e de curta duração²¹⁷⁰.

O grande interesse que nos merecem os foros leoneses da região de Ribacoa, datados do início do século XII, reside no facto de nos fornecerem informação muito completa e esclarecedora relativamente ao modo como se organizavam aqueles municípios para guerra. Pela proximidade geográfica e cronológica, podemos avançar a hipótese de pelo menos algumas das práticas militares neles descritas e regulamentadas vigorassem nos municípios portugueses. Estes testemunhos mostram-nos detalhadamente como se organizava o fossado concelhio nesta zona²¹⁷¹. Antes de tudo, o concelho devia encomendar-se a Deus e proceder à divisão de tarefas entre os participantes. Seriam enviados batedores, designados por “atalaieiros”, para reconhecer os itinerários até às imediações do objetivo. É provável que a maioria dos objetivos escolhidos se situasse a sul do Tejo, pois os foros estipulavam um soldo diferente para os atalaieiros que operassem a norte e a sul do rio. Só depois saía a hoste, sob o comando dos adaís²¹⁷².

Quanto ao efetivo, os foros de Castelo Bom, apresentavam três escalões, consoante o número de cavaleiros que tomavam parte na expedição: entre uma e cinco dezenas, entre cinco dezenas e uma centena e acima de uma centena, cada modalidade obedecendo a um esquema de distribuição de espólio algo diferente. Indicavam também que os fossados com mais de cem cavaleiros deviam ser comandados por dois adaís e não um²¹⁷³. Adicionalmente, detalhavam a tipologia de guerreiros que os constituíam,

uma exceção à regra. A norma era, no entanto, atribuir um quinto ao rei, no seguimento da adoção pelos reinos hispânicos do costume muçulmano, detetada a partir do século XI (BARROCA, 2003c, p. 85).

²¹⁷⁰ M.G. MARTINS, 2007, pp. 600-601.

²¹⁷¹ Os foros de que dispomos contemplam dois preceitos detalhados sobre o fossado. Nos de Castelo Bom, o primeiro preceito é designado, na fonte, por “foro antigo de caualgada” (PMH-LC-I, p. 757-758) e o segundo por “*De fosado et de azaria*” (PMH-LC-I, p. 765). Ambos contêm disposições semelhantes, embora o segundo lance mais luz sobre expedições com efetivos diferentes de cavaleiros e atualize o valor de algumas recompensas. É, também, possível que estejamos perante um indício da evolução do fossado. Em tempos anteriores era uma ação que competia somente a cavaleiros, recebendo a designação de cavalgada. Posteriormente, o fossado passou a integrar peões, como nos mostra uma passagem do foro “novo”: “*Caualeiro aut peon qui captiuerit de azaria aut de fosado (...)*” (PMH-LC-I, p. 765). Os foros de Alfaiates contêm disposições em tudo semelhantes às de Castelo Bom no que respeita ao fossado e à azaria (PMH-LC-I, p. 811). O mesmo preceito, embora mais breve, pode ser encontrado também nos foros de Castelo Rodrigo, de 1209 (PMH-LC-I, p. 893) e de Castelo Melhor, 1209 (PMH-LC-I, p. 932).

²¹⁷² PMH-LC-I, p. 757-758.

²¹⁷³ PMH-LC-I, p. 765. Este dado confirma a ideia de que os adaís conheciam bem todos os homens que de si dependiam. Robin Dunbar estabeleceu, por correlação, que o grupo social-base do *homo sapiens*, dispõe de uma média de 148 indivíduos, que corresponde ao número de relações diretas que um indivíduo só pode gerir adequadamente (AIELLO e DUNBAR, 1993, p. 185). Este número, conhecido como *número Dunbar*, corresponde, aproximadamente, à dimensão máxima dos primitivos grupos de caçadores e, também, nos exércitos, ao manípulo romano e ao atual escalão companhia (ÁLVARES DÍAZ, 2017, pp. 7-8).

particularmente através de dois preceitos patentes nos textos, quer no de Castelo Bom, quer no de Alfaiates, que nos parecem dever ser interpretados em conjunto. No primeiro afirma-se que os alcaides e o juiz tinham direito a três “escusados”²¹⁷⁴. No segundo, que os cavaleiros que se apresentassem com tenda redonda de vinte cordas ou mais tinham direito a fazer acompanhar-se de dois cavaleiros “escusados” ou quatro peões; os que se apresentassem com loriga, lorigão com capelo ou cota de malha, podiam fazer-se acompanhar por um cavaleiro ou dois peões e os que dispusessem de elmo com brafoneiras, trazer consigo um peão.

Esta disposições é revelam claramente que os fossados não eram executados somente por cavaleiros, contando igualmente com peões e que os referidos “escusados” – cavaleiros e peões – eram aldeãos, acrescentando que, se fossem da vila, não seriam “escusados”²¹⁷⁵. Estamos perante um indício de que, em Castelo Bom e em Alfaiates, os verdadeiros guerreiros eram os cavaleiros da vila, enquanto cavaleiros e peões do espaço rural do alfoz serviriam de elementos de apoio, não sendo esperado que combatessem. No entanto, quer os vilãos, quer os “aldeãos”, tinham direito ao seu quinhão dos esbulhos, sem diferenças nas regras de repartição²¹⁷⁶.

Este estatuto de menoridade que os habitantes rurais do termo tinham relativamente aos moradores da vila ou da localidade central foi uma realidade bem marcada, quer no espaço castelhano-leonês²¹⁷⁷, quer no espaço português nos séculos XII e XIII, patente na maioria dos forais²¹⁷⁸. Para Portugal não dispomos de indicadores tão explícitos como os que apresentam os foros de Ribacoa acerca do modo como eram empregues na guerra esses moradores do espaço rústico. Mas é de admitir que onde existisse essa distinção entre os homens da vila e os homens do termo, a diferença de estatuto refletir-se-ia, entre outras dimensões, no emprego militar.

Nesses documentos, boa parte do preceito relativo ao “foro antigo da cavalgada” centra-se no modo de repartir o saque, de compensar cavaleiros feridos e nas regras para

²¹⁷⁴ Nos foros de Castelo Bom: “*Alcaldes et juiz*” (PMH-LC-I, p. 765). Nos de Alfaiates: “*Quando fuerit in almofala*” (PMH-LC-I, p. 811). Os autores que têm investigado sobre estes foros atribuem ao termo “escusado”, neles utilizado, o significado de dispensados ou isentos de participar no fossado ou no apelido (VIANA, 2020, pp. 158-159, J.M. SANTOS, 2018, p. 97).

²¹⁷⁵ Nos foros de Castelo Bom: “*Qui leuar tenda*” (PMH-LC-I, p. 765). Nos foros de Alfaiates: “*De quin leuauerit tienda redonda*” (PMH-LC-I, p. 811).

²¹⁷⁶ “*Et los de castel bono aut de suo termino qui acertauerit in ipso fosado aut in ipsa azaria de la sua parte lo dent isto*” (PMH-LC-I, p. 765).

²¹⁷⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988, pp. 130-131.

²¹⁷⁸ MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 319.

distinguir se um cavalo foi perdido em combate ou por incúria do cavaleiro. A perda de membros, olhos ou nariz era recompensada com 20 morabitanos; vários dentes, orelhas ou dedos, dez morabitanos. Ferimentos graves, como o trespasse de uma parte do corpo de lado a lado ou uma ferida no crânio com ossos partidos, eram recompensadas com quatro morabitanos. Ferimentos mais ligeiros podiam valer dois morabitanos. Interessa notar que todas as lesões que fossem saradas antes da repartição do saque não eram recompensadas. E que, naturalmente, as recompensas eram extraídas do espólio total obtido do fossado, antes da distribuição geral²¹⁷⁹.

Centrando agora a nossa observação nos municípios portugueses, verificamos que das cerca de duas dezenas de cartas de foral e aforamentos coletivos do período condal e do início do reinado de D. Afonso Henriques, anteriores a 1147, não há referências explícitas à obrigação dos peões irem em fossado. Mas há alusões à dispensa, o que permite inferir que esta não se tratava de uma norma, mas sim de uma concessão, como no caso do foral de Numão, de 1130: “*Et pedones non faciant fossatum nec clerici*”²¹⁸⁰. As Inquirições também deixam entrever que os peões participavam nas expedições. Em 1220, esta ideia subjaz, por exemplo, na paróquia de Santa Eulália de Pensalvos (c. Vila Pouca de Aguiar), para a qual os depoimentos nos permitem concluir que as populações estavam isentas não só de apelido, mas também de fossado porque tinham por obrigação estabelecer atalaias e garantir o aviso atempado sobre ameaças ao castelo de Aguiar da Pena em caso de guerra²¹⁸¹. A isenção não se refere aos cavaleiros, pois os serviços de vigilância (razão da dispensa) eram habitualmente atribuídos aos peões.

Quanto ao efetivo participante, os forais do grupo de Santarém – Lisboa – Coimbra de 1179 apresentam o número de 60 cavaleiros ou mais como fator que alterava o modo de repartição do saque, permitindo perceber que se executavam fossados com menos de seis dezenas²¹⁸². Estes dados são bastante semelhantes aos que conhecemos para a região de Ribacoa, levando-nos a deduzir que a cerca de meia-centena de cavaleiros (50 nos foros leoneses, 60 nas normativas portuguesas) constituía uma referência relacionada com considerações práticas no modo de executar a operação. Mesmo sem dispormos de referências claras quanto ao número concreto de guerreiros participantes em muitas destas expedições, relembramos que temos um dado quanto à proporção

²¹⁷⁹ Idem.

²¹⁸⁰ PMH-LC-I, p. 368.

²¹⁸¹ PMH-I, p. 126b.

²¹⁸² PMH-LC-I, pp. 408, 414 e 417.

autorizada a sair em fossado face ao efetivo total disponível na comunidade que foi sempre de um terço dos cavaleiros até ao foral de Évora de 1166, passando depois a ser de dois terços²¹⁸³.

A duração do fossado era variável, mas deveria ter em conta as limitações temporais que condicionavam os cavaleiros – e eventualmente peões – que participassem na expedição. Testemunhas de um inquérito do início do século XIII na região de Braga referem duas expedições, “à terra de sarracenos” que tiveram durações diferentes: uma regressou de imediato e a outra tardou três semanas²¹⁸⁴. As testemunhas do inquérito referem-se a um tempo passado, em que a fronteira com os poderes muçulmanos estava mais próxima. Mas mesmo assim a declaração não deixa de revelar que a norma, num fossado, era que este fosse rápido, tratando-se as três semanas de uma excecionalidade.

No âmbito municipal parece ter havido uma distinção entre o fossado e um outro tipo de expedição, designado por azaria. De acordo com Mário Barroca, as azarias eram expedições ofensivas espontâneas por parte das populações, não enquadradas nem pelo alcaide nem pelo adail²¹⁸⁵. No entanto, os foros de Castelo Bom indicam que em ambos os casos – fossado e azaria – o adail estaria no comando²¹⁸⁶. José Mattoso afirma que a azaria devia ser a forma mais corrente de combate em Alfaiates, depois do fossado, encontrando paralelo na “almofala”²¹⁸⁷. Ambas seriam ações ofensivas desencadeadas sobre um alvo de oportunidade, sem grande tempo de planeamento e que podiam ocorrer, por exemplo, no caso de serem detetados rebanhos em trânsito nas proximidades. No foral

²¹⁸³ Ver nota 1097 e mapa 5, efetivo obrigado a ir em fossado, em anexo.

²¹⁸⁴ M. A. MARQUES, 1985, pp. 58 e 70. A Inquirição data de 1216. Um fossado prolongado desorganizaria a vida civil e económica de um concelho, para além de requerer medidas preventivas extraordinárias para a defesa da vila (POWERS, 1988, p. 112).

²¹⁸⁵ BARROCA, 2003c, p. 84. Ver também M. COELHO, 2014, p. 467. É possível que o termo esteja relacionado com o “acaso” ou “azar”, aludindo a um recontro fortuito com o inimigo. Esta é a interpretação que lhe é dada por Sanchez Ruano, a propósito dos foros de Salamanca (1870, pp. 17, nota b). Existe, também, a abordagem etimológica relacionada com “azza”, designação pela qual era conhecida em Portugal e em Itália, a acha ou pequeno machado de guerra, que poderia ser uma arma privilegiada nos ataques a populações sem defesa militar (PALOMEQUE TORRES, 1944, p. 224). “Azaria” é um termo de origem árabe, pelo que já era uma ação militar frequente mesmo antes da ocupação cristã dos espaços (MARTÍN VISO, 2005, p. 102). Há duas outras expressões muçulmanas com expressão ocasional na documentação. São os casos da “almofala”, do árabe, “almahalla”, que designa uma batalha, lugar do exército, acampamento militar, etc. e “rafala”, também do árabe “rahala”, que significa viagem ou emigração. Esta última designa expedições militares com o objetivo de capturar gado ou preservá-lo de ataques inimigos (PALOMEQUE TORRES, 1944, pp. 224-225).

²¹⁸⁶ PMH-LC-I, p. 765.

²¹⁸⁷ MATTOSO, 1995, vol. 1, p. 428.

de Viseu de 1187, qualquer indivíduo que obtivesse carne, resultante de uma azaria, tinha de pagar cinco soldos ao senhor²¹⁸⁸, o que aponta na direção da afirmação anterior.

Contudo, a independência das azarias em relação ao alcaide parece evidente. É o que se pode depreender da disposição patente nalguns forais que determinava que no resultado dessas ações, um quinto do saque era devido ao rei e as restantes quatro partes inteiramente distribuídas pelos cavaleiros, não cabendo nada ao alcaide ou à alcaidaria²¹⁸⁹. Nestes forais também não se menciona o adail, que nos fossados recebia dois quintos do saque²¹⁹⁰. Adicionalmente, no que respeita às perdas em combate, a regra também difere: ao contrário dos cavalos desaparecidos em fossado, os que eram perdidos em azaria não tinham de ser repostos pelo concelho. Daí a disposição dos foros de Castelo Bom que permitia a um cavaleiro recuperar, por um morabitino, o seu cavalo ou a sua sela, seguramente se acabassem por ser resgatados ao inimigo e o cavaleiro conseguisse provar que eram seus²¹⁹¹.

Fossados ou azarias de poucas dezenas de cavaleiros não tinham possibilidade de capturar um saque volumoso, com muitos cativos ou cabeças de gado, nem tinham capacidade para se defenderem de um contra-ataque vigoroso. Por essa razão eram, necessariamente, ações rápidas e o reduzido efetivo permitia aproximações encobertas aos objetivos. Em boa verdade, a discrição era fundamental, já que estes grupos, se intercetados por forças inimigas, teriam pouca capacidade de resistência. Além disso, pequenos efetivos desencorajavam a inclusão quer de peonagem, quer de qualquer tipo de trem de abastecimento, uma vez que, não podendo enfrentar em combate uma força inimiga perseguidora, a presença desses elementos comprometeria qualquer hipótese de retirada rápida²¹⁹².

Não eram só os bandos cristãos que tomavam parte neste tipo de curtas expedições estivais, já que os muçulmanos respondiam com o mesmo tipo de guerra, onde as cabeças

²¹⁸⁸ Foral de Viseu de 1187 (PMH-LC-I, p. 460).

²¹⁸⁹ Como no foral de Coimbra de 1111: “(...) *quam quintam partem et azaga duas partes et vobis remaneant duas et de azaria nobis quintam partem vobis quatuor absque ulla alcaidaria*” (PMH-LC-I, p.356).

²¹⁹⁰ Entre outros, os forais de Coimbra, 1111 (PMH-LC, p. 356); Soure, 1111 (PMH-LC, p. 357); Tomar, 1162 (PMH-LC, p.388); Évora, 1166 (PMH-LC, p. 393); Pombal, 1174 (PMH-LC, p. 398).

²¹⁹¹ PMH-LC-I, p. 773.

²¹⁹² GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 129-131. As próprias *Partidas* referem que as expedições de pequeno efetivo só deviam integrar cavaleiros (*Partidas* II, título XXIII, lei 28).

de gado constituíam, tudo o indica, o saque mais frequente²¹⁹³, de tal modo que os próprios rebanhos cristãos eram acompanhados por uma esculca ou rafala, que tinha como missão vigiar e advertir da aproximação de salteadores²¹⁹⁴. Mas entre os alvos não estavam somente as reses, sendo que no século XII, a captura de muçulmanos nas áreas a sul do Tejo para vender como escravos ou para trocar por um resgate tornou-se numa fonte de rendimento, tendo-nos ficado bastantes testemunhos desta prática²¹⁹⁵. Os foros de Ribacoa também são bastante elucidativos acerca destas dinâmicas, verificando-se que a compra e venda de mouros e cristãos era aí taxada²¹⁹⁶.

As ordens militares eram também executantes deste tipo de expedições, como verificamos na menção específica ao “*fossado hospitalis*”, patente no foral de Proença-a-Nova de 1244²¹⁹⁷. Conhecemos, pelo menos uma operação deste tipo desencadeada por esses freires, em 1232, sobre o Andévalo²¹⁹⁸. Martim Anes de Vinhal, em colaboração com a Ordem de Santiago, foi protagonista de muitos sucessos militares, comandando a sua mesnada, em expedições executadas, algumas, em autonomia, outras em conjunto com as forças santiaguistas²¹⁹⁹. Ainda no âmbito da mesma milícia, depois de esta ter entrado na posse dos castelos de Estômbar e Alvor, a *Crónica da Conquista do Algarve* deixa subjacente a condução de pequenas incursões de desgaste contra os muçulmanos: “*destes dous lugares faziaõ grande guerra aos moros de silves e de outros lugares ao redor*”²²⁰⁰. Com efeito, os pontos de partida destas cavalgadas das milícias monásticas eram os castelos à sua guarda, convertendo-se estes também, a par das sedes das

²¹⁹³ A palavra castelhana “*ganado*” substituiu o termo “*reses*” (LOMAX, 1984, p. 134). O foral de Viseu de 1187 designa este produto de saque animal como “*carne*” (PMH-LC-I, p. 460).

²¹⁹⁴ VALDEÓN BARUQUE, 2003, p. 102.

²¹⁹⁵ O foral da Pesqueira, de 1055-1065 é bastante revelador do medo que pairava sobre as populações em relação a esta matéria: “*Et inter nos si aliquis clericus vel laicus mortuus vel cativos fuerit...*” (PMH-LC-I, p. 344 de 1055-1065). Em 1116, João Gondesendes e a sua mulher, Ximena declararam, em testamento que, após a sua morte, de entre os seus escravos, os mouros fossem usados para resgatar cativos cristãos (LP, doc. 220 de 1116). Em 1162, Gonçalo Mauriis e Salvador Anes fizeram um acordo com a madrastra de ambos, Elvira Odores, renunciando aos bens paternos em troca de um mouro e de um cavalo (LP, doc. 413 de 1162, setembro). Os foros de Castelo Bom, do início do século XIII, estipulam a multa imposta a quem matasse um “*maurum de lauor*” (PMH-LC-I, p. 759). A escravatura era uma prática caída progressivamente em desuso no espaço francês, já mesmo no século XI (BONNASSIE, 1985, pp. 307-343), mas bastante intensa no espaço peninsular, assolado pela conflitualidade entre Cristandade e Islão. A procedência de escravos muçulmanos entre os cristãos eram as ações militares violentas, embora pudessem, depois, ser transacionados e ir parar a mãos de pessoas que não tivessem participado nessas cavalgadas (CORTÉS LÓPEZ, 1992, pp. 427-428). Adiante desenvolver-se-á este assunto.

²¹⁹⁶ PMH-LC-I, p. 932.

²¹⁹⁷ PMH-LC-I, p. 630 de 1144, março.

²¹⁹⁸ HENRIQUES, 2003, p. 56.

²¹⁹⁹ DPPC, doc. 42 de 1274, março, 15.

²²⁰⁰ PMH-S-I, p. 416b.

comendas, em áreas de reabastecimento de mesnadas em trânsito, durante as operações²²⁰¹.

Os nobres também dispunham de capacidade de mobilização para a execução deste tipo de operações. Soeiro Fromarigues, senhor de Grijó, foi derrotado e morto por forças muçulmanas em *Vatlandi*, junto a Santarém, em 1102²²⁰², muito provavelmente no contexto de um fossado conduzido por sua iniciativa. Martim Sanches, meio-irmão de D. Afonso II, invadiu o Norte de Portugal, em 1220, e regressou à Galiza “*moito honrado e moi bem-andante, com mui grandes roubos, bem quantos se el quis levar, e moi grande peça de cavaleiros que levavam presos de Portugal, solto-os*”²²⁰³. Um outro conhecido protagonista de *correrias*, desta feita contra os muçulmanos foi, pelo menos entre 1232 e 1234, D. Fernando, o infante de Serpa²²⁰⁴. E também João Garcia de Sousa, a quem se deve a tomada de Alegrete, no reinado de D. Sancho II²²⁰⁵. Nada disto surpreende; a violência e destruição provocadas sob o comando de fidalgos era o esperado, já que frequentemente exorbitavam no âmbito do seu “ofício” de *bellatores*²²⁰⁶.

Há ainda a considerar o papel dos bandos de fronteira, cujo exemplo mais conhecido é o de Geraldo Geraldês, o “Sem Pavor”, personagem que esteve no centro da atividade militar no Ocidente Peninsular, entre o Tejo e o Guadiana, de 1165 a 1173. Os seus métodos e táticas são-nos bem descritos pelos cronistas muçulmanos, destacando-se Ibn Sahib al-Sala, cujo irmão chegou mesmo a ser capturado no decurso de uma cavalgada comandada pelo caudilho, junto a Badajoz²²⁰⁷. As suas mesnadas atuaram numa área compreendida entre Beja e Serpa, a sul, Trujillo, a norte, e Montánchez, a leste. A guerra guerreada com que assolou a região permitiu-lhe organizar guarnições nos espaços controlados; transacionar territórios, quer com os poderes cristãos, quer com os muçulmanos; provocar o empenhamento de vastas hostes almóadas sobre si; colocar, mais de uma vez, a cidade de Badajoz em xeque; e até negociar com os soberanos de Portugal, Leão e Marraquexe²²⁰⁸.

²²⁰¹ AYALA MARTÍNEZ, 2014c, p. 156.

²²⁰² PMH-S-I, p. 11.

²²⁰³ LLCDP, 25G13.

²²⁰⁴ A.S. PEREIRA, 1998, p. 101.

²²⁰⁵ VENTURA, 1992, Vol II, p. 719.

²²⁰⁶ KRUS, 1994, p. 322.

²²⁰⁷ IBN SAHIB AL-SALA, p. 150.

²²⁰⁸ A.S. PEREIRA, 2008, pp. 35-79.

As opções táticas das pequenas expedições eram, forçosamente, distintas das grandes. Os foros de Castelo Bom consideram a possibilidade de se efetuarem cavalgadas com uma só dezena de guerreiros, efetivo tão reduzido que não tinha a possibilidade de entrar em território inimigo, estabelecer uma zaga e, a partir desta, conduzir algaras. Seriam, portanto, operações conduzidas em trânsito permanente, avançando cautelosamente para evitar a deteção, tomando a designação de *corredura*²²⁰⁹. O objetivo a alcançar, alvo do golpe de mão, devia ser bem conhecido, estudado e vigiado, pois pequenos grupos não podiam correr grandes riscos, sendo este conhecimento uma das funções esperadas dos adaís, que se socorriam de batedores, designados, nos foros de Ribacoa, por atalaieiros²²¹⁰. O movimento devia ser efetuado o mais discretamente possível²²¹¹, provavelmente privilegiando deslocamentos noturnos e escolhendo trajetos que permitissem a ocultação dos cavaleiros, nomeadamente em matas e bosques e também pelas galerias ripícolas²²¹².

Quando os grupos eram reduzidos, mas, ainda assim, integravam um efetivo que o permitisse, estas operações podiam obedecer a um outro *modus operandi*. Nas imediações do objetivo, a força articulava-se em duas componentes: uma permanecia na zaga ou arraial, que servia de base de ataque; a outra consistia no lançamento de grupos de cavaleiros que procediam ao saque e devastação do território circundante²²¹³. Se o objetivo fosse uma área habitada, parte do efetivo podia permanecer no exterior, a montar segurança e dar o alerta em caso de aproximação de uma força inimiga de socorro, enquanto os restantes cavaleiros procediam a assalto no interior²²¹⁴.

²²⁰⁹ PALOMEQUE TORRES, 1944, p. 223 e POWERS, 1988, p. 158.

²²¹⁰ Os foros de Castelo Bom designam-nos por “*atalaeros caualeros*”, que podiam executar as suas ações de reconhecimento para Sul do Tejo, recebendo dois morabitinos. Se fossem reconhecer à quem do rio, recebiam somente um morabitino. Mas os peões também executavam missões como batedores, a troco de meio morabitino (PMH-LC-I, p. 757). À semelhança dos adaís, os atalaieiros estavam isentos de pagamento da quinta parte do seu saque (PMH-LC-I, p. 785), tendo ainda prioridade na escolha dos despojos (PMH-LC-I, p. 932). As exigências de rigoroso planeamento e necessidades de obtenção de informações, incluindo espionagem, foram descritas por M.G. MARTINS, 2007, pp. 604-605.

²²¹¹ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 129.

²²¹² O Conde de Barcelos manifesta essa noção clara da camuflagem proporcionada pela vegetação mais exuberante que ladeia as linhas de água. Fá-lo em relação à ocultação que proporcionava às galés que navegassem no rio, mas certamente que os guerreiros medievais tinham consciência das possibilidades e limitações desse tipo de vegetação quanto à ocultação de forças (LLCDP, 21A1).

²²¹³ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 130. Detalharemos este assunto adiante, uma vez que, podendo ou não ser o método utilizado pelas pequenas expedições, é o único possível no caso de expedições com grandes efetivos.

²²¹⁴ M.G. MARTINS, 2007, p. 603.

As expedições executadas contra objetivos fixos ou temporariamente estacionários são, nos dias de hoje, designadas por “golpes de mão”. Mas se é o alvo que se encontra em movimento e o atacante permanece oculto, aguardando a passagem do inimigo, para desferir um ataque surpresa, estamos perante o que designamos por emboscada e que, na documentação medieval, ocorre sob a designação mais comum de “cilada”²²¹⁵. Esta podia ser executada como uma operação isolada, ou integrada numa ação mais robusta de uma hoste. No primeiro caso, o pequeno grupo atacante tinha de se adentrar em território controlado pelo adversário, escolher uma posição adequada, montar o dispositivo da emboscada e aguardar a passagem da coluna ou grupo inimigo, para desferir um ataque-surpresa. Uma ocasião em que este tipo de ação foi protagonizado por muçulmanos é referido na hagiografia de São Martinho de Soure, que nos apresenta os *agarenos* a desferirem ataques contra cristãos que passassem nas encruzilhadas dos caminhos²²¹⁶. No segundo caso, a força adversária podia ser atraída até ao local da emboscada através de uma fuga simulada, que provocaria a perseguição. Assim procedeu Geraldo, a partir do castelo de Juromenha, em 1169, numa ação que contou com o apoio de outros cavaleiros cristãos, que Ibn Sahib al-Sala afirma serem de Santarém. O comandante cristão posicionou uma parte do contingente num local propício para uma emboscada. Depois dirigiu-se pessoalmente a Badajoz, atraiu parte da guarnição, fugiu simulando medo e criou condições para os seus perseguidores caírem na emboscada previamente preparada, tendo feito inúmeros prisioneiros, pelos quais exigiu um bom resgate²²¹⁷.

A emboscada era o principal risco que corriam as pequenas expedições, uma vez que era fácil a um defensor que estivesse alerta para a presença de um invasor, mobilizar uma força superior em número que se ocultasse num ponto do trajeto dos atacantes²²¹⁸. Acontecimentos desta natureza são-nos descritos pela *Crónica da Conquista do Algarve*, quando os muçulmanos congregaram forças militares de Faro, Tavira e Loulé para interceptar, em duas ocasiões seguidas, o regresso da mesnada comandada por Paio Peres Correia, que tinha saído de Cacela para *correr* o Algarve²²¹⁹.

²²¹⁵ “*çelada*” (*Partidas*, II, título XXIII, lei 30).

²²¹⁶ ML-III, p. 162, Escritura XIX.

²²¹⁷ IBN SAHIB AL-SALA, pp. 149-150.

²²¹⁸ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 129.

²²¹⁹ PMH-S-I, pp. 416-417.

5.4.3. Grandes expedições

Expedições com maiores efetivos e uma organização tática mais complexa, com objetivos que ultrapassavam, frequentemente, o roubo e a captura e incluíam a destruição sistemática de um território durante vários dias ou semanas, só estavam ao alcance do rei, de grandes senhores ou dos concelhos mais populosos e importantes do reino²²²⁰. Com efeito, o grande efetivo que o monarca conseguia mobilizar permitia-se devastar todo um espaço, degradando as suas capacidades de sobrevivência e, deste modo enfraquecendo os poderes que o controlavam²²²¹.

Boa parte das finalidades da guerra irregular elencadas por García Fitz²²²² só estava ao alcance destas grandes expedições, nomeadamente quando o intuito não era simplesmente saquear, mas sim devastar de modo duradouro o território inimigo. Os estudos a este respeito conduzidos por Davis Hanson demonstraram que, quando se pretendia destruir culturas e recursos agrícolas, consumia-se bastante tempo, pois a solução aparentemente mais simples, do fogo, era pouco eficaz²²²³. Se o objetivo fosse devastar olivais e pomares muçulmanos, era mesmo necessária uma permanência prolongada em território inimigo, algo só ao alcance de contingentes volumosos. Naturalmente que uma campanha desta índole surtia efeito também por outras vias, porque para além da destruição provocada nos bens, era cometido todo o tipo de atrocidades sobre as gentes e, sempre que possível, capturados prisioneiros, que seriam depois vendidos como escravos ou trocados pelo pagamento de um resgate.

Quanto maior fosse o efetivo de um fossado, mais tempo e mais profundamente podia permanecer em território inimigo, face ao risco de os defensores poderem congregar

²²²⁰ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 142 e M.G. MARTINS, 2007, p. 605. Em Leão e em Castela, concelhos como Salamanca ou Ávila conseguiam mobilizar grandes contingentes para executar cavalgadas na profundidade dos territórios muçulmanos, das quais temos inúmeros vertígios nas fontes. Eram municípios cuja economia assentava quer na criação de gado, quer nas expedições de saque (TORRES BALBÁS, 1955, p. 38). Durante algum tempo, em Portugal parecem ter cumprido esse papel as cidades de Coimbra, Santarém e Lisboa. Sobre as expedições em que é mencionada a milícia de Santarém, tendo-se a certeza de que não estão em causa cavaleiros cristãos de outras proveniências, veja-se VIANA, 2005, pp. 582-583.

²²²¹ O rastro de destruição é uma das imagens características das expedições ofensivas régias. Veja-se o caso da hoste do infante D. Sancho que, em 1178, devastou o território de Beja, e depois a área circundante ao castelo da Gineta, na sua passagem para Sevilha (CP1419, Cap. 39, p. 69), o caso das múltiplas “vilas” campestres destruídas pelo fogo na invasão de Afonso IX em 1212, para fazer valer os direitos das irmãs de Afonso II (BP, doc. 183, p. 332) e também o da devastação do termo de Leiria, levada a cabo pelo infante Afonso de Castela (futuro Afonso X), em 1247.

²²²² GARCÍA FITZ, 1998a, p. 101.

²²²³ HANSON, 1998, pp. 53-67 e 70-71.

uma força de resposta²²²⁴. Christopher Marshall para o Oriente Latino²²²⁵, e García Fitz para Castela e Leão²²²⁶, demonstraram que os grandes fossados, ou *expedições públicas*²²²⁷, eram compostas por cavaleiros e peões, como parecem ter sido os casos de Ourique, em 1139 ou de Triana, em 1178. Com efeito, para a operação que deu origem à batalha de Ourique, D. Afonso Henriques pode ter congregado 800 a 1000 cavaleiros e cerca de 2000 peões²²²⁸. Para o fossado de Triana de 1178, o infante D. Sancho pode ter reunido uma das maiores hostes até então conseguidas pela Coroa portuguesa, contabilizando-se mais de 2000 cavaleiros e 4000 a 5000 peões²²²⁹.

No século XII, um rei-guerreiro devia convocar e comandar a hoste anualmente, como nos apresenta a *Notícia da Fundação do Mosteiro de São Vicente*, redigida em 1188, ao afirmar que no 18º ano de reinado e 40º de idade, D. Afonso Henriques “*reuniu contra os sarracenos o seu exército, assim como todos os anos o costumava fazer (...)*”²²³⁰. Esta mobilização nem sempre corresponderia a um fossado, mas é muito provável que a batalha de Ourique tenha ocorrido nesse contexto. E também não era forçoso que a operação fosse lançada contra um inimigo muçulmano. Veja-se o caso do fossado de São Paio da Piconha, convocado por D. Sancho I em 1187, contra os domínios do senhor de Soverosa e dos Braganções, que tinham hostilizado o monarca²²³¹.

Regressando a Ourique, o local é controverso, como recentemente lembrou Jorge de Alarcão e o conhecimento da duração da operação, desde o seu início, até ao momento do combate, poder-nos-ia fornecer dados preciosos²²³². Numa das hipóteses, o

²²²⁴ Sobre a duração e profundidade destes grandes fossados, vejam-se REILLY, 1996, pp. 198-200; GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 144-148 e M.G. MARTINS, 2011, p. 41.

²²²⁵ MARSHALL, 1994, pp. 194-195.

²²²⁶ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 136-142.

²²²⁷ O “fossado” é um termo de origem popular que veio substituir as “*publice expeditiones*” da época visigoda (CONTAMINE, 1980, p. 147). Lomax designa-a por expedição “formal”, a par da hoste (1984, p. 133).

²²²⁸ M.G. MARTINS, 2011, p. 44.

²²²⁹ CP1419, Cap. 39, p. 71. O volume de peões nestas expedições podia atingir o dobro do número de cavaleiros (M.G. MARTINS, 2011, p. 109). Para uma relação com o volume de efetivos participantes em sete expedições em Castela e Leão, entre 1104 e 1280, ver GARCÍA FITZ, 1998a, p. 139.

²²³⁰ ML-III, p. 170, Escritura XXI. Sobre o papel da imagem do rei-guerreiro no início da monarquia portuguesa, vejam-se MATTOSO, 2007, pp. 78-80 e 170-171; A.S. PEREIRA, 2003, pp. 58-67 e GUERREIRO, 2010, pp. 22-24.

²²³¹ BRANCO, 2006, p. 115.

²²³² O principal problema é que sabemos a data da batalha, mas não sabemos nem o local preciso, nem a data de partida (nem a de chegada) da hoste de D. Afonso Henriques de Coimbra. Uma das possibilidades é o rei ainda aí se encontrar a 7 de julho de 1139, deixando somente duas semanas e meia entre a partida da hoste e a batalha (ALARCÃO, 2015, p. 45). A generalidade dos autores, incluindo Alarcão, considera que a carta de couto outorgada pelo rei ao mosteiro de Cucujães, datada de 7 de julho, foi passada a partir de Coimbra, mas pode ter sido em outro local, já que no documento não consta nenhuma referência que o esclareça. Outra, ainda, é a carta estar erradamente datada (DR, doc. 174 de 1139, julho, 7). Em relação a

fossado de Ourique poderá bem ter durado dois meses, considerando que a batalha se deu a 25 de julho de 1139 e sendo conhecido o relato de que o rei organizou uma parada triunfal no regresso a Coimbra, com valioso saque, que incluía cativos moçárabes²²³³, o que sugere uma incursão profunda a uma região que lhe proporcionasse tamanho espólio.

Em 1169, D. Afonso Henriques e, no ano seguinte o seu filho, o infante D. Sancho, comandaram duas expedições à região de Badajoz, em apoio do caudilho Geraldo “Sem Pavor” que tentava apoderar-se da cidade. Ambas falharam os seus propósitos de conquista e, talvez por isso, tenhamos poucos ecos de pormenor, especialmente sobre a segunda²²³⁴. Se, por um lado, estas ações tiveram implícita uma finalidade de apropriação da cidade e, por essa razão, teriam cabimento no capítulo seguinte, em que se abordarão as ações militares de expansão territorial, não é menos verdade que ambas foram grandes expedições mobilizadas pela Coroa e que tiveram um impacto político forte²²³⁵.

José Mattoso assinala que D. Afonso Henriques “não devia estar longe” quando, a 3 de maio de 1169, Geraldo se apoderou das muralhas exteriores da cidade e obrigou a guarnição muçulmana a refugiar-se na alcáçova, o que pressupõe que a ação militar régia fora preparada e organizada com antecedência²²³⁶. O impacto político foi imediato: Fernando II de Leão acorreu, com a sua hoste, à região e o califa almóada, em Marrocos, proclamou a *jihad*. A intervenção do monarca leonês contribuiu para o lacónico “infortúnio do rei”, patente nos *Annales D. Alfonsi*²²³⁷, acidente que valeu a D. Afonso Henriques dois meses de cativo nas mãos do genro e o deixou inválido para o resto dos seus dias²²³⁸.

Na sequência da tentativa gorada de 1169, temos registo de uma operação, em novembro do ano seguinte, conduzida pelo infante D. Sancho, recém-armado cavaleiro,

estas duas últimas, abre-se a possibilidade de a hoste ter saído mais cedo do que 7 de julho, até porque os fossados tinham lugar, por norma, em maio. Além disso, é possível que D. Afonso Henriques tenha aproveitado o empenhamento muçulmano em reação à ofensiva que Afonso VII de Leão e Castela estava a desencadear, desde abril de 1139, contra o Castelo de Oreja, para se adentrar até terras de Sevilha (GARCÍA FITZ, 2001, pp. 102-103 e M.G. MARTINS, 2011, p. 42).

²²³³ Os guerreiros do rei traziam consigo mais de um milhar de prisioneiros que o prior D. Teotónio obrigou a que fossem libertados, por serem cristãos moçárabes (PMH-S-I, pp. 84-85; CP1419, Cap. 14, p. 24).

²²³⁴ BRANCO, 2006, p. 62.

²²³⁵ Embora certamente não tenha sido um objetivo político que presidiu à execução das duas campanhas, em ambos os casos o rei de Leão acorreu a Badajoz, mais preocupado com a garantia, por parte dos almóadas, de que estes não entregariam a cidade ao rei de Portugal do que em desferir uma ação militar direta contra a hoste portuguesa. Sobre as motivações e impacto político de 1169, veja-se MATTOSO, 2007, pp. 303-304 e sobre as de 1170, BRANCO, 2006, p. 61.

²²³⁶ MATTOSO, 2007, p. 303.

²²³⁷ ADA, p. 158.

²²³⁸ MATTOSO, 2007, p. 304.

contra Badajoz, em apoio de Geraldo “Sem Pavor”. A aliança entre almóadas e Fernando II fez com que o rei cristão cavalgasse de novo, de Ciudad Rodrigo até às cercanias de Badajoz, para um encontro com o califa, numa atitude de quasi-subserviência por parte do leonês²²³⁹. Ibn Sahib al-Sala apresenta a cidade como tendo estado na iminência de ser perdida pela segunda vez, embora atribua a ação a D. Afonso Henriques (*Ibn al-Rink*)²²⁴⁰.

Quase uma década depois, o fossado de Triana, comandado pelo infante D. Sancho em 1178, poderá ter durado entre dois e três meses, considerando a partida da hoste de Coimbra, no início de maio e que entre 9 e 24 de julho se encontrava de regresso, nas imediações de Beja²²⁴¹. Uma vez mais, os muçulmanos lograram mobilizar contingentes volumosos e intercetar as forças cristãs que se tinham aventurado no próspero Sul do al-Andalus, tendo ocorrido no combate de Triana, junto a Sevilha, em relação ao qual a *Crónica de Portugal de 1419* é minuciosa na descrição do dispositivo tático português²²⁴².

Quadro 14. Fossados régios em território controlado pelos poderes muçulmanos

Data	Fossado	Comandante	Distância estimada ²²⁴³	Duração estimada	Fontes
1139	Ourique	D. Afonso Henriques	300 Km	2 meses (?)	PMH-S, I, pp. 13, 20 e 21; ADA, p. 154.
1169	Badajoz	D. Afonso Henriques	150 Km	(?)	IBN SAHIB AL-SALA, pp. 143-144. ADA, p. 158.
1170	Badajoz	Infante D. Sancho	150 Km	1-2 meses	IBN SAHIB AL-SALA, pp.155-157.
1178	Triana (Sevilha)	Infante D. Sancho	300 Km	3 meses	AL-HIMYARI, trad. M, Pilar Maestro, p. 259. CP1419, Cap. 39, pp.70-71 ADA, p. 159 PMH-S-I, pp.15 e 25

Mas não eram só os monarcas que tinham capacidade para mobilizar expedições de grande envergadura. Temos registo de fossados, organizados pelos poderes

²²³⁹ BRANCO, 2006, pp. 57-62

²²⁴⁰ IBN SAHIB AL-SALA, pp. 155-156.

²²⁴¹ M.G. MARTINS, 2011, p. 121. O Infante terá comandado uma expedição a Badajoz entre outubro e novembro de 1170, pouco tempo depois do incidente que incapacitou o rei (IBN SAHIB AL-SALA, pp. 155-157 e HUICI MIRANDA, 1954, p.17). Certamente que o infante D. Sancho, não sendo ainda rei, comandava a hoste régia em 1178, devendo, por isso, ser esta ação considerada uma “operação de um monarca”.

²²⁴² CP1419, Cap. 39, p. 71.

²²⁴³ Distância estimada em território a sul do Tejo, controlado pelos muçulmanos. Os trajetos podem bem ter sido superiores, considerando Coimbra como ponto de partida e de chegada das expedições.

municipais, cujo raio de ação é assinalável e ultrapassa os cerca de 50 quilómetros apontados por alguns autores²²⁴⁴, sendo que, na maioria os casos conhecidos, os municípios que atingiam essas autonomias eram os muito populosos, pelo que dispunham de milícias com efetivos numerosos²²⁴⁵. A partir de 1147, depois de controlada a linha do Tejo pelos poderes cristãos, onde se integrava a rica região administrativa da Balata, com as cidades de Lisboa e Santarém, incluindo também Sintra e Abrantes e ainda parte da península de Setúbal (com os *husun* de Almada, Palmela, Sesimbra e Coina), os objetivos das expedições passaram a situar-se muito mais sul, obrigando as milícias concelhias a cobrir várias centenas de quilómetros para garantirem o almejado saque. Em alguns anos é possível detetar, através das fontes disponíveis, mais de uma cavalgada com origem no espaço castelhano-leonês, pelo que admitimos que também se passasse o mesmo em relação a expedições de municípios portugueses²²⁴⁶.

²²⁴⁴ POWERS, 1988, p. 23 e GARCÍA FITZ, 1998a, p. 143.

²²⁴⁵ Mas nem sempre. Os foros das localidades de Ribacoa – Castelo Bom, Alfaiates, Castelo Rodrigo – certamente pouco populosas se comparadas com Santarém, Lisboa e Coimbra, prevêm fossados com objetivos a Sul do Tejo, o que faria com que os cavaleiros tivessem de percorrer 150 a 200 quilómetros em cada sentido (M.G. MARTINS, 2007, p. 600). As *Partidas* assinalam aquelas “*conçeieras [que] han menester tan gran poder de gente que se atreuan a armar tendas & fazer fuegos ientra en la cavalgada andan & sallida della*” (*Partidas*, II, título XXIII, lei 28).

²²⁴⁶ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 109.

Quadro 15. Indícios de grandes fossados concelhios

Data	Fossado	Distância estimada	Referências
1131	Incursão cristã à região de Évora	?	HUICI MIRANDA, 1962, pp. 607-608
1137	“Infortúnio” de Tomar	50-100Km	PMH-S-I, p.12 ADA, p. 153 <i>Rawd al-Qirtas</i> , p. 321
1147	Alcácer ²²⁴⁷	150Km	PMH-S-I, p.14
1162	Assalto a Beja por cavaleiros de Santarém ²²⁴⁸	170Km	PMH-S-I, pp.14 e ss. ADA, p. 158
1165	Cavaleiros de Santarém derrotados junto a Badajoz	150Km	IBN SĀHIB AL-SALĀ, p. 75 <i>Al-Bayan I</i> , p. 54.
1166	Cavaleiros de Santarém derrotados junto a Tejada (Niebla)	300Km	IBN SĀHIB AL-SALĀ, p. 91
1181	Cavaleiros de Santarém no Aljarafe	350Km	<i>Al-Bayan I</i> , p. 41
1182 ou 1183	Cavaleiros de Santarém e de Lisboa atacam a região de Sanlúcar	350Km	<i>Al-Bayan I</i> , p. 41
1225	Cavaleiros cristãos intercetados em Tejada	150 Km	AL-HIMYARI, pp. 156-157
1226	Cavaleiros cristãos assolam o Guadalquivir	150 Km	AL-HIMYARI, pp. 156-157

Na maioria das expedições listadas, é impossível descortinar se a entidade mobilizadora foi o alcaide, um nobre ou o próprio concelho, mas é admissível que os representantes régios junto do município estivessem mais bem posicionados para organizar expedições desta envergadura – já que gozavam da autoridade necessária – e as disposições normativas dos forais estabeleciam a obrigatoriedade de uma expedição anual em nome do rei²²⁴⁹.

²²⁴⁷ Apesar de ser mencionado nas fontes escritas, Armando de Sousa Pereira sugere que é possível que não tenha verdadeiramente ocorrido e se trate de uma construção posterior (2003, p. 70).

²²⁴⁸ Ao referirem ataques cristãos provenientes do Ocidente Peninsular, as fontes árabes mencionam frequentemente os “cavaleiros de Santarém”. É bem possível que o façam porque é em redor de Santarém que se encontram as principais travessias do Tejo e não porque as milícias intervenientes sejam procedentes daquela cidade. Com efeito, os municípios tinham por hábito conduzir fossados além do Tejo, como nos mostram os foros de Castelo Bom. Ver nota 622.

²²⁴⁹ Há duas razões que apontam para que o fossado régio, ainda que concetualmente, fosse enquadrado pelo rei em pessoa, tivesse deixado de o ser. A primeira é que a multiplicação de forais que consideram ou o fossado régio ou o fossado do alcaide não é compatível com a presença do rei em todos, já que a obrigação é anual. Veja-se, por exemplo, que só entre 1186 e 1199 registamos cinco cartas de foral e um aforamento coletivo que prevêem a ida em *fossado regis* (Covilhã, 1986, PMH-LC-I, p. 456; Penacova, 1192, PMH-LC-I, p. 483; Centocelas, 1194, PMH-LC-I, p. 487; São Vicente da Beira, 1195, PMH-LC-I, p. 494 e o aforamento de Ermelo e Bilhó, 1196, DS doc. 90, p. 145). A segunda é que temos notícia de grandes expedições encabeçadas pelos alcaides, sem a presença régia, como foi, por exemplo, o caso da ocupação de Beja, em 1162-63, comandada por Fernão Gonçalves, filho do alcaide de Coimbra (ADA, p. 158).

O fossado de grande envergadura e profundidade do território inimigo não era uma operação que pudesse ser executada em movimento contínuo. Mais lentamente do que as pequenas cavalgadas, pois estas, por norma, não incluíam peões²²⁵⁰, a hoste tinha de se deslocar até às proximidades do objetivo e, aí, estabelecer uma base de ataque que lhe pudesse servir de local de abastecimento (principalmente de água para homens, montadas e gado saqueado), de reunião do saque obtido e de reduto de defesa imediata, em caso de contra-ataque das forças inimigas. Em torno deste arraial era comum escavar-se uma vala ou fosso, bem como erguer paliçadas e todo o tipo de obstáculos, para incrementar as condições de defesa do lugar. Uma das possibilidades justificativas da raiz etimológica de “fossado” consiste, precisamente, nos “presumíveis fossos escavados em redor do acampamento dos cavaleiros”²²⁵¹.

A partir deste arraial estabelecido, a hoste lançava destacamentos – algaras – para “correr o campo”²²⁵². Segundo alguns forais castelhanos, metade da força devia permanecer no arraial, também designado por zaga, enquanto a outra metade, dividida em algaras, procedia às ações de saque e destruição, trazendo ou conduzindo para o acampamento o espólio obtido²²⁵³. Era aí que o comandante da expedição permanecia²²⁵⁴. É fácil de deduzir que, num fossado de grandes dimensões, implicando a participação de cavaleiros e peões, competisse a estes últimos a permanência na defesa da zaga, já que não tinham a mobilidade dos homens montados para procederem a algaras²²⁵⁵.

²²⁵⁰ As velocidades destas incursões oscilavam entre os 20 e os 30 quilómetros por dia (M.G. MARTINS, 2007, p. 623).

²²⁵¹ MATTOSO, 2007, p. 162. Acrescentamos que o acampamento poderia não ser só de cavaleiros, mas também de peões. Vejam-se, também, VITERBO, 1865, tomo I, pp. 337-338; PALOMEQUE TORRES, 1944, pp. 214-216; SANCHEZ-ALBORNOZ, 1968, p. 306 e BARROCA, 2003c, p. 81.

²²⁵² Como se depreende de uma passagem das *Partidas*: “*E otrosi les conuiene que sepan muy bien la tierra que han de correr. & onde han a enbiar las algaras*” (*Partidas*, II, título XXII, lei 1).

²²⁵³ Como apresenta Lomax, a propósito da expedição de Afonso VII, em 1133, à região de Jerez: “ali acampou Afonso, enquanto os seus homens iam em cavalgada pelos campos, num raio de muitos quilómetros, apoderando-se de castelos abandonados, capturando muçulmanos e acumulando quantidades ingentes de gado, cereais, vinho, azeite e outros artigos” (LOMAX, 1984, p. 117).

²²⁵⁴ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 130-131. Encontramos também, neste procedimento, uma possibilidade de associação do termo “adail” ao termo “zaga”, tomados como homónimos em alguma documentação. Sobre este assunto, ver o subcapítulo respeitante aos municípios.

²²⁵⁵ Em 1182 ou 1183, as milícias de Santarém e de Lisboa efetuaram um fossado à região do Aljarafe, até bem perto de Sevilha. Depois de terem estabelecido um arraial, provavelmente bem defendido, num ponto central, desencadearam algaras que alcançaram o castelo de Aznalcázar e outros. Este tipo de operações só era possível com um efetivo da ordem das várias centenas de atacantes. Ibn Idari, a propósito deste episódio, refere mil cavaleiros e mil peões (*Al-Bayan I*, p. 41). Certamente que os peões não poderiam efetuar algaras. Apesar de parecer exagerado, o efetivo é verosímil, já que cada um destes concelhos era capaz de mobilizar várias centenas de guerreiros.

Estas, também designadas por *correrias*, ocorriam em território inimigo para destruir e saquear, com recurso somente a cavaleiros ligeiramente armados²²⁵⁶, que viam o seu raio de ação limitado a uma distância que lhes permitisse regressar rapidamente à proteção do arraial em caso de necessidade. Um arraial não poderia estar estabelecido durante muito tempo – entre um a alguns dias – por um lado, porque à medida que o tempo fosse passando, aumentava a probabilidade de contra-ataque e, por outro lado, porque o pasto no local se ia esgotando e também porque as condições de salubridade, devido à acumulação de lixos e de dejetos, se iam deteriorando rapidamente, tendo em conta a grande concentração de guerreiros e de gado.

Uma outra característica das grandes expedições, era a possibilidade de regressarem pela mesma via utilizada para a aproximação ao objetivo, no que as *Partidas* designam por *cavalgadas dobles* (duplas) ou *riedro cavalgadas*. De acordo com os juristas afonsinos, estas incursões, assolando pela segunda vez e em pouco tempo, a mesma região, apanhariam as populações desprevenidas, ainda a tentarem recompor-se da primeira passagem²²⁵⁷. Mas mesmo sendo hostes com elevado efetivo, não estavam isentas, tal com ocorria no caso das expedições de pequena envergadura, de sofrer emboscadas, como terá acontecido com infante D. Sancho, de acordo com o relato disponível, surpreendido “à *sayda do Enxarafe*” por um exército almóada²²⁵⁸.

No caso dos poderes muçulmanos, é mais comum termos dados sobre grandes expedições do que ecos das de pequena envergadura. Isto deve-se, por um lado, à natureza das fontes, que incidem sobretudo sobre as elites governantes e, por outro, também não deverá ser alheio o facto de a organização militar islâmica se basear na mobilização de grandes exércitos a partir das principais urbes, comandados pelos emires ou, mais tarde, pelos califas almóadas²²⁵⁹. As *Crónicas Breves* mencionam que Leiria foi devastada e destruída, em 1135, pelo “rei Ismar”²²⁶⁰ e, em 1140, pelo emir Abu Muhammad Az-Zubayr Ibn Omar²²⁶¹. Em 1144, a região de Soure foi atacada, depois dos campos em redor de Leiria terem sido devastados por um exército comandado por Abu Zakarya²²⁶².

²²⁵⁶ PALOMEQUE TORRES, 1944, pp. 222-223.

²²⁵⁷ *Partidas*, II, título XXIII, lei 28. Sobre este assunto, vejam-se GARCÍA FITZ, 1998a, p. 133 e M.G. MARTINS, 2007, pp. 603, n. 205.

²²⁵⁸ CP1419, Cap. 39, pp. 69-70.

²²⁵⁹ Ver 5.2. A Defesa da Terra.

²²⁶⁰ PMH-S-I, p.25. O rei “Ismar”

²²⁶¹ PMH-S-I, p. 13; ADA, p. 154.

²²⁶² PMH-S-I, p. 62.

Em 1155, uma expedição almóada, comandada por Abu Muhammad, partiu de Sevilha e assolou a região de Trancoso²²⁶³. Em 1178 ou 1179, os governadores de Beja e de Serpa conduziram uma expedição até à região de Alcácer, onde foram intercetados e derrotados²²⁶⁴. Em 1181, Ibn Wanudin celebrou um triunfo em Sevilha, depois de ter regressado de uma expedição a Évora e Coruche, onde capturou 400 mulheres e 120 homens²²⁶⁵, só para citar alguns exemplos.

Como facilmente se depreende, a “guerra guerreada” era a atividade bélica ao alcance de todos os intervenientes, independentemente da sua dimensão e efetivo. Tanto podia ser conduzida por reis e grandes senhores, como por “três homens dispostos a capturar algum mouro descuidado ou um par de vacas”²²⁶⁶. Considerando a diversidade de finalidades e a multiplicação de entidades que as executavam, a relativa segurança proporcionada pela capacidade de retirada rápida evitando combates decisivos e a possibilidade de proporcionar lucros, é seguro afirmar que se tratava da tipologia de guerra mais praticada pelos poderes cristãos, sobrepondo-se largamente, em frequência, à guerra de expansão e assédio e aos enfrentamentos campais, ações militares que abordamos em seguida.

5.5. Guerra de expansão e assédio

Se não dispuséssemos de outros indicadores, a existência de uma estratégia subjacente à localização e edificação de fortificações – apresentada no capítulo 4 – seria suficiente para demonstrar uma necessária contra-estratégia de conquista, já que a apropriação sistemática de território não podia ser fruto do acaso. O controlo do espaço exigia, portanto, o controlo das fortificações e a guerra de cerco ocupava um papel central na conflitualidade medieval²²⁶⁷. No entanto, como demonstrou García Fitz, a conquista de território não se fazia exclusivamente através da tomada de fortalezas, mas sim por intermédio de uma combinação de operações de desgaste com operações de assédio, numa abordagem estratégica que aquele autor designou por “guerra de posição”²²⁶⁸. Importa,

²²⁶³ *Al-Bayan I*, pp. 305-306.

²²⁶⁴ MATTOSO, 2007, p. 364.

²²⁶⁵ *Al-Bayan II*, p. 40.

²²⁶⁶ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 127.

²²⁶⁷ M.G. MARTINS, 2016, pp. 16-17. A maior parte das operações militares estava relacionada, direta ou indiretamente, com a posse de pontos fortes (GARCÍA FITZ, 1998a, p. 175).

²²⁶⁸ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1998, p. 19.

por conseguinte, analisar as estratégias de expansão ao alcance do poder régio debruçando-nos, em seguida, na dimensão específica do ataque e defesa de fortificações.

5.5.1. A dimensão estratégica – apropriação territorial

As estratégias de expansão conheceram outros processos para além da conquista de pontos fortes, especialmente nos locais onde as fortificações eram inexistentes ou, a existirem, eram escassas. As *presúrias*, associadas à apropriação territorial por parte de particulares, em nome do rei, nas áreas abrangidas, foram um procedimento característico de conquista entre os séculos IX e XI, diminuindo grandemente de intensidade e de incidência no século XII, à medida que os modelos de organização territorial transitavam das *civitates* para as *terras* e que o modelo senhorial se consolidava²²⁶⁹.

Apesar das transformações que originaram outros modelos, a *presúria*, exercida pelas populações e por senhores, leigos ou eclesiásticos, persistiu ao longo dos cinco primeiros reinados. Mesmo muito diminuta, em comparação com séculos anteriores, ainda ocorria no reinado de D. Afonso III, sendo designada por “presúria nova”, como nos revela a inquirição que o rei mandou realizar ao alcaide, juízes e tabelião de Évora, sobre as que se tinham efetuado no termo da cidade na sequência da conquista de Serpa aos muçulmanos²²⁷⁰. Este enquadramento régio das ações de conquista levadas a cabo por terceiros, é revelador de que a estratégia régia de expansão implicava a não cedência da primazia de controlo territorial a outros poderes que não a Coroa.

²²⁶⁹ As *presúrias*, ocorridas poucas gerações antes, estavam bem na mente das gentes do século XII. Consistiam na apropriação territorial em nome do rei e revestiam-se de um simbolismo próprio, sendo o ato de apropriação celebrado através do toque do *cornu* (olifante) e a presença do *alvende de rege* (estandarte do rei, PIEL, 1989b, pp. 195-199), como atestado na doação que os presores fizeram ao mosteiro de Santo André de Souselo (c. Cinfães) (PMH-LC-I, doc. VI de 870). São conhecidos, por exemplo, alguns dos presores de Montemor-o-Velho, através de uma doação do conde D. Raimundo, de 1095, que os menciona. Incluído no Livro Santo de Santa Cruz, o documento registou os nomes de: Zalame Godins, David Peres, Alvito Peres, Soeiro Afonso, Brandia (besteiro), Soeiro Tedones (presbítero), Ero Cides e Trutesindo (abade) (LS, doc. 59 de 1095, fevereiro, 25). Mais tarde, em 1119, Gonçalo Guilhufes e sua mulher Ermesinda, Patrebono e sua mulher Spanilli doaram ao mosteiro de Lervão as terras que tinham adquirido por *presúria* em Midões e Touriz (c. Tábua) (DP-IV, doc. 110 de 1119, novembro, 21). Na segunda década do século XIII, D. Afonso II ainda confirmava doações que eram conhecidas pelo tempo em que a terra tinha sido adquirida por *presúria*, como verificamos de uma herdade em Alpeitede, termo de Leira, que fora *presúria* de Mem Guterres (ANTT, *Alcobaça*, DR, m.1, doc. 20 de 1221, agosto; BRANCO, 1999, vol. II, p. 87).

²²⁷⁰ M.A. MARQUES, 1996b, p. 51. Em 1273, o rei viu-se obrigado, a pedido dos magistrados do concelho de Évora, a retirar as terras que tinham sido obtidas por *presúria* na sequência da tomada de Serpa, a não ser as que tinham sido atribuídas pelos sesmeiros do concelho (CAIII-II, doc. 585 de 1273, outubro, 16).

A ação régia também se fez sempre sentir no alinhamento jurídico em relação às conquistas protagonizadas pelas ordens militares²²⁷¹. Quase invariavelmente, os monarcas portugueses apressavam-se a doar às ordens o produto das suas conquistas, permitindo afirmar que o poder régio era reforçado através de uma abordagem que hoje designaríamos, em estratégia, por um comportamento cooptativo. Ou seja: o rei era condicionado a ratificar as opções estratégicas das milícias e a conceder-lhes privilégios teoricamente proporcionais ao esforço militar por elas despendido. Mas também dispunha de alguns trunfos na mão, que lhe permitiam equilibrar, a seu favor, esta aparente desvantagem estratégica, verificando-se, por vezes, a concessão paralela de um foral régio, que estabelecia localmente um poder concelhio, dependente da Coroa, concorrencial à ordem militar²²⁷².

Um outro aspeto da perspectiva estratégica régia é a constatação de que as ações de conquista da responsabilidade da Coroa portuguesa não surgem ao acaso. Algumas aproveitam conjunturas extraordinariamente favoráveis, quer pela situação política dos poderes muçulmanos²²⁷³, quer pela concomitância com outras expedições ofensivas, conduzidas pelos reinos vizinhos de Leão e Castela, que obrigavam à divisão ou ao desvio de recursos militares islâmicos para a defesa ou socorro de vários pontos em

²²⁷¹ Todas tinham expressão transnacional e, por isso mesmo, gozavam de assinalável autonomia em relação ao rei, implicando, de ambas as partes, a necessidade de manutenção constante de um equilíbrio entre os senhorios atribuídos, o apoio mútuo (que não tinha de ser só militar) e as estratégias expansionistas próprias. Mesmo a Ordem de Évora-Avis, que teve uma relação mais estreita com a Coroa Portuguesa do que as restantes, por ter sido criada por D. Afonso Henriques, dependia eclesiasticamente da Ordem de Calatrava desde, pelo menos 1187 (CUNHA, 2009, pp. 97-107).

²²⁷² Estas outorgas às ordens militares foram particularmente evidentes nos reinados de D. Afonso II e D. Sancho II, os dois monarcas mais arredados pessoalmente dos campos de batalha. Em 1218, na sequência da conquista de Alcácer, protagonizada no ano anterior pelo bispo de Lisboa, Soeiro Viegas, juntamente com os mestres das ordens militares, que congregou o apoio dos cruzados, D. Afonso II confirmou a doação do castelo à Ordem de Santiago, em janeiro (CAIII-II, doc. 702 de 1218, janeiro, 27) e outorgou foral à vila em agosto (PMH-LC-I, pp. 580-582 de 1218, agosto). Já com D. Sancho II, só conhecemos doações às ordens militares, sem concessão paralela de foral régio às vilas correspondentes, face às campanhas santiaguistas de conquista do Alentejo e Algarve. Os freires conquistaram Aljustrel antes de 31 de março de 1235 (H. FERNANDES, 2010, p. 366), tendo o castelo sido doado a Paio Peres Correia, comendador de Alcácer, nessa data (CAIII-II, doc. 695), tendo a povoação ficado também nas mãos dos santiaguistas pois, em 1252, recebeu foral da Ordem (PMH-LC-I, pp. 636-637). No final de 1238, a os memos freires conquistaram Mértola e Alfajar da Pena, tendo os respetivos castelos sido doados pelo rei a 16 de janeiro de 1240 (CAIII-II, doc. 694). O foral de Mértola é também santiaguista, outorgado em 1254 (PMH-LC-I, pp. 645-646). Aiamonte e Cacela, conquistas que podem ter tido intervenção direta do monarca, foram igualmente doadas à Ordem de Santiago em maio de 1240. Entre as doações régias àquela milícia conta-se, também, Tavira, em 1244 (H. FERNANDES, 2010, pp. 367-368) e, aqui, o foral, que data de 1266, foi outorgado já por D. Afonso III à vila (CAIII-I, doc. 362).

²²⁷³ A ofensiva portuguesa de 1147 sobre Santarém e Lisboa aproveitou uma conjuntura política e militar altamente desfavorável aos muçulmanos (LOURINHO, 2010, p. 101). A conquista cristã do Alentejo e Algarve teve também lugar num período altamente conturbado do império almóada, “*os mouros erom em gran desvairo (hũs com outros)*” (CCA, p. 82), que obrigou à unificação dos espartilhados poderes do Gharb contra o avanço santiaguista “*...hum acordo e todos se trabalharom defeder sua terra*” (CCA, p. 83).

simultâneo²²⁷⁴. A este respeito, a vantagem portuguesa residia na posição geográfica, deslocada para ocidente em relação aos principais centros de poder militar muçulmanos de Sevilha e Córdoba, acabando, assim, por beneficiar de uma maior liberdade de ação estratégica.

Esta posição ocidental, com uma extensa linha de costa, que converteu o reino em ponto de paragem obrigatória de frotas que navegassem entre o Atlântico Norte e o Mediterrâneo, alargou o leque de opções estratégicas da Coroa, abrindo a possibilidade do eventual apoio de cruzados provenientes do Norte da Europa, em trânsito para a Terra Santa, especialmente a partir da década de 1140. Tem sido, recentemente, desenvolvida investigação sobre a problemática do grau de planeamento e premeditação destas participações cruzadas, estando atualmente afastadas as abordagens que as apresentavam como ações militares de oportunidade²²⁷⁵. Por exemplo, em relação ao cerco de Lisboa de 1147, há vários indicadores que apontam para a existência de um acordo prévio, estabelecido entre portugueses e ingleses, ainda antes da frota cruzada ter levantado ferro de Dartmouth²²⁷⁶. Algo semelhante terá ocorrido em 1189, no quadro da conquista de Silves, já que o testamento de D. Sancho I, que antecipa a possibilidade de morte em combate, foi redigido antes da chegada dos cruzados, embora sem demasiada antecedência²²⁷⁷. No episódio da tomada de Alcácer, em 1217, a origem da colaboração cruzada parece ter decorrido da presença do bispo de Lisboa, Soeiro Viegas, no concílio de Latrão celebrado dois anos antes²²⁷⁸. Este recurso aos cruzados para a concretização ou finalização da estratégia de conquista dos pontos importantes é, por demais, evidente,

²²⁷⁴ A conquista de Lisboa ocorreu em simultâneo com o assalto a Almería, por Afonso VII. É possível que a primeira conquista de Alcácer por D. Afonso Henriques, em 1159 ou 1160, após um cerco de dois meses (PMH-S-I, p. 14 e ADA, p. 158) seja mais ou menos contemporânea do grande fassado conduzido pela milícia de Ávila a Sevilha, que derrotou os almóadas e vitimou alguns proeminentes xeques e tálibes (HUICI MIRANDA, 1956, p. 184). As conquistas de Geraldo, entre 1165 e 1173, beneficiaram do foco militar almóada estar concentrado no Levante, contra Ibn Mardanish (A.S. PEREIRA, 2008, p. 94). A conquista de Alcácer, de 1217, ocorreu numa altura em que os leoneses passaram a ter condições objetivas para conquistar Badajoz, após Afonso Teles ter conquistado Albuquerque (H. FERNANDES, 2010, p. 175). O cerco de Elvas, conduzido por D. Sancho II, em 1226, foi coordenado com o cerco a Badajoz, por Afonso IX de Leão (H. FERNANDES, 2010, p. 362).

²²⁷⁵ Em relação à tomada de Lisboa, em 1147, durante o século XX, autores como José Augusto de Oliveira e Costa Brochado negaram a existência de um plano prévio para o auxílio cruzado aos portugueses, bem como, mais recentemente, Miguel de Oliveira, Alan Forey e Kelly DeVries (M.G. MARTINS, 2017a, pp. 129-130).

²²⁷⁶ M.G. MARTINS, 2017a, pp. 129-133. A presença do bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings, em Inglaterra em 1151, foi interpretada por Alexandre Herculano como preparatória de uma expedição a Sevilha ou da conquista de Alcácer (NASCIMENTO, 2001, p. 173, nota 201).

²²⁷⁷ BRANCO, 2006, p. 124.

²²⁷⁸ VILAR, 2008, p. 136. O que contribui para que a operação de Alcácer tenha sido uma espécie de “primeira Cruzada Portuguesa” (WILSON, 2019, pp. 209-236).

considerando a tábua cronológica das grandes fortificações tomadas aos poderes islâmicos onde, das seis operações listadas, estiveram presentes em quatro²²⁷⁹.

Quadro 16. Principais cercos conduzidos contra fortalezas muçulmanas, 1128-1249

Data	Castelo	Sitiadores	Duração	Referências
1147 (Jun-Out)	Lisboa	Hoste de D. Afonso Henriques e Cruzados	4 meses	CLM, Cap. 4, p.73; e Cap. 22, p.139
1159 ou 1160	Alcácer	Hoste de D. Afonso Henriques e Cruzados	2 meses	BP 71 PMH-S-I, p.14 ADA, p. 158
1189 (Mai-Jun)	Silves	Hoste de D. Sancho I e Cruzados	1 mês	Kitab Ar-Rawd Al-Mi'tar, trad. Lévi Provençal, p. 130
1217 (Jun-Out)	Alcácer	Bispo Soeiro Viegas e Cruzados	4 meses	CRC, pp. 240 e 242
1226 (Mai-Jul)	Elvas	D. Sancho II	3 meses*	H. FERNANDES, 2010, pp.190-191
1249 (Jan)	Faro	D. Afonso III	1 mês	CCA, p. 108

* Cerco infrutífero

Mas o alinhamento estratégico entre a Coroa e os cruzados conhecia limites, uma vez que a perspetiva que os reis cristãos ibéricos tinham sobre a guerra de conquista contrastava com a dos cruzados. Para os monarcas peninsulares, como o de Portugal, interessava preservar ao máximo o território, os seus recursos e a própria população, independentemente da fé professada, já que a finalidade era ocupá-lo, colonizá-lo e usufruir dos seus réditos. Para os cruzados, pelo contrário, assumia primazia o lucro imediato que pudesse ser obtido através do saque, bem como a destruição das terras e a morte aos infiéis²²⁸⁰. Percebemos claramente esta divergência nos termos moderados em que D. Afonso Henriques ofereceu a paz aos habitantes de Lisboa, em 1147, indicando o pragmatismo dos seus objetivos. Durante o cerco, o rei procurou insistentemente uma solução diplomática, que contrastava vivamente com a ideia de cruzada que os seus aliados estrangeiros defendiam²²⁸¹.

Esta divergência nas opções estratégicas é também evidente no modo de divisão dos despojos, como ocorreu em Silves, em 1189: para os Cruzados, os bens móveis; para o rei de Portugal, a cidade²²⁸². Em 1217, durante a operação de assédio a Alcácer, quando

²²⁷⁹ Um dos impulsionadores do recurso a forças de além-mar era a consciência de que o apoio de outros reinos ibéricos contribuiria para enfraquecer os desígnios próprios de autonomia, especialmente no reinado de D. Afonso Henriques.

²²⁸⁰ BRANCO, 2006, p. 122.

²²⁸¹ CLM, Cap. 21, pp 135-137.

²²⁸² DIN, p. 119.

os muçulmanos congregaram uma hoste de socorro, no intuito de libertar a fortaleza do cerco a que se encontrava submetida, a batalha campal da Ribeira de Sítimos que se seguiu parece ter sido travada somente entre os muçulmanos e os contingentes ibéricos, permanecendo os Cruzados a executar o cerco²²⁸³, com os navios fundeados no Sado, disponíveis para um reembarque rápido, caso o resultado do combate fosse desfavorável²²⁸⁴. As prioridades diferentes corresponderam opções militares diferentes.

A estratégia de apropriação territorial subjacente nos reinos cristãos estava ancorada num ideário de legitimação desenvolvido e renovado desde pelo menos o século IX, como já tivemos ocasião de abordar. A materialização prática dessa estratégia no Ocidente peninsular conheceu diferentes contextos, mas o primeiro grande impulso expansionista de D. Afonso Henriques face ao Islão foi coincidente com um avanço idêntico conduzido pelo reino castelhano-leonês, de tal modo que a linha do Tejo foi atingida pela mesma altura²²⁸⁵. Depois da conquista de Córdia por Afonso VII, em 1142, e de Santarém-Lisboa, em 1147, o Tejo parece ter sido uma fronteira aceitável pelos muçulmanos, já que nunca fizeram uma tentativa de recuperar território a norte dele²²⁸⁶. Em contrapartida, a sul do rio, reagiram imediatamente às conquistas de Cáceres, Alcântara e Trujillo por parte de Geraldo²²⁸⁷.

Impressionante, também, a conceção estratégica deste caudilho de fronteira, em operações documentadas entre 1165 e 1173. O destaque que as fontes lhe reservam pode bem residir na diferença da finalidade das suas operações em relação às de outros grupos de *latrones*. Na mente do guerreiro esteve algo mais do que a obtenção de proventos de

²²⁸³ É Alexandre Herculano quem avança com essa hipótese, ao notar que Guilherme, conde da Holanda, omite o combate na sua missiva ao papa, ao passo que todas as outras fontes o fazem, incluindo a *Historia Damiatana* e os *Annales Toledanos* (1875, p. 98).

²²⁸⁴ Nenhuma fonte explícita esta questão da possibilidade de embarque rápido. Mas seria a via de escape lógica, em caso de uma derrota que inviabilizasse a conquista de Alcácer.

²²⁸⁵ A conquista de Santarém e de Lisboa, em 1147, trouxe duas grandes consequências estratégicas de primeira importância para D. Afonso Henriques. A primeira foi que se tratou de um passo definitivo na afirmação de Portugal como um reino protagonista na Guerra Santa em autonomia. A segunda foi que o centro de poder económico, cultural e político pôde ser transferido, definitivamente, do Entre-Douro-e-Minho para o eixo Coimbra-Santarém-Lisboa, algo formalmente materializado em 1179, com os forais concedidos às três urbes em simultâneo.

²²⁸⁶ As incursões de Yaqub al-Mansur demonstram-no. Recuperou Alcácer e Silves, mas a incursão de 1190, que conquistou Torres Novas e foi cercar Tomar, alcançou posições que, embora na margem Norte, materializariam a consolidação da defesa do Tejo e não a intenção de progredir na profundidade do reino cristão.

²²⁸⁷ CLEMENTE RAMOS, 1994, p. 650.

guerra, ficando evidente que, pelo menos durante algum tempo, almejou a construção de um senhorio próprio, pela força das armas, tendo Badajoz como epicentro²²⁸⁸.

Mas mesmo com a intervenção de personagens como Geraldo, o avanço cristão a sul do Tejo não foi tão rápido como tinha sido a norte. É certo que, quando retomadas as campanhas de conquista em grande escala, já nas décadas de 30 e 40 da centúria de Duzentos, estas foram fulgurantes e conduziram à submissão do Algarve em 1249²²⁸⁹. Mas para esse avanço ser possível, o poder almóada teve de esmorecer e houve que ultrapassar a primeira cintura de fortalezas muçulmanas que materializavam a fronteira, na profundidade: do lado português, Alcácer tinha caído em 1217; do lado leonês, Cáceres fora conquistada por Afonso IX em 1227, depois de uma década de tentativas²²⁹⁰. Na primavera de 1228, o infante português Pedro Sanches, ao serviço do rei de Leão, tomou Mérida e conseguiu mantê-la na sua posse, resistindo ao contra-ataque de Ibn Hud, governador de Sevilha. Os leoneses acabariam por conquistar Badajoz no dia de Pentecostes de 1229 ou 1230²²⁹¹. É natural que esta ofensiva leonesa tenha evidenciado a insustentabilidade de Elvas, que D. Sancho II se limitou a ocupar em 1230, mais ou menos na mesma altura em que ocupou Juromenha²²⁹².

No impulso conquistador que se seguiu, os protagonistas foram as ordens militares. Os hospitalários, sob a liderança do prior Afonso Peres Farinha, encarregaram-se da margem esquerda do Guadiana, apoderando-se, em 1232, de Moura e Serpa²²⁹³. Mas a grande ação conquistadora foi protagonizada pelos espatários que, comandados por Paio Peres Correia, fizeram uma boa leitura da situação estratégica e aproveitaram as duas grandes vulnerabilidades dos poderes muçulmanos do Gharb: a fraca capacidade de regeneração de forças militares e a ausência de capacidade ofensiva em larga escala, que

²²⁸⁸ BARROCA, 2003b, p. 46; e MATTOSO, 2007, p. 300.

²²⁸⁹ Depois de cerca de 15 anos de avanço militar cristão, se tomarmos em consideração a tomada de Aljustrel pela Ordem de Santiago, em 1234, como o ponto de aceleração da ofensiva cristã (HENRIQUES, 2003, p. 64).

²²⁹⁰ A cidade tinha sido cercada, sem sucesso, em 1218-19. Sofreu ataques contínuos entre 1220 e 1222. Foi cercada de novo em 1223. A crise sucessória almóada de 1224 criou oportunidades e, cercada novamente em 1227, Cáceres acabou por cair (POWERS, 1988, p. 57).

²²⁹¹ MATTOSO, 1993, p. 123.

²²⁹² F. B. CORREIA, 2013a, pp. 138-140. Hermenegildo Fernandes chega a avançar a possibilidade de Elvas e Juromenha terem sido abandonadas pelos seus habitantes muçulmanos na mesma noite em que Afonso IX derrotara uma hoste muçulmana proveniente de Sevilha, comandada por Ibn Hud, com um efetivo muito superior ao dos cristãos (H. FERNANDES, 2010, p. 244).

²²⁹³ Afonso Peres Farinha, três vezes prior do Hospital, foi, acima de tudo, um guerreiro de fronteira (H. FERNANDES, 2010, p. 318). No reinado de D. Afonso III, foi também o protagonista das conquistas de Aroche e Aracena. A primeira viria a receber foral do rei em 1255 (CAIII-II, doc. 718 de 1255, junho, 16).

facilitou a consolidação das conquistas obtidas²²⁹⁴. A sequência das operações é mais ou menos consensual, embora subsistam questões relacionadas com as datas das conquistas²²⁹⁵. Quando o Bolonhês ascendeu ao trono, depois da guerra civil, pôde submeter as praças restantes numa só campanha, em 1249.

Nenhuma destas conquistas foi obra do acaso, parecendo, antes, terem sido fruto de uma conceção estratégica bem clara, que a documentação, frequentemente, nos revela de modo explícito. É, por exemplo, o caso da doação de Juromenha à Ordem de Évora por D. Sancho I, em 1187, juntamente com o castelo de Alcanede e a vila de Alpedriz. O que há de revelador é que, nessa data, a fortaleza ainda se encontrava em mãos almóadas, mas o rei já vislumbrava a sua conquista²²⁹⁶. São também significativas as leituras de oportunidades conjunturais adequadas para a execução das operações. Tal como já aludido, por exemplo, o contexto extraordinariamente favorável de 1147, ao qual podemos acrescentar também a conjuntura das campanhas leonesa de Badajoz e a portuguesa de Elvas, de 1226. Na primavera desse ano, o califa encontrava-se em Marrocos e o al-Andalus a braços com uma revolta interna, tendo ocorrido um ataque infrutífero a Sevilha por parte do emir de Baeza, Abd Alah ben Muhammad al-Bayyasi²²⁹⁷. Foi neste quadro que Afonso IX e Sancho II iniciaram em simultâneo os respetivos assédios²²⁹⁸.

Mas a real extensão da conceção estratégica de conquista é evidenciada pela aproximação indireta que os grandes centros fortificados requeriam. Uma vez que quase todas as fortificações podiam resistir facilmente a um assalto direto ou a um assédio de curta duração, o atacante era obrigado a estabelecer um cerco demorado, que levasse os sitiados a procurar a rendição, pressionados pelo esgotamento das suas reservas de água e/ou de alimentos²²⁹⁹. Como, em muitos casos, nem a própria hoste régia tinha capacidade

²²⁹⁴ AFONSO, 2013b, p. 441.

²²⁹⁵ Segundo a reconstituição de António Castro Henriques, Aljustrel foi conquistada em 1234; Mértola, em 1237 ou 38; Estômbar, Alvor, Cacela e Paderne até 1240; Tavira, Salir e Silves, provavelmente todas até 1242 (HENRIQUES, 2003, pp. 64-79). Romero de Magalhães é concordante na sequência das conquistas, mas não se compromete na datação, a não ser no caso de Tavira, que também situa em 11 de junho de 1242 (MAGALHÃES, 2012, p. 13).

²²⁹⁶ DS, doc. 17 de 1187, janeiro. Note-se que, nesse ano, o rei quebrou tréguas com os almóadas, mas, sendo o documento de janeiro, é bem possível que as tréguas tenham sido quebradas posteriormente, o que reforça a ideia de premeditação (VILAR, 2008, p. 347).

²²⁹⁷ Autoproclamado independente dos almóadas desde 1224 (HUICI MIRANDA, 1957, ed. 2000, p. 454).

²²⁹⁸ H. FERNANDES, 2010, pp. 186-187.

²²⁹⁹ E a tomar especiais cuidados para evitar batalhas decisivas, preservando efetivo para garantir que consegue continuar as operações de cerco. Nestes contextos é possível ver retiradas controladas de ações de combate, como no caso de Rodrigo Froilaz que, no cerco de Sevilha, em 1248, se viu obrigado a comandar uma retirada onde pereceram, ainda assim, muitos fidalgos portugueses (LLCDP, 21G9).

para desencadear uma operação dessa dimensão, o processo de conquista seguia três passos, descritos por Lomax, que podiam arrastar-se por muito tempo: primeiro, eram conduzidas expedições de destruição de colheitas, propriedades e captura de bens e escravos pelo termo correspondente ao objetivo, sendo, por vezes, necessário repetir este tipo de degradação por vários anos consecutivos; segundo, capturar fortalezas menores mais próximas, de modo a controlar o território, proceder à continuação das pilhagens e modo mais eficaz e continuado e cortar as vias de abastecimento; terceiro, depois de devastada a zona rural e esgotadas as reservas urbanas, cercava-se a fortaleza principal ou cidade²³⁰⁰.

Este modelo teórico procede de bastantes constatações práticas, derivadas essencialmente do universo castelhano-leonês, cuja escala de mobilização, bem como de espaço territorial, foram compatíveis com estes métodos e estão bem documentadas. Quando, por exemplo, algumas fontes mencionam um cerco de sete anos antes da conquista de Toledo por Afonso VI, referem-se a operações militares de desgaste cristãs, em torno da cidade, detetadas a partir de 1078. Outro exemplo é de Afonso IX de Leão, que assolou a região de Cáceres em 1222, 1223, 1225, vindo a cercar e tomar a cidade em 1226²³⁰¹. Ou ainda, Fernando III, que devastou os arredores de Jaén em 1224, tentou cercar a cidade em 1225, em 1230 – desta vez com máquinas de assédio – e, também, em 1235. Até 1246, Jaén não tinha caído, mas nessa data era uma cidade totalmente rodeada de guarnições castelhanas que, desde 1244, se não impediavam, dificultavam imenso o seu abastecimento a partir do exterior²³⁰².

Constatamos que esta estratégia de erosão prévia foi aplicada pelos poderes portugueses. O fossado da Ladeia, em 1136²³⁰³ e o “infortúnio de Tomar”, de 1137²³⁰⁴, podem bem ter já feito parte de um projeto de depredação e devastação do território a norte de Santarém e Lisboa, devendo ser lidas em conjunto com as operações em torno de Leiria, possivelmente anteriores a 1142²³⁰⁵. A urgência e estas datas adquirem mais significado considerando a primeira tentativa de assalto a Lisboa, conduzida por uma

²³⁰⁰ LOMAX, 1984, p. 128.

²³⁰¹ H. FERNANDES, 2010, p. 175.

²³⁰² GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 121-123. Uma estratégia semelhante, de bloqueio estratégico, tinha sido utilizada no final do século XI, pelos normandos no sul de Itália, para forçar as cidades bizantinas à rendição (DELBRÜCK, 1982, p. 324).

²³⁰³ MATTOSO, 2007, pp. 152-153.

²³⁰⁴ ADA, p. 153 e PMH-S-I, p.12.

²³⁰⁵ Para a datação crítica das operações em torno de Leira, consulte-se MATTOSO, 2007, p. 155.

armada de cruzados e pela hoste régia, nesse mesmo ano²³⁰⁶. Mas as operações preparatórias do assalto à linha do Tejo continuariam posteriormente. Em 1144, o castelo de Leiria voltou a ser atacado por forças muçulmanas, obrigando a nova intervenção do rei português, que ordenou a reconstrução da fortaleza²³⁰⁷.

Depois de tomadas Santarém e Lisboa, seguiu-se a aproximação indireta a Alcácer, também através de ações preparatórias, cuja primeira operação de que se tem registo fidedigno data de 1151²³⁰⁸, noticiando-se outra, em 1157²³⁰⁹, acabando a conquista por se materializar em 1159 ou 1160, com o auxílio de cruzados e após um cerco de dois meses²³¹⁰. Mas a estratégia de aproximação a Alcácer não assentou somente no desgaste militar. Em 1150, D. Afonso Henriques esboçara o enfraquecimento político da cidade, ao aliar-se a Ibn Qasi, então governador de Silves, no intuito de ambos enfrentarem Ibn Wazir, que continuava a reinar em Évora e Beja, sob o protetorado almorávida. O plano falhou, logo em 1151, com o assassinato deste sufi, opositor à dinastia magrebina²³¹¹.

Até a estratégia de Geraldo, na aproximação a Badajoz, cumpriu os passos enunciados por Lomax. Repetidas incursões de saque foram enfraquecendo o território e as conquistas de fortificações em torno da cidade colocaram o seu exército, que chegou a ser mais do que um bando de fronteira, já que dispôs de guarnições próprias, em condições de impedir o abastecimento da cidade, proveniente de Sevilha. Falhou o último passo, o assalto final, coordenado com o rei, em 1169²³¹². Mas o caudilho continuou a prossecução da sua finalidade, assente na mesma abordagem estratégica, pois conhecem-se-lhe operações posteriores, em torno de Badajoz até 1173, ano em que, já privado dos castelos

²³⁰⁶ M.G. MARTINS, 2017a, pp. 95-96. Esta tentativa é mencionada em ADA, p. 155 e PMH-S-I, p. 13. Ambas são coincidentes na narração, mas a primeira situa os acontecimentos em 1140 e a segunda em 1142. Não conseguindo conquistar a cidade, a hoste portuguesa, em conjunto com os cruzados, com os guerreiros transportados em setenta navios, “atacaram os arredores, destruíram muitas vinhas, incendiaram casas e fizeram grande dano no território circundante” (PMH-S-I, p. 13).

²³⁰⁷ MATTOSO, 2007, p. 382.

²³⁰⁸ Os *Anais de Santa Cruz* assinalam uma expedição de D. Afonso Henriques, acompanhado por 60 cavaleiros de Santarém, sem proteção de corpo e só com escudos, lanças e espadas, logo em 1147. É pouco verosímil, até porque é também descrito um ferimento do rei, que Armando de Sousa Pereira atribui ao voluntarismo dos crúzios, que pretendiam, assim, encobrir a verdadeira razão da lesão régia, contraída em Badajoz, 22 anos depois (A.S. PEREIRA, 2003, p. 70). De qualquer modo, como nota José Mattoso, a própria descrição de cavaleiros ligeiramente armados, alude a expedições de pilhagem (MATTOSO, 2007, p. 281).

²³⁰⁹ MATTOSO, 2007, p. 283 e BARROCA, *et al.*, 2003, p. 444.

²³¹⁰ PMH-S-I, p. 14 e ADA, p. 158.

²³¹¹ Mais tarde, Alcácer acabou por se revoltar também, depois do colapso almorávida, contra Ibn Wazir, tendo as elites da cidade convidado o soberano de Tavira, Ibn Wahibi que, por sua vez, também acabou por ser morto. Na altura da conquista cristã, a cidade era governada por um filho de Ibn Wazir (MENDES, 2011, p. 48).

²³¹² M.G. MARTINS, 2013b, pp. 38-44.

que tinha conquistado, perdeu também o apoio do rei português, que, entretanto, tinha firmado um pacto de tréguas com os almóadas²³¹³.

A abordagem santiaguista à conquista do Algarve também demonstra grande sentido estratégico, boa capacidade de planeamento e a noção clara das vantagens da aproximação indireta²³¹⁴. Depois de estabelecida a base firme de Aljustrel, em 1234, cujo castelo serviu de arsenal, a Ordem infiltrou forças na retaguarda do dispositivo muçulmano, tendo conseguido apoderar-se de Estômbar e Alvor²³¹⁵. Na posse destes dois pontos fortes, os freires moveram algaras contra os objetivos mais vulneráveis nos arredores de Silves, enfraquecendo, deste modo, a própria cidade. As destruições e rapinas levadas a cabo no vale do Arade acabaram por forçar os muçulmanos a pedir tréguas e a negociar a troca das duas fortalezas pela de Cacela²³¹⁶.

Tendo observado o papel ofensivo cristão, importa salientar que a guerra de assédio também tinha lugar no sentido inverso, contabilizando-se várias operações de cerco movidas pelos muçulmanos contra fortificações em mãos portuguesas. Neste contexto, os exércitos almóadas revelaram ser capazes de conduzir operações de cerco

²³¹³ A.S. PEREIRA, 2008, pp. 68-69.

²³¹⁴ Especialmente adequada a poderes que não conseguiam mobilizar contingentes volumosos e que não podiam correr riscos de sofrer perdas significativas em efetivo. Sobre a abordagem estratégica indireta veja-se HART, 2011, pp. 431-458, um dos seus primeiros teorizadores e BEAUFRE, 2004, pp. 119-121.

²³¹⁵ Os “Almogaueres do Mestre” [Paio Peres Correia] (CCA, p. 83).

²³¹⁶ HENRIQUES, 2003, p. 66. A guerra guerreada que tinha em vista a erosão das defesas de uma região e o enfraquecimento dos meios de subsistência das populações exigia um grau de planificação superior ao da simples rapina. Por um lado, porque havia que ser sistemático e, por outro, porque os efeitos da devastação deviam ser profundos e duradouros, algo que não se podia conseguir nem em todos os momentos, nem em todas as produções agrícolas. Davis Hanson é autor de um trabalho pioneiro sobre a relação da guerra com a agricultura no mundo helénico da Antiguidade (KEEGAN, 2006, pp. 109, 320-321). Existem, naturalmente, pontos de contacto e pontos de afastamento entre o território e a época, mas entre as conclusões do seu estudo contam-se algumas que têm aplicabilidade segura no mundo ibérico dos séculos XII e XIII, nomeadamente no que respeita à destruição de culturas tipicamente mediterrânicas, como é o caso dos cereais, da vinha e do olival. Na campanha de Yaquub e de Abū Zukariyā de 1190, a primeira ação que os almóadas efetuaram foi arrasar os cultivos de cereais a norte de Santarém, vindo depois cercar Torres Novas (HUICI MIRANDA, 1957, p. 348). Estava-se, provavelmente no final de junho, altura em que as searas estão prontas para a ceifa. Este procedimento de devastação das culturas é descrito no *Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, pp. 429-430. Também Afonso VII, em campanha no vale do Guadalquivir, em 1144, queimou os campos de cereal e cortou as árvores de fruto. A Crónica é explícita, mencionando que se estava na altura das colheitas (CAI, Cap. 35, p. 102). As culturas de cereal só se encontram vulneráveis ao fogo num curto período de duas ou três semanas anteriores à ceifa. Antes disso, o milho (painço) ou o trigo estavam demasiados verdes para arder. Depois das colheitas, podia provocar-se a fome, mas em vez das searas, os alvos deveriam ser os celeiros e os seus conteúdos, de tal forma que não subsistisse cereal para farinha e muito menos para semente (HANSON, 1998, p. 52). Ora, provocar a destruição de celeiros é certamente mais rápido e eficaz do que incendiar searas, pelo que tentámos perceber se existia uma maior incidência de fossados régios, ou de grandes senhores, durante os meses de julho, agosto e setembro, em torno de fortificações que acabariam, algum tempo depois, conquistadas. Infelizmente a informação disponível é muito escassa e inconsistente, pelo que não são possíveis inferências diretas a este nível. Trata-se, no entanto, de um assunto que nos parece um bom tópico de investigação.

em larga escala, recorrendo a engenhos, como foi o caso do bem-sucedido cerco de Alcácer, em 1191, para o qual o califa Yaqub mandou construir 14 equipamentos²³¹⁷, e também do assédio a Silves, no mesmo ano, cujas muralhas foram fustigadas por pedras projetadas por máquinas²³¹⁸. O quadro que se apresenta evidencia claramente a supremacia almóada a este nível, face a outros poderes muçulmanos que estiveram presentes, saltando à vista a ausência de assédios promovidos pelos almorávidas e pelos governadores do período de taifas, que mediou entre a desintegração do império almorávida e o estabelecimento da hegemonia almóada²³¹⁹.

Quadro 17. Principais cercos conduzidos por poderes almóadas contra fortificações portuguesas, 1128-1249

Data	Castelo	Sitiadores	Duração	Referências
1184 (jun-jul)	Santarém	Yusuf I	2 meses*	<i>Al-Bayan II</i> , pp. 69-71
1190	Torres Novas	Yaqub al-Mansur	(dias)	<i>Al-Bayan II</i> , p. 161
1190	Tomar	Yaqub al-Mansur	6 dias*	<i>Al-Bayan II</i> , p. 162
1190 (jun-jul)	Silves	Abu Hafs	1 mês*	<i>Al-Bayan II</i> , p.158
1191 (mai-jun)	Alcácer	Yaqub al-Mansur	1 mês	<i>Al-Bayan II</i> , pp. 168-169
1191 (jun)	Palmela	Yaqub al-Mansur	?	<i>Al-Bayan II</i> , p. 170
1191 (jun-jul)	Silves	Yaqub al-Mansur	23 dias	<i>Al-Bayan II</i> , pp. 170-171

* Cerco infrutífero

Para além dos “grandes cercos” que temos vindo a abordar, assim considerados quer pela duração, quer pela mobilização de uma hoste de grande dimensão, as fontes sugerem alguns outros, sem que tenhamos certezas sobre a forma como se produziram. Não conhecemos pormenores das operações conduzidas contra fortalezas menores, às quais as fontes se referem frequente e explicitamente como cercos, sem, no entanto, detalharem o modo como foram executados²³²⁰. Entre as operações deste género contam-

²³¹⁷ HUICI MIRANDA, 1956, p. 356.

²³¹⁸ *Al-Bayan*, p. 170.

²³¹⁹ As fontes não explicitam se no ataque almorávida a Soure, em 1144, houve lugar a um cerco. Não parece ter havido, já que todos os indicadores apontam para uma incursão com a finalidade de saque (PMH-S-I, p. 62).

²³²⁰ São muito mais frequentes as referências a “tomadas”, como no caso das fortalezas de Estômbar (CCA, p. 89) e Alvor (CCA, p. 83), ou o castelo de Tavira, pela Ordem de Santiago (CCA, p. 88). O termo é, naturalmente, genérico e não permite descortinar o processo pelo qual se materializou a apropriação de cada uma, problema que Margarita Torres também lamenta no seu estudo sobre a guerra cristã no tempo do califado omíada (2002, p. 210). Miguel Gomes Martins admite que durante o reinado de D. Sancho II e os primeiros anos de governação de D. Afonso III, muitos castelos a sul do Tejo possam ter sido tomados na sequência de assédios que provocaram alguma destruição, já que cedo se encontraram necessitados de obras de recuperação ou reconstrução (2007, p. 399).

se o breve cerco movido pela Ordem de Santiago, provavelmente em 1243, contra o castelo de Paderne²³²¹, ou o cerco a Loulé, ocorrido em 1249, após a tomada de Faro²³²².

Mas as operações de cerco não são um exclusivo da guerra contra muçulmanos sendo que a conflitualidade contra o vizinho reino de Leão também foi materializada por uma “guerra de posição”. Apesar de serem bem mais frequentes as conquistas de fortalezas por outros métodos que não os cercos, assinalam-se pelo menos três ações evidentes por parte do rei de Leão, contra uma só, pontual, de D. Sancho I contra Ciudad Rodrigo, que não chegou a ser tomada, mas que teve características de manobra de decepção ou distração, em 1199, em reação ao cerco a Bragança que Afonso IX tinha iniciado pouco tempo antes, nesse ano²³²³.

Quadro 18. Principais cercos conduzidos no contexto de guerras contra leoneses e castelhanos, 1127-1249

Data	Castelo	Sitiadores	Sitiados	Referências
(1127)	Guimarães	Afonso VII de Leão	D. Afonso Henriques	MATTOSO, 2007, pp. 68-69
1134	Celmes	Afonso VII de Leão	Guarnição por D. Afonso Henriques	CAI, Liv. I, Cap. 76.
1199	Bragança	Afonso IX de Leão	Guarnição por D. Sancho I	BRANCO, 2006, p. 177
1199	Ciudad Rodrigo	D. Sancho I	Guarnição leonesa	BRANCO, 2006, p. 177

Os contextos de “guerra civil” foram bastante profícuos quanto a este tipo de operações, em parte porque o potencial relativo das forças em confronto o propiciasse mas, sobretudo, porque, na realidade, neste tipo de conflitualidade interna estiveram em causa, entre outros fatores, os direitos senhoriais dos protagonistas que, por sua vez, se materializavam pela posse das fortalezas que controlavam os territórios²³²⁴. Faz, portanto, sentido que as questões militares orbitem, sobretudo, em torno de alcaides e das homenagens por eles devidas e prestadas, como, aliás, o evidencia a poesia satírica

²³²¹ CCA, p. 83.

²³²² CCA, p. 93 e HENRIQUES, 2003, p. 83.

²³²³ BRANCO, 2006, p. 177.

²³²⁴ A questão dos direitos senhoriais é bastante evidente na conflitualidade entre D. Afonso II e as irmãs, entre finais de 1211 e 1212, assumindo de novo expressão militar em 1217. No caso da crise de 1245-1248, estiveram em causa mais do que direitos senhoriais, existindo uma crise social agravada pela crise política relacionada com a governação de D. Sancho II. No entanto, os protagonistas são, sobretudo, os nobres (MATTOSO, 1984, p. 8).

contemporânea da guerra de 1245-1248²³²⁵.

Quadro 19. Cercos conduzidos em contexto de “guerra civil”, 1128-1249

Data	Castelo	Sitiadores	Sitiados	Referências
1211-12	Montemor	Martim Anes de Riba de Vizela	Partidários da Infanta Teresa Sanches	LLCDP, 26A3
1211-12	Alenquer	Partidários de D. Afonso II	Partidários da Infanta Mafalda Sanches	ML-IV, Escritura VI, p. 262vº-263vº
1246	Leiria	Partidários do Conde de Bolonha	Martim Fernandes de Urgeses, por D. Sancho II	M.G. MARTINS, 2011, p. 156
1246	Óbidos	Partidários do Conde de Bolonha	Partidários de D. Sancho II	M.G. MARTINS, 2011, p. 157
1246	Celorico	Partidários do Conde de Bolonha	Fernão Rodrigues Pacheco, por D. Sancho II	CP1419, Cap. 74, pp. 136-137
1246 (?)	Avô	Partidários do Conde de Bolonha	Partidários de D. Sancho II	ANTT, Sé de Coimbra, 1ª Inc., Doc. Particulares, mç. 14, doc. 25 de 1248, setembro, 30
1246 (?)	Faria	Partidários do Conde de Bolonha	Partidários de D. Sancho II	M.G. MARTINS, 2011, p. 159
1246 (?)	Guimarães	Partidários do Conde de Bolonha	Partidários de D. Sancho II	M.G. MARTINS, 2011, p. 159
1247-48	Coimbra	Partidários do Conde de Bolonha	Martim de Freitas, por D. Sancho II	CP1419, Cap. 75, p. 139

Apesar de não se poderem enquadrar nos grandes cercos abordados anteriormente, estas operações recorreram a métodos sofisticados de sítio. Há indicadores manifestos do uso de máquinas de assédio, como os projéteis de pedra lançados nos cercos de Alenquer e Montemor²³²⁶ e, também, os que os partidários do conde de Bolonha, futuro D. Afonso III, arremessaram contra as muralhas de Coimbra, em 1247²³²⁷. Mas quando analisamos

²³²⁵ MATTOSO, 1984, p. 13. São várias as composições que aludem à traição por parte dos alcaides que deviam homenagem ao rei D. Sancho II. Airas Peres Vuitorm (o “Abutre”), um nobre que terá feito parte das fileiras do infante Afonso de Leão e Castela (futuro Afonso X), que interveio em Portugal em apoio da causa de D. Sancho II, produziu uma cantiga invulgarmente explícita a este nível, enunciando como traidores os alcaides de Monsanto, Marialva, Leiria, Faria, Santarém, Covilhã, Sortelha, Trancoso e Sintra. Salva-se o alcaide de Celorico, Soeiro Bezerra, que resistiu e manteve a sua lealdade a D. Sancho II: *À lealdade da Bezerra, que pela Beira muit'anda* (G. LOPES, 2016, vol. 1, pp. 137-138). Também Diego Pezelho canta sobre o arrependimento de um alcaide que “teve um castelo em Sousa” e que o entregou por medo de excomunhão, já que esta tinha sido imposta aos partidários de D. Sancho II, pelo papa, através da bula *Grandi non Immerito* (G. LOPES, 2016, vol. 1, p. 249).

²³²⁶ BARROCA, 2019, p. 359.

²³²⁷ *Coronica DelRey Dom Sancho II*, PINA, 1977, Cap. XI, p. 146.

estes métodos de expugnação direta de fortalezas, entramos na esfera das opções táticas dos contendores, que analisaremos na secção seguinte.

5.5.2. O ataque e a defesa de fortificações

A tomada de fortificações não era conseguida exclusivamente na sequência de assédios, sendo que, na realidade, à semelhança do identificado para todo o espaço europeu, os cercos eram verdadeiramente escassos, sendo bastante mais frequentes as apropriações por outros processos²³²⁸. Neste âmbito, estamos perante uma ilusão criada pelas fontes que, salvo algumas exceções, fazem mais ressonância das operações de cerco do que a qualquer outro método²³²⁹. Isto pode dever-se a vários fatores, entre os quais se destacam a frequente longa duração destas operações e a necessidade de empenhamento de efetivos numerosos e de engenhos.

Existia um equilíbrio entre os recursos dos sitiadores e as circunstâncias dos sitiados, sendo que estes últimos tinham mais condições para o sucesso, justificando-se, por isso, a proliferação de castelos na Europa. As máquinas de assédio, apesar de tudo, não eram muito eficazes contra muros sólidos, conjugados com uma guarnição decidida, bem fornecida de víveres e de recursos para defesa. Além disso, o sitiador não podia eternizar-se num cerco, já que boa parte do seu contingente servia sazonalmente ou por períodos pré-estabelecidos de tempo. As próprias fontes coevas dão-nos conta do receio e hesitação dos monarcas a respeito do ataque a fortificações, como é o caso da descrição que ‘Abd Allāh fez da opção de Afonso VI de Leão, após a conquista de Toledo, em 1085, de “*não sitiar nenhum castelo nem perder tropas ao acometer contra uma cidade, sabendo que era difícil tomá-la e que teria a oposição dos seus habitantes*”²³³⁰.

Face ao assédio medieval, os investigadores são mais ou menos concordantes sobre a forma de organizar as opções táticas do atacante²³³¹. De um modo geral, encaram os processos de conquista em dois grandes grupos, os indiretos e os diretos, como

²³²⁸ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 171. O postulado de Jim Bradbury de que a guerra medieval era constituída por “talvez um por cento de batalhas e noventa e nove por cento de cercos” (BRADBURY, 1992, p. 71) é exagerado, transmite uma ideia, mas não corresponde à realidade. No entanto, se adicionarmos aos cercos os outros processos utilizados na apropriação de fortalezas, certamente que nos aproximamos mais dos cálculos do autor.

²³²⁹ Uma exceção digna de nota, pela extensão e pelo detalhe, é a composição *De Expugnatione Scalabis* (DES, 1228-1232).

²³³⁰ ABD ALLAH, trad. E. Leví-Provençal y Emilio García Gómez, p. 198.

²³³¹ Sobre a historiografia em torno da guerra de cerco, até ao início da década de 1990, veja-se BACHRACH, 1991, pp. 119-133.

expressou Contamine²³³². Por ação indireta pode entender-se aquela que não implica uma intervenção direcionada especificamente à guarnição da fortaleza, acabando por provocar a entrega da praça por parte dos defensores mesmo antes de existir contacto entre os contendores, processos que hoje classificaríamos mais do domínio da estratégia do que da tática. Contam-se aqui a rendição de praças porque a guarnição as abandona ou porque percebe que é infrutífera a resistência. É possível, por exemplo, que o castelo muçulmano de Sintra tenha soçobrado por este processo, na sequência da conquista de Lisboa de 1147²³³³. Por vezes, a reputação do chefe militar atacante era suficiente para convencer uma guarnição da inutilidade dos seus esforços²³³⁴.

Quando está em causa o estudo da tomada de uma fortaleza específica, a abordagem aos métodos é abrangente, mas a ordenação taxonómica varia de autor para autor, relacionada com fatores como a área geográfica ou cronologia abrangidas, ou ainda o objeto específico de estudo. John Norris, por exemplo, aponta quatro grandes vias para a tomada de um castelo: a negociação, a traição, o assalto furtivo e a fome²³³⁵. Já a ordenação avançada por Mário Jorge Barroca propõe o ataque direto à estrutura, o fomento da traição por alguém encarregado da defesa, o assalto furtivo e o desgaste psicológico, através de uma ação de cerco. De um modo geral as apreciações detêm-se nas técnicas de assédio direto, ou seja, incidem mais no estudo do uso da força do que no da astúcia para ultrapassar os muros²³³⁶.

Por uma questão de conveniência de estudo, entendemos ser de utilidade uma distinção técnica entre dois termos que, frequentemente, são usados indistintamente pelos historiadores como sinónimos: “assédio” e “cerco”. O primeiro vocábulo deve ser entendido como compreendendo todas as atividades conducentes à tomada de uma fortaleza, ao passo que o segundo se deve cingir somente ao ato de cercar ou rodear. Aliás, se “assédio” for associado em permanência à palavra “cerco”, surge um problema: como é possível, para forças sem potencial de combate suficiente para efectuar um cerco,

²³³² CONTAMINE, 1980, pp. 208-214.

²³³³ Como afirma Miguel Gomes Martins, a guarnição de Sintra não devia ser muito numerosa e, apesar da sua posição que aproveitava a orografia exigente do local onde estava implantada, não conseguiria resistir muito tempo a um cerco conduzido por um exército como o que tinha acabado de fazer cair Lisboa (2017, pp. 272-273).

²³³⁴ GRAVETT, 1990, p. 17.

²³³⁵ NORRIS, 2007, p. 147.

²³³⁶ Vejam-se, por exemplo, OMAN, 1885, pp. 57-61; KOCH, 1978, pp. 45-56; GRAVETT, 1990, pp. 9-46 e R.L.C. JONES, 1999, pp. 163-185.

conquistar uma fortaleza? A resposta parece ser direta: recorrendo a táticas que não necessitem de cerco preliminar.

Entre os métodos de conquista sem recurso a cerco, que Mário Jorge Barroca considera fora da “guerra leal”²³³⁷, contam-se dois, a traição, e o “a furto”. O primeiro consiste, na subversão do governador da fortaleza contra o seu senhor, ou da própria guarnição contra o casteleiro (ou contra o alcaide). Como exemplos de traição temos os vários castelos que se entregaram ao conde de Bolonha, perjurando a homenagem devida a D. Sancho II. Mas existe, também, a possibilidade de uma traição de oportunidade, como parece ter ocorrido em Sintra, em 1109, onde a população muçulmana se rebelou e restaurou a governação islâmica do castelo, depois da notícia da morte do imperador Afonso VI de Leão²³³⁸. No início do governo de D. Afonso Henriques, o jovem infante teve também algum trabalho em debelar uma revolta, talvez em favor do “partido galego”, ocorrida no castelo de Seia²³³⁹.

Entre os processos que as *Partidas* designam por tomada “a furto”, uma vez que se “fazem sem muito esforço e não se podem fazer a não ser de noite ou muito encobertamente”²³⁴⁰, podemos considerar o recurso ao ardil e ao ataque-surpresa. No primeiro caso tal podia ocorrer se, por exemplo, se conseguisse afastar parte da guarnição do interior da fortaleza, pelo que o efetivo restante podia não ser suficiente para defender as muralhas ou segurar as portas. Foi deste modo que, em 1239 ou 1240, o comendador santiaguista Paio Peres Correia se apoderou do castelo de Silves. Cercou Paderne e, em simultâneo, enviou uma força militar para atacar Estômbar, fazendo crer que a comandava pessoalmente e que se tratava da ação decisiva. Quando Ibn Mafuz saiu de Silves, encabeçando um exército de socorro e deixando o castelo praticamente desguarnecido, o mestre de Santiago abandonou o cerco a Paderne e aproveitou para tomar Silves, com relativa facilidade²³⁴¹.

No campo dos assaltos de surpresa, os exemplos documentados em Portugal apontam para a escalada furtiva dos muros²³⁴². Estes golpes de mão eram executados por

²³³⁷ BARROCA, 2003f, pp. 152-153.

²³³⁸ BARROCA, 2003b, p. 36 e BARBOSA, 2004, p. 18.

²³³⁹ ADA, p. 152.

²³⁴⁰ *Partidas*, II, título XXVIII, lei 8.

²³⁴¹ CCA, pp. 104-106.

²³⁴² Christopher Gravett descreve também a possibilidade da entrada de uma pequena força, sob disfarce, que procedia ao domínio dos pontos-chave, situação que não pudemos identificar em Portugal, na cronologia estudada (1990, p. 21).

pequenas forças de gente de fronteira, bem conhecedora do terreno e do próprio inimigo, incluindo o seu idioma. Talvez porque se tratava de um modo pouco digno de apropriação de fortalezas, não o vemos associado ao poder régio a não ser na tomada de Santarém, numa noite de março de 1147²³⁴³. Mas a questão da *dignitas*, a esse nível, certamente que passaria ao lado das gentes de fronteira, considerando que este foi, sobretudo, o método mais utilizado por Geraldo e o seu bando de *latrones*²³⁴⁴. O assalto era, por norma, executado em alturas em que os muros estivessem menos vigiados e aproveitando a escuridão da noite, más condições atmosféricas ou, até, a combinação de ambas²³⁴⁵.

Os processos “leais” de assédio são designados nas *Partidas* como captura “por força” e, normalmente, implicavam o estabelecimento de um cerco prévio. É possível que, nalguns casos, como nos apontados por Francisco García Fitz, se pudesse tentar uma investida inicial através de um ataque frontal com todos os meios disponíveis. Um assalto desta natureza era muito oneroso em termos de vidas humanas para os assaltantes, mas podia ser compensador, face, por um lado, à possibilidade do defensor não se encontrar ainda completamente preparado e, por outro, à perspetiva de maiores perdas acumuladas que um cerco prolongado acarretaria²³⁴⁶. Há que considerar que mesmo forças sem efetivo suficiente e condições logísticas para estabelecer um arraial e executar um cerco, podiam tentar o ataque frontal, como terá ocorrido com a Ordem de Santiago face a Tavira, sendo a vila conquistada sem sequer ter oportunidade de fechar as portas aos atacantes cristãos²³⁴⁷. Mas outros assaltos desta natureza que conhecemos no espaço português, apesar de desferidos nos primeiros dias de operações, foram-no depois de estabelecido o cerco. Foi assim que, no segundo dia do cerco a Silves, em 1189, cruzados e portugueses atacaram as muralhas do arrabalde com recurso a escadas de assalto²³⁴⁸. E terá sido também deste modo que, em março de 1249, pensando que D. Afonso III, que tinha entrado em Faro para negociações com os muçulmanos, sendo por isso capturado por estes, as forças portuguesas desencaderam um assalto frontal, tentando incendiar a designada “porta dos freires”²³⁴⁹.

²³⁴³ DES, p. 1231-1232.

²³⁴⁴ IBN SAHIB AL-SALA, pp. 137-138.

²³⁴⁵ M.G. MARTINS, 2016, p. 177.

²³⁴⁶ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 223-224.

²³⁴⁷ CCA, p. 103.

²³⁴⁸ M.G. MARTINS, 2016, p. 213.

²³⁴⁹ CCA, p. 108.

De qualquer modo, o planeamento para uma operação de assédio com cerco devia obedecer a um elevado grau de detalhe. A altura do ano mais indicada para a desencadear era o início do Verão, especialmente antes das colheitas, uma vez que os sitiados ficariam privados do seu cereal, deixando-o à mercê dos atacantes. Além disso, o tempo quente secava as linhas de água, os poços e as fontes, conduzindo mais rapidamente à sua escassez dentro das muralhas²³⁵⁰. Era necessário calcular com precisão o efetivo necessário e conjugá-lo com o período de serviço que os guerreiros podiam dar, limitação temporal que pode ter estado na origem do abandono do cerco a Lisboa de parte da hoste de D. Afonso Henriques, em 1147²³⁵¹. Importava, também, selecionar a tipologia de efetivos, incluindo artesãos especialistas em engenhos, cavaleiros que assegurassem as comunicações e as escoltas a colunas de reabastecimento, arqueiros e besteiros que pudessem fazer tiro para o interior da fortaleza e um trem de abastecimentos compatível com a dimensão da força sitiante²³⁵².

Normalmente, a primeira ação era o estabelecimento do cerco, materializado pela montagem de arraiais ou acampamentos. Como muitas das grandes cidades eram ribeirinhas, era necessário assegurar o bloqueio naval, quer a possíveis esquadras de socorro, quer para impedir a utilização de embarcações por parte dos sitiados²³⁵³. Este controlo fluvial foi estabelecido em 1147, em Lisboa, em 1189, em Silves, e em 1217, em Alcácer, sempre com esquadras cruzadas presentes²³⁵⁴. Na conquista de Mértola, pela Ordem de Santiago, possivelmente em 1239, o controlo fluvial poderá ter sido assegurado pela tomada simultânea de Aiamonte pelo rei, permitindo aos portugueses passar a controlar a entrada no Guadiana²³⁵⁵.

²³⁵⁰ MONTEIRO, 1998, p. 339. Além disso, o ar seco e a ausência de chuva facilitavam o aumento do efeito do fogo sobre as estruturas inflamáveis no interior da fortificação.

²³⁵¹ CLM, Cap. 16, p. 111.

²³⁵² Sobre o volume de forças e meios técnicos necessários para conquistar pela força uma vila de grande dimensão, veja-se GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 231-232.

²³⁵³ O *Carmen* de Gosuino afirma que, a seguir à batalha da ribeira de Sítimos, aproximaram-se da região de Alcácer trinta galés muçulmanas, mas não chegou a haver combate naval porque uma tempestade afundou essa esquadra de socorro (ML-IV, *Escritura* IX, p. 136).

²³⁵⁴ Nas três operações enunciadas, o elevado número de navios cruzados foi suficiente para o estabelecimento imediato de supremacia naval cristã no local. Para o cerco de Lisboa, só os anglo-normandos dispuseram de 164 embarcações, que zarparam de Dartmouth (CLM, Cap. 1, p. 55), às quais se devem adicionar as dos cruzados flamengos e as de que dispunha o próprio rei de Portugal; no ataque a Silves, o conjunto dos cruzados, portugueses e mesmo um navio de Tui, somava, pelo menos, 36 embarcações cristãs (DIN, p. 84). Já a operação de Alcácer, os cristãos contaram com, pelo menos, 100 navios (MH-I, 26, p. 49 de 1217, outubro).

²³⁵⁵ HENRIQUES, 2003, p. 58.

Os atacantes deviam posicionar-se a uma distância que permitisse boa visibilidade para o castelo e rápida concentração de tropas para o combate, mas ao mesmo tempo fora do alcance das armas de tiro direto da fortaleza. Além destas preocupações táticas, havia também que atender a uma escolha criteriosa do terreno, de modo a que este não alagasse em caso de chuvas, permitisse fácil acesso a água potável e garantisse condições de salubridade, já que a operação podia demorar semanas ou meses²³⁵⁶. Era ainda importante a disponibilidade de pasto para os cavalos que, à medida que a operação se prolongava, tinha de ser procurado cada vez mais longe, enfraquecendo o número de cavaleiros disponíveis, como parece ter ocorrido no cerco de Sevilha, em 1248²³⁵⁷.

Considerando o perímetro da fortaleza em causa, em vez de um, o atacante podia instalar-se em vários arraiais, abrangendo ao máximo uma cintura de cerco, complementando os espaços entre esses acampamentos com patrulhas e atalaias²³⁵⁸. O cerco de Lisboa, por exemplo, contou com três arraiais: a norte da cidade, a hoste portuguesa, no monte de S. Gens, tendo à sua direita (a ocidente) o acampamento anglo-normando e à sua esquerda (a oriente), o germânico e flamengo, aos quais se adicionava, pela parte do Tejo, a já mencionada frota²³⁵⁹. No cerco a Faro, em 1249, a fortaleza foi completamente rodeada por forças terrestres, divididas por quatro setores²³⁶⁰.

O atacante devia assumir medidas de segurança quer para prevenir a aproximação de um exército de socorro, quer para poder fazer face a uma surtida por parte da guarnição sitiada, que pudesse destruir forças sitiadoras e colocar em causa toda a operação. Para tal, escolhia criteriosamente o local de cada arraial e procedia à escavação de fossos e à colocação de outros obstáculos, como paliçadas, quer à sua retaguarda, quer entre as suas posições e a fortaleza²³⁶¹, como aconteceu com o fosso escavado pelos cristãos, entre si e

²³⁵⁶ Miguel Gomes Martins chama a atenção para um aspeto de grande relevância, relacionado com a acumulação de dejetos e detritos, associados à proliferação de doenças. Os cálculos que efetuou deixam entrever uma acumulação diária da ordem dos 400g de excrementos humanos e até máximos de 20 quilos por cavalo (2016, p. 293).

²³⁵⁷ CGE, Cap. DCCCXXVII, p. 450.

²³⁵⁸ Com os serviços de vigilância a serem efetuados por escala, como ocorreu em torno de Alcácer, em 1217. Caso o efectivo do sitiante não permitisse cobrir todo o perímetro da muralha, as *Ordenações Afonsinas*, posteriores à cronologia em estudo, mas que admitimos, neste aspeto, refletirem uma realidade frequentemente praticada, recomendavam que não se espalhasse demasiado os homens, optando por concentrar o arraial num determinado ponto e por proceder ao respectivo desdobramento apenas nos dias de combate (MONTEIRO, 1998, p. 340).

²³⁵⁹ M.G. MARTINS, 2017a, p. 187.

²³⁶⁰ M.G. MARTINS, 2011, p. 184.

²³⁶¹ Para uma descrição pormenorizada do arraial, dos modos de o estabelecer, organizar e abastecer, consulte-se M.G. MARTINS, 2016, pp. 217-228.

o castelo, no cerco de Alcácer²³⁶². Certamente que no exterior, ou seja, na retaguarda do dispositivo sitiante, os itinerários de aproximação ao local da operação deveriam ser também guarnecidos com postos de vigia, por homens a cavalo, de modo a poderem transmitir rapidamente a notícia da aproximação do inimigo.

Depois de estabelecido o cerco, no caso das urbes ou grandes vilas, havia que confinar o defensor ao mínimo espaço possível, pelo que se procedia à tentativa de controlo dos arrabaldes²³⁶³. Este tipo de ações, por vezes muito semelhantes ao combate em áreas urbanas atual, “rua a rua, casa a casa”, encontram-se bem descritas nas fontes. Em 1 de julho de 1147, três dias depois de desembarcarem junto a Lisboa, os cruzados anglo-normandos começaram a combater pelo controlo do arrabalde ocidental da cidade²³⁶⁴. Em Silves, em 1189, a primeira ação dos portugueses e cruzados foi combater pelo controlo do arrabalde que, neste caso, se encontrava protegido por uma cintura de muralhas, ultrapassada através da colocação de grande número de escadas²³⁶⁵. Em 1217, o procedimento foi o mesmo, tendo os cruzados travado combate com os muçulmanos de Alcácer, pela posse do arrabalde, que se estendia entre o castelo e o rio: “Então tomamos as ruas. O inimigo acode”²³⁶⁶.

Era frequente serem enviadas delegações junto da muralha para instar os defensores à rendição. Esta medida, tomada o mais cedo possível, visava poupar vidas e tempo, a ambos os lados. De um modo geral, se os habitantes de uma vila se rendessem imediatamente, permitia-se que ficassem nela e conservassem a vida, a religião e os bens; se a rendição ocorresse no decurso do assédio, as suas vidas eram poupadas e permitia-se que partissem com todos os bens que pudessem transportar. Caso não se rendessem e a cidade fosse tomada de assalto, os habitantes eram mortos ou convertidos em escravos²³⁶⁷. No entanto, a prática mostra que, em Portugal, nem sempre foram seguidas estas regras: os habitantes de Lisboa, em 1147, renderam-se no decurso do assédio e foram autorizados

²³⁶² “Sentimos necessidade de abrir trincheiras e de colocar vigias aqui e ali” (ML-IV, *Escritura IX*, p. 135). Também Fernando III de Leão e Castela mandou escavar uma carcova em torno do seu acampamento no cerco de Sevilha (CGE, Cap. DCCCXXVI, p. 449).

²³⁶³ Frequentemente, os atacantes preferiam instalar-se nas casas dos arrabaldes conquistados a montar tendas nos arraiais (M.G. MARTINS, 2016, p. 214 e 220).

²³⁶⁴ CLM, Cap. 12, pp. 101-103.

²³⁶⁵ DIN, p. 88.

²³⁶⁶ ML-IV, *Escritura IX*, p. 134. Do lado muçulmano, o procedimento era o mesmo. Quando, em 1184, o califa Yusuf I assediou Santarém, a primeira ação de combate foi a conquista e destruição do arrabalde (*Al-Bayan II*, Miranda, pp. 70-71).

²³⁶⁷ BARROCA, 2003f, p. 151 e 153.

a sair, mas só depois de espoliados dos seus bens²³⁶⁸. Também se passou algo de semelhante em Silves, em 1189, tendo os moradores muçulmanos sido autorizados a sair somente com as roupas do corpo²³⁶⁹.

Temos indícios de negociações ocorridas, em diferentes momentos das operações, em quase todos os assédios de grande dimensão ocorridos em Portugal na cronologia em estudo. No cerco de Lisboa, as conversações tiveram lugar entre uma delegação encabeçada pelo arcebispo de Braga e o alcaide, juntamente com o bispo moçárabe da cidade, no início de julho de 1147, imediatamente após os primeiros combates pelos arrabaldes e o pacto estabelecido entre D. Afonso Henriques e os cruzados, ações decorridas entre 28 e 30 de junho e ainda antes de estabelecido o cerco²³⁷⁰. Já em Silves, em 1189, as negociações tiveram lugar no início de setembro, após dois meses de cerco, tendo em vista a rendição da cidade²³⁷¹. Por vezes, como ocorreu no cerco de Faro, em 1249, a negociação foi conduzida pelo próprio rei, recebido no interior da fortaleza, de acordo com a *Crónica da Conquista do Algarve*²³⁷².

Estas convenções também incluíam a concessão de um prazo para que o alcaide pudesse enviar uma mensagem ao senhor a quem devia homenagem, solicitando autorização para a rendição, período durante o qual as hostilidades eram suspensas²³⁷³. Em 1191, depois de oito dias de cerco, Abu Yaqub Yusuf, al-Mansur, logrou ocupar parte do sistema de Silves, isolando na alcáçova a guarnição e o governador, Rodrigo Sanches. O califa concedeu, então, dez dias ao comandante cristão pedir licença a D. Sancho I para entregar a praça²³⁷⁴.

Caso os defensores decidissem resistir, a operação podia prolongar-se. É verdade que neste desafio entre a raposa e o galo, na célebre metáfora de D. Juan Manuel, a vantagem estava, inicialmente, do lado do galo que, num ramo da árvore, poderia aguardar que fosse a raposa a primeira a ceder²³⁷⁵. No que respeita a fortalezas de grandes dimensões, sem termos certezas sobre a materialização de um cerco propriamente dito, temos nota de uma tentativa frustrada de tomada de Lisboa, em 1142, sobre a qual os

²³⁶⁸ CLM, Cap. 23, p. 141.

²³⁶⁹ DIN, pp. 119-120.

²³⁷⁰ CLM, Cap. 11, p. 93.

²³⁷¹ DIN, p. 119.

²³⁷² CCA, p. 107. É possível que se trate de uma redação destinada a valorizar o papel do rei, mas não dispomos de dados que nos permitam refutar a descrição da crónica.

²³⁷³ STRICKLAND, 1996, p. 209.

²³⁷⁴ HENRIQUES, 2003, p. 49.

²³⁷⁵ M.G. MARTINS, 2016, p. 235.

Annales Domni Alfonsi assinalam, precisamente, como razão do insucesso cristão, a boa capacidade de defesa da cidade²³⁷⁶. Também se conhecem duas outras ações militares por parte de D. Afonso Henriques, igualmente goradas, para conquistar Alcácer, em 1151 e 1157²³⁷⁷. Mas no que respeita a este assunto, de tentativas de cerco mal-sucedidas, a operação de Elvas, em 1226, é a mais bem documentada, tendo acabado com a retirada dos sitiadores após cerca de dois meses de operações, entre junho e julho²³⁷⁸. Em relação ao lado muçulmano há a registar pelo menos dois assédios, com cerco, que acabaram por não ser concluídos: o de Santarém, em 1184 e o de Tomar, datado de 1190²³⁷⁹.

Cercar um castelo e aguardar que a sede e a fome conduzissem à rendição da guarnição era a opção de fundo sempre presente, embora não a mais desejável, pois obrigava o atacante a prolongar a permanência no cerco, expondo-se ele próprio à carestia de abastecimentos, às doenças, a defrontar um exército de socorro e a sujeitar-se a que o tempo de serviço das suas tropas se esgotasse²³⁸⁰. Do lado do defensor o panorama não era mais animador. Apesar de poder dispor de reservas de água e de alimentos, estas, face às bocas para alimentar, podiam esgotar-se rapidamente. Em Lisboa, em 1147, a fome fez-se sentir, entre os sitiados, ao fim de seis semanas de cerco²³⁸¹. Quando, em 1189, perceberam, através de um habitante de Silves que se entregara, que a couraça era a única fonte de água dos sitiados, os cruzados concentraram todos os esforços em capurá-la, após o que a cidade se rendeu em quatro dias²³⁸². Para o sitiado, quer a água, quer a comida deviam ser racionadas para prolongar a capacidade de resistência e, por vezes, havia que tomar medidas de fundo, como parece ter acontecido no cerco de Coimbra de 1247-1248,

²³⁷⁶ ADA, p. 155 e PMH-S-I, p.13. Conduzida com o apoio de uma armada de cruzados, saldou-se pelo saque aos arredores da cidade. Sobre este assunto veja-se M.G. MARTINS, 2017a, pp. 95-96.

²³⁷⁷ MATTOSO, 2007, pp. 282-285.

²³⁷⁸ H. FERNANDES, 2010, pp.190-191.

²³⁷⁹ Em Santarém, as ações de flagelação dos cristãos sobre as hostes muçulmanas e um prolongamento exagerado do cerco quando já se tinha percebido que não seria possível a conquista, acabaram por condicionar os almóadas a uma retirada desordenada, onde o califa Yusuf I foi ferido e acabou por morrer poucos dias depois (*Al-Bayan II*, , pp. 75-77). Seis anos depois, em julho e 1190, em frente a Tomar, Yaqub al-Mansur, filho de Yusuf, ordenou a retirada após cinco ou seis dias de cerco, depois de ter adoecido e do seu exército mostrar sinais de esgotamento e falta de abastecimentos (*Al-Bayan II*, pp. 162-163). É possível que os sitiados estivessem a ser assolados por um surto de cólera, algo bem frequente nestas ocasiões, frequentemente provocado pelo consumo de água contaminada ou carne putrefacta (BARROCA, 2003b, p. 51).

²³⁸⁰ Durante o cerco cristão a Silves, em 1189, os abastecimentos começaram a escassear na hoste régia portuguesa, quer para os cavalos, quer para os guerreiros, tendo havido alguma pressão sobre o rei para retirar (DIN, p. 95).

²³⁸¹ CLM, Cap. 14, p. 109. E era de tal forma que a *Chronica Regia Coloniensis* diz que os habitantes tiveram de comer cães e gatos (CRC, p. 85).

²³⁸² DIN, p. 93-94 e 98.

em que o alcaide, Martim de Freitas, fez sair um grupo de mulheres da fortaleza, por consumirem recursos sem terem serventia para a defesa²³⁸³.

Os primeiros a serem privados de alimento e de água eram os prisioneiros, como ocorreu em 1189, em Silves, quando os cristãos aí cativos, que eram inicialmente 450, ficaram reduzidos a 200 depois de dois meses de cerco²³⁸⁴. Mas o defensor também tinha possibilidade de ludibriar os sitiadores, criando-lhes a ilusão da existência de boas reservas de géneros na fortaleza sitiada. Assim o descreve a *Crónica de Portugal de 1419*, a propósito do cerco imposto a Celorico, em 1246, pelo conde de Bolonha. O alcaide, Fernão Rodrigues Pacheco, aproveitou um peixe que uma ave, que sobrevoara o local, tinha deixado cair, para o mandar confeccionar e servir ao conde, acompanhado do melhor pão e do melhor vinho que se pôde encontrar no castelo, levando, segundo o texto, ao abandono do cerco por parte dos sitiadores²³⁸⁵.

Apesar do que foi dito, uma boa parte das operações de assédio em Portugal viu o seu desfecho associado a outros fatores que não a falta de víveres, de água ou a eclosão de epidemias. Talvez seja esta uma das razões para que, ao contrário de outros cercos conhecidos na Península Ibérica, como o de Sevilha, de 1247-1248, que se arrastou por 15 meses, os quatro meses dos assédios de Lisboa, em 1147 e de Alcácer, em 1217 – os mais longos em Portugal durante o período em estudo – foram excecionalmente curtos²³⁸⁶. Verifica-se, principalmente nos grandes cercos, que o atacante esperava a rendição da praça cercada mantendo-a sob uma pressão constante e procurando encontrar ou provocar um ponto vulnerável através do qual pudesse lançar um assalto massivo²³⁸⁷.

Para criar um ponto vulnerável podia-se destruir uma porta, que era uma estrutura mais frágil, derrubar uma torre ou parte da muralha e também se podiam criar condições de maior permeabilidade numa secção de muro, mantendo-a sob tiro constante e fazendo com que os defensores se afastassem do adarve, em busca de proteção. Estas ações podiam ser efetuadas por contacto, requerendo uma aproximação física à muralha (à superfície ou subterrânea), ou à distância, recorrendo a engenhos balísticos²³⁸⁸.

²³⁸³ CP1419, Cap. 75, pp. 137-139.

²³⁸⁴ DIN, p. 99.

²³⁸⁵ CP1419, Cap. 74, pp. 136-137. Mais ou menos ficcionada, a narrativa da crónica é elucidativa do jogo de perceções que se desenvolvia durante um cerco.

²³⁸⁶ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 226.

²³⁸⁷ M.G. MARTINS, 2016, pp. 235-236.

²³⁸⁸ São várias as tentativas de sistematização dos métodos de assalto a uma fortaleza e de classificação das máquinas de assédio agrupando-as por afinidades. Em Portugal, alguns modelos de análise mais recentes,

Entre as máquinas que efetuavam tiro sobre a fortaleza, havia as que se destinavam a bater muros e torres e as que destruíam ou incendiavam estruturas, atingiam bens e pessoas²³⁸⁹. As maiores entre as primeiras arremessavam, a mais de 200 metros de distância, pelouros de pedra que podiam chegar a pesar 135 quilos²³⁹⁰ e provocavam baixas entre os defensores que estivessem nos adarves (que preferiam afastar-se deles), mas que tinham como finalidade principal a abertura de uma brecha através do derrube de uma torre ou de um pano de muralha²³⁹¹. Designadas genericamente por trabucos, eram, primeiramente, de tração humana e, a partir do final do século XII, de contrapeso²³⁹². Os que foram utilizados no cerco de Lisboa pelos contingentes estrangeiros, eram, cada um deles, manobrados por equipas de 100 homens, que se revezavam periodicamente²³⁹³. Em Silves, terá sido o tiro de um trabuco o responsável pelo derrube de uma torre²³⁹⁴. Os de contrapeso tinham as vantagens de requererem

devem-se, por exemplo, a Miguel Sanches Baêna, que baseado nas descrições da CLM, as classifica em máquinas “de bater, de escalar, de aproximação e de minagem e demolição” (BAÊNA, 2012, p. 62). Dois anos depois, numa dissertação dedicada exclusivamente ao tema dos engenhos, armas e técnicas, Bárbara Costa organizou o estudo em engenhos de aproximação, engenhos de destruição, técnicas de destruição e engenhos de proteção (B.COSTA, 2014, pp. 26-72). Miguel Gomes Martins, sem procurar uma etiquetagem de máquinas, abordou primeiramente os engenhos neurobalísticos, depois os trabalhos de sapa, as técnicas e equipamentos de aproximação às muralhas e, finalmente, os métodos de transposição dos muros (2016, pp. 236-252). Recentemente, debruçando-se sobre as operações de cerco documentadas em Portugal entre 1147 e 1217, Mário Jorge Barroca agrupou as armas de sítio ou engenhos em onagros e balistas (baseados na torção de cordas), trabucos, e torres de assalto e arietes (2019, pp. 354-364). Esta diversidade recorda-nos de que é mais importante identificar claramente o que as fontes transmitem do que procurar uma taxonomização consagrada. Talvez o principal problema do estudo dos engenhos de cerco resida nas designações coevas para cada máquina. Um mesmo artefacto pode conhecer mais do que uma designação diferente: o trabuco também foi designado por trabuquete, funda balear, petraria ou calabra. Também se identificam aparelhos cuja designação se transformou ao longo do tempo, como é o caso do onagro romano, mais tarde manganela e, só depois, catapulta (BAÊNA, 2012, pp. 67-69).

²³⁸⁹ MONTEIRO, 2000, p. 205. A tecnologia de construção das máquinas de assédio é um assunto que conhece abundante investigação. Entre os estudos sobre o tema, destaca-se o ensaio diacrónico de Francisco García Fitz que, embora centrado na França do século XIV, demonstra o “salto tecnológico” ocorrido no século XIII (GARCÍA FITZ, 2011, pp. 819-864). Sobre a tecnologia de artilharia neurobalística e máquinas de cerco, veja-se DeVRIES e SMITH, 2012, pp. 126-144 e 169-183. Sobre trabucos, vejam-se, por exemplo HILL, 1973, pp. 99-114 e CHEVEDDEN, *et al.*, 1995.

²³⁹⁰ BAÊNA, 2012, p. 67. Embora a generalidade dos trabucos tivesse dimensões e alcances mais modestos, da ordem dos 50 a 60 metros, utilizando projéteis de 15 a 25 quilos de peso. Engenhos com estas características eram pouco eficazes contra panos de muralha ou torres, mas faziam um bom trabalho quando apontados a portas, hurdícios e, sobretudo, aos merlões que, quando derrubados, provocavam chuvas de pedras sobre os defensores nas imediações (M.G. MARTINS, 2016, p. 238).

²³⁹¹ M.G. MARTINS, 2016, p. 236. No cerco de Silves, os cruzados posicionaram um trabuco a 200 metros da muralha (DIN, p. 86).

²³⁹² HILL, 1973, p. 103. Para além do braço móvel que basculava, como uma alavanca, sobre um eixo, o projétil era colocado numa funda, suspensa da extremidade do braço oposta ao ponto de tração ou onde estava colocado o contrapeso. O movimento de rotação da funda, no momento do lançamento, aumentava grandemente a velocidade inicial e dava ao projétil uma trajetória tendencialmente mais tensa do que curva.

²³⁹³ CLM, Cap. 17, p. 115. Não é possível saber se esta centena de homens atuava em simultâneo, mas é mais plausível que se constituíssem equipas de cem e que, dentro destas, se articulassem em grupos menores que, esses sim, se revezavam na manobra do engenho.

²³⁹⁴ DIN, p. 92.

menos operadores e serem mais precisos do que os de tração, tendo começado a ser usados em Portugal no final da cronologia em estudo, encontrando-se documentados nalguns cercos da guerra civil de 1245-1248 e no cerco de Faro de 1249²³⁹⁵.

O lançamento de projéteis destinados a atingir estruturas e pessoal no interior das fortalezas, a fim de gerar baixas e degradar a capacidade anímica e defensiva dos sitiados, era efetuado por intermédio de manganelas ou mangonais. De dimensões menores que os trabucos, eram normalmente engenhos que recorriam à torção de cordas para, uma vez libertado o braço, a energia produzida na destorção permitir efetuar o lançamento. A trajetória dos projéteis conhecia uma “flecha” mais elevada, tornando possível o tiro mergulhante no interior da fortificação. Os pelouros assim lançados destruíam mecanicamente estruturas e atingiam defensores, mas também podiam ser disparados projéteis incendiários, como pode ter sido o caso do cerco que D. Afonso II moveu sobre Montemor, em 1211-12²³⁹⁶.

Fustigar muros e o interior dos castelos podia causar efeitos devastadores na defesa, mas não era ação suficiente, em si mesma, para provocar a rendição da guarnição, requerendo-se uma aproximação ao muro. Um método frequente, documentado nos casos de Lisboa, de Silves e de Alcácer, era a escavação de uma galeria subterrânea em direção às fundações de uma torre ou do pano da muralha. À medida que se ia construindo, o túnel era escorado com traves de madeira e, quando se calculava estar sob o tramo da estrutura que se pretendia fazer aluir, incendiava-se o travejamento. Em Lisboa, os ingleses esforçaram-se por derrubar, desta maneira, uma zona de muralha entre a Torre e a Porta de Ferro, mas o local era demasiado acessível aos defensores e o procedimento foi infrutífero²³⁹⁷. Mais tarde, uma mina escavada pelos flamengos conseguiu derrubar parte do muro, entre a porta do Sol e a porta de Alfama²³⁹⁸. Em Silves, em 1189, os cruzados lograram fazer colapsar parte de uma torre desta maneira²³⁹⁹, para além de outras tentativas, contrariadas pelos defensores²⁴⁰⁰. Em Alcácer, em 1217, os Cruzados abriram

²³⁹⁵ M.G. MARTINS, 2016, p. 238.

²³⁹⁶ BARROCA, 2003b, p. 56. Cruzamo-nos frequentemente com a designação genérica de “catapulta”, que parece corresponder a uma (re)construção historiográfica e não a um engenho que tivesse existido nos séculos XII e XIII no espaço português, pelo menos com esse nome. O termo generalizou-se e entrou em uso comum para designar boa parte dos engenhos de destruição empregues nos cercos (COSTA, 2014, p.41). Para uma descrição dos engenhos que, na Idade Média em Portugal, se destinavam ao lançamento de pedras, veja-se COSTA, 2014, pp. 47-51.

²³⁹⁷ CML, cap. 17, pp. 113-115.

²³⁹⁸ NASCIMENTO, 2001, p. 170, nota 153.

²³⁹⁹ DIN, p. 93. O procedimento técnico é detalhadamente descrito pela fonte.

²⁴⁰⁰ DIN, p. 94.

pelo menos uma mina, interceptada pelos muçulmanos, através de uma contramina escavada a partir do interior do castelo²⁴⁰¹.

A aproximação à muralha era uma ação arriscada, dado que o terreno em torno da fortificação estava, frequentemente, organizado defensivamente com obstáculos e deveria ser batido por tiro proveniente das torres e muralhas (como veremos adiante) criando uma espécie de “zona de morte”²⁴⁰². Era, por isso, necessário efetuar trabalhos de sapa, construindo redes de trincheiras que permitissem uma aproximação coberta de grupos de guerreiros, bem como aplanar o terreno de modo a permitir o deslocamento de enormes torres de assalto ou bastidas. Estes trabalhos eram efetuados sob a proteção de estruturas móveis de abrigo, de dimensões variáveis, construídas em vimes entrançados ou mesmo com a forma de gaiolas de madeira, cobertas com silvas, lama e peles de animais, de preferência com a parte superior em forma de “telhado” de duas águas, de modo a que os projéteis contra eles arremessados resvassem para o exterior²⁴⁰³. Estas proteções conheceram diferentes designações – provavelmente resultantes de algumas especificidades que não é possível identificar – como *gato walisco*, gata, sus, mantelete, manta ou ouriço e podiam abrigar vários guerreiros e até aríetes, ou outras máquinas de guerra²⁴⁰⁴.

Nos casos onde havia fossos, estes tinham de ser previamente atulhados de materiais, para permitir a aproximação dos guerreiros. No cerco de Silves, sapadores cruzados, provavelmente a coberto de mantas, esforçaram-se por aterrar o fosso do flanco nordeste da almedina²⁴⁰⁵. Na operação de Alcácer, em 1217, os cruzados encheram os

²⁴⁰¹ ML-IV, Escritura IX, p. 136.

²⁴⁰² No caso do assédio a Lisboa de 1147, o relato do cruzado coloca em evidência as dificuldades que os atacantes atravessavam para tentar fazer aproximar engenhos da muralha. Aqui, o terreno era, por natureza bastante restritivo para a movimentação das bastidas: a primeira acabou destruída por se ver impedida de progredir, afundada na areia (CLM, Cap. 14, pp. 107-109); a última, acabou por se conseguir aproximar, mas à custa de muito esforço, pois a cada maré-cheia, ficava totalmente rodeada de água e a guarnição, assim isolada, ficava à mercê de tiro dos defensores, proveniente das muralhas, e também das surtidas muçulmanas (CLM, Cap. 19, pp. 127-129).

²⁴⁰³ Uma destas estruturas é bem descrita, a propósito do cerco de Silves de 1189. Apesar de todas as proteções colocadas pelos cruzados, acabou destruída, especialmente porque era muito pesada e não podia ser movimentada com facilidade (DIN, p. 91).

²⁴⁰⁴ O *gato walisco* é explicitamente mencionado como “abrigo de vimes” no relato do Cruzado Raul (CLM, Cap. 19, p. 127). Sobre este tipo de proteções veja-se (BAËNA, 2012, pp. 74-75). Pequenos manteletes podiam, por exemplo, permitir que um ou dois guerreiros se aproximassem dos fossos para os encher ou das portas para as incendiar (MONTEIRO, 2000, p. 213).

²⁴⁰⁵ DIN, p. 95.

fossos com madeira de oliveira e de figueira, mas os muçulmanos conseguiram incendiá-la²⁴⁰⁶.

Seguia-se a transposição da muralha, cujo método mais comum era o recurso a escadas. Os grupos de assalto aproximavam-se o mais possível, preferencialmente a coberto do tiro de arqueiros que obrigassem os defensores a proteger-se, impedindo-os de efetuar tiro defensivo. Em Silves, os cruzados fizeram vários assaltos deste género, sendo que a 18 de agosto de 1189, todo o exército, pesadamente equipado, abordou a muralha por todos os lados, no intuito de dividir, e com isto enfraquecer, o esforço defensivo. Mas depois de renhidos combates, os cristãos tiveram de retirar com pesadas baixas²⁴⁰⁷.

No assédio a Lisboa de 1147, há registo de um outro processo de colocação de atacantes no topo das muralhas, com recurso a engenhos designados por sambucas. Estes podiam ser de dois tipos: o primeiro era constituído por grandes estruturas feitas de pranchões de madeira, que se encostavam ao topo da muralha e conformavam, com o solo, uma espécie de rampa, por onde os atacantes podiam subir, provavelmente com ambas as mãos livres (ao contrário das escadas). As de segundo tipo eram máquinas mais evoluídas, que consistiam numa grande haste assente num eixo giratório que tinha, numa das extremidades, um cesto onde cabiam vários combatentes e, na outra, um contrapeso e vários cabos, de modo a que pudesse ser operada. Desta forma, podia ser manobrada, girando a haste e elevando o cesto à altura das muralhas, permitindo o “desembarque” dos assaltantes. Uma vez obtida uma “cabeça de ponte” sobre o adarve, os grupos seguintes podiam recorrer a escadas²⁴⁰⁸. Em Lisboa, estes engenhos foram instalados em alguns navios cruzados, permitindo que o assalto se fizesse, também, a partir do rio²⁴⁰⁹.

Mas a estrutura mais elaborada devia ser a torre de assalto ou bastida. Construída para sobrepassar a altura do muro, podia ser utilizada com plataforma de tiro para o interior da fortaleza, como parece ter sido o caso no assédio a Alcácer de 1217²⁴¹⁰. Nelas podiam ser também instalados engenhos de bater e podiam ser equipadas com uma ponte levadiça que, após aproximação à muralha, era usada para a entrada de combatentes na fortaleza atacada. As bastidas eram construídas no local e, por isso, não eram sempre iguais, embora dispusessem, normalmente, de vários pisos, unidos por escadas. Em

²⁴⁰⁶ ML-IV, Escritura IX, p. 135.

²⁴⁰⁷ DIN, p. 95.

²⁴⁰⁸ BAËNA, 2012, pp. 75-76.

²⁴⁰⁹ M.G. MARTINS, 2017a, p. 222.

²⁴¹⁰ “Erguemos duas torres, mais altas que as do castelo” (ML-IV, Escritura IX, p. 136).

Lisboa, os ingleses construíram uma torre de quatro pisos e os flamengos e colonenses ergueram uma bastida ainda maior, que albergava um aríete. Devido ao enorme peso, o seu deslocamento não devia ser efetuado sobre rodas, mas sim sobre toros. A estrutura de madeira era revestida de coiros de boi crus, embebidos em vinagre e lama, além de serem regados permanentemente a partir dos pisos superiores, para minimizar os efeitos de materiais incendiários arremessados pelos sitiados²⁴¹¹.

Algumas destas máquinas eram transportadas desmontadas para o local do assédio, como parece ter sido o caso do cerco que Yaqub al-Mansur impôs a Alcácer em 1190, que permitiu recuperá-la para o Islão²⁴¹². Ou então construídos durante as operações, como ocorreu nos cercos cristãos a Silves²⁴¹³ e a Alcácer, sendo que para este último foram desmantelados oito navios cruzados²⁴¹⁴. No entanto, são raras as evidências de construção e utilização de máquinas de cerco por parte dos portugueses. Na maioria dos casos conhecidos, ou foram empregues pelos muçulmanos (especialmente os almóadas) ou por cruzados do norte da Europa. No entanto, o *De Itenere Navali* refere, em mais do que um local, a utilização de pequenas máquinas lançadoras de projéteis, sob o comando de D. Sancho I (duas máquinas que fustigaram o interior da cidade depois da primeira brecha aberta na muralha²⁴¹⁵ e três que, juntamente com uma quarta máquina, esta dos cruzados, fustigaram a face norte da fortaleza de Silves²⁴¹⁶. Posteriormente ao cerco, D. Sancho I tinha ao seu serviço um mestre de engenhos, “mestre Miguel”, a quem doou propriedades²⁴¹⁷. Os cruzados que cercaram Lisboa, em 1147, dispunham de mais do que um mestre de engenhos. Um deles ficou ferido numa perna, vítima de um projétil lançado pelos defensores, deixando de poder apoiar o combate²⁴¹⁸, mas um outro, oriundo de Pisa, destacou-se por ter reparado uma torre no arraial inglês²⁴¹⁹.

Todas estas ações de ataque decorriam sob uma troca constante de tiro de armas neurobalísticas individuais e coletivas, que não só contribuía para ir causando baixas de parte a parte, como gerava uma necessidade permanente de proteção, mais facilitada no caso dos defensores, pela estrutura do castelo. No caso das armas individuais, as

²⁴¹¹ CLM, Cap. 19, pp. 127-129.

²⁴¹² *Al-Bayan II*, pp. 168-169.

²⁴¹³ DIN, p. 90.

²⁴¹⁴ MH-I, doc. 29 de 1218, janeiro, 26.

²⁴¹⁵ DIN, p. 92.

²⁴¹⁶ DIN, p. 96.

²⁴¹⁷ DS, doc. 104 de 1197, setembro.

²⁴¹⁸ CLM, Cap. 19, p. 129.

²⁴¹⁹ MEYER, 2000, p. 45.

referências a troca de tiro de arco e de besta são frequentes, como no cerco de Lisboa, de 1147, onde, entre os cruzados, havia “atiradores de arco”²⁴²⁰, ou no cerco de Alcácer, em 1217, onde os cruzados se tiveram de afastar dos muros, para ficarem fora do alcance das “pedras, vigas e fogo” arremessados pelos defensores, retorquindo “com o arco”²⁴²¹. Defensores cristãos e muçulmanos recorriam a bestas, como se documenta para Silves, em 1189²⁴²².

A fim de contrariar o avanço de máquinas de assédio e de homens, os defensores também contavam com máquinas, entre as quais se encontrava o “arco grande que era feito no muro”, utilizado pelos defensores de Faro, em 1249, e que devia corresponder a uma balista²⁴²³. Esta era uma arma semelhante à besta, mas de dimensões consideráveis, capaz de disparar, com precisão, virotões de mais de um metro de comprimento a cerca de meio quilómetro de distância²⁴²⁴. Muitos engenhos cruzados foram destruídos pelos defensores de Lisboa, em 1147, através de tiro de trabucos²⁴²⁵ e também, quando próximos das muralhas, através do arremesso de materiais incendiários²⁴²⁶.

Entre as opções ofensivas das guarnições das fortalezas estavam as surtidas, o apoio proveniente de forças de socorro ou ambas. A milícia de Évora tentou uma ação destas contra os almóadas, em 1181, quando estes cercaram a cidade. A ação terminou em desastre para os cristãos, que foram repelidos para o fosso da localidade, onde muitos acabaram aprisionados ou mortos²⁴²⁷. Era ainda possível que existissem grupos de guerreiros que, sem terem efetivo suficiente para defrontar em campo aberto todo o exército sitiante, tinham, ainda assim, a capacidade de fustigar pequenos grupos de forrageadores ou elementos do dispositivo menos protegidos. Pode ter sido um recontro desta natureza o que ocorreu no contexto do cerco almóada de Santarém de 1184, quando um grupo de cavaleiros do contingente muçulmano de Múrcia, que executava uma algar,

²⁴²⁰ “*intendentes arcum, eruditique ad prelia*” (Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa, Cap. 2, p. 181).

²⁴²¹ ML-IV, escritura IX, p. 136.

²⁴²² DIN, p. 117.

²⁴²³ CCA, p. 91.

²⁴²⁴ NORRIS, 2007, p. 192. A utilidade de um engenho destes é evidente, principalmente se considerarmos que, do lado dos atacantes, para manobrar uma máquina de assédio eram necessários muitos homens e que o impacto de um projétil desta natureza devia ser suficiente para despedaçar estruturas de madeira.

²⁴²⁵ Instalados nos adarves e nas torres das muralhas da cidade (M.G. MARTINS, 2017a, p. 223).

²⁴²⁶ CLM, Cap. 19, p. 129.

²⁴²⁷ *Al-Bayan II*, p. 39.

foi intercetado por cristãos, tendo perdido pelo menos cinquenta muares e regressado ao arraial em pânico²⁴²⁸.

Uma outra opção ofensiva, ainda que não realizada diretamente pela guarnição sitiada, consistia na intervenção contra os sitiantes de uma força proveniente do exterior. Conhecemos alguns episódios envolvendo pedidos de socorro por parte das guarnições sitiadas. Na iminência de ser cercada, uma guarnição tinha, por vezes, oportunidade de enviar mensageiros a forças amigas, como pode ter ocorrido no cerco de Lisboa, tendo mesmo sido encontrado um mensageiro muçulmano, afogado no Tejo²⁴²⁹. Pedido semelhante foi lançado pelo comandante de Alcácer, em 1217, neste caso com sucesso, com a chegada de uma hoste de socorro, constituída pelos contingentes mobilizados nas cidades de Sevilha, Jaén, Badajoz e Córdoba, a mesma que defrontou os cristãos junto à ribeira de Sítimos²⁴³⁰. Mas nem sempre as forças de socorro se dispunham a enfrentar os sitiadores em campo aberto. Por vezes, o objetivo era reforçar a guarnição da praça-forte cercada. No cerco que as forças de D. Afonso II impuseram a Montemor, em finais de 1211, os partidários das suas irmãs D. Teresa e D. Mafalda foram reforçados pelas mesnadas de Gonçalo Mendes de Sousa, que atravessaram o dispositivo implementado pela hoste régia²⁴³¹.

5.6. Enfrentamentos campais

Na visão dos autores da Idade Média, a batalha ocupava um lugar central e no século XIX, os historiadores, influenciados pelas ideias de Clausewitz, aliadas ao Romantismo da época, foram atraídos pela força gravítica dos combates decisivos²⁴³². Em meados do século XX, na esteira do trabalho de R.C. Smail, a historiografia militar medieval anglo-saxónica, depois seguida por toda a Europa, abandonou a ideia de centralidade da batalha campal, postulando que esta era muito rara e tinha o carácter de excecionalidade, conceito que ficou conhecido como “Paradigma Gillingham”²⁴³³. No

²⁴²⁸ *Al-Bayan II*, p. 72.

²⁴²⁹ Segundo Pedro Gomes Barbosa, foram enviados vários pedidos de ajuda, incluindo ao governador de Évora (2004, p. 67). É possível tratar-se de uma fabricação cristã, para abalar o moral dos muçulmanos sitiados, fazendo-os perder a esperança de serem socorridos do exterior (LOURINHO, 2010, p. 65)

²⁴³⁰ MH, doc. 25 de 1217, p. 47.

²⁴³¹ M.G. MARTINS, 2016, p. 278.

²⁴³² FRANCE, 2010, pp. 128-129.

²⁴³³ GARCÍA FITZ, 1998b, p. 61. Para uma síntese do percurso científico que, a partir da segunda metade do século XX, nos trouxe ao “Paradigma Gillingham”, que o próprio prefere designar como “Paradigma Smail”, veja-se MONTEIRO, 2010a, pp. 137-143. O “paradigma” postula que os comandantes medievais procuram evitar a todo o custo a batalha por três ordens de razões: i) pelos enormes riscos; ii) pela impossibilidade de controlar todas as variáveis uma vez iniciado o combate; iii) pelos limitados ganhos que

início do século XXI, a perspectiva dos historiadores alterou de novo, fruto de uma nova linha interpretativa, protagonizada por Clifford Rogers e Stephen Morillo, que defendia que os comandantes medievais, apesar de conscientes e cautelosos, podiam procurar a batalha campal, atendendo aos grandes benefícios que uma vitória podia trazer²⁴³⁴.

Se, por um lado, os soberanos – e os comandantes medievais em geral – calculavam com muito cuidado as vantagens e desvantagens de se envolverem numa batalha campal²⁴³⁵, por outro lado necessitavam de ordálios de onde saíssem vitoriosos, reforçando desta forma a sua *auctoritas*²⁴³⁶. Por isso, dentro da designação geral de “batalha”, que os relatos coevos e a própria historiografia posterior consagraram, encontramos várias tipologias de confrontos em campo aberto, alguns dos quais convencionados, davam garantias de limitação de baixas entre os adversários. Há, também, o exagero das fontes, a quem muitas vezes interessa transformar pequenos recontros em grandes batalhas, principalmente se vitoriosas²⁴³⁷. Certo é que para os contemporâneos das batalhas medievais, esses acontecimentos ocupavam sempre lugar de destaque. É deste modo que se compreende que o bispo Rodrigo Jiménez de Rada tenha dedicado praticamente um décimo da sua *Historia de rebus Hispanie*, que abarca todo o passado peninsular desde os primeiros povoadores até 1241, somente à batalha de *Las Navas de Tolosa*, da qual foi coetâneo²⁴³⁸.

Para além disso, as batalhas tinham sempre uma consequência estratégica imediata. Em Ourique, a vitória permitiu que a hoste cristã regressasse com o saque obtido a Coimbra e, sobretudo, com muita probabilidade que um infante fosse “alçado por

uma vitória em campo aberto podia obter, se comparados com os ganhos possíveis através de outro tipo de aproximações (MONTEIRO, 2010a, p. 148).

²⁴³⁴ Clifford Rogers foi o autor que mais se opôs à corrente que desvalorizava a batalha campal, demonstrando que os comandantes medievais não só não a evitavam, como a procuravam ativamente (ROGERS, 2002, p. 19). Stephen Morillo, mais comedido, propôs uma interpretação intermédia, tendo concluído que a opção por uma estratégia que buscasse ou não a batalha campal dependia mais da “cultura militar” dos protagonistas do que da “ciência militar”, e que ingredientes como a honra pessoal, o prestígio, imperativos religiosos ou a superstição tinham um papel decisivo (MORILLO, 2002, p.41). Recentemente, numa obra dedicada à batalha campal na Idade Média, Carlos Rodríguez Casillas apresentou o atual estado do debate e os contributos de investigadores como João Gouveia Monteiro, García Fitz e Ekaitz Etxeberria para a análise do “Paradigma Gillingham” (RODRÍGUEZ CASILLAS, 2020, pp. 31-34).

²⁴³⁵ Desde logo, a possibilidade de morrer, ser ferido ou capturado e desonrado é muito superior numa batalha do que em cavalgadas ou assédios (PORRINAS GONZÁLEZ, 2005, p. 59).

²⁴³⁶ Especialmente se se tratar de uma “guerra justa”, como os textos crúzios, que colocam D. Afonso Henriques como um autêntico “instrumento de Deus” (T. SILVA, 2011, p. 148).

²⁴³⁷ Como afirma Duby, na introdução à segunda edição da sua obra sobre a Batalha de Bouvines, 1214, “(...) afinal de contas, tal acontecimento não existe senão através do que sobre ele dizemos...” (DUBY, 2005, p. 7).

²⁴³⁸ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 280.

rei”²⁴³⁹. Na batalha da ribeira de Sítimos, em setembro de 1217, no contexto do cerco a Alcácer, a vitória cristã sobre um exército de socorro muçulmano, criou condições para a continuação do assédio e para a queda da praça em outubro²⁴⁴⁰. Tal como refere García Fitz, a finalidade das batalhas medievais – pelo menos na cronologia por nós estudada – não era destruir as forças do adversário, mas sim garantir a progressão de cercos e incursões ou, em sentido oposto, para impedir essas operações, ou seja, a batalha não ocorria se não houvesse objetivos para além dela mesma²⁴⁴¹. Interessa, ainda salientar, que a batalha medieval só era possível havendo “consentimento mútuo”, ou seja, quando ambos os contendores aceitavam pagar o preço das consequências estratégicas²⁴⁴².

No espaço de influência do reino de Portugal, entre 1128 e 1249, se contabilizarmos os principais recontros que, quer nas fontes, quer na historiografia (ou em ambas) foram consagrados como batalhas ou lides²⁴⁴³, deparamo-nos com pelo menos 14 ocorrências, das quais oito contaram com a presença do monarca ou do infante herdeiro.

Naturalmente que se trata de uma contabilidade arriscada, pois não é possível controlar todos os fatores que elevaram cada ocorrência ao estatuto de batalha, nem nos parece que essa análise constitua um exercício especialmente remunerador, mas é um ponto de partida. A relevância desta estimativa reside nalgumas conclusões gerais que dela se podem extrair. A primeira é que D. Afonso Henriques esteve presente em cinco batalhas, entre 1128 e 1163, correspondendo a uma “média” de um ordálio a cada sete anos. É uma soma notável, só acompanhada por D. Sancho I, que marcou presença em quatro, entre 1178 e 1199, com uma “média” de uma a cada cinco anos. Até 1249, embora tenham tomado parte em operações de assédio e outras ações de combate, não voltaremos a encontrar monarcas portugueses a comandar uma hoste frente a um exército adversário, em campo aberto.

²⁴³⁹ MATTOSO, 2007, pp. 165-178.

²⁴⁴⁰ M.T. PEREIRA, 1996, p. 338.

²⁴⁴¹ GARCÍA FITZ, 1998b, p. 65.

²⁴⁴² Smail, questionando-se sobre qual o momento em que se podia considerar estar perante uma batalha, afirmou que era quando ambos os comandantes a aceitassem ou quando um a decidisse e fosse capaz de compelir o outro a aceitar. (1995, p. 12).

²⁴⁴³ E também o bafordo de Valdevez.

Quadro 20. Enfrentamentos campais 1128-1249²⁴⁴⁴

Data	Recontro	Contendores	Referências
1128	Batalha de São Mamede	Afonso Henriques; D. Teresa e Fernão Peres de Trava.	ADA, p. 152. PMH-S-I, p.12.
1137	Batalha de Cerneja	Afonso Henriques; Fernando Peres, Rodrigo Veilaz e outros nobres galegos.	CAI, Liv. I, Cap. 78
1139	Batalha de Ourique	Afonso Henriques; Comandantes muçulmanos.	PMH-S, I, pp.13,20 e 21. ADA, p. 154.
1141	Bafordo de Valdevez	Afonso Henriques; Afonso VII de Leão.	ADA, p. 154.
1163	Batalha dos Campos de Argañara	Afonso Henriques; Fernando II de Leão.	MATTOSO, 2007, p. 294
1178	Fossado de Triana (batalha)	Infante Sancho Comandantes muçulmanos	LSJ, pp. 597-598. ADA, p. 159. PMH-S-I, pp.15 e 25.
1179	Batalha de Arganal	Sancho I; Fernando II de Leão.	DRH, Liv VII, Cap XXIII, p. 292 CM, p. 404
1198	Lide de Ervas Tenras	Nobres portugueses (por Sancho I) Nobres leoneses (por Afonso IX de Leão).	LD 1M3
1199	Hoste de Pinhel	Sancho I Afonso IX de Leão.	PMH-I-I, pp. 519b, 199b, 791b, 797a, 798a, 816b, 829b, 888a, 1211a, 1256b, 1381a e b.
1208	Lide de Crasconho	Pêro Mendes de Poiars (+) Pêro Rodrigues Pereira	LL, 40E7-8.
1212	Batalha de Valdevez	Afonso IX de Leão Nobres portugueses (por Afonso II)	CM, pp. 415-416.
1217	Batalha da Ribeira de Sítimos	Hoste portuguesa Exércitos de socorro almóadas.	ML-IV, Escritura IX, pp. 133-136
1220	Lides de Braga, Várzea e Guimarães	Nobres portugueses (por Afonso II) Infante Martim Sanches (por Afonso IX de Leão)	LLCDP, 25G3
1245	Lide do Porto (ou de Gaia)	Martim Gil de Soverosa (por Sancho II) Rodrigo Sanches (por Afonso III)	LD, 7A1
1246	Lide de Leiria	Martim Fernandes de Urgeses (por Sancho II) Nobres rebeldes (por Afonso III)	LLCDP, 36BD12 e (VENTURA e GOMES, 1993)

Uma outra conclusão é que, entre 1128 e 1249, só identificamos três batalhas campais contra poderes islâmicos, sendo as restantes 11 entre poderes cristãos. Saliente-se que neste amplo arco cronológico, tiveram também lugar batalhas, noutros pontos da Península, em que tomaram parte guerreiros portugueses, nomeadamente a batalha de

²⁴⁴⁴ Foram contabilizados os recontros que tiveram lugar em território português ou que viria a ser reino de Portugal ou ainda que, não sendo, contaram com a presença do monarca. Na coluna correspondente aos contendores, o lado vitorioso é apresentado a negrito.

Alarcos, em 1195, a batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212, ou os combates em torno de Sevilha, no âmbito do assédio colocado por Fernando III em 1248-1249. Mas é relevante reforçar que o tipo de conflito entre cristãos e muçulmanos parece não privilegiar a batalha campal, preferindo a guerra de desgaste, de atrição.

Verifica-se, também, que as quatro primeiras batalhas documentadas para D. Afonso Henriques foram vitoriosas, o que é perfeitamente compatível com um monarca em afirmação num reino recém-criado, quer contra os opositores externos, quer perante os internos. O primeiro rei necessitava de vitórias que o confirmassem aos olhos de todos e a sua arte esteve em saber escolhê-las criteriosamente e promover uma campanha de “comunicação estratégica” que lhe garantisse, em simultâneo, o máximo eco dos feitos de armas bem-sucedidos e reduzisse ao mínimo os efeitos nefastos de ações militares mal conseguidas²⁴⁴⁵. Só desta forma se compreendem aspetos como a dimensão descomunal que a batalha de Ourique ocupa nas fontes coevas, face à quase desconhecida derrota sofrida nos campos de Argañara²⁴⁴⁶.

Quer D. Afonso II, quer D. Sancho II, não tendo condições para se evidenciar pelas armas, procuraram outras vias de afirmação²⁴⁴⁷. Mas D. Afonso III, tendo obtido o trono do irmão na sequência de uma guerra civil, procurou a atividade bélica como um dos processos para se afirmar no seio da nobreza portuguesa, tendo programado a campanha da conquista de Faro – que também não envolveu nenhuma batalha campal – a fim de se legitimar²⁴⁴⁸. Estas ausências dos campos de batalha não são, de todo, exceções e enquadram-se bem no contexto das monarquias peninsulares cristãs vizinhas. Com efeito, tanto Fernando III (1214-1252), como Afonso X (1252-1284) não tomaram parte em nenhuma grande batalha campal. Recuando no tempo, Afonso VIII de Castela combateu em Alarcos (1195) e em *Las Navas de Tolosa* (1212) e Afonso IX de Leão (1188-1230) somente em Alhange (1230)²⁴⁴⁹.

²⁴⁴⁵ A.S. PEREIRA, 2003, pp. 40-43.

²⁴⁴⁶ MATTOSO, 2007, p. 294.

²⁴⁴⁷ Sobre D. Afonso II, veja-se VILAR, 2008, pp. 157-188, especialmente o modo como o rei capitalizou a conquista de Alcácer, de 1217, campanha onde não esteve presente. Sobre D. Sancho II, veja-se H. FERNANDES, 2010, p. 196, destacando-se o impacto que o insucesso da campanha de Elvas, em 1226, representou para o monarca.

²⁴⁴⁸ A conquista final das praças do Algarve foi utilizada pelo rei para aumentar o seu prestígio e demonstrar valor militar (VENTURA, 2009, p. 88). O Bolonhês tinha já uma aura de guerreiro, pela sua participação na batalha de Saintes, em França, em 1242, onde se tinha afirmado (M.G. MARTINS, 2011, p. 163). A campanha serviu, igualmente, para congregar os setores da nobreza desavindos, na sequência da guerra civil.

²⁴⁴⁹ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 289.

5.6.1. Tipologia de enfrentamentos

Uma primeira análise é devida ao léxico alusivo a batalhas campais dos séculos XII e XIII, nomeadamente os termos *lide*, *fazenda* e *batalha*. As *Partidas* distinguem-nos do seguinte modo: i) a *lide* é um confronto campal entre duas forças opositoras sem que os comandantes organizem os corpos em azes e sem haver senhas (estandartes); ii) a *fazenda* é um combate em que se distinguem os comandantes de ambas as partes, bem como se sabe claramente os senhores a quem servem e que estes, para além de se fazerem identificar por estandartes, podem organizar as suas azes antes da refrega e iii) a *batalha* é o recontro em que estão presentes reis de ambos os lados, há estandartes e os dispositivos estão organizados em dianteira, costaneiras e zaga²⁴⁵⁰. É possível que a formalidade da fonte seja reflexo de uma tentativa de sistematização por parte dos juristas de Afonso X e que nunca tenha tido uma aplicação prática, mas é também inegável que as principais distinções entre os três tipos de confronto têm, para o historiador, valor operativo, pelo menos teórico.

É que, por exemplo, o evento que tradicionalmente conhecemos por “batalha” de Ourique é documentado pelo *Livro do Deão* como “lide”²⁴⁵¹. Do mesmo modo que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* designa por “lide” uma escaramuça, no contexto do cerco de Sevilha, em que pereceram 64 muçulmanos e 13 freires santiaguistas²⁴⁵². O termo “lidar” é utilizado para descrever qualquer acção de combate, independentemente da sua dimensão²⁴⁵³. Os livros de linhagens utilizam também frequentemente a palavra “contenda” para designar os combates de encontro, qualquer que fosse a sua tipologia, como no caso de um recontro ficcional entre o rei Ramiro e Alboazer Alboçadam: “*ali foi a contenda grande antre eles...*”²⁴⁵⁴.

Mas se atentarmos somente no esforço taxonómico dos juristas de Afonso X, na diferença entre os três conceitos está patente uma questão de escala. A presença de um senhor e a existência de um estandarte na *fazenda*, faz supor que o efetivo presente teria um certo grau de disciplina e uma estrutura interna mínima, que a contrapõe a grupos

²⁴⁵⁰ *Partidas*, II, título XXIII, lei 27.

²⁴⁵¹ LD, 6M6.

²⁴⁵² LLCDP, 21G9.

²⁴⁵³ Da batalha de Jerez de la Frontera, de 1231, conduzida por Alvar Pérez de Castro (e o irmão de Fernando III, Afonso de Molina) contra Ibn Hud, o nobiliário do Conde de Barcelos diz que o cristão “*lidou com ele rei Abeuchy e com outros rex*” (LLCDP, 11C9). Vasco Martins Pimentel foi um cavaleiro que “*fez em este tempo muitas lides e venceo-as*” (LLCDP, 35A1).

²⁴⁵⁴ LLCDP, 21A1. As fontes latinas utilizam, também, frequentemente, o termo *praelium* – prélio, para designar qualquer batalha. Veja-se, por exemplo CM, p. 416.

desarticulados de guerreiros na *lide*²⁴⁵⁵. Tendo em consideração o preconizado pelas *Partidas*, a *fazenda* pode ter correspondido a situações como o combate entre a hoste do conde Rodrigo González de Lara, senhor da Extremadura e o exército de Abu Hafs, de Sevilha, em 1130, descrito na *Chronica Adefonsi Imperatoris*²⁴⁵⁶. Do lado cristão estava um senhor, com o seu estandarte. Do lado muçulmano, um rei. Mas o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, composição posterior às *Partidas*, em cerca de meio século, refere-se ao bafordo de Valdevez como “houveram a fazenda de Valdevez”²⁴⁵⁷, ou seja, não coincidindo com o preceituado no código legislativo castelhano.

As *Partidas* também contemplam combates de carácter limitado, designando-os por *torneos* ou *espolonadas*. Aqui parece existir uma concordância entre o previsto na fonte e a sua materialização real. Eram confrontos convencionados que tinham lugar num campo plano e delimitado e ocorriam no contexto de uma cavalgada, um cerco ou dos preparativos para uma batalha, sendo que os *torneos* estavam mais relacionados com a interseção de cavalgadas e as *espolonadas* com combates resultantes de surtidas de guarnições contra forças sitiadas²⁴⁵⁸. Os *torneos* ou *torneamentos* das *Partidas* parecem corresponder aos torneios que surgiram no espaço transpirenaico, no século XI, sendo esta a opinião geral dos investigadores.

É também possível que o bafordo equivalha ao *torneo* das *Partidas*. Parece aludir a uma escaramuça ou combate de pequena envergadura, que Costa Veiga nota derivar do *buhurt* germânico²⁴⁵⁹ e que em finais do século XIII surgia já explicitamente associada a torneio²⁴⁶⁰. Em 1141, o recontro de Valdevez, entre D. Afonso Henriques e o seu primo

²⁴⁵⁵ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 285.

²⁴⁵⁶ CAI, Livro II, Cap 25 (120), pp. 137-138.

²⁴⁵⁷ LLCDP, 7B8.

²⁴⁵⁸ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 285-286. Inclino-nos para que este *torneo* das *Partidas* possa ser diferente e não deve ser confundido com o torneio ou justa que surgiu em França no século XII e se difundiu por toda a Europa nos séculos seguintes, relacionado com os ideais da Cavalaria e com uma certa necessidade social de recreação, já que nem a definição dada nas *Partidas*, nem as motivações são as mesmas. Jean Flori adianta que até ao século XIII, os torneios não diferiam consideravelmente da guerra (2005, pp. 100 e 107-108). É possível, pois, que o carácter lúdico tenha vindo progressivamente a substituir um anterior carácter de combate sacralizado, com regras estabelecidas, mas cujos resultados eram respeitados do mesmo modo que se respeitava o resultado de ordálios. Sobre torneios e justas veja-se PRESTWICH, 2010, pp. 367-370.

²⁴⁵⁹ VEIGA, 1936a, p. XV. O *buhurt* era um torneio em massa, em que várias dezenas de guerreiros combatiam, num campo delimitado e preparado para o efeito, número igual de guerreiros adversários, com armas embotadas. Este tipo de combate, ritualizado, não é inédito. Tem semelhanças com os combates de campos de estacas (*hazelled fields*) dos povos escandinavos, dos quais há vestígios, na Dinamarca, desde a Idade do Bronze (SHEMA, 2014, pp. 44-49; HEATH e McBRIDE, 1985, p. 33 e 45).

²⁴⁶⁰ A pequena lança de arremesso que era utilizada no “*jogo do tavalado*” tinha também a designação de *bafordo* ou *bohordo* (MONTEIRO, 1998, pp. 442, nota 40). Já Bluteau, no início século XVIII, refere que bafordar “*He no jogo de armas tirar lâça por alto*” (1712, p. 12a). Viterbo tinha também dado preferência

D. Afonso VII tem sido aceite pelos investigadores como tendo-se tratado de um bafordo²⁴⁶¹. Aliás, a fonte analística portuguesa mais antiga que refere o episódio, designa-o como um “*bufurdium*”²⁴⁶². A crónica de D. Afonso VII, redigida cerca de 1147, descreve-o como uma série de escaramuças entre nobres de ambos os bandos, sem o consentimento do monarca leonês, que acabaram resolvidas por iniciativa dos portugueses, que entraram em negociações²⁴⁶³. Ambas as fontes são apologéticas dos respetivos monarcas, mas têm dois pontos relevantes em comum: a explicitação de que os combates não foram extensivos à totalidade das hostes, mas só a alguns nobres e a celebração de um acordo no final.

É interessante notar que duas fontes mais tardias, mas igualmente influenciadas pelos seus contextos de produção e dadas aos exageros apologéticos, transformam este acontecimento. A *Crónica Geral de Espanha de 1344* menciona-o como uma batalha²⁴⁶⁴ e a *Crónica de Portugal de 1419*, como “uma grande batalha”²⁴⁶⁵. Este aumento de dimensão é indiciador de que, independentemente de um bafordo ter lugar sob condições muito convencionadas e particulares, as suas consequências, quer imediatas, quer de uso posterior, podiam igualar o impacto de uma batalha de maior dimensão.

Outro aspeto relevante é que o bafordo de Valdevez não se disputou com carácter lúdico, pois estava em causa uma invasão e a defesa do território. A opção por um *bafordo* certamente que implicou acordo mútuo, e até pode ter-se devido à procura de limitar baixas de ambos os lados, que seriam inevitáveis numa batalha. Será possível que o termo *bafordo* aluda a combates convencionados, de cariz limitado em que, ao invés de se combater por treino ou por um prémio, estão em causa assuntos políticos? Certo é que em meados do século XIII, em Portugal, o bafordo configurava já uma espécie de “desporto

à associação da palavra à “*execução deste festejo [de pelejar de cavallo, quebrando lanças e fingindo pelejas], que algumas vezes degenerou em combate demasiadamente sério*” (1865a, p. 117a).

²⁴⁶¹ A entrada do Dicionário de História de Portugal referente ao “torneio de Arcos de Valdevez”, refere que “em vez de uma batalha campal entre os exércitos inimigos, escolheram-se dois grupos de combatentes, que lutaram à moda da cavalaria medieval (...) fez-se então um armistício, entre Afonso VII de Leão e Afonso Henrique, trocando-se os prisioneiros” (MIGUEL, 1984, p. 179). Sobre este bafordo, vejam-se MATTOSO, 2007, pp. 191-193 e M.G. MARTINS, 2017a, pp. 93-94.

²⁴⁶² Os *Annales Domni Alphonsi*, também designados por *Anais de Santa Cruz II*, foram os segundos textos analísticos redigidos no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, imediatamente após a morte do rei, em 1185 (KRUS, 2011b, p. 230). Referem-se ao acontecimento com algum detalhe, chegando a enumerar alguns dos cavaleiros que tomaram parte na contenda e ao pacto e celebrações seguintes à vitória portuguesa (ADA, p. 154).

²⁴⁶³ CAI, Livro I, Cap. 82-84, p. 120.

²⁴⁶⁴ CGE, Cap. DCCV, p. 218.

²⁴⁶⁵ CP1419, Cap. 7, p. 11.

paramilitar”, uma vez que na Lei da Almotaçaria, de 1253, foi estabelecido o preço de um “*roncino de bafordo*” em 50 libras²⁴⁶⁶.

5.6.2. A escolha da posição

Luiz da Câmara Pina ensaiou, em 1979, a reconstituição da batalha de São Mamede, em 1128, concluindo que o recontro teve lugar no campo da Ataca, uma pequena planície 3 quilómetros a nordeste do castelo, no caminho para São Torcato, não longe de São Mamede de Aldão. As suas conclusões ancoram-se no argumento de que se o combate tivesse sido ferido junto ao castelo de Guimarães (São Mamede), o jovem infante incorreria numa circunstância de “quase sitiado”, junto a um castelo onde não caberiam mais de 25 cavalos em caso de necessidade de refúgio, e sem grande margem de manobra, devido à orografia e à disposição das casas do burgo. D. Afonso Henriques terá, por isso, aguardado pelas forças do Trava num local que tivesse espaço para ambas as hostes e que lhe conferisse “grande liberdade de ação e de manobra”²⁴⁶⁷.

A escolha do local onde se oferecia batalha era fundamental. No Entre-Douro-e-Minho, a orografia proporcionava campos de batalha que permitiam compensar a assimetria numérica das hostes, ao dificultar a possibilidade de envolvimento e limitar ataques de flanco. O campo de Valdevez, onde se travaram, pelo menos, dois combates contra os soberanos leoneses no período em estudo – em 1141, o “bafordo” contra Afonso VII²⁴⁶⁸ e em 1212, um recontro contra Afonso IX²⁴⁶⁹ – era um vale com apenas um quilómetro de comprimento por 200 metros de largura²⁴⁷⁰. Os campos de batalha do Ribacoa (e campo de Argañara), ou a sul do Tejo, raramente dispunham de uma orografia tão favorável ao defensor, uma vez que o terreno era tendencialmente menos acidentado.

As *Partidas* dão relevância a este assunto, referindo que a escolha de um terreno adequado podia compensar a inferioridade numérica. A fonte refere também a importância da posição do sol, devendo procurar-se tê-lo pelas costas ou, então, posicionar a hoste de modo a que a sua luz incidisse no flanco direito inimigo e no esquerdo das forças amigas, permitindo detetar com mais facilidade o armamento empunhado pelos primeiros. Não era ainda recomendável que o vento estivesse de frente

²⁴⁶⁶ PMH-LC-I, p. 194.

²⁴⁶⁷ PINA, 1979, pp. 32-33.

²⁴⁶⁸ ADA, p. 154.

²⁴⁶⁹ CM, pp. 415-416.

²⁴⁷⁰ M.G. MARTINS, 2017a, p. 94.

para a hoste, já que a poeira levantada poderia dificultar a visão. Aconselhavam, ainda, a escolha do campo de batalha em função do efetivo em cavaleiros e peões de ambos os opositores: no caso de uma hoste com uma forte componente de cavaleiros, era aconselhável um terreno plano e limpo de obstáculos e acidentes orográficos; enquanto no caso de uma hoste cujo elemento mais numeroso fosse a peonagem, o local ideal para travar batalha seria em terreno abrupto, de orografia pronunciada²⁴⁷¹.

A noção da importância da posição era, certamente, bem clara, tanto para os contendores, no momento, quanto para os redatores das fontes, que não deixam de evidenciar vantagens ou desvantagens das posições escolhidas. Quer a missiva que os dignitários portugueses enviaram ao papa em outubro de 1217, quer o *Carmen* de Gosuínio, apresentam referências claras ao reflexo do sol nas vestes dos cavaleiros templários, na batalha da ribeira de Sítimos, em 1217: “*captiui sarracenj, interrogantes ubi essent milites candidati, qui supere os compluebant tela et eorum óculos excecabant...*”²⁴⁷²; “*Vestis ei splendens ut sol, ut nix noua candens*”²⁴⁷³. Tendo a batalha ocorrido ao despontar do dia, a referência ao reflexo solar ter cegado os muçulmanos, também nos diz que a hoste cristã se posicionou a ocidente da muçulmana.

A *Chronica Gothorum* refere que, em Ourique, 1139, D. Afonso Henriques tinha a hoste acampada num promontório rodeado de fossos e que esta posição permitiu repelir o primeiro ataque dos muçulmanos²⁴⁷⁴. É um indício de que tinha sido o príncipe português a escolher a posição o que, aliás, é compatível com um exército em retirada que é intercetado: tem de parar e posicionar-se para dar batalha e, ao fazê-lo, é lógico que escolha a melhor posição possível que o horizonte da região lhe forneça. A posição assim escolhida, foi possível de fortificar, de acordo com a fonte.

Na batalha que ocorreu no contexto do fossado de Triana, em 1178, parecem ter sido os muçulmanos a escolher a posição. Pelo menos foi o que nos chegou através da *Crónica de Portugal de 1419* e, neste particular, há um bom grau de verosimilhança, uma vez que o defensor, para além de conhecer melhor o seu território, é quem decide se se

²⁴⁷¹ *Partidas*, II, título XXIII, lei 7.

²⁴⁷² MH, 25 (p.47) de 1217, outubro.

²⁴⁷³ M.T. PEREIRA, 1996, p. 356. Ver tradução de Santos Alves em ML-IV, Escritura IX, p. 135.

²⁴⁷⁴ PMH-S-I, p. 12.

apresenta para batalha e onde: “...puserom-se todos à sayda do Enxarafe, e ao iffante chegarom novas como o atendiom os mouros aly pera pelejar com ele”²⁴⁷⁵.

5.6.3. As formações de combate

Uma az era um corpo, uma unidade tática, em que os guerreiros se mantinham agregados de forma organizada. O termo alude habitualmente a uma linha de batalha “tendida” – estendida, numa forma retangular extensa²⁴⁷⁶, mas podia adquirir outras formas, como se verá seguidamente. Por norma, a batalha medieval era organizada em quatro azes: uma vanguarda, uma reguarda ou *az postrimeira* e duas alas²⁴⁷⁷. Por vezes, ao centro, uma quinta az, onde se deslocavam o comandante e o seu pendão. A este respeito, a *Crónica de Portugal de 1419* descreve a formação de Ourique em quatro azes e a de Triana em cinco²⁴⁷⁸.

As *Partidas* definem as diferentes azes, as formas geométricas que podiam assumir e o modo de as distribuir no terreno. Um conjunto de combatentes, independentemente do efetivo em causa, agregados, mas não formados de modo específico, era designado de “*tropel*”²⁴⁷⁹. Se tomasse uma forma arredondada à frente, era designado por *muella*. Se a frente do dispositivo fosse mais estreita (“*aguda*”) e a retaguarda mais larga, a az tomava o nome de “*cunha*”. Havia, também, a “*cerca*” ou “*corral*”, quando a hoste se fechava de modo circular. Isto podia ocorrer quando a unidade era cercada, mas também era a formação frequente de defesa do trem e de proteção do rei²⁴⁸⁰.

A fonte que estamos a seguir apresenta algumas razões para se formarem as azes em linhas, mencionando que a linha estendida criava a ilusão de um efetivo superior e, se

²⁴⁷⁵ CP1419, Cap. 39, pp. 69-70.

²⁴⁷⁶ MONTEIRO, 2010b, p. 172.

²⁴⁷⁷ GARCIA FITZ, 1989, p. 282.

²⁴⁷⁸ CP1419, Cap. 14, pp. 21-22 e Cap. 39, p. 71. Os poderes muçulmanos também formavam de modo idêntico. Um corpo, com um general e um estandarte, era designado por *mocaddema* (vanguarda). A ala direita era designada de *meīmena* e a esquerda de *meīcera*. A retaguarda era designada de *saca*. O príncipe posicionava-se num quinto corpo, colocado ao centro de todos, o *calb* (IBN KHALDUN, trad. M. Slane, p. 78).

²⁴⁷⁹ García Fitz, baseado em *don Juan Manuel*, que redigiu o “*Libro de los Estados*”, entre 1327 e 1332, indica que o “*tropel*” corresponde à cunha, já que os cavaleiros da frente teriam de ser os mais bem apetrechados de proteção e que, para que a formação tivesse efeito, os seus constituintes teriam de permanecer muito “apertados” até impactar na frente adversária (GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 385-386). O “*tropel*” também poderia ter correspondido a uma formação compacta e profunda, para garantir que a carga de cavalaria tivesse êxito (BALBÁS, 2017, p. 50). Mas as *Partidas* parecem aludir a um grupo de efetivo variável e sem especial organização tática.

²⁴⁸⁰ *Partidas*, II, título XXIII, lei 16.

atacada ao centro, podia fechar-se sobre o adversário, atacando-o “*enderredor*”, ou seja, envolvendo-o²⁴⁸¹. Menciona ainda que anteriormente era comum posicionar várias azes em linhas delgadas sucessivas que, para além de materializarem uma demonstração de força, permitiam que a linha da frente fosse substituída por linhas da retaguarda com maior facilidade, caso estivesse cansada ou desbaratada. Além disso, se a dimensão da linha sobrepassasse a dimensão da frente do adversário, podia envolvê-lo e atacar a sua retaguarda²⁴⁸².

A cunha é especificamente descrita, devendo ser encabeçada por três cavaleiros, segundo a fonte. Atrás destes, outros seis e a seguir doze e depois vinte e quatro, duplicando cada linha até se totalizar a unidade. Se o efetivo fosse reduzido, admitia-se uma cunha encabeçada por um só cavaleiro, seguido por dois e assim sucessivamente. É natural que as *Partidas* tentassem representar, de uma forma simples e teórica, o que no terreno seria materializado num mesmo sentido, mas com adaptações. Se considerarmos à letra a formação de cunha prescrita, é fácil de verificar que com um número elevado de cavaleiros, da ordem das várias dezenas ou centenas, o ângulo resultante seria muito obtuso e não alcançaria o efeito pretendido, uma vez iniciada a carga, já que os poucos cavaleiros da frente seriam facilmente alcançados pelos das linhas seguintes, que cavalgavam sem nenhum obstáculo ou cavalo à sua frente.

É, pois, provável que estas formações fossem organizadas em pequenas unidades ou *conrois*, constituídas por algumas dezenas de cavaleiros, podendo uma linha ter múltiplas pequenas cunhas, dispostas paralelamente. Num dispositivo deste tipo, o primeiro ou primeiros cavaleiros da cunha a atingir a linha adversária provocam, automaticamente, que no ponto de penetração os defensores se voltem imediatamente para o interior, procurando atingir o cavalo ou cavaleiro que acometeu contra a linha. Desta forma, os cavaleiros seguintes da cunha, um pouco mais atrasados, vão encontrar, no ponto de penetração, os defensores dispostos de flanco ou até de costas. O que representa uma resistência muito reduzida e permite alargar rapidamente a brecha²⁴⁸³.

A não ser que a assimetria entre opositores fosse esmagadora, mesmo para o lado que estivesse em vantagem numérica ou qualitativa, o desfecho da batalha era incerto.

²⁴⁸¹ João Gouveia Monteiro refere dispositivos em “U”, tenaz ou cunha invertida, que não só absorviam melhor o choque adversário, como podiam fechar-se sobre ele (MONTEIRO, 2010b, pp. 172-173).

²⁴⁸² *Partidas*, II, título XXIII, lei 16.

²⁴⁸³ BENNETT, *et al.*, 2007, p. 100.

Isto porque durante o combate, qualquer imprevisto que exigisse a rearticulação de forças ou o desencadear de um movimento não antecipado era difícil de materializar²⁴⁸⁴. Daí o impacto considerável que a posição inicial tinha no desenrolar da refrega, bem como a importância de uma reserva competentemente comandada²⁴⁸⁵. Ao comandante da reserva exigia-se uma leitura atenta de cada situação e o julgamento necessário para intervir de modo decisivo²⁴⁸⁶.

Não era raro o monarca ou caudilho comandante da hoste encabeçar, em pessoa, a reserva, normalmente colocada à retaguarda, mas podendo ser posicionada num local diverso, como, por exemplo, parece ter ocorrido na batalha da ribeira de Sítimos, em 1217²⁴⁸⁷. Rodrigo Díaz de Vivar, o Cid, comandava pessoalmente a zaga quando a sua hoste formou na batalha de Cuarte, em 1094²⁴⁸⁸. Afonso VII de Leão, contra as tropas de Sevilha, comandou pessoalmente a retaguarda²⁴⁸⁹. E o próprio Afonso VIII de Castela comandou a “*aaz postumeira*” na batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212²⁴⁹⁰, tendo desferido a carga que determinou a vitória cristã. Era a posição lógica de um comandante numa batalha campal de desfecho incerto²⁴⁹¹. Desta forma retinha para si, até ao último momento, a capacidade de empregar a *ultima ratio*. Quando não o fazia em pessoa, o comandante confiava o comando da reserva ao guerreiro mais experimentado ou competente. A *Crónica de Portugal de 1419* menciona Lourenço Viegas e Gonçalo de Sousa como comandantes da “*çagua*” em 1139, em Ourique²⁴⁹². Estamos perante uma fonte tardia, que até pode ter procurado situar os dois nobres na retaguarda, para permitir “colocar” o rei na frente da refrega, com propósitos propagandísticos.

James Powers, baseado na replicação dos forais de Santarém-Lisboa-Coimbra de 1179, que determinavam que os cavaleiros daquelas vilas não servissem na zaga da hoste

²⁴⁸⁴ SMAIL, 1995, p. 13.

²⁴⁸⁵ O atual conceito doutrinário de reserva nos exércitos ocidentais remete para uma força que, não tendo missão atribuída, se encontra preparada para reforçar, barrar, contra-atacar, substituir outras unidades, proteger flancos ou a área da retaguarda (PDE-3-00, 2012, pp. 7-3). Em todo o caso, o emprego da reserva está dependente de uma decisão do comandante, face ao desenrolar do combate. Em termos gerais, o conceito de reserva atual e o medieval em pouco diferem.

²⁴⁸⁶ No quadro da primeira Cruzada, Boemundo de Tarento era frequentemente escolhido como comandante da reserva pelos seus reconhecidos talentos táticos (VERBRUGGEN, 1997, p. 52).

²⁴⁸⁷ M.G. MARTINS, 2011, pp. 126 e 140.

²⁴⁸⁸ CGE, Cap. DCXXXVIII, pp. 123-124.

²⁴⁸⁹ CAI, p. 103.

²⁴⁹⁰ CGE, Cap. DCCLXIII, p. 329.

²⁴⁹¹ Quando o comandante era o monarca em pessoa, a sua *schola* ou mesnada régia fazia parte desse corpo de reserva. Nela tomavam parte o alferes, os clérigos e prelados, se estivessem presentes (ALVIRA CABRER, 2000, p. 191).

²⁴⁹² CP1419, Cap. 14, p.21.

régia, assumiu que a retaguarda do exército deveria ser constituída somente por peões²⁴⁹³. Não nos parece que assim fosse. Pelo contrário, a reserva devia dispor de mobilidade, para poder acorrer rapidamente a qualquer ponto da refrega onde fosse necessário e suficiente poder de choque para conseguir desequilibrar a balança para o lado do contendor que a empregasse. Pelo já apresentado em relação aos comandantes da reserva, bem como à sua utilidade tática, fica demonstrado que a força mais adequada para a constituir seria a de uma cavalaria pesada.

As azes podiam, na realidade, ser constituídas por uma só arma ou por uma combinação de armas. Quer para a batalha de Ourique, quer para o fossado de Triana, a *Crónica de Portugal de 1419* descreve todas as azes presentes com uma parte de cavaleiros e outra de peões, não fazendo referência a besteiros ou arqueiros²⁴⁹⁴. Poder-se-á colocar a questão se o cronista não se limitou a replicar a prática própria do século XV, mas as fontes os séculos XII e XIII, em relação a outras batalhas, também a referem²⁴⁹⁵. Além disso, podiam ainda coexistir, na mesma formação, cavaleiros e peões de diferentes naturezas. As ordens militares sempre combinaram cavalaria pesada com ligeira, fosse na Terra Santa, no Báltico ou na Hispânia²⁴⁹⁶, pelo que não é impossível que esta presença de cavaleiros e peões na mesma unidade tática possa também ter acontecido em Ourique.

Noutras ocasiões, os comandantes entendiam conveniente manter as tropas agrupadas por tipologia. Quando Rodrigo González de Lara defrontou a hoste de Abu Hafs, frente a Sevilha, em 1130, optou por manter a infantaria dividida em dois corpos: um de arqueiros e outro de fundibulários²⁴⁹⁷. Por seu lado, o primeiro ataque muçulmano à posição de D. Afonso Henriques na batalha de Ourique, em 1139, foi repellido por “*electi milites*”²⁴⁹⁸, o que sugere uma escolha cuidada desses efetivos. Aliás, esta opção, de não mesclar guerreiros com diferentes valências e graus de treino, deveria ser mais comum, ao contrário do aconselhável noutro género de operações, como no caso da guerra guerreada, onde pequenas unidades táticas tinham vantagem em ser constituídas por guerreiros que se complementassem mutuamente (no armamento, na proteção, etc.). Em

²⁴⁹³ POWERS, 1987, p. 65.

²⁴⁹⁴ CP1419, Cap. 14, pp. 21-22 e Cap. 39, p. 71.

²⁴⁹⁵ Na batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212, os contingentes de peonagem das cidades estavam mesclados com as forças de cavalaria em todas as alas, uma medida justificada por Afonso VIII, em missiva ao Papa Inocêncio III, como necessária para proteger os flancos de envolvimento (POWERS, 1988, p. 53).

²⁴⁹⁶ DEMURGER, 2009a, p. 202.

²⁴⁹⁷ CAI, Livro II, Cap 25, pp 137-138.

²⁴⁹⁸ PMH-S-I, p12.

batalha, o agrupamento nas mesmas unidades táticas de combatentes semelhantes era o mais lógico, por uma questão de mobilidade e efeitos de combate idênticos. Era, por isso, aconselhável que os “corredores” que fustigavam o inimigo e executavam o *tornafuye* fossem todos cavaleiros ligeiros; que os atiradores (arqueiros, besteiros, fundibulários) operassem em conjunto, para que o seu tiro de grupo, sobre um mesmo alvo, surtisse mais efeito; que as linhas destinadas a sustentar e repelir cargas de cavalaria fossem compactas de peões armados de lanças e que as reservas fossem compostas por cavalaria pesada, capaz de desferir cargas desorganizantes.

Havia a noção de que, a não ser que existisse uma assinalável diferença numérica face ao opositor, o sucesso residia, em grande parte, na capacidade de manter a ordem e organização no combate. Sob ameaça, a cavalaria deslocava-se em linhas e fileiras muito cerradas, constituindo formações compactas que permitiam resistir com mais facilidade a tentativas de penetração ou de desorganização por parte do inimigo²⁴⁹⁹. Não bastava, por isso, ordenar as azes de modo compacto. Era também importante atribuir-lhes uma cadeia de comando que garantisse coesão e eficiência.

As *Partidas* apresentam-nos a cadeia de comando ideal na batalha, a propósito da tipologia de estandartes e de quem tem direito de os usar. Ao monarca, seguiam-se os grandes senhores – leigos e eclesiásticos – no comando dos contingentes mais volumosos. Subordinados a estes, os comandantes de contingentes de dez a cinquenta cavaleiros que, por sua vez, se subdividiam em pequenos grupos de dois a cinco cavaleiros²⁵⁰⁰. A noção da importância do comando ajustado dos contingentes transparece noutras fontes. A *Crónica de Portugal de 1419* refere que os contingentes que compunham a hoste do infante D. Sancho, no fossado de Triana de 1178, se reuniram na Golegã e que dali “partirom todos acodelados”²⁵⁰¹, ou seja, com as cadeias de comando bem definidas. A propósito da derrota cristã frente aos almorávidas na batalha de Uclés, em 29 de maio de 1108, a *Crónica de 1344* justifica-a, assinalando que “os cristãos não se acaudilharom bem”²⁵⁰².

²⁴⁹⁹ VERBRUGGEN, 1997, pp. 74-75.

²⁵⁰⁰ *Partidas*, II, título XXIII, leis 12, 13 e 14.

²⁵⁰¹ CP1419, Cap. 39, p. 69.

²⁵⁰² CGE, Vol. IV, Cap. DLXIX, p. 35.

5.6.4. Os métodos de comando e controlo

Romper a formação inimiga significava, num primeiro momento, desorganizá-la e privá-la da unidade de comando. Num tempo sem outros meios de controlo que não fossem a voz, instrumentos musicais ou estandartes visuais, uma unidade táctica que sofresse mortos, feridos, recuos e fugas, tudo isto em simultâneo, dificilmente recuperava a ordem. Se, no embate, perdesse também o estandarte, ainda se tornava mais difícil qualquer hipótese de reorganização.

Entre os métodos de comando e controlo, os visuais tornavam a cadeia de comando em batalha imediatamente reconhecível, quer para as forças amigas, quer para o adversário²⁵⁰³. De acordo com as *Partidas*, havia um símbolo reservado ao monarca, o “estandarte”, pano quadrado, sem ferros, que permitia distinguir claramente a sua presença²⁵⁰⁴. Embora bem posterior, a *Crónica de Portugal de 1419* faz referência ao pendão real de D. Afonso Henriques, na batalha de Ourique²⁵⁰⁵. Seguiam-se os símbolos reservados aos grandes senhores, designados por “*pendones posaderos*”, uma vez que os seus detentores usufruíam de direito próprio de pousada que, em caso de campanha, se estendia a todo o contingente que mobilizavam²⁵⁰⁶. Nas ordens militares, estes estandartes correspondiam aos dos mestres e dos comendadores, quando estes últimos comandavam em lugar do mestre²⁵⁰⁷. Estes símbolos tinham uma forma triangular, mais larga na parte superior e estreitando para baixo, em direção à haste, pelo que necessitavam de ser “ferrados” no topo, para manterem a forma visível. Os comandantes de forças de dez a

²⁵⁰³ A própria visão do estandarte de um guerreiro de notável reputação contribuía para infundir terror no adversário. Abu Muhammad ‘Abd al-Wahid al-Marrakushi, compositor do *Livro do admirável no resumo das notícias do Ocidente*, na primeira metade do século XIII, descreveu Ibn ‘Iyad, defensor de Valência e Múrcia nos segundos reinos Taifas. “*Os cristãos contavam-no, a ele só, como se fossem cem cavaleiros e quando viam a sua bandeira diziam: «este Ibn Iyād vale por cem ginetes»*” (tradução nossa, do castelhano, ABU MUHAMMAD ‘ABD AL-WAHID, trad. Huici Miranda, p. 169).

²⁵⁰⁴ “*Estandarte llaman a la seña quadrada sin sarpas.*” (*Partidas*, II, título XXIII, lei 12).

²⁵⁰⁵ CP1419, Cap. 14, p. 23.

²⁵⁰⁶ O termo “*Posadas*” surge aqui relacionado com o direito de aposentadoria das hostes, num conceito análogo ao privilégio de aposentadoria, pousadia ou pousada dos monarcas em relação às igrejas e mosteiros do seu padroado, (R.A. TORRES, 1984c, pp. 154-155). Trata-se de um costume, derivado já das legiões romanas, que dispunham de um oficial, designado *Primicerius mensorum*, a quem competia prover acantonamento para as tropas em campanha. De acordo com Viterbo, em Portugal, o *Aposentador do exercito* era o oficial que ia adiante, com certo número de pendões, escolher e designar os arraiais, com as comodidades possíveis de águas, palhas, cevadas, lenhas e mais forragens (1865, p. 85). O artigo não é explícito quanto à cronologia em que este procedimento vigorava com significado militar, mas a alusão a Roma, conjugada com a referência explícita a *pendon posadero* nas *Siete Partidas*, na segunda metade do século XIII, aponta para a regularidade do procedimento durante o período em estudo. Não se referindo especificamente aos “pendões posaderos”, mas detalhando significativamente a aposentadoria das hostes em acampamentos, para Castela e Leão, veja-se GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 157-170.

²⁵⁰⁷ AFONSO, 2018b, p. 364-365.

cinquenta cavaleiros apresentavam-se com bandeiras ou flâmulas e os comandantes dos grupos de dois a cinco cavaleiros estavam munidos de uma flâmula ainda mais pequena²⁵⁰⁸.

O comando e controlo não era efetuado somente pela presença física dos símbolos dos dignitários que os detinham. Um estandarte funcionava como um desafio, como uma ameaça e também como um alvo. Juntamente com outros elementos identificativos, que Miguel Metelo Seixas sintetizou em obra recente, assinalava a presença de um guerreiro específico no campo de batalha e a sua autoridade para empreender a guerra²⁵⁰⁹. Mas também tinha uma função prática de, ao ser movimentado de modo convencionado, transmitir ordens às tropas.

Quer para cristãos, quer para muçulmanos, a ação deliberada de desfraldar estandartes em frente ao inimigo era sinal de intenção de dar batalha. Ibn ‘Idari é muito explícito quanto a este aspeto, a propósito da campanha de Badajoz, do governador Abu Muhammad Tashfin, em 1134²⁵¹⁰. Por oposição, o baixar do estandarte, ou mesmo a sua queda, indicavam a capitulação do comandante respetivo o que, não raras vezes, precipitou a fuga das tropas que combatiam sob ele²⁵¹¹.

O pendão real servia de “condutor natural da hoste” e de referência para o posicionamento dos comandantes subordinados²⁵¹². Os restantes estandartes desempenhavam um papel análogo, em relação às respetivas unidades táticas. Estes estandartes principais eram de tal modo importantes que beneficiavam de uma guarda ou escolta própria, como nos dizem os *Retrais* da Ordem do Templo, em relação ao gonfalão e aos estandartes dos diferentes esquadrões²⁵¹³. Ao nível dos *conrois*, os cavaleiros necessitavam das suas flâmulas para balizar os extremos de uma carga e para se reconhecerem facilmente no interior das linhas inimigas, de modo a se reorganizarem e voltarem a sair.

²⁵⁰⁸ *Partidas*, II, título XXIII, lei 14. Estamos em crer que estas pequenas flâmulas correspondem aos sinais visíveis em algumas iluminuras. Atente-se, por exemplo, nas figuras 3, 11 e 13, em anexo.

²⁵⁰⁹ SEIXAS, 2019, pp. 9-11.

²⁵¹⁰ *Al-Bayan, Nuevos Fragmentos...*, trad. Huici Miranda, pp. 203-204; *Al-Hulal al-Mawsiyya*, trad. Huici Miranda, pp. 147-148. Sobre este episódio, ver também GARCÍA FITZ, 1998, pp. 304-305. Para uma visão muçulmana do século XIV acerca da utilidade das bandeiras e dos instrumentos musicais no campo de batalha, veja-se IBN KHALDUN Vol II, trad. de M. de Slane, pp. 49-53.

²⁵¹¹ VERBRUGGEN, 1997, p. 89. A queda do pendão muçulmano, na batalha que decorreu do fossado de Triana de 1178, também precipitou a fuga das tropas (CP1419, Cap. 39, p. 72).

²⁵¹² R.W. JONES, 2010, p. 272.

²⁵¹³ *Retrais*, 165.

O comando era também materializado por sinais sonoros. Em primeiro lugar, a voz, que era o método mais imediato, mas tinha o contra de ser pouco audível, especialmente no fragor da batalha. Ainda assim, a *Crónica de Portugal de 1419* apresenta Pero Pais a transmitir verbalmente ordens diretas durante o fossado de 1178²⁵¹⁴. Ordens a maiores distâncias eram repetidas pelos pregoeiros, que as ouviam junto dos comandantes e reproduziam junto dos destinatários. Temos nota deste procedimento a respeito da batalha de *Las Navas de Tolosa*²⁵¹⁵.

Para além da voz, destacam-se os instrumentos musicais que, segundo Ana Carina Dias, se destinavam a sinalizar movimentos e passagem de ordens em batalha, a imposição da disciplina de marcha ou nos acampamentos, a motivar a unidade e a provocar pressão psicológica no inimigo²⁵¹⁶. E entre os exércitos muçulmanos eram frequentes os tambores (*atabal*)²⁵¹⁷ e os tímpanos (*naqqarat*), ambos de percussão e ligados ao ataque e ao ritmar da marcha. Ao contrário dos tambores, os tímpanos eram agrupados aos pares e usados a cavalo²⁵¹⁸. Eram ainda comuns, em ambos os lados, os anafis, os cornos e os olifantes. Estes últimos foram os principais instrumentos de guerra europeus ocidentais até ao encontro com o mundo oriental muçulmano²⁵¹⁹.

Infelizmente não dispomos de muitos dados sobre o uso prático de cada um destes instrumentos, nem as fontes nos dão indicação da existência de toques específicos para ordenar certos movimentos. Sabemos que entre cristãos e muçulmanos era comum o uso de instrumentos de sopro. No recontro entre os benimerines e os castelhanos, junto a Écija em 1275, as forças comandadas por Nuno González de Lara foram descritas por Ibn Abi Zar' a avançar ao som de clarins²⁵²⁰. Uma vez que as trombetas eram tocadas quer para ordenar o avanço, quer para ordenar a retirada, deveria haver toques distintos para estas duas ordens, mas esses detalhes perderam-se²⁵²¹.

²⁵¹⁴ CP1419, Cap. 13, p. 19.

²⁵¹⁵ DRH, 1987, p. 270.

²⁵¹⁶ A.C. DIAS, 2013, p. 845.

²⁵¹⁷ Vejam-se, como exemplos, os tambores que o califa Yusuf fez retumbar, antes da expedição ao al-Andalus (*Al-Bayan, Nuevos fragmentos...*, trad. Huici Miranda, p. 406) ou os tambores e as bandeiras desfraldadas em Alarcos, 1195 (*Rawd al-Qirtas*, Vol II, trad. Huici Miranda, p. 444).

²⁵¹⁸ A.C. DIAS, 2013, p. 848.

²⁵¹⁹ A tábua de concordância da *Bíblia de Alcobaça*, dos finais do século XII, representa uma cena de guerra, com um ataque e defesa de uma fortificação. No topo da iluminura (e da fortificação) encontra-se um soldado que toca um *olifante*, procedendo ao chamamento (BARROCA, 2000a, p. 81)

²⁵²⁰ *Rawd al-Qirtas*, Vol II, trad. Huici Miranda, pp. 598-599.

²⁵²¹ R.W. JONES, 2010, p. 272

5.6.5. As primeiras ações de combate

Uma batalha medieval iniciava-se com muito mais dinamismo do que a historiografia tradicional foi veiculando. Ainda antes das hostes adversárias se disporem, frente a frente, já o combate começava a tomar forma, pela ação dos “corredores”, que atuavam como força de cobertura, ou seja, batedores a cavalo que permitiam que o corpo principal se dispusesse para em ordem de batalha com relativa segurança, envolvendo-se em escaramuças com os batedores adversários. A *Crónica de Portugal de 1419* descreve com clareza que estes elementos não são considerados nos números das azes formadas para combate: “*E ele [o infante D. Sancho] levava consyguo dous mil iii^c de cavalo, afora os coredores*”²⁵²².

Estes eram, normalmente, efetivos de cavalaria ligeira, aptos para fustigar as linhas adversárias, cuja grande mobilidade lhes permitia desempenhar-se do inimigo com facilidade. Estas ações de ataque, seguidas de retirada rápida, eram designadas de *torna-fuye* entre os cristãos²⁵²³ e *al-karr wa-l-farr* entre os muçulmanos²⁵²⁴. No caso muçulmano, o procedimento tático, descrito por Ibn Khaldûn e por ele atribuído a árabes e berberes²⁵²⁵, requeria a existência de uma “base firme”, na retaguarda, para onde pudessem retirar em segurança os cavaleiros. Esta podia ser um ponto fortificado (o acampamento, com animais de carga, camelos, carros e mesmo a presença de mulheres e crianças), ou mesmo a própria vanguarda da hoste, tal como os governadores magrebins costumavam fazer, utilizando linhas de mercenários cristãos ao seu serviço, por estarem mais acostumados a manter-se firmes no combate em formação cerrada²⁵²⁶.

Parece ter sido desta forma que se iniciaram os combates na ribeira de Sítimos, em 1217, tendo os cavaleiros muçulmanos incumbidos dessas ações sido afastados mediante o lançamento de dardos pelos cristãos²⁵²⁷. Na batalha ocorrida no contexto do fossado de Triana estão documentadas escaramuças entre corredores de ambos os lados. Cumprida a sua missão e após ter tido início a batalha entre os corpos principais, os corredores cristãos passavam para a retaguarda, frequentemente para reforçarem a guarda

²⁵²² CP1419, Cap. 39, p. 71.

²⁵²³ Ver nota 1950.

²⁵²⁴ ALVIRA CABRER, 2000, p. 193.

²⁵²⁵ IBN KHALDUN, Vol. II, trad. M. de Slane, p. 76.

²⁵²⁶ IBN KHALDUN, Vol. II, trad. M. de Slane, p. 79. A possível presença de mulheres entre os muçulmanos que defrontaram D. Afonso Henriques em 1139, é mencionada na *Crónica de Portugal de 1419* como sendo “*mulheres assoldadas que aviam modo e uso de pelejar asy como amazonas, a qual cousa foy sabida e provada pelas que depois acharom mortas no campo*” (Cap. 13, p. 19).

²⁵²⁷ ML, IV, Escritura IX, p. 135.

da carriagem ou do acampamento²⁵²⁸. Em alguns casos, estas escaramuças conduzidas por corredores, de ambos os lados, confundiam-se com combates individuais ou com pequenos efetivos, “à maneira de torneio”, como ocorreu antes da batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212²⁵²⁹.

O dispositivo tinha, portanto, de ser ordenado para combate e neste posicionamento inicial residia muito do desfecho da batalha. Os comandantes medievais tinham exata noção das possibilidades e limitações a que estavam sujeitos, pelo que colocavam todo o seu empenho e saber tático no posicionamento dos corpos da hoste. As fontes deixam transparecer este cuidado na descrição de qualquer batalha, porque se referem, quase invariavelmente às azes como “*paradas pera lidar*”²⁵³⁰, ou seja, dispostas para entrar em combate. Considerava-se, pois, que a batalha tinha início não quando ocorriam as escaramuças iniciais por parte dos batedores, mas sim quando ambos os dispositivos estivessem em posição²⁵³¹.

A imagem da batalha medieval passada pelos cronistas, que nunca estavam interessados nos pequenos detalhes, era a de que tudo se resolvia num turbilhão de escaramuças simultâneas, na sequência de choques frontais, resultantes de cargas desferidas por cavaleiros pesadamente armados²⁵³². É verdade que boa parte do resultado da batalha dependia do estabelecimento da posição e formação iniciais adequadas, da temporização ajustada das cargas de cavalaria e que o principal papel do comandante era, precisamente, controlar estes dois fatores²⁵³³. Mas a ideia, veiculada por Oman, de que após o início da batalha já pouco ou nada havia a fazer para alterar o seu curso, foi ultrapassada²⁵³⁴. Uma vez iniciada a refrega, as opções eram mais limitadas e o comando e controlo das tropas mais difícil, mas ainda era possível a um comandante fazer muito pela conduta do combate, especialmente se não estivesse colocado na vanguarda.

5.6.6. A ação decisiva

Em todas as batalhas é possível identificar a ação decisiva que faz pender o prato da balança, definitivamente, para o lado de um dos contendores. Na ausência de uma ação

²⁵²⁸ CP1419, Cap. 39, p. 71.

²⁵²⁹ DRE, p. 319.

²⁵³⁰ LLCDP, 2C20. Ver, também *Poema de Mio Cid*, 115, p. 230 e *Crónica del Moro Rasis*, p. 234.

²⁵³¹ As *Partidas* consideram como traidores, sujeitos a pena de morte, os que abandonassem a hoste desde que “*las azes fuesen paradas fasta que fuesse acabada*” (*Partidas*, II, título XIX, lei 9).

²⁵³² GARCÍA FITZ, 1998a, p. 348.

²⁵³³ MONTEIRO, 2010c, p. 287.

²⁵³⁴ OMAN, 1885, pp. 50-52.

clara é, pelo menos, possível observar um mecanismo que conduza à derrota da parte perdedora. Não são raras as vezes em que as fontes identificam – ainda que isso possa não passar de um artifício literário – com muita clareza esse momento, e também não raras as que residem numa carga. Álvaro de Lara, alferes de Afonso VIII de Castela, “*britou o curral dos Mouros de Miraamolim de Marrocos, na lide das Naos de Tolosa*”²⁵³⁵, em 1212, ação decisiva. Também a batalha da ribeira de Sítimos foi resolvida por intermédio de uma carga de cavalaria, com contingentes das ordens militares, comandada por Pedro Alvites, mestre do Templo²⁵³⁶.

As descrições com mais pormenor que possuímos da batalha de Ourique, em 1139 e do recontro de Triana, em 1178, são apresentadas na Crónica de Portugal de 1419. Tendo em atenção as reservas devidas ao facto de se tratar de uma fonte tardia, a crónica aponta como mecanismo de derrota, em Ourique, a concentração de forças na frente de combate, de tal modo que, na continuidade dos combates corpo-a-corpo, o lado muçulmano fraquejou por atrição²⁵³⁷; e como ação decisiva, em Triana, a intervenção de Mem Moniz que, ferindo o alferes que transportava o pendão de Sevilha, o fez cair por terra e, com isto, precipitou a retirada dos muçulmanos²⁵³⁸.

A superioridade numérica de nada valia se a hoste fosse uma multidão desorganizada e indisciplinada, como foi o caso das tropas de Afonso VIII na batalha de Alarcos²⁵³⁹. Aliás, a indisciplina era uma característica dos cavaleiros seculares, que viam na bravura individual um dos seus valores cimeiros e que, não raras vezes, redundou em fracasso militar²⁵⁴⁰. Na batalha de Cerneja, em 1137, o conde galego Rodrigo Veláz pode ter sido capturado devido a um descuido, embora não possamos ter a certeza disso através da fonte disponível²⁵⁴¹. Mas em 1141, antes do bafordo de Valdevez, alguns cavaleiros leoneses destacaram-se da hoste de Afonso VII e, por seu turno, alguns portugueses fizeram o mesmo, sem ordem do rei português, acabando os primeiros por ser capturados pelas forças de D. Afonso Henriques²⁵⁴². As desavenças e a competição constante entre

²⁵³⁵ LLCDP 10C10.

²⁵³⁶ ML-IV, Escritura IX, pp. 135 e M.G. MARTINS, 2011, p. 139.

²⁵³⁷ CP1419, Cap. 14, p. 23.

²⁵³⁸ CP1419, Cap. 39, p. 72.

²⁵³⁹ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 323-325)

²⁵⁴⁰ Sobre os aspetos ideológicos que motivavam atos de bravata, coragem, audácia e até temeridade, veja-se FLORI, 2005, p. 91. Claude Gaier ilustrou as consequências nefastas deste individualismo típico dos cavaleiros com mais de quatro dezenas de exemplos, entre 1102 e 1525, sendo que 17 ocorreram entre 1102 e 1250, incluindo-se a batalha de Alarcos, em 1195 (2009, pp. 125-134).

²⁵⁴¹ CAI, Livro I, Cap. 78, p. 118.

²⁵⁴² CAI, Livro I, Cap. 83, p. 120.

nobres rivais também deviam contribuir, imaginamos, para dificultar a organização de uma hoste régia coesa e disciplinada²⁵⁴³.

Uma característica que, certamente, distinguia os cavaleiros leigos dos freires das ordens militares era a superior disciplina dos segundos. Os textos normativos das milícias foram pensados para exaltar a coesão interna, o espírito de corpo e a ação coordenada, contrastando vivamente com o comportamento dos cavaleiros seculares, cuja ação se baseava fortemente no valor individual. Para os freires-cavaleiros, a norma era a manutenção das formações e inclusive a renúncia às oportunidades individuais, que eventualmente viessem a surgir. A Regra de Santiago contém uma disposição muito indiciadora da postura pretendida, neste sentido: “Mandamos por estrito mandamento que tudo aquilo que os freires, com a ajuda de Deus, ganharem dos mouros por seu intermédio, o deem com grande caridade para sacar cativos do poder dos Mouros”²⁵⁴⁴.

A técnica de combate podia bem residir, como descreveu Kelly DeVries, numa carga inicial com a lança, que era depois arremessada, se não tivesse ficado partida ou cravada num adversário. Estando o cavaleiro no interior do dispositivo inimigo, o combate prosseguia montado, com golpes de espada²⁵⁴⁵. Duas outras situações aconselhavam uma abordagem tática diferente, com uma rápida retirada a seguir à carga: se a formação defensora fosse pouco profunda e sem segundas linhas nas proximidades, ou se fosse muito superior em número, tornando muito perigoso para os atacantes o combate com espada no seu interior. Nestes casos, a modalidade tática consistia em reorganizar depois de atravessar a linha inimiga e carregar de novo em sentido oposto, voltando a sair do dispositivo²⁵⁴⁶.

Os dados explícitos sobre cargas de cavalaria no contexto português não abundam, mas conseguimos identificá-las nalguns casos específicos. O *Carmen de Gosuínio*, apresenta uma carga, comandada pelo mestre templário Pedro Alvites, que resolveu a batalha da ribeira de Sítimos, travada no contexto da tomada cristã de Alcácer em

²⁵⁴³ Os livros de linhagens abundam em referências a contendas e violências mútuas entre fações da nobreza e mesmo no seio das mesmas famílias, como no caso de Lourenço Fernandes da Cunha, que não só teve problemas com D. Sancho I em 1210, mas também com parentes seus em 1214 (PIZARRO, 1997, vol. II, pp. 945, nota 12), ou de Vasco Pires de Bragança, o *Veirão*, que tendo feito parte do séquito régio entre 1196 e 1205, em data desconhecida teve uma contenda com o próprio rei, por violências que exercia sobre o mosteiro de Bouro (DS, doc. 216, s.d.).

²⁵⁴⁴ ROSJ, XXVI, p.82, tradução nossa. Em 1172, a Ordem já tinha Regra (SASTRE SANTOS, 1981, p. 79), mas desconhecemos se esta disposição já constava nessa data

²⁵⁴⁵ DeVRIES e SMITH, 2007, p. 125.

²⁵⁴⁶ VERBRUGGEN, 1997, p. 103.

setembro de 1217²⁵⁴⁷. Assim como a *Crónica de Portugal de 1419*, que indica que em Ourique, D. Afonso Henriques carregou na vanguarda e que nesta carga “*passarom a primeyra aaz dos mouros e chegarom à segumda*”²⁵⁴⁸ e também descreve a carga comandada pelo infante D. Sancho, na batalha ocorrida no contexto do fossado de Triana, que não surtiu o efeito desejado, talvez por ter sido demasiado precoce ou porque os alvos dos cavaleiros cristãos eram cavaleiros muçulmanos, com grande mobilidade²⁵⁴⁹. É bem possível que estas cargas, de Ourique e de Triana, sejam reflexo da imagem que o século XV fazia de uma batalha vitoriosa. Mas não há algum indício de que não tenham ocorrido. Aliás, a informação de que dispomos, no caso de Ourique, é compatível com a descrição da crónica²⁵⁵⁰.

5.6.7. A exploração do sucesso

Frequentemente, os líderes do lado derrotado retiravam ou fugiam e os restantes combatentes entravam em debandada. Nessa altura, era preferível perseguir os fugitivos a permanecer no campo a recolher o saque, já que interessava aniquilar o máximo de inimigos, para impedir que reagrupassem e procedessem a um contra-ataque²⁵⁵¹. Este foi o cenário que se desenhou na sequência da batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212, em que os cristãos “dedicaram-se a persegui-los [aos agarenos] sem descanso por todas as partes até ao anoitecer”²⁵⁵². Produziam-se autênticos massacres, como ocorreu em 1178, em Triana, tendo-se os muçulmanos precipitado para Sevilha, através da ponte, de tal modo que a porta da cidade não pôde ser fechada e os portugueses, apanhando os fugitivos – certamente emassados pelos estrangulamentos do percurso (ponte e porta) – provocaram grande “*mortindade*”²⁵⁵³. Também o *Carmen* nos conta a perseguição que se seguiu à vitória cristã junto à ribeira de Sítimos, em 1217²⁵⁵⁴, tendo os cristãos ido no encalço dos fugitivos num raio de cerca de dez milhas²⁵⁵⁵.

Mas se o grau de disciplina fosse reduzido, uma perseguição desenfreada e sem limites acarretava vários riscos. Os perseguidores podiam cair em ciladas e o enfraquecimento da hoste, no local da batalha, podia levar à evasão dos prisioneiros,

²⁵⁴⁷ ML-IV, Escritura IX, p. 135.

²⁵⁴⁸ CP1419, Cap. 14, p. 23.

²⁵⁴⁹ CP1419, Cap. 39, p. 71.

²⁵⁵⁰ Dispomos de pelo menos seis fontes cristãs do século XII que a relatam (ALARCÃO, 2015, pp. 9-15).

²⁵⁵¹ GARCÍA FITZ, 2008, pp. 123-124.

²⁵⁵² DRE, p. 323. A fonte, generosa no exagero, menciona 200 000 mortos.

²⁵⁵³ CP1419, Cap. 39, p. 72.

²⁵⁵⁴ ML, IV, Escritura IX, p. 135.

²⁵⁵⁵ MH-I, Doc. 26 de 1217, outubro.

especialmente os nobres, que constituíam boa parte do prémio, pelo resgate que valiam²⁵⁵⁶.

A perseguição, bem como o saque do acampamento inimigo constituíam o troféu depois do prélio. Nele participavam não só as tropas combatentes, mas também, frequentemente, muitos dos seguidores dos exércitos que, quais aves necrófagas, se alimentavam dos despojos encontrados. Se a hoste vitoriosa fosse bem comandada e disciplinada, dever-se-ia cumprir algo próximo do preconizado nas *Partidas*: o espólio recolhido devia ser todo reunido em local apropriado e não roubado, para que posteriormente se procedesse à sua distribuição²⁵⁵⁷.

As fontes coevas não fazem nenhuma menção à permanência do rei vitorioso no campo de batalha durante três dias, para consumir a vitória. A única fonte em que encontramos essa referência é do século XV e talvez espelhe uma suposição na altura da redação, não podendo ter como certo que tivesse ocorrido²⁵⁵⁸. Sobre a batalha de Ourique, diz: “*Depois que a batalha foy acabada, el-rey dom Afonso esteve no campo por tres dias, como he costume que os reis fazem se alguma neçesidade não vem*”²⁵⁵⁹. Na sequência de uma das mais emblemáticas batalhas do período em estudo, a de *Las Navas de Tolosa*, os cristãos permaneceram no local somente durante o dia seguinte à batalha, não com um intuito simbólico, mas simplesmente porque estavam exaustos, conforme relata o bispo Rodrigo Jiménez, de forma simples²⁵⁶⁰. Não é crível que D. Afonso Henriques tenha permanecido tanto tempo no local do recontro de Ourique, até porque se encontrava em

²⁵⁵⁶ Talvez por isso, no caso francês, Filipe Augusto tenha limitado a perseguição a um arco de uma milha em torno do local da batalha de Bouvines, em 1214, tendo feito soar o recolher ao anoitecer (DUBY, 2005, p. 139). Na batalha de *Las Navas de Tolosa*, ocorrida dois anos antes, nas horas que sucederam ao recontro foram mortos mais muçulmanos do que os que tinham caído no combate, como declarou Afonso VIII de Castela ao papa Inocêncio III (GARCÍA FITZ, 2012, p. 536).

²⁵⁵⁷ *Partidas*, II, título XXVI, lei 15.

²⁵⁵⁸ A permanência no campo de batalha por um dia, ou mesmo três, caso se tratasse de um combate por acordo, designada por *sessio triduana*, era um preceito do direito germânico que se destinava a confirmar a vitória como oficial e indubitável. Contamine refere que o costume foi transversal aos séculos medievais, embora cite somente exemplos dos séculos XIV e XV (CONTAMINE, 1980, p.421). Tratar-se-á de um costume contínuo ou de uma recuperação da Baixa Idade Média?

²⁵⁵⁹ CP1419, Cap. 14, p. 23. Também a propósito de uma suposta batalha do D. Sancho, pela posse de Beja, no regresso do fossado de Triana, em 1178, o infante é retratado a entrar na vila, somente três dias depois de ter combatido uma batalha vitoriosa com os muçulmanos (CP1419, Cap. 40, p. 76).

²⁵⁶⁰ DRH, p. 324.

território hostil e qualquer tempo extra de permanência no campo de batalha aumentava o risco de contra-ataques²⁵⁶¹.

Mas há outras dimensões da exploração do sucesso, relacionadas com as consequências de uma batalha. Uma diz respeito ao desequilíbrio provocado nas condições estratégicas que a envolvem. No plano militar, uma batalha vitoriosa permitia frequentemente a continuação de operações e a obtenção de ganhos adicionais. Foi o caso da batalha de Alarcos, em 18 e julho de 1195, em que os almóadas, vitoriosos, conseguiram submeter vários castelos²⁵⁶². Do mesmo modo, depois da batalha de *Las Navas de Tolosa*, em 1212, Afonso VIII de Castela pôde tomar Baeza, Úbeda e outras fortalezas²⁵⁶³. A *Chronica Gothorum* atribui ao sucesso de Ourique o enfraquecimento da “força e audácia dos sarracenos”²⁵⁶⁴, embora saibamos que, à data da batalha, o poder almorávida se encontrava em acentuado declínio no al-Andalus, a braços com a ofensiva almóada no Magrebe.

Uma outra dimensão passível de explorar era a propagandística. No plano da *auctoritas* do vencedor, uma batalha vitoriosa era um sinal claro do favor de Deus, que devia ser capitalizado. Há notícia cronística de marchas triunfais, como a que D. Afonso Henriques organizou, em Coimbra, no regresso de Ourique²⁵⁶⁵. E as fontes, quer cristãs, quer muçulmanas, são claramente sintomáticas desta prática, não deixando de enaltecer as vitórias e subtraindo-se, sempre que possível, às derrotas. Nos casos em que é impossível não mencionar uma derrota, é frequente atribuir-se a culpa do insucesso aos pecados dos derrotados. É o que lemos a respeito da batalha de Cerneja, ferida 1137, na *Chronica Adefonsi Imperatoris*, que refere que os condes galegos foram vencidos para castigo dos seus pecados²⁵⁶⁶, do mesmo modo que os livros de linhagens atribuem a derrota de Fernão Peres de Trava às mãos de D. Afonso Henriques, em 1128, ao pecado de ter “*filhado esta rainha dona Tareija a seu irmão*”²⁵⁶⁷.

²⁵⁶¹ Miguel Gomes Martins é concordante com a narrativa da Crónica de Portugal de 1419, sugerindo que os portugueses possam ter permanecido no arraial durante três dias, por ser este o costume medieval, tendo melhorado as defesas por recearem um contra-ataque (2011, p. 54).

²⁵⁶² DRH, p. 299.

²⁵⁶³ DRE, pp. 324-327.

²⁵⁶⁴ PMH-S-I, p.13.

²⁵⁶⁵ CP1419, Cap. 14, p. 24.

²⁵⁶⁶ CAI, Livro I, Cap. 78, p. 118.

²⁵⁶⁷ LLCDDP, 13A2.

5.7. Síntese conclusiva

No Ocidente Peninsular dos séculos XII e XIII parecem ter coexistido duas escolas de guerra a cavalo distintas. Como boa parte da guerra praticada no ocidente peninsular dos séculos XII e XIII era “guerra guerreada”, é de admitir que quer cristãos, quer muçulmanos, privilegiassem, habitualmente, a monta à gineta, especialmente antes da entrada e divulgação dos estilos de combate francos, que deverá ter iniciado no final do século XI, tendo certamente colhido entre os seus adeptos os cavaleiros-nobres, mas dificilmente se tenha estendido logo aos não-nobres, já que exigia equipamento mais dispendioso e um grau de treino bastante elevado, pouco compatível com a cavalaria-vilã. Esta ter-se-á aproximado deste modelo durante o século XII, uma vez que procurava emular a cavalaria nobre, sendo de admitir que o privilégio de formar na vanguarda da hoste, concedido a algumas milícias municipais, a partir da segunda metade do século XII, expressasse já a capacidade destas para desferir cargas. Como a monta à brida era mais eficaz no contexto de batalha campal, em meados do século XIII o mundo militar muçulmano peninsular também adotou este modelo.

Embora o combate a cavalo tenha sido predominante, o combate apeado, conduzido quer por peões quer por cavaleiros desmontados, tinha relevância, que pode ter sido aumentada ao longo da cronologia estudada, dado o incremento do estilo de combate “à brida” e das cargas de cavalaria. Neste âmbito, os guerreiros apeados eram fundamentais para empenharem as unidades táticas adversárias, fixando-as em combate durante tempo suficiente para contra elas serem desferidas cargas de cavalaria, normalmente de flanco. Para além disso, os peões podiam combater em locais e condições que não estavam acessíveis aos cavaleiros, como terrenos íngremes e escarpados, pantanosos ou densamente arborizados. Apesar de se identificar o uso do arco, a arma de tiro mais comum parece ter sido a besta, tendo os seus especialistas atingido um estatuto social privilegiado que, em alguns municípios, consistia numa posição intermédia entre os peões e os cavaleiros.

A preocupação militar da Coroa relacionava-se primeiro com os aspetos defensivos e depois com os ofensivos já que, sem um sistema eficaz de defesa, a existência de um reino autónomo não seria viável. A defesa da terra era uma ação militar genericamente designada por apelido, que obrigava os moradores a saírem de suas casas para defrontar uma ameaça inimiga que se revelasse nas proximidades. A obrigação de

comparecer no apelido não era tão abrangente como até recentemente se pensou e, normalmente, a ação era limitada no espaço ou no tempo, a não ser que fosse comandada pelo rei em pessoa.

No âmbito ofensivo, a “guerra guerreada” era conduzida por todos os intervenientes, desde as pequenas comunidades rurais até ao próprio rei, podendo distinguir-se pequenas e grandes expedições. As primeiras eram as mais comuns, desencadeadas, primordialmente em maio, por senhores, por caudilhos de fronteira e pelos municípios. Envolvendo poucos guerreiros, exclusivamente a cavalo, eram executadas em movimento contínuo e privilegiando itinerários encobertos, tendo como objetivos o saque de gado, de cativos e de bens móveis. As segundas, desencadeadas pelo monarca ou por grandes senhores, eram compostas por cavaleiros e peões, com um efetivo da ordem das várias centenas ou mesmo milhares. Nestes casos, a retirada era relativamente demorada e a hoste facilmente localizável, pela sua grande dimensão, razão pela qual ocorriam recontros quando os poderes muçulmanos logravam reunir e lançar um exército contra os invasores cristãos.

Por seu turno, a guerra de expansão transitou de um modelo de presúria, para um outro que passava pelo controlo das fortificações. Mesmo que não fossem conduzidas pelo rei em pessoa, as conquistas beneficiavam de enquadramento régio, por via do reconhecimento legal e concessão de privilégios aos conquistadores de facto, fossem estes nobres, poderes concelhios ou ordens militares. A posição geográfica de Portugal na Península Ibérica permitiu que os poderes portugueses pudessem contar com os cruzados que se deslocavam, por via marítima, do norte da Europa para os estados latinos do Oriente. À exceção da tomada de Alcácer, por D. Afonso Henriques, em 1159 ou 1160, do cerco a Elvas por D. Sancho II, em 1226, e do cerco de Faro de 1249, as outras grandes fortalezas muçulmanas foram assediadas com a participação de importantes contingentes cruzados, em Lisboa, 1142 e 1147, Silves, 1189 e Alcácer, 1217.

A batalha campal, acontecimento raro quando comparado com os restantes métodos de guerra, também foi uma realidade com uma recorrência equivalente ao que ocorria no restante espaço ibérico. Os comandantes medievais escolhiam criteriosamente o local do combate. Em terrenos de orografia muito acentuada, o defensor tinha vantagem e era possível contingentes de reduzidas dimensões oferecerem uma oposição credível a contingentes mais volumosos, como parece ter ocorrido no espaço confinado de

Valdevez, que tornava pouco relevante uma superioridade numérica que lá não coubesse. Os comandantes tinham também em atenção a hora do dia em que ia ser desferida a batalha e a posição da hoste em relação ao sol, como ocorreu em 1217, na batalha da ribeira de Sítimos.

As formações de combate identificadas foram coincidentes com a habitual organização medieval em quatro azes (dianteira, flancos e retaguarda), constatando-se a noção do valor de uma reserva montada, bem enquadrada, para efetuar o lance decisivo. O comando e controlo em combate era conseguido através do movimento de estandartes, que tinham formatos e dimensões diferentes de modo a permitir uma rápida identificação por parte das unidades táticas comandadas. Também era assegurado à voz, quer diretamente, quer por intermédio de pregoeiros. Não há registo de instrumentos de percussão entre as hostes cristãs, mas existem representações de instrumentos de sopro, como anafis, cornos e olifantes.

As hostes ordenavam-se para combate a coberto da ação de elementos destacados à sua frente, de parte a parte, designados frequentemente nas fontes como *corredores*. Os poucos relatos de batalha de que dispomos enunciam a ação decisiva, que precipitava a vitória. A seguir ao combate, o lado vitorioso explorava o sucesso obtido, através de perseguição. Esta, no entanto, era limitada no raio de ação ou no tempo, porque a dispersão das tropas podia criar oportunidades no lado perdedor da refrega. Não há nenhuma referência à permanência no campo de batalha depois de uma vitória, como viria a ser costume mais tarde, mas há de marchas triunfais, como a que D. Afonso Henriques realizou em Coimbra após a batalha de Ourique, em 1139.

6. OUTRAS DIMENSÕES DA GUERRA

Dissecadas as condições do ambiente operacional, os recursos humanos e materiais, a fortificação e a prática da guerra, a análise a que nos propusemos não ficaria completa sem a abordagem a outras dimensões, que por serem comuns e transversais a mais do que um dos grandes temas tratados nos capítulos anteriores, e por requererem uma profundidade de análise específica, optámos por abordar em separado. Com efeito, o treino militar dos guerreiros encerra não só uma componente de destreza individual, mas também o desenvolvimento de capacidades de planeamento e comando de operações. O serviço militar foi já observado a partir dos indicadores relativos à sua execução, faltando agora abordar a perspetiva das isenções e fugas. Importa, também, analisar as principais características do abastecimento e sustentação das hostes em campanha na cronologia estudada. Entendemos, ainda, ser importante estudar a dimensão psicológica da guerra e, finalmente, observar o tratamento dado ao inimigo derrotado.

6.1. O treino militar

A nobreza tinha inculcada a ideia de elite militar, responsável pela proteção da sociedade e, por isso, desde a infância, o nobre era treinado na destreza de armas e na luta a cavalo²⁵⁶⁸. É seguro deduzir que grande parte desse treino incidia no desempenho individual aludido, mas importa ter presente que, mais do que guerreiros, os nobres estavam destinados a ser comandantes, responsabilidades que também recaíam nos dignitários das ordens militares. E o comando exigia conhecimento suficiente dos comportamentos coletivos na guerra, a fim de enquadrar devidamente os grupos ou unidades táticas²⁵⁶⁹.

Contudo, não era possível levar a cabo um adestramento coletivo consistente ao nível da hoste ou de grandes mesnadas, já que a natureza não-permanente dos exércitos medievais não era compatível com programas de treino. Face a estes dados, podemos concluir que, de todos os intervenientes, eram as ordens militares as entidades que tinham

²⁵⁶⁸ M. TORRES, 2002, pp. 198-200.

²⁵⁶⁹ Naturalmente que outros indivíduos como os adais, os coudéis das peonadas e mesmo os caudilhos de fronteira teriam de ter capacidades de liderança e conhecimentos sobre o modo de emprego dos grupos que enquadravam. Mas estamos em crer que era nos nobres, especialmente na nobreza que rodeava o monarca, que residiam as responsabilidades sobre o emprego de partes da hoste em unidades táticas.

condições para estabelecer e praticar modelos de treino coletivo, embora de modo limitado e sem que deles tenhamos sinal através das fontes²⁵⁷⁰.

Interessa-nos sobretudo perceber a existência de preocupações com o treino para o emprego de forças, numa época em que os tratados de arte militar ainda não estavam difundidos na Hispânia cristã²⁵⁷¹. Porém, temos nota da existência, na Península Ibérica, de torneios ou jogos coletivos, pelo menos a partir do século XI, que devem ter tido a sua génese, ou pelo menos resultaram de transformações de jogos ou exercícios paramilitares herdados da Antiguidade. Esta continuidade pode ser o que expressa Isidoro de Sevilha, ao referir que os visigodos tinham o costume de praticar atividades militares todos os dias²⁵⁷².

Verbruggen notou que nos séculos XI e XII, no ocidente da Europa, as “guerras privadas”, ou seja, a tensão entre fações ou famílias da nobreza era de tal ordem que, normalmente, desembocava em confrontos em que ambas as partes mobilizavam mesnadas e se guerreavam mutuamente²⁵⁷³. Para além de uma dimensão cruenta, estes confrontos encerravam também uma importante componente didática que, decerto, permitia acumular experiência para combates futuros. Mas mais do que as pequenas contendas, era nas campanhas militares que se obtinha experiência. Muitos nobres portugueses adquiriam-na, na Terra Santa, como foi o caso de Gualdim Pais, ou em outros espaços europeus, como Pero Ouriques da Nóbrega que, acompanhando o *Bolonhês*, combateu na batalha de Saintes, em 1242²⁵⁷⁴.

Em todo o caso, a atuação dos comandantes dos séculos XII e XIII demonstrava o conhecimento de noções claras de vários aspetos que hoje designaríamos por táticos²⁵⁷⁵ e a generalidade dos princípios que João Gouveia Monteiro apresentou, relativamente aos “generais da Baixa Idade Média”, tem correspondência na época que estudamos. Este autor salientou que os comandantes medievais “não combatiam ao acaso e conheciam

²⁵⁷⁰ M.G. MARTINS, 2007, pp. 353-354.

²⁵⁷¹ A “didática militar” escrita só se difundiu na Península Ibérica a partir da segunda metade do século XIII, sendo os primeiros exemplos as *Siete Partidas*, de Afonso X, o Sábio (1252-1284, especialmente a *Segunda Partida*), o *De preconiis Hispanie*, cujo Livro XI se intitula *De Regulis Bellorum Generalibus*, do clérigo Frei Juan Gil de Zamora (do último quartel do século XIII) e o *Libro del cavallero et del escudero*, do infante castelhano D. Juan Manuel (1282-1348), pai de Dona Constança Manuel, esposa de D. Pedro I de Portugal (MONTEIRO, 2009, pp. 133-135).

²⁵⁷² HRG, p. 374.

²⁵⁷³ VERBRUGGEN, 1997, pp. 28-29.

²⁵⁷⁴ PIZARRO, 1997, vol. II, p. 870.

²⁵⁷⁵ Sobre o uso dos conceitos de estratégia, tática e técnica como instrumentos de análise da guerra medieval vejam-se AFONSO, 2013c, pp. 517-518 e, especialmente, 2018b, pp. 15-39.

bem um conjunto de princípios táticos”. Referiu que sabiam a importância de escolher o terreno; procuravam reduzir as possibilidades de ser envolvidos pelos flancos; distribuíam os melhores combatentes pelos pontos mais críticos da formação de batalha; articulavam infantaria com cavalaria respeitando as especificidades de cada uma e maximizando as sinergias resultantes da combinação de ambas; compreendiam as possibilidades do tiro de armas neurobalísticas; faziam os homens de armas desmontar e lutar ombro a ombro com a peonagem, compreendendo o seu papel moralizador da hoste; sabiam gerar e empregar reservas para decidir o combate; efetuavam ações de decepção, fugas simuladas, emboscadas; tinham consciência da superioridade de uma posição defensiva bem apoiada no terreno e organizada; percebiam o risco que corriam ao ter de alterar o dispositivo depois de iniciada a batalha; compreendiam que as perseguições envolviam riscos; utilizavam marchas forçadas e encobertas para apanhar o inimigo de surpresa; utilizavam meios de comando e controlo que lhes permitiam coordenar minimamente as forças durante o combate²⁵⁷⁶.

Outro dos aspetos que salta amplamente à vista é o conhecimento que procuravam deter acerca da área de operações onde atuavam e a sua capacidade de orientação, surpreendente, sem mapas ou quaisquer apoios gráficos. Só desta forma se compreende a cobertura de percursos na ordem dos 50 a 70 quilómetros a cavalo e até 30 quilómetros a pé num só dia²⁵⁷⁷. São distâncias notáveis, principalmente se tivermos em conta que não eram percorridas em linha reta, o que para ser alcançado não se compadecia com movimentos erráticos. Naturalmente que os comandantes contavam com o apoio de adais, atalaieiros e outros elementos de reconhecimento, mas para os utilizar e coordenar a sua atuação era necessário conhecimento.

Muita experiência militar era transmitida verbalmente, como explicitam as *Partidas*, aconselhando os cavaleiros a ouvir as “*estórias de las grandes fechos de armas quando comieren*” e que dos jograis não ouvissem outros cantares que não os de gesta ou de feitos de armas já que “*oyendolas les creçerian las voluntades & los corazones*”²⁵⁷⁸. É, portanto, perfeitamente plausível que os nobres portugueses que tivessem tomado parte em campanhas militares como os fossados régios a Ourique ou Triana, ou que tivessem combatido na batalha de *Las Navas de Tolosa*, por exemplo, fossem atentamente

²⁵⁷⁶ MONTEIRO, 2010, p. 171.

²⁵⁷⁷ Ver 2.3 – O movimento de Forças.

²⁵⁷⁸ *Partidas*, II, título XXI, lei 20.

escutados por uma assistência composta por “familiares”, alguns dos quais *juvenes*, vassalos e servidores, ou seja, membros das suas mesnadas²⁵⁷⁹.

O papel do monarca e dos grandes senhores medievais ia para além do treino e destreza individual no combate, já que lhes que cabia a obrigação de planejar e conduzir as campanhas. A *Crónica Geral de Espanha de 1344* relata que Fernando III de Leão e Castela “*era homẽ de grande trabalho e por esto fazia grandes cõquistas, ca logo que hũa tiinha acabada ja outra tiinha cuydada.*”²⁵⁸⁰. O mesmo monarca é retratado em conselho com os seus ricos-homens, antes da conquista de Sevilha²⁵⁸¹. A *Crónica de Portugal de 1419* apresenta D. Sancho I em conselho antes da conquista de Silves, de 1189 “*e tiverom loguo conselho como a combateriom e que maneira teriom em partir o roubo (...)*”²⁵⁸². E Paio Peres Correia, comendador da Ordem de Santiago, em conselho com os seus em Aljustrel, antes da conquista do Algarve²⁵⁸³, e a assessorar Fernando III de Leão e Castela no planeamento do cerco de Sevilha²⁵⁸⁴.

Uma das preocupações que, certamente, era objeto de debate nos conselhos de guerra era o estabelecimento das cadeias de comando. As *Partidas* dedicam-lhe uma lei, detalhando a importância do acoudelamento das tropas, sendo este o primeiro cuidado que se devia ter em tempo de guerra, de onde se obtinham três vantagens: garantir a unidade de comando, ou seja, que todos atuassem como um e sob a mesma ordem; aumentar as possibilidades de sucesso militar; e, finalmente, tornar as tropas disciplinadas (“*bien andantes*”)²⁵⁸⁵. A *Crónica de Portugal de 1419* descreve como, antes da batalha campal que teve lugar em Triana, em 1178, o infante D. Sancho se “apartou com aqueles que de mayor conta erom, pera aquelo averem de fazer e ordenarom sua gente em esta guysa.”, descrevendo, de seguida, a ordem de batalha estabelecida e os comandantes de cada uma das grandes unidades táticas²⁵⁸⁶.

Os poderes muçulmanos tinham também uma longa tradição de planeamento de grandes expedições ao território cristão, a ponto de serem organizados exércitos no norte de África que, depois, atravessavam o Estreito e entravam no al-Andalus com objetivos

²⁵⁷⁹ M.G. MARTINS, 2007, p. 352.

²⁵⁸⁰ CGE, Cap. DCCCXIX, p. 441.

²⁵⁸¹ CGE, Cap. DCCCXVIII, p. 440.

²⁵⁸² CP 1419, Cap. 47, p. 90.

²⁵⁸³ CP1419, Cap. 79, p. 146.

²⁵⁸⁴ CGE, Cap. DCCCXVII, p. 440.

²⁵⁸⁵ *Partidas* II, título XXIII, lei 11.

²⁵⁸⁶ CP1419, Cap. 39, pp. 70-71.

de campanha bem definidos. Atente-se nos casos da expedição de 1172 do califa almóada Abū Yaquḥ Yusuf destinada inicialmente à cidade de Huete²⁵⁸⁷ ou dos preparativos do mesmo soberano para a incursão sobre Ciudad Rodrigo, em 1174, no âmbito dos quais “escreveu aos Árabes e às tropas regulares para que se concentrassem em Sevilha e se preparassem para a campanha”²⁵⁸⁸.

Para além das qualidades necessárias ao bom enquadramento de guerreiros, o outro fator comum a todos os comandantes, era a preparação individual. Infelizmente, informação de detalhe sobre muitos dos aspetos deste tipo de treino é bastante escassa²⁵⁸⁹. Como a documentação escrita na cronologia em apreço era produzida, sobretudo, nos cenóbios e os monges se dedicavam mais à produção de anais ou hagiografias do que à descrição minuciosa dos feitos guerreiros, é muito difícil encontrar referências diretas a aspetos técnicos da execução da esgrima ou do combate a cavalo propriamente ditos²⁵⁹⁰. É sabido que a caça era uma das principais ações de treino para a guerra²⁵⁹¹, incluindo a caça a cavalo com lança, e com o uso de outras armas e práticas, como a besta e o tiro com arco²⁵⁹². O treino individual era também conseguido através de jogos como o tavalado, que consistia em arremessar lanças contra um alvo colocado num local elevado, para o derrubar. O jogo é referido em 1217, numa cantiga de escárnio e maldizer de Lopo Lias, dedicada a Airas Moniz, um dos quatro infanções de Lemos que foram alvo da crítica do trovador: “*podedes en bafordar e o tavlado britar...*”²⁵⁹³.

A organização de torneios não devia ser muito frequente ou divulgada antes de 1249 no Ocidente Peninsular²⁵⁹⁴. De contrário, por serem uma atividade que empenhava essencialmente a nobreza, teriam sido mais glosados nas fontes. A referência mais remota a uma atividade deste género em Portugal é o reconto de Valdevez, de 1141, descrito nos *Annales Domni Alphonsi*, redigidos em 1185²⁵⁹⁵ mas, como já tivemos ocasião de

²⁵⁸⁷ IBN SAHIB AL-SALA, pp. 204-212.

²⁵⁸⁸ *Al-Bayan I*, p. 15.

²⁵⁸⁹ Verbruggen debruçou-se sobre o treino dos cavaleiros no espaço franco no século XI (1997, pp. 27-36). Sobre o treino e a formação dos comandantes militares na Idade Média em Portugal, veja-se (M.G. MARTINS, 2013b, pp. 19-30).

²⁵⁹⁰ A este nível, a Baixa Idade Média é bastante mais rica. D. João I é o autor de um tratado de montaria: o *Livro da Montaria* e o seu filho D. Duarte escreveu o primeiro tratado de equitação de todo o Ocidente Medieval: o *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar a toda a Sela* (M.G. MARTINS, 2013b, p. 21).

²⁵⁹¹ Principalmente a montaria, como referem as *Partidas*, (II, título V, lei 20).

²⁵⁹² M.G. MARTINS, 2007, p. 359. Em 1231, o herdeiro do trono da Dinamarca, Valdemar Valdemarsen, morreu na sequência de um virote de besta que, durante uma atividade de caça, lhe trespassou um pé (H. FERNANDES, 2010, p. 231).

²⁵⁹³ G. LOPES, 2016, vol. 2, nº11, p. 55.

²⁵⁹⁴ M.G. MARTINS, 2013b, p. 23.

²⁵⁹⁵ ADA, p. 154.

apresentar, o combate não teve caráter lúdico e, por conseguinte, certamente que não foi um torneio idêntico aos que, entre o final do século XI e o século XIV se praticavam em França e Inglaterra²⁵⁹⁶. Por seu turno, as *Partidas*, na segunda metade da centúria de Duzentos, regulamentaram uma atividade que designam por “*torneamiento*” e que “(...) *se faze, por rason de vsar las armas y nõ por matarse ni por otra enemistad que los onbres ouiesen vnos com otros*”²⁵⁹⁷, consistindo num jogo bélico que tinha como uma das finalidades a prática do manejo das armas.

Uma das facetas dos torneios praticados além-Pirinéus no século XII, era a possibilidade de os cavaleiros formarem *conrois*, variáveis em número, em função da capacidade de mobilização das mesnadas dos respetivos senhores. Desta forma, a cavalaria pesada podia treinar cargas em ambiente mais ou menos controlado. Infelizmente, os primeiros relatos deste tipo de treino devem-se à *Histoire de Guillaume le Maréchal*, de 1303, que, se bem que retratando uma realidade anterior, se encontra fora quer do âmbito geográfico, quer do âmbito cronológico que nos interessam²⁵⁹⁸.

No entanto, a escassez de informação explícita não significa que não existam dados suficientemente consistentes para deles se obterem conclusões sólidas. É seguro partir do princípio que, no universo militar, o modo de emprego da força está subordinado aos meios e equipamentos utilizados. Por outras palavras pode afirmar-se que o estilo de combate é sempre otimizado em função dos meios disponíveis²⁵⁹⁹. É por esta razão que a montada, o armamento e o equipamento do cavaleiro pesado foram sendo aperfeiçoados de modo a maximizar o poder de choque. E tudo isto levava a que os chefes militares que dispunham de cavalaria pesada procurassem criar condições para que os combates se resolvessem através do choque. O mesmo se pode dizer do cavaleiro ligeiro em relação

²⁵⁹⁶ É muito provável que os torneios tenham surgido em França no final do século XI. Bastante populares, mas frequentemente condenados pela Igreja, consistiam em combates entre dois bandos ou equipas, que iniciavam a cavalo, com lança e depois continuavam em luta apeada com espadas, maças, achas e cacetes. O terreno reservado para o efeito era amplo e tudo se produzia como numa batalha verdadeira, à exceção das armas que eram, geralmente, embotadas para mitigar a possibilidade de ferimentos graves. Ainda assim eram frequentes mortes e ferimentos graves em torneios. Chegavam a concentrar várias centenas e até milhares de cavaleiros (PRESTWICH, 2010, pp. 368-370). Durante o século XIV, os torneios perderam grande parte da sua importância, dando lugar a um outro modelo de desporto militar, a justa. Aqui assistia-se ao combate individual entre dois cavaleiros munidos de lança, num terreno plano, designado por “liça”, em que cada um procurava estilhaçar a sua lança atingindo o escudo ou o corpo do adversário e, se possível derrubá-lo da sua montada (M.G. MARTINS, 2007, pp. 359-365).

²⁵⁹⁷ *Partidas*, II, título XXVI, lei 27.

²⁵⁹⁸ VERBRUGGEN, 1997, p. 36.

²⁵⁹⁹ Entre outros, Éric Muraise demonstrou que a relação da dimensão tecnológica com as dimensões técnica, tática, estratégica e organizativa das forças militares é uma constante, que define os “estilos de guerra”, correspondentes a diferentes doutrinas (1964, pp. 21-61).

ao emprego de táticas de *tornafuye*, provocando desgaste, incitando perseguições e levando as linhas adversárias a desorganizarem-se²⁶⁰⁰. Há, claramente, uma estreita ligação entre as dimensões material, operativa e mesmo a da mentalidade, ou *ethos* guerreiro.

Apesar de durante a cronologia em estudo terem sido introduzidas várias inovações no modo de guerrear no espaço hispânico, os procedimentos de treino individual e coletivo não devem ter-se modificado significativamente. Os modelos de cavalaria transpirenaicos foram-se implementando e influenciando, entre outros aspetos, o modo de manejo da lança, mas as novas técnicas não devem ter substituído as anteriores, tendo antes coexistido com estas. Modelos que implicaram o aumento da proteção corporal em geral, e da cabeça em particular²⁶⁰¹, o que reduzia o campo de visão do cavaleiro, sendo tudo isto revelador de que se esperava que este combatesse através do choque, carregando em linha reta contra o inimigo.

6.2. As isenções e as fugas à prestação de serviço

Muitos privilégios concedidos pelo monarca a senhores, concelhos e outras comunidades incluíam a isenção de serviço militar. Em carta outorgada a Mestre Fernando, prior da igreja de São Bartolomeu, de Coimbra, D. Afonso Henriques doou dois reguengos em Ourém, cujos moradores passaram a estar isentos de servir no castelo

²⁶⁰⁰ A dicotomia “cavalaria pesada” versus “cavalaria ligeira” perdurou até muito recentemente, com materialização prática e, nos dias de hoje, mantém-se com um cariz de filosofia de empenho de tropas. A primeira, combate essencialmente através do choque, ao passo que a segunda, o faz através da flagelação, valendo-se da sua grande mobilidade para se furtar a empenhamentos decisivos. Na cronologia em estudo, os estilos de monta à brida e à gineta, já abordados, correspondem, de um modo geral, a cada um dos conceitos.

²⁶⁰¹ No âmbito do equipamento defensivo, no início do século XIII, começou a ser envergada uma sobreveste por cima da loriga, protegendo-a das intempéries, hábito trazido da Terra Santa, que só começa a surgir na iconografia ibérica depois de 1220 (BALBÁS, 2016, p. 28). Os elmos cónicos com nasal do tempo de D. Afonso Henriques evoluíram para modelos semi-esféricos sem nasal e, no caso da cavalaria pesada, para elmos cilíndricos completamente fechados. No baixo-relevo da obra “Cristo no Túmulo”, patente no Museu Nacional Machado de Castro, os guardas do Santo Sepulcro são cavaleiros equipados com loriga, sobreveste ou perponte e um elmo semi-esférico, sem nasal, correspondendo ao que seria o equipamento da primeira metade do século XIII. Uma miniatura das *Cantigas de Santa María* mostra besteiros a envergar proteções de escamas de couro fervido e o perponte parece estar presente numa outra iluminura castelhana de 1220. Ver na iluminura da Cantiga de Santa María nº28, quadro 4 (figura 15), em anexo e na figura 6, em anexo (Representação do exército de Nabucodonosor a atacar Jerusalém. Beato de Liébana), os dois guerreiros que ladeiam a figura no trono, na última linha. Ainda assim, a evolução tecnológica na Idade Média era lenta e a capacidade de produção limitada, fazendo com que as mais recentes inovações coexistissem com as soluções anteriores. Por essa razão, em finais do século XIV ainda era usada cota de malha, em paralelo com outras soluções de defesa corporal mais eficazes e adequadas ao novo armamento (BARBOSA e GOUVEIA, 2013, pp. 65-71).

e de ir em fossado²⁶⁰². Uma vez que foram especificadas estas duas isenções em particular, é possível que mantivessem outras obrigações, como ir em hoste com o rei e a tomar parte no esforço defensivo, nomeadamente no apelido. No entanto, como já tivemos ocasião de observar, esta obrigação que impendia sobre todo o género de combatentes – peões, cavaleiros-nobres, cavaleiros-vilãos, elementos das ordens militares e clérigos regulares e seculares – não era “universal”, existindo inúmeras isenções.

Neste âmbito, o grupo social que, de um modo geral, beneficiava de isenções relacionadas com a guerra era o clero. Mesmo sendo comum a presença de clérigos nas hostes, como ocorreu com o abade e os homens do couto de Pendorada, presentes na “hoste de Pinhel”, em 1199²⁶⁰³ ou com a mobilização de mesnadas eclesiásticas, como a de D. Paio, bispo de Coimbra, em 1206²⁶⁰⁴, a situação mais frequente era o clero beneficiar de isenção de serviço militar, pelo menos do ofensivo. D. Sancho I determinou-o diretamente, em carta ao bispo de Coimbra, em 1210, na qual desobrigava os religiosos de fossado e de qualquer outra ação militar a não ser que se materializasse uma ameaça muçulmana²⁶⁰⁵. A participação do clero podia não ocorrer diretamente no combate, mas não se dispensava de apoiar como melhor podia. Em 1220, a igreja de São Salvador de Aguiar de Pena contribuía com dois morabitos para o rico-homem quando este se apresentava na hoste régia e ainda, em situação de guerra, enquanto o alcaide permanecesse no castelo, a igreja deveria aí assegurar missa cantada todas as horas²⁶⁰⁶.

Para além dos clérigos, também os peões se encontravam frequentemente isentos de serviço militar ofensivo. O foral de Numão, de 1130, é o primeiro que declara explicitamente esta isenção: “*Et pedones non faciant fossatum nec clerici*”²⁶⁰⁷, sendo replicado, até 1268, noutras cartas do mesmo grupo²⁶⁰⁸. Os almocreves, na sua qualidade de viajantes por excelência no século XII, beneficiavam do privilégio de isenção de

²⁶⁰² Por terem passado para a alçada religiosa (DR, doc. 333 de 1178, fevereiro).

²⁶⁰³ PMH-I, p. 1381a.

²⁶⁰⁴ PMH-LC-I, p. 533.

²⁶⁰⁵ DS, doc. 202, pp. 309-310.

²⁶⁰⁶ PMH-I, p. 126a.

²⁶⁰⁷ PMH-LC-I, p. 368 de 1130.

²⁶⁰⁸ Linhares (PMH-LC-I, p. 394); Marialva, 1157-1169 (PMH-LC-I, p. 440); Gouveia, 1186 (PMH-LC-I, p. 453); Folgoso, 1187 (PMH-LC-I, p. 465); Guarda, 1199 (PMH-LC-I, p. 508); Touro, 1220 (PMH-LC-I, p. 586); Vila Mendo, 1229 (PMH-LC-I, p. 611); Melgaço, 1258 (PMH-LC-I, p. 685); Viana do Castelo, 1262 (PMH-LC-I, p. 691); Prado (c. Vila Verde), 1260 (PMH-LC-I, p. 694) e Pena da Rainha, 1268 (PMH-LC-I, p. 710).

serviço militar²⁶⁰⁹. Em alguns municípios, os próprios cavaleiros podiam ser isentados de serviço militar em condições especiais. Era o que ocorria na região e Ribacoa, onde os foros concediam, no caso de se ter a mulher doente ou o cavalo incapacitado, isenção de ida em fossado, quer se tratasse de um cavaleiro da vila, quer das aldeias do termo²⁶¹⁰.

A isenção de certos serviços militares era usual quando se forneciam outros, de caráter especial ou diferenciado. Era o caso, por exemplo, de dois casais foreiros do rei em Midões (c. Tábua) que entre as suas obrigações se incluíam assegurar que os direitos régios não eram negados pelas populações e acompanhar o homem do rei até ao “*Portum*”, se aí fossem enviados, ficando escusados de ir em hoste e efetuar anúduva²⁶¹¹.

Apesar de todas as isenções, a ida em hoste sobrepunha-se, de um modo geral, a qualquer privilégio. Ainda que o possamos inferir de numerosa documentação, o foral de Monforte de Rio Livre, de 1273, enuncia o conjunto de privilégios concedidos aos moradores, mas acrescenta: “*excepto quod uadatis in mea hoste*”²⁶¹². A falta ao chamamento para a hoste era considerada grave, tanto nos meios urbanos quanto nos rurais. Nos aforamentos coletivos, como no caso de Godim (c. Régua), de 1210, outorgado a cinco indivíduos, estabelecia-se que se não respondessem ao chamamento régio, deviam apresentar-se com três testemunhas a justificá-lo e, adicionalmente, pagar uma multa²⁶¹³.

Esta coima, designada por fossadeira, começou por constituir a pena imposta aos que fugiam às obrigações militares, passando depois para uma forma de remissão do serviço e acabando por se converter numa contribuição permanente ao rei, em princípio destinada a apoiar o esforço de guerra, mas que com o tempo acabaria também por perder essa aplicação prática direta²⁶¹⁴. Enquanto multa aplicada aos que não cumpriam a sua obrigação de ir em fossado, já se encontra mencionada num documento de Afonso II das

²⁶⁰⁹ A isenção devia-se à importância da sua função, como entidades transportadoras ao serviço de senhores, mosteiros, vilas ou cidades, chegando mesmo a existir corpos de almocreves ao serviço de instituições (H. MONTEIRO, 2012, pp. 26-27).

²⁶¹⁰ Como expresso nos foros de Castelo Bom (PMH-LC-I, p. 784 de 1188-1230). O cavaleiro, nestas condições, também ficava liberto do pagamento da coima habitual por ausência – a fossadeira – contribuição que se detalhará adiante.

²⁶¹¹ PMH-I, p. 969b de 1258.

²⁶¹² PMH-LC, p. 730.

²⁶¹³ DS, doc. 189, pp. 289-290 de 1210. Nas *Partidas*, determina-se que os refratários perdem os benefícios que estiverem a receber da Coroa, mas não é fácil perceber a materialização deste preceito (*Partidas*, II, título XIX, Lei 7).

²⁶¹⁴ Como se verifica, por exemplo, relativamente ao destino da fossadeira cobrada no couto do mosteiro de Grijó que, a partir de 1190, não revertia para o rei, mas para o próprio mosteiro (DS, doc. 44 de 1190, julho, 27).

Astúrias, em 804. A passagem do tempo e o afastamento da fronteira com o mundo muçulmano transformaram, para muitas comunidades, a multa num imposto permanente que era pago em géneros ou em dinheiro, conforme fosse estipulado. No primeiro caso, o mais frequente era exigir-se linho grosso, em bragais. O equivalente em dinheiro, na maioria dos forais, era fixado em cinco soldos²⁶¹⁵.

Nas *Inquirições* de 1220 e nas de 1258, encontramos inúmeras referências à fossadeira devida ao rei. A paróquia de São João de Pencelo (c. Guimarães) pagava, em 1220, uma fossadeira de quatro bragais de linho²⁶¹⁶, enquanto dois casais reguengos de São Silvestre de Friestas (c. Terras de Bouro) pagavam, em conjunto, dois bragais e quatro côvados²⁶¹⁷. Em 1258, a fossadeira de alguns casais de Aveleda, julgado da Maia (c. Matosinhos), era de dois dinheiros anuais²⁶¹⁸.

A isenção do pagamento de fossadeira era um privilégio recorrentemente concedido pelo soberano. Assim, na confirmação de 1128 do foral de Guimarães, o infante Afonso Henriques concedia isenção deste imposto aos cavaleiros e vassalos dos infanções, poucos meses antes da batalha de São Mamede, procurando, talvez, agregar em torno de si aquele estrato da nobreza do condado²⁶¹⁹. Outro dos motivos que podia conduzir à isenção do imposto era a proximidade da fronteira, como no caso de Freixo (c. Freixo de Espada-à-Cinta), em 1152, onde os moradores não faziam fossado nem pagavam fossadeira “*pro que estis in fronteira*”²⁶²⁰. Mas também havia algumas freguesias que, por esta ou aquela razão, declaravam não dever fossadeira ao rei, como o caso dos moradores de Pindelo (c. Vila do Conde), em 1258²⁶²¹, embora se desconheça em que medida isso era, ou não, uma situação legal.

²⁶¹⁵ I. GONÇALVES, 1984a, pp. 61-62. Havia exceções aos cinco soldos, como o caso de Rebordãos, em 1208, cujo imposto estava fixado em somente um soldo (PMH-LC-I, p. 538) ou no de Penamacor, em 1209, cujo valor ascendia aos dez soldos (PMH-LC-I, p. 539) e, seguindo o princípio de não criar assimetrias entre povoações contíguas ou próximas, o mesmo valor foi imposto a Proença-a-Velha, em 1218 (PMH-LC-I, p. 577) e Idanha-a-Velha, em 1229 (PMH-LC-I, p. 613). Anualmente, os armazéns régios recolhiam um elevado número de varas de bragal, proveniente dos usufrutuários das terras régias ou foreiras da Coroa (MARREIROS, 1996a, p. 418).

²⁶¹⁶ PMH-I, p. 15a de 1220.

²⁶¹⁷ PMH-I, p. 23a de 1220. O cúbito ou côvado correspondia a 66cm, portanto menos do que a vara, que media 110 cm (BARROCA, 1992, p. 55).

²⁶¹⁸ PMH-I, p. 480b. de 1258.

²⁶¹⁹ PMH-LC-I, p. 351 de 1128, abril, 27.

²⁶²⁰ PMH-LC-I, p. 379 de 1152. O mesmo ocorria em Urros, c. Torre de Moncorvo (PMH-LC-I, p. 424 de 1182); Junqueira da Vilariça, c. Moncorvo (DS, doc. 137 de 1201, janeiro, 15); Santa Cruz, c. Freixo de Espada-à-Cinta (PMH-LC-I, p. 601 de 1225, junho, 24).

²⁶²¹ PMH-I, p. 481b de 1258.

Mas apesar de, principalmente no século XIII, a fossadeira estar praticamente generalizada na qualidade de imposto e não de multa, também nos chegaram evidências da remissão direta da ida em hoste através do seu pagamento. Foi o caso protagonizado por Domingos Peres “Pinto” e Domingos Soares (que veio a ser juiz de Gaia), dizimeiros nomeados por D. Afonso III para o Porto que receberam, entre abril de 1247 e julho de 1253, quantias monetárias de habitantes do burgo para que fossem escusados de participar na guerra do Algarve²⁶²². Ou o dos homens de certas cavalaria régias de Oliveira do Conde (c. Carregal do Sal) que, nos anos em que não fossem em hoste ou à anúduva com cavalo, teriam de pagar o “morabitino de Maio”²⁶²³.

Mas se uma realidade era a possibilidade de dispensa de serviço militar por uma das vias anteriormente expostas, outra, totalmente diferente, era a recusa em combater. A fuga do campo de batalha era considerada ignominiosa, com implicações tanto mais gravosas quanto mais elevado fosse o estatuto social do indivíduo que incorresse nessa falta. Numa leitura do século XIV, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* utilizou a insinuação, mais ou menos direta, a fugas do campo de batalha para diminuir a dimensão das personalidades implicadas. Fê-lo, inclusive, com D. Afonso Henriques, fazendo recair na velha nobreza portugalense o mérito de ter motivado o infante a regressar ao campo de São Mamede, numa altura em que se prepararia para retirar²⁶²⁴. Mas o rei português não é único no panorama peninsular. Atente-se, por exemplo, no caso de Afonso VIII de Castela, na batalha de Alarcos, em 1195 que, independentemente do êxito que veio depois a alcançar em *Las Navas de Tolosa*, em 1212, foi sempre recordado como um rei vencido²⁶²⁵.

Se, em relação aos reis, as fontes são relativamente comedidas, na sátira trovadoresca, um dos motivos preferidos de escárnio sobre a nobreza é a fuga à guerra²⁶²⁶, que também se tratava de um problema extensivo a todos os restantes indivíduos sujeitos

²⁶²² CAIII-I, doc. 11 de 1253, julho, 20.

²⁶²³ PMH-I, p. 815b de 1258. O “morabitino de Maio” é o equivalente à fossadeira na região beirã. Podemos verificá-lo em Sobradão, Bendaveses e Ribeiros (região de Viseu), PMH-I, p. 892b. Em Oliveira do Conde (c. Carregal do Sal), os detentores de cavalaria régias pagavam, no primeiro dia de maio, o morabitino de “*ratione equi*” (PMH-I, p. 815b de 1258). O mesmo em Várzea de Cavalos, c. Tondela (PMH-I, p. 820b); em Molelos, c. Tondela (PMH-I, p. 821b) só para citar alguns exemplos.

²⁶²⁴ KRUS, 1994, pp. 293-294.

²⁶²⁵ KRUS, 1994, pp. 212-213, nota 505.

²⁶²⁶ A covardia é motivo frequente nas sátiras. Vejam-se, por exemplo, de Afonso X, “*Dom Foão, quand’ogano i chegou*” (G. LOPES, 2016, vol. 1, pp. 96-97, nº28); “*O genete*” (G. LOPES, 2016, vol. 1, pp. 100-101, nº33); “*O que foi passar a serra*” (G. LOPES, 2016, vol.1, pp. 103, nº36). De Afonso Mendes de Besteiros, “*Dom Foão, que eu sei que há preço de livão*” (G. LOPES, 2016 vol.1, pp. 60, nº12). Ou de Martim Soares, “*Quand’Albardam fogia d’aalém*” (G. LOPES, 2016, vol. 2, pp. 139-140, nº30).

a obrigações militares. O homem medieval, ligado à terra e aos seus problemas do dia-a-dia, deveria resistir naturalmente às convocatórias para ir combater numa fronteira distante e já pouco rentável em termos de espólios de guerra, como nos parece revelar um testemunho obtido pela terceira alçada das inquirições de 1258. Em Pinheiro de Ázere (c. Santa Comba Dão), Martim Pais contava que tinha visto homens da freguesia saírem para se juntarem à hoste de Tui, possivelmente em 1197, no tempo de D. Sancho I, porém, ao chegarem à estrada deram meia-volta e regressaram a suas casas, porque a hoste já tinha partido²⁶²⁷.

A deserção para o lado do inimigo não era algo fora do comum nem parece ter sido tão gravosa como o abandono do campo de batalha. Conhecem-se vários cristãos que serviram muçulmanos contra outros cristãos e vice-versa, como os já aludidos Reverter, Alvar Rodríguez ou Geraldo Geraldês²⁶²⁸. Ao nível concelhio, o foral de Seia, de 1136, estipula uma pena para os cavaleiros que desertarem para o lado dos mouros: “*Et si illos qui anaziarent ad mauros prenda rex suam mediam parte*”²⁶²⁹. Trata-se, na realidade, de um imposto e não de uma verdadeira pena, já que priva os restantes cavaleiros de metade do quinhão correspondente ao desertor.

Mas se as operações militares ofensivas são vistas com um modo de vida, de certa forma opcional e até remível com um imposto financeiramente comportável, a fuga ou falta ao chamamento para a defesa da comunidade, o apelido, era um dos mais graves delitos que podia ser cometido, tratando-se da infração militar mais severamente punida nas disposições foralengas. Cavaleiros ou peões que não respondessem ao chamado (exceto aqueles que já se encontrassem ao serviço de outrem), incorriam numa coima de dez soldos no caso dos primeiros e de cinco no caso dos segundos²⁶³⁰. Interessa, também, notar, que os textos distinguem claramente que é a comunidade – os vizinhos – que são

²⁶²⁷ PMH-I, p. 816b de 1258.

²⁶²⁸ Ver 3.1.5, Outros combatentes.

²⁶²⁹ PMH-LC-I, p. 371. “*Enaciado*”, “*anaziado*”, “*anazado*” ou “*anaçado*” era o cristão que passava para o bando muçulmano. A palavra é quase desconhecida em Portugal, mas encontra-se no foral aduzido e também numa cantiga de Rui Gomes de Briteiros (G. LOPES, 2016, vol. 2, pp. 455, nº135).

²⁶³⁰ Ver, por exemplo, o aforamento de Teixeira e Souto-Rorigo (PMH-LC-I, p. 533 de 1206) ou o foral de Penamacor (PMH-LC-I, p. 539 de 1209). Na Lei da Almotaçaria de 1253, dez soldos era o preço estipulado para um bom porco vivo, de dois anos (PMH-LC-I, p. 193), para uma hasta de lança (PMH-LC-I, p. 194) ou uma albarda de azêmola (PMH-LC-I, p. 195). Cinco soldos era o preço de uma albarda de mula (PMH-LC-I, p. 195).

colocados em risco por esta atitude, e não um soberano distante. A expressão utilizada é “*miles pectet x solidos et pedes v solidos ad uicinos*”²⁶³¹.

Tal como ocorria com a fossadeira, que recaía sobre o serviço ofensivo, havia também algumas variações nas coimas por falta ao serviço defensivo que diferiam das aplicadas à generalidade dos concelhos. Em Ferreira de Aves, no foral outorgado por D. Teresa, numa data entre 1123 e 1126, a falta ao apelido era multada com 10 quarteiros e meio de pão²⁶³². Em Junqueira da Vilariça (c. Torre de Moncorvo), a multa fixada por D. Sancho I aos moradores, em 1201, era de um morabitino, mas se o faltoso se apresentasse com duas testemunhas, justificando que não tinha ouvido o chamado, podia ser dispensado de pagamento²⁶³³. A falta ao apelido de um cavaleiro de Castelo Rodrigo importava em quatro morabitinos e no caso de um peão, em dois morabitinos²⁶³⁴, num sinal claro da importância dada ao contributo da cavalaria. Em Leiria, em 1142, estipulava-se que os cinco soldos, que um cavaleiro devia caso faltasse, eram pagos em vinho²⁶³⁵. Em São Cristóvão de Panóias (c. Vila Real), num aforamento a 16 moradores do castelo, muito possivelmente em 1205, D. Sancho I isentou-os por completo de responderem ao chamado, talvez pelo seu número reduzido e por serem de maior serventia se permanecessem intramuros, em caso de ameaça²⁶³⁶.

À parte da severidade da multa aplicada, as opções que os municípios tinham para fazerem cumprir um chamamento em apelido eram bastante limitadas. Em Castelo Bom, os alcaides eram induzidos a socorrerem-se do apoio de aldeias vizinhas para coagirem os habitantes mais recalcitrantes de um povoado. A comunidade convocada para apoiar os alcaides que não comparecesse, devia pagar uma multa que ascendia a 100

²⁶³¹ Ver, por exemplo, o foral de Sortelha, de 1228, que distingue bem o que deve ser pago ao *palatio* – homicídios, invasões de domicílio, agressões, toda a sorte de atos de violência dentro do termo do concelho – do que deve ser pago a senhores quando, por exemplo, se monta um cavalo que não é seu. Mas no caso do apelido, a multa é paga aos “vizinhos”, ficando bem patente que o que se coloca em causa é a segurança da comunidade (PMH-LC-I, p. 608). Entre 1142 (data do foral de Leiria, onde consta a primeira menção explícita) e 1271, contamos quatro dezenas de cartas em que a pena é a mesma. Embora a maioria siga o paradigma do foral de Évora de 1179, a quantidade de cartas e a sua dispersão geográfica, que tem como extremidades, a norte, Pinhel, outorgado em 1209 (PMH-LC-I, p. 542) e, a sul, Marachique, em 1261 (CAIII-I, doc. 278 de 1261, dezembro, 27), podemos afirmar que se tratava de uma medida bastante uniforme e tendencialmente extensiva a todo o reino.

²⁶³² PMH-LC-I, p. 367-368.

²⁶³³ “*Et omine de Gunqueira qui non fuerit in apelido cum suos uicinos pectet I morabitinum. Et si dixer non lo oui iuret cum duos uicinos*” (DS doc. 137 de 1201, janeiro, 15).

²⁶³⁴ PMH-LC-I, p. 865.

²⁶³⁵ PMH-LC-I, p. 376. Os valores que vigoravam nos reinos vizinhos eram muito semelhantes. Veja-se, por exemplo, o estudo sobre os foros de Cória, Cáceres e Usagre (MARTÍN, 1982, pp. 697, nota 15).

²⁶³⁶ “*Nunquam in bello nunquam in apelido eatis, sed uestro custodite castello*” (PMH-LC-I, p. 552).

morabitanos²⁶³⁷. A multa não se alterava – bastante pesada, mesmo considerando que era imposta a uma comunidade inteira – quando a resistência a uma convocação em nome do concelho, ou em nome do rei, era protagonizada por um só indivíduo²⁶³⁸.

Mas se uma situação era a resposta a um ataque direto, outra menos gravosa era a necessidade de perseguir bandos inimigos que se pusessem em fuga com o produto de um saque. Os foros de Salamanca explicitam que, na sequência de apelido lançado por roubo de gado, os pastores e aldeãos tinham por obrigação tomarem parte na perseguição e no combate aos ladrões²⁶³⁹. Em Alfaiates, quando o apelido era apregoado nas aldeias, as comunidades que não respondessem estavam sujeitas a uma multa de 20 morabitanos²⁶⁴⁰. Em Castelo Bom, quem fosse lento a reagir, não saindo a trotar, no caso dos cavaleiros, ou a correr, no caso dos peões, era punido de uma forma visível para todos: ao cavaleiro cortava-se a cauda do cavalo e ao peão a barba²⁶⁴¹. Desta forma humilhante, a covardia ficava publicamente patente durante longo tempo. Todos estes exemplos dizem respeito a Leão e não temos dados que nos permitam ter certezas sobre se o procedimento era análogo nos municípios portugueses.

A fuga à prestação de serviço defensivo era considerada mais gravosa do que a não comparência nas expedições ofensivas e esta destrição está claramente patente na diferença de medida das penas impostas a cada um dos casos. A informação disponível, apesar de suficiente para caraterizar o problema, não permite, no entanto, perceber a sua extensão. Não sabemos, por exemplo, em que medida a recusa de ida na hoste ou a falta ao apelido constituíam situações recorrentes ou excecionais, mas admitimos que seriam mais comuns as faltas ao serviço ofensivo do que ao defensivo, quanto mais não fosse, porque era mais fácil eximirem-se àquele do que a este.

²⁶³⁷ PMH-LC-I, p. 775 de 1188-1230.

²⁶³⁸ PMH-LC-I, p. 776 de 1188-1230.

²⁶³⁹ J. RUANO, 1870, pp. 61, título CCVII. É bastante elucidativo que este título do *Fuero de Salamanca* seja designado por “*De apelido de extremo*”, ou seja, da estremadura ou faixa de fronteira com os inimigos da Fé.

²⁶⁴⁰ PMH-LC-I, p. 812.

²⁶⁴¹ PMH-LC-I, p. 782 de 1188-1230. O mesmo em Alfaiates (PMH-LC-I, p. 829). A mutilação de cavalos consistia, frequentemente, no corte da cauda. As *Partidas* autorizavam a compensação por um cavalo mutilado na guerra, já que se o animal continuasse na posse do cavaleiro originaria a reprovação de outros cavaleiros, que entenderiam o estado da montada como demonstrativo da covardia do seu proprietário (POWERS, 1988, pp. 199-200).

6.3. A sustentação e apoio das forças em campanha

Os aspetos que hoje designaríamos por “logísticos”, inerentes à organização de uma expedição, dependiam de vários fatores, destacando-se a dimensão do contingente, o tempo previsto para a operação, as distâncias a cobrir e o tipo de objetivo²⁶⁴². Fatores que estavam, por sua vez, condicionados às dimensões climática, orográfica e vegetal, como já analisámos anteriormente. Incursões e ações militares na Galiza e Minho parecem ter sido mais fáceis de organizar, mesmo no inverno, do que a sul do Tejo, pois se as condições atmosféricas e os itinerários o permitissem, o tipo de povoamento disperso assegurava aposentadoria (pré-estipulada ou mesmo forçada) em praticamente todo o território.

O pão era o alimento fundamental de toda a sociedade medieval, mas a predominância de cada cereal variava de região para região, embora o trigo figurasse sempre²⁶⁴³. O Entre-Douro-e-Minho era a região do país mais bem preparada para enfrentar más colheitas já que, ao permitir, de um modo geral, duas sementeiras por ano, dava garantias de melhor poder fazer face a anos maus, além de que propiciava a criação de gado bovino que, com mais facilidade, permitia fornecer carne a uma hoste²⁶⁴⁴. Com estas características, a sustentação de exércitos, em campanha ou em trânsito, não deveria apresentar grandes dificuldades, mesmo se se tratasse de uma incursão em território galego ou o inverso, por parte dos leoneses.

A aposentadoria surge como pilar central do deslocamento das forças militares medievais nestas paragens. Com a hoste do monarca ou com as mesnadas senhoriais cumpre-se o mesmo que o previsto para as igrejas e mosteiros do padroado quando recebem o seu senhor²⁶⁴⁵. Afinal é o rei, ou o rico-homem que vêm pousar, embora com um número alargado de companheiros, por se encontrarem em campanha. Nestes casos, as hostes eram precedidas por um oficial, que Viterbo apresenta como “*aposentador do exercito*” que enquadrava um grupo que transportava vários pendões. A este destacamento avançado competia escolher e designar os arraiais, com as comodidades possíveis de águas, palhas, cevadas, lenhas e mais forragens²⁶⁴⁶. As *Partidas* dão-nos informação complementar, ao referirem a proeminência dos chamados *pendones*

²⁶⁴² GARCÍA FITZ, 1998a, p. 126.

²⁶⁴³ I. GONÇALVES, 2012c, p. 89.

²⁶⁴⁴ ALMEIDA, 1978, pp. 23-24.

²⁶⁴⁵ R.A. TORRES, 1984c, pp. 154-155.

²⁶⁴⁶ VITERBO, 1865, tomo I, p. 85.

posaderos, ou seja, pendões destinados a assinalar, a cada grupo componente da hoste, o local onde deveria pousar. Para além disso, esta fonte permite-nos perceber que se tratava de uma prática já perfeitamente instituída na segunda metade do século XIII²⁶⁴⁷.

As *Inquirições* apresentam-nos com detalhe os locais onde habitualmente pousava o mordomo, o rico-homem e mesmo o monarca²⁶⁴⁸. Mas em caso de guerra, com contingentes mais volumosos, toda uma região ficaria ocupada, durante uma ou mais noites, sendo necessário acomodar e abastecer as tropas. Se, em campo aberto, era o mês de maio que propiciava maior alimento para cavalos, nas zonas mais densamente povoadas e férteis havia que conjugar esse conhecimento com as vantagens ou desvantagens em utilizar os recursos locais. A partir de agosto, os celeiros começavam a ficar abastecidos e depois do dia de São Miguel (29 de setembro) era certo encontrar cereal e vinho. Os palheiros, comuns a todas as explorações agrícolas, também estavam repletos²⁶⁴⁹. Era, por isso, de considerar a execução de operações também no final do verão, pelo menos em território cristão, já que a aposentadoria, entenda-se, o abastecimento, estava facilitado²⁶⁵⁰.

As *Partidas* chamam a atenção para a problemática da área ocupada por uma hoste aposentada: “*E de que llegaren al lugar do ha de posar la hueste deue aquel que ha de aposentar la catar que si la gente fuere mucha que los non faga posar de guisa que ayan grand angostura. E si poca que non esten alongados vnos de otros*”²⁶⁵¹. Expressam ainda claramente a ideia de que mesmo uma aposentadoria exige a saída de forças do acantonamento em busca de erva, palha ou lenha, demonstrando a rapidez com que os recursos se esgotam quando uma hoste permanece estacionada num mesmo local²⁶⁵².

Passar-se-ia o mesmo fenómeno quando era conquistada uma fortaleza. Após a ocupação, era comum a realização de cavalgadas ao seu redor para assegurar o abastecimento necessário à nova guarnição²⁶⁵³. Mas certamente que estas ações tinham

²⁶⁴⁷ *Partidas*, título XXIII, lei 14.

²⁶⁴⁸ Por exemplo, em 1220, quer o rei quer o rico-homem podiam pousar onde quisessem na herdade de Bermudo Peres e Bermudo Fagundes, na paróquia de Santiago de Junto ao Castelo, Neiva (PMH-I, p. 104a de 1220). A menos de 10 quilómetros para sul, na paróquia de São Cláudio de Curvos, o rei tinha uma casa onde ficava aposentado (PMH-I, p. 104b de 1220).

²⁶⁴⁹ MARREIROS, 1996a, pp. 427-429.

²⁶⁵⁰ Talvez seja por esta razão que, no gráfico 1, apresentado no primeiro capítulo, os meses de setembro e outubro sejam os de maior incidência de operações militares, logo a seguir ao mês de maio.

²⁶⁵¹ *Partidas*, título XXII, lei 19.

²⁶⁵² *Partidas*, II, título XXII, lei 22.

²⁶⁵³ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 90-91.

limites, e não podiam ser efetuadas em todas as circunstâncias. Não parece, por exemplo, ter sido essa a opção de D. Afonso Henriques quando mandou edificar o castelo de Celmes, pois tratou de ali fazer chegar provisões de pão, carne, vinho e água, possivelmente para não hostilizar, pela violência e pelo saque, uma região que considerava sua por direito²⁶⁵⁴.

Naturalmente que uma parte significativa da guerra decorria em espaços em que a aposentadoria não era recurso por não se apresentarem as condições necessárias, como por exemplo, nos espaços a conquistar. Se o Ribatejo e a Estremadura apresentavam características de fertilidade da terra semelhantes ao Entre-Douro-e-Minho²⁶⁵⁵, em Trás-os-Montes e na Beira Transmontana, o centeio era a principal cultura cerealífera, seguido pelo milho miúdo e só depois pelo trigo²⁶⁵⁶, associados a um povoamento mais concentrado e a uma ainda incipiente colonização nos séculos XII e XIII. Um território com estas características deveria proporcionar algum sustento a homens e animais em campanha, por intermédio da aposentadoria nos mais escassos núcleos populacionais, mas certamente que durante menos tempo do que nas regiões mais ricas.

Em certas situações, o rei podia mobilizar efetivos de uma dimensão tal, e impor a permanência da hoste durante longo tempo numa mesma região, que tornaria o sistema de aposentadoria impraticável. Além disso, havia certos abastecimentos que não podiam ser obtidos por esse método. Talvez por isso a hoste régia necessitasse de os requisitar, como foi o caso de 30 moios de pão que Paio Ribeira e a *civitate* de Bragança forneceram a D. Sancho I, durante as operações que conduziu na região em 1199. O vinho era um suplemento calórico que também não devia faltar, como se depreende da requisição forçada que Martim Sanches fez ao mosteiro de São Bento da Várzea, quando invadiu o norte de Portugal em 1220²⁶⁵⁷. Mas quando o *Bolonhês* cercou o castelo de Óbidos, em 1246, que levantara voz por D. Sancho II, as suas forças foram apoiadas pelo mosteiro de Alcobaça, que forneceu 393 moios de vinho, que foram pagos em 1254, através de um retorno de 3087 libras²⁶⁵⁸.

²⁶⁵⁴ CAI, livro I, Cap. 74, p. 117.

²⁶⁵⁵ Os forais de Lisboa e de Coimbra, de 1179 mencionam, a propósito dos cavões, o trabalho do trigo e do milho (PMH-LC-I, p. 413 e p. 416).

²⁶⁵⁶ A.H. MARQUES, 1978, p. 67. Nestas regiões o trigo era bastante escasso, contrastando vivamente com a faixa atlântica. Nas Inquirições de 1220, para Aguiar da Pena, há somente duas referências (BARROCA, 1985/1986, p. 43).

²⁶⁵⁷ LLCDP 25G3.

²⁶⁵⁸ CAIII-I, doc. 49 de 1254, março, 23. Um moio-medida de capacidade equivalia, na segunda metade do século XX, a um volume que podia ser de 50 litros na região de Lamego e de 76 litros na região do Lima

Quando D. Afonso Henriques, em finais de 1140, reagiu à tomada do castelo de Castro Laboreiro pelo rei de Leão, requisitou dez éguas com os seus potros, trinta moios de vinho e uma outra égua avaliada em 500 soldos e 100 aureos, à abadessa do mosteiro de Paderne (c. Melgaço)²⁶⁵⁹. Temos eco pontual deste tipo de requisições e parece-nos que não são mais numerosas porque, antes deste recurso, o rei devia contar com as suas próprias reservas de cereais, dispersas pelo reino²⁶⁶⁰ e de animais vivos, que acompanhavam a hoste e iam sendo abatidos consoante as necessidades²⁶⁶¹.

Nem sempre o monarca podia contar com os seus celeiros ou com o apoio das populações da região, principalmente se operasse em território controlado pelo inimigo²⁶⁶². Em 1189, D. Sancho I chegou a Silves, pouco tempo depois dos cruzados, por via terrestre, fazendo-se acompanhar de um “trem e provimentos”, que lhe atrasara a marcha²⁶⁶³. Na realidade, se o monarca se dispunha a efetuar uma operação que se previa prolongada, em território hostil, deveria efetuar um balanço entre as provisões transportadas à partida e a possível obtenção de mantimentos durante a expedição, pois era absolutamente impraticável transportar todos os abastecimentos necessários para suprir as necessidades de várias centenas de guerreiros e respetivos cavalos²⁶⁶⁴. Na guerra medieval era implícito viver à custa do inimigo²⁶⁶⁵ e a obtenção de mantimentos era executada por grupos de forrageadores especificamente designados para o efeito, sendo que também podia ser assegurada pela própria vanguarda. Por vezes, a dimensão da hoste era de tal ordem que a melhor opção para o deslocamento era dividi-la por vários eixos

(LOPES, 2005, p. 33). Não sabemos a correspondência, nessa altura, na região de Alcobaça, mas não deveria diferir muito destas medidas conhecidas, mais a norte. Se considerarmos, pelo mínimo, um moio como 50 litros, os 393 moios fornecidos à hoste do Bolonhês corresponderiam a cerca de 19 650 litros. Infelizmente não sabemos exatamente qual a dotação diária de vinho por homem, nem quantos dias de abastecimento garantiu este fornecimento, caso contrário seria possível calcular o efetivo da hoste.

²⁶⁵⁹ DR, doc.186 de 1141, abril, 16.

²⁶⁶⁰ É necessário manter presente que existiam celeiros régios, a cargo dos mordomos, dispersos pelo território. E que só entre o Cávado e o Minho, em 415 freguesias, o rei detinha bens em 204 e, nas restantes, eram-lhe devidos direitos variados (I. GONÇALVES, 2012e, pp. 183-184).

²⁶⁶¹ A paróquia de São Salvador, em Santa Cruz de Sousa, forneceu uma vaca ao rei quando este passou com a sua guarda pessoal, a caminho da “hoste de Pinhel”, em 1199 (PMH-I-I, p.599b). Em 1248, no quadro do cerco de Sevilha, uma surtida de 40 cavaleiros muçulmanos capturou uma manada de vacas do prior do Hospital, que certamente tinham sido conduzidas para alimento das tropas (LLCDP, 21G9).

²⁶⁶² Entre os muçulmanos existia também um sistema análogo ao da aposentadoria nos reinos cristãos, a *diyāfa*, ou direito de alojamento. O conceito evoluiu para uma obrigação geral de atender ao avitualhamento das tropas mobilizadas, em espécies ou em metálico (ABD ALLAH, trad. E. Leví-Provençal y Emilio García Gómez, pp. 162-163). Naturalmente que as lógicas e mecanismos de aposentadoria só funcionavam na sua plenitude com cristãos em território cristão amigo e muçulmanos no território por aqueles controlado. Quaisquer outras situações aproximar-se-iam do saque.

²⁶⁶³ DIN, p. 90.

²⁶⁶⁴ M.G. MARTINS, 2007, pp. 632-633.

²⁶⁶⁵ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 90.

de progressão. Foi o que ocorreu durante a marcha da hoste do infante D. Sancho, dividida entre duas colunas, no trajeto entre Penela e a Golegã, em 1178, que deve ter tido por base preocupações logísticas²⁶⁶⁶.

Considerando o volume de forragem e de víveres necessários face ao que determinado espaço poderia fornecer e também à dispersão do efetivo, o que implicaria uma dependência exclusiva do território, as grandes expedições tinham de se fazer acompanhar por um trem de abastecimento²⁶⁶⁷. A *Crónica de Portugal de 1419* também sugere que, no fossado de Triana de 1178, D. Sancho se fez acompanhar de uma carriagem, defendida por peões²⁶⁶⁸. Não temos registo do recurso a carros de transporte no século XII, importando ter presente que, no século XV, quando a fonte foi redigida, era comum a sua utilização²⁶⁶⁹.

Não afastando completamente a ideia de haver carros para transporte de abastecimentos, o método que parece ter sido mais usual, nos séculos XII e XIII, era o uso do dorso de bestas de carga, como atesta o foral de Atouguia²⁶⁷⁰. Os francos que ali se estabeleceram não tinham obrigação de combater ao lado do rei de Portugal, mas ficavam obrigados a disponibilizar os seus animais para transporte das vitualhas do exército régio “na guerra contra os pagãos”²⁶⁷¹. De um modo geral, os peões que não estivessem obrigados a combater tinham de disponibilizar os seus animais de carga para apoio da hoste²⁶⁷².

Sobre este assunto atente-se, por exemplo, no caso dos homens do termo de Lamego, quer fossem moradores em herdades reguengas, quer em domínios de cavaleiros ou ainda nos de ordens religiosas, desde que possuíssem animais de almocrevaria, deviam servir na hoste com os seus animais de carga²⁶⁷³. As *Partidas* referem que, em tempos anteriores à segunda metade do século XIII, era usual as expedições transportarem poucas

²⁶⁶⁶ CP 1419, p. 69.

²⁶⁶⁷ No caso dos contingentes muçulmanos, temos eco do apetrechamento do exército de Yaqub Yusuf, na década de 1180, com “víveres e mantimentos e todas as coisas necessárias para um ano” (PMH-S-I, p.16; ML-III, p. 136-137.)

²⁶⁶⁸ CP1419, Cap. 39, pp. 70-71.

²⁶⁶⁹ MONTEIRO, 1998, pp. 252-255.

²⁶⁷⁰ Outorgado entre 1186 e 1195. Recorde-se o que foi dito acerca da escassez de itinerários apropriados para o trânsito de carros, no capítulo 1.

²⁶⁷¹ PMH-LC-I, p. 451. Esta disposição é semelhante à atribuída aos francos de Toledo, em 1136 e aos de Oreja, de 1139, por Afonso VII de Leão e Castela, dada a sua posição social de classe votada ao comércio (POWERS, 1988, p. 28).

²⁶⁷² LOMAX, 1984, p. 133.

²⁶⁷³ PMH-I, p. 1029a.

provisões, para que os cavaleiros não levassem animais de carga adicionais e pudessem deslocar-se mais rápida e furtivamente²⁶⁷⁴. A mesma fonte chega a aconselhar uma utilidade tática para estes equídeos que acompanhavam as forças: se, numa hoste pequena, houvesse no trem muitas bestas sem carga, os peões deviam aproveitar para as montar e dar, assim, a aparência de que a hoste era mais forte em cavalaria²⁶⁷⁵.

Ainda que pudesse não dispor de carros, o trem de abastecimentos podia transportar quantidades assinaláveis de víveres, como terá sido o caso da hoste de D. Afonso Henriques no cerco de Lisboa, em 1147. Numa altura em que teve de dispensar parte significativa do efetivo, o rei colocou à venda os seus mantimentos, tendo feito recolher outra parte dos abastecimentos a Santarém²⁶⁷⁶. Temos outra evidência da importância dos trens de apoio do monarca, na sequência da tentativa frustrada da conquista de Badajoz, em 1169. Sendo produto de saque entretanto obtido, ou de uma preparação prévia da força em território cristão, diz-nos Ibn Sahib al-Sala que as provisões abandonadas pela hoste portuguesa eram de tal dimensão que puderam alimentar a população da cidade “durante muito tempo”²⁶⁷⁷. Para além dos víveres, era necessário transportar todos os restantes materiais de que não se podia dispor em território inimigo: tendas para alojamento, palamenta diversa (de cozinha, cordame, ferramentas e alfaias para preparação do terreno)²⁶⁷⁸. Se a hoste incorporasse artesãos, como os ferreiros, era também imprescindível transportar todos os materiais necessários ao estabelecimento de uma oficina de campanha.

Mesmo com o apoio de um trem de abastecimentos, as incursões em território hostil tinham de recorrer a outros processos para a sustentação das forças. Em relação ao abastecimento individual de cada cavaleiro, não conhecemos, para Portugal, nenhuma disposição semelhante à do foral aragonês de Jaca, de 1077, no qual Sancho Ramires de Aragão impôs a obrigação dos moradores se apresentarem na hoste munidos de

²⁶⁷⁴ *Partidas*, II, título XXII.

²⁶⁷⁵ *Partidas*, II, título XXIII, lei 22.

²⁶⁷⁶ CLM, Cap. 16, p. 111.

²⁶⁷⁷ IBN SAHIB AL-SALA, p. 145. Há, notoriamente, um exagero na fonte, mas é significativo que o cronista almóada tenha salientado a existência de uma quantidade apreciável de abastecimentos na hoste portuguesa.

²⁶⁷⁸ As tendas eram feitas de linho, como podemos observar pelos foros de Alfaiates (PMH-LC-I, p. 811) e distinguiam-se, na dimensão, pela forma e pelo número de cordas. Assim, os foros de Castelo Bom assinalam tendas redondas de 20 cordas e até maiores, na posse de cavaleiros-vilãos, que albergavam mais dois cavaleiros ou mais quatro peões (PMH-LC-I, V, p. 759). Para uma imagem gráfica do tipo de tendas utilizado, vejam-se as figuras 16 e 17, em anexo.

mantimentos para três dias²⁶⁷⁹. Esse preceito conheceu difusão à medida que o paradigma de Jaca se foi disseminando nos forais navarro-aragoneses mas, existindo reservas quanto à sua penetração em Castela, temos de colocá-las, por maioria de razão, em relação a Portugal²⁶⁸⁰. Ainda assim, não há motivo para duvidar que cada combatente transportasse consigo alguns alimentos.

Como vimos, o objetivo mais frequente das operações organizadas pelos concelhos – e mesmo algumas expedições régias – era a obtenção de saque²⁶⁸¹. Nestes casos, García Fitz chama a atenção para a necessidade de preparação prévia de alguns abastecimentos, as designadas *teigas* ou *taleigas*²⁶⁸², que os combatentes levariam desde o local de partida, ressaltando que era impossível transportar toda a comida e bebida necessária para a hoste em campanha e que havia, portanto, que recorrer ao autoabastecimento durante as operações, ou seja, viver da terra²⁶⁸³. Acrescenta ainda que quanto maior o efetivo, mais difícil se tornaria sustentar a força por estes métodos, já que “os recursos alimentícios alheios tinham os seus limites”²⁶⁸⁴.

As necessidades de sustentação de efetivos reduzidos eram diferentes das necessidades de hostes numerosas, sendo que as fontes apontam neste sentido, ao diferenciarem, de forma clara, a cavalgada ou fossado de menos de 60 cavaleiros das expedições compostas um número superior²⁶⁸⁵. Ainda que haja algumas outras boas razões para efetuar esta distinção, não deixa de ser interessante verificar que subjaz uma razão logística objetiva, como apresentamos de seguida.

²⁶⁷⁹ “*Dono et concedo vobis et successoribus vestris, cum bona voluntate, ut non eatis in hoste nisi cum pane dierum trium*” (UBIETO-ARTETA, 1975, pp. 49-50, doc 8) Ver também POWERS, 1988, p. 23.

²⁶⁸⁰ Para uma panorâmica geral dos forais castelhanos, aragoneses, navarros e catalães, veja-se GARCÍA-GALLO, 1956. Sobre a disseminação dos forais navarro-aragoneses, consultem-se, especialmente, as páginas 430-440.

²⁶⁸¹ GARCÍA FITZ, 1998a, p. 78.

²⁶⁸² Espécie de “farnel” com alguns figos, pão, passas, queijo e fruta (M.G. MARTINS, 2016, p. 222).

²⁶⁸³ Este método expedito de efetuar correrias vem descrito nas *Partidas*, que referem que “alguns homens saem de algum lugar e tomam teigas para correr a terra dos inimigos e regressar ao lugar de onde saíram” (Partidas, II, título XXIII, lei 29). A teiga pode significar um saco ou bolsa, ou também uma medida-padrão, equivalente a cerca de 1/16 do moio. No reino de Portugal, o moio corresponderia a entre 50 e 76,5 litros. Ao longo dos séculos XII e XIII encontramos teigas entre os 3 (na região de Lamego) e os 5 litros (o moio reguengo, na região do Lima) (L. LOPES, 2005, pp. 30-33).

²⁶⁸⁴ GARCÍA FITZ, 1998a, pp. 93-97.

²⁶⁸⁵ Os forais de Santarém – Lisboa – Coimbra de 1179 são explícitos quanto a este número: o alcaide pode organizar qualquer cavalgada, mas os cavaleiros que com ele forem só lhe dão a parte do saque que entenderem. Qualquer expedição de 60 cavaleiros ou mais é obrigada a dividir o saque com o monarca (PMH-LC-I, pp. 408, 414 e 417). Não nos parece que esta disposição comprometa o concelho a fazer apresentar 60 cavaleiros na hoste, como sugere Barroca (2003b, p. 83).

O alimento de cavalos na Idade Média podia ser de três tipos: grão, erva e feno. Porém, os cavalos tinham de ser “treinados” para se conseguirem alimentar de granulado²⁶⁸⁶, facto que nos parece interessante, pois podia constituir um óbice à utilização indiscriminada de qualquer animal na guerra. O feno era geralmente reservado para as alturas do ano em que a erva não estava disponível. O cavalo necessita de 7 a 12 quilos diários de feno, quantidade que pode ser reduzida ou aumentada, dependendo da disponibilidade de erva e, sobretudo, da qualidade do pasto²⁶⁸⁷.

Num estudo para o Alentejo, que pode ser extrapolado, com adaptações, para outras regiões do país, verifica-se que os dois períodos mais favoráveis ao desenvolvimento herbáceo são o outono e a primavera, mas nem a qualidade nem a quantidade são semelhantes, pois as fases vegetativas são diferentes. A erva da primavera é bastante superior, sendo não só de maior qualidade como também mais previsível na quantidade. Independentemente de maior ou menor pluviosidade, o pico de produção é atingido entre abril e maio, decrescendo abruptamente em junho. Os meses de julho a outubro são quase exclusivamente de pasto seco, voltando a encontrar-se erva de novo em outubro-novembro²⁶⁸⁸.

Ora, nos meses de abril e maio, os animais têm alimento de melhor qualidade, precisando de ingerir menos quantidade para obter a mesma energia, podendo ainda fazê-lo em menos tempo e numa área mais reduzida. Mesmo num ano de outono e primavera secas, um hectare de pasto pode fornecer, em abril, cerca de 500 quilos de matéria seca. Num bom ano (outono e primavera húmidos), o valor sobe para 800 quilos. Significa que em abril-maio, um hectare é suficiente para alimentar 50 a 80 cavalos num dia. Em anos húmidos, é também possível alimentar 20 animais entre novembro e março, valor que decresce bastante nos restantes meses. A alternativa é o recurso a pasto seco, muito menos

²⁶⁸⁶ POWERS, 1988, p. 160. Os cavalos de guerra estavam habituados a cevada, como nos apresenta a *Crónica de Portugal de 1419* (CP1419, Cap.18, p. 30).

²⁶⁸⁷ Corresponde, sensivelmente, a 2,5% do peso do animal. No caso de um cavalo de 400 quilos em esforço físico, seriam 10 quilos de alimento. Cavalos mais pesados, exigiriam mais alimento (CHIBA, 2014, pp. 429-431). García Fitz é mais comedido e refere 5 quilos de feno e outros tantos de aveia, aos quais se juntariam 35 litros de água por dia (1998a, p. 93). Bernard Bachrach, apresenta valores ligeiramente mais elevados que, no entanto, nos parecem exagerados para a maioria das ações militares na Península Ibérica. Uma ração diária era repartida, metade grão (cevada, espelta ou aveia) e metade feno. Acrescenta que o feno pode ser substituído por erva, na proporção de 3:1, já que esta contém muita água. É importante salientar que este autor tomou como referência os cavalos de guerra em uso nos espaços inglês e francês, tendencialmente mais pesados do que os ibéricos, e não entrou em linha de conta com o valor nutritivo da erva ao longo do ano (BACHRACH, 2013 e M.G. MARTINS, 2007, pp. 316, n.420).

²⁶⁸⁸ SERRANO, 2006, pp. 41-48.

nutritivo e com necessidade de área superior e de mais tempo de alimentação²⁶⁸⁹. Significa, também, que mesmo num bom ano, em junho, um hectare só alimenta 15 cavalos num dia e que, os mesmos 50 a 80 cavalos, necessitam de uma área de 5 hectares; e também que, de julho a setembro, não encontram praticamente erva.

Os consumos diários de água de um cavalo em trabalho oscilam entre mínimos de 20 e máximos 70 litros, dependendo essencialmente do peso do animal, do esforço, da temperatura e do tipo de forragem²⁶⁹⁰. Uma vez que quanto mais calor se fizer sentir, mais necessidade de água por cada quilo de alimento sólido, com um extremo de 38°C, temperatura facilmente alcançável a meio de um dia de verão, a montada necessita de 8 litros de água por cada quilo de feno o que, num animal adulto de cerca de 400 quilos pode atingir os 70 litros²⁶⁹¹. Naturalmente que estes valores não são compatíveis com o transporte de água. Mais do que efetuar a paragem final do dia junto a uma fonte de água, é imperioso conduzir o cavalo sempre por locais onde esta exista em abundância.

De tudo o exposto, conjugado com o que já verificámos quando abordámos os ritmos de progressão, torna-se fácil visualizar grupos de menos de 60 cavaleiros, a progredir entre 50 e 70 quilómetros por dia, acampando em clareiras ou vales de ribeiras que não necessitavam de ser maiores do que um hectare e a regressar da incursão, um pouco mais lentamente, mas ainda assim em velocidade, com um saque considerável de gado subtraído ao opositor. Este quadro, sendo possível noutras épocas do ano, especialmente se fosse transportada alguma forragem ou estabelecendo os estacionamentos diários em áreas mais amplas, encontrava as condições ideais em maio²⁶⁹².

Os eixos de penetração deveriam, portanto, privilegiar os itinerários e as linhas de água e, se possível, os dois elementos em simultâneo. Uma vez que as cristas e as lombas não favorecem o crescimento herbáceo, o alimento para cavalos e gado encontrava-se sobretudo nos vales, sendo ao longo deles que os cavaleiros se deslocavam. A sul do Tejo, pela escassez relativa de cursos de água e pelo seu caudal mais reduzido, este fator teria

²⁶⁸⁹ SERRANO, 2006, pp. 46-48.

²⁶⁹⁰ BLAKELY, 1997, p. 242.

²⁶⁹¹ CHIBA, 2009, pp. 341-350. Mesmo em esforço moderado, cada cavalo requeria 5 quilos de feno e 5 quilos de grão por dia, mais uma média de 32 litros de água, o equivalente ao consumo diário de dez homens (TYERMAN, 2015, p. 260).

²⁶⁹² O mês de maio é, de todos, o mais adequado para a guerra a cavalo. Como já o fez notar Norbert Ohler, a propósito do espaço francês, este é o mês em que não há necessidade de preocupação com forragem para os cavalos, uma vez que esta abunda por todo o lado (OHLER, 1989, p. 6).

mais relevância, sendo completamente desaconselhada a progressão em linha reta²⁶⁹³. As *Partidas* não deixam de salientar que, entre as obrigações dos adaís, se encontra a de guiar as hostes e cavalgadas por onde não faltasse água, lenha e erva e onde pudessem todos pousar²⁶⁹⁴. Estas responsabilidades eram, em geral, também as dos caudilhos ou comandantes, já que estes três abastecimentos eram “*cosas que mucho ha menester la hueste que non pueden escusar*”²⁶⁹⁵.

Há ainda a considerar o modo como se articulavam taticamente – em zaga e algaras – as grandes expedições de saque. A parte dos guerreiros que permanecia no arraial ou zaga, com os seus cavalos e com o produto do saque que se fosse acumulando, incluindo animais, tinha a sua tarefa de defesa facilitada se não estivesse dispersa por uma grande área. O mês de maio, ao proporcionar uma menor necessidade de área para a sustentação das montadas e do gado capturado do que em qualquer outro mês, determinava um encargo logístico bem mais reduzido e aumentava as condições de segurança em território inimigo.

Naturalmente que, quanto mais tempo durassem as operações, maiores eram as necessidades de abastecimento. A sobrecarga do sistema logístico atingia o seu expoente máximo nas operações de cerco, onde muitos homens e animais se concentravam numa área relativamente reduzida, algo que é bem explícito nas fontes compulsadas. Nestas circunstâncias, quando se previa que a ação seria demorada, a hoste era aprovisionada através de itinerários de reabastecimento, terrestres ou marítimos, atividade que acarretava perigos, principalmente se, para apoiar o assédio, as colunas de abastecimentos tivessem de percorrer território controlado pelo inimigo ou onde este tivesse liberdade de movimentos²⁶⁹⁶.

A propósito do cerco de Lisboa, de 1147, Miguel Gomes Martins aponta como provável a existência de linhas terrestres de abastecimentos entre fortificações já dominadas pelos portugueses (como Leiria e Santarém) e a área de operações. E também de abastecimento marítimo, a partir de Coimbra, com a vantagem de poderem ser

²⁶⁹³ No Sul, as fontes de água perenes são muito mais raras e têm um papel bem mais relevante do que no Norte (PIEL, 1945, pp. 305-342). No índice toponímico identificámos sete topónimos “Água Todo o Ano”, seis dos quais se situam num quadrilátero que pode ser definido entre as povoações de Abrantes – Alcácer do Sal – Beja – Ródão.

²⁶⁹⁴ *Partidas*, II, título XXII, lei 1.

²⁶⁹⁵ *Partidas*, II, título XXII, lei 19.

²⁶⁹⁶ M.G. MARTINS, 2007, p. 672 e 684.

transportadas maiores cargas em menos tempo²⁶⁹⁷. As hostes eram abastecidas com todo o tipo de géneros alimentares, incluindo carne e peixe, salgados ou secos, cereais, biscoito e vinho²⁶⁹⁸. Mesmo assim, na tomada de Silves, de 1189, o contingente português começou a ficar receoso da demora e da escassez de mantimentos e forragens, de tal modo que D. Sancho I chegou a ser pressionado para abandonar a operação²⁶⁹⁹.

Devido ao tempo de permanência nos assédios, era comum os sitiadores preferirem ocupar casas do arrabalde ou substituir as tendas de campanha por barracas e outras construções precárias mas, ainda assim, mais confortáveis, acabando por surgir o que podemos denominar de “cidades improvisadas”. Nas imediações, os artesãos e mercadores, que seguiam as hostes nestas ocasiões, instalavam-se com as suas famílias, em áreas onde também não faltava a presença habitual de prostitutas²⁷⁰⁰. Os currais para as montadas dos cavaleiros, bem como para as reses para abate e alimentação, também tinham uma área diferenciada, algo distante, para evitar os problemas derivados da acumulação de dejetos²⁷⁰¹.

Um outro problema logístico, evidenciado no cerco de Lisboa, foi a sepultura dos mortos, que primeiramente começou por ser efetuada nas imediações dos arraiais (português, flamengo-colonense e inglês), mas depois conduziu à criação de dois cemitérios, associados a cada um dos acampamentos cruzados²⁷⁰². Para além das questões relacionadas com a fé e a necessidade de conferir uma morada condigna aos defuntos, considerados mártires, havia quesitos bem mais prosaicos, relacionados com as condições sanitárias e com o moral dos sobreviventes. Tudo isto implicava um esforço logístico

²⁶⁹⁷ M.G. MARTINS, 2017a, pp. 208-209. O abastecimento a partir dos pontos controlados pelo poder régio ou outros poderes, de algum modo dependentes da Coroa, faz supor a existência de uma rede de apoio logístico estabelecida. Não é fácil circunscrever os componentes de um sistema deste género, nem o seu grau de consolidação ou maturidade nos primeiros reinados da monarquia portuguesa. Parece-nos, no entanto, um objeto de estudo interessante, especialmente tendo em consideração as exigências logísticas da guerra de assédio, bastante superiores a qualquer outro tipo de operação (LYNN, 2018, p. 37).

²⁶⁹⁸ ROJAS GABRIEL, 2001, pp. 318-319. A carne era, a par do pão, o alimento da Idade Média e, aos olhos dos guerreiros, era o que lhes dava força física e moral (M.A. MARQUES, 2017, p. 258).

²⁶⁹⁹ DIN, p. 95.

²⁷⁰⁰ Para além destes grupos de “prestadores de serviços”, também acompanhavam as hostes, grupos de pobres e indigentes que, sem serem combatentes, partiam juntamente com os cavaleiros para tentar obter despojos e pilhar cidades, como aconteceu com D. Afonso Henriques na tomada de Alcácer, em 1159 (ADA, p. 157).

²⁷⁰¹ M.G. MARTINS, 2016, pp. 221-222.

²⁷⁰² M.G. MARTINS, 2017a, pp. 212-215.

enorme, acerca do qual alguns autores se têm debruçado com alguma profundidade, mas o assunto constitui, ainda, um vasto campo de estudo por explorar²⁷⁰³.

6.4. A dimensão psicológica

Dada a condição de atividade humana, a guerra tinha uma dimensão psicológica que, embora não a vissem como hoje a entendemos – o conceito de psicologia é anacrónico face à época em estudo – não era ignorada pelos protagonistas dos séculos XII e XIII e que dela se serviam para influir na vontade de combater, quer própria, quer dos seus adversários²⁷⁰⁴. Era esta dimensão que fazia com que, por exemplo, a cavalaria medieval estivesse sempre predisposta a combater, mas simultaneamente receasse a morte, mutilações, ferimentos e cativeiro²⁷⁰⁵. São assuntos de coragem e de medo, como apresenta João Gouveia Monteiro²⁷⁰⁶ que, de resto, estão bem presentes nas fontes disponíveis, sendo destacados, por exemplo, na poesia satírica²⁷⁰⁷.

Quer individual, quer coletiva, a coragem era galvanizada através do exemplo de modelos de guerreiros virtuosos²⁷⁰⁸. É este um dos propósitos de composições como o *Poema de Mio Cid*, onde a obtenção de honra pelos feitos de coragem se sobrepõe às motivações religiosas²⁷⁰⁹. São exemplo os monarcas, entre os quais se destaca D. Afonso Henriques, através dos retratos laudatórios que dele traçaram os crúzios, salientando a sua força, coragem, beleza, sabedoria e devoção, qualidades que lhe emprestaram poderes quase sobrenaturais²⁷¹⁰.

²⁷⁰³ Vejam-se os ensaios de GILLINGHAM (1984, pp. 194-207), acerca da perspectiva estratégica de Ricardo I de Inglaterra, mas que também aborda assuntos logísticos e de BACHRACH (1993, pp. 57-78), exclusivamente dedicado à logística medieval antes das Cruzadas.

²⁷⁰⁴ João Gouveia Monteiro assinalava, em 1998, que a psicologia dos combatentes e das relações entre o fenómeno religioso e o exercício da guerra são campos de estudo em que muito permanecia, ainda, por descobrir (MONTEIRO, 1998, p. 516). Apesar de alguns estudos sobre assuntos afins, como o do mesmo autor sobre “A vivência da guerra no Outono da Idade Média” (MONTEIRO, 2004, pp. 12-44) e o capítulo de Miguel Gomes Martins sobre “as outras faces da guerra” (M.G. MARTINS, 2007, pp. 755-782), ambos reconhecem que a psicologia dos combatentes é uma área que ainda carece de uma análise própria, lacuna parcialmente colmatada pela dissertação de mestrado de Carla Figueredo Rosa, sobre “*A Alma da Batalha*” que, apesar de abranger uma cronologia entre a batalha de Ourique, em 1139, e a batalha de Alfarrobeira, em 1449, incide especialmente nos séculos XIV e XV, período que dispõe de mais abundância de fontes, aspeto, aliás, assumido pela autora, que privilegiou a cronística quatrocentista portuguesa (ROSA, 2019, p.3). Veja-se, ainda H. COELHO, 2017, pp. 50-60.

²⁷⁰⁵ VERBRUGGEN, 1997, pp. 39-42.

²⁷⁰⁶ MONTEIRO, 1998, pp. 470-476.

²⁷⁰⁷ Ver nota 2626.

²⁷⁰⁸ Veja-se a abordagem de Phillipe Contamine, num capítulo inteiramente dedicado a contributos para uma história da coragem (1980, pp. 406-418).

²⁷⁰⁹ MATTOSO, 1985, p. 206.

²⁷¹⁰ A.S. PEREIRA, 2003, p. 68.

A coragem individual e a bravura eram, portanto, características desejadas no guerreiro medieval, de tal modo que se acreditava que a carne de galinha, associada aos doentes e às pessoas frágeis, não era alimento próprio para cavaleiros, fossem eles nobres ou vilões, como Gil Peres Conde expressou numa cantiga: “*nom comiam galinhas na guerra*”²⁷¹¹. Mas a maioria dos homens conduzidos para a guerra não eram *bellatores*, nem compartilhavam do ideário guerreiro – fosse este baseado na honra e virtude, na fé, na sede de saque, ou num misto de todos estes fatores – pelo que era imperioso o recurso a métodos de promoção e manutenção de coesão e espírito de corpo. Um dos aspetos que contribuía para reforçar o moral dos peões era o facto de, normalmente, excederem em número os cavaleiros em batalha²⁷¹². Mas mesmo assim, para muitos era a primeira vez que se encontrariam em tal situação, conscientes da falta de prática, de treino e de equipamento. Daí que, frequentemente, os cavaleiros apeassem e combatessem ao seu lado²⁷¹³, o que podia constituir motivação adicional, não só porque eram melhores combatentes, mas também porque, estando apeados, os cavaleiros não tinham a possibilidade de uma retirada rápida se o combate corresse mal, abandonando a peonagem à sua sorte.

Mesmo numa hoste vitoriosa, momentos de fraqueza podiam deitar tudo a perder, como transmite o *Carmen* de Gosuino, quando um exército de socorro muçulmano se aproximou de Alcácer, para libertar a praça do cerco cristão a que estava submetida, em 1217: “Alguém de entre os nossos dissuade-nos da guerra e aconselha-nos a fugir”²⁷¹⁴. A resiliência de uma formação em combate era, portanto, fundamental, pelo que antes da batalha, era comum o comandante dirigir-se aos seus, num discurso em estilo eloquente e persuasivo, ao qual as crónicas costumam dar um espaço destacado. O teor de algumas destas arengas, quando veiculado pelas fontes narrativas está, certamente, enfabulado. Mas não deixa de ser significativo que estas as assinalem, tratando-se de uma prática comum quer no campo cristão, quer no campo muçulmano²⁷¹⁵.

²⁷¹¹ De Gil Peres Conde, “*Pôs conta el-rei em todas sas fronteiras*”, (G. LOPES, 2016, vol. 1, pp. 394-395, nº4).

²⁷¹² VERBRUGGEN, 1997, p. 177.

²⁷¹³ Verbruggen apresenta vários exemplos, no século XII transpirenaico, de cavaleiros desmontados para encorajar os peões (VERBRUGGEN, 1997, p. 107). Ver também MORILLO, 1999, pp. 45-59.

²⁷¹⁴ ML, IV, Escritura IX, p. 135.

²⁷¹⁵ Algumas destas intervenções verbais dos comandantes foram mesmo estudadas em detalhe. Veja-se o caso da arenga prévia à batalha de *L'Étendard*, de 1138, que Gautier Espec, senhor de Helmsley e Kirkham fez às suas tropas anglo-normandas (STORELLI, 2009, pp. 15-32). Também se podem incluir neste campo, pelo menos quanto à intencionalidade, as epístolas dos soberanos muçulmanos ao exército, como as estudadas para o caso abássida por ARAZI e EL'AD, 1987, pp. 27-70 e ARAZI, 1988, pp. 29-74. Os

Verbruggen identificou o *cantator*, que tinha a incumbência de se dirigir às tropas com arengas e cantos marciais, personagem presente tanto nos exércitos bizantinos como nos europeus ocidentais, mas não conhecemos nenhum indício da sua existência no universo português²⁷¹⁶. O que as fontes narrativas nos veiculam frequentemente, é a ocorrência do discurso motivador proferido pelo monarca ou por um dignitário com *auctoritas* compatível, prestes a comandar a campanha ou a batalha. D. Afonso Henriques é retratado a discursar aos seus antes da batalha de Ourique, em 1139²⁷¹⁷, e também antes da conquista de Santarém, em 1147²⁷¹⁸. O mesmo ocorre com D. Sancho I antes do fossado de Triana, em 1178²⁷¹⁹. No caso de prelados temos, por exemplo, o bispo do Porto, Pedro Pitões, a incitar os cruzados a participarem no cerco de Lisboa, em 1147²⁷²⁰ ou o bispo de Lisboa, Soeiro Viegas, num contexto semelhante, a fazê-lo antes da campanha de Alcácer, em 1217²⁷²¹. A arenga era, portanto, uma componente fundamental da “liturgia da batalha”²⁷²², cujas principais temáticas – pelo menos o que as fontes veiculam – eram a justeza da causa pela qual se combatia, muitas vezes assente na perfídia

cronistas islâmicos referem frequentemente os discursos proferidos às tropas pelos soberanos, por ocasião da distribuição de estandartes, antes da campanha. Por exemplo, Ibn Sahib al-Sala descreve que, na preparação da campanha que o califa almóada conduziu no al-Andalus em 1162, “excitou e arengou às gentes [ao exército] e recordou-lhes os prémios que Deus lhes oferecia por combaterem na guerra santa contra os cristãos (IBN SAHIB AL-SALA, p. 53). E antes da batalha de Alarcos, em 1195, o emir árabe Yarmūn b. Riyāh encarregou-se da arenga (HUICI MIRANDA, 1956, p. 153). No caso português, o assunto foi estudado por Maria Alexandra Lopes (1995).

²⁷¹⁶ VERBRUGGEN, 1997, p. 85.

²⁷¹⁷ CP1419, Cap. 13, pp.19-20.

²⁷¹⁸ PMH-S-I, p. 94.

²⁷¹⁹ CP1419, Cap. 39, p. 70.

²⁷²⁰ CLM, Cap. 3, p. 61-73.

²⁷²¹ ML, IV, Escritura IX, p. 134. O discurso do bispo teve também eco nas fontes cruzadas coevas, como se verifica na *Chronica Regia Coloniensis* (p. 240).

²⁷²² ALVIRA CABRER, 2000, p. 28.

do inimigo²⁷²³, originando a inequívoca graça divina²⁷²⁴, tudo isto associado à honra e glória a obter em caso de vitória que, dada a adequação da causa, era certa²⁷²⁵.

O fator psicológico era importante nos momentos anteriores à batalha, mas era também fundamental tê-lo presente durante a refrega. O combate é uma atividade de tal modo violenta que a vitória de um dos lados ocorre quando o outro atinge o seu ponto de rutura. Este momento crucial é bem identificado pelas fontes, por vezes atribuído à intervenção de forças sobrenaturais nefastas, como no caso da descrição que a *Chronica Gothorum* faz de Zalaca, em 1086: “...sed Diabolo aduersante timor magnus inuasit plurimos nostrorum, et fugerunt ex eis multa millia, nullo eos persequente”²⁷²⁶. Em Ourique, 1139, a fuga do “rei Esmar” precipitou a fuga das hostes muçulmanas²⁷²⁷ e em 1178, a queda do pendão do exército de Sevilha determinou a desagregação muçulmana frente ao infante D. Sancho²⁷²⁸.

É claro que, quanto mais cedo se pudesse provocar esse ponto de rutura do adversário, mais perto estava a vitória. Por isso, também faziam parte da guerra os esforços por desmoralizar o inimigo e quebrar a sua vontade de combater. Este esforço

²⁷²³ Veja-se, no caso da tomada de Santarém, em 1147, nas palavras colocadas na boca de D. Afonso Henriques: “sabeis quanto mal [a cidade de Santarém] causou ela à vossa cidade [Coimbra]” (DES, p. 1230); no discurso do bispo Pedro Pitões aos cruzados, antes da tomada de Lisboa, no mesmo ano: “(...) o castigo divino feriu com a ponta da espada a Espanha inteira com a invasão de mouros e moabitás” ou “mesmo a nossa cidade que estais a ver [Porto], em tempos posta entre as célebres, agora está reduzida a um pequeno povoado, e foi, segundo as nossas memórias, muitas vezes saqueada pelos mouros” (CLM, Cap. 3, p. 67); no discurso do bispo de Lisboa, Soeiro Viegas, aos cruzados que ali aportaram, antes da tomada de Alcácer, de 1217, o prelado anuncia a perigosidade do castelo muçulmano: “Ergue-se perto de nós um Castelo que é de todos os castelos o mais ameaçador dos Cristãos (...) Os habitantes do Castelo todos os anos oferecem ao seu rei cem Cristãos, o que na verdade pagamos. Em cinco lustres eles cativaram ou mataram quinze mil homens.” (ML, IV, Escritura IX, p. 134).

²⁷²⁴ D. Sancho I, ouvido atentamente pelos cruzados, que receavam que este abandonasse o cerco colocado a Silves, em 1189, prometeu permanecer mais algum tempo e motivou-os, dizendo-lhes que a sua fê conduziria à queda da cidade (DIN, p. 142).

²⁷²⁵ Como apresenta a *Crónica de Portugal de 1419*, nas palavras de D. Afonso Henriques, antes da batalha de ourique, em 1139: “E eu asy fyo em Deos, que nós vamos servir, que nos dará tanta honra e poder que vemceremos esta gente que contra nós vem, que bem devês de ter e crer que mayor he o poder de Deos que o del Rey Ismar nem que quantos mouros com ele vem (CP1419, Cap. 13, pp. 19-20). A mesma fonte, coloca na boca do infante D. Sancho, um argumento semelhante, momentos antes da batalha campal, junto a Triana, em 1178: “(...) todo o poder de Sevilha e das terras de redor nos estam esperando pera pelejar comnosqueio por tal cousa como esta em que Deos dará grande honra e faremos aquilo por que aquy somos enviados (...) e asy vindes por serviço de meu padre e por omra minha e vosa” (CP1419, Cap. 39, p. 70). Há que ter em consideração que ambos os discursos são retirados da mesma fonte, do século XV e que a honra em combate teria, na altura da redação, um peso mais carregado dos ideais da cavalaria que no século XII, acrescendo que os relatos são sobre feitos gloriosos dos primeiros reis de Portugal. Mas nada nos faz duvidar que a honra e a glória, onnipresentes no universo militar de todos os tempos, eram igualmente centrais no período que estudamos.

²⁷²⁶ PMH-S-I, p. 10a.

²⁷²⁷ PMH-S-I, p. 13.

²⁷²⁸ CP1419, Cap. 39, p. 72.

era constante e os processos pelos quais se procurava alcançar esse objetivo eram diversos. No campo das operações ofensivas, as próprias características da guerra guerreada eram aterradoras, com a devastação de bens, culturas, celeiros e o seu conteúdo, o roubo de gado e a possibilidade de quem estivesse no caminho de um fossado ser capturado e convertido em escravo²⁷²⁹. Ao gerar o pânico e insegurança numa região, uma hoste invasora podia gozar de grande liberdade de movimentos até que o defensor conseguisse mobilizar um exército consistente.

A ação deliberada de pressão psicológica talvez seja mais evidente no contexto de assédios, onde muitas vezes parece estarmos perante uma “guerra de nervos”. Durante o cerco de Lisboa, de 1147, os sitiados muçulmanos insultavam os cristãos, afirmando que na sua ausência, as suas mulheres iriam ter muitos filhos, resultado de adultérios²⁷³⁰. E durante o cerco de Santarém, de 1184, o califa Yusuf I escolheu os melhores guerreiros entre os muçulmanos para travarem combates simulados entre si, no exterior das muralhas, e assim enfraquecer o moral dos defensores²⁷³¹.

Infundir terror com recurso à exposição de mutilações, tortura ou morte violenta era também bastante comum. No mesmo cerco de Lisboa, de 1147, à medida que desertores muçulmanos se entregavam aos cristãos, estes cortavam-lhes as mãos e devolviam-nos à cidade, que lhes impedia a reentrada e os escoraçava à pedrada, por terem fugido e rejeitado a fé islâmica²⁷³². Os cruzados também colocaram, à vista das muralhas da cidade, 80 cabeças de muçulmanos mortos, espetadas em lanças²⁷³³. A cabeça como troféu de guerra era um hábito medieval que tinha uma dimensão psicológica muito forte e a obtenção e exibição de uma captura dessas não só demonstrava a bravura do guerreiro que a conseguisse, como contribuía para infundir terror no inimigo, conhecedor do destino dos corpos mutilados²⁷³⁴. Esta propensão para a utilização de cabeças como troféu é evidente não só nas fontes narrativas, estando mesmo patente em

²⁷²⁹ ALLMAND, 1999, p. 260.

²⁷³⁰ CLM, Cap. 13, p. 105. Também, durante o cerco de Sevilha, e 1248, os cristãos colocaram exposta no seu arraial, como troféu, a cabeça do gigante *Açaçaf*, filho do rei de Tunis (KRUS, 1994, pp. 226-227).

²⁷³¹ BARROCA, 2003f, p. 153.

²⁷³² M.G. MARTINS, 2017a, p. 237.

²⁷³³ CLM, Cap. 16, p. 113.

²⁷³⁴ O corte de cabeças era comum em todo o tipo de operações. Em 1138, durante um fossado de Afonso VII na região de Jaén, parte do contingente do leonês foi massacrada, e as cabeças dos cristãos levadas como troféus (LOMAX, 1984, p. 118). Cinco anos volvidos, em março de 1143, num outro recontro, Munio Alfonso, que comandava as tropas do imperador, fez questão de levar para Toledo como troféu, as cabeças dos governadores de Sevilha e de Córdoba, que derrotara (*Annales Toledanos*, Trad. Huici Miranda, p. 346).

algum normativo concelhio²⁷³⁵, mas também na própria iconografia, como se verifica no relevo de Geraldo “Sem Pavor” da Sé de Évora, onde o cavaleiro é representado juntamente com duas cabeças degoladas²⁷³⁶.

Chacinas e massacres tinham não só o efeito imediato de reduzir o potencial de combate inimigo no local e de colocar em fuga as populações, aterrorizadas, mas também o de manter o inimigo em respeito e sob ameaça do ferro e do fogo. Naturalmente que, na cronística cristã, os morticínios perpetrados pelos seguidores da fé islâmica eram absolutamente injustificados, ao contrário dos que eram levados a cabo contra os muçulmanos. Rodrigo Jiménez de Rada descreve, como perfeitamente admissível, um ato violento praticado por Fernando Magno quando cercou Viseu, em 1054. O rei procurou o arqueiro muçulmano que tinha atingido mortalmente o seu sogro, Afonso V, tendo mandado arrancar-lhe os olhos, cortar ambas as mãos e um pé²⁷³⁷. Muito mais tarde, e no contexto da conquista portuguesa, a *Crónica da Conquista do Algarve* retrata Paio Peres Correia, comendador de Santiago, a matar indiscriminadamente os mouros de Tavira, depois de aí ter entrado com os seus, por uma porta mal fechada, como ajuste de contas pela morte de alguns cavaleiros da Ordem que, durante uma trégua previamente estabelecida, tinham ido caçar nas imediações da vila²⁷³⁸.

Com efeito, a legitimação da guerra cristã era efetuada à custa da hiperbolização da guerra e do inimigo muçulmano. Esta era a postura dos *scriptoria* monásticos, destacando-se o de Santa Cruz de Coimbra, imediatamente após o reinado de D. Afonso Henriques. Num quadro de ameaça almóada, do final do século XII, os muçulmanos eram retratados, nos *Anais de Santa Cruz*, como infiéis mais numerosos, melhor armados e equipados do que os cristãos. A sua maldade e iniquidade eram desmesuradas, efetuavam depredações constantes em território cristão que aterrorizavam as populações e as capturavam. Atacavam à traição e humilhavam os cristãos, fazendo-lhes guerra motivados pelo orgulho²⁷³⁹.

Em relação a este assunto, os cruzados, em parte por não viverem lado a lado com os muçulmanos, e em parte porque uma Cruzada era, por definição, uma campanha

²⁷³⁵ Os foros de Castelo Bom preveem uma recompensa municipal de 10 morabitos para aquele que trouxer uma cabeça de adail muçulmano (PMH-LC-I, p. 766).

²⁷³⁶ Sobre a simbologia de poder e de terror que encerrava a decapitação em contexto de guerra no contexto do califado omíada de Córdoba, veja-se DE LA PUENTE, 2008, pp. 319-395.

²⁷³⁷ DRH, Cap XI, p. 233.

²⁷³⁸ CCA, p. 103.

²⁷³⁹ A.S. PEREIRA, 2003, pp. 62-63.

decretada pela Santa Sé, não sentiam a mesma necessidade de legitimação da violência. O redator do relato da conquista de Silves²⁷⁴⁰ descreve que os flamengos e alguns germânicos se apoderaram de Alvor, matando 5600 habitantes, “não poupando ninguém, independentemente da idade ou do género”²⁷⁴¹, sem esboçar qualquer justificação. Para o autor, tratava-se de uma ação naturalmente legitimada, que não necessitava de mais explicações. Claro que, tal como noutros, neste caso há um claro exagero, pois é sabido que no episódio de Alvor houve sobreviventes que, despojados de bens e traumatizados, se refugiaram em Silves²⁷⁴². E este fluxo de refugiados era também um instrumento de terror, como o que ocorreu após a tomada de Santarém por D. Afonso Henriques, em março de 1147, em que parte dos habitantes da cidade escalabitana acabaram por buscar guarida em Lisboa²⁷⁴³.

A mutilação de guerreiros inimigos, permitindo-lhes sobreviver e regressar ao convívio dos seus, bem como a matança indiscriminada de habitantes de uma praça conquistada, possibilitando que uma parte dessa população se retirasse e se constituísse como refugiada junto de outra comunidade, constituíam memórias vivas da violência a que se sujeitavam os que não se submetessem à vontade do vencedor. Mas era possível lograr um efeito tático imediato de pressão psicológica se a própria ação de tortura de prisioneiros fosse efetuada à vista dos seus camaradas de armas. O relato da conquista de Silves, em 1189, transmite-nos que elementos da guarnição muçulmana, cercada por D. Sancho I e pelos cruzados, depois de terem capturado três cristãos, suspenderam-nos pelos pés à vista dos sitiadores e retalharam-nos até à morte com golpes de espada e de lança²⁷⁴⁴.

Ainda no campo da pressão psicológica, procedia-se à destruição sistemática de casas e bens, normalmente nos arrabaldes, à vista dos seus moradores, agora sitiados no interior da fortaleza. Quando, no contexto do cerco, os habitantes de Silves ficaram confinados à alcáçova, os cruzados incendiaram o que puderam da cidade, embora alguns edifícios apresentassem pouca matéria combustível, porque eram construídos em taipa e possuíam cobertura de telha²⁷⁴⁵. Este também tinha sido um recurso que os atacantes

²⁷⁴⁰ Provavelmente natural do norte da Alemanha atual (CUSHING, 2013, pp. xli-xlvi).

²⁷⁴¹ DIN, p. 84.

²⁷⁴² CUSHING, 2013, p. lxxxiii.

²⁷⁴³ CLM, Cap. 5, p. 79.

²⁷⁴⁴ DIN, p. 90.

²⁷⁴⁵ DIN, p. 90.

cruzados utilizaram no cerco de Lisboa, em 1147, logo após terem-se apoderado do arrabalde oriental da cidade²⁷⁴⁶.

6.5. Depois do combate: o inimigo vencido

Na generalidade dos casos, as fontes cristãs são menos vívidas que as muçulmanas quanto a traduzir o grau de violência resultante da guerra²⁷⁴⁷. Isto pode dever-se a vários fatores, entre os quais o facto do Cristianismo, na sua essência, condenar a violência de um modo que o Islão não condena. A guerra era danosa para todos e a maioria das ações de combate eram passíveis de provocar ferimentos e morte em ambos os lados, fossem vencedores ou vencidos. Os cativos eram sempre procedentes do campo derrotado e o tratamento que recebiam era muito díspar, dependendo, em larga medida, dos contextos específicos do conflito, embora se possam identificar, em traços gerais, as principais características, tanto no campo cristão como no muçulmano.

Para o Islão, de um modo geral, em tempo de guerra era permitido matar todos os homens, adultos e sãos, e inclusive mulheres, caso fossem combatentes. Quanto aos cativos, cabia ao imã – autoridade espiritual – decidir o seu destino, que podia ser a escravidão, a morte, mas também o perdão, a liberdade, o ser objeto de um resgate ou ser-lhe atribuído o estatuto de *dimma*, situação especial conferida aos povos submetidos que preferiam não se converter ao Islão. Esta tinha associada uma carga fiscal pesada (o pagamento da *yizya*, imposto sobre os não-muçulmanos), restrições à prática de culto religioso, limitações no acesso a cargos públicos e a obrigatoriedade de envergarem indumentária distintiva²⁷⁴⁸.

Normalmente não se procedia nem à execução de prisioneiros, nem à tortura ou mutilação do inimigo, nos casos em que a rendição tivesse sido negociada previamente. Não era lícito, por princípio, destruir todos os bens do adversário derrotado, devendo-se preservar o gado vivo, tamareiras e quaisquer outras árvores de fruto, bem como edifícios, incluindo igrejas²⁷⁴⁹. Mas as diferentes interpretações doutrinárias destes preceitos,

²⁷⁴⁶ CLM, Cap. 17, p. 115.

²⁷⁴⁷ Ibn Idari descreve, em pormenor, o modo como uma cavalcada cristã sobre Ronda foi derrotada pelos almóadas, que perseguiram os cristãos em fuga, “partiram-lhes os membros e despedaçaram os seus corpos (...) matando, cativando e saqueando” (*Al-Bayan II*, p. 4).

²⁷⁴⁸ GARCÍA SANJUÁN, 2008, p. 77.

²⁷⁴⁹ Embora houvesse divergências quanto a quem detinha autoridade para mandar executar prisioneiros ou impedir a execução (GARCÍA SANJUÁN, 2008, pp. 66-67).

associadas ao modo descentralizado de vivência da fé islâmica, faziam com que nem sempre fossem cumpridos²⁷⁵⁰.

No campo cristão, a negociação prévia da rendição constituía também uma atenuante e o massacre das populações só era lícito caso a conquista de uma praça ou povoação tivesse ocorrido pela força²⁷⁵¹. Os cruzados mostraram-se sempre mais disponíveis do que os cristãos ibéricos para passar a fio de espada as populações de uma fortaleza conquistada, como ocorreu em 1147, com os colonenses e flamengos em Lisboa²⁷⁵² e em 1189, com cruzados da mesma proveniência, em relação a Alvor²⁷⁵³. Não há, nas fontes compulsadas, evidências de massacres executados pela hoste régia portuguesa, havendo algumas boas razões para isso: primeiro, porque havia vantagens evidentes em manter os muçulmanos como súbditos, depois porque a maioria dos cercos a cidades islâmicas do Gharb ocorreu com a participação de cruzados e, não menos importante, porque aos redatores das crônicas sempre interessou transmitir uma imagem de um soberano justo e piedoso²⁷⁵⁴.

Por vezes o massacre era algo inevitável, mesmo por parte de quem tinha autoridade para o reprimir. Um dos fatores pode estar associado ao “contágio ideológico” emprestado pelos cruzados²⁷⁵⁵, ou também ao desejo de vingança que pairasse no ar, resultante de uma derrota anterior, como foi o caso do eco provocado pela batalha de Alarcos, de 1195²⁷⁵⁶. Este contexto psicológico é mais evidente no decorrer de operações, em que a vingança é procurada no imediato, como ocorreu em 1147, quando os cruzados saquearam Almada, matando mais de 500 habitantes e fazendo 200 cativos, em retaliação

²⁷⁵⁰ Há, por exemplo, várias referências à destruição de locais de culto cristãos e judaicos, algumas mesmo já edificadas sob domínio muçulmano e com autorização prévia. Mas a partir do século XII, com o aumento de cristãos no Magrebe, por razões comerciais ou por fazerem parte de unidades guerreiras ao serviço dos poderes muçulmanos, tornou-se mais comum a autorização de construção de igrejas, assente no princípio de que essa edificação era mais benéfica do que prejudicial (GARCÍA SANJUAN, 2008, pp. 88-89).

²⁷⁵¹ STRICKLAND, 1996, p. 209 e GARCÍA FITZ, 2008, p. 117.

²⁷⁵² CLM, Cap. 22, p. 139. Embora, na negociação final entre D. Afonso Henriques e os cruzados, tenha ficado acordado que os habitantes, depois de espoliados dos bens móveis pelos cruzados, seguiriam em liberdade. O êxodo dos habitantes demorou cinco dias (CLM, Cap. 22, p. 141).

²⁷⁵³ DIN, p. 84.

²⁷⁵⁴ Interessa cotejar as fontes islâmicas com as cristãs. Por exemplo, em relação à conquista de Alcácer, em 1217, Ibn Abi Zar’ fornece um dado muito sintético e desenquadrado dos acontecimentos, assumindo que a cidade fora tomada por Afonso de Portugal (D. Afonso II) e que todos os habitantes muçulmanos foram mortos (*Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, p. 523). Do lado cristão, nenhuma das principais fontes sobre o acontecimento menciona algum massacre ou chacina sobre os muçulmanos de Alcácer. O *Carmen* de Gosuino refere que bens e cativos (à exceção de dez) foram entregues aos cruzados (ML-IV, Escritura IX, p. 136); A carta que Guilherme da Holanda dirigiu ao papa menciona o aprisionamento de 2000 habitantes, mas não dá nota de nenhuma chacina (MH-I, doc. 26 de 1217, outubro).

²⁷⁵⁵ GARCÍA FITZ, 2003, pp. 208-217.

²⁷⁵⁶ GARCÍA FITZ, 2008, p. 121.

por uma emboscada que, dias antes, os almadenses tinham feito a alguns cristãos²⁷⁵⁷. E também a tomada de Tavira, associada a uma mortandade inusitada infligida aos habitantes da cidade que, nas fontes narrativas, é apresentada como a resposta santiaguista à emboscada muçulmana sobre alguns freires, durante um período de tréguas²⁷⁵⁸.

De qualquer modo, havia quem sobrevivesse, embora muitas vezes não passasse incólume. Que tipo de ferimentos seriam mais comuns? A resposta está nas lesões possíveis de serem produzidas em função das armas ofensivas utilizadas e das proteções corporais correspondentes²⁷⁵⁹. Face ao que conhecemos dos materiais empregados, ferimentos de lança corresponderiam, fundamentalmente, a perfurações largas e profundas com esmagamento dos tecidos envolventes, uma vez que as setas e virotes de arcos e bestas produziam perfurações mais estreitas embora, decerto, mais profundas²⁷⁶⁰. Aos golpes de espada correspondiam esmagamentos e a quebra de ossos, pois esta era empregue para talhar. Dispomos de vestígios relacionados com a exumação de guerreiros do século XII, no contexto do cerco de Lisboa de 1147, mercê dos trabalhos de Fernando Ferreira, no subsolo do mosteiro de São Vicente de Fora²⁷⁶¹. Em alguns, foram identificadas lesões passíveis de terem provocado a morte, como uma trepanação de grande dimensão e fraturas diversas²⁷⁶². A análise de indivíduos provenientes de uma necrópole medieval em Évora mostra, pelo menos, um caso de fraturas verticais, provocadas por uma arma pesada, como uma espada ou um machado²⁷⁶³ e escavações

²⁷⁵⁷ CLM, Cap. 16, p. 113.

²⁷⁵⁸ “(...) [Paio Peres Correia] viu os cavaleiros mortos, começou com os mouros mui dura peleja, e morreu tanta gente deles, que ainda hoje em dia jaz ali a ossada deles” (CCA, p. 103).

²⁷⁵⁹ Sobre este assunto consulte-se a recente dissertação de mestrado de Herminio Coelho, *As feridas da guerra no Portugal Medieval. Violência, sofrimento e cuidados médicos no campo de batalha* (H. COELHO, 2017).

²⁷⁶⁰ Sobre o detalhe, com a apresentação de múltiplos exemplos de lesões e ferimentos provocados por diferentes tipos de armas, embora incidindo sobretudo numa cronologia posterior à que estudamos, veja-se H. COELHO, 2017, pp. 65-87.

²⁷⁶¹ Os resultados da análise biocultural efetuada a 19 indivíduos inumados, todos cristãos, apontam para datas de morte entre os séculos XII e XIV, sendo que os do século XII têm sido relacionados com o cerco de Lisboa (F. FERREIRA, 1995, pp. 8-13). Em 1959, Afonso do Paço tinha encontrado, no campo de São Jorge, em Aljubarrota, uma vala comum com 2874 ossos, correspondentes a um mínimo de 414 indivíduos, que proporcionaram muita informação sobre o tipo de lesões sofridas (MONTEIRO, 2003, pp. 116-118; H. COELHO, 2017, pp. 37-38). Veja-se, também, sobre os ferimentos produzidos na batalha de Agincourt, em 1415, KEEGAN, 1976, pp. 84-85. Estas exumações aportam dados relativos ao combate nos séculos XIV e XV. Um dos pontos que os esqueletos recuperados em São Vicente têm em comum com os das épocas e locais posteriores, é a presença de vestígios de lesões anteriores cicatrizadas, o que leva a crer que um bom número de guerreiros teria visto combates anteriores (M.G. MARTINS, 2017a, p. 213) ou até, talvez estejamos perante um vestígio da violência que o treino militar podia ter.

²⁷⁶² SERAFIM, 2017, pp. 86-87.

²⁷⁶³ SANTOS e UMBELINO, 2007, p. 8.

realizadas no castelo de Silves revelaram um esqueleto humano insepulto, com a possível ponta de um virote de besta entre as costelas²⁷⁶⁴.

As feridas provocadas por armas de mão consistem sobretudo em lacerações e esmagamento de tecidos que, caso não atingissem um órgão vital, eram passíveis de recuperação. As fraturas de antebraços ou pernas, por exemplo, se fossem devidamente entaladas, tinham um bom prognóstico. Mas os ferimentos provocados por penetração, de lanças, flechas ou virotões (já tivemos ocasião de verificar que as espadas dos séculos XII e XIII não eram utilizadas para estocada), eram bem mais graves e, frequentemente, letais, mesmo que não atingissem um órgão vital, já que até ao surgimento dos antibióticos, no início do século XX, eram comuns as infeções conducentes a septicemia. Perfurações do intestino, com dispersão do seu conteúdo na cavidade abdominal eram fatais, passando-se o mesmo com a cavidade torácica, que além de poder provocar o colapso de um pulmão, os fragmentos de tecido sujo, transportados para o interior do corpo, eram certamente foco de septicemias. Fraturas do crânio eram, também, quase sempre mortais, uma vez que os cirurgiões encontravam dificuldades em efetuar trepanações. Mesmo que não morressem imediatamente, muitos feridos acabavam por sangrar até à morte, ou por não resistir ao sol escaldante ou ao frio e chuva, se abandonados no campo de batalha²⁷⁶⁵.

Muitas mortes permaneciam anónimas, pois a maioria dos combatentes não detinha um estatuto aristocrático que lhes permitisse figurar nos textos escritos que constituíam a memória destes empenhamentos. Quando muito, os redatores mencionam números, que enfermam dos problemas já aludidos, quanto à verosimilhança²⁷⁶⁶. Mas mesmo sem nomes e ignorando o exagero dos números avançados pelos cronistas, podemos entrever a dimensão do drama humano nas descrições de acontecimentos. Por exemplo, nos primeiros momentos do cerco de Silves, quando os cruzados tomaram o arrabalde, os muçulmanos fugiram para a alcáçova. Muitas mortes foram provocadas pelo emassamento junto da porta, chegando os muçulmanos, posteriormente, a lançar para o exterior dos muros alguns cadáveres²⁷⁶⁷. Mais tarde, com o prolongamento do cerco e o

²⁷⁶⁴ R.V. GOMES, 2003, p. 101.

²⁷⁶⁵ KEEGAN, 1976, p. 85.

²⁷⁶⁶ Ver nota 1374.

²⁷⁶⁷ DIN, p. 89. Ver, também, nota 40, na edição crítica da fonte. Os cemitérios eram no exterior e os defensores não tinham possibilidade de os utilizar durante o cerco. De qualquer modo, uma vez que o rito islâmico obriga ao enterramento, normalmente antes do pôr-do-sol do dia da morte, as razões deste

consequente esgotamento dos víveres e, sobretudo, das reservas de água, os habitantes não tinham já forças para enterrar os seus próprios mortos, abandonando-os nas suas casas²⁷⁶⁸. Em Lisboa, em 1147, um dos problemas com que se debateram os muçulmanos, sitiados, foi a falta de espaço para proceder aos enterramentos, no interior da cidade, sendo muitos cadáveres depositados juntamente com os feridos e doentes, na mesquita aljama²⁷⁶⁹.

Durante as operações de assédio, a quantidade de baixas mortais tendia a aumentar progressivamente, gerando problemas quanto à sepultura dos cadáveres de ambos os contendores. No cerco de Lisboa de 1147, a questão foi solucionada através do estabelecimento de zonas específicas, nas imediações dos arraiais dos cruzados, para a sepultura dos cristãos estrangeiros. Ao contrário dos francos, que combatiam em terra estranha e cujos cadáveres não podiam ser “repatriados”, os portugueses tinham a possibilidade de ser sepultados nas suas terras de origem, especialmente se o defunto pertencesse à aristocracia. Não temos dados que nos permitam afirmar que já se executasse um procedimento identificado para cronologias posteriores, para as quais há registo da preparação de cadáveres para transporte (sempre demorado), envolvendo a extração das vísceras, depois de uma cozedura para que estas fossem mais fáceis de retirar²⁷⁷⁰.

Na continuidade do cerco de Lisboa, D. Afonso Henriques promoveu a sagração dos locais escolhidos pelos cruzados como cemitérios formais, em cerimónia conduzida pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar. Foi deste modo que surgiram os cemitérios dos anglo-normandos – Monte Frágoso (atual Igreja dos Mártires) – e dos flamengos e teutónicos – no local onde veio a ser erguido o mosteiro de São Vicente de Fora²⁷⁷¹. O narrador germânico da tomada de Silves também relata que, quando alguns cruzados foram combater lado a lado com os portugueses, sempre que um morria, era louvado pelo seu martírio, com alegria, e era sepultado num cemitério que tinha sido sagrado pelos bispos de Coimbra e do Porto, que integravam a mesnada régia²⁷⁷².

procedimento por parte dos habitantes de Silves podem estar relacionadas com evitar a proliferação de doenças entre os sitiados.

²⁷⁶⁸ DIN, p. 143.

²⁷⁶⁹ M.G. MARTINS, 2017a, p. 238.

²⁷⁷⁰ M.G. MARTINS, 2017a, p. 215.

²⁷⁷¹ M.G. MARTINS, 2017a, p. 213.

²⁷⁷² DIN, pp. 138-139.

Quer cristãs, quer muçulmanas, as fontes cronísticas são pródigas a enunciar o número de mortes produzidas nas batalhas, mas nunca referem o destino dado aos corpos. No entanto podemos deduzir que era necessário percorrer o campo e procurar, entre os cadáveres, os notáveis, para lhes dar uma sepultura compatível com o seu estatuto²⁷⁷³, procedimento difundido entre ambos os contendores²⁷⁷⁴. Se o recontro envolvia efetivos reduzidos e havia possibilidade, todos os corpos deviam ser recolhidos para lhes ser proporcionado enterramento condigno. Assim é relatado o caso dos cavaleiros alemães mortos por um destacamento muçulmano, nos arredores de Silves²⁷⁷⁵.

No que respeita à nobreza, apesar de ser preferível preservar a vida a troco de um resgate, conhecemos numerosos mortos em combate. Numa só década, entre 1189 e 1199, assinala-se a perda na guerra de, pelo menos, seis figuras proeminentes da aristocracia portuguesa. D. Álvaro Martins, cavaleiro de D. Sancho I, morto na tomada de Silves, em 1189²⁷⁷⁶; Gonçalo Viegas de Lanhoso, mestre de Avis, encontrou a morte nos campos de Alarcos, em 1195²⁷⁷⁷; Martim Vasques de Soverosa, que tinha sido alferes do “Povoador”, caiu em Plasência, em 1196, num confronto relacionado com o rescaldo da batalha de Alarcos²⁷⁷⁸. Poder-se-ia pensar que nos recontros entre cristãos o número de mortos seria mais reduzido, por uma questão de autopreservação das elites, mas as fontes fornecem indicadores que parecem não confirmar essa ideia. Em 1199, teve lugar a lide de Ervas Tenras, contra os leoneses, onde pereceu Gonçalo Vasques²⁷⁷⁹ e a campanha de

²⁷⁷³ OSCEMA, 2010, pp. 532-533. É provável que os restantes fossem enterrados no local em valas comuns ou, dependendo da circunstância, simplesmente abandonados. A localização exata dos campos de batalha nos séculos XII e XIII tem sido bastante difícil, por várias razões, entre as quais poderá estar a preferência das fontes por topónimos significativos das imediações e não o topónimo exato (como na batalha de Ourique, nas lides de Pinhel, de Ervas Tenras, de Gaia ou do Porto) face ao efetivo reduzido desses recontros. Só a partir do século XIV se tornou habitual o registo preciso do local das batalhas, imediatamente após terem ocorrido (POLLARD, 2010, p. 132). Esse procedimento tem permitido, para cronologias posteriores à estudada, um trabalho arqueológico compensador, sendo disso paradigma o campo de São Jorge em Aljubarrota, até ao momento o campo de batalha medieval mais bem estudado em Portugal.

²⁷⁷⁴ Embora estes tivessem de proceder aos ritos fúnebres no mesmo dia, antes do anoitecer. São, por isso, comuns as referências a enterramentos muçulmanos nas imediações dos locais da morte. E também se explica a necessidade da ocultação pública da morte de um dignitário, como ocorreu com o califa almóada Yusuf I, em 1184. Este encobrimento não só teve em vista preparar o melhor possível a sucessão, como também evitava a obrigação de exéquias num local inapropriado, já que o califa morreu algures no trajeto de regresso, entre Santarém e Sevilha (*Al-Bayan II*, pp. 79, 82 e 85).

²⁷⁷⁵ DIN, p. 112.

²⁷⁷⁶ DS, doc. 44 de 1190, julho, 27.

²⁷⁷⁷ ASC, p. 72.

²⁷⁷⁸ LLCDP, 25A1.

²⁷⁷⁹ MATTOSO, 1985, p. 125 e LLCDP 367C3.

Ciudad Rodrigo, provavelmente relacionada com a mesma lide, custou a vida ao mestre do Templo, Lopo Fernandes, bem como a Nuno Fafes de Lanhoso²⁷⁸⁰.

Talvez tenhamos de esperar pela guerra civil de 1245-48 para constatar, de novo, um tão elevado número de baixas, nas fileiras da nobreza, em tão pouco tempo. Ferida no verão de 1245, na lide de Gaia ou do Porto, perderam a vida, entre outros, Abril Peres de Lumiares e Rodrigo Sanches, bastardo régio, bem como Soeiro Gonçalves de Toronho²⁷⁸¹. Na primavera do ano seguinte, no embate travado entre as forças leais a D. Sancho II, comandadas pelo vencedor da lide do Porto, Martim Gil de Soverosa e os partidários do conde de Bolonha, na região de Leiria, a vitória dos rebeldes provocou a morte de Soeiro Gomes de Tougues e de Lourenço Fernandes de Gundar, e também a captura de Vasco Gil de Soverosa²⁷⁸². Estes são alguns exemplos demonstrativos de que, no caso da nobreza, a morte em combate não era anónima e que na guerra entre cristãos também morriam muitos nobres.

No entanto nem sempre o desfecho de um combate era a morte. Na Idade Média a distinção entre prisioneiros de guerra e cativos residia na existência, ou não, de diferença de credos²⁷⁸³, pelo que, entre fés diferentes, a contenção no momento de cometer massacres não se deve a nenhum constrangimento de ordem moral, mas sim a uma visão bem pragmática das vantagens que a misericórdia podia oferecer, quando comparada com o extermínio e a destruição²⁷⁸⁴. Na Península Ibérica, o costume foi geralmente o respeito pela vida dos cativos, não por considerações éticas, mas por razões práticas, pois mesmo os que não valiam resgate podiam sempre ser trocados por outros prisioneiros ou empregues com escravos. Neste quadro, é evidente que os cativos de condição nobiliárquica tinham muito mais hipóteses de verem a vida poupada do que quaisquer outros prisioneiros²⁷⁸⁵.

Num tempo em que as relações de sangue se sobrepunham às soberanias dos reinos e a aristocracia era “transnacional”, figuravam, frequentemente, os que, por via da

²⁷⁸⁰ BRANCO, 2006, p. 177.

²⁷⁸¹ M.G. MARTINS, 2007, pp. 703, n. 755.

²⁷⁸² M.G. MARTINS, 2011, p. 157.

²⁷⁸³ TORRÓ, 2008, pp. 435-436.

²⁷⁸⁴ GARCÍA FITZ, 2008, p. 164.

²⁷⁸⁵ CALDERÓN ORTEGA, 2009, p. 17. Se bem que a diferença entre a vida e a morte de cativos dependia da avaliação das vantagens e desvantagens face aos objetivos do vencedor (TORRÓ, 2008, p. 442). Mas se os nobres, por valerem um bom resgate, podiam ter esperança de ser poupados e capturados em vez de mortos, já os mercenários capturados em combate conheciam o destino oposto, uma vez que não se lhes reconheciam os mesmos direitos que aos restantes (CALDERÓN ORTEGA, 2009, p. 26).

guerra, quebravam laços de vassalagem ou juramentos de homenagem. Esses, considerados traidores, quando feitos prisioneiros recebiam um tratamento diferenciado, procurando-se assegurar a sua submissão através de um processo, sintetizado pelo historiador Martín Alvira Cabrer, que incluía uma negociação e o perdão final do rebelde, sendo que, por vezes, ocorria a manutenção do nobre em cativeiro até obter a sua submissão, ou, pelo menos uma concessão da sua parte²⁷⁸⁶. Um caso extremo evidencia a perspectiva de Fernando II de Leão, quando aprisionou D. Afonso Henriques, na sequência do desastre de Badajoz²⁷⁸⁷, pois a libertação implicou a cedência a Leão, por parte do português, dos territórios disputados de Tui e de Límia²⁷⁸⁸. Era uma prática comum a tomada de prisioneiros como reféns, até que as partes contendoras vissem satisfeitos os termos de um acordo de paz. Foi num quadro destes que, na sequência do episódio da Portela de Vez, em 1140, se deu uma troca de prisioneiros, mantidos como penhora, entre D. Afonso Henriques e D. Afonso VII, de acordo com a *Chronica Adefonsi Imperatoris*²⁷⁸⁹.

Na guerra contra o Islão, os cativos eram uma parte substancial do saque obtido em expedições ofensivas e era, frequentemente, por esse motivo que os cristãos poupavam as vidas dos muçulmanos. Na segunda metade do século XII e no século XIII, a imagem de compridas colunas de prisioneiros muçulmanos, a serem conduzidas para terras cristãs na sequência de cavalgadas deve ter sido uma visão frequente²⁷⁹⁰. Foi também por esta razão que os adais de Ávila, entre eles Sancho Jimeno, angariaram uma aura de desgraça entre os muçulmanos e os cavaleiros-vilãos que ocuparam Beja durante quatro meses, entre o fim do ano de 1162 e o início de 1163, deixaram a cidade “despovoada”²⁷⁹¹. Este despovoamento pode ter sido devido a mortes em combate, mas mais provavelmente foi o resultado de um misto de aprisionamentos e de fuga dos habitantes que tenham conseguido escapar à fúria dos cristãos. Mesmo as pequenas

²⁷⁸⁶ ALVIRA CABRER, 2008, pp. 213-214.

²⁷⁸⁷ MATTOSO, 2007, pp. 304-305.

²⁷⁸⁸ C. BARROS, 1994, p. 28. Por vezes, a opção era o exílio do nobre rebelde, que podia ser temporário ou definitivo, dependendo da gravidade do delito (ALVIRA CABRER, 2008, p. 219).

²⁷⁸⁹ CAI, Livro I, Cap. 86, p.121.

²⁷⁹⁰ A custódia dos detidos, desde o momento da captura até ao local onde eram repartidos pelos captores, cabia a indivíduos nomeados especificamente para o efeito, nomeados quadrilheiros (GARCÍA FITZ, 2008, p. 131 e POWERS, 1988, p. 103).

²⁷⁹¹ IBN SAHIB AL-SALA, p. 137.

expedições, que tinham como objetivo pastores, camponeses e outros habitantes rurais, eram muito temidas, pois isso resultava frequentemente no cativeiro destes homens²⁷⁹².

Uma vez capturados, os guerreiros derrotados não tinham garantias absolutas de ver a sua vida preservada. A guerra era incerta e, por vezes, a morte de cativos devia-se a necessidades militares, de modo a impedir que, no futuro, os prisioneiros libertados constituíssem um perigo, pelas suas habilidades guerreiras, pelo conhecimento do território, ou para evitar que ajudassem os seus companheiros durante o caos do combate²⁷⁹³. Por isso, não eram inéditas ordens para matar prisioneiros, principalmente no quadro de batalhas campais, onde existia o receio de, num *volte-face* provocado por um contra-ataque e os cativos se rearmarem com despojos, passando a constituir uma ameaça na retaguarda dos captores²⁷⁹⁴.

Não temos dados para o reino de Portugal, mas no contexto castelhano, o caudilho militar de Toledo, Rodrigo Fernández, que se encontrava em campanha na região de Badajoz em 1136, viu-se obrigado a matar os prisioneiros muçulmanos que tinha no seu arraial, por receio destes poderem vir a auxiliar os seus correligionários, que estavam na iminência de atacar o acampamento cristão, durante a noite²⁷⁹⁵. Ocorreu algo semelhante com Alvar Perez de Castro, comandante de uma cavalgada na região de Jerez, em 1231, que, ao ser intercetado pelo exército de Ibn Hud, optou por matar todos os cativos que trazia na hoste, uma vez que estes podiam criar um problema na retaguarda, durante o combate²⁷⁹⁶.

A captura em batalha podia ocorrer em qualquer altura, mas fazia-se essencialmente como resultado da perseguição, depois de uma vitória ou entre os feridos que, impossibilitados de fugir, jaziam entre os mortos. Esta situação motivava os captores a procurarem o sequestro individual, podendo prejudicar a coesão da hoste pois, para o fazerem, tinham de se afastar das suas unidades. Tal levava os comandantes a serem prudentes e a estabelecerem limites, temporais ou espaciais, para as perseguições. A propósito da batalha de Ourique, a *Crónica Geral de Espanha* afirma que o rei aprisionou a maior parte dos vencidos²⁷⁹⁷, o que deve ter ocorrido na sequência de perseguições. No

²⁷⁹² GARCÍA FITZ, 2008, pp. 129-130.

²⁷⁹³ CALDERÓN ORTEGA, 2009, pp. 24-25.

²⁷⁹⁴ KEEGAN, 1976, pp. 83-84.

²⁷⁹⁵ CAI, Livro II, Cap. 28.

²⁷⁹⁶ GARCÍA FITZ, 2008, p. 125.

²⁷⁹⁷ CGE, Cap. DCCVIII, p. 224.

contexto dos assédios, a perspetiva de fazer um bom prisioneiro constituía um fator motivador da tarefa arriscada de abordar a muralha, uma vez que, normalmente, ao primeiro guerreiro a entrar numa fortaleza assediada, cabia o direito de escolher um prisioneiro para si²⁷⁹⁸.

No entanto, na sua maioria, os cativos não eram combatentes, mas sim os *inermis* – desarmados – a maioria da população, que constituíam os alvos preferenciais de um tipo de conflitualidade que se baseava essencialmente na depredação de recursos²⁷⁹⁹. Não só eram alvos mais fáceis, como o massacre e captura de não-combatentes era também o modo mais comum de convencer as populações de que a rendição era a melhor saída possível, face à ameaça colocada a uma região²⁸⁰⁰. Além disso, a captura dos vencidos, ainda que não-combatentes, como alternativa à morte, não era um exclusivo das hostes régias. Tal como o Cid, que face aos habitantes das praças conquistadas, pautou a sua conduta pelo pragmatismo²⁸⁰¹, também Geraldo privilegiava a captura de todos os que viviam nos locais que tomava²⁸⁰².

De modo análogo à detenção de guerreiros adversários no resultado de um combate, a obtenção de cativos não-combatentes era comum tanto a cristãos como a muçulmanos. Atente-se, por exemplo, à expedição de Yaquub Ibn Yusuf de 1189-90, que assolou o ocidente peninsular, chegando a conquistar Torres Novas e a cercar Tomar, e que regressou ao Magrebe com 13 000 cativos, incluindo mulheres e crianças²⁸⁰³. Do lado cristão, os monarcas percebiam que a sua política de conquista tinha mais sucesso dando garantias de sobrevivência aos habitantes muçulmanos das cidades que assediavam, pois, se a morte fosse certa, a resistência seria bem mais tenaz. Foi assim, com a promessa de liberdade, ainda que sem a conservação de bens, que foi tomada Lisboa, em 1147²⁸⁰⁴. Por vezes, o que se poupava em tempo e em vidas humanas era suficiente para deixar os

²⁷⁹⁸ Os foros de Cuenca são explícitos a esse respeito (GARCÍA FITZ, 2008, p. 131). As fontes narrativas aludem frequentemente ao primeiro guerreiro a entrar numa fortaleza conquistada, o que vem reforçar o que está contemplado nos foros e sugerir que o costume não se cingia a Castela, sendo bem provável que se tratasse de algo generalizado. Terá sido o caso de Mem Moniz de Candarei, o primeiro a entrar em Santarém, em 1147 (PMH-S-I, p. 28), LD, 9A5; ou de Diego Lopez de Vizcaya, o primeiro a entrar em Sevilha, em 1248 (LLCDP, 21G9).

²⁷⁹⁹ PORRINAS GONZÁLEZ, 2008, p. 188.

²⁸⁰⁰ GARCÍA FITZ, 2008, pp. 126-127.

²⁸⁰¹ PORRINAS GONZÁLEZ, 2008, p. 169.

²⁸⁰² A.S. PEREIRA, 2008, p. 41.

²⁸⁰³ *Rawd al-Qirtas*, trad. Huici Miranda, p. 430.

²⁸⁰⁴ O relato do cruzado Raul aponta nesse sentido, ao afirmar que Lisboa estava superpovoada por ter acomodado os refugiados de Santarém (CLM, Cap. 5, p. 79) e descreve, depois, a saída dos próprios habitantes de Lisboa, após a conquista (CLM, Cap. 22, p. 141).

muçulmanos escapar não só com a vida, mas também com os seus bens móveis, ou mesmo, autorizá-los a permanecer, sob governação cristã e sujeitos a regras específicas²⁸⁰⁵. Esta postura, por parte dos poderes cristãos no Norte, justifica o facto de algumas comunidades islâmicas preferirem submeter-se por inteiro, sem resistência, para não sofrerem os tormentos da guerra²⁸⁰⁶. Poderá ter sido este o caso de alguns lugares habitados que se submeteram ao rei de Portugal sem termos notícia de uma ação bélica, como pode ter ocorrido em Coima, Sesimbra e Palmela, pouco tempo depois da conquista de Lisboa, em 1147²⁸⁰⁷.

Os prisioneiros cabiam no conceito de “excluídos”, que a Igreja se esforçou por enquadrar desde meados do século XI. Se, por um lado, essa categorização resolvia os problemas inerentes ao tratamento dos infieis muçulmanos, não deixava, por outro, de levantar questões relativas ao processamento de cativos cristãos. Talvez por essa razão, quando cristãos aprisionavam muçulmanos, designavam-nos por cativos, ao passo que quando capturavam outros cristãos, preferiam, mais frequentemente, denominá-los prisioneiros, salientando-se a sua qualidade de detidos circunstanciais²⁸⁰⁸. No caso dos agarenos, a conversão ao Cristianismo alterava a condição de cativo²⁸⁰⁹, tendo sido esta a opção de muitos habitantes de Lisboa, em outubro de 1147²⁸¹⁰ e também do governador de Alcácer, Abu Muhammad ‘Abd Allah, três dias após a queda da cidade em mãos cristãs, em outubro de 1217²⁸¹¹. O mesmo também era válido para os cristãos face aos muçulmanos que, antes do início das hostilidades, eram instados a converter-se ao Islamismo, evitando, assim, a luta, mantendo a vida, a liberdade e as propriedades²⁸¹².

O ritual das grandes expedições ofensivas implicava que se realizasse, à moda do “triunfo romano”, um cortejo onde, mais do que o espólio material obtido, se exibiam os cativos²⁸¹³. A *Crónica de Portugal de 1419* apresenta o rei a desfilar em Coimbra, no

²⁸⁰⁵ GARCÍA FITZ, 2008, p. 144.

²⁸⁰⁶ GARCÍA FITZ, 2008, pp. 151-152.

²⁸⁰⁷ MENDES, 2011, pp. 40-46.

²⁸⁰⁸ TORRÓ, 2008, pp. 436-437. É interessante notar que no universo islâmico também se procedia a uma distinção análoga entre cativos muçulmanos e não-muçulmanos (VIDAL CASTRO, 2008, pp. 488-489).

²⁸⁰⁹ TORRÓ, 2008, p. 455.

²⁸¹⁰ CRC, p. 85.

²⁸¹¹ MH-I, doc. 26 de 1217, outubro. Poucos dias depois, o governador conseguiu escapar (HUICI MIRANDA, 1957, p. 443).

²⁸¹² VIDAL CASTRO, 2008, p. 489.

²⁸¹³ O costume foi comum a todo o Ocidente Medieval Europeu. Depois de Bouvines, Filipe Augusto celebrou o seu triunfo em Paris, depois de uma “procissão gloriosa” que transportava, nos carros, mais de 300 prisioneiros nobres, agrilhoados (DUBY, 2005, pp. 147-148). Quando D. Afonso VII regressou com as suas tropas a Toledo, após a campanha de 1137, foi recebido ao som de tímpanos, cítaras, saltérios e

regresso da expedição de Ourique e a ser admoestado pelo prior de Santa Cruz por trazer por cativos moçárabes, isto é, cristãos e, por conseguinte, também cativos na terra dos infiéis²⁸¹⁴. Quase quatro décadas depois, o infante Sancho realizou um triunfo em Coimbra, no regresso do fossado de Triana. Quem disso dá conta é Ibn Idari, que refere que Ibn Wazir e Ibn Timsalit, dois xeques almóadas, foram apresentados num grande desfile e depois colocados a ferros. O primeiro foi resgatado pelo califa almóada, por 4000 dinares, mas o segundo morreu, torturado, no cativeiro²⁸¹⁵.

Esta questão, do resgate, remete-nos para uma das principais razões pelas quais valia a pena fazer prisioneiros, sendo que, a este respeito, havia transações que não estavam ao alcance de todos. As *Partidas* preconizam, entre outros preceitos, que os cativos especialmente valiosos, de mil maravedís ou mais, fossem entregues ao rei, devendo este pagar 100 maravedís ao captor. Esta medida garantia que o poder régio conservava a prerrogativa de negociar os prisioneiros importantes e também deixa subjacente que não seria fácil a um outro poder, que não o régio, transacionar este tipo de individualidades, que constituiriam, mais do que moeda financeira, meio de negociação política²⁸¹⁶.

Os muçulmanos costumavam permitir que um prisioneiro abastado fosse recolher o seu próprio resgate, deixando como refém um familiar seu, mas muitos cristãos eram levados para o Norte de África, sendo ali sujeitos a pressões constantes para a conversão ao Islão, pelo que, nesses casos, havia pouca probabilidade de regresso à Hispânia²⁸¹⁷. Era também possível que o próprio cativo dispusesse de meios para comprar a sua liberdade, como aponta uma cantiga de escárnio e maldizer, composta por Martim Soares, antes de 1246, sobre um cavaleiro que, para escapar do cativeiro muçulmano em Jaén, pagou mais do que ele próprio valia²⁸¹⁸. Mas, por vezes, mesmo um nobre teria dificuldade em libertar-se do cativeiro, acabando por morrer nas mãos dos captores, como terá ocorrido com Martim Vasques de Soverosa, alferes de D. Sancho I, capturado em 1197, em Palência e de quem não houve mais notícia²⁸¹⁹.

todas as classes de músicos, cada um em sua língua, chamando e glorificando a Deus” (A.C. DIAS, 2013, p. 845).

²⁸¹⁴ CP1419, Cap. 14, p. 24.

²⁸¹⁵ *Al-Bayan II*, p. 22.

²⁸¹⁶ *Partidas II*, título XXVI, lei V.

²⁸¹⁷ LOMAX, 1984, pp. 139-140.

²⁸¹⁸ G. LOPES, 2016, vol. 2, pp. 138-139.

²⁸¹⁹ M.G. MARTINS, 2017b, p. 245.

A transação de cativos constituiu-se, pelo menos no mundo cristão, numa atividade simultaneamente pia e económica, consagrada e bem estruturada. Algumas ordens religiosas eram especificamente dedicadas à missão do resgate, como foi o caso da da Santíssima Trindade e da de Santa Maria da Mercê, tendo a primeira entrado em Portugal nos inícios do século XIII, com conventos em Santarém e Lisboa e a segunda, um pouco mais tarde, com casas em Lisboa e Beja. Também as ordens militares se dedicaram a este serviço, mantendo a Ordem de Avis em funcionamento o hospital de São Miguel, especificamente direcionado para prisioneiros recuperados aos sarracenos, desde 1214²⁸²⁰ e a Ordem de Santiago, que canalizava diretamente o saque obtido em operações para o resgate de cativos²⁸²¹. Na primeira metade do século XIII, a Ordem da Trindade portuguesa libertou inúmeros cristãos nas praças fronteiriças de Alcácer, Moura e Beja e do Algarve, mas também em cidades como Badajoz, Sevilha, Córdoba, Jaén, Granada e Múrcia²⁸²².

O poder régio também não foi alheio a esta problemática. No seu primeiro testamento, D. Afonso Henriques consagrou a mais importante soma, de 10 mil morabitinos, ao resgate de cristãos cativos²⁸²³. D. Sancho I, por seu turno, fundou um hospital a eles dedicado, em Santarém, que acabou anexado ao convento da Trindade²⁸²⁴ e destinou-lhes verbas, em testamento, mandando entregar 20 mil morabitinos aos freires de Alcobaça, para a remissão de cativos, no seu segundo testamento²⁸²⁵. Em 1271, D. Afonso III destinava mil libras em testamento à mesma causa, um exemplo bem demonstrativo de que mesmo afastados das fronteiras terrestres do reino, os muçulmanos e a guerra com eles mantida continuavam a ser uma preocupação régia²⁸²⁶.

Os senhores também denotavam esta preocupação. Em 1087, no seu testamento, Paio Eiriz contempla a redenção dos cativos²⁸²⁷. Em 1116, João Gondesendes e a sua mulher Ximena determinam em testamento que, depois da sua morte, os seus escravos

²⁸²⁰ BEIRANTE, 2011, p. 123.

²⁸²¹ ROSJ, XXVI, p.82.

²⁸²² BEIRANTE, 2011, p. 125.

²⁸²³ DR, doc. 330 de 1176, abril a 1179, fevereiro. No segundo testamento, os cativos são, simplesmente, ignorados (DR, doc. 334 de 1179, fevereiro).

²⁸²⁴ BEIRANTE, 2011, p. 123.

²⁸²⁵ DS, doc. 194 de 1210, outubro. No mesmo documento outorga ao hospital dos cativos de Santarém uma quantidade significativa de gado e herdades.

²⁸²⁶ ML-IV, p. 284.

²⁸²⁷ LP, doc. 373 de 1087, março, 29. A documentação também nos lega ecos do desespero dos que viam familiares no cativo. Em 1039, Tructino doou os seus bens ao mosteiro de Leça (c. Matosinhos), com reserva de usufruto pelos seus filhos, caso estes voltassem do cativo muçulmano (LP, doc. 198 de 1039, abril, 22).

mouros servissem para resgatar cristãos²⁸²⁸. Em meados do século XIII, D. Fernando, o Infante de Serpa, patrocinou a criação, em 1239, de um hospício orientado para a remissão de cativos e, mais tarde, o chanceler de D. Afonso III, Estêvão Anes (1249-78), legou bens em testamento à Ordem da Trindade, dos quais um terço deveria ser diretamente canalizado para o mesmo efeito²⁸²⁹.

Na normativa concelhia detetam-se disposições que protegiam os cavaleiros-vilãos e as suas famílias em caso de cativo. Alguns foros castelhano-leoneses determinavam que, no caso de algum guerreiro ter ficado prisioneiro dos muçulmanos, se entregasse à família “o melhor mouro ou moura, ou a melhor besta cavalgar” obtida na operação, para que esta os pudesse usar como instrumento de resgate²⁸³⁰. Parece ter sido o meio municipal a promover o surgimento dos alfaqueques, especialistas nestas trocas, acerca dos quais conhecemos os principais contornos e abrangência graças aos foros leoneses de Ribacoa. Em Castelo Bom, os alfaqueques recebiam um morabitino por cada cativo resgatado, fosse cristão ou muçulmano²⁸³¹. Estes personagens, também designados por *exeas*, tinham por ofício negociar a libertação em troca de resgates económicos. Eram nomeados pelo rei ou pelo município e deviam ser bons conhecedores da língua árabe²⁸³², sendo frequentemente recrutados entre os condutores de gado nas regiões de fronteira, pelo que o seu conhecimento de ambos os universos – cristão e muçulmano – era assinalável e facilitava a tarefa negociadora. Cobravam pelos seus serviços e, nos casos em que ocorria troca direta de um cativo cristão por um muçulmano, era possível não ser cobrado nada, a não ser um maravedí, para manutenção do detido²⁸³³.

Mas havia uma importante parcela dos prisioneiros que nunca chegaria a ser resgatada, acabando por ser transacionada no âmbito das sociedades captoras. Os mercados de escravos recebiam centenas ou mesmo milhares de prisioneiros, de entre os que não podiam pagar a sua liberdade. Nos foros concelhios, a partilha do saque compreendia, também, a divisão dos cativos e a sua transação não só gerava rendimentos diretos para os envolvidos, como também impostos indiretos²⁸³⁴. A transação de “*mauro et de maura*” implicava uma taxa, paga ao concelho, que variava de meio morabitino a

²⁸²⁸ DP-IV, doc. 1, de 1116.

²⁸²⁹ BEIRANTE, 2011, p. 125.

²⁸³⁰ GARCÍA FITZ, 2008, p. 138.

²⁸³¹ PMH-LC-I, p. 789 de 1188-1230.

²⁸³² O'CALLAGHAN, 2004, p. 148.

²⁸³³ GARCÍA FITZ, 2008, p. 135.

²⁸³⁴ GARCÍA FITZ, 2008, p. 137.

um soldo²⁸³⁵. E o próprio trânsito de mouros cativos pelo alfoz implicava o pagamento de portagem de um morabitino²⁸³⁶. Os preços de compra e venda equiparavam-se aos do gado asinino, sendo bastante inferiores ao do gado cavalari²⁸³⁷. Os muçulmanos, assim negociados, passavam a fazer parte de um universo no qual ocupavam a posição mais baixa da escala social. As próprias *Partidas* espelham esta gradação, ao estabelecerem uma diferença entre os detidos, que tinham lugar nas prisões públicas sob controlo régio, e os muçulmanos cativos, que podiam ser agrilhoados a ceps, em casas particulares²⁸³⁸.

No espaço português, a documentação do século XI alude frequentemente aos *mancipia* que, nessa altura, ainda podiam não ser exclusivamente de origem muçulmana. Mas à medida que nos aproximamos do final dessa centúria, a servidão aparece exclusivamente relacionada com a “etnia moura”²⁸³⁹, sendo os escravos utilizados em todo o tipo de tarefas, com preponderância para as domésticas, a agricultura, e em construções de vulto, como aconteceu nas obras da catedral românica de Coimbra²⁸⁴⁰. É possível, também, que alguns fossem também utilizados na construção e reparação de fortalezas²⁸⁴¹. Tal como William Phillips identificou para o Levante Ibérico, onde os possuidores de escravos foram abandonando uma prática de relacionamento distante com os cativos e passaram a considerá-los como parte do seu lar e da sua família²⁸⁴², os documentos legais do espaço português referem-se a eles pelos nomes, assistindo-se a bastantes outorgas de liberdade, mormente em testamentos, após a morte dos proprietários legais, talvez um indício que aponte para uma situação análoga à que foi descrita por Phillips.

Estes cativos convertidos em escravos podiam alcançar a liberdade por vários processos, incluindo a fuga, quer para o estrangeiro, quer para determinados concelhos, como Freixo e Urros (c. Torre de Moncorvo) que, para fazer face à falta de mão-de-obra e de povoadores, os integravam como homens livres²⁸⁴³. Podiam, em qualquer momento,

²⁸³⁵ O meio morabitino está patente, por exemplo, os forais do grupo de Santarém-Lisboa-Coimbra, de 1179 (PMH-LC-I, pp. 407, 412 e 416, de 1179). Já o foral de Centocelas estabelece que a venda de um mouro, no mercado, incorre na taxa de 1 soldo (PMH-LC-I, p. 488 de 1194, fevereiro).

²⁸³⁶ Como se observa, por exemplo, no foral de Centocelas, aludido na nota anterior.

²⁸³⁷ A.S. PEREIRA, 2008, p. 44.

²⁸³⁸ GARCÍA FITZ, 2008, p. 133.

²⁸³⁹ ALMEIDA, 1978, pp. 45-46.

²⁸⁴⁰ A.S. PEREIRA, 2008, p. 44.

²⁸⁴¹ GARCÍA FITZ, 2008, p. 137.

²⁸⁴² W. PHILLIPS, 2010, p. 158.

²⁸⁴³ Estes forais determinam que, quer os mouros conversos, quer os escravos que fossem morar para o concelho fossem “*soltum et liberum*” (Freixo, PMH-LC-I, p. 379, de 1152; Urros, PMH-LC-I, p. 425, de 1182).

receber alforria dos próprios senhores, converter-se ao Cristianismo e, ainda, ser resgatados ou trocados por cristãos cativos no espaço muçulmano²⁸⁴⁴. O resgate de cativos mouros em Évora, em 1166, constituía igualmente fonte de rendimento indireta para o concelho, já que lhe devia ser paga uma taxa correspondente a um décimo do valor recebido por cada cativo assim libertado²⁸⁴⁵.

A marcas da guerra não se restringiam, portanto, aos territórios de passagem das hostes, sendo bastante mais profundas e visíveis na sociedade. A documentação permite-nos observar comunidades que, para além de organizadas para fazer a guerra – ofensiva e defensiva – apresentavam visualmente as cicatrizes da violência, quer pela presença de escravos muçulmanos ao serviço de cristãos, pelas ausências de filhos da terra, desaparecidos em expedições ou caídos na defesa da vila ou do castelo. Uma parcela das transações comerciais correspondia às presas de guerra, fossem estas objetos, gado ou pessoas, sendo suficientemente significativa para figurar no normativo concelhio.

6.6. Síntese Conclusiva

A proficiência em combate não só se devia ao treino militar dos nobres, mas também ao elevado grau de militarização da sociedade em geral, que conduzia a que a generalidade dos guerreiros tivesse uma boa perceção das variáveis que influenciavam a capacidade combativa, como as condições climáticas, atmosféricas e do terreno, as necessidades de sustentação logística, o armamento e proteção corporal adequados para cada tipo de missão, a preparação de cavalos para a guerra, entre outras. Aos nobres e dignitários das ordens militares, bem com aos *adaís* e *coudéis* das *peonadas*, cada um ao seu nível, requeria-se capacidade de comando.

Como bases teóricas do comando, recorria-se à transmissão verbal de feitos de armas, muitas vezes através de cantares de gesta. No seio da nobreza, as qualidades e debilidades militares dos indivíduos deviam ser bem conhecidas, a julgar pela caracterização que a poesia satírica fez de nobres específicos, bem como, mais tarde, o fizeram os nobiliários. No caso dos não-nobres, não temos dados factuais para a realidade portuguesa, mas é provável que não diferisse da castelhano-leonesa, em que os guerreiros com funções de comando – *adaís* e *coudéis* das *peonadas* – eram objeto de escrutínio

²⁸⁴⁴ LAVAJO, 2004, p. 104.

²⁸⁴⁵ PMH-LC-I, p. 394 de 1166, maio.

quanto à sua qualidade militar, só acedendo ao cargo por escolha, submetendo-se a cerimoniais de investidura.

Quer o rei, quer os nobres, comandantes por inerência, obtinham recursos humanos para a guerra de acordo com as obrigações militares e isenções estabelecidas para os grupos sobre os quais exerciam a sua autoridade, existindo casos de dispensa de alguns serviços por se desempenharem outras tarefas específicas, igualmente relacionadas com a atividade militar. Por vezes este procedimento vigorava para toda uma comunidade, como no caso dos francos de Atouguia, que não combatiam no exército régio porque lhe forneciam bestas de carga para o transporte de vitualhas. A falta ao cumprimento de obrigações militares era punida, mais ou menos severamente, de acordo com uma escala de prioridades, sendo que a fuga do campo de batalha e a falta ao apelido figuravam entre as infrações mais criticadas e sancionadas. Menos graves eram a deserção para o bando inimigo e a falta ao serviço ofensivo. A primeira coloca em evidência que a mentalidade medieval considerava mais importante a bravura guerreira do que o lado em que se combatia e, a segunda, que a defesa da comunidade se sobrepunha a outras ações militares.

Entre as isenções mais comuns ao serviço militar contava-se a que recaía sobre os clérigos em geral, embora o panorama pudesse mudar em caso de invasão muçulmana, como se deteta da determinação que D. Sancho I impôs ao bispo de Coimbra. Outra categoria normalmente isenta era a dos almocreves, devido à importância da sua função. Algumas condições particulares dos cavaleiros podiam dispensá-los temporariamente de servir na guerra, como no caso dos recém-casados ou dos que tinham perdido montada e ainda se encontravam dentro do prazo legal de aquisição de uma nova.

Apesar de considerada falta grave, a fuga ao serviço militar era frequente e o imposto da fossadeira era uma medida inicialmente pensada para a mitigar, que vigorava desde o início do século IX, nas Astúrias. Com o afastamento da fronteira com o Islão para Sul, desde muito cedo que a multa se converteu em imposto anual que, em teoria, servia remir a necessidade de servir na guerra, sendo cobrada extensivamente nos municípios e em alguns senhorios. Igualmente condenável era a fuga do campo de batalha, especialmente se protagonizada pela nobreza, já que era nela que recaía a função guerreira por excelência.

Uma outra dimensão da guerra, a sustentação de forças militares, era conseguida, em território cristão, através da aposentadoria, através da qual os monarcas e senhores no comando de hostes requisitavam aboletamento e bens aos habitantes das regiões por onde transitavam, mas rei podia igualmente contar com o recheio dos seus celeiros, dispersos um pouco por todo o seu território. No entanto, como grande parte da guerra se desenrolava em espaços onde a aposentadoria não era possível, havia que recorrer ao transporte de provisões pessoais e de abastecimentos num trem específico, constituído por animais de carga e, em território controlado pelo inimigo, a pilhagem era fonte de abastecimento. Os cavalos eram alimentados com pasto e água dos locais escolhidos para estabelecimento do arraial, cuja dimensão dependia da quantidade de pasto que conseguissem fornecer, podendo ser de um mínimo de um hectare para 50 cavalos e cavaleiros no mês de maio, a cinco ou mais hectares, para o mesmo efetivo, noutros meses.

A dimensão psicológica era bem conhecida e utilizada pelos protagonistas da cronologia em estudo. Sentimentos como a coragem e o medo mesclavam-se com a fé e o espírito de corpo. Antes do combate, era hábito os comandantes dirigirem-se às tropas, numa arenga de exortação e, frequentemente, o dispositivo do contendor derrotado atingia a rutura pelo pânico, inicialmente provocado pela hesitação ou fuga de um pequeno grupo de guerreiros, que acabava por fazer desmoronar todo o dispositivo. Os chefes medievais procuravam infundir terror nos seus adversários, através da exposição de mutilações, de tortura ou da morte violenta de prisioneiros, à vista dos seus correligionários. Os almóadas recolhiam e expunham cabeças cristãs como troféus e é natural que do lado cristão também se praticasse o mesmo, situação que explica obras como o baixo-relevo da Sé de Évora, em que o cavaleiro cristão se encontra representado junto a duas cabeças muçulmanas degoladas. Todavia, a procura da influência no domínio do psicológico e das mentalidades não se limitava aos contextos de combate. De parte a parte, as fontes escritas diabolizavam o “outro”, o infiel, cuja maldade e iniquidade era inenarrável, responsável pelas desgraças que se abatiam sobre os “nossos” e contra quem qualquer tipo de guerra era justa. Esta necessidade de legitimar a violência contra os muçulmanos era comum a praticamente todos os reinos cristãos peninsulares, algo que não era compreendido pelos cruzados francos, que viam a luta contra os muçulmanos como algo perfeitamente justificado.

No fim da ação de combate, havia vencedores e vencidos, cujos sobreviventes acabavam capturados. No caso de serem nobres, valiam um bom resgate, e ainda que o não fossem, havia sempre a possibilidade de serem também libertados a troco de um pagamento, havendo, do lado cristão, várias modalidades de apoio à remissão de cativos, desde a atribuição de um quinhão do espólio obtido em combate à família do guerreiro capturado à atuação de instituições especificamente criadas para o efeito de resgate de prisioneiros. Por seu turno, os cativos muçulmanos eram conduzidos a terras cristãs e, se não fossem resgatados, eram vendidos como escravos. Entre eles, havia os que tinham pegado em armas na guerra, mas também populações em geral que, indefesas, constituíam presa fácil das expedições de rapina. A guerra ocasionava, por esta via, toda uma atividade económica paralela e fazia da fronteira uma terra de muitos perigos, embora também de oportunidades, de obtenção de proventos, de terras e de ascensão social.

CONCLUSÃO

Na elaboração do presente estudo, partimos do muito que já se sabe. Apoiámo-nos nos autores que têm direcionado a sua investigação para os assuntos da sociedade e da guerra medievais, mas também nos que têm desenvolvido conhecimento em áreas muito específicas, que nos forneceram instrumentos auxiliares relacionáveis com a guerra: a geografia em geral, a topografia em particular e a história do clima; a flora natural e a agricultura; a criação de equídeos e a pastorícia; as atividades mineira e manufactureira; as vias de comunicação e os transportes, entre muitos outros. O nosso desafio consistiu em comparar este conhecimento científico diversificado, já produzido e consolidado, com o que as fontes nos podiam responder acerca da atividade bélica portuguesa entre 1128 e 1249.

Em muitos casos, a descoberta de respostas não foi direta, tendo, em larga medida, requerido conduzir a investigação a partir de indícios e de interpretação. A menor disponibilidade de tempo para pesquisar, consequência de quem desempenha uma atividade profissional diversa do ofício do historiador, impôs-nos dois limites significativos, plenamente assumidos, relativamente ao uso de fontes. O primeiro residiu na opção deliberada pelo recurso quase absoluto a fontes impressas, de que atualmente temos à disposição um volume considerável, tendo preferido efetuar uma leitura norteada por novas questões do que uma pesquisa arquivística que seria certamente morosa e, sobretudo, incompatível com a nossa pouca proficiência paleográfica. O segundo consistiu na escassa utilização de documentação de produção posterior à cronologia abordada, com destaque para a dionisina, a partir da qual se procederia a um exercício de leitura regressiva, procedimento que, estamos em crer, poderia ter lançado perspetivas diferentes sobre os assuntos abordados.

Após este percurso, pensamos ter conseguido ampliar o conhecimento de conjunto sobre o modo como estava o reino de Portugal organizado para a guerra nos seus primórdios, durante o período de definição territorial com os poderes islâmicos e cristãos em presença, explicando o significado dessa organização e o modo como se traduziu na execução prática bélica. Podemos afirmar que existiu grande sentido estratégico por parte dos seus protagonistas e que, a este nível, se mesclavam objetivos de diferentes poderes – do rei, de nobres, de eclesiásticos, de ordens militares “transnacionais”, ou de sociedades de fronteira, estas, sobretudo, na sua vertente concelhia – nem sempre

concorrentes. Na nossa leitura, a conquista do Algarve, formalmente concluída em 1249, é sinal do triunfo da estratégia régia sobre as estratégias dos seus competidores, internos e externos.

Pudemos confirmar, na realidade portuguesa, muitas facetas da guerra comuns ao que ocorria em outras regiões da Península Ibérica. Verificámos, por exemplo, que quer as estratégias de expansão promovidas pela Coroa, quer as operações militares conduzidas por outros poderes, consideravam as variáveis do ambiente operacional e das conjunturas de cada momento, aproveitando bem as oportunidades que estas proporcionavam. Este estudo da guerra, na perspetiva da sua articulação com o conhecimento que os seus protagonistas tinham do meio em que se moviam, constitui uma abordagem que ainda não tinha sido efetuada, pelo menos na extensão e profundidade que desenvolvemos.

Neste campo, foi possível demonstrar que as principais operações sazonais decorriam em maio, altura do ano em que a água e o pasto eram abundantes, os trabalhos agrícolas conheciam um abrandamento antes da ceifa do cereal e o caudal dos maiores cursos de água já tinha reduzido o suficiente para proporcionar locais de travessia. As alturas de condições adversas também eram utilizadas pelos chefes guerreiros medievais para obter vantagens militares, fossem estas as noites invernosas a coberto das quais foram tomadas fortalezas como Santarém, em março de 1147, pelo próprio rei, ou como Beja, em novembro de 1162, por milícias concelhias. Períodos de seca prolongada ou de fome criavam dificuldades ao trânsito dos exércitos, mas também oportunidades, como a que Geraldo aproveitou, em maio de 1170, ao atacar a coluna muçulmana que, de Sevilha, veio reabastecer Badajoz. Pode ainda acrescentar-se, neste âmbito, que no ocidente peninsular, a ocorrência de condições ambientais pouco propícias não constituiu óbice à atividade militar, ou seja, apesar de ter havido uma maior incidência de campanhas nas alturas do ano mais favoráveis, tiveram lugar operações em outras épocas, embora, nestes casos, se privilegiassem efetivos mais reduzidos.

A forma de guerra largamente predominante face às restantes era a guerra irregular e de baixa intensidade – a “guerra guerreada” – havendo boas razões para isso. Era o único modo de atuação militar que estava ao alcance de todos os poderes, desde o régio às pequenas comunidades, capazes de mobilizar menos de uma dezena de cavaleiros que, ainda assim, podiam planear e executar incursões de saque contra populações rurais mal

defendidas. Os indícios de que este tipo de conflitualidade era comum e extensivo a toda a sociedade são múltiplos: o registo nas fontes narrativas de saques de vulto obtidos nas expedições conduzidas pela Coroa; a recorrência de normas especificamente relacionadas com a obtenção de proventos de guerra nos documentos outorgados a concelhos e a outras comunidades, destacando-se os preceitos que regulavam a repartição de esbulhos e a fiscalidade inerente a essa atividade; os testemunhos obtidos no âmbito das inquirições régias; enfim, o léxico coevo, que recorria a termos como fossado, cavalgada ou algará.

As outras formas de guerra: de apropriação territorial, incluindo ações de assédio a fortificações e as batalhas campais, estavam somente ao alcance de grandes poderes, como o régio, alguns poderes senhoriais, as ordens militares e, ocasionalmente, outros grupos, como milícias concelhias mais numerosas e bandos como o de Geraldo. Mas se era possível a estes intervenientes a obtenção de vitórias militares, em Portugal, a consolidação dos ganhos territoriais ficou sempre a cargo do rei, situação que se comprova pela recorrente confirmação régia de conquistas efetuadas, independentemente dos atores a quem couberam as ações bélicas. Deste modo, a guerra constituiu um instrumento fortíssimo na afirmação da autoridade dos reis portugueses que souberam aproveitar em seu favor a liberdade de ação de que beneficiavam os agentes que a conduziam.

O nosso estudo permitiu confirmar que a mobilização das populações para a guerra, associada às formas de colonização dos espaços, conferiram ao lado cristão grande resiliência na defensiva e flexibilidade na ofensiva. Com efeito, o modelo cristão de descentralização da condução da guerra nas mais pequenas comunidades instaladas no terreno, tendo como principais contrapartidas a possibilidade de obtenção de proventos de guerra e de ascensão social, gerou um modo de ocupação do território capaz de absorver as incursões muçulmanas, causando-lhes atrição e desgaste sem necessidade de as enfrentar em batalha campal e, ainda que a sua passagem fosse devastadora, o rastro de destruição cingia-se ao eixo de progressão utilizado. Nas campanhas islâmicas de expansão territorial, que no período por nós estudado foram desencadeadas somente pelo poder almóada, a conquista de uma fortificação cristã raramente implicava a queda de outras fortalezas do sistema em que esta estava inserida.

Na ofensiva, o rei conseguia reunir contingentes de dimensão ajustada ao objetivo e finalidade das operações, graças a um sistema de mobilização socialmente abrangente,

que permitia integrar na hoste um número significativo de guerreiros provenientes de praticamente todas as circunscrições administrativas – *terras*, senhorios, julgados e concelhos – aos quais se juntavam, ocasionalmente, contingentes conjunturais. Dado o sistema muçulmano de ocupação do território, associado ao seu modo centralizado de condução da guerra, as populações rurais islâmicas eram especialmente vulneráveis a ações de saque e os principais centros urbanos, uma vez conquistados, determinavam a queda das fortalezas suas subsidiárias, algo que o lado cristão compreendeu e incorporou na sua estratégia de expansão territorial. Ainda no respeitante à capacidade de mobilização da Coroa portuguesa, constatou-se que as hostes congregadas eram perfeitamente equivalentes em efetivo às mobilizadas pelas coroas leonesa e castelhana.

Foi possível descortinar algumas especificidades portuguesas, que não parecem ter ocorrido, pelo menos com a mesma intensidade, em outras regiões da Península Ibérica. Entre estas, contam-se a alta percentagem relativa de apoios cruzados nas operações de conquista, o elevado grau de cooperação e interdependência entre a Coroa e a ordens militares ou o grande relevo dos besteiros enquanto categoria social. Todavia, a generalidade dos resultados obtidos aponta para uma grande semelhança no modo como os outros dois reinos cristãos peninsulares ocidentais, Leão e Castela, encararam e praticaram a guerra, reveladora de circulação de conhecimento militar devida, entre outros fatores, à circulação da nobreza e à interpenetração dos modelos de ocupação territorial, com as normativas associadas.

Na diacronia, assistimos a um reino de Portugal em mutação rápida, onde estruturas iniciais incipientes foram assumindo formas diferentes e identidade própria, distanciando-se das organizações administrativas de inspiração leonesa e influência borgonhesa de 1128, transformando-se por contágio com ideias provenientes da Europa transpirenaica, por influência de agentes como os cistercienses ou os cruzados ingleses, dinamarqueses, flamengos e germânicos, mas também do modo de vida das populações de fronteira, de diversas proveniências e ainda de moçárabes, que constituíram entidades militares peculiares e diferenciadas, muito relacionadas com as cavalaria-vilãs de Coimbra e de Santarém. Presenciamos o esplendor e o ocaso dessas milícias municipais, veículo de grande mobilidade social no século XII, abrandando depois na transição para a centúria de Duzentos, dando lugar a um certo recrudescimento do interesse da nobreza pela atividade bélica. Constatámos que, mesmo em dois reinados cujos monarcas se mantiveram arredados dos campos de batalha, a guerra ocupou espaço central e as

estratégias de expansão dos protagonistas do momento, dos quais se destacam as ordens militares, estiveram alinhadas com a estratégia régia geral.

Observámos que os conceitos de Reconquista e de Cruzada se apresentam mais como construções historiográficas do que como aspetos centrais à guerra em Portugal nos séculos XII e XIII, especialmente o primeiro, já que o segundo se fez sentir de forma objetiva a partir da década de 1140, no contexto das tentativas de assalto a Lisboa. As opções de resposta militar da monarquia portuguesa foram, de um modo geral, ajustadas aos desafios colocados ao reino e mesmo nas campanhas em que não houve intervenção régia direta, a ação militar fez-se sentir pela mão dos municípios, das ordens militares, de mesnadas senhoriais e mesmo da hoste régia, ainda que não comandada pelo rei em pessoa. Verificámos, ainda, que na cronologia estudada as influências militares francas se mesclaram com os costumes ibéricos e geraram um modo de guerrear subordinado a regras diferentes das da Europa transpirenaica: os cavalos e o modo de montar eram diferentes, a batalha decisiva menos relevante, as estratégias de aproximação indireta sobrepunham-se à ação direta e a guerra contra o Islão decorria no contexto de uma dinâmica económica, de transação de proventos de guerra, incluindo cativos, que lhe emprestou características distintas.

A nossa opção por uma tese panorâmica exigiu um esforço no equilíbrio entre a sustentação consistente dos assuntos abordados e o aprofundamento possível de cada um. Por esta razão, parece-nos que há ainda bastantes áreas de investigação passíveis de uma exploração mais demorada e detalhada, para a qual temos ensejo de vir a contribuir. Por exemplo, a análise das fontes, cuja esmagadora maioria está publicada, permitiu perceber que é possível esboçar uma cartografia bastante precisa de algumas áreas do reino, com as características que esses territórios apresentavam entre o final do século XII e início da centúria seguinte. Estamos convencidos que o estabelecimento dessa cartografia, rigorosa e completa, que incluísse, entre outros detalhes, os itinerários, as áreas habitadas, as fortificações e os limites das circunscrições administrativas, não só abriria horizontes ao estudo da guerra, como também a muitos outros campos de investigação. Uma outra faceta da guerra ainda pouco estudada é a presença e atuação, nas hostes régias, de alguns contingentes específicos, mencionados de passagem nas fontes. É o caso de forças cristãs no seio das hostes muçulmanas, por vezes ocupando posições de destaque, bem como a presença de muçulmanos ao serviço de senhores cristãos. Também interessaria perceber melhor as dinâmicas inerentes à cavalaria não nobre, porque nos parece que, do ponto de

vista militar, o termo “cavaleiro-vilão” encerra insuficiências, bem como aprofundar o estudo de guerreiros com funções específicas, como os adaís ou os almocadéns. No plano da técnica guerreira, interessa discutir o modo e o tempo em que teve lugar, em Portugal, a transição da lança brandida para a *lance couchée* e explorar a temática do fabrico de utensílios e armamento militar.

Finalmente, a referência a um assunto que, ainda que relacionado com a guerra, foi por nós deliberadamente mantido fora do âmbito do presente trabalho. Trata-se da relação da componente aquática do território com a guerra – o mar e os cursos de água navegáveis – que não abordámos, e que merece certamente estudos detalhados por várias razões: porque o eixo central do reino se orientou pela linha costeira Lisboa-Porto-Braga; porque estavam previstos fossados de mar (veja-se o foral da Ericeira); porque a maioria das grandes expedições militares em território português teve apoio naval, mormente por parte dos cruzados; porque temos notícias de várias ações conjuntas mar-terra: Lisboa (1147), Silves (1189), Alcácer (1217), Mértola/ Castro Marim [1232 (?)]; ou até porque o rei designou alcaides de mar, o que sugere o reconhecimento do espaço naval como área de jurisdição própria.

A sociedade cristã peninsular em geral, e a portuguesa em particular, estava organizada para a guerra desde tempos bastante mais recuados do que a cronologia que estudámos, remontando ao ocaso das estruturas administrativas hispano-romanas e à sua substituição pelos modelos sociais germânicos. A presença islâmica, a partir do século VIII, suscitou o aparecimento de especificidades ibéricas, com destaque para o elevado grau de mobilidade social. Entre 1128 e 1249, as estruturas e organização militares do reino de Portugal não eram estáticas, verificando-se uma dinâmica adaptativa, resultante da interação com os diferentes poderes muçulmanos presentes na diacronia, à qual se juntou a influência franca. Pode ser acrescentado, com segurança, que os modelos guerreiros assim desenvolvidos se traduziram pelo sucesso estratégico militar, tornando possível erodir os poderes muçulmanos, reforçar o poder régio, garantir a autonomia do reino face aos restantes poderes cristãos e iniciar o desenvolvimento de uma identidade portuguesa própria.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional/ Torre do Tombo

Mosteiro de Santa Maria de Chelas, mç. 9, nº 172.

Gavetas:

Gaveta V, mç. 1, doc. 18.

Gaveta VII, mç. 10, docs. 6 e 12.

Gaveta XII, mç. 8, doc. 5.

Gaveta XXI, mç. 2, doc. 4.

Leitura Nova, *Livro dos Mestrados*, fl. 45v.

Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Documentos Particulares, mç. 14, doc. 25.

FONTES IMPRESSAS

ABD ALLAH. *Las "Memorias" de 'Abd Allah, último Rey Zīrī de Granada destronado por los Almorávides (1090)*, trad., intr. e notas por E. Leví-Provençal y Emilio García Gómez, 3ªed. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

ABU MUHAMMAD 'ABD AL-WAHID AL-MARRAKUSHI. *Lo Admirable en el Resumen de las Noticias del Magrib*, trad. Ambrosio Huici Miranda, Tetuán: Editora Marroquí, 1955.

ABU UBAYD AL-BAKRI. "Kitab al-Masalik Wa-I-Mamalik, Geografia de España", intr., trad. notas e índices de Eliseo Vidal Beltrán, In *Textos Medievales*, 53. Saragoça: Universidade de Saragoça, 1982.

AFONSO X. *Cantigas de Santa María*. "Military Illustrations from Cantigas de Santa Maria" [Em linha]. [Consult 01Jan21]. Disponível em http://warfare.gq/Cantiga/Cantigas_de_Santa_Maria.htm.

AFONSO X. *Estoria de Espanna*, pub. Ramón Menéndez Pidal, Tomo 1. Madrid: Nueva Biblioteca de Autores Españoles, 1906.

AL-HIMYARI. *Kitab Ar-Rawd Al-Mi'tar*, trad. María Pilar Maestro Gonzalez. Valencia: Gráficas Bautista, 1953.

- AL-HIMYARI. *Kitab Ar-Rawd Al-Mi'tar Fī Habar Al-Aktar*, Ed. E. Lévi-Provençal. Leiden: Publications de la "Fondation de Goeje", 1938.
- Al-Hulal Al-Mawsiyya. Cronica Arabe de las Dinastias Almoravide, Almohade y Benimerin*, trad. Ambrosio Huici Miranda. Tetuán: Editora Marroqui, 1951.
- AL-IDRISI. *La Première Géographie de L'Occident*, présentation, notes, index, chronologie et bibliographie par Henri Bresc et Annliese Nef. Traduction du chevalier Jaubert. Paris: Flammarion, 1999.
- AL-QALQASHANDI. "Subh al-Acsa Fī Kitabat al-Insha", trad. Luis Seco de Lucena e índices por Maria Milagros Carcel Orti. In *Textos Medievales*, nº 40. Valência: Universidad de Valencia, 1975.
- Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, intr. António Cruz. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968 (=ASC).
- Anales de Córdoba musulmana (711-1008)*, ed. Antonio Arjona Castro. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1982.
- Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis*, ed. Monika Blöcker-Walter. Zúrich: 1966, pp. 151-161 (=ADA).
- "Annales Toledanos", in *Las crónicas latinas de la Reconquista*, I, ed. Ambrósio Huici Miranda. Valencia: 1913.
- ARMAS, Duarte de. *Livro das Fortalezas*, apresentação e leituras de João José Alves Dias. Lisboa: Caleidoscópio, 2015.
- BERNARDINO, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves. "Regesta de D. Sancho II", *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, Dissertação de mestrado (policopiada), pp. 163-379 (=RSII).
- BRANDÃO, António. *Monarquia Lusitana, Terceira Parte*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973 (=ML-III).
- BRANDÃO, António. *Monarquia Lusitana, Quarta Parte*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974 (=ML-IV).
- Bulário Português de Inocêncio III (1198-1216)*, ed. Avelino Jesus da Costa e Maria Alegria F. Marques. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989 (=BP).
- Bullarium Ordinis Militiae Calatrava*, ed. Ignacio José Ortega y Cotes; Juan Francisco Álvarez de Baquedano; Pedro de Ortega Zuñiga y Aranda. Madrid: Typographia Antonio Marín, 1761 (=BC).
- Cartulaire Général de l'Ordre du Temple 1119?-1150*, ed. Marquis d'Albon. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1913 (=CT).
- "Chronica Regis Coloniensis Annales Maximi Coloniensis", ed. Georg Waitz, in *Rerum Germanicarum. Ex Monumentis Germaniae Historicis*. Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1880, pp. 1-273 (=CRC).

- “Chronicon Complutense”. In *Las crónicas latinas de la Reconquista, I*, ed. Ambrósio Huici Miranda, Valencia: 1913 (=CC).
- Chonicon Mundi. Crónica de España por Lucas, Obispo de Tuy*, ed. Julio Puyol. Madrid: Tipografía de la "Rev. de Archivos, Bibliotecas y Museos", 1926 (=CM).
- Colección Diplomática Medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494)* – Tomo I, dir. Bonifacio Palacios Martín. Madrid: Editorial Complutense, 2000 (=DA).
- Colección Diplomática Medieval do Arquivo da Catedral de Mondoñedo*, ed. Enrique Cal Pardo. Mondoñedo: Consello da Cultura Galega, 1999 (=ACM).
- Conquista de Lisboa aos Mouros (A). Relato de um Cruzado*, ed. de Aires Augusto do Nascimento. Lisboa: Vega, 2001 (=CLM).
- COSTA, Avelino Jesus da; MARQUES, Maria Alegria F., *Bulário Português de Inocência III (1198-1216)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989 (=BP).
- Crónica de Portugal de 1419*, ed. crítica com intr. e notas de Adelino Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998 (=CP1419).
- Crónica del Emperador Alfonso VII*, intr., trad., notas e índices de Maurilio Pérez Gonzalez, 2ª Ed. revisada. León: Universidad de León, 2015 (=CAI).
- Crónica del Moro Rasis*, ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés. Madrid: Editorial Gredos, 1975.
- “Crónica do rei D. Sancho II”, in *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, vol. 1, ed. crít. Carlos da Silva Tarouca. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*, Vol. IV, ed. crítica por Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009 (=CGE1344).
- DAVID, Charles Wendell. “Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium, A.D. 1189.”, in *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 81, no.5. Philadelphia, 1939, pp. 591-676.
- De Itinere Navali. A German Third Crusader's Chronicle of his voyage and the siege of Almohad Silves, 1189 AD/ Muwahid Xelb, 585 AH: De Itinere Navali*, ed. Dana Cushing. Antimony Media, 2013 (=DIN).
- DIAS, João José Alves. *Livro das Fortalezas*. Casal de Cambra: Celeidoscópio, 2015.
- DÍAZ Y DÍAZ, M.; GÓMEZ, M.; PINTOS, D.. *Ordoño de Celanova: Vida y Milagros de San Rosendo*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1990.
- Descobrimentos Portugueses – Documentos para a sua História*, publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, Vol. I (1147-1460). Lisboa: Instituto Nacional de Investigações Científicas, 1988.
- Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. Rui de Azevedo; P. Avelino de Jesus da Costa; e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1979 (=DS).

- Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares, A.D. 1101-1115*, tomo I, vol. III, ed. Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940 (=DP-III).
- Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares, A.D. 1116-1123*, tomo I, vol. IV, ed. Rui Pinto de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980 (=DP-IV).
- Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios. Documentos dos condes portugalenses e de Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*, tomo I, vol. I, ed. Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1962 (=DR).
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. “Crónica da Conquista do Algarve: edições restituída e crítica - anotadas pelo Professor Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca.”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, nº 38-39. Guimarães, 1987-1988, pp. 206-240 e 81-109 (=CCA).
- GAVIGAN, Joseph J. “The Capture of Damietta by Oliver of Paderborn.”, *Christian Society and the Crusades 1198-1229. Sources in translation including The Capture of Damietta by Oliver of Paderborn*. ed. e intr. por Edward Peters. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1971, pp. 49-145.
- GONZÁLEZ, Julio. *Regesta de Fernando II*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto Jerónimo Zurita, 1943 (=RF).
- Historia Compostelana*. Ed. Emma Falque Rey. Madrid: Ediciones Akal, 1995 (=HC).
- “Historia de Regibus Gothorum, Wandalorum et Suevorum”, *Monumenta Germaniae Historica -Scriptores*, Autores Antiquissimi, XI. Berlim, 1894, pp. 244-490 (=HRG).
- História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Reais*, vol. I (1208-1438), ed. C.M. Baeta Neves, Maria Teresa Barbosa Acabado, e Maria Luísa Esteves. Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas/ Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980 (=HFAC).
- Historia Silense*, ed. Francisco Santos Coco. Madrid: Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas – Centro de Estudios Historicos, 1921.
- IBN HAYYAN. *Al-Muqtabis V*, trad. Maria Jesús Viguera e Frederico Corriente, *Crónica del Califa Abderramán III an-Nasir entre los años 912 y 942*. Saragoça: Anubar, 1981.
- IBN IDARI AL-MARRAKUSHI. *Al-Bayan al Mugrib*, trad. Felipe Maíllo Salgado, *La Caída del Califato de Córdoba y los reyes de Taifas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1993.
- IBN IDARI AL-MARRAKUSHI. *Al-Bayan al-Mugrib fi Ijitisar Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib - Los Almohades*, Tomo I, trad. Ambrosio Huici Miranda. Tetuán: Editora Marroquí, 1953 (=Al-Bayan I).

- IBN IDARI AL-MARRAKUSHI. *Al-Bayan al-Mugrib fi Ijtisar Ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib - Los Almohades*, Tomo II, trad. Ambrosio Huici Miranda. Tetuán: Editora Marroquí, 1954 (=Al-Bayan II).
- IBN IDARI AL-MARRAKUSHI. *Al-Bayan al-Mugrib*, trad. Ambrósio Huici Miranda, *Nuevos fragmentos Almorávides y Almohades*. Valencia: Textos Medievales, 1963 (=Nuevos fragmentos).
- IBN KHALDUN. *Les Prolégomènes* (2), trad. e comentários de M. de Slane. Paris: Imprimerie Impériale, 1865.
- IBN SAHIB AL-SALA. *Al-Mann Bil-Imama*, estudo preliminar, trad. e índices por Ambrosio Huici Miranda. Valencia: Anubar, 1969.
- IBN SA'ID AL-MAGHRIBI. *Al-Mughrib fi hula-l-Maghrib*, ed. Shawqi Dayf, 2 vols. Cairo: Dar-al-Ma'aref, 1964.
- JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*, intr., trad., notas e índices de Juan Fernández Valverde. Madrid: Editorial Alianza, 1989 (=DRH).
- Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. crít. Avelino de Jesus da Costa, reed. José Marques, 2 tomos. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016 (=LF).
- Liber Sancti Iacobi, Codex Calixtinus*, ed. Carro Otero, trad. Abelardo Moralejo Lasso; Casimiro Torres Rodríguez; y Julio Feo García. Pamplona: Liber, 1999 (=LSJ).
- Livro das Leis e Posturas*, ed. Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade, 1971.
- “Libro de los Estatutos Antiguos de la Orden de San Juan”, ed. Santos García Larragueta, in *Institución Príncipe de Viana*, Año 63, nº226. Gobierno de Navarra, 2002, pp. 345-390.
- Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. crít. Avelino de Jesus da Costa; Leontina Ventura e M. Teresa Veloso, 3 vols.. Coimbra: 1977-1979 (=LP).
- Livro Santo de Santa Cruz*, ed. de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990 (=LS).
- LOPEZ FERNÁNDEZ, M. “Apêndice Documental”, *Pelay Pérez Correa: historia y leyenda de un maestro santiaguista*. Badajoz: Diputación Provincial, 2010b, pp. 561-643 (=DPPC).
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*, intr. Damião Peres. Barcelos: Portucalense Editora, 1932.
- LOPES, Graça Videira. *Cantigas Medievais galego-portuguesas. Corpus integral profano*, ed. Coord. Graça Videira Lopes, 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal/ Instituto de Estudos Medievais/ Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2016.
- Manuscript Miniatures. Sources for Medieval Armour*, [em linha]. [Consult. 21 dezembro, 2020] Disponível em <http://manuscriptminiatures.com/>.

- MARREIROS, Rosa. *Chancelaria de D. Dinis*, Livro III, 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.
- MENENDEZ PIDAL, Ramón. *Poema de mio Cid*. Madrid: Calpe, 1966.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Primera Crónica General de España*, Tomo I: *Estoria de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Bailly-Bailliere e Hijos, 1906.
- Monumenta Henricina*, vol.1, dir. e org. de António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960 (=MH).
- MORENO, Humberto Baquero; FREITAS, Isabel Vaz de. *Demarcações de Fronteira. Lugares de Trás-os-Montes e de Entre-Douro-e-Minho*, vol. III. Porto: Centro de Investigação e de Documentação de História Medieval, Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, 2003.
- NASCIMENTO, Aires Augusto do. “O Júblio da Vitória: celebração da tomada de Santarém aos mouros (A.D. 1147)”, *Actes del X Congrès Internacional de l'Associació Hispànica de Literatura Medieval*, ed. R. Alemany, J.L. Martos e J.M. Manzanaro, vol. III. Alicante: Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, 2005, pp. 1217-1232 (=DES).
- “Notícia da fundação do mosteiro de S. Vicente de Lisboa.” in *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, ed. de Aires Augusto do Nascimento. Lisboa: Vega, 2001, pp. 179-201.
- OLIVER DE PADERBORN. “The Capture of Damietta”, trad. e notas de Joseph J. Gavigan, in *Christian Society and the Crusades 1198-1229. Sources in translation including The Capture of Damietta by Oliver of Paderborn*, ed. e intr. por Edward Peters. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1971, pp. 49-145.
- Ordenações Afonsinas*, Livro I, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa; e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998 (=OA).
- PINA, Rui de. “Coronica DelRey Dom Sancho II”, in *Crónicas*, intr. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmãos, 1977.
- PLINY. *Natural History III*, Libri VIII-XI, ed. H. Rackham, M.A.. Cambridge, Massachussets/ London: Harvard University Press/ William Heinemann Ltd., 1969.
- Poema de Mio Cid*, ed., intr. y notas de Ramón Menéndez Pidal. Undécima Edición. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1966.
- Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata & Cartae*, Vol. I, Fasc. I a IV. Lisboa: Academia das Ciências, 1868-1873 (=PMH-DC).
- Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*, vol. I, fasc. I a VIII. Lisboa: Academia das Ciências, 1888-1961 (=PMH-I).

- Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, Inquirições Gerais de D. Dinis, 1284.* Lisboa: Academia das Ciências, 2007.
- Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. I e II. Lisboa: Academia das Ciências, 1856-1868 (=PMH-LC-I e II).
- Portugaliae Monumenta Historica: Livro do Deão*, ed. crítica de Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980 (=LD).
- Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crítica de José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, 2 volumes (=LLCDP).
- Portugaliae Monumenta Historica: Livro Velho de Linhagens*, ed. Joseph Piel; e José Mattoso. Lisboa, Academia das Ciências, 1980 (=LV).
- Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores*, Vol I, Fasc. I a III, Lisboa: Academia das Ciências, 1856-1868 (=PMH-S-I a III).
- Portugalia Pontificia: materials for the history of Portugal and the papacy : 1198-1417*, ed. Peter Linehan. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- Rawd al-Qirtas. El Cartás: Noticia de los Reyes del Magreb e Historia de la Ciudad de Fez, de Ibn Abi Zar*, trad. Ambrosio Huici Miranda, 2 vols.. Valência: Hijos de F. Vives Mora, 1964,
- Regra dos Templários (A)*, ed. J.M. Upton-Ward. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006 (=RT).
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, A. *El tumbo del monasterio de San Martin de Castañeda*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”/ Concejo Superior de Investigaciones Científicas, 1973.
- ROGER DE WENDOVER. “Of Signs in the Heavens by which the Province of Cologne Was Incited to Assist in the Crusade, 1217.” in *Christian Society and the Crusades 1198-1229. Sources in translation including The Capture of Damietta by Oliver of Paderborn*, ed. e intr. por Edward Peters. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1971, pp. 48-49.
- Roudh el-Kartas (Rawd al-Qirtas). *Histoire des Souverains du Maghreb (Espagne et Maroc) et annales da la ville de Fès*, trad. A. Beaumier. Paris: Imprimerie Impériale, 1860.
- RUANO, J. Sanchez. *Fuero de Salamanca*. Salamanca: Imprenta de D. Sebastian Cerezo, 1870.
- “Rule of the Spanish Military Order of St. James (The) (1170-1493)”, ed. crítica, trad. E estudo preliminar de Enrique Gallego Blanco, in *Medieval Iberian Peninsula Texts and Studies*, Vol. IV, ed. C. Marinescu, José Millás-Vallicrosa e Hussain Monés. Leiden: Brill, 1971 (=ROSJ).
- “Siete Partidas (Las)” [em linha]. Ed. P. Sánchez-Prieto Borja; Rocío Díaz Moreno; e Elena Trujillo Belso, Banco de datos (CORDE), Real Academia Española, 2006 [consult. 21 dezembro 2020]. Disponível em: <http://www.rae.es> (=Partidas).

- SOUTO CABO, José António. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII. Revista Galega de Filoloxía. Monografía, nº5*. Coruña: Universidade da Coruña, 2003.
- TANNER, Norman P. “Second Lateran Council, 1139 A.D.”, *Decrees of the Ecumenical Councils*. London/ Washington DC: Georgetown University Press, 1990.
- UBIETO-ARTETA, Antonio. *Jaca. Documentos Municipales*. Valencia: Anubar, 1975.
- Valdevez Medieval. *Documentos I. 950-1299*, coord. Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus, transcrições de Filomena Melo e João Luís Fontes. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2000.
- VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome e ARAÚJO, António de Sousa. *Bulário Bracarense. Sumários de Diplomas Pontifícios dos Séculos XI a XIX*. Braga: Arquivo Distrital, 1996 (=BB).
- VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*, trad. de João Gouveia Monteiro; e José Eduardo Braga, estudo introdutório de João Gouveia Monteiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- VENTURA, Leontina e OLIVEIRA, António Resende de. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro 1*, 2 vols.. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006 (=CAIII-I e II).
- Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum, ed. António Luís da Silva Dantas, 2 partes. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1908-1929 (=VMH-I e II).
- WAITZ, Georg. *Chronica Regia Coloniensis Annales Maximi Colonienses; cum continuationibus in monasterio S. Pantaleonis scriptis aliisque historiae Coloniensis monumentis; partim ex Monumentis Germanieae historicis recusa*. Hanover, 1880.

INSTRUMENTOS AUXILIARES DE PESQUISA

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino...*, 10 vols.. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.
- Federação Equestre Portuguesa. *Regulamento Nacional de Raides*. Lisboa, 2016 (=FEP)
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho. *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873.
- ME 20-04-04. *Estudo do Espaço de Batalha pelas Informações (IPB)*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2008.

- MONSALVO ANTÓN, José Maria. *Atlas Histórico de la España Medieval*. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.
- PDE 03-00 *Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 2012.
- TORRINHA, Francisco. *Diccionario Latino-Português*. 3ª edição. Porto: Marânus, 1945.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, 2 tomos. Segunda Edição. Lisboa: A.J. Fernandes Lopes, 1865.

ESTUDOS

- ABEL, António Borges. *Vilas de fundação medieval no Alentejo: contributos para o estudo da morfologia urbana*. Évora: Universidade de Évora, 1995. Dissertação de mestrado.
- AFONSO, Carlos Filipe. “A evolução dos sistemas de coação militar no espaço português (séculos VIII-XIII)”, *Estudos de homenagem ao General Loureiro dos Santos*, coord. Francisco Proença Garcia e Abílio Pires Lousada. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 2013a, pp. 251-267.
- AFONSO, Carlos Filipe. “Paio Peres Correia e os castelos do Algarve: uma interpretação militar”, *Castelos das Ordens Militares*, Vol. II, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013b, pp. 427-447.
- AFONSO, Carlos Filipe. “Técnicas e tácticas de assédio e defesa dos castelos em Portugal no contexto da Reconquista - O caso de Alcácer, 1217”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. II, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri e Campo Arqueológico de Mértola, 2013c, pp. 517-539.
- AFONSO, Carlos Filipe. “História e Estratégia”, *Estudos de Homenagem a Abel Cabral Couto*, coord. Luís Machado Barroso e Luís Falcão Escorrega. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014, pp. 133-157.
- AFONSO, Carlos Filipe. “Gosuini De Expugnatione Salaciae Carmen: análise de uma fonte através de um quadro teórico da Estratégia”, *Revista de Ciências Militares*, vol. VI (1). Lisboa: Instituto Universitário Militar, 2018a, pp. 15-39.

- AFONSO, Carlos Filipe. “Métodos de Comando, Controlo e Coordenação nos Contingente Militares das Ordens no Ocidente Peninsular”, *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*, Vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago/ Município de Palmela, 2018b, pp. 337-370.
- AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões. *Vestidos para Matar. O Armamento de Guerra na Cronística Portuguesa de Quatrocentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- AGRAIT CORDERO, Nicolás. “Castilian Military Reform under the Reign of Alfonso XI (1312-50)”, *Journal of Medieval Military History*, vol. III, ed. Clifford Rogers e Kelly DeVries. Woodbridge: The Boydell Press, 2005, pp. 88-126.
- AGRAIT CORDERO, Nicolás. “La inteligencia militar en la Península Ibérica (1252-1350): Métodos y Usos”, *Revista de Historia Militar*, nº 114. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar, 2013, pp. 11-40.
- AGUADÉ, Jorge. “Some remarks about sectarian movements in al-Andalus.”, *Studia Islamica*, nº64. Paris: Maisonneuve et Larose, 1986, pp. 53-78.
- AGUIAR, Carlos; PINTO, Bruno. “Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal Continental: até à Idade Média”, *Árvores de Florestas de Portugal: floresta e sociedade, uma história comum*, ed. J. Sande Silva. Lisboa: Jornal Público/ Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/ Liga para a Proteção da Natureza, 2007, pp. 15-53.
- AGUIAR, Carlos; AZEVEDO, João. “A floresta e a restituição da fertilidade do solo nos sistemas de agricultura orgânicos tradicionais do NE de Portugal”, *Florestas do Norte de Portugal: História, Ecologia e Desafios de Gestão*, ed. João Pedro Tereso, João Pradinho Honrado, Ana Teresa Pinto e Francisco Castro Rego. Porto: Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, 2011, pp. 99-117.
- AGUIAR, Carlos [et al.]. “9. Montanha.”, *Ecossistemas e Bem-Estar Humano: avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment*. Lisboa: Escolar Editora, 2009, pp. 293-337.
- AGUIAR, Miguel. “Chivalry in Medieval Portugal”, *E-Journal of Portuguese History* [em linha], nº 13, 2015a. Universidade do Porto/ Brown University, pp. 1-17 [consult. 21 dezembro 2020]. Disponível em: https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/isue26/pdf/v13n2a01.pdf
- AGUIAR, Miguel. “«Fazer Cavaleiros»: as cerimónias de investidura cavaleiresca no Portugal Medieval (séculos XII-XV)”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LXII, 128. Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Instituto de Estudios Gallegos, 2015b, pp. 13-46.
- AGUIRRE SÁBADA, Francisco Javier. “El distrito de Baeza en la Época Musulmana (siglos VIII-XIII)” *Historia de Baeza. Historia, Literatura, Arte*. Granada: Servicio Publicaciones Universidad de Granada, 1985, pp. 83-111.

- AIELLO, Leslie; DUNBAR, Robin. "Neocortex size, group size and the evolution of language", *Current Anthropology*, 34. Chicago: University of Chicago Press, 1993, pp. 184-193.
- ALARCÃO, Jorge de. *Portugal Romano*, 4ª edição. Lisboa: Verbo, 1987.
- ALARCÃO, Jorge de. *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de. *As pontes de Coimbra que se afogaram no rio*. Coimbra: Ordem dos Engenheiros, 2012.
- ALARCÃO, Jorge de. *Ourique: o lugar controverso*. Porto: Figueirinhas, 2015.
- ALBUQUERQUE, Amélia e VAZ, João L. Inês. "A ponte e a torre da Ucanha em Leite de Vasconcelos e na actualidade", *O Arqueólogo Português*, Série IV, nº26. 2008, pp. 291-298.
- ALLMAND, Cristopher. "War and the non-combatant in the Middle Ages". *Medieval Warfare. A History*, ed. Maurice Keen. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 253-272.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *Vias Medievais - Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968. Dissertação de licenciatura.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *Arquitectura Românica do Entre-Douro-e-Minho*, vol. I, *Para uma perspetiva ecológica, económica, social e mental do Entre-Douro-e-Minho dos Séculos XI a XIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978a. Tese de doutoramento.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: Desde as origens a 1220*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978b. Tese complementar de doutoramento.
- ALMEIDA, Carlos Aberto Ferreira de. *Alto Minho*. Lisboa: Presença, 1987.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; e BARROCA, Mário Jorge. *História da Arte em Portugal - o Gótico*. Lisboa: Presença, 2002.
- ALMEIDA, Sara; VALINHO, Alexandre; MARQUES, João Nuno. "Novos dados para o estudo das estruturas defensivas de Cacela Velha." *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Vol. II, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2013, pp. 733-737.
- ÁLVAREZ DÍAZ, Juan José. "La jerarquía militar. Conceptos y terminología", *Revista de Lexicografía*, XXIII. A Coruña: Departamento de Letras de la Universidade, 2017, pp. 7-38.
- ALVES, Francisco Manuel. *Memorias Archeologico-Historicas do Distrito de Bragança*, 11 vols. Porto-Coimbra-Bragança, 1909-1948.
- ALVES, Lourenço. "O património cultural do Alto Minho (civil e eclesiástico). Sua defesa e protecção", separata da *Revista Caminiana*, nº14. Braga, 1987.

- ALVIRA CABRER, Martín. *Guerra e Ideologia en la España Medieval: cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglo XIII. Batallas de Las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. Tese de doutoramento.
- ALVIRA CABRER, Martín. “Rebeldes y herejes vencidos.” *El cuerpo derrotado: cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008, pp. 209-256.
- AMARAL, Antonio Caetano do. “Para a Historia da Legislação, e costumes de Portugal”, *Historia e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo VI, Parte II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1819, pp. 1-193.
- AMARAL, Luís Carlos. *S. Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV. Estudo de gestão agrária*. Lisboa: Cosmos, 1994.
- AMARAL, Luís Carlos. “Half a Century of Rural History of the Middle Ages in Portugal: a possible overview”, *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. dir José Mattoso, ed. Maria de Lurdes Rosa; Bernardo Vasconcelos e Sousa; Maria João Branco. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 303-322.
- ANDRADE E SILVA, Alberto. *Teatro de Operações de Portugal*. Lisboa: Ministério do Exército, 1950.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. “Um Empreendimento Régio: a Formação e Desenvolvimento de uma Rede Urbana na Fronteira Noroeste de Portugal durante a Idade Média”, *Penélope: fazer e desfazer a História*, nº12, pp. 121-125. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. *Vilas, Poder Régio e Fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, 1994. Tese de doutoramento.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. *O Entre Lima e Minho no século XIII: a revelação de uma região*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 1997.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. “Entre Lima e Minho e Galiza na Idade Média: uma relação de amor e ódio”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 77-91.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval. O caso da fachada atlântica”, *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media. Encuentros Internacionales del Medievo*, Nájera, ed.

- Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Ángel Solórzano Telechea. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2004, pp. 57-89.
- ANDRADE, Maria Filomena. “Entre Braga e Tui: uma fronteira diocesana de Duzentos (o testemunho das Inquirições)”, *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 15, nº1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 77-98.
- ANJINHO, Isabel de Moura. *Fortificação de Coimbra; das origens à modernidade*. 3 Volumes. Coimbra, 2016.
- ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende de; e MONTEIRO, João Gouveia. “Conflitos Políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da questão”, *Revista de História das Ideias*, 6: *Revoltas e Revoluções*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1984, pp. 25-160.
- ARAMBURU-ZABALA, Miguel Ángel. “La técnica de construcción.”, *Historia de la ciencia y de la técnica en la Corona de Castilla, Edad Media 1*, dir. Luis García Ballester. Madrid: Junta de Castilla y León, 2002, pp. 445-529.
- ARAÚJO, Julieta. “Relações de fronteira na Idade Média: a Transumância”, Em *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 15, nº1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 229-240.
- ARAZI, Albert; EL’AD, Amikam. «“L’Épître à l’Armée. Al-Ma’mun et la seconde Da’wa (1re partie)»», *Studia Islamica*, 66. Paris: G.P. Maisonneuve et Larose, 1987, pp. 27-70.
- ARAZI, Albert; EL’AD, Amikam. «“L’Épître à l’armée”. Al-Ma’mun et la seconde Da’wa (2e partie)»», *Studia Islamica*, 67. Paris: G.P. Maisonneuve et Larose, 1988, pp. 29-74.
- ARNAUT, Salvador Dias. *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*. Edição fac-similada da obra publicada em 1939. Coimbra: Palimage, 2013.
- ARRANZ GUZMÁN, Ana. “Lorigas y Báculos: la intervención militar de episcopado castellano en las batallas de Alfonso XI”, *Revista de Historia Militar*, nº 112, año LVI. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar, 2012, pp. 11-63.
- ASÍN, OLIVER. «Origen arabe de “rebato”, arrobadá y sus homónimos. Contribución al estudio de la historia medieval de la táctica militar y de su léxico peninsular», *Boletín de la Real Academia española*, t. XV. Madrid: Real Academia Española, 1927, pp. 496-542.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. “Órdenes militares hispánicas. Reglas y expansión geográfica”, *Codex aquilarensis: Cuadernos de investigación del Monasterio de Santa María la Real*, nº12. Nájera: Fundación Santa María la Real: Centro de Estudios del Románico, 1996, pp. 57-86.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. “Dépendants.”, *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009a, pp. 292-298.

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. “Revenus”, *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009b, pp. 787-788.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. “Guerra santa y órdenes militares en la época de Alfonso VIII”, *La Península Ibérica en tiempos de las Navas de Tolosa*, coord. Carlos Estepa Díez y María Antonia Carmona Ruiz. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2014a, pp. 109-144.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Cruzadas*. Punto de Vista Editores, 2014b.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. “Las Órdenes Militares en la Edad Media: La Orden de Santiago”, *Cuadernos de Estepa nº3 - Actas del V Congreso Nacional sobre la cultura de Andalucía*. Estepa: Ayuntamiento de Estepa, 2014c, pp. 1-21.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. “El Reino de León y la Guerra Santa: las estrategias ideológicas (1157-1230)”, *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média peninsular*. Lisboa: Colibri/ Universidad Autónoma de Madrid, 2015, pp. 173-211.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. “Guerra y Órdenes Militares en la Edad Media Peninsular. Balance y Perspectivas de Estudio”, *Entre Deus e o Rei. O mundo das Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago/ Município de Palmela, 2018, pp. 179-188.
- AYTON, Andrew. “Arms, armour, and horses”, *Medieval Warfare. A History*, ed. Maurice Keen. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 186-208.
- AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de. *Toponímia Moçárabe no antigo Condado Conimbricense*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. Tese de doutoramento.
- AZEVEDO, Rui de. “Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba Côa antes do tratado de Alcanises”, *Biblos*, vol. 10. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1934, pp. 454-466.
- AZEVEDO, Rui de. “Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, dir. António Baião. Lisboa: Editorial Ática, 1937, pp. 7-64.
- AZEVEDO, Rui de. *A Chancelaria Régia Portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução. Parte I: Documentos de Afonso Henriques*. Coimbra: Imprensa Académica, 1938.
- AZUAR, Rafael. “Arqueología de los hûsûn en la formación y consolidación de Sharq al-Andalus (siglos VIII-X dC)”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I. Coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 89-100.
- BACHRACH, Bernard. “Caballus et Caballarius in Medieval Warfare”, *The Re Militari* [em linha]. Reed. *The Study of Chivalry - Resources and Approaches*, 1988, pub. Sandra Alvarez, 6 de Novembro de 2013 [consult. 16 de Janeiro de 2017].

Disponível em <http://deremilitari.org/2013/11/caballus-et-caballarius-in-medieval-warfare/>.

- BACHRACH, Bernard. "Medieval Siege Warfare: A Reconnaissance", *The Journal of Military History*, vol. 58, No. 1. Lexington, VA: The Society for Military History, 1991, pp. 119-133.
- BACHRACH, Bernard. "Logistics in Pre-Crusade Europe", *Feeding Mars: Logistics in Western Warfare from the Middle Ages to the Present*, ed. John A. Lynn. Boulder, Colorado: Westview Press, 1993, pp. 57-78.
- BACHRACH, Bernard. "Medieval Military Historiography", *Companion to Historiography*. New York: Routledge, 1997, pp. 203-220.
- BACHRACH, Bernard. *Early Carolingian Warfare. Prelude to Empire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- BACHRACH, Bernard. "Editor's Introduction", *Journal of Medieval Military History*: vol. I, ed. Bernard Bachrach, Kelly DeVries e Clifford Rogers. Suffolk: Boydell Press, 2002, pp. vii-ix.
- BAIÃO, António. "A villa e concelho de Ferreira do Zezere nos séculos XII e XIII", *O Archeologo Portuguez*, vol. XIII, ed. J. Leite de Vasconcellos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, pp. 253-270.
- BAÊNA, Miguel Sanches. "Os engenhos de guerra no cerco de Lisboa em 1147", *Afonso I de Portugal nos 900 anos do seu nascimento*, coord. Salette Salvado. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa, 2012, pp. 57-81.
- BALARD, Michel. "Esclaves", *Prier et Combattre. Dictionnaire Européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 335-336.
- BALBÁS, Yeyo. "Fierro tajante: armamento ibérico desde mediados del siglo XII hasta la conquista de Sevilla", *Desperta Ferro Antigua y Medieval*, nº13. Madrid: Desperta Ferro Ediciones, 2016, pp. 28-31.
- BALBÁS, Yeyo. "Campidoctor: tácticas y armamento en tiempos del Cid", *Desperta Ferro Antigua y Medieval*, nº40. Madrid: Desperta Ferro Ediciones, 2017, pp. 46-52.
- BARBOSA, Pedro Gomes. "Leiria e a defesa dos campos de Coimbra", in *Documentos, lugares e homens. Estudos de história medieval*. Lisboa, 1991, pp. 13-36.
- BARBOSA, Pedro Gomes. *Povoamento e estrutura agrícola da Estremadura Central*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- BARBOSA, Pedro Gomes. «Organização defensiva na fronteira beirã oriental: "Extremadura" e Riba Côa até ao século XIII», *Revista da Faculdade de Letras*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 189-212.
- BARBOSA, Pedro Gomes. *Conquista de Lisboa, 1147: A Cidade Reconquistada aos Mouros*. Lisboa: Tribuna da História, 2004.

- BARBOSA, Pedro Gomes. “Guerra de presúria, fossado e algar. A fronteira portuguesa (da segunda metade do século IX a inícios do século XII)”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Palmela/ Porto: Câmara Municipal de Palmela/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 159-166.
- BARBOSA, Pedro Gomes. *A Reconquista Cristã: nas origens de Portugal, séculos IX a XII*. Lisboa: Ésquilo, 2008a.
- BARBOSA, Pedro Gomes. “O sistema defensivo do baixo vale do Tejo.” Em *Reconquista Cristã, séculos IX-XII*, 123-147. Lisboa: Ésquilo, 2008b.
- BARBOSA, Pedro Gomes; e GOUVEIA, Alexandre Patrício. *A Batalha de Trancoso. A vitória dos nobres da Beira*. Lisboa: Fundação da Batalha de Aljubarrota e Arcádia, 2013.
- BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo. Cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid: Rialp, 2007.
- BARQUERO-GOÑI, Carlos. “Justificaciones ideológicas de la guerra con los musulmanes en la documentación de la Orden de San Juan en la Península Ibérica”, *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular*, ed. Carlos de Ayala Martínez e Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Universidad Autonoma de Madrid, 2015, pp. 213-230.
- BARROCA, Mário Jorge. “A Terra e o Castelo - uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”, *Portvgalia, Nova Série*, vols. VI/VII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985/1986, pp. 35-87.
- BARROCA, Mário Jorge. “Ferrarias Medievais do Norte de Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, nº28. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1988, pp. 211-241.
- BARROCA, Mário Jorge. “Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares”, separata da *Revista de História*, vol. IX. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989, pp. 9-61.
- BARROCA, Mário Jorge. “Do castelo da Reconquista ao castelo Românico (Séc. IX a XII)”, *Portvgalia, Nova Série*, vols. XI-XII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990/1991, pp. 89-136.
- BARROCA, Mário Jorge. “Medidas-padrão medievais portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992, pp. 53-85.
- BARROCA, Mário Jorge. “A Ordem do Templo e a Arquitectura militar portuguesa do século XII”, *Portvgalia, Nova Série*, vols. XVII-XVIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996/1997, pp. 171-209.
- BARROCA, Mário Jorge. “Armamento Medieval Português: notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs”, *Pera Guerrear: Armamento Medieval no Espaço Português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000a, pp. 39-76.

- BARROCA, Mário Jorge. “Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar da Beira Interior.”, in *Beira Interior - História e Património*, 215-238. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2000b.
- BARROCA, Mário Jorge. *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000c.
- BARROCA, Mário Jorge. “Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (séculos XII a XIV).”, in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, pp. 535-548. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002.’
- BARROCA, Mário Jorge. “Uma paisagem com castelos.”, in *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metapolis*, pp. 173-182. Porto: FLUP, 2003a.
- BARROCA, Mário Jorge. “História das Campanhas”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003b, pp. 22-67.
- BARROCA, Mário Jorge. “Organização territorial e recrutamento militar”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003c, pp. 69-94.
- BARROCA, Mário Jorge. “Arquitectura Militar”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003d, pp. 95-121.
- BARROCA, Mário Jorge. “Armamento Medieval”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003e, pp. 122-147.
- BARROCA, Mário Jorge. “Estratégias e Táticas”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003f, pp. 148-158.
- BARROCA, Mário Jorge. “Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portvgalia, Nova Série*, vol. XXV. Porto: Instituto de Arqueologia, 2004, pp. 181-203.
- BARROCA, Mário Jorge. “De Miranda ao Sabugal - Arquitectura Militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira”, *Portvgalia, Nova Série*, vols. XXIX-XXX. Porto, 2008-2009, pp. 193-252.
- BARROCA, Mário Jorge. “A arquitetura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques”, *No Tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*, coord. Mário Jorge Barroca. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2017, pp. 125-158.
- BARROCA, Mário Jorge. “A Guerra de Cerco em Portugal (1147-1217)”, *Da Conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer (1147-1217): definição e dinâmicas de um território de fronteira*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Maria João

- Violante Branco. Lisboa: Edições Colibri/ Instituto de Estudos Medievais, 2019, pp. 337-364.
- BARROCA, Mário Jorge, DUARTE, Luís Miguel, e MONTEIRO, João Gouveia. “Cronologia”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 443-452.
- BARROS, Amândio Jorge Morais; DE LA TORRE, José Ignacio. “Nas origens de Ciudad Rodrigo”, *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães: D. Afonso Henriques na sua época*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996, pp. 277-285.
- BARROS, Amândio Jorge Morais; BARROS, Susana Pacheco. “Caminhos e devoções. Viajar no Douro medieval e moderno”, *Douro - Estudos & Documentos*, vol. VI (11), Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 181-195.
- BARROS, Carlos. “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, *Medievalismo*, año 4, nº 4. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1994, pp. 27-39.
- BARROS, Fernando Cerqueira. “A Construção do Território na Serra da Peneda”, *A Construção do Território e a Arquitetura na Serra da Peneda*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 737-762.
- BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- BASTOS, Maria Rosário. “No trilho do sal: valorização da história da exploração das salinas no âmbito da gestão costeira da laguna de Aveiro”, *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 9 (3). Lisboa: Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, 2009, pp. 25-43.
- BASTOS, Maria Rosário; DIAS, J.M. Alveirinho. “Uma representação do litoral português: o Baixo Vouga (Séculos IX-XIV)”, *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI a XVIII)*, ed. Inês Amorim, Amélia Polónia e Maria Helena Osswald. Porto: Instituto de História Moderna, 2002, pp. 111-126.
- BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo, 1998 (reed.).
- BEIRANTE, Maria Ângela. “O resgate de cativos nos reinos de Portugal e Algarve (séculos XII-XV)”, 1989, in *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*. Lisboa: Colibri, 2011, pp. 121-129.
- BENITO RUANO, Eloy. “La Reconquista. Una categoría histórica y historiográfica”, *Medievalismo*, nº12. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2002, pp. 91-98.
- BENNETT, Mathew. “A Regra do Templo como Manual Militar ou Como Executar uma Carga de Cavalaria”, *A Regra dos Templários*, ed. J.M. Upton-Ward. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006, pp. 219-235.

- BENNETT, Mathew. "The Myth of the Military Supremacy of Knightly Cavalry.", in *Medieval Warfare 1000-1300*. Ed. John France, pp. 171-183. London and New York: Routledge, 2006.
- BENNETT, Mathew, [et al.]. *Técnicas Bélicas del Mundo Medieval, 500 a.C. - 1500 d.C.* Madrid: LIBSA, 2007.
- BEREND, Nora. "Défense de la Chrétienté et naissance d'une identité. Hongrie, Pologne et Péninsule Ibérique au Moyen Âge", *Annales Histoire, Sciences Sociales*, septembre-octobre, nº5. Paris, 2003, pp. 1009-1027.
- BERNARDES, João Pedro. "Entre Romanos e Medievos: o problema do povoamento da região de Leiria durante a Alta Idade Média.", in *Arquipélago - Revista da Universidade dos Açores/ ARQ - História, 2ª série - Vol 09-10*, pp. 567-580. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2005.
- BERNARDES, João Pedro. "Existem pontes romanas no Algarve?", *Actas das I Jornadas "As vias do Algarve - da época Romana à Actualidade"*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, 2006, pp. 14-19.
- BERNARDINO, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves. *Sancius Secundus Rex Portugalensis*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003. Dissertação de mestrado.
- BLAIR, Claude. *European Armour*. London: B.T. Batsford Ltd., 1958.
- BLAKELY, James. *Horses and Horse Sense: The Practical Science of Horse Husbandry*. Plano, Texas: Republic of Texas Press, 1997.
- BLANCO ORDÁS, Restituto. "La trayectoria del Caballo Vaceo", *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses (PITTM)*, nº73. Palencia: Diputación Provincial de Palencia, 2002, pp. 317-334.
- BOISSELIER, Stéphane. *Naissance d'une identité portugaise: La vie rurale entre Tage et Guadiana, de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Estudos Gerais, Série Universitária, 1998.
- BOISSELLIER, Stéphane. *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal*. Paris/ Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/ Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BOISSELIER, Stéphane. "Les châteaux de l'Ordre de Santiago en Alentejo, de la guerre à l'administration, XXIe-XIV siècles", *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. II, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 487-497.
- BOLILA, Catarina [et al.] "Castro do Jarmelo (Guarda). Estudo dos materiais arqueológicos recolhidos na intervenção de emergência de 1998", *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. II, coord.

- Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 829-836.
- BONNASSIE, Pierre. “Survie et extinction du régime esclavagiste dans l'Occident du haut moyen âge (IVe-XIe s.)”, *Cahiers de Civilisation Médiévale*, XXVIII. Poitiers: Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale, 1985, pp. 307-343.
- BONGIANNI, Maurizio. *Guia das Raças de Cavalos*. Lisboa: Presença, 1995.
- BORGES, Artur Goulart de Melo. “Ibn Qasi, rei de Mértola e Mahdi luso-muçulmano”, *Arqueologia Medieval*, nº1. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1992, pp. 209-215.
- BORGES, João Vieira. *O Terrorismo Transnacional e o Planeamento Estratégico de Segurança Nacional nos EUA*. Porto: Fronteira do Caos.
- BOTÃO, Maria de Fátima Mendes Vieira. “A Definição e a Dinâmica dos Limites Internos no Algarve”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, Vol XV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 743-751.
- BRADBURY, Jim. *The Medieval Siege*. Woodbridge: The Boydell Press, 1992.
- BRADBURY, Jim. *The Routledge Companion to Medieval Warfare*. London & New York: Routledge, 2004.
- BRANCO, Maria João Violante. “A conquista de Lisboa revisitada”, *Arqueologia Medieval*, nº7. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 217-234.
- BRANCO, Maria João Violante. *D. Sancho I. O filho do Fundador*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- BRANCO, Maria João Violante. “Introdução”, *A conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um cruzado*, ed, trad e notas de Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2007, pp. 9-53.
- BRANCO, Maria João Violante. *Poder Real e Eclesiásticos. A evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, 2 vols. Lisboa: Universidade Aberta, 1999. Tese de doutoramento.
- BRITO, Raquel Soeiro de. “Introdução Geográfica”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, pp. 21-75.
- BRITO, Raquel Soeiro. “Uma aldeia de montanha no Minho: o Soajo”, *Revista da Faculdade de Letras*, t. XVIII, nº1 e 2. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1953, pp. 88-132.
- BRONISCH, Alexander Pierre. “La (sacralización de la) Guerra en las Fuentes de los Siglos X y XI y el concepto de Guerra Santa”, *Orígenes y Desarrollo de la Guerra Santa en la Península Ibérica. Palabras para una legitimación (siglos X-XIV)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2016, pp. 9-29.

- BROWN, Jeremy Houghton, PILLINER, Sarah, e DAVIES, Zoe. *Horse and Stable Management*. 4ª edição. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.
- BROWN, Neville. *History and Climate Change: a Eurocentric perspective*. London & New York: Routledge, 2001.
- CABO, Angel. “Condicionamentos geográficos.”, in *Historia de España Alfaguara I*, dir. Miguel Artola, 7ªEd, pp. 8-192. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- CABRAL, Miranda. *Conferências sobre Estratégia: estudo geo-estratégico dos teatros de operações nacionais*, vol I. Lisboa: Escola Central de Oficiais, 1932.
- CAETANO, Marcelo. *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990 (edição original 1951).
- CALDERÓN ORTEGA, José Manuel. “Los desastres de la guerra: reflexiones sobre la muerte de prisioneros y cautivos durante la Edad Media”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie III - Historia Medieval, t.22. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2009, pp. 13-45.
- CAPELO, Jorge [et al.]. “A methodological approach to potential vegetation modeling using GIS techniques and phytosociological expert-knowledge: application to mainland Portugal”, *Phytocoenologia*. Berlin-Stuttgart, 2007, pp. 399-415.
- CAPÊLO, José Manuel. *Portugal Templário - A Presença Templária em Portugal, Relação e Sucessão dos seus Mestres (1124-1314)*. Sintra: Zéfiro, 2008.
- CARDOSO, Mário; ALMEIDA, Maria José de; MENDES, Henrique Calé. “A porta da Atamarma”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 819-824.
- CAREY, Brian Todd; ALLFREE, Joshua; CAIRNS, John. *Warfare in the Medieval World*. Barnsley: Pen & Sword Books, 2006.
- CARMO, Tiago João Alves. *Os castelos no Baio-Ferrado (séc. X-XII) - Contributo para o estudo dos sistemas defensivos na Orla Litoral a Sul do Douro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Dissertação de mestrado.
- CARRASCO, Inés. *Los cargos de la hueste real en tiempos de Alfonso X. Estudio onomasiológico*. Granada: Universidad de Granada, 1992.
- CARRIÓN, José Sebastián García [et al.]. “Portugal”, *Paleoflora y Paleovegetación de la Península Ibérica e Islas Baleares: Plioceno-Cuaternario*, coord. José S. Carrión. Murcia, 2012, pp. 705-764.
- CASTRILLO LLAMAS, María Concepción. “Fortificaciones, elementos defensivos y organización militar en los fueros castellanos y leoneses de la Edad Media (Siglos XI-XIII)”, *Anuario de Estudios Medievales*, nº25. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995, pp. 39-66.
- CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo. “La guerra del mundo islámico y sus formas de aplicación contra los reinos cristianos. Algunas precisiones conceptuales en torno

- de las aceifas, algazúas y yihad en al-Andalus (ss. X-XI d.C.)”, *Revista Electrónica Historias del Orbis Terrarum* [em linha], nº 09. Santiago de Chile, 2012, pp. 15-50. [consult. 12 de dezembro de 2020]. Disponível em <http://www.orbisterrarum.cl>.
- CASTRO, Armando de. “Ferrarias”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol II. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984a, pp. 560-561.
- CASTRO, Armando de. “Ferro”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol II. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984b, pp. 565-566.
- CASTRO, Armando de. “Homenagem”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984c, pp. 221-222.
- CATARINO, Helena. “Breve sinopse sobre topónimos Arrábida na costa portuguesa”, *La rabita en el Islam. Estudios interdisciplinares. Congressos Internacionals de Sant Carles de la Ràpita (1989, 1997)*. Sant Carles de La Ràpita: Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita/ Universitat d'Alacant, 2004, pp. 263-274.
- CATARINO, Helena. “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica”, *Al-ulya, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº6 - 1997/98. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1998, pp. 21-510.
- CATARINO, Maria Manuela S. C. *Na margem direita do Baixo Tejo: paisagem rural e recursos alimentares (Sécs. XIV e XV)*, dissertação de mestrado em História Medieval, inédita. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- CAVACO, Carmina Maria Mariano. *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*, vol. I. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976.
- CERNADAS MARTÍNEZ, Silvia. *La frontera luso-castellana en la Edad Media. El Tratado de Alcañices (1297)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2012. Dissertação de mestrado.
- CÉSAR, Vitoriano José. *A fundação da monarquia portuguesa: (Batalha d'Ourique) (25 de julho de 1139)*. Lisboa: Casa Portuguesa, 1927.
- CÉSAR, Vitoriano José. *Ainda a Batalha de Ourique*. Porto: Gráfica do Porto, 1934.
- CÉSAR, Vitoriano José. “Ossónoba, Antiga Cidade do Algarve durante o domínio Árabe”, separata da revista *Portvcale*, vol. IV. Porto: Gráfica do Porto, 1931.
- CHAGAS, José António Trindade. *O Castelo de Alcácer-do-Sal e a utilização da taipa militar durante o período almôada..* Évora: Universidade de Évora, 1995. Dissertação de mestrado.
- CHALIAND, Gérard. *Anthologie Mondiale de la Stratégie: des origines au nucléaire*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1990.
- CHEVEDDEN, Paul, [et al.]. “The trebuchet”, *Scientific American*. Springer Nature America, Inc., 1995, pp. 66-71.
- CHIBA, Lee I. *Animal Nutrition Handbook*. second revision. 2009.

- CHIBA, Lee I. *Animal Nutrition Handbook*, third Revision. 2014.
- CILLÁN, Francisco. “El castillo medieval de Santa Cruz (Cáceres)”, *Castillos de España*, nº148. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 2007, pp. 45-52.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Mem Martins: Europa-América, 1982.
- CLÉMENT, François. “Al-tagr: face à qui, face à quoi?”, *Entre Islam et Chrétienté. La territorialisation des frontières, XIe-XVIe siècle*, dir. Stéphane Boisselier e Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015, pp. 23-36.
- CLEMENTE RAMOS, Julián. “La Extremadura Musulmana (1142-1248). Organización Defensiva y Sociedad”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 24. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, pp. 647-701.
- COELHO, António Borges. *Comunas ou Concelhos*. Lisboa: Prelo, 1973.
- COELHO, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*, 2 vols. Lisboa: Caminho, 1989.
- COELHO, António Borges. *Tópicos para a História da Civilização e das ideias no Gharb al-Ândalus*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.
- COELHO, António Hermínio Ferreira. *As feridas de guerra no Portugal Medieval. Violência, sofrimento e cuidados médicos no campo de batalha*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017. Dissertação de mestrado.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. *O baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. “Os homens ao longo do tempo e do espaço”, in *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996a, pp. 166-184.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. “O Povo - a identidade e a diferença no trabalho”, in *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996b, pp. 252-308.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. “Um Portugal em construção: a rede concelhia dos séculos XII e XIII”, *La Península Ibérica en tiempos de las Navas de Tolosa. Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº5. coord. Carlos Estepa Díez y María Antonia Carmona Ruiz. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2014, pp. 459-480.
- CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da. *A rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, nos meados do século XIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020. Dissertação de mestrado.

- CONDE, Manuel Sílvio Alves. “Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Garb-al-Andalus: o Médio Tejo à luz da toponímia arábica”, *Arquipélago - História*, 2ª Série, II. São Miguel: Universidade dos Açores, 1997, pp. 353-385.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves. *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos (Patrimonia Historica)*. Cascais, 1999.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves. “Fronteira, guerra e organização social do espaço: o vale do Tejo entre muçulmanos e cristãos”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Palmela/ Porto: Câmara Municipal de Palmela/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 43-52.
- CONTAMINE, Philippe. *La Guerre au Moyen Age*. Paris: Nouvelle Clio, 1980.
- COOK, Martin. *Medieval Bridges*. Haverfordwest – Penbrokehire: Shire Archaeology, 1998.
- CORFIS, Ivy A; WOLFE, Michael. *The Medieval City unde Siege*. Woodbridge, Suffolk: The Boydell Press, 1995.
- CORREIA, Fernando Branco. *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – Universidade de Évora, 2013a.
- CORREIA, Fernando Branco. “Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X. Hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre o Tejo e o Mondego)”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. I. Lisboa: Edições Colibri, 2013b, pp. 73-84.
- CORREIA, Fernando Branco. “Fortifications et stratégies pour la frontière du Gharb al-Andalus en époque almohade”, *Entre Islam et Crétienté. La territorialisation des frontières, XIe-XVIe siècle*, dir. Stéphane Boissellier e Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015, pp. 37-60.
- CORREIA, Francisco Carvalho. *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588. A silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*, vol. I (Estudo). Santiago de Compostela: Faculdade de Xeografia e História - Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- CORTÉS LÓPEZ, José Luis. “Esclavos en medios eclesiásticos entre los siglos XII-XIV: apuntes para el estudio de la esclavitud en la Edad Media”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Série III, *Historia Medieval*, t. V. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia – Facultad de Geografía e Historia, 1992, pp. 423-440.
- CORTESÃO, Jaime. *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. 4ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- COSME, Susana Maria Rodrigues. *Entre o Côa e o Águeda: Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. Dissertação de mestrado.

- COSTA, António Carvalho da. *Corografia Portuguesa e Descripçam Topografica do famoso reyno de Portugal (...)*, tomo Primeiro. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.
- COSTA, Avelino de Jesus da. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959.
- COSTA, Avelino de Jesus da. “Os mais antigos documentos escritos em português” *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII, *Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares*, II. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1977, pp. 263-340.
- COSTA, Bárbara Patrícia Leite. *Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de mestrado.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos Finais da Idade Média à Modernidade”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº3/4. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1999/2000.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. “A Ordem de S. João em Portugal - Traços da sua Evolução Medieval”, *Actas del Congreso Internacional celebrado en Alcázar de San Juan los días 23, 24 y 25 de octubre 2000*, coord. R. Izquierdo Benito, J. Molero García e F. Ruíz Gómez. Alcázar de San Juan: Patronato Municipal de Culltura, 2000, pp. 99-120.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. “Norma e Desvio na Ordem do Hospital”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, III Série, vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 49-62.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. “As estruturas fortificadas de Belver, do Crato, da Amieira e da Sertã: entre o domínio territorial e a afirmação senhorial”, *Castelos das Ordens Militares*, vol. II, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2013, pp. 313-330.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. “De la frontière à la consolidation du territoire: la contribution des ordres militaires au processus de territorialisation aux XIIe-XIIIe siècles”, *Entre Islam et Chrétienté. La territorialisation des frontières, XIe-XVIe siècle*, dir. Stéphane Boissellier e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015, pp. 141-169.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. *Templários em Portugal. Homens de religião e guerra*. Lisboa: Manuscrito, 2019.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. “The Military Orders Established in Portugal in the Middle Ages: A Historiographical Overview”, *e-Journal of Portuguese History* [em linha], vol. 2, nº I. Universidade do Porto (Portugal) & Brown University (USA), 2004 [consult. 16 de dezembro de 2020]. Disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/.

- COSTA, Paula Pinto; FERREIRA, Leandro. “Military Orders’ role within the Portuguese medieval war recruitment.” in *População e Sociedade*, Vol. 33, pp. 18-29. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2020.
- COUTINHO, Valdemar. “O fim da Reconquista e a construção/ reconstrução de fortificações na região fronteiriça do Algarve”, *Revista da Faculdade de Letras* vol, 15, nº2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 855-864.
- COUTO, Abel Cabral. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso*, vol. I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1987.
- CREIGHTON, Oliver. “Castles”, *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, vol. 1. ed. Clifford Rogers. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 336-339.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e. *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)* [em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Biblioteca Digital, 2009 [consult. 14 agosto 2014]. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5965.pdf>.
- CUSHING, Dana. “Introduction to the text.” Em *A German Third Crusader's Chronicle of his voyage and the Siege of Almohad Silves, 1189 AD/ Muwahid Xelb, 585 AH: De Itinere Navali*, xix-cxiv. Antimony Media, 2013.
- DAVIS, R.H.C. *The Medieval Warhorse*. London: Thames and Hudson, 1989.
- DE LA PUENTE, Cristina. “Cabezas cortadas: símbolos de poder y terror. Al-Andalus, ss. II/VIII-IV/X”, *El Cuerpo Derrotado: Cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008, pp. 319-395.
- DE LA TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio. “La sociedad de frontera de Ribacocha, fueros y modelos de poblamiento”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, nº15, 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 783-800.
- DE MAN, Adriaan. “Muralhas urbanas entre a Antiguidade tardia e a Idade Média”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 13-17.
- DELBRÜCK, Hans. *History of the Art of War within the Framework of Political History*, vol. III, *The Middle Ages*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1982.
- DEMURGER, Alain. *Chevaliers Du Christ. Les ordres religieux-militaires au Moyen Âge XIe-XVe siècle*. Paris: Seuil, 1992.
- DEMURGER, Alain. *A Grande Aventura dos Templários: da origem ao fim*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.
- DEMURGER, Alain. “Cavalerie”, *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009a, pp. 202-203.

- DEMURGER, Alain. “Écuyer”, *Prier et Combattre. Dictionnaire des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009b, p. 319.
- DEMURGER, Alain. “Sergeants d'Armes”, *Prier et Combattre. Dictionnaire Européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009c, p. 865.
- DEMURGER, Alain. *Moines et Guerriers. Les ordres religieux-militaires au Moyen Âge*. Paris: Éditions du Seuil, 2010.
- DeVRIES, Kelly; SMITH, Robert Douglas. *Medieval Weapons: an illustrated history of their impact*. Santa Barbara, California: ABC Clio, 2007.
- DeVRIES, Kelly; SMITH, Robert Douglas. *Medieval Military Technology*. Toronto: University of Toronto Press, 2012.
- DEVY-VARETA, Nicole. «Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a "coutada velha" do rei», *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, t. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985, pp. 47-67.
- DEVY-VARETA, Nicole. “Les enjeux forestiers dans le Nord-Ouest du Portugal”, *Actas das Jornadas de estudo Norte de Portugal-Aquitânia*. Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal/ Aquitânia, 1986a, pp. 233-249.
- DEVY-VARETA, Nicole. “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1986b, pp. 5-37.
- DEVY-VARETA, Nicole. *A floresta no espaço e no tempo em Portugal - a arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. Tese de doutoramento.
- DEVY-VARETA, Nicole. “Evolução da vegetação e das intervenções humanas na Península Ibérica: para uma revisão da noção de clímax?”, *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*, org. Maria Assunção Araújo, Nicole Devy Vareta e Rosa Fernanda Moreira da Silva. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp. 1251-126.
- DIAGO-HERNANDO, Máximo. “Caballeros e hidalgos en la Extremadura castellana medieval (siglos XII-XV)”, *En la España Medieval*, nº15. Madrid: Editorial Complutense, 1992, pp. 31-62.
- DIAS, Ana Carina. “O Som da Guerra”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, vol. II, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes,. Lisboa: Colibri, 2013, pp. 845-849.
- DIAS, Augusto. *Lamego do século XVI*. Lamego: Beira Douro, 1947.
- DIAS, Lino Tavares. “Contributo para o reconhecimento de "estratigrafia" na paisagem da bacia do Douro. O caso do território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro”, *Cultura, Espaço e Memória*, nº4. Porto: Centro de Investigação

- Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória – Universidade do Porto, 2013, pp. 177-190.
- DIEGO HERNANDO, Máximo; LADERO QUESADA, Miguel Ángel. “Caminos y ciudades de España: de la Edad Media al siglo XVIII”, *En la España Medieval*, vol. 32. Madrid: Universidad Complutense, 2009, pp. 347-382.
- DIMANUEL JIMÉNEZ, Mercedes. “La función defensiva del templo cristiano en la España Medieval al la luz de las fuentes documentales”, *Castillos de España* nº142-143. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 2006, pp. 47-56.
- DOMINGUES, José. “Os foros extensos na Idade Média em Portugal”, *Revista de Estudios Historico-Jurídicos*, nº XXXVII. Valparaíso, Chile, 2015, pp. 153-174.
- DOMINGUES, José. “A Tradição Medieval das Sete Partidas em Portugal”, *7PartidasDigital* [em linha] nº1, junho 2017, pp. 1-14. Universidad de Valladolid [consult. 12 novembro 2019]. Disponível em <https://7partidas.hypotheses.org/692>.
- DOZY, Raenhardt. *Historia de los Musulmanes de España*, 4 vols.. Barcelona: Turner, 1988 (edição original 1861).
- DUARTE, Luís Miguel. “A Actividade Mineira em Portugal durante a Idade Média (tentativa de síntese)”, *Actas de las I Jornadas sobre Minería y Tecnología en la Edad Media Peninsular: León 26 al 29 de septiembre de 1995*, Colegiata de San Isidoro de León. León: Fundación Hullera Vasco-Leonesa, 1996, pp. 67-90.
- DUARTE, Luís Miguel. “A Marinha de Guerra Portuguesa”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 290-346.
- DUBY, Georges. *Uma Batalha na Idade Média. Bouvines, 27 de Junho de 1214*. Lisboa: Terramar, 2005.
- DURÁN, Manuel Fuentes. “Análisis constructivo de los puentes romanos”, *Ponencia presentada y publicada con motivo de I Congreso sobre las Obras Publicas Romanas celebrado en Mérida el 15/11/2002* [em linha], Traianvs, Corpus Artium Munitorum Romanorum, 2003, ed. Isaac Moreno Gallo [consult. 21 janeiro 2014]. Disponível em <http://www.traianvs.net/textos/puentes05.php>.
- DURAND, Robert. *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe siècles*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- DURAND, Robert. “Châteaux et frontière au Portugal au XIIIe siècle”, *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 239-250.
- DURO PEÑA, Emilio. “Diferencias sobre límites entre Braga y Orense en el siglo XII”, in *Archivos Leoneses - Revista de Estudios y Documentacion de los Reinos*

- Hispano-Occidentales*, nºs 57 y 58, pp. 147-157. Leon: Centro de Estudios e Investigacion "San Isidoro", 1975.
- ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana María; RODRÍGUEZ GARCIA, José Manuel. “Entre violencia sagrada y guerra sacralizada: las Cruzadas”, *Revista de Historia Militar*, año LIII. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar, 2009, pp. 113-140.
- ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana María. “Almogavares.”, in *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, vol. 1, ed. Clifford Rogers. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 37-38.
- EPALZA, Mikel de. “La espiritualidad militarista del Islam Medieval: el ribat, los ribates, las rabitas y los almonastires de Al-Andalus”, *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº3. Murcia: Editum. Editorial de la Universidad de Murcia, 1993, pp. 5-18.
- ESLAVA GALÁN, Juan. “Fortificaciones de tapial en al-Andalus y al-Magreb”, *Castillos de España*, nº98. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 1989, pp. 52-55.
- FALLOWS, Noel. “Against the Arabs: Propaganda and Paradoz in Medieval Castille”, *Medieval Iberia: Changing Societies and cultures in contact and transition*, ed. Ivy Corfis e Ray Harris-Northall. Woodbridge: Tamesis, 2007, pp. 57-69.
- FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro. “Viajar no tempo de D. Afonso Henriques. Vias e pontes no território vimaranense”, *No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*, coord. Mário Jorge Barroca. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2017, pp. 303-357.
- FERNANDES, A. de Almeida. “A nobreza na época vimarano-portugalense (problemas e relatórios)”, *Revista de Guimarães*, nº88. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1978, pp. 249-355.
- FERNANDES, Hermenegildo. *Entre Mouros e Cristãos - a Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000. Tese de doutoramento.
- FERNANDES, Hermenegildo. «Quando o Além-Tejo era "fronteira"», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. IV Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Palmela: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 451-483.
- FERNANDES, Hermenegildo. *D. Sancho II. Tragédia*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; OLIVEIRA, Luís Filipe. “As Ordens Militares no reino de Portugal”, *As Ordens Militares na Europa Medieval*, coord. Feliciano Novoa Portela e Carlos de Ayala Martínez. Lisboa: Chaves Ferreira, 2005, pp. 137-165.
- FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan. “Introducción”, in *Rodrigo Jiménez de Rada: Historia de los Hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989, pp. 12-54.

- FERREIRA, Fernando Eduardo Rodrigues. “O cemitério dos cruzados de São Vicente de Fora”, *Monumentos*, nº2. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 8-13.
- FERREIRA, Leandro Ribeiro. *De homens-comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. Dissertação de mestrado.
- FIERRO, Maribel. “El Califato almohade”, *Desperta Ferro Antigua y Medieval*, nº13. Madrid: Desperta Ferro Ediciones, 2012, pp. 10-16.
- FILIPE, Sónia; TEIXEIRA, Ricardo. “A intervenção arqueológica no Largo do castelo de Coimbra: vestígios da Torre de Menagem. Abordagem preliminar dos resultados”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2013, pp. 445-456.
- FLORI, Jean. “Réforme, reconquête, croisade. L'idée de reconquête dans la correspondance pontificale d'Alexandre II à Urbain II”, *Cahiers de la Civilisation Médiévale*, nº40. Poitiers: Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale, 1997, pp. 317-335.
- FLORI, Jean. *Chevaliers et chevalerie au Moyen Âge*. Paris: Hachette, 1998.
- FLORI, Jean. *Guerra Santa, Yihad, Cruzada. Violencia y Religión en el Cristianismo y el Islam*. Granada: Universidad de Granada y Universidad de Valencia, 2004.
- FLORI, Jean. *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros na Idade Média*. São Paulo: Madras Editora, 2005.
- FLORI, Jean. *L'idéologie du Glaive. Préhistoire de la Chevalerie*. Genève: Librerie Droz, 2010 (edição original 1984).
- FM 34-130. *Intelligence Preparation of the Battlefield*. Washington: Department of the Army, 1994.
- FONTE, João Mário Martins da; CARDOSO, Ismael Basto. “Castelo de Monforte de Rio Livre”, *Al-Madan*, IX. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2005, pp. 1-3.
- FOREY, Alan. “The Military Orders and the Spanish Reconquest in the Twelfth and Thirteenth Centuries”, *Traditio*, vol. 40. Fordham: Fordham University, 1984, pp. 197-234.
- FOREY, Alan. “Recruitment to the Military Orders (twelfth to mid-fourteenth centuries)”, *Viator*, 17. Turnhout: Brepols, 1986, pp. 139-172.
- FOREY, Alan. *The Military Orders. From the Twelfth to the early Fourteen Centuries*, ed. Maurice Keen. London: MacMillan Education, 1992.
- FOREY, Alan. “The Military Orders, 1120-1312”, *The Oxford History of the Crusades*, ed. Jonathan Riley-Smith. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 176-210.
- FRALE, Barbara. *Os Templários*. Lisboa: Edições 70, 2007.

- FRANCE, John. *Victory in the East. A military history of the First Crusade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FRANCE, John. *Western Warfare in the Age of the Crusades 1000-1300*. London: UCL Press, 1999.
- FRANCE, John. "Battle, Historiography of", *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, vol. 1, ed. Clifford Rogers. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 128-130.
- FRANCO SÁNCHEZ, Francisco. "Espiritualidad y defensa al servicio de la comunidad musulmana de al-Andalus. Las rábitas en Portugal", *Hesperia, Culturas del Mediterráneo*, ano VII, vol. I, nº16. Alicante: Fundación José Luis Pardo. Culturas del Mediterráneo y Biblioteca Viva de al-Andalus (Fundación Paradigma Córdoba), 2012, pp. 43-68.
- GAIER, Claude. *Art et organisation militaires dans la principauté de Liège et dans le comté de Loos au Moyen Age*. Bruxelles: Imprimerie J. Duculot, 1968.
- GAIER, Claude. "Temerité et bravade chevaleresques: une composante tactique embarrassante", *Revista de História das Ideias*, vol. 30 ("A Guerra"). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 119-136.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *La sociedad rural em la España Medieval*. Madrid: Siglo XXI, 1988.
- GARCIA FITZ, Francisco. "La didáctica militar en la literatura castellana (segunda mitad del siglo XIII y primera del XIV)", *Anuario de Estudios Medievales*, nº19. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1989, pp. 271-283.
- GARCÍA-FITZ, Francisco. "Hubo Estrategia en la Edad Media? A propósito de las relaciones castellano-musulmanas durante la segunda mitad del siglo XIII", *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, pp. 838-854.
- GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión e tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998a.
- GARCÍA FITZ, Francisco. *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea*. Madrid: Arco Libros, 1998b.
- GARCÍA FITZ, Francisco. "Guerra y Fortificaciones en contextos de frontera", *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 519-532.
- GARCÍA-FITZ, Francisco. *La Edad Media - Guerra e ideología: justificaciones religiosas y jurídicas*. Madrid: Sílex, 2003.
- GARCÍA FITZ, Francisco. *Las Navas de Tolosa*. Barcelona: Ariel, 2012 (edição original 2005).

- GARCÍA FITZ, Francisco. «¿"De exterminandis sarracenis"?», *El cuerpo derrotado: cómo trataban usulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*, ed. Maribel Fierro e Francisco García Fitz. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008, pp. 113-166.
- GARCÍA-FITZ, Francisco. "La Reconquista: un estado de la cuestión", *Clio & Crimen*, nº6. Durango: Centro de Historia del Crimen, 2009, pp. 142-215.
- GARCÍA-FITZ, Francisco. *La Reconquista*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2010.
- GARCÍA FITZ, Francisco. "Tecnología, Literatura Técnica y Diseño de Máquinas de Guerra durante la Baja Edad Media Occidental: el Thexaurus Regis Franciae Acquisitionibus Terrae Sanctae de Guido de Vigevano (1335)", *Anuario de Estudios Medievales*, nº41/2. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011, pp. 819-864.
- GARCÍA FITZ, Francisco. "Las Navas de Tolosa y el paradigma bélico medieval", *La Península Ibérica en tiempos de las Navas de Tolosa*, coord. Carlos Estepa Díez y María Antonia Carmona Ruiz. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2014, pp. 17-52.
- GARCÍA FITZ, Francisco. "Historia Militar de España. Edad Media. Estudio historiográfico", *Historia Militar de España*, dir. Hugo O'Donnell e Duque de Estrada, coord. Enrique García Hernán e José María Blanco Núñez, vol. VI, *Estudios Historiográficos, Glosario y Cronología*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2016, pp. 39-102.
- GARCÍA FITZ, Francisco. "e-Strategica. Revista da Associação Ibérica de História Militar (Séculos IV-XVI)" [em linha], nº1, maio de 2017 [consult. 24 agosto 2020]. Disponível em <https://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-1/estrategica-1.pdf>.
- GARCÍA FITZ, Francisco; NOVOA-PORTELA, Feliciano. *Cruzados en la Reconquista*. Madrid: Marcial Pons, 2014.
- GARCÍA RIESCO, Francisco. "Los sistemas de aguada en fortificación. Una aproximación metodológica a su estudio", *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. II, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 821-827.
- GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. "Formas de sumisión del territorio y tratamiento de los vencidos en el derecho islámico clásico", *El cuerpo derrotado: cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*, ed. Maribel Fierro e Francisco García Fitz. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008, pp. 61-111.
- GARCÍA-GALLO, Alfonso. "Aportación al estudio de los fueros", *Anuario de Historia del Derecho Español*, nº26. Madrid: Ministerio de Justicia, 1956, pp. 387-446.

- GASPAR, Jorge. “Os portos fluviais do Tejo”, *Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia, vol.5, nº10. Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa, 1970, pp. 153-210.
- GAUTIER-DALCHÉ, Patrick. “Un problème d’histoire culturelle: perception et représentation de l’espace au Moyen Age” in *Médiévales*, nº18, 1990, pp. 5-15.
- GILLINGHAM, John. “Richard I and the Science of War in the Middle Ages”, *War and Government: Essays in Honour of J.O. Prestwich*, ed. John Gillingham e J.C. Holt. Boydell, 1984, pp. 194-207.
- GILLINGHAM, John. *Conquests, catastrophe and recovery. Britain and Ireland, 1066-1485*. London: Vintage, 2014.
- GILLMOR, C. M. “Stirrups and Stirrup Thesis”, *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*. vol. 3, ed. Clifford Rogers. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 312-314.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *Generais Romanos*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. “Castelo Belinho - Uma residência fortificada almoada”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 141-152.
- GOMES, Paulo Dórdio. “O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho”, *Arqueologia Medieval*, nº2, Porto, 1993, pp. 171-190.
- GOMES, Rita Costa. *Castelos da Raia, Beira*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico, 1996.
- GOMES, Rita Costa. *Castelos da Raia, Trás-os-Montes*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico, 2003.
- GOMES, Rosa Varela. “Estruturas defensivas medievais de Silves”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 325-336.
- GOMES, Rosa Varela. “Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova”, in *Trabalhos de Arqueologia*, nº 35. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela. “A djihâd no extremo sudoeste peninsular – o recém-identificado ribat da Arrifana (século XII)”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº16. Lisboa: Edições Colibri, 2003, pp. 141-159.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela. “Torre de Odeceixe - Um novo tipo de arquitetura militar (sécs. XII-XIII)?”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira

- Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 153-161.
- GOMES, Saul António. “A Produção Artesanal”, *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996, pp. 476-486.
- GOMES, Saul António. “Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº12. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 148-163.
- GONÇALVES, Cristina; AMARO, Clementino. “A atalaia de Belmonte na fronteira dos territórios da Ordem de Santiago”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 477-484.
- GONÇALVES, Iria. “Viajar na Idade Média: através da Península em meados do século XIV.”, in *Arquipélago. Série Ciências Humanas*, nº. 2. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980, pp. 119-142.
- GONÇALVES, Iria. “Fossadeira”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984a, pp. 61-62.
- GONÇALVES, Iria. “Hoste”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984b, pp. 226-227.
- GONÇALVES, Iria. “Soldada”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. VI. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984c, p. 58.
- GONÇALVES, Iria. *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- GONÇALVES, Iria. “Alguns aspectos da visita régia no entre Cávado e Minho no século XIII”, *Estudos Medievais*, nº10. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, pp. 33-57.
- GONÇALVES, Iria. “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho: o testemunho das Inquirições de 1258”, *Actas do Congresso Histórico de Guimarães*, vol. VI, *História Local I [Populações e sociedades. Evolução dos comportamentos (séculos XVI a XX)]*. Guimarães: Câmara Municipal/ Universidade do Minho, 1997, pp. 5-25.
- GONÇALVES, Iria. “Entre a Peneda e o Barroso: uma fronteira galaico-minhota em meados de Duzentos”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2ª série, tomo XV, *IV Jornadas Luso-espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcañices - Comunicações*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 63-76.
- GONÇALVES, Iria. “Entre a abundância e a miséria: as práticas alimentares da Idade Média Portuguesa”, *Estudos Medievais, quotidiano medieval: imaginário*,

- representação e práticas*, coord. Amélia Aguiar Andrade e José Custódio Vieira da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, pp. 43-66.
- GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258”, *Estudos em homenagem do Professor Doutor José Marques*. Porto: Universidade do Porto, 2006, pp. 193-219.
- GONÇALVES, Iria. “Espaços e lugares: o espaço urbano e o espaço rural”, *História da vida privada em Portugal*, dir. de José Mattoso, *Idade Média*, coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 2011, pp. 39-53.
- GONÇALVES, Iria. *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Santa Maria da Feira: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/ Afrontamento, 2012a.
- GONÇALVES, Iria. “Os camponeses minhotos e a defesa da terra”, in *Por entre terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/ Afrontamento, 2012b, pp. 15-48.
- GONÇALVES, Iria. “Sobre o pão medieval minhoto”, in *Por terras e Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/ Afrontamento, 2012c, pp. 85-120.
- GONÇALVES, Iria. “«Dant vitam maiordomo de quali habuerint». Apontamentos sobre um direito senhorial à luz dos inquéritos afonsino.” in *Por entre Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/ Afrontamento, 2012d, pp. 150-173.
- GONÇALVES, Iria. “Alguns aspectos da visita régia ao Entre Cávado-e-Minho, no século XIII”, in *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/ Afrontamento, 2012e, pp. 179-208.
- GONÇALVES, Iria [et al.]. “O Entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII”, *Revista da Faculdade de Letras*, 4ª série, nº2. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1978, pp. 399-440.
- GONÇALVES, Luís Ribeiro. *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa (Séculos XI-XIV)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado.
- GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, Manuel. “La caballería popular en Andalucía (siglos XIII a XV)”, *Anuario de Estudios Medievales*, nº15. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985, pp. 315-329.
- GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, Manuel. “Prólogo”, in GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión e tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998, pp. 17-19.

- GRADÍSSIMO, António Elias. *Macedo de Cavaleiros na Idade Média: a região, as famílias e os homens (século XIII a 1325)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de mestrado.
- GRASSOTTI, Hilda. “El deber y el derecho de hacer guerra y paz en León y Castilla”, *Cuadernos de Historia de España*, LIX-LX. Buenos Aires: Instituto de Historia de España de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1976, pp. 221-296.
- GRAVETT, Christopher. *Medieval Siege Warfare*. Oxford: Osprey Publishing, 1990.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos. “Mesas do Castelinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo”, *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 171-176.
- GUERREIRO, Maria João Peste Santos. *Por Graça de Deus, Rei dos Portugueses. As intitulações régias de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I*. Lisboa: Universidade Aberta, 2010. Dissertação de mestrado.
- GUICHARD, Pierre. *Al-Andalus. 711-1492. Une histoire de l’Espagne musulmane*. Paris: Pluriel, 2016 (edição original 2000).
- GUICHARD, Pierre; SORAVIA, Bruna. *Los reinos de taifas. Fragmentación política y esplendor cultural*. Málaga: Editorial Sarriá, 2006.
- GUICHARD, Pierre; MISCHIN, Dmitryj. “La société du Garb al-Andalus et les premiers husun”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 177-188.
- GUITART APARICIO, Cristóbal. “Consideraciones sobre plazas fuertes y castillos españoles ante la frontera de Portugal”, *Castillos de España*, nº100. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 1993, pp. 35-42.
- GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria; CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos. “El control del territorio en la comunidad de villa y tierra de Baeza (Jaén): apuntes desde la arqueología espacial”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 227-239.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino. “La fortificación prefeudal en el norte peninsular: castros y recintos campesinos en la Alta Edad Media”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 19-28.
- HANSON, Victor Davis. *Warfare and Agriculture in Classical Greece*. Berkeley; Los Angeles; London: California University Press, 1998.

- HARNEY, Michael. "Siege Warfare in Medieval Hispanic Epic and Romance", *The medieval city under siege*, ed. Ivy Corfis e Michael Wolfe. Woodbridge: The Boydell Press, 1999, pp. 177-190.
- HARRIS-NORTHALL, Ray. "Aspects of Official Language Usage in Castile and León: Latin and the Vernacular in the Early Thirteenth Century", *Medieval Iberia. Changing Societies and Cultures in Contact and Transition*, ed. Ivy A. Corfis and Ray Harris-Northall. Woodbridge: Tamesis, 2007, pp. 165-174.
- HARRISON, David. *The Bridges of Medieval England: Transport and Society 400-1800*. Oxford: Clarendon Press, 2007.
- HARSGOR, Michael. "Total History: The Annales School", *Journal of Contemporary History*, vol. 13. London and Beverly Hills: SAGE, 1978, pp. 1-13.
- HART, Basil Liddell. *Estratégia*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2011 (ed. original de 1941).
- HEATH, Ian; McBRIDE, Angus. *The Vikings*. London: Osprey Publishing, 1985.
- HENRIQUES, António Castro. *Conquista do Algarve, 1189-1249: o Segundo Reino*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.
- HENRIQUES, António Castro. *O rei e a terra do Barroso. Montanha, periferia e poder régio. Séculos XII-XIV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003. Dissertação de mestrado.
- HENRIQUES, Francisco; NETO DE CARVALHO, Carlos; CANINAS, João Carlos. "Novos elementos sobre o castelo de Ródão nº10", *Açafa On-line* [em linha]. Vila Velha de Ródão: Associação de Estudos do Alto Tejo, 2015, pp. 2-14, [consult. 15 setembro 2019]. Disponível em https://www.altotejo.org/acafa/acafa_n10.html.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*, Tomo III. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982.
- HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.
- HILL, Donald R. "Trebuchets", *Viator, Medieval and Renaissance Studies*, nº4. Turnhout: Brepols, 1973, pp. 99-114, 114a, 114b.
- HOFFMANN, Richard. *An Environmental History of Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. "A Corte e o Governo Central", *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996, pp. 530-540.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio. *Historia Política del Imperio Almohade*, tomo I. Tetuán: Instituto General Franco de Estudios e Investigación Hispano-Árabe, Editora Marroquí, 1956.

- HUICI MIRANDA, Ambrosio. *Historia Política del Imperio Almohade*, tomo II. Tetuán: Instituto General Franco de Estudios e Investigación Hispano-Árabe, Editora Marroquí, 1957.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio. “Contribución al estudio de la dinastía almorávide: el gobierno de Tashfin ben ‘Ali ben Yusuf en el Andalus”, *Études d’orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*, vol. II. Paris: Maisonneuve et Larose, 1962, pp. 605-621.
- HULME, Mike. “Climate and its changes: a cultural appraisal”, *Geo Geography and Environment* [em linha], 2.5. Wiley-Blackwell, 2015, pp. 1-11, [consult. 14 março 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/geo2.5>.
- HYLAND, Ann. *The Medieval Warhorse from Byzantium to the Crusades*. Conshohocken, Pennsylvania: Combined Books, 1996.
- ISAAC, Steven. “Familia Regis”. *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, vol. 2, ed. Clifford J. Rogers. Oxford: Oxford University Press, 2010a, pp. 35-36.
- ISAAC, Steven. “Household Knights”. *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, vol. 2, ed. Clifford J. Rogers. Oxford: Oxford University Press, 2010b, pp. 275-276.
- JONES, R.L.C.. “Fortifications and sieges in Western Europe c. 800-1450”, *Medieval Warfare. A History*, ed. Maurice Keen. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 163-185.
- JONES, Robert W. “Banners”, *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, ed. Clifford Rogers, vol. 1. Oxford: Oxford University Press, 2010, , pp. 120-121.
- JORGE, Ana Maria C. M. “As instituições monásticas e a fuga do Mundo”, *História Religiosa de Portugal*, vol. 1, dir. Carlos Moreira de Azevedo. Lisboa: Temas & Debates, 2004, pp. 203-212.
- JOSSERAND, Philippe. “Un corps d’armée spécialisé au service de la Reconquête: les ordres militaires dans le royaume de Castille (1252-1369)”, *Bulletin de la Société Archéologique et Historique de Nantes et Loire-Atlantique*, tomo 137. 2002, pp. 193-214.
- KAGAY, Donald J. “Reconquest, concept of”, *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, ed. Clifford Rogers, vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 157-159.
- KEEGAN, John. *O rosto da batalha*. Lisboa: Fragmentos, 1976.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. Lisboa: Tinta da China, 2006 (edição original 1993).
- KEEN, Maurice. *Medieval Warfare. A History*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

- KNAAP, W.O. van der; VAN LEEUWEN J.F.N.. “Holocene vegetation succession and degradation as responses to climatic change and human activity in the Serra da Estrela, Portugal”, *Review of Paleobotany and Palynology*. Utrecht: Laboratory of Paleobotany and Palynology, 1995, pp. 153-211.
- KOCH, H. W. *Medieval Warfare*. Greenwich: Dorset Press/ Bison Books, 1978.
- KRUS, Luís. “Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III”, *Estudos Medievais* nº1. Porto, 1981, pp. 59-79.
- KRUS, Luís. “A Coemoração das Origens: reis, santos e heróis”, *O Estudo da História* 2ª série, nº2. Lisboa: Associação de Professores de História, 1986-1987, pp. 59-74.
- KRUS, Luís. “Crónica da Conquista do Algarve”, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, p. 176.
- KRUS, Luís. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- KRUS, Luís. “O imaginário da Reconquista no Condado Portucalense” (1996) in *A Contrução do Passado Medieval. Textos inéditos e publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011a, pp. 221-227.
- KRUS, Luís. “A memória do recontro de Valdevez nas Crónicas Medievais Portuguesas” (1997) in *A Contrução do Passado Medieval. Textos inéditos e publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011b, pp. 229-234.
- LADERO-QUESADA, Miguel Angel. “Reconquista y definiciones de frontera”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, nº 15. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.
- LAGAZZI, Luciano. *Segni sulla Terra: Determinazione dei confini e percezione dello spazio nell'alto Medioevo*. Bologna: Editrice CLUEB, 1991.
- LAINS, Pedro. “Agriculture and Economic Development on the European Frontier: Portugal, 1000-2000”, *Working Papers in Economic History*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2016.
- LAVAJO, Joaquim Chorão. “Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, *História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira Azevedo, vol. I. Lisboa: Temas e Debates, 2004, pp. 91-136.
- LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. Lisboa: Editorial Teorema, 2003.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano. “O uso da taipa militar nas fortificações muçulmanas do atual território português”, *Al-Madan*, 2ª série, nº21, tomo 2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2017, pp. 114-119.
- LE MOS, Francisco de Sande. *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: Universidade do Minho, 1993. Tese de doutoramento.

- LEMOS, Francisco de Sande. “Povoamento romano e medieval do nordeste transmontano. Aspectos de continuidade e mudança: perspectivas de investigação”, *Actas do Congresso Histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1995, pp. 115-152.
- LEMOS, Francisco de Sande; LEITE, José Manuel Freitas; FONTES, Luís Fernando Oliveira. “A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 121-132..
- LÉZINE, Alexandre. *Deux villes d'Ifriqiya. Sousse, Tunis*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1971.
- LIBERATO, Marco. *Pontes históricas do Alentejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2008.
- LIMA, António Manuel de Carvalho. *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX-XII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. Dissertação de mestrado.
- LIMA, António Manuel Carvalho. “O território de Anegia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro (Séc. IX-XII)”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida - In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 399-413.
- LIMA, António Manuel de Carvalho. “Fortificações e vias de comunicação no curso terminal do Douro (Séculos IX-XI)”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 183-198.
- LIRA, Jaime, [et al.]. “Ancient DNA reveals traces of Iberian Neolithic and Bronze Age lineages in modern Iberian horses”, *Molecular Ecology*, vol. 19, Issue 1, January 2010, Blackwell Publishing Ltd, 2010, pp. 64-78.
- LOMAX, Derek. *La Orden de Santiago, 1170-1275*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956.
- LOMAX, Derek. *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica durante la Edad Média*. Salamanca: Kadmos, 1976.
- LOMAX, Derek. *La Reconquista*. Barcelona: Crítica, 1984.
- LOPES, Luís Seabra. “O moio-medida e o moio dos preços em Portugal nos séculos XI a XIII”, *Anuario de Estudios Medievales*, 35/1. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005, pp. 25-46.
- LOPES, Maria Alexandra Rodrigues Gouveia. *O discurso do chefe militar antes da batalha na cronística medieval portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995. Dissertação de mestrado.

- LÓPEZ ALSINA, Fernando. *La ciudad de Santiago de Compostela en la Edad Media*. 2ª edição. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago & Universidade de Santiago de Compostela, 2015.
- LOT, Ferdinand. *L'art militaire et les armées au Moyen Âge en Europe et dans le Proche Orient*. 2 vols. Paris: Payot, 1946.
- LOURENÇO, Paulo B.; e OLIVEIRA, Daniel V.. “Strengthening of masonry arch bridges: research and applications”, *Proceedings of the First International Conference on Advances in Bridge Engineering. Bridges: past, present and future*. London, 2006, pp. 107-116.
- LOURIE, Elena. “A Society Organized for War: Medieval Spain”, *Past & Present*, vol. 35, issue 1, December 1966. Oxford: Past & Present Society - Oxford University Press, 1966, pp. 54-76.
- LOURINHO, Inês. *1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2010. Dissertação de mestrado.
- LOURINHO, Inês. *Fronteira do Gharb al-Andalus. Terreno de confronto entre almorávidas e cristãos (1093-1147)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018.
- LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme. “A urbe de Torres Vedras e a sua cerca medieval”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2013, pp. 457-471.
- LUTTRELL, Anthony. “As Ordens Militares da São João e do Templo”, *As Ordens Militares na Europa Medieval*. Lisboa: Chaves Ferreira, 2005.
- LYNN, John Albert. “Medieval Introduction”, *Feeding Mars. Logistics in Western Warfare from the Middle Ages to the Present*, ed. John Lynn. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2018, pp. 30-37.
- MACEDO, Fernando Wolfango Vasconcelos Pereira de. *Proteção e valorização de paisagens associadas às casas-forte medievais*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2012. Dissertação de mestrado.
- MACÍAS, Santiago. *Mértola. O último porto do Mediterrâneo. Catálogo da exposição Mértola – história e património: séculos V-XIII*, vol I. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2005.
- MACÍAS GONZÁLEZ, Pablo. “El problema historiográfico de lso Algarves Luso-Castellanos. La organización social de un espacio y de una frontera, 1245-1281”, *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 15, nº2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 987-1016.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Unoversidade de Coimbra e Universidade do Algarve, 2012.

- MAGRO, Maria Virgínia Antão Pêga. *Vilar Maior – Evolução de um castelo e povoado raiano de Riba-Côa (Séc. XI a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de mestrado.
- MAIA, Manuel. “De Baesuris a Pax Iulia por Arannis”, *Actas das I Jornadas "As vias do Algarve - da época Romana à Actualidade"*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional/ Algarve, 2006, pp. 39-45.
- MANN, Michael E. “Medieval Climatic Optimum”, *The Earth system: physical and chemical dimensions of global environmental change*. Chichester: John Wiley & Sons, 2002, pp. 514-516.
- MANTAS, Vasco Gil. “A rede viária do convento escalabitano”, *Actas del simpósio sobre la red viaria en la Hispania romana*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1990, pp. 217-231.
- MANTAS, Vasco Gil. “As Vias Romanas da Lusitânia”, in *Studia Lusitana*, nº7. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2012.
- MARAVALL, José Antonio. «El concepto de Reino y los "Reinos de España» en la Edad Media”, *Revista de estudios políticos*, nº 73. Madrid: 1954, pp. 81-144.
- MARAVALL, Jose Antonio. *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. 3ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. “A população portuguesa nos fins do Século XIII”, in *Ensaio de História Medieval*, 2ª edição. Lisboa: Vega, 1979a, pp. 51-73 (edição original 1958).
- MARQUES, A. H. de Oliveira. “Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média”, in *Ensaio de História Medieval*, 2ª edição. Lisboa: Vega, 1979b, pp. 17-50.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. “A moeda Portuguesa durante a Idade Média”, in *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2ª edição. Lisboa: Vega, 1979c, pp. 195-220.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990-1992.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. “O «Portugal» islâmico”, *Portugal das invasões germânicas à Reconquista*, coord. A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1993, pp. 117-249.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. “A circulação e a troca de produtos”, *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996a, pp. 487-528.

- MARQUES, A. H. de Oliveira. “A constituição de um condado”, *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996b, pp. 13-23.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. “O Poder e o Espaço”, *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996c, pp. 13-163.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010a.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*, vol. I: *Das origens ao Renascimento*. 14ª edição. Lisboa: Presença, 2010b.
- MARQUES, André Evangelista. *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Ensaio metodológico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Tese de doutoramento.
- MARQUES, António Carlos. “O castelo de Celorico da Beira”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2013, pp. 753-771.
- MARQUES, José. “Povoamento e defesa na estruturação do estado medieval português”, *Revista de História*, vol 8. Porto: Universidade do Porto - Centro de História, 1988, pp. 9-34.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. “Um esboço de análise social através de um inquérito do Séc. XIII na região de Braga”, *Bracara Augusta*, nº39. Braga: 1985, pp. 45-140.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990. Tese de doutoramento.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. “A Viabilização de um reino”, *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996a, pp. 23-37.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. “As etapas de crescimento do reino”, *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996b, pp. 37-64.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. “A alimentação no tempo de D. Afonso Henriques”, *No Tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*, coord. Mário Jorge Barroca. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2017, pp. 247-278.

- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. “Os proventos da terra e do mar: culturas e técnicas de cultivo”, *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996a, pp. 404-422.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. “Senhorios”, *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996b, pp. 584-602.
- MARSÁ, Francisco. “Toponímia de Reconquista”, *Enciclopedia Linguística Hispanica*, ed. Manuel Alvar [et al.], vol. I. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, pp. 615-646.
- MARSHALL, Christopher. *Warfare in the Latin East, 1192-1291*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- MARTÍN CIVANTOS, José María. “Del distrito castral al la alquería: las fortificaciones andalusíes en el Sureste de la Península Ibérica (Granada-Almería)”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2013, pp. 133-140.
- MARTÍN VISO, Iñaki. “Una frontera casi invisible: los territorios al norte del Sistema Central en la Alta Edad Media (siglos VIII-XI)”, *Studia Historica. Historia Medieval*, nº23. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2005, pp. 89-114.
- MARTÍN VISO, Iñaki. “Capere vel popolare. Formación y desarrollo de una frontera feudal entre el Duero y el Tajo (siglos XI-XII)”, *Balaguer 1105: cruïlla de civilitzacions*, ed. Flocel Sabaté i Curull. Balaguer: Pagès editors, 2007, pp. 177-223.
- MARTÍN, José Luis. “Los fueros de la Transierra. Posibilidades y limitaciones en la utilización de una fuente histórica”, *En la España Medieval*, vol.2. Madrid: Universidad Complutense, 1982, pp. 691-705.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *La cruz y la espada: vida cotidiana de las órdenes militares españolas*. Barcelona: Plaza-Janés, 2002.
- MARTÍNEZ, Maria. “La Cabalgada: un medio de vida en la frontera Murciano-Granadina (Siglo XIII),” *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. XIII. Murcia: Universidade de Murcia, 1986, pp. 49-62.
- MARTINS, Miguel Gomes. “A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338”, *Promontoria*, Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve. Faro: Universidade do Algarve, 2005, pp. 19-80.
- MARTINS, Miguel Gomes. *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal na Idade Média (1245-1367)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007. Tese de doutoramento.

- MARTINS, Miguel Gomes. “Los ballesteros de conto en Portugal en la Edad Media”, *Medievalismo*, nº18. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2008, pp. 379-395.
- MARTINS, Miguel Gomes. *De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- MARTINS, Miguel Gomes. “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”, *Castelos das Ordens Militares*, vol. II. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2013a, pp. 409-426.
- MARTINS, Miguel Gomes. *Guerreiros Medievais Portugueses: de Geraldo, o Sem-Pavor, ao conde de Avranches. Treze biografias de grandes senhores da guerra (séculos XII-XV)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013b.
- MARTINS, Miguel Gomes. *A arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014a.
- MARTINS, Miguel Gomes. “A guerra em Portugal no reinado de Afonso II, no contexto das Navas de Tolosa”, *La Península Ibérica en tiempos de Las Navas de Tolosa*, Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, nº5. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2014b, pp. 443-458.
- MARTINS, Miguel Gomes. *Guerreiros de Pedra: castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016.
- MARTINS, Miguel Gomes. *1147, A Conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017a.
- MARTINS, Miguel Gomes. “Prisoners of War in Portugal (Twelfth to Mid Fourteenth Century)”, *e-Strategica*, Revista da Associação Ibérica de História Militar (Séculos IV-XVI), [em linha], nº1, 2017b. [consult. 24 agosto 2020], disponível em <https://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-1/estrategica-1.pdf>.
- MARTINS, Miguel Gomes. “As hostes das Ordens Militares em Portugal entre os finais da Reconquista e inícios do século XV - composição e dimensão”, *Entre Deus e o Rei. O mundo das Ordens Militares*, vol I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago/ Município de Palmela, 2018, pp. 321-336.
- MARTINS, Rui Cunha. “A linguagem política dos foros de Castelo Rodrigo. Identidade e exclusão no contexto municipal (Raia luso-leonesa: século XIII).”, in *Anuario de Estudios Medievales*, 27, 4-21. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997.
- MATEU IBARS, Josefina. “La confirmatio del "signifer, armiger y alferes" según documentación astur-leonesa y castellana. Consideraciones sobre la tradición condal en algunos documentos (740-1217). Estudios dedicados al profesor D. Julio González González”, *En la España Medieval*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1980, pp. 263-315.

- MATOS, Artur Teodoro de. *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980.
- MATOS, Gastão de Melo de. “Alcaide”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, p. 81.
- MATTOSO, José. “Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa”, in *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1981, pp. 11-32.
- MATTOSO, José. “A Crise de 1245”, *Revista de História das Ideias*, vol. 5. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, pp. 7-23.
- MATTOSO, José. *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. 2ª edição. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- MATTOSO, José. “O léxico feudal”, *Penélope. Fazer e desfazer a História*, nº1. Lisboa: Celta Editora, 1988a, pp. 11-40.
- MATTOSO, José. *Castelos de Portugal: a Memória de Pedra*. Lisboa: Correios e Telecomunicações de Portugal, 1988b.
- MATTOSO, José. “1096-1325”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 9-309.
- MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, 2 vols., 5ª edição. Lisboa: Estampa, 1995.
- MATTOSO, José. “A nobreza medieval portuguesa (séculos X a XIV)”, in *Naquele Tempo: Ensaio de História Medieval*. Rio de Mouro: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 1999a, pp. 287-308.
- MATTOSO, José. “A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular”, in *Naquele Tempo - Ensaio de História Medieval*. Rio de Mouro: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 1999b, pp. 309-330.
- MATTOSO, José. “A nobreza e os cavaleiros-vilãos na Península Ibérica (séculos X a XIV)”, in *Naquele Tempo: Ensaio de História Medieval*. Rio de Mouro: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 1999c, pp. 353-365.
- MATTOSO, José. “Grupos sociais na fronteira portuguesa (séculos X a XIII)”, in *Naquele Tempo: Ensaio de História Medieval*. Rio de Mouro: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 1999d, pp. 367-378.
- MATTOSO, José. “As origens do Estado Português (séculos XII a XIV)”, in *Naquele tempo. Ensaio de História Medieval*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 1999e, pp. 437-453.
- MATTOSO, José. “Revoltas e revoluções na Idade Média Portuguesa.”, in *Naquele Tempo: Ensaio de História Medieval*. Rio de Mouro: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 1999f, pp. 408-425.
- MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

- MATTOSO, José. “Medieval Studies in Portugal: an overview”, *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir José Mattoso, ed. Maria de Lurdes Rosa; Bernardo Vasconcelos e Sousa; Maria João Branco. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 11-23.
- MATTOSO, José. *A escrita da História*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2019.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar. “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”, *Paços de Ferreira - Estudos monográficos*, coord. e dir. Arménio da Assunção Pereira. Paços de Ferreira, Câmara Municipal, 1986, pp. 171-243.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar. *O castelo e a feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Estampa, 1989.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte. *Portugal, o Sabor da Terra: um retrato histórico e geográfico por regiões*. 2ª edição. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2011.
- MAURÍCIO, Maria Fernanda. *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições afonsinas e dionisinas*. Lisboa: Colibri, 1996.
- MENDES, Francisco José dos Santos. *A criação da rede paroquial na Península de Setúbal (1147-1385)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010. Dissertação de mestrado.
- MENDES, Francisco José dos Santos. *O nascimento da Margem Sul. Paróquias, concelhos e comendas (1147-1385)*. Lisboa: Colibri, 2011.
- MENEZES, Ludovico de. “O feito de Ourique. Algumas considerações acerca deste problema histórico, tendentes para a sua mais provável solução”, separata da *Revista de Estudos Históricos*, nº3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1928, pp. 100-129.
- MERÊA, Paulo. «A propósito do "Bufurdium" de Val-de-Vez», *Portvcale*, vol. 13, nº 73. Porto: Gráfica do Porto, 1940, pp. 97-98.
- MERÊA, Paulo. *Anúduva e adua (dúvidas e sugestões)*. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1961.
- MEYER, Bruno. “El papel de los cruzados alemanes en la reconquista de la Península Ibérica en los siglos XII y XIII”, *En la España Medieval*, nº23. Madrid: Universidad Complutense, 2000, pp. 41-66.
- MIGUEL, Carlos Frederico Montenegro de Sousa. “Arcos de Valdevez, torneio de.” Em *Dicionário de História de Portugal*. Vol. I, 179. Porto: Figueirinhas, 1984.
- Militares que tiveram Número na Academia Portuguesa da História*. Lisboa: Arquivo Historico Militar, 1986 (=AHM).
- MIRANDA-GARCÍA, Fermín. “Legitimar el enemigo (musulmán) en las crónicas hispanocristianas (ss. XI-XII)”, *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média*

- Peninsular*, ed. Carlos de Ayala Martínez e Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Universidad Autonoma de Madrid, 2015, pp. 249-269.
- MOLÉNAT, Jean-Pierre. “L'organisation militaire des almohades”, *Los Almohades: Problemas y Perspectivas*, vol II. Madrid: Casa de Velázquez, 2005, pp. 547-565.
- MONSALVO ANTÓN, José Maria. “Pobladores, caballeros, pecheros y señores. Conflictos sociales en el concejo de Ávila (ss. XII-XV).”, in *La historia peninsular en los espacios de frontera: las "Extremaduras Históricas" y la "Transierra" (siglos XI-XV)*, coord. Francisco García Fitz y Juan Francisco Jiménez Alcázar. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2012, pp. 375-426.
- MONTAÑA CONCHIÑA, Juan Luis. “Sistemas defensivos y repoblación en Extremadura”, *Castillos de España*, nº 108. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 1997, pp. 23-34.
- MONTEIRO, Helena Patrícia Romão. *Estrada da Beira: reconstituição de um traçado medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012. Dissertação de Mestrado.
- MONTEIRO, João Gouveia. *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- MONTEIRO, João Gouveia. «"Artifícios e Engenhos" na poliorcética medieval portuguesa (séculos XIV-XV)», *Pera Guerrear: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 203-221.
- MONTEIRO, João Gouveia. *Armeiros e Armazéns nos finais da Idade Média*. Viseu: Palimage Editores, 2001.
- MONTEIRO, João Gouveia. *Aljubarrota, 1385: A Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.
- MONTEIRO, João Gouveia. “A vivência da guerra no Outono da Idade Média”, *Nova História Militar de Portugal*, vol.5. dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, pp. 12-44.
- MONTEIRO, João Gouveia. “Estudo Introdutório: Vegécio e a Epitoma Rei Militaris”, *Vegécio: Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 15-170.
- MONTEIRO, João Gouveia. «Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do “Paradigma de Gillingham”» in *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*. Coimbra: Salamandra, 2010a, pp. 137-168.
- MONTEIRO, João Gouveia. “A tática militar na Europa do século XIV: princípios, antecedentes e inovações”, in *Entre romanos, cruzados e ordens militares - ensaios de História Militar Antiga e Medieval*. Lousã: Salamandra, 2010b, pp. 169-199.

- MONTEIRO, João Gouveia. “As ordens militares e os modelos táticos de combate de um e do outro lado do Mediterrâneo” in *Entre romanos, cruzados e ordens militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*. Lousã: Salamandra, 2010c, pp. 255-301.
- MONTEIRO, João Gouveia. *Grandes Conflitos da História da Europa. De Alexandre Magno a Guilherme “O Conquistador”*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- MONTEIRO, João Gouveia. “Parte I (1096-1495)”, *História Militar de Portugal*, coord. Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, pp. 15-206.
- MONTEIRO, João Gouveia; PONTES, Maria Leonor. *Castelos Portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.
- MONTEIRO, João Gouveia; MARTINS, Miguel Gomes. “The Medieval Military History”, *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir José Mattoso, ed. Maria de Lurdes Rosa; Bernardo Vasconcelos e Sousa; Maria João Branco. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 459-481.
- MONTEIRO, João Gouveia; MARTINS, Miguel Gomes; AGOSTINHO, Paulo Jorge. *Guerra e Poder na Europa Medieval. Das Cruzadas à Guerra dos 100 Anos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- MORALES MUÑIZ, Dolores Carmen. “El caballo en la Edad Media. Un estado de la cuestión”, *Homenaje al profesor Eloy Benito Ruano*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales/ Editum, 2010, pp. 537-551.
- MORALES MUÑIZ, Dolores Carmen. “La fauna exótica en la Península Ibérica: apuntes para el estudio del coleccionismo animal en el medievo hispánico”, *Espacio, Tiempo y Forma*, serie III, *Historia Medieval*, tomo 13. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia - Facultad de Geografía e Historia, 2000, pp. 233-270.
- MORENO, Ana, [et al.] “The Medieval Climate Anomaly in the Iberian Peninsula reconstructed from marine and lake records”, *Quaternary Science Reviews*, nº 43, Amsterdam: Elsevier, 2012, pp. 16-32.
- MORENO, Humberto Baquero. “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV”, *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, pp. 29-41.
- MORENO, Humberto Baquero. “As relações de fronteira no século de Alcañices (1250-1350): o tratado de Alcañices”, *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 15, nº1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 641-653.
- MORENO, Humberto Baquero. “Chaves na Idade Média”, *Iacobus: revista de estudios jacobeos y medievales*, nº 27-28. Palencia: Centro de Estudios y Documentación del Camino de Santiago, 2010, pp. 61-70.
- MORILLO, Stephen. *Warfare under the Anglo-Norman Kings 1066-1135*. Woodbridge: The Boydell Press, 1994.

- MORILLO, Stephen. *Battle of Hastings. Sources and Interpretations*. Woodbridge: The Boydell Press, 1998.
- MORILLO, Stephen. “The 'Age of Cavalry' Revisited”, *The Circle of War in the Middle Ages*, ed. D.J. Kagay e L.J. Andrew Villalon. Woodbridge: Boydell Press, 1999, pp. 45-59.
- MORILLO, Stephen. “Battle seeking: The context and limits of Vegetian Strategy”, *Journal of Medieval Military History*, vol. I, ed. Clifford Rogers e Kelly DeVries. Woodbridge: The Boydell Press, 2002, pp. 21-42.
- MORILLO, Stephen. *What is Military History?* 2ª edição. Cambridge (UK) and Malden (US): Polity Press, 2013.
- MOTA, António Brochado da. *Testamentos régios - Primeira Dinastia (1109-1383)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado.
- MURAISE, Éric. *Introduction a l'histoire militaire*. Paris: Lavauzelle, 2008 (edição original 1964).
- NICHOLSON, Helen. *Knight Templar 1120-1312*. London: Osprey Publishing, 2004.
- NICOLLE, David. *Knight Hospitaller, 1100-1306*, vol. 1. London: Osprey Publishing, 2001a.
- NICOLLE, David. *The Moors - The Islamic West, 7th-15th centuries A.D.* Oxford: Osprey Publishing, 2001b.
- NICOLLE, David. *Arms and Armours of the Crusading Era, 1050-1350. Western Europe and the Crusader States*. 2ª edição. New York: Greenhill Books, 1999a.
- NICOLLE, David. “Medieval Warfare: The Unfriendly Interface”, *The Journal of Military History*, vol. 63, nº3. Society of Military History, 1999b, pp. 579-599.
- NICOLLE, David. “Archers”, *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009a, p. 103.
- NICOLLE, David. “Armement”, *Prier et combattre. Dictionnaire Européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009b, pp. 118-119.
- NOGUEIRA, Bernardo Sá. *Tabelionato e instrumento público em Portugal. Génese e implantação: 1212-1279*, 3 vols. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996. Tese de Doutoramento.
- NORRIS, John. *Medieval Siege Warfare*. Brimscombe Port: Tempus, 2007.
- NOVOA PORTELA, Feliciano; VILLALBA, Francisco Javier. «A proposito de los “sistemas defensivos”» de fortificaciones en la Edad Media peninsular», *Espacio, Tiempo y Forma*, serie III, *Historia Medieval*, tomo 16. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia - Facultad de Geografía e Historia, 2003, pp. 215-228.

- NUNES, António Pires. *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico Militar - Estado-Maior do Exército, 1988.
- NUNES, António Lopes Pires. “Problemas en el estudio de la fortificación medieval en Portugal”, *Castillos de España*, nº 102. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 1994, pp. 3-9.
- OAKESHOTT, Ewart. *The Archaeology of Weapons. Arms and Armour from Prehistory to the Age of Chivalry*. Woolbridge: The Boydell Press, 1960.
- OAKESHOTT, Ewart. *Records of the Medieval Sword*. Woolbridge: The Boydell Press, 1998.
- OAKESHOTT, Ewart. *Sword in Hand. A brief survey of the knightly sword*. Minneapolis: Arms & Armor Inc., 2000.
- O'CALLAGHAN, Joseph F. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: PENN - University of Pennsylvania Press, 2004.
- OHLER, Norbert. *The Medieval Traveller*. Southampton: The Boydell Press, 1989.
- OLIVEIRA, Ana Maria da Costa. “Torre de Vilar: uma residência senhorial do vale do Sousa”, *Oppidum: revista de Arqueologia, História e Património*, nº 1. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2006, pp. 141-163.
- OLIVEIRA, Ana Maria da Costa. *Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. Dissertação de mestrado.
- OLIVEIRA, Ana Maria da Costa. “O castelo de Outeiro na fronteira bragançana”, *Genius Loci - Lugares e Significados/ Places and Meanings* – Atas, coord. Lúcia Rosas, Ana Cristina Sousa e Hugo Barreira, Volume 2. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2016, pp. 133-143.
- OLIVEIRA, Frederico Alcide de. *Aljubarrota Dissecada*. Lisboa: Publicações da Comissão de História Militar, 1979.
- OLIVEIRA, Frederico Alcide de. *Aljubarrota Dissecada*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico-Militar, 1986 (edição revista).
- OLIVEIRA, Luís Filipe. “Ordens Militares”, *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Livros Horizonte, 2005a, pp. 453-504.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. “Os cavaleiros de carneiro e a herança da cavalaria vilã na Estremadura. Os casos de Arruda e Alcanede”, *Medievalista* [em linha], nº1. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2005b, pp. 1-18 [consult. 22 junho 2020]. Disponível em: <https://medievalista.fcsh.unl.pt/MEDIEVALISTA1/medievalista-cavaleiros.htm>.

- OLIVEIRA, Luís Filipe. *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2006a. Tese de doutoramento.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. *Em torno da sociologia das Ordens Militares na Idade Média*, separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo 44. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. “Fidalgos, Cavaleiros e Vilões: As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)”, *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Actas do Seminário Internacional, 3 e 4 de Novembro de 2008. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2009, pp. 145-161.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. “Caminhos da terra e do mar no Algarve Medieval”, Actas das I Jornadas “*As vias do Algarve - da época Romana à Actualidade*”. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel/ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, 2006b, pp. 32-38.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. “Dos castelos às Ordens Militares: os espaços da vida religiosa e comunitária”, *Castelos das Ordens Militares*. Atas do Encontro Internacional, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. II. Lisboa: Direção Geral de Património Cultural, 2014, pp. 389-407.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. “Em torno da normativa de Calatrava: Umas definições inéditas de finais do século XIII”, separata de *Cister e as Ordens Militares na Idade Média – Guerra, Igreja e Vida Religiosa*, ed. José Albuquerque Carreiras e Carlos de Ayala Martínez, Tomar: Associação Portuguesa de Cister, 2015, pp. 103-132.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. “A guerra e os freires nas Inquirições régias do Século XIII”, *Orígenes y desarrollo de la guerra santa en la Península Ibérica*, ed. Carlos de Ayala Martínez, Patrick Henriot e J. Santiago Palacios Ontalva. Madrid: Casa de Velázquez, 2016, pp. 187-206.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. “As Ordens Militares e o Mar: problemas e perspectivas”, *O Mar como futuro de Portugal (c. 1223-1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*. Lisboa: Academia de Marinha, 2019, pp. 127-146.
- OLIVEIRA, Luís Filipe [et al.]. “The Military Orders”, *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir José Mattoso, ed. Maria de Lurdes Rosa; Bernardo Vasconcelos e Sousa; Maria João Branco. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 425-457.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz. *Os castelos templários em Portugal*. Lisboa: Ésquilo, 2010.
- OLIVER PÉREZ, Dolores. “Una nueva interpretación de la batalla de Alcocer”, *Revista de Historia Militar*, nº 74. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar - Cuartel General del Ejército de Tierra, 1993, pp. 15-44.
- OLIVERA SERRANO, César. “Fortalezas y Villas del Rey: Notas sobre la frontera galaico-portuguesa en tierras orensanas a fines del siglo XIII”, *Cuadernos de*

- Estudios Gallegos*, tomo XLVIII, fascículo 114. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento/ Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, pp. 99-113.
- OMAN, Charles William Chadwick. *The Art of War in the Middle Ages, A.D. 378 - 1515*. Oxford: Oxford University, 1885.
- OSCHEMA, Klaus. "Death", *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, ed. Clifford Rogers, vol. 1. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 532-533.
- OSÓRIO, Marcos. "Sabugal Velho e Caria Talaia - duas morfologias de povoamento, a mesma cronologia", *Sabucal*, nº2. Sabugal: Município do Sabugal, 2010, pp. 61-78.
- PAGDEN, Anthony. *Mundos em Guerra: 2500 anos de conflito entre o Ocidente e o Oriente*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos; CARVALHO, A. Rafael. "Aspectos da presença Almóada em Alcácer do Sal (Portugal)", *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 369-383.
- PALACIOS ONTALVA, J. Santiago. "Castillos contra castillos. Padraos y fortalezas de asedio en la España Medieval", *Arqueología y Territorio Medieval*, vol. 13, nº2. Jaén: Universidad de Jaén, 2014, pp. 33-55.
- PALACIOS ONTALVA, J. Santiago. "Los ejércitos de las órdenes militares hispanas. Otra aproximación acerca del valor numérico de sus contingentes", *Hombres de religión y guerra. Cruzada y guerra santa en la Edad Media Peninsular (siglos X-XV)*, ed. Carlos de Ayala Martínez e J. Santiago Palacios Ontalva. Madrid: Sílex, 2018a, pp. 209-240.
- PALACIOS ONTALVA, J. Santiago. "Una aproximación al concepto de «Lanza» en relación a las órdenes militares", *Entre Deus e o Rei. o mundo das Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina Ferreira. Fernandes, vol. 1. Palmela: Município de Palmela/ Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2018b, pp. 297-320.
- PALMA, Maria de Fátima; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. "O Castelo de Mértola em época islâmica", *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Campo Arqueológico de Mértola, 2013, pp. 405-412.
- PALOMEQUE TORRES, Antonio. "Contribucion al estudio del ejercito en los estados de la Reconquista", *Anuario de Historia del Derecho Español*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Instituto Francisco de Vitoria, 1944, pp. 205-351.
- PASCUAL SARRÍA, Francisco Luis. "La obligación militar de acudir a la guerra en los ordenamientos de las cortes castellano-leonesas de los siglos XIII y XIV", *Revista*

- de *Historia Militar*, nº88. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar, 2000, pp. 35-60.
- PASCUAL SARRÍA, Francisco Luis. “Las obligaciones militares reguadas en los ordenamientos de las cortes castellano-leonesas durante los siglos XIII y XIV”, *Revista de Historia Militar*, nº94, Año XLVI. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar, 2003, pp. 205-248.
- PEREIRA, Armando de Sousa. *Geraldo Sem Pavor*. Porto: Fronteira do Caos, 2008.
- PEREIRA, Armando de Sousa. “Guerra e Santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a Conquista Cristã de Lisboa” *Lusitania Sacra*, 2ª série nº17, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 15-38.
- PEREIRA, Armando de Sousa. “O Infante D. Fernando de Portugal, Senhor de Serpa (1218-1246): história da vida e da morte de um cavaleiro andante” *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº10. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 95-121.
- PEREIRA, Armando de Sousa. *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.
- PEREIRA, Franklin. “Selas e adargas: a monta à jineta e os fabricantes dos artefactos, através da documentação e da iconografia”, *A guerra e a sociedade na Idade Média. VI jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, vol. 1. Coimbra/Porto de Mós, Alcobaça e Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais/Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, 2009, pp. 447-470.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes. “Memória crusadística do feito da tomada de Alcácer (1217) (com base no Carmen de Gosuíno).”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, *A política portuguesa e as suas relações exteriores*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/ Universidade do Minho, 1996, pp. 321-357.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes. “O castelo espatário de Alcácer do Sal.”, in *Castelos das Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. I. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2013, pp. 287-316.
- PEREIRA, Paulo. *Arte Portuguesa: História essencial*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 2011.
- PEREIRA, Vítor; CAMEIJO, Alcina. “Os sistemas defensivos da Guarda Medieval. Contributos para o seu conhecimento”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. I. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2013, pp. 435-443.
- PERESTRELO, Manuel S.G., e FERREIRA, Maria do Céu C.. “Fortificações e caminhos medievais no Médio Côa”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. 885-893.

- PÉREZ DE TUDELA y VELASCO, Maria Isabel. “La consideración ética de la guerra y el uso de la violencia en la España Medieval”, *En la España Medieval*, vol. 30. Madrid: Universidad Complutense, 2007, pp. 7-25.
- VALDEÓN BARUQUE, Julio. “Edad Media”, *Historia de España*, ed. Julio Valdeón, Joseph Pérez y Santos Juliá. Madrid: Espasa Calpe S.A., 2003, pp. 3-162.
- PESCADOR, Carmela. “La caballería popular en Leon y Castilla”, *Cuadernos de Historia de España*, nº33-34 (1961, pp. 101-238), nº35-36 (1962, pp. 56-201), nº37-38 (1963, pp. 88-198) e nº39-40 (1964, pp. 169-260). Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1961-1964.
- PHILLIPS, Jonathan. *The Second Crusade. Extending the Frontiers of the Christendom*. New Haven/ London: Yale University Press, 2010.
- PHILLIPS, William D. “La historia de la esclavitud y la historia medieval de la Península Ibérica”, *Espacio, Tiempo y Forma*, serie III, *Historia Medieval*, tomo 23, Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2010, pp. 149-165.
- PICARD, Christophe. *La mer et les musulmans d'Occident au Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997a.
- PICARD, Christophe. *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade*. Paris: Larose, 1997b.
- PICARD, Christophe. “La naissance du Garb al-Andalus”, *Fontes da História de al-Anadlus e do Gharb*, ed. Adel Sidarus. Lisboa: Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 2000a, pp. 54-60.
- PICARD, Christophe. *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2000b.
- PICARD, Christophe. “Les Ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 203-212.
- PICARD, Christophe. «L'origine du ribat en Méditerranée: un héritage “Abbasside”», *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI-XVI)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. I. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2013, pp. 163-173.
- PIEL, Joseph M. “As águas na toponímia galego-portuguesa”, *Boletim de Filologia*, tomo VIII, fascículo 1. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1945, pp. 305-342.
- PIEL, Joseph-Maria. “A propósito de alguns moçarabismos toponímicos do Sul de Portugal: Alfragide, Alferrarede, Alpertuche, etc.”, *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989a, pp. 37-41.
- PIEL, Joseph Maria. “Duas notas etimológicas: presúria/ presura e albende/ alvende”, *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989b (edição original 1969), pp. 195-199.

- PINA, Luiz da Câmara. *A Batalha de São Mamede (24 de junho de 1128). Subsídios para a sua história militar*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979.
- PIRES, Hélio. *Os Vikings em Portugal e na Galiza*. Lisboa: Zéfiro, 2017.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 2 vols. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Tese de doutoramento.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. “De e para Portugal. A circulação de nobres na Hispânia Medieval (séculos XII a XV)”, *Anuario de Estudios Medievales*, nº 40. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010, pp. 889-924.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. “Conquistar e controlar: o domínio da fronteira com expressão no poder régio em Portugal”, *La historia peninsular en los espacios de frontera: las "Extremaduras Históricas" y la "Transierra" (siglos XI-XV)*, coord. Francisco García Fitz e Juan Francisco Jiménez Alcázar. Cáceres-Murcia: Sociedade Española de Estudios Medievales, 2012, pp. 47-72.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. “As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV), fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica - breves apontamentos”, *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV)*, *Tributo a Luís Krus*, ed. Amélia Aguiar Andrade e João Luís Inglês Fontes. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2015, pp. 117-133.
- POLLARD, Tony. “Battlefield Archaeology”, *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, ed. Clifford Rogers, vol. 1. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 130-133.
- PONTE, M. Salette da. “Tomar islâmica do Gharb al-Andalus: alcáçova e arredores”, *Al-madan*. 2ª série, nº15, XIII. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2007, pp. 1-6.
- PORRINAS GONZÁLEZ, David. “¿Masacre o Clemencia? La conducta del Cid hacia sus enemigos vencidos”, *El cuerpo derrotado: Cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*, ed. Maribel Fierro e Francisco García Fitz. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008, pp. 167-206.
- PORRINAS GONZÁLEZ, David. “La percepción de la guerra en el Poema de Mío Cid: entre la realidad y la distorsión”, *Revista de Historia Militar*, nº94. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar, 2003, pp. 163-204.
- PORRINAS GONZÁLEZ, David. “La percepción de los castillos en las Memorias de Abd Allah”, *Funciones de la red castral fronteriza : homenaje a Don Juan Torres Fontes: Congreso celebrado en Alcalá la Real en noviembre de 2003*. Alcalá la Real: Diputación Provincial de Jaén, 2004, pp. 617-630.
- PORRINAS GONZÁLEZ, David. “Cabballería y Guerra en la Edad Media Castellano-Leonesa: el libro del caballero Zifar y su contexto”, *Medievalismo*, ano 15, nº 15. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2005, pp. 39-70.

- PORRINAS GONZÁLEZ, David. “Rodrigo Díaz, el Cid Campeador, un conquistador en el siglo XI”, *El mundo de los conquistadores*, ed. Martín F. Ríos Saloma. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015, pp. 489-522.
- POSS, Jordan M. *Behind the Shield-Wall: the experience of combat in late anglo-saxon England*. Clemson: Clemson University, 2010. Dissertação de mestrado.
- POWERS, James F. “Frontier Military Service and Exemption in the Municipalities of Aragon and Castile”, *Military Affairs*, vol. 45, nº2. Washington, D.C.: American Military Institute, 1981, pp. 75-78.
- POWERS, James. “The creative interaction between Portuguese and Leonese Municipal Military Law, 1055 to 1279”, *Speculum*, vol. 62/1. Chicago: The Medieval Academy of America: University of Chicago, 1987, pp. 53-80.
- POWERS, James F. *A Society Organized for War: The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages, 1000-1284*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1988.
- POWERS, James F. “The besieged town on the Luso-Hispanic Frontier in the Twelfth Century”, *The medieval city under siege*, ed. Ivy A. Corfis and Michael Wolfe. London: Boydell & Brewer Ltd., 1999, pp. 17-34.
- PRESTWICH, Michael, [et al.]. *Medieval Warfare 1000-1300*. New York: Routledge, 2006.
- PRESTWICH, Michael. “Tournaments and Jousts”, *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, ed. Clifford Rogers, vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 367-370.
- QUIROGA, Jorge L.; LOVELLE, Mónica R. “Un modelo de análisis del poblamiento rural en el valle del Duero (siglos VIII-X)”, *Anuario de Estudios Medievales*, nº27. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997, pp. 687-748.
- RANDALL, Clare. *Livestock and landscape: exploring animal exploitation in later prehistory in the South West of Britain*, doctoral thesis. Bournemouth: Bournemouth University, 2010.
- RAU, Virgínia. “Presúrias e sesmos no povoamento de Portugal até ao século XIII”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa: Presença, 1985, pp. 91-95.
- REILLY, Bernard F. *Cristãos e Muçulmanos: a luta pela Península Ibérica*. Lisboa: Teorema, 1996.
- REILLY, Bernard. *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998.
- REIS, António Matos. *Origens dos Municípios Portugueses*. 2ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- REIS, António Matos. *História dos Municípios (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

- RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico - estudo geográfico*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1945.
- RILEY, Carlos Guilherme. “A guerra e o espaço na fronteira medieval beirã. Uma abordagem preliminar”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. IV. Porto: Universidade Portucalense, 1996, pp. 145-159.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A.. “Moneda, armas y objetos suntuarios: el tesoro de los reyes de Portugal en los primeros dos siglos de su existencia”, *Anales de Historia del Arte*, vol. 24, nº especial. Madrid: Universidad Complutense, 2014, pp. 439-460.
- RODRIGUES, Sandra. “A rede viária romana do Algarve Central”, *Actas das I Jornadas "As vias do Algarve - da época Romana à Actualidade"*, coord. Angelina Pereira. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel e Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional/ Algarve, 2006, pp. 20-22.
- RODRÍGUEZ CASILLAS, Carlos J.. *La batalla campal en la Edad Media*. Madrid: Sine Qva Non, 2018.
- RODRÍGUEZ-PICAVEA, Enrique. “La ganadería en la Castilla Medieval”, *Medievalismo*, ano 8, nº 8. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1998, pp. 111-152.
- RODRÍGUEZ-PICAVEA, Enrique. *Los monges guerreros en los reinos hispánicos - las órdenes militares en la Península Ibérica durante la Edad Media*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2008.
- RODRÍGUEZ-PICAVEA, Enrique. “La ganadería y la orden de Calatrava en la Castilla Medieval (siglos XII-XV)”, *En la España Medieval*, vol. 33. Madrid: Universidad Complutense, 2010, pp. 325-346.
- ROGERS, Clifford. “The Vegetian ‘Science of Warfare’ in the Middle Ages”, *Journal of Medieval Military History*, vol. I, ed. Clifford Rogers e Kelly DeVries. Woodbridge: The Boydell Press, 2002, pp. 1-19.
- ROGERS, Clifford. “Cavalry”, *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, ed. Clifford Rogers, vol. 1. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 354-356.
- ROJAS GABRIEL, Manuel. “Funcionalidad bélica de las fortificaciones castellanas”, *La fortaleza medieval: realidad y símbolo: Actas*, coord. Juan Antonio Barrio Barrio e Jose Vicente Cabezuelo Pliego. Alicante: Universidad de Alicante: Ayuntamiento de Alicante, 1998, pp. 47-74.
- ROJAS GABRIEL, Manuel. “El valor bélico de la cabalgada en la frontera de Granada (c. 1350-c. 1481)”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 31, nº1. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, pp. 295-328.
- ROMÃO, João Maia. *No encalço do homem medieval: as vias de comunicação do antigo termo e atual concelho de Tomar*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012. Dissertação de mestrado.

- ROSA, Carla Margarida Figueirado. *A Alma da Batalha. A vivência da guerra no Portugal Medieval*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019. Dissertação de mestrado.
- ROSS, D. J. A.. «L'originalité de "Tuoldus": le maniement de la lance», *Cahiers de Civilization Médiévale, X-XII Siècle*, ano 6, nº22. Poitiers: Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale, 1963, pp. 127-138.
- ROVISCO, Carla. *Metamorfoses do Médio Tejo: das quintas ribeirinhas e da causalidade com o rio*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009. Prova final de licenciatura.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. *En la España Musulmana*. Madrid: Espasa-Calpe, 1946.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. “El ejército y la guerra en el reino asturleonés, 718-1037”, *Settimane di studio del Centro italiano di studi sull'alto medioevo*, vol. 15. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'alto Medioevo, 1968, pp. 293-428.
- SÁNCHEZ-LÓPEZ, Guiomar, [et al.]. “Climate reconstruction for the last two millennia in central Iberia: The role of East Atlantic (EA), North Atlantic Oscillation (NAO) and their interplay over the Iberian Peninsula”, *Quaternary Science Reviews*, nº 149. Amsterdam: Elsevier, 2016, pp. 135-150.
- SÁNCHEZ SAUS, Rafael. «Los Caballeros Jerezanos en la "Nómina de la Frontera" de 1290», *En la España Medieval*, nº29. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2006, pp. 31-51.
- SANCHO, Marta. “El hierro en la Edad Media: desarrollo social y tecnología productiva”, *Anuario de Estudios Medievales*, nº41/2. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011, pp. 645-671.
- SANTOS, Ana Luísa; UMBELINO, Cláudia. “Os militares da Reconquista Cristã”, *Cenáculo. Boletim on line do Museu de Évora* [em linha], Évora: Museu Municipal, 2007, pp. 2-16 [consult. 20 setembro 2020]. Disponível em <http://museudevora.imc-ip.pt>.
- SANTOS, Filipa. *O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: militarização e povoamento*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado.
- SANTOS, João Marinho dos. *Costumes e Foros de Castelo Bom*. Lisboa: Colibri, 2018.
- SANTOS, Joaquim M. Rodrigues dos. “A castelologia portuguesa e a evolução dos estudos sobre fortificações medievais em Portugal”, *Portvgalia*, Nova Série, vol. 33. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, pp. 107-143.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos. *História Concisa de como se faz a Guerra*, ed. Tito Lyon de Castro. Mem Martins: Europa-América, 2010.
- SANTOS, Maria José Mendes da Costa Ferreira dos. *A Terra de Penafiel na Idade Média: estratégias de ocupação do território (875-1308)*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Dissertação de mestrado.

- SARMENTO, Francisco Martins. “Expedição Científica à Serra da Estrella em 1881. Secção de Archeologia. Relatório”, *Revista de Guimarães*, nº100. Guimarães: Casa de Sarmiento, 1990, pp. 299-339.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes. *D. Pedro I e a sua época*. Lisboa: Imprensa Portuguesa, 1924.
- SASTRE SANTOS, Eutímio. *La Orden de Santiago y su Regla*. Madrid: Universidad Complutense, 1981. Tese de doutoramento.
- SEIXAS, Miguel Metelo. *Quinas e Castelos. Sinais de Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.
- SERAFIM, Inês Joana Batista. *Análise biocultural de indivíduos exumados do Mosteiro de São Vicente de Fora (Lisboa)*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2017. Dissertação de Mestrado.
- SERRA, Maria José Godinho Coelho Belo dos Santos. *Águas do quotidiano. Estruturas habitacionais islâmicas no território algarvio*. Faro: Universidade do Algarve, 2013. Dissertação de mestrado.
- SERRA, Pedro Cunha. *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento no noroeste peninsular*. Lisboa, 1967.
- SERRANO, Joaquim Efe. *Pastagens do Alentejo. Bases técnicas sobre caracterização, pastoreio e melhoramento*. Évora: Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas, 2006.
- SESMA MUÑOZ, J. Ángel. “Guerra, Ejército y Sociedad en los reinos de Aragón y Navarra en la Edad Media”, *Revista de Historia Militar. Historia Militar: Métodos y Recursos de Investigación*, ano XLV, número extraordinário. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar, 2002, pp. 13-47.
- SHEMA, Steven Daniel. *Grímr-Visaged War. Viking Age Battle, With an Eye to Performance*. Reykjavik: Háskóli Íslands - Universidade da Islândia, 2014.
- SIDARUS, Adel. “Novas perspectivas sobre o Gharb al-Ândalus no tempo de D. Afonso Henriques”, *2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol II, *A política portuguesa e as suas relações exteriores*. Guimarães: Câmara Municipal, 1996, pp. 247-270.
- SILVA, Armando Davide Teixeira da. *"Os Castros Marcuenses". O Povoamento Proto-Histórico - Património da Paisagem Milenar*. Universidade Aberta, 2016. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa Medieval*. Lisboa: Colibri, 2010.
- SILVA, Carlos Tavares da; GOMES, Rosa Varela. “Primeiros resultados das escavações arqueológicas no castelo de Aljezur”, in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 347-356.

- SILVA, Cinesio Romão da. *O Julgado de Bouro: a terra e os homens*. Lisboa: Universidade Aberta, 2009. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Manuela Santos. *O Concelho de Óbidos na Idade Média*. Lisboa: Monografia Inédita, 2008.
- SILVA, Nelson Pereira da. *Demarcação do leito e da margem das águas interiores sujeitas à influência das marés, nas bacias hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis*. Coimbra: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, 2014.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da. “Contraste e mutações na paisagem agrária das planícies e colinas minhotas”, in *Studium Generale. Estudos Contemporâneos. Comunidades rurais: estudos interdisciplinares*. Porto: Ministério da Cultura - Delegação Regional Norte, 1983, pp. 9-115.
- SILVA, Tiago João Queimada e. *As metamorfoses de um guerreiro: Afonso Henriques na cronística medieval*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. Dissertação de Mestrado.
- SMAIL, R C. *Crusading Warfare, 1097-1193*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- SMITH, Robert Douglas. “Mettalurgy”, *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, Ed. Clifford Rogers, vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2010a, pp. 4-5.
- SMITH, Robert Douglas. “Weapons, hand-to-hand”, *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, ed. Clifford Rogers, vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2010b, pp. 432-440.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa. *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*. Lisboa: Oficina Ottosgrafica, 1931.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa. “Aforamentos”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, pp. 51-52.
- SOLER DEL CAMPO, Alvaro. *La evolución del armamento medieval en el reino castellano-leones y al-Andalus (siglos XII-XIV)*. Madrid: Servicio de Publicaciones del EME, 1993.
- SOLER DEL CAMPO, Alvaro. “El Armamento Medieval Islamico en la Peninsula Iberica”, *Pera Guerrear: Armamento Medieval no espaço Português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 15-35.
- SOTO-RÁBANOS, José María. “La frontera en la ideología eclesial. El caso luso-castellano(1250-1450)”, *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 15, nº1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 729-742.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. “Linhagem e identidade social da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)”, *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXVII, nº227, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007, pp. 881-898.

- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, [et al.] *Ordens religiosas em Portugal: das Origens a Trento - Guia Histórico*. 3ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.
- STORELLI, Xavier. “Les harangues de la bataille de L'Étendard (1138)”, *Médiévales*, nº 57. *Langages Politiques, XIIe-XVe siècle*, coord. Alban Gautier e Aude Mairey. Paris: Presses Universitaires de Vincennes, 2009, pp. 15-32.
- STORTI, Francesco. “Guerra e sociedade nos reinos romano-bárbaros”, *Idade Média - Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*, ed. Umberto Eco. Lisboa: D. Quixote, 2010, pp. 279-283.
- STRICKLAND, Mathew. *War and Chivalry. The conduct and perception of war in England and Normandy, 1066-1217*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SUÑÉ ARCE, Josep. *Guerra, ejército y fiscalidad en al-Andalus (ss. VIII-XII)*. Madrid: La Ergástula, 2020.
- TAMI, Alan. *L'Art de la Guerre au temps des Croisades (491/1098 - 589/1193). Du théocentrisme irrationnel aux influences mutuelles et adaptations pragmatiques dans le domaine militaire*. Bordeaux: Université Michel de Montaigne Bordeaux 3, 2012.
- TAVARES, Maria Alice da Silveira. *Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos Costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007. Dissertação de mestrado.
- TAVARES, Maria Alice da Silveira. *Costumes e Foros de Riba-Côa – Normativa e Sociedade*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013. Tese de doutoramento.
- TAVARES, Maria Alice da Silveira. “Direito local português na Idade Média (séculos XIII-XIV): os costumes e foros”, *Quiroga*, nº13. Granada: Universidad de Granada, 2018, pp. 80-90.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “A História Militar e a Historiografia Contemporânea”, *Actas do I Colóquio "Para uma visão global da História Militar"*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1990, pp. 189-205.
- TEIXEIRA, Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes. “Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (Séculos IX-XIV)”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 2002.
- TEIXEIRA, Ricardo Jorge Pinheiro. *A Evolução do Povoado e Castelo de Monforte de Rio Livre na Idade Média*, vol I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. Dissertação de mestrado.

- TEIXEIRA, Nuno Severiano; BARATA, Manuel Themudo. “Introdução Geral”, *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, pp. 11-13.
- TENTE, Catarina. “A origem da formação da paisagem rural medieval no Alto Mondego (Guarda, Portugal). O contributo da Arqueologia”, *Norba. Revista de Historia*, vol. 25-26. Badajoz: Universidad de Extremadura, 2012-2013, pp. 61-75.
- TENTE, Catarina; DE MAN, Adriaan. “O fim da Lusitânia: fragmentação e emergência de poderes no território de Viseu”, *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*, coord. José d'Encarnação, Maria Conceição Lopes e Pedro C. Carvalho. Coimbra/Mangualde: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 375-391.
- TORGAL, Luís Reis. *História... Que História?* Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo. “Crónica arqueológica de la España musulmana, X”, *Al-Andalus: revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. 12, nº1. *Las torres albarranas*. Madrid, 1947, pp. 216-220.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo. “Extensión y demografía de las ciudades hispanomusulmanas”, in *Studia Islamica*, III. Paris: Larose, 1955, pp. 35-39.
- TORRES, Cláudio. “O Garb-Al-Andaluz”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 361-437.
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago. *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- TORRES, Margarita. *Las Batallas Legendarias y el Oficio de la Guerra*. Barcelona: Areté, 2002.
- TORRES, Rui de Abreu. “Anúduva”, *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984a, p. 161.
- TORRES, Rui de Abreu. “Porteiro-mor”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984b, p. 123.
- TORRES, Rui d'Abreu. “Pousadia”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984c, pp. 154-155.
- TORRÓ, Josep. “De Bona Guerra. El ambiguo estatuto del cautivo musulmán en los países de la Corona de Aragón (siglos XII-XIII)”, *El cuerpo derrotado: cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VII-XIII)*, ed. Maribel Fierro e Francisco García Fitz. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008, pp. 435-483.
- TOUBERT, Pierre. *Les structures du latium médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IX^e siècle à la fin du XII^e siècle*. Roma e Paris: Fayard, 1994 (edição original 1973).
- TOUBERT, Pierre. *Dalla terra ai castelli. Paesaggio, agricoltura e poteri nell'Italia medievale*. Bolonha: Biblioteca Einaudi, 1997.

- TOUBERT, Pierre. *L'Europe dans sa première croissance. De Charlemagne à l'an mil*. Paris: Fayard, 2004.
- TRINDADE, Luísa. «Coimbra, "capital" do Ducado do Infante D. Pedro. Algumas questões em torno de uma possível intervenção urbanística», *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001 pp. 57-67.
- TYERMAN, Christopher. *How to plan a Crusade. Reason and Religious War in the High Middle Ages*. Penguin Books, 2015.
- UPTON-WARD, J. M. “Introdução”, *A Regra dos Templários*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006a, pp. 13-32.
- VALDEAVELLANO, Luis García de. *Estudios Medievales de Derecho Privado*. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1977.
- VARANDAS, José. «*Bonus Rex*» ou «*Rex Inutilis*» *As Periferias e o Centro: Redes e Poder no Reinado de D. Sancho II (1223-1248)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. Tese de doutoramento.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa. “Breves palavras sobre a questão de Ourique”, *Revista de Guimarães*, nº39 (3-4). Guimarães, 1929, pp. 257-259.
- VEIGA, Artur Botelho da Costa. *Estudos de História Militar Portuguesa, Atlas do Vol. I*. Lisboa: Lit. Sales e Tip. H. Torres, 1936a.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa. *Estudos de História Militar Portuguesa, vol.1, Parte Primeira: Corografia Militar do Noroeste de Portugal em 1220-1258; análise da tradição e da polémica de Ourique*. Lisboa, 1936b.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa. “De Ourique-Val-de-Vez”, *Anais – Ciclo da Fundação da Nacionalidade*, vol. I. 1940.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa. *Ayala e Aljubarrota*. Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo V. Coimbra, 1951.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa. “O fossado de Sevilha, por D. Sancho, em 1178”, *Três temas históricos (Século XII)*, separata de *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 7. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1956, pp. 241-249.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa. *Algumas palavras sobre as prováveis concepções táticas de Nuno Álvares nas duas sucessivas posições de Aljubarrota*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1961.
- VELHO, Martim. *Estudos críticos sobre a Batalha de Ourique*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1989.
- VELHO, Martim. “O ataque a Miranda, Santa Eulália e Soure em 1116.” 171-174. s.d.
- VENTURA, Leontina. “João Peres de Aboim – da terra da Nóbrega à Corte de Afonso III”. Separata da *Revista de História Económica e Social*, nº18. Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 1986.

- VENTURA, Leontina. *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Tese de doutoramento.
- VENTURA, Leontina. “O Quadro Institucional”, *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996, pp. 529-602.
- VENTURA, Leontina. “A fronteira luso-castelhana na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras*, II série, Vol. 15, tomo I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 25-52.
- VENTURA, Leontina. *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009.
- VENTURA, Leontina; FARIA, Ana Santiago. “Apêndices biográficos”, *Livro Santo de Santa Cruz*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 45-60.
- VENTURA, Leontina; GOMES, Saul António. “Leiria na crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVIII. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1993, pp. 159-197.
- VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de. “Os Briteiros (séculos XII-XIV): trajectória social e política”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1995, pp. 71-102.
- VERBRUGGEN, J. F. *The Art of Warfare in Western Europe During the Middle Ages: from the Eight Century to 1340*. 2ª edição. Woodbridge & Rochester: The Boydell Press, 1997.
- VERNA, Catherine. “Innovations et Métallurgies en Méditerranée Occidentale (XIIIe-XVe siècles)”, *Anuario de Estudios Medievales*, nº41/2. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011, pp. 623-644.
- VIANA, Mário. “Um testemunho de direito consuetudinário (1281)”, *Arquipélago. História*, 2ª série, VI. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2002, pp. 399-415.
- VIANA, Mário. “Os cavaleiros de Santarém nos séculos XII e XIII”, *Arquipélago. História*, 2ª série, IX. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2005, pp. 577-598.
- VIANA, Mário. “A lei de almotaxaria e a política económica de Afonso III”, *Abordagens à História Rural continental e insular portuguesa, séculos XIII-XVIII*, coord. Rute Dias Gregório. Ponta Delgada: CHAM – Centro de Humanidades, 2013, pp. 45-71.
- VIANA, Mário. *Foros de Castelo Melhor. Contributos para o estudo da normativa municipal*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores/ Centro de Estudos Humanísticos, 2020.
- VICENTE, António M. Balcão. «A "Extremadura" leonesa - o caso da fronteira de Ribacôa ns séculos XII e XIII», *IV Jornadas Luso-Espanholas da História Medieval*.

As relações de fronteira no século de Alcanices. Actas, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 287-300.

VICENTE, Maria da Graça Antunes Silvestre. *Entre Zêzere e Tejo, Propriedade e Povoamento (séculos XII-XIV)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013. Tese de doutoramento.

VICENTE, Maria da Graça Antunes Silvestre. *Povoamento e Propriedade - Entre o Zêzere e o Tejo*. Lisboa: Colibri, 2015.

VICENTE, Maria da Graça Antunes Silvestre. “Transumância na Beira Interior em tempos medievos”, *Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior* [em linha], nº3. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2014, pp. 101-111 [consult. 20 outubro 2019], Disponível em http://www.ubimuseum.ubi.pt/n03/_edit/ubimuseum03-print-folder/ubimuseum.03.vicente-maria-graca.pdf.

VIDAL CASTRO, Francisco. “Los prisioneros de guerra en manos de musulmanes: la doctrina legal islámica u la práctica en al-Andalus (ss. VIII-XIII).”, in *El cuerpo derrotado: cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*. Ed. Maribel Fierro e Francisco García Fitz, pp. 485-506. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.

VIEIRA, Marina Afonso. *Trabalhos de Arqueologia 36 - Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2004.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. *Abrantes Medieval (1300-1500)*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1988.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. “Em torno de Évora como espaço de fronteira (1190-1217)”, *Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer. 1147-1217. Definição e dinâmicas de um território de fronteira*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Maria João Violante Branco. Lisboa: Colibri, 2019, pp. 317-332.

VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz. “Agua y patrimonio en Castilla”, *Musulmanes y Cristianos frente al Agua en las Ciudades Medievales*, ed. María Isabel del Val Valdivieso e Olatz Villanueva Zubizarreta. Universidad de Cantabria/ Universidad de Castilla-La Mancha, 2008, pp. 15-48.

VILLENA, Leonardo. “Glosario de Términos Castellológicos Medievales en Lenguas Románicas”, *Castillos de España*, segunda época, nº4. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 1971, pp. 77-92.

VIVAS PÉREZ, Miguel Ángel; GARCÍA, Rita G. García. “La vida en la atalaya”, *Castillos de España*, nº149. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 2008, pp. 27-42.

- WILSON, Jonathan. “Dispatches from the Western Frontier. Portugal and the Crusades”, *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Vol. I. Palmela: Município de Palmela, 2018, pp. 209-244.
- WILSON, Jonathan. «Soeiro (II) Viegas, Bishop of Lisbon and the “First Portuguese Crusade”», *Da Conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer (1147-1217): definição e dinâmicas de um território de fronteira*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Maria João Violante Branco. Lisboa: Edições Colibri, 2019, pp. 209-236.
- WISE, Terence; SCOLLINS, Richard. *The Knights of Christ. Men-at-Arms series*, nº155. London: Osprey Publishing, 1984.
- ZUMTHOR, Paul. *La Mesure du monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

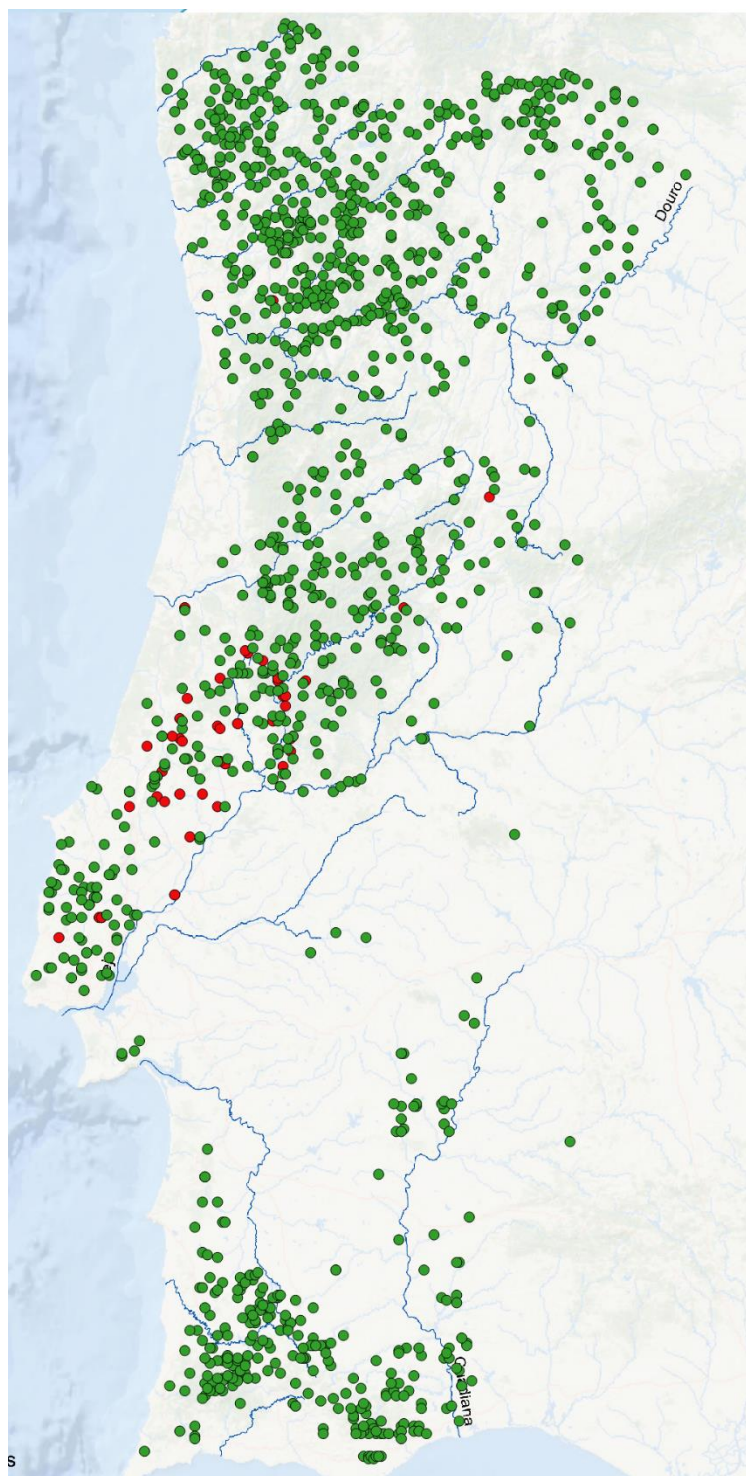
RECURSOS DIGITAIS

- ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.); FONTES, João Luís; SILVA, Gonçalo Miguel Correia de Melo da (2005-2008). *Regnum Regis – As inquirições do reinado de Afonso II (1211-1223)* [em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [consult. 10 janeiro 2021]. Disponível em <http://jlimaiem.fcsh.unl.pt/Unidadeespacials>.
- LOPES, Graça Videira, [et al.], *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [em linha]. 2011-. [consult. 06 março de 2019]. Disponível em <http://cantigas.fcsh.unl.pt>.
- QGIS.org, 2021. QGIS *Geographic Information System* [software opensource]. QGIS Association. Disponível em <http://www.qgis.org>.
- SOCIEDADE PORTUGUESA DE BOTÂNICA. *Flora-on: Flora de Portugal Interactiva*. [em linha]. 2014-. [consult. 08 agosto 2019]. Disponível em www.flora-on.pt.

ANEXOS

Anexo A - Mapas

Mapa 1. Toponímia alusiva a locais de passagem em terreno com relevo montanhoso ou ondulado



Mapa do autor, produzido no software opensource QGis sobre raster do CIGeoE

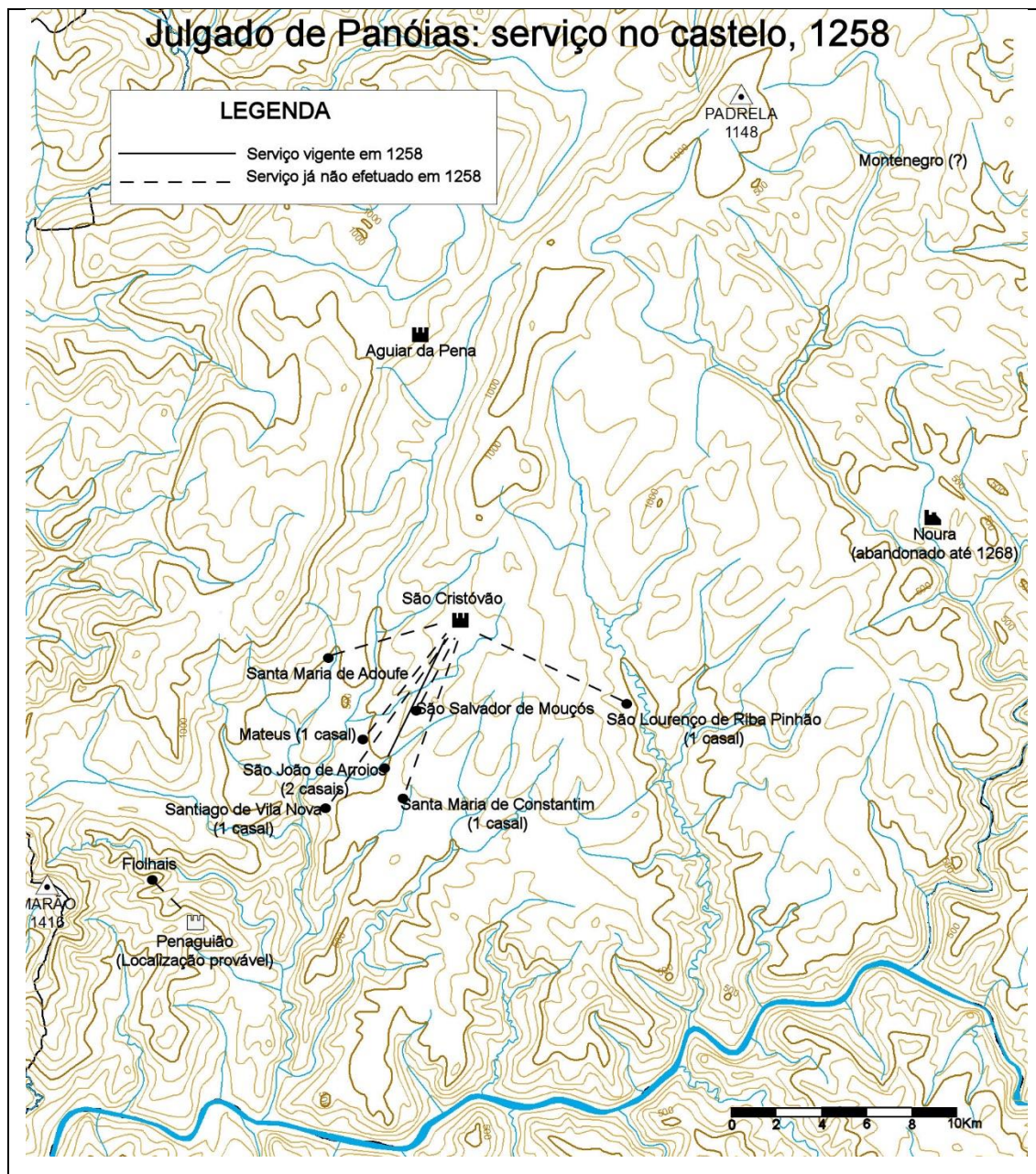


Mapa 2 – Rede viária medieval – itinerários principais



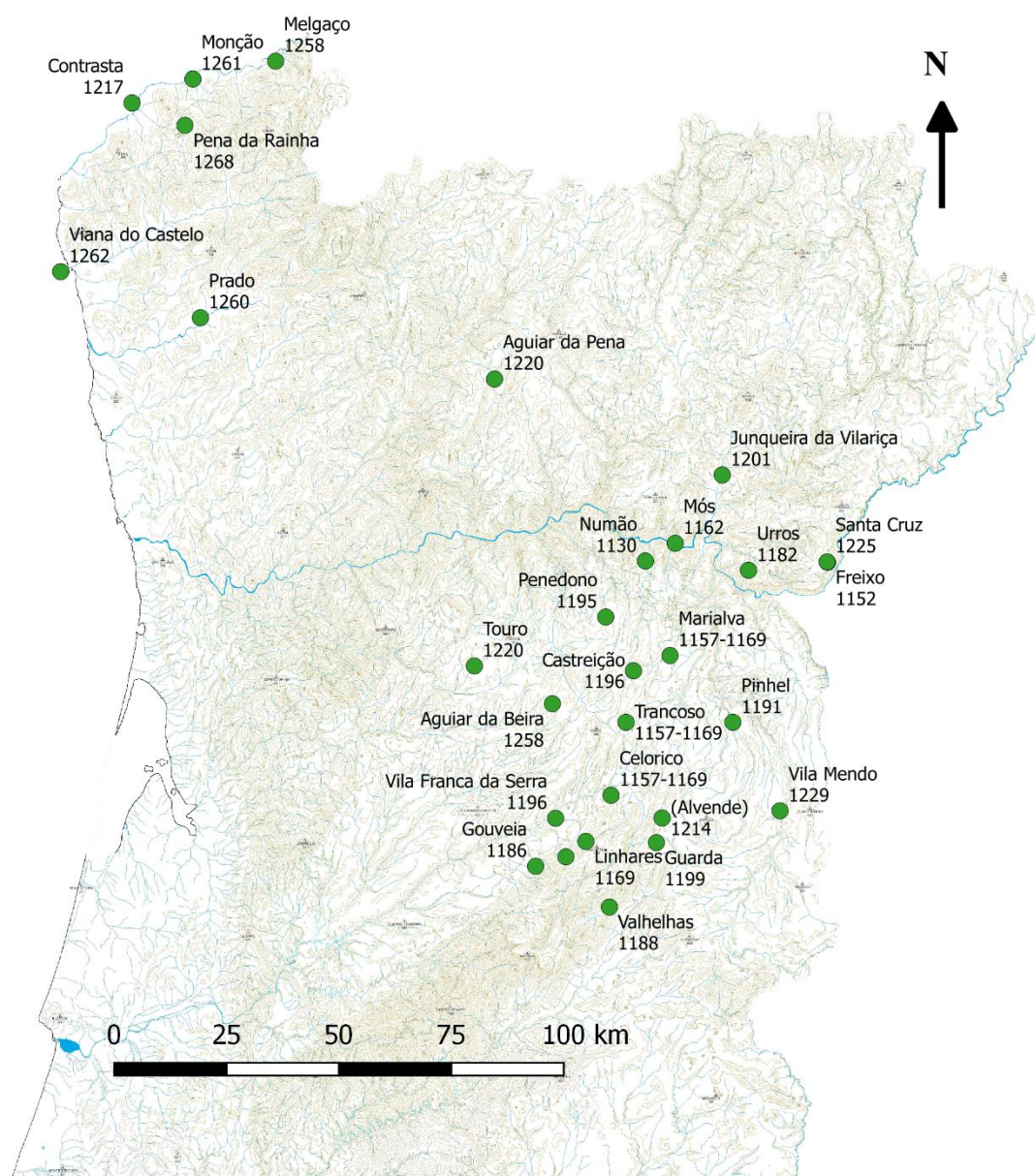
Mapa extraído de Mattoso, 1995 (II), pp. 226-227, adaptado pelo autor.

Mapa 3. Serviço ao castelo de São Cristóvão de Panóias



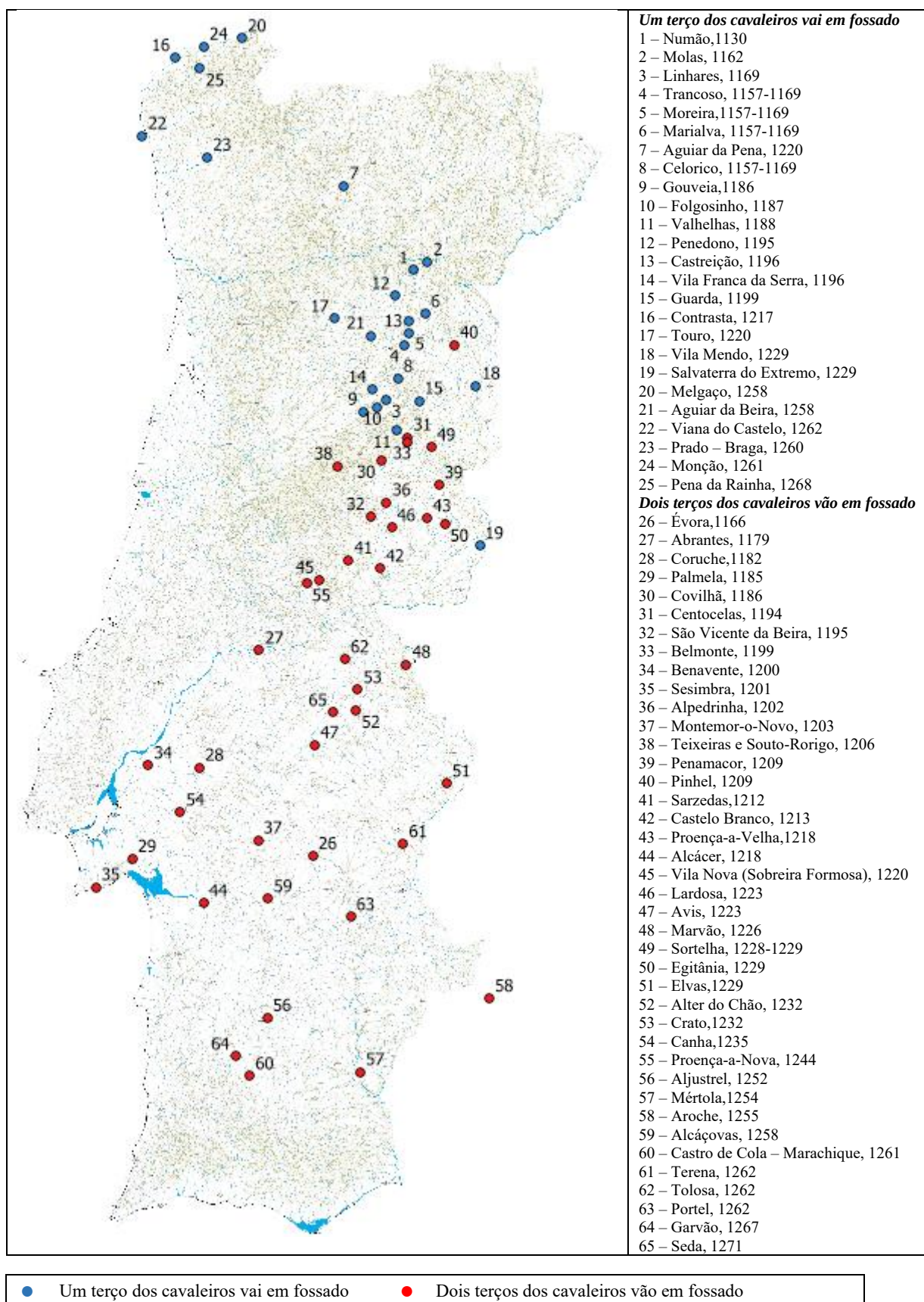
Mapa do autor, produzido no *software opensource* QGis sobre raster do CIGeoE

Mapa 4. Forais do grupo de Numão e resposta municipal à ameaça castelhano-leonesa, 1130-1268



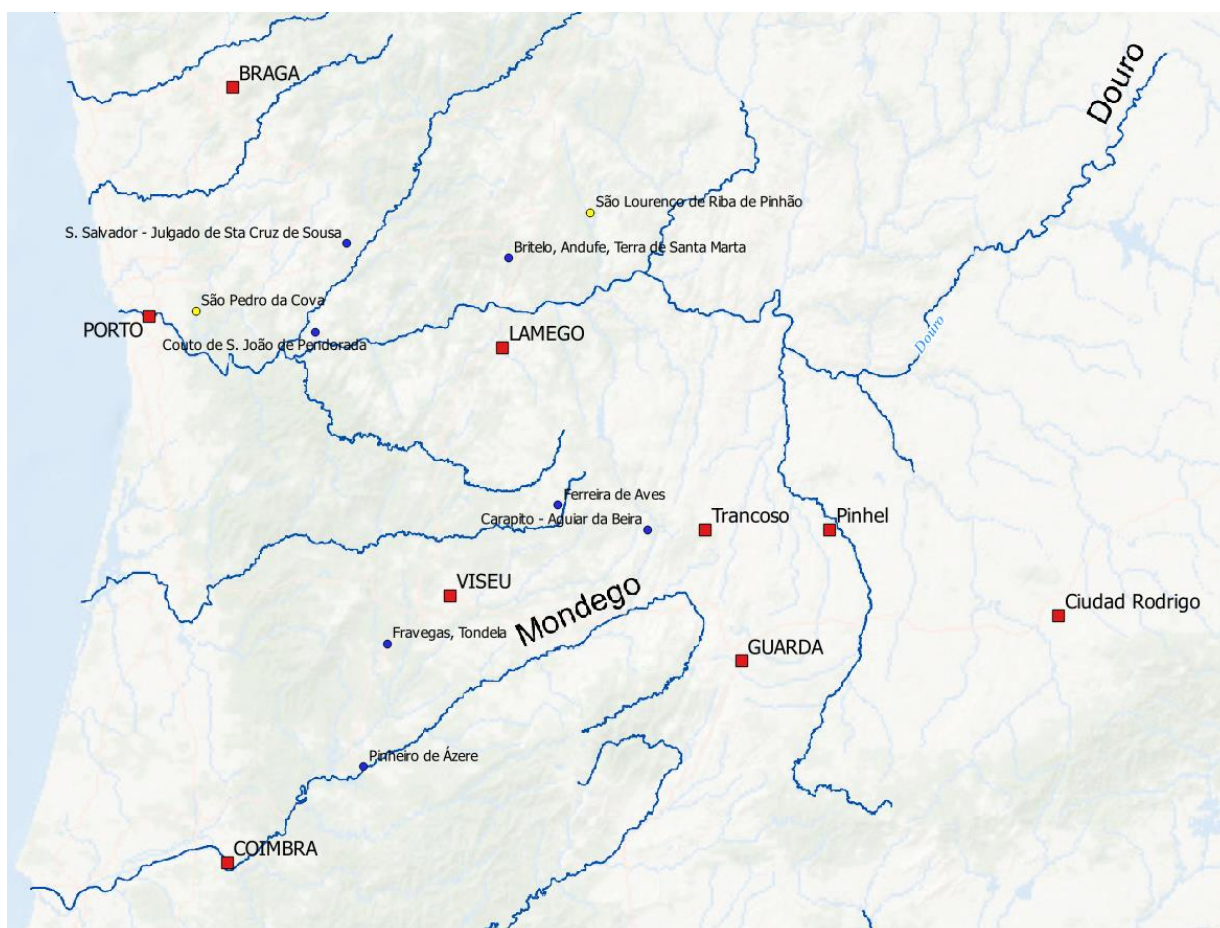
Mapa do autor, produzido no *software opensource* QGis sobre raster do CIGeoE

Mapa 5. Efetivo obrigado a ir em fossado



Mapa do autor, produzido no software opensource QGis sobre raster do CIGeoE

Mapa 6. A Hoste de Pinhel (1199) nas Inquirições de 1258



Mapa do autor, produzido no *software open source* QGis sobre *raster* do CIGeoE

1. Presenças na Hoste

São João de Pendorada. Homens do couto foram na hoste (PMH-I, p. 1381a e b);

São Salvador (julgado de Santa Cruz de Sousa). Foi dada uma vaca ao rei quando ele foi na hoste (PMH-I, p.599b);

Carapito, Aguiar da Beira. Homens de Carapito foram na hoste (PMH-I, p. 791b);

Ferreira de Aves. Homens do concelho foram na hoste (PMH-I, p. 797a e b);

Pinheiro de Ázere. Homens de Pinheiro foram na hoste (PMH-I, p. 816b);

Fravegas (Tondela). A igreja de Fravegas tem uma herdade foreira do rei em Ameiro, desde que os moradores foram a Pinhel (PMH-I, p. 829b);

Santa Ovaia de Andufe (Terra de Santa Marta). Um homem de Britelo foi na hoste (PMH-I, p. 1211a).

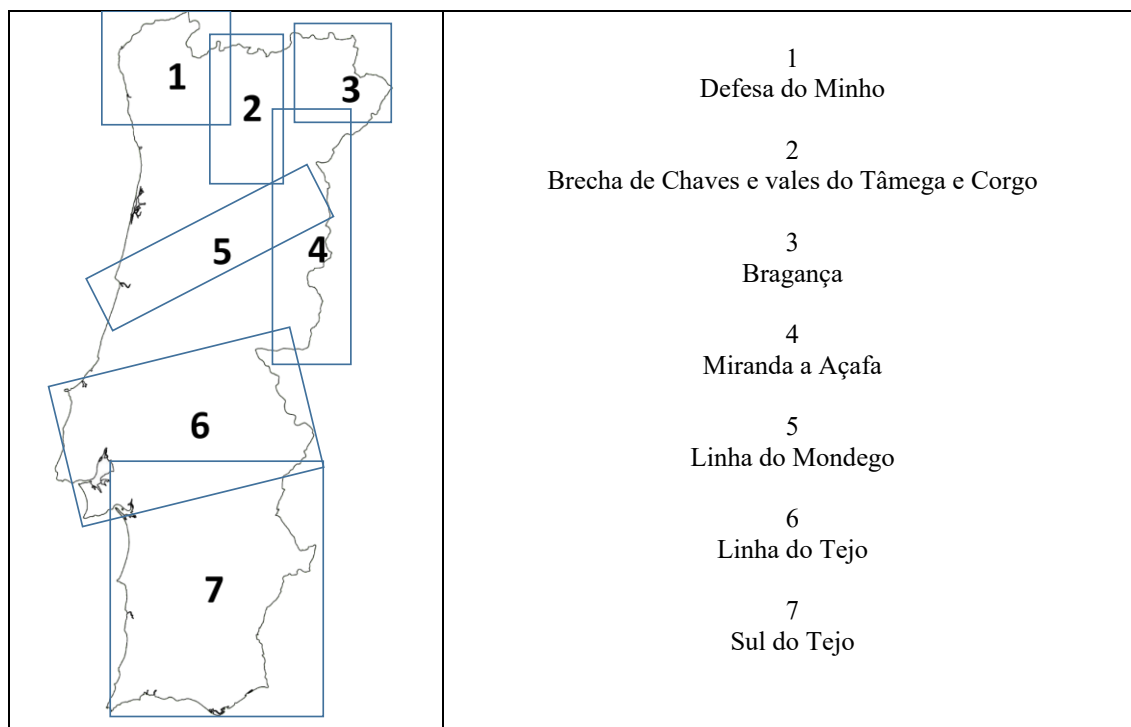
2. Ecos da Hoste

São Pedro da Cova, Gondomar. O bispo do Porto apropriou-se da igreja de São Pedro na altura em que o rei regressava da hoste (PMH, 519b.);

São Lourenço de Riba de Pinhão. A hoste é referência cronológica (PMH-I, p. 1256b);

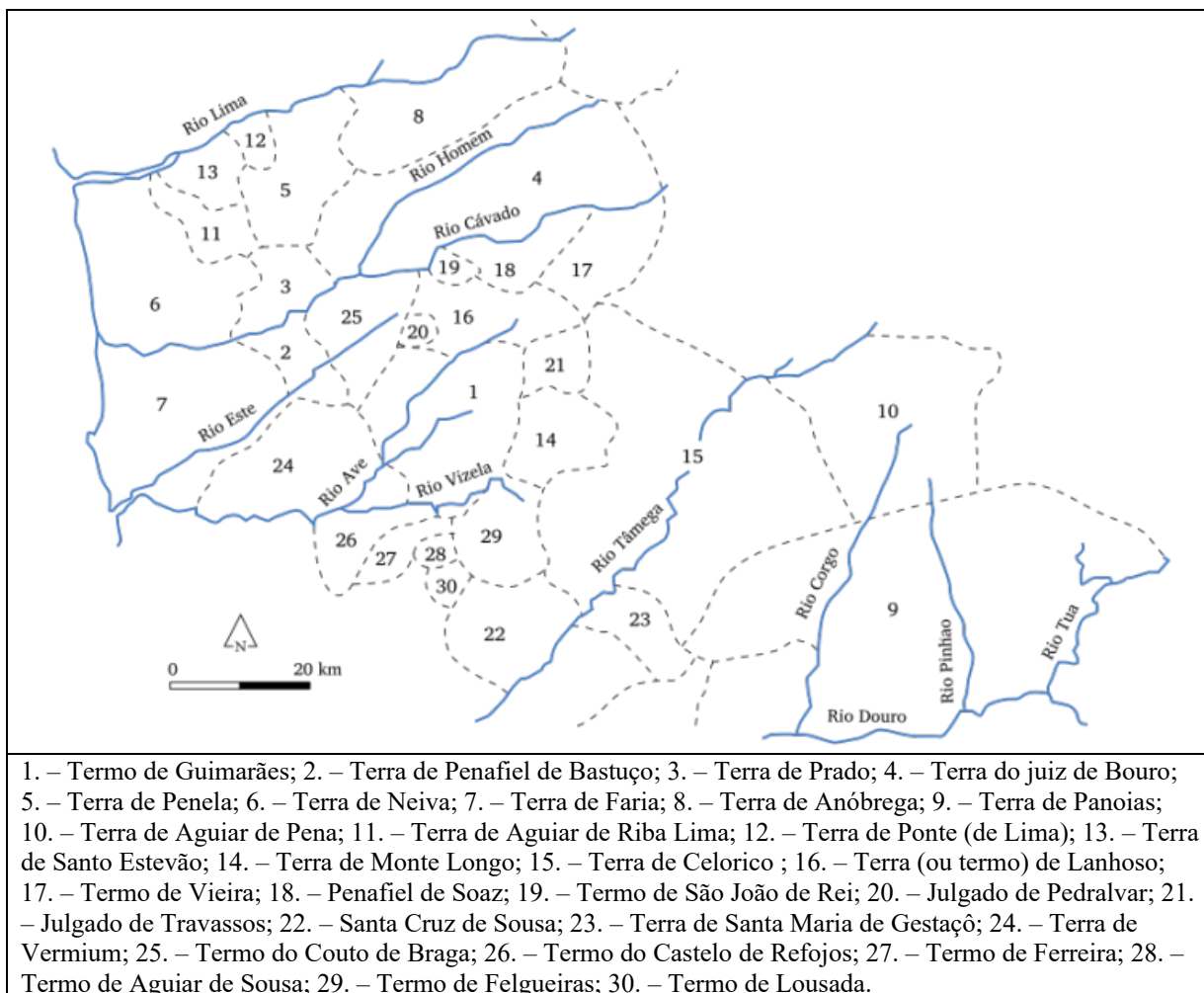
Pena da Rainha [Não representado]. D. Garcia Gomez, da colação de Santa Maria de Longovares, recebeu um reguengo do rei por ter ido à hoste de Pinhel (PMH-I, p. 374a).

Mapa 7. Principais conjuntos de fortificações que operaram em sistema entre 1128 e 1249



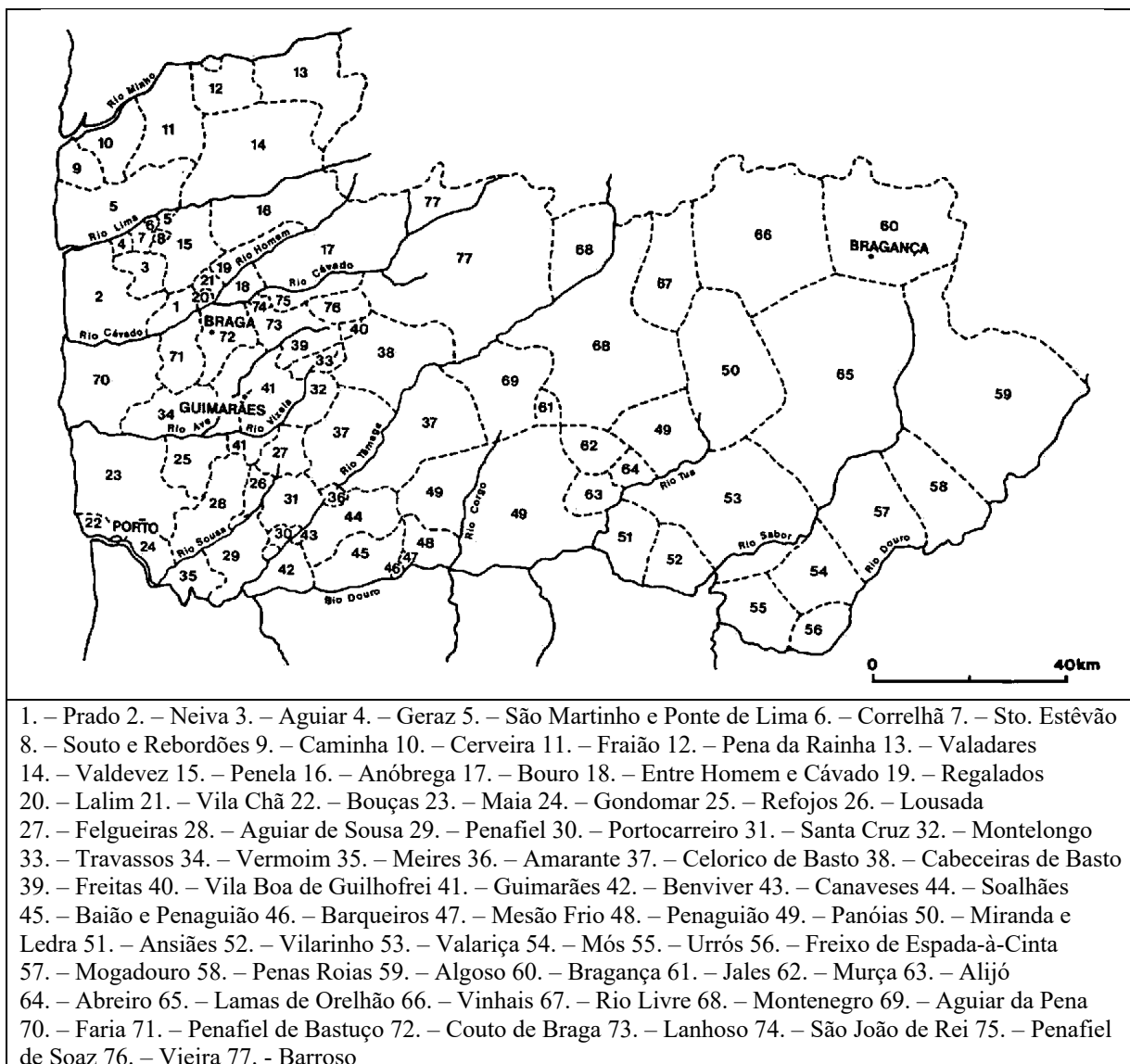
Os elementos de partida para a elaboração cartográfica dos sistemas de fortificações foram os mapas de Costa Veiga para a região de Entre-Douro-e-Minho (1936a), Mário Barroca, incidindo somente na segunda metade do século XII (2003d, p. 107) e Miguel Gomes Martins (2007, p. 409), este último como balizagem respeitante a obras em fortificações no reinado de D. Afonso III. Preferencialmente com base em fontes e só na sua ausência com recurso a bibliografia, procedeu-se à referenciação de todos os castelos ativos na totalidade ou pelo menos em parte da cronologia estudada (1128-1249), tendo em consideração que o primeiro desafio seria preencher o hiato de meio século, entre 1200 e 1250, que os mapas-base, no seu conjunto, configuravam, identificando-se Alpedriz (BP 201 de 1214, maio, 20); Alvelima (PMH-I, p. 1290a de 1258); Avis (BC, p. 2450 de 1211, junho, 30); Balsamão (CM, p. 416); Cabrela (ANTT Gaveta V, mç. 1, doc 18 de 1236, janeiro, 19); Canha (PMH-LC, p. 626 de 1235, fevereiro); Gouveia – c. Amarante (PMH-I, p. 627 de 1258), Penafiel de Soaz (PMH-I, p. 248a de 1220); Penaguião (PMH-I, p. 1171); Piconha (HENRIQUES, 2003, pp. 100-103); Porches (CAIII-II, doc. 466 de 1250); São Romão – Barroso (PMH-I, p. 136b de 1220); Sortelha (PMH-LC-I, p. 608 de 1228-29); Tourãos – Rebordãos (DS 179 de 1208, novembro) e Touro (PMH-LC-I, p. 587 de 1220). Neste processo foram também identificados alguns castelos que não constam no mapa de Barroca, mas que nos pareceram estar ativos ainda antes de 1200, nomeadamente Algodres (DR 319 de 1173, outubro, 31); Caldas de Aregos (PMH-DC 917 de 1099 e PMH-I p. 987b de 1258); Cantillana (*Rawd al-Qirtas*, II, trad. Huici Miranda, p. 612); Carphanabal, Carvoeiro, Monchique, Montagudo, São Bartolomeu de Messines (DIN, p. 30, referido a 1189); Terena (IBN SA'ID AL-MAGHRIBI, ed. Shawqi Dayf, p. 360); ou continuar ativos pelo menos no início do reinado de D. Afonso Henriques, como no caso de Bordeiro (DR 39 de 1113-17). Incluíram-se os castelos que estiveram na posse da Coroa Portuguesa, ainda que mais tarde passassem para o rei de Castela, bem como se mantiveram como castelos castelhano-leoneses os que pertenceram àquele poder até ao Tratado de Alcanizes de 1297. Entre estes encontram-se Aiamonte e Alfajar da Pena (RSII 67 de 1239, janeiro, 6), Aracena (PMH-LC-II, p. 253 de 1253-54) e Aroche. Adicionalmente, para perceber melhor a enquadramento estratégica dos castelos portugueses, identificaram-se os principais castelos leoneses e castelhanos da região de fronteira, embora com menor exaustividade e, fundamentalmente, com recurso a bibliografia. A cartografia resultante enferma de diversos problemas, como o de colocar no mesmo plano castelos, povoações amuralhadas e algumas pequenas fortificações, principalmente do lado muçulmano, identificadas como castelos nas fontes, mas que podem não passar de atalaias ou alcarias. Ainda assim acreditamos que o resultado, patente nos mapas 10 a 18, tem utilidade enquanto instrumento de trabalho.

Mapa 8. Terras e Julgados entre Douro-e-Lima nas Inquirições de 1220



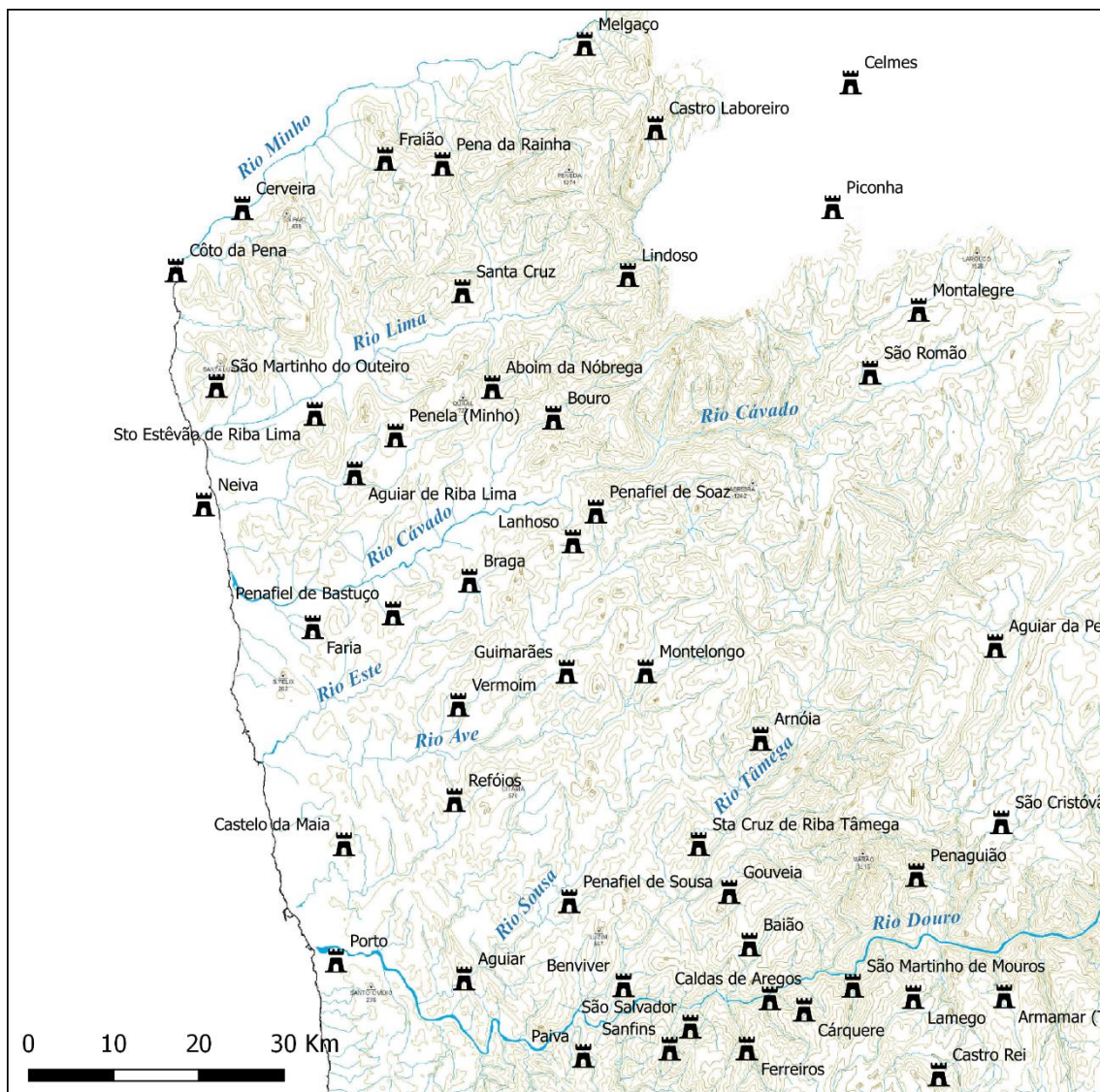
Mapa adaptado por Luís Filipe Oliveira, com base em Mattoso, 1995, pp. 224-225. Disponível em <http://books.openedition.org/cvz/docannexe/image/316/img-1.png>, consultado em 13-05-2020

Mapa 9. Terras e Julgados a norte do Douro em 1258



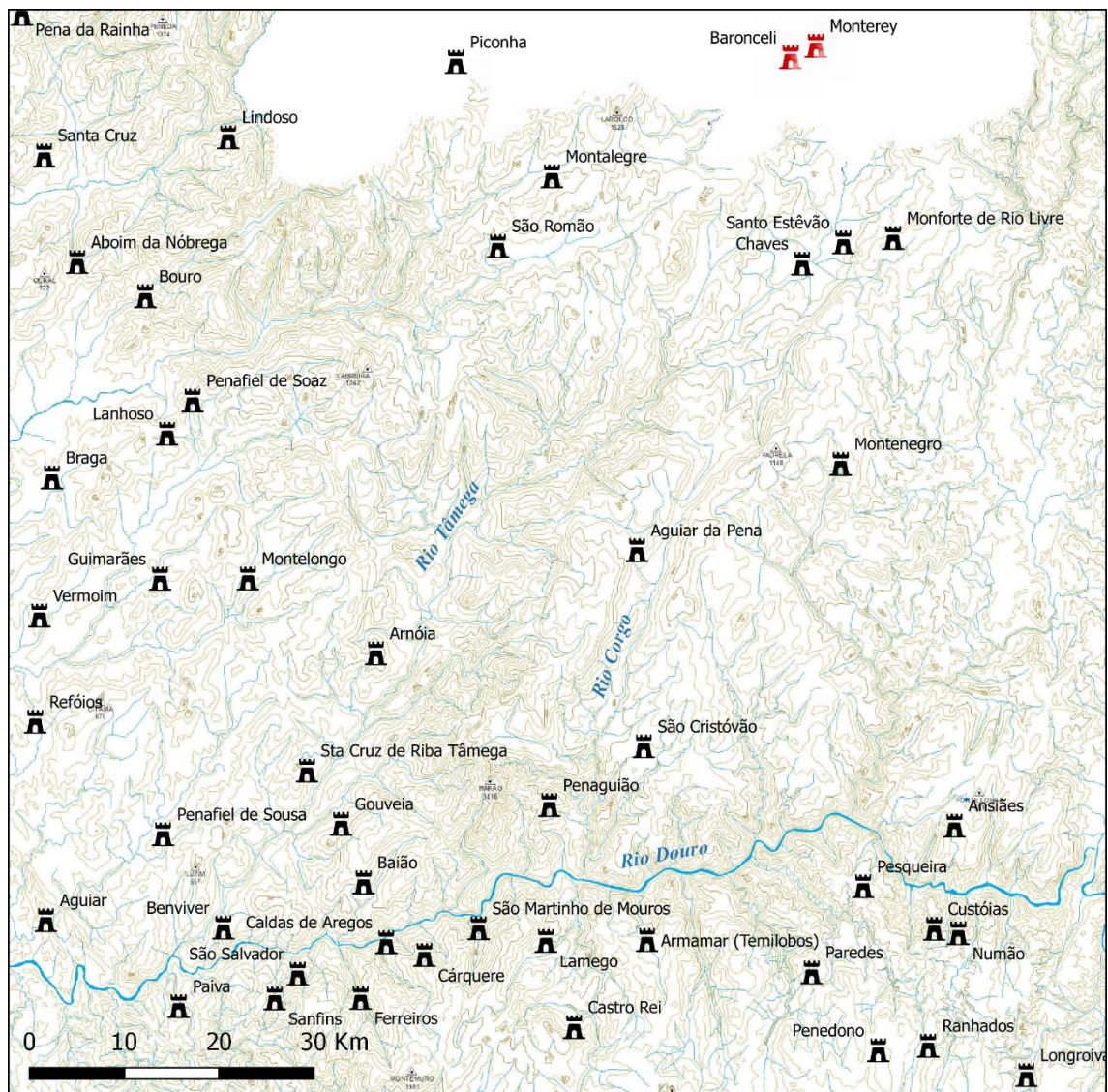
Mapa extraído de Mattoso, 1995 (II), pp. 226-227

Mapa 10. Principais fortificações ativas no Entre-Douro-e-Minho (1128-1249)



Mapa do autor, produzido no *software opensource* QGis sobre raster do CIGeoE

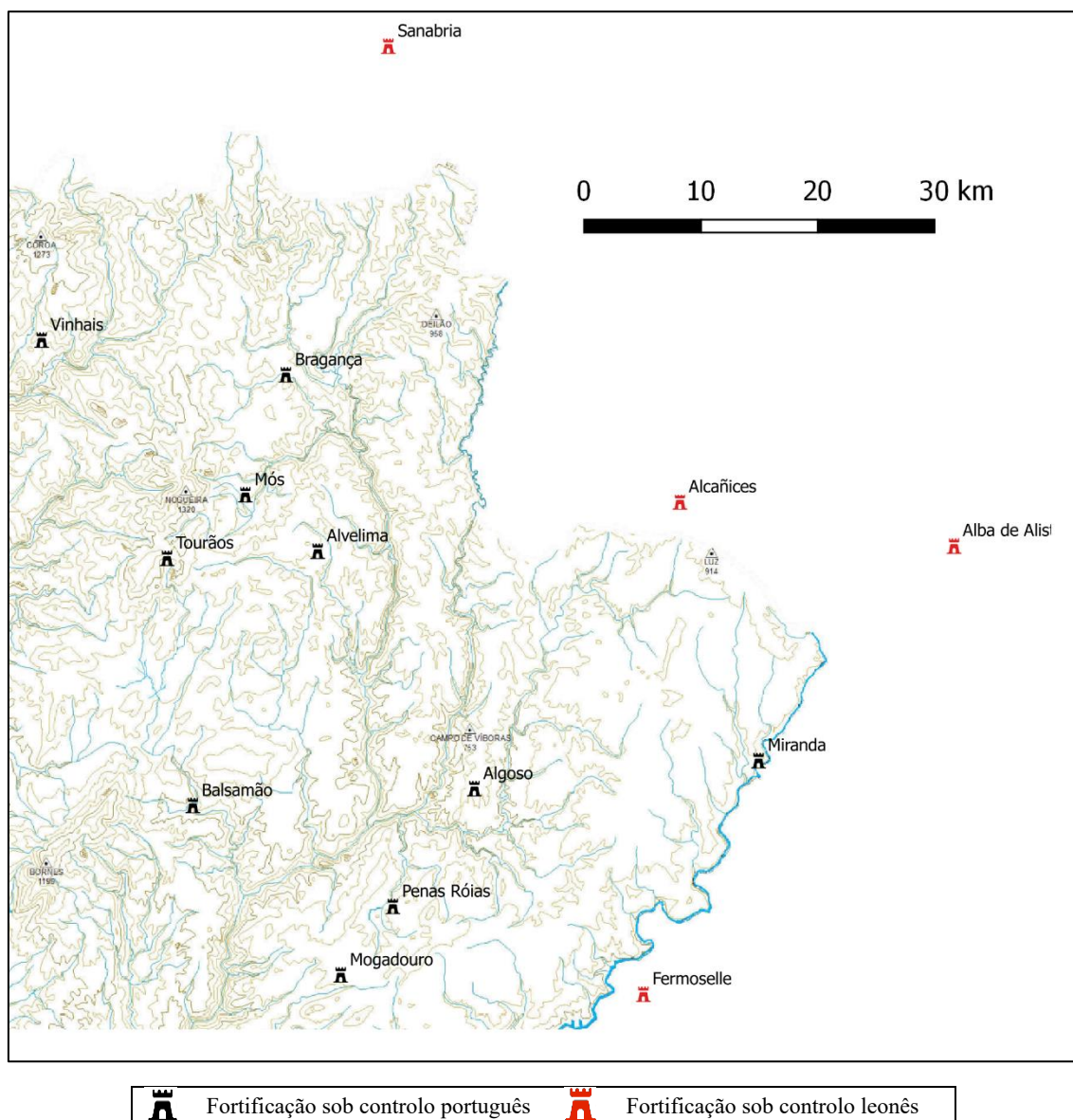
Mapa 11. Principais fortificações ativas nos cursos do Tâmega e Corgo (1128-1249)



 Fortificação sob controlo português
  Fortificação sob controlo leonês

Mapa do autor, produzido no *software opensource* QGis sobre raster do CIGeoE

Mapa 12. Principais fortificações ativas na região de Bragança (1128-1249)



Mapa do autor, produzido no *software opensource* QGis sobre *raster* do CIGeoE

Map of the Iberian Peninsula showing the locations of 100 castles. The map includes a scale bar from 0 to 100 km and a north arrow. Castles are marked with black and red icons, and their names are labeled in Portuguese. The map shows the distribution of castles across the Iberian Peninsula, with a higher concentration in the north and west.

Castles marked with black icons (50 total):

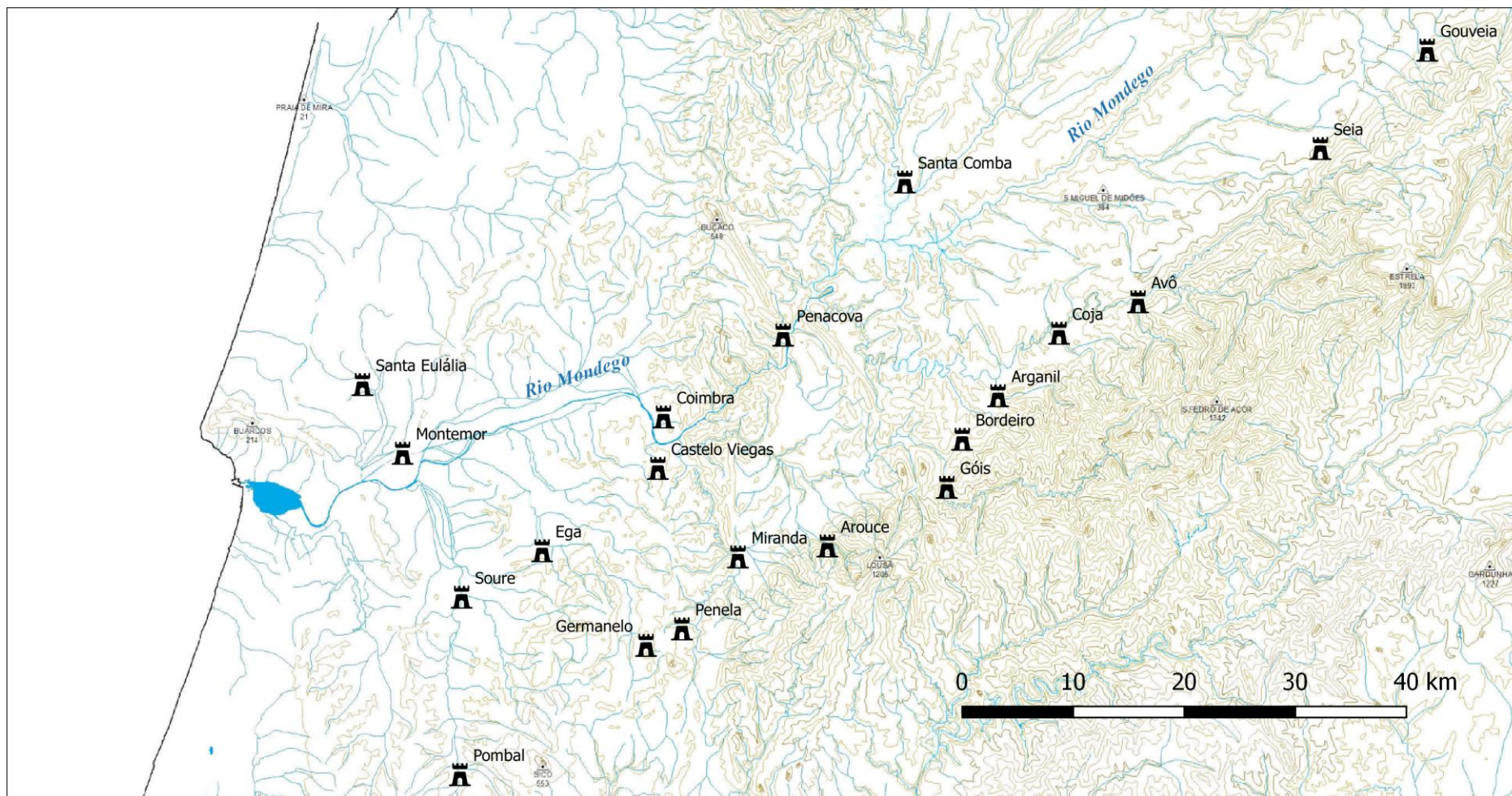
- Montenegro
- Aguiar da Pena
- São Cristóvão
- Pesqueira
- Paredes
- Custóias
- Numão
- Castelo Melhor
- Ranhados
- Penedono
- Sernancelhe
- Terrenho
- da Beira
- Trancoso
- Penalva
- Algodres
- Seia
- Valhelhas
- Belmonte
- Covilhã
- Sortelha
- Penamacor
- Castelo Novo
- Proença-a-Velha
- Idanha-a-Nova
- Sarzedas
- Castelo Branco
- Açafa
- Montalvão
- Ansiaes
- Torre de Moncorvo
- Urros
- Alva
- Foz Águeda
- Longroiva
- Marialva
- Moreira de Rei
- Pinhel
- Gouveias
- Jarmelo
- Guarda
- Touro
- Alfaiates
- Sabugal
- Monsanto
- Idanha

Castles marked with red icons (50 total):

- Balsamão
- Algofo
- Penas Róias
- Mogadouro
- Fermoselle
- Vilvestre
- Freixo de Espada à Cinta
- Hinojosa
- Sobradillo
- Castelo Rodrigo
- Monforte de Ribacôa
- Almeida
- Castelo Bom
- Castelo Mendo
- Vilar Maior
- Caria
- Talaia
- Abaroncinhos
- Eljas
- San Martin de Trevejo
- Trevejo
- Moraleja
- Cória
- Salvaterra do Extremo
- Piedras Albas
- Alcântara
- Villa del Rey
- Ciudad Rodrigo

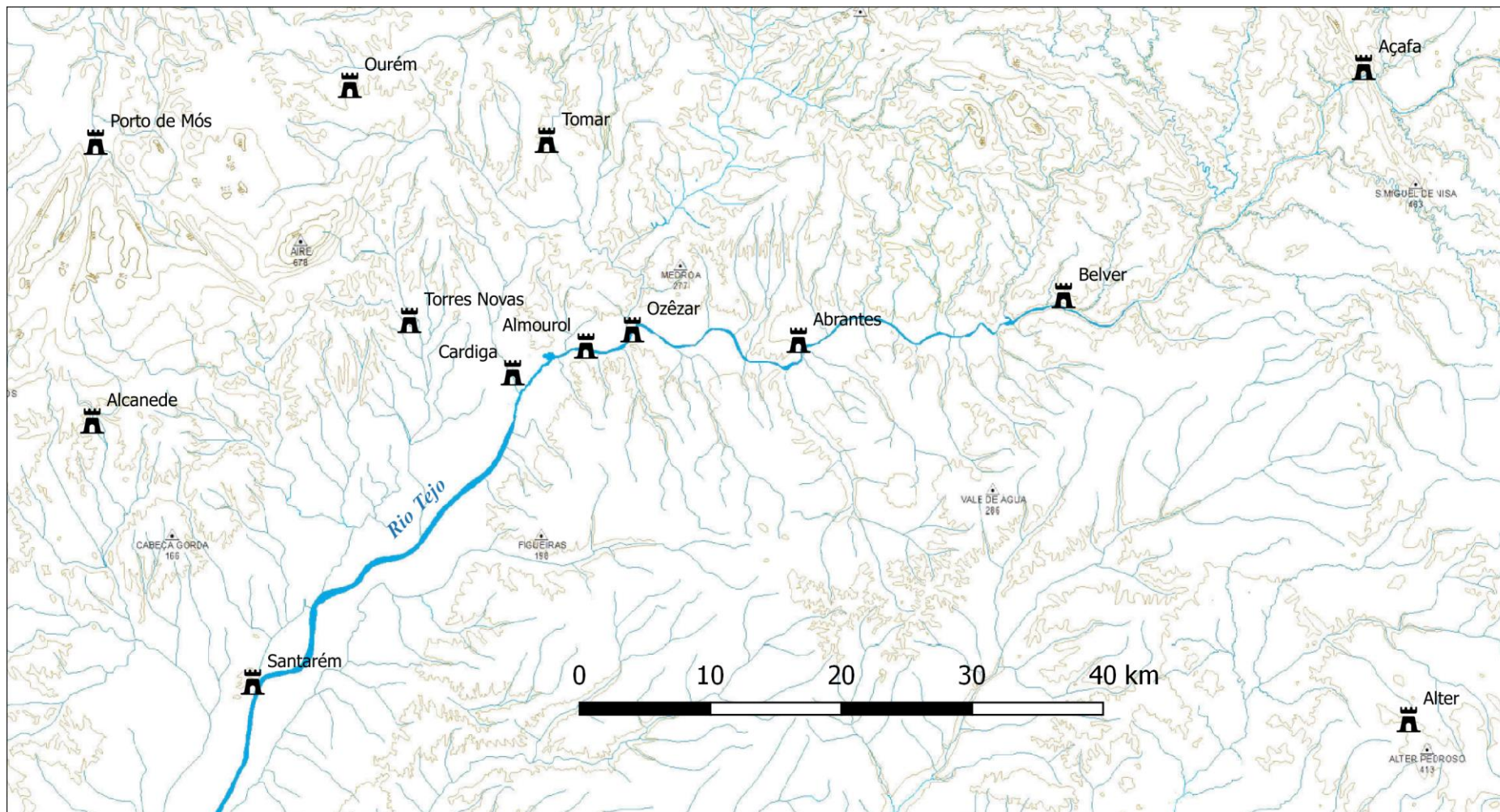
 Fortificação sob controlo português
  Fortificação sob controlo leonês

Mapa 14. Principais fortificações ativas em torno do Mondego (1128-1249)



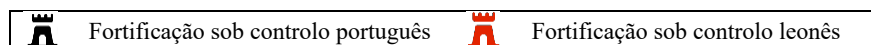
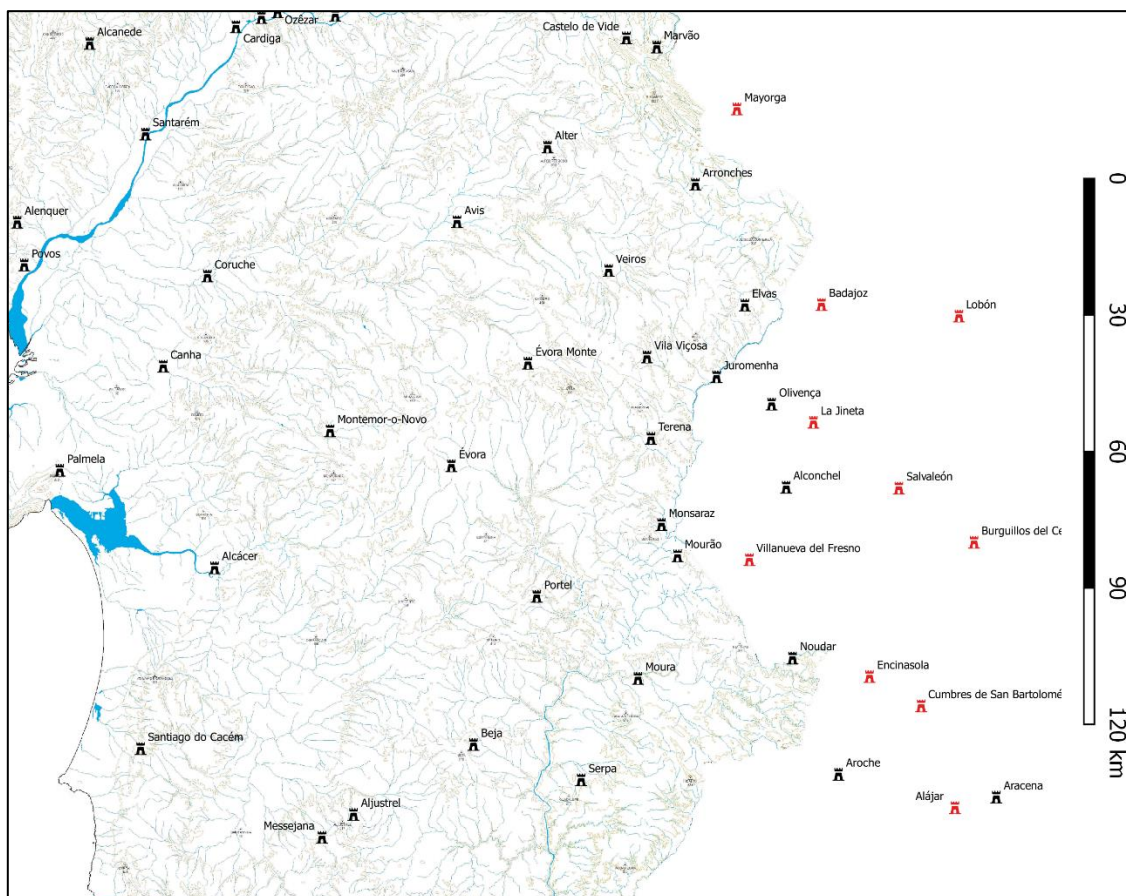
Mapa do autor, produzido no software opensource QGis sobre raster do CIGeoE

Mapa 15. Principais fortificações ativas no curso médio do Tejo (1128-1249)



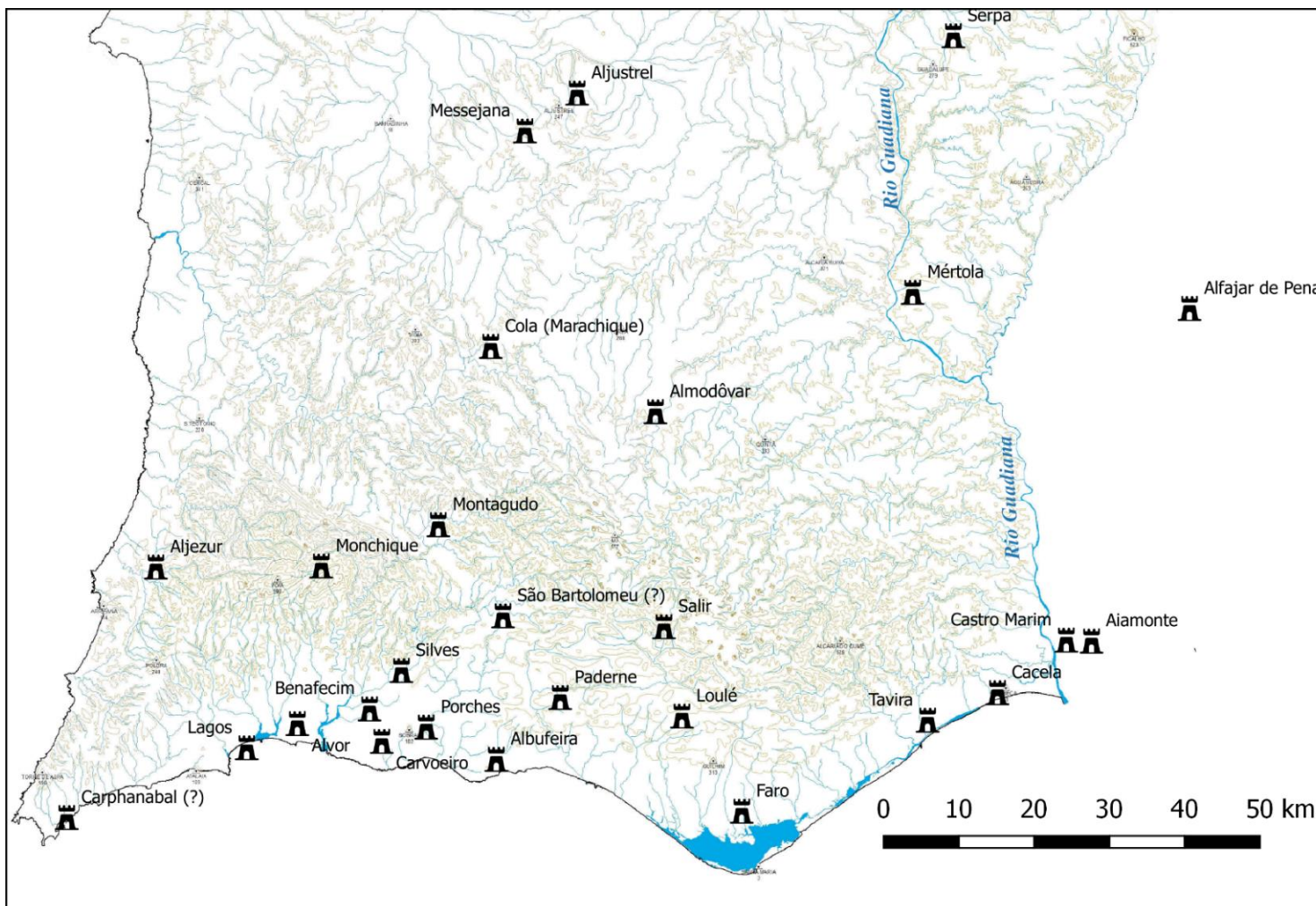
Mapa do autor, produzido no *software* opensource QGis sobre *raster* do CIGeoE

Mapa 16. Principais fortificações de operação cristã no atual Alentejo e Estremadura Leonesa no final do século XII e início do século XIII



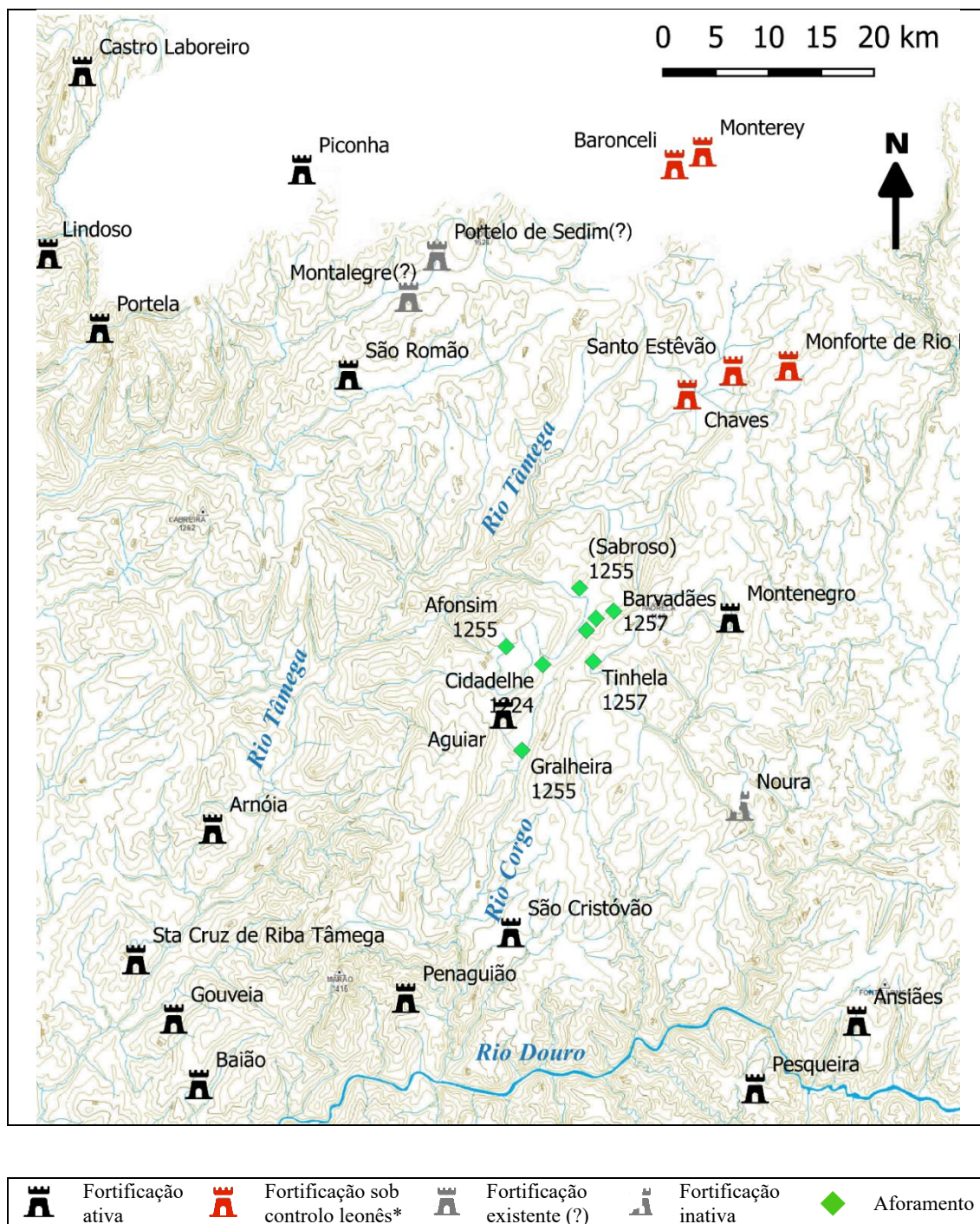
Mapa do autor, produzido no *software opensource* QGis sobre *raster* do CIGeoE

Mapa 17. Principais fortificações muçulmanas no Algarve no século XII e início do século XIII



Mapa do autor, produzido no *software* opensource QGIS sobre *raster* do CIGeoE

Mapa 18. Aforamentos da região de Aguiar da Pena (1224-1257) e ida em hoste entre os rios Douro e Minho



Mapa do autor, produzido no *software* opensource QGis sobre raster do CIGeoE

Anexo B - Figuras

Figura 1. Representação do uso da besta na Península Ibérica.

Beato de Liébana. *Comentarios al Apocalipsis* (Bíblia de Osma), 1086, fl. 85v. Biblioteca de la Catedral del Burgo de Osma-Soria [em linha], disponível em https://www.vgesa.com/facsimile-codex-beatus_liebana-osma.htm [consult. 10 janeiro 2021].



Figura 2. Coexistência do arco e da besta.

Livro de Aves do Mosteiro de Lorvão, 1184. ANTT, MSML, B, 5, fl.2v [em linha], disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4381076> [consult. 10 janeiro 2021].

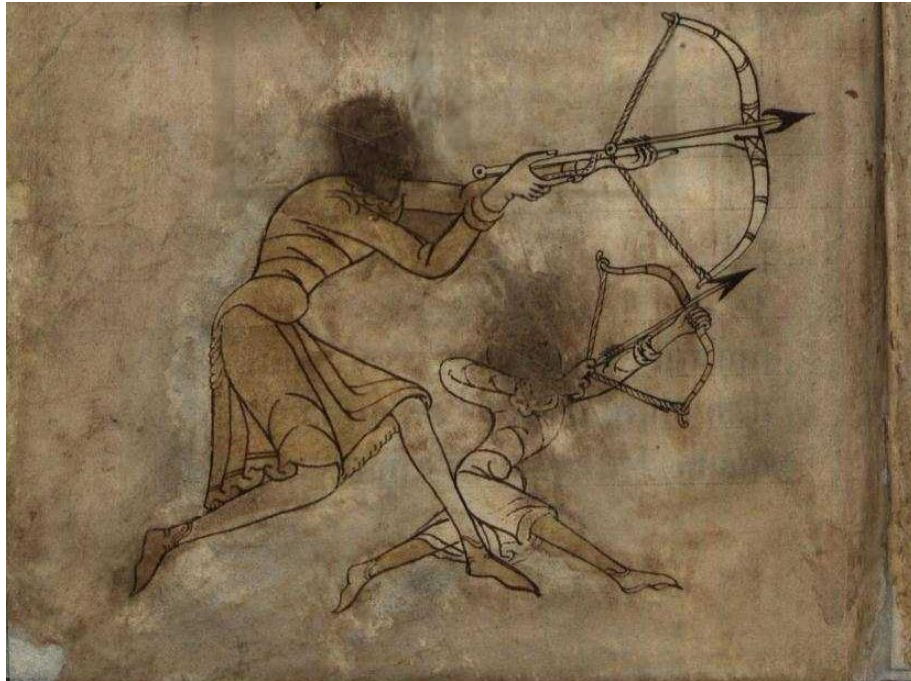


Figura 3. Representação de besta com estribo.

AFONSO X, o Sábio, *Cantigas de Santa María*, 1284. Cantiga nº126, quadro 1, MS T.I. 1, Códice Rico. Biblioteca do Escorial [em linha], disponível em http://warfare.gq/Cantiga/Cantigas_de_Santa_Maria-126-1.htm [consult. 10 janeiro 2021].



Figura 4. Convivência entre a monta à brida e a monta à gineta.

Biblia Sancti Petri Rodensis (Bíblia de Roda), 1150-1100, fl. 145v. Bibliothèque Nationale de France [em linha], disponível em <http://manuscriptminiatures.com/4358/13470/> [consult. 10 janeiro 2021].

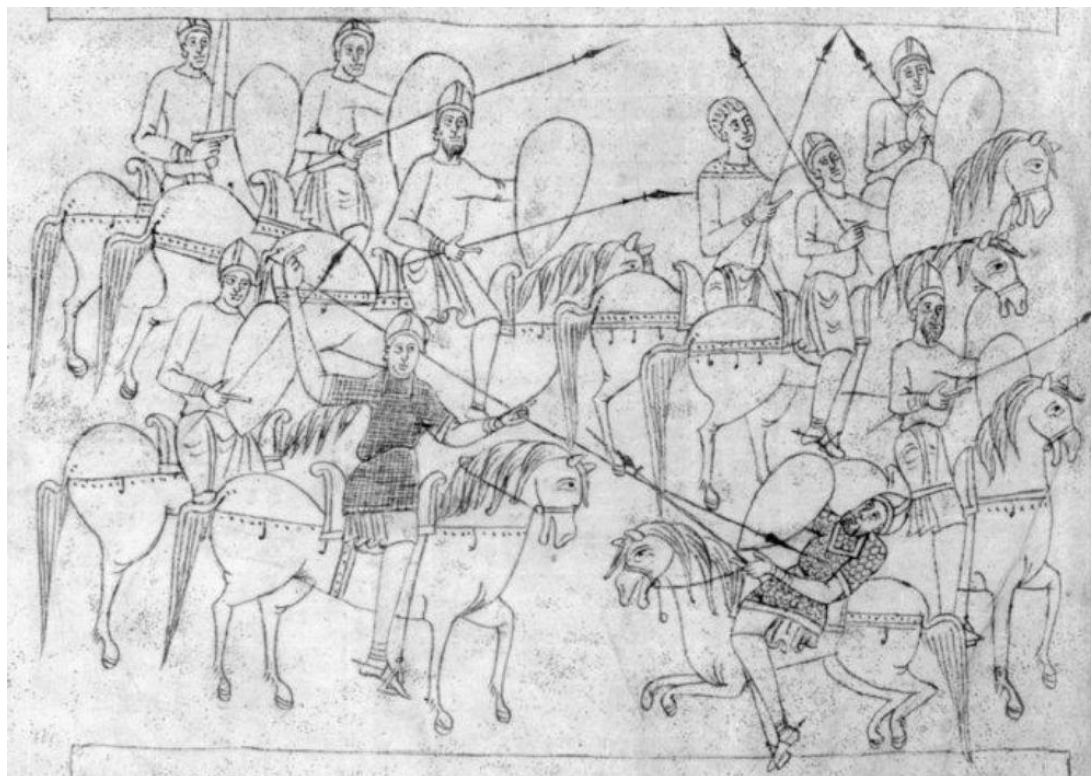


Figura 5. Uso da lança como arma de arremesso.

AFONSO X, o Sábio, *Cantigas de Santa María*, 1284. Cantiga nº28, quadro 3, MS T.I.1, Códice Rico, 1284, Biblioteca do Escorial [em linha], disponível em http://warfare.totalh.net/Cantiga/Cantigas_de_Santa_Maria.htm [consult. 10 janeiro 2021]



Figura 6. Representação do exército de Nabucodonosor a atacar Jerusalém.

Beato de Liébana, *Apocalipse de las Huelgas*, 1220 [em linha]. MS, M.429, folio 149v. New York: Morgan Library, disponível em http://www.warfare.gq/13/Beatus-1220-MsM.429-f149v-Siege_of_Jerusalem.htm [consult. 10 janeiro 2021].



Figura 7. Representação de cavaleiro cristão.

Baixo-relevo do portal da igreja do convento de Vilar de Frades (c. Barcelos), início do século XII.

Diana Gonçalves, foto particular.



Figura 8. Representação de Santiago a cavalo contra os mouros.

Retábulo do altar da igreja do castelo de Santiago do Cacém, c. 1320.

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral. “Inventário do Património Histórico-Cultural do concelho de Santiago do Cacém”, *Atlas do Sudoeste Português* [em linha], foto da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, disponível em <https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=en/node/270> [consult. 10 janeiro 2021].



Figura 9. Representação de cavaleiro e duas cabeças degoladas.

Claustro da Sé de Évora, século XIV.

Paulo Moreira, foto particular.



Figura 10. Tábua de concordância de Bíblia do Mosteiro de Alcobaça.

Século XII. Biblioteca Nacional, Alc. 399, fl. 95.

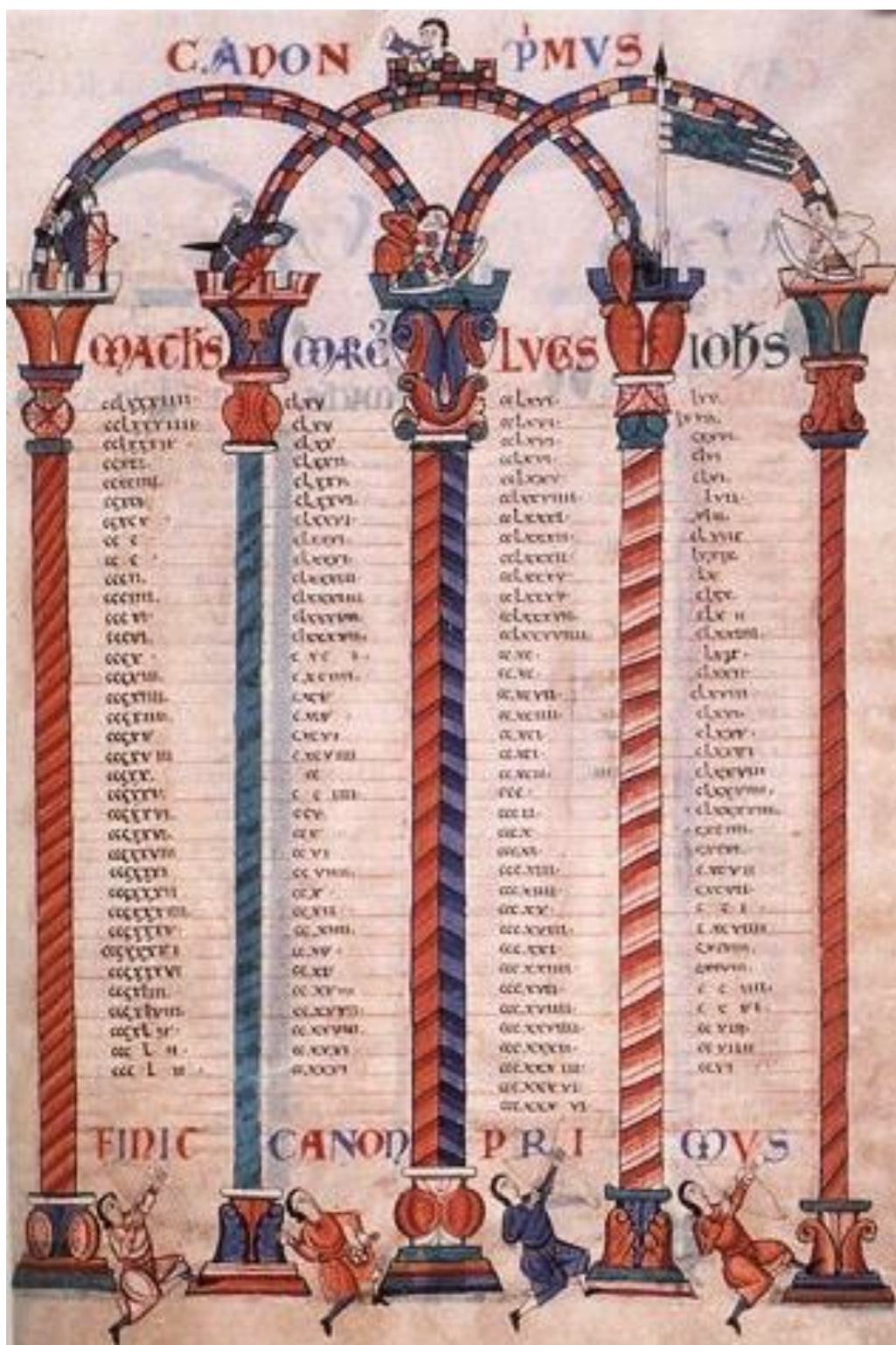


Figura 11. Representação de combate entre guerreiros cristãos, a pé e montados.

Bíblia de Navarra, 1197. Bibliothèque d'Amiens Métropole [em linha] BM MS. 108, fl. 007f. Disponível em: http://www.enluminures.culture.fr/documentation/enlumine/fr/BM/amiens_092-01.htm [consult. 10 janeiro 2021].



Figura 12. Representação de combate apeado.

Bíblia de Navarra, 1197. Bibliothèque d'Amiens Métropole [em linha] BM MS. 108, fl. 007f. Disponível em: http://www.enluminures.culture.fr/documentation/enlumine/fr/BM/amiens_092-01.htm [consult. 10 janeiro 2021].

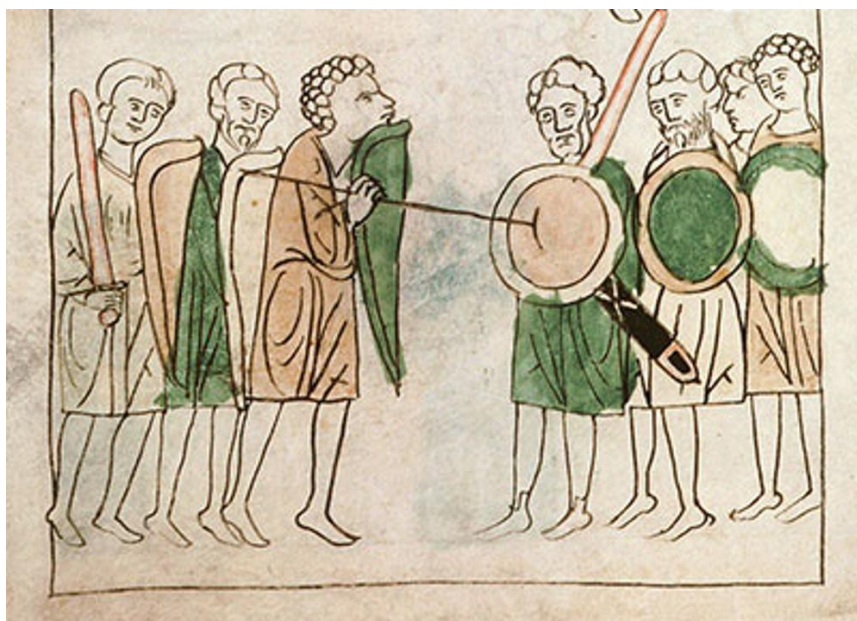


Figura 13. Representação de guerreiros a pé em combate contra cavaleiros.

Bíblia de Pamplona, c. 1200. Biblioteca da Universidade de Augsburg, UBA Cod.I.2.4.15, fl. 268v [em linha]. Disponível em: <https://manuscriptminiatures.com/5756/21493> [consult. 10 janeiro 2021].



Figura 14. Representação de cavaleiro e peões armados de lança.

AFONSO X, o Sábio, *Cantigas de Santa María*, 1284. Cantiga nº22, quadro 1, MS T.I.1 (Códice Rico), Biblioteca do Escorial [em linha], disponível em <https://manuscriptminiatures.com/4485/11613> [consult. 10 de janeiro 2021].



Figura 15. Representação de assédio a fortificação.

AFONSO X, o Sábio, *Cantigas de Santa María*, 1284. Cantiga nº28, quadro 4, MS T.I.1 (Códice Rico), Biblioteca do Escorial [em linha], disponível em http://warfare.totalh.net/Cantiga/Cantigas_de_Santa_Maria.htm [consult. 10 de janeiro 2021].

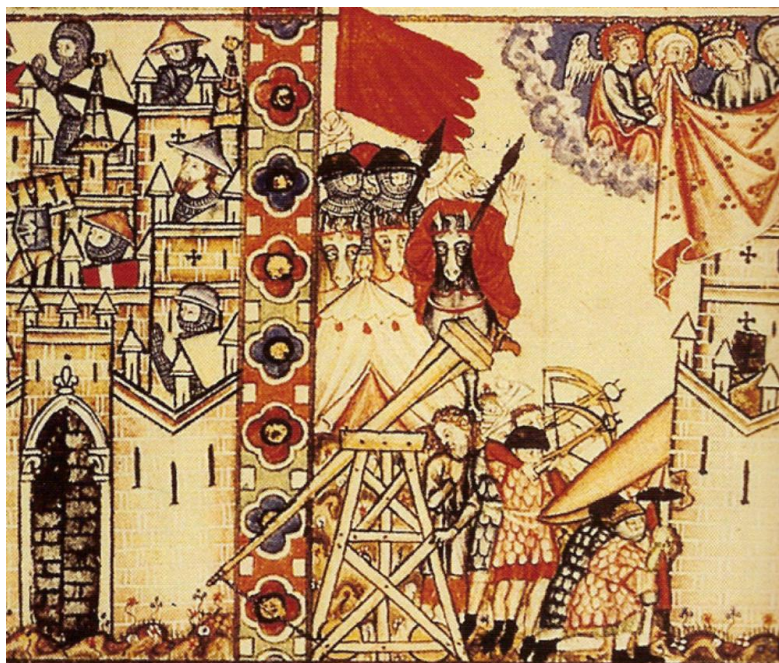


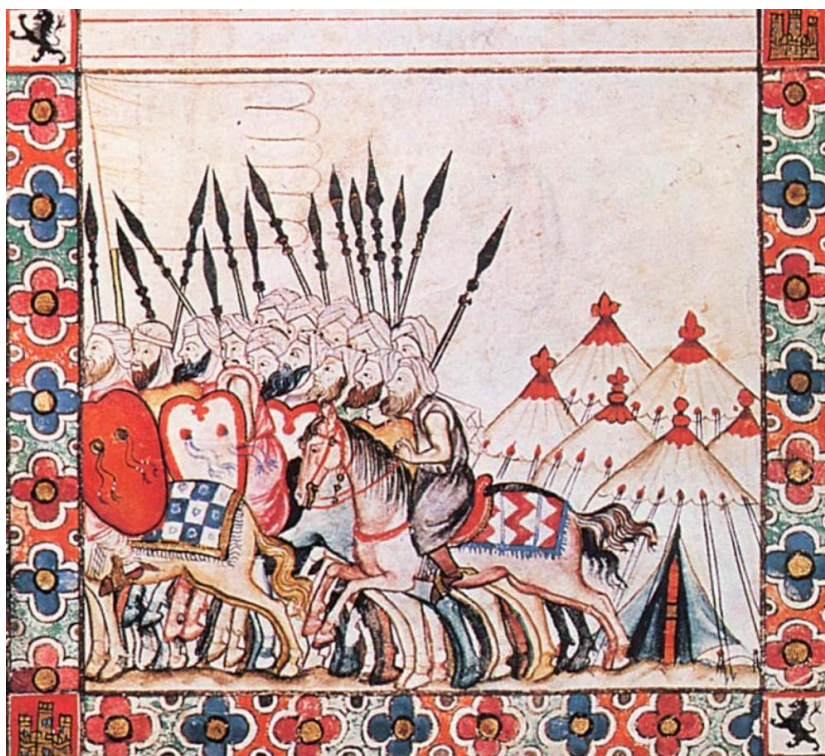
Figura 16. Representação de cavaleiros de ordens militares.

AFONSO X, o Sábio, *Cantigas de Santa María*, 1284. Cantiga nº205, quadro 3, MS T.I.1 (Códice Rico), Biblioteca do Escorial [em linha], disponível em <http://manuscriptminiatures.com/4487/11643/> [consult. 10 janeiro 2021].



Figura 17. Representação de acampamento muçulmano.

AFONSO X, o Sábio, *Cantigas de Santa María*, 1284. Cantiga nº181, quadro 6, MS T.I.1 (Códice Rico), Biblioteca do Escorial [em linha], disponível em <http://manuscriptminiatures.com/4485/11633/> [consult. 10 janeiro 2021].



Anexo C – Quadro Cronológico Comparado

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
<i>Acontecimentos no espaço cristão europeu e relativos à Santa Sé</i>	<i>Acontecimentos no espaço sob controlo do Islão exterior à Península Ibérica.</i>		<i>Acontecimentos no espaço ibérico à exceção do espaço que veio a constituir o reino de Portugal</i>	<i>Acontecimentos no espaço que, em 1249, conformava o reino de Portugal.</i>
		1057		Fernando Magno conquista Lamego. Possível cerco.
	Os almorávidas atravessam o Grande Atlas e conquistam Aghmat.	1058		Fernando Magno conquista Viseu. Anexação da Taifa de Ocsónoba – Santa Maria do Algarve, pela Taifa de Sevilha.
		1062	Campanha de Fernando Magno contra Toledo, Talamanca e Alcalá de Henares.	
		1063	Incursão cristã na região de Granada, intercetada e derrotada por um contingente berbere. Incursão cristã derrotada junto a Toledo. Batalha de Guadalajara entre um contingente cristão e forças comandadas pelo alcaide muçulmano da cidade. Derrota muçulmana. Ramiro I de Aragão efetua incursões na região de Huesca, tendo sido derrotado e morto. Sucede-lhe Sancho Ramírez.	Anexação da Taifa de Silves pela Taifa de Sevilha.
		1064	Campanha de Barbastro. Uma hoste cristã com contingentes borgonheses, normandos, catalães e aragoneses toma a fortaleza. Anexação da Taifa de Ronda pela Taifa de Sevilha.	Conquista de Coimbra pelo moçárabe Sesnando Davides. Fernando Magno nomeia-o governador.
		1065	Reconquista muçulmana de Barbastro. Fernando Magno cerca Valência e simula uma retirada. A guarnição da cidade persegue os cristãos e é derrotada na batalha de Paterna (primavera). Morte de Fernando Magno. Início do reinado de Afonso VI em Leão e dos seus irmãos Sancho II em Castela e Garcia na Galiza e Portucale (dezembro).	
Guilherme “o Conquistador” invade a Grã-Bretanha e derrota Haroldo Godwinson em Hastings (outubro, 14).		1066	As Taifas de Arcos, Carmona e Morón anexadas pela Taifa de Sevilha.	
Conquista de Bari aos bizantinos por Robert Guiscard depois de três anos de cerco (abril, 15). Derrota bizantina frente aos turcos seljúcidas em Mazinkert (agosto, 26). Os seljúcidas controlam toda a Ásia Menor.	Yusuf b. Tashfin torna-se emir dos almorávidas no norte do Grande Atlas. Os turcos seljúcidas conquistam Jerusalém aos fatímidas.	1071		Nuno Mendes, conde de Portucale, revolta-se contra Garcia, vindo a morrer na batalha de Pedroso (Tibães). Fim do primeiro Condado Portucalense.
	Conquista almorávida de Salé e Meknès.	1073-1074		
Início da Questão das Investiduras, entre a Santa Sé e o Sacro Império, que durará até 1122.	Conquista almorávida de Fez e início do avanço através do Rif em direção a Ceuta, Tânger e ao estreito de Gibraltar.	1074-1075	Ocupação da Taifa de Córdoba pela Taifa de Toledo, durante pouco tempo, acabando restaurada a autoridade de Sevilha.	

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
	Conquista almorávida de Tlemcen. Início do avanço sobre Orão e Argel e também, para sul, sobre o Gana.	1076	Sancho Ramírez de Aragão cerca Cuenca, sem sucesso.	
	Conquista almorávida de Tânger e de Ceuta.	1078		
		1079	Afonso VI de Leão conquista Cória (setembro)	
		1080	Afonso VI conquista Toledo (maio, 29). Sesnando Davides toma parte na invasão de Granada.	
		1082	Batalha de Almenar. Rodrigo Díaz, ao serviço de al-Um'tamin, de Saragoça, derrota uma coligação formada pelo conde de Barcelona e o rei da Taifa de Lérida, Tortosa e Dénia (verão).	
	Conquista almorávida de Ceuta com o apoio de al-Um'tamid b.'Abbad, de Sevilha.	1083	Expedição de Afonso VI de Leão e Castela sobre Tarifa.	
		1084	Yusuf al-Mu'tamin, rei da Taifa de Saragoça e Rodrigo Díaz derrotam Sancho Ramírez de Aragão e al-Hayib, na batalha de Morella (agosto, 14).	
		1085	Afonso VI de Leão e Castela apodera-se de Guadalajara, Talavera e Santa María.	
		1086	Incursão cristã na região de Almería. Afonso VI de Leão e Castela cerca Saragoça, mas abandona o cerco quando Yusuf b. Tashfin desembarca no al-Andalus. Os almorávidas derrotam Afonso VI na batalha de Zalaca (outubro, 23).	
Ataque e ocupação de Mahdiya por uma frota das repúblicas marítimas de Génova e Pisa.		1087	Expedições cristãs às regiões de Saragoça, Valência, Denia, Játiva, Múrcia e Miravet.	
		1088	Yusuf b. Tashfin cerca Aledo, sem sucesso.	
		1090	Yusuf b. Tashfin cerca Toledo e arrasa os arredores. Ocupação almorávida da Taifa de Málaga. Rodrigo Díaz, ao comando da sua mesnada, derrota Berenguer Ramón II de Barcelona e as tropas de al-Mundir na batalha de Tévar (verão).	
		1091	Contingente cristão derrotado em batalha junto a Almodóvar. Sir Abu Bakr cerca Sevilha. Os almorávidas apoderam-se de Jaén, Córdova, Carmona, Almería e Múrcia.	

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
		1092	Afonso VI de Leão e Castela cerca Valência com apoio das frotas genovesa e pisana. Forçado a retirar em reação ao ataque de Rodrigo Díaz sobre Castela. Incursão cristã derrotada junto a Múrcia. Ocupação almorávida da Taifa de Denia.	
		1093	Ataque gorado de Sancho Ramírez de Aragão e Berenguer Ramon II de Barcelona a Tortosa com apoio da frota genovesa. Rodrigo Díaz cerca Valência.	Aliança de al-Mutawakkil, rei da Taifa de Badajoz, com Afonso VI para se defender de Yusuf b. Tashfin. O rei de Badajoz entrega a Afonso VI as cidades de Santarém e Lisboa-Sintra, que confiou o seu governo ao conde. Raimundo (abril, 29 a maio, 8).
		1094	Morte de Sancho Ramírez de Aragão, atingido por uma flecha durante o cerco a Huesca (junho, 4). Sucedeu-lhe Pedro I de Aragão. Batalha de Cuarte. Rodrigo Díaz derrota o exército almorávida que se preparava para cercar Valência (outubro, 21). Fim da Taifa de Badajoz, absorvida pelos almorávidas.	Conquista de Lisboa pelos almorávidas com a derrota do conde Raimundo (novembro).
Concílio de Clermont. Urbano II convoca os cristãos a uma guerra contra os infieis, para reconquistar Jerusalém.	Morte de al-Mu'tamid b. 'Abbad, em Aghmat.	1095		Concessão de foral aos cavaleiros de Santarém, por Afonso VI, inserida numa política de encorajamento da defesa da cidade (novembro, 15).
Recontros entre cruzados francos e bizantinos, nas imediações de Constantinopla (inverno). Kikij Arslan, sultão de Niceia, desbarata um exército franco, chefiado por Pedro, o <i>Eremita</i> .		1096		Henrique da Borgonha, primo do conde Raimundo, casa com D. Teresa.
Acordo entre Aleixo Comeno e os cruzados, tendo o imperador bizantino obtido fidelidade por parte dos comandantes francos (primavera). Os bizantinos transportam os cruzados através do Bósforo, seguindo-se o cerco de Niceia (maio, 14 – junho, 19). Batalha de Dorileia com a vitória do exército cruzado sobre uma força seljúcida que efetuou uma emboscada aos cristãos (julho, 1). Início do cerco de Antioquia (outubro, 21). Terminará, com a conquista da cidade, em 3 de junho do ano seguinte.		1097	Vitória cristã na batalha de Bairén, entre Rodrigo Díaz, coligado com Pedro I de Aração e os almorávidas, comandados por Muhammad ibn Tashfin (janeiro). Batalha de Consuegra. Derrota de Afonso VI frente aos almorávidas (agosto, 15). Batalha de Cuenca. Um exército almóada vence as forças cristãs comandadas por Alvar Fañez. Incursões cristãs na região de Alcira. Batalha de Malagón, na qual o conde Henrique participa ao lado de Afonso VI e do conde Raimundo. Derrota dos almorávidas (setembro). Rodrigo Díaz cerca os almorávidas em Almenara. Após três meses de cerco, obtém a rendição muçulmana.	
Os cruzados conquistam Edessa. Balduíno de Bolonha torna-se conde de Edessa, estabelecendo o primeiro estado latino do Oriente (março, 9). Cerco muçulmano de Antioquia (junho, 3 a 28). Os cruzados efetuam uma surtida, saindo vitoriosos na batalha do Orontes (junho, 28).		1098	Rodrigo Díaz cerca e toma a fortaleza de Murviedro, a norte de Valência, aos muçulmanos.	

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Cerco e conquista de Jerusalém pelos cruzados (junho, 9 – julho, 18). Batalha de Ascalona. Godofredo de Bulhão impõe uma pesada derrota a um exército de socorro egípcio (agosto, 12).	O cádi de Damasco, al-Harawi, dirige-se a Bagdad à cabeça de uma delegação de refugiados para denunciar a inação dos chefes muçulmanos perante a invasão franca.	1099		
Balduino, conde de Edessa, escapa a uma emboscada perto de Beirute e proclama-se rei de Jerusalém (dezembro, 25).		1100	Incursão almorávida procedente de Córdova ataca Castela. Henrique de Borgonha interceta o ataque muçulmano e sai derrotado junto a Malagón.	
Três expedições cruzadas sobre a Anatólia acabam derrotadas pelos turcos seljúcidas. Balduino combate em duas batalhas contra os egípcios em Ramleh, a ocidente de Jerusalém, vencendo a primeira, em 1101, mas sendo derrotado na segunda, em 1102. Tendo reunido nova hoste, derrota os egípcios na batalha de Jafa e persegue-os até Ascalona.		1101-1102	Afonso VI de Leão e Castela conduz uma campanha sobre Valência, que abandona após incendiar vários edifícios. Recuperação de Valência pelos almorávidas.	
Início da cruzada dinamarquesa, comandada por Eric I, o Bom. Até 1103.		1102	Expedição muçulmana contra o condado de Barcelona. Ocupação almorávida das Taifas de Lérida e Tortosa.	Diego Gelmirez, arcebispo de Santiago de Compostela, organiza o roubo das relíquias dos santos mais venerados em Braga.
		1103		Batalha da Vatalandi, nos arredores de Santarém, onde as forças cristãs, comandadas por Soeiro Fromarigues foram derrotadas por forças muçulmanas oriundas de Lisboa. Morte de Soeiro Fromarigues, Senhor de Grijó.
Derrota de Boemundo na batalha de Carras.		1104	Expedição almorávida às regiões de Toledo e Talavera.	
		1105	Expedição cristã sobre Sevilha, obrigada a retirar pelas forças almorávidas.	
Henrique I de Inglaterra derrota o seu irmão, Roberto, na batalha de Tinchebray, unindo o ducado da Normandia à Inglaterra (setembro, 28)	Morte de Yusuf b. Tashfin. Ali b. Yusuf torna-se o emir dos almorávidas.	1106	Os almorávidas ocupam a Taifa de Alpuente.	
Início da cruzada norueguesa, comandada por Sigurd I.		1107-1108	Morte do conde Raimundo. Expedição cristã às zonas de Cutanda e Alpuente, que regressa com um saque considerável.	
Batalha de Tel-Bacher, onde duas coligações franco-islâmicas se defrontam (outubro).		1108	Batalha de Uclés, com vitória de Ali Ibn Yusuf, no comando da hoste almorávida. Morte do infante Sancho, filho legítimo de Afonso VI (maio, 29).	

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Sigurd apoia Balduíno na conquista de Sídon. Conquista cruzada de Trípoli, após mais de 2000 dias de cerco (de 1102 a 1109, julho, 12).		1109	Conde Henrique ao lado de Afonso I de Aragão, o Batalhador, na batalha de Valtierra, contra o rei muçulmano de Saragoça (janeiro, 24). Ataque almorávida à zona de Toledo. Morte de Afonso VI de Leão e Castela. Governo de Urraca (julho, 1). Lide de Candespina entre Afonso de Aragão, o Batalhador, e Urraca. Alinhamento do conde Henrique ao lado de Afonso I de Aragão (outubro).	Ataque a Lisboa do exército viking de Sigurd, em trânsito para a Terra Santa. Conquista de Sintra pelo conde Henrique e revolta muçulmana da vila pouco tempo depois, quando se soube da morte de Afonso VI (julho).
Conquista cruzada de Beirute (maio, 13) Conquista cruzada de Saida (dezembro, 4).		1110	Batalha de Valtierra. Afonso I de Aragão derrotou rei da Taifa de Saragoça (janeiro, 24). Ocupação almorávida da Taifa de Saragoça.	
	O cádi de Alepo, Ibn al-Khachad, promove um motim contra o califa em Bagdad, para exigir uma intervenção contra a ocupação franca.	1111	Lide junto a Astorga. O conde Henrique está com Afonso I de Aragão, contra uma coligação leonesa-castelhana-galega, por Urraca (outubro).	Revolta em Coimbra de moçárabes, liderados por Martim Moniz, contra a autoridade do conde Henrique. O conde aceita as principais reivindicações dos antigos dirigentes moçárabes sublevados, concedendo foral (maio, 26). Sir b. Abu Bakr (rei Ciro) conquista Santarém (maio, 26).
		1112		Morte do conde Henrique. Teresa governa o Condado Portucalense.
Aprovação dos estatutos da Ordem do Hospital pelo papa Pascoal II (fevereiro).		1113	Incursão almorávida à região de Toledo que toma o castelo de Oreja. Alvar Fañez tenta intercetar os muçulmanos, mas é derrotado.	
		1113-1114	Cerco cristão de Medinaceli interrompido por um exército de socorro muçulmano.	
		1114	Expedição almorávida derrotada no Condado de Barcelona, junto a Martorell.	Ataque muçulmano a Soure.
		1114-1115	Pisanos e genoveses saqueiam Ibiza e atacam Maiorca. Ali b. Yusuf envia tropas para as Baleares.	
Fundação do mosteiro de Claraval. Balduíno, conde de Edessa e Rogério de Salerno derrotam uma hoste seljúcida na batalha de Sarmin (setembro, 14).	Aliança dos príncipes muçulmanos e francos da Síria contra um exército enviado pelo sultão do Egito.	1115	Expedição almorávida a Barcelona. Ramon Berenguer III consegue repelir o ataque. Incursão cristã na região de Córdoba. Ocupação almorávida de Maiorca.	
Balduíno efetua uma expedição até ao Mar Vermelho, construindo a fortaleza de Eilat.		1116-1117	Urraca rompe um acordo recente com o conde de Trava, que o colocava como governador de Toledo e empreende uma expedição à Galiza para submeter os partidários do conde. O Trava vê-se obrigado a abandonar Compostela, na companhia de Afonso Raimundes (março-maio).	Campanha almorávida comandada por Ali ibn Yusuf contra Miranda do Corvo e Santa Eulália (Montemor-o-Velho), tendo sido feitos muitos cativos. A população de Soure, tendo notícia do ocorrido em Miranda, refugia-se em Coimbra. Cerco de Coimbra, com a presença provável de Teresa (julho, 7). Possibilidade de o cerco ter durado até fevereiro de 1117 ou, de acordo com algumas fontes, todos estes acontecimentos datarem de 1117.

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Balduino atravessa o Sinai e invade o Egito, com uma hoste de cerca de um milhar de combatentes. Morte de Balduino.		1118	Afonso I de Aragão conquista Saragoça (maio-dezembro).	Nova expedição almorávida que cerca Coimbra por 20 dias. Retira-se sem se apoderar da cidade (junho, 22).
Derrota do conde Rogério de Salerno, frente aos seljúcidas de Ilghazi, senhor de Alepo, na batalha do Campo de Sangue ou de Sarmada (junho, 28).		1119	Os almorávidas conquistam Cória aos leoneses.	
A Ordem do Templo encontra-se constituída, em Jerusalém.	Regresso de Ibn Tumart ao Magrebe e início da sublevação contra os almorávidas, em Marraquexe.	1120	Batalha de Cutanda. Afonso I de Aragão e Guilherme IX, duque da Aquitânia derrotam um exército almorávida, comandado por Inrahim b. Yusuf.	Urraca, acompanhada pelo bispo de Compostela, Diego Gelmírez, invade o Norte de Portugal e Teresa refugia-se no castelo de Lanhoso. Tem lugar um cerco após o que as irmãs firmam um acordo (junho).
	Ibn Tumart reconhecido pelos seus discípulos e pelas tribos masmuda como o <i>mahdi</i> .	1121		
Primeiro Concílio de Latrão.		1123		
Cerco cruzado de Tiro, por um exército franco apoiado por uma frota veneziana (fevereiro, 15 – junho, 29). Expedição de uma hoste egípcia, derrotada nas imediações de Jerusalém.	Ocupação almóada de Tinmall, no Alto Atlas.	1124		
		1125	Afonso I de Aragão conduz uma campanha na Andaluzia, que durará até 1126.	
	Deportação de cristãos andaluzes para o Magrebe. Construção das muralhas de Marraquexe.	1126	Morte de Urraca e coroação de Afonso Raimundes como rei de Leão e Castela. Combate entre cristãos e muçulmanos junto a Uclés. Tashfin b. Ali d. Yusuf assola os arredores de Toledo.	
		1127	Afonso I de Aragão fortifica Nájera, Castrojeriz e outros castelos no território de Castela, pertencente a Afonso VII. Enfrentamento entre os dois monarcas no <i>Valle de Támara</i> (julho).	Revolta dos castelos de Neiva e Feira, na terra de Santa Maria, contra a autoridade de Teresa. Afonso VII de Leão invade a Galiza e submete as forças de Teresa, que recusava prestar-lhe vassalagem e pretendia exercer autoridade sobre Portugal e o condado de Toronho. Segue-se o cerco de Guimarães pelo rei leonês, com o objetivo de exigir de Afonso Henriques a prestação de vassalagem. A oposição de Afonso Henriques aos invasores contou com a colaboração empenhada dos nobres portugalenses, facto que contrastou com a passividade de Fernão Peres de Trava (setembro-outubro).
Início do Concílio de Troyes. Honório II estabelece a Regra do Templo, por influência de Bernardo de Claraval (janeiro, 13).	Derrota dos almóadas às mãos dos almorávidas em al-Buhayra, no Atlas Ocidental. Os almóadas mudam de estratégia, passando a não enfrentar em campo aberto os almorávidas.	1128	Expedição muçulmana no Levante.	Primeira referência aos templários em Portugal: doação de Soure por Teresa (março, 19). Batalha de S. Mamede. Este confronto decisivo saldou-se pela vitória de Afonso Henriques e dos barões portugalenses, que rejeitaram a autoridade dos Travas no condado e escolheram o infante para seu chefe (junho, 24).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Expedição cruzada, comandada por Balduíno II de Jerusalém, contra o emirado de Damasco (outubro-dezembro).		1129	Afonso VII de Leão mobiliza 700 cavaleiros para ir libertar Medinaceli e Morón, que estavam cercadas por Afonso I de Aragão.	
	Vitória almorávida na batalha de Buhayra contra os almóadas. Morte de Ibn Tumart, que foi ocultada por cerca de três.	1130	Incursão almorávida na região de Toledo, destruindo o castelo de Aceca. Tashfin b. Ali b. Yusuf derrota uma hoste cristã em batalha campal e conquista várias fortalezas. Afonso VII de Leão em confronto contra os Laras.	Expedição de Afonso VII a Portugal, à qual se associou o arcebispo de Compostela, Diego Gelmírez, e alguns condes galegos, para exigir de Afonso Henriques o abandono das regiões galegas de Límia e de Toronho. Morte da condessa Teresa, no exílio.
		1131	Sayf al-Dawla (Zafadola), filho do último rei taifa de Saragoça revolta-se contra os almorávidas. Teve o apoio de Afonso VII de Leão, que lhe concedeu o castelo de Rueda.	Tentativa de revolta de Bermudo Peres de Trava, enteado de Teresa, no castelo de Seia. Terá sido Afonso Henriques que acorreu ao local e o expulsou do castelo (antes de maio, 16). Derrota de Tashfin e Ibn Ganun na zona de Évora, provavelmente contra forças cristãs.
		1132	Destacamento com milícias de Toledo, Ávila e Segóvia, comandado por Rodrigo González de Lara, desbaratado por Tashfin b. Ali b. Yusuf nos arredores de Sevilha (setembro, 28).	Incursão cristã em território andaluz, perseguida por forças muçulmanas que a intercetam junto a Évora.
	Campanha almóada no Atlas.	1133	Afonso VII faz um fossado na bacia do Guadalquivir até à zona de Jerez.	Afonso Henriques manda construir o castelo de Celmes. Assalto almorávida a Idanha-a-Velha, que é abandonada.
		1134	Afonso VII de Leão conquista Alcântara. Morte de Afonso I de Aragão, durante a tentativa de conquista de Fraga (setembro). Expedição cristã à zona de Córdoba, intercetada em <i>El Vacar</i> . Derrota muçulmana.	Expedição cristã a Badajoz, Évora e Beja, intercetada pelos almorávidas comandados por Tashfin b. Ali b. Yusuf e derrotada em batalha campal.
	Zengi, <i>atabeque</i> de Mossul e Alepo, tenta conquistar Damasco, sem sucesso (janeiro-março).	1135		Construção do castelo de Leiria por Afonso Henriques (dezembro, 10).
		1136	Conquista almorávida de Mequinenza e Escalona. Incursão cristã derrotada por Tashfin b. Ali b. Yusuf junto a Gab al al-Qasr.	Fossado da Ladeia, com a presença de Afonso Henriques (verão). Fernão Peres Cativo efetua a presúria da Ladeia (inverno, prolongando-se para 1137).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Assédio de Homs por Zengi, que leva os damascenos a solicitar apoio ao rei de Jerusalém, Foulque. Este acabou cercado na fortaleza de Baarin, acabando por se render a Zengi. Luís VII, rei de França (outubro, 25).		1137		Combate de Serpa, entre o caudilho militar de Toledo, Rodrigo Fernández, e os muçulmanos. Batalha de Cerneja ou de Cernesa, onde Afonso Henriques defronta os exércitos galegos de Fernão Peres de Trava e de Rodrigo Veilaz. Afonso Henriques conseguiu capturar Rodrigo Veilaz (primavera). Contingente cristão que dirige um fossado na região de Tomar e do Nabão é derrotado (primavera). Assinatura de tratado de paz entre Afonso Henriques e Afonso VII, em Tui (julho, 4). Ibn ‘Umar ataca Leiria e ameaça Coimbra. Afonso Henriques acorre rapidamente, proveniente da Galiza (julho).
Uma hoste composta por bizantinos e francos de Antioquia e do Condado de Edessa cerca Xaizar, sem sucesso (abril-maio).	Tashfin b. Ali regressa ao Magrebe para liderar a ofensiva almorávida contra os almóadas.	1138	Fossado de Afonso VII na região de Jaén, Baeza, ùbeda e Andújar.	
Segundo Concílio de Latrão (abril, 3).	Zengi cerca Damasco.	1139	Tomada de Oreja por Afonso VII, na sequência de 4 meses de cerco (abril-julho).	Batalha de Ourique, onde as forças de Afonso Henriques obtêm a sua primeira grande vitória contra os muçulmanos (julho, 25).
	O rei Foulque de Jerusalém força Zengi a afastar-se de Damasco (abril).	1140		Ofensiva almorávida que atingiu a cidade do Porto por mar, aprisionando alguns membros do cabido da Sé. Destruição do castelo de Leiria pelos muçulmanos, comandados por Abu Muhammad Az-zubayr ibn Omar (outubro, 1). Ataque leonês a Portugal, sobre a região de Castro Laboreiro (final do ano).
		1141		Recuperação do castelo de Castro Laboreiro por Afonso Henriques. Afonso VII entra em território português por vau a Este da Lapela e vem cercar o castelo de Pena da Rainha (maio). Afonso Henriques, que deveria encontrar-se a norte do Douro porque participara na conquista de Castro Laboreiro, reúne a hoste e avança para Pena da Rainha que estava cercada pelo primo. Bafordo da portela de Vez, entre Afonso Henriques e Afonso VII (ago-set).
		1142	Conquista de Cória por Afonso VII de Leão e Castela (abril-maio).	Reconstrução do castelo de Leiria. Tentativa de assalto a Lisboa, por uma armada de cruzados. Saque de arredores de Lisboa com auxílio dos cruzados.

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
	Batalha de Mindas (entre Ceuta e Fez). Primeira vitória almóada em campo aberto sobre os almorávidas. Morte de Ali b. Yusuf. Tashfin b. Ali torna-se o emir almorávida.	1143	Nova expedição militar de Afonso VII a sul da Serra Morena (setembro).	Conferência de Zamora, com Afonso Henriques e Afonso VII Definição de ação militar coordenada entre os dois reinos, de Portugal e Leão-Castela, para tirar partido do enfraquecimento dos almorávidas (outubro). Homenagem de Afonso Henriques ao papa, colocando-se a si e ao reino sob proteção de Roma, em troca de um censo anual de quatro onças de ouro (dezembro, 13).
Cerco e conquista muçulmana de Edessa por Zengi, (novembro, 28 – dezembro, 24).	150 navios sicilianos bloqueiam Ceuta sem sucesso (julho). Morte de Reverter, o líder cristão das tropas almorávidas (outubro).	1144	Afonso VII intensifica as campanhas de Reconquista e ordena raids sobre Córdoba, Carmona, Sevilha e Granada. Retomada do Alto Guadalquivir iniciando as devastações de Úbeda e Baeza. Avanço para Granada. No final de outubro estarão na comarca de Almería (setembro-outubro). Ibn Qasi tenta conquistar Sevilha (novembro).	Ataque ao castelo de Soure pelos muçulmanos, comandados por Abu Zakarya, depois de terem devastado os campos sem redor de Leiria (primavera). Ibn Qasi e Ibn Wazir tomam a fortaleza de Murjiq, provavelmente Castro de Cola (primavera). Ibn al-Qabila toma o castelo de Mértola para Ibn Qasi e dá início à revolta dos muridinos (agosto, 14).
Bula de Eugénio III, que concede indulgências a quem tomasse parte numa nova cruzada. O rei de França, Luís VII, anuncia intenção de participar (dezembro, 1).	Morte de Tashfin b. Ali em Orão, numa operação contra os almóadas. Ibrahim b. Tashfin torna-se emir dos almorávidas, mas é afastado pelo seu tio, Ishaq b. Ali. Início do cerco almóada a Fez (julho).	1145	Ibn Qasi envia Ibn al-Mundhir e Ibn al-Qabila no comando de uma força destinada a submeter Córdoba. A cidade resistiu graças ao apoio de Sayf-al-Dawla b. Hud (março). Desgaste da capacidade de defesa de Calatrava, alvo de intensos ataques cristãos. Destruição do farol de Cádiz por Ali b. Isa b. Maymun (junho-agosto).	
Nova bula de Eugénio III. O papa pede a S. Bernardo para pregar a cruzada (março, 1). O almirante Jorge de Antioquia conquista Trípoli para Rogério II da Sicília. Expedição de uma hoste cruzada na Arábia, atacando Bosra.	Morte de Zengi. Sucede-lhe Nur al-Din, governando sobre a Síria e o Iraque. Conquista almóada de Fez (abril) e de Salé (maio). Início do cerco almóada a Marraquexe (junho).	1146	Afonso VII cerca Córdoba. Não conquistou a cidade e soube da intenção de desembarque de um exército almóada. Conseguiu estabelecer contacto com enviados genoveses que se comprometeram a apoiá-lo no ataque ao porto de Almeria (maio). Sevilha revolta-se contra o poder almorávida (maio). Revoltas em várias cidades orientais do Andalus contra o governador almorávida de Sevilha, Yahya b. Ganiya. Desembarque de um exército almóada em Cádiz (junho). Barraz, antigo general almorávida, convertido à causa almóada, comanda esta força e submete os senhores do Gharb, incluindo Labid b. Abd Allah, governador de Santarém.	Ibn Wazir conquista Silves e Mértola, ficando a dominar todo o Gharb (janeiro-fevereiro). Ibn Qasi, incapaz de defender o reino taifa que tinha estabelecido para si, em Mértola, contra o seu antigo discípulo e aliado, Ibn Wazir, pede apoio aos almóadas do norte de África. Afonso Henriques exige párias a Lisboa, Santarém e talvez a Évora. Lisboa aceita, em troca de tréguas. Santarém também aceita pagar. O Ocidente do al-Andalus, com a exceção de Lisboa, é controlado pelas forças almóadas.

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Frota cruzada, de 164 navios, larga de Darmouth (maio, 23). Conquista de al-Mahdia pelo almirante Jorge de Antioquia, em nome de Rogério II da Sicília (julho, 3). Primeiros ataques cristãos no âmbito da II Cruzada. O almirante Jorge de Antioquia iniciou um ataque prolongado ao Império Bizantino (outubro).	Batalha de Marraquexe. Vitória final dos almóadas sobre os almorávidas (março, 23).	1147	Afonso VII conduz um ataque vitorioso a Calatrava, em que a fortaleza é atacada de surpresa (janeiro). Conquista de Sevilha pelos almóadas (janeiro, 18). Conquista de Tamarite, para a Coroa de Aragão. Rebeliões no al-Andalus, iniciadas por al-Batrugi de Niebla. Os Almóadas perdem Sevilha. O Gualdaquivir é bloqueado pela armada de Ali b. Isa b. Maymun, de Cádiz (verão). Conquista cristã de Almeria, liderada por Afonso VII, com aliados genoveses, pisanos e catalães. Muhammad b. Maymun, almirante de Almeria, foge para as Baleares (agosto, 1 a outubro, 16).	Conquista de Santarém por Afonso Henriques (março, 15). Cerco de Lisboa (junho-outubro, 24). Seguiu-se o controlo de Sintra, Palmela e Almada.
	Revolta de al-Massi e Yahya b. al-Sahrawiyya contra os almóadas. Conquista normanda de al-Mahdiyya e outras cidades costeiras em Ifriqiya.	1148	Batalha e conquista de Tortosa por Ramón Berenguer IV. Conquista de Aitona por Ermengol VI de Urgell. Tentativa malograda de Afonso VII de Leão e Castela para conquistar Jaén.	
		1149	Conquista de Mequinenza, Fraga e Lérida por Ramón Berenguer IV.	
		1152	Os templários conquistam Miravet.	
		1150	Afonso VII de Leão e Castela inicia cerco a Córdova (maio).	Silves e Badajoz revoltam-se contra os almóadas.
	O califa almóada Abd a-Mumin consegue submeter o Magrebe e intima os senhores das taifas hispânicas a prestarem-lhe vassalagem.	1151	Afonso VII de Leão e Castela cede e Ramón Berenguer IV os territórios de Valência, Dénia e Múrcia sob condição de prestação de vassalagem por parte do conde.	Tentativa de aliança do almóada Ibn Qasi, governador de Silves, com Afonso Henriques. A aliança iria, porém, a custar a vida a Ibn Qasi, assassinado pela população de Silves, no mesmo ano. Tentativa de conquista de Alcácer.
Frederico I governa o Sacro Império.		1152		
Cerco e conquista de Ascalona, última possessão egípcia na Síria, pelo rei de Jerusalém, Balduíno III (janeiro-agosto)	Batalha de Setif, nas imediações de Bugía. A batalha marcou a submissão do Magrebe Central através da vitória sobre os Banu Hilal (abril, 17).	1153		
Henrique II (casado com Leonor da Aquitânia) ascende ao trono de Inglaterra e dá início ao chamado “Império Angevino” (dezembro). Primeira campanha italiana de Frederico I.	Revolta dos irmãos de Ibn Tumart, no Magrebe.	1154		Possível tentativa de conquista de Alcácer.
	O rebelde almorávida Yahya b. al-Sahrawiyya rende-se aos almóadas.	1155	Afonso VII conquista Andújar. Os almóadas passam a governar Granada. Retirada dos almorávidas para as Baleares, sob os Banu Ghaniya.	Abu Muhammad, governador de Sevilha, formou um grande exército e, depois de passar por Badajoz, onde se lhe reuniram mais combatentes, atravessou o Tejo em Alcântara. Incursão almóada que chega até Trancoso (verão).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Batalha do vau de Jacó, nas imediações do mar da Galileia, onde os muçulmanos derrotam um contingente cruzado, que atravessava o rio Jordão (agosto).		1156	Conquista almóada de Pedroche, Almodóvar e Montoro. Tomada de Sevilha pelos almóadas.	Ibn Wazir apodera-se de Silves, afastando al-Mundhir.
Frota de “francos”, dirigida por Teodorico da Alsácia, conde da Flandres, para a Terra Santa (julho). É possível que parte deste contingente tenha participado no ataque de Afonso Henriques a Alcácer, neste ano.		1157	Derrota muçulmana de Zagbula, nos arredores de Sevilha, na qual interveio o governador de Silves (abril-maio). Campanha de Almería e morte de Afonso VII (agosto, 21). Consequente conquista almóada de Úbeda e Baeza e rendição da guarnição cristã de Almería.	Cerco almóada a Tavira que resistiu dois meses, acabando por aceitar a autoridade nominal do califa, embora tenha mantido a independência de facto até 1168 (fevereiro-abril). Nova investida de Afonso Henriques contra Alcácer do Sal. Ibn Wazir apodera-se de Mértola (junho, 28).
Segunda campanha italiana de Frederico I. Dieta de Roncaglia (novembro). O imperador faz exigências inusitadas ao papa e às cidades italianas.		1158	Assinatura do pacto de Sahagún, entre os reis Fernando II de Leão e Sancho III de Castela (maio, 23). Milícias de Ávila chegam a Sevilha e derrotam os almóadas (primavera ou verão). Morte de Sancho III de castela (agosto). Afonso VIII assume o trono com 3 anos de idade. Fações de nobres castelhanos disputam a tutoria do príncipe. Início da Ordem de São Julião do Pereiro, que viria a ser ratificada em 1177.	Afonso Henriques invade a Galiza (setembro).
Início da campanha almóada contra al-Mahdiya, na costa de Ifriqiya, a norte de Sfax, que se encontrava na posse dos cristãos.		1159	Combates entre leoneses e castelhanos. Incursão cristã, juntamente com Ibn Mardanish, às regiões de Córdoba e Sevilha.	Afonso Henriques desloca-se às vistas de Santa Maria de Palos para tratar da guerra e das fronteiras com o rei leonês (dezembro).
Conquista almóada da base normanda de al-Mahdiya, Derrota da esquadra cristã.	Decreto que impõe a conversão ao Islão dos judeus e cristãos sob domínio almóada, sob pena de execução. Abd-al-Um’min ocupa o Magrebe.	1160	Batalha de Lobregal, entre o conde Nuno de Lara (e seus irmãos) e os rivais, os Castro (março). Expedição cristã derrotada por forças almóadas junto a Jaén.	Conquista de Alcácer por Afonso Henriques, com o auxílio de alguns cruzados, após um cerco de dois meses (junho, 24). Assinatura do tratado de paz no mosteiro beneditino de Celanova, na Galiza, entre Afonso Henriques e Fernando II de Leão, comprometendo-se o primeiro a restituir a cidade de Tui e o respetivo território, promessa que não veio a cumprir (final do ano).
Os Cruzados tentam ocupar o Egito Fatímida. O Tenente de Nur al-Din, o curdo Saladino, põe fim ao Califado Fatímida e toma o poder como sultão do Cairo. As operações durarão até 1969.		1162	Cavaleiros de Salamanca, liderados por Nuño Serrano, marcham sobre Ciudad Rodrigo com a intenção de derrubar as suas muralhas. Fernando II de Leão ataca os cavaleiros de Salamanca com a sua hoste e derrota-os na batalha de Valmuza. Assédio a Granada por Ibn Mardanish, apoiado por forças cristãs. Um exército de socorro almóada obriga à retirada dos sitiadores. Expedição leonesa sobre Castela, tendo os leoneses ocupado Toledo (agosto). Morte de Raimundo Berenguer de Aragão e subida ao trono de Afonso II (agosto). Campanhas militares almóadas contra os rebeldes Ibn Hamushk e Ibn Mardanish.	Conquista de Beja por cavaleiros oriundos de Santarém, comandados por Fernão Gonçalves, que assaltou a cidade durante a noite (novembro, 30).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Terceira campanha italiana de Frederico I, que se prolongará até 1164.	Partida do exército almóada de Marraquexe para al-Andalus, depois de declarada a guerra santa contra os reinos cristãos (fevereiro). Morte do califa almóada Abd al-Mu'min e início do governo de Abu Yaqub Yusuf (maio).	1163		Ocupação de Salamanca por Afonso Henriques. Manterá o controlo da cidade até ao Verão (janeiro). Destruição e abandono de Beja pelos portugueses (abril). Afonso Henriques retoma o domínio de Toronho, até 1165 (maio). Batalha dos campos de Argañara. Derrota de Afonso Henriques (verão).
		1164	Lide de Huet entre Fernão Rodrigues de Castro e Henrique de Lara (junho, 3). Reconhecimento da Ordem de Calatrava pelo papa Alexandre III.	
		1165	Conquista de Cáceres por Geraldo (depois de dezembro, 7 e antes de janeiro, 4). Seguir-se-ão os castelos de Santa Cruz, Monfragüe, Lobón, Moura, Monsaraz e Alconchel, até 1168. Surgimento de uma confraria em Cáceres, que originará a Ordem de Santiago, em 1170. Campanhas militares almóadas em defesa de Córdoba, atacada pelos partidários de Ibn Mardanish (março). Celebração do tratado de paz de Pontevedra entre Afonso Henriques e Fernando II de Leão (abril). Conquista de Trujillo por Geraldo (abril, 15). Expedição almóada contra Ibn Mardanish e cerco de Mércia (outubro).	Algara almóada contra Santarém. Fernando II de Leão e Afonso Henriques estabelecem um acordo de paz em Pontevedra, que durará até 1168 (abril, 30). Cavaleiros almóadas derrotam cavaleiros de Santarém, nas imediações de Badajoz (julho). Conquista de Évora por Geraldo (entre setembro, 8 e outubro, 8).
	Sublevação do berbere Sab b. Mazizdag Hayyan em Gomara, no Magrebe (outubro). Durará até agosto de 1167).	1166	Os Lara recuperam Toledo de Fernando II, entregando-a a Afonso VIII de Castela (agosto). Conquista de Alcântara aos muçulmanos por Fernando II de Leão, ação em que tomou parte a milícia concelhia de Salamanca (outono). Fernando II de Leão toma Alcântara (dezembro).	Campanha de Fernando II contra os portugueses em Argañán, em que tomaram parte os cavaleiros de Salamanca. Construção ou reconstrução do castelo de Coruche, promovida por Afonso Henriques. Moura e Alconchel ficam sob controlo do rei de Portugal. Conquista de Serpa, Montánchez e Juromenha por Geraldo (entre março, 5 e abril, 3). Concessão do foral de Évora, marcando uma abordagem mais ofensiva no conflito contra o Islão (abril). Cavaleiros de Santarém atacam a região de Niebla-Tejada. Foram intercetados e derrotados pelos muçulmanos (maio).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Quarta campanha italiana de Frederico I. Batalha de al-Babein, nas imediações do Cairo, entre uma hoste comandada por Amalrico I, rei de Jerusalém e os zengidas Shirkuh e Saladino. Resultado inconclusivo, mas os cruzados perderam a possibilidade de controlar o Egito (março, 18).		1167	Tomada do castelo de Labasa a Ibn Mardanish. Os almóadas cercam também Guadix (agosto). Fernando Rodrigues de Castro negocia pacto de colaboração com os almóadas em Marraquexe (junho-julho). Os almóadas auxiliam Fernando II contra Castela (outubro).	Cerco e tomada de Tavira pelos almóadas (setembro, 4).
		1168	Razias na região de Ronda por parte de contingentes cristãos ao serviço de Ibn Mardanish (março). Fernando II de Leão celebra uma aliança com os almóadas (junho-julho). Os almóadas auxiliam Fernando II de Leão em ações de razia contra Castela (outubro). Geraldo assedia Badajoz (final do ano).	
	Início da regência e depois reinado de Saladino, fundado a dinastia aiúbida.	1169	Afonso II de Aragão conquista Alfambra. Abu Yaqub Yusuf proclama a guerra santa ao saber do assédio de Geraldo Sem Pavor a Badajoz. Envio de um exército para socorrer a cidade (janeiro). Geraldo consegue ultrapassar as muralhas exteriores de Badajoz. A guarnição militar muçulmana refugia-se na alcáçova (maio, 3). Abu Yahya, novo governador de Badajoz, promove obras de reforço do seu sistema defensivo (junho). Geraldo insiste em incursões na região de Badajoz (verão-outono). Afonso VIII de Castela torna-se maior de idade (novembro, 11).	Afonso Henriques e Geraldo são derrotados às portas de Badajoz. O rei português é capturado por Fernando II de Leão (maio-junho).
	Abu Hafs Umar parte de Marraquexe para conduzir uma campanha militar no al-Andalus (julho).	1170	O conde castelhano Nuno de Lara conduz razias em Ronda e Algeciras (março-abril). Os almóadas tomam várias cidades e fortalezas no território controlado por Ibn Mardanish (março-abril). Geraldo faz uma emboscada a uma caravana de 5000 azémolas carregadas com víveres com destino a Badajoz, protegidas por um contingente armado, de Sevilha (maio, 14). Fundação da Ordem de Santiago (agosto). Geraldo tenta conquistar Badajoz, com a provável colaboração do infante Sancho de Portugal. Nova intervenção de Fernando II em defesa da cidade. Abu Said Utman chega com um exército de socorro (outubro-novembro). Fernando II de Leão renova a aliança com os almóadas (novembro).	Os almóadas reconquistam o castelo de Juromenha e precipitam a fuga de Geraldo (novembro).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Henrique II de Inglaterra inicia a conquista da Irlanda (outubro).		1171	Início de campanha militar almóada contra Ibn Mardanish, até ao Verão (março). Conquista almóada de Lorca, que se encontrava sob controlo de Ibn Mardanish, com uma guarnição cristã. Ataque leonês a Sevilha, comandado pelo rei Fernando II. A força cristã incluiu cavaleiros de Ávila, liderados por Sancho Jimeno. Ataques almóadas contra Toledo e outras áreas do vale do Tejo, comandados por Abd Allah b. Tafrayin. Os almóadas regressaram a Córdoba com um grande saque (junho-julho). O califa Yusuf manda construir uma ponte de barcas ente Sevilha e Triana. Após a sua conclusão, foi atravessada por um trem de abastecimentos em direção a Badajoz, que chegou ao destino sem incidentes (setembro, 4 a outubro, 18). Os almóadas atacam e capturam companheiros de Geraldo refugiados no castelo de Lobón (novembro).	Estabelecimento da Ordem de Santiago em Portugal, sendo-lhe concedidas Arruda e, talvez, Alcácer, Almada e Palmela.
	Saladino conquista a Tripolitânia aos almóadas.	1172	Os almóadas, sob o comando de Abu Yaqub Yusuf I, filho do califa, recém-chegado de África, atacam Múrcia. Morte de Ibn Mardanish e aceitação almóada da rendição de Múrcia (março). Grande campanha do exército almóada, comandada pelo califa, detida nas muralhas do castelo de Huete (junho). Afonso II de Aragão ataca Valência (julho). Surgimento da ordem militar de San Marcos de León.	Provável ataque e ocupação de Beja por Geraldo (agosto).
		1173	O conde Sancho Jiménez de Ávila conduz uma razia nos arredores de Sevilha e Córdoba. Foi perseguido, derrotado e morto pelos muçulmanos (março-abril). Campanhas de pilhagem de Geraldo nos arredores de Badajoz (maio). Expedições almóadas contra as regiões de Talavera e Toledo. Celebração de tréguas entre Afonso VIII de Castela e os almóadas (julho). Um trem de abastecimentos, proveniente de Sevilha, chega a Badajoz (julho). Campanha do califa almóada contra Fernando II de Leão (setembro). Afonso VIII de Castela reinicia a guerra com Navarra (até 1176). Geraldo, encabeçando uma mesnada de 350 homens, oferece os seus serviços ao califa, em Sevilha (outubro).	Beja é destruída e abandonada (janeiro). Celebração de uma trégua de cinco anos entre Yusuf I e embaixadores régios de Portugal (setembro).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Quinta campanha italiana de Frederico I, que durará até 1178.	Morte de Nur al-Din (maio). Saladino passa controlar Damasco.	1174	Fundação das ordens militares de Alcalá de la Selva, em Aragão (fevereiro) e de Montegaudio-Santo Redentor. Esta última será incorporada na Ordem do Templo em 1196. Incursão almóada, comandada por Abu Hafs, que põe cerco a Ciudad Rodrigo. Os almóadas recuperam, Cáceres, Albuquerque. Alcântara e outras possessões leonesas a sul do Tejo. Possível participação de Geraldo nestas campanhas (até setembro).	Repovoamento de Beja pelos almóadas e reconstrução das suas muralhas, facto que consolidava uma importante posição militar dos muçulmanos face à cidade de Évora, já dominada pelos cristãos (novembro).
	O Califa almóada regressa do al-Andalus a Marraquexe. Leva consigo Geraldo e 350 guerreiros cristãos, seus companheiros (março). Morte de Geraldo no Magrebe (antes de maio).	1175		Criação por Afonso Henriques, ou por Sancho I, da que viria a ser a Ordem Militar de Évora-Avis (antes de abril). Ataque leonês em território português (entre maio e agosto).
Frederico I é derrotado na batalha de Legnano (maio). Segue-se a paz de Agnani, com o papa Alexandre III (junho).		1176	Estabelecimento de paz entre Castela e Navarra (agosto).	
Paz de Veneza. Frederico I reconcilia-se com o papa (agosto). Vitória cruzada sobre Saladino na batalha de Montgisard (novembro, 25).		1177	Incursão almóada a Ciudad Rodrigo e Talavera. Conquista de Cuenca por Afonso VIII de castela, após vários meses de cerco (setembro, 21). Contra-ataque cristão a Arcos e Jerez de la Frontera que terminou com a captura de parte dos cavaleiros da milícia de Talavera por parte dos almóadas (setembro-dezembro).	
Questões feudais entre os senhores nos Estados Imperiais (até 1180).		1178	Afonso VIII de Castela conduz campanhas contra Leão (agosto-dezembro). Afonso II de Aragão conduz campanha no Levante.	Importante expedição do infante Sancho em território muçulmano, que alcançou e destruiu os arredores de Sevilha, na margem direita do rio Guadalquivir (maio-julho). Governadores de Beja (Umar Umar b. Timsalit) e de Serpa (Ali b. Wazir) conduziram uma algara até aos campos de Alcácer. Foram derrotados por forças de Alcácer auxiliadas por cavaleiros de Santarém, capturados e entregues a Afonso Henriques (antes de julho).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Reconhecimento do título de rei a Afonso Henriques pelo papa Alexandre III (julho, 25). Filipe Augusto coroado rei de França (novembro).		1179	Pacto de Cazola entre Afonso VIII de Castela e Afonso II de Aragão sobre a repartição dos territórios conquistados aos muçulmanos (março, 20). Breve ação militar de Afonso VIII de Castela sobre Navarra, terminando com um pacto com Sancho IV (abril). Reabertura de hostilidades entre Afonso VIII e Fernando II.	Ataque do infante Sancho a Ciudad Rodrigo. Derrota na batalha de Arganal em que os freires de Santiago se posicionaram do lado de Leão (primavera). Outorga dos forais de Santarém-Lisboa-Coimbra, que inauguram uma nova abordagem nas disposições militares (maio). Ataque naval a Sevilha, por D. Fuas Roupinho. Ação naval de Ganiem b. Mardanish sobre Lisboa. Os freires de Évora organizam a defesa da cidade. Algaras almóadas em território cristão, assinaladas em várias fontes (verão). Ataque de Yacub ibn Yusuf ao castelo de Abrantes com um grande exército, tendo o cerco durado quatro dias e os almóadas retirado sem sucesso (outubro).
Heresia albigense.	Campanha de Abu Yaqub Yusuf em Ifriqiya.	1180		Milícias de Toledo e Santarém atacam a bacia do Guadalquivir ao mesmo tempo que o califa Yusuf efetua uma incursão à região de Lisboa. Ataque naval a Saltes (Huelva) por D. Fuas Roupinho. Ataques muçulmanos na costa portuguesa, referenciados no cabo Espichel e em Porto de Mós, com desembarques e combates com forças cristãs locais. Perseguidos pela frota portuguesa, os muçulmanos são derrotados ao largo do cabo Espichel (maio).
		1181	Paz celebrada entre os reis de Leão e Castela, em Medina de Rioseco (março, 21).	Combate naval da “esquadra de Lisboa” contra uma esquadra proveniente de Sevilha, ao largo de Silves. D. Fuas Roupinho ataca e saqueia o Algarve e Ceuta, com grande sucesso, mas acaba derrotado ao largo do cabo de São Vicente (maio-junho). Expedição almóada, comandada por Abu Abd Allah Muhammad Ibn Wanudin, que partiu de Sevilha e se dirigiu a Évora (maio, 25). Ibn Wanudin celebrou triunfo em Sevilha, expondo os cativos obtidos (junho, 15).
Expedição de Renaud de Châtillon ao Hedjaz. Pilhagem das cidades santas.	Almóadas exigem a submissão dos almorávidas Banu Ghaniya, nas Baleares.	1182	Incursão almóada a Talavera. Ataque da milícia de Toledo a Córdoba, provavelmente em retaliação ao ataque almóada a Talavera.	Cavaleiros de Santarém e de Lisboa efetuam um assalto à região de Sanlúcar, regressando com saque significativo.
Paz de Constância com a Liga Lombarda (junho).	Saladino ocupa Alepo.	1183	Paz celebrada entre os reis de Leão e Castela, entre Fresno e Lavandera (junho, 1).	
Início da sexta campanha italiana de Frederico I (até 1186). Coroação de Henrique VI como rei de Itália, em Milão.	Captura de Bugía pelo almorávida Ibn Ghaniya.	1184	Desembarque do califa Yusuf no al-Andalus afasta a ameaça de Fernando II de Leão a Cáceres.	Cerco almóada de Santarém. Presença do infante Sancho na defesa da fortificação. O exército almóada retirou, com o califa Yusuf ferido, vindo depois a morrer. (julho 2 a 21).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
	Revolta das dinastias almóadas maiorquinas nas Baleares. Revolta dos Banu Ghaniya no Magrebe.	1185	Acordo de paz entre Afonso II de Aragão e o conde de Tolosa (fevereiro). Recontros entre castelhanos e muçulmanos na Andaluzia. O mestre de Calatrava derrota forças de Córdoba nas imediações de Andújar.	Morte de Afonso Henriques e subida ao trono de Sancho I (dezembro, 6).
		1186	Tréguas de Ágreda entre Afonso II de Aragão e Afonso VIII de Castela, sobre a posse de Ariza (janeiro, 21). Afonso VIII de Castela ataca posições almóadas junto a Trujillo e Plasência (abril-junho).	
Pregação da III Cruzada, que se prolongará até 1192. Guerra entre Filipe Augusto de França e Henrique II de Inglaterra. Aliança entre Filipe Augusto e Frederico I em Toul. Batalha de Hattin: Saladino vence o rei de Jerusalém, Hui de Lusignan. O reino cruzado afunda-se (julho, 4). Saladino retoma Jerusalém (outubro, 2).	Derrota almóada contra os Banu Ghaniya e seus aliados na batalha de Umra. Abu Yusuf Yaqub <i>al-Mansur</i> vence os Banu Ghaniya na batalha da Hamma.	1187		Sancho I rompe as tréguas com os almóadas. Fossado de São Paio da Piconha. Sancho I intervém nos domínios dos Braganções e dos Soverosa, no alto vale do Cávado.
Saladino conquista os estados francos, à exceção de Tiro, Trípoli e Antioquia. Dieta de Mainz, Frederico I toma a cruz de cruzado.		1188	Morte de Fernando II de Leão. Sucede-lhe Afonso IX (janeiro, 22). Afonso VIII de Castela ocupa castelos leoneses.	
Encontro e Henrique II e Filipe Augusto em Trier e Gisors, para firmarem paz. Ambos tomam a cruz (janeiro). Partida de Frederico I para a Terceira cruzada (maio). Morte de Henrique II de Inglaterra em Chinon (julho, 6). Coroação de Ricardo I, <i>Coração de Leão</i> (setembro, 3). Início do cerco cruzado de Acre, comandado por Guy de Lusignan, que perdurará até 1191 (agosto).	O califa comunica aos seus súbditos andaluses que venceu a guerra contra o rei de Maiorca em Ifriqiya (janeiro).	1189	Afonso IX de Leão ocupou Magacela e várias outras fortalezas almóadas. Abu Yusuf Yaqub <i>al-Mansur</i> voltou a desembarcar no al-Andalus, desta vez já como califa (junho-julho). Expedição de Afonso VIII na Andaluzia, chegando até Alcalá de Guadaira e Xalavar, regressando a Toledo vitorioso (junho-setembro).	Armada de combatentes teutónicos, flamengos, frísios e dinamarqueses atacu e destruiu Alvor e os arredores (junho). Incursão leonesa contra Celorico da Beira. Conquista de Silves, com o apoio de cruzados dinamarqueses (setembro, 3).
Morte de Frederico I, afogado no rio Salef. Ascensão de Henrique VI de Hohenstaufen (junho). Partida de Filipe Augusto de França e de Ricardo de Inglaterra para a Terra Santa (junho).	Saladino envia uma delegação, chefiada por Ibn Munqidh, aos almóadas.	1190	Celebração de tréguas entre Afonso VIII de Castela e o califa almóada (janeiro-fevereiro). Celebração de um acordo entre Afonso II de Aragão e Sancho VI de Navarra e Borja (setembro, 7).	Expedição de Yaqub ibn Yusuf à linha do Tejo que conquista Torres Novas e cerca Tomar (abril-julho). Cerco almóada de Silves, sem sucesso (maio-julho). Desordens causadas pelos cruzados em Lisboa (julho-agosto).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Tomada de Acre pelos cristãos, após dois anos de cerco (julho, 12). Derrota de Saladino. Os cruzados asseguram o território entre Tiro e Jafa, sendo consentidas peregrinações a Jerusalém. Saladino comanda uma emboscada contra a retaguarda da hoste de Ricardo <i>Coração de Leão</i>, que derrota os muçulmanos na batalha de Arsuf (setembro, 7). Regresso de Filipe Augusto a França, permanecendo Ricardo de Inglaterra na Terra Santa que, pouco tempo depois, conquista Chipre. Coroação de Henrique VI como imperador do Sacro Império, interrompendo a campanha militar que este estava a conduzir em Itália.	Revolta contra os almóadas no Magrebe central.	1191	Celebração da Liga de Huesca entre Leão, Aragão, Navarra e Portugal, na qual os quatro reis concordam em fazer guerra a Castela e em não firmarem pazes em separado (maio, 12). Estabelecimento de tréguas entre leoneses e almóadas por cinco anos (julho-agosto).	Campanha de Abu Yaqub al-Mansur contra Alcácer, Palmela, Almada e, no regresso, toma Silves. Conquista almóada de Alcácer (junho, 10) e de Silves (julho, 20). Estabelecimento de trégua com os almóadas por cinco anos (julho-agosto).
Ricardo de Inglaterra regressa da Terra Santa e no trajeto é preso pelo Duque Leopoldo da Áustria (dezembro).		1192	Incursões almóadas nos reinos cristãos.	
O duque Leopoldo da Áustria entrega Ricardo <i>Coração de Leão</i> ao imperador da Germânia (fevereiro).	Morte de Saladino (março, 4). O reino foi dividido pelos seus filhos: al-Aziz no Egito e al-Afdal na Síria.	1193	O califa almóada recusa-se a renovar tréguas com os castelhanos.	
Libertação de Ricardo pelo imperador Henrique VI em troca de um elevado resgate. Segunda campanha italiana de Henrique VI (até 1195). Coroado rei da Sicília em Palermo, uniu o reino da Sicília ao Império Germânico (dezembro).		1194	Afonso VIII desafia Abu Yusuf Yaqub <i>al-Mansur</i> para um confronto, na Hispânia ou no norte de África. Celebração da paz de Todehumos entre Castela e Leão, sob intervenção do legado papal, cardeal Gregório (abril, 20). Morte de Sancho VI de Navarra e ascensão de Sancho VII, o <i>Forte</i>.	Acordo entre Sancho I de Portugal e Afonso IX de Leão, no intuito de solucionar a questão das arras da rainha Teresa, quando esta se separou do rei leonês por ter sido declarado nulo o seu casamento (maio-junho). Campanhas de Sancho I contra os almóadas (primavera-verão?).
		1195	Batalha de Alarcos, entre o rei de Castela e os almóadas, daí resultando a morte de vários cavaleiros portugueses (julho, 18). Aliança entre Leão, Navarra e os Almóadas.	Início de um conflito entre Sancho I e Afonso IX de Leão, que durará até 1199.
Frederico, filho de Henrique VI, é coroado imperador do Sacro Império. Excomunhão de Henrique VI (dezembro). Fundação da Ordem de Santa Maria dos Teutónicos, reconhecida pelo papa (dezembro, 21).		1196	Guerra entre Leão e Castela. Surgimento da ordem militar de Monfragüe, em Castela, que será incorporada em Calatrava, em 1221. Morte de Afonso II de Aragão e ascensão de Pedro II (abril, 25). Conquista de Montánchez, Trujillo e Santa Cruz pelos almóadas (abril, 16). Assalto e destruição de Plasencia pelos almóadas (junho).	
O imperador Henrique VI lidera uma cruzada com intenção de conquistar Bizâncio, mas morre entretanto, falhando o propósito (28 de setembro).		1197	Expedição almóada contra Talavera, Maqueda, Toledo, Madrid e Uclés (abril-julho).	Ataques e destruições em Silves por guerreiros teutónicos participantes na cruzada promovida por Henrique VI, imperador do Sacro Império (verão). Sancho I ocupa Tui e Pontevedra (setembro).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Frederico é coroado rei da Sicília em Palermo (maio). Otão IV de Wittelsbach é coroado rei da Germânia em Aachen, com o apoio de Ricardo de Inglaterra (julho). Coroação de Filipe da Suábia em Mainz, com o apoio de Filipe Augusto de França (setembro). Cruzada contra os valdenses.	Abu Yusuf Yaqub <i>al-Mansur</i> regressa ao Magrebe.	1198	Afonso VIII de Castela acorda com Pedro II de Aragão, em Catalayud, a conquista de Navarra, seguindo-se a invasão.	Combates fronteiriços contra os leoneses. Na lide de Ervas Tenras (Pinhel), morrem muitos membros das famílias mais importantes da nobreza portuguesa (possibilidade destas ações terem ocorrido em 1199).
Morte de Ricardo I em Chalus. Ascensão de João <i>Sem Terra</i> , seu irmão (abril, 6).	Morte do califa Abu Yusuf Yaqub al-Mansur. Sucede-lhe o filho Abu Abd Allah Muhammad al-Nasir (janeiro, 23).	1199	Afonso VIII anexa Álava e Guipuzcoa e incorpora o País Basco na coroa de Castela. Sancho VII de Navarra alia-se a João <i>Sem Terra</i> .	Afonso IX invade Portugal, ocupando Algosó e sitiando Bragança, para reaver praças galegas. Sancho I defende-se da invasão ocorrendo a libertar Bragança e depois sitiando Ciudad Rodrigo. (janeiro-abril).
Tratado de Goulet entre João <i>Sem Terra</i> e Filipe Augusto (maio).	Adil, irmão mais novo de Saladino, derrota o sobrinho, al-Aziz na Batalha de Bilbeis (janeiro), na sequência da qual é proclamado sultão, passando a reinar sobre o Egito e a Síria. Início de um período de boa relação com os cruzados.	1200		Celebração de acordo de paz entre Portugal e Leão.
Tratado de Chinon, cimentando a aliança entre Sancho VII de Navarra e João <i>Sem Terra</i> (outubro).		1201	Surgimento da Ordem de San Jorge de Alfama, em Aragão.	
Pregação da Quarta Cruzada, que regista forte adesão da nobreza francesa. Filipe II conquista as terras a norte do Loire.		1202		
Primeira conquista de Constantinopla pelos Cruzados (julho).		1203	Conquista almóada das ilhas Baleares, aos Banu Ghaniya.	
Filipe Augusto conquista da Normandia, o Anjou e a Touraine ao rei inglês. Após a morte de Leonor da Aquitânia, Afonso VIII de Castela reclama a Gasconha com a oposição de João <i>Sem Terra</i> ; perfila-se a aliança de Afonso IX de Leão e com o rei inglês. Afonso VIII vê-se desamparado do auxílio francês. Saque de Constantinopla pelos cruzados (abril, 12).		1204	Pedro II de Aragão é coroado rei de Aragão pelo papa em Roma (novembro).	
Filipe da Suábia é coroado em Aachen.	O califa al-Nasir conduz uma campanha em Ifriqiya para desalojar os Banu Ghaniya.	1205		
Tréguas entre João de Inglaterra e Filipe II de França para que o primeiro possa conservar a Aquitânia.	Os almóadas retomam o controlo de Mádía.	1206	Tratado de Cabreros firma a paz entre os reis de Leão e de Castela. Fernando, filho da união de Afonso com Berengária, é reconhecido por ambos como herdeiro da coroa leonesa (março).	
		1207	Afonso VIII de Castela e Sancho VII de Navarra chegam a acordo de paz em Guadalajara (outubro, 29).	Agitação social envolvendo a nobreza, o bispo do Porto e o rei. A instabilidade durará até 1210.

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
João <i>Sem Terra</i> recusa-se a obedecer a Roma e a conceder o arcebispado de Cantuária a Langton. O papa lança interdito em Inglaterra (março). Filipe da Suábia é assassinado em Bamberg pelo conde Otão de Wittelsbach (junho). Otão IV reconhecido como rei dos romanos (novembro, 11).		1208	Sancho VII de Navarra e Pedro II de Aragão chegam a acordo em Monteagudo (fevereiro). Afonso VIII de Castela prescinde da Gasconha e evacua-a.	Lide de Crasconho (rio Sousa). Defrontaram-se as hostes dos primos Pêro Mendes de Poiares e Pêro Rodrigues de Pereira (depois de outubro).
Inocência III promulga a bula pela qual o arcebispo de Toledo, Rodrigo Jimenez de Rada, é encarregue de pregar a cruzada contra os muçulmanos (fevereiro, 16). Primeira Cruzada contra os Albigenses (julho). Otão IV coroado imperador em Roma (setembro, 27). Excomunhão de Otão IV (novembro).		1209	Início da preparação da campanha das Navas de Tolosa (fevereiro). Tratado de Valladolid entre os reis de Leão e Castela, onde se acerta uma trégua de cinco anos. O acordo inclui a condição do rei português mandar destruir Pinhel (junho, 27). Paz de Mallén entre Sancho II de Navarra e Pedro II de Aragão.	Agudização da crise que opôs Sancho I a eclesiásticos e nobres (maio-outubro).
Frederico II é eleito rei da Germânia (outubro).	O exército almóada, saído de Marraequexe em fevereiro, chegou a Sevilha (maio).	1211	Incursão de Afonso VIII de Castela até ao Mediterrâneo (maio). Cerco de Salvatierra, que acaba por cair na posse dos almóadas (junho-setembro). Morte de Fernando, filho de Afonso VIII de Castela, ficando como seu sucessor o seu filho mais novo, Henrique (outubro, 14).	Estabelecimento dos freires de Évora em Avis. Morte de Sancho I e subida ao trono de Afonso II (março, 26). Ofensiva de Afonso II contra as prerrogativas senhoriais das suas irmãs. As tropas do rei cercam Montemor (novembro). Invasão do norte de Portugal pelo rei de Leão, com a presença do infante Pedro Sanches. Provável celebração de tréguas com os muçulmanos.
Fernando de Portugal presta homenagem a Filipe Augusto pelo condado da Flandres (janeiro, 22). Frederico II renova o tratado entre os Staufen e os Capetos de França (novembro). Frederico II coroado rei da Germânia (dezembro, 9). Cruzada das Crianças.		1212	Batalha de <i>Las Navas de Tolosa</i>. Derrota do califa almóada al-Nasir (julho, 16). Afonso VIII de Castela, Afonso IX de Leão e Afonso II de Portugal firmam em Coimbra uma trégua até 1 de Maio do ano seguinte (novemro, 11).	Afonso IX de Leão invade Portugal e derrota os partidários de Afonso II na batalha de Valdevez (março). Segunda guerra entre Afonso II e as irmãs (novembro-maio de 1213). Celebração de tratado de paz entre os reis de Portugal e de Leão.
João <i>Sem Terra</i> capitula perante Inocência III face à pressão de Filipe Augusto e oferece o seu reino como feudo à Santa Sé.	Primeiras movimentações dos berberes zanatas Banu Marin, no Magrebe central e no norte de Marrocos. Morte do califa al-Nasir em Marraquexe. Sucede-lhe Abu Ya'qub Yusuf II al-Mustansir (maio, 24).	1213	Pedro II de Aragão coloca Ramón IV de Toulouse e os outros senhores do Languedoc sob a sua proteção face à cruzada anti-albigense (janeiro). Afonso VIII de Castela conquista Calatrava-a-Nova (fevereiro-março). Afonso IX de Leão conquista Alcântara (primavera). Afonso VIII de Castela conquista Alcaraz (maio, 22). Batalha de Muret. Morte do rei Pedro II de Aragão contra Simão de Monfort (setembro, 12). Sucede-lhe Jaime I (regência do conde Sancho, filho de Ramón Berenguer IV a partir de agosto de 1214).	

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Filipe Augusto, rei de França, derrota em Bouvines o imperador Otão IV e os condes de Salisbúria, da Flandres e de Boulogne. Fernando, conde da Flandres, preso na sequência da batalha, permanecerá cativo até 1226 (julho, 27).		1214	Morte de Afonso VIII, rei de Castela, a caminho de um encontro com Afonso II de Portugal. Sucede-lhe Henrique I, ainda menor, que fica sob a custódia de Berenguela (outubro, 5). Trégua de Castela com os almóadas.	
Estabelecimento da <i>Magna Carta</i> em Inglaterra (junho, 15). Frederico II coroado rei da Germânia em Aix-la-Chapelle (julho, 25). Início do Quarto Concílio de Latrão. Novo apelo à Cruzada (novembro, 15). Simão de Monfort é investido pelo Papa em todos os senhorios conquistados no Languedoc e presta vassalagem ao rei de França (novembro, 15).		1215	Conflitos entre fações nobiliárquicas em Castela (janeiro).	
Expedição de Luís VIII a Inglaterra a pedido dos nobres revoltados contra João <i>Sem Terra</i> (maio). Morte de João <i>Sem Terra</i> , rei de Inglaterra (outubro, 19). Coroação de Henrique III (outubro, 28).		1216	Encontro entre Henrique I de Castela e de Afonso IX de Leão em Toro (agosto, 12).	
Pregação da Quinta Cruzada.		1217	Conquista de Albuquerque, região de Badajoz. Morte de Henrique de Castela. Sucede-lhe Fernando III (junho, 6). Assembleia de paz e trégua reunida por Jaime I de Aragão em Villafranca del Panadés, com representantes de cidades e vilas da Catalunha (outubro, 13).	Conquista de Alcácer com o auxílio de cruzados frísios e alemães (julho-outubro, 21) Combate da Ribeira de Sítimos. Conflito entre Afonso II e o bispo de Lisboa. Recomeço do conflito entre Afonso II e as infantas, junto da Santa Sé.
Início da Quinta Cruzada (durará até 1222). Morte de Otão IV (maio, 19). Morte de Simão de Monfort, no sítio de Toulouse ocupada pelos aragoneses (junho, 28).	Fernando Nunes de Lara passa ao serviço do califa almóada de Marrocos.	1218	Ibn Hud revolta-se no Levante do al-Andalus contra os almóadas. Ofensiva contínua de Leão sobre o Islão. Acordo entre Afonso IX de Leão e o seu filho, Fernando III de Castela, estabelecendo uma trégua por dez anos. Durará até 1224 (agosto, 26).	Entrada de Afonso IX de Leão em Portugal, apoderando-se de Chaves.
O rei de Jerusalém, Jean de Brienne conquista Damietta (novembro).	Genghis Khan ameaça pela primeira vez o Islão Oriental.	1219	Celebração do tratado de Boronal, que consagra a aliança entre Afonso II e Afonso IX de Leão, contra o novo rei de Castela, Fernando III (junho, 13). Afonso IX de Leão lidera fossados a Sevilha e Badajoz (verão).	Estabelecimento de tréguas com os almóadas (antes de junho). Ataque leonês a Portugal. Afonso IX toma o castelo de Santo Estêvão de Chaves (setembro). Provável início de hostilidades entre o rei Afonso II e o arcebispo de Braga.
Frederico II coroado imperador em Roma pelo Papa (novembro, 22).		1220		Invasão de Portugal pelos exércitos galegos comandados por Martim Sanches. Derrota dos partidários de Afonso II na Várzea de Guimarães e em Braga. Possível incursão a Ourense de tropas portuguesas durante o ataque que Martim Sanches fez a Portugal.

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
O exército dos cruzados, cercado, renuncia à posse de Damietta.		1221	Prorrogação das tréguas de Castela, celebradas em 1214, com os almóadas. Na Trasserra leonesa, o mestre de Alcântara conquista Valência de Alcântara. Acordo de Ágreda entre Castela e Aragão, resultando nos esponsais de Jaime I e de Leonor, filha de Afonso VIII (fevereiro, 6).	
		1222	Afonso IX de Leão ataca a região de Cáceres (inverno).	Possíveis incursões de Afonso IX de Leão no norte de Portugal
O imperador Frederico II toma a cruz – início da Sexta Cruzada. Morte de Filipe Augusto. Sucede-lhe Luís VIII (julho, 14).		1223	Afonso IX de Leão ataca a região de Cáceres (setembro-outubro).	Morte de Afonso II e subida ao trono de Sancho II (março, 25).
	Morte do quinto califa almóada, Yusuf II. Proclamação de Abd al-Wahid (janeiro, 6). Abd al-Wahid renuncia ao califado. Al-Adil único califa reconhecido no Magrebe e por todos os governadores do al-Andalus salvo em Valência e em Baeza, onde al-Bayasi cria um principado independente (setembro, 7). Abd al-Wahid é assassinado em Marraquexe (setembro, 22 ou 23).	1224	Morte de Sancho VII de Navarra. O governador de Múrcia, Abu Muhammad ‘Abd Allah b. al-Mansur, revolta-se contra o novo califa e faz-se proclamar califa (março, 8). Fernando III reúne Cúria régia ordinária para preparar a guerra com o al-Andalus (junho e julho). Fim da trégua entre Fernando III e os almóadas. Campanha do rei de Castela na região de Jaén (setembro-novembro). Jaime I, prisioneiro dos seus magnates em Saragoça (dezembro).	
Honório III manda aos hospitalários que socorram Afonso Telo no castelo de Albuquerque. Frederico II casa com Isabel, filha de João de Brienne, rei titular de Jerusalém e toma imediatamente o título de rei de Jerusalém (novembro, 9).	O califa al-Adil abandona o al-Andalus e acorre a Marrocos, para lidar com problemas internos (novembro).	1225	Fossado de Martim Sanches, no comando de contingentes leoneses, sobre Triana. Jaime I cede às pretensões dos magnates aragoneses. Abu Sa’id, governador de Valência, torna-se vassalo de Fernando III (fevereiro). Lide de Tejada. Um grupo de cavaleiros provenientes do Algarve atacou o Aljarafe em busca de saque (verão). Campanha granadina de Fernando III, durante a qual al-Bayasi, senhor de Baeza, se torna seu vassalo e lhe cede as fortalezas de Andújar e Martos (verão).	

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
Morte de Luís VIII, sucede Luís IX. Branca de Castela é regente (novembro, 8).		1226	Tentativa de cerco de Sevilha por al-Bayasi, que é derrotado pelo governador Abu ‘Ula Idris (fevereiro, 25). Afonso IX efetua uma expedição à região de Badajoz (junho). Fernando III de Castela cerca o castelo de Capilla, a norte de Córdoba (junho, 7). Abu Sa’id de Valência, tributário de Jaime I, com quem firma trégua (agosto). Revolta dos magnates e das cidades aragonesas contra Jaime I (outubro). Baeza abandonada pela população muçulmana, que se refugia em Jaén (novembro, 30). Tomada pelos castelhanos (dezembro, 1).	Cavaleiros cristãos provenientes do Gharb efetuam incursão no vale do Guadalquivir. Agravamento dos conflitos no seio da nobreza de corte. Eventual guerra civil entre os adversários e partidários do rei, com vitória dos últimos. Exílio em França do infante Afonso. Expedição de Sancho II contra Elvas e de Afonso IX contra Badajoz (primavera). Insucesso do cerco de Elvas (julho).
Revoltas feudais no reino de França que se estendem até 1234. Morte de Genghis Khan.	No seguimento da proclamação de Abu ‘Ula Idris como califa, em Sevilha, surgimento quase imediato do anti-califa Yahia b. ‘Abdallah al-Mu’tasim (outubro).	1227	Trégua de um ano entre Fernando III e Abu ‘Ula Idris (primavera). Acordo em Alcalá entre Jaime I e os magnates aragoneses, pondo fim às revoltas feudais contra o poder régio (maio, 20). Afonso IX de Leão conquista Cáceres (junho, 24). Abu ‘Ula Idris proclama-se califa em Sevilha, tomando o laqab de al-Ma’mun. Reconhecido pela população da cidade no dia seguinte e por todo o al-Andalus (setembro, 15).	
Início da Sexta Cruzada (junho, 28).	Abu ‘Ula Idris desloca-se para Marraquexe a fim de ocupar o governo. Fim do poder almóada no al-Andalus, envolto em graves problemas: o avanço cristão, as revoltas andaluzas e o surgimento das terceiras Taifas.	1228	Morte de Sancho IV de Castela. Nova trégua de al-Ma’mun com Fernando III de Castela. Ibn Hud levanta-se no castelo de Arbuna, distrito de Múrcia, contra a dominação almóada (agosto, 4). Jaime I reúne cortes em Barcelona a fim de preparar a conquista das Baleares (dezembro, 21).	
Fim da Cruzada Albigense. Raimundo VII, conde de Toulouse, cede, pelo Tratado de Meaux, ao rei da França (regente de Branca de Castela), o Languedoc Oriental. Fim da hegemonia aragonesa no além-Pririnéus (abril, 12).	O Sultão Ayúbida Do Egito, Al-Malik Al-Kamil entrega Jerusalém a Frederico II (março, 17). Fuga de al-Um’tasim. Caos em Marraquexe (verão). A Ifriqiya revolta-se contra os almóadas. Al-Ma’mun parte para Marraquexe (setembro).	1229	Afonso IX de Leão conquista Cáceres com auxílio de tropas de Fernando III de Castela. Zayan B. Mardanish, descendente de Ibn Mardanish apodera-se de Valência. Jaime I e Abu Sa’id de Valência celebram acordo de paz (abril, 29). Al-Ma’mun pede uma hoste a Fernando III para o ajudar na submissão de Marrocos, o qual lhe impõe a entrega de 10 castelos na fronteira (primavera). Quase todo o al-Andalus, com exceção do extermo ocidente e de Valência, reconhece Ibn Hud (outubro, 31). Jaime I inicia a conquista das Baleares (setembro) e toma Madina Mayurca (dezembro, 31).	Ocupação de Elvas e Juromenha. Concessão de foral à primeira.

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
	Al Ma'mun vence a oposição em Marraquexe e decreta o abandono do unitarismo de Ibn Tumart.	1230	Fossado de Fernando III a Jaén e Úbeda (início do ano). Afonso IX conquista Montanchez e cerca Mérida. Vitória de Ibn Hud em frente ao castelo de Alange (fevereiro, 11). Conquista de Mérida e de Baldara – Talavera la Real (fevereiro-março). Jaime I finda a conquista de Maiorca (março). Conquista leonesa de Badajoz (maio, 26). Tentativa de conquista de Jaén por parte de Fernando III, de Castela (verão). Morte de Afonso IX de Leão. Sucede-lhe Fernando III. União entre Leão e Castela (setembro, 24).	Elvas, abandonada pelos muçulmanos na noite da derrota de Alange, cai nas mãos dos cavaleiros portugueses das ordens militares, que a entregam a Sancho II. O mesmo acontece a Juromenha (fevereiro, 12). Encontro do Sabugal entre Sancho II e Fernando III pelo qual este se compromete a entregar Santo Estêvão de Chaves a troco do reconhecimento da sua sucessão no reino de Leão (outubro).
		1231	Lide de Jerez, travada por um destacamento militar castelhano contra um exército de Ibn Hud, senhor de Córdoba e de Jaen. Convénio de Tudela entre Sancho VII de Navarra e Jaime I de Aragão, que tornou possível ao segundo ser herdeiro da Coroa de Navarra (fevereiro 2). Rodrigo Jiménez de Rada ocupa e organiza a fronteira sudeste de Castela (abril). Derrota de Ibn Hud em Guadalete, por uma hoste cristã comandada por Afonso de Molina (primavera). Ibn Hud expulsa os almóadas de Algeciras e Gibraltar, pondo fim ao domínio almóada no al-Andalus (maio).	
	Morte de al Ma'Mun e proclamação de 'Abd al-Wahid II al-Rashid como califa almóada (outubro, 17).	1232	Ibn al-Ahmar levanta-se em Arjona contra Ibn Hud: começo da insurreição nasrida. Ibn Hud perde o controlo de Sevilha (primavera). Ibn al-Ahmar controla Jaén, Córdoba e Jerez. Início do governo da dinastia regional nasrida, com aclamação de Muhammad b. Nasr (outono).	Provável estado de guerra no reino. O infante Afonso de Castela entra pelo Norte do reino com João Fernandes de Lima e Rodrigo Froilaz em defesa de Sancho II. Início da fase final da conquista do Gharb: tomada de Moura e de Serpa. Fossado hospitalário ao Andévalo. Fernando, Senhor de Serpa efetua correrias contra os muçulmanos até 1234.
		1233	Conquista de Trujillo pelas ordens militares e pelo bispo de Plasência (janeiro, 25). Capitulação de Úbeda perante Fernando III (julho). Jaime I conquista uma série de castelos-chave no reino de Valência (julho). Trégua entre Fernando III e Ibn Hud (final do ano).	Incorporação definitiva de Beja no território português (poderá ter-se efetivado em 1234).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
		1234	Ibn Mahfuz revolta-se, em Niebla, contra Ibn Hud e derrota forças do segundo, frente a Sevilha (março-abril). Morte de Sancho VII, rei de Navarra. Sucede-lhe Tebaldo I, conde de Champagne desde 1201 (abril 7). As ordens militares conquistam os castelos de Medellín, Alhange e Santa Cruz, na Traserria (julho). Sevilha obedece a al-Ahmar e de novo a Ibn Hud, que reganha também a obediência de Córdoba e Carmona e faz um pacto com al-Ahmar reconhecendo-o como príncipe da região de Jaén (junho-julho). Ibn Hud prepara o cerco de Niebla (verão).	Perturbações a norte do reino. Conquista de Aljustrel pela Ordem de Santiago (entre outubro de 1234 e 31 de março de 1235)
		1235	Ibn Hud prossegue o cerco de Niebla. Ordens militares conquistam Magacela, perto de Medellín (fevereiro). Fernando III conquista os castelos de Iznatoraf e Santiesteban, na zona de Jaén (junho). Trégua entre Ibn Hud e Fernando III (junho). Conquista de Ibiza pelo arcebispo de Tarragona, com alguns magnates aragoneses. Fica completa a ocupação das Baleares (verão).	
Aprovação da Ordem de São Tomás de Acre pelo papa Gregório IX.	Emirado de ‘Abd al-Wadida em Tlemcen. Vitória, em Marrocos de ‘Abd al-Wahib II sobre al-Mu’tasim e morte deste. Sevilha reconhece de novo a soberania almóada e convence Ceuta a fazer o mesmo (julho).	1236	Início da conquista de Córdoba por Fernando III (janeiro). Pacto entre Fernando III e Ibn al-Ahmar contra Ibn Hud e os cordoveses (abril). Tomada de Córdoba por Fernando III (junho, 29). Trégua de Fernando III com Ibn al-Ahmar por seis anos (junho, 29). Jaime I planeia a conquista de Valência com cortes reunidas em Monzón (outubro, 15). Revolta da nobreza navarra contra Tebaldo I (novembro).	
Frederico II derrota as comunas lombardas em Cortenuova (novembro, 27).	Emirado hafsida estabelecido em em Tunis.	1237	Início dos preparativos para a conquista de Valência (janeiro).	Tensões graves entre o bispo do Porto, Pedro Salvadores, os habitantes da cidade e o rei. Conflito entre Sancho II e os bispos do Porto e da Guarda (continua para o ano seguinte). Têm início os desacatos do infante Fernando de Serpa nas dioceses da Guarda e de Lisboa, que se prolongam pelo ano seguinte.

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
	Morte do sultão do Egito al-Malik al-Kamil (janeiro).	1238	Muhammad Ibn al-Ahmar b. Nasr entra em Granada. Morte de Ibn Hud em Almeria. Secessão de Almería, Játiva e Málaga (janeiro). Ibn Hud al-Watiq proclamado emir de Múrcia (janeiro). Lide de Arjona. Duelo campal travado entre Telo Afonso de Albuquerque e cavaleiros muçulmanos pelo pagamento de párias devidas ao monarca castelhano. Rendição de várias fortalezas no reio de Valência (março). Início do cerco de Valência. Tentativa falhada de socorro hafsida (abril-maio). Capitulação de Valência e trégua de seis anos entre Jaime I e Zaiyan b. Mardanish (setembro, 28).	Conquista de Mértola e de Alfajar da Pena pela Ordem de Santiago (outubro?). Sancho II submete-se às determinações papais e estabelece acordo com o arcebispo de Braga (novembro).
Promulgação de bulas papais em favor do infante Fernando de Serpa, sobre o seu esforço na cruzada (novembro-dezembro). Depois do desastre de Gaza, Tebaldo I de Navarra obrigado a assinar com o sultão do Egito a paz de Ascalona (setembro, 15).		1239	Ibn al-Ahmar reconhece, em Granada, o califa almóada ‘Abd al-Wahid II. Zaiyan b. Mardanish aclamado emir pelos murcianos, reconhece o emir hafsida (abril-maio).	Conquista de Ayamonte e, talvez, Cacela.
Invasão, seguida da retirada das terras do papa, por Frederico II. Tebaldo I de Navarra abandona a Palestina (outono).		1240	Início de guerra interna em Castela. Fernando III controla o distrito de Córdova e garante a sua operacionalidade económica (primavera). Zayian B. Mardanish, deposto em Múrcia por Muhammad b. ‘Ali b. Hud (neste ano ou no seguinte).	Fim da tensão entre o bispo do Porto e a cidade (setembro).
Nova revolta feudal do visconde de Béziers, no Sul recém-conquistado do reino de França		1240-41		Conquista definitiva de Alvor.
Os mongóis devastam a Europa Central e são detidos em Cracóvia (abril-maio). A frota imperial derrota a frota genovesa e aprisiona muitos bispos que se deslocavam a Roma para o concílio convocado pelo papa (maio, 3).		1241		
Alexander Nevski derrota a Ordem Teutónica na Batalha do Lago Gelado (abril, 5). Afonso de Portugal, conde de Bolonha, toma parte na batalha de Saintes, entre Luís IX de França e Henrique II de Inglaterra (julho, 22).	Morte do califa almóada ‘Abd al-Wahid II. Proclamação do califa almóada Abu-l-Hasan Sa’id al Um’tadid (dezembro 4-5)	1242	Emires de Granada vassalos de Castela por intermédio de um tratado celebrado em Jaén. Jaime I efetua uma campanha de submissão do interior do território valenciano (maio-julho).	Conquista definitiva de Paderne.
Raimundo VII, conde de Toulouse, e outros senhores do Sul do reino da França revoltam-se e são derrotados.		1242-1243		

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
		1243	Ibn Hud biha ad-Dawla mantém o emirado de Múrcia, mas perde a autonomia fiscal e militar (primavera). Lide de Tejada do infante português Martim Sanches contra forças do Islão (junho, 25).	
Queda do reduto cátaro de Montségur (março, 1). Bataha de La Forbie (Gaza) onde uma hoste cristã aliada a forças muçulmanas de Homs, Damasco e Kerak foi derrotada por uma hoste aiúbida. Primeira intervenção militar conhecida da Ordem de São Lázaro (outubro, 17-18).	Emirado Merínida em Marrocos (início do ano).	1244	Disputas fronteiriças entre o reino de Aragão e o condado de Barcelona (início do ano). O infante Afonso de Castela toma os castelos de Mula, Lorca e Cartagena e completa a ocupação militar da Taifa de Múrcia (janeiro-fevereiro). Fernando III conquista Arjona e outros castelos do distrito de Jáen (janeiro-fevereiro). Fernando III devasta a veiga de Granada (março). Tratado de Almizra que redefine as zonas de conquista de Castela e Aragão acordadas no Tratado de Cazola de 1179 (março, 26).	Sancho II faz voto de cruzada em resposta à perda de Jerusalém em Agosto e à derrota cristã de Outubro, perto de Gaza (dezembro).
Breve papal aconselhando a Afonso de Portugal, conde de Bolonha, que parta em Cruzada para a Terra Santa (janeiro, 30). Abertura do Concílio de Lyon (junho, 28). O conde de Bolonha presta juramento em Paris (setembro, 6).		1245	Com a rendição de Biar e a submissão de Denia e Culera, Jaime I termina a conquista do reino de Valência (fevereiro). Início do cerco de Jaén por Fernando III (agosto). Ibn al-Ahmar conquista Almeria a Ibn al-Ramini (verão). Sevilha deixa de reconhecer os califas almóadas e passa a reconhecer o emir hafsida (dezembro, ou início do ano seguinte).	Bula <i>Inter alia desiderabilia</i> , responsabilizando Sancho II pela anarquia em Portugal (março, 20). Declaração de Sancho II como <i>rex inutilis</i> pelo papa, no concílio de Lyon, face às acusações dos bispos portugueses (junho). Bula <i>Grande non immerito</i> , depondo Sancho II do governo do reino; Afonso de Portugal designado regente do reino (julho, 24). Levantamento dos fidalgos contra Sancho II: vitória de Martim Gil de Riba de Vizela nas lides do Porto e de Gaia; mortes de Abril Peres de Lumiares e de Rodrigo Sanches (julho-agosto). Lide de Gaia entre partidários e adversários de Sancho II, com a vitória dos primeiros (agosto). Entrada do conde de Bolonha no reino (dezembro, 26).

Cristandade	Islão	Data	Península Ibérica	Portugal
	Conquista de Meknes pelos Banu Marin.	1246		O conde de Bolonha segura Santarém, Alenquer, Torres Novas, Tomar, Alcobaça, Leiria e Covilhã. Sancho II fortifica-se em Coimbra. Depois da conquista de Jaén, Sancho II procura a intervenção castelhana na guerra civil. Lide entre Martim Fernandes de Urgeses, alcaide de Leiria, por Sancho II e rebeldes de Afonso III, o <i>Bolonhês</i>, nas imediações de Leiria (abril). Episódio do “rapto” da rainha Mécia de Haro. Sancho II persegue os captores até ao castelo de Ourém, onde é repellido. Vários alcaides entregam as suas fortalezas ao conde de Bolonha. O infante Afonso de Castela entra em Portugal por Ribacoa, com os condes de Trastâmara e Astorga. Tomam a Covilhã e a Guarda, ainda em 1246, continuando depois em direção a Lisboa.
		1247		Infante Afonso de Castela e os seus homens devastam o termo de Leiria e tentam conquistar o castelo (janeiro, 13). Sancho II abandona Portugal (antes de março). Início do cerco de Coimbra por forças leais ao conde de Bolonha (meados do ano). Martim Gil de Soverosa oferece resistência ao conde de Bolonha na região do Alto Minho (setembro a dezembro).
	Conquista de Fez pelos Banu Marin.	1248	Fernando III inicia o cerco de Sevilha. Participação de contingentes portugueses.	Sancho II de Portugal morre desterrado em Castela; subida ao trono de Afonso III (janeiro, 3). Depois de tomar conhecimento da morte de Sancho II, o alcaide de Coimbra, Martim de Freitas, entrega a cidade a Afonso III. Início do planeamento da campanha do Algarve (novembro).
		1249	Tomada de Sevilha.	Conquista de Faro, marcando o fim da Reconquista Portuguesa (março).